00100.172603/2016-50

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 179 QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 5
Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 4 outubro de 2016 28
Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 outubro de 2016 62
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2016 103
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2016 120
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 outubro de 2016 129
Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 outubro de 2016 138
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2016 141
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2016 179
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2016 191
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 216
1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE- CE
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 229
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016 243
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2016 276
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2016 289
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2016 300
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 316
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2016 328
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 outubro de 2016 356
Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 outubro de 2016 364
Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 outubro de 2016 368
1.5 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2016 381
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2016 394
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 outubro de 2016 421
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 outubro de 2016 445
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2016 448
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2016 475
1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2016 491
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2016 505
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2016 531
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2016 546
1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2016 568
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016 572
1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2016 581
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 outubro de 2016 596

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2016..... 612

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 10ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016 619

Ata da 11ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2016..... 622

1.12 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2016..... 625

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e nove minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Telmário Mota, José Pimentel, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Roberto Requião, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Kátia Abreu, Ricardo Franco, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 43 de 2016 (Aviso nº 91/2016-BCB), de 26 de agosto de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 6** - Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Lasier Martins, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação", tendo como relator o senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Valdir Raupp e Armando Monteiro. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 7** - Projeto de Resolução do Senado nº 46 de 2016, não terminativo, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014", tendo como relator o senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável ao projeto. A presidenta designa a senadora Regina Sousa relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usa da palavra a senadora Lídice da Mata. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 8 -** Ofício "S" nº 37 de 2007, não terminativo, de autoria do Governo do Paraná, que "encaminha, para conhecimento, documentação relativa ao pleito do Estado do Paraná junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual", tendo como relator o senador Valdir Raupp, que oferece relatório pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **Item 9** - Mensagem (SF) nº 80 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande - MS - Viva Campo Grande II'", tendo como relator o senador Wellington Fagundes, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. A presidenta designa o senador Waldemir Moka relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Pedro Chaves, Waldemir Moka e Wellington Fagundes. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 10** - Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que "altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica", tendo como relator o senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista ao senador Armando Monteiro, nos termos regimentais. **Item 11** - Projeto de Lei do Senado nº 482 de 2011, não terminativo, de autoria do senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 10.741, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo", tendo como relator o senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 19** - Projeto de Lei do Senado nº 587 de 2011, terminativo, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência", tendo como relator o senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1** - Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 2** - Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; **Item 3 -** Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 4 -** Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011; **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 491 de 2013; **Item 12** - Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 13** - Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; **Item 14** - Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015; **Item 15** - Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2011; **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2016; **Item 17** - Projeto de Lei do Senado nº 140 de 2016; **Item 18** - Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2011; e **Item 20** - Projeto de Lei do Senado nº 440 de 2013. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 21** - Mensagem (SF) nº 40 de 2013, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil", tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. **Item 22** - Mensagem (SF) nº 37 de 2013, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, no valor consolidado de US$ 113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), para o reescalonamento da dívida oficial da Zâmbia para com o Brasil", tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. **Item 23** - Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congolesa para com o Brasil", tendo como relatora a senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. **Item 24** - Mensagem (SF) nº 38 de 2013, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Unida da Tanzânia, no valor equivalente a US$ 236,996,036.19 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América e dezenove centavos), para o reescalonamento da dívida oficial tanzaniana para com o Brasil", tendo como relatora a senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. **Item 25** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 22 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal', com intuito de discutir as consequências da Emenda Constitucional para as finanças públicas, com a presença da professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP, Laura Carvalho; do professor titular do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense, Jessé de Souza; do secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Facundo de Almeida Jr.; e do economista e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, Felipe Salto". Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 22 de 2016-CAE. **Item 26** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

23 de 2016, de autoria do senador Cristovam Buarque, que "requer, de acordo o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário desta Comissão de Assuntos Econômicos, destinado a homenagear o professor e economista Werner Baer". Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 23 de 2016-CAE. **Item 27** - Minuta de requerimento, de autoria do senador Pedro Chaves, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 80 de 2016, que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande - MS – Viva Campo Grande II'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. **Item 28** - Minuta de requerimento, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 46 de 2016, que 'prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 25ª e 26ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Aviso nº 43, de 26 de agosto de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item nº 1: nós não estamos aqui nem com o Senador Wellington Fagundes, que é o Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria de pedir, enquanto nós aguardamos o quórum, a inversão para o item 9 e, se possível, como o Relator ainda não chegou, eu poderia ler o relatório. Conheço bem o processo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. É uma operação de crédito para Campo Grande, não é?

Se não houver ninguém que se oponha... (*Pausa.*)

Então, item 9.

ITEM 9
MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande - MS - VIVA CAMPO GRANDE II".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Wellington Fagundes.
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Designo, então, para fazer a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*, o Senador Waldemir Moka. Com a palavra o Sr. Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado, Srª Presidente.

Vamos ao relatório.

> A Mensagem nº 80, de 2016, do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República (nº 465, de 22 de agosto de 2016, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande – MS – VIVA CAMPO GRANDE II".

O Programa tem como objetivo geral ajudar na revitalização da região central de Campo Grande. Constam como seus objetivos específicos: (i) fomentar a ocupação de áreas com vazios urbanos e a revitalização do comércio na Zona Especial de Interesse Cultural, por meio da melhoria da infraestrutura e dos espaços públicos; e (ii) aumentar a eficiência do sistema de transporte coletivo e a acessibilidade ao centro.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 12/0106, de 29 de agosto de 2014, homologada pela então Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão em 2 de outubro de 2014. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA754167 em 16 de dezembro de 2015.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer nº 254/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 30 de março de 2016, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura do contrato de garantia, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer nº 1078/2016/PGFN/COF, de 6 de julho de 2016, não apresenta óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 25, 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Conforme a STN (Parecer nº 254/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 30 de março de 2016), o VIVA CAMPO GRANDE II, Programa a ser executado pelo Município de Campo Grande, contará com até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) provenientes do BID, acrescidos da contrapartida municipal de, no mínimo, US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Os desembolsos são previstos para serem feitos entre os anos de 2016 e 2020. O custo efetivo médio da operação, flutuante conforme a variação da taxa LIBOR de três meses do dólar dos Estados Unidos da América, mais o custo de captação do BID, mais a margem aplicável para empréstimo do capital ordinário do Banco, está situado em 3,40% ao ano.

Ainda de acordo com a STN, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017 (Lei nº 5.424, de 23 de dezembro de 2014) e conta com dotações necessárias e suficientes na lei orçamentária do Município de Campo Grande para o exercício de 2016 (Lei nº 5.640, de 22 de dezembro de 2015), quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Já as Leis Municipais nºs 5.607, de 14 de agosto de 2015, e 5.642, de 28 de dezembro de 2015, autorizam a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação da parcela municipal da arrecadação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como outras garantias em direito admitidas, como contragarantia à garantia da União. A STN considera as garantias oferecidas pelo Ente Federado suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

A STN, por meio da Nota nº 96/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 7 de junho de 2016, classifica a capacidade de pagamento do Município de Campo Grande como adequada ao recebimento da garantia da União, pois a classificação da situação fiscal do ente é "B-", o que indica situação fiscal boa e risco de crédito médio, e, além disso, a operação de crédito em análise cumpre os indicadores de endividamento e serviço da dívida constantes da Portaria MF nº 306, de 10 de setembro de 2012.

Em relação à adimplência, a STN afirma estar o Município de Campo Grande adimplente com as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional e relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. Inclusive, à data da manifestação da STN, não havia registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito contratadas pelo Ente desde 2005.

Quanto aos precatórios, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) estão suspensas até decisão final de mérito do processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000. A PGFN, porém, por meio do já mencionado Parecer nº 1078/2016/PGFN/COF, informa, com base em Declaração do Prefeito Municipal e de Certidão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que o Ente aderiu ao pagamento dos precatórios pelo regime especial com periodicidade mensal, estando regular quanto à liberação tempestiva de precatórios.

A Secretaria do Tesouro Nacional atesta também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007. Ademais, com base na análise das cláusulas contratuais, constata-se que as obrigações são passíveis de cumprimento e não geram ao Tesouro Nacional riscos superiores aos normalmente assumidos nesse tipo de operação. A STN cita ainda documentos do Poder Executivo municipal e do Tribunal de Contas que atestam a observância, pelo Município de Campo Grande, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da sua competência tributária e dos limites das despesas totais com pessoal.

Conforme declaração do Poder Executivo no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, o Município de Campo Grande não assinou, até a data daquele documento, nenhum contrato na modalidade de Parceria Público-Privada, nem contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do atual Prefeito, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, em obediência ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A PGFN, a seu tempo, informa que, em 6 de julho de 2016, conforme consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, o Município de Campo Grande possuía pendências relativas ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e à Regularidade quanto a Tributos, Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União. Não obstante isso, por força do § 4º do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, a comprovação da adimplência do mutuário somente se dará por ocasião da assinatura do contrato de garantia, de modo que eventuais inadimplências hoje existentes junto à União não interferem na concessão da autorização do Senado Federal para que o mutuário contrate a operação de crédito em tela.

Ademais, a PGFN frisou que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja atualizada a verificação da adimplência do Município em face da União, formalizado o contrato de contragarantia e verificado o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso. A propósito, essa última recomendação consta apenas do Parecer da STN.

Voto.

Em suma, o pleito encaminhado pelo Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida com garantia da União, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016

Autoriza o Município de Campo Grande, situado no Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Campo Grande, situado no Estado do Mato Grosso do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande – MS – VIVA CAMPO GRANDE II".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Campo Grande (Estado do Mato Grosso do Sul);

II - Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI – Prazo de Desembolso: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do Contrato, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do Garantidor;

VII – Amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do Contrato;

VIII – Juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual fixada para cada trimestre baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX – Conversão: o Devedor, já devidamente autorizado por esta Resolução, poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, conforme disposto contratualmente;

X – Comissão de Crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato;

XI – Despesas com Inspeção e Supervisão Gerais: em determinado semestre, até 1 % (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campo Grande, situado no Estado do Mato Grosso do Sul, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campo Grande e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Srª Presidente, relatório do eminente Senador Wellington Fagundes de que V. Exª gentilmente me nomeou Relator *ad hoc*.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka. O Senador Wellington Fagundes chegou agora para a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Bem-vindo, Senador.

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Leonardo Lobo Pires, Coordenador de Operações de Crédito dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional.

A matéria está em discussão.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente, é um prazer estar aqui.

Sou de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, trabalhei na Prefeitura Municipal de Campo Grande como Secretário de Governo, e sei deste projeto desde 2008. Ele está percorrendo todos os canais, foi defendido no BID, e é fundamental que realmente seja aprovado por esta egrégia Comissão pela sua importância.

Com a implantação dos *shoppings* em Campo Grande, distantes do centro da cidade, aquelas casas mais importantes se transferiram para lá, e o centro da cidade ficou totalmente abandonado. Sou Vice-Presidente da Associação Comercial de Campo Grande e sinto que o centro da cidade está totalmente abandonado, 38% das lojas fecharam, não há lugar para estacionamento. Este projeto tem como objetivo fundamental revitalizar todo o centro da cidade de Campo Grande, melhorar cabeamento dos fios para se tornar subterrâneo. A revitalização, com certeza, vai trazer uma nova vida à própria cidade. No centro, ninguém praticamente faz compra, o número de falências é grande, os pequenos comerciantes estão em situação de desespero e clamaram mesmo para que esta Comissão pudesse sinalizar positivamente no sentido da aprovação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Pedro Chaves.

Quero agradecer a sua intervenção, dizer que conheço sua cidade, tive o prazer e a honra de morar em Campo Grande...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...uma cidade lindíssima, muito bonita. Com certeza, vamos apoiar também o projeto.

Esse é um problema dos centros de cidade que não acontece só em Campo Grande, em várias capitais temos o problema de os centros morrerem – na realidade, não conseguem manter os seus comércios por conta dos *shoppings*, da forma de desenvolvimento das cidades. Então, acho que revitalizar os centros das cidades é fundamental, não só para o comércio, mas também para o lazer da população, para a moradia, para os serviços.

Continua em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O projeto tramita há muito tempo, é muito bem feito, traz as garantias, a Secretaria do Tesouro Nacional verificou – é claro que condicionou na contratação a adimplência. Isso tudo vai ser feito na hora da contratação. Evidentemente que é um projeto muito importante para Campo Grande, como disse o Senador Pedro Chaves, para o nosso centro. Com a revitalização, sobretudo envolvendo áreas culturais, virá a acessibilidade, uma série de coisas que vai fazer com que o centro tradicional, a famosa 14 de Julho, a 13, a região central de Campo Grande, volte realmente a ser o que já foi no passado – não que não seja importante, ainda é importante, mas vai ficar muito bonita. E há a contrapartida do Município.

Tenho a impressão, Srª Presidente, de que esta Comissão deveria conceder esse crédito a Campo Grande. É claro que isso não vai ser contratado de hoje para amanhã, vai levar ainda algum tempo, mas vamos ficar com isso aprovado no Senado à espera apenas e tão somente da burocracia, o que é normal.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, quero trazer aqui a minha satisfação de poder ter relatado esse projeto, principalmente por ter estudado em Campo Grande também. Fiz o meu segundo grau, coincidentemente, na escola do nosso companheiro Pedro, a Massi. Depois, estudei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – fomos contemporâneos. O Moka é um pouco mais experiente, mas também estudou na mesma universidade federal. Os dois primeiros anos dos cursos de Medicina e de Medicina Veterinária eram conjuntos.

Eu conheço muito bem aquela região. Campo Grande sempre foi uma cidade muito bonita, uma cidade planejada. Ali havia uma antiga linha de trem, a ferrovia, que foi doada para a prefeitura. Portanto, toda essa área nova, além daquilo que já foi urbanizado, já está em nome da prefeitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Como foi dito aqui pelo Senador Moka, nós conversamos muito e tivemos a assessoria da Consultoria do Senado. Essa questão da adimplência será resolvida lá na contratação.

Nós estamos num período eleitoral, e eu penso que seria muito bom se a população de Campo Grande estivesse nos ouvindo, até para ter mais critério para escolher os vereadores e o prefeito ou a prefeita da cidade. Será entregue um projeto desses pronto, mas não será feito nessa administração – será feito na próxima administração.

Portanto, eu vejo que isso é uma responsabilidade de todos que estão envolvidos. Quero aqui falar dos três Senadores: Senador Moka, Senadora Simone Tebet e, em especial, o meu companheiro Pedro Chaves, que chegou aqui e já foi atrás do projeto. Ele disse: "Olha, eu preciso aprovar, porque eu conheço. Eu vivi isso lá." Um projeto não pode ficar parado tanto tempo, com toda a sinalização de aprovação, e a cidade ainda carecer. Como foi dito aqui, o projeto vai valorizar demais a região, além de melhorar a qualidade de vida de toda a população.

Portanto, eu quero parabenizar aqui toda a população de Campo Grande, que vai ganhar uma obra magnífica – e é importante dizer também, Srª Presidente –, com juros de apenas 3% ao ano. Mesmo hoje, com a possibilidade de inflação, os juros contratuais ainda são de 3% ao ano. Então, essa será uma grande oportunidade que a cidade de Campo Grande terá para melhorar mais ainda e ser a Cidade Morena, a cidade linda que todos nós sempre contemplamos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mato Grosso está unido, do Sul e do Norte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ela foi Secretária, e o Paulo Bernardo também.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um belíssimo Estado. Gosto muito de lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quando dividiram o Estado, eu ainda era estudante em Campo Grande. Naquele momento, Campo Grande fazia o velório, e Cuiabá fazia uma grande festa. Mas provou-se que isso foi bom para os dois Estados. Campo Grande sempre foi uma cidade predestinada a ser uma grande capital, e, hoje, os dois Estados de Mato Grosso experimentam esse desenvolvimento. Então, acho que a separação foi feita na hora certa e no momento certo. Enfim, as populações dos dois Estados hoje vivem numa harmonia muito grande.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Obrigada, Senador Wellington.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes, lido aqui pelo Senador Waldemir Moka como Relator *ad doc*.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, gostaria de pedir o apoio de V. Exª e dos nossos colegas para que pudéssemos inverter a pauta, trazendo, como próximo ponto, o item 7, que prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014, que diz respeito, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a um financiamento da cidade de Alagoinhas, no Estado da Bahia, para um programa de urbanização daquela cidade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se não houver contrariedade da Comissão, invertemos a pauta. (*Pausa.*)

Então, vamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 46, de 2016
- Não terminativo -

Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Favorável ao projeto.

Como o Senador Antonio Carlos Valadares não está presente nesta reunião, nomeio, como Relatora *ad hoc*, *a* Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, vamos ao relatório.

O Projeto de Resolução (PRS) nº 46, de 2016, do Senado Federal, de autoria da Senadora Lídice da Mata, contém apenas dois artigos: o primeiro prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014, do Senado Federal (RSF), e o segundo constitui a cláusula de vigência.

A Resolução nº 37, de 2014, do Senado Federal, autorizou o município de Alagoinhas, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social de Alagoinhas/BA.

O art. 4º da referida Resolução estabelece um prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias para o exercício da autorização, contado a partir da vigência da Resolução, ou seja, a partir de 20 de novembro de 2014, data de sua publicação, prazo que expirou no dia 13 de maio de 2016.

Em sua justificação, a Senadora Lídice da Mata argumentou que o Prefeito de Alagoinhas – BA, Paulo Cezar Simões Silva, encaminhou ao Senado Federal, em agosto último, o Ofício nº 225/2016 – GAB, requerendo a prorrogação do prazo de vigência da mencionada resolução. No ofício, o Prefeito de Alagoinhas informa que o processo de contratação da operação de crédito externo encontra-se aprovado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e que desde 2 de fevereiro de 2016, data da publicação no Diário Oficial da União (DOU), aguarda agenda comum do representante da CAF para assinatura do referido contrato de empréstimo, não tendo sido possível cumprir o prazo que ora se pretende prorrogar.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do disposto no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 99, inciso I, com o art. 389 e com o art. 393, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

É da CAE, também, a competência privativa para opinar sobre as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público, bem como sobre as condições financeiras para a contratação dessas operações.

De acordo com esse art. 4º, o prazo máximo para o exercício da autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência da Resolução, prazo que expirou no dia 13 de maio de 2016.

O PRS nº 46, de 2016, simplesmente prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 2014, por igual período. Portanto, dispõe sobre matéria inserida no âmbito daquelas competências e não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental.

Quanto ao mérito, vale observar que a presente proposta não altera as cláusulas contratuais estipuladas na RSF nº 37, de 2014, mas apenas modifica um aspecto formal da autorização já concedida, que é o prazo para a efetiva contratação da operação de crédito.

Nesse sentido, concordamos com os argumentos apresentados pelo Prefeito do Município de Alagoinhas – BA e pela Senadora Lídice da Mata. De fato, "o Município de Alagoinhas atendeu às exigências de apensação documental e envidou os esforços de gestão fiscal habilitatórios, porquanto compatíveis com o equilíbrio fiscal. Não obstante, as providências esbarram no premente exaurimento do prazo concedido pelo Senado Federal, por meio da aludida Resolução nº 37, de 2014, dentro do qual a operação haveria de ter sido contratada".

A propósito, vale observar que esse tipo de prorrogação já foi objeto de deliberação desta Casa em outras ocasiões. Recentemente, por exemplo, foi aprovado PRS nº 1, de 2016, que originou a Resolução nº 1, de 2016, do Senado Federal, e que prorrogou o prazo para contratação de operação de crédito entre o governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada nos termos da Resolução nº 44, de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Outra proposta aprovada foi o PRS nº 6, de 2016, que originou a Resolução nº 2, de 2016, do Senado Federal, e que prorrogou o prazo estabelecido na Resolução nº 27, de 2014, do Senado Federal, para contratação de operação de crédito externo entre o Município de São Luís - MA e o BID.

Portanto, somos favoráveis à aprovação da proposta ora analisada, à luz da legislação vigente, a fim de viabilizar a execução do Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas-BA.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 46, de 2016, do Senado Federal.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina.

A matéria está em discussão.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, só para esclarecer, esse projeto de resolução foi aprovado por unanimidade nesta Comissão e no plenário do Senado Federal. Como foi exposto pelo Relator, por uma dificuldade adicional do próprio Governo, nós passamos por um tempo em que a Fazenda proibiu as contratações de financiamento externo, o que prejudicou o atendimento desse financiamento, que, através do Município, cumpriu todas as exigências feitas pela CAF.

Além disso, o Município de Alagoinhas foi o único Município da Bahia selecionado para receber um financiamento tão importante. Trata-se de um dos Municípios mais destacados do nosso Estado e, hoje, é o principal polo de bebidas em geral da Bahia pela qualidade de sua água mineral. Ademais, o Prefeito tem grande aprovação na cidade. Ele não é do meu Partido, mas é um Prefeito respeitado, com aprovação de seus representados naquela cidade.

Nós temos a expectativa de que esse financiamento possa sair, beneficiando enormemente a área mais popular da cidade de Alagoinhas.

Eu, como quase filha da cidade de Alagoinhas – lá cheguei aos cinco anos de idade, portanto lá me criei –, tenho o dever de defender que possamos fazer isso da maneira mais rápida possível. Inclusive, ao pedir o voto para que possamos aprovar essa matéria, já peço também que possamos aprovar uma urgência logo depois para que ela possa ir ao Plenário ainda hoje.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Lídice.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, lido aqui pela Relatora *ad hoc,* Senadora Regina Sousa.

Os Senadores que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 28
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 46 de 2016, que "prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 19 de novembro de 2014."

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Em votação o requerimento solicitando a urgência para que o projeto vá ao Plenário do Senado, feito pela Senadora Lídice da Mata.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segue, então, para o Plenário.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, queria usar da palavra um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Pedro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Gostaria também de requerer urgência ao projeto que terminou de ser aprovado, constante do item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O item 9.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente, sobre Campo Grande. Se puder ir hoje, em regime de urgência, seria muito importante para nós.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

Então, requerimento de urgência para a tramitação da Mensagem nº 80, aprovada por esta Comissão, do Senador Pedro Chaves.

ITEM Nº 27
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 80 de 2016, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande - MS - VIVA CAMPO GRANDE II'".

Autoria: Senador Pedro Chaves.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – V. Exª me designou Relator de dois projetos de reestruturação de financiamento para dois países africanos: Zâmbia e Costa do Marfim.

Ontem conversei com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o nosso Senador Aloysio, e ele me solicitou certa urgência na tramitação desse processo que vai para a Comissão de Relações Exteriores, onde é terminativo. Então, solicito à Presidência que coloque esses dois projetos extrapauta. Trata-se da Mensagem nº 37 e da Mensagem nº 40, da Presidência da República. Uma vez que eles são do Governo da Presidenta Dilma e não são contestados pelo atual Governo. Acho que é uma questão pacífica. Trata-se simplesmente de dar velocidade à tramitação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se não houver contrariedade da Comissão, incluímos extrapauta.

E pergunto a V. Exª, já que está presente como Relator, se não quer proceder à apresentação do relatório de ambas as matérias para que possamos votá-las.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Como não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O relatório da Mensagem nº 40 já se encontra aqui comigo na mesa. Se V. Exª quiser proceder à leitura...

ITEM 21
MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2013
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Roberto Requião.
Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O 40 e o 37.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É um projeto de resolução do Senado que propomos pelo qual se autoriza a União a contratar operação financeira com a República da Costa do Marfim, no valor equivalente a US$9.045.635,00, para a reestruturação da dívida oficial marfinesa para com o Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O texto da resolução é o seguinte:

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, e da Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, autorizada a celebrar contrato de reestruturação de seus créditos junto à República da Costa do Marfim, no montante equivalente a US$ 9.045.635,40 (nove milhões, quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quarenta centavos).

Parágrafo único. A operação financeira externa definida no *caput* dar-se-á nos termos do resultado das negociações registrado na ata de entendimentos das reuniões bilaterais realizadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim.

Art. 2º A operação de reestruturação da dívida da República da Costa do Marfim observará as seguintes condições financeiras:

I – dívida total consolidada: US$9.045.635,40 (nove milhões, quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quarenta centavos);

II – montante perdoado: US$7.782.778,80 (sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e oitenta centavos);

III – montante reescalonado: US$1.262.856,60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos).

IV – termos de pagamento:

a) amortização do montante reescalonado: quatro pagamentos semestrais, conforme o seguinte cronograma:

i. US$362.856,60 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), em 1º de julho de 2013;

ii. três parcelas iguais a US$300.000,00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), em 1º de janeiro de 2014, em 1º de julho de 2014 e em 1º de janeiro de 2015;

b) juros de mora: calculados à taxa de 1% (um por cento) a.a., incidente sobre os pagamentos que venham a ser efetuados em atraso;

Os pagamentos eventualmente efetuados pela República da Costa do Marfim em conta de depósito em custódia junto ao Banco do Brasil, agência Nova Iorque, enquanto se aguarda a aprovação do Senado Federal, serão abatidos da dívida a reescalonar. Portanto, esse processo já está em andamento.

As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de eficácia plena do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Como se pode ver, esse processo está parado há muito tempo. Daí a solicitação que me faz o Presidente da Comissão de Relações Exteriores para dar velocidade, porque ela é terminativa na Comissão de Relações Exteriores.

É esse o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião. Muito justo esse requerimento de que fosse o projeto aqui analisado e deliberado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Roberto Requião.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Tenho ainda a Mensagem nº 37, de 2013.

O relatório está pronto também.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Tem também o item 8, que é um ofício, e sou o relator, mas pode ser depois do Senador Roberto Requião.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vamos apreciar a do Senador Roberto Requião, depois V. Exª e, depois, os projetos de que o Senador Cristovam é o relator também.

ITEM 22
MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2013
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, no valor consolidado de US$ 113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), para o reescalonamento da dívida oficial da Zâmbia para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Roberto Requião

Com a palavra o Relator, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A proposta de resolução que consta do meu relatório é a seguinte:

Art. 1º Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, é a União autorizada a realizar operação financeira externa mediante Acordo de Reestruturação de Dívida a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, no valor consolidado de US$113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), para o reescalonamento da dívida oficial da Zâmbia para com o Brasil.

Parágrafo Único. O Acordo a que se refere o *caput* tem por objeto o reescalonamento da dívida da República de Zâmbia com o Brasil, oriunda de financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX/Financiamento).

Art. 2º A operação externa referida no artigo anterior e consubstanciada no mencionado Acordo de Reestruturação de Dívida tem as seguintes características financeiras básicas:

I – Valor da Dívida consolidada em 31/07/2011: US$113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos):

II - Valor da dívida a ser perdoada: US$90.738.403,62 (noventa milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e dois centavos), correspondentes a 80% do valor da dívida consolidada;

III – Valor do reescalonamento: US$22,684,600.91 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América e noventa e um centavos), correspondentes a 20% do valor da dívida consolidada;

IV – Amortização: em duas parcelas semestrais iguais, sendo a primeira em 21/09/2013 – veja, Presidente, o tempo em que esse projeto está parado no Senado da República –, no valor de US$11,342,300.45 (onze milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e cinco centavos), e a última, em 31/01/2014, no valor de US$11,342,300.46 (onze milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e seis centavos).

V – Taxa de juros: LIBOR semestral mais 1% ao ano;

VI – Juros de mora: 1% ao ano acima da taxa de juros contratuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de eficácia plena do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é 540 dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente, esses dois processos chegaram à minha mão ontem, à tarde. E, dada a situação absurda do atraso de tramitação, tomei o cuidado de passar isso para a Consultoria do Senado, que rapidamente me apoiou e trouxe ao Plenário hoje essas duas resoluções.

E elas devem seguir imediatamente para a Comissão de Relações Exteriores, porque esse assunto já deve estar liquidado, uma vez que essas quantias estão sendo depositadas, conforme prevê a resolução.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Requião.

Inclusive, queria agradecer também a sua disposição de fazer tão prontamente os relatórios.

Nós fomos solicitados pelo Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, para que essas matérias entrassem em pauta, para que a Comissão de Relações Exteriores pudesse analisar.

V. Exª, assim que recebeu a matéria, se propôs a fazer os pareceres, e estamos podendo deliberar aqui essas matérias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Roberto Requião.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, nos termos do projeto de resolução do Senado que foi apresentado.

Passamos agora ao item 8 da pauta, por solicitação do Senador Valdir Raupp que é relator da matéria.

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 37, de 2007
- Não terminativo -

Encaminha, para conhecimento, documentação relativa ao pleito do Estado do Paraná junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.

Autoria: Governo do Paraná
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Ofício "S" nº 37, de 2007 (nº 18, de 2007, na origem), do Governo do Paraná, que encaminha, para conhecimento, documentação relativa ao pleito do Estado do Paraná junto à União – Ministério da Fazenda, PGFN – e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), no que se refere aos títulos públicos.

Trata-se de mensagem da Casa Civil do Governo do Paraná, de 15 de junho de 2007, à qual foram anexadas Declaração firmada pelos Governadores dos Estados-membros do Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Codesul), a saber, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, bem como carta do então Governador do Paraná, nosso colega Roberto Requião, dando a conhecer o "Pleito do Estado do Paraná junto à União – Ministério da Fazenda – quanto ao assunto "Títulos Públicos".

Vamos direto aqui ao voto.

Nosso voto, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores é pelo arquivamento.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

A matéria encontra-se em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento e posterior arquivamento do projeto.

Passamos agora ao item 6, não terminativo. Encontra-se no Plenário o Relator, Senador Cristovam Buarque.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente, este projeto do Senador Lasier, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, visa incluir as despesas com ciência, tecnologia e inovação no rol de gastos não sujeitos ao contingenciamento de orçamento.

Atualmente, contam com essa proteção as despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais dos entes da Federação, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Esse rol de gastos protegidos está no §2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, o art. 1º do PLS 594 altera o aludido parágrafo, para incluir na lista os gastos com ciência, tecnologia e inovação. Já o art. 2º é a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor alega que países se desenvolvem graças à prioridade conferida à ciência, à tecnologia e à inovação e, assim, justifica a inclusão desses setores entre os protegidos no contingenciamento do Orçamento.

Eu acrescento que, além disso, esse é um setor em que, se se tem previsto um gasto e se interrompe, não se recupera o que se parou. Perde-se, e volta-se muitas vezes a anos e anos anteriores, ao estado em que estava a ciência e a tecnologia.

O PLS 594 tramitará apenas nesta Comissão. No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

Minha análise, Srª Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre esse assunto.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não há impedimentos.

Corroboro integralmente o mérito da proposição.

O PLS 594/2015, ao livrar as áreas de ciência, tecnologia e inovação do contingenciamento orçamentário, contribui para o progresso tecnológico do País e, consequentemente, para o crescimento econômico – ainda mais especialmente, para o crescimento econômico na ponta.

Em relação à técnica legislativa, o projeto requer uma correção, pois cria dois incisos no §2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, para listar as despesas livres de contingenciamento. O primeiro inciso enumera as despesas já protegidas, enquanto o segundo prevê a proteção dos gastos com ciência, tecnologia e inovação. O certo seria manter toda a lista no *caput* do §2°, como ocorre atualmente, ou destinar um inciso para cada tipo de despesa. Preferimos a primeira alternativa, ao manter-se mais próxima do texto em vigor e por não haver ainda número elevado de itens a serem listados.

Em face do exposto, meu voto é pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Aí vêm o § 9º e o § 2º, que incluo:

Art. 9º.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

.....

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as dirigidas às ações de ciência, tecnologia e inovação e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Esse é o meu voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Cristovam, o relatório.

Queria só colocar em discussão...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou colocar em discussão.

Só quero deixar aqui registrado, Senador, que, quando fui Ministra da Casa Civil, acompanhávamos a Junta Orçamentária. Eram o Ministério da Fazenda, o do Planejamento e o da Casa Civil. E sempre discutíamos os contingenciamentos que faríamos no Orçamento.

O interessante é que havia algumas áreas em que a Junta tinha a determinação expressa da Presidente da República de não serem contingenciadas: saúde, educação e ciência e tecnologia.

Eu lembro que, por três anos consecutivos em que acompanhei os trabalhos na Junta, nós não contingenciamos esse Orçamento, exatamente pelos motivos que V. Exª expôs aqui.

A matéria encontra-se em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu entendo que esta é uma matéria para ser discutida na LDO. Nada contra. Acho que a matéria é meritória, mas eu pediria vista, pelo menos por uma semana, para entender melhor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero me associar também ao pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, concessão de vista coletiva ao Projeto de Lei do Senado nº 594.

Item 10. Está aqui presente o Senador Cristovam Buarque, que é relator do projeto.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Benedito de Lira altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, por sua vez, regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial.

A Lei nº 11.101, de 2005, conhecida como Nova Lei de Falências, introduziu no ordenamento jurídico nacional o mecanismo da recuperação judicial, cujo objetivo é viabilizar a superação de crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promover a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade mesmo em momentos de grandes dificuldades.

As alterações propostas pelo PLS nº 370, de 2012, objetivam assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa ao determinar que os planos de recuperação judicial não poderão prever prazo superior a um ano para o pagamento de créditos derivados de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, equiparando-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

-os aos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, previstos no art. 54 da Lei nº 11.101, de 2005, respeitando-se, obviamente, o limite de cinco salários mínimos por credor.

O PLS nº 370, de 2012, acrescenta ainda o inciso II ao art. 83 da referida lei, com a consequente renumeração dos demais incisos, com o intuito de que os créditos decorrentes de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, limitados a 150 salários mínimos por credor, ocupem a segunda posição na classificação dos créditos na falência. Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho são preservados em primeiro lugar com, portanto, prioridade máxima.

A matéria foi distribuída inicialmente à CAE e em seguida tramitará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Análise.

Em consonância com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CAE analisar os aspectos econômicos e financeiros das matérias.

Concordamos com o autor da proposição quando afirma ser incontestável a relevância socioeconômica das microempresas no cenário nacional, especialmente na criação de empregos.

Da mesma forma, concordamos com a assertiva de que a Constituição Federal é imperativa, ao eleger como princípio da ordem econômica o tratamento diferenciado para as pequenas empresas. Por essa razão, os créditos dos microempresários e dos microempreendedores individuais, assim como os créditos trabalhistas devem ter prioridade nos procedimentos de recuperação judicial de que trata a Lei nº 11.101, de 2005.

O PLS nº 307, de 2012, ainda confere o mesmo tratamento prioritário ao microempreendedor individual, de que trata a Lei Complementar nº 128, de 2008, no caso de falências. Para tanto, propõe a inclusão desses créditos na vigente classificação dos créditos falimentares, conforme contido na citada Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. Também aqui, entendemos que se trata de inovação meritória.

Diante desses argumentos, consideramos indiscutíveis os méritos da proposição em análise, tornando-a merecedora de aprovação por parte do Congresso Nacional.

O meu voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2012, do Senador Benedito de Lira.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Cristovam.

A matéria está em discussão.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria pedir vista do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

Concedo vista, então, ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, Senadora Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, se possível, de solicitar a V. Exª, claro, com o apoiamento dos meus colegas Senadores e Senadoras, a inclusão extrapauta de dois projetos que tratam de renegociação de dívida: um entre o Brasil e a Tanzânia, e outro entre o Brasil e a República do Congo.

Se for possível, porque fui informada de que haveria acordo já.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso mesmo. Foi uma solicitação do Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes.

Consulto a Comissão. (*Pausa.*)

Todos concordam.

Estão incluídos extrapauta.

Consulto também a Senadora Vanessa sobre se já quer proceder à relatoria.

Então, vamos começar pela Mensagem do Senado nº 36, não terminativo.

ITEM 23
MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2013
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

no valor equivalente a US$4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congolesa para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tendo feito V. Exª a leitura já da ementa, que resume bastante o de que trata o projeto, apenas diria que a exposição de motivos encaminhada pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informa que a dívida oficial da República do Congo com o Brasil é classificada como dívida de curto prazo.

Ela teve origem na exportação de 30 mil caixas de *corned beef* para o antigo Zaire, no valor de US$541,536.00 (quinhentos e quarenta e um mil e quinhentos e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América), e estava amparada na carta de crédito emitida pelo Banque Commerciale Zairoise de Kinshasa, da República do Zaire.

A carta de crédito foi a garantia dada pelo Banco do Zaire.

Os termos e as condições do contrato de restruturação dos débitos da República Democrática do Congo foram consolidados em 18 de novembro de 2011, ficando nos seguintes termos aprovados pelos membros do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace):

I) dívida total consolidada: US$4.761.470,98.
a) principal: US$1.685.020,26;
b) juros contratuais: US$413.139,85;
c) juros de mora: US$2.663.310,87;
II) remissão de dívida: US$2.555.661,61, correspondendo a um perdão de 54% da dívida total consolidada;
III) pagamentos efetuados: US$608.879,84;...

Srª Presidente, vou à análise, pois o relatório é extenso, não estou lendo como um todo, é apenas um resumo, porque todos os Senadores e Senadoras já receberam e devem ter lido.

O Brasil, no bojo do seu programa de expansão das exportações a partir de meados dos anos 60 – como fonte de sustentação do seu crescimento econômico –, financiou com recursos da União, nas décadas de 70 e 80, a aquisição de bens e serviços brasileiros por uma série de países pobres, notadamente do continente africano.

Repito, esses empréstimos ocorreram na década de 70 e 80, sobretudo com os países mais carentes, dentre os quais, na África: Gabão, Mauritânia, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Senegal, Nigéria, Congo (atual República Democrática do Congo), e vários outros países, assim como na nossa região da América Latina, Uruguai, Venezuela, Suriname, Guiana, El Salvador e Nicarágua, bem como outros do Oriente Médio.

Evidentemente, além do impacto positivo dessas exportações na geração de renda e criação de novos empregos, e no desenvolvimento de nossas forças produtivas e da tecnologia nacional, havia um contexto de inserção maior – já naquela época – de Brasil na economia mundial, o que explicava plenamente essa política que foi, segundo o balanço do próprio Ministério da Fazenda, extremamente positivo para o Brasil.

Então, aqui nós analisamos no relatório a renegociação da dívida da República do Congo; a economia também da República do Congo, o que representou para o Brasil e para a República Democrática do Congo; a dívida da República Democrática do Congo junto ao Brasil; as negociações da dívida do Congo no âmbito do Clube de Paris; o interesse do Governo brasileiro na renegociação; e a juridicidade da MSF nº 36, de 2013.

Baseado nisso, o nosso relatório é a favor da concessão da autorização solicitada, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

Pergunto a V. Exª se teríamos que ler o projeto de resolução ou não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há necessidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Então, nos termos do projeto de resolução que está aqui, é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senadora Vanessa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução.

Quero informar à Comissão de Assuntos Econômicos que a matéria vai ao plenário do Senado.

Inclusive, Senador Requião, os dois outros projetos de resolução que V. Exª leu iriam à Comissão de Relações Exteriores automaticamente se as matérias tivessem entrado após a alteração do Regimento Interno. Mas o Senador Aloysio Nunes, mesmo assim, está solicitando ao Plenário do Senado para que a matéria tramite na Comissão de Relações Exteriores. Então, o requerimento está no plenário, para que possa cumprir a mudança que foi feita no Regimento, o Regimento atual.

Então, quero comunicar aqui que vai ao Plenário do Senado, e com o requerimento do Senador Aloysio é que vai à Comissão de Relações Exteriores.

Mensagem do Senado Federal nº 38, de 2013, também extrapauta.

ITEM 24
MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2013
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Unida da Tanzânia, no valor equivalente a US$ 236,996,036.19 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América e dezenove centavos), para o reescalonamento da dívida oficial tanzaniana para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª. Presidente, estamos diante de um projeto muito semelhante ao que acabamos de aprovar, da República do Congo. Ou seja, a origem da dívida remonta a operações de financiamento à exportação realizadas nas décadas de 70 e 80, com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex), que passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

Há uma longa análise em que abordamos os vários aspectos. E entendemos satisfeitas todas as premissas formais e materiais do pedido de autorização para o reescalonamento da dívida da Tanzânia para com o Brasil.

Adicionamos as seguintes considerações, por isso um relatório bem extenso. Mas, com efeito, com o decorrer do longo período, visto ser uma dívida bem antiga, compreendendo quase duas décadas, realizaram-se várias rodadas de negociações dos débitos, com características diversas, desde a redução de taxas de juros e a ampliação dos prazos de amortização, a concessão do perdão total ou parcial dessa dívida.

Portanto, foram feitas negociações no âmbito da redução da dívida junto aos bancos privados, junto aos bancos e credores oficiais, e boa parte delas passando pelas considerações e determinações estabelecidas no âmbito do chamado Clube de Paris.

Srª. Presidenta, gostaria também de destacar, de modo geral, o levantamento das resoluções do Senado Federal sobre dívidas de outros países com o Brasil reescalonadas a partir de meados dos anos 90, que registra a seguinte estatística: durante o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Senado Federal aprovou 15 resoluções sobre o assunto. Durante o governo do ex-Presidente Lula, foram aprovadas pelo Senado Federal cinco resoluções sobre renegociação de dívidas. E durante o governo da Presidenta Dilma, foram aprovadas quatro renegociações.

Portanto, é uma prática que vem sendo adotada por todos os governos nas décadas posteriores à década de 90.

Ante o exposto, o voto é pela concessão da autorização para reestruturação da dívida da República Unida da Tanzânia para com o Brasil, conforme proposto pela Presidência da República, mediante a Mensagem nº 38, de 2013, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado, que está aposto no relatório, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que foi apresentado.

Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, se não dificultar muito o andamento, eu tenho um requerimento que gostaria de colocar extrapauta, por uma certa urgência, no momento oportuno.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu peço que encaminhe à Mesa que vamos ler o requerimento.

Eu queria comunicar à CAE que, com relação às demais matérias não terminativas – itens 2,3, 4 e 5 –, nenhum relator se encontra aqui no plenário. A partir do item 12, são projetos de lei terminativos; portanto, não há quórum para deliberar.

Passamos, então, aos requerimentos.

Encontram-se, sobre a mesa, dois requerimentos.

Leio o de minha autoria. Trata-se da notória PEC do limite dos gastos públicos que por ora tramita na Câmara dos Deputados, mas em breve deverá chegar ao Senado Federal.

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Com intuito de discutir as consequências da Emenda Constitucional para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do país, sugere-se o convite dos seguintes nomes: Dra. Laura Carvalho – Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP; Jessé de Souza - Professor Titular do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense; Mansueto Facundo de Almeida Jr. – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; e Felipe Salto – Economista e Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

O Senador José Aníbal sugeriu o Dr. Mansueto Facundo de Almeida Junior, que já esteve aqui em debate, mas avalia o Senador ser importante o seu retorno.

Submeto o requerimento à apreciação desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, de 2016
- Não terminativo -

Requer, de acordo o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário desta Comissão de Assuntos Econômicos, destinado a homenagear o professor e economista Werner Baer.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria desta Comissão.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, esse requerimento foi aprovado na CCT, porque visa a discutir economia e pensamento econômico, explicando o que é essa ideia.

O pensamento econômico brasileiro tem diversas linhas, mas basicamente uma linha de um grupo que foi para os Estados Unidos e uma linha que foi para a França, o Chile, por exemplo.

Esse grupo que foi para os Estados Unidos é um grupo onde estão todos os grandes economistas falados, reconhecidos nos últimos anos, sobretudo os que têm mais de 65 anos em diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Todos eles foram graças a um professor chamado Werner Baer, que, além de professor nas universidades americanas, era o mentor, o organizador dos programas de bolsas, especialmente da Usaid, naquela época. Esse senhor, que foi professor de tanta gente, faleceu há três meses. Era um grande brasilianista.

A ideia é reunir aqui – já tenho todos os recursos, todos os convites prontos – todos os grandes economistas. Bacha, Malan, Pastore, Delfim, embora esses dois sejam um pouco mais velhos, eram os organizadores também. E muitos, todos os que fizeram o Plano Real, tudo isso. Foi aprovado na CCT, mas acho que seria bonito se fosse também um trabalho conjunto da CAE. Não precisa de nenhum recurso. Vai ser no Interlegis, durante um dia. E o tema vai ser discutir o futuro, tanto que o tema vai ser: "E agora, Werner? Para onde vai a nossa economia e para onde vai o nosso pensamento nas grandes discussões que hoje estão aí?". E há uma lista grande, que posso passar, dos temas que considero que precisamos discutir hoje em dia. Então, eu gostaria de ter a CAE também nesse evento, que já está autorizado na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Por todos os títulos, é uma proposta interessante. Já foi aprovada hoje de manhã na Comissão de Ciência e Tecnologia e é uma das funções precípuas da Comissão de Economia. O que o Senador Cristovam está propondo é um guarda-chuva institucional por parte de duas comissões do Senado.

Nós somos amplamente favoráveis à proposta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza.

Eu queria também me somar às palavras do Senador Roberto Requião. Acho que é muito importante e essa é a nossa função. Aliás, nós fizemos um debate grande aqui na CAE sobre a PEC 241. Também aprovei um requerimento agora para fazer um novo debate. Penso que o nosso papel é esse, é debater as matérias de grande relevância para o País. E V. Exª traz uma oportunidade.

Eu só consulto se a data do dia 29 já está definida pela CCT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está. É uma quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Porque V. Exª sabe que nós não vamos ter sessão deliberativa nessa semana no Congresso Nacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sei.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por consequência, penso que teremos poucos Senadores e Senadoras na Casa em relação às eleições municipais, que é algo que não acontece aqui no Distrito Federal.

Então, pergunto a V. Exª se manterá mesmo essa data.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós estamos trabalhando com essa data, inclusive pelo fato de que vai ser transmitida pela televisão, vão ficar os registros, mais que a participação de pessoas, embora vamos convidar todo o público.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim. É uma pena.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria também me associar no sentido de valorizar muito essa iniciativa do Senador Cristovam. Acho que a discussão econômica no Brasil foi impregnada desses elementos, vamos dizer, políticos e, ao final, perdemos um pouco a noção dos desafios e dos modelos que precisam ser permanentemente questionados. Dizem que, na economia, a sabedoria tem dúvidas, e a ignorância tem certeza. Portanto, cabe sempre fazer uma discussão, sobretudo considerando que esse encontro vai reunir economistas de primeiríssima linha e de expressão.

Agora, eu queria também, secundando a nossa Presidente Gleisi Hoffmann, dizer que seria para nós frustrante não podermos participar. Aqui há tantos e tantos Parlamentares, Senadores, que gostariam de estar presentes, mas, realmente, o dia 29 impossibilitará a presença de muitos companheiros. Então, eu faço também um apelo ao nosso Senador Cristovam se não seria possível encontrar uma data em que todos pudessem, de alguma maneira, participar desse importante encontro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu creio que é mais do que válido isso e mostra o interesse. Eu vou tentar renegociar com muitos deles uma nova data. Eu creio que pode ser que percamos uns, mas ganhamos outros, porque alguns não vão poder no dia 29 também.

Eu só queria dizer que a metáfora do guarda-chuva, que eu gostei muito, na verdade é um guarda-chuva institucional, mas se aplica também ao que estamos fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quando esse pessoal começou a ir estudar nos Estados Unidos e aonde a gente foi, tratava-se de criar uma plataforma para a economia no futuro. Eu acho que hoje a gente está precisando mesmo é de um guarda-chuva para a economia, mais do que uma plataforma. Mas, no caso, é um guarda-chuva institucional, embora não haja nenhum gasto de parte do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A iniciativa, a ideia de reestudar a data é interessante, mas eu quero fazer aqui o advogado do diabo.

A participação dos Senadores em debates dessa natureza é, via de regra, muito pequena. Nós temos feito, ao longo desses últimos anos, grandes esforços para realizar debates sobre economia, sobre estrutura brasileira, sobre a situação da globalização no mundo, e a participação é muito pequena. Ela seria muito maior se nós fôssemos discutir cargos nos ministérios, indicação de ministros. É diminuta a participação.

De qualquer forma, Senador, daremos oportunidade para alguns que desejarem participar. Eu duvido muito que tenhamos frequência em qualquer circunstância.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas acredito...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Senador Requião tem razão. Em geral é muito baixa a nossa participação. "A esse eu vou, porque estou visando; a outros eu não vou...", mas, de qualquer maneira, se temos uma data que já sabemos que é ruim, vamos tentar. Vou tentar. E darei informações.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bem, agradeço, Senador Cristovam, essa disposição. Pelo menos tenho certeza de que os que estão aqui agora, nesta Comissão, participariam. Nós temos muito interesse em discutir isso.

E, se me permite, Senador Armando, só para fazer um diálogo com V. Exª, de fato, a economia não é uma ciência exata. Portanto, as dúvidas são inerentes ao tema. Mas a política é importante para a economia, porque ela dá linha e dá direção. E eu acho que falta, mais do que discutir política econômica, discutir a economia política, quer dizer, o que nós queremos para o desenvolvimento do nosso País, da nossa Nação. E aí, como política de desenvolvimento mesmo. Por isso acho que é muito importante esse tema.

E eu também me associo ao Senador Armando e gostaria muito que a data não fosse dia 29, mas, claro, sei que V. Exª já tem os convites, os contatos com as pessoas que vão participar. Mas, se for possível, agradeceríamos a mudança.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu acredito que, com relação a mudar; é questão de ver.

Agora, seria bom também depois fazermos um outro desse tipo, com outras escolas do pensamento brasileiro, que são diferentes desse grupo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu já estava pensando aqui. Acho que vamos propor junto com o Senador Roberto Requião...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Seria. Eu quero assinar também um outro que vier.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro. V. Exª tem sido um parceiro nesses debates.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com o pessoal, por exemplo, de Campinas especialmente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu próprio não faço parte desse grupo; eu não fui estudar onde eles foram. Eu entrei aí porque conheci o Werner Baer, como professor de economia brasileira que eu fui, ele foi um dos autores de um grande livro. Não me sinto parte desse grupo; também de nenhum hoje em dia. Aqui para nós, eu estou procurando o guarda-chuva, como disse o Senador Requião; e aqui é o guarda-chuva institucional.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem.

Então, em votação o requerimento...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu só queria...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria esclarecer que não quis, de forma nenhuma, minimizar a importância. A política tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu entendi a sua colocação, acho que mais no sentido...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... tem a regência maior. Eu digo é que ficou muito enviesado o debate.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – De uma disputa conjuntural.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Exatamente, por uma disputa conjuntural. Está perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Entendi, entendi.

Em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores e Senadoras que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação da Ata das 25ª e 26ª Reuniões.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Queria informar à CAE que a nossa próxima reunião deliberativa vai ser, na realidade, com a presença do Presidente do Banco Central. Vai ser a audiência que nós, por dever de Regimento, temos que fazer. Já tínhamos marcado – inclusive, ele já estava presente na Casa –, e tivemos que suspender por termos a votação na CAE de matérias polêmicas, que tomaram muito tempo nos debates e discussões, que eram os aumentos do funcionalismo. Mas vamos retomar os trabalhos da CAE, após esse período de não deliberação do Senado da República, já com a audiência pública do Presidente do Banco Central.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE OUTUBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Roberto Requião, Kátia Abreu, Valdir Raupp, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Armando Monteiro e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 44 de 2016 (Aviso nº 349/MF), de 8 de setembro de 2016, do Ministério da Fazenda, de caráter reservado, encaminhando relatórios sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex, referentes ao quarto trimestre de 2015 e primeiro e segundo trimestres de 2016; Aviso Circular nº 5-GP/TCU, de 19 de setembro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando exemplares do Relatório de Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que serão distribuídos neste momento aos membros desta Comissão; Ofício GP/DL/0432/2016, de 12 de julho de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia de indicação que solicita a manutenção da aplicação dos recursos públicos já orçados para a recuperação da Rodovia BR-282, e Ofício nº 0819/16, de 28 de julho de 2016, da Câmara Municipal do Rio Grande – RS, solicitando apoio para elaboração de projeto de lei visando a extinção da cobrança de tributos sobre os "terrenos de Marinha". A íntegra do conteúdo do Aviso nº 44 de 2016, de caráter reservado, ficará disponível para consulta dos membros da comissão pelo prazo de cinco dias, e, ao final, o aviso será remetido ao cofre da Secretaria de Arquivo. Os demais expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência dá início, então, à primeira parte da reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Armando Monteiro, Kátia Abreu, José Aníbal, Lindbergh Farias e José Medeiros. Em seguida, a presidência inicia a segunda parte da reunião com a apreciação dos seguintes itens extrapauta: **Item 1** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 24 de 2016, de autoria do senador Armando Monteiro, que "requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016, que 'estabelece o Plano de Auxílio aos estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001', com a participação dos seguintes convidados: um governador ou secretário de Fazenda representando os estados da Região Norte; um governador ou secretário de Fazenda representando os estados da Região Nordeste; um governador ou secretário de Fazenda representando os estados da Região Centro-Oeste; um governador ou secretário de Fazenda representando os estados da Região Sudeste; um governador ou secretário de Fazenda representando os estados da Região Sul; um representante do ministério da Fazenda; e o consultor e especialista em Finanças Públicas, Raul Velloso". Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 24 de 2016-CAE. **Item 2** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 25 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann e outros, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário, a ser realizado na segunda quinzena de novembro de 2016, destinado a homenagear o professor e economista Celso Furtado". Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 25 de 2016-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento:

– Ministério da Fazenda: Aviso nº 44, de 8 de setembro de 2016, de caráter reservado, encaminhando relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) referentes ao quarto trimestre de 2015 e primeiro e segundo trimestres de 2016;

– Tribunal de Contas da União: Aviso circular, de 19 de setembro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando exemplares do relatório de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que serão distribuídos neste momento aos membros desta Comissão.

Correspondências:

– Ofício, de 12 de julho de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia de indicação que solicita a manutenção da aplicação dos recursos públicos já orçados para recuperação da rodovia BR-282;

– Ofício, de 28 de julho de 2016, da Câmara Municipal do Rio Grande do Sul, solicitando apoio para elaboração de projeto de lei visando à extinção da cobrança de tributos sobre os terrenos de Marinha.

A íntegra do conteúdo do Aviso nº 44, de 2016, de caráter reservado, ficará disponível para consulta dos membros da Comissão pelo prazo de cinco dias e, ao final, será remetido ao cofre da Secretaria de Arquivo. Os demais expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta: audiência pública interativa.

Finalidade: discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

S. Exª o Sr. Ilan Goldfajn já se encontra na secretaria da Comissão.

Peço à secretária que o acompanhe até a mesa, por favor.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ilan Goldfajn terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A ordem de inscrição é o registro de presença no painel. O interpelante vai dispor de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra, o Sr. Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Muito obrigado.

Exmª Srª Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmº Sr. Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmªs Srªs Senadoras; Exmºs Srs. Senadores, é uma honra retornar ao Senado e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária.

Aproveitarei essa oportunidade para trazer nossa avaliação sobre as condições atuais e prospectivas do cenário internacional e da economia doméstica e para apresentar a visão do Banco Central sobre o desafio das políticas econômica e monetária.

Quero iniciar falando, sucintamente, sobre os desenvolvimentos mais recentes da economia internacional. Estamos diante de um interregno benigno para as economias emergentes. Esse cenário oferece simultaneamente condições favoráveis de financiamento a essas economias e alguma recuperação da atividade global. Isso ocorre porque o ritmo do crescimento da economia global não é forte suficiente para a retirada dos estímulos monetários na maioria das principais economias, nem é fraco o bastante para diminuir a demanda por bens ou para desencadear fuga de capital de mercados considerados mais arriscados.

Embora ainda existam incertezas sobre o crescimento da economia global, especialmente sobre a normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, não é provável que esse ambiente favorável dure muito tempo. À medida que o tempo passe, o crescimento das economias avançadas ganhará atenção. Esse movimento, inevitavelmente, levará à normalização das condições monetárias na economia global.

Nos Estados Unidos, em particular, o vigor do mercado de trabalho tem atenuado o temor da desaceleração da atividade econômica e introduzido a perspectiva de redução mais cedo do que esperado do atual estímulo monetário excepcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A normalização das condições monetárias nas economias avançadas deve pôr fim ao período favorável de fuga do juro zero de certos países avançados para economias emergentes, inclusive o Brasil. Essa normalização das condições monetárias não é uma má notícia, afinal ela é consequência direta da recuperação econômica, mas não se deve ignorar a possibilidade de surtos de volatilidade à frente. Na verdade, considero essa normalização uma boa notícia no médio e longo prazos.

Ainda há riscos globais provenientes da adaptação de instituições financeiras internacionais ao novo contexto global e o resultado de eventos não econômicos em países avançados.

De qualquer forma, as economias emergentes devem aproveitar essa janela de oportunidades proporcionada pelo interregno benigno para reformar e ajustar suas economias.

No âmbito doméstico, nosso cenário básico contempla estabilização da atividade econômica no curto prazo e possível retomada gradual ao longo dos próximos trimestres, em contexto de elevado nível de ociosidade na economia.

De fato, a economia brasileira dá sinais de estabilização, após seis trimestres consecutivos de retração da atividade econômica na margem, e cresce a esperança na recuperação à frente.

No segundo trimestre desse ano, o PIB do setor industrial interrompeu uma sequência de cinco trimestres consecutivos de retração, enquanto o investimento interrompeu uma série de dez trimestres, também consecutivos, de retração. Os indicadores de confiança de empresários e consumidores estão subindo há alguns meses. A disposição para investir e para consumir depende da recuperação da confiança. Consequentemente, a retomada do crescimento também depende dessa confiança.

O setor externo tem contribuído positivamente, e deve continuar contribuindo para o crescimento, mas num ímpeto menor. Mas ainda há desafios relevantes.

No mercado de trabalho, ainda observamos a continuidade do aumento da taxa de desemprego e há perdas de rendimento real dos trabalhadores, embora em ritmo menor que no passado recente.

Considero a retomada da confiança um elemento crucial para a recuperação econômica.

É fundamental perseverar nos ajustes e nas reformas da economia brasileira para reduzir as incertezas, oferecendo perspectivas de crescimento sustentável e inflação baixa e estável ao longo do tempo.

Para isso, temos que reforçar o arcabouço de política econômica que já se mostrou exitoso no passado. Refiro-me especificamente ao conhecido tripé macroeconômico formado por responsabilidade fiscal, controle da inflação e regime de câmbio flutuante.

Acredito que os ajustes e as reformas voltadas para o fortalecimento do pilar da responsabilidade fiscal são importantes para resgatar a confiança dos agentes econômicos. Essa tarefa é árdua e exige trabalho contínuo.

Vejo como imperativas as ações voltadas à reconstrução do balanço do setor público, recompondo o espaço fiscal por meio da racionalização dos gastos para colocar a dinâmica da dívida em ordem.

São também necessárias reformas que aumentem a produtividade. Precisamos avançar em uma ampla agenda de mudanças e reformas estruturais destinadas a fomentar a produtividade e a impulsar o crescimento econômico de longo prazo.

O investimento em infraestrutura tem papel relevante na busca da eficiência. Esses investimentos têm efeito multiplicador porque, ao reduzirem custos e riscos das atividades produtivas, aumentam o retorno esperado dos outros investimentos na economia. O resultado final é o aumento do potencial de crescimento ao longo prazo.

Além disso, o aumento dos investimentos estimula o crescimento dos outros componentes da economia.

Essas iniciativas são necessárias para recuperar a confiança e para alcançar inflação baixa e estável. É fundamental criar as condições para o crescimento em bases sustentáveis.

Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores, o Banco Central também contribuirá para a recuperação da confiança e, portanto, para a retomada do crescimento. A melhor forma de fazer isso é por meio do controle da inflação, um bem público do qual a sociedade brasileira não aceita mais abrir mão.

Inflação baixa e estável é condição necessária para a retomada da confiança porque preserva o poder de compra dos indivíduos e das firmas. Além disso, permite o alongamento dos horizontes de planejamento e diminui as incertezas quanto ao retorno do investimento produtivo.

Com confiança, indivíduos e firmas voltarão a assumir riscos, aumentando consumo e investimento e, com isso, colaborando para a retomada do crescimento.

Quero enfatizar que, quando combate inflação alta, o Banco Central atua em prol da recuperação da atividade econômica. O BC é parte da solução para o crescimento.

Permitir inflação mais alta não contribuirá para o crescimento sustentável. O passado reiteradamente nos ensinou o limite de políticas voluntaristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A evolução dos preços evidencia processo de desinflação em curso e as perspectivas são de continuidade desse processo nos próximos trimestres. Essa expectativa é corroborada pelas projeções produzidas pelo Copom e por medidas de expectativas de inflação do mercado, apuradas pela pesquisa Focus. No entanto, a velocidade da desinflação permanece incerta.

Temos conduzido a política monetária com a prudência que o momento requer, de forma a garantir uma desinflação sólida e uma recuperação sustentável, ao mesmo tempo.

Agindo de maneira prudente, já obtivemos resultados. As expectativas de inflação de mercado convergiram para 4,5% a partir de 2018. Para 2017, a mediana dessas expectativas declinou desde junho e agora se encontra em 5,1%.

Reafirmo a Vossas Excelências o firme compromisso do Copom com o controle da inflação em todo o horizonte relevante para a política monetária. Esse horizonte abrange os anos-calendário com metas já definidas pelo Conselho Monetário Nacional, inclusive o ano de 2017, para o qual o Copom persegue a convergência para a meta de 4,5%.

O horizonte relevante das ações de política monetária, por sua vez, não é estático. Ele se desloca continuamente com o passar do tempo. Dentro dessa estratégia, à medida que avançam os meses, as ações de política monetária passam a dar mais importância, de maneira gradual, para períodos igualmente à frente.

Em nossas comunicações temos enfatizado que a flexibilização das condições monetárias dependerá de fatores que permitam maior confiança no alcance das metas de inflação.

Mais precisamente, o Banco Central do Brasil destacou na ata da última reunião do Copom e no mais recente Relatório de Inflação os seguintes fatores domésticos: (i) que a persistência dos efeitos do choque de alimentos na inflação seja limitada; (ii) que os componentes do IPCA mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica indiquem desinflação em velocidade adequada; e (iii) que ocorra redução da incerteza sobre a aprovação e a implementação dos ajustes necessários na economia, incluindo a composição das medidas de ajuste fiscal e seus respectivos impactos sobre a inflação.

Em relação ao primeiro fator, evidências recentes indicam que a queda dos preços de alimentos ao produtor tem se transmitido para o varejo. Além disso, projeções para subitens de alimentos parecem mostrar mais segurança no processo de reversão do choque de preços nesse setor. De fato, uma parte da resistência recente à queda da inflação corrente parece ter sido causada por choques temporários nos preços de alimentos. O Copom se manterá atento a sinais de que essa resistência também possa advir de mecanismos inerciais.

No que tange ao segundo fator, ainda há sinais inconclusivos quanto à velocidade da desinflação em direção à meta. O Copom avaliará (i) a tendência de desinflação de diversas medidas da inflação de serviços; e (ii) os efeitos secundários que a desinflação desse grupo poderá ter sobre outros componentes do IPCA.

Quanto ao terceiro fator que foi destacado pelo Copom, há sinais positivos em relação ao encaminhamento e à apreciação das reformas fiscais. Entretanto, o processo de tramitação ainda está no início e as incertezas quanto à aprovação e à implementação dos ajustes necessários permanecem. Essas reformas são relevantes para o Banco Central na medida em que têm impacto sobre o balanço de riscos e a trajetória da inflação em relação ao alcance das metas.

O Copom avaliará a evolução da combinação desses fatores, pois não há elemento que seja determinante por si só para as decisões de política monetária.

Quero ressaltar a Vossas Excelências que os membros do Copom tomam suas decisões com base em avaliações necessariamente subjetivas, mas sempre calcadas em evidências sólidas sobre os fatores relevantes.

Nesse sentido, o Banco Central não tem cronograma preestabelecido para a flexibilização da política monetária. Qualquer decisão será tomada nas reuniões do Copom, com base na evolução da combinação dos fatores, e nas expectativas e projeções de inflação. É a evolução favorável dos fatores que propicia ao Copom o conforto com suas projeções em direção à meta, que é seu objetivo principal.

Em suma, a flexibilização das condições monetárias dependerá de fatores que permitam que os membros do Comitê tenham confiança no alcance das metas para a inflação.

O Banco Central contribuirá também para a recuperação econômica respeitando o regime de câmbio flutuante, que tantas vezes mostrou seu valor no papel de estabilizador frente a choques.

Isso não impede que o Banco Central, quando e se estiverem presentes as condições adequadas, use com parcimônia e de forma previsível as ferramentas cambiais de que dispõe sem ferir as premissas do regime de câmbio flutuante.

Um exemplo claro dessa atuação tem sido a redução gradual da nossa posição em *swaps* cambiais. Essa atuação tem mitigado a volatilidade cambial sem alterar a tendência do mercado de câmbio. Todavia, acredito que, nas condições atuais, o espaço para essa atuação tem diminuído em função da proximidade da normalização das condições monetárias nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Exmas Srªs Senadoras e Exmos Srs. Senadores, o combate à inflação e o respeito ao câmbio flutuante não são as únicas contribuições do Banco Central para a recuperação econômica. Um sistema financeiro hígido é uma importante alavanca nesse processo. Quando a confiança de empresários e consumidores permitirem a retomada da atividade, o sistema financeiro estará pronto para viabilizar negócios.

Nossa regulação e supervisão do sistema financeiro têm trabalhado com afinco para que o sistema se mantenha sólido. Nossa supervisão atua de maneira padronizada, independentemente do tipo de instituição financeira, seja ela pública ou privada. Em outras palavras, usamos os mesmos critérios em nossas ações no campo regulatório ou prudencial. Adicionalmente, monitoramos continuamente os mercados e as instituições individualmente, com o objetivo de identificar tempestivamente eventuais riscos e vulnerabilidades. Com isso, podemos atuar preventivamente, evitando potenciais danos ao sistema.

A despeito das dificuldades que a crise traz, o sistema continua líquido, bem capitalizado, provisionado, pouco exposto a riscos externos e mais inclusivo. Nossa responsabilidade é mantê-lo assim.

No que tange à liquidez, o sistema financeiro neste ano mostrou-se suficientemente líquido. Os bancos aumentaram sua capacidade de absorver choques de liquidez no curto prazo. No longo prazo, não vislumbramos problemas de liquidez, visto que os ativos de maturidade mais longa das instituições financeiras continuam sendo integralmente suportados por captações estáveis.

A solvência do sistema bancário também permaneceu estável, com capital em patamar elevado no primeiro semestre de 2016.

Da mesma forma, o patamar da Razão de Alavancagem (RA), muito acima da proposta de requerimento em discussão em Basileia, reforça a constatação de robustez da solvência do sistema.

Testes de estresse de capital demostram que o sistema bancário brasileiro mantém adequada capacidade de suportar choques decorrentes de cenários macroeconômicos adversos e mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio. Além disso, o Banco Central do Brasil também considera cenários de aumento na inadimplência ou de queda generalizada dos preços dos imóveis residenciais. Os resultados sugerem que o sistema é resiliente a esses choques.

Para além da solidez, afirmo a V. Exªs que o Banco Central está centrando esforços no sentido de tornar o sistema financeiro cada vez mais eficiente. Há estudos e iniciativas para a redução prudente e sustentável do custo do crédito no Brasil. Do mesmo modo, estamos preparando ações concretas com vistas à redução de distorções que diminuem a eficiência do sistema.

Ressalto a V. Exªs que, agindo nessa direção, estamos cumprindo nossa missão institucional de assegurar um sistema financeiro sólido mas também eficiente.

Para além dos aspectos de solidez e de eficiência do sistema financeiro, o Banco Central tem dado especial atenção a questões de cidadania financeira. A inclusão financeira já avançou bastante no Brasil. A capilaridade do sistema hoje é ampla, e o acesso, quase universal. Porém, ainda há muito espaço para evolução dos demais aspectos fundamentais de cidadania financeira, especialmente quanto à educação e à proteção financeira da população recentemente incluída no sistema.

Quando estive nesta Comissão pela última vez, por ocasião de minha sabatina para o cargo que hoje ocupo, tive a oportunidade de externar a V. Exªs minha visão quanto à importância da autonomia do Banco Central. Essa visão permanece a mesma, e a ela se junta a percepção de que precisamos revisitar e, no que couber, propor a modernização do marco legal para a atuação do Banco Central. Nesse contexto, considero importante que, no momento oportuno, o Governo apresente ao Congresso Nacional propostas para o aprimoramento desses marcos.

Em resumo, há um conjunto de ações do Banco Central que podem ser divididos em quatro pilares: primeiro, redução prudente e sustentável do custo do crédito; segundo, aumento da eficiência do sistema financeiro; terceiro, cidadania financeira, notadamente em seus aspectos de educação e de proteção; e último, modernização do marco legal do Banco Central. Esses pilares conjugam ações que vão precisar ser feitas em curto, médio e longo prazos. Considero que essas ações poderão contribuir sobremaneira para o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia brasileira.

Exmas Srªs Senadoras e Exmos Srs. Senadores, precisamos aproveitar a janela de oportunidade proporcionada pelo interregno benigno no cenário global e fazer os ajustes necessários. A ênfase atual deve ser dada à aprovação de reformas capazes de restaurar a confiança e de criar as condições para a recuperação econômica, com inflação estável e baixa. Quanto mais olharmos para frente e para o coletivo, mais recompensadores serão os resultados.

Do nosso lado, do lado do Banco Central, continuaremos a trabalhar com afinco e com serenidade, pois temos a clareza de que assim melhor contribuiremos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Essas foram minhas considerações iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Coloco-me à disposição de V. Exªs para prestar as informações que considerarem necessárias.

Muito obrigado.

Bom dia!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Ministro.

Antes de passar a palavra a quem está inscrito pela ordem de chegada, eu gostaria de fazer algumas considerações como Presidente da CAE, para que V. Exª levasse em consideração na hora das suas respostas.

O que nós temos sentido aqui, Ministro, por parte do Governo, é uma relativa ameaça ao Parlamento brasileiro: ou aprovamos as medidas de ajuste fiscal enviadas pelo Governo ou teremos de conviver com juros altos por diversos anos. V. Exª destacou muito isso agora na sua fala aqui.

Eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a situação fiscal que são divergentes do que o Governo vem fazendo. Primeiro, na nossa visão, o que levou a um descontrole fiscal recente não foi o aumento de gastos, portanto, a forma de recuperar a sustentabilidade fiscal não pode passar por uma racionalização de gastos. Segundo, o aumento recente da inflação brasileira, como em diversos outros momentos, não tem a ver com a política fiscal nem mesmo com a demanda das famílias, portanto, o aumento de juros não leva a um controle inflacionário. Terceiro, na realidade, tal medida, a de manter juros altos, além de agravar o cenário fiscal, combina uma estratégia de concentração de renda, com a retomada do controle inflacionário por meio de um preço que é muito importante para a economia brasileira: a taxa de câmbio, com todas as consequências que isso traz para o próprio desenvolvimento do País.

Queria falar um pouquinho mais sobre esses três pontos.

Em relação ao cenário de redução do resultado fiscal e aumento da dívida pública, uma análise dos dados demonstra que houve uma queda da arrecadação federal em relação ao PIB de mais de dois pontos percentuais, fruto tanto da desoneração, mas especialmente decorrente do próprio cenário econômico, que levou a uma retração ainda mais forte da receita. Portanto, querer creditar todo o efeito sobre os gastos é uma visão parcial, no nosso entender, que é voltada a um desmonte dos mecanismos distributivos de renda, da redução dos gastos sociais; não é uma tentativa de melhorar o cenário fiscal.

Do ponto de vista da trajetória da dívida pública, dados do próprio Banco Central sobre os fatores explicativos da dívida apontam que os dois fatores mais importantes para explicar sua trajetória, tanto da dívida líquida quanto da bruta, são os juros e a queda do PIB. Vale lembrar que o déficit primário, em 2015, foi de R$111 bilhões (setor público consolidado) e R$118 bilhões (nível federal), porque houve superávit de Estados e Municípios, mas o pagamento de juros foi de R$501 bilhões e R$397 bilhões respectivamente, alcançando os maiores níveis da série e um volume de mais que o dobro da média da série que se inicia em 2002. Nesse resultado e, portanto, na trajetória da dívida, há o impacto fiscal da própria política monetária, que ocorre basicamente pela taxa básica de juros Selic, emissão de *swaps* cambiais e manutenção de reservas internacionais frente a um enorme diferencial de juros do Brasil em relação ao resto do mundo. O custo da nossa reserva é muito alto por conta dos nossos juros.

Após um período de tentativa de normalizar as nossas taxas de juros, nós voltamos à posição de maiores juros do mundo, em um momento em que, como o senhor mesmo afirmou numa recente palestra, o ritmo de crescimento da economia global não é forte o suficiente para a retirada dos estímulos monetários na maioria das principais economias. V. Exª reforçou isso agora também. É verdade, inclusive nos Estados Unidos, que desde 2013 vinham ameaçando reverter sua política, contribuindo para uma grande incerteza, mas finalmente deram sinais de que o farão de forma bastante gradual.

A combinação de queda real do PIB com taxa básica de juro muito elevada, principalmente em relação ao resto do mundo, com a desvalorização cambial do ano passado frente a um estoque de *swap* cambial de mais de 100 bilhões, explica quase que integralmente a trajetória explosiva da dívida, na qual o peso do déficit primário é praticamente irrelevante.

Portanto, colocar todo o foco do ajuste nos gastos, deixando de lado a trajetória da inflação e o efeito da política monetária sobre a fiscal, é utilizar o remédio errado. Aliás, um quadro aqui do Banco Central, Ministro, sobre dívida líquida e dívida bruta, em relação à dívida líquida, mostra que o primário representa 1.9 pontos percentuais do PIB em relação ao total da dívida. Já os juros nominais são de 8.5 pontos percentuais e, em relação à dívida bruta, 7.6% são juros nominais do total de 9.3% de variação de 14 para 15.

E não adianta afirmar que juros altos e ajuste fiscal são necessários para manterem a inflação controlada, como se os que se opõem a essas políticas tivessem algum descaso com a inflação. Nós não temos. A preocupação em manter a inflação baixa não é um monopólio do Banco Central. A inflação tem um aspecto muito relevante, pois são as rendas mais baixas com menos mecanismos de defesa que mais sofrem com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No entanto, o problema está no diagnóstico das causas da inflação, que levam, como na questão fiscal, ao remédio errado. A média inflacionária, tirando o pico de 2015, foi menor do que nos oito anos que se seguiram ao Plano Real. No entanto, houve picos atrelados a choques externos, preços administrados ou de *commodities*, em especial alimentos.

Outro componente mais persistente são os serviços, algo natural pela natureza não transacionável do bem e pela própria mudança no padrão de consumo decorrente da elevação da renda. Esse efeito sobre o preço de serviços levava o senhor, Presidente, a propor, em 2013, como remédio para controlar a inflação, o aumento do desemprego. O que nós vimos é que o desemprego aumentou muito, mas a inflação não cedeu.

Em especial, em 2015, os fatores que explicam o aumento que já se está dissipando em nada podem ser combatidos via aumento de desemprego. Os fatores foram o aumento dos preços administrados e a desvalorização cambial, muito semelhante a 2002, quando houve um ataque especulativo e ainda vivíamos os efeitos do apagão de 2001.

Também não se pode dizer que se está querendo combater os efeitos inerciais, pois a economia brasileira está numa das piores desacelerações de sua história e não havia qualquer risco de propagação desses choques via inflação de demanda. Talvez o que essa estratégia queira esconder é uma tentativa de utilizar o câmbio para conter a inflação de forma mais acelerada, embora a trajetória de queda já fosse garantida, mesmo sem esse mecanismo.

Manter elevados diferenciais de juros atrai capitais externos especulativos, que buscam tanto os juros altos como a própria valorização do real para obter lucros exorbitantes. Essa estratégia pode ter consequências graves para o processo de recuperação do crescimento. Os senhores estão confirmando o que apontou o Prof. Bresser Pereira, em abril de 2016: "Num possível governo do PMDB, não tenho dúvidas de que eles seriam populistas no plano cambial. A primeira coisa que eles vão fazer é segurar a inflação com câmbio apreciado." Como ele afirmava, essa estratégia pode ter consequências graves, pois se trata de condenar o Brasil a uma estagnação a longo prazo e talvez eternamente.

Por isso, Presidente, o Congresso brasileiro não pode ser pressionado para aprovar as medidas fiscais, porque não são elas que, ao nosso ver, vão manter ou vão implicar redução dos juros.

Na realidade, o que nós vamos fazer se essas medidas fiscais forem implantadas é uma redução significativa dos programas sociais, e mais do que isso, de dinheiro na economia. Vamos voltar a ter um ciclo vicioso de retração da economia, e não de melhora na economia.

Então, eu queria deixar essas considerações para que V. Exª pudesse fazer alguns comentários quando for falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma sugestão, se V. Exª me permite: acho que V. Exª fez uma abordagem tão ampla que, até para que a gente possa seguir nos questionamentos, seria importante que S. Exª pudesse responder, Presidente. É o que sugiro, se todos concordarem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos verificar com o Plenário se realmente essa forma é a melhor, não é, amigo Senador Flexa, Senador Dário, de indagarmos o nosso Ministro Presidente do Banco Central.

Só quero fazer um ligeiro comentário, Sr. Ministro. V. Exª pegou uma empresa chamada Brasil falida...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, V. Exª está inscrito, e na hora da inscrição pode fazer o comentário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k. Então, vamos verificar, Flexa, para ver se realmente é a melhor saída, porque a Presidente falou por mais de dez minutos, e depois vamos ver qual será o nosso tempo, se serão também dez minutos ou só cinco. Vamos discutir isso aqui, porque aí fica um debate bacana.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ela é Presidente da CAE.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou dar a palavra a todos. Só para informar: as Srªs e os Srs. Senadores terão dez minutos. Serão cinco minutos para fazer a pergunta e mais cinco minutos para fazer o comentário. Eu não vou fazer nenhuma réplica ao Presidente do Banco Central. Estou utilizando-me do art. 48, inciso VII, como Presidente da CAE, fazendo uma comunicação de interesse da Comissão.

Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Isso é praxe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E V. Exª pode falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu só queria fazer um registro. Se tivéssemos discutido aqui um parecer de algum projeto relatado por algum Senador, eu diria que V. Exª teria apresentado voto em separado na palestra do Presidente do Banco Central. A leitura da sua indagação foi realmente um voto em separado em relação ao que nos trouxe de informações o Presidente do Banco Central.

Mas vamos às indagações, e eu acredito que os Senadores todos, como V. Exª já colocou, terão tempo suficiente para fazer suas indagações ao Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu ia até confirmar, porque gostei da expressão do Senador Flexa do voto em separado que V. Exª fez, mas é uma série de argumentos que vêm há cinco, seis anos, destruindo a economia brasileira com fatos, e eu gostaria de dar oportunidade ao Presidente para aproveitar e, de uma vez por todas, deixar bem clara a posição, o que acontece, os erros de toda essa vasta argumentação catastrófica, que originou consequências catastróficas para o País, que S. Exª tivesse aí o tempo que quisesse para fazer... Essa é minha sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele terá o tempo, inclusive é a sugestão da Senadora Vanessa. Ele terá o tempo, vamos passar a palavra a S. Exª. E aqui as concepções são diferenciadas, não é? Cada um tem as suas ideias das coisas. Por isso fiz uma exposição e usei o mesmo tempo que os Srs. Senadores vão usar para fazer indagação.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só queria, rapidamente, dizer que a Senadora Gleisi, como Presidente da CAE, tem direito de falar, de fazer as formulações – eu também já fui Presidente da CAE – como qualquer outro Senador. O fato que ela colocou aí é que as taxas de juros reais estão aumentando.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, mas aí é argumentação, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estão aumentando. Eu vou deixar para depois. É que V. Exª diz que não está tudo destruindo tudo, Senador Tasso, com todo o respeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Estão todos inscritos.

Eu vou passar a palavra...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu só quero reparar, Presidente, que aqui no Regimento Interno diz que "o Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que, como Senador, quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão". Esse é o único senão a sua fala. Mas eu concordo com a palavra...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu já falei do artigo que eu utilizei, que é o art. 48, inciso VII, que me dá o direito de fazê-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Siga, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, eu não queria entrar neste debate porque acho que este debate está muito aquém...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É menor, claro. Nós temos muitas coisas para discutir aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É muito aquém do nível do Senado Federal. Eu só me achei até com a responsabilidade de falar para dizer que essa conduta que acaba de ter a Presidenta Gleisi não é diferente da conduta de nenhum outro Presidente de Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E do Senado, inclusive.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Ferraço, quando presidiu, com muita competência, a Comissão de Relações Exteriores, abria todas as reuniões com uma nota de cujo conteúdo eu discordava quase 100%, mas todos nós membros...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é. Então eu acho que é desnecessário isso. Eu acho desnecessário. E me desculpem, Srs. Senadores. Acredito que se tivesse um homem sentado naquela cadeira, os senhores não fariam o que estão fazendo.

(Tumulto no recinto.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não fariam o que estão fazendo! É lamentável isso. Não, não é pelo amor de Deus não! É a primeira vez que eu vejo esse tipo de observação no Senado Federal, Presidenta Gleisi. Até ontem, eles eram a oposição e nós éramos a situação. Até ontem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Vanessa, é que o conteúdo incomodou.

Eu passo a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não incomodou não, Presidente. A resposta foi dada pelas eleições.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor! Por favor!

O SR. ILAN GOLDFAJN – Estou à disposição para responder que, de fato, temos alguns pontos em comum, mas a maioria dos pontos são diferentes.

Qual o diagnóstico que nós vemos nesta crise atual? Nós acreditamos que em 2014/ 2015, nós sofremos uma crise. Foi uma crise de confiança e é uma crise de confiança que gerou duas consequências muito relevantes para economia brasileira. De um lado, com a confiança não houve investimento, não houve consumo, e isso fez o PIB cair. No acúmulo do PIB, se a economia se estabilizar agora, e a gente acha que deve estar se estabilizando, a queda acumulada é uns 7% do PIB. E como qualquer crise que leva como se fosse um choque de oferta, derruba o PIB, mas aumenta a inflação. A inflação, em 2015, foi uma inflação de 11%.

E nosso trabalho hoje é difícil, é um trabalho para trazer uma inflação de 11% para a meta de 4,5%, numa economia que acaba de perder 7% e acaba de se estabilizar. O diagnóstico que nós temos é que, sim, foi uma desconfiança sob a dinâmica da dívida fiscal que fez com que houvesse essa retenção. Então eu, sim, considero que a questão fiscal foi muito importante para esta ação que nós estamos enfrentando hoje.

Há algumas questões sobre o custo do déficit, algumas questões aqui sobre seara monetária no custo da dívida. Por exemplo, a reserva. V. Exª comenta que a reserva é muito cara.

De fato, o diferencial de juros que nós temos hoje, no exterior e o que nós pagamos aqui, é elevado. Nós não acumulamos reservas como alguns países que têm fundo soberano e que têm superávits, e esses superávits são usados para comprar reservas. Nós nos endividamos para poder acumular reservas. E fizemos isso porque nós precisamos de um seguro. Esse seguro foi muito importante nesse período agora. Não acho que nós poderíamos estar na situação atual se nós não tivéssemos um problema de balanço de pagamentos. Nós não temos por causa desse seguro.

O custo é caro. Eu fiz as contas do custo das reservas de 2008 até hoje. O custo K... O que significa K? É o diferencial de juros, mas também quanto as reservas se valorizaram ou não. Como nós tivemos uma depreciação, o seguro foi acionado e, portanto, a valorização das reservas mais do que pagou o diferencial de juros. Isso não significa que, para frente, será a mesma coisa. Para frente nós vamos olhar quando acabar essa crise. Quando as coisas estiverem mais calmas, nós vamos avaliar o tamanho das reservas pelo diferencial de juros. Nós esperamos que, ao longo do tempo, se as condições estiverem aqui e, sim, se as condições fiscais também nos ajudarem, o diferencial de juros possa ir diminuindo em relação ao resto do mundo e, talvez, tornar as reservas menos caras. Nós vamos fazer essa avaliação. Eu só peço para não fazermos essa avaliação num momento em que a situação brasileira ainda precisa desse seguro.

A questão dos *swaps* cambiais.

É correto que os *swaps* cambiais nos custaram alguma coisa, porque chegaram, em 2014, em 110 bilhões. V. Exª sabe que hoje nós estamos num processo de redução desses *swaps* cambiais, e o valor hoje é 33 bilhões. E ele é 33 bilhões porque todos os dias nós estamos reduzindo o montante de *swap* cambial. Acho que, no montante em que está hoje, já não é mais o montante de 2014, de 110. Acho que é mais tranquilo sob o ponto de vista de prêmio, de risco e de custo. Então, esse custo aí está diminuindo. Só para dar um número, que me trouxeram agora: o custo dos *swaps* caiu quase 1,6% do PIB de 2015 para 2016, porque nós estamos diminuindo.

Agora, no momento em que diminuímos o custo dos *swaps,* o que estamos fazendo? Estamos recompondo a exposição cambial do Governo. O Governo fica com mais reservas porque fica devendo menos *swaps*. Ou seja, nós não estamos utilizando, como foi o seu terceiro ponto, o câmbio como instrumento para a inflação. Se eu quisesse utilizar isso, eu não estaria reduzindo o estoque de *swaps,* como estamos fazendo ao longo desse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O que nós estamos usando para baixar uma inflação que foi herdada, de 11%, para uma meta definida pelo Governo – não pelo Banco Central – de 4,5%? Nós estamos usando expectativas, nós estamos mirando com credibilidade uma inflação de 4,5% em 2017 e de 4,5% em 2018, de forma que essa desinflação seja a menos custosa possível.

Tenho, sim, o diagnóstico de que uma economia que tem gasto crescendo 6% acima da inflação por décadas é uma economia que precisa lidar com o crescimento de gastos.

E se a gente não entender isso nem depois da crise, nós temos um problema. Nós precisamos entender que os gastos, no começo, na década de 80 e começo dos anos 90, foram financiados por hiperinflação. Nós não queremos voltar a isso. A partir da década de 90, com o aumento da carga tributária que paralisa a economia, nós não queremos voltar a financiar gastos com o aumento da carga. E, finalmente, nós não queremos financiar os gastos do Governo com o aumento da dívida, porque hoje há uma desconfiança em relação à dinâmica da dívida. Portanto, se nós não levarmos em consideração que a causa principal da inflação, da carga tributária e do aumento da dívida é uma despesa que sobe 6% ao ano, nós não vamos conseguir resolver e criar confiança para a recuperação econômica.

Portanto, o meu diagnóstico, de fato, é diferente. Eu acho que como qualquer dono ou dona de casa, nós sabemos que há um orçamento e que ele tem que ser respeitado. Se ele continuar subindo além do possível, em algum momento dará problema.

Mas nós concordamos com algumas coisas. Nós concordamos que a inflação corrói a renda dos mais pobres. Nós concordamos que a inflação não é algo que a sociedade aceita mais. E é por isso que ter o Banco Central, ter uma instituição autônoma, no sentido de fato, é relevante para não deixar que aqueles que não têm voz possam se manifestar através do Banco Central, que cuida para que a inflação seja mais baixa.

Então, nesse sentido, nós estamos de acordo. Nós também estamos de acordo que o desemprego não pode ficar no nível em que está hoje. O que não estamos de acordo é como chegar lá. Políticas de curto prazo, políticas que empurram, de uma forma voluntária, para baixo, levando a inflação para cima, não vão acabar reduzindo o desemprego. Porque se fosse para reduzir desemprego, não estaríamos com o desemprego de hoje, de 11,6% da população. Então, nós temos um desemprego alto. Todos nós queremos menos inflação e queremos menos desemprego. A questão que temos que discutir é como chegar lá. E o nosso diagnóstico é, com a melhora da confiança, que se recupere a economia e, recuperando a economia, ele volte a crescer e gere emprego. E, para melhorar a confiança, as reformas e ajustes, no nosso diagnóstico, são fundamentais.

Eu acho que falei de tudo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Eu agradeço, Presidente.

Vamos passar para as inscrições.

Seria o Senador Valdir Raupp, que não está aqui, o Senador Waldemir Moka... (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann.

Eu vou fazer alguns questionamentos, mas, primeiro, algumas observações ao Presidente do Banco Central, que vem aqui pela segunda vez desde que assumiu a direção do Banco Central.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Na verdade, na sabatina, ainda não havia assumido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, mas é a segunda vez, porque acho até que foi no mesmo dia ou no dia seguinte, não sei, acho que numa demonstração de muito boa vontade para com o País de todos aqui, de forma unânime.

Desde aquele momento, assim como fez a Senadora Gleisi, eu questiono V. Exª a respeito da política de juros no País. A sua exposição aqui difere em muito pouca coisa da exposição primeira, o que significa que o cenário macroeconômico do Brasil não vivenciou profundas mudanças do período em que o senhor foi indicado e conduzido ao Banco Central até os dias atuais.

Eu questiono muito e faço uma análise mais profunda em relação à manutenção dessa política de juros elevados. A imprensa, com muita frequência, mostra – olhe aqui – que o Brasil continua campeão de longe dos juros reais no mundo. Essa não é uma notícia comum, nem pode ser analisada por todos nós e por todas nós como se fosse uma notícia normal. Eu não entendo como é que o mundo todo anda por um caminho, por uma estrada, e como nós estamos andando por outra estrada completamente diferente. Não quero aqui fazer comparação do Brasil com os países cuja economia é mais consolidada, com os países mais desenvolvidos, que, aliás, praticam juros negativos como forma de incentivar o investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Não sou economista e não tenho o conhecimento que tem V. Exª, mas para mim é muito simples chegar à seguinte conclusão: se, por um lado, o juro alto pressiona para que haja uma queda significativa da inflação... Aliás, ele só pressiona dependendo do tipo da inflação, porque, quando a inflação se dá por outros fatores – por exemplo, a inflação é alta por conta dos alimentos, por conta de desastres naturais –, não adianta, podem manipular os juros, mas eles não vão mover nem em 0,1% a inflação verificada naquele período, porque não é uma inflação trabalhada. Então, até nisso, há um problema da utilização dos juros altos para a contenção da inflação. Se, por um lado, é fato que os juros elevados trabalham no sentido de fazer com que caia a inflação, por outro lado eles trabalham com muito mais força para que haja o declínio do desenvolvimento da economia, para que haja o declínio nos investimentos.

Leio aqui a exposição de V. Exª, que diz que o fator fundamental para voltarmos a um cenário de confiança são as reformas, as reformas estruturantes. E quais são as reformas estruturantes? A aprovação da PEC 241, que trata da limitação dos gastos públicos. Qual é a outra reforma? A reforma na Previdência Social, dificultando mais o acesso de trabalhadoras e de trabalhadores à aposentadoria. Qual é a outra reforma? A que vem para desvincular benefícios do salário mínimo. Isso tudo vai tirar dinheiro de circulação, isso vai dificultar o crescimento do País. Então, para mim isso não está claro. O próprio Fundo Monetário Internacional, hoje, dá uma diretriz que não é essa que o senhor apresenta aqui, colocando o tripé macroeconômico como a salvação e o caminho para a busca da estabilidade da economia brasileira.

Esse é meu pensamento. Falo isso, mesmo porque, quando no governo passado tentou-se seguir por esse caminho, éramos exatamente nós que fazíamos essas críticas duras.

Pergunto ao senhor, Dr. Ilan, se o Banco Central já se preocupou em fazer alguns cálculos em relação à economia, porque a preocupação se dá com os gastos públicos, com a economia que pode ser feita com esses tais ajustes fiscais. Quanto se despende com o pagamento de juros? Acho que é fundamental que mostrem, que provem...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que limitar os gastos públicos é muito mais econômico do que baixar os juros em dois ou três pontos percentuais.

Há outro ponto que não entendo: por que é tão desregulamentado o mercado financeiro? Sou da área do medicamento. Minha área é outra. A área do medicamento – e o medicamento é um fator essencial para a vida – é um dos poucos setores em que há regulamentação.

E medicamento não pode aumentar como aumenta o preço do sapato, do vestuário. Não! Há toda uma regra. Agora, o mercado financeiro é livre.

Se o mercado financeiro é livre, veja o que acontece: só neste ano foi de 34% o aumento da taxa de juros do cheque especial, que chegou a 321%, batendo o recorde – batendo o recorde. Em dezembro de 2015, estava em 287% ao ano. Agora, está em 321% ao ano. Cartão de crédito, taxa de juros de cartão de crédito, 475%. Somente neste ano, teve um aumento de 43,8%. A taxa de crédito pessoal, em 123%. O crédito consignado – e veja V. Exª que crédito consignado não representa nenhum perigo para aquele que empresta, nenhum perigo –, também o consignado quase beira os 30%, os 100% também. Então, por que, Presidente Ilan, não se trabalha também para regulamentar, pelo menos minimamente, o mercado financeiro, porque é abusivo, escorchante e, diferentemente, por exemplo, dos medicamentos, atinge tudo, porque atinge a saúde, atinge a educação, é o mais perverso de todos?

E eu lhe pergunto: aqui na sua exposição o senhor colocou como um dos fatores fundamentais, lá no finalzinho, alguns pontos, quatro itens. E o último item, alínea "d", é modernização do marco legal do Banco Central. O que seria essa regulamentação do marco legal do Banco Central?

Por fim, tenho um questionamento a fazer a V. Exª mais técnico. Desde a sua sabatina nesta Comissão, após a sua posse, V. Exª escolheu a transparência e boa comunicação como pontos fundamentais. De fato, a boa comunicação ajuda a autoridade monetária a impor uma taxa de juro menor e a intervir menos no câmbio para alcançar o seu objetivo. Todavia, Dr. Ilan, como diz o ditado popular, na prática, a teoria é outra. V. Exª já alterou duas vezes o nível de compra diária dos *swaps* cambiais reversos, o que significa, na prática, compra de dólares no mercado futuro de câmbio por parte do Banco Central. Além disso, o seu discurso, inicialmente, sugeria que não haveria compra antecipada de *swaps* cambiais por causa do já alto nível de reservas internacionais. O senhor dizia isso quando estava no setor privado. V. Exª já havia até defendido, e abordou esse aspecto quando respondeu a esse questionamento da Senadora Gleisi, que o nível de reservas internacionais fosse debatido e determinado pelo Conselho Monetário Nacional por causa dos custos fiscais das reservas internacionais, independentemente das variações cambiais. Essa imprevisibilidade por parte de sua gestão leva necessariamente ao aumento da volatilidade no mercado cambial, beneficiando os agentes econômicos no mercado financei-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ro, que são capazes de prever os movimentos e alterações do Banco Central. Dessa forma, eu lhe pergunto, Dr. Ilan: por que V. Exª tomou posse afirmando que iria perseguir menos intervenção no mercado cambial, porém passou a antecipar a liquidação dos *swaps* cambiais com os chamados *swaps* cambiais reversos?

A política cambial anterior estava, portanto, correta na comunicação e no mérito, e V. Exª apenas deu continuidade ao que vinha sendo feito?

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eram esses os questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Consulto se nós podemos colocar mais dois oradores. O senhor responde aos três?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Podem ser mais dois, sim. Não vejo problema.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, é o Senador Ataídes, depois o Senador Lindbergh, e fecha-se o bloco.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós temos depois a réplica, Srª Presidente? Nós temos a réplica depois?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode haver a réplica depois.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De cinco minutos também?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Também.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem.

Ministro Presidente Dr. Ilan, eu tenho um passado de 12 anos de contabilidade, como contador; 5 anos como advogado tributarista; 30 anos administrando várias empresas neste País. Eu me sinto capacitado para falar sobre o cenário econômico do nosso País. E aqui eu quero dizer, Presidente, que, em 2003, quando o Brasil foi entregue para esse governo anterior, esta empresa chamada Brasil estava em uma situação muito boa. Mas, em 2016, 12 de maio de 2016, quando os senhores pegaram essa empresa chamada Brasil, os senhores pegaram essa empresa quebrada, em plena insolvência. Essa é a pura verdade. E o preço, agora, do conserto não é mole, é alto. É alto aos senhores que estão diante dessa grande empresa chamada Brasil para viabilizá-la, como também para todo o nosso povo brasileiro. Disso não tenho dúvida.

Cheguei a ouvir dizerem que a confiança do nosso País passa pelas reformas. As reformas diante da confiança, para mim, são até certo ponto detalhes. Eu fui, a convite do Presidente Temer, ao G20, e lá eu pude perceber o quanto o Brasil é querido e respeitado mundo afora e o quanto o Presidente Temer foi respeitado e recebido lá fora também.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar muito, muito, mas, lamentavelmente, o tempo é muito curto, não dá para se falar muito. Mas aqui nós temos, por exemplo, só para fazer uma ligeira comparação: em 2015, 2016, nós pegamos o País, os senhores pegaram a País com uma crise política enorme, com a confiança dos investidores empresários lá no subsolo; um processo de empobrecimento de todas as famílias; perspectiva de crescimento do PIB próxima de 6% de déficit primário; o Banco Central perseguiu a meta fiscal durante quatro anos e nunca conseguiu chegar próximo à meta fiscal; uma previsão de queda, de desemprego enorme... Estão falando que o desemprego aumentou. Não; esse desemprego que está aí não tem nada a ver com este Governo atual. Esse desemprego é parte dessa herança maldita.

E aí, então, vem mais: programas sociais. Destruíram todos os programas sociais que foram utilizados para manter a política. Eliminamos, aqui... Foram eliminados milhares de cargos, empréstimos secretos. Enfim, o que eu posso dizer aqui, Presidente, é que o grande problema do Brasil – eu, com o conhecimento que tenho, posso dizer – é a dívida bruta interna e externa, que saiu de oitocentos e poucos bilhões para R$4,1 trilhões. Esse é o grande desafio do Governo Temer.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É viabilizar essa dívida. A Presidente desta douta Comissão disse que, no ano passado, nós pagamos R$501 bilhões tão somente de juros dessa maldita dívida.

E aí, Sr. Presidente, eu faço a pergunta, porque depois eu quero a réplica. V. Exª, disse, salvo melhor juízo, que nós já tivemos aqui uma queda em torno de 10% da despesa com o *swap* cambial. Em 2015, o Brasil teve uma despesa com o *swap* cambial de R$89,5 bilhões. Então, eu só queria a confirmação de V. Exª se realmente, com essa queda no dólar e com essa mudança no perfil da utilização do *swap* cambial, houve diminuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

desse prejuízo enorme que nós tivemos em 2015. Depois, então, eu quero fazer a minha réplica, Sr. Presidente, e a princípio dar parabéns por todas as ações que V. Exª tem tomado diante do grande guardião da moeda brasileira até o momento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra agora para o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não era o Senador Lindbergh que tinha sido chamado?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu pedi para falar depois.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele pediu para ser no final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele deve estar preparando alguma coisa especial.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É justamente por não ter preparado que eu não falei agora e vou falar depois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central; Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da CAE; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é lamentável. Eu pensei que, quando nós voltássemos das eleições do primeiro turno, as carpideiras do golpe já teriam serenado a sua angústia. Mas parece que a resposta de se foi ou não golpe, a população brasileira deu nas urnas, quando fez uma lipoaspiração eleitoral no PT, de 60% da sua gordura existente.

Não há dúvida, Dr. Ilan, de que o tripé que o Banco Central persegue para que restabeleça o equilíbrio fiscal e inflacionário do nosso País, da responsabilidade fiscal, do controle da inflação e do regime de câmbio flutuante, foi o que levou o Brasil ao caminho da credibilidade e do desenvolvimento à época do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Lamentavelmente, o governo do PT, que inicialmente manteve esse tripé, depois se afastou e, ao se afastar dele, levou o País à situação de crise nunca antes vista neste País, como se gostava de falar anteriormente. Quanto mais se afastou da responsabilidade fiscal, maior foi o tamanho da crise que se estabeleceu; quanto mais se afastou do controle da inflação, maior foi o tamanho da crise e maior o sacrifício que todos os brasileiros vão ter que pagar para que se retome o caminho do desenvolvimento econômico e social.

Eu diria que já se tentou essa questão dos juros. Realmente falamos, há muito tempo, que o Brasil tem uma taxa de juros das maiores do mundo ou a maior do mundo e que é necessário que ela seja reduzida, mas não se pode baixar juros por decreto, não há como, é mercado. A ex-Presidente Dilma quis fazer isso de forma eleitoreira: "Vou baixar os juros. Vou baixar a energia." Eu lembro que encaminhou uma medida provisória para cá, acho que em 2013, dizendo que ia baixar 18% do custo da energia para os brasileiros. Aí o resultado: desestruturou todo o sistema energético brasileiro e custou bilhões de reais para que as empresas distribuidoras não quebrassem, pagos pelos contribuintes, pagos pelos brasileiros, que até hoje estão sofrendo as consequências daquela medida provisória que era salvadora da Pátria.

Eu queria ouvir sua opinião. Eu sei que diz respeito muito mais ao Ministério da Fazenda, mas eu queria ouvir a opinião do Banco Central com relação à questão da responsabilidade fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Os Estados brasileiros e os Municípios brasileiros, evidentemente como a União, estão passando por uma situação de extrema dificuldade, uma crise realmente difícil. Alguns Estados já não conseguem cumprir seu compromisso mais importante, que é o de pagar o funcionalismo em dia – não estão conseguindo –, quanto mais os seus compromissos com fornecedor, e além do mais estão suspendendo todo e qualquer investimento, ou seja, o que traz a questão da geração de emprego e renda, que precisa ser feita.

Há o resultado do crescimento do número de desempregados. O Senador Ataídes, como estudioso do assunto, todas as vezes em que fala em número de desemprego, diz que é muito maior porque só consideram desempregado aquele que procura emprego e não aquele realmente que não tem uma atividade.

Como resolver, de uma maneira geral, essa questão da responsabilidade fiscal sem atender os Estados e os Municípios? Nós estamos discutindo na Câmara, ainda não chegou ao Senado, a questão dos ajustes da dívida dos Estados.

Mas desse apoio que o Governo Federal está dando aos Estados, 91% do benefício ficam nos Estados do Sul e Sudeste, e 9% tão somente, nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são em torno de 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Estados, têm 9% dos benefícios. Então, esses Governadores têm buscado o Governo central, no sentido de se criar uma oportunidade para que eles também possam ter um apoio do Governo Federal para não serem incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque eles vão ter que optar, ou cumprem a Lei da Responsabilidade Fiscal, ou não cumprem o pagamento do funcionalismo, porque vão estourar todos os limites dessa lei da qual não podemos abrir mão. É importante, estamos falando em flexibilizar a lei, no sentido de que, quando houver queda do PIB por, parece-me, dois anos seguidos, você possa, também, diminuir o limite necessário para o acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, ter um espaço flutuante e não fixo quando houver redução do crescimento do País.

Já estivemos várias vezes com o Ministro Meirelles, com Governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no sentido de buscar uma solução para essa questão da responsabilidade fiscal, que tem dito em todas essas reuniões que não há espaço fiscal na meta estabelecida de déficit de R$170,5 bilhões e que, em função disso, está com dificuldade de encontrar. Acontece que se ouve falar da pior das coisas que podem acontecer, que são esses Estados seguirem o caminho do Rio de Janeiro, que instalou situação de calamidade pública. Então, imagine o que são 11, 10, 15 Estados brasileiros ao mesmo tempo se colocando em situação de calamidade pública. Não vai resolver o problema, isso já foi dito, e os Governadores têm consciência disso, que o fato de declararem...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... calamidade pública não resolve o problema dele, mas traz um prejuízo incalculável para o Brasil quanto à confiabilidade no exterior.

Então, eu queria... Digo novamente, sei que não é atribuição do Banco Central, mas V. Exª tem conhecimento e competência e poderia sugerir uma solução para que se possa atender esses Estados mantendo a questão da meta aprovada pelo Congresso de 170,5 bilhões, sem que esses Estados caiam em um processo de insolvência, que vai ocorrer já, alguns Estados já não estão conseguindo pagar. Agora, em setembro, outros já entraram, em outubro, entrarão mais ainda, se não encontrarmos uma solução emergencial. Acredito que tem que ser em outubro, não pode passar disso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Presidente.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Muito obrigado. Vou responder em ordem. A primeira a questionar foi a Senadora Vanessa, que fez duas perguntas, mas fez algumas observações sobre as quais gostaria de tecer alguns comentários.

Primeiro, a Senadora comentou que, nos últimos tempos, nada mudou no cenário macroeconômico que a gente tinha colocado. Na verdade, eu acho que mudou bastante. Eu, até por ter vindo da vida acadêmica, costumo olhar os fatos para tentar basear minhas opiniões. Então, por exemplo, quando a gente diz que a confiança está voltando ou que a economia estabilizou, a gente está baseado em alguns dados. Na confiança voltando, por exemplo, a gente olha medida de risco; que o risco percebido da economia brasileira tem caído. Vou dar um exemplo: há um seguro para se proteger contra problemas que possam ocorrer no Brasil. É o chamado CDS (*Credit Default Swap*), em que se paga um prêmio para se assegurar. Esse seguro estava em patamares de 575, ou seja, 5,75 tinham que pagar para se proteger. Esse valor está em menos da metade hoje, ou seja, nos últimos seis meses, o risco percebido pelos investidores é menos que a metade do que foi há seis meses. Outra percepção de risco você pode ver no mercado acionário; você pode ver em outros tipos de ativo. Tudo isso teve uma melhora relevante nos últimos tempos.

Outro indicador que também me leva à questão dos juros comentados. Os juros longos da economia, que não estão sob o controle do Banco Central, estão sob controle do mercado, eles, de fato, desde abril, caíram 5%, ou seja, os juros longos caem. E os juros longos são aqueles que incentivam investimento ou não.

De fato, pela confiança, pela credibilidade, houve alguns progressos palpáveis. Isso não significa que os progressos já são suficientes. Há necessidade de continuar. Temos uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Posso só... Estou falando dos juros estruturais da economia. Então, o que aconteceu? Você tem esses juros longos caindo, você tem a confiança, agora o caminho é longo, a crise foi severa, a percepção de confiança foi alterada de uma forma significativa nos últimos anos. Então, mesmo com a volta da confiança, acho que ainda há muito trabalho a fazer.

Também um outro comentário, sobre a questão da inflação da inflação: "Ah, é uma inflação de demanda, então essa inflação não..." "A inflação é uma inflação que não é de demanda..." É uma inflação que veio dessa desconfiança e alguém tem de lidar com ela. Todos nós sabemos que, uma vez que há algum aumento da in-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

flação, ele entra no sistema, ele entra no sistema, porque, em 12 meses, ele reajusta salários, ele reajusta mensalidades escolaridades, ele reajusta... Então, uma vez que subiu a inflação, ele acaba tendo custo e alguém tem de lidar com isso. Os motivos podem ser vários, mas tem de se lidar com a consequência.

Eu vou dar o exemplo da questão, já respondendo um pouco, porque tem a ver, do comentário do Senador Flexa Ribeiro. Ele comenta que houve o aumento de 2013, houve uma redução da energia elétrica, e qual foi a consequência? A consequência nós sabemos, porque já se passaram alguns anos: em 2015, a inflação da energia foi de 50% a 60%. E isso significou que a inflação dos preços administrados foi de 18%, o que levou a inflação do IPCA a 11%. Portanto, faz com que a política monetária tenha que lidar com uma inflação de 11% para levar a uma meta estabelecida de 4,5%. Então, há, sim, impacto de algo que foi feito no passado, que teve consequências no passado recente, e impacto sobre a política monetária.

Então, mesmo sendo algo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas preço administrado? Política monetária impactar preço administrado? Energia elétrica?

O SR. ILAN GOLDFAJN – A política...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, é permitido fazer perguntas?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Mas já vou responder. Uma vez que subiu a inflação, você tem uma inércia, você tem efeitos secundários, e é nesses efeitos secundários que se tem que olhar. Nós não podemos ignorar que, uma vez que a inflação sobe, ela entra nos reajustes que todos nós temos. Nós não podemos deixar aumento, mesmo que seja administrado, virar uma bola de neve na inflação. E isso é uma forma até adicional de fazer política monetária, não só no Brasil, olhar o efeito secundário do choque.

Questões perguntadas. Vamos às perguntas da Senadora Vanessa, se fizemos cálculo da economia de juros que pode haver. Eu vou lhe dizer o seguinte, aí há algumas questões. Primeiro, eu acho que nós podemos ter economia de juros à medida que a gente tenha as condições de reduzir juros. Eu acredito, e esse diagnóstico não é só nosso, que, se forem feitos os ajustes e as reformas, trabalhando-se várias questões estruturais da economia, você consegue reduzir não só o gasto do Governo, que é o teto dos gastos, mas também o impacto do teto dos gastos, o impacto dos gastos sobre os juros. Então, não é que um esteja contra-arrestando o outro, os dois se somam para ter uma economia maior.

Houve a pergunta sobre a questão do *swap*, que custa mais caro. Eu respondi em parte à Senadora Gleisi, dizendo que o custo diminuiu. Só para dar uma ideia, trouxeram-me aqui: no ano passado, o custo com *swap* foi menos 89 bilhões, hoje o custo com *swap,* na verdade, foi um ganho de 73 bilhões. Basicamente, toda vez que o câmbio sobe e o câmbio volta, ele gera perdas e ganhos. Na verdade, eu até não gosto de ficar... Porque você tem *swap* de um lado, você tem reserva de outro, e toda vez que o câmbio sobe ou desce, ele acaba impactando esses custos. Mas, em termos de custos mesmo, que foi a pergunta da Senadora Vanessa, na verdade, diminuiu bastante. Veio de um negativo para um número bem positivo em termos de *swap*.

Sobre o sistema financeiro, pergunta-se se o sistema financeiro é desregulamentado. Na verdade, ele é bem regulamentado. Eu diria que o incômodo no mundo é que Basileia III está entrando, e a regulação está ficando cada vez mais forte. O Brasil, de fato, está se adaptando a Basileia III e está regulamentando. Então, sistema financeiro no Brasil é bem regulamentado, bem colocado.

Agora, existe a questão dos juros e os juros embutem esse risco. Se houve políticas que levaram a um aumento de risco, elas acabaram levando a aumento da taxa de juros no sistema, e com isso a gente tem que lidar. Um dos pilares que a gente colocou aqui é tentar, ao longo do tempo, de forma sustentável, reduzir o custo de crédito, não de uma forma voluntarista, mas de uma forma permanente e sustentável.

A última pergunta é sobre a questão da comunicação. De fato, a gente está seguindo exatamente o que a gente colocou no discurso aqui, que é uma prática de comunicação mais simples, concisa e transparente. Nós fizemos isso nos documentos oficiais do Banco Central , no comunicado, na ata, no relatório de inflação. São documentos mais concisos, mais simples. É uma tentativa da comunicação.

Temos dito quais são as nossas projeções de inflação para cada ano, para este ano, para 2017, para 2018. Em toda reunião isso está sendo colocado. Recentemente temos dito: "Olha, nós temos essas projeções de inflação, e as projeções de inflação indicam uma desinflação para a frente." E nós falamos: "Olha, para nos sentirmos confortáveis com essas projeções, estamos olhando vários fatores e vamos destacar, para facilitar a comunicação, três fatores que nos dão conforto para atingir as metas, que são nosso objetivo principal." Então, citamos três fatores. O primeiro é saber se esse aumento recente da inflação – a inflação surpreendeu, não neste mês, mas nos últimos três, surpreendeu para cima – foi por causa do choque de alimento ou foi uma inércia da economia que vai continuar. Nesse fator, parece que o alimento está voltando, mas a gente tem que continuar monitorando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O segundo fator, para nos dar conforto em atingir a meta, foi a inflação em serviços, aquela que é afetada pela política monetária, serviços e toda aquela parte que não é ligada a bens comercializáveis ou a bens administrados. Então, aquela a gente está olhando. Nesse item é menos conclusivo. Alguns veem uma desinflação mais forte, outros veem uma desinflação que já baixou, mas parou. E aí nós vamos fazer o julgamento, o Banco Central, sobre os vários entendimentos. Se a desinflação está vindo rápido ou devagar, nós vamos fazer esse julgamento.

E, finalmente, nós colocamos um último fator, para ter um conforto com as nossas posições, que os ajustes na economia estejam bem encaminhados. Acho que os primeiros sinais são positivos, mas ainda está bem no início e vamos acompanhar ao longo do tempo. São fatores que nos dão conforto em olhar a desinflação e ver que, de fato, estamos caminhando para lá.

Em relação à previsibilidade da nossa política, desde o princípio falamos claramente – e está no discurso de hoje, está no discurso da posse, está no discurso da sabatina – que respeitamos o câmbio flutuante, mas sabemos que podemos intervir, usar os nossos instrumentos. E nós anunciamos que vamos reduzir o *swap* cambial, e temos feito isso de forma previsível: todo dia vamos reduzir um valor. Quando achamos que o valor que estimamos colocando todo dia é elevado, nós reduzimos esse valor. Essa é uma política que eu entendo das mais transparentes, uma vez decidido que vai reduzir esse estoque. Então acredito que, de fato, temos mantido na prática o que colocamos nos discursos.

Sobre a questão de como nós vamos fazer para diminuir o custo. A questão do *swap,* de diminuição do custo: já coloquei aqui. Na verdade, houve a mudança de um déficit grande para um grande superávit. De novo: não quero insistir nesse ponto, porque, do outro lado da nossa balança, nós temos reservas. Então, um ganha, o outro perde, há os dois lados. Todo mundo olha o *swap* porque ele entra no déficit nominal, mas as reservas têm também sua valorização ou não.

Perguntas do Senador Flexa Ribeiro.

A questão da energia elétrica, eu comentei. Falei um pouco da inércia.

Agora a pergunta sobre a responsabilidade fiscal. Eu posso responder apenas sobre uma questão mais genérica. Responsabilidade fiscal é um tripé extremamente relevante para a economia brasileira ganhar confiança, se recuperar, e avançarmos daqui para frente. Agora, não cabe, neste momento, ao Banco Central comentar negociações entre Estados e Municípios e o Governo Federal. São negociações que estão em curso. Acho que não cabe. A minha questão é mais geral. Responsabilidade fiscal, responsabilidade monetária, que é meta de inflação, e câmbio flutuante são essenciais para a nossa recuperação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

O próximo bloco seria o Senador Armando Monteiro, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós não temos uma replicazinha, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª quer utilizar o tempo?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Gostaria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Qual é o tempo?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Cinco minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso, gostaria.

Ministro Presidente, eu ouvi a oposição dizendo que nada mudou no cenário econômico do Brasil ou no todo. Eu vou mais uma vez repetir aqui, muito rapidamente, para que os nossos telespectadores que estão nos ouvindo possam ter a informação. Até dia 12 de maio, quando se afastou a Presidente Dilma, o Brasil vivia uma profunda crise moral, política e econômica, o aprofundamento horrível da recessão, o empobrecimento terrível das famílias. O Lula disse que trouxe 3,2 milhões de famílias das classes D e E para a C, mas, hoje, nós temos mais de 5 mil famílias que voltaram para as classes D e E, a explosão do desemprego, os cortes nos programas.

Sr. Presidente, estou fazendo aqui um breve relato do antes e do depois.

A máquina estava inchada, havia mais de 25 mil cargos comissionados. Conseguimos eliminar mais de 10 mil cargos comissionados, conforme já é de conhecimento de todos. Os empréstimos bilionários e secretos: acabamos com esses empréstimos a Cuba, Venezuela, Angola e outros países. A incompetência administrativa: isso era peculiar ao governo anterior.

E o que mudou de lá para cá, Sr. Ministro, com os trabalhos também de V. Exª? Mudou o quê? A crise política já foi superada, eu posso dizer desse jeito. Não há nada que venha para este Congresso que não seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

aprovado. Retomamos a confiança de nossos investidores e empresários, paralisamos o processo de empobrecimento das famílias e, quanto à expectativa de crescimento do PIB para o próximo ano: já se está falando de algo muito próximo a 2% de crescimento do PIB.

O de 2016 estava falando inclusive em 6% de retração. Agora já está se falando na ordem de 3%. Ou seja, só essa informação do PIB é suficiente para qualquer leigo entender o que aconteceu depois da mudança deste Governo.

O Banco Central, Sr. Presidente, durante os quatro anos – repito: o Banco Central –, nunca conseguiu chegar ao centro da meta, que era de 4,5%. V. Exª, com a sua equipe, já mostrou, pegou uma inflação da ordem de 10,64%; hoje, já se fala de 7,23%. Ou seja, como é que isso não mudou? Será que as pessoas não dão conta de ouvir? Até leigo entende isso.

A previsão de queda do desemprego. O desemprego já estabilizou, já estabilizou. Desses 11,4 que foram para 11,8, na verdade, é muito mais do que isso, porque a metodologia que o PT usava no passado maquiava os números. E eu tenho os verdadeiros números.

Sétimo. Outra mudança. Estamos aprimorando os programas sociais que foram destruídos pelo PT em 2016 porque não havia mais dinheiro. Se quiser, eu cito um por um aqui, o que foi a queda nesses programas sociais, como Pronatec, Seguro-Defeso, Fies e tantos outros. Só o Fies causou um prejuízo para o Brasil de R$67 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eliminamos, então, mais de 10 mil cargos de comissionados. Acabamos com esses empréstimos.

Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: nós precisamos baixar – saindo aqui agora – a taxa de juros. Os nossos empresários precisam de dinheiro barato para investir em seus negócios. Nós precisamos de dinheiro barato para que os nossos consumidores consumam. Isso é fato. E eu percebo que V. Exª e essa equipe econômica de primeira classe, esse Ministro Pedro Parente, atual Presidente da Petrobras, que já mudou a cara da Petrobras... Então, nós temos que baixar a taxa de juros. Agora, baixar essa taxa de juros, conforme V. Exª disse, não é do dia para a noite. O problema político está resolvido, o moral está sendo restabelecido. Agora, o econômico, nós vamos precisar de alguns bons anos. E a inflação, que é o grande problema, V. Exª já está puxando para o centro da meta.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou encerrando, Srª Presidente.

Resumindo, Sr. Presidente: o Brasil precisa, na verdade, produzir, produzir, porque, se nós produzirmos, nós vamos, então, gerar emprego e renda, e eu tenho certeza de que é esse o foco de V. Exª. Falar que o Brasil não mudou, só para maluco.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Pois não, Senador Ataídes.

Nós vamos passar, então, para os inscritos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu quero, Srª Presidente, também...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa. Cinco minutos, então.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu até não iria utilizar esse direito, mas já que está sendo utilizado, eu vou seguir a regra. Somente por isso, nobre Senador. E lamento que não houve a mesma reclamação quando o Senador que acaba de falar solicitou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu agradeço. Então, sou eu que estou ouvindo mal.

Primeiro, quero fazer um reparo, quero aproveitar este período, porque falei, nos questionamentos que fiz a V. Exª, do crescimento percentual dos juros praticados no cheque especial, no cartão de crédito, assim como falei das taxas de juros dos empréstimos consignados. Na realidade, esse também cresceu; cresceu pouco, mas cresceu. Enquanto, ouvimos aqui clamores para que se baixassem as taxas de juros, vemos, neste ano, que as taxas efetivamente cresceram, inclusive o consignado, que não traz qualquer risco para aquele que empresta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É por isto que é consignado: é o trabalhador que recebe o seu salário todo mês, sendo automaticamente descontado o empréstimo.

Essa taxa de juros é de 30%. Vejam os senhores: com a taxa de juros no Brasil de 14,25%, descontando a inflação de 8,97%, teríamos uma taxa de juros real de 4,84%. Essa é a taxa real de juros. A média em 40 países foi dada por alguém que estuda a taxa de juros. A média nesses 40 países, incluindo Polônia, Indonésia, Brasil, China, Bélgica, enfim vários países, é a de uma taxa negativa de 1%. No Brasil, hoje, a taxa é de 4,84%, que nos coloca no topo, com, no mínimo, um ponto percentual acima do segundo colocado, que, salvo engano, pelo menos até recentemente, era a China.

Estou lendo aqui uma análise interessante a respeito do relatório trimestral do Banco Central. De acordo com o relatório trimestral do Banco Central, a perspectiva é a de que não haja, pelo menos no curto prazo, uma queda significativa nos juros. A análise que se faz é a seguinte: mesmo que houver dois cortes – veja bem, Senadora – de 0,5% nas taxas de juros em outubro, em novembro ou em dezembro, mesmo assim, as taxas reais deverão chegar, ao final do ano, em 6,35%. Isso ocorrerá se houver uma queda de 1% nas taxas de juros, e aqui estamos ouvindo falar em 0,25% e tudo o mais.

Então, eu não entendo. Fala-se de regulamentação, mas não sei onde esse setor é regulamentado, Dr. Ilan, porque vemos muita reclamação da indústria – aqui, o Senador Armando Monteiro vai falar sobre isso –, mas não há reclamação do sistema financeiro. Os campeões de lucratividade no País são os bancos. Estes, sim, são os campeões. Enquanto todos os setores produtivos têm queda, o banco só cresce. Se vivem algum problema, o que fazem? Imediatamente, as taxas cobradas do usuário são aumentadas. Por exemplo, a taxa que é de R$1 por extrato tirado vai passar a não sei quanto. Isso é feito livremente, sem que haja absolutamente nada! Estão aqui 30% para o crédito consignado. Isso é muito, para quem não precisa de seguro e de nada, porque é um dinheiro que volta.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Falo sobre a análise do Fundo Monetário Internacional. Aliás, o Brasil perseguiu por muito anos o Fundo Monetário Internacional. Qual é a análise do Fundo Monetário Internacional? Quais são as conclusões de um estudo divulgado recentemente? É uma lógica simples. É uma lógica simples. Segundo documento publicado pelo Fundo Monetário Internacional, em vez de concentrar esforços em medidas de austeridade, cujos efeitos prejudicam tão somente os setores mais vulneráveis da sociedade, o caminho para o mundo voltar a crescer estaria nas mãos dos pobres e da classe média. Os pobres e a classe média tendem a consumir mais do que a sua renda.

Mas o que estamos vendo no Brasil é o inverso: os grandes continuam bem. No sistema financeiro, são altos os juros, porque não há confiança. Tudo se mantém; agora, os pequenos...

Ouvimos dizer aqui que o Brasil teve prejuízo com o Fies! Não acho que o Brasil tenha prejuízo com o Fies!

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Fies é um investimento na juventude brasileira, naquela que não tem dinheiro para pagar uma universidade, e o Estado banca. Mas é isso que querem acabar!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – É a má gestão!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Querem acabar com o Fies! Querem diminuir o Bolsa Família significativamente!

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Querem acabar com o Prouni, com a expansão das universidades. É isso que querem acabar. E acham que isso vai fazer com que o Brasil volte a crescer!

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já estou concluindo.

V. Exª cita, numa entrevista que deu ao jornal *Valor Econômico*, o tripé macroeconômico, que é o controle fiscal, a inflação e o câmbio flutuante, como fundamental para resgatar a confiança que levará ao crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Não é o que o Fundo Monetário Internacional diz. Pelo contrário, esse tripé só vai prejudicar ainda mais a situação econômica do nosso País, sem falar que vai levar desgraça a milhões e milhões de brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Consulto o Dr. Ilan se quer fazer a réplica.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Vou responder só a um pedaço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu só queria responder sobre a questão do FMI aqui. Acho interessante, de fato, a Senadora citar o FMI dessa forma. Recomendo a leitura do relatório do FMI desta semana sobre a economia brasileira, dizendo exatamente o que colocamos agora. O que V. Exª leu foi o relatório geral do FMI falando dos países avançados, mas recomendo ler a posição do FMI que saiu publicada nesta semana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, para os países avançados, pegam isto: têm de dar dinheiro aos pobres. Mas, para países como o nosso, dependentes, têm de tirar dinheiro do povo, não é?

O SR. ILAN GOLDFAJN – A questão com o FMI... Deixo a discussão com o FMI... Agora, sobre a nossa questão aqui, estou convencido do diagnóstico. Na verdade, é um diagnóstico que os investidores e as instituições financeiras corroboram, o de que a economia brasileira precisa fazer os ajustes e as reformas, para recuperar a confiança e para poder crescer, porque tivemos uma crise de confiança relevante e precisamos ir em frente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, sigamos as nossas inscrições.

Então, com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Dr. Ilan, eu queria cumprimentá-lo e ir aqui a alguns pontos. O primeiro deles é o seguinte: já há um consenso de que a economia brasileira dá sinais de estabilização. Alguns indicadores antecedentes e ainda, por exemplo, os dados de produção industrial já indicam um processo de recuperação. Evidentemente, discute-se qual será a intensidade, o ritmo desse processo de recuperação. Parece-me que ele está associado a duas questões importantes, que são os dois preços fundamentais da economia: o juro e o câmbio.

Com relação ao juro, temos de reconhecer que a flexibilização da política monetária de forma mais sustentada se dará na medida em que o quadro fiscal evoluir, em como vai evoluir o quadro fiscal. Quer dizer, a questão da flexibilização da política monetária está estreitamente vinculada à evolução do quadro fiscal, ou seja, o espaço para a redução da taxa de juros vai ser dado pela trajetória das contas públicas ou pelo menos por aquilo que seja a indicação dessa trajetória.

Por outro lado, há outro preço importante, que é o câmbio. E aí há uma preocupação muito presente, especialmente na indústria. Tivemos, já neste ano, uma valorização de 20% na taxa de câmbio. E a indústria de transformação, especialmente, vinha se beneficiando do processo de desvalorização da taxa de câmbio. Por exemplo, no ano passado, houve um efeito muito positivo sobre alguns segmentos, por exemplo, no que diz respeito à exportação, a veículos e a bens de capital, sobre os quais houve uma taxa de câmbio mais favorável, houve uma boa resposta. E também o processo de substituição de importações beneficia setores mais tradicionais como, por exemplo, o setor têxtil e o setor de calçados. Mas, agora, com essa forte valorização que se observa em 2016, a rentabilidade do setor exportador começa a ser comprometida. Esse canal externo é muito importante para a recuperação da economia brasileira e vem dando, mesmo nesse quadro difícil, uma contribuição positiva. É evidente que essa questão do câmbio é uma questão muito importante para que o canal externo continue a dar uma contribuição positiva ao processo de recuperação.

Então, eu queria ouvi-los sobre essas duas questões.

Quero também colocar outra questão que diz respeito ao mercado de crédito. Estamos experimentando uma fortíssima contração de crédito. É claro que isso é decorrente da retração da demanda, mas também, em grande medida, porque a oferta de crédito no Brasil se contraiu muito. As instituições, os bancos estão com uma aversão muito grande ao risco, e, portanto, o efeito combinado da queda da demanda e de uma retração também do lado da oferta está nos levando, no segmento livre, por exemplo, a uma queda de mais de 11% neste ano. De queda em valor real estou falando, mas também há uma queda em valor nominal. Quer dizer, há uma queda de 2% em valor nominal e de 11% em valor real, quando consideramos a inflação.

Então, eu queria saber qual é o papel que o Presidente atribui ao mercado de crédito e, considerando outros processos recessivos que o Brasil viveu, qual é o papel que o senhor atribui ao mercado de crédito nesse processo...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...de recuperação da economia *vis-à-vis* de outros processos recessivos que o Brasil experimentou.

Agora, quero colocar uma questão que, a rigor, é uma meia jabuticaba brasileira. Quer dizer, o Brasil tem, especialmente nessa área do crédito, algumas distorções. Por exemplo, os *spreads* bancários é uma agenda na qual temos de avançar. Independentemente da questão do juro nominal, que está associada à inflação, essa agenda dos *spreads* precisa evoluir. É uma agenda densa, temos questões ligadas à cunha fiscal, à questão concorrencial no sistema financeiro. Temos hoje cinco instituições que respondem por 75% da oferta de crédito. Então, a concentração bancária no Brasil tem contribuído para que os *spreads* bancários, as taxas brutas de intermediação financeira, sejam muito elevados no Brasil.

Eu lhe pergunto: como caminhar nessa agenda dos *spreads*, para que a gente possa, pouco a pouco, atacar isso, que é claramente uma distorção, se considerarmos qualquer parâmetro internacional?

Há ainda uma questão, para a qual peço especialmente a sua atenção, que é a questão do mercado de cartão de crédito no Brasil. O prazo para reembolso do crédito à vista das operadoras de cartão no Brasil é de 30 dias, diferentemente do que ocorre em todos os países, inclusive naqueles em que há inflação mais baixa do que a do Brasil. Por exemplo, nos Estados Unidos, nos países da Europa e até mesmo nos países da América Latina, como Chile e Argentina, os prazos são muito mais curtos, variando, no caso do Chile, de três dias para 18 dias, no caso da Argentina. Não vou falar dos Estados Unidos e dos países da Europa, em que é de um dia o prazo para reembolso. Veja, Presidente, o efeito que isso causa no capital de giro do setor varejista do Brasil e nos preços, porque, de alguma maneira, isso se transmite aos preços, tendo em vista que, com o custo financeiro no Brasil, o logista, o varejista leva isso para o preço. Então, eu lhe pergunto: como fazer com que isso possa convergir para os padrões internacionais? Isso terá efeito imediato. Com isso, você faz algo que vai afetar imediatamente o capital de giro de todo o setor varejista no Brasil.

Quero também dizer que, em relação ao mercado de cartão de débito, há algo também diferente no Brasil: é cobrada lá fora uma taxa em valor fixo; no Brasil, é uma taxa *ad valorem* sobre o valor da transação. Então, nós também oneramos extraordinariamente esse segmento do cartão de crédito e mesmo do cartão de débito. Eu gostaria de saber como o Banco Central pode atuar nessa questão – e me parece que pode – de forma a induzir um movimento em que se possa encurtar o prazo de reembolso nas operações do cartão de crédito.

Finalmente, apresento esta questão: qual é a expectativa do Presidente com a normalização da política monetária americana? Que reflexos isso terá no processo de recuperação da economia brasileira, tendo em vista que esse processo de normalização se traduz na elevação das taxas de juros nos Estados Unidos?

Eram essas as minhas questões.

Eu agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Armando Monteiro. Muito oportuna é a questão do cartão de crédito.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o Dr. Ilan e dizer que as suas referências a respeito da sua competência são inquestionáveis em todo o País. O que cabe a nós, é claro, é discutir a nossa aflição, que é a aflição do povo brasileiro, a respeito de alguns pontos.

Eu gostaria de iniciar pelo que o Armando terminou: o cartão de crédito e os spreads. Como é que os bancos do setor público conseguem cobrar *spreads* de 43%, em valor médio, e como os bancos privados cobram 33%? Essa é uma diferença de dez pontos. Por que justamente o público é diferente do privado? O privado, normalmente, tem mais medo; o público tem um pouco menos de medo. Então, acho que, só por essa diferença de prática em taxas de *spread*, já se vai para o caminho do pensamento em uma regulação – não é congelamento de preços, não é estabelecimento de tabelas –, pelo abuso.

Há outra coisa interessante: são anos e anos, desde que sou Deputada, já estou no segundo mandato de Senadora, dessa conversa tão comprida de *spread*. Que força é essa que não consegue fazer com que essas mudanças ocorram? É inadmissível que a gente possa ver essa prática e não tentar fazer algum tipo de mudança. Se há regulação na parte aérea, na telefonia, na energia, na água, em preço de frete na ferrovia, se em tudo temos regulação, por que isso não ocorre, inclusive, com a taxa de *spread*, que acho que é a principal, que ocasiona toda a carestia do crédito no Brasil?

Agora, Dr. Ilan, 58% das famílias, segundo os números, estão endividados, sendo que, desses 58%, 76% se referem à dívida de cartão de crédito, e 14% se referem a financiamento de carro. Mas 76% das dívidas são contraídas com cartão de crédito. Por que há uma diferença tão brutal nas taxas praticadas que se assemelham às do cheque especial? Do cheque especial, a média é de 345%. Mas, quando você pega o menor banco e o maior – neste caso aqui, o Banco do Brasil é o menor –, é de 305% a taxa do cheque especial, e a mais alta é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do Santander, 448%. Sr. Presidente, há uma diferença de 53% entre a taxa de um banco para outro só no cheque especial. Então, que mágica é essa? Nós estamos pagando pela incompetência de um banco ou de outro? Aí alguém pode dizer: mas você tem a liberdade de abrir a conta onde quiser. Nem sempre, Presidente, nem sempre. O cliente, o contribuinte quer ter a sua agência bancária mais próxima de onde mora ou da sua empresa. Às vezes, até a própria empresa adota uma agência bancária, e ele fica sem opção de escolha.

Então, Sr. Presidente, se nós pudéssemos resolver essa taxa de juros do cartão de crédito, que é abusiva, eu acho que a gente melhoraria muito a questão do endividamento das famílias.

Há outra questão sobre a qual eu gostaria de perguntar. O senhor mesmo disse, agora há pouco, que o CDS caiu, e eu concordo com o senhor, de mais de 500 pontos para 300 pontos.

O SR. ILAN GOLDFAJN (*Fora do microfone*.) – Para menos de 300 pontos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Para menos de 300 pontos. Está ótimo! Parabéns! Agora, esse não é motivo principal que já deveria ter levado a política monetária a baixar os juros? É justamente o CDS que sinaliza a possibilidade ou não da queda da taxa de juros.

Nós estamos vivendo o pior dos mundos. O Armando colocou aqui a parte da indústria, e eu coloco a parte da agricultura. As nossas exportações estão sendo altamente prejudicadas. Essa política que é adotada pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já é conhecida do passado, quando nossas exportações não explodiram como fizemos agora.

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Uma das maneiras que vários países usaram no mundo todo para sair da crise foi justamente a via das exportações. Agora, com o dólar nesse nível, isso é praticamente impossível.

Nós tínhamos uma conta no passado em que o dólar não podia cair para menos de R$3,50 porque isso comprometeria fortemente as nossas exportações. E nós estamos muito abaixo disso. Isso, Dr. Ilan, é o caos para a indústria, é o caos para agricultura.

Iniciei minhas palavras falando do meu reconhecimento da sua competência, mas são políticas que são adotadas por um determinado Ministro da Fazenda ou não, por um grupo de economistas, mas há controvérsias. O Banco Central hoje não é a Santa Sé, que não permite que a gente não possa discutir as questões.

Então, esse dólar baixo vai trazer consequências gravíssimas para as exportações do Brasil, para a geração possível de emprego e também para as nossas reservas, no superávit no final do ano. Então, é preciso tomar uma providência quanto a isso. O Presidente da CNI foi muito duro outro dia com a sua preocupação, e é uma preocupação justa. Repito: CDS já é motivo suficiente para que nós possamos ousar com relação à taxa de juros.

Com relação à inflação, eu só queria deixar aqui uma colocação. No governo da Presidente Dilma, discuti isso com Joaquim Levy, mas era um momento político tão delicado, que ia parecer um disfarce. Nos Estados Unidos, alimentos não entram na cesta principal de cálculo da inflação. Por que nós, aqui no Brasil, colocamos a inflação da cebola, da batata e do tomate? O senhor pode levantar: todo ano, há a crise do tomate, da cebola e da batata. Eu não aguento mais! Aí é a agricultura que é o problema, é a agricultura que... Gente, é um problema climático. Nós não estamos debaixo de uma fábrica. Nós dependemos de São Pedro. O senhor o conhece? São Pedro determina se vai chover ou se não vai. Então, quando chove ou não chove, o tomate é um problema, a cebola é um problema, a batata é um problema. Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, comida não entra na cesta de cálculo da inflação. Então, eu gostaria de deixar aqui essa sugestão para análise.

Terceiro ponto: eu gostaria muito de ter a atenção de V. Sª a respeito da securitização dos débitos de Municípios, Estados e União com relação à forma de operacionalizar. É claro que o senhor tem equipe suficiente muito competente, mas não custa uma simples Senadora falar que a forma de operacionalizar pode vir a ser uma operação de crédito, principalmente se Municípios, Estados e União estiverem garantindo essa dívida, inclusive no repasse para terceiro. Se a União, os Estados ou os Municípios não garantirem essa securitização, não é operação de crédito, mas, se isso ocorre, é operação de crédito, sim.

Encerro minhas palavras, dizendo que não concordo com a incapacidade da Casa da Moeda de produzir dinheiro. Nós temos capacidade ociosa – isso já foi discussão no outro governo. É melhor dizer a verdade: comprando lá fora, o papel é mais barato. Eu acho que honestidade cabe em todo lugar. Até concordo, acho que se deve comprar onde for mais barato mesmo. Mas dizer que está comprando lá fora por que a capacidade está ociosa? Só se for a indicação política que está lá que está dizendo isso, porque não sei o que um político quer representando e presidindo a Casa da Moeda. Até hoje, eu não entendi isso. Eu perguntei isto aqui no passado, mas ninguém conseguiu me dar essa resposta, Senador Cristovam: por que um partido político quer indicar o diretor da Casa da Moeda? Então, quanto a se comprar fora o dinheiro, o papel, se é mais barato, vamos fazer isso pelo contribuinte. Acabar com a Casa da Moeda não sei se é o mais certo em termos de soberania, mas que ela está ociosa não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Encerro, dizendo a um dos colegas aqui que mencionou isso anteriormente que a dívida bruta do País saiu de R$800 bilhões para R$2 trilhões ou R$3 trilhões. É muito simples e talvez um pouco menos honesto fazer valores nominais, porque, se nós transformarmos no que é correto e decente do ponto de vista econômico, é em relação ao PIB. A dívida bruta no governo Fernando Henrique era de 76% do PIB.

Com a Presidente Dilma, no mês que ela saiu, ela era de 67% do PIB, quase dez pontos percentuais a menos. E o que é mais grave? No governo Fernando Henrique, não se gastou nenhum centavo com reservas cambiais, e, de 67% da dívida bruta da Presidente Dilma, 50% são referentes à compra de reservas cambiais, o que foi motivo da sua menção. Quando houve o problema na Inglaterra, o Brasil era sólido, porque havia um colchão enorme de reservas cambiais, graças a Deus, que saiu de R$38 bilhões para R$376 bilhões. Então, metade do gasto com a dívida bruta, o custo da dívida bruta se dá na compra de reservas para este País.

A outra questão é que, se nós também analisarmos qual foi o pico maior da inflação no governo Fernando Henrique e no governo Dilma, há uma coincidência interessantíssima: justamente com Fernando Henrique, no mesmo período, a inflação foi de 12,5% e, no período da Presidente Dilma, foi de 10,7%. Quais foram os motivos? Energia. Com Fernando Henrique, houve apagão; aqui, houve a seca. São Pedro não mandou chuva, houve uma seca horrorosa, e nós, então, tivemos de aumentar o preço da energia. E aí o dólar, é claro, também subiu nas duas ocasiões. Então, isso gerou o pico da inflação nos dois governos.

Encerro os questionamentos. São basicamente três questionamentos para os quais eu gostaria de ouvir a resposta.

Muito obrigada por sua atenção.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Presidente.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Vamos lá, vou ter de voltar para as anotações. Muito obrigado pelas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não, vou seguir a ordem das perguntas.

O Senador Armando Monteiro fez algumas colocações que considero importantes. A primeira colocação é feita em relação às condições para nós termos juros estruturais da economia sustentáveis, mas também fez a pergunta sobre nós termos um câmbio estruturalmente sustentável também. E mencionou que, para termos juros estáveis menores, de fato, há uma ligação com a sustentabilidade fiscal.

Nós temos dito que não temos nenhum cronograma preestabelecido para a flexibilização monetária, mas falamos que, sim, uma das questões que nós estamos considerando é a questão fiscal, mas que há outras também e que nenhuma, sozinha, *per se*, define a política monetária. Por exemplo, se houver uma redução de serviços, se tivermos uma inércia menor nisso e se tivermos uma questão fiscal, é a combinação deles juntos que vai gerar as condições para a redução de juros. Não temos cronograma preestabelecido, mas, olhando as projeções e olhando essas condições, nós vamos avaliar.

Eu acredito que, à medida que as reformas e os ajustes sejam feitos, nós vamos ter estruturalmente um juro menor, e esse juro estruturalmente menor vai ajudar na questão do câmbio de forma permanente. À medida que tenhamos o diferencial de juros, ao longo do tempo, estruturalmente e de forma sustentável, isso vai ajudar essa questão.

Agora, outra questão no câmbio que é importante é a sua volatilidade. Nos últimos tempos, tivemos uma volatilidade relativamente menor, aliás, bem menor, com um câmbio numa faixa que vai relativamente para R$3,20, para R$3,30, ou seja, vai flutuando ao longo... Nós não queremos atingir ou definir... O câmbio flutuante é o câmbio flutuante. Só que nós fizemos algumas intervenções, tentando reduzir o estoque de *swap* cambial por uma questão de cautela, e o resultado tem sido uma estabilidade um pouco maior.

Há a questão do mercado de crédito, e, depois, vem a pergunta sobre cartão de crédito, sobre *spread* bancário. Então, vamos, primeiro, falar do mercado de crédito: qual o papel do mercado de crédito, como eu vejo? Hoje nós temos uma retração tanto na oferta quanto na demanda de crédito. Na verdade, é uma retração de todos os agentes econômicos que, dado o problema de confiança, se retraíram, e agora, devagarzinho, todos os atores estão começando a sair. O papel que eu vejo para o mercado de crédito é: há liquidez, existe liquidez, e eu acredito que, na medida em que a recuperação começar a ficar mais clara, isso vai dar um gás, ou seja, ele virá e vai colaborar com a recuperação. Não vai ser antes, vai ser durante, porque acho que a liquidez existe, e a confiança é necessária para que os agentes não se sintam tão em frente ao risco.

Em relação à questão da agenda, mencionei no discurso quatro pilares que acho que estão na atuação do Banco Central. Entre os quatro pilares, está a redução prudente e sustentável do custo de crédito. O *spread* bancário está aqui. Isso não se dá à força. Há várias razões por que o custo está onde está: cunha fiscal, cunhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

que têm a ver com compulsórios, cunhas que têm a ver com subsídios cruzados. Você dá benefícios de um lado, achando que não vai sair de lugar nenhum, e vai acabar saindo do outro lado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Há o compulsório, não é?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Há o compulsório também. Então, há várias questões de médio e longo prazo, que não vão se resolver amanhã, mas que fazem parte de uma agenda que está nesse pilar.

Há outro pilar, que é a eficiência do sistema financeiro. É preciso tornar o sistema financeiro mais eficiente, com menos risco. Acho que a competição está lá dentro. Essa é uma questão que foi colocada também.

Em relação ao cartão de crédito, isso está aqui dentro também.

Duas questões foram colocadas, como a questão do prazo de liquidação. Houve a questão também...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A da taxa fixa ou...

O SR. ILAN GOLDFAJN – Há a questão também da taxa. Eu acho que essas questões estão na agenda. Acho que são questões válidas para o Banco Central trabalhar junto com o sistema, porque são ações que têm de estar na agenda. Então, considero que faz parte do nosso trabalho tratar essas questões.

Houve a pergunta sobre a normalização da política monetária. Acredito que hoje nós estamos num período que não é muito bom para países avançados, mas, para a economia emergente, gera-se um período benigno. As economias avançadas não estão crescendo muito, o que significa que os juros continuam em zero ou negativos. As economias avançadas querem voltar a crescer. Para as economias emergentes, isso significa que nós temos financiamento barato. Há uma busca por risco, o que valoriza nossos ativos, e, ao mesmo tempo, não saímos daquele risco do começo do ano de haver uma nova recessão, que vem da China. Então, estamos num período em que não há recessão. Há um crescimento moderado, e o financiamento é barato.

Acontece que isso não vai perdurar para sempre, e o primeiro país que parece estar saindo dessa situação são os Estados Unidos. Até o final do ano, até o começo do ano que vem, vão começar a normalizar as condições monetárias, o que significa que, para nós, há um período aí benigno, mas que, em algum momento, vai terminar. Não dá para saber em que momento, em que mês, mas as economias emergentes e o Brasil deveriam aproveitar este momento para fazer os ajustes, para corrigir qualquer distorção, qualquer problema que nós tenhamos. O momento é agora, é isso que eu vejo. Então, estou vendo a normalização ainda bem devagar, está muito no começo. Vai ser feita de forma muito gradual, mas vai acabar um dia, e nós temos de estar preparados para esse momento.

Senadora Kátia Abreu, muito obrigado pela referência.

Em relação ao cartão de crédito e ao *spread,* é a mesma resposta: acho que isso faz parte desse pilar. O que não faz parte é – obviamente, concordo com V. Exª – congelamento, tabelamento, voluntarismo. Trata-se de pegar os fatores e de trabalhar cada um deles. Esse é um projeto de médio e de longo prazo, mas que tem de começar hoje. Na verdade, já começou. Nesta gestão, esse vai ser um pilar nosso.

Perguntou-se por que é mais caro um tipo de crédito, ou menos caro. Às vezes, isso tem a ver com as garantias, obviamente, e, às vezes, tem a ver com questões de *mix* de produtos. Alguns bancos têm um *mix*, outros têm outros. O que nós estamos fazendo? Nós temos como objetivo a transparência e a portabilidade. Publicam-se as taxas, que podem ser vistas – foi o motivo desse comentário –, e há a portabilidade, a possibilidade de transferir: se não está gostando, transfere. É claro que há custo. Às vezes, não é o melhor, mas isso faz com que as instituições estejam com mais competência, porque, se você permite a portabilidade, isso reduz os custos.

O último ponto, que é um pilar aqui, é a educação financeira, que tem a ver com a cidadania financeira: você permite que todos entendam que estão pagando, como estão pagando, de que forma, e saibam fazer o cálculo. Nós temos a calculadora do Banco Central, que permite esse tipo de cálculo. Esse é outro pilar. De novo, isso leva tempo. É uma questão de educação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – É a calculadora financeira da cidadania, para alguém que entra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não, não estamos distribuindo a calculadora. Isso já é outro... Eu deixo isso para as áreas responsáveis.

Depois, vem a pergunta sobre o CDS: o CDS permite baixar os juros? Acho que a redução do risco ajuda, é claro que ajuda, mas não é o único fator. Como é que o CDS ajuda o risco? No mesmo momento em que o risco caiu, as expectativas de inflação, que estavam muito por cima da meta de inflação, começaram a cair. Hoje em dia, onde é que nós estamos? Nós estamos, para 2017, ainda acima da meta, em torno de 5%, de 5,1%. Ou seja, caiu muito; em algum momento, estava em 6% ou em 7% a expectativa. E, para os anos de 2018 em diante, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

expectativa já está em 4,5%. Então, de fato, isso revela que não é só por causa do risco, é por causa da política monetária, que atuou como atuou para a recuperação da confiança. Tudo isso tem ajudado.

Agora, não há um cronograma preestabelecido. Vamos olhar as expectativas, vamos olhar as projeções, vamos olhar os fatores que elencamos. Por exemplo, um dos fatores dizia: olhe a inflação corrente e verifique se a inflação corrente é uma inflação de alimento ou é uma inércia. Se for uma inflação de alimento, ela vai e tende a voltar. Nesse último mês, o que nós olhamos? Que do atacado está vindo para o varejo e que, de fato, volta.

Agora, a Senadora poderia me ajudar e talvez trabalhar junto, porque isso vai e volta, mas há uma tendência, nos últimos anos, de os preços dos alimentos subirem. Não é um sobe e desce, mas há uma tendência leve. Eu gostaria de trabalhar junto para tentar entender a tendência, não a subida e descida, porque não é uma questão de vai e sobe, é uma questão sazonal. Mas eu queria entender essa subida para poder trabalhar no que causa essa subida ao longo do tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Para trabalharmos juntos. Não é só o que acontece, mas por que e como trabalhamos nisso.

Já falamos sobre a questão da inflação.

Quanto à securitização, se houver responsabilidade residual no Estado de alguma forma, não é venda de ativo, e, portanto, é operação de crédito. Entendo que o projeto de lei transfere a propriedade, transfere tudo para... Aí é outra história. Mas, se não há transferência, de fato, é uma operação de crédito.

Quanto à CMB (Casa da Moeda do Brasil), aqui não é uma questão de honestidade. Infelizmente, tenho de rebater. Aqui, estamos trabalhando todos com completa honestidade para o Brasil. Nós queremos fazer o nosso trabalho, que é suprir de cédulas a economia brasileira. De fato, é mais barato importar, não há nenhuma dúvida. Mas não é essa a motivação. A motivação foi que nós recebemos uma carta da Casa da Moeda do Brasil dizendo que, mesmo para os montantes limitados, não poderiam entregar 27% este ano.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Talvez, seja de competência...

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu só digo que vou fazer meu papel, que não vou entrar na questão de por que e como. Não adianta olhar o passado. Tenho essa obrigação, tenho essa limitação. Até acho que, como estamos cumprindo nossa responsabilidade, hoje há três turnos na Casa da Moeda. Acho que são capazes de nos entregar mais do que eles imaginavam. Não havia três turnos. As máquinas que estavam quebradas. Parece-me que estão consertando. Então, as questões operacionais que estavam limitando, dado o nosso empenho, agora estão começando a andar. Mas temos de ser responsáveis, porque aí tudo vai junto. A Casa da Moeda começa a se empenhar, nós nos empenhamos, e a sociedade brasileira tem troco, que é o que precisa. Tudo que a Casa da Moeda nos entregar nós vamos comprar. Esse é um compromisso nosso. O que não puder entregar – e vou ter responsabilidade com o povo brasileiro – vou importar.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Nessa importação, há licitação?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Nessa importação... Em razão da urgência, da emergência, há licitação com várias empresas. Mas a MP nos permite, dada a emergência, fazer isso sem licitação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

Agora, falarão o Senador José Aníbal, o Senador Lindbergh e o Senador Cristovam.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O fiscalista fala antes. Depois vem um... Estou brincando, José.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não é réplica, é só uma coisa de que eu me lembrei.

Presidente, o Cadastro Positivo era algo que se vendia como sendo uma forma de atuar para reduzir os *spreads*. Qual é a sua avaliação sobre a experiência do Cadastro Positivo? Como podemos usá-lo dessa forma?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu acho que, nessa questão do Cadastro Positivo, nós temos de continuar trabalhando dentro do Banco Central, nas instituições financeiras, mas, infelizmente, através da forma como há o entendimento do que o Cadastro Positivo pode fazer. Por exemplo, em alguns Estados, há algumas exigências vindas do Judiciário que atrapalham o Cadastro Positivo ser implementado. Se você precisa encontrar a pessoa para cadastrá-la, isso dificulta muito que o Cadastro Positivo funcione. Então, há questões ligadas ao Banco Central, mas há questões que estão fora do âmbito do Banco Central, e também estamos trabalhando...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É a agenda do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ILAN GOLDFAJN – Essa agenda é a agenda da eficiência do sistema.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, tanto quanto os outros Senadores e Senadoras, sobretudo neste período que foi concluído no domingo passado, o primeiro turno das eleições, nós andamos muito Brasil afora. Na sexta feira, estive em Franca, que é nosso maior produtor de calçados masculinos. É claro que me abordaram lá sobre o câmbio. Eu até repeti um pouco o que você disse aqui: chegou-se àquele pico de R$4, mas, hoje, está operando entre R$3,20 e R$3,30. Mas há uma insegurança se vamos continuar aí ou se vai haver uma valorização do real, uma apreciação do real, que vai tornar a competitividade da indústria calçadista de Franca muito penalizada.

Há também a questão dos juros. Você viaja, conversa com empresários da área de produção e de serviços, de produção de bens e de mercadorias, e ouve: "Olha, a taxa de juros está alta." Tenho dito a todos o seguinte: a devastação provocada pelo governo anterior não poupou nada. Vi que a Senadora Kátia falou de tomate. Há uma expressão brasileira que diz: "Pisaram o tomateiro inteiro." Não sobrou um tomate inteiro, e, certamente, houve um impacto fortíssimo na inflação. Mas o fato é que a crise é profunda em tudo. Devastaram fundos de pensão, empresas, Tesouro. E é uma crise que você não pode comparar a uma crise comum, às crises cíclicas do capitalismo. Ela foi totalmente agravada por um jogo político que levou ao paroxismo práticas totalmente transgressoras de gestão pública, de qualidade da gestão pública, e a toda essa corrupção que a gente viu aí.

Então, até entendo... Participei da implementação do Plano Real, da votação do Plano Real, na Câmara e, depois, no Congresso, em 1993. O nosso ânimo se dava por que estávamos ali diante da possibilidade de atingir fortemente a inflação não através de um truque, mas através de uma política que, certamente, produziria resultados. Uma coisa eu usava muito com Parlamentares que eram contra a DRU – depois, todos se tornaram favoráveis à DRU – e contra esse outro aspecto.

Depois, finalmente, o Congresso aprovou o plano, comprou o plano, entendeu que era um bom caminho. E o que eu dizia para eles era o seguinte: nós não vamos cair na tentação do alcoólatra, de fazer algo e, dali a pouco, dar um traguinho para a inflação. Se der trago para a inflação, ela volta. Nós estamos pagando o preço que foi dado. Alguns traguinhos foram dados. E esse é um bicho que, se você não mantiver sob controle permanente, sai atrás e quer mais.

Hoje eu retomo essa conversa com as pessoas que me interpelam para dizer: olha, eu gostaria muito da redução da taxa de juros. Você mesmo disse aqui hoje que a projeção é de 5,1 no ano que vem. Nessa projeção de 5,1 no ano que vem, o juro hoje real estaria em 8,67, 8,70 praticamente. É alto. É muito alto. Eu acho que é exatamente isso que nos faz pensar que esse viés de admissão de redução da taxa de juros em que, como o Presidente do Banco Central disse aqui hoje, há uma expectativa, inclusive no mercado, se realize o quanto antes. Tudo bem que seja 0,5. Isso vai criar uma animação, uma confiança recíproca, porque todo mundo vai saber que o Banco Central está fazendo isso com responsabilidade, porque entende que, do lado de lá, as empresas, os investidores estão acompanhando a situação do Brasil com o desejo de que o País recupere credibilidade e confiança para que volte o investimento. Inclusive, eu sei que o Governo está preocupado com essa questão do risco cambial para os investidores. Nós temos vivido situações que têm sido impeditivas de investimento na medida em que o risco cambial ainda é expressivo.

O fato é que nós, que estamos apoiando este Governo e confiamos nele, temos a responsabilidade de ter que conversar de uma forma mais abrangente. Não dá para irmos só ao pontual.

Eu gostei muito das suas questões, Armando Monteiro, que são questões que preocupam, mas temos que fazer esse sobrevoo para entender que houve uma predação, uma depredação que não foi pequena, que, para você recuperar, leva tempo. Agora, eu fico muito animado com essas questões, inclusive essas que você mencionou como sendo pilares, essa redução permanente e sustentável. Aliás, esta é uma grande contribuição dos que se preocupam com o meio ambiente: a sustentabilidade. Essa palavra hoje é usada de forma mais ampla. O modo mais simples que tenho de conversar com as pessoas sobre reforma previdenciária é sustentabilidade do sistema. Sabe o que é isso? Se não tiver sustentabilidade, o sistema, em algum momento, vai craquear, vai ratear. Então, tem que haver sustentabilidade no horizonte. É isso que nós vamos fazer com a reforma. Eu concordo que é por aí que temos que andar, mas queria muito ver esse momento chegar o quanto antes.

Quero dizer para a nossa Senadora Kátia Abreu que, de fato, é preocupante essa coisa do tomate, da cebola e da batata. Vamos ter que evoluir nisso de algum modo, porque ela tem razão, inclusive na sugestão que deu. Os americanos não são bobos. Se eles fazem isso, alguma razão têm em excluir da cesta. Enfim, acho que são questões que foram colocadas aqui e deverão ser objeto de reflexão pelo Banco Central.

É isso, Sr. Presidente. A expectativa reiterada é de que realmente a gente possa logo avançar tanto na questão dos juros, na questão do câmbio, enfim, na credibilidade, na confiança no Brasil, para que o investi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mento e o emprego voltem o quanto antes. O emprego continua... O desemprego, continua crescente. A onda foi tão brutal, o *tsunami* foi tão forte que ainda há consequências, ainda há desdobramentos negativos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ministro Ilan Goldfajn, quero cumprimentá-lo.

Quero dizer que nós vamos chegando a cinco meses, na próxima semana, do Governo do Presidente Michel Temer e, sinceramente, Ministro Presidente do Banco Central, algumas mudanças já são perceptíveis na política do Banco Central. Primeiro, o que foi explorado aqui pelo Senador Armando Monteiro em relação ao câmbio. Era o único setor em que nós estávamos ampliando exportações, que era o setor ligado à nossa balança comercial, que estava extremamente positiva. Nós já temos uma alteração. Eu tenho números aqui de maio. Nós tínhamos um saldo de seis bilhões, caímos, em setembro, já, para três bilhões.

Em relação à política monetária, nós estamos tendo aumento de taxa de juros reais. Esse é o fato. Em janeiro, o acumulado de 12 meses da inflação era de 10%, o acumulado de 12 meses. Agora, em agosto, já é de 8,9%. O Banco Central está prevendo inflação de 4,4% no próximo ano e a taxa de juros continua como está. Ou seja, nós estamos aumentando taxa de juros, Presidente Ilan Goldfajn. Isso aqui não dá para entender. Numa recessão desse tamanho, nós precisamos recuperar a economia, e nós estamos aumentando taxa de juros. Todo mundo com taxas de juros negativas do mundo!

Não se sustenta o argumento da inflação. Vamos lá: em 2015, foi preço administrado. O senhor falou aqui de aumento de energia elétrica de 50% a 60%, de gasolina. Não tem nada a ver com impacto na Selic. Aqui no Brasil, quando aumenta tomate, batata, cebola, o que também não tem nada a ver com inflação de demanda, aumentam taxa de juros. Isso é uma loucura! No mundo, isso é uma piada. Ninguém consegue entender o que está acontecendo aqui no País.

Aí, vamos lá: com relação à dívida, ora, a dívida está ligada muito à questão do crescimento econômico. O Presidente Lula pegou uma dívida líquida de 60% do PIB, caiu para 34%, porque o País cresceu. E agora estão tratando da dívida bruta. A Senadora Kátia Abreu, com razão, disse que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, era de 76%, caiu para 66%. Só que há um problema na discussão da dívida bruta que são as nossas reservas. De 25% são as reservas; 9%, o BNDES. Então, a gente fica tratando... Veja bem, as reservas são para dar segurança. Então, não dá para tratar esse número da dívida bruta assim, desconsiderando esses aspectos.

O que eu tenho visto aqui é a minha preocupação em relação à política monetária no cenário de recessão como este em relação à velha prática do Banco Central de usar o câmbio novamente para segurar a inflação. Isso está acontecendo. A Senadora Gleisi trouxe uma opinião do ex-ministro Bresser-Pereira, que falava do populismo cambial, mas, novamente, estamos usando o câmbio para segurar a inflação.

Quero entrar no debate da questão fiscal também, porque, veja bem, os senhores abstraem que o problema nosso na questão fiscal não foi o aumento de gastos – é o velho debate do *impeachment*. Nós tivemos uma frustração de receitas da ordem de R$180 bilhões em 2015. Este ano, a receita está caindo 7%, porque estamos numa recessão do tamanho do mundo. E a saída dos senhores é o quê? Aumentar juros e mais ajuste fiscal, o que vai piorar a situação. Eu, aqui, fui um crítico do Levy, votei contra o ajuste, porque para mim foi uma loucura. Fizemos um ajuste de 2,3% do PIB, que agravou a recessão e diminuiu a arrecadação. Mas os senhores estão propondo isto agora: um ajuste de longo prazo draconiano.

Essa PEC nº 241, e quero me socorrer aqui, com todo o respeito, ao Felipe Salto, que é um economista que prezo muito, assessor do Senador José Aníbal e tem posições diferentes das minhas em várias questões, ele fez um artigo dizendo que, num primeiro momento, a PEC nº 241 é expansionista, mas é extremamente contracionista ao final de 20 anos. Nós vamos ter superávit de 6% a 7% do PIB.

Ministro Ilan Goldfajn, é uma loucura completa o que os senhores estão fazendo. Veja bem, quando eu digo que não tem nenhuma estratégia este Governo em relação à recuperação do crescimento econômico é porque, com relação à recuperação do crescimento econômico, nós temos aqui quatro caminhos: consumo das famílias, que representa 63% do PIB, gastos do Governo, investimentos e o setor externo, exportação e importação. Quanto ao setor externo, os senhores, com essa mudança da política cambial, já estão prejudicando muito as nossas exportações. O consumo das famílias significa 63% do PIB. A gente sabe que aumentou o desemprego, as famílias estão endividadas, está tendo queda o rendimento, mas as propostas dos senhores, dessa PEC nº 241 e da reforma da Previdência, que desvincula benefícios do salário mínimo, são maldades, como acabar com a vinculação do benefício do salário mínimo com o BPC. No BPC, é pago o valor de um salário mínimo para quem é deficiente, para as famílias, para as pessoas que têm acima de 65 anos que têm uma renda *per capita* de um quarto do salário mínimo. Os senhores estão querendo acabar com essa vinculação. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

impacto disso na economia é terrível! Os senhores estão construindo um caminho em que nós não vamos sair da recessão. Não há como sair da recessão com essa política.

Encerro fazendo uma pergunta ao senhor em cima de uma publicação. O economista Felipe Rezende, que esteve aqui, inclusive, no debate sobre a PEC nº 241, escreveu um artigo no *Valor Econômico* no qual cita um estudo feito pelo senhor, em que diz o seguinte: ele considera a regra da PEC nº 241 acíclica e que os gastos do Governo serão os mesmos, independentemente da fase, do ciclo econômico. Diz ele:

> A proposta desconsidera importantes armas contracíclicas, por exemplo, que quedas na arrecadação federal e o aumento automático dos gastos (seguro-desemprego, Previdência Social etc.) – conhecidos como "estabilizadores automáticos" – são proveitosos ao contrabalançar a queda dos gastos privados durante recessões." [Aí ele cita o estudo do senhor que diz:] O estudo "Em prol de uma meta fiscal estrutural para o Brasil", de Ilan Goldfajn e M. Oreng, publicado pela Itaú Macrovisão em abril 2012, por exemplo, sugere que o país precisa de um novo regime baseado em uma meta fiscal estrutural [ou seja] – que exclui variações das receitas e despesas decorrentes dos ciclos econômicos e preços de ativos[...].

Então, eu queria que o senhor falasse sobre isso, porque, em relação a esse texto do senhor, com ele eu concordo também. Eu queria que senhor se pronunciasse sobre essa questão da meta fiscal e estrutural que defende nesse artigo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Antes de passar a palavra, Presidente, estava o Senador Cristovam inscrito, ele saiu, mas a Senador Kátia pediu para utilizar...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Pode responder. Só estou esperando um dado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, está bem.

Portanto, passo a palavra.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Estou começando com o Senador José Aníbal.

Eu tenho concordância com o teor da análise e com a questão no final. O que nós estamos dizendo é que houve uma crise severa e temos que lidar com ela. E temos que lidar com ela de forma responsável em todas as áreas: na área fiscal, na área monetária, na área estrutural, na área de investimento de infraestrutura, na questão da Petrobras. São várias áreas nas quais se tem que atuar de forma responsável. E na questão que diz respeito ao Banco Central também. Nós queremos ter as condições, mas o Governo como um todo, não só o Banco Central, para criarmos condições de ter juros estruturais menores. Não adianta ter aventuras, não adianta ter políticas voluntaristas, argumentar que a inflação não está aí. Ela está aí. Ela veio, ela subiu, ela gera inércia.

Aí, respondo um pouco ao Senador Lindbergh: a inflação sobe por motivo que não tem a ver com demanda, mas ela se reproduz, e a reprodução é que é papel do Banco Central. É isso que estamos fazendo. E estamos fazendo, de certa forma, já com algum sucesso. As projeções que foram colocadas não estariam lá se não houvesse confiança e credibilidade em nossa determinação em reduzir. Não é 4,4%. Na verdade, a projeção para o ano de 2017 é 4,9%, em torno disso, e as projeções para os anos seguintes são já mais perto do centro da meta. Então, de certa forma, estamos caminhando. Não há nenhum cronograma preestabelecido, mas nós vamos olhar essas projeções, nós vamos olhar essas expectativas e vamos olhar esses fatores que eu coloquei: a inflação intrínseca; a questão da inflação de alimentos, que está voltando; e a questão do quadro fiscal e dos ajustes, se estão vindo. Vamos olhar e ver se há condições para o começo da flexibilização.

Os juros mais longos da economia são os que nós temos que olhar. Vejam, por exemplo, os juros das NTN-Bs, que são aqueles títulos mais longos. Eles caíram nos últimos tempos de forma substancial. Então, vamos olhar o que importa, que é se nós estamos criando condições para os juros estruturais da economia caírem. É isso que está acontecendo e que tem que continuar a acontecer para frente.

O Senador Lindbergh fez algumas considerações. A algumas delas eu já respondi, que têm a ver com juros mais longos, que estão caindo, e nossas projeções. O que nós acreditamos que tem que haver são as condições para a queda de juros sustentável, para ela não ir e voltar. Sabemos que, no passado, ocorreu várias vezes, foi e voltou. Não é isso que queremos, porque, se foi e voltou, os juros de longo prazo ficarão onde estão. Sobre a inércia, eu falei.

Há duas questões que acho que foram levantadas também que são as questões da dívida bruta, do auxílio ao ajuste fiscal para termos as condições para que a economia se recupere com a inflação baixa. A dívida bruta, de fato, subiu um pouco, acumulando reserva, mas subiu, nos últimos anos, independentemente da acumulação de reserva. A tendência da dívida bruta é de subir, assim como a da dívida líquida, e nós temos de estabilizar isso. Eu acho que a PEC do teto dos gastos é a forma mais eficiente de se fazer isso, porque você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

vai no núcleo do problema, que é o crescimento dos gastos, que têm subido, por décadas, sem parar. Eu não consigo ver uma outra forma de resolver o problema da credibilidade com a questão fiscal se não for mexendo no teto da dívida.

Em relação à última pergunta do Senador Lindbergh, se é uma questão cíclica, eu sou a favor de olhar as questões ao longo do ciclo, mas acredito que se você limitar o crescimento dos gastos, em momentos em que você tiver um crescimento maior, a arrecadação sobe e você tem um superávit maior. Ou seja, no momento em que a economia está bem, você gera superávit; no momento em que a economia não está bem, o gasto está mais ou menos constante, a arrecadação cai e você gera um déficit. Então, o teto *per se* já tem uma coisa cíclica embutida nele. É claro que você pode pensar em outras formas, mas ele já tem embutida nele, porque, quando a arrecadação subir, você gera superávit, e, quando a arrecadação cair, você gera um déficit. Está embutido um pouco esse ciclo que há aí.

Tenho a impressão de que respondi tudo. Se eu me esqueci de alguma coisa, vocês me falem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ministro Ilan Goldfajn, eu agora vou defender esse estudo aqui para me contrapor à PEC 241, que é a meta fiscal estrutural, porque, sinceramente, a PEC 241, independentemente do ciclo econômico, congela de acordo com a inflação. O que o senhor fala aqui é diferente, porque o senhor quer tirar esse efeito da flutuação, diminuição e subida de receita.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só uma informação para V. Exª, Senador: primeiro, pensou-se em estabelecer um período de 20 anos, mas, em 10 anos, havendo a possibilidade de uma revisão. Agora, eu vejo o entendimento feito na Câmara de que, a cada período de governo, vai ser possível fazer uma revisão. Então, essa sua ponderação está vencida neste ponto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não há nada vencido. Não há nada vencido. Essa PEC é um escândalo. Essa PEC é antidemocrática, inclusive, porque eu pergunto: de que vale eleger um Presidente da República se ele não pode fazer uma política fiscal anticíclica, se ele foi eleito com esse propósito? Se não pode aumentar recursos da educação e da saúde? Porque nós estamos desvinculando. O que nós estamos fazendo é rasgar a Constituição de 1988.

Mas eu queria voltar, Ministro Ilan, a falar de um ponto que eu acho que é central nessa discussão dos juros, a que não há como responder. A diferença do Brasil para o restante do mundo é impressionante. Volto a dizer que os senhores estão aumentando a taxa de juros reais. Isso é um fato e está acontecendo agora em cada reunião do Copom, em que os senhores mantêm 14,25%. Os senhores estão aumentando a taxa de juros no momento de uma recessão gigantesca! E, aqui, sinceramente – eu já participo destes debates da CAE há muito tempo –, não há justificativa técnica.

O senhor chegou a falar, eu perguntei dos preços administrados, que: "Não, são os efeitos secundários". Quais são os efeitos secundários numa economia com uma recessão como essa, Presidente? O senhor sabe que não existem. O que existe é um pacto político que junta o sistema financeiro. Infelizmente não é só o Itaú e o Bradesco que ganham com isso, mas também as maiores empresas do País, que vivem do rentismo. É uma transferência de recursos públicos para os mais ricos deste País.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso nós vamos ver no plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso concluir? Eu posso falar?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pode, mas está sendo uma condescendência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é réplica.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não é réplica.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, ele tem direito a aparte. V. Exª também terá direito. Eu passo a V. Exª.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu também quero.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só fico... Porque fica interrompendo.

Essa é a avaliação que nós temos. O senhor, na verdade, não tem nenhuma justificativa técnica. É um escândalo manter a taxa de juros nesse nível, um escândalo! Eu até não concluí a fala sobre recuperação econômica. Eu falava aqui de consumo das famílias, investimento privado, gastos do Governo, os gastos públicos, e setor externo. O setor externo os senhores atacaram com essa política cambial. Houve uma mudança na política cambial que está prejudicando as exportações brasileiras. Gastos do Governo, não se pode esperar nada. Os senhores estão propondo um plano de austeridade a longo prazo, 20 anos, superávit de 6% a 7% do PIB, uma loucura! Investimento privado, os senhores sabem do endividamento das empresas brasileiras. Vai haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dificuldade agora, porque o BNDES não vai jogar mais o seu papel no setor privado. Eu não consigo ver por aqui como a gente pode ter também recuperação do crescimento econômico. E, fundamentalmente, o consumo das famílias. Os senhores decidiram atacar tudo que houve de conquistas no governo Lula e da Presidente Dilma nesse último período.

Então, eu volto a trazer aqui a minha preocupação. Quando se discute a questão dos gastos, muita gente não entende que gasto público tem um efeito multiplicador no crescimento econômico. Há vários estudos – e o senhor sabe melhor do que eu aqui – que falam que 1% a mais de crescimento em determinada área pode ter um multiplicador de 1,5, de 1, de 0,8, de 0,7. O fato é que um ajuste dessas dimensões aprofunda em muito a recessão. Com o caminho que os senhores apontam para o País, infelizmente, a nossa economia vai continuar patinando por muito e muito tempo.

Com todo o respeito que tenho ao senhor como Presidente do Banco Central, como Ministro desse Governo, os senhores têm que baixar essa taxa de juros imediatamente! Não se justifica, não há argumento técnico. O senhor não consegue apresentar um argumento técnico para manter essa taxa de juros nesse nível, não consegue. O senhor não consegue explicar aqui nem em lugar nenhum do mundo. Volto a dizer: isso é motivo de risada de economistas no mundo inteiro, quando a gente fala que em uma economia em recessão como a nossa. Nós temos uma taxa de juros reais como essa, que continua aumentando.

Então, pelo amor de Deus, na próxima reunião do Copom, o senhor tome uma atitude correta com o Brasil neste momento de crise, que é começar a queda da taxa de juros no nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, em primeiro lugar, quero registrar um fato amplamente divulgado pela imprensa, sabido dos brasileiros. Anteontem, os brasileiros, de forma muito expressiva, contundente, disseram "não" a esse discurso aqui que nós acabamos de ouvir. Disseram "não", tiveram uma oportunidade de dizer "sim", mas disseram "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na eleição municipal estavam dizendo isso?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Disseram "não" a quem encarna esse discurso, ainda que a eleição fosse municipal. Disseram "não" a tudo isso.

Eu vejo o Senador dizer: "É o consumo das famílias!" Vocês devastaram o consumo das famílias! O Fies... Vocês estão impedindo que votemos inclusive o dinheiro para que o Fies consiga pagar os atrasados. Nós não conseguimos. Tentamos algumas vezes, mas não conseguimos. Não houve acordo. O consumo das famílias caiu porque vocês desorganizaram a economia inteira! E puseram 12 milhões de pessoas sem renda, no desemprego! E não é no grito que vocês vão ganhar. Vocês não vão ter mais essa possibilidade. Vocês vão continuar gritando, mas nós vamos continuar agora, de forma cada vez mais abrangente, questionando a profundidade desse desastre, pela ordem, de gestão, de corrupção e de incompetência total.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – De corrupção, o PSDB de São Paulo entende muito, viu? É mensalão, merendão...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não. Não venha com essa história, não!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores entendem muito disso em São Paulo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso é conversa. Não, senhor!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores entendem muito de corrupção em São Paulo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não aceito esse tipo de provocação sua. Não tem ninguém do PSDB de São Paulo na cadeia!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Lindbergh, por favor. Por favor.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E do PT as cadeias já estão cheias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É porque lá não tem investigação, Senador.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tem investigação, sim!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro que não! Não tem investigação, não!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tem investigação!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não tem investigação nenhuma lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Você não pode continuar com essa infâmia de vocês! Vocês levaram uma surra em São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – No Estado inteiro! Vocês foram totalmente rejeitados pela população de São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal, vamos nos ater ao tema aqui, por favor.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – No ABC de vocês, vocês rafaram no ABC inteiro. O fato é o seguinte...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria fazer um apelo aos companheiros...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...para que a gente voltasse...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ao tema da reunião.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...ao leito natural do debate.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso mesmo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu tenho o maior respeito pelo Presidente Ilan...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A minha fala foi uma fala técnica aqui...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que fala técnica!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aos berros! E as mentiras que vocês reiteram todo o tempo: "O consumo das famílias! Você tem que reduzir os juros!"? Quem é você para ficar dando ordem a quem quer que seja para reduzir taxa de juros? Taxa de juros não se reduz com ordem de quem quer que seja. A autonomia do Banco Central é exatamente para que ele possa avaliar e ver a melhor condição e circunstância para reduzir a taxa de juros, não criar as ilusões, o facilitário que vocês criaram para logo depois jogar 12 milhões no desemprego. Esse desastre que não tem sustentabilidade em nenhuma circunstância vocês vão ter que purgá-lo até o fim!

Presidente, eu queria finalmente reiterar que saio com a expectativa de que o Banco Central possa realmente, o quanto antes – o quanto antes, não, mas dentro desses sinais que começam a aparecer, e que são sinais expressivos –, ir adequando a sua política de juros, câmbio etc.

Enfim, acho que as coisas estão indo no bom caminho. E nós, aqui no Congresso, certamente vamos fazer a nossa parte, votando a PEC do gasto público. Inclusive, no que se refere à educação e à saúde, foi feito um avanço para que não seja considerada a inflação deste ano como impositiva nos gastos de saúde e educação do ano que vem. Quer dizer, eles poderão ser diferenciados. Essa regra só valerá para essas duas áreas a partir de 2018, quando se espera que o País já tenha recuperado um pouco o que perdeu nesses últimos anos em matéria de crescimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu não vou responder ao discurso mais... Eu deixo vocês terem esse debate aí.

Sobre a questão técnica, de fato, é uma questão técnica, nós temos a responsabilidade de trazer a inflação do número de 11%, que foi elevado em 2015, consequência de alguns preços que estavam represados e saíram, que levaram a uma inércia e, hoje, nós temos uma inflação – ainda estamos em setembro; em outubro, já –, ainda, de 12 meses, acima de 8%, porque existe uma inércia.

Essas questões, esse diagnóstico diferenciado tem consequências técnicas. Deixar a inflação subir para 11% porque houve aumento que teve que administrar, porque houve aumento de gasolina, de vários preços, isso tem consequências claras. Nós estamos voltando, nós estamos fazendo o nosso trabalho. Há uma justificativa técnica para elevar a inflação para a meta. Nós temos um diagnóstico diferenciado. A dívida bruta subiu, e a dinâmica da dívida tem que ser colocada em ordem. Nós acreditamos que o crescimento dos gastos nos últimos anos é algo que é o núcleo do problema e tem que ser levado em consideração. A perda de confiança que levou a essa inflação mais alta tem a ver com esse diagnóstico diferenciado.

Nós podemos ter outras opiniões, mas me parece que há uma percepção geral, no Brasil e no mundo, de que nós temos que atacar esses problemas fiscais da dívida, questões do gasto e temos que atacar a inflação. Não podemos voltar a achar que um pouco de inflação não faz mal, porque, se nós acharmos isso, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

prejudicar os mesmos que nós achamos que queremos defender. No final do processo, com responsabilidade, tendo condições, vamos todos nos beneficiar, e a inflação vai estar na meta.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem.

Senadora Kátia Abreu; depois, Senador José Medeiros também.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Presidente.

Dr. Ilan, eu gostaria de uma resposta bastante técnica a respeito do meu questionamento, que pode parecer única e exclusivamente político, mas, na verdade, se o senhor não puder me responder agora e tiver que responder depois de fazer estudos, eu gostaria demais que o Banco Central pudesse me ajudar nesse cálculo.

Nós estamos assistindo, durante todo esse período, às críticas à economia brasileira atual e à culpabilidade de tudo isso – não preciso aqui repetir para o senhor. Mas a minha pergunta é muito clara e específica: o ajuste fiscal proposto por Joaquim Levy, Ministro da Fazenda da Presidente Dilma, não foi aprovado praticamente em 100%. O que isso custou ao País?

Nós estávamos em uma crise. Todo país entra em crise e sai. O governo Fernando Henrique saiu do próprio governo... Aliás, é um Presidente que eu gosto muito, uma pessoa que eu respeito, mas saiu do governo em uma crise horrorosa; não conseguiu sequer aprovar o seu sucessor, em quem eu votei.

Então, eu pergunto ao senhor: qual é a responsabilidade, o número? Não sei se o senhor pode fazer alguma simulação neste momento ou não, mas o que custou isso de nós não termos aprovado a DRU, de nós não termos aprovado a meta, a redução da meta do superávit, de nós não termos aprovado a repatriação? Porque nós estávamos contando com a repatriação para cobrir a ausência de receita. Não aprovamos as questões tributárias, no que diz respeito aos ganhos de capital e juros sobre capital próprio; nós aprovamos muito meia-boca, pessimamente, a pensão por morte e o seguro-desemprego; e não conseguimos fazer revisão de desoneração.

Fora isso, também nós sabemos – e, como Presidente do Banco Central, ninguém sabe mais que o senhor – o quanto isso traz ao mercado terror, que foram as pautas bombas. Inclusive, houve veto da Presidente Dilma para que não se implementassem. Refiro-me ao aumento dos salários dos PMs para a União pagar, que eram 60 bilhões; à correção do FGTS, que significava mais 10 bi; à PEC da Saúde, de autoria de uma Deputada do PSDB e cuja relatora foi do PPS, que implicava um aumento nos gastos da saúde de 15 para 18,7 da receita líquida corrente, e a Presidente Dilma teve que vetar – isso dava quase 50 bilhões, ao longo do tempo, e, no primeiro ano, 15 –; o reajuste do salário mínimo – desculpe, foi este que ela vetou – de todos os aposentados, que significou 15 bi, significaria 15 bi, e as ameaças de derrubar o veto a toda hora.

Então, esses mesmos partidos que estão aqui urrando, dizendo que a Presidente Dilma foi um fracasso, foram os mesmos que estavam, na Câmara, tentando aprovar pautas bombas com autoria e relatoria desses projetos. E, agora, como se não bastasse, os dois projetos que mais defendiam, que era o aumento do percentual da saúde e o reajuste do salário mínimo, um, agora, quer congelar, e o outro, agora, quer tirar o piso. Ora, Sr. Presidente, essas coisas cansam!

Assim como o PT, lá atrás, contraditou a DRU, contraditou isso, contraditou aquilo, nós vamos viver o mesmo jogo agora e fazer de conta que nada aconteceu? Que a Presidente Dilma elevou...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Fator previdenciário.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Fator previdenciário. Desculpem. E agora nós vamos fazer de conta que isso não aconteceu na Câmara, que foi todo mundo santo lá? Ameaçaram com essas pautas bombas e agora defendem, como se fosse tudo a Santa Sé, como se todo mundo aqui fosse muito responsável! Por favor, Sr. Presidente!

Há até muitos pontos aqui dos quais sou a favor. Vou discuti-los, quero ajudar o meu País. É minha obrigação. Não estou fazendo favor nenhum. Aqui não se trata de Oposição ou Governo. Do que for correto para ajudar o País sem prejudicar as pessoas, estou dentro.

Então, eu queria uma resposta técnica e honesta de V. Exª, como o senhor é.

O fato de não se ter aprovado isso há tempo, não vamos falar de uma, não, vamos falar de Joaquim Levy, que é seu colega, que é da mesma escola, que é da mesma linha, Joaquim Levy não aprovou os seus reajustes. Desesperadamente, ficava andando para lá e para cá no Congresso Nacional e indo para o Ministério, tentando adular Deputado e Senador. Não conseguiu aprovar nada, ainda se defendia e pedia, pelo amor de Deus, para votar contra as pautas bombas. O que custaria ao Brasil, Sr. Presidente do Banco Central, se isso tivesse sido feito a tempo e a hora, com a responsabilidade que todos aqui agora dizem ter em relação ao País?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora Gleisi, há algum aparte ou não há mais apartes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já havia perdido a credibilidade do Congresso Nacional. A resposta é só essa!

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu gostaria de ter a minha resposta. Eu não estou pedindo a sua resposta. Estou perguntando ao Presidente do Banco Central. A sua resposta não me interessa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, nós não estamos em um debate. Estamos nas perguntas.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Não estou debatendo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tem aparte?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Depois, se V. Exª quiser, eu lhe passo a palavra, mas o Senador José Medeiros está inscrito. Vou passar a palavra a ele.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, Ministro Ilan, bem, aqui não há como, Ministro – eu queria, inclusive, pedir desculpa pelo fato de o senhor ter que escutar algumas coisas –, mas o choro é livre, e temos que aturar, temos que entender, ainda mais depois do que aconteceu nesse último final de semana. Realmente, temos que estar preparados para esse tipo de debate.

Ministro, estou vendo como se o Brasil estivesse começando só há três meses, porque vemos que tentam passar uma borracha sobre tudo o que passou, a terra arrasada, o que se arrebentou. Eu tenho andado pelos Ministérios e vejo que não há dinheiro para os gastos discricionários, não há nada. O Governo Temer, em alguns casos, não consegue pagar conta de luz. Essa é uma questão geral no País. Vê-se que é só uma lupa. Se se pegar do Município à União, está tudo do mesmo jeito. Mas notamos aqui que parece que havia uma solução para tudo e que agora o Temer arrebentou com tudo e que essa taxa de juro é como se fosse um botão *on* e *off*, que se pode ligar e desligar conforme quiser. Basta observar que essa discussão já havia desde o governo Lula. O Vice-Presidente José Alencar sempre falava da questão da taxa. Se fosse tão fácil assim, creio que o Lula teria feito, a Dilma teria feito.

A economia é sempre vista dessa forma. Fica parecendo aquela história do sujeito conquistador que arrasou o país, conquistou o poder e, de repente, falou: "Olha, Presidente, temos que cuidar da economia agora, temos que nos preocupar com a economia." E ele disse: "Preocupar, por quê? Não temos a Casa da Moeda? Imprima dinheiro e dê para todo mundo." Economia não é assim. Mas, no debate político, às vezes, parece que é como se fosse assim. Eu vejo discursos inflamados como se agora as coisas ruins estivessem acontecendo.

Eu queria fazer uma pergunta nessa linha. Certa feita, eu a fiz para o Ministro Tombini também. Eu gostaria de saber, primeiro, se o Banco Central tem estimativas da economia e se o Presidente da República é informado dessas estimativas, quer dizer, dos cenários pelo menos há três ou quatro meses, do que pode estar acontecendo. Digo isso porque, assim que terminaram as eleições e a Presidente precisou fazer toda aquela mudança contrariamente ao que ela tinha dito, ela disse que estava fazendo porque não sabia que a economia estava desse jeito, que não tinha bola de cristal. Ao mesmo tempo, sabemos que há técnicos competentíssimos no Banco Central. Eu queria saber se o Presidente da República é informado sobre a saúde da economia e se é possível que um Presidente passe um mandato inteiro sem saber como anda a economia do País. Essa é a minha pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não há muito o que dizer a não ser à Senadora Kátia. Eu espero que, hoje, no Plenário, possamos falar sobre isso, Senadora. Não compare situações que são incomparáveis. O que nós tivemos foi uma crise econômica, política, moral e ética devastadora. Vamos falar sobre isso no plenário porque o Presidente do Banco Central me surpreenderia muito se ele tivesse *expertise* sobre essa matéria mais política e do Parlamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode fazer comentários, breves comentários?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Ele já teve a réplica e já usou da palavra por três vezes.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vou conceder um minuto para cada um de vocês.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu não estou perguntando... Ele já está, de certa forma, constrangendo o Presidente do Banco Central a não responder a minha pergunta. Eu fiz uma pergunta técnica. No atraso na aprovação – não interessa quem votou ou não votou, se gostava de Dilma ou não gostava –, a não aprovação das medidas, o que isso agravou? Ou o senhor acha que não agravou a situação econômica do País? Esqueça política. Minha pergunta é só essa, se o senhor puder responder, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não vou nem falar um minuto, mas, dentro desse FlaxFlu que se está estabelecendo aqui, dizer o seguinte: o Senador José Aníbal tem de olhar a taxa de desemprego do governo Fernando Henrique; tem de olhar a situação fiscal do País no governo Fernando Henrique Cardoso. Os senhores estão levando o País...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ela não mudou o País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores quebraram várias vezes o País.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Fernando Henrique mudou o País, deu rumo ao País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mudou o País! Olha só! A maior taxa de desemprego da história do País.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vocês surfaram no que nós fizemos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com 15% de desemprego...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está assegurada a palavra. O Senador Lindbergh termina, e nós vamos passar a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, deixem-no encerrar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só quero dizer que não vamos aceitar essa narrativa de jogar todos os problemas aqui como se fossem todos... Já são cinco meses de Governo do Temer. Volto a dizer, e encerro dizendo isso, que não vi até agora nenhuma medida para recuperar o crescimento econômico. A discussão é só do fiscal, do fiscal, do fiscal, e nós estamos afundando! Não há como sair com esse conjunto de medidas: reforma da Previdência, essa PEC 241 e com os senhores aumentando a taxa de juros. Eu quero dizer que já está passando a hora! Já são cinco meses! Não dá para ficar a vida inteira jogando na narrativa de um problema do governo anterior.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu serei muito breve também, Srª Presidente. Serei muito breve.

Não se quebra uma empresa em três meses. Voltando novamente à história da dívida, eu queria deixar isto aqui muito claro: a elevação dessa dívida não foi reserva cambial; foram 123 bilhões de prejuízo do BNDES, de 2009 a 2015, emprestando para os companheiros, para bancar campanhas milionárias como a do nosso companheiro Senador Lindbergh, que foi 12,5 milhões; a Petrobras, com que gastamos R$400 milhões em empréstimos secretos; o Fies. Quando eu disse que o Fies teve um prejuízo de R$57 bilhões, Presidente Gleisi, foi da seguinte forma: ele foi usado com intuito de campanha. Em 2013, nós gastamos 7,5 bilhões; em 2014, 13,7 bilhões. Ou seja, esse mundaréu de garotos e garotas que foram colocados na universidade não estão mais, e o Governo vai ter que pagar a conta. E as obras inacabadas e a corrupção.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, por favor, peço para encerrar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, a dívida do Brasil não tem nada a ver com a reserva cambial do País, que é de trezentos e poucos bilhões de reais. Gastaram demais e não contaram para o Lula que um dia o dinheiro ia acabar.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu não vou entrar, obviamente, nesse debate mais político, que não é do meu feitio. Acho que a gente deveria aproveitar esta oportunidade para tratar das questões mais técnicas. Se a gente conseguir olhar para frente e ver do que o País precisa, aí eu concordo com a Senadora que a gente tem de olhar para a frente. Se for bom para o Brasil, o coletivo deve prevalecer, a gente deve olhar para a frente. Isso é relevante.

Por isso, não tenho uma estimativa. Essas estimativas são questões fiscais, têm mais a ver com os órgãos fiscais. Não tenho essa estimativa, mas posso dizer duas coisas: eu tenho muito respeito pelo ex-Ministro Joaquim Levy. Acho que ele, de fato, tentou melhorar, tentou ir para o lado certo. Eu vejo o trabalho do Brasil como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

um trabalho contínuo em que cada um tenta colocar o seu bloquinho. Ou seja, no caso do Joaquim Levy, ele tentou várias questões que são importantes. Neste momento, estamos tentando, além do curto prazo, fazer reformas que olham mais para o longo prazo. A combinação de esforço no curto prazo com reformas no médio prazo é do que a gente precisa. De fato, se a gente puder se ater a olhar as medidas e ver se elas vão fazer bem para o País, é o relevante.

Eu acredito que o diagnóstico correto não é o diagnóstico do Senador Lindbergh, que acha que a PEC, o gasto fiscal, há um aumento da dívida, da inflação, não são problemas. No nosso caso, acho que são problemas que estão sendo trabalhados. Do ponto de vista do Banco Central, é a questão da inflação. Vamos trabalhar para ter uma inflação menor daqui para frente.

Para terminar, entendo que são colocações finais, eu queria agradecer a todos. Peço para todos olharem o futuro e olharem o coletivo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero agradecer ao Presidente do Banco Central, aos Senadores e Senadoras que estão aqui.

Eu queria só, antes de encerrar, avisar que temos dois requerimentos sobre a mesa, um de autoria do Senador Armando Monteiro.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016, que "estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001", com a participação dos seguintes convidados:

- um Governador ou Secretário de Fazenda representando os Estados da Região Norte;
- um Governador ou Secretário de Fazenda representando os Estados da Região Nordeste;
- um Governador ou Secretário de Fazenda representando os Estados da Região Centro-Oeste;
- um Governador ou Secretário de Fazenda representando os Estados da Região Sudeste;
- um Governador ou Secretário de Fazenda representando os Estados da Região Sul;
- um representante do Ministério da Fazenda; e
- Sr. Raul Velloso, Consultor e Especialista em Finanças Públicas.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Isso seria na quarta-feira, às 13h30. Temos confirmadas representações dos Estados.
Coloco em votação o requerimento do Senador Armando Monteiro.
Os Senadores que não têm nada contra permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
Segundo requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, a ser realizado na segunda quinzena de novembro de 2016, destinado a homenagear o professor e economista Celso Furtado.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros
Os Senadores que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião;

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE OUTUBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e dos senadores Kátia Abreu e Flexa Ribeiro, presidentes eventuais, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lasier Martins, Ciro Nogueira, Regina Sousa, José Aníbal, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Telmário Mota, Benedito de Lira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016, que "estabelece o Plano de Auxílio aos estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001", em atendimento ao Requerimento nº 24 de 2016, de iniciativa do senador Armando Monteiro, tendo como expositores o governador do estado do Piauí, Wellington Dias; o assessor para assuntos especiais e ex-secretário de Fazenda do estado do Rio de Janeiro, Julio Bueno; o procurador do estado do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Hagemann; o consultor e especialista em finanças públicas, Raul Velloso; e a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Elmano Férrer, Regina Sousa, Lasier Martins, José Aníbal e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e doze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

É uma audiência pública interativa. A finalidade é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. OI requerimento de realização de audiência é o Senador Armando Monteiro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-61-2211.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão, e eu peço que tomem assento em seus lugares.

Eu gostaria de chamar o nosso Senador e também Governador do Piauí, Wellington Dias, para vir à mesa; o Sr. Julio Bueno, que é assessor para assuntos especiais e ex-Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; a Srª Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional; o Sr. Raul Velloso, consultor e especialista em Finanças Públicas; e o Sr. Luís Carlos Hagemann, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

Cada convidado fará sua exposição por até 20 minutos e, em seguida, nós abriremos a interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras. A palavra aos Srs. Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição – da chegada, na realidade, aqui à Comissão. Os interpelantes disporão de até 5 minutos.

Antes de iniciar a audiência pública, eu consulto o Senador Armando Monteiro, que é autor do requerimento e também relator do projeto de lei, se quer fazer uso da palavra agora ou no final.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, ao final.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ao final.

Nós temos uma solicitação aqui, tanto da Secretária do Tesouro como do Dr. Raul Velloso, para falarem depois dos Estados – então, ouvir os Estados.

Consulto o Governador Wellington se quer iniciar sua exposição.

O SR. WELLINGTON DIAS – Posso, posso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Depois passamos para os representantes dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. WELLINGTON DIAS – Com o maior prazer.

É uma honra muito grande voltar a esta Casa.

Estou com saudade do tempo de Senador. Saúdo a todos. Neste período em que estive aqui, pude conviver e aprendi a admirar e respeitar, pela forma como trabalham pelo Brasil, minha querida Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, meu querido Flexa Ribeiro – vamos dar a ele um título pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque ele tem feito um trabalho federativo muito importante –, meu querido Senador Armando Monteiro, a quem quero agradecer e parabenizar pela iniciativa, acho o tema muito importante. Saúdo também os convidados aqui. Meu conterrâneo, meu querido Raul Velloso, meu professor. Contava, há pouco, aqui, que, no meu primeiro ano de mandato, foi ele quem salvou o Estado do Piauí de uma situação muito mais delicada do que essa. Tínhamos uma dívida que consumia 22% da receita corrente líquida por ano e por mês, portanto. Ele fez um estudo mostrando que tínhamos que fazer um superávit primário da ordem de 17% ao ano, para poder honrar a dívida.

Eu contava há pouco – também permita-me ele citar isso – que esse trabalho terminou fazendo um comparativo com outros Estados e mostrou uma situação crítica naquele instante. O hoje Ministro do Supremo, o Ministro Luiz Barroso, também trabalhou pelo lado jurídico, mostrando o seguinte: que, para cumprir despesas previstas e determinadas pela Constituição – 25% de educação, 12% em saúde, aposentado, repasse para os Poderes, precatório –, precisava-se de 109% das nossas receitas. A tese era: qual o primeiro artigo da Constituição que não se cumpre num caso como esse? Dali, nasceu uma condição que permitiu um acordo com o governo na época – era o Presidente Lula – não só para o Piauí, mas para outros Estados, por meio do qual se trabalhou uma nova regra do teto, que era de 11, 13%, com o extralimite, e o que ultrapassasse esse valor foi para o final do contrato. A partir dali, terminamos quitando a dívida.

Meu querido Senador Elmano, no Piauí, a partir desse esforço, saímos de uma dívida que era de aproximadamente 200% da receita corrente líquida – situação semelhante em que se encontra hoje o Rio de Janeiro – e fechamos o mandato com 46%. Mesmo com um empréstimo que tiramos, aprovado aqui por esta Casa, 2015, que passamos a aplicar em 2016, hoje é em torno de 50% da receita corrente líquida.

Dito isso, quero saudar o nosso Secretário do Rio Grande do Sul, o Dr. Luís Carlos, meu querido Julio Bueno, pelo Rio de Janeiro, e a minha querida Ana Paula, com quem estive, há pouco, numa agenda dos governadores e dos Estados.

Eu gostaria aqui, primeiro, de fazer um reconhecimento: mesmo com a negociação feita em 1996, 1997, 1998, ali, no momento em que se teve um acordo com a União, não conseguimos dar a solução de forma definitiva ao endividamento dos Estados. Tivemos algumas referências para a correção das dívidas que terminaram tendo um crescimento.

Sempre que nos sentamos com o Governador Alckmin, ele conta lá quantas vezes já pagou a dívida, e assim cada Estado brasileiro.

O fato é que, diante disso, eu digo aqui, com segurança, em nome das 27 unidades da Federação: todos somos favoráveis a que os Estados brasileiros pudessem ter esse entendimento, esse acordo para o alongamento das dívidas.

O que estamos trabalhando ali? Quando houve essa discussão, havia, primeiro, um pleito que foi solicitado à época com o Ministro Nelson Barbosa e também com a Presidenta Dilma, depois com o Ministro Meirelles, com o Presidente Temer, em reuniões com os Governadores, onde afirmávamos que, na verdade, nós tínhamos duas situações: alguns Estados com endividamento muito grande... E qual é a importância da negociação? É poder fazer com que as locomotivas de impulsionar a economia do Brasil, São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, enfim, principalmente esses quatro, que correspondem a 87% de todo esse esforço fiscal e de toda a dívida...

Havia uma situação de Estados que tinham uma dívida mais baixa – na nossa Região Nordeste, Alagoas é quem tinha uma dívida proporcionalmente mais elevada – e havia Estados que já não tinham mais dívida com a União. É o caso do meu Estado, o Piauí. Fizemos um alongamento na dívida do Piauí – eu comecei e o Governador Wilson Martins concluiu – exatamente contraindo um empréstimo para pagar a dívida da União, alongando aquilo que íamos pagar em quatro anos, e o dinheiro não estava dando mais, para poder pagar em 10, 15 anos, ou seja, num prazo maior.

Tivemos um efeito colateral, foi dolarizado. O dólar era R$1,90; foi para a casa de R$3, R$3,5, R$4. Mas ainda assim – repito – foi uma boa solução. A gente pagaria, hoje, no Piauí, aproximadamente, 11% da Receita Corrente Líquida, algo como R$1 bilhão, e vamos pagar mais ou menos R$250 milhões, R$270 milhões. Então, isso mostra como valeu a pena.

Qual é o ponto? Quando veio esse momento agora de dificuldade dos Estados e reconhecemos a grave crise, principalmente Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, esses Estados... Na verdade, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

paramos para pensar, estamos falando aqui de um esforço fiscal. É dinheiro de impostos que os brasileiros das 27 unidades da Federação pagam. E, nesse caso, ela permite as condições desse apoiamento.

Junto, tratamos de incluir o BNDES. É um volume menor no total. Mas, de qualquer modo, terminou também beneficiando outros Estados. O meu também tem uma dívida pequena com o BNDES em relação ao total, porque ela está mais com o Banco Mundial. Há uma dívida maior com contratos estrangeiros.

O que nós tralhamos ali? Primeiro, se há um esforço fiscal de todo o País e se todos os Estados estão em dificuldade por conta da queda da economia já no ano passado, com previsão de queda, como está acontecendo, este ano, era importante que se tivesse uma justiça social nesse patamar.

Fizemos um estudo junto com o Tribunal de Contas da União, que foi apresentado numa reunião em Fortaleza.

Vários líderes estiveram lá presentes. E, naquele estudo, o que mostravam? Que 91% da dívida era concentrada com Estados do Sul e do Sudeste; e 9% com Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou seja, 20 Estados brasileiros, aproximadamente 40% da população, mais ou menos próximo disso, em relação ao PIB, e precisava de ter um atendimento.

O que quero trazer aqui aos Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Senadora Gleisi, enfim, aos que compõem aqui esta Casa? A situação dos Estados. Quero aqui fazer este depoimento, e qualquer colega meu que estivesse aqui no meu lugar faria. Acho que há uma visibilidade do que acontece com o Rio de Janeiro, acho que todos acompanharam a situação do Rio Grande do Sul, um pouco menos, a dramática situação do Rio Grande do Norte, de Sergipe e de outros Estados. Vejam, é uma situação caótica – a Drª Ana Paula já sentou conosco várias vezes. Até brincava hoje na minha fala: "não precisa de lenço hoje, não vamos chorar lado a lado sobre isso".

O fato é que a economia caiu. O fato é que caiu a receita, principalmente a de imposto de renda, cai a indústria, enfim, é quem está tendo uma queda mais elevada. E a consequência disso, segundo esse estudo, é que tivemos, com algumas desonerações praticadas pela União, para ser justo, no governo da Presidenta Dilma e agora, mais recentemente, pelo não pagamento de algumas receitas como a compensação da Lei Kandir. É bom dizer que ela já é um pedaço daquilo a que os Estados, em tese, teriam direito, e o não pagamento significa, também, para regiões como Mato Grosso do Sul, para citar exemplos de Estados que contribuem muito com a exportação brasileira, e que deixam de cobrar ICMS para incentivar um produto a sair mais barato e competitivo com o mercado externo.

Pois bem, a situação é dramática. Dramática! E falo por um Estado que está entre os seis em melhores condições do Brasil. Dramática a situação! Estou falando de governadores que, neste instante, estão tendo que escolher: atraso na Polícia Militar, atraso o pagamento no hospital, para onde mando medicamento, para onde não mando, parando investimentos que são essenciais. Estou falando de situações que têm a ver, no outro lado, com gente, com pessoas humanas que precisam de serviço.

Diante desse quadro, portanto, em uma linha de ter uma compensação a esses R$14 bilhões – os estudos apontam, foi o tamanho do prejuízo no Fundo de Participação –, e dando um equilíbrio melhor no esforço fiscal para o alongamento da dívida, buscamos o Governo Federal. Apresentamos uma proposta e fomos recebidos já duas vezes pelo Presidente Michel Temer, por sua equipe – aliás, já começamos também, lá atrás, com o Ministro Nelson Barbosa – e criamos uma ideia de ter uma forma de compensação.

Quando o Rio de Janeiro, em uma situação, eu diria, desesperada, mas real para receber as Olimpíadas, estava em uma situação dramática, foi feito um decreto de calamidade.

Ali foi apresentada uma alternativa de um auxílio emergencial, voltado especialmente para a área da segurança, mas certamente com outros serviços que são importantes para o povo do Rio de Janeiro e para os que, do Brasil e do mundo, visitariam e visitaram o Rio de Janeiro na Olimpíada e na Paraolimpíada.

Bom, o que quero dizer com essas palavras é que ali vários Estados, em julho mais ou menos, em reunião entre os governadores, já apontavam esse caminho de também decretar calamidade. O que alguns Estados, e foram vários, ponderaram? Primeiro, o efeito que isso teria no Brasil. Um Estado decretar calamidade já cria uma situação ruim em um ambiente em que a saída única que há é fazer a economia crescer. Decretar calamidade levaria a um grave problema.

Digo isso para mostrar que suspendemos essa medida em julho, buscamos as negociações, meu querido Fernando Bezerra, e depois abrimos um canal de negociação. Achamos que íamos chegar a um entendimento. O pleito era dizer ao Governo: "Também estamos em dificuldade. Nós nos sentamos, os governadores, e não falamos de dinheiro para investimento; estamos falando de socorrer só o que é emergencial, o hospital, a segurança, as vilas de anciãos, essas áreas que são o SOS, para fecharmos o ano com essas atividades em andamento. Havia a expectativa da repatriação, quem sabe lá na frente surgiria algum oxigênio e a economia voltaria a crescer. A partir dali, chegamos a um número – esse número não foi uma ficção científica – em torno de R$7 bilhões como auxílio emergencial. E passamos a negociar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ontem estivemos com o Presidente Temer e relatamos a ele que, na última reunião, não tiramos uma posição. Nessa reunião, o que foi dito? Primeiro, ele disse que, das propostas apresentadas, que estudaria o pagamento da Lei Kandir. É um valor que já está no primário, já está nas contas do Governo, enfim, está no plano de pagamento do Governo. Então, a ideia era de honrar. Bom, como dissemos, a expectativa era de definir uma data para este mês de outubro – meu querido Flexa Ribeiro participou – para esse pagamento. Dois: não era possível o auxílio emergencial, mas havia um saldo não utilizado ainda para empréstimos. Ali discutimos com ele uma modelagem de um empréstimo normal, e todo mundo acompanha pelo Senado Federal, acompanha nos governos que, dando entrada, demora. Se sair em seis meses, solta foguete, se sair em um ano, é um bom prazo. Quando ele é internacional, dois, três ou quatro anos é o que demora para sair.

Ali qual era a ideia? Foi experimentado, ainda no primeiro governo do Presidente Lula, aliás, segundo governo, se não me engano, quando começou a crise, um programa de empréstimo de emergência financeira, PEF. Foram feitos o PEF 1 e o PEF 2. Houve problemas no primeiro, com o Tribunal de Contas, foram feitas algumas alterações no segundo, de forma a ficar adequado.

O que apresentamos? Que não queríamos naquela mesma modalidade, ou seja, com subsídio. Não, não estamos aqui pedindo subsídio. Estamos querendo empréstimos com as taxas praticadas de forma adequada. Dois, Senador Ciro: não estamos pedindo dinheiro para pagar folha ou para pagar custeiro. Queremos para investimento.

Qual o ponto que colocamos? Que possa ser considerada também a carteira de investimentos que o Estado tem em curso, até para que tenha como aplicar quando o dinheiro chegar. E os Estados que estão aplicando, por exemplo, com recursos do Tesouro do Estado, ao poder aplicar nos investimentos com recursos desse contrato de empréstimo, tenham a liberação do seu Tesouro para aplicar em outras emergências. Então, em palavras claras e cristalinas, foi isso que aconteceu

Hoje, tivemos com o Secretário Executivo, Ministro interino, Eduardo Guardia, e mais a nossa Secretária do Tesouro, Drª Ana Paula, com a Drª Priscila, e fomos muito bem recebidos. Tivemos uma explanação sobre vários pontos, o primeiro dos quais foi em relação ao FEX. Só é possível definir uma data de pagamento com a definição do valor de receita esperada para a repatriação, previsão para 31 de outubro.

Quero aproveitar a presença dos Senadores e colocar, de público, que acabamos de conversar, o Governador Pedro Taques, eu, o Governador Paulo Câmara e, por telefone, com o Governador Jatene, enfim, com Governadores de vários partidos, de vários Estados, e esclarecemos que a posição do Governo, transmitida a nós, há bem pouco tempo, é de que não devemos ter alteração no projeto da Lei da Repatriação já aprovada. Manter o prazo do dia 31 é fundamental tanto para o fechamento do ano fiscal de 2016 pela União e também pelos Estados.

Portanto, estou aqui afirmando, e posso falar aqui em nome dos Governadores do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, essa posição. É claro que Câmara dos Deputados e Senado Federal são independentes para tomarem sua posição, mas estamos aqui manifestando essa posição pública nessa direção por compreender correta essa proposta do Governo.

O outro tema foi em relação ao projeto emergencial. O que foi dito lá pelo Dr. Eduardo e Drª Ana Paula? Deixe-me ver se compreendi bem: primeiro, que existe já um conjunto de Estados (dez, segundo o que entendi) do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e um da Região Sul, o Paraná, que apresentaram propostas que estão em fase adiantada para o saldo que ainda têm. Por essa razão, não seria possível destacar R$7 bilhões, como tratamos ontem com o Presidente, para tratar de um programa emergencial. Saímos de lá – até conversamos após a reunião – com uma expectativa de consultar esses dez governadores, pelos menos os das nossas Regiões ...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS – ...já que o Paraná está em outra Região, no sentido de vermos como ele poderia concordar com esse encaminhamento, primeiro, porque sai mais rapidamente, como a própria equipe técnica confirmou. E ter o compromisso de, naquilo que houver de previsão para novos empréstimos no próximo ano, os Estados darão entrada no saldo que ficou acima do valor da sua quota, vamos dizer assim, para este ano, e ele seria tratado com prioridade, com acordo inclusive, além do Ministério da Fazenda, do Fórum dos Governadores.

Cito um exemplo concreto para compreender isso: o Governador Pedro Taques, presente – posso apresentar aqui –, pleiteia, pelo Estado do Mato Grosso, R$720 milhões. Pela regra com a qual a gente está trabalhando, teria R$350 milhões. Então, R$350 milhões seriam num modelo mais emergencial – repito –, cumprindo as regras próprias de contrato, condições de pagamento e para investimento; e os outros R$370 milhões ele apresentaria para início do ano, na cota de novos empréstimos para o próximo ano. Ele manifestou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

posição favorável; o Governador Paulo Câmara, de Pernambuco, também; e outros governadores. Estamos conversando nessa direção.

Por que eu cito isso? Por que eu estou aqui, e agradeço a CAE por essa combinação, mesmo com a aprovação do alongamento da dívida. Repito: pela diferenciação entre os Estados, ela tem um efeito diferenciado em cada Estado. Vários Estados estão em uma situação delicada. O receio que eu tenho é exatamente de enfileirar Estados fazendo decreto de calamidade ou outras medidas. Isso cria um ambiente ruim. Eu citei na própria reunião: o meu Estado, o Piauí, tem R$62 bilhões do setor privado em carteira de investimento, andando ou em fase até de aguardar algumas coisas que o Estado tem que fazer – uma energia, uma estrada, uma ponte – ou melhorar o ambiente no Estado. O Senador Ciro nos acompanha lá. Investimentos do grupo Tomazini, para dar um exemplo, lá na região dos cerrados: cerca de R$1,2 bilhão. Investimento do grupo Votorantim: cerca de R$6 bilhões nessa área de eólica. E assim, vários investimentos... Acho que a pior coisa que pode haver é criar um ambiente. É ruim para o País, é ruim para cada Estado, é ruim para Estados, mesmo em situação melhor, como é o caso do meu Estado.

Então, minha querida Gleisi, por essa razão é que eu estou aqui fazendo um apelo para que a gente tenha, no decorrer da tramitação dessas propostas, a devida agilidade para duas coisas: de um lado, para a aprovação; de outro lado, para que a gente tenha a condição de encontrar uma alternativa que não precise de decreto de calamidade, uma alternativa que cumpra as dificuldades que a União tem, mas uma alternativa que permita aos Estados ter um oxigênio para poder enfrentar os desafios do ano de 2016.

Dito isso, eu quero aqui, na verdade, agradecer. Tratamos hoje também sobre dois pontos: um é o BNDES, que depende também da aprovação do 257 para que possa ser autorizada a negociação com o BNDES; e a parte da repatriação. Eu quero citar aqui o art. 160 da Constituição brasileira, que é cristalino: ele veda o bloqueio de qualquer recurso que seja de impostos e acessórios. O que ouvimos também e pedimos para que fosse consultada a Receita Federal? Do dinheiro da repatriação, já se entranhou no Brasil, em contratos, algo em torno de R$6 bilhões. Desses, R$1,2 bilhão, pelo que nos foi repassado, já foi partilhado com os Estados. Essa partilha – esse é o entendimento até agora – é apenas sobre os 15% do imposto. Não foram partilhados com Estados e Municípios os outros 15% da multa, que, na nossa visão, são acessórios. O principal é o imposto. A multa é derivada, ela é um acessório do Imposto de Renda.

Então, nesse aspecto, também nós os Governadores, até em defesa dos interesses dos nossos Estados, queremos o que é nosso. Se for para judicializar, entrar com uma ação, nós gostaríamos que o Senado, como a Casa da Federação, ajudasse-nos nessa interpretação para que tenhamos também uma solução. Com essas palavras, eu poderia citar mais algumas coisas, mas meu querido Raul Velloso certamente vai nos apontar aqui um caminho para todos.

Ontem eu apresentei ao Presidente Michel Temer e ele me falou desse encontro que deseja com o nosso conterrâneo Raul Velloso, que é uma proposta que não é nova. Eu estava aqui, em 2012, e há discurso meu já defendendo essa proposta. Depois, em 2015, minha querida Gleisi a acompanhava com outros Senadores, como o próprio Senador Armando Monteiro.

A saída do Brasil é buscar ampliar investimento. Por isso, essa preocupação. Eu acho que 7 bilhões é muito pouco para evitar um ambiente ruim para o Brasil. Perdoem-me a força da expressão, mas é o que eu penso: 7 bilhões é muito pouco para evitar uma situação pior para o Brasil. Eu acho que é preciso haver algo mais para chegarmos a esse entendimento. Estão marcando uma reunião dos governadores, para a próxima segunda-feira ou terça-feira, e aí vai haver uma tomada de decisão das 27 unidades da Federação.

Em todos os países que viveram crises com o mundo, a saída se deu primeiro pelo Poder Público. O Poder Público foi quem deu o primeiro passo. E não há jeito, foi crescendo alguns pontos na dívida para poder fazer uma alavancagem planejada para investimento junto com o setor privado. É o que eu continuo defendendo. Acho que esse é o caminho. Podemos esperar o tempo passar e a dívida vai continuar crescendo. Quando eu dizia isso, ela era 56% do PIB. Ela se aproxima de 70% e vai para 80%. Se fizermos uma alternativa... O que eu defendia na época, quando era 56%? A União pedir a autorização ao Congresso Nacional para crescermos três pontos percentuais, 180 bilhões. Qual era o foco? O foco era a carteira de obras que o Governo tinha, 25 mil obras das 30 mil prontas para trabalhar: uma unidade básica de saúde lá num pequeno Município; uma escola; um sistema de água; um hospital; uma estrada. E, do outro lado, gerando 1,1 milhão de empregos, nas contas do Governo Federal. Fazer movimentar 25 mil obras, com mais ou menos 60 bilhões, levaria a cerca de 1,1 milhão de empregos. É uma coisa em que o dinheiro deste mês já está rodando no próximo.

Segundo, uma carteira de investimentos. Assim como o meu Estado, estimamos em 1,2 trilhão do setor privado que esta aí aguardando o que fazer. É em PPP, é em concessões, é em aeroportos, é em obras estratégicas. Nesse caso, o investimento privado – casando com o investimento privado de indústrias, de empreendedores agrícolas, do comércio, do turismo –, também os investimentos casados do setor público com o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

privado e as concessões são aquela infraestrutura que faz reduzir custo Brasil e faz a economia crescer – aeroportos, portos, ferrovias, hidrovias, rodovias, pontes, metrô, um conjunto de investimentos, água, saneamento, enfim. Eu acredito que aí também, pelos cálculos com o setor privado, é possível gerar, pelas contas da época, cerca de dois milhões de empregos.

A inflação está caindo. É possível trabalhar a redução da taxa Selic. Quanto mais ela cair, menos encargos. O dólar está estabilizado num patamar que é bom para as exportações, entre R$3,00, R$3,20 e R$3,50. Nós temos um colchão de reservas espetacular. Defendo que o que ultrapassar R$350 bilhões quite a dívida da União. Dá um bom sinal para a União e abre-se espaço para o próprio setor privado buscar recursos lá fora. Enquanto os juros baixam aqui, que se busque lá, de 2% a 4%, que se busque lá fora com carência de três ou quatro anos e prazo de 15 a 20 anos. Assim se faz uma ação anticíclica. Seis meses, um ano com Caged positivo, com esses indicadores positivos, o País certamente cria um novo ambiente favorável ao crescimento. E é isto que salvou todo mundo: ter uma medida emergencial, mas ter uma medida que também possa ser apontada.

Por último, nós, os governadores, concordamos que deve haver limite de gastos. Qual é a divergência? E não é só do Partido dos Trabalhadores, mas também de outros partidos. Nesse instante social grave, precisamos ter cuidado com saúde, com educação, com o social, com outras áreas. Isso é uma necessidade, é uma preocupação que eu tenho com a regra desde a época em que o Ministro Nelson Barbosa a apresentava.

Nós estamos numa situação em que o IPCA, em que a inflação estava em 11%. Agora, com perspectiva de 7%, 7,3%, numa perspectiva de 5%, é preciso um cuidado na regra do IPCA, porque tentem imaginar: aprova-se este ano. Em 2017, qual é o parâmetro? IPCA. Eu vou aplicar 7,3%. Se a inflação se fixar no que está previsto hoje pelo próprio Banco Central... Nós vamos viver um momento de inflação de 5%, por exemplo, a 5,5% e dar um reajuste. Isso não vai impulsionar, porque é um teto. Agora, quem já foi governo, prefeito, quem já lidou em qualquer ministério sabe que na hora em que se faz uma fixação dessa ela vira teto para tudo. Vira para os poderes, o que é bom, porque estão querendo 50, 20, 30, ou seja, bem maior, vira poder para as categorias de servidores, enfim.

Então estou aqui colocando apenas para termos esse cuidado de encontrar um regramento, quem sabe com uma fórmula que não permita que tenhamos o teto como um impulsionador de crescimento da inflação. Se segurarmos os gastos... Vou citar um exemplo que foi citado ontem, numa reunião dos governadores. O Governador de Minas Gerais disse que de 100% da receita disponível, da receita corrente líquida de Minas Gerais, 94% são para pagar ativos, aposentados e pensionistas. A do Rio de Janeiro tem o mesmo caminho.

Não é razoável que todo esforço fiscal do Brasil seja colocado para isso. Não é razoável. A proposta que nós apresentamos e pactuamos era melhor. Era fixar em 90% a despesa corrente líquida sobre a receita corrente líquida em cada Estado, como fizemos com os 12% da saúde, com os 25% da educação, como fizemos em vários momentos, com dez anos de prazo, para termos um investimento mínimo de 10%.

Tentem imaginar o que é, daqui a dez ou quinze anos, 100% dos Municípios brasileiros ou algo próximo disso, 100% dos Estados brasileiros e a própria União com 10% no mínimo de capacidade de investimento

E falo por um Estado que, no ano passado, fechou em 4,7% e vamos fechar este ano acima de 7%. Então, é disso que nós estamos falando aqui.

Então, o que eu quero aqui mostrar é que os governadores não estamos de pires na mão coisa nenhuma, nós estamos pedindo, primeiro, o que é nosso: receita frustrada em razão de decisões tomadas pelo Governo Federal. Segundo, nós queremos também, em nome de quem representamos, que seja feito, nesse processo de alongamento da dívida, uma forma de justiça justa. Não é razoável o meu Estado, porque não tem dívida, não participa nada desse esforço da dívida com a União porque o mesmo que participa da União vai participar do BNDES também que é um pedacinho da minha dívida.

Então, minha querida Gleisi, desculpe-me por ter-me alongado, mas eu queria aqui, pelos governadores do Brasil: nós acreditamos no Brasil, nós sabemos e vamos encontrar uma saída para o Brasil política e econômica. Fiquei muito feliz em uma reunião de que eu participei ontem aqui, por um acaso, Senado e Câmara discutindo pós a eleição, pós a dramática eleição. Os dados estão aí para a gente estudar e ver que há a necessidade de uma reforma política e, segundo, um caminho para a economia. É isso que eu acho que leva todo mundo a um bom lugar.

Então, eu agradeço por esta oportunidade e, com certeza, não apenas eu, mas todos os governadores nos colocamos à disposição para esse trabalho e para o entendimento. Não queremos fazer nada que seja uma ação que resolve um problema nosso criando um problema para o outro ente. Não. Queremos uma saída dentro da lei, mas com esse aspecto da justiça social.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Governador. Agradeço a exposição. Agora eu entendi perfeitamente porque dizem que você é o presidente do sindicato dos governadores.

O SR. WELLINGTON DIAS – Hoje eu passei para Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Você passou é? Foi muito bem.

Queria passar a palavra agora para o Sr. Júlio Bueno, que é assessor para assuntos especiais e ex-Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JULIO BUENO – Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar, inicialmente, a Presidente Gleisi Hoffmann, cumprimentar o Governador Wellington Dias, a Secretária Ana Paula, o Prof. Raul Velloso, o nosso companheiro procurador do Rio Grande do Sul Luís Carlos; enfim, a todos os Senadores.

Dizia-me muito honrado de estar aqui neste momento representando o Governador Dornelles e o Governador Pezão e, na verdade, o governo do Rio de Janeiro.

Como bom tecnocrata, eu vou-me apoiar em alguns PowerPoints e vou dividir a minha apresentação em dois pedaços: o primeiro mostrando a tragédia do Rio de Janeiro, por que aconteceu e em que ponto a gente está; segundo, eu queria fazer uma reflexão, na mesma linha do Governador Wellington Dias, de como eu acho que a gente podia – a gente que eu estou falando é a esfera de poder do Governo Federal – atuar em conjunto com os Estados para tentar atenuar e amenizar a crise que a gente vem vivendo.

Eu queria, antes de falar, como eu sou ex-Secretário de Fazenda e agora em uma posição mais cômoda, eu posso cometer algumas ousadias na minha fala. Então, para cometer essas ousadias, eu queria colocar alguns pré-requisitos.

O primeiro pré-requisito é o seguinte: todos somos a favor da responsabilidade fiscal. Significa o seguinte: no Rio de Janeiro, o governo do Rio, neste momento, aprova, e dá apoio, e dá suporte a qualquer ação do Governo Federal no sentido de redução de despesa, de flexibilização da legislação para que se possam reduzir despesas, por exemplo, a redução de salário.

Nós somos a favor disso. Se houvesse uma concertação nacional neste momento que levasse a essa proposta, o Governo do Rio de Janeiro, certamente, seria a favor. Então, eu queria chamar atenção para o fato de não haver monopólio da responsabilidade fiscal. Nós estamos juntos nessa luta. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Eu queria também, de premissa, agradecer ao Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda tem sido absolutamente cortês, gentil e entendeu e nos ajudou num momento central da crise do Rio de Janeiro, que era o momento em que nós íamos sediar as Olimpíadas. A ajuda dada pelo Governo Federal e a compreensão disso nos dá o sentimento de total gratidão ao Governo Federal, principalmente à Secretária Ana Paula, que atuou fortemente e foi uma protagonista nessa questão.

Então, eu vou, mas eu vou divergir de algumas coisas.

Então, eu queria agradecer, reconhecer, dizer do meu respeito e tentar docemente divergir de algumas questões conceituais.

Em primeiro lugar, eu vou mostrar a tragédia do Rio.

São cinco ou seis transparências. Não vou cansá-los, não.

Primeiro, os indicadores fiscais: a Receita Corrente Líquida e a dívida consolidada. A gente começou em 2010, que foi um ano importante do ponto de vista da receita. A receita do Rio crescia fortemente. De 2007 a 2013, só para dar uma ideia para os senhores, o ICMS cresceu real no Rio 6% ao ano. Então, a Receita Corrente Líquida crescia no Rio de Janeiro – e ali são valores nominais, não são valores reais –, quando a gente teve um baque evidente de 2013 para 2014.

Em 2015, cresce um pouco por conta das mágicas que fizemos, por exemplo, usar depósito judicial; por exemplo, usar um instrumento chamado TACT, mediante o qual a gente acertava com as empresas dívidas existentes, enfim. Mas 2015 não correspondeu à realidade. E ali está a dívida.

Observem. Eu vou me referenciar ao Sr. Senador Armando Monteiro algumas vezes. Se a gente fosse uma empresa em 2010 e tivesse a receita operacional e aquela dívida, daria para pegar mais uma dívida. Se pegarmos o Ebitda da empresa com relação à dívida, não é nada absurdo.

Agora, observem que, em 2013, 2014 e 2015, ao contrário. Que dizer, a gente tem uma desaceleração do crescimento da Receita Corrente Líquida real e a gente tem uma exponenciação na dívida por causa dos juros. Por causa dos juros.

Então, é muito fácil jogar o jogo jogado e comentar o jogo jogado. É irresponsável e tal ter pego dívida. Talvez tivéssemos que ser mais comedidos mesmo, mas eu estou só explicando. É até importante dizer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

os senhores o seguinte: eu não era Secretário da Fazenda. Eu era Secretário de Desenvolvimento Econômico o tempo todo. Só fui Secretário da Fazenda em 2015, quando a crise se deu.

Os meus antecessores – também é importante dizer isto – que têm um nome gravado na responsabilidade fiscal deste País foram Joaquim Levy e Renato Villela. Só para entender, porque muitas vezes se fala do despautério e tal dos Estados. Observem que o que aconteceu aqui foi uma crise na Receita Corrente Líquida fundamental, dos juros também.

E isso, me permitam passar a segunda, porque aí eu vou explicar por que aconteceu a queda da Receita Corrente Líquida.

Observem que eu tenho aqui as minhas principais fontes de arrecadação: o ICMS, que é a barra maior do histograma; o IPVA; os royalties e participações especiais; e o fundo de pobreza que a gente tem no Rio de Janeiro.

Quero ressaltar, para acabar com um mito que existe, que a receita do Rio não é petróleo. Não é! A receita do Rio é basicamente ICMS. O Rio tem uma economia sofisticada. O Rio tem: indústria petroquímica – aliás, o Rio tem o segundo maior parque siderúrgico do Brasil –; o Rio tem a segunda ou terceira petroquímica do Brasil; o Rio tem a segunda ou a terceira indústria automobilística do Brasil.

Então, eu queria chamar a atenção que o grande problema, o principal problema foi a desaceleração brasileira, que fez desacelerar o ICMS.

Segundo, eu queria dizer que é claro que o petróleo é importante. O petróleo é a barra amarela. Observem: em 2013, 8 bi; a gente voltou a 3 bi, em 2016. Claro que isso tem um impacto importante nas nossas receitas.

O primeiro item, portanto, é a desaceleração brasileira; o segundo é o royalty, que foi muito importante para a gente; e o terceiro, que está, na verdade, na primeira questão, é a inação da Petrobras. O teatro de operações da Petrobras é o Rio de Janeiro. A inação da Petrobras, a crise da Petrobras atinge o coração da indústria do Rio: a indústria metalomecânica, a indústria naval.

Então, do lado da receita, o nosso grande problema – aliás, são três problemas – é: a desaceleração brasileira; segundo, o petróleo que caiu, que nos levou a perder 5 bilhões ali; e terceiro, a inação da Petrobras.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Que é petróleo também.

O SR. JULIO BUENO – Que é petróleo também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Petróleo 1 e 2.

O SR. JULIO BUENO – Petróleo 1 e 2. É isso. É isso, Senador. No encadeamento, a cadeia produtiva. Está certo.

Aqui é a tragédia. Como o ICMS crescia antes, sempre com taxas crescentes – acima, portanto, da linha base –, e a queda extraordinária: em 2014, caiu 3,4; em 2015, 9,8; e em 2016, 2,2, evidentemente sobre a base já em queda.

Crescia, Senador Fernando Bezerra, 6% ao ano. Nós fomos Secretários justamente no desenvolvimento econômico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO BUENO – Não, em números nominais. Sim, senhora. Sim, senhora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO BUENO – Não, não, mas o crescimento ali... É que aqui é real; lá é nominal. Entendeu? Aqui é real; lá é nominal. Essa é a diferença. Isso, aqui é real! Claro que eu volto! Estou tentando voltar aqui. Será que alguém me ajuda? Pronto.

Isto aqui é o seguinte: são valores nominais, está ali escrito. E aí o ICMS ali é real; essa é a diferença.

Desculpem, aí deveria ser tudo a mesma coisa, mas é que...

Então, a receita corrente líquida, de novo, o que aconteceu com ela; valores nominais de novo, já falei sobre isso, posso passar rápido.

E aqui está uma coisa também que já foi mencionada: a estrutura da despesa. Eu vou falar o valor da despesa. Só para a gente lembrar, o valor da receita corrente líquida é da ordem de 48 bi. Aqui está como as despesas se distribuem. Aí está: "Pessoal Ativo"; "Pessoal Inativo"; "Dívida". Olhem só a dívida. Olhem a dívida com o Governo Federal e a dívida com os demais contratos. O que são os demais contratos?

Para ser muito claro com os senhores. A gente tem uma dívida, este ano, em 2016, da ordem de 10 bi, pagamento de financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Esse pagamento de financiamento é assim: cinco e meio, seis, com o Governo Federal. Desses cinco e meio, seis, os três e meio são a 9.496, na qual estamos nos baseando para fazer a renegociação; o restante é com o banco público.

É também com o Tesouro Nacional uma dívida antiga no Banerj, que tem a lógica da 9.496, mas que não entrou no bolo da renegociação. E um pouco com agências internacionais. Mas a ordem de grandeza do pagamento de financiamento, este ano, se a gente pagasse, seria em torno de R$10 bilhões, só para a gente ter uma ideia.

E observem, portanto, que esse valor da dívida é muito pequeno. Na verdade – também abro um parêntese importante –, a dívida não foi o problema; a dívida acabou sendo a consequência. Na verdade, a gente pagou a dívida de 98 para cá, todo mês, direitinho, mas como uma empresa, Senador Armando Monteiro, você tem dificuldades... Primeiro troço que você não paga é imposto; segundo, é banco. A vida é assim! A vida é assim! Por isso que com a receita também. A receita é isso, por isso que cai a receita também. Então, tem que haver clareza. A dívida – olhem, eu queria repetir isso à exaustão – não resolve – e aí eu vou colocar mais gente no bolo – o problema do Rio, de Minas, do Rio Grande do Sul e de Alagoas também, é verdade.

Eu não estou enxergando agora. Bom, consegui passar.

Isso aqui é só para falar que a gente andou fechando as contas do Rio com despesas extraordinárias, com receitas extras. E por que isso? E aí vem a minha tese: por causa da Previdência.

Vou parar agora a transparência e contar para os senhores o seguinte.

A gente tem uma despesa da ordem de R$65 bilhões, essa é a primeira coluna delas. É que a despesa caiu por vários motivos, que eu quero enunciar. Mas a gente tem uma despesa da ordem de 65.

Dessa despesa de 65, observem o seguinte: Pessoal são 41,5 bi, e são ativos, 24 e inativos, 18. Mais ou menos isto: 24 e 18, 42, dos 65.

Agora, qual é o problema principal? Para os inativos, que são 18, eu só tenho uma receita de 5. Então, o grande déficit que eu tenho, a origem do déficit, a raiz do déficit é a questão dos inativos, da Previdência pública. E a má notícia é que a gente tem esse problema, e todos os Estados que estão quebrados têm o mesmo problema. E todos os Estados que não estão quebrados, mas que estão à beira do abismo, têm o mesmo problema.

Então, eu queria chamar a atenção que a grande questão é a Previdência pública. É a Previdência pública.

Eu parei aqui. E agora eu vou falar da grande questão, a questão conceitual do meu ponto de vista. Se vocês quiserem desligar e acender a luz.

Agora, é o seguinte, vamos lá. Se o Rio de Janeiro fosse uma empresa, tinha pedido recuperação judicial; se pedisse recuperação judicial, discutiria com credor, com banco, teria mecanismos de refinanciamento. Porque, na medida em que crescer – e o Brasil vai crescer; e o Rio vai crescer –, na medida em que o preço do petróleo crescer um pouco, na medida em que a Petrobras retoma, em dois ou três anos, a gente volta à normalidade. Então, a gente tem que ter um período de financiamento, mas isso é óbvio. Se fosse uma empresa, eu faria isso.

Mas não é uma empresa, aí é que está. E pior do que isso, a gente só tem um jeito de se financiar: através do Governo Federal. Os Estados não têm outra forma de se financiarem, a não ser através do Governo Federal.

Aí eu queria docemente discordar de uma questão pontual, importante.

Qual é a lógica do Governo Federal com os Estados? A lógica é a seguinte. Olha, a gente vai segurar a política fiscal no Brasil. Nós vamos ter um déficit este ano – eu vou colocar o déficit – de 670 bi: 500 bi de juros, aproximadamente, e 170 bi de déficit primário. Aí, esses 170 vamos apertar que não vai ser fácil. Aí, os investidores vão ter confiança no Brasil. Aí, vai haver investimento, vai haver crescimento, volta o imposto e a gente volta à situação normal. Essa é a lógica que o Governo coloca e que é irretocável. Problema! Problema!

Para os Estados é mais ou menos assim – para uma pessoa. Daqui a dez meses, você vai ficar bem de vida outra vez, mas você tem que ficar três sem comer. É impossível. Morre.

E eu estou dizendo isso, porque é uma tragédia. A gente está vivendo lá uma tragédia. A Polícia não está recebendo; os hospitais não têm mais remédio. É uma tragédia. Aí também, permita-me, não sou – e o Senador sabe disso – economista, eu sou engenheiro. Eu peço até desculpa para o meu filho, que é economista da PUC, mas eu vou discutir um pouco macroeconomia. Não é possível a demanda agregada desabando do jeito que está, e, mesmo se a gente for monetarista, estabelecer os juros de acordo com a oferta e a procura de moeda, caindo o crédito, como está caindo a procura do crédito, a gente não reduz os juros drasticamente no Brasil. Não é possível. Isso é uma tragédia! É uma tragédia!

Para resumir – e queria também classificar os Estados em três pedaços, como tenho feito. Há um pedaço que quebrou, cuja população está sofrendo, que só tem mecanismo de financiamento através do Governo Federal, do Governo Federal, que tem 670 bi de déficit e 500 de juros. Eu queria chamar a atenção para esse ponto. Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro. São Paulo não quebrou. São Paulo tem um déficit da Previdência de 18 bi, mas não quebrou porque tem 200 bi de ICMS e consegue manusear isso. Minas, se não estou enganado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tem um déficit de 10 bi de Previdência; Rio Grande do Sul deve ser 9. Então esses Estados quebraram. E o Rio tem um déficit de 13, este ano, que eu mostrei ali: 18 contra 5. Isso! Por aí!

Só para lembrar que o Rio fez o trabalho. Desde 2010, a gente colocou, fez um fundo, segregou as massas, fizemos todo o trabalho que tinha que fazer, só que vai ficar sustentável daqui a 30 anos. A grande questão – e eu queria concluir com isso – é passar esse momento de extrema dureza. Uma proposta para fazer isso é discutir o financiamento da Previdência pública, que atinge todos os Estados e todos os grandes Municípios brasileiros. Eu estou discutindo uma questão estrutural.

Mas não adianta só mudar as regras. Mudar as regras é absolutamente essencial.

É condição necessária, mas não suficiente, porque temos de discutir como se financia de hoje até ter estabilidade. No caso do Rio, 30 anos.

Eu queria dizer também que há um equívoco, na avaliação do Rio, importante. Como vocês viram com é composta a arrecadação, aquele recurso do petróleo, a gente usou o tempo todo para a Previdência. O ideal era que fosse para capitalizar. Infelizmente, não deu. Pode ser que um dia dê. Então, eu queria deixar, como mensagem, duas coisas: primeiro, a absoluta necessidade do financiamento dos Estados para passar esse momento de tormenta. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, tão importante quanto, é estabelecer um mecanismo de financiamento da Previdência que atenda todos os Estados brasileiros e a todos os grandes Municípios.

Muito obrigado. Desculpe o jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO BUENO – O segundo são os que estão à beira de um abismo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO BUENO – Não consigo dizer, mas, por exemplo, posso citar – meus queridos amigos secretários de Fazenda que me desculpem – Santa Catarina, Goiás, uma dificuldade enorme, e há outros que o Governo, por exemplo, poderia fazer fundo garantidor para PPP para ajudar o Brasil a crescer.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO BUENO – É isso.

Desculpem e obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Dr. Julio. Foi bastante didática a sua apresentação. Acho que o Rio de Janeiro ilustra bem o quadro que temos no Brasil com isso.

Gostei muito da comparação, Senador Armando, com empresa, porque saímos daquela coisa de comparar governo com família, o que não dá para comparar. São coisas absolutamente distintas, não é simples. Acho que essa comparação com empresa nos remete um pouco a como trabalhar essa complexidade de financiamento dos gastos públicos.

Muito bem.

O SR. JULIO BUENO – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria passar a palavra ao Sr. Luís Carlos Hagemann, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. LUÍS CARLOS HAGEMANN – Boa tarde a todos, Exma Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Exmas Senadoras, Exmos Senadores, uma saudação ao Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, Estado de onde me origino; uma saudação às senhoras e aos senhores, aos colegas procuradores do Estado que estão aqui me prestigiando hoje.

Inicialmente, eu me permito rapidamente me apresentar porque não sou uma figura que costuma frequentar o Parlamento e sim o outro lado da rua, o Supremo Tribunal Federal. Sou procurador do Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2000, servidor público estadual desde 1992, neste momento, atuando pelo Estado do Rio Grande do Sul em Brasília, chefiando a nossa representação judicial em Brasília.

Venho aqui por convocação do Governador José Ivo Sartori e do Procurador-Geral, Dr. Euzébio Ruschel, expor brevemente aos senhores algumas considerações e dar uma colaboração, mas, de antemão, pedindo desculpas, Srª Presidente, porque não sou economista e não venho dos quadros fazendários. Venho dos quadros da área jurídica, e, portanto, a minha abordagem sobre a questão terá talvez uma outra visão, numa tentativa de colaboração mais do ponto de vista de quem vem da área jurídica e menos da administração. Por isso, aproveito para saudar o Governador do Piauí, membros da academia, saudar o meu colega Raul Velloso, e da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional também, saudando, então, os meus colegas de Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Antes de começar, quero pedir licença para refletir sobre o dia de hoje. Hoje é o dia 5 de outubro de 2016. Hoje, senhoras e senhores, a Constituição do Brasil está completando 28 anos. Acho que isso é emblemático para o que estamos fazendo: uma reflexão, inclusive, sobre a Federação, aquela que a Constituição de 1988 criou, aquela à qual devemos obediência, aquela que deve promover o bem comum de todos, o nosso bem comum. E não há nenhum lugar mais propício para isso que o Senado porque é a nossa Câmara Alta, porque é, no Parlamento, a Casa que representa os Estados e, portanto, peço a V. Exªs uma reflexão sobre o que vamos hoje debater, sobre o que vão votar nesse projeto de lei e sobre aonde queremos chegar como país, aproveitando para isso o influxo da data de aniversário da nossa Constituição de 1988.

O colega do Rio de Janeiro já fez várias observações sobre a questão do problema da dívida dos Estados, enfatizando o Rio de Janeiro, mas apresentando alguns detalhes do Rio Grande do Sul. Não tenho como dizer nada porque são muito precisos. Os secretários de Fazenda mantêm um fórum próprio de debates sobre o assunto, assim como os procuradores-gerais dos Estados também têm um fórum próprio de debates das questões jurídicas das questões nacionais, que são feitas no Supremo Tribunal Federal. Mas apenas para reflexão, quero referir a V. Exªs que a dívida do Rio Grande do Sul refinanciada em 1998 foi estabilizada, naquele momento, em R$9,2 bilhões. E, até 2015, foram pagos, em decorrência das cláusulas contratuais, R$24,8 bilhões, ficando um saldo, em 2015, de R$51,6 bilhão. Acho que esses números já falam por si que alguma coisa não está correta. Como não sou economista, não vou dizer exatamente o que é, mas conseguimos ver, com base em todos os estudos que são feitos, muito aprofundadamente, além do conhecimento das secretarias de Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional, que houve uma mudança na economia nesse período que gerou mudanças que acarretaram o crescimento da dívida, e em contrapartida, não exatamente a mesma coisa com a receita e com as economias locais.

O Rio Grande do Sul, ainda para passar um panorama para os senhores, está entrando no oitavo mês consecutivo de parcelamento de salários dos seus servidores. O meu salário e os salários dos meus colegas estão parcelados. Desde 2001, vem utilizando depósitos judiciais para financiar a máquina administrativa, com autorização legal, o que, talvez, não devesse estar ocorrendo; na opinião de muitos, não deveria.

O Rio Grande do Sul vem atrasando o pagamento dos seus fornecedores e reporto-me ao que foi dito sobre hospitais, escolas e terceirizados. E o Rio Grande do Sul, antes de iniciar as negociações, em determinado momento, não conseguiu sequer pagar a parcela mensal da dívida que vencia no último dia do mês, mas com uma possibilidade contratual de prorrogá-la até o décimo dia do mês seguinte, e quase sempre se entrava no mês seguinte.

Não havia uma consequência mais grave por conta de que o contrato mesmo previa esse rápido diferimento do pagamento até o décimo dia, mas aconteceu em dois ou três meses de o pagamento ultrapassar o décimo dia e conta do Estado do Rio Grande do Sul ficar bloqueada, e todas as entradas de recursos que chegavam na conta do Estado imediatamente eram captadas pela União por força de um mecanismo contratual também. Não estou dizendo que isso é ilegal nem que ofenderia o contrato. Estou apenas fazendo um breve retrato da grave situação. A partir do décimo dia, se o Estado não pagasse a sua parcela mensal da dívida, por um mecanismo contratual, como disse, havia uma possibilidade de captura do valor que entrava como ingresso de receita, qualquer que fosse. E, igualmente a União, por um mecanismo contratual, podia deixar de fazer os repasses constitucionais previstos até que o saldo devedor da parcela mensal ficasse devidamente satisfeito. Isso tudo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O senhor me permite só uma informação que acho ser relevante?

O SR. LUÍS CARLOS HAGEMANN – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Em 1998, o senhor falou que o estoque da dívida era R$9,2 bilhões. Qual era a receita corrente líquida do Estado nesse ano e qual é a receita corrente líquida prevista para 2016?

O SR. LUÍS CARLOS HAGEMANN – Lamento dizer, Senador, mas não tenho esses dados aqui. A convocação me foi enviada ontem à noite. Por isso não consegui levantar todos os dados que pudessem satisfazer a sua dúvida. Infelizmente, não os tenho aqui e peço desculpas, Senador.

Se me permitem pequenas contribuições sobre o projeto de lei que está em debate no nosso Parlamento, eu queria fazer uma observação em relação ao art. 1º do projeto, que fala literalmente o seguinte:

> A União poderá adotar, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados e o Distrito Federal [com base na Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997] e nos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70 [de 24 de agosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de 2001] mediante celebração de termo aditivo, o prazo adicional de até 240 meses para o pagamento das dívidas refinanciadas.

Eu quero manifestar uma preocupação com essa locução "poderá adotar" porque a negociação está tão avançada neste momento que a expressão "poderá adotar" me gera uma certa insegurança. Parece-me que o mais apropriado aqui seria a expressão "A União adotará, nos contratos de refinanciamento", ou seja, uma autorização capital para a União, para que ela proceda a essa renegociação da dívida com os Estados.

A expressão "poderá adotar" cria, talvez, no intérprete a sensação de que a renegociação de dívida com os Estados é uma faculdade da União, e o lugar em que se deve dizer para a União "faça a negociação da dívida com os Estados" é o Senado, é a Câmara, é o Parlament. V. Exªs têm aqui a chance de dizer "A União adotará", "A União realizará o refinanciamento". Nós queremos o verbo na sua locução direta.

Essa é uma preocupação muito grande de quem vem da área jurídica. O §8º do art. 1º refere como condicionante para a renegociação das dívidas a desistência de eventuais ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou o contrato ora renegociados, sendo causa de rescisão do termo aditivo a manutenção do litígio ou o ajuizamento de novas ações. Por que a preocupação? Porque, em primeiro lugar, para o intérprete, há possibilidade de gerar a sensação de que se está aqui tentando obstaculizar o acesso ao Judiciário. Isso poderia gerar, talvez, um questionamento quanto à constitucionalidade do dispositivo, em relação à possibilidade de ofender o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, que justamente é o artigo que prevê a possibilidade do livre acesso ao Poder Judiciário.

Segundo, não resolve o problema do ponto de vista prático, porque não existem apenas ações judiciais dos Estados contra a União questionando a dívida. Existem ações judiciais de outros interessados em resolver o problema, que também ajuizaram ações contra a União para resolver a questão da dívida. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a OAB do Rio Grande do Sul, alguns anos atrás, ajuizou uma ação civil originária, que neste momento está tramitando no Supremo Tribunal Federal, está em fase probatória. Ela justamente questiona o seu contrato original, questiona algumas cláusulas do contrato, e essa norma prevista no projeto de lei não consegue obstaculizar o prosseguimento dessa ação. Então, como eu pretendia dizer, do ponto de vista prático, talvez essa norma não resolva.

Eu tomo a liberdade de dizer que, se fosse interpretada por um juiz que interpreta contratos bancários, ela teria, possivelmente, a conclusão de se tratar de uma cláusula leonina, porque não pode obrigar o devedor a desistir de ação para conceder algum tipo de financiamento. Se formos procurar a jurisprudência de contratos bancários no Poder Judiciário, veremos que diversas cláusulas contratuais de contratos bancários – estou fazendo aqui, me permitam, apenas uma analogia – são anuladas pelo Judiciário ao argumento de que elas são abusivas, são leoninas. Muitas vezes essas cláusulas, nos contratos bancários, infelizmente recebem essa pecha.

Por fim, também, a inclusão desse dispositivo parece demonstrar um certo temor da União de que as ações terão sucesso, e na verdade o jogo está aberto no Judiciário. O jogo não está fechado. Então, até fica uma sensação – vamos dizer assim – quase psicológica de que esse condicionante é porque a gente, do outro lado da rua, está com medo do que vai acontecer. Talvez a União não devesse ter esse medo, se ela está segura da certeza da sua renegociação. Então, o que eu peço a V. Exªs é uma reflexão muito grande no sentido de retirar o §8º do art. 1º do projeto de lei para fins de aprovação final.

Rapidamente, prossigo para ingressar no art. 3º, §3º, que diz: "para os meses de julho a dezembro de 2016, poderá ser concedida a redução extraordinária de até 100%". Senhores, nós já estamos com essa redução em curso. Isso já está acontecendo. Então, essa norma poderá... Quero externar a mesma preocupação que externei em relação ao art. 1º: a locução facultativa, a locução condicionante. No caso, aqui, inclusive, ela nem se confirma, porque neste momento, os Estados que assinaram aquela ata do Ministério da Fazenda já estão com essa redução extraordinária de 100% em curso. Estão pagando apenas aquelas duas parcelas que ficaram, em algum momento, cobertas por decisão judicial e que foram – também previsto na mesma ata da reunião dos governadores com o Ministério da Fazenda – diferidas em 24 prestações. É isso que os Estados que estavam presentes nessa reunião estão, neste momento, pagando à União. E a parcela do principal de cada mês, neste momento, não está sendo alcançada à União, por conta dessa reunião, desse acordo que foi feito com o Ministério da Fazenda naquela ocasião. Então, o §3º não corresponde ao que está acontecendo. Não é "poderá ser concedida"; é "concederá", pois já está sendo concedida. Já está em curso isso, neste momento.

Ainda sobre essa reunião que foi realizada entre os governadores, Secretários da Fazenda e o Ministério da Fazenda, o art. 4º faz uma menção a esse evento e refere que "para a celebração dos termos aditivos, lastreada em acordo federativo celebrado entre a União e os entes federados em 20 de junho de 2016"... Quero confessar aos senhores uma certa dúvida sobre se houve um acordo nesse momento, porque o que houve nessa reunião foi uma reunião de trabalho para tratar da renegociação da dívida dos Estados, onde se lavrou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ata do que foi dito, mas não se disse que estava sendo celebrado nesse momento um contrato, um aditivo, um adicional daquele contrato de refinanciamento da dívida. Portanto, a expressão "acordo", aqui neste caso, pode ter uma imprecisão técnica.

Prossigo: no §3º do art. 4º, há uma referência de que aqueles condicionantes para a renegociação da dívida se manter sempre em pé são vários – todos o.k. –, mas quem avaliará, pelo que dispõe o §3º, se os condicionantes estão sendo atendidos, ou seja, uma avaliação do cumprimento da medida de que trata o *caput,* quem avaliará é o Poder Executivo da União, e aí vamos lembrar que nós estamos no Brasil, pela Constituição de 1988, em um federalismo de cooperação.

Então, será que não seria melhor, Srs. Senadores que representam os Estados, que são a Câmara Alta, refletirem sobre a possibilidade de que a avaliação do cumprimento da medida se dê conjuntamente entre a União e o Estado que renegociou a dívida em reuniões de trabalho conjuntas e não vinda de cima, do ente superior, que é a União, determinando quais são elas, determinando como fará os procedimentos, e estabelecendo ao Estado: "venha até mim e me traga o que eu quero". Não seria melhor atender o federalismo de cooperação aqui, e que o fluxo do federalismo de cooperação atue sobre nós, sobre essa norma, para prever que a avaliação do cumprimento das medidas seja um ato que tem que ser feito em conjunto da União com os Estados, com o Estado que renegociou?

Srs. Senadores, eu, como disse, peço escusas por me ater à questão jurídica, às questões formais. Eu sei que isso é cansativo para quem não é do nosso ramo, mas como os economistas falarão muito melhor que eu, e os colegas da área fazendária terão como expor com muito mais precisão o problema financeiro, o problema econômico, do que eu, eu procurei hoje, aqui, apresentar a V. Exªs uma contribuição que fosse uma reflexão sobre aspectos talvez jurídicos do nosso projeto de lei. O que eu quero dizer é que é muito importante não apenas para os Estados. A sociedade brasileira clama. A sociedade brasileira clama por uma solução para o problema das dívidas dos Estados, porque a sociedade brasileira, como disse o nosso Governador, como disse o Assessor Especial da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, está sofrendo os problemas, os influxos da sangria que os Estados mensalmente vinham sofrendo em função de uma dívida forte, pesada, maior do que eles.

Srs. Senadores, eu desejo e espero que os senhores tenham toda a prudência e tenacidade em atender essa demanda, que – vou repetir – é uma demanda da sociedade brasileira.

Srª Presidente, muito obrigado. Eu agradeço o espaço, em nome do Rio Grande do Sul e dos Estados da Região Sul.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Dr. Luís Carlos e passo a palavra, agora, ao Sr. Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Exma Srª Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmo Sr. Armando Monteiro, meu amigo e Relator desse projeto, demais Senadores, Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu estou feliz porque o Piauí está tendo um pesinho um pouquinho maior do que ele costuma ter. Nós temos aí dois Senadores piauienses, o nosso Governador e este humilde economista que vos fala para se manifestar em um evento tão importante. Só um piauiense vindo para atrair tanto piauiense.

Enfim, brincadeiras à parte, estou meio chateado com o nosso Governador porque, como ele disse, eu o ajudei lá atrás, o problema do Piauí se resolveu e ele nunca mais me chamou. Eu não falo com ele há anos! Agora estou cruzando aqui com ele porque ele está representando problemas. Ele é o representante dos problemas do Nordeste.

Eu não sei se ele vai gostar de ouvir o que eu vou dizer, mas pelo menos o seguinte: você me deve uma conversa depois, em algum momento, para eu entender melhor o caso do Piauí, porque eu sou um piauiense meio desgarrado, que penso mais nos Estados maiores, onde os problemas, nesse sentido, são maiores do que no meu querido Piauí, que eu visito só de férias. Adoro, mas de férias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL VELLOSO – Não, na hora que o Piauí quiser, eu estou lá. A ligação afetiva que eu tenho com o Estado justifica qualquer coisa, exceto não dizer aqui o que eu acho, e que eu penso que pode não necessariamente coincidir com o que o meu querido Governador pensa.

O que eu queria dizer aqui, Senador Armando, é o seguinte: eu acho que eu tenho de aproveitar essa oportunidade para sair um pouco do tema da dívida, Srª Presidente, para tentar trazer uma visão um pouco diferente do que tem sido falado por aí. Não que eu tenha improvisado isso agora. Eu venho pensando nisso há bastante tempo e cheguei agora a arrumar... Coincidentemente, o seu convite me trouxe no momento em que eu acho que eu arrumei mais ou menos a minha cabeça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Gostei de ouvir o Julio porque ele chegou pertinho de onde eu cheguei. Eu morei muito tempo no Rio, então eu também me identifico muito com o Rio. Então, estou muito bem servido de identificações regionais. Mas vamos ver se eu ajudo a dar um passinho a mais.

Eu queria dizer para vocês todos que estão aqui, Ex^mo^s Srs. Senadores e a plateia em geral, que o que eu penso em relação a essa questão que nós estamos vivendo... Peço que não olhem ainda esse quadro. Eu vou já passar para ele. Mas eu queria chamar a atenção para o seguinte: nós estamos vivendo uma situação muito séria, infelizmente muito mais séria do que a gente imagina. A situação financeira do setor público é dramaticamente séria e eu vou aqui assumir um pouco um papel de alguém do Governo. Eu fui tanto tempo do governo que eu não consigo deixar de pensar também como governo. É o seguinte: tanto a União quanto os Estados e os Municípios – mas aqui eu vou focar nos Estados – estão em um dilema atroz, porque há um déficit muito elevado em todas as esferas. No caso de alguns Estados, infelizmente de muitos Estados – eram alguns, estão ficando muitos –, nós estamos diante de uma situação de crise social bastante séria, que vem quando um ente público não tem os recursos na mão para fazer os pagamentos que ele é obrigado a fazer, e aí fica sem muita alternativa, a não ser escalonar pagamentos, administrar atrasos. É isso que se faz. Ora, a União também tem um grande problema. A diferença é que a União tem formas de financiamento que os Estados e os Municípios não têm. Mas isso não quer dizer que ela também, mesmo sabendo que pode usar recursos que os Estados não têm, ela sabe...

Eu tenho absoluta certeza de que essa equipe que está aí é perfeitamente consciente disso – eu conheço a equipe toda, já conversei várias vezes com eles em vários momentos –, de que ela não pode brincar com emissão monetária para financiar déficit público no Brasil. Nós já tivemos hiperinflação, nós não queremos voltar para a hiperinflação, mas se nós perdermos o controle do déficit e continuarmos financiando déficit com emissão monetária, nós sabemos que vamos chegar lá. Nós já estivemos lá. Eu não estou inventando aqui uma coisa teórica, ou da história. Não, o Brasil é campeão em hiperinflação no mundo. Não sei se houve um país que teve inflação tão alta, durante tanto tempo, como nós. Nós sabemos o que é isso, e não podemos querer voltar.

O Ministério da Fazenda sabe disso e eu vejo de fora, com absoluta certeza, que se faz lá tudo o que é possível se fazer para tentar controlar esse déficit. A gente está vendo aí a luta, as medidas heroicas que o Governo está tentando aprovar, como essa PEC do teto. É porque ele sabe que ele tem de controlar esse déficit. Se passar a percepção de que a dívida pública brasileira perderá o controle, nós vamos cair em uma situação de crise que nós já tivemos um pouco, recentemente, e à qual não quereremos retornar. A maior recessão da história do País, aí sim, será a super maior recessão. Não nos livraremos da recessão.

Eu vejo que o trabalho do Poder Executivo é um trabalho dramático, porque ele sabe que não pode deixar a dívida crescer, ele sabe que não pode continuar financiando, mas a questão que eu penso é assim. Os dirigentes políticos olham e dizem: "eu vou também atrasar pagamentos, como os Estados estão fazendo?" O Rio Grande do Sul, o Rio, Minas já está fazendo. Daqui a pouco, nós vamos ter uma questão de atraso de pagamento se generalizando, com consequências incríveis. Eu me lembro de janeiro. O Governador Pezão, antes de se afastar, foi entrevistado e a televisão Globo ia entrevistando aposentados que estavam com os pagamentos atrasados, as pessoas mostrando listas de compras de remédios que elas não estavam podendo fazer porque o dinheiro curtinho lá da aposentadoria daquelas não estava em dia. Essa situação é muito dramática, gente. De fato, nós estamos diante dessa situação. Aí eu penso: realmente, se eu estivesse no Governo Federal, eu tenho a opção perigosa de emitir moeda e financiar o déficit. Quando eu falo "emitir moeda", não é bem o cara rodar a maquininha e emitir. Há formas – vamos dizer assim – pouco visíveis de fazer isso, mas na essência, é isso que nós estamos fazendo. Eu estou ali sentado. Eu vou atrasar pagamento e me recusar a emitir moeda para financiar o déficit que eu estou vivendo? Enfim, é uma escolha complicada, mas o que eu estou dizendo é o seguinte: o Ministério da Fazenda sabe que, se bobear nessa área, há consequências. Ele pode não ter o desgaste do atraso que os Estados estão tendo, mas ele vai ter o desgaste de ter sido responsável pela volta da hiperinflação. Então, ele é muito vigilante, dentro dos limites. Ele só não vai fazer o atraso que o Julio fez quando era Secretário da Fazenda, ou que o Secretário de Minas está fazendo. O do Rio Grande do Sul já faz também, há bastante tempo. Está até virando meio rotina. Eu acho que nem tem lá muito desgaste mais; mas, enfim, deve ter.

Eu tenho de temperar um pouco aqui, mas eu digo assim: não vemos muito mais notícias sobre o drama do Rio Grande do Sul. Eu olho para o Rio e digo a vocês: eu estou muito assustado, porque o problema do Rio é que é uma cidade complicada – nós sabemos –, e a insuficiência financeira é algo que pode estar perto de R$17 bilhões neste ano. O alívio da dívida, Senador, se eu não estou enganado, se chegar a R$2 bilhões este ano, porque é o segundo semestre, é muito. Estamos falando de um alívio de R$2 bilhões em R$17 bilhões.

Então, esse projeto que está aqui acho que tem que ser visto no contexto de um conjunto maior, porque ele é parte de um problema muito sério e complexo, mas, sem dúvida nenhuma, se fosse o ano inteiro, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

alívio poderia ser de R$4 bilhões. Aí já é diferente, quando se considera o ano inteiro. Então, ele tem que ser considerado.

Eu acho que nem devemos discutir muito esse projeto, Senador, porque essa discussão já passou, e o problema se agravou de tal forma que temos que dar o salto para ver o que está depois nos espreitando e acho que não estamos enxergando com clareza. O Julio viu um pedacinho. Não sei se o Governador viu um pedacinho. Se ele não viu, eu vou achar que ele viu, porque é meu conterrâneo e vou dar esse crédito a ele.

Enfim, acho que temos que olhar o que não vimos. Aí, depois, voltamos para a dívida, porque eu teria feito diferente esse negócio da dívida, mas não muito diferente. Eu acho que, se eu for dizer isso agora... Há outro negócio tão mais apavorante – não sei se o senhor concorda.

Aí é que eu vou olhar para esse quadro para dizer a vocês o seguinte: o problema hoje – o diagnóstico, que não é muito percebido – se chama Previdência pública. Temos que entender isso de uma forma mais completa, aí, depois, fica fácil ver as soluções. Todo mundo fala um pouco nisso, mas ninguém olha. Eu sinto isso, porque sou funcionário aposentado do Banco do Brasil e vivo furioso, porque eles cobram uma contribuição em cima da minha aposentadoria. Eu digo: "Poxa, esses caras estão cobrando essa contribuição adicional agora? Eu já estou aposentado." Por quê? Porque o sistema do Banco do Brasil, como os grandes fundos de previdência, está sempre procurando o equilíbrio atuarial. Em função de um desequilíbrio atuarial, que precisa ser corrigido, têm que se tomar providências que envolvem coisas desgastantes. Eu vou falar de muita coisa desgastante, mas quero dizer que me desgastei muito com isso; então eu sou parte, sou solidário aos desgastados, mas eu vou falar nesse desgaste, não há escapatória.

Como é que o problema aparece? Se não entendermos como ele apareceu, fica difícil chegar à solução. Por isso, não adianta só dizer: "O problema é Previdência pública. Tchau! Até logo! E vou encerrar a palestra e vou embora". Não! Assim, não estou contribuindo com nada. Para entender o que aconteceu, eu separei... E eu demorei a me preparar para a palestra, porque eu estava esperando completar esses dados, e são dados públicos, mas eu tinha de tirar dúvida sobre a execução do gasto do ano de 2015. Esse é um dado público, que é difícil de organizar, por isso é que eu sou consultor reconhecido na área, porque eu tenho uma vantagenzinha sobre os outros para organizar isso rapidamente.

Enfim, eu consegui pegar três Estados que estão em situação crítica: Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, aqui do meu vizinho. Então, eu vou fazer um pouco embutida uma palestra sobre o Rio Grande do Sul. Na realidade, estou fazendo sobre os três.

O que eu fiz? Para não falar de um Estado só, eu tentei pegar três que estão em muita dificuldade – então, o Piauí não está aí por isso, mas podemos depois botar, não há perigo –, e tiramos a média dos três, Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul. Pense como é que está um bicho bem desarranjado, olhado com uma média desses três grandes Estados, que, depois de São Paulo, são praticamente os três maiores. Então, você vê que esse é um problema de um Estado grande, muito mais do que de Estado pequeno. Mas existe, e vocês vão se surpreender com os Estados pequenos, que, nesse ponto de vista, não estão bem.

Pois bem; o que eu acho que temos que fazer? Temos que entender o orçamento estadual como uma composição de cinco segmentos, que eu costumo chamar de suborçamentos, que dominam o orçamento estadual. Eu coloquei depois o governador como, infelizmente, um ente frágil nessa história. Todo mundo acha que ele manda muito; ele não manda. Os governadores, às vezes, pensam que mandam em termos financeiros, mas não mandam. Ele manda, porque há outras coisas de poder que explicam o poder dele, mas não é dinheiro. Vamos ver já, já.

Aí, eu coloquei mais um bloco – e depois vamos entender –, que são inativos e pensionistas, que é onde eu vou querer chegar. Vejam vocês quais são esses suborçamentos que são – eu gostaria de pôr aí – os donos do orçamento nessa primeira parte. São os Poderes autônomos, Executivo... Eu estou falando em geral, nada em particular com ninguém. Isso é Estado. Aqui não há ninguém de Estado, exceto o Governador, mas, como ele vítima, ele fica bem. Os Poderes autônomos são o Legislativo... São os que têm autonomia administrativa e administrativa pela Constituição. Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Contas.

Então, vamos lá. Essa turma é como se tivesse um quinhão garantido e fixo de 13% da receita corrente líquida. Eu usei a referência receita corrente líquida, que é a mais fácil de usar, todo mundo entende, permite comparação.

O segundo é educação. Beleza! Educação é muito importante. Nesse primeiro bloco aqui, nesses três setores – Poderes autônomos, educação e saúde –, só está o gasto com pessoal ativo, não estão os inativos. Só para lembrar: os inativos estão todos aqui. E há uma explicação para isso.

Pois bem; educação e saúde estão aqui. Educação leva 17,8%. E alguém já vai brigar: "Não, mas o percentual é maior!" Não, é porque é calculado noutra base. Aqui é o total da receita corrente líquida. Não vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

perder tempo com os detalhes. Acreditem na minha capacidade de fazer essas contas. Saúde é a mesma coisa. "Subiu para 15%?" Não. O dado é esse, porque é em relação à receita corrente líquida.

O que são as demais vinculações? São essas receitas vinculadas que geram gastos amarrados que o governador não tem a menor condições de tocar. Aí, há a Fundação de Amparo à Pesquisa, que tem "x" por cento, a universidade, que tem "x" por cento, há as transferências do SUS, que vão da União. O que o Governador faz em saúde aqui em cima é o que é decorrente da sua própria receita e não do que vem de fora, mas isso é o outro bloco, que tem um certo peso. E você vai dizer que ele não tem muito jeito de mexer.

Aí entra o serviço da dívida, Senador, que é importante – isso aqui é 2015, do ano passado. Se eu estivesse trabalhando com este ano, esse número seria menor, ainda que seja só um semestre, mas seria menor. Nesse sentido, ele está colaborando para ajudar neste ano, mas o problema é que, se eu tivesse 2016, eu teria uma situação bem mais difícil. É o segundo ano de recessão e há o problema aqui que é devido ao Estado do Julio, em que a arrecadação do petróleo desabou – ele já mostrou um pouco isso lá –, então o buraco financeiro do Rio aumentou muito de 2015 em relação ao que vai ser 2016. Então, se estivesse fazendo lá na frente esse quadro para 2016, ele seria muito pior do que é isso aí, basicamente pelo Rio. Minas será parecido, Rio Grande do Sul mais ou menos parecido, mas o Rio será muito pior.

Só para vocês terem uma ideia mais precisa, o buraco do Rio, em 2015, foi da ordem de R$8 a R$9 bilhões – o Julio é que administrou isso, mas talvez eu saiba do número mais exato que ele, porque eu estou com os números aqui do meu lado. Este ano está próximo de R$17 bilhões. Então, sair de 8 a 9 para 17 a 18 não é brincadeira você administrar já chegando ao fim do ano e tendo um ano à frente, que será quase igual a este. Por quê? Não sei se o petróleo vai estar mais recuperado, não sei quanto a economia vai se recuperar. É só para dizer que temos dois anos muito difíceis para administrar. Não achemos que é mais fácil que isso.

Agora, de novo, vou repetir para a Ana Paula não ficar chateada comigo: a União tem outras responsabilidades e ela tem de zelar pelo controle do déficit, ainda que não consiga também fazer muita coisa, mas, mas já que ela não pode atrasar ou não tem condições de não atrasar, ela não vai atrasar. Ela zela e certamente fará o seu papel de tentar segurar ao máximo o que vem de fora da União.

Pois bem; quando eu somo tudo isso – e são os dados de 2015 –, esse subtotal dos suborçamentos poderosos, porque o serviço da dívida é um orçamento que não é do Estado, é de quem é credor. Isso aqui o Estado faz muito pouco para mexer e alterar. No final, eu vou dizer que há um jeito de mexer, mas isso aqui representa, mais ou menos, 60% do total.

(Soa a campainha.)

O SR. RAUL VELLOSO – Sobram 40%. Aí vem o pobre do governador que enfrenta a possibilidade de gastar com as demais secretarias. Segurança pública tem obviamente um peso muito grande, tanto é que o gasto de pessoal do governador, pessoal ativo só, é de 19,4% do total...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL VELLOSO – Não; educação é lá em cima. Aqui é segurança e o resto. Mas segurança pesa muito.

Bom, o que o governador tipicamente faz? Ele parte para o custeio mínimo; ele minimiza o máximo que ele pode – eu estou dizendo o que ele faz, sem precisar ouvir dele – e o investimento vai quase a zero, o investimento é financiado por operação de crédito, que vai aparecer nas demais receitas que não são as correntes.

Esse é o quadro. O governador vive ali, só que, um belo dia, o secretário da Fazenda chegou para ele e disse assim: "Governador, o senhor recebeu um 'contaço' para pagar." O "contaço" é a despesa de inativos e pensionistas.

Por quê? Porque esses três orçamentos, no passado, pagavam essa conta. Com o passar do tempo, foram conseguindo, através de legislação, hábito, decisão administrativa, não pagar. Por isso, eu pus essas linhas aqui para dizer a vocês que dali saiu boa parte do que está aqui, e é óbvio.

Este é que é o diagnóstico: aqueles orçamentos têm um quinhão normalmente alto e, para piorar, eles jogaram os inativos para o governador e, obviamente, ocuparam espaço – o quinhão dele é fixo –, contratando gente, dando reajuste de salário. É isso que explica a subida vertiginosa do gasto de pessoal nos últimos anos nos Estados. Boa parte da explicação é essa, por isso que é difícil, mas também não adianta ficar o tempo inteiro repetindo, como meus colegas fazem: "O grande drama dos Estados é o gasto com pessoal".

Vamos entender como é. É o seguinte: eu tenho uma grande conta de inativos, que cresceu muito pelo sistema previdenciário, as projeções científicas mostram que ela vai crescer ainda mais, acima do PIB, nos próximos 20, 30, 40 anos, e o governador, que tem que pagar, não tem dinheiro para pagar – é claro que eu estou falando do quadro de 2015, o deste ano é pior. Vejam: sobram 40%, e ele vai espremer tudo. Se gastar 31 aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

sobram 9, e a conta é 32. Como ele vai pagar? Não paga. Aí, tem que atrasar. Se não houver... O primeiro ponto da minha palestra...

Eu tenho tempo ainda, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só pedir... Já se passaram 20 minutos, mas não há problema, porque ninguém utilizou o tempo corretamente e está muito boa a palestra.

Eu só tenho que pedir licença, desculpas, porque eu vou ter que sair, Senador Armando, porque temos a reunião do Parlasul e viajamos agora, às 5h.

Então, eu queria pedir à Senadora Kátia que assumisse a Presidência aqui e, aí, o senhor continua a exposição.

Queria agradecer muito a todos que estão na mesa, que aceitaram o convite, que foi, inclusive, muito rápido, especialmente o nosso Governador. Eu acho que está muito rico esse debate aqui para nós Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Pode continuar, Dr. Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Ilustre Senadora Kátia Abreu, onde eu parei é para dizer o seguinte: como eu vou ter demais receitas limitadas, no final, eu vou ter um buraco de 15,7% da receita corrente líquida e, em reais, isso equivaleu – porque isso é do ano passado – a R$7 bilhões de uma receita corrente líquida média da ordem de R$45 bilhões. Na prática, o caixa foi outro, porque há várias formas de transformar esse buraco em zero, só que, infelizmente, chegamos a um ponto em que resta apenas atrasar pagamento de forma desenfreada.

Aí, só não é pior, porque houve um alívio – e não vou criticar isso aí, porque não dá tempo. Eu prefiro dar o geral para dizer o seguinte: esse é o drama. Temos, portanto, de atacar a questão dos inativos e pensionistas, porque, se não fizermos isso, não saímos dessa encrenca, porque vai se repetir e se repetir.

Como fazer para atacar? Gente, vamos fazer como o Banco do Brasil faz com a Previ. Não há muito milagre nem mistério nisso. O que se faz numa situação dessa? É claro que há pequenos detalhes a mais, mas a minha sugestão é que se crie, nos Estados e na União... Aí, vou fazer outra observação: não trouxe os números da União, porque não cheguei aos "finalmentes", mas eu vou dizer a vocês que não é muito diferente disso. Eu já farejei os números, esse problema é da União e dos Estados e Municípios. A União exigiria outra palestra para explicar, mas só para reter o seguinte: lá há os donos do orçamento do mesmo jeito, só muda que há outros donos a mais. Lá há proporcionalmente mais receita e há a possibilidade de financiar déficit com maior facilidade, ainda que, com isso – todo mundo sabe –, haja uma espada de Dâmocles na cabeça do Ministério da Fazenda, que é o risco de hiperinflação. Então, ele não pode bobear; ele tem o mesmo problema e precisa da mesma solução.

Outro ponto que eu queria dizer, Senadora, é que não podemos ficar atacando pedaços – eu tenho certeza de que o Senador Armando Monteiro tem isso muito claro na cabeça dele, pelo que ele disse. Temos que atacar todos esses pedaços num todo maior e fazer, gente, um pacto em torno do equacionamento desse problema. Eu vejo: há a briga da PEC do teto de um lado; há a questão dessa lei complementar do financiamento da dívida; fala-se na reforma da Previdência que virá, que é mais voltada para o Regime Geral. Na realidade, temos que juntar essas coisas, senão perde-se muita musculatura política.

Eu não sou político; os senhores, os ilustres e Exmºs Senadores e Senadoras é que são políticos e sabem, mas meus sentimentos é que, se ficarmos atirando para tudo quanto é lado isoladamente, cada um tem uma iniciativa, vai, bate na porta do Temer, bate em não sei onde e fica aqui no Congresso... Temos que tentar juntar isso e dar uma solução harmônica, porque a situação é muito grave e está tudo interligado.

Não há jeito: todo mundo precisa ajustar, tem que fazer. Se fizermos esse pacto, vamos chamar as partes que vão ser afetadas para o mesmo pacto, para eles entenderem que isso será melhor que a situação atual. Por exemplo, essa de atrasar pagamentos de forma desornada é o pior dos mundos, que, certamente, é pior do que qualquer solução que tenha um ônus para alguns segmentos, mas seja feita de forma articulada e organizada.

Então, eu prefiro que a Previ desconte essa contribuição da minha aposentadoria a que eu receba o recado de que "este mês, você só vai receber no próximo". Isto é a pior coisa do mundo que existe: a imprevisibilidade no recebimento dos pagamentos.

Então, o que se faz numa situação dessa? É por isso que eu disse: não há muito para onde fugir. Eu quero só mostrar, Srªs e Srs. Senadores, esse dado, que é para ilustrar um pouco mais o que eu estou dizendo. Existe um cálculo oficial dos déficits atuariais.

O que é o déficit atuarial, que eu vou explicar aqui agora? Esse não é o melhor cálculo a fazer, mas vou explicar para dar uma noção. Isso aí é o seguinte: pega-se 75 anos à frente e calcula-se a diferença entre a receita de contribuição e o aporte do empregador, no caso o Estado ou a União , vamos dizer, duas vezes o que o empregado contribui, compara com a despesa todo ano e vê a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Vamos supor que dê um déficit todo ano para os próximos 75 anos. Aí você soma isso. No caso, esse dado oficial não desconta os valores pela taxa de juros; portanto, os valores aí estão inflados, eles serão menores, mas a comparação é a mesma, a ordem será a mesma, porque eu vou estar dividindo por uma única taxa todos esses valores.

Vamos dizer: os picos vão baixar, mas a diferença entre Estado e a União, que eu aproveitei para colocar ali na ponta, nos mostra quem está com problema previdenciário mais agudo. Os dados são oficiais, estão aí, qualquer um pode ver isso.

Eu dividi pela receita corrente líquida de novo, para não ficar com trilhões, bilhões, são tantas vezes a mais da receita corrente líquida. Então, vejam que, curiosamente, a União tem um déficit igual ao de São Paulo, *grosso modo*, menor até do que o do Ceará. Cadê o nosso Piauí aqui? Está aqui. O Piauí não está muito bem não em termos de déficit atuarial. Eu ajustei só o DF, porque, no DF, quando eu fiz a primeira vez, eu disse: "Há alguma coisa errada".

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – E o Rio de Janeiro?

O SR. RAUL VELLOSO – E o Rio de Janeiro não é, desse ponto de vista, tão sério quanto isso, porque o Rio, vamos dizer assim... Isso quer dizer o quê? Que o problema do Rio, se vivermos até daqui a "x" anos, pode se resolver mais facilmente. O drama é que, daqui a "x" anos, muita gente pode morrer.

Enfim, isso aqui é para chamar a atenção de que o problema previdenciário é geral e é dos Estados pobres. Pode ser que ele não seja tão agudo agora, mas será agudo lá na frente.

Então, Governador, a solução também servirá para os Estados mais pobres.

O SR. WELLINGTON DIAS – E dos ricos também. São Paulo...

O SR. RAUL VELLOSO – Dos ricos eu não tenho dúvida de que é, mas dos pobres que achamos que pode não ser.

Pois bem; o objetivo da solução tem de ser zerar ou reduzir drasticamente esses déficits. Como resolvemos isso? Fazer o que o Banco do Brasil fez comigo é uma das formas: cria-se uma contribuição sobre os inativos, uma contribuição adicional. É uma solução que tem que ser solidária. É por isso que se exige um pacto: vai ter que haver uma contribuição dos ativos, que serão os aposentados de amanhã, eles vão ser os inativos de amanhã, eles vão ter que contribuir; temos que chamar as contribuições dos atuais inativos, dos futuros inativos e do empregador, que é o Estado ou a União. Vão ter de contribuir com um percentual de alguma coisa e, depois, têm de entrar com ativos financeiros ou reais de propriedade de cada um ente desse, porque você não vai conseguir resolver isso só com essas contribuições.

É claro que temos que fazer simulação. Eu não fiz, porque não deu tempo ainda, mas vou fazer – e certamente o Julio vai me ajudar a pegar os dados. Fazemos simulação para ver, para que se equilibre essa confusão, quanto preciso de contribuição de cada um, quanto preciso de ativos, para que eu resolva.

Isso se chama, na linguagem técnica, "fundear". Eu estou traduzindo do inglês *funding*. Isso, em português, quer dizer fundear, corresponde a você pegar um navio e jogá-lo numa âncora, senão ele fica à deriva no mar; você fundeia o navio.

Nós vamos ter que fundear o nosso regime previdenciário para passar a mensagem de que o principal problema da nossa questão fiscal, financeira está equacionado. Todo ano esse negócio aparece, e isso aí é como um barco à deriva. Eu não resisto a fazer essa comparação: esse gráfico é o gráfico de um barco à deriva; na hora em que a gente fundear, esse barco desaparece.

E é necessário fundear, não há como escapar. E isso envolve muita gente, envolve entes políticos, todos os principais entes políticos: sindicatos de servidores, o Congresso, os governadores, as assembleias. Porque tudo isso vai ter de virar algum tipo de lei de regulamento, que vai fundear.

E temos que trazer a mentalidade para o Brasil de que ativo público; não é para ficar dormindo, apodrecendo nos fundos dos quintais, ou nos escaninhos, ou nos computadores. Nós temos de mobilizá-los para ajudar a equacionar esse problema. Por que que eu tenho ativos? Por que há essa... Usando uma expressão da moda, do momento; eu já sou velhinho, não conheço mais essas palavras novas, mas existe a história de ficar muito apegado a essas coisas. É necessário se desapegar. Nós temos é de resolver o nosso problema para não ter, de novo, uma situação de hiperinflação, que é o que está à frente nos espreitando, gente! Isto que eu estou dizendo resolve o problema.

Vamos voltar para o outro gráfico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL VELLOSO – Sim, pode ser um recebível. Por exemplo, sobre dívida ativa, há um projeto aqui no Senado, discutindo formas de securitizar a dívida ativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu acabo de saber que o Estado do Piauí está sendo pioneiro nisso aí. Aí eu queria fazer um elogio. O Piauí está melhor do que 99,9% dos Estados da Federação, por ter já avançado nisso. E pode usar essa dívida ativa, trazida para valores de hoje, para fundear o seu regime previdenciário, melhorar o seu risco.

Quando se faz isso, o que eu estou dizendo é o seguinte: nós vamos equacionar isto aqui. Eu posso conviver agora com uma situação em que o governador tem de pagar uma conta gigantesca de inativos, mas, quando eu olho para frente, ela está resolvida. Olhem a diferença de ver aquele navio balançando e aquele outro gráfico sem ter equacionado!

Também, porque, na hora em que for definir as contribuições do empregador, elas terão de sair, minha gente, não é de outro lugar não, é daqui! Assim é a forma com que você vai ajustando o seu gasto. Ela sai dali.

As contribuições têm de incidir sobre todos os empregadores que são as secretarias, os Ministérios, em relação aos seus inativos, com peso proporcional ao peso daqueles órgãos. A solução é uma coisa única e harmônica: vai lá e mata vários coelhos com uma cajadada só. Isso é um fundo que vai receber esses recursos, vai ser administrado para zerar esse déficit atuarial. E, nesse processo, nós vamos conseguir abrir espaço.

É diferente de você chegar com uma PEC, e dizer... Eu não estou criticando a PEC; eu só estou dizendo: é muito complicado você chegar e dizer que vai tirar dinheiro da saúde e da educação; no fundo você está dizendo isso.

Aí o sujeito olha e pensa: "Está tirando para quê? Ele vai tirar de uma coisa nobre no País, para resolver um problema lá na frente, quando a gente conseguir sair da crise?" Não; se eu for tirar dinheiro da saúde e da educação, nesse contexto, é para contribuir para o equacionamento do passivo atuarial que os seus servidores têm. É uma coisa específica e diferente. Aí você põe eles do outro lado, e vamos discutir.

Ora, se não é a contribuição daqui, então, amigo, aumente a sua; ou, então, tem que arranjar ativo para fazer o mesmo papel. O importante é definir que o objetivo é equacionar. Ao equacionar, obviamente, a questão do serviço da dívida entra na discussão, porque não vamos esquecer o buraco financeiro, que é muito grande hoje, e pode continuar ainda elevado em vários lugares. E nós temos também de resolver esse problema junto com o equacionamento do passivo atuarial.

Claro que, na hora em que eu tirar dinheiro das secretarias, diminuirei o buraco, mas, mais que isso, se eu associo ao buraco a despesa de inativos e pensionistas, se eu definir que eu vou colocar ativos, recebíveis, como no caso da securitização da dívida ativa, serão fluxos futuros, esse dinheiro poderá ser antecipado sem ser nenhuma violência à questão global de crescimento da dívida.

Eu estou dizendo o seguinte: pode a União antecipar, como já fez no passado, recebíveis desse fundo de pagamento de inativos e pagar durante algum tempo, como já ocorreu no passado, obviamente lastreada por ativos que valham aquilo, e se contrabalança o direito que sai com o ativo que entra.

Dois exemplos concretos: lá atrás, no Paraná, o Governo Federal antecipou os *royalties* de Itaipu para o Estado do Paraná para colocar num fundo de Previdência. Já aconteceu. O Estado do Rio – o Julio pode explicar isso melhor que eu – já antecipou *royalties* de petróleo mediante a transferência desses recebíveis para o Governo Federal.

Eu estou dizendo que é uma combinação dessas coisas todas que vai equacionar o problema da Previdência e, simultaneamente, nos tirar dessa iminência de uma crise à qual eu, sinceramente, não gostaria de assistir o dia a dia nos anos que me restam aí para viver, e de ver meu filho, que mora no Rio, passar por esse processo. Eu estou escolhendo o Rio por ser o Estado em maior dificuldade.

Tendo dito isso, eu espero que a gente consiga se organizar no Brasil para encaminhar essa solução ou algo parecido. Não pode ser muito diferente.

Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Raul Velloso.

O SR. WELLINGTON DIAS – Se me permite...

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Governador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS – Só um minuto, só para ver a importância.

Como está no gráfico ali, em rigor, temos, são 27 unidades da Federação, temos os Territórios e os Estados mais jovens, Tocantins, Mato Grosso do Sul, mais Roraima, Amapá, enfim, são os que têm um déficit menor. Mas, se mantivermos no ritmo em que estão, também estão crescendo. Isso é o que é grave.

Para o que eu quero chamar atenção é que, no nosso caso lá, fui Governador até 2010, e o déficit da Previdência era, mais ou menos, 4% da Receita Corrente Líquida. Volto agora e já é 11, caminhando para 12% da Receita Corrente Líquida. É o mais grave problema que há no Estado. A dívida é 5%, 6% da Receita Corrente Líquida, e dívida impulsiona a economia; ela é um recurso que movimenta a economia.

Só para encerrar, o que a gente tem feito lá, neste caminho aqui, é pegar ativos... Nós estamos pegando terras lá do Cerrado, arrendando para alguém produzir soja, por exemplo, e o valor de seis sacas por hectare vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

para o fundo de Previdência. É uma receita permanente. Ou alienando. Por exemplo, há um terreno na cidade, ali se faz um conjunto habitacional, e o valor relativo ao terreno vem para o fundo de Previdência.

E, agora, mais recentemente, os ativos... Mas é um paliativo, senão... Estamos enxugando gelo. Vou usar esse termo aqui: estamos enxugando gelo. Este ano nós vamos ter R$200 milhões a menos – Deus queira que eu não falhe! – em relação ao ano passado no déficit. Era para dar R$900 milhões; vai dar uns R$700, mas é algo muito grave para a maioria dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. PMDB - TO) – Muito obrigada, Governador.

Eu gostaria de pedir ao Senador Armando Monteiro para assumir a Presidência, como Relator e Presidente, enquanto eu vou rapidamente a uma reunião e volto.

E passo a palavra à Srª Ana Paula Vescovi, Secretaria do Tesouro Nacional. (*Pausa.*)

Senador Flexa, por gentileza.

Eu volto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra a Srª Ana Paula Vescovi, Secretaria Tesouro Nacional.

A SRª ANA PAULA VESCOVI – Obrigada, Senador Flexa.

Boa tarde a todos!

Eu inicio, cumprimentando o Senador Flexa, com quem já estive hoje, uma pessoa com quem eu gosto muito de conversar e trocar ideias. E sempre é uma conversa muito boa, muito instrutiva.

Cumprimento o Governador Wellington Dias; o Senador Armando Monteiro, que é o Relator desse projeto de lei; os demais Senadores presentes na Casa; Julio Bueno; o Professor Raul Velloso, que foi meu professor de fato – parabéns pela palestra, professor, excelente como sempre; e o nosso Procurador Luís Carlos, Procurador do Rio Grande do Sul.

Faço uma fala inicial, antes de iniciar a minha apresentação, não sei se ela já está ali colocada.

Boa tarde, Senador!

A minha fala inicial é a seguinte: o Brasil passa por uma crise que já todos configuramos como é a pior crise da sua história. Os números nos levam a isso, e são inquestionáveis. Essa crise se inicia de forma mais aparente em 2014, diante de uma grande perda de confiança no Brasil.

Essa perda de confiança foi se acentuando, levou-nos à perda do grau de investimento nessa classificação que percebemos de agências internacionais – e também agências nacionais fazem esses acompanhamentos –, mas, de fato, para o que eu queria chamar atenção é que, desde esse início de crise, desde esse início de perda de confiança, o Brasil já perdeu 2,2 milhões de empregos.

Acho que temos que aprender as lições com as nossas histórias, com a história que temos para contar. E, se há uma lição que nós podemos aprender com a crise que estamos passando neste momento é a de que equilíbrio fiscal, responsabilidade fiscal são uma sustentação importantíssima para a nossa sociedade. Assim como o brasileiro não aceita mais conviver com a inflação, assim como o brasileiro faz questão de cobrar a democracia, seu direito – estamos fazendo aqui um debate público aberto, e as nossas manifestações –, o brasileiro deveria, a partir de então, também não abrir mão nunca mais da sua responsabilidade com as contas públicas, do seu equilíbrio fiscal, o que não é um monopólio de ninguém, mas é um direito de todo brasileiro que deveríamos exercer em nome dele.

Então, o que eu acredito muito é nesse passo para o qual professor chamou tanto atenção aqui, de que nós possamos recuperar a condição de solver a nossa dívida pública, de organizar as nossas contas. No Brasil, todos os entes estão afetados por essa crise, que é uma crise nossa. Se há uma crise que se espraiou pela sociedade, uma crise dos governos subnacionais, federal, é uma crise das empresas, é uma crise das famílias, sim, é uma crise de todos nós. Todos nós estamos aqui num momento seriíssimo, gravíssimo, e precisamos de uma grande concertação, um grande convencimento, para que a gente possa sair dela.

Aprendi outro dia com um líder muito importante no Brasil, um estadista, que me disse que convencer é vencer juntos. Então, nós precisamos, neste momento, é de convencer, de vencer juntos esta crise que afeta todos nós. Eu não tenho dúvida de que precisamos de muita disciplina e concertação para poder sair dela.

Aqui há um sumário de apresentação. E eu acho que inicio com um tema que acertadamente convergiu aqui por todas as nossas falas. Acho que, como um todo, esse diagnóstico que trago para os senhores é mais de dados do que uma discussão que tenta se esgotar. É uma tentativa de trazer informações do Tesouro Nacional a serviço de todos, para que todos possam avaliar as suas formas da melhor forma possível.

Mas acho que inicio a apresentação convergindo aqui para um tema que foi tocado por todos: a evolução do déficit de inativos nos governos estaduais, 64%, entre 2009 e 2015, em curto período de tempo, e nisso aqui já está descontada a inflação. Então, é um crescimento real de 64% nesse curto período de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quando a gente fala do déficit da Previdência, é que os Tesouros estaduais precisam sacar das suas contas, para cobrir o desequilíbrio dos sistemas previdenciários, que, por definição, deveriam ser, como já disse o professor, contributivos. Ou seja, eu estou contribuindo para colher na minha Previdência. Assim são as empresas, assim são os entes privados de capitalização e de Previdência, assim deveriam ser todos os regimes previdenciários que são contributivos: equilibrados, balanceados. Quando há um desequilíbrio ou um desbalanço, alguém paga essa conta; quando a gente fala de um desequilíbrio no sistema previdenciário, os impostos no setor público estão pagando a conta, todos os cidadãos.

Então, nós estamos tratando aqui, às vezes, de regimes especiais. É importante dizer que a sociedade tem que discutir o mérito desses regimes especiais de Previdência, porque a sociedade está pagando para que essas pessoas se aposentem mais cedo ou de uma forma especial.

Então, muita clareza, muita transparência, porque, de fato, nós estamos falando que esse desbalanço, esse desequilíbrio, esses déficits que já foram tão demonstrados aqui, que estão custando R$77 bilhões, professor, no seu agregado, entre os Estados, no ano de 2015, e passo ao senhor o número da União, no mesmo ano, foram R$65 bilhões... Então, nós estamos falando de recursos que poderiam estar sendo entregues à sociedade na forma de investimentos, por exemplo: mais creches, mais hospitais, ou até um custeio de um hospital, ou até um custeio de uma escola. Ou seja, essa é uma escolha da sociedade, e a sociedade, como tal, deveria estar muito ciente do que está acontecendo, para que ela saiba o que ela está financiando com seus impostos.

O Brasil tem uma situação muito diferenciada do resto do mundo. Isso não é algo que convirja entre outros países. Nós temos, de fato, um suporte; nós damos um suporte às previdências públicas e também ao Regime Geral muito maior do que os outros países. Então, isso nos retira a capacidade de investir mais, de crescer. E isso tem tirado oportunidades dos nossos jovens, e isso tem que ficar também muito claro.

Nós temos um estudo do Ipea, que trago aqui, que estabelece que a relação entre despesa da Previdência e arrecadação previdenciária nos regimes próprios dos Estados brasileiros, em 2013, é muito diferenciada. E aí eu não vou me alongar, porque o Professor Raul Velloso já mostrou isso, mas você vai de um Estado, como o Rio de Janeiro, que tem 3,4 da relação despesa com receita, até Roraima, que tem uma relação menor, teoricamente tem um sistema mais jovem... A gente está falando aqui de uma demografia dentro do serviço público, Estados mais consolidados que iniciaram antes sua história no serviço público tendem a ter idade média de servidores maior.

Comparando-se aqui com toda a evolução da despesa de pessoal: embaixo fica a Previdência, que cresceu 64% em termos reais, e, em cima, fica a folha de pagamentos como um todo, a despesa de pessoal, que cresceu 43%, sendo que essa despesa de pessoal sem os inativos cresceu 39% em termos reais – friso. Entre 2009 e 2015, isso cresceu bem acima da inflação. E estamos falando de uma diferença de R$100 bilhões de crescimento no agregado dessa despesa.

Qual é uma questão aqui que eu queria tangenciar talvez complementando a reflexão do Raul? Quando você decide fazer um reajuste salarial, dar um aumento salarial, isso tem um impacto na Previdência também, um impacto atuarial, já que os salários são equilibrados entre inativos e ativos, e nem sempre isso é mensurado, nem sempre isso é percebido na decisão. Então, isso é algo também que dificulta, às vezes, os gestores de terem uma clareza sobre o real impacto de uma decisão de ajustes salariais, de aumentos salariais, porque há uma parcela que só aparece depois que entra na conta dos inativos, que já fica uma conta apartada dentro dos regimes previdenciários.

O número de servidores ficou estável nesse período em que estamos vendo essa evolução de mais de... No agregado dá 43%, somando-se as duas rubricas. O que quer dizer que o número de ativos ficou estável, ou que, no agregados dos Estados, os novos concursos, os novos entrantes no serviço público, também os novos cargos comissionados, o que quer que seja, isso praticamente cobriu o número de pessoas que se retiraram do trabalho e foram para a inatividade. Então, houve uma estabilidade nos servidores ativos. Toda essa diferença que os senhores estão percebendo nesse gráfico se reflete, portanto, em aumento do salário médio no serviço público.

Essa questão da gestão de carreiras é muito importante dentro do serviço público, porque pressupõe que a forma como se fazem progressões, promoções, o desenho das carreiras em si, e isso define o crescimento vegetativo da folha de pagamentos, o quanto ela cresce sozinha, sem você tomar nenhuma decisão específica sobre isso.

E outro problema é que a apuração da LRF em relação a esses valores de folhas salariais, que tomam aí os três Poderes, que tomam as autarquias, todo o conjunto do serviço público, não é fidedigna. Vários contornos foram sendo feitos na forma de apuração, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao fixar o seu limite que previa, que pretendia, sim, ajudar os Estados como um instrumento gerencial de grande importância, para não deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

acontecer o que nós estamos vivendo hoje, perdeu a sua fidedignidade, a sua eficácia gerencial. Então, isso é algo que nós temos que observar também.

E algumas das medidas de reenquadramento da LRF hoje estão judicializadas. Além de haver uma hierarquia, o gestor não pode escolher por si próprio o que ele quer fazer primeiro para ajustar sua folha de pagamento em relação ao limite. A redução da jornada com redução de salário proporcional, o que parece ser uma coisa muito razoável, que as empresas fazem, está judicializada. É uma questão sobre a qual não se pode decidir, porque é uma ação que está no Supremo à espera de decisão.

Enfim, nós temos poucos incentivos dentro do serviço público, hoje, para ganhos de produtividade. O que é isso? Vamos traduzir. A tradução disso é respeito ao dinheiro público – não é isso, Governador? O que vocês fazem todo dia é buscar formas de usar com mais eficiência o recurso que é subtraído da sociedade na forma de impostos; é entregar cada vez mais resultados, mais melhorias em função do recurso que você está usando.

Sobre a questão das receitas, lembro que elas cresceram muito – também não vou me alongar aqui – no período recente, em função de um ciclo positivo de expansão pelo qual o Brasil passou na sua economia. A partir de 2013, ela se estabilizou. De fato, a receita total se estabilizou, e também as receitas de transferências da União.

Para o que chamo atenção aqui? Existem diversos conflitos federativos. Esta Casa, que é a Casa da Federação, viveu intensamente várias dessas discussões que vou chamar aqui, vou trazer aqui à memória dos senhores, que foi a nova fórmula de rateio do FPE, uma questão que também estava no Supremo Tribunal Federal, e veio uma determinação do Supremo; a questão do ICMS, os incentivos fiscais, que é uma questão também no Supremo Tribunal Federal, que tem um grande contencioso entre Estados, inclusive; a questão dos *royalties* e a sua redistribuição. São questões que estão judicializadas e dizem respeito à Federação.

O que isso reflete? Uma Federação muito diversa que nós temos. São 27 Estados. Eu costumo falar muito isto na STN: nós temos que vê-los cada um por si só, porque são 27 realidades diferentes. Nós temos que ter respeito a cada uma dessas realidades e a capacidade e a humildade de entender cada um dos 27, porque são 27 situações diferentes.

E, de fato, esta Casa reverbera isso, porque é muito difícil você chegar a um consenso federativo, quiçá nessas questões que dizem respeito diretamente às receitas que podem ser percebidas pelos Estados, quanto mais nas questões que dizem respeito, por exemplo, a essa recente renegociação da dívida, que não foi o ideal, bem dito, mas foi a forma possível que nós conseguimos encontrar dentro de um processo de concertação. Longe de um consenso, nós conseguimos ali encontrar uma convergência e, como bem disse algum Governador, na nossa reunião da manhã, uma solidariedade federativa nesse processo. Mas nem de longe é algo que vá resolver todo o conflito federativo, todas as diferenças federativas. Não é, não vai e não se objetiva isso.

Outra questão importante é que, nesse mesmo período, houve uma evolução importante do endividamento. A dívida cresceu em 20% em termos reais, o estoque da dívida dos Estados. A partir de 2007, em particular, houve um novo ciclo de endividamento dos Estados. A última renegociação foi em 1997. Desde então, a dívida caiu substancialmente, o estoque da dívida dos Estados. A partir de 2007, começou-se a observar um novo ciclo de endividamento. Esse endividamento foi forte – eu vou mostrar um pouco mais à frente.

O que nós temos além desse aumento de 20% no estoque da dívida dos Estados e de uma concessão que foi bem acelerada de garantias da União para promover esse endividamento? Nós observamos que os limites da LRF são muito altos. Além de muito altos e acima do que seria um endividamento ideal, dada a condição atual dos Estados, esses cálculos foram comprometidos por algumas decisões. Eu chamo atenção a isso, porque esta Casa é protagonista nesse assunto, e as resoluções do Senado que fazem a regulação da LRF foram modificadas para permitir uma elasticidade da conta, e aí coube muito mais endividamento. Enfim, nós temos que fazer uma avaliação, no mínimo, do quanto isso rendeu em aumento de investimentos, do quanto isso foi positivo e salutar para as contas públicas, para as contas estaduais. Diversas operações foram simplesmente excepcionalizadas do limite: "Pode tomar que não vai contar para o limite da LRF". Ora, se a LRF cumpre um objetivo gerencial de gerenciar limites, se se excluem dívidas desse limite, enfraquece-se a capacidade gerencial da LRF, mais uma vez. Então, nós tiramos várias operações do PAC, da Copa do Mundo, das Olimpíadas, do Profisco. Elas foram simplesmente excepcionalizadas do limite, como se elas não tivessem que ser pagas no futuro e têm que ser, elas serão pagas no futuro, são dívidas. Contrata-se, o gestor assina a promessa de pagamento futuro, é uma operação de crédito.

E aí vamos a um retrato do que aconteceu com esse ciclo de endividamento, do que aconteceu com essas operações de crédito. Se olhássemos para trás – uma pena que não tenho aqui uma série longa, mas posso disponibilizar assim que possível –, nós convivíamos com uma concessão de crédito, com novas operações de crédito, uma liberação de financiamentos na casa de 7 bilhões, 8 bilhões por ano para os Estados. Isso começou a crescer, alcançou já 35 bilhões em 2012 e chegou a um ápice de 60 bilhões de novas liberações em 2013,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

continuando um pouquinho mais alto em 2014. Agora, ela declina para um nível, que é o patamar histórico de diversos anos; ela se acomoda em um patamar histórico agora, a partir de 2015. Para o que eu chamo atenção aqui? As aprovações foram muito maiores para Estados com notas C e D. O que é isso? Estados que não tinham capacidade de tomar empréstimos, Estados que estavam com dificuldades de pagamento. E aí essa curva foi muito maior para esses Estados que não tinham essas condições, segundo as análises que mostravam antecipadamente... É para isto que serve uma análise de risco: para avisar que vai haver dificuldades de pagar.

Olhando aqui embaixo, receitas com operação de crédito *versus* investimentos. O que aconteceu? Os investimentos com operação de crédito cresceram no ritmo dessas novas liberações de crédito, mas os investimentos com recursos próprios declinaram, mudaram de patamar e depois não voltaram mais a crescer.

Parte desses recursos foram recursos que eram livres nos caixas dos Estados e, de alguma forma, foram ocupados por despesas permanentes, sejam com inativos, sejam com compromissos com folha de pessoal, sejam com despesas de custeios, mas, de fato, esse valor, esse limite não volta mais na forma de uma poupança corrente. Essa poupança corrente que era um investimento com recursos próprios foi fortemente exaurida nesse período. E mais: esse endividamento não levou ao aumento sustentado do investimento, não rendeu os frutos que esperávamos todos que rendesse. Essa é mais uma lição importantíssima que nós temos que tomar neste momento.

O resultado primário dos Estados declinou fortemente, chegando a um déficit, que é um déficit que observávamos antes das renegociações das dívidas de 1997. Agora, com o ajuste feito a partir de 2015 nos entes subnacionais, nos Estados, provavelmente, esse déficit vai se equilibrar. Por quê? Porque existe, sim, um dever de casa que os Estados têm feito, têm se esforçado para fazer e uma conta financeira que ainda precisa ser paga.

Como os Estados têm se ajustado em um período recente, principalmente nesse ciclo de novas gestões a partir de 2015? Pode haver outros elementos aqui, eu tentei fazer apenas uma compilação.

Aumento de impostos. Houve uma decisão no Confaz. Em algum momento, 20 Estados e o DF elevaram alíquotas de impostos, principalmente o ICMS e o ITCMD.

Redução de despesas discricionárias. Todos contiveram aumentos salariais, fizeram cortes de comissionados e revisão de contratos.

Houve forte retração dos investimentos. É o que estou falando. Mesmo com as operações de crédito tendo sido liberadas fortemente, não se sustentou no período logo a seguir. Dois anos depois, não se conseguiu mais sustentar, porque é isto: não se pode se endividar *ad eternum*. Endividamento é algo que tem que vir em uma dose bastante comedida para se poder equilibrar um fluxo de investimentos com recursos próprios e investimentos custeados com operação de crédito e gerar uma solvência de longo prazo nesses entes.

Antecipação de recebíveis. Securitização de dívida e saque dos depósitos judiciais.

Recuperação da dívida ativa. Parcelamentos com Refis – eu acho que ficou mais famoso por esse nome.

Fusão ou conversão de massas nos sistemas previdenciários. Há uma coisa que me preocupa muito, Professor: alguns Estados simplesmente fundiram as massas do regime financeiro com o regime de capitalização. Os recursos que tinham sido acumulados pelas contribuições dos servidores foram sacados, usados e gastos em dois anos. Então, as contribuições que estavam acumuladas há anos, quase década, foram simplesmente sacadas e utilizadas.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PAULA VESCOVI – Isso é algo muito preocupante.

Aumento das dívidas junto aos fornecedores: restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Rapidamente, esses gráficos aqui mostram um crescimento da ordem de 40% de despesas de exercícios anteriores; e restos a pagar processados, quase 40% também.

Só para que possamos nos situar na linha do tempo em relação a essa renegociação que hoje é objeto desta audiência pública, em que pretendemos aqui dar subsídios ao Relator para análise da matéria. A primeira renegociação mais recente – houve uma em 1989, mas essa foi em pequena escala – foi em 1993, com a Lei nº 8.727, em que foram refinanciadas dívidas de companhias estaduais, principalmente de utilidades, companhias de habitação, de energia e de saneamento, naquele primeiro momento, até preparando para eventuais privatizações que vieram logo depois.

Em 1997, veio esse refinanciamento das dívidas dos Estados, em grande proporção. A dívida pública da União aumentou em um terço naquele momento, dado que a União absorveu isso e emitiu papéis para poder pagar, e um grande subsídio, no início do fluxo dos pagamentos, foi dado pela União aos Estados para que pudesse haver esse refinanciamento.

Em 2014, houve mais uma discussão, já em função de um efeito colateral desse ciclo de endividamento muito rápido e de todos os outros efeitos que já citamos aqui, e foi aprovada a Lei Complementar nº 148, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

alterou a forma de calcular os saldos da dívida. Isso concedeu descontos à dívida. Foi também um efeito muito concentrado em alguns poucos entes, Municípios, alguns poucos Estados – mais até em alguns Municípios, nesse caso –, mas, de fato, foi concedido esse desconto. Depois, eu vou mostrar visualmente, de uma forma muito fácil de se ver, o efeito dessa medida, que veio se consolidar em um decreto em 2015, para que ela pudesse ser implementada na forma de vários aditivos, nem todos foram assinados ainda.

Em 2016, veio uma proposta de alongar os pagamentos da dívida dos Estados com a União, além desse desconto que já havia sido dado. Não houve um acordo. É importante dizer que esse PLP nº 257, que se originou na Câmara, foi fruto de um não acordo, de uma não convergência, um não consenso, o que redundou nas liminares concedidas pelo Supremo – daqui a pouco, eu vou mostrar os efeitos das liminares também.

Havia uma tese, em cujo mérito eu não vou entrar, pois acho que o Supremo já pacificou isso. Inclusive, pedimos ao Supremo que faça a votação o mais célere possível, Procurador, porque acreditamos que essa tese está vencida, e a discussão do Supremo foi muito importante para a sociedade.

Em 2016, houve o julgamento, e, na metade do julgamento, da sessão, o STF deu uma suspensão de dois meses para que nós voltássemos à mesa para negociar. Houve a troca de governo nesse momento. Um acordo foi feito em um tempo bastante célere para cumprir os 60 dias de prazo do STF. O que é importante aqui é que chegamos ao melhor termo possível e cumprimos o prazo dado pelo Supremo, dentro do que foi a possibilidade de se chegar a uma convergência, como eu chamo aqui. E o STF adotou essa ata – porque, em função das negociações, o que tivemos como materialidade foi uma ata, de fato –, entendeu o procedimento e já reverteu aquelas liminares em outras liminares que pudessem reconhecer essa convergência que foi feita nessa reunião.

Aqui está visualmente o efeito de todas essas negociações que eu estou mostrando.

Esse era o fluxo original da renegociação de 1997. Novas dívidas vieram depois disso – é importante dizer –, mas a Lei Complementar nº 148 gerou esse efeito: reduziu dramaticamente o estoque. E o que a negociação atual fez foi distribuir intergeracionalmente, entre várias gestões, o custo desses serviços dessas dívidas. E não houve nenhum abatimento de saldo, não houve nenhum perdão de dívidas. Dívidas foram contratadas, elas foram alongadas, e, sim, foi dado um desconto bastante importante aqui no início dos pagamentos.

Então, é isto, é uma síntese. Eu acho que todos conhecem já. São 100% de desconto neste ano, mas todos já estão repagando o que não pagaram durante o período de validade das liminares do Supremo – as iniciais, as primeiras. Esse refinanciamento do que não foi pago durante o período de liminares do Supremo foi feito em 24 meses. E a contrapartida, que foi aprovada na Câmara, foi a limitação do crescimento da despesa corrente primária, está excluído o investimento com recursos próprios.

Portanto, os Estados que tiverem saúde e puderem investir com recursos próprios terão condições de fazê-lo, mas há, sim, uma contenção das despesas correntes primárias como forma até de proteger as gestões para que elas possam fazer frente ao retorno dos pagamentos à normalidade, que é o que vai acontecer ao longo de 2017 e 2018.

A mobilização dos governadores continua. Eles continuam vindo à Esplanada, aos ministérios e aqui, ao Congresso, em busca de mais auxílios e de alívio temporário. Nós vamos falar sobre isso daqui a pouco, mas o ideal é que nós tivéssemos uma convergência mais forte em torno do ajuste estrutural. E, pelo que eu vejo, hoje aqui é uma demonstração de que há, sim, essa convergência.

Aqui, eu mostro o que foi o efeito das liminares durante o seu período. Foram três meses até à negociação. Teve um custo de 8,6 bilhões. São esses 8,6 bilhões que estão sendo repagos agora em 24 meses, já estão sendo pagos desde julho. Os Estados que entraram com as liminares são estes. Sim, há uma discussão sobre um desequilíbrio nesse benefício. De fato, todos foram beneficiados, uns mais, outros menos. O que foi feito foi um esforço junto ao BNDES, que foi o grande agente financeiro dessas operações de créditos mais recentes, para que nós pudéssemos equilibrar um pouco a balança. Então, do total das linhas do BNDES, 42 bilhões, nós temos aí, nas três primeiras linhas, pelo menos, 80%, 70% que foram destinados ao Norte, Nordeste e ao Centro-Oeste. Então, sim, essa é uma forma de equilibrar um pouco essa balança.

Para o que eu chamo atenção aqui, em especial, do Relator, o Senador Armando Monteiro? Esse benefício não está sendo concedido, Senador. As liminares do Supremo só cobriram aquela dívida principal, que é uma das seis linhas que foram atendidas ali no projeto de lei. As outras cinco linhas, que são essas do BNDES, somente serão usufruídas pelos Estados após a aprovação do projeto. Então, quanto mais demorada a aprovação... Se ele voltar para a Câmara, por exemplo, com alguma modificação, justamente os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estarão sendo limitados na colheita de benefícios desse acordo. Há alguns Estados, como eu mostro quando os governadores vão até lá, em que metade dos benefícios vem daí. Então, eles só estão colhendo metade dos benefícios. É importante que isso seja dito. Longe de mim não querer que esse debate vá à frente. Nós estamos justamente fazendo um debate mais amplo para dizer o quanto nós precisamos do apoio do Congresso, do Senado, dos governadores, da sociedade para empreender o ajuste de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Brasil precisa, mas talvez possamos iniciar novas medidas, porque, quanto mais esse projeto demora para ser aprovado, menos os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste têm alívio. E é patente nesta tabela que eles são os mais beneficiados com justamente essas linhas que só estão no projeto de lei.

Vamos falar um pouco no alívio. A crise é grave, todos nós estamos sentindo o efeito dela. Nós estamos aqui imbuídos em receber os governadores e em dialogar com os secretários de fazenda. Neste momento, estamos com uma missão técnica no Rio de Janeiro. Queremos entender melhor as contas do Estado. Foi uma demanda do Estado, mas é uma demanda que pode ser atendida para qualquer outro Estado. A STN tem uma preocupação muito grande em fazer aquilo que somente pode ser feito para todos. Nós nos vemos como grandes mães e pais com um pãozinho, que é pequeno, mas que precisamos distribuir da forma mais justa possível. Esse equilíbrio é muito difícil. Aqui, eu estou mostrando para os senhores que tanto o equilíbrio federativo é muito difícil quanto o equilíbrio na renegociação também foi muito difícil, não foi o ideal, mas foi aquilo que tínhamos em mesa para atender à base do que foi a negociação, que foram as liminares do Supremo.

Vamos falar de repatriação.

Repatriação é outra medida que vem para compensar esse desbalanço dos mais endividados, que, por serem mais endividados, foram, teoricamente, os mais beneficiados na renegociação.

Há Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que também foram beneficiados comparativamente às suas receitas, o tamanho dos seus Estados. Então, isso não é um caso estrito do Sul e do Sudeste. Aliás, o Estado mais beneficiado nessa renegociação, em razão da sua Receita Corrente Líquida, foi um Estado do Norte. Então, é importante que seja dito. Às vezes, aparecem muito os grandes Estados, porque eles têm contas muito altas. Mas, relativamente, sim, houve Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que também colheram benefícios com a renegociação das dívidas em si.

Mas falando um pouco de repatriação, há distribuição dos recursos da repatriação que vem na forma de Imposto de Renda, automaticamente, pelo FPE. Isso vai, sim, representar um alívio. E isso é um alívio para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por quê? Porque 85% – para ser mais precisa, 86,5% – dos recursos do FPE são direcionados pelo critério de rateio e distribuição a esses Estados. Então, a repatriação é uma renda da qual todos nós, Governo Federal, Congresso, Governadores, deveríamos cuidar com muita atenção, porque aqui está o nosso alívio. A gente pode falar um pouco sobre a alteração que está sendo proposta pelo Congresso, mas eu queria aqui agradecer aqui ao Governador Wellington Dias, que hoje liderou um movimento para explicar o quanto isso é importante em termos de alívio e de cumprimento das nossas obrigações, e no curto prazo, tendo em vista que o prazo da lei aprovada é agora, dia 31 de outubro. Então, nós estamos, daqui a três semanas...

É lógico que o FPE tem uma apuração decendial, ela muda em dez dias, é a diferença de tempo. Mas, no início de novembro, a gente teria condições de colher o benefício desses recursos. E é óbvio que, se houvesse a segurança de que nada seria mudado, os pagamentos já estariam acontecendo e a gente poderia colher até antes desse período esse benefício.

Aqui eu só deixo muito expresso isto: a repatriação é algo muito importante para as contas dos Estados, dos Municípios, que também vão recolher esses recursos, e também da União. É o alívio com que podemos contar no curto prazo, tendo em vista que temos metas para cumprir, requerimentos que são legais, requerimentos que dependem da nossa recuperação de confiança em relação ao Brasil. O Brasil precisa recuperar sua confiança para voltar a crescer.

Eu vou falar aqui de alguns pontos que discutimos muito com o Confaz sobre o ajuste estrutural necessário. Alguém falou aqui, acho que vários falaram que a renegociação, o PLP 257 não encerra em si os nossos desafios. Realmente, Senador, os desafios são muito grandes e são de uma ordem estrutural que demanda uma discussão muito franca, direta e honesta com a sociedade.

Regimes Próprios da Previdência. O Governo vai endereçar, talvez, parte da grande expectativa das propostas nessa reforma que vai ser encaminhada muito brevemente ao Congresso Nacional. Precisaremos desse protagonismo dos governadores. Precisaremos de toda a ajuda possível para fazer o diálogo em prol dessa que é uma reforma muito importante para a volta do crescimento no Brasil, para a sustentação do regime, para que a gente possa ter os direitos dos futuros aposentados assegurados. E aqui há o exemplo do Rio de Janeiro, que é triste, de fato, mas que precisa ser analisado e olhado por todos nós.

Flexibilidade orçamentária.

Isso foi muito falado; nós temos que desvincular o máximo que pudermos de receitas e despesas, porque esse papel de ajuste é muito limitado dentro das contas públicas, tanto no Governo Federal quanto nos governos subnacionais. Ajustar é difícil. Nós temos muito pouca flexibilidade, muito engessamento, e isso, na medida em que dificulta, às vezes gera um prejuízo muito maior do que você ter uma garantia, uma vinculação de receita ou de despesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Lei de Greve no serviço público. Eu trago este tema por quê? Passei por essa experiência recentemente. Os servidores da minha secretaria entraram em um processo de reivindicação, paralisações.

Reivindicação eu acho que é um direito – acho, não, tenho certeza – constitucional dos trabalhadores. O que falta no serviço público, diferentemente do setor privado, é uma lei que regule isso. Como se dá essa relação? Eu senti muita falta de saber qual é o parâmetro que eu tenho, como gestora, para decidir sobre esses movimentos reivindicatórios. Isso tem que ser parametrizado, tem que ficar claro, porque o Estado existe em função da sociedade. Então, nessa relação, tem que haver um equilíbrio entre as corporações, entre as associações e entre o Estado. O Estado é importante para a sociedade, e a gente não pode perder isso de vista. Então, essa regra precisa existir para balizar os dois lados e o seu comportamento ao longo do tempo.

Fortalecimento da LRF. Discutimos isso também nessa renegociação. A matéria foi apartada por quê? Porque diz respeito não só aos Estados, também aos Municípios, que nos reivindicaram outras medidas; diz respeito a outros Poderes. Essa discussão tem que ser mais estruturada, e a STN está trabalhando numa proposta quem sabe para a gente discutir o mais rápido possível na primeira oportunidade, ou para potencializar iniciativas do próprio Congresso.

Mas aqui eu coloquei quatro temas que são muito discutidos.

As despesas cobertas por receitas de *royalties*. As receitas de *royalties* são finitas, são temporárias. Eu costumava falar no meu Estado, que é um grande produtor de petróleo também, o segundo maior... Em proporções, acho que a gente casa muito com o tamanho do setor dentro da economia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, acho que as diferenças são pequenas, dado que o Espírito Santo foi grande fronteira de crescimento nos últimos. Mas eu costumava falar o seguinte: a única certeza que nós temos é de que a renda do petróleo vai acabar. Então, nós temos que conviver com isso, nos preparar para isso, e usar essas despesas conforme essa crença.

De fato, a LRF foi feita no momento anterior ao crescimento, ao *boom* do petróleo no Brasil. Ela simplesmente não tratou esse tema; é um tema que precisa ser tratado.

A definição de despesas com pessoal. A LRF tem que voltar ao seu papel de exercer um instrumento gerencial. Os governadores, às vezes, entram nas suas gestões, veem um índice, acreditam que aquilo seja o seu parâmetro e, quando vão ver, estão com dificuldade de pagar a folha. Por quê? Porque a despesa tal foi excepcionada, outra tal despesa não conta, isso não vale. E aí você tem uma perda de capacidade gerencial da lei.

Despesas dentro do período de gestão. Aconteceu agora, ouvi muitos relatos dentro Confaz, governadores que pegaram sua gestão com cinco anos de aumento para frente já concedidos. Não é justo! Não é correto! O mesmo em relação às dívidas. Tem que haver uma solidariedade "intergestão" e uma responsabilidade nesse processo.

Limites de empenho com regras uniformes entre os Poderes. O ajuste fiscal tem que ser dividido entre todos os Poderes. Os momentos de crise têm que ser entendidos por todos. E, hoje, o que acontece é que acaba que o Poder Executivo tem uma sobrecarga no ajuste fiscal muito grande.

Segurança jurídica e redução de contenciosos. Acho que a questão do ICMS persiste, é um desafio. E reconhecemos todo o tamanho desse desafio.

Desmobilização de ativos e parcerias com o setor privado.

Parte dessa desmobilização de ativos pode vir, inclusive, para favorecer a capitalização dos fundos de pensão. Mas é importante saber que quem investe, de fato, é o setor privado.

O setor público investe? Sim, porque tem funções típicas. Mas grande parte do investimento que faz a economia se movimentar, Governador, vem do setor privado. São seus R$65 bilhões de intenção de investimentos que precisam de um ambiente seguro, claro; de uma certeza de que o Governo vai estar equilibrado, de que não vai haver uma deterioração do ambiente no território aonde esses investidores vêm e trazem o seu risco para concretizá-lo. Então, é isso que precisamos ter em mente.

Gestão e inovação.

Eu vou mostrar esse gráfico pequeno, que não dá para ninguém enxergar, mas eu vou traduzir. Nós temos alguns exemplos. Esse foi um estudo da Macroplan de que eu me apropriei aqui de dois pequenos exemplos na educação. Dois Estados – não preciso referir quem são, são só dois exemplos – tinham o mesmo Ideb em 2009. Um investiu 80% mais de recursos na educação, e o Ideb caiu; o outro continuou com o mesmo investimento em educação, e o Ideb subiu. No lado ali, onde há as barras laterais, dois Estados que não tinham o mesmo gasto por aluno e que, depois, no segundo momento ali, tinham o mesmo Ideb. O primeiro Estado, com a barrinha verde-claro, com um gasto por aluno que é mais do que o dobro do segundo Estado, que tem o mesmo Ideb dele. Então, gestão faz diferença; inovação faz diferença; cuidado com o dinheiro público faz diferença.

E o gráfico de cima é o que eu queria mostrar. Se nós tivéssemos essa limitação que foi colocada como contrapartida no projeto de lei desde 2011, quando houve a aceleração desse processo de concessão de crédito, e tudo que a gente já descreveu aqui e que não vou repetir, nós teríamos hoje os Estados com uma dis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ponibilidade de recursos maior em R$100 bilhões para investir. Então, vale a pena a gente ter uma disciplina sobre despesas, porque isso pode se reverter em maior poupança dos Estados, maior poupança corrente, maior capacidade de investir com recursos próprios. E isso ajuda muito o crescimento da sociedade.

O resto eu acho que é só para ilustrar o quanto é importante essa convergência dos governadores, da agenda de reformas estruturais, para que a gente possa engendrar o que a gente tanto se esforça para fazer neste momento, no Brasil, que é recuperar a capacidade do País de crescer e retirar cada um dos 12 milhões de desempregados dessa situação de desemprego. Acho que a nossa maior preocupação é gerar empregos, porque é o emprego que vai conseguir sustentar o crescimento brasileiro no futuro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço à Drª Ana Paula Vescovi.

Passo a palavra ao Senador Armando Monteiro, Relator do PL nº 54 e autor do requerimento de realização desta audiência pública.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar todos os expositores e dizer que foi, para mim, uma exposição muito rica e um painel, eu diria, amplo das abordagens que foram aqui trazidas.

Eu queria começar dizendo que, como Relator, eu fico logo com a frustração de quem vai relatar uma matéria dessa importância com limites que já estão, de certo modo, impostos previamente. Ou seja, o projeto que foi aprovado na Câmara, sem nenhuma dúvida, abandonou, por assim dizer, uma série de instrumentos de controle estrutural dos gastos, que é o que deveríamos buscar.

Então, o processo político e de negociação conduziu a uma flexibilização, a meu ver, que desfigura, em grande medida, o objetivo do projeto, que não é apenas o de promover uma renegociação pontualmente, mas de poder atuar sobre as causas de um processo estrutural de desajuste que vem se agravando ao longo do tempo e que, se não for de alguma maneira interrompida essa trajetória, nós vamos ficar, a cada governo, promovendo um processo de repactuação e de renegociação dessas dívidas sem que possamos minimamente encaminhar essa questão.

Então, quero dizer que o Brasil realmente vive um desafio extraordinário que é muito mais do que promover um ajuste fiscal de curto prazo, que é o de criar as bases de um novo regime fiscal no Brasil que torne sustentável a trajetória dos gastos e que abra espaço para que o Brasil possa ter, os entes públicos, condições de poder promover ou induzir gastos de melhor qualidade, gastos de caráter mais reprodutivo para a sociedade, gastos que de alguma maneira apontem para a melhoria da produtividade global da economia, etc., abrindo mais espaço para o crescimento econômico, para o desenvolvimento.

Como a minha tarefa está já, de plano, limitada, isso não significa dizer, meu caro Senador José Aníbal, meu caro Senador Elmano Ferrer, Senador Flexa, que preside, meu caro Senador Lasier Martins, que nós temos que aqui encontrar uma forma, seja através da discussão dessa questão da reformulação da Lei de Responsabilidade Fiscal, seja através de um conjunto de outras iniciativas. Nós não podemos perder, de forma nenhuma, a oportunidade de contribuir para que se crie esse novo regime fiscal no Brasil.

E precisamos enfrentar, de maneira corajosa, sem tergiversar, algumas questões que nos desafiam. Por exemplo, como admitir que até hoje não haja um padrão uniforme de contabilização de despesas de pessoal? Então, você começa a criar mecanismos em que, por exemplo, despesas com indenização, com auxílio, saem da contabilidade da despesa de pessoal. Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal é, por assim dizer, perfurada por uma série de coisas que estão aí e que até hoje não foram enfrentadas.

Por exemplo, a questão de pessoal no setor público. Permitam-me dizer aqui – não sei se serei bem entendido – o próprio instituto da estabilidade, aí considerando, por exemplo, aquilo que diretamente não se relaciona às chamadas carreiras de Estado. Será que nós não temos que, de alguma maneira, enfrentar também essa questão? Ou seja, na medida em que, quando se quer flexibilizar horários... Os Estados estão em crise; você quer flexibilizar jornada e não pode, a questão está no Supremo.

Quer dizer, estamos criando uma situação de tamanha rigidez... Porque a economia vive de ciclos, independentemente do processo e das responsabilidades que possam ser agora atribuídas ao governo anterior, no debate político. A economia vive de ciclos, e nós temos uma tal rigidez, o Congresso definiu uma série de reajustes de servidores, com efeitos muito graves e severos, em meio a um quadro em que, no setor...

E há uma massa de desempregados no Brasil. É uma situação dual: você tem o servidor público cheio de prerrogativas e de benefícios, e, do lado da economia real, uma massa imensa de desempregados cujos empregos demorarão a voltar na exata medida em que o desajuste do setor público se acentue ou se desequilibre. Ou seja, é um paradoxo, ao que parece. Quando se dá um reajuste nesse quadro ao servidor público, a gente está, de alguma maneira, sancionando o desemprego do lado da economia real e do setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, eu quero dizer que vamos fazer, naturalmente, o relatório levando em conta as limitações, essa questão que a Secretária Ana Paula traz. Até como nordestino eu me coloco numa situação, eu diria, de muito embaraço. Se para fruir o benefício da renegociação os Estados precisam definir logo a questão do BNDES e se o projeto for alterado a gente está retardando a possibilidade de fruição do benefício, é uma situação grave esta, mas acho que precisamos enfrentar a questão.

Eu queria aproveitar a oportunidade até para além, vamos dizer, daquilo que representa o foco do projeto e introduzir uma questão, pedindo a todos que possam refletir sobre essa questão e verificar se tem pertinência nessa discussão. Quando se discute a questão de contrapartida dos Estados, há algo que pode resultar em um benefício do ponto de vista de como isso impacta o ambiente de negócio nos Estados e a própria produtividade, que é a questão das obrigações acessórias, Secretária.

Hoje, há um caos, há uma duplicação de obrigações acessórias a que o contribuinte é submetido. Você tem o sistema, tem o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), tem sistemas próprios, tem algo que se exige do contribuinte que já é de conhecimento da administração.

Há um estudo do GTAP (Gestão Tributária na Administração Pública) impressionante, Raul, que diz que o contribuinte precisa de mais de 4.700 horas; é um estudo sobre *compliance* na área tributária. Então, quer dizer, os Estados obrigam o contribuinte a replicar... Quer dizer, eles replicam exigências que já estão no sistema. E sem deixar de levar em conta que não há uniformidade também olhando os Estados como um todo. Estados que criam regime próprio ou sistemas próprios nessa questão.

Então, não seria interessante, olhando o lado da economia, olhando a questão da produtividade, que houvesse um acordo para reduzir essas obrigações acessórias? Isso teria um impacto importante no ambiente de operação das empresas, na melhoria, vamos dizer, das condições para...

Em resumo, eu quero dizer que fico satisfeito por verificar que a nossa audiência nos trouxe aqui uma visão muito completa dos desafios.

Essa questão da Previdência é gravíssima. Imaginar que, em seis anos, você teve uma explosão do gasto com inativos de 65% ou 69% é algo insustentável se nós não interrompermos essa trajetória.

Mas, ao mesmo tempo, reconheço que, na perspectiva aqui da minha relatoria, eu ficarei, vamos dizer, cada vez mais preocupado e sem ter a compensação mínima, como legislador, de já agora poder oferecer uma contribuição mais efetiva para o encaminhamento dessas soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Relator, Senador Armando Monteiro.

A ordem de inscrição que a Senadora Presidente Gleisi Hoffmann utiliza é a da chegada dos Srs. Senadores à Comissão. Assim, eu seria o Senador seguinte, mas há alguns que já se retiraram. Dessa forma, consulto os Srs. Senadores se podemos fazer um bloco só de questionamentos, para que os nossos convidados possam responder, ou se as respostas seriam individualizadas. (*Pausa.*)

Todos concordam com o bloco.

Antes de passar ao segundo Senador inscrito para fazer as suas considerações, a Drª Ana Paula gostaria de acrescentar um ponto que não tocou na sua palestra. Então, com a palavra a Drª Ana Paula Vescovi.

A SRª ANA PAULA VESCOVI – Eu vou acrescentar um ponto que não está na palestra e que nós discutimos hoje de manhã.

Há uma demanda dos estados sobre R$7 bilhões em operações de crédito, e o que nós discutimos foi o seguinte: nós temos um limite que respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro de uma nova política de concessão de garantias da União, que estabeleceu, no início do ano, um espaço de R$20 bilhões para concessão de novas operações de crédito para o ano de 2016.Desses, boa parte já foi concedida, ainda até abril, e nós temos um saldo que se aproxima desses R$7 bilhões, atualmente. Mas o que acontece? Existem vários Estados que não foram beneficiados com operações, lá no início do ano, que agora estão na fila para assinar as suas operações de crédito.

Então, eu expliquei que, teoricamente, esse recurso que nós temos estava comprometido com essas operações já entradas no nosso sistema. Mas eu disse ao Senador que, se houver uma concertação entre os Estados, no sentido de rever essa alocação, a STN está aberta para fazer essa mudança de proposta. É um acordo de vocês; vocês podem trazer, os senhores governadores podem trazer até nós, diante de uma concertação, obviamente, como disse. O único critério a ser observado, que é o mais importante, é que nós só concederemos operações de crédito àqueles que têm condições fiscais de tomar.

Então, as operações são concedidas dentro das normas, das regras em vigor, de todo o critério que nós temos adotado, que respeita a questão da condição fiscal de o Estado tomar a operação.

O SR. WELLINGTON DIAS – Senador Flexa, o senhor me permite só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Governador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS – Pedindo a colaboração aqui ao nosso Relator e ao Presidente, como mediadores aqui no Senado, eu creio que nós poderemos fazer, nesta semana, conforme eu acertei com o Governador Taques, o Paulo Câmara, enfim, e outros que estiveram conosco hoje, a complementação da consulta. A gente já fez com quatro Estados. Até aí, o. k, mas são 11. Estamos deixando de fora o Paraná, que, portanto, ficaria fora deste teto, já que é centrado em Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E poderíamos combinar para, na segunda ou terça-feira, em havendo essa abertura, que pudéssemos, no próprio Ministério da Fazenda, ter lá, vamos dizer assim, uma condição do entendimento – repito: em havendo essa abertura na direção que tratamos.

Pode ser assim?

A SRª ANA PAULA VESCOVI – Pode ser assim. E o senhor já conhece: investimentos produtivos... Toda a lógica que o senhor já conhece.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Governador Wellington Dias.

Vamos ao segundo Senador inscrito, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Queria cumprimentar a todos, cumprimentado o nosso Presidente Flexa Ribeiro, os nossos convidados e convidada, principalmente o Armando Monteiro, Relator desta matéria, que propôs a realização desta audiência.

Em 93, eu era Secretário de Planejamento e participava de várias reuniões à época, quando explodiu uma crise como esta que nós estamos vendo hoje. Uma crise federativa que se insere em uma crise maior, que é a crise do Estado brasileiro, que, no meu entendimento, esgotou, como a Federação que, no meu entendimento também, está na UTI. Daí porque nós estamos aqui para discutir uma questão emergencial; não diria plano nem programa, mas uma ação emergencial.

A discussão está bem feita, bem encaminhada, sob a liderança do nosso jovem Governador, inteligente, Wellington Dias. E para os demais governadores do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Eu gostaria de me aprofundar, juntamente com esta Casa, da Federação, em uma discussão mais abrangente da crise do Estado brasileiro. Inserindo-se nesta a crise federativa.

Sobre esta questão que eu chamo conjuntural, que é essa crise atual, quando nós chegamos a recorrer à repatriação dos recursos que estão lá fora, à depósitos judiciais, à alienação de ativos dos Estados, isso é um retrato da nossa falência, da falência dos Estados e, consequentemente, dos Municípios. Então, eu me reservo a propor, aqui nesta comissão, mas, sobretudo, no Senado, uma discussão mais profunda da crise do Estado e, dentro dela, a crise federativa.

Espero que nós possamos dar, como temos todos nós, Senadores das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a contribuição que nós estamos dando para sairmos desta situação emergencial e empurrarmos para frente as soluções definitivas. E é isso que nós esperamos, ou seja, uma oportunidade para que esta Casa, que é realmente da Federação, resolva dar um encaminhamento definitivo a esta questão que se agrava a cada momento. E é um desafio para todos nós.

Então, era apenas uma manifestação minha, inclusive de perplexidade, que continua desde 1993.

Em 1993, quando eu estava como secretário, participei de uma reunião que, para mim, foi histórica, sobretudo pelo que ouvi e vi naquela reunião. Inclusive com um depoimento de Leonel Brizola, retratando muitas coisas passadas, porque ele havia governado também o Rio Grande do Sul, e de outros governadores da época.

Então, apenas uma colocação que eu gostaria de fazer aqui nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Elmano Férrer.

O próximo Senador inscrito, o Senador Fernando Bezerra Coelho, ausentou-se, o Senador Ciro Nogueira também e a Senadora Kátia Abreu.

Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas. Quero colocar duas questões rápidas, uma é para o professor Raul e outra para a Secretária Ana Paula.

Gostaria de perguntar se o senhor já se debruçou sobre as prefeituras na questão da previdência? A gente sabe que as prefeituras também... Hoje havia manifestação de prefeitos aqui. O auditório estava lotado de prefeitos que estão em busca de socorro também. Acerca da questão da previdência, porque eu tenho conhecimento de que houve uma... A previdência própria foi criada sem muito estudo em pequenos Municípios, e eles estão em uma situação difícil porque gastaram o dinheiro da parte que seria a contribuição do Estado, do Município. E muitos criaram – Municípios muito pequenos – previdência própria, e estão em déficit com ela, respondendo, inclusive, judicialmente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, o senhor já se debruçou sobre isso para ver como anda? Porque da maior à menor prefeitura, todas estão com problemas financeiros e algumas criaram previdências próprias sem, no meu entender, a menor condição de tê-las criado e estão com problemas sérios.

E, para a secretária, digo que a gente tem dificuldades, dificuldades, dificuldades. Lembro-me de que havia umas placas por aí dizendo "impostômetro". Todo dia o pessoal do Tesouro, da Secretaria da Fazenda, colocava lá os impostos que eram pagos naquele dia. Acho que ainda há isso aí. Mas, depois, eles criaram o "sonegômetro", quer dizer, a sonegação que tem neste País.

E tivemos a CPI do Carf que revelou muita coisa, mas não trouxe de volta; só fez revelar, e os devedores estão aí leves e soltos, robustos devedores.

Qual é o tabu de cobrar esses devedores? Acho que é um bom dinheiro também. A gente passa na frente da placa e é muito dinheiro que tem no "sonegômetro". Isso é uma coisa que penso que deve ser levada a sério porque é feito pelo pessoal da secretaria, do Ministério da Fazenda.

Há aquele *site* da sonegação. Qual é o tabu para não se cobrar os grandes devedores que estão aí, robustos, e que não parecem que estão em crise?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senadora Regina Sousa.

Senador Lasier Martins, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Flexa, em primeiro lugar congratulo-me com essa audiência pública, extraordinariamente proveitosa, embora dura para assimilarmos, considerando a grave situação em que se encontra o nosso Estado, particularmente o meu, o Rio Grande do Sul, sobre o qual há uma situação aterradora, para dizer pouco, como um dos mais endividados e que não vê saídas.

E o meu eminente conterrâneo, Dr. Luís Carlos Hagemann, já descreveu bem aqui qual é a nossa situação. E suspeito até que possa se agravar um pouquinho.

O Rio Grande do Sul paga 53% da folha com aposentados e pensionistas e está crescendo todos os dias. Se não houver uma contenção, daqui a pouco estaremos com 60% da folha. Isto é, os contribuintes do Rio Grande do Sul trabalham e recolhem impostos para pagar aposentados e pensionistas.

Quer dizer, é um quadro tétrico.

Mas eu queria fazer uma pergunta, se couber. Os senhores todos deste painel, como disse bem o Senador Armando Monteiro, foram brilhantes pelas exposições, embora os conteúdos também nos assustem.

Agora, Prof. Raul Velloso, a quem sempre admirei – tive oportunidades de ouvi-lo, com a maior atenção – por sua competência, por seu conhecimento, o senhor é um grande estudioso. Quando falou aqui nas liminares do Supremo – e o meu Estado foi um dos impetrantes de um mandado –, o senhor está considerando também que, nessa análise dos cálculos das parcelas resultantes do alongamento das dívidas, o critério era o da tabela Price, dos juros compostos?

Há uma liminar que suspendeu. Se lá adiante o Supremo julgar o mérito, pode-se devolver – estamos com juros simples – para juros compostos? Aí se agravaria mais ainda a dívida. Essa é uma pergunta que quero lhe fazer.

Em outro ponto, uma das lâminas apresentadas pela Drª Ana Paula, nossa Secretária do Tesouro, chamou a minha atenção para o fato de que ainda existe essa situação de operações de crédito para investimentos em que a verba não vai para o investimento, vai para outras as despesas, vai para pagamentos, vai para endividamento. Isso precisa urgentemente de uma – se é que já não existe, eu não me lembro – regulamentação, de um controle. Não é possível! Isto é uma verdadeira loucura: tomar empréstimo para pagar as dívidas comezinhas, essas coisas.

Outra pergunta que eu queria lhe fazer: quando a senhora falou, Drª Ana Paula, sobre o item gestão e inovação... Ora, inovação é o que diz respeito àquilo que o Senador Armando Monteiro também disse: quando nos desperta a criatividade, novas soluções, novos produtos, a criação de novos mercados, novos empregos, etc.. Mas, para estimular inovações, precisamos de pesquisas. E acontece um fenômeno triste que é o não direcionamento das verbas que recebe o Ministério da Ciência e Tecnologia para pesquisas.

Eu sou o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Nós estamos em um grande rastreamento para ver para aonde vão esses recursos, porque, anualmente, o Ministério recebe em torno de R$4 bilhões para estimular, para investir, para financiar pesquisas. Mas isso não acontece, não chega lá essa verba.

Ora, para termos investigação tecnológica e científica, precisamos cumprir esta finalidade: direcionar essa verba para aqueles que realmente fazem investigações. Então, a senhora, como Secretária do Tesouro, poderia defender isso, porque atualmente essa verba está indo para superávit primário, para pagamentos da União, e o investimento para desenvolvimento do País através da pesquisa não acontece na medida necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eram essas as minhas perguntas, Sr.Presidente dos trabalhos, nosso brilhante paraense, Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senador Lasier Martins. Passo a palavra ao Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Flexa Ribeiro, quero saudar aqui o meu amigo Julio Bueno, que acompanhou comigo o desfazimento do setor elétrico brasileiro nos últimos anos; a Secretária Ana Paula, o Governador, o Reis Velloso e o representante do Rio Grande do Sul.

O Instituto do PSDB (ITV) patrocinou uma reunião com alguns especialistas de Previdência. Então, vocês imaginam como está o meu estado de ânimo. Havia um prefeito lá, que está no segundo turno, que vai assumir prefeitura, se ganhar a eleição, que disse: "Olha, meu Município tem cinco mil aposentados e pensionistas. É um município de porte grande. E a despesa do Município com esses cinco mil aposentados e pensionistas é 11% do orçamento, R$27 milhões por mês". Esses R$27 milhões por mês representam 11% do orçamento do município! E cinco mil pessoas é menos do que 1% da população do Município.

Nós enfrentamos essa situação em São Paulo, na prefeitura de São Paulo, em 2005. O Serra ganhou a eleição, e eu fui vereador, fui o líder dele na Câmara. Nós aprovamos um aumento de contribuição dos ativos e inativos de 5 para 12%. Claro que eles não gostaram, mas pegamos os números, conversamos com eles e dissemos: "Olha, vocês consomem R$1,7 bilhão de um orçamento de R$23 bilhões. Vocês são 60 mil aposentados e 30 mil pensionistas, menos de 1% da população da cidade, Vocês consomem 7% do orçamento do Município". No final, aprovamos quase praticamente por unanimidade essa mudança.

São Paulo já está com mais de 11 também. Ou seja, eu gostei da sua expressão. Quase que você disse "substituir a LRF pela NRF (novo regime fiscal)".

Vocês lá no Espírito Santo fizeram uma coisa muito interessante. Eu estive lá com o Governador no final do ano – no final do ano, não, em outubro, novembro–, e ele me disse: "Olha, aqui nós fizemos um corte linear de 10%, e o Estado se segurou".

Não tem outra saída! Não tem outra saída! Não tem, não adianta! Vai repatriar? Vai tentar... Securitização: estamos com um projeto, que é do Senador José Serra. É um bom projeto, mas não anda. Até porque as pessoas sabem que aquilo leva um tempo, não é instantâneo. Mas vem um recurso por aí, só que vem um recurso... Você vai adicionar recurso, e não vai adicionar perspectiva de solução.

Nós vivemos uma situação dramática. Eu acho que a situação do País é a pior da história do Brasil. A devastação está por todo lado: nas contas públicas, nos fundos de pensão, nas empresas, nas contas dos Estados, dos Municípios. É uma situação realmente preocupante.

E esse sentido de urgência que os governadores têm, que todos os gestores públicos têm, é o sentido de urgência de que não entra adequadamente aqui dentro. Este é o grande problema: não entra! Você conversa com Parlamentares que ainda têm uma enorme resistência a reconhecer. Quando você diz a eles: "Olha, isto aqui é uma ilha de fantasia, todo mundo recebe no dia 20, antes do final do mês."

O Armando, empresário – eu converso com empresários –, e todos aqui sabem: os empresários já gastaram a reserva que eles tinham para décimo-terceiro, para férias, para acertos na Justiça trabalhista, e não têm mais. E quando eles olham os juros...

Ontem, tivemos aqui o Ilan e tivemos a oportunidade de conversar com ele sobre isso. Na projeção de 4,9% a 5,1% de inflação, os juros hoje estão em 7,9% a 8%. Quem é que consegue operar uma empresa com juros de 8%? Não há como. E quando você procura ...

No Governo de São Paulo, agora mesmo, uma obra do metrô parou porque eram empresas vinculadas à Lava Jato, mas veio um grupo japonês e comprou metade da participação no negócio, e não consegue liberar o recurso no BNDES. E eu perguntei a eles: "Por que vocês não trazem dinheiro do Japão, já que o juros lá é zero?" Eles disseram: "Pelo risco cambial."

Quer dizer, estamos, por onde quer que a gente esteja... Tudo bem, é possível tomar iniciativas, por exemplo, do risco cambial talvez, dolarizar tarifas, sei lá, vamos encontrar soluções, mas estamos numa situação que é de um bate-rebate do qual não vamos sair de soluções drásticas, como o Armando colocou aqui. Eu concordo com ele: despesa de pessoal, estabilidade, não é possível. Nós vamos gestionar somente isso agora.

E existem 12 milhões de pessoas sem renda nenhuma, sem nenhuma renda, renda zero. Na minha observação empírica, em São Paulo não existe mais bico, o trabalhador desempregado não consegue mais bico. Não existe bico para porteiro, para guarda de não sei o quê, não existe. As pessoas estão se exasperando. É o que eu chamo da combustão espontânea: já foram "para a rua" algumas vezes e vão voltar. Se a solução não aparecer, elas vão voltar.

De modo que eu acho que é preciso ter essa ousadia. Eu entendo a situação do projeto que está aí, vamos tentar aprimorá-lo, fazê-lo do melhor modo, mas é aquilo: é uma solução que é um respiro.

Hoje mesmo está aí nos jornais aquele esboço de reação: agosto já...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Indústria, não é?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Houve um retrocesso.

Não vamos nos iludir: o Parlamento tem que estar profundamente consciente da gravidade da crise.

Por isso é muito importante uma iniciativa como essa do Senador Armando Monteiro. A lástima é que haja pouca plateia de Parlamentares! Eu sei que a Câmara está muito envolvida, nestes momentos, na discussão do teto, que não é um *fiat lux*. O teto contribui um pouco, passa uma mensagem, passa uma ideia, mas é preciso fazer mais, e muito mais: previdência. Tem que se fazer uma mudança drástica, senão não adianta.

Eu vi, há pouco tempo, e fiquei depois muito comovido e impressionado, um filme chamado "Alemanha, Ano Zero", feito pelo Rossellini, em 1947. É impressionante porque é filmado em Berlim, cidade devastada, com os alemães sem terem o que comer. Não havia remédio dois anos após a guerra. E eles foram dali, foram daqui e foram dacolá e conseguiram.

Nós tivemos um grande momento que foi – o Elmano estava discutindo, da crise, estávamos aqui também, eu estava aqui em Brasília já, foi o meu primeiro ano aqui – o Plano Real, aquele plano lá: "Será que vai dar certo?" Trabalhamos, e finalmente se criou um rumo, um caminho. Mas, agora, a desandada... Não estou nem entrando, hoje, não quero entrar em polêmicas políticas, ideológicas e tal. É a situação objetiva em que nós estamos. São assustadores os números que você mostrou aqui, a gente já conhece um pouco.

Eu pensei em perguntar a vocês: e a securitização? O que vocês pensam? Mas, tudo bem, é interessante, é um procedimento a mais, é como repatriação, é como repatriamento, é como isso, é como aquilo. Mas a ideia geral...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Uma receita eventual.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eventual. A moldura não está ou não se fez até agora. E nós vamos ter que fazer e vai ter que ser feita aqui. Ou não se faz em lugar nenhum. Ou se faz aqui no Parlamento ou não se faz.

Então, acho importante no sentido de se querer fazer crescer essa sensibilização. Tem que haver limite para despesa de pessoal, pois as agendas públicas estão, cada vez mais, comprometidas com isso. E o resto da sociedade? E quem precisa investir, precisa trabalhar, precisa se qualificar? Como é que é? Que políticas?

O Lasier acabou de falar em inovação tecnológica, não é? Eu acho também: o Ministério da Ciência e Tecnologia, para mim, é uma decepção permanente. Nós temos hoje, já, no Brasil, iniciativas, nessa área, de alocação de recursos que associam ao setor público e ao setor privado, em pesquisa e em inovação tecnológica, competitividade. Mas, na maior parte das situações, o que prevalece é uma ideia completamente atrasada e uma ideia que não resulta em nada. É um conhecimento que se dissocia completamente de uma incorporação produtiva e competitiva, diferentemente do que é nos outros países: país desenvolvido é país que associa pesquisa a inovação, e faz isso entre o público e o privado permanentemente.

Mas, enfim, não tenho nada a perguntar, tenho apenas a dizer da minha inquietação, como vi que é do Armando e dos outros que se manifestaram aqui.

Nós vamos ter que correr, e o nosso tempo não é tão indefinido assim, é um tempo que tem limite. Eu acho que, se em março ou abril do ano que vem, não começarmos a ter uma sociedade com um pouco mais de alento e de recuperação do emprego, vai ser muito difícil continuarmos tratando desses assuntos, tentando resolver um aqui, outro ali, e deixando que, no fundamental, a inércia cumpra o seu papel devastador de agravar esta crise, que é uma crise estrutural. As nossas vergonhas estão todas expostas. É uma questão de resolver ou não resolver.

É isso, mas, de qualquer maneira, acho que vocês contribuíram muito. Eu não vi a exposição dos outros, só vi a da Ana Paula. Imagino o que o meu amigo Júlio disse aqui – eu o cumprimentei e disse: "Vocês estão quebrados mesmos." E ele falou: "É, estamos quebradinhos..." Mas isso já vem de algum tempo, é uma situação que vem se agravando, se agravando, se agravando – eu imagino.

O Elmano falou aqui mais do Norte, do Nordeste. Eu nasci no Norte, eu nasci em Rondônia, meu pai era cearense de Sobral, estudei no Rio e em Minas, e, por acaso, estou em São Paulo. Então, tenho a obrigação de ter uma noção do País, não fico olhando o Brasil a partir de São Paulo; olho a partir do Brasil mesmo. E vejo que essa inquietação está em todo lugar. Em São Paulo, ela é até maior, porque, como o sistema está mais desenvolvido ali, no impacto, numa paradeira que existe hoje lá, investimentos insuficientes, etc., é maior ainda. E, do ponto de vista social, é tão grave quanto é no Piauí, quanto é no Espírito Santo, e em todo lugar.

Mas é isto: fazermos um pacto. Nós temos que caminhar nessa direção. É como o Armando disse: ou nós vamos para uma coisa com mais altura.... Eu sei que existe essa votação já do teto que pode ser uma coisa importante. O Parlamento mostrou sensibilidade aqui, mas é totalmente insuficiente. Logo em seguida, nós temos que tomar medidas ou, então, não vamos sair. E aí as consequências, a meu ver, são imprevisíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador José Aníbal, eu acho que – V. Exª falou que tinha muito pouco a perguntar, a questionar – temos muito a lamentar acerca esta situação, não é? E eu lamento que V. Exª não tenha passado, também, pelo Pará – Rondônia, Minas, São Paulo, aproximando do Pará....

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas já tomei muito tacacá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, é verdade.

Mas, antes de eu fazer aqui algumas considerações, quero dizer que esta nossa audiência é transmitida pelo portal e-Cidadania. E os que nos veem, nos assistem e nos ouvem fazem comentários. Eu vou fazer a leitura, e as senhoras e os senhores podem anotar para uma resposta aos nossos telespectadores.

Um comentário de Bruno Cardoso:

> Primeiro, tem quer ser feita uma reforma política, diminuindo a grande quantidade de benefícios aos políticos; acabar com aposentadoria política com dois mandatos; reduzir o número de vereadores e Deputados. Com isso, já conseguiremos dinheiro para que os Estados e os Municípios...

Aí ele não conclui o que ele faria.

Pergunta do Valdemagno Silva Torres:

> Como podem os Estados investirem, com o contingenciamento durante 20 anos, sem gastos sociais? Voltaremos ao mapa da fome e da miséria?

Eu acho que aqui ele se refere ao teto estabelecido de gastos: contingenciamento, durante 20 anos, de gastos sociais.

O terceiro comentário, de Luciano Marques Alcântara:

> Antes de auxilio, os Estados devem demonstrar que enxugaram despesas e que fazem mais com menos: eliminar burocracia e baixar valores, taxas e impostos para estimular o pequeno empreendedor individual.

Então, essas três perguntas que vieram pelo portal e-Cidadania.

Eu vou fazer aqui alguns questionamentos, alguns comentários, rapidamente.

Primeiro, eu não queria estar na responsabilidade, que tem o Senador Armando Monteiro, de relatar PLC 54. V. Exª tem competência, conhecimento para que possa fazer o parecer que indique, pelo menos, o rumo. Até porque, pelas várias reuniões que tivemos – não é, Governador Wellington? –, a Drª Ana Paula colocou que a aprovação aqui do 54 depende da condição da suspensão ou da renegociação das dívidas com o BNDES, e que é a que mais beneficia o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Então, a partir daí, já passei a pedir a V. Exª que agilize, para que a gente possa fazer essa aprovação já na reunião da próxima semana ou na outra.

Eu queria justificar a saída do Dr. Júlio Bueno, que teve que sair em função do voo que ele iria pegar para o Rio de Janeiro.

Eu tenho participado de muitas reuniões, até, eu diria, por amizade e por compreensão dos Governadores. Dr. Raul Velloso, ainda ontem, falamos muito no seu nome, muito, e eu esperava que o senhor nos desse – vou lhe perguntar – qual é a fórmula mágica para que a gente possa sair dessa condição.

Quanto à NRF do Senador Armando Monteiro, vejo que temos dois problemas que, a meu ver, são determinantes. Um é o emergencial. Nós temos que arrumar emergencialmente, para que não haja uma crise sistêmica. Porque a União está preocupada, logicamente, com as questões da meta fiscal, dos enquadramentos, e os Estados estão, cada um, chegando numa situação de insolvência. Eu vou usar como exemplo o Piauí, mas não desejo isso. O Piauí pode ser o Rio de Janeiro de amanhã; ou o Pará, o Rio de Janeiro de amanhã ou o Rio Grande do Sul de amanhã. Porque eu não tenho dúvida – eu não tenho dúvida! – de que, ao prolongarmos uma solução emergencial, os Estados todos chegarão a essa condição de insolvência. O Estado do Pará, Drª Ana Paula, é um dos Estados, eu diria, que tem o maior equilíbrio fiscal, tem a responsabilidade fiscal, tem uma relação dívida/receita corrente líquida de 12%, está com os seus compromissos em dia, mas o Governador Simão Jatene disse que ele tem limite: ele aguentou setembro, não sabe se vai aguentar outubro, e novembro não aguenta. Essa é a realidade.

E é importante que o Estado do Pará, na gestão do Governador Simão Jatene, sempre fez a reserva da folha numa conta separada, para chegar ao final do ano e ter décimo-terceiro garantido. E o que está acontecendo agora? Ele está cobrindo o rombo pela queda de transferência, e a receita própria está mantida. Parece até milagre: a queda é da transferência. Ele está usando essa reserva para fechar cada mês, e só tem reserva para mais um mês, um mês e pouco. E, aí, ele não tem como avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, eu acho que temos que encontrar – e aí eu perguntaria para a Drª Ana Paula e para o Dr. Raul Velloso – se existe uma solução que seja emergencial para que esses Estados possam sobreviver enquanto se faz a reforma estrutural, porque o problema é estrutural – é União, Estados e Municípios, os três entes federados. E, a juízo meu, isso foi construído, lamentavelmente, por uma questão – eu não vou entrar aqui na questão política, ideológica, mas não houve....

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Nas gestão dos Estados, nós temos diferentes partidos e gestores ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É evidente e eu não vou entrar, mas, lamentavelmente,...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Nesse padrão aí de questão partidária...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não, não vou entrar nessa questão partidária, política, até porque nós, V. Exª e eu, viemos da mesma área, a empresarial, e, então, nós sabemos que, para administrar, tem que se ter um projeto e seguir aquela linha de condução.

Mas o que aconteceu é que as reformas que tinham que ser feitas e que foram iniciadas foram paralisadas. Se nós tivéssemos continuado as reformas, não chegaríamos a essa situação. Primeiro, isso.

Segundo, criou-se o termo privatização como sendo algo demonizado – demonizado! Quer dizer, o Estado não tem que ser nem máximo nem mínimo, ele tem que ser necessário, o necessário. Aonde a iniciativa privada não for, o Estado tem que estar presente, e em especial nas regiões menos desenvolvidas. Não dá para se fazer uma privatização, por exemplo – a juízo meu, Drª Ana Paula –, do aeroporto de Guarulhos para depois privatizar o aeroporto lá de Rio Branco. Ninguém vai assumir Rio Branco. Tinha que ter feito uma cesta de ativos que pudesse, no *mix,* dar o equilíbrio e os atrativos para a iniciativa privada, porque, senão, o Estado vai ficar com aquilo que dá prejuízo, que é negativo na sua receita.

Então, a reforma da Previdência, está para ser encaminhada ao Congresso já há algum tempo, ela deveria ter sido feita há anos; há anos, já deveríamos ter enfrentado. E temos que enfrentar, porque é um monstro que vai engolir a todos nós, vai engolir a todos. Não há sobreviventes nesse caso. É um Titanic que não vai deixar nem história.

O nosso telespectador que está nos assistindo pelo Portal faz o questionamento sobre os políticos, em cima exatamente do número... Acho que é outra reforma que tem ser feita – e aí é responsabilidade nossa, aqui do Congresso – é a reforma política. Mas reforma, não emenda! Porque tudo que tem sido feito, Drª Ana Paula, Governador Wellington, são soluções pontuais. "Ah, os Estados estão em dificuldade. Vamos fazer um projeto para que eles possam usar os depósitos judiciais." Foi feito o projeto, os governadores retiraram os depósitos judiciais e resolveram o problema naquele momento; um mês depois, já estavam de novo com dificuldade de caixa e não tinham mais depósitos judiciais para serem retirados.

Aí veio repatriação. A repatriação virou algo como se fosse resolver o problema do Brasil. Não vai resolver! É uma vez só, é uma vez só, não é continuada, então, ela virá, dará um alívio e, em seguida, se nós não fizermos a reforma estrutural, vamos voltar à agonia.

Na questão da repatriação, gostaria de saber, Drª Ana Paula, dentro da meta fiscal de R$170,5 bilhões de déficit, quanto que o Governo considerou como meta da repatriação? Ou seja, qual o valor, qual a expectativa do Governo para essa repatriação, qual o valor que está aí dentro?

Securitização, Senador Aníbal, projeto do Senador Serra. É pontual, vai ser feito. Há uma questão da securitização que preocupa a mim é que, se o ativo que foi securitizado não for pago pelo devedor, o Estado assume a responsabilidade. Não é quem comprou o...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Foi alterado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então alteraram, já foi modificado. Então, já estou mais tranquilo, porque estava assim e foi alterado corretamente.

Por último, e falamos várias vezes no nome do Dr. Raul Velloso, que teria uma proposta, para que os Estados pudessem atravessar essa fase de angústia pré-falimentar.

Então, a minha pergunta seria: qual seria essa proposta, para que a Drª Ana Paula também pudesse dar a sua opinião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exatamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vou dar uma palhinha aqui de um segundo,porque é o seguinte: acho que essa questão precisa ser vista também na perspectiva de que, mesmo resolvendo o problema agudo que reconhecemos, que é grave e que exige uma solução, é preciso levar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

conta que, no período de bonança, tivemos, nos últimos seis anos, um aumento de receita real dos Estados de 41%. Entre 2009 a 2015 – porque se fala muito da crise brasileira –, a receita dos Estados, em valor real, cresceu 41%, mas as despesas cresceram 50%.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Em alguns Estados. Aí você tem que tratar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Aí é a questão da média, não é Flexa? É média.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A média... Se V. Exª colocar, Senador Armando, uma pessoa com a cabeça numa geladeira...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim, mas os agregados... Mas não há como fugir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e o outro com a cabeça no forno e o pé na geladeira, vai morrer.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim, mas não há como fugir dos agregados, ou seja, é preciso levar em conta que essas medidas de ajuste estrutural são necessárias, porque ainda há alguns imaginando que resolvem um problema, e o crescimento econômico volta e resolve tudo de novo.

Veja: nós precisamos conjugar, quer dizer, o retorno do crescimento é o objetivo fundamental do País.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É isso aí.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas algumas medidas de caráter estrutural de ajuste se impõem independentemente do cenário econômico. Por quê? Porque a experiência recente mostra que, num período em que houve forte incremento da arrecadação, isso não se traduziu em melhoria de serviço.

Por exemplo, há um estudo da Macroplan, que foi divulgado há pouco tempo, que é seguinte: a avaliação dos programas. Nós precisamos que os Estados avaliem os programas para ver se os programas, ao final, estão produzindo, nas áreas fins do setor público, os resultados que se esperam. Os Estados melhoraram na saúde, ao longo desse período? A saúde melhorou lá na ponta? A segurança? Então, no final, acho que a sociedade cobra hoje o seguinte: um Estado eficiente, enxuto, necessário, como V. Exª está dizendo; não há Estado mínimo, há Estado necessário.

Agora precisamos saber o seguinte: como é que a função pública se legitima? Pelos resultados que reproduz para a sociedade. Isso é medido? Está sendo medido de que forma? Os programas são avaliados?

Acho que essa discussão envolve também essa compreensão.

Era só isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concordo em grau, número e gênero com V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Sou adepto e defensor da meritocracia. E também de termos metas a serem cumpridas, acompanhadas e cobradas, no setor público, como são cobradas no setor privado. É a mesma coisa: como se fosse cobrada no setor privado.

Agora o que aconteceu – V. Exª tem razão, houve aumento de receita – foi a diminuição das transferências da União. Isso é que é importante. E nós aqui transferimos, para os Estados, obrigações; a União também transferiu também, para os Estados, obrigações, e não transferiu o financeiro.

Portanto, houve, na contrapartida, acho que essa questão da diminuição... Por exemplo, na saúde, já chegou a 54,55%. A União, aportando recursos para a saúde, hoje, está em quarenta e poucos por cento somente.

Mas vamos deixar os nossos convidados, senão vamos ficar trocando aqui.

Vou iniciar pela Drª Ana Paula ou terminar pela Drª Ana Paula?

Vamos terminar pela Drª Ana Paula.

Perguntaria aos Senadores se concordam que ela responda depois do Dr. Arthur Velloso, para ver a reação que ela terá à proposta do Dr. Raul Velloso.

Vamos iniciar pelo representante do Rio Grande do Sul.

O SR. LUÍS CARLOS HAGEMANN – Obrigado, Sr. Presidente.

Só pretendo, rapidamente, me referir ao questionamento do Senador Lasier sobre a situação dos processos judiciais nesse momento em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Os mandados de segurança de diversos Estados, praticamente de todos os Estados da Federação, boa parte deles teve uma primeira liminar exatamente nos termos a que o Senador Lasier se referiu. Contudo, depois daquela reunião realizada dos Governadores e seus Secretários de Fazenda com o Ministro da Fazenda, os Ministros do Supremo foram adequando as liminares dadas, nos seus mandados de segurança, cada um a seu tempo, nos termos do que foi acertado naquela reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, nesse momento – seria para dizer para o Senador Lasier, mas peço que alguém, se possível, passe a ele depois –, a determinação de aplicação de juros simples não está valendo. Está valendo o contrato original com as suas nuances da negociação que foi feita naquela reunião.

Além disso, também refiro que tramita, ainda, uma ação civil originária do Estado do Rio Grande do Sul contra a União. Essa não questiona a negociação em si e, sim, as bases contratuais do primeiro contrato – cláusulas específicas; essa não teve liminar dada e segue tramitando, nesse momento, nos seus trâmites normais.

E aquela ação da OAB, a que me referi na minha fala inicial, em fase de instrução, produção de prova pericial, em Porto Alegre, por determinação da Ministra Relatora Rosa Weber, que determinou a remessa dos autos à Porto Alegre para que a Justiça Federal operacionalize uma perícia para avaliação de valores. Enfim, a situação dos processos é essa.

Portanto, para o que nos interessa, o *status quo* atual, que vale para os pagamentos das dívidas é aquele daquela reunião que está consubstanciada numa ata do então Ministro da Fazenda com os governadores e seus secretários.

Quanto ao mais, Sr. Presidente, gostaria de agradecer o espaço dado aqui ao Estado do Rio Grande do Sul, em nome do governador, em nome do procurador-geral do Estado, e manifestar a V. Exªs a crença absoluta de que o Senado chegará ao melhor termo no exame desse projeto de lei, Senador Relator.

E peço escusas por não ter apresentado os dados solicitados, mas, se depois me alcançarem seu cartão, seu *e-mail*, providenciarei e remeterei para o seu gabinete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço a participação do representante do Rio Grande do Sul e passo a palavra ao nosso Prof. Dr. Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Muito bem.

O Senador José Aníbal saiu, não é?

Devo, primeiro, a resposta à Senadora do Piauí, do meu querido Piauí, para dizer a S. Exª que me preocupo muito com a situação dos Municípios, porque eles virão atrás. Não tive foi tempo nem saúde ainda para dar conta de olhar todos.

Quero fazer aquele quadrinho que mostrei para, pelo menos, 15 Estados e, depois, os Municípios, mas isso dá um trabalho... Não estou querendo fazer média, não. A disponibilidade é pública e tal, mas sempre é difícil botar a mão em dados.

Tenho tido muita ajuda, e espero continuar a ter, mas vamos ter de enfrentar o problema do Município. A senhora tem toda a razão de se preocupar, também me preocupo. Às vezes, fico a noite pensando: e os Municípios? Eles virão aí na sequência.

Por que me lembrei do Senador José Aníbal? Porque ele não assistiu à minha apresentação, e, no fim, ele lançou mais ou menos a mesma pergunta: "O que fazer? "A PEC do teto não é aquela Brastemp..." Sei lá, alguma coisa assim. O senhor estava na minha apresentação. É uma pena que ele não estivesse, porque já teria tido talvez uma parte da resposta para as angústias dele.

Eu digo que temos vários problemas complicados para enfrentar, como os da qualidade do gasto. Temos um problema muito sério que é modelo econômico, que temos que discutir aqui no Brasil, a questão da indústria *versus* o serviço, a taxa de câmbio, porque estamos vivendo – vou mencionar isso rapidamente, para abandonar em seguida, porque não é o premente agora –num mundo que está inundado em dólares. Esse mundo inundado em dólares para um País que não gosta de poupar, como o Brasil, é um nirvana. O Brasil não quer poupar! Nós não queremos poupar. Não estou culpando ninguém, não estou fazendo julgamento de valor; não queremos, não está na nossa cultura.

Ora, um mundo inundado de dólares, que é um mundo de uns 15 anos para cá, no fundo, é o nirvana, porque esses países, como o Brasil, que não querem poupar, podem não poupar tanto, se aproveitar dessa disponibilidade de poupança externa, só que isso tem um custo. E um custo fundamental disso é que a indústria, necessariamente, nesse tipo de situação, encolhe.

É só olhar o que aconteceu com a indústria nos últimos 20, 30 anos. Ela fez assim... Então, quem está preocupado com indústria... Isso não significa que, no turismo, vamos morrer de fome e que não há emprego. Não! É só o tipo de País que você vai ter: um país com menos indústria, mais serviço, mais indústria baseada em produto natural e mineral para exportação. Não se pode dizer que isso não tem tecnologia; tem! Não é esse o problema; o problema é que o setor industrial vai encolher, e isso significará um custo para quem atua nessa área para se adaptar.

Essa é uma discussão muito importante que precisa haver, porque o mundo mudou. Vou repetir: o mundo é um mundo inundado em dólares. Como nós todos estamos integrados, o dólar entra. É só olhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A taxa de câmbio subiu um período. Todo mundo que quer que a taxa de câmbio suba para remunerar a indústria ficou, de repente, bastante excitado, e, em pouco tempo, o dólar caiu. E vai continuar caindo, porque o mundo tem tanto dinheiro e poucas oportunidades... A taxa de juros é negativa. Eles olham para o Brasil: "Se há uma brechinha para entrar, vamos entrar". Então, essa é outra discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Com essa taxa de juros que a gente tem, aí que atrai.

O SR. RAUL VELLOSO – Mais ainda, mais ainda.

Esse é um ponto que não vou discutir, não há tempo, e ele não é urgente.

O segundo tema que eu queria destacar é a questão do papel do setor privado, que precisa ser ajustado, depois de muitos anos de bombardeio, principalmente na área de infraestrutura, senão os investimentos não vão acontecer.

A infraestrutura é um tema a que a gente deve se dedicar; a questão das concessões, como é que elas vão acontecer... Aqui é muito importante diferenciar conjuntura de estrutura, como foi mencionado aqui muito bem. Esse é outro grande tema, é o número dois para mim.

E o terceiro é o mais urgente. Vou deixar os dois, porque... Mas são esses três temas, que precisam de uma discussão com tempo e tal. O terceiro é aquilo que eu disse: gente, a solução está aí! Eu trouxe – desculpem a pretensão – a solução. A solução passa pelo fundamento da previdência pública no Brasil. Pode parecer muita pretensão, mas, se fizer isso, resolve um monte de coisa e nos tira desse epicentro de crise que nós estamos vivendo, porque ela vem com muita coisa que hoje não está fechando direito. Quer ver? Eu mencionei um pouco e tal.

Hoje, o que é que nós temos? Iniciativas isoladas, gente batendo cabeça daqui, batendo cabeça dacolá, buscando uma solução aqui, outra solução acolá, e o Governo escolheu, basicamente, a PEC do Teto, que tem seus méritos, é uma forma inteligente de... Na falta de algo melhor, vamos fazer isso. Mas a PEC do Teto tem problemas estruturais. Por quê? Pena que o Zé Aníbal... Estou chamando Zé Aníbal pela intimidade. Desculpe, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL VELLOSO – É uma pena, porque eu estou respondendo um pouco à sua angústia quanto ao que fazer. Há duas questões fundamentais para discutir: o modelo econômico, a infraestrutura, mas vou entrar na urgente, que é uma que o está angustiando.

Estamos, realmente – desculpem a pretensão –, batendo cabeça nesse momento no Brasil. Batendo cabeça. Nós estamos brigando em várias linhas, em várias frentes e não estamos percebendo que há uma coisa que, se nós fizermos, junta a maior parte dessas frentes, porque vai exigir um pacto – ele usou a expressão pacto, e eu acho que é isso mesmo – e permite a você atacar, simultaneamente, o problema conjuntural e o problema estrutural. Esse que é o drama. E, em torno dela, você pode amarrar tudo o mais, como eu estava dizendo.

E ele também falou: "A PEC do Teto está aí, é importante É um pena, porque eu estou respondendo um pouco a sua angústia, o que fazer. Há duas questões fundamentais para discutir: é o modelo econômico, a infraestrutura, mas vou entrar na urgente, que é uma que está lhe angustiando.

Estamos, realmente – desculpem a pretensão –, batendo cabeça nesse momento no Brasil; batendo cabeça. Estamos brigando em várias linhas, em várias frentes e não estamos percebendo que há uma coisa que, se fizermos, junta a maior parte dessas frentes, porque vai exigir um pacto – ele usou a expressão pacto, e acho que é isso mesmo – e permite você atacar, simultaneamente, o problema conjuntural e o problema estrutural. Esse que é o drama. E, em torno dela, você pode amarrar tudo o mais, como eu estava dizendo.

E ele também falou: "A PEC do Teto está aí, é importante, eu apoio, mas ela não é uma Brastemp, ela tem algumas dificuldades, porque ela é muito simples, embora, no momento, não havia nada melhor. É ela. Vamos brigar por ela. A gente não pode esperar solução salvadora." Então, vamos apoiar a PEC do Teto e vamos perseguir, mas ela tem uma dificuldade, e o meu medo, quanto a ela, é que, em pouco tempo, ela perca o efeito que teve até agora de manter a expectativa de melhoria, de confiança no País, porque vai perdendo. Como ela é basicamente um esforço de gestão, para manter o gasto total sobre controle, isso vai depender de em um ou dois anos a gente olhar essa gestão acontecer e funcionar, porque onde ela dirige as baterias, com mais precisão, é em relação ao gasto de saúde e educação e, mesmo assim, já causou uma reação danada, já foi feita uma negociação, está aí sendo ajustada, mas o meu medo quanto à PEC do Teto é que ela perca a força que tem rapidamente e, aí, vai ficar todo mundo: "E agora, o que é que vem agora?".

Nós vamos esperar a aprovação da reforma da Previdência, do INSS que, quando entrar, vai gerar um milhão de discussões, de brigas, de confusões. Eu estou preocupado por isso. Eu acho que a PEC do Teto é boa, tudo indica que vai ser aprovada, mas ela vai depender da execução ao longo dos próximos anos, e o diabo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

não mora nos detalhes; ele mora na execução. Se eu aprendi alguma coisa na minha vida de setor público foi isto: o que depender de execução muito crucialmente é complicado, porque você vai ter que esperar e, um belo dia, vão começar as críticas. Eu já estou vendo as críticas de tudo quanto é lado, percebendo uma fraqueza aqui, outra ali... Vai chegar um dia em que todo mundo vai olhar: "PEC do Teto... O que é isso mesmo?" E enquanto isso existe uma briga – que não está muito clara ainda – de reforma da Previdência, que é importante. Mas fala-se mais do sistema INSS.

Infelizmente, o Senador José Aníbal estava aqui na hora em que eu expliquei, mas acho que eu trouxe a solução. Nós temos que escolher um foco que agregue todo mundo e no qual todas essas iniciativas isoladas se juntem e convirjam para um pacto, um entendimento em torno dessa questão, porque ela ajuda a resolver, tanto o problema conjuntural como o problema estrutural. Não adianta a gente ficar atirando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL VELLOSO – ... que eu não expliquei para ele, porque ele não estava aqui, que é o foco na questão da previdência pública, que você mencionou, todo mundo vê, reconhece, e o que eu fiz foi explicar como o problema surgiu nos Estados. E hoje toda a questão é não ter dinheiro para pagar a Previdência pública. E como isso surgiu? Surgiu porque os orçamentos, os suborçamentos cativos, protegidos, prioritários dos Estados... E eu vou dizer que vale também para a União. Eu falo Estado... Por isso é que essa solução é boa, porque ela pode ser adotada conjuntamente por Estados, União e, quiçá, por Municípios – pelo menos os maiores. Então, o que é que aconteceu? Esses suborçamentos protegidos, que são poderes autônomos, educação, saúde, aí vêm outras vinculações e serviços da dívida, são como se fossem segmentos do orçamento que têm um dono, ali, tem uma proteção, um quinhão fixo, e isso representa 60% na maior parte dos Estados.

Ora, os 40% são para o governador. Eu estou pensando no Estado porque é mais fácil para raciocinar; a União é um pouco mais complicado, mas é o mesmo problema. Vou insistir: o governador tem que atender à segurança e às outras secretarias com os 40% e tem, onde o gasto de pessoal é pesado, pessoal ativo... Dentro dos 60% só está pessoal ativo, porque aqueles segmentos conseguiram leis, Constituição, que os dispensou de pagar inativos e pensionistas. Aí, os inativos e pensionistas ficaram sem pai nem mãe, e o governador teve de recebê-los e pagar a sua conta. Então, é um outro bloco que veio para o governador, só que o governador não tem como pagar, com o que sobra – que são os 40% –, esses dois blocos. Aí vem o buraco.

Num curto prazo, em uma situação de curto prazo, como a que estamos vivendo, visto que a arrecadação cai, o tamanho do buraco aumenta, mas antes já havia o buraco, porque eu estou acompanhando isso há alguns anos – não tão grande. Por isso, há um conflito: não há como pagar inativos e pensionistas com a verba do governador. A verba do governador mal dá para ele pagar o que é fora daquilo que eu disse: segurança, não sei o quê, etc. Ele não tem como pagar a conta. Se ele não tem como pagar a conta, isso vai ficar recorrente, vai e volta. A União é a mesma coisa. Por que a União tem como pagar a conta? Porque a União tem formas de se financiar que o Estado não tem, e aí o problema fica camuflado.

Mas eu trouxe um gráfico que mostra os passivos atuariais da União e de todos os Estados, mostrando que até os pequenos, os pobres, têm passivos atuariais gigantescos. Um pouco foi falado na sua fala sobre isso, e nós temos que atacar esse ponto, porque, ao fazê-lo, a gente pode resolver um monte de problemas ao mesmo tempo e trazer todos os, vamos dizer assim, os atores do filme nacional para dentro dessa discussão, porque interessa a todos. Eles têm que trocar...

Eu vejo, por exemplo, PEC do Teto... Qual é a dificuldade que eu vejo? É que você vai para o Congresso, para aprovar uma PEC, e vai cortar gastos. O que é que você está trocando com a sociedade, com o Congresso? A promessa de que a situação econômica, daqui a alguns anos, vai estar muito bem, nós vamos estar crescendo, nós sabemos disso, que é a receita, mas eu acho que os políticos têm muita dificuldade de explicar para a sua base como é que se faz um milagre, através de um corte que muita gente identifica só em educação e saúde, e se vai produzir aquela situação ideal lá na frente. "Ah, porque existe uma reforma da Previdência no meio." Essa história eu acho politicamente frágil. Falta musculatura. A musculatura política está difusa, está separada pela iniciativa do seu grupo, pela iniciativa de outro grupo que virá amanhã, de outro que virá não sei o quê... Tudo isso deságua no Presidente da República que, em um País presidencialista como o nosso, fica ali dizendo...O que é que ele disse para você? "Eu vou ver o que posso fazer, não sei o quê...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vou chamar a Ana Paula aqui para dar uma solução.

O SR. RAUL VELLOSO – ... vai chamar a Ana Paula...". Ou então vai ligar para o Meirelles e pedir: "Meirelles, resolve isso aqui".

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas ali a sua proposta é... (*Fora do microfone.*)

O SR. RAUL VELLOSO – Qual é a proposta? A proposta é fundear o sistema de previdência pública da União, Estados e, quiçá, dos Municípios. Isso significa criar um fundo de pagamento desses – não é o fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de previdência tradicional. É outro –, para pagar. E, para pagar, eu vou colocar ali uma contribuição. Eu usei o exemplo da Previ porque eu sou aposentado do Banco do Brasil. Estão me cobrando uma contribuição e, toda vez que o passivo atuarial surge, eles são obrigados a cobrar uma contribuição do empregador, do empregado, para o futuro que vai vir para lá, para um plano que ainda está em vigor, e têm que colocar ativos. Daí a importância da gestão de ativos agora, assim como a dívida ativa.

Por que eu estou tão interessado nesse assunto da dívida ativa? Porque é preciso pegar tudo o que é recebível que puder colocar a mão e jogar, para resolver esse problema. E, além disso – eu não falei com clareza, e vou falar agora –, tem que vir a reforma relativa aos novos, porque esse é o último lance dessa história. Quer dizer, nós vamos ter que mudar as aposentadorias especiais. Vem tudo nesse bolo, para fundear o sistema previdenciário. Nós vamos pegar o que já está aposentado, o empregador, o que está prestes a se aposentar e os novos, porque eles vão ser os aposentados do futuro. Se não houver um fundo de previdência direito e arrumado, sem esse excesso de aposentadorias especiais, essa conta não fecha. Mas a gente faz a conta e vê que vai fechar, vai fundear esse regime.

Agora, vejam: como você faz isso? É um pacto em que cada pedaço dessa história tem algo a trocar com o outro. Os governadores apoiam o Presidente da República, para aprovar – eu estou pensando alto – a PEC do Teto. Os governadores, por sua vez, vão receber ajuda do Ministério da Fazenda, para resolver a questão de curto prazo associada ao pagamento de inativos num curto prazo. Como? Antecipando recebíveis, tipo dívida ativa. Exemplo... Aí você ataca o conjuntural; aí ambos vão para o Congresso, brigar pelas reformas, dizendo: "Olha, é para resolver o problema da Previdência pública e salvar o País". Para isso, tem que haver uma Mesa de negociação desses blocos que falei, onde entram os representantes dos servidores, os representantes dos aposentados... Para cada um tem que haver um recado. Para os aposentados: "Se nós não resolvermos isso, nós vamos atrasar o teu pagamento no mês que vem" – que é o que os Estados já estão fazendo. Tem que mostrar a dureza do que nós estamos vivendo, trazer isso tudo junto. O que eu estou dizendo é o seguinte: tem que trazer o equacionamento da Previdência pública e colocar todo mundo para sentar. E fazer trocar de interesses legítimos e chegar às soluções. Aí eu acho que a gente anda, em vez de ficar com coisas isoladas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Prof. Raul Velloso.

Governador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS – Vou ser bem rápido aqui e queria agradecer por este momento.

Veja, meu querido Relator, Senador Armando...

Quero dizer para a Drª Ana Paula que, numa proposta aqui do fórum, ficou de ser trabalhado, num dado momento, a emenda do emergencial dentro do alongamento. Estamos aqui com uma perspectiva de, se Deus quiser, chegarmos a um entendimento de um caminho.

Em relação a... Gostei muito desse debate, aqui, sobre os vários temas – Previdência, teto, enfim – porque o que nós, os governadores – e são todos, de todos os partidos –, estamos trabalhando é que existe uma situação de curtíssimo prazo que tem a ver com a proteção de áreas essenciais – saúde, segurança, enfim – que são, hoje... Ou seja, o Pedro Taques, nosso Governador do Mato Grosso, viajou hoje e amanhã – amanhã não é um dia infinito. Amanhã é quinta-feira – ele estará tomando uma decisão sobre quais as áreas em que ele vai atrasar o pagamento. Estão falando isso. Atrasar pagamento? Parece uma coisa de servidor. Não... Significa não prestar serviços para aquela área, para a população. É nisso em que nós estamos trabalhando.

Quanto à Previdência, eu quero aqui fazer um apelo ao Senado, para que ajude no diálogo sobre a urgência do projeto que trata da gestão da previdência complementar. Eu me perguntava: "Qual é a reforma da Previdência? Só em termos o nome de quem é que vai ser o gestor... Vai ser a Federal Prev, vai ser o Fundo de Previdência dos Servidores? Então, veio agora a mensagem para cá, colocando... Porque vários Estados já regulamentaram a previdência complementar, o que é um passo muito importante, muito importante. As regras 85/95, 90/95, somadas com o fundo de previdência complementar – claro, para o longo prazo –, apontam um caminho muito importante.

Em relação ao teto, ao que está aqui... É isso? É isso, mas eu quero aqui deixar, também pelos governadores... Eu estou falando aqui de 25 Estados. Apenas dois haviam ficado de discutir, para poder trazer sua posição, quando a gente tratou do assunto. O que a gente trabalhava lá atrás era isto: tem que haver uma solução definitiva, que é sempre de médio e longo prazo, mas, no curto prazo, qual era o objetivo? Ampliar a capacidade de investimentos.

Como é que se faz isso? Como é que a gente fez para ter mais dinheiro para a educação? Fixando um valor mínimo para a educação. A ideia é ter um valor mínimo para investimento, que seria de 10%. Pode ter mais, não menos. Eu sempre faço esta reflexão: tentem imaginar algum dia o Brasil – 5.600 Municípios, 27 Estados e a União – com 10% ou mais de capacidade de investimento. Eu acho que é algo que tem que ser feito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mas não tem como represar nos 90 determinados custos, como Previdência, dívida, enfim, se não houver uma solução apontada para frente.

Há uma coisa que eu quero conversar – vou marcar sim essa visita com o Dr. Raul Velloso –, porque nos Estados, especialmente do Norte e Nordeste, há outro efeito, que é o que nós compulsoriamente transferimos pela regra do Fundeb. O meu Estado transfere mais ou menos 42% de todo o dinheiro que eu tenho para educação – aplico 28% em educação. Então, 42% eu transfiro compulsoriamente pela regra do Fundeb – que bom, porque pelo menos vai beneficiar Municípios etc –, mas isso ocorre em prejuízo da missão que nós temos com outras áreas da educação.

O primeiro problema é Previdência, no caso desses Estados. O segundo é este. O terceiro é dívida. Então, essa é a ordem. E há o problema de como cresce a máquina, engolindo a receita. Isso é outro fato real, e não fugimos dele.

Quero aqui apenas dizer que concordo com o Bruno Cardoso sobre a reforma política e me alegra – hoje eu participei, e também nesses dias, de reunião nesse sentido. Os Estados fizeram, sim, ajustes. Só para colocar: no ano passado, num Estado que tem uma receita de mais ou menos 7 bilhões, nós fizemos um ajuste de 400 milhões. Só que, quando você tem a queda da economia, com a queda da receita, isso é engolido – está certo? –, isso termina se anulando. Então, essa é uma realidade clara dos Estados.

O Luciano aqui trata também dessa ideia de incentivar. Eu acho que tem que haver uma política para a economia, com os pequenos, médios e grandes... Enfim, eu quero dizer que o Senador Armando tocou no ponto. Eu insisti, quando estava aqui no Senado, que ali era a hora de a gente tratar da Previdência, porque nós tínhamos ali crescimento de receita. O que eu fiz, quando governador, no outro mandato? Eu estou no terceiro mandato. Eu queria aumentar a alíquota que estava em até 9%, para chegar a 12%. Chegamos a 13%. Do que aplicava de reajuste, colocava uma parte para reajuste da Previdência. "Eu vou te dar 8%? Vou te dar 9% e, quanto a esse 1%, também nós vamos aqui ampliar na Previdência." Então, nessas horas é a hora de se fazer determinados ajustes, como foi colocado aqui.

Por último, eu quero falar sobre a securitização, conforme perguntado aqui pelo Senador Aníbal: a proposta do Senador José Serra, com um conjunto de ajustes que foram feitos, é uma necessidade. Nós estamos trabalhando hoje com base na Resolução nº 43, que é um questionamento lá do TCU – está certo? –, mas é a regra que eu tenho para me basear. Estou lançando, inclusive a Deloitte já fez a avaliação, a precificação, e agora estamos na fase em que vamos trabalhar com debêntures, enfim, vinculados ao fundo de Previdência. Então, é uma coisa aqui que não pode deixar de passar. Tanto faz essas que entraram em Refis como a outra. Não pode ficar separando. Eu acho que tem que entrar o todo, porque senão você quebra, nesse sentido.

Então, com essas palavras, eu quero aqui agradecer e pedir ao Senador Armando que nos ajude, como Relator, assim como a Direção da CAE, junto ao Governo.

E eu encerro com esta frase: "O emergencial é emergencial mesmo!" E ele significa risco de vida nas 27 unidades da Federação. Por isso é que tem que ser tratado como emergência. Repito: a pior coisa que pode acontecer é mais Estados decretando calamidade. Isso cria um ambiente violento, inclusive para a solução definitiva, que é a economia. Então, com essa frase, eu encerro, agradecendo aqui e parabenizando por este momento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Governador Wellington Dias.

A Drª Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional, vai encerrar esta audiência.

Com a palavra, V. Sª.

A SRª ANA PAULA VESCOVI – Obrigada.

Eu vou tentar, de forma bastante rápida, responder às perguntas que ficaram aqui.

Sobre a questão de sonegação: sim, eu acho que isso é um trabalho persistente que a Receita Federal tem. Não é um tesouro, mas a Receita tem essa frente de trabalho muito voltada a coibir todos os mecanismos de sonegação que existem no Brasil.

Quanto às operações de crédito, só para esclarecer... Eu acho que o Senador do Rio Grande do Sul já se ausentou, mas não há mais esse modelo de operações de crédito – não estão vigorando mais – que poderiam fazer a troca de fontes com os tesouros estaduais. Isso não existe mais.

Juros simples, juros compostos... Novamente: houve uma troca das liminares no Supremo, e a rapidez com que nós atuamos foi muito em função disso. Senão, seriam acumuladas aí dívidas enormes, impagáveis... Talvez, se essa causa não fosse revertida rapidamente, e isso a completa... É o que eu chamo aí de uma negociação ágil e bem sucedida, dentro dos condicionantes que nós tínhamos no momento.

Nós não temos nenhuma previsão de repatriação. O que nós temos é uma programação financeira muito cautelosa, voltada para a expectativa de entrada de recursos. Na medida em que nós tivemos, por exemplo, as declarações já entregues, no valor de 6,2 bilhões, na última avaliação, nós apresentamos isso como informa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ção. E isso nós vamos fazer gradualmente, até o final do ano, cumprindo aí com uma regra de ter o máximo de cautela possível na realização das nossas despesas, em função do cumprimento da meta, que é uma cláusula pétrea para o Governo.

Então, acho que eu respondi rapidamente todas as perguntas.

Termino agradecendo a todos e, principalmente, a oportunidade de termos aqui este debate tão importante para o País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero agradecer aos nossos convidados, à Drª Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional; o Prof. Dr. Raul Velloso, ao Governador Wellington Dias, ao Sr. Julio Bueno e ao Sr. Luís Carlos Hagemann.

Não havendo mais nenhum Senador que queira usar da palavra, dou por encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 13 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos, do dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 18 de 2016-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia com a finalidade de debater a Fibromialgia para que ela possa ser classificada como doença crônica, com a participação dos seguintes oradores: Sandro José Martins, Coordenador da Atenção às Pessoas com doenças Crônicas, do Ministério da Saúde; Paulo Renato Barreiros da Fonseca, Diretor Científico da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor; Sandra Santos Silva, Diretora Geral da Associação Brasileira dos Fibromiálgicos; Elia Tie Kotaka, Médica. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2016, da CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater a fibromialgia e a possibilidade de sua classificação como doença crônica.

Convido para compor a mesa os Srs. Sandro José Martins, Coordenador de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; Paulo Renato Barreiros da Fonseca; Gustavo Paiva Costa; Sandra Santos Silva e Elia Tie Kotaka. (*Pausa.*)

Concedo inicialmente a palavra ao Dr. Sandro José Martins, pelo prazo de dez minutos.

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Bom dia a todos. É uma satisfação poder participar desta audiência pública onde um tema tão caro e que afeta dezenas de milhares de brasileiros e brasileiras está recebendo aqui uma atenção bastante oportuna.

Eu gostaria de começar a apresentação por recuperar o conceito do que seria doença crônica do ponto de vista da definição da Organização Mundial da Saúde. Então, nesse contexto sanitário, doença crônica é aquela que tem um caráter de produzir dano permanente à pessoa, é aquela que transcorre com incapacidade ou deficiência resultante do seu tratamento, podem ser aquelas que são causadas por alterações biológicas de caráter irreversíveis ou aquelas que exigem necessidade de medidas de reabilitação para tornar funcional a vida da pessoa acometida por elas. Qualquer uma dessas características definem, do ponto de vista sanitário, o que seria uma doença crônica.

Próximo.

Temos, então, o tema da nossa reunião, que é fibromialgia, doença que os colegas que me sucederão provavelmente falarão com mais propriedade. É uma doença caracterizada pela permanência de quadros álgicos recorrentes e incapacitantes que normalmente se acompanham de danos do ponto de vista funcional, do ponto de vista da qualidade do sono, quadros de cansaço e fadiga recorrentes e limitantes, muitas vezes, quadros de rigidez muscular matinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A fibromialgia participa de um grupo de doenças que se sobrepõem, na sua apresentação clínica, e que são conhecidas como doenças crônicas multissintomáticas, ou seja, quadros que se manifestam por sintomas de caráter inespecífico, mas que se somam por produzir algum grau de incapacidade. Temos, nesse grupo, a fibromialgia, acometendo de 2% a 4% da população, mas temos também a síndrome de fadiga crônica, a sensibilidade química múltipla, os distúrbios somatoformes, que participam do diagnóstico diferencial da condição que estamos considerando na apresentação de hoje. Essas também integram o quadro das condições clínicas que produzem síndromes dolorosas crônicas, dores crônicas.

As doenças que causam dores crônicas, na medicina, normalmente são encaradas e abordadas com base no mecanismo que está causando aquela dor. Temos doenças crônicas, síndromes dolorosas crônicas cujo principal mecanismo está relacionado a dano tecidual. São as doenças inflamatórias – também os quadros de dores agudas – e algumas doenças que produzem dor por uma alteração da forma com que o organismo percebe, o cérebro percebe, o estímulo doloroso. Nesse grupo, temos a fibromialgia.

Por ser um caráter relacionado à percepção do sinal doloroso, há condições que afetam a condição psicossocial cognitiva do paciente. Situações de estresse, condições ambientais e condições de propensão individual ainda pouco conhecidas levam esses pacientes ao desencadeamento das crises dolorosas. Essas crises dolorosas interferem no funcionamento psíquico e no comportamento dessas pessoas, normalmente levando a condições que agravam ou tornam recorrente o aparecimento das síndromes álgicas.

Então, temos indivíduos que têm pouca disposição para atividade física, em função das limitações produzidas pelas dores; têm um sono não reparador; e têm, em função disso, uma vida modificada pela presença desses quadros álgicos.

Essa condição dolorosa que exacerba e se faz exacerbar por outras condições clínicas, que muitas vezes estão associadas, como a depressão, torna a necessidade de abordagem do cuidado dessas pessoas muito mais abrangente do que apenas o uso de medicamentos ou de intervenções dirigidas para o controle da dor.

E, no cuidado do paciente com fibromialgia, reconhecidamente, medicamentos são itens que têm uma influência muito pequena sobre sintomas, condição psicológica ou *status* funcional desses doentes. Exercícios físicos e terapias comportamentais têm um impacto mais significativo sobre o controle de sintomas e estabilidade ou funcionamento psicológico.

Antidepressivos e relaxantes musculares são medicamentos frequentemente utilizados, mas com um efeito pequeno sobre o controle direto dos sintomas; e os anti-inflamatórios, praticamente, produzem mais um conforto psicológico do que propriamente um efeito direto sobre os sintomas principais da doença.

Como é feito então, no SUS, o cuidado da pessoa com fibromialgia?

O SUS trabalha com protocolos, com diretrizes clínicas, e, em 2012, na diretriz clínica para controle de pacientes com dor crônica, aquelas síndromes dolorosas crônicas, está inserida a orientação a respeito do cuidado do paciente com fibromialgia, destacando a importância dos tratamentos não farmacológicos no manejo desses doentes.

E, se a gente pensar que essa diretriz é de 2012, ou seja, foi feita com base em uma literatura científica revisada, na ocasião da sua elaboração, veremos que temos aqui uma publicação recente, de julho deste ano, do grupo da Liga Europeia de Doenças Reumatológicas, onde a proposição de cuidado com pacientes com fibromialgia é bastante similar à proposição que está no protocolo hoje vigente no Ministério da Saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Então, concluindo, a fibromialgia tem essa característica de não ser uma doença progressivas, mas é uma doença com exacerbação e melhora recorrentes ao longo da vida; demanda um cuidado holístico desse paciente, onde o medicamento pode ter um papel nas exacerbações agudas dos quadros álgicos, mas o alto cuidado e o conhecimento do doente a respeito da sua condição e do que esperar em relação a essa evolução traz as chances de maior condição de uma vida funcional digna para esses pacientes.

Fibromialgia é uma doença crônica? Se a gente entender a definição da Organização Mundial de Saúde... Ela é uma condição permanente, ela é incurável; ela produz incapacidade e alguma limitação residual; ela tem causas não muito bem conhecidas, mas irreversíveis; exige educação e reabilitação para a pessoa poder ter uma vida funcional. Então, ela não preenche um ou dois, mas todos os critérios para ser considerada uma doença crônica nos termos sanitários.

Essa era minha colocação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, apenas uma palavra...

Numa das últimas lâminas que o senhor apresentou, a palavra "emponderamento" é, na verdade, "empoderamento"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – "Emponderamento", aqui, é no sentido de "emponderar", de trazer para o paciente a capacidade de gerenciar as suas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, então é "empoderamento".

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – "Empoderamento".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, porque aí está "emponderamento".

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Tem razão, a grafia está incorreta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Trata-se de empoderar o paciente para que ela possa fazer.

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Isso, é empoderar, de poder.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É empoderar, de poder. É, ali há um "n".

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Tem razão, há uma falha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Sandro José Martins a sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Renato da Fonseca.

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Bom dia a todos.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite na presença do Presidente da Mesa, Senador Lobão, em especial à Senadora Ana Amélia, por estar encabeçando esse movimento para nós discutirmos no Senado Federal da República a dor crônica.

Estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, que é o capítulo brasileiro da grande Sociedade Internacional para o Estudo da Dor, com milhares de membros espalhados pelo Brasil. Nós somos uma sociedade que alberga todas as especialidades e todas as profissões que se interessam pelo estudo e pelo tratamento da dor, em especial a dor crônica. Então, nós temos médicos, fisioterapeutas, psicólogos, nós temos veterinários, engenheiros, nós temos educadores físicos, nós temos políticos, nós temos muita gente querendo contribuir com isso.

A fibromialgia é, certamente, uma doença crônica, é certamente uma síndrome dolorosa crônica, melhor dizendo, e eu não tenho palavras para elogiar a apresentação do Dr. Sandro, que foi absolutamente perfeita do meu ponto de vista. Ele elencou claramente a fisiopatologia e as condições sociais que trazem essas mulheres – digo mulheres porque são 7 mulheres para cada homem.

Eu vim aqui muito mais dizer da minha experiência pessoal do que propriamente complementar uma apresentação tão bem didaticamente apresentada pelo Dr. Sandro.

Eu tenho 30 anos de formado e me dedico ao estudo da dor nos últimos 15. Nesses 15 anos, observei que, talvez, as síndromes dolorosas mais difíceis de tratar sejam exatamente as síndromes de dor difusa, em que a síndrome dolorosa miofacial, a fibromialgia, estão elencadas.

A Sociedade Mundial para o Estudo da Dor entende que nós temos basicamente dois grandes grupos de dor. Há aquela dor que é um componente físico, mecânico, estrutural, inflamatório, que todos nós conhecemos. Há uma segunda via fisiopatológica, que é a dor chamada dor neuropática, na qual obrigatoriamente há a necessidade de haver uma lesão do sistema somatossensitivo. E a fibromialgia não se encaixa perfeitamente em nenhuma das duas.

Havia um grande dilema. Quando eu era recém-formado, existia uma hepatite que ninguém conhecia, ninguém entendia o que acontecia.

Não era a hepatite A, que a gente conhecia, não era a hepatite B; era uma terceira hepatite, que a gente chamava de não A e não B. Então, hepatite não A e não B vinha para contemplar uma doença cujo vírus a gente não conseguia reconhecer.

Em relação à fibromialgia, à síndrome do intestino irritável, à cefaleia tensional, à vulvodinia, à síndrome de dor complexa regional – posso elencar aqui pelo menos 15 patologias que não se enquadram perfeitamente nem em dor inflamatória nociceptiva, nem na dor neuropática, porque não há claramente uma lesão nervosa –, essas dores são chamadas de dores disfuncionais.

As dores disfuncionais já não estão mais no *hardware* do computador, não estão no corpo, não estão no físico. Estão no *software*, estão no processamento da dor. Portanto, é muito difícil, através de anamnese, de exame físico, ter certeza absoluta do que está acontecendo no *software*. E esse problema no *software* ocorre numa determinada área do sistema nervoso central que está intimamente relacionada às emoções, ao cansaço, à fadiga, à memória, à qualidade do sono e à dor. Por isso, há essa mulher que é chamada de Maria das Dores frequentemente, aquela mulher que parece ter 15 doenças, porque ela tem dor no estômago, ela tem dor de cabeça, tem diarreia alternando com constipação, tem problemas urinários, tem uma fadiga que não é cansaço. Cansaço é o que a gente sente quando está cansado. Fadiga é algo muito maior do que cansaço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e sem nenhum tipo de motivo; é uma adinamia, uma falta de força, uma falta de energia que só quem ficou muito doente sentiu. Eu senti, porque já tive hepatite A há muitos anos e sei o que é a fadiga. Você não consegue levantar da cama ou ficar em pé no chuveiro para tomar banho sozinho, fazer sua higiene pessoal. Então, essa dor disfuncional, que não é mais só do *hardware*, é do *software* do corpo, essa quebra da possibilidade de administração e da modulação da dor é o que acontece na fibromialgia. E não só nela, mas em outras tantas dores. Aqui estou para mostrar para vocês que a nossa visão, como Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, é a de que o tratamento dessas pessoas deve ser multiprofissional. Não deve ser apenas de várias especialidades médicas, mas, sim, de vários profissionais de saúde. E vocês fazem parte disso, mesmo não sendo profissionais de saúde, porque a legislação permite o acesso à saúde, o acesso à medicação, o acesso ao tratamento.

E, no caso, especificamente, da fibromialgia, o remédio não é o carro-chefe; o remédio é temporário, o remédio é como um corrimão, o remédio é como uma boia de salvação que permite que ela saia da crise. E o tratamento que tem evidência científica de melhor a longo prazo é apoio familiar – vejam bem, apoio e amparo familiar. E entendam que os nossos legisladores são parte dessa família, porque permitem que a família acredite que aquilo é uma doença, acredite que aquilo é uma condição incapacitante e permita seu tratamento, não ache que é simulação, não ache que é apenas uma doença psiquiátrica.

Devo lembrar aos senhores que fibromialgia tem uma equivalência de apenas 50% com depressão, o que não é muito diferente de outras condições, como a dor de cabeça, como a lombalgia, com o que também a depressão está fortemente relacionada, mas não há uma relação direta de causa e efeito. Consequentemente, a fibromialgia não é uma doença psiquiátrica. A fibromialgia é uma doença neurológica. A fibromialgia não é só uma doença reumatológica, como foi descrita no início, com uma causa muscular ou articular. Por isso os reumatologistas abrigaram essa patologia no seu arsenal de doenças tratáveis e estão sempre à frente do tratamento.

Hoje a gente acredita que apenas o reumatologista não é suficiente. Eu sou médico anestesiologista, sou dedicado ao tratamento de dor crônica, e isso não é exclusividade de uma única especialidade. Temos, pelo menos, hoje, nove especialidades médicas que têm área de atuação reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina para tratamento de pacientes com dores crônicas.

Minha mensagem final para os senhores é: acreditem que fibromialgia não é de mulheres loucas, insanas, histéricas. Isso não é uma patologia psiquiátrica, é uma doença que tem uma prevalência altíssima, especialmente na população feminina do Brasil, merecedora de uma atenção toda especial no âmbito do SUS e das entidades de saúde suplementar, de modo que essas mulheres não fiquem desabrigadas de reconhecimento de suas patologias, desabrigadas também em relação ao tratamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Paulo.

Agora concedo a palavra à Drª Sandra Santos Silva.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Sandra mesmo, não tenho o título de doutora.

Bom dia. Antes de me apresentar e à nossa associação, eu preciso parabenizar a Exma Senadora Ana Amélia por tão importante iniciativa. Quero agradecer também aos membros da Comissão de Assuntos Sociais na pessoa do Exmo Presidente, Senador Edison Lobão, por deferir o requerimento da Exma Senadora, e agradecer a presença dos representantes do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, da Sociedade de Reumatologia e da Drª Elia Tie Kotaka.

A Abrafibro surgiu em 2007, numa antiga rede social, dada a imensa dificuldade de informações, pesquisas, acesso aos especialistas e ainda pela necessidade de se fazer a síndrome de fibromialgia ser conhecida pela sociedade civil, pelo Governo e principalmente pelos muitos profissionais, inclusive da classe médica. Na época, nós éramos oito pacientes que, diante das próprias dores do corpo e da alma, regadas pela inconformação dos relatos que chegavam até nós sobre as dificuldades para encontrar especialistas, diagnóstico, tratamento, medicação, orientação aos próprios pacientes e familiares, estavam em busca de informação fora do Brasil, sem deixar de falar de carinho e apoio. Só quem tem fibromialgia consegue compreender um outro fibromiálgico de uma forma tão igual. Eu, Sandra Santos, como todos me conhecem, fazia parte desses oito. Atualmente eu sou a Diretora-Geral – eu não gosto desse título de presidente, eu sou fundadora remanescente da Abrafibro.

Além da fibromialgia, eu tenho outras patologias concomitantes, que andam em paralelo. Há cinco anos eu tenho um implante de um neuroestimulador magnético para minimizar a minha dor crônica na coluna lombar e nas pernas. Desde 2013, eu fui aposentada por invalidez através de ação judicial, que ainda não está transitada em julgado. Eu fiz essa viagem com muito sacrifício e tendo que tomar alguns cuidados antecipadamente para que eu aqui estivesse e pudesse honrar meu compromisso de representar a nós, cidadãos brasileiros fibromiálgicos. Apesar das minhas limitações, dos sintomas dessa síndrome, que já foram aqui discutidos, posso afirmar que a minha cabeça não pertence a esse corpo, infelizmente. Mas o que eu puder fazer para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

essa situação seja resolvida e revertida e os fibromiálgicos reconhecidos com tratamento digno, medicação de ponta, respeito, trabalho e dignidade restabelecidos, eu farei.

E saibam que eu não estou sozinha: comigo estão mais de8.600 membros da Abrafibro. Entre esses 8.600, nas redes sociais, a gente acabou se unindo, tendo em vista esse encontro, essa consulta pública que foi aberta.

E aqui estamos, então, para tentarmos classificá-la como doença crônica não transmissível e até o presente momento sem cura. Seria uma enorme vitória para nós, brasileiros fibromiálgicos.

Talvez aqui nesta sala pouco têm ideia do que isso significa. Só Deus sabe o quão cansados andamos para chegar até aqui. Receber esse convite já é uma enorme vitória para nós, mas não é tudo. A Abrafibro não recebe nada de ninguém. O trabalho é todo realizado pelas vias virtuais e encontros presencias em grupos e associações regionais. Contamos com a colaboração voluntária de alguns profissionais que entendem, acreditam e creem que a fibromialgia existe e precisa de tratamento.

Eu não cheguei aqui com recursos próprios nem com subsídio, nem com algum patrocínio; foi pela vontade dos próprios fibromiálgicos para que estivéssemos aqui representados. Unimo-nos e fizemos uma campanha para doações feitas a mim, tendo em vista que a Abrafibro funciona de maneira informal. Mas por que informal depois de tantos anos de trabalho? Simples: porque não temos membros suficientes para custear as despesas da legalização, da manutenção e de eventuais gastos tais como esse.

Demoramos mais de 15 dias para reunir o valor que pudesse me trazer até aqui hoje. Raramente um fibromiálgico recebe um benefício previdenciário ou consegue trabalhar. Em sua maioria, esses benefícios são indeferidos já na primeira perícia. Nem mesmo o Poder Judiciário tem jurisprudência dentro de um consenso. Temem a fraude.

Os fibromialgicos, diante do quadro que temos, por meio da Abrafibro, que, desde 2007, enfrenta o tempo, o descaso, o deboche, o desgaste, iniciaram uma luta – dada a desinformação – para conseguir o mínimo espaço na mídia para conscientização e sensibilização da sociedade em geral. Isso era tido, até então, como algo impossível. Mas conseguimos.

Temos realizado ações para conscientização, sensibilização e enfrentamento à fibromialgia em Municípios e alguns Estados brasileiros. Instituíram em seu calendário o dia 12 de maio, que já é o Dia Internacional da Fibromialgia. Graças e esse trabalho em comum, já temos 150 Municípios envolvidos. Muitos já têm lei sancionada e atuam com medidas para conscientização e enfrentamento da fibromialgia. Temos como exemplo: Itu, Valinhos, São Paulo, Salvador, na Bahia; Rio Branco, no Acre; São João Del Rei, em Minas Gerais; Umuarama, no Paraná; Maceió, Alagoas; e muitos outros. Como Estados, já temos engajados: São Paulo, Goiás, Mato Grosso.

Estamos em campanha para a instituição do Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia. Também pretendemos que ele seja estabelecida no dia 12 de maio. O que queremos com isso? O reconhecimento da existência de políticas públicas que visem trazer de volta a qualidade de vida, respeito e dignidade.

Hoje, graças aos esforços conjuntos, são inúmeros os canais de mídia que falam sobre a fibromialgia de forma correta e respeitosa. No ano passado, fomos citados em um trabalho, um artigo publicado na mídia, que ganhou o prêmio SBR/Pfizer na categoria de mídia *on-line,* escrito pela Jornalista Carolina Cotta, intitulado "A dor da descrença".

Esse prêmio foi merecido, e parabenizamos a SBR e a Pfizer por isso.

A Abrafibro é um celeiro para estudantes de graduação, especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado, além de estudos desenvolvidos por universidades. Fazemos questões de ajudar e colaborar, pois são pesquisas sobre a nossa síndrome que poderão nos trazer alívio e a restauração da qualidade de vida.

No próximo mês, a Abrafibro completará nove anos de atividades ininterruptas, e, hoje, congregamos 8.600 membros de todo o Brasil e do mundo também, resultado de um trabalho totalmente voluntário de pacientes e alguns profissionais da área de saúde. Sem esta união, nada conseguiríamos – absolutamente nada!

Vejam: no *site* do Ministério da Saúde, ou no Portal da Saúde, a fibromialgia não é merecedora de qualquer menção, artigo ou publicação para esclarecimento dos pacientes, familiares e da sociedade em geral. É só olhar. Isso porque ainda enfrentamos o preconceito, a dúvida.

Para muitos, a clausura é o melhor lugar do mundo. Temos que enfrentar a falta de políticas públicas ativas e efetivas, a falta de compreensão no ambiente familiar e no trabalho, a falta de especialistas. A exemplo, temos a Região Norte do Brasil. Não há nenhum reumatologista com título de especialização para atender os pacientes fibromiálgicos. Este dado está no *site* da Sociedade Brasileira de Reumatologia.

(Soa a campainha.)

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Nós recebemos relatos de pacientes que demoram, mais ou menos, dois anos para conseguir uma consulta com um reumatologista. E isso gera um círculo vicioso: sem tratamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

to, não consegue trabalhar, não consegue sustento, não consegue manter o ambiente familiar, e isso, por sua vez, acaba com a família, acaba com as relações, acaba com o amor próprio.

É isso.

Agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a Drª Sandra Santos da Silva por sua exposição.

Concedo a palavra à Drª Elia Tie Kotaka.

A SRª ELIA TIE KOTAKA – Agradeço a V. Exª e, em especial, à Senadora Ana Amélia pelo convite para participar desse grupo.

O motivo de eu estar aqui é que, depois de fazer uma monografia sobre fibromialgia, fui aconselhada pela minha coordenadora a escrever um livro a respeito do tema e publicá-lo. E, neste livro, então, entra muito a parte histórica, a definição feita pela SBR, de 2004, de que a fibromialgia é uma síndrome crônica dolorosa não inflamatória, de etiologia desconhecida, caracterizada por queixas dolorosas musculoesqueléticas difusas em determinados pontos anatomicamente definidos.

O que está acontecendo no Brasil já acontecia antes de 1970, quando uma senhora, cujo marido estava na guerra, chegava ao Dr. Gowers para dizer "sinto dores.", e ele achava que as dores decorriam simplesmente da ausência do marido e por ela não ter o que fazer ou por estar angustiada e meio perdida na situação de guerra. Mas, depois, ela passou a ser reconhecida como uma entidade clínica que apresenta um conjunto de sinais e sintomas.

Em 1980, ela foi alvo de um estudo multicêntrico nos Estados Unidos da América e, nesse estudo multicêntrico, o Dr. Wolfe, da Universidade de Kansas, definiu alguns critérios sobre a doença. Esses critérios foram endossados pelo Colégio Americano de Reumatologia, que publicou, então, alguns critérios para a classificação da Síndrome de Fibromialgia, em especial os pontos dolorosos, que são pontos em que, em condições normais, a pessoa não sente dor se a gente pressionar, mas, no caso de fibromialgia, esses pontos doem, e realmente doem.

Aí, um grupo de reumatologistas reunidos em Copenhague resolveu endossar esses critérios e definiu a síndrome como uma síndrome de espectro muito amplo, mas na qual a dor era uma das características. Isso foi endossado também pela Organização Mundial de Saúde e pela Sociedade Brasileira de Reumatologia.

Esses pontos dolorosos ocorrem em ambas as partes do corpo, são bilaterais, sendo que são 18 pontos que eles definiram como pontos dolorosos. Para diagnóstico, seriam necessários pelo menos 11 pontos, a confirmação desses 11 pontos.

Em nível internacional, a fibromialgia é classificada entre os reumatismos. A Sociedade Brasileira – me corrija se eu estiver errada – a inclui entre os reumatismos extra-articulares.

O que acontece? O mecanismo de ação da fibromialgia: alteração dos mecanismos de percepção e modulação da dor no sistema nervoso central. Aí é mais pesquisada a questão da serotonina e da a substância P. A serotonina, então, seria responsável pelo humor, sono profundo, percepção da dor e bem-estar. A substância P seria um mensageiro da dor para o cérebro.

A fibromialgia, segundo a Drª Goldenberg, ocorre mais no grupo etário de 30 a 60 anos, no qual ocorrem 80% a 90% dos casos. O balanço de incidência entre homens e mulheres seria: 1 homem para cada 20 mulheres.

Tratamento sugerido. A fibromialgia deve ser tratada caso a caso, porque cada pessoa tem alguma variação na sintomatologia.

Então, o que vai acontecer? A medicina pode entrar com tratamento medicamentoso, mas isso é apenas paliativo. A pessoa sente a supressão da dor, mas não quer dizer que vai ter cura. A psicanálise vai lidar, sobretudo, com a emoção do indivíduo, porque o início da doença geralmente ocorre quando a pessoa tem alguma perda, seja uma perda de um amor, seja a perda de um cargo importante ao qual ela se dedicou à vida inteira. Geralmente as fibromiálgicas são pessoas muito organizadas, muito competentes e dedicadas. Então, quando elas perdem aquilo, ficam meio sem chão. Pode isso ser a causa de uma dor; a dor psicogênica que o doutor da sociedade da dor classificou como neuropática. É uma dor psicogênica, algum problema psicogênico vai causar e incentivar a dor; a dor de amar.

Pois bem. Medidas alternativas que eu aconselharia como aliadas: acupuntura, biofeedback, reposição postural global, esportes e lazer, medidas em geral que melhorem a autoestima do indivíduo.

Quero fazer só uma breve propaganda do meu livro. Eu falo sobre um breve histórico, sobre o que é saúde, o que é doença; o corpo e o sujeito, porque o médico diz: "O paciente fulano"; para um psicanalista, é um sujeito; aquele que vem e me diz: "Eu sinto dor." Eu posso olhar e não enxergar dor nenhuma nele, nem na face, nem nada, mas ele está me procurando para dizer que sente uma dor. Então ele merece atenção.

Condição feminina. A doença é mais frequente na mulher. Por quê? É uma situação psicológica em que a mulher sente alguma deficiência – não deficiência, seria mal colocada a palavra. Ela se sente num estágio diferente de evolução quanto ao seu psiquismo. Ela tem um apelo mais ao pai ou mais à mãe; o que faltou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

apoiá-la na condução da sua vida normal. Amor, desamparo e dor são condições que, realmente, estimulam a incidência da fibromialgia, seja o desamparo que ela sente em casa, seja o desamparo na sociedade, porque, na nossa sociedade atual, a mídia, com todas as coisas louváveis, também nos cobra muito. Nós temos que ser bonitas, temos que ser elegantes...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIA TIE KOTAKA – ...temos de ter o carro da moda... Tudo isso pode alterar o psiquismo de uma pessoa.

Então, tratamento: medicina psicanálise e psicossomática e alternativos; tudo isso pode colaborar para ajudar uma pessoa com fibromialgia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço Drª Elia Tie Kotaka pelas informações complementares que nos traz.

E agora, concedo a palavra à Senadora requerente, Ana Amélia, para suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Edison Lobão, da nossa Comissão de Assuntos Sociais, quero agradecer a V. Exª por ter agendado esta audiência pública. Quero agradecer ao meu amigo Senador Moka, um médico cardiologista. Essa matéria realmente é impressionante. Uma curiosidade, Drª Elia, qual é sua especialidade médica?

A SRª ELIA TIE KOTAKA – Sou médica sanitarista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero agradecer também as exposições muito objetivas. Eu gosto dessa objetividade, é uma coisa que nos ajuda a entender melhor. Está com problema técnico o áudio aqui.

Dr. Sandro, na sua exposição, o senhor não mencionou a Portaria nº 483, de 1º de abril – uma data complicada – de 2014, do gabinete do Ministro da Saúde, que:

> [...] redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização de suas linhas de cuidado. [...] [Define doenças crônicas como aquelas] que apresentam [isso é o que está escrito na portaria] início gradual, com duração longa ou incerta, que, em geral, apresentam múltiplas causas e cujo tratamento envolva mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que, usualmente, não leva à cura.

É o que está escrito na portaria. Então, a pergunta básica ao senhor: a fibromialgia tem a proteção dessa portaria, Dr. Sandro?

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Obrigado, Senadora, por nos trazer a questão da inserção da fibromialgia no contexto da política de cuidado de pessoas com doenças crônicas. De fato, na mesma linha do conceito sanitário internacional, o entendimento da fibromialgia é como parte do elenco de doenças crônicas não transmissíveis, aquelas cujo cuidado vai ser prolongado, ao longo de todo ciclo de vida, e que necessitam para isso uma abordagem, como foi colocado pelos palestrantes, multiprofissional em relação ao manejo desses pacientes.

Então, de fato, é uma condição que se enquadra dentro do contexto dessa portaria.

A portaria mencionada conversa com um plano de controle de doenças crônicas não transmissíveis objeto de um pacto com organismos internacionais com metas até 2022, mas naquele contexto voltado a doenças crônicas não transmissíveis, cujo impacto sobre a saúde das pessoas é mais gravoso no sentido de reduzir a expectativa de vida das pessoas. É o caso do diabetes, da doença pulmonar obstrutiva crônica, das doenças cardiocirculatórias e do câncer, mas não são as únicas entidades ou de grupo de entidades que são objeto de preocupação no contexto do cuidado das pessoas com doenças crônicas.

Exatamente no momento atual, a Coordenação está desenvolvendo uma política de cuidados paliativos, onde vai contemplar a estruturação de serviços e meios para promover o cuidado multiprofissional para pessoas que têm síndromes dolorosas crônicas, onde está inserida a fibromialgia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda uma pergunta para o senhor, porque o SUS, o nosso Sistema Único de Saúde, é que tem os recursos e o programa.

A aplicação de assistência a esses pacientes com tratamento não farmacológico, como foi sugerido aqui, não é mais barata para o SUS nesse processo? Não seria mais recomendável assegurar esse tratamento não farmacológico como sugeriu a Drª Elia Kotaka, tais como acupuntura, por exemplo, e outros procedimentos, como exercício físico ou estimular outras formas de tratamento, como as massagens ou a fisioterapia, enfim?

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – De fato, no elenco de cuidados de pacientes com dores crônicas, no contexto da própria portaria que orienta o manejo desses pacientes, estão previstas como centrais as medidas não farmacológicas. E, na organização dos serviços de saúde, tem sido fomentada a participação de outros profissionais de saúde na recuperação da saúde das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, a participação do psicólogo, a participação do educador físico, a participação do acupunturista, que é uma especialidade médica reconhecida – e está prevista dentro da organização do sistema de saúde a oferta desse tipo de cuidado –, compõem um panorama amplo de intervenções muito maior do que realmente apenas a dispensação de medicamentos anticonvulsivantes, antidepressivos ou analgésicos para pessoas com síndromes dolorosas crônicas.

Então, essas medidas já estão previstas. O que é necessário é ganhar capilaridade. Isso não está em todos os lugares. Foi mencionado aqui que, na Região Norte, há uma carência de profissionais que possam conduzir o cuidado desse paciente, educando-o e conduzindo o cuidado desses pacientes com fibromialgia. De tal modo, há uma tarefa grande a ser feita ainda para dar efetividade a essas políticas que já estão, inclusive, postas, descritas e pactuadas com os gestores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Sandro.

Dr. Paulo Renato, ainda antes de começarmos esta audiência, nós conversávamos e ressaltei que me chamou a atenção o fato de que muitas das questões que vou apresentar aqui foram apresentadas por mulheres. Entre os que encaminharam questionamentos, nenhum homem. E, aí, o senhor me disse que, considerados os gêneros, há uma proporção de sete para um. A Drª Elia já falou em 20 para 1. Ou seja, para cada 20 mulheres com fibromialgia, há um homem com a doença.

Esses aspectos de a incidência ser muito maior no universo feminino e, como o senhor disse, de essa não ser uma doença reumatológica nem psicológica, mas neurológica, fazem parecer que, exatamente nessa definição da natureza da doença, não existe um consenso na área médica, o que torna ainda mais difícil para o paciente buscar o tratamento. Para o paciente que sente dor o que se quer é a cura; ele busca a cura.

Mas, se não existe na medicina o mínimo entendimento sobre isso, parece-me mais difícil buscar o caminho mais certo para aquilo. Concordo também em que o tratamento farmacológico pode apenas viciar a pessoa em algum tipo de droga, um analgésico ou outro remédio mais forte para dor, e acabar não tendo efeito, digamos, para essa pessoa. Concordo, acho que foi o senhor que disse que o tratamento melhor é o não farmacológico. Por isso, eu gostaria de um comentário seu sobre esses aspectos da diferente classificação na reumatologia, neurologia ou da psiquiatria, como referiu a Drª Elia Kotaka, porque mencionou. Existe alguma relação – já que são muitas mulheres – com aspectos hormonais nesse processo?

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Obrigado pela pergunta. A pergunta é excelente. Atendendo até à colocação da Sandra a respeito dessa dificuldade de diagnóstico, a estatística mundial estabelece um *delay* de sete anos entre o início dos sintomas e a formalização do diagnóstico. Esses números variam, em termos de prevalência – citei sete para um, e, a Drª Elia, vinte para um – de população para população. Não sei qual a referência que ela está utilizando, mas eu uso a referência que temos, do Comitê de Atenção à Fibromialgia, da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, que usa esse número.

A dificuldade do diagnóstico é não entendermos exatamente qual é a fisiopatologia. A fisiopatologia, por não ser elucidada, não tem critério claro de como medir, de como avaliar. A avaliação é muito subjetiva, da análise dos sintomas, da análise dos aspectos cognitivos e do exame físico. O critério aceito pela Sociedade Americana de Reumatologia, que é a mãe de todas em relação ao estudo, como pioneirismo mundial da fibromialgia, é exame físico. O critério dela é exame físico. São 18 pontos previamente documentados, dos quais 11 têm de ser sensibilizados. São os chamados *tender points.* Isso pode ser feito com o exame físico manual do médico, apenas a pressão do dedo, o suficiente para a unha ficar branca – vejam como é subjetivo esse exame. Nós, como especialistas, usamos um algômetro digital, um aparelhinho que mede a partir de que momento aquela pressão se torna sensibilidade à dor, ou seja, quando o paciente diz que não é mais um toque e passa a ser dor. Isso melhora um pouco a qualidade do exame físico.

Modernamente, existem tendências a colocar, além do exame físico, outros aspectos em relação ao sono, à fadiga, ao cansaço, a uma série de aspectos cognitivos que não se restringem apenas ao exame físico. Essa é a grande dificuldade.

E o que entendemos, como foi citado, por exemplo, a serotonina...A serotonina tem 50 funções no corpo. Você pode usar um remédio que modula serotonina como um antiemético, um remédio para vômito. Você pode modular a serotonina como um antidepressivo e você pode modular a serotonina como um analgésico. Então, vejam bem se pensarmos de forma cartesiana na moderna farmacologia e elencarmos os medicamentos dentro de famílias, não tratamos fibromialgia que tratamos com antidepressivo e anticonvulsivante.

Então, os analgésicos, como a senhora disse, o vício não é o caso. Existe uma situação muito falada na mídia, que causa certa confusão, da diferença entre vício e dependência química. A dependência química se verifica no caso do diabético que é dependente químico da insulina, do hipertenso, que é dependente químico do anti-hipertensivo, ou seja, aquilo não pode ser retirado. Se aquilo for retirado de forma abrupta ou não profissional, pode trazer consequência, que se chama síndrome da retirada ou síndrome de abstinência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Alguns analgésicos apresentam isso; são da família dos opioides, aqueles analgésicos narcóticos, que vem da morfina, do ópio. É contraindicado, praticamente, o uso dessa família de medicamentos nos pacientes com fibromialgia, visto que esses medicamentos de fato não funcionam.

Então, a gente sobra com medicamentos anticonvulsivantes, que são antiepiléticos, e remédios moduladores do humor, que são antidepressivos. Esses medicamentos realmente ajudam os pacientes. Apenas três medicamentos são reconhecidos pelo FDA. Estou tendo aqui um pensamento muito cientificista. A minha formação é muito cientificista, como médico. Então, quando se fala em terapias alternativas, alternativo subentende alternar, mudar. Eu preferiria o termo complementares.

Então, imagino que a massagem, o *shiatsu,* acupuntura, TDP cognitivo comportamental, seja o que for é complementar e não alternativa. Deve ser usada junta. É como se estivéssemos fazendo um prato muito gostoso e a gente atribuíssemos a um único tempero aquele prato gostoso. Não, são vários temperos! O tratamento do paciente de fibromialgia precisa de vários temperos. E o menos importante é o medicamento, na minha visão. E cientificamente falando, é o que tem menos evidência de melhora a longo prazo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...Dr. Paulo, o que o senhor recomenda, como médico, que o SUS, nessa portaria, se ela tem que fazer isso e definir claramente isso, que é um tratamento de complementariedade, a medicação farmacológica, os fármacos, e o tratamento complementar, com essas outras terapias alternativas?

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Então, a gente acredita que a abordagem multiprofissional é importante. Então, o mais importante é que haja reconhecimento de que isso é uma síndrome dolorosa que deve ser abrigada pelo nosso sistema de saúde. Isso deve ser abordado por uma clínica, por um grupo de interesse em tratamento de dor que não vá apenas liberar medicamento para esse paciente.

Quando a gente tem um paciente de dor crônica... Vejam bem, vamos tirar a fibromialgia da situação. Temos um paciente com lombalgia, com dor nas costas. A gente sabe que lombalgia está numa prevalência alta em pacientes depressivos. E a depressão tem uma prevalência alta em pacientes com lombalgia. Quem veio primeiro? Não faz a menor diferença! Hoje temos de tratar os dois. Você tem que tratar a emoção e a dor. Então, isso dá resultado.

Levar para o SUS a fibromialgia como sendo apenas uma patologia que deve estar disponível para liberação de medicamentos não vai ter sucesso, não vai ser bom. Faço minhas as palavras do Dr. Sandro de que a terapia deve ser múltipla. Multiprofissional, não só multi...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Holística foi a palavra usada.

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Usando holística olhando de um modo geral e não de uma forma mística.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Holística eu entendi que é no sentido...

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – É nesse sentido que eu também entendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...do conjunto da...

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Da obra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...obra e do conjunto da síndrome da doença.

Sandro, eu gostei da sua exposição, até porque você, de cara... A gente convive aqui... O Senador Moka, na Comissão e também no trabalho... Ele já presidiu esta Comissão. O Senador Edison Lobão dá uma atenção muito prioritária ao nosso trabalho.

Aqui há uma narrativa que eu acho que é uma tentativa de desqualificar ou de não respeitar adequadamente, dizendo que muitas vezes as associações de pacientes vêm aqui apoiadas por laboratórios que querem vender o remédio para o SUS. Com isso, você já diz: eu estou aqui sem nenhum patrocínio. Então, para deixar claro que é um esforço dos pacientes que sofrem com essa doença.

Então, é importante salientar. Parece que as pessoas não têm direito. Não é ilegítimo que também aconteça isso. Não é que a indústria que o faça seja ilegítima, mas essa sua declaração para mim foi esclarecedora.

Eu faço a mesma pergunta que eu fiz para o Dr. Paulo Renato: o que vocês esperam do SUS em relação à fibromialgia?

E eu queria até dizer que, hoje, eu aprendi o seguinte: Deus está nas coincidências e o diabo está nos detalhes. Coincidentemente, eu, na segunda-feira, conversando sobre um assunto completamente diferente de saúde, falava sobre fundos de pensão, e uma senhora, aposentada do Banrisul, que é um banco estatal do meu estado, chamada Analice Leitão, tratava dos interesses disso. No meio da conversa, ao sair, ela disse: "Senadora, por que a senhora não faz um movimento no Senado para criar o dia do fibromiálgico?" E eu olhei para ela e disse: "Eu estou trabalhando nisso; tem alguma coisa que eu estou fazendo, porque a nossa agenda é... "

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, eu digo isso por causa da coincidência – Deus está na coincidência –, porque eu também me pergunto se alguma entidade, a Associação Brasileira dos Fibromiálgicos, está trabalhando para ter esse dia? Porque é em maio, se não me engano, no mundo inteiro que é celebrada essa data.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Dia 12 de maio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, primeiro: o que o SUS deve fazer? Se o que é dado hoje é correto? Se a associação está trabalhando trabalhando naquilo que a Analice Leitão propôs: fazer um dia dedicado a alertar, conscientizar e informar a população brasileira sobre essa síndrome ou essa doença crônica.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Respondendo à sua primeira pergunta quanto ao SUS. Ele não consegue e nem comporta atender a demanda natural, isso é fato. Para que a gente tenha pelo menos a possibilidade de passar por uma especialista que possa diagnosticar ou não, o médico de base, que seria o clínico geral, teria que ter esse conhecimento. Muitos não o têm, eu posso dizer por experiência própria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – De base você fala...

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – É o clínico geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da família?

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – É o primeiro atendimento que você tem quando você vai a uma unidade de saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A uma UPA, por exemplo.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – A UPA é outro departamento, à parte.

A experiência que a gente tem, por relatos que a gente recebe, é que a demanda é muito grande e não é atendida, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, a própria portaria, quando é levada ao conhecimento do paciente, e o paciente leva isso ao conhecimento da secretaria de saúde, municipal ou estadual, passam por cima. Aí a gente também orienta procurar o Poder Público para poder fazer essa reivindicação.

Talvez existam alguns – desculpem a expressão – conchavos, como já aconteceu comigo, de o juiz mandar me responder: "Já pensou se todo mundo fizesse isso?" Ou seja, a primeira coisa necessária, antes de mais nada, é os profissionais de saúde aceitarem a existência da fibromialgia e, para isso, estarem preparados.

Nesses Municípios em que a gente instituiu o Dia Municipal da Fibromialgia, o propósito é justamente este: começar por baixo; de onde o paciente mora, onde ele tem a sua família, onde normalmente ele trabalha, para que ele possa ter esse respaldo, porque não falta só a atenção básica de saúde, falta também a atenção da família, dos colegas de trabalho, da vida social que ele deixa de ter. Então, existe todo um aspecto multifatorial que acaba contribuindo para o *start* de crises.

Então, quero dizer, de uma maneira fechada, que o que o SUS precisaria fazer é preparar profissionais para esse atendimento, antes de mais nada.

A segunda pergunta, eu acabei me perdendo, não faz parte do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sobre o Dia do Fibromiálgico.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Ah, sim. Nós entramos em contato com uma Deputada Federal, a Deputada Mara Gabrilli, e ela nos deu o protocolo da Câmara. Nós teremos que levantar x assinaturas ao vivo, não pode ser pelo sistema eletrônico, que não é válido no Brasil ainda. Nós estamos tentando fazer isso, mas, como eu falei aqui, o melhor lugar do mundo para o fibromiálgico é a clausura: ele não tem que se justificar, ele não tem que sair, ele não tem que atrapalhar o passeio da família. Muitas vezes, a família não compreende o que está se passando com ele. É o que mais acontece.

Então, o nosso propósito é colocar a fibromialgia em evidência, para que eu não tenha, como aconteceu, de ouvir de um médico ortopedista: "Fibromialgia não existe! Eu estou dizendo isso para você". Isso se passou comigo. E não sou a única, eu posso trazer centenas de outros depoimentos, da mesma forma.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Eu vou conversar com a Deputada Mara e ver se ela já entrou com o projeto...

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a fim de ajudá-la e evitar duas iniciativas.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Sim, entendo. Nas duas Casas é muito mais fácil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque, de lá, vem para cá. De qualquer maneira, tem que passar pelo Senado, se for o caso. Eu vou conversar com ela a esse respeito.

O Dr. Paulo Renato pediu para falar, quando ela estava respondendo.

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Se V. Exª me permite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem lhe dá a palavra é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Sª tem a palavra.

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Eu queria apenas dizer que, na sua colocação a respeito da venda de medicamentos para o SUS, dessas famílias de medicamentos que eu falei, todas têm patente quebrada e todas têm medicamentos genéricos. O *lobby* do laboratório pode existir, mas não é um *lobby* de patente fechada, de laboratório único. Eu não acredito que isso seja uma grande preocupação. E a tônica desta Mesa foi exatamente de que o medicamento não é a linha de frente, a coisa mais importante que estamos defendendo.

A defesa é exatamente esta: que seja feito um treinamento das pessoas da área de saúde para reconhecer a doença, que seja feito no primeiro agente de saúde, não só no médico, que está lá na ponta, e que haja uma campanha de esclarecimento. O que a Sandra disse, ou seja, que os médicos não acreditam na dor, é fato, é verdade. Muitos médicos não acreditam na síndrome dolorosa crônica fibromiálgica como uma patologia, como uma doença. Acreditam que é um quadro psicológico, que é um quadro somatoforme, que é um quadro psiquiátrico.

A Drª Elia mostrou muito bem a relação da substância P e também da serotonina. Nós não dosamos a serotonina de rotina para fazer diagnóstico de fibromialgia. Isso não ocorre. Sabemos que há problemas com ela. A substância P só é dosada no líquor, no líquido cefalorraquidiano, coisa que não é fácil de ser feita normalmente. Então, esse diagnóstico é muito complicado e muito difícil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostei disso, porque eu só entendi quando, agora em julho, por cinco dias, dei uma parada, porque aqui é uma loucura, ainda mais no processo que estamos vivendo, com essa crise. E aí eu disse ao médico: "Estou muito cansada, doutor". Ele disse: "Não, você não está cansada, você tem fadiga." Aí fui tentar descobrir o que é. Agora o senhor deu uma explicação bem mais clara e eu entendi o que é isso, doutor.

Eu só queria, Presidente, para ilustrar, citar o que dizem os internautas.

Andreia Cardoso, de Pelotas:

> Sou portadora da fibromialgia há mais de seis anos. Sofremos muito. Precisamos de ajuda. Dia após dia, dores lancinantes essa enfermidade causa. Sofremos, além da dor física, a dor do descaso e do preconceito. É nossa tortura, pois só assim consigo definir o que sinto. Não é considerada doença. Por isso que os médicos, peritos, empregadores, entre outros, não nos tratam com dignidade e respeito, dizendo-nos, muitas vezes, que nada temos, quando, no entanto, não conseguimos nem mesmo nos manter em pé. Portanto, mais uma vez, peço ajuda.

Essa é uma paciente de fibromialgia.

Chamou-me a atenção, de fato, as muitas mensagens do Rio Grande do Sul.

Vanice Madalena Gradischnig Schneider, do Rio Grande do Sul:

> Bom dia, gostaria de saber por que não consigo atendimento pelo SUS. Sou do interior e as consultas são reguladas por uma central. Pediram vários exames que não deram resultados, claro, a fibromialgia não é detectada por exames de sangue, aí a central negou atendimento!

É o que sofrem esses pacientes.

E ela continua:

> Além da fibromialgia sofro de tireoidite de Hashimoto, de líquen plano, e mesmo assim vou ao posto e sou ridicularizada. Peço, por favor, que façam um trabalho de conscientização com os profissionais da saúde para que não sejamos vistos como loucos ou então fingidos.

É o que a Drª Elia falou.

Letícia Simas Vidaletti, também do Rio Grande do Sul:

São muitos gastos com medicações, fisioterapia, médicos... Muito difícil trabalhar quando o corpo pede repouso, o cansaço toma conta da gente. Ao mesmo tempo a pressão da responsabilidade de não poder faltar o trabalho piora os sintomas.

Andreia Cardoso:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

> Por que no Brasil a Fibromialgia é tratada com tanto descaso pela Secretaria de Saúde e pelo INSS? Além disso, por que não há o reconhecimento deste mal que aflige e tortura tantas pessoas em nosso País?

Alexandra Schmitz, de Santa Catarina:

> Classificar como doença crônica e principalmente incapacitante, nos dando direito a aposentadoria, inclusive no serviço público. Ser incluída no art. 186 da Lei nº 8.112, como doença grave e garantir aposentadoria por invalidez, com proventos integrais. A fibromialgia é terrível."

É a reivindicação da Alexandre Schmitz, de Santa Catarina. É mais complexo o que ela está propondo.
Da Lourrany de Castro Alves, Santa Catarina:

> Alguém nos ajude, por favor. Tenho 22 anos, tenho dores desde meus 12 anos. São 10 anos de dores, sem folga, sem férias, e cada vez aumentam mais. Às vezes, não quero mais existir. Já pensei em suicídio, mas nem para isso tenho coragem. Quando a ajuda vai surgir? Socorro, não aguento mais!

Dela também:

> Nós portadores de fibromialgia sentimos dores dia e noite, não temos férias, não temos folga, não temos vida. E o pior de tudo é ter que levantar todos os dias e encarar como se estivesse tudo normal.

De Gilda Varela, Minas Gerais:

> Quero que me ajudem a entender por que, se a fibromialgia é reconhecida como patologia desde 1992, com CID 10M79.7, e perante a medicina só tem CID doença reconhecida, mesmo assim, somos tratados como loucos, dizendo que tudo que sentimos é imaginário? Isso é bem contraditório."

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – É o CID, o código da doença.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Adriana Nogueira, do Rio de Janeiro: "Dignidade, respeito e compreensão são imprescindíveis para os fibromiálgicos".

Georgeta Angela Colsera Barreto, de Tocantins: "Boa noite, por que, com tanto sofrimento, as pessoas que têm fibromialgia não são reconhecidas pelo INSS com uma doença incapacitante? É uma doença horrível, só quem tem pode avaliar."

Ronivaldo Assis e Silva, da Paraíba. Não é ele que tem, é a mulher dele – na proporção, atinge mais as mulheres.

> Bom dia, minha esposa descobriu, depois de muitos exames e médicos, que ela sofre dessa doença, já que a mesma se confunde com muitas outras; não poderiam essas pessoas conseguirem seu medicamento gratuitamente, como hoje existe para outras doenças crônicas?

Ele espera isso do SUS.
Izilda Nogueira Coelho, de Alagoas:

> O não reconhecimento como uma doença crônica nos torna excluídos, pessoas à margem, invisíveis, pois sequer de um tratamento digno dispomos. Será necessário que mais pessoas, não suportando as dores, tomem o suicídio como alternativa para o fim de tanto sofrimento?

É grave, realmente, para quem sofre.
Feel Oliver, do Acre:

> Eu trabalhava como agente de controle penitenciário; minha demissão, sem justa causa, se deu pois, em virtude da fibromialgia, eu faltava ao trabalho, ao menos um atestado por mês; por não ser crônico, os chefes achavam que as faltas eram por motivos torpes, não compreendendo minha situação.

Lidianne Lee de Azevedo Oliveira, aqui do DF:

> Sou Lidianne, bancária; portadora de fibromialgia, artrose, tendinite e espondilite anquilosante. Tudo isso aos 34 anos de idade. O que fazer para ter atendimento na emergência dos hospitais? O SUS não tem estrutura nas emergências para nos receber...

É o que a Sandra falou aqui também.
Maria Antônia Lescano, de Santa Catarina:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

> "Por que os pacientes fibromiálgicos não têm acesso à medicação, e por que eles são tão discriminados pelos médicos e pelos peritos? Se essa doença possui um CID, por que ela não é tratada como uma doença crônica e incapacitante?"

Outro comentário também diz: "Não precisamos somente de um debate [...]".

Lourrany, quero dizer-lhe que não é só um debate que estamos fazendo aqui, nós estamos tratando de encontrar um caminho para resolver a doença.

Ela ainda diz: [...] "precisamos de ajuda urgente. [Nós queremos fazer isso.] Será que alguém vai ler tudo isso? Precisamos de ajuda, por favor, alguém pode ver isso? Precisamos de ajuda!" É o desespero de repetir o pedido de socorro, o SOS da Lourrany de Castro Alves, de Santa Catarina.

Já falamos da Lidianne, aqui do Distrito Federal, e aqui ela mandou muitas colocações, e também a Vanice, que disse: "Estou aqui assistindo [ela está assistindo à audiência] e o traumatologista me disse 'vai para casa ser feliz, você não tem nada!' Por favor, isso é o suficiente para desencadear uma crise profunda." De fato, é. Quando se busca o médico, e a palavra dele é dizer que você não tem nada, que não é doença, que está...

Então, esses relatos aqui, Presidente Edison Lobão, apenas confirmam a gravidade dessa incidência, e num país em que o maior de número de eleitores são mulheres, o maior número da população é feminino, nós precisamos encarar essa questão. E o percentual é de um homem a cada 20 mulheres com essa doença. É uma doença feminina, eu diria, é uma doença feminina, se assim se se pode tratar.

Queria saber do Dr. Sandro também, como muitos foram os questionamentos sobre SUS para fornecimento do medicamento, uma; a outra, a complementariedade daquilo que foi sugerido pela Drª Elia Tie Kotaka sobre a questão de acupuntura, sobre a questão das fisioterapias, de outras práticas que são complementares, exercícios físicos, academia. Mas isso, qualquer pessoa pode fazer, sem precisar do SUS, deve-se adotar uma mudança de hábitos de vida também em relação a isso.

Agradecer à Sandra também e a todos. Para mim, foi extremamente compreensível isso. Vamos continuar nessa luta.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente Edison Lobão, Dr. Paulo Renato da Fonseca, Srª Sandra Santos Silva, Drª Elia Kotaka, como a Senadora Ana Amélia disse da minha formação, eu digo que não sou mais médico. Aliás, eu tenho uma filha médica, ela falou: "Você não fala mais nada sobre Medicina, porque você não sabe mais nada sobre Medicina." Estou proibido pela filha. Ela é boa médica, está fazendo nefrologia na Unicamp, é uma moça dedicada.

Mas eu vou começar dizendo o seguinte, Sandra. É claro que você tem toda razão em criticar os médicos, achar que eles estão discriminando, é compreensível isso. Mas o próprio Dr. Paulo Renato dá um testemunho aqui e você não pode dizer que o Paulo, pelo depoimento que ele dá, seja alguém insensível a isso.

É que a maioria dos médicos tem dificuldade no diagnóstico. Não sei se o Paulo, Sandra ou Elia... É o diagnóstico. Então, esses médicos vão para uma fila com quantidade de gente, chega a pessoa que o médico chama de poliqueixosa – tem dor aqui, dor aqui, dor aqui –, se a pessoa não tiver essa formação e essa informação, há tendência natural de o colega dizer que não tem nada. Isso é horrível, do ponto de vista... Aí, eu acho que o SUS, o Ministério da Saúde tem que criar mesmo um grupo de estudos. Eu não gosto de audiência, quando o cara fala assim, nós não precisamos de audiência, precisamos de uma solução. E a solução está exatamente em tornar a doença mais conhecida. Aí, quem sabe, a partir das faculdades mesmo, introduzindo cadeiras específicas, mostrando: olha, dores crônicas... Aí, dentro disso, falar sobre a fibromialgia, que é realmente horrível para a pessoa. Você percebe que...

A Drª Kotaka, se me permite, diz o seguinte: "Isso tem muito a ver com a depressão". Ela mesma diz que a psicanálise é uma coisa importante, porque a pessoa precisa elevar a autoestima. A família, que também não entende, fala: "Ah, está assim porque não quer fazer nada, é preguiçosa, é não sei o quê". É muito ruim a sensação. É horrível a sensação!

Então, acho que o SUS poderia dar uma grande contribuição se montasse realmente um grupo de estudos de especialistas que tratassem. E aí, quem sabe, uma campanha mesmo, bancada pelo próprio Ministério da Saúde, que dissesse: "Olha, existem pacientes assim e assim, que podem... Porque isso por si levará a pessoa que vai a um ambulatório no início de tudo... O colega já vai começar a prestar atenção: Será que essa pessoa não tem fibromialgia? É o início. Será que.. Porque não é comum. Não é possível que uma pessoa nova...

A estatística mostra pacientes de 20 a 30 anos. Não é possível que todo dia tenham uma dor. Dezoito pontos são considerados super sensíveis. Imaginem isso! É realmente... Eu acho que o SUS deveria, Drª Sandra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tomar a iniciativa. Veja a contribuição que o Paulo Renato pode dar; que a Drª Kotaka pode dar, pois escreveu um livro a respeito. Divulgar isso e passar a ter, quem sabe, nos ambulatórios, um lembrete para mostrar.

Eu não sei qual a estatística, Sandra. Você sabe? Aqui no Brasil, quantas pessoas já estão com diagnóstico de fibromialgia?

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Eu posso dizer o seguinte, Dr. Sandro citou, na apresentação dele, que são 2,4% da população.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Citou 2,4% da população.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Porém, a própria Portaria nº 1.083 aponta como 8%.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim. De qualquer forma o número é muito relevante.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Mas isso, dentro da projeção do IBGE, em que chegamos à casa de 206 milhões de brasileiros... Estamos falando se contado a 8%, em 2012, quando foi elaborado esse protocolo; estamos falando da casa de 16 milhões de brasileiros.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É muita gente!

Eu acho, Sandra, que essa estatística merece realmente que... Assim como outras doenças que nós já debatemos, as chamadas doenças raras, caso muito parecido com esse. Só que aqui tem um fator crônico e que mexe com a autoestima da pessoa, porque aparentemente se trata de uma pessoa sadia, não aparenta nada, a aparência física é absolutamente normal, mas ela sente dor – e não é pouca.

Imagine você com esses sentimentos... Ou seja, você tem dor, e a pessoa diz: "Não, vai para casa, ser feliz!" É como se dissesse: você não está subestimando isso; o seu caso não é esse.

Então, eu penso...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que agrava a situação do paciente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E agrava, isso agrava muito, porque ainda ela sai de lá odiando o colega que disse isso – porque é real: "Você está inventando essa dor, essa dor não existe."

Então, eu quero parabenizá-los. Para mim, não é uma surpresa; aqui a médica deveria ser a Ana Amélia, porque eu sou só o coadjuvante aqui. Eu tenho medo de ela ser processada por exercício ilegal da profissão. Disso eu tenho medo. Mas ela dá uma grande contribuição ao trazer um tema aqui que não pode ficar só no debate. Aí, Presidente, eu gostaria que o senhor sugerisse realmente um encaminhamento que pudesse partir desta Mesa. Você tem a Sandra, que representa os portadores de fibromialgia; você tem uma professora – vou chamá-la assim, porque tem um livro –; tem o Paulo Renato, que, embora não seja o lema, ninguém melhor do que um anestesiologista para avaliar a dor, e o Sandro que representa aqui o Ministério da Saúde.

Então, esse grupo poderia sentar e tentar realmente avaliar o que mais, Sandro... Eu não estou aqui, absolutamente, criticando nada, mas eu acho que é possível dar um destaque ao que eles estão pedindo e informar aos colegas, sobretudo aos colegas de ambulatório, que isso realmente é uma estatística muito grande, isso pode estar acontecendo com milhares e milhares de pacientes que não têm outro recurso a não ser o analgésico ou, quem sabe, medidas alternativas, que o Paulo colocou muito bem aqui, quando disse complementares. Quer dizer, além do tratamento, medidas complementares no sentido de melhorar o bem-estar. Se melhorar o bem-estar, vai melhorar o astral da pessoa, o que já é um ganho, claro com o apoio de psicanálise. Eu acho que isso, realmente, seria um caminho importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não tenho perguntas; é só um comentário mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer a V. Exª, novamente, Senador Edison Lobão, mas agradecer, de modo especial, à Drª Elia Kotaka, que trouxe uma experiência porque lida com esse tema; ao Dr. Sandro José Martins, pela contribuição, pela forma como o Ministério da Saúde participa e vem colaborar com isso como dever de Estado. Então, eu agradeço muito a sua presença, a forma como o senhor abordou o tema, com muita objetividade. Agradeço à Sandra Santos Silva, que é a Diretora da Associação Brasileira de Fibromialgia, ou dos fibromiálgicos, dos pacientes, e, especialmente, ao Dr. Paulo Renato da Fonseca, que é um pesquisador nisso.

Eu só terminaria perguntando: essa doença pode ser genética, pode ser transmitida para as pessoas de uma mesma família?

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Geneticamente, nós não conseguimos comprovar. O que nós sabemos com certeza é que a prevalência na família de pacientes que têm fibromialgia é maior do que na população em geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa foi uma pergunta da Léa Araújo, do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Não há um marcador genético claro. Nós ficaríamos durante horas aqui falando sobre dores genéticas. Um grande caminho para o futuro, no tratamento da dor, é exatamente estudar mais a genética. As escolas de Medicina, de modo geral, estudam a genética, o que vem aí para contemplar.

Em relação ao gênero, como a senhora perguntou inicialmente, também é outra fonte de pesquisa. De modo geral, as mulheres sentem mais dor crônica, elas têm uma prevalência maior de dor crônica do que os homens.

Em relação ao que o Senador Moka falou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E duram mais, não é?

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Ainda há essa característica. Essa é uma característica também da dor crônica no Brasil. A prevalência vai aumentar porque a nossa população está se tornando mais longeva. A incidência de câncer nessa população mais longeva aumenta; consequentemente, os tratamentos de câncer no Brasil estão melhores do que eram no passado. Então, essa população vai se curar do câncer, embora haja mais tipos de câncer. Consequentemente, a partir do tratamento, haverá pacientes com câncer com dor crônica, e também a incidência é alta não só pela doença, mas pelo tratamento.

Em relação à geriatria, a mesma coisa. Os pacientes, como vivem mais, têm hoje mais doenças degenerativas. No século XIX, as pessoas morriam com 30, 40 anos. Hoje morrem com 90. Quando uma pessoa falece com 70 anos, todo mundo fala: "Nossa, morreu jovem!", não é? Fica todo mundo espantado. Então, se você espera uma longevidade acima de 80 anos como uma coisa natural, doenças que não ocorriam no passado vão aparecer. Dentre elas, síndromes dolorosas crônicas degenerativas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, veja a importância da comunicação. Esta audiência está sendo transmitida, as pessoas estão acompanhando, porque ela foi anunciada pela TV Senado. Eu até agradeço a área de comunicação da TV Senado e a querida assessora da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Eu li a pergunta da Léa, sobre a questão genética. A Lidiane concorda com a Léa e diz que a mãe dela tem a doença e ela também. Desde os 14 anos sente essas dores. É a Lidiane de Oliveira, aqui do Distrito Federal, concordando com a manifestação sobre o fator genético.

Eu queria também dizer...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, permita-me dizer que são doenças com características familiares. Se alguém da família tem, é bem provável que outra pessoa da família pode vir a ter. É diferente de ser transmitida geneticamente. São coisas diferentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agora quero aqui ler a mensagem de Edson Luís dos Santos, Senador Waldemir Moka, de Mato Grosso do Sul: "Obrigado, Senador Moka, pelo apoio aos fibromiálgicos". Ele está acompanhando também.

Então, apenas para mostrar o quanto as pessoas estão interessadas neste tema.

Agradeço muito.

Dr. Paulo Renato, Sandra, Dr. Sandro e Drª Elia Kotaka, quando houver demandas, nós vamos encaminhá-las, para que juntos possamos dar um alento a essas pessoas que sofrem tanto, pois são, digamos, mal interpretadas e sofrem com o preconceito. A pior coisa é o preconceito. Além da dor, é o preconceito, como é com a psoríase e com outras doenças.

Então, queremos dar informação, e esse Dia do Fibromiálgico será um momento importante para que o País faça isso. Assim como se faz o Outubro Rosa, de combate ao câncer, ou o Novembro Azul, de câncer de próstata para os homens, vamos também nos mobilizar em relação à questão do fibromiálgico, que tem uma doença invisível, só é sensível para quem dela sofre.

Então, muito obrigada a todos pela valiosa colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero ressaltar a iniciativa da Senadora Ana Amélia em trazer a esta Comissão o debate em torno de uma questão fundamental para a saúde do povo.

As mensagens lidas pela Senadora demonstram a dramaticidade do sofrimento das pessoas. Eu confesso que não tinha a consciência exata da profundidade dessa enfermidade.

Também não posso deixar de registrar o espírito missionário da Drª Sandra Santos Silva, pela maneira como ela relatou as dificuldades que tem que enfrentar a cada dia e a cada momento, inclusive na sua vida a esta Comissão. Por tudo isso, não se pode deixar de reconhecer que há pessoas no País que se preocupam com aquelas que tanto sofrem.

Eu, na minha juventude, padeci muito com uma cor que parecia crônica e felizmente não era, era uma enxaqueca, que, graças a Deus, desapareceu. Ora, se uma simples enxaqueca perturba as pessoas, imaginem as dores decorrentes, oriundas, tributárias da fibromialgia? Mas eu gostaria que o Dr. Paulo dissesse um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mais sobre a associação dessa enfermidade com o sono irregular, deficiente. Pasmem que S. Sª falou ainda há pouco sobre isso, eu gostaria que dissesse um pouco mais.

Em seguida, vamos ouvir, para encerrar esta reunião, a Drª Sandra, que pediu par falar, e a Drª Kotaka.

Com a palavra o Dr. Paulo Renato.

O SR. PAULO RENATO BARREIROS DA FONSECA – Senador, em relação ao sono, essa é uma atenção muito grande que todos que tratam dor crônica têm, porque o sono frequentemente é impactado num paciente que tem dor. Então, ele pode ser despertado pela dor, do sono, isso trazer um sono de má qualidade ou, mais comumente, as síndromes dolorosas requerem um tempo de reparo do sono de boa qualidade.

Então, o tempo de inconsciência não é uma necessidade absoluta, mas a qualidade em que o tempo de inconsciência ocorre com as determinadas fases do sono interfere diretamente com síndromes dolorosas crônicas, dentre elas a fibromialgia.

A incidência da insônia, ou seja, da falta de sono, da dificuldade de começar o sono, de sustentá-lo, ou sono picado ou, mais claramente, quando se efetua uma polissonografia, um eletroencefalograma durante o sono, se vê que as fases eletroencefalográficas não se cumprem, elas se cumprem parcialmente ou não se cumprem com qualidade.

Então, uma das grandes preocupações do especialista de dor crônica é adequar a qualidade do sono.

Muito boa sua colocação de eu poder ter uma oportunidade de falar para vocês aqui sobre a epidemia do uso de soníferos no Brasil.

Então, a quantidade de medicamentos que as pessoas tomam para dormir, hoje, no Brasil, é absurda. Isso é feito através da prescrição de um médico. Isso não cai no bolso das pessoas apenas porque querem. Isso é prescrito. E esses medicamentos para sono frequentemente agravam a qualidade do sono a longo prazo; agravam e trazem distúrbios como a depressão, por exemplo.

Então, síndromes dolorosas crônicas estão relacionadas à qualidade ineficaz do sono. O sono deve ser tratado de forma adequada. E tratar o sono não é apenas tomar remédios. É comum, é muito comum no consultório, hoje, aquela senhora que chega dizendo que já toma o tal remédio para dormir há muitos anos. Então, aquele sono se torna dependente desse remédio, ela não consegue se livrar com facilidade desse medicamento e a qualidade do sono, embora haja inconsciência, também não é de boa qualidade.

Não só na fibromialgia, Senador, mas em todas as dores crônicas a qualidade do sono é foco de atenção muito grande do especialista em dor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu pedi a licença ao Presidente e também aos nossos expositores. Nós, na Casa, temos uma superposição de agendas. Nessa audiência pública que eu requeri, tinha por dever de ofício, inclusive, de responsabilidade, estar presente, que é a norma definida pelo nosso Presidente. Mas eu também sou Relatora da indicação de um embaixador brasileiro, que vai para a Colômbia, na Comissão de Relações Exteriores ao lado. A reunião começou às dez horas da manhã. Então, peço licença aos senhores para ir ali pelo menos para constar a minha presença e votar na indicação do embaixador, porque sou Relatora. E havendo condição, volto aqui. Mas o Presidente faz as honras da Casa com muita competência, como sempre.

Então, eu quero que o senhor entenda que o queria aqui porque as perguntas que o senhor fez foram extremamente elucidativas e deram também a oportunidade para o Dr. Paulo levantar outra questão grave que é da excessiva medicação para que as pessoas durmam melhor, em vez de se recomendar que façam mais exercícios e vivam melhor, alimentem-se melhor, porque tudo está relacionado.

Muito obrigada. Quero pedir desculpas a todos os expositores. Vou ali na Comissão e havendo condição, volto novamente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu compreendo, Senadora, as circunstâncias que V. Exª relata, porque também eu...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E eu tenho uma assessora que fica aqui anotando todas as informações dadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas isso também talvez não precise, não. Tem a televisão. Disso é importante que as pessoas tomem conhecimento. V. Exª irá lá e voltará.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Drª Sandra.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Obrigada, Senador.

Eu tenho aqui um trabalho que foi publicado em 2009, por profissionais da área. Não é o caso de graduandos ou pós-graduandos, já são profissionais reconhecidamente detentores de conhecimentos sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

fibromialgia. E eles fizeram um trabalho chamado: *A compreensão do residente médico em reumatologia no atendimento aos pacientes com fibromialgia*.

Eu vou só ler o resumindo, óbvio, porque não dá pra ler o trabalho todo. Então, aqui eles colocam:

> Resultados: O atendimento causa frustração, traz sentimento de impotência e gera indignação. O paciente sofre preconceito devido a idiossincrasias, a componentes sociais e à não adesão ao tratamento. O médico necessita de preparo emocional para atender. São requisitos necessários: saber ouvir e compreender a relação paciente-doença.
> O diagnóstico é marcado pela falta de comprovação laboratorial e subjetividade da anamnese; o médico necessita do apoio da psicologia, e o tratamento requer uma equipe multidisciplinar. CONCLUSÃO: O atendimento é frustrante e gera sentimento de impotência, sendo preciso maior preparo psicológico na formação médica e uma atuação mais integrada entre medicina, psicologia e fisioterapia.

Ou seja, esse trabalho foi feito em 2009, há sete anos, e a condição continua a mesma. Aos pacientes que às vezes precisam recorrer à UPA, como eu falei há pouco, que UPA era um caso à parte, a única que dão é tramadol na veia, uma medicação analgésica. Só. Eles dizem: "Mas, doutor, eu não consigo passar pelo médico para fazer um tratamento, para saber o que eu tenho". E fica por isso mesmo.

A fibromialgia não tem apenas uma abrangência médica, ela tem uma abrangência antropológica, social, que acaba causando um processo em cadeia, como uma bola de neve, porque desestrutura famílias. Nós temos relatos de casamentos que se desfizeram porque o paciente não conseguia ter tratamento e muito menos trabalhar. Ele não conseguia trabalhar e, por sua vez, não conseguia também o benefício no INSS. É comum os pacientes ouvirem, quando vão fazer a perícia: "Fibromialgia não tem benefício". É comum ouvir isso. Ou seja, o trato do fibromiálgico vai muito além da Medicina. Ele enquadra, sim, o aspecto social também. Porque o paciente, como todo mundo, precisa trabalhar. Ele quer voltar a trabalhar, ele quer ter a sua vida produtiva, ele quer ter a sua vida profissional. Porém, a falta de um tratamento assertivo impossibilita isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço que encaminhe uma cópia desse relatório para as avaliações da Comissão.

A SRª SANDRA SANTOS SILVA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeceria.

Drª Elia Kotaka.

A SRª ELIA TIE KOTAKA – Apenas complementando o que disse o Dr. Paulo, tanto a serotonina como a substância P foram citadas, mas são resultados de pesquisas. O mais importante, no caso da fibromialgia, é a inexistência de um parâmetro que nos diga: "Deu isso, deu fibromialgia", que é o *gold standard*, que deveríamos adotar. Mesmo a Psicanálise, pois a Psicanálise ouve a história de vida de uma pessoa para dizer: "Por esse motivo você recalcou alguma coisa que hoje está te doendo". A pessoa perdeu o pai, ou perdeu o marido, acha que está abandonada de novo, então, sente a dor. Mesmo que seja isso, não existe um padrão ideal ainda.

O SR. SANDRO JOSÉ MARTINS – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter participado desta Mesa de debates, lembrando que é importante ter esse *feedback sobre* a necessidade de melhoria da divulgação e da capilarização do acesso a políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, que, às vezes, não chegam ao usuário final. É o caso, como foi constatado aqui, da política de controle de doentes com dores crônicas, que foi proposta em 2012, que prevê uma série de medidas, inclusive com acesso a medicamentos que foram mencionados. Todos eles fazem parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, portanto deveriam estar acessíveis aos usuários.

Ainda, que um trabalho de divulgação dessa política será, certamente, implementado, principalmente voltado para a capacitação das equipes de saúde da família, que são mais numerosas e estão mais presentes no interior do País, para poder acolher adequadamente esse paciente e poder fazer com que ele, sim, leve uma vida produtiva, trabalhando, convivendo com essa condição clínica, que é Irreversível, mas não incompatível com uma vida social normal, porque, se 4% a 8% dos brasileiros se aposentarem por fibromialgia, a situação realmente fica muito complexa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço a presença do Dr. Sandro José Martins, do Dr. Paulo Renato da Fonseca, da Drª Sandra Santos Silva e da Drª Elia Kotaka, que compareçam a esta audiência pública de grande relevância.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e da aprovação da ata da reunião anterior. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 672, do Tribunal de Contas da União, que informa o recebimento do Ofício nº 1.016, do Senado Federal, por meio do qual a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais encaminha cópia do Requerimento nº 26 de 2016, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que solicita informação "acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais, por entes públicos de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF)". Esclarece, ainda, que o referido expediente foi autuado como processo nº TC-023.410/2016-7 e remetido à Secretária-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, para adoção das providências pertinentes. A presidência da Comissão de Assuntos Sociais informa que o referido documento ficará à disposição dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, na Secretaria, para as consultas que se fizerem necessárias. A Presidência comunica, ainda, o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 32, de 2016, da Câmara Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, solicitando apoio dos Parlamentares contra a proposta de Reforma da Previdência Social; Ofício nº 31, de 2016, da Câmara Municipal de Nova Pádua, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Repúdio contra a "retirada dos direitos previdenciários e sociais dos agricultores"; Ofício nº 9, de 2016, do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede em Teresina, Piauí, que encaminha ata do Ato Público em Defesa das Instituições Trabalhistas do Brasil "perante projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que desaparelham a Justiça do Trabalho"; Moção de Repúdio da Associação Regional dos Aposentados e Pensionistas pela Previdência Social, de Rio Claro, São Paulo, com manifestação contra proposta da Reforma da Previdência; Ofício nº 441, de 2016, da Câmara de Vereadores de Xanxerê, Santa Catarina, que apresenta Moção de Apelo pela regulamentação da "desaposentação", ou seja, "possibilidade de o trabalhador renunciar à aposentadoria e incluir o tempo trabalhado após a concessão"; Ofício nº 761, de 2016, da Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo, com Moção de Apoio à manifestação da Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos de São Paulo contra a "alteração efetuada no Ministério da Previdência, bem como as mudanças na Previdência Social". A Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, na Secretaria desta Comissão. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1- Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado Nº 13, de 2015- Não Terminativo - Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Dispõe sobre a prática da equoterapia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no caput do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. Às nove e quarenta e sete minutos, assume a presidência o Senador Elmano Férrer. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara Nº 141, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Rodrigo Maia. Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Edison Lobão. Item 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. Item 4 - Tramitação Conjunta: Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2008 - Não Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para reduzir a alíquota da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, de que trata a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Projeto de Lei do Senado nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

86, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Luiz Henrique. Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para excluir os valores destinados ao pagamento de benefícios do regime próprio de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal da base de cálculo das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep das pessoas jurídicas de direito público interno. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 120, de 2008 e 238, de 2013, que tramitam em conjunto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014 - Não Terminativo - Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais. Relatório: Pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012. Resultado: A Presidência devolve a Relatoria do Projeto ao Senador Elmano Férrer. O Relatório (ad hoc) do Senador Paulo Paim passa a constituir Voto em Separado pela rejeição do Projeto. Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 27, de 2016-CAS, aprovado extrapauta, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Elmano Férrer, solicitando Audiência Pública para instruir a matéria. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Regula o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa - ASSE. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Romário. Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Paulo Paim. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Angela Portela. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Waldemir Moka. Altera o art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder estabilidade provisória aos empregados que retornarem ao trabalho após o término do auxílio-doença, concedido em decorrência de tratamento contra a neoplasia maligna. Relatório: Pelo envio da matéria à Mesa do Senado Federal para que se proceda a sua reautuação como Projeto de Lei Complementar. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Extrapauta: Item 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 27 de 2016. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o " PLS 127/2012 - Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais". Os convidados serão informados posteriormente. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os seguintes Senadores e Senadoras: Paulo Paim, Waldemir Moka, Lídice da Mata, Angela Portela, Elmano Férrer, Regina Sousa e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às dez horas e nove minutos, reassumiu a presidência o Senador Edison Lobão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 672 do Tribunal de Contas da União, informando o recebimento do Ofício nº 1.016 do Senado Federal, por meio do qual a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais encaminha cópia do Requerimento nº 26 de 2016, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que solicita informação "acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais, por entes públicos de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF)".

Esclarece, ainda, que o referido expediente foi autuado como processo nº TC-023.410/2016-7 e remetido à Secretária-Geral de Controle Externo do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Comunicamos, ainda, o recebimento das seguintes manifestações:

1º - Ofício nº 32, de 2016, da Câmara Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, solicitando apoio dos Parlamentares contra a proposta de reforma da Previdência Social.

2º - Ofício nº 31, de 2016, da Câmara Municipal de Nova Pádua, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Repúdio contra a "retirada dos direitos previdenciários e sociais dos agricultores".

3º - Ofício nº 9, de 2016, do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região com sede na cidade de Teresina, Piauí, que encaminha ata do Ato Público em Defesa das Instituições Trabalhistas do Brasil "perante projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que desaparelham a Justiça do Trabalho".

4º - Moção de Repúdio da Associação Regional dos Aposentados e Pensionistas pela Previdência Social de Rio Claro, São Paulo, contra a proposta de reforma da Previdência.

5º - Ofício nº 441, de 2016, da Câmara de Vereadores de Xanxerê, Santa Catarina, que apresenta moção de apelo pela regulamentação da desaposentação, ou seja, "possibilidade de o trabalhador renunciar à aposentadoria e incluir o tempo trabalhado após a concessão".

6º - Ofício nº 761, de 2016, da Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo, com moção de apoio à manifestação da Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos de São Paulo contra a "alteração efetuada no Ministério da Previdência, bem como as mudanças na Previdência Social".

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão.

O item 1 foi retirado de pauta a pedido do Sr. Relator Otto Alencar.

O item 2 é relatado por este Presidente.

Nessas condições, peço ao Senador Elmano Férrer que assuma a Presidência dos trabalhos pelo período em que pronunciarei o parecer a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera.

Autoria: Deputado Rodrigo Maia
Relatoria: Senador Edison Lobão
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

Passo a Presidência, então, ao Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Dando continuidade a esta reunião, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para relatar o projeto constante do item 2 da pauta da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos termos da proposição, a isenção alcança os seguintes tributos:

a) Imposto de Importação – II;

b) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/Pasep, e;

d) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins.

São alcançados pela isenção as operações de importação dos equipamentos e materiais fotográficos destinados ao uso exclusivo do fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera, desde que para uso exclusivo em serviço.

As isenções previstas nesta proposição somente serão concedidas aos equipamentos e materiais que não possuam similar nacional.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação da matéria, objeto desta proposição, enquadra-se no art. 22, que atribui competência privativa da União para legislar sobre condições para o exercício das profissões.

A evolução tecnológica nesta área trouxe, Srs. Senadores, uma defasagem para os profissionais brasileiros da fotografia em face do alto custo dos equipamentos importados e da tributação aplicada sobre eles. A evolução tecnológica nesta área trouxe, portanto, esses malefícios aos profissionais.

Importa salientar que, neste projeto de lei, estamos tratando apenas do uso de equipamentos de fotografia sem similar nacional destinados exclusivamente à atividade profissional.

O art. 3º do projeto enumera uma série de condições para acesso ao benefício, tais como:

I – comprovação do exercício das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

III – atestado de inexistência de produção nacional (não similaridade);

IV – declaração à Receita Federal do Brasil de que destinará o equipamento exclusivamente ao uso próprio e ao exercício das atividades profissionais abrangidas pela proposição.

Trata-se, portanto, de matéria com a rigidez necessária para se evitar abusos, fraude ou má-fé.

Ressalte-se que somente poderão ser alcançados pela isenção equipamentos e matérias sem qualquer similar produzido no Brasil e pelo prazo máximo de cinco anos, sem qualquer efeito efetivo imediato, pois o impacto financeiro será estimado pela União e deverá ser submetido à aprovação de lei orçamentária anual e somente poderá entrar em vigor após a publicação desta lei.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei da Câmara, que é de autoria do Sr. Deputado Rodrigo Maia.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Em discussão o presente relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Elmano Férrer, no exercício da Presidência; Senador Edison Lobão, Relator da matéria; Deputado Rodrigo Maia, atual Presidente da Câmara e autor desse projeto, primeiro, Presidente Lobão, eu quero cumprimentar o número de moções que V. Exª está recebendo do Brasil todo, e vejo em grande parte do Rio Grande, contra a reforma da Previdência, nos moldes que está sendo publicada por toda a imprensa brasileira. E cumprimento V. Exª, porque lê todas – a favor ou contra, V. Exª aqui lê todas as moções. Então, meus cumprimentos ao povo brasileiro. Pelo menos, ao que percebi, não veio uma moção de apoio a esta reforma – e estou sendo muito claro – da forma que está sendo divulgada por toda a imprensa nacional. Isso é um bom sinal, o povo está acompanhando o debate.

Segundo, Sr. Presidente, quero cumprimentar tanto o autor quanto o Relator. Acho que é uma bela iniciativa. Dizia-me aqui o representante, inclusive, do setor que algo semelhante acontece com os taxistas, só que aqui há uma série de exigências, que V. Exª já leu aí muito bem: o limite é 50 mil; obrigação de permanecer de posse do equipamento, ou seja, não pode ficar comprando e vendendo, porque daí vira quase um contrabando; a forma do equipamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

V. Exª, como Relator, e o autor deixam muito claro aqui que é para o trabalho desses profissionais que estão aqui, na sala, agora. Eu nem tinha visto que vocês estavam aí. Um esteve comigo, e, não foi, inclusive, nenhum de vocês. Foi você que esteve aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São profissionais que estão dia e noite divulgando, fazendo esse papel fundamental. Falo sempre que há quatro Poderes para mim: o Executivo, o Legislativo e a força da imprensa, desses profissionais. Quando me debruço sobre um projeto como esse, eu me lembro de dois fatos. Como sindicalista – e depois vamos discutir o projeto de greve –, quando eu estava quase apanhando da polícia, eles vinham com a máquina, com a fotografia, e queriam pegar a foto mesmo. Daí o cara suspendia o cassetete. Então, deixei de apanhar algumas vezes graças a vocês, a esse setor da categoria. Isso é verdade. E na vez...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Moka, eu fico sempre te defendendo.

É um carinho muito grande por todos os profissionais.

Sempre lembro uma oportunidade em que eu ia para o exterior levando um dossiê da ditadura no Brasil. Eu, sindicalista, ia fazer uma série de países contando o que estava acontecendo. Chegando ao aeroporto, fui preso. Não sei como apareceu fotógrafo na hora em que eu fui preso. Depois me contaram que foram eles que chamaram a OAB, que chegou com os advogados, que era uma gurizada também – gurizada no bom sentido. Em seguida, fui liberto, não aconteceu nada. Não sou daqueles que dizem que... Não aconteceu nada. Em vez de me investigar, ficaram com o dossiê, liberaram-me e eu viajei.

Eu voto com muita satisfação. Para mim, no fundo, são profissionais dos direitos humanos. Eles cumprem o papel deles. Depois, claro, a empresa é que vai divulgar a produção do material, mas eles filmam e fotografam todos os fatos que existem. E na maioria dos casos, os fatos estão ali. A câmera não mente, a foto não mente. Se alguém deturpar a notícia é outra história depois.

Então, eu voto, com muita satisfação, nesse projeto relatado por V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer aos profissionais que aqui estão... E, às vezes, alguém que não me conhece pode achar que é... É claro que é brincadeira.

Eu estava comentando com a Senadora Angela que eu me lembro da votação das Diretas Já, do Dante, que não passou. Era muito jovem. Quanto foi horrível aquilo, Paim, o pessoal a cavalo correndo atrás da turma. Foi uma experiência terrível. Eu sou de uma geração que lutou pela redemocratização deste País. Desde 1969, eu já estava na União Campograndense de Estudantes, depois no Diretório Acadêmico, como Presidente.

Enfim, a presença desse profissional é fundamental em qualquer cobertura – fundamental. Ele ajuda a dar transparências aos fatos. Quando o nosso Presidente traz um projeto que vai facilitar a aquisição, e vai, na verdade, trazer uma série de inovação de produtos de melhor qualidade e vai melhorar o trabalho de cada um deles...

Então, eu queria, ao dizer do meu voto "sim", cumprimentar todos os profissionais aqui em nome de um fotógrafo que me acompanha, há algum tempo, o Luiz.

Quero dizer que achei muito feliz a autoria do projeto do Deputado.

Cumprimento o Relator pelo relatório.

Tenho a certeza de que o projeto seguirá em frente e terá a sanção e de que os profissionais terão essa facilidade, com todas as exigências. V. Exª tomou cuidado para que isso não virasse alguma coisa sem critérios bem definidos na lei.

Então, parabéns ao autor e parabéns ao Relator!

Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Continua em discussão a matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, por todas as razões já elencadas aqui pelos dois oradores que me antecederam, pela nossa experiência também de atuação política, pela contribuição que esses profissionais dão à imprensa livre no nosso País e no mundo, pela contribuição que os transformam, muitas vezes, em verdadeiros artistas – quantas fotografias de reportagem de rua foram premiadas e revelaram para o mundo, além do fato, a técnica! –, por tudo isso, acho que é um projeto importante para o Brasil. Em minha família, há fotógrafos, jornalistas, fotógrafos de rua, fotógrafos que vivem disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Acho que esse projeto beneficiará a categoria, é claro que no limite das garantias que consideramos indispensáveis, para que não se transforme numa facilidade para todas as pessoas, mas, sim, para os profissionais que têm na fotografia seu meio de vida.

Portanto, quero votar com muita alegria nessa proposta que V. Exª tão bem relatou.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de dar meu voto favorável a essa proposta, que tem como Relator o Senador Edison Lobão e que dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos para uso exclusivo de repórteres fotográficos, de fotógrafos, de repórteres cinematográficos, de cinegrafistas e de operadores de câmara. Esses profissionais, sem dúvida alguma, merecem esse estímulo. No momento em que as altas tecnologias estão no mundo, não podemos deixar de fazer com que esses profissionais tenham acesso mais facilitado a equipamentos mais modernos. E, sem dúvida, a isenção de impostos vai facilitar a compra desses equipamentos.

O Senador Moka colocou algo aqui muito importante: os fotógrafos dão mais transparência aos fatos, aos eventos no mundo. No nosso País, neste momento em que se vive um processo de *impeachment* da Presidente da República, em que observamos manifestações *pró-impeachment* e contra o *impeachmen*t, o trabalho dos fotógrafos e dos cinegrafistas tem sido muito valoroso. Não podíamos deixar de registrar aqui a valorização que esses profissionais precisam ter neste momento, em que nosso País passa por um processo de quebra da nossa democracia.

É um momento de tensão social muito forte, sem dúvida alguma. E nós teremos, nos próximos dias, começando amanhã, dias de muitos problemas, de muita dificuldade e de muita tensão para todos nós no Senado Federal, e, obviamente, para todo o povo brasileiro que acompanha esse processo no Senado Federal.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, permita-me dizer, para registrar essa questão da democracia, da importância que terá a presença aqui de cinegrafistas e de fotógrafos.

Quero lembrar ainda que, às vezes, uma reportagem ou uma foto como aquela tirada recentemente daquele menino que saiu dos escombros vira símbolo de luta, mostrando uma injustiça mundial. Eu me lembro também de uma reportagem na China em que um jovem enfrentou aqueles tanques.

Então, acho que, se esses registros fossem só escritos, se não houvesse a imagem ou a foto, dificilmente eles causariam a mesma impressão, a mesma emoção na reportagem. Acho que, se o jornalista trabalha sem o câmera, fica faltando realmente a parte da emoção da reportagem. O jornalista, sem o fotógrafo para registrar um momento importante, ficaria, parece-me... Tanto é que eles andam em dupla mesmo, não é? É igual arara. Eles são inseparáveis: o cinegrafista com o câmara, e o jornalista com o fotógrafo.

Parabéns a todos vocês! Parabéns, mais uma vez, ao autor!

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, quero, desde logo, agradecer o apoio dos Srs. Senadores a este projeto que relato.

Devo explicar que não é normal o Presidente da Comissão relatar projetos. Todavia, a minha profissão de origem é o jornalismo. Sou hoje um homem público por empréstimo da imprensa.

Entendi que esse projeto tem um significado especial. Já concedemos hoje estímulos aos taxistas e a diversas outras profissões, para que elas fossem exercidas de maneira sensível à propriedade daquilo que eles fazem. Portanto, nada mais razoável do que também, por igual, conceder esses incentivos aos fotógrafos e cinegrafistas.

O Senador Moka relembrou a esta Comissão alguns episódios até da história do País, entre os quais o daquele rapaz que enfrentou um tanque de guerra. Mas há outros. Há uma imagem, Senador Moka, que também não me saiu jamais da memória, a de uma criança vietnamita andando pelo meio dos combates ocorridos há décadas.

Eu quase diria que a fotografia, a imagem fala tanto quanto o texto da matéria e, às vezes, até mais, como nesses episódios mencionados. Não é por outra razão que até as guerras são acompanhadas por jornalistas, por fotógrafos e por cinegrafistas, para que o cenário seja transmitido com absoluto realismo.

Cumprimento, portanto, os senhores fotógrafos e cinegrafistas, dizendo que, conquanto essa iniciativa não tenha sido minha nem dos Srs. Senadores e, sim, do Presidente atual da Câmara, nós todos estamos solidários com ela, esperando que tenhamos prestado um bom serviço a esses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador ou oradora que queira se manifestar, colocamos a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram continuar sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que será encaminhado para a tramitação à Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido o nobre Senador a reassumir o comando da presente reunião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Elmano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Srs. Senadores, o item 3 trata de um projeto do Deputado Carlos Bezerra e foi relatado pela Senadora Marta Suplicy. A Relatora pediu a retirada de pauta do projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra.
Relatoria: Senadora Marta Suplicy.
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações: *- Em 03.08.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e votação da matéria.*
- Votação simbólica.)

O item 4, que também é não terminativo e que tem por Relator o Senador Acir Gurgacz, também está sendo retirado de pauta, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2008
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para reduzir a alíquota da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de que trata a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2013
- Não terminativo -

Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para excluir os valores destinados ao pagamento de benefícios do regime próprio de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal da base de cálculo das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP das pessoas jurídicas de direito público interno.

Autoria: Senador Luiz Henrique.
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 120, de 2008 e 238, de 2013, que tramitam em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Observações: - *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.*
- *Votação simbólica.*)

Quanto ao Projeto de Lei nº 302, de 2014, que corresponde ao item 5, o Senador Flexa Ribeiro, o Relator, também solicitou o reexame da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2014
- Não terminativo -

Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.

Autoria: Senador Jayme Campos.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014.
Observações: - *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.*
- *Votação simbólica.*)

Os demais projetos têm caráter terminativo, e ainda não possuímos quórum suficiente.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, num ato de grandeza de V. Exª e também do Senador Elmano Férrer, quanto ao item 6, embora eu tenha posição contrária ao projeto, V. Exª concedeu, já que não está presente o Relator, que eu fizesse a relatoria *ad hoc*. Por eu ser contrário, naturalmente, o parecer que eu apresentaria seria contrário. Conversei muito com o Senador Elmano Férrer e entendo que é justo, se assim a Mesa entender e eu também, que a relatoria volte para ele. Eu até gostaria de ficar com a relatoria, mas, como ele é o Relator original, entendo que ele pode, na minha avaliação, se assim a Mesa também entender, já que sou contrário com meu relatório *ad hoc*...

Mas eu e ele, conversando, chegamos ao seguinte acordo, e ele pode complementar: que nós faríamos uma audiência pública, chamando a federação dos bancos, chamando a federação dos trabalhadores, de defesa do consumidor, e, nesse requerimento, ouvindo as partes, nós tentaríamos – eu estarei do lado dele, se ele assim o permitir, ele fica sendo o Relator de novo, o oficial – construir uma proposta de acordo. Essa seria a minha posição.

O projeto, então, não votaríamos, mas votaríamos o requerimento de uma audiência pública. Eu acho que o Senador gostaria de complementar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Bom, complementando as colocações feitas pelo nobre Senador Paulo Paim, parece-me que foi até salutar a nossa ausência naquele momento. Realmente é uma matéria polêmica; o direito de greve é uma conquista dos trabalhadores deste País; existe uma legislação de 89 que trata da matéria, quer dizer, desse direito de greve a setores essenciais, fundamentais à vida dos cidadãos, e, sobretudo, às atividades econômicas, se nós considerarmos serviços essenciais na área do transporte, na área do tráfego aéreo, serviços médicos, enfim, uma série de serviços importantes para a vida em comunidade.

Entretanto, esse projeto de lei de 2012, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, inclui também as atividades bancárias, os serviços bancários, que é de uma essencialidade fundamental às atividades econômicas do País.

Então, nós fizemos um parecer favorável ao projeto, entretanto, o nosso nobre Senador Paim, um defensor incansável...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que já havia relatado contra na CDH. (*Risos.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – ... então nos permitiu esse entendimento. Nós achamos que se deve fazer aqui uma audiência pública no sentido de juntarmos as partes para uma discussão mais aprofundada da matéria. E o requerimento já está à mesa para a consideração da Comissão, discussão e aprovação.

Era só, meu nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O direito de greve está, inclusive, consagrado na Constituição. Para aqueles que não se recordam, há até um certo paradoxo nessa questão. Ele fazia parte da Cons-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tituição de 1946, todavia o dispositivo constitucional jamais fora regulamentado, a não ser no período revolucionário. Coube, portanto, a esses governos a regulamentação do direito de greve, que é um direito universal.

Eu creio que o acerto, a composição feita entre os Senadores Elmano Férrer e Paulo Paim é tendente exatamente a aperfeiçoar a propositura. Eu, portanto, comemoro a decisão do Senador Elmano Férrer em aceitar a participação do Senador Paulo Paim no aperfeiçoamento deste projeto.

Nesta hipótese, ele fica retirado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – V. Exª poderia me conceder, por um minutinho, a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sou bancária, fiz muita greve, comandei muita greve, fui presidente de sindicato, então, queria fazer uma sugestão já aos dois Senadores que vão conversar, principalmente ao Relator. O projeto do Senador Ciro é cruel, porque todas as atividades bancárias são incluídas como serviço essencial. No meu tempo de grevista, nos anos 70 ainda, a compensação bancária era essencial, a compensação era uma confusão grande, porque era manual; agora não, é eletrônica, não sei nem se...

Mas é importante que se discuta, que a federação dos bancos e os bancários também digam o que, no banco, ainda é considerado aquela coisa vital. Porque hoje, tudo informatizado, tudo *on-line,* então, é difícil dizer qual é a atividade bancária que deixaria o banco e a população no prejuízo, até porque existe o atendimento individual nos caixas eletrônicos. Então, é preciso discutir qual elemento ainda vai ficar no banco como serviço essencial, porque acho que a compensação não é mais a mesma. Faz tempo que saí do banco, me aposentei há algum tempo, mas precisam botar isso, mudar essa lei, porque, botar todas as atividades bancárias como serviço essencial, isso é um atraso, um retrocesso para além da ditadura militar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas, Senadora, exatamente a nossa atividade da Comissão é aperfeiçoar o projeto. Raramente os relatores opinam pela aprovação de um projeto tal qual ele foi elaborado ou redigido. Cabe a nós exatamente aperfeiçoá-lo, melhorá-lo. É o que se vai fazer em relação a este.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o "PLS 127/2012 - Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais". Os convidados serão informados posteriormente.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

A autoria é dos Senadores Paulo Paim e Elmano Férrer.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, se o desejar, para encaminhar a votação do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, acho que não precisa nem encaminhar porque V. Exª foi muito feliz na fala, a Senadora Regina e o Senador Elmano Férrer também. O objetivo é este: existe uma lei, ainda de 28 de junho de 1989, e nós queremos, com esta audiência pública, ouvindo todas as partes interessadas, buscar o entendimento. Por isso solicitamos a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A tramitação da matéria fica, portanto, suspensa na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, aguardando a realização da audiência pública em causa, a ser marcada oportunamente.

Não havendo mais nada a ser tratado, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores a presença.

Srs. Senadores, para ficar mais claro a respeito do inciso VI do Projeto nº 127, fica, portanto, ratificada a relatoria do Senador Elmano Férrer, mediante acordo das partes e a concordância do Plenário.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos, do dia cinco de outubro de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Paulo Rocha, Paulo Paim, Ana Amélia, Pastor Valadares, Fátima Bezerra, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Vicentinho Alves e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A Presidência informa a abertura do prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016 (Lei Orçamentária Anual de 2017) até o dia 18 de outubro de 2016, terça-feira, às 12 horas e que a deliberação das emendas na Comissão de Assuntos Sociais ocorrerá no dia 19 de outubro, quarta-feira, às 9 horas. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes Avisos do Tribunal de Contas de União: nºs 735 e 736 (de igual teor), que encaminham cópia em mídia digital do Acórdão nº 2.057/2016; e nºs 827 e 828 (de igual teor), que encaminham cópia do Acórdão nº 2.444/2016, todos relativos à apreciação pelo Tribunal de Contas de União da solicitação do Congresso Nacional originária do Requerimento nº 26/2016, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata; nºs 737 e 738, de igual teor, do Tribunal de Contas, que encaminham cópia em mídia digital do Acórdão nº 2.115/2016, para conhecimento desta Comissão do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, contendo a prestação de contas sobre o exercício das atribuições institucionais e o desempenho dessa agência no ano de 2015; nº 739, que encaminha o Acórdão nº 2.049/2016, em que se aprecia e dá provimento a pedidos de reexame interpostos pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. A Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta: Item 1 - Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Câmara dos Deputados. Ementa: Dispõe sobre a prática da equoterapia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no caput do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Otto Alencar. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni. Ementa: Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Otto Alencar. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Senador Jayme Campos. Ementa: Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Ementa: Altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015, e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015 - Terminativo - Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI). Autoria: Senador Romário. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Angela Portela. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Ementa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Ementa: Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Angela Portela. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Ementa: Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Extrapauta - Item 11 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 28 de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia. Ementa: Nos termos regimentais, requeiro no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realização de Audiência Pública, durante as celebrações do Outubro Rosa, para debater a importância da implementação da Lei 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como da Lei 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde (SUS); Representante do Ministério Público Federal; João Gabbardo dos Reis – Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS); Dra. Maira Caleffi – Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA); Dr. Ruffo de Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM). Resultado: Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e os Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica os prazos para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016, que trata da Lei Orçamentária Anual de 2017 perante a Comissão de Assuntos Sociais. A abertura será nesta quarta-feira, 5 de outubro de 2016; o encerramento dos prazos será 18 de outubro deste mês, portanto, terça-feira, às 12h; e a deliberação das emendas na CAS, dia 19 de outubro.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas e a via impressa, assinada pelo Senador membro desta Comissão, entregue perante a Secretaria desta Comissão de Assuntos Sociais.

Esta Presidência comunica o recebimento dos Avisos nºs 735 e 736, do Tribunal de Contas da União, que encaminham, em mídia digital, cópia do Acórdão nº 2.057, de 2016, sobre apreciação da solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício n° 1.016 relativo ao Requerimento nº 26 de 2016, desta Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se de requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata, que solicitou manifestação do Tribunal de Contas da União acerca da possibilidade de celebração de contratos de gestão com organizações sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

por entes públicos na área de saúde, especialmente a forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei Complementar nº 101.

Os Ministros do TCU acordam que o Supremo Tribunal Federal ratificou a constitucionalidade da contratação pelo Poder Público, por meio de contrato de gestão, de organizações sociais para a prestação de serviços públicos de saúde e que a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas é no sentido de reconhecer a possibilidade de realização de contratos de gestão com organizações sociais.

A Presidência recebeu também os Avisos nºs 827 e 828, do TCU, que encaminham cópia do Acórdão nº 2.444, sobre apreciação do segundo questionamento da solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 1.016, relativo ao Requerimento nº 26, de 2016, desta Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Foi solicitada a manifestação do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de inclusão dos gastos com a força de trabalho das entidades privadas contratadas por entes públicos na área de saúde entre as despesas de pessoal, para o fim de cálculo dos limites prudenciais previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Ministros do TCU acordam que não há, no âmbito da jurisprudência do referido Tribunal, deliberações que reconheçam como obrigatória a inclusão destas despesas para fins de verificação do atendimento aos limites de gastos de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Presidência comunica o recebimento também dos Avisos nºs 737 e 738, de igual teor, do Tribunal de Contas, que encaminham, em mídia digital, cópia do Acórdão nº 2.115, para conhecimento desta Comissão.

Recebimento do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contendo a prestação de contas sobre o exercício das atribuições institucionais e o desempenho dessa agência no ano de 2015.

Informo que o referido documento ficará à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Recebimento do Aviso nº 739, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 2.049, de 2016, em que se aprecia e dá provimento a pedidos de reexame interpostos pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde contra o Acórdão nº 2.292, do Plenário do TCU.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Duas coisas.

Eu gostaria de que fosse retirado de pauta, para um melhor exame, o item 7, que é uma matéria de autoria do Senador Cássio Cunha Lima e que trata de assuntos relacionados à tecnicidade operacional na área da saúde de procedimentos que a Conitec aprecia. Então, por solicitação da Liderança do Governo, estou fazendo a retirada de pauta para um aperfeiçoamento maior, uma vez que já existe legislação sobre o tema. Podemos, então, aperfeiçoar o projeto para que haja uma cobertura legal dessa questão.

E faço uma segunda solicitação a V. Exª, Senador Edison Lobão, nosso Presidente. Estamos no mês de outubro, e há o Outubro Rosa, lançado ontem pela Procuradoria da Mulher – aqui presente a Senadora Vanessa Grazziotin. Eu havia encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais um requerimento de uma audiência pública para aproveitar a celebração do Outubro Rosa e debater exatamente duas questões relacionadas ao tratamento do câncer: o tempo de 60 dias, a famosa lei dos 60 dias, a Lei nº 12.732, e também a Lei nº 12.802, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições de saúde da paciente. Então, eu já sugeri o número de pessoas convidadas, e a justificação para essa audiência pública se dá por conta de estarmos, no mês de outubro, com o Outubro Rosa. Seriam iniciativas do Senado Federal e desta Comissão para contribuir para melhorar o atendimento das mulheres que precisam do atendimento à saúde, no caso do câncer de mama.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srª Senadora Ana Amélia, no caso do item 7, cuja retirada de pauta V. Exª pede, eu defiro o pedido de V. Exª. E marcaremos oportunamente a votação desse item em uma próxima reunião desta Comissão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015.
Observações:
- Em 1º.03.2016, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Votação nominal.)

O requerimento ao qual alude V. Exª foi recebido pela Mesa, que agora o coloca em votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realização de Audiência Pública, durante as celebrações do Outubro Rosa, para debater a importância da implementação da Lei 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como da Lei 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas.

Para tanto sugiro que sejam convidados:
• Representante do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde (SUS)
• Representante do Ministério Público Federal
• João Gabbardo dos Reis – Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS)
• Dra. Maira Caleffi – Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA)
• Dr. Ruffo de Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)
Autoria: Senadora Ana Amélia.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4 da pauta. Cito o item 4 em virtude de não se encontrarem presentes ainda os Relatores dos itens 1, 2 e 3, dos Senadores Otto Alencar e Flexa Ribeiro.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Randolfe é um projeto que muda artigo da CLT para dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ação promocional. Na verdade, é um direito do trabalhador ter condições de apresentar individualmente seus interesses individuais ou coletivos da categoria.

É um projeto importante porque ele acaba melhorando e cria avanços na relação capital e trabalho.

Daí eu chamar a atenção dos meus pares para o merecimento da aprovação deste projeto.

Eu achei que ele poderia ser melhorado, e propusemos uma emenda que trata de um conjunto de ações que protegem os direitos individuais.

Trata-se de um relatório longo, que já foi publicado, é de conhecimento, portanto, da Casa.

A minha proposta é pela aprovação do projeto com a emenda aqui publicada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida a V. Exª na forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria que a vista fosse coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 3...

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, com licença da Senadora Ana Amélia, porque ela ia pedir a palavra ou pegou a palavra, queria chamar a atenção da Presidência e dos nossos pares aqui: está sendo discutido um tema muito importante sobre o qual eu acho que a gente deveria provocar uma discussão aqui na CAS, a famosa PEC 241, que já está em discussão na Câmara e deverá vir para cá. Portanto, envolve uma iniciativa do novo Governo. É muito importante que esse debate esteja envolvendo os Senadores, principalmente, desta Comissão, porque abrange questões de assuntos sociais e mexe nas questões fundamentais das conquistas sociais em que nós já avançamos no País, principalmente na questão da educação e da saúde.

Eu acho oportuno a gente chamar para cá esse debate. E eu estou propondo que se inclua na pauta um requerimento para a gente provocar essa discussão aqui, uma audiência pública ou um tipo de debate interno nesta Comissão. Com certeza há muitos Parlamentares aqui, muitos Senadores e Senadoras que podem contribuir, e muito, nesse debate aqui, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência aguarda a formulação por escrito do pleito de V. Exª para poder submetê-lo ao exame do Plenário da Comissão.

Eu solicito à Senadora Ana Amélia a gentileza de ler o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2014
- Não terminativo -

Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.

Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Vou direto ao relatório, porque é muito sintética essa matéria, então, costumo ir na análise, mas é preciso dar um esclarecimento aos caros colegas Senadores.

Está em análise na CAS o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014, de autoria do ex-Senador Jayme Campos, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 97, do nosso Presidente, Senador Edison Lobão, feito em 2016.

O PLS visa alterar o art. 166 do Código de Processo Penal, para estabelecer a obrigatoriedade de identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental, e também na hipótese de morte natural, quando não for comprovada ou for duvidosa a identidade do morto, que é o §1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No mais, o projeto transfere para os §§2º e 3º as disposições do *caput* e do parágrafo único do art. 166 hoje vigente, apenas acrescentando que o laudo de reconhecimento e identidade também "conterá o exame de suas impressões digitais ou de representação facial, quando tecnicamente possível".

Na justificação, o autor argumenta que, atualmente, diante da ausência de obrigatoriedade legal da identificação datiloscópica, impõe-se a exumação do cadáver caso não tenha sido identificado ou se houver dúvida quanto à sua identificação civil, registrando tratar-se de procedimento oneroso e que acarreta inegável desgaste emocional às famílias dos mortos.

Após a apreciação pela CAS, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Da análise.

Não vislumbramos, neste projeto de lei do Senado, nenhuma inconstitucionalidade, regimental e também questão relacionada à juridicidade da própria matéria.

No mérito, entretanto, não consideramos conveniente a aprovação do projeto. No nosso ponto de vista, é um exagero exigir-se laudo pericial quando, por outros meios, até mesmo pela identidade civil ou reconhecimento testemunhal, puder ser reconhecido o morto. Ora, se a identificação das pessoas vivas se faz por intermédio da identidade civil, não vislumbramos razão para a realização de perícia quando não houver controvérsia quanto à identidade da pessoa morta. Aliás, em tais casos, a demora na realização da perícia e na elaboração do laudo é que acarreta desgastes emocionais para as famílias da pessoa falecida.

Ao nosso sentir, a redação atual do art. 166 já dispõe satisfatoriamente sobre a necessidade de laudo pericial para identificação de cadáveres.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014.

Este é o voto, que eu li *ad hoc*, feito e preparado pelo Senador Flexa Ribeiro, ao projeto de autoria do ex-Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Ana Amélia...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e coloco em discussão o parecer lido pela Senadora.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Trata-se de um assunto, como destacou a Senadora, em que não há óbice constitucional, jurídico, e se dedicaram o nobre Senador Flexa Ribeiro e a Senadora, *ad hoc, a*o seu mérito. Pelo que nós vimos, no entanto, talvez pudéssemos, em vez de rejeitar o projeto, pedir uma audiência pública para trazer à Comissão o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, de São Paulo, a Corregedoria Nacional de Justiça, a Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas, para que nós tivéssemos uma opinião em que pudéssemos, com essa investigação, talvez aproveitar um pouco o conteúdo do próprio projeto.

Ainda nós vivemos uma realidade em que milhares de pessoas são enterradas anualmente como indigentes não identificados, e o que eu entendi é que a intenção do projeto é tentar buscar dar passos nessa identificação. Então, é apenas uma sugestão, se a Comissão achar interessante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que propõe V. Exª é absolutamente constitucional, legal, regimental. Sucede, Senadora, que nós já temos muitas audiências públicas requeridas, aprovadas e convocadas para este ano. Dificilmente teríamos condições de realizar essa que agora propõe V. Exª ainda este ano.

Por outro lado, este projeto não é terminativo aqui, e sim na Comissão de Constituição e Justiça. Então, creio que nós poderíamos substituir a audiência pública aqui pela votação na Comissão de Justiça, e há vários membros aqui da Comissão de Justiça, entre os quais eu próprio, a Senadora Ana Amélia...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu própria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... o Senador Paim, V. Exª...

Então, talvez se pudesse sugerir isto lá...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fico feliz, porque, quando a Senadora Lídice começou a falar, eu exatamente lembrei dessa condição, por não ser terminativo aqui, e o caráter da questão criminal ou da Justiça está afeto à decisão de mérito, que ocorre na CCJ.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, Senadora Lídice, eu cumprimento V. Exª. E eu também, quando V. Exª sugeriu, achei conveniente, porque também penso que uma identificação mais adequada é um resgate à própria cidadania, à própria Justiça, com questões emocionais envolvidas nessa identificação. E hoje, com o aumento da violência no País também, há uma série de problemas.

Então, eu concordo com o Presidente, acho prudente também que aprovemos agora – aqui não é terminativo – e, na Comissão adequada de análise de mérito, nós possamos atender à solicitação da Senadora Lídice, que é extremamente prudente e necessária, no meu entendimento, embora sendo apenas a Relatora *ad hoc* desse projeto do ex-Senador Jayme Campos, que presidiu, com muito brilho também, esta Comissão de Assuntos Sociais.

Então, em homenagem ao autor e em homenagem à Senadora Lídice, eu gostaria também que fizéssemos essa discussão na CCJ.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu estou compreendendo a preocupação de V. Exª e da Senadora Ana Amélia, a quem agradeço o apoio na direção de que possamos debater – e V. Exª também – e na defesa do Senador Jayme Campos. Mas é que, apesar de esse conteúdo, digamos assim, "criminal", estar mais relacionado com a Comissão de Justiça, o projeto, na verdade, trata de uma questão social muito forte. Eu fui Presidente de uma CPI de investigação dos jovens assassinados no Brasil, e são milhares por ano: cerca de 33 mil por ano. E a minha preocupação é que, justamente, nós tenhamos esse mesmo comportamento na CCJ – nós já estamos no final de ano –, principalmente porque o parecer é um parecer pela rejeição do projeto. A minha preocupação é essa. A não ser que nós possamos concluir pelo que falou a Senadora Ana Amélia, aprovando o projeto e levando-o para a Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice, imagine V. Exª que o Plenário desta Comissão, agora, vote favoravelmente à proposição de V. Exª, no sentido da audiência pública. Nós só iremos realizar esta audiência pública no próximo ano. Primeiro. Segundo: a composição desta Comissão, no próximo ano, poderá ser outra, porque nós vamos eleger um novo Presidente, um novo Vice-Presidente, e as Lideranças poderão sugerir os nomes para esta Comissão, assim como para a Comissão de Justiça.

Quero com isso dizer que, se nós aprovarmos a ideia de V. Exª, nós estaremos retardando a votação final do projeto por pelo menos um ano. Ora, a rejeição proposta pelo Relator Flexa Ribeiro e agora lida, por gentileza, pela Senadora Ana Amélia não é terminativa. Ele estudou o assunto, e o estudou – disse-me ele, pessoalmente – profundamente. A decisão terminativa é da Comissão de Constituição e Justiça, onde V. Exª poderá sustentar sua posição, assim como outros Senadores desta Comissão.

Então, pergunto se V. Exª ainda deseja manter o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu até proponho... Desculpe-me, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srª Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Imagino que a Senadora Lídice estará na CCJ no ano que vem. Eu vou pedir ao Partido que me indique e vou pedir ao Presidente futuro da CCJ que indique a Senadora Lídice para a relatoria desse projeto. Acho que ficará bom, porque ela me parece interessada, e eu acho que é uma maneira também adequada de contemplar-nos. Acho que ela tem razão no debate, é procedente a preocupação da Senadora Lídice, mas eu daria esse encaminhamento, se for possível.

Concordo com o senhor: demorará mais se nós formos fazer a audiência pública. Essa audiência só será no ano que vem, porque, na lista, nós teremos muitas audiências públicas neste ano. Aí, seria inviável. Nós já estamos no mês de outubro, então, penso que seria adequado fazermos dessa forma. Eu, com muito gosto, com muito prazer, indicaria a Senadora Lídice para fazer a relatoria da matéria, e se proporia lá a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu louvo a pertinente iniciativa de V. Exª e sugestão.

A Senadora está de acordo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, é claro que o que está...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... quero discutir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu estou compreendendo que nós não temos tempo para realizar a audiência pública. Estou compreendendo o que há. Então, ficaria uma discussão, digamos assim, do que é possível e do que não é possível.

É claro que agradeço enormemente a sugestão da Senadora Ana Amélia. No entanto, nós estamos, digamos assim, apostando em uma possibilidade que pode não se realizar completamente. Eu compreendo que esse é um projeto importante, mas eu não posso me contrapor a uma compreensão de V. Exª, que é o Presidente da Comissão, de que não há mais espaço para o debate dessa matéria nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu insistirei na Comissão, na CCJ, para que nós possamos fazer isso. Podemos, inclusive, contar com o apoio da Senadora Ana Amélia e dos outros Senadores aqui presentes que compõem aquela Comissão para que não se vá à votação essa matéria na CCJ sem uma discussão melhor que nos permita modificar esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, a Senadora Ana Amélia é conhecida aqui como diligente, dedicada; ela estuda e propõe pareceres aprofundados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Apoiado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – No entanto, um dado aqui me chama a atenção, um dado de São Paulo, de 2014 a 2015, de que cerca de 791 pessoas foram para valas, como indigentes. É um número alto. Embora seja uma cidade muito populosa, é um número alto nesse sentido.

O projeto tem um objetivo muito importante, para o qual deve haver um olhar social maior. Não é apenas criminal, legal ou constitucional; social, muito grande, e é esta Comissão que tem que ter esse olhar.

Portanto, a justificativa de não ter tempo, de não ter audiência para não aprofundar, eu substituo, para que outros Senadores se dediquem para ajudar a acrescentar, nos estudos que a Senadora Ana Amélia fez, para poder haver outros olhares aqui sociais.

Por isso, em substituição à audiência, eu peço vista e dou sugestão para que outros companheiros e companheiras peçam vista, para que a gente ajude a buscar isso.

Acho que há uma contradição à boa vontade da Senadora Ana Amélia de "lá, na CCJ, a gente pode modificar". Então, vamos aprovar aqui. Sai daqui com um voto de aprovação. E, lá, que se discuta e se aprofunde e se aprove ou não.

Por isso, peço vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

Senador Paulo Rocha, a aprovação aqui, uma vez que não é terminativo, não importaria a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho muito mais eficaz a proposta da Senadora Ana Amélia, de solicitar – e já iria até com minha solidariedade ao Presidente da Comissão de Justiça – que a Senadora Lídice seja a Relatora. E nós sabemos que o Sr. Relator tem uma influência especial no encaminhamento de proposições das comissões. Todavia, o que solicita V. Exª é regimental.

Vista coletiva concedida, então. Com isso, vamos atrasar um pouco mais a votação do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero deixar claro que sou apenas a Relatora *ad hoc*. Não entro no mérito. Apenas quis agilizar um procedimento legislativo dessa matéria tão relevante, embora reconheça que essas são questões de direito legítimas dos Senadores.

Elogio de novo a Senadora Lídice da Mata pela preocupação e pela argumentação feita.

Muito obrigada, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço e compreendo totalmente a posição da Senadora Ana Amélia.

Também lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os itens 1 e 2 são de relatoria do Senador Otto Alencar. S. Exª solicita a retirada de ambos, porque deseja estar pessoalmente aqui, nesta Comissão, para participar dos debates de votação dos respectivos projetos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática da equoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no caput do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º.

Observações:

- Em 23.02.2016, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável à matéria.

- Em 06.04.2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

- Votação simbólica.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2015
- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico.
Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015.
Observações:
- Votação simbólica.)

A partir do item 5, a votação teria caráter terminativo, e não dispomos, neste momento, de quórum qualificado, em razão de estarem outras comissões em pleno funcionamento, para votar os demais itens.

Nessas condições, declaro encerrada a presente reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O requerimento que não depende de quórum, não é terminativo, foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já foi aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, está encerrada a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Reaberta para ouvir V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu só perguntei porque havia um projeto em que eu tinha interesse, que era a votação de um requerimento. Mas, se está encerrada...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se V. Exª puder esperar a próxima reunião, ficaríamos felizes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidente. Cumpro a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado pela compreensão.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Pastor Valadares, José Pimentel, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves e das Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017 – PLOA 2017. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais: Senador Raimundo Lira. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Raimundo Lira, que comunica terem sido apresentadas 179 (cento e setenta e nove) Emendas ao Projeto perante esta Comissão, sendo 1 (uma) de Texto e 178 (cento e setenta e oito) de Apropriação, das quais 147 (cento e quarenta e sete) são de acréscimo e 31 (trinta e uma) de inclusão. Encerrada a discussão, o Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação, nos termos do artigo 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017: Emenda nº 1-CAS – Unidade: Fundo Nacional de Saúde – Ação orçamentária: 6148 – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais (Rede SARAH). Valor: R$ 440.000.000. Iniciativa: Senadores Raimundo Lira, Romero Jucá, Vicentinho Alves, Lúcia Vânia, Elmano Férrer, Angela Portela, Humberto Costa, Lídice da Mata, Waldemir Moka e Paulo Rocha. Emenda nº 2-CAS – Unidade: Fundo Nacional de Saúde – Ação orçamentária: 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Valor: R$ 520.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Romero Jucá, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Lúcia Vânia, Regina Sousa, Elmano Férrer, Humberto Costa e Waldemir Moka. Emenda nº 3-CAS – Unidade: Fundo Nacional de Saúde – Ação orçamentária: 8581. Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Valor: R$ 240.000.000. Iniciativa: Senadores Raimundo Lira, Romero Jucá, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Elmano Férrer, Humberto Costa, Waldemir Moka e Marta Suplicy. Emenda nº 4-CAS – Unidade: Funasa – Ação orçamentária: 10GD – Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Valor: R$ 295.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Romero Jucá, Lídice da Mata, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Elmano Férrer e Waldemir Moka. Usa da palavra o Senador Raimundo Lira. O Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima nona Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016).

Foram recebidas 179 emendas, sendo 178 de apropriação (147 de acréscimo e 31 de inclusão) e apenas uma de texto.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira para a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bom dia a todos, também a todos que estão presentes na Comissão de Assuntos Sociais, acompanhando e discutindo os interesses das suas respectivas instituições.

Nós adotamos um critério, Sr. Presidente: das 179 emendas de apropriação que foram apresentadas, fizemos uma planilha com as dez emendas que tiveram a maior adesão dos Senadores, tiveram maior preferência dos Senadores. Dessas dez emendas, nós fizemos uma verificação, juntamente com a nossa consultoria, quanto àquilo que se enquadrava rigorosamente no estágio do Orçamento atual, porque algumas emendas podem ser apresentadas já na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), mas agora não caberia a apresentação.

E considerando que esta é a Comissão de Assuntos Sociais, nós escolhemos aquelas emendas que atendem ao critério da preferência dos Senadores, pela adesão dos Senadores, e, ao mesmo tempo, as emendas que mais têm abrangência em relação às pessoas, principalmente de baixa renda.

O assunto que hoje mais impressiona o País, em que mais a sociedade brasileira pede uma solução, que é emergencial do ponto de vista brasileiro é a saúde. Nós verificamos, através dos noticiários de televisão a que assistimos diariamente, como as populações mais carentes, mais pobres do nosso País sofrem com o atendimento deficiente da prestação de saúde do nosso País.

Então, nós escolhemos por estes critérios: o critério da aceitação, da adesão dos Senadores, e o critério da abrangência dessas ações. Assim nós fizemos a seleção aqui. Eu vou ler o relatório completo.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 179 propostas de emenda a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2017), conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação.

Vale destacar que foram apresentadas 178 emendas de apropriação – sendo 147 de acréscimo e 31 de inclusão –, e ainda uma de texto. A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Com relação à proposta de emenda de texto, consideramos que deva ser inadmitida.

Propõe-se a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de dispositivo tratando de reajuste dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Tal pretensão encontra óbice no princípio da exclusividade orçamentária, previsto no art. 165, §8º, da Carta Magna.

No que tange às emendas de apropriação, entendemos que algumas propostas não possam ser admitidas, seja porque carecem de pertinência temática com as competências regimentais desta Comissão, contrariando o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN (propostas nºs 1 a 3, 6, 15, 34, 47, 79, 85, 86, 104, 105, 119, 120, 122, 123, 125, 129, 141, 146), seja porque não exibem caráter nacional, indo de encontro ao art. 44, II, também da citada resolução (nºs 149, 150, 152 a 156, 158 a 161 e 169).

De qualquer modo, percebe-se um sério descompasso entre o número de propostas sugeridas e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das propostas.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esse Colegiado materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas.

Então, as emendas selecionadas:

1) Fundo Nacional de Saúde. Ação 6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais (Rede SARAH).

Essa é uma emenda para a Rede SARAH. Então, não há como deixar essa Rede fora da nossa apresentação de emendas. Houve também uma adesão muito grande por parte das Srªs e Srs. Senadores. É uma Rede considerada como saúde de primeira qualidade, reconhecida mundialmente, portanto, tem que, de forma permanente e continuada, receber o apoio do Congresso Nacional.

2 – Fundo Nacional de Saúde. Ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Esses são recursos para a aquisição de equipamentos hospitalares, principalmente mamógrafos e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Verificamos, pelo noticiário de televisão, que muitas pessoas carentes passam seis, sete meses, às vezes, um ano para ter acesso a um exame de imagem pelo SUS, e, muitas vezes, quando esse exame é feito, a doença já está em estágio de difícil cura. Portanto, é uma ação meritória, que não poderíamos deixar fora desse contexto. Valor: R$520 milhões.

No caso da Rede SARAH, R$440 milhões.

Adotamos, também, Sr. Presidente, a média dos valores. Fizemos uma média aritmética dos valores e colocamos aqui, para que os valores fossem mais ou menos representativo da vontade da maioria dos Senadores.

3 – Fundo Nacional de Saúde. Ação 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. R$240 milhões. Sabemos que esse é o primeiro atendimento nos prontos-socorros e postos de saúde. Sabemos que, à medida que esse atendimento melhora, diminui um pouco a pressão sobre os hospitais. É uma ação que considero também meritória porque atende à população brasileira de um modo geral.

4 – Funasa. Ação 10GD – Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50 mil habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico. Valor R$295 milhões. Sabemos que hoje não só no Nordeste, mas no Brasil, de modo geral, as pequenas cidades estão sofrendo um colapso de abastecimento de água, trazendo, como consequência, o sofrimento dessas populações, que estão tomando água de carros-pipas, água trazida em carroças, sem tratamento, acarretando mais doenças e mais pressão sobre o sistema de saúde, que já é precário.

Portanto, essas foram as quatro emendas selecionadas, adotados esses critérios que acabei de mencionar.

Voto do Relator:

Antes de proferir o voto, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que ouvimos as ponderações de várias entidades importantes, que prestam grandes serviços ao nosso País. É o caso da Marinha nos navios que prestam assistência médica no Amazonas. Infelizmente, não pudemos atender porque só podemos atender quatro emendas.

Tivemos também a demanda do Ministério Público do Trabalho, que faz um trabalho excepcional, inclusive combatendo o trabalho escravo. No meu Estado, eles fazem um trabalho muito importante, em Campina Grande, o Ministério Público do Trabalho, mas só podemos escolher quatro emendas e escolhemos exatamente essas pelo critério da abrangência e pelo critério do maior atendimento possível às populações de baixa renda, para que ficássemos compatíveis com os objetivos desta Comissão,

Gostaríamos de ter tido pelo menos seis emendas, para atender essas duas demandas, que são importantíssimas, mas infelizmente, Sr. Presidente, estamos limitados a quatro emendas.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016 – Senador Raimundo Lira, Relator.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Raimundo Lira.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 29ª Reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Quero agradecer ao Senador Raimundo Lira, que atuou, nesta reunião, como Relator desta matéria importante, que anualmente examinamos, discutimos e votamos. Agradeço a S. Exª pelo seu trabalho bem elaborado, criterioso e responsável. Agradeço, portanto, ao Senador Raimundo Lira por essa contribuição significativa e qualificada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando imediatamente para a abertura da próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 30 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia onze de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Pimentel, Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RQJ 23/2016, de autoria do Senador Telmário Mota, do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Fátima Bezerra e RQJ 24/2016, de autoria do Senador Jorge Viana, para instrução das seguintes matérias: PEC 74/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz e outros, PEC 33/2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros, PEC 21/2013, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros e PEC 115/2015, de autoria do Deputado Benedito Domingos. Finalidade: Debater e instruir as Propostas de Emendas à Constituição nºs 74, de 2011; 33, de 2012; 21, de 2013 e 115, de 2015, que tramitam em conjunto. Participantes: Sr. Laerte Bessa, Deputado Federal; Sr. Fábio José Garcia Paes, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; Sr. Alexandre Karazawa Takaschima, Juiz de Direito (representante de: João Ricardo Dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB); Sr. Olympio De Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná (representante de: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP); Sr. Bruno Moura, Defensor Público do Estado da Bahia (representante de: Joaquim Gonzaga De Araújo Neto, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP); Sr. Wladimir Sérgio Reale, Vice-Presidente Jurídico da ADEPOL/BR e Presidente da ADEPOL/RJ (representante de: Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL/BR); Sra. Raquel Da Cruz Lima, Coordenadora do Programa Justiça Sem Muros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) (representante de: Janaína Homerin, Secretária-Executiva da Rede de Justiça Criminal); Sra. Heloisa Helena Silva De Oliveira, Administradora Executiva da Fundação (representante de: Carlos Antonio Tilkian, Presidente da Fundação Abrinq); Sr. Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da CNBB (representante de: Dom Sergio Da Rocha, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Arcebispo de Brasília); Sr. Erik Franklin Bezerra, Conselheiro Seccional da OAB/Distrito Federal (representante de: Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Sra. Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; Sra. Mariana Chies Santiago Santos, Coordenadora-Adjunta da Comissão de Infância e Juventude do IBCCRIM (representante de: Andre Pires De Andrade Kehdi, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM); Sr. Vinicius Valentin Raduan Miguel, Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Sr. Welinton Pereira, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial Brasil. Sr. Marcos Roberto Fuchs, Vice-Presidente do Conselho (representante de: Alamiro Velludo Salvador Netto, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2011, que acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte tentados ou consumados, são penalmente imputáveis os menores de 15 anos e que tramita em conjunto com as Propostas de Emendas à Constituição nºs 33, de 2012, 21, de 2013, 115, de 2015, conforme os Requerimentos nºs 23, de 2016, da CCJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de iniciativa dos Senadores Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e da Senadora Fátima Bezerra, e 24, de 2016, da CCJ, de iniciativa do Senador Jorge Viana.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Como há vários convidados, vamos convidá-los em bloco de seis para virem fazer a sua exposição pelo tempo normal. Em seguida, nós rodiziaremos com mais seis.

Fui informado de que há três convidados que têm uma agenda já predefinida e pedem para estar na primeira Mesa. São eles: representando Dom Sergio da Rocha, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Arcebispo de Brasília, Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB, que convido para vir à mesa, por gentileza; a Srª Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, que também convido para vir à mesa; e nosso colega Deputado Federal Laerte Bessa, que também convido para vir à mesa, por gentileza.

Agora vou seguir a ordem que a Secretaria dos trabalhos propôs.

Convido o Sr. Fábio José Garcia Paes, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), por gentileza; representando o Sr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o Sr. Alexandre Karazawa Takaschima – estamos nos Jogos Olímpicos e temos ouvido muitos nomes diferentes – que é Juiz de Direito; e também, representando a Srª Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, por gentileza.

Nós vamos conceder até 15 minutos para que os nossos convidados possam fazer as suas exposições. Aqueles que conseguirem fazer em menos tempo, não há problema nenhum.

Portanto, concedo a palavra a Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da CNBB, para que possa fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Um bom dia a todos e a todas. Ao saudar o Sr. Senador José Pimentel, saúdo a todos os membros da Mesa.

Antes de iniciar a minha fala, Sr. Senador, vou pedir que todos nós façamos um minuto de silêncio, lembrando a morte de sua esposa, acontecida pouco faz...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – No dia 5.

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – No dia 5. E, cada um do seu modo, possa fazer um momento de oração.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Da parte de todos nós, os nossos sentimentos.

A CNBB sempre se interessou pela questão da maioridade penal, mas não só da maioridade penal. A CNBB, através das suas declarações e notas, tem sempre se manifestado como uma entidade preocupada com as crianças e adolescentes, e também com os adultos, naturalmente. Mas, como diz o Evangelho, é do coração dos pequeninos que se pode construir o Reino de Deus.

A preocupação da CNBB com as crianças e adolescentes é uma preocupação com o futuro do País, o futuro da nossa sociedade e, por isso, naturalmente, com o futuro da Igreja. E por detrás dessa preocupação existe uma compreensão de pessoa humana, que talvez não recordamos o suficiente quando refletimos e discutimos a questão da maioridade penal.

O que é ser pessoa? Esquecemo-nos de que a pessoa, em primeiro lugar, é relação, e quando as relações estão institucionalmente quebradas, quando as relações familiares estão quebradas, quando as relações éticas estão quebradas, o sofrimento das crianças e adolescentes é muito grande. Normalmente, não levamos em consideração essa questão de a pessoa humana ser relação e de que muitas das nossas crianças e adolescentes vivem na fratura das relações.

Diminuir a maioridade penal é não levar em consideração o sentido, o significado de pessoa humana, mesmo que não seja para diminuir a maioridade penal, mas ainda levar a um tempo maior de internamento dos nossos adolescentes e crianças é criar uma fratura ainda maior, é ainda, como diz o Papa Francisco, quase descartar essas pessoas da nossa sociedade.

Se a CNBB sempre se preocupou com isso, é porque ela busca a inserção das pessoas. Não é excluindo as pessoas que nós as faremos se sentirem mais cidadãs; não é excluindo as pessoas, isolando-as, que conseguimos construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. Nós sabemos por experiência, quase todos nós que estamos aqui, que as nossas prisões não têm levado a uma inserção social. Ao contrário. Ao contrário. Basta nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

conversarmos. E temos conversado com pessoas que passaram pelo cárcere, e, às vezes, até de maneira injusta, vemos como o cárcere levou as pessoas a se sentirem mais diminuídas e sem futuro dentro da sociedade.

Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de dizer. O que nós estamos propondo? Estamos propondo relações ainda mais fraturadas? Nós queremos isolar ainda mais as nossas crianças e os nossos adolescentes? Como me disse uma vez uma pessoa muito simples no interior, eu fui Bispo no Mato Grosso, ele me disse assim: "Pois é, seu Bispo, é muito fácil a gente querer jogar fora aqueles que a gente gerou."

Todas as pessoas, crianças e adolescentes, fazem parte da nossa sociedade. E nós queremos descartá-las.

O segundo ponto que eu gostaria de abordar é a questão do próprio ECA. Infelizmente, não temos ainda uma implantação digna do ECA. Se realmente levássemos em consideração e houvesse essa implantação, teríamos uma outra situação. Nós temos juízes que trabalham e têm feito um esforço enorme. Valeria a pena ouvir esses homens e essas mulheres sobre o trabalho maravilhoso e os resultados maravilhosos que se tem conseguido construir.

Se levássemos a sério o ECA assim como está, nós certamente teríamos menos fratura social, teríamos pessoas mais integradas socialmente e teríamos uma sociedade menos violenta. Estamos oferecendo oportunidades através do ECA. E mesmo o ECA é mais exigente em termos de internamento que a própria lei em relação aos adultos. Quem entende do ECA pode dizer e comprovar isto.

Termino dizendo o seguinte: nós, como sociedade, temos que nos mobilizar e enfrentar o Congresso Nacional, mostrar realmente que acreditamos na pessoa humana. Nós acreditamos na pessoa humana e acreditamos na educação da pessoa humana. Acreditamos que a pessoa humana pode, realmente, mudar de vida. E também queremos dizer ao Congresso Nacional que, enquanto tivermos uma falta de ética tão grande na política e nos negócios brasileiros, não teremos nada a oferecer às nossas crianças e adolescentes.

Quando tivermos como políticos, quando tivemos como religiosos mais dignidade e mais ética, nós teremos o que oferecer. E eles terão ideais então pela frente. O que estamos oferecendo realmente aos nossos adolescentes? Quantas experiências extraordinárias nós temos de orquestras, de bibliotecas, de iniciativas, de esportes – estamos aí nas Olimpíadas – através dos quais os nossos adolescentes são bem integrados da nossa sociedade? Acho que aqui deveria ser feito esse esforço, e o Congresso Nacional deveria se preocupar, em primeiro lugar, em dar mais chance e mais oportunidade aos nossos adolescentes. Não é descartando as pessoas para dentro das prisões que teremos uma sociedade menos violenta e mais justa, porque uma prisão também é violência que vai gerar mais violência.

Eu agradeço, Sr. Senador, esta audiência pública que, insistentemente, por parte da CNBB, pedimos, para que a sociedade civil possa se manifestar. Agradeço em nome de todos as entidades que lutam pelas nossas crianças e adolescentes.

Lá atrás estamos vendo direitos, mais direitos, menos redução. Nós estamos vendo aquelas placas... Estou quase levantando a minha aqui também. (*Palmas.*)

Eu creio que... Não vamos virar não. Vamos deixar a cabeça no lugar.

Quero agradecer, portanto, esta audiência pública, porque é a maneira de conseguirmos estabelecer diálogo com a Casa que deve representar o povo, que deve representar a sociedade.

Agradeço ao Senador por esta audiência pública e que possamos dar realmente uma boa contribuição.

Estão aqui entidades de experiências e de lutas extraordinárias. Quero também agradecer a presença, em nome da CNBB, porque foi um conjunto de forças que conseguiu criar esta audiência pública, independentemente de religião, independentemente de postura política, mas realmente preocupados com a pessoa humana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado, Dom Leonardo.

Quero registrar que, no nosso Estado do Ceará, Dom Aloísio Lorscheider, no final dos anos 60, dos anos 70...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero pedir aos nossos assessores da CCJ, porque se trata de uma audiência pública muito tranquila, que discute as alternativas para a nossa juventude, que a conduzamos de maneira que respeitemos o Regimento, mas sendo também mais permissivos diante desse momento difícil por que passa o Brasil, para que tenhamos uma audiência muito tranquila.

Dom Leonardo, no final dos anos 60, nos anos 70 e boa parte dos anos 80, Dom Aloísio Lorscheider foi nosso arcebispo e nos orientou muito naquela região difícil, uma região pobre, mas de um povo muito trabalhador.

Passo a palavra ao nosso colega, Deputado Federal Laerte Bessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Senador José Pimentel, é um prazer muito grande estar com V. Exª. Queria cumprimentar os Senadores aqui presentes, cumprimentar a Mesa e cumprimentar a todos os presentes.

Como todos sabem, fui o Relator da PEC nº 171, de 1993, lá na Câmara Federal. Na primeira parte da discussão lá na nossa Comissão de Constituição e Justiça, nós discutimos a legalidade, a constitucionalidade desta PEC nº 171. Depois de muitos debates, chegamos à conclusão, a grande maioria dos presentes, dos Deputados, que a PEC nº 171 era constitucional, não tinha nenhuma ilegalidade e sequer seria uma cláusula pétrea.

Nós chegamos à conclusão de que a cláusula pétrea estava elencada no §4º do art. 60 da Constituição. E o art. 228 tratava da redução da maioridade penal, da inimputabilidade do menor de 18 anos.

Sei que vamos discutir aqui na CCJ basicamente a legalidade ou não desta PEC nº 171. Mas o interesse maior aqui hoje seria a discussão do mérito.

Tenho certeza de que todos aqui querem a discussão do mérito, mesmo porque os Senadores são juristas o suficiente para chegar à conclusão de que a PEC 171 é legal. Foi essa a nossa decisão, primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, depois, no plenário da Casa.

Mas eu queria esclarecer bem o que foi colocado aqui por Dom Leonardo, que está com toda a razão. Eu acompanhei tudo o que ele falou aqui, mesmo porque não sou contra o menor adolescente. Sou contra o bandido irrecuperável, menor adolescente.

Nós aprovamos em plenário, lá na Câmara Federal, que a redução seria apenas para crimes hediondos. Eu posso dizer a vocês que, na minha vida de 30 anos como policial, tive uma experiência muito ruim com aquele menor infrator. Nem todos os menores infratores são de alta periculosidade. Isso é bem claro! E nem todos devem ir para a cadeia. Eu acho que muitos menores têm recuperação, mas eu acho que nós chegamos a um índice de inimputáveis que acreditam muito na impunidade e chegaram a um nível insuportável para a sociedade, onde o clamor público se tornou generalizado.

Antes de decidir qualquer coisa dentro da Câmara Federal, nós realizamos muitas pesquisas em todo o País. Aqui em Brasília ouvimos muitos técnicos nessa área que indicavam que, realmente, o povo brasileiro não suportava mais a impunidade de menores violentos. É bom esclarecer que o Brasil nunca investiu no social. Aí me perguntavam: "Poxa, por que não investir no social ao invés de reduzir a maioridade?" Respondo: sou a favor que se invista no social mais do que na redução da maioridade penal. Mas e os infratores hoje que a sociedade não suporta? De 87% a 90% do povo brasileiro exigem a redução. O que nós vamos fazer desses menores? Vou dizer a vocês, como policial, pela experiência que tenho, que são irrecuperáveis. Nós não podemos ficar à mercê de jovens violentos que estão matando, estuprando, barbarizando a sociedade.

E a sociedade reclama todos os dias. Então, vocês podem ter certeza de que não só eu, mas que toda a Comissão de Segurança Pública – depois, decidiu-se que a redução da maioridade penal seria apenas para bandidos irrecuperáveis, isso foi decidido no dia da votação em plenário –, nós estávamos protegendo aquele menor que não é violento e que é recuperável. Por isso que, em nossa decisão, fomos unânimes no sentido de que aquele menor reincidente em crime hediondo e considerado, pela clínica sociológica, através de especialistas que possam provar a insanidade daquele menor... Acredito que o menor violento, que o menor que é irrecuperável tem uma insanidade, e nós não podemos conviver com esse menor violento em nosso meio.

É o que nós propomos. Chegou aqui ao Senado, já faz um bom tempo que chegou. Só lá na Câmara passou 22 anos para ser apreciado na CCJ. E digo mais: com a evolução da sociedade, com os meios tecnológicos que nós temos hoje, com a massificação da mídia, nós não podemos dizer que um menor de 16 anos não vai reconhecer o caráter ilícito da sua conduta. Não podemos aceitar isso. Mas, mesmo assim, nós reconhecemos que esse menor, como o maior também, pode ser recuperado.

Mas não admitimos mais esse menor violento, esse menor que mata, sádico, como vem ocorrendo, como aconteceu agora recentemente com um adolescente que matou quatro pessoas e disse que a pena é branda. Na frente do juiz ele disse que a pena é branda. Há vários casos que não precisamos citar, porque todos sabem os casos bárbaros de crimes praticados por menores. A gente sabe que, por natureza, ele é mais impulsivo, ele é mais violento do que o maior, até por inexperiência, claro, pela inexperiência dele. Mas a sociedade tem culpa por ele ser inexperiente, por ele ser violento? A sociedade não tem culpa disso. Ah, não tem presídio? Tudo bem, mesmo que ele seja violento, nós consagramos, na nossa decisão, no relatório final, que eles vão cumprir a pena no regime socioeducativo, só que com a pena do maior. Claro, nós não vamos jogá-lo junto com o maior! "Ah, mas não tem sistema socioeducativo no Brasil, não tem prisão para maior, sequer vai ter para os futuros menores." A sociedade não tem culpa se o Governo não investe no sistema penitenciário. É por isso que o Brasil é violento dessa forma.

Gente, hoje...

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Pois é. Concordo contigo.

E o Governo investe em educação? Eu sou a favor de que invista em educação e no social. Aí, no futuro, nós vamos resolver o nosso problema, com certeza. Os grandes países, os grandes países, antes de penalizarem o menor, investiram na educação do menor. Sou a favor. Agora, nós não podemos aceitar a situação que está hoje porque o Governo não investe no social, não investe na educação, esse Governo terrível que nós tivemos aí, passado. Foram 13 anos em que nunca se investiu no social. O que a sociedade vai fazer com esses menores violentos? Então, é isso o que se passa na nossa mente: que de 87% a 90% do povo brasileiro estão com a razão.

E os Parlamentares aqui? Nós somos empregados do povo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Estou exercendo uma função porque fui eleito pelo povo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Gozado vocês estarem rindo. Admiro vocês! Estou conversando sério com vocês e não estou de molecagem com ninguém. Estou falando sério. E vou adiantar uma coisa.

Eu luto pelo Brasil e uma coisa que nós fizemos de bem para o País foi tirar esse Governo que passou aí!

(Manifestação da plateia.)

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Ah, eu queria escutar isso. Então, já entendi o porquê do sorriso e da vaia. Está o.k.?

Era isso, Senador Pimentel, o que eu queria passar para todos aqui que estão legitimamente representando o povo. Eu vim aqui para esclarecer uma decisão que nós tomamos na Câmara e que é a decisão do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Srª Flávia, Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

A SRª FLÁVIA PIOVESAN – Um bom dia a todos e a todas!

Gostaria, inicialmente, Senador José Pimentel, de registrar a minha gratidão por poder somar-me a esta audiência pública que tem como finalidade maior colher elementos, subsídios, dados que permitam qualificar esse debate público tão relevante a respeito da redução da maioridade penal.

Estendo meus cumprimentos a meu estimado amigo Olympio de Sá, um grande defensor dos direitos humanos, querido amigo há mais de duas décadas, quando era, então, Procurador-Geral de Justiça no Paraná. Também expresso meus cumprimentos ao Dr. Alexandre, representando a Associação dos Magistrados do Brasil, dos Magistrados e das Magistradas do Brasil, a Fábio Paz, pelo Conanda, ao Deputado Laerte Bessa e a todos que se unem a essa causa, que é a causa emancipatória em prol da defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Eu me somo à voz de Dom Leonardo – a quem aqui também gostaria de deixar o meu abraço e a minha acolhida – endosso sua voz, na qualidade de Secretária Especial de Direitos Humanos, estou como Secretária, e de professora de Direitos Humanos e de Direito Constitucional que sou, trazendo argumentos que permitam, aqui, contribuir para esse debate público.

Digo "não" à redução da maioridade penal. (*Palmas.*)

E digo "não" porque, com todo o respeito, Deputado, os nossos adolescentes não merecem como resposta serem confinados em prisões, com adultos. Merecem mais escolas e menos prisões.

E o faço a partir de quatro argumentos. O primeiro argumento é de natureza fática. Nós temos que esclarecer esse debate, temos que lidar com informações precisas e dados objetivos.

Os atos criminosos cometidos por adolescentes representam 4% do total dos crimes, sendo eles responsáveis por menos de 1% dos homicídios praticados no Brasil. Portanto, praticam 2,9% dos crimes considerados graves – 2,9%. E nesses crimes estamos, sobretudo, tratando de roubo (38,7%) e tráfico (27%). Portanto, o nosso desafio é lidar com esse universo de 1% dos jovens que cometem homicídios, 1%. Perdão, eles são responsáveis por menos de 1% dos homicídios praticados no Brasil.

Também, com todo o respeito, não me somo à ideia de que seriam bandidos irrecuperáveis porque nós defendemos e lutamos – e aqui trarei a voz do Supremo a respeito – contra a cultura do encarceramento, pois prende-se muito, e mal, no Brasil, e apelamos pela humanização, tendo em vista, inclusive, o caráter não só retributivo, mas de ressocialização do sistema penitenciário.

Além desse argumento fático, temos o segundo argumento: o absoluto colapso do sistema carcerário brasileiro, portador da quarta ou terceira maior população carcerária do mundo, perdendo apenas – se os da-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dos não estiverem desatualizados – para os Estados Unidos, a Rússia e a China. De 1992 a 2013, o Brasil elevou a taxa de encarceramento em 318%, sendo ainda que 44% dos presos são provisórios, o que aponta um universo de 800 mil.

Ou seja, esse debate ganha luzes ainda mais veementes com a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 9 de setembro de 2015, ao julgar a ADPF 347. Pela primeira vez na nossa história jurídica, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a situação carcerária representava "um estado de coisas inconstitucional". Por que um "estado de coisas inconstitucional"? Pela situação degradante das penitenciárias, pelas condições desumanas de custódia e pela violação massiva de direitos humanos. Então, é nesse lugar que está a esperança dos nossos jovens? É para esse lugar que nós vamos, com todo o respeito, encaminhá-los, se a própria Corte Suprema fez esse apelo e determinou, por exemplo, o mecanismo das audiências de custódia, dentre outras medidas? Portanto, trago aqui essa voz do Supremo. E trago à reflexão: vamos despejar os nossos adolescentes nesse universo, nesse "estado de coisas inconstitucional", na voz do próprio Supremo Tribunal Federal?

Além disso, se a pena deve ter um caráter retributivo e ressocializador, o sistema carcerário brasileiro, infelizmente, não satisfaz quaisquer dessas finalidades, porque o índice de reincidência por pesquisas oscila entre 70% e 80%, o que vem a atestar o absoluto fracasso, ainda, de qualquer dimensão ressocializadora do modelo carcerário brasileiro, por vezes sob o controle do crime organizado, de quem o Estado muitas vezes se torna refém.

Terceiro argumento: Direito comparado. Vamos olhar para o mundo afora, vamos aprender com outros países. Qual tem sido a experiência de outros países? Trago aqui estudo da Unicef envolvendo 54 países. Ele constatou que 78% deles fixam a idade penal em 18 anos ou mais. Citaria a França, Espanha, Suíça, Noruega, Uruguai e Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, o debate sobre a redução da maioridade acirrou-se nos anos 90, como resposta à alta criminalidade. Mas, desde 2005, 30 Estados aprovaram normas que conferem um tratamento especial aos adolescentes em conflito com a lei, diverso do tratamento conferido aos adultos – na visão bastante pragmática dos norte-americanos. Isso porque os adolescentes tratados como adultos têm uma probabilidade maior, em 35%, de retornarem ao mundo do crime. Além disso, como os adolescentes estão em peculiar condição de desenvolvimento, teriam maior potencialidade de reabilitação.

Quarto argumento: ordem jurídica. Da onde eu venho, como professora de Direito Constitucional que sou há mais de 25 anos e de Direitos Humanos, a Constituição Federal consagra, com toda ênfase, a absoluta prioridade da criança e adolescente. Se há o direito da infância a essa absoluta prioridade, a consequência é o dever do Estado de assegurar-lhes os direitos básicos, colocando-os a salvo de toda forma de violência, crueldade e opressão.

É daí que surge o direito à proteção especial dos adolescentes, incluindo a maioridade penal aos 18 anos, bem como os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, dedica um longo capítulo às medidas socioeducativas a serem aplicadas quando da prática de ato infracional. Qual é a conclusão? A redução da maioridade penal perverte a racionalidade do sistema, perverte a principiologia constitucional.

Ao abolir o tratamento constitucional especial conferido aos adolescentes, inspirada na lógica absolutamente repressiva – como já foi lembrado aqui pelo nosso do Dom Leonardo –, a ideia da exclusão, a ideia repressiva, punitiva do isolamento é inconciliável com a principiologia, a racionalidade da construção e do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque aniquila a perspectiva de inclusão, aniquila a perspectiva de proteção, aniquila a perspectiva socioeducativa de reinserção social.

Portanto, temos, sim, que fazer outra audiência pública para aqui colher ideias e subsídios para fortalecer a implementação da Lei nº 12.563, de 2013. É disso que precisamos! Ou seja, reforçar a institucionalidade do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

Como tem sido implementado o Sinase?

Dados apontam que o número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa representa 0,1% quando em situação de restrição de privação de liberdade e 0,4% quando em prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

Portanto, o desafio é a implementação efetiva, Dom Leonardo, como já mencionado, da nossa legislação, da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Eu também ouso, Deputado, divergir no que se refere as cláusulas pétreas, porque a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é absolutamente pacífica quando da interpretação do art. 60, §4º, inciso IV – direi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tos e garantias individuais. O Supremo confere uma interpretação ampliativa e extensiva, à luz da sistemática constitucional.

Inclusive tema tributário, referente às garantias tributárias de imunidade, já foi entendido pelo Supremo como receptor da proteção do art. 60, §4º, inciso IV. Ou seja, não há qualquer dúvida de que a proposta de redução da maioridade penal confronta diretamente a Constituição no seu cerne essencial e, portanto, viola o que ela tem de mais precioso, que é a valoração petrificada por ela, que não pode ser afrontada, debilitada ou comprometida.

Portanto, aqui também trago a voz da Convenção sobre os Direitos da Criança, que, de igual modo, soma-se a isso. Temos que somar os parâmetros constitucionais com os parâmetros protetivos internacionais. De igual modo, temos uma convergência de racionalidade: Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que institui o Sinase e a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, que prevê, de igual modo, a excepcionalidade, a brevidade das medidas privativas de liberdade aplicáveis ao adolescente, bem como a exigência de um tratamento pautado pela reintegração, pelo desempenho construtivo, quando de eventual prática de ato infracional.

Eu concluo afirmando que reduzir a idade penal para confinar adolescentes na prisão com adultos não apenas viola os parâmetros constitucionais internacionais, como ainda carece de todo o fundamento fático a contribuir na luta contra a impunidade.

O simplismo, o imediatismo da medida são incapazes de responder aos complexos desafios da realidade brasileira – ostentar uma das maiores taxas de homicídio de jovens no mundo, só perdendo para a Nigéria em termos absolutos.

Portanto, romper com a cultura da banalização da morte requer, sobretudo, que se rompa com a cultura da banalização da vida. Então, nós nos somamos aqui a tantos que defendem mais escolas, menos prisões. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Fábio José Garcia Paes, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Por gentileza.

O SR. FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES – Eu quero saudar a Mesa e todos os presentes, na pessoa do Senador que modera a Mesa, o Vice-Presidente da Comissão. De uma maneira bem especial, eu gostaria de saudar, antes de tudo, os Conselheiros do Conanda (Conselho Nacional da Criança), porque nós estamos em estado de assembleia e priorizamos esta agenda no dia de hoje – estão todos aqui presentes.

Também quero saudar todos os movimentos, frentes que mobilizam esta pauta de enfrentamento contra a redução ou qualquer tipo de perspectiva de redução de direitos humanos neste País.

No País inteiro, neste momento, há grupos organizados em vários Estados que estão nos escutando e acompanhando, de maneira virtual. Eu queria aqui reconhecer o papel da Frente Nacional contra a Redução, que vem pautando as ruas e a mobilização nacional frente a esse tema.

Quero aproveitar o gesto do Dom Leonardo. Gostaria de um minuto de silêncio para as dezenas e centenas de meninos torturados e mortos por aquilo que nós chamamos de sistema socioeducativo neste País.

Recebemos a informação recente, na semana passada, de mais um óbito de um menino que esteve ou que estava na medida socioeducativa. Eu peço, por esses meninos, um momento de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES – Falo aqui como Conanda. Desculpe, Deputado Laerte, que eu acho que não está mais aqui, as vaias que o senhor presenciou nesta sala. Elas não têm a ver com o fato de nós sermos petistas ou aliados do governo anterior, mas com o fato de o Conanda, como órgão de Estado que é, ter participado e participar da construção de políticas públicas neste País, em especial para crianças e adolescentes.

Falar mal de um passado é falar mal também das nossas decisões, das nossas deliberações. Por isso, as vaias. Nós não podemos reconhecer isso, porque nós somos parte do Estado brasileiro. E aqui estão pessoas comprometidas com esta agenda afirmativa, mediante as políticas públicas do País.

No primeiro momento, eu gostaria de falar que é muito complexo querer argumentar a partir de dados, estatísticas ou a partir do viés legal. Acho que a Secretária Flávia deu todo o desenho, todo o arcabouço técnico e político de enfoque de direitos, que nós nem vamos discutir e que o Conanda nem quer reapresentar aqui. Acho que a Flávia fez, de uma maneira bem didática, de uma maneira bem ampla, todo esse argumento.

Como o Conanda quer se posicionar nesta oportunidade, nesta Mesa, sobre o objeto de debate que o Congresso e o Senado vêm apontando? O objeto do debate da redução da idade penal, do aumento do tempo de internação de meninos e meninas, com todo aquele perfil desenhado pelo Deputado Laerte, este objeto está equivocado! Este objeto de mobilização de atenção e de prioridade desta Casa está equivocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Desde 2012 o Brasil tem uma lei de um Sistema Nacional Socioeducativo. Esse objeto é desprezado, desconhecido, vulgarizado e abandonado pelos olhares dos políticos e dos gestores públicos.

Por isso, o objeto de atenção desta Casa e de todos aqueles que querem discutir sobre redução deve se ater à Lei nº 12.594, de 2012. Essa lei, para nós, dá resposta para isto, que, segundo dizem, a população espera, resposta frente à violência, e a outras situações.

Essa lei não é implementada no Brasil não por uma questão de uma pauta de Governo Federal somente, mas por uma culpa dos governos estaduais e dos governos locais, que não priorizam o reordenamento dos seus serviços.

Eu conclamo os Senadores e seus assessores que conheçam as últimas diretrizes sobre a arquitetura das medidas socioeducativas. Até isso existe! Há manual sobre como construir uma medida adequada em épocas contemporâneas, sobre a questão de uma arquitetura pedagógica e que faça intervenção frente ao desenvolvimento de adolescentes infratores. Só que há um desconhecimento geral!

Como eu vou lidar com uma falta de conhecimento, querendo justificar isso por pessoas que pouco conhecem ou nada conhecem daquilo que foi produzido e é produzido nas políticas públicas deste País? O Brasil é condenado nos relatórios internacionais não porque ele não tenha leis bonitas.

Eu gostaria aqui de citar uma carta de um representante da ONU para o Brasil, em 2015, no aniversário de 25 anos – fizemos 26 anos em julho agora –, falando o seguinte, que querem que o Congresso Federal, que todos os representantes políticos desse País reconheçam "que o Brasil tem assumido um papel de liderança e constitui uma referência a nível internacional neste domínio dadas as medidas decisivas que tem adotado para a realização dos direitos da criança, [...] [em especial] em favor da inclusão social e contra todas as formas de violência."

Nós somos reconhecidos pela nossa lei, mas, ao mesmo tempo, somos denunciados nos relatórios internacionais pela falta de implementação dessas políticas e desses planos.

Temos políticas, temos planos, temos diretrizes. No dia a dia das crianças e das realidades comunitárias e das cidades, nós não presenciamos a concretude dessas políticas, porque elas não são implementadas.

Nesse sentido, então, o objeto de atenção desta Casa ou de qualquer casa ou de qualquer debate não tem que recair sobre as costas dos meninos. Nós estamos responsabilizando e criminalizando, cada vez mais, as nossas crianças e adolescentes.

Eu gostaria de dar um exemplo aqui: hoje pela manhã, ao adentrar nesta Casa, três meninos e meninas negros, estudantes, foram barrados na porta. Por quê? E por que o outro engravatado, com o seu paletó, conseguiu passar tranquilamente? Porque nós já observamos adolescentes como um risco e um perigo para a sociedade. Isso se amplifica quando um deles é infrator de alguma situação para a sociedade.

Ao mesmo tempo, comemoramos as medalhas de ouro do Brasil, que são poucas, e vangloriamos Rafaela da Silva, não porque o Estado a sustentou, mas porque um projeto social desviou a sua atenção e focou nela como uma grande potência.

E é esta Casa que deveria observar e ter como foco do seu olhar a potencialização de respostas para esses meninos e essas meninas, na área da educação, da saúde, da cultura, da prevenção. Nossos meninos não são irrecuperáveis. Nossos meninos não são potencializados – não são potencializados! E não é com parede, com grade, com medidas de prisões que nós vamos fazer isso.

Nesse sentido, legislação existe, desculpem. Se alguém não concorda com isso é por desconhecimento. Nós temos lá no Conanda diversos manuais, diversas resoluções, nós temos uma resolução sobre o sistema de garantia de direitos, que hoje vive um caos pela falta de prioridade nesse tema. É a partir destas respostas que nós poderemos sanar esse sentimento de não punição aos meninos e às meninas que violam direitos de outros e que, neste sentido, são violados primeiramente pelo Estado que não os prioriza.

Aí eu tenho algumas propostas concretas. Primeiro, o Conanda, ao analisar todo o relatório do parecer técnico do Senador Ricardo Ferraço, verificou que há uma falta de alinhamento diante de alguns marcos contemporâneos. Primeiro, cita-se um livro de 1880, que fala de loucos e menores, um livro totalmente ultrapassado enquanto estamos vivendo a era de Foucault, que vai discutir o problema das grandes instituições totais, como isso massacra a vida humana. O que mais me alarmou nesse relatório foi quando se diz a seguinte afirmação: "O jornal *O Globo* [que, para nós, não é um dado estatístico, é um dado narrativo de um jornalista] publicou matéria fundamentada em números oficiais fornecidos por secretarias de segurança pública de oito unidades da Federação. Na referida reportagem, nos são trazidos dados suficientes para demonstrar a falência do sistema estabelecido pelo ECA." Repito: "Falência do sistema estabelecido pelo ECA". O que nós encontramos nos Estados não é implementação do ECA, nem em São Paulo, que se vangloria por ter a sua Fundação Casa, totalmente desalinhada politicamente, programaticamente, metodologicamente falando. Não é o que a lei rege.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Diz, então, a partir desta análise, justifica falando realmente que o ECA está equivocado e que esse sistema não existe. Aí novamente a falta de conhecimento.

Nesse sentido, nós pedimos que os Srs. Senadores observem e foquem propostas de leis que responsabilizem os gestores públicos pela não aplicação da lei do Sinase e assim também do Estatuto da Criança e do Adolescente, foquem atenção em responsabilizar os gestores públicos, e não as nossas crianças e adolescentes, que já têm uma metodologia para tentar sanar essa questão da violência e dos seus comportamentos violentos. Para isso nós já temos legislação.

A segunda recomendação e proposta que eu faria, como Conselho Nacional da Criança, é que nós possamos criar dentro do Senado – e aí não seria nós, mas o Senado – uma subcomissão, articulando com o Judiciário, com os Deputados, com a sociedade civil, com os expertos nesse tema e o Conanda envolvido. Vamos criar uma subcomissão para avaliar, em âmbito nacional, o que está acontecendo com os meninos das medidas socioeducativas e como se encontra essa realidade lá. Criar essa subcomissão, ou alguma ferramenta para isso, onde nós possamos priorizar um diagnóstico real da situação brasileira, e não dos argumentos jornalísticos atravessados e equivocados pela lógica. Temos que trazer aqui como estamos respondendo a esses meninos e a essas meninas, trazer essa ferramenta e essa estratégia para esta Casa.

Por último, Secretária, nós temos a portaria de avaliação do Sinase que está já há algum tempo na mesa do Ministro Alexandre de Moraes. Já passou o tempo, está esgotado, está ultrapassado, e ele não tem assinado. Eu sei que há um esforço, mas precisamos da assinatura para poder dar continuidade ou início a esses trabalhos de avaliação.

Nesse sentido, também quero falar que o Conanda é contra a redução e qualquer tipo de estratégia de aumento de tempo de internação. E nisso também gostaria de fazer aqui uma pequena denúncia: o próprio Ministro Alexandre de Moraes disse que isso ele não negocia. E o Conanda se mantém firme nessa bandeira histórica, e falamos: este Governo em exercício também tem que se posicionar contra; por essas conquistas históricas, que não são de um governo, mas de uma sociedade civil, de um Estado totalmente envolvido ao longo destes anos.

Então, são essas as propostas que eu faço como Conanda, de maneira colegiada.

Gostaria de finalizar dizendo o seguinte: que o debate não deve ter a ótica policialesca, como o Deputado Laerte propôs. Não deve ter nenhuma ótica policialesca. Eu fiquei até meio preocupado quando ele assume a responsabilidade desta Casa, como os principais responsáveis legais deste País, que tem juízes, tem conhecedores, tem expertos e pesquisadores.

Nesse relatório deste parecer, em determinada hora, uma doutora chamada Kátia, uma psiquiatra, disse que é a favor da redução por diversos argumentos, e eu digo: O Conselho Federal de Psicologia e os diversos conselhos deste País já publicaram livros dando base teórica, científica e dizendo porque são contra a redução da idade penal ou qualquer tipo de estratégia neste sentido.

Finalizo: reduzir é encarcerar, reduzir é conceber adolescentes como objetos e não como sujeitos, reduzir não é oportunizar mudanças, reduzir é um atentado à vida e à sua potência, reduzir é assumir que não temos capacidade de responder à situação e à realidade dos meninos e das meninas, reduzir é gastar dinheiro público no ralo da sociedade, reduzir é um dos maiores equívocos contemporâneos da nossa sociedade internacional e brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Concedo a palavra ao Sr. Alexandre, Juiz de Direito, aqui representando a Associação dos Magistrados do Brasil.

Por gentileza, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA – Bom dia; bom dia a todos. Agradeço o convite, a possibilidade de participar desta audiência pública.

Vocês já devem ter percebido que eu não sou muito bom em tecnologia. É justamente começando com isso que acho que alguns mitos nós teríamos que quebrar. Um desses mitos é que todo japonês entende de informática. (*Risos.*)

Não entendo e vou precisar da ajuda do colega lá.

Eu só queria iniciar a minha fala com uma notícia que saiu na UOL no dia 13 de junho de 2016: "Brasil cai 64 posições e fica em 107º em ranking de direitos da criança".

Isso em 13 de junho de 2016. Nós despencamos da 43ª posição para a 107ª nesse *ranking* internacional que engloba 163 países, no qual são avaliados direito à vida, saúde, educação, proteção, ambiente favorável aos direitos da criança.

Eu sou Juiz de Direito em Santa Catarina e atuei durante 6 anos, de 2010 a 2016, como Juiz Auxiliar na Corregedoria do Tribunal de Justiça. Uma das minhas funções era justamente visitar o sistema socioeducativo de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Por gentileza, poderia mostrar o primeiro quadro, segurança em números?

Santa Catarina, na página da Secretaria de Segurança Pública, tem um relatório mensal. Os números estão pequenos, mas são dados de prisões em flagrante (adultos), cumprimentos de mandados de prisão, flagrantes, apreensões de adolescentes em conflito com a lei e mandados de busca e apreensão.

Número de prisões realizadas dentro do quadro da Polícia Civil. Os últimos quadros ali são dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio deste ano. Nós tivemos 12.390 prisões e apreensões em Santa Catarina em flagrante. Desse total, foram presos em flagrante 9.922 adultos; cumpridos mandados de prisão: 1.627, de adultos; e, no mesmo período, flagrantes, adolescentes em conflito com a lei: 571; e ordem judicial de busca e apreensão de adolescentes: 270. Então, nós tivemos aproximadamente 11.000 prisões de adultos e, no mesmo período, 840 apreensões de adolescentes, demonstrando que, em Santa Catarina, adolescentes entre 12 e 18 incompletos representam menos de 8% do número de apreensões e prisões realizadas no Estado.

Poderíamos passar para as fotografias por favor?

Eu gostaria de apresentar algumas fotos das inspeções que realizei em Santa Catarina para mostrar a situação que os adolescentes cumprindo medida socioeducativa vivenciaram durante o período de 2010 a 2016. Atualmente, ainda não conseguimos mudar essa situação. Nós só temos duas unidades no sistema Sinase, na arquitetura, que foi falada pelo colega.

Aí é a entrada Chapecó, extremo oeste de Santa Catarina. Esse é o antigo serviço de internação em Santa Catarina. Esse é um corredor lateral.

A próxima por favor.

Nós estávamos olhando um lado e esse é o segundo lado. Aquele lado anterior era dos que haviam ingressado há pouco tempo, internação provisória, e esse era o de internação definitiva.

Por gentileza, próximo.

Esse era um objeto multiuso. Era vaso sanitário... Vocês podem observar que tem escova de dente, pasta de dente, xampu. Essa era a nossa realidade, a realidade do nosso sistema socioeducativo. Essa unidade foi recentemente demolida, estão terminando as obras da nova arquitetura, não foi nem inaugurada.

O que eu quero mostrar para vocês é que, decorridos 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, na verdade, nós não implementamos efetivamente o Estatuto. Então, muito mais importante do que discutir a questão da redução da maioridade penal seria discutir até que ponto nós efetivamente implementamos o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por gentileza, o próximo.

Para vocês verem: nós chamamos, eufemisticamente, de celas essas unidades.

Em Chapecó também: aí a unidade de internação provisória.

Próxima, por favor.

A grande diferença que vocês vão ver é que esses quartos não possuem banheiros dentro dos quartos. Então, vocês podem perceber que existem refrigerantes na parte superior, que efetivamente são refrigerantes, e, na parte inferior, depois de um certo período da noite, não era mais utilizado o banheiro coletivo, por uma questão de segurança. Então, os adolescentes tinham que fazer suas necessidades dentro das garrafas pets que ficavam no chão.

O próximo.

Nós estamos olhando um lado, um grande corredor, são dois lados parecidos. Esses são os nossos chamados quartos para esses adolescentes em conflito com a lei.

Esse não é o padrão arquitetônico da lei do Sinase. Santa Catarina está começando a implementar e, simultaneamente, estamos discutindo a redução da maioridade penal. Não chegamos nem a possibilitar efetivamente um sistema socioeducativo e já estamos pensando na questão da colocação deles no sistema prisional.

O sistema prisional em Santa Catarina, como em todo o Brasil, apresenta um cenário de superlotação. São mais de 18 mil presos. Atualmente eu estou numa unidade da Vara da Família, no interior do Estado, fazendo a inspeção da unidade da minha comarca. Verifiquei que os presos de alimentos, que são os presos civis, estão misturados com os presos comuns, o que viola também a própria Lei de Execução Penal, o que demonstra a dificuldade que nós teríamos, na prática, logisticamente, com uma eventual redução da maioridade penal.

Por favor, a próxima.

São algumas fotos. Pode ir passando por favor.

Essa é de outra unidade, a unidade de Rio do Sul, que também foi recentemente reformada. Essa já está em utilização.

Pode ir passando por favor.

Essas são algumas imagens de como é o ambiente em que eles supostamente teriam que estar sendo trabalhados numa ideia socioeducativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Essa é a situação que eu encontrei quando fiz a inspeção – as inspeções acontecem sem prévia comunicação.

Esse foi um quarto que pegou fogo. A sorte é que o adolescente estava em atendimento com a equipe técnica, estava conversando com a assistente social quando deu um curto circuito e pegou fogo no quarto, mas ele teve que voltar a utilizar aquele quarto, porque há uma situação de superlotação também no socioeducativo – ele teve que utilizar o quarto sem reforma nenhuma.

Pode ir passando por favor.

Na verdade, em Santa Catarina nós somos 111 comarcas, 111 juízes da Infância e Juventude.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA – Esse é Vitor Ramil – não sei se conseguem escutar. É um cantor e compositor gaúcho. A música se chama Estrela, Estrela e ele a compôs quando tinha dezesseis anos. Isso me motivou a compartilhar essa música com os senhores e com as senhoras.

Quando eu tinha dezesseis anos, eu parei de estudar. Eu queria ser músico. Graças a Deus, meus pais me chamaram, conversaram comigo e falaram: "Olha, Alexandre, você vai continuar estudando; você vai continuar com a sua música, mas você vai continuar estudando." Dou graças a Deus por meus pais terem me chamado, terem tido essa conversa comigo. Não fosse isso, hoje estaria disputando com um tal de lepo lepo, Psirico, com todo respeito a todos os gêneros musicais. Mas eu dou graças a Deus porque eu tive, dentro de casa, a oportunidade de ter um pai e uma mãe que tiveram o cuidado e o amor de me chamar para conversar e me mostrar caminhos.

E é justamente este que talvez seja o meu grande pedido, como magistrado: de nos darmos uma chance de fazer um trabalho diferente com relação aos nossos adolescentes, não só tendo em mente uma ideia punitiva, mas uma ideia de que, talvez, da mesma forma que eu tive a oportunidade de ter uma família que me acolheu, que a gente possa ter a capacidade de lançar um olhar de cuidado para essas crianças e adolescentes.

Há um filósofo, de quem eu gosto muito, que se chama Luc Ferry. É um filósofo francês que foi ministro da Educação de 2000 a 2004 na França. E ele fala que nós deveríamos partir para um segundo humanismo.

O que seria o segundo humanismo? O primeiro humanismo foi aquele da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Só que ele aponta que, mesmo com esses ideais, nós tivemos a Primeira e a Segunda Grande Guerra Mundial escravidão e colonialismo. E ele propõe que possamos avançar para um segundo humanismo, que, resumindo, seria o amor.

Luc Ferry, daí, aborda o amor agape, o amor philia, o amor eros. E ele fala que, se nós pensarmos as nossas políticas públicas tendo como destinatários finais os nossos filhos, talvez possamos fazer um mundo diferente.

(Música ao fundo.) De que forma eu... Olha, eu confesso que eu não sei como... Eu falei para vocês que todo japonês não entende de música... Vamos terceirizar.

Talvez pudéssemos pensar: como eu gostaria que a minha filha fosse atendida no sistema socioeducativo? Como eu gostaria que o meu filho fosse atendido no sistema socioeducativo? Como eu gostaria que ele fosse atendido pela saúde, pela educação? Talvez possamos pensar num mundo diferente.

Ouvindo o Deputado Lessa, eu me lembrei de Rubem Alves, um pedagogo que, infelizmente, faleceu; era também psicanalista e pastor.

Ele dizia que, quanto à questão da redução da maioridade penal, que deveríamos pensá-la não tendo em mente uma partida de tênis, em que o nosso objetivo maior é jogar no ponto fraco do nosso concorrente, do nosso adversário, mas deveríamos pensá-la tendo em mente um jogo de frescobol: vamos jogar nos pontos positivos que cada uma das nossas posições tem.

Em Santa Catarina temos o trabalho do Padre Vilson Groh, no Maciço do Morro da Cruz. Lá eles fizeram um levantamento sobre a questão da redução da maioridade penal. Foi feita a pesquisa com os familiares, os pais dos alunos do Colégio do Monte Serrat, Colégio Marista. A grande maioria dos pais e da comunidade respondeu que eram favoráveis à redução da maioridade penal. A segunda pergunta que foi feita: "Quem sai do sistema prisional sai melhor ou pior?" 100% responderam que sai pior. Essa é a contradição com relação à discussão da redução da maioridade penal.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA – Os que pedem a redução da maioridade penal reconhecem que quem sai do sistema prisional sai pior do que entrou. Então, a nossa fala, a nossa busca e a nossa indignação decorrem do fato de que não são só números, gente, são pessoas que estão morrendo.

A minha irmã é promotora em uma comarca do interior de Santa Catarina. Recentemente ela me ligou e falou: "Xande, de janeiro até agora, morreram dezessete adolescentes. Eu pedi o arquivamento de dezessete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

representações de atos infracionais aqui na minha comarca." Dezessete adolescentes faleceram na comarca dela em menos de seis meses! É como se morressem mais de duas fileiras dessas de pessoas em menos de seis meses e a gente achasse normal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, aqui representando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Conamp.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO – "Eu vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre detritos. Quando encontrava alguma coisa, nem cheirava, engolia vorazmente. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era uma criança." Manuel Bandeira adaptado.

Meus cumprimentos a todos e a todas que participam deste evento de cidadania do Senado Federal.

Peço licença para saudar especialmente o Senador José Pimentel, que preside esta sessão; a Senadora Gleisi Hoffmann, do meu Estado do Paraná; a Senadora Fátima Bezerra.

Saúdo também o Magistrado Alexandre Takaschima, representante da Associação dos Magistrados – muito bem representada a Associação dos Magistrados Brasileiros nesta sessão –; e o Fábio Paes, que é o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, que, segundo o comando constitucional, deveria ser o órgão a formular a política de atendimento aos direitos da população infanto-juvenil e controlar as ações governamentais em todos os níveis.

A primeira observação é que se deve dar destaque à atuação do Conanda em todos esses processos que tratam de matéria pertinente aos direitos da população infanto-juvenil.

Saúdo a Professora, hoje Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan, que é professora de todos nós.

Eu não sei bem como começar, pelo exíguo tempo. Mas eu... Aliás, quero começar dizendo o seguinte.

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, diversas vezes, repetem que as crianças e os adolescentes devem ser tratados com dignidade e respeito. Não há nenhuma criança ou adolescente que seja bandido. Não há nenhuma criança ou adolescente que seja irrecuperável. Comecemos assim.

Eu estou completando 40 anos de Ministério Público no Estado do Paraná. Quero dizer que falo aqui em nome da Conamp...

Saúdo também, especialmente, a nossa Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcante.

Quero dizer que estou completando 40 anos de Ministério Público no Estado do Paraná. Nesse período, fui quatro vezes Procurador-Geral de Justiça do Estado; fui Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União; integrei o Conanda representando a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude; integrei o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná; integro o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desde o início da minha carreira, sempre dei destaque à minha atuação – aliás, como hoje é comando constitucional dar prioridade absoluta para a área da infância e da juventude.

Eu sou tão antigo que comecei a atuar na área da infância ainda com o Código Mello Mattos, anterior ao Código de Menores, que é de 1979. E à época em que vigia o Código de Menores, houve uma grande mobilização dos operadores do Direito junto com as entidades da sociedade civil organizada no sentido de não aceitar o Código de Menores. É que, embora ele se apresentasse como uma legislação protecionista, tutelar, assistencial à infância e à juventude, na verdade, o legislador do Código de Menores não havia previsto os direitos da população infanto-juvenil.

Portanto, fazíamos uma mobilização no sentido da alteração do Código de Menores exatamente no momento em que se inicia o processo da Assembleia Nacional Constituinte. Daí, com um movimento chamado Pró-Constituinte, com uma emenda popular com mais de dois milhões de assinaturas, colaboramos para que fosse trazido ao texto constitucional a regra de ouro da infância e da juventude, que é o seu art. 227.

O art. 227 absorve os ditames da doutrina da proteção integral, a mesma que fundamenta todos os documentos internacionais relativos à infância e à juventude; à Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente: às Regras de Beijing, para a administração da Justiça de menores; às Regras de Riad, para adolescentes privados de liberdade; e à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

A tese fundamental da doutrina da proteção integral é no sentido de que incumbe à lei assegurar às crianças e adolescentes a possibilidade do exercício dos seus direitos fundamentais.

Por isso mesmo, o art. 227 vai dizer que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer. Enfim, pela primeira vez na nossa história, no ordenamento jurídico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e no texto constitucional, estão expressos, ainda que genericamente, os direitos fundamentais da população infanto-juvenil.

E na perspectiva da doutrina da proteção integral, já no art. 227, vai-se tratar da igualdade de filiação, de que os filhos havidos ou não no casamento, ou por adoção, possuem os mesmos direitos e qualificações; vai-se estabelecer limite para o trabalho infantil. Enfim, há inúmeras regras.

E exatamente nesse momento é que se vai fazer inserir, também no texto constitucional, trazendo da legislação infraconstitucional, a regra da imputabilidade penal somente a partir dos 18 anos. Essa regra estaria lá no art. 5º, sem dúvida alguma, se não houvesse agora um capítulo tratando especificamente dos direitos da população infanto-juvenil. Portanto, ela foi colocada ali exatamente porque, como eu disse, pela primeira vez na nossa história e já na história constitucional, estão lá inscritos os direitos fundamentais da população infanto-juvenil.

Eu digo isso porque aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça, o que se deve analisar é a admissibilidade ou a inadmissibilidade da proposta. E eu digo que a proposta não pode ser admitida nesta Constituição porque o art. 228 constitui uma cláusula pétrea. Ela corresponde a um direito fundamental advindo da doutrina da proteção integral e decorrente do princípio da dignidade humana das pessoas em peculiar fase de desenvolvimento.

É o que está lá. O art. 60, §4º, diz que não se pode apreciar matéria tendente a abolir uma cláusula pétrea. E, no rol daquilo que é indicado como cláusula pétrea no inciso IV, estão lá expressos os direitos e garantias individuais. Então, o primeiro ponto... Aliás, recentemente, esta mesma Comissão, apreciando a matéria, rejeitou uma proposta nos mesmos moldes exatamente por reconhecer que, em se tratando de uma cláusula pétrea, não seria possível sequer permitir a tramitação dessa proposta.

Eu aproveito a presença da Profª Flávia, que já tratou desse tema...

Poxa, meu tempo já está terminando!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, V. Sª ainda tem 6 minutos.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO – Seis minutos é uma...

Aproveito a presença da Profª Flávia para dizer que, além da inconstitucionalidade, há o vício da inconvencionalidade, porque a convenção que o Brasil ratificou, a convenção das Nações Unidas que trata dos direitos das crianças, da população infanto-juvenil, estabelece 18 anos como a idade para a maioridade penal – salvo se algum país, antes da convenção, já tivesse outra idade fixada. Como no Brasil, à época da ratificação, a idade era de 18 anos, a modificação dessa idade para menos importaria violar um princípio dos direitos humanos, que é o do não retrocesso naquilo que já há no Estado jurídico estabelecido.

Portanto, além da inconstitucionalidade, há também o vício da inconvencionalidade, o que certamente vai submeter o Brasil a ser julgado em cortes Internacionais e condenado, se por acaso esse texto for adiante.

Então a minha primeira manifestação é exatamente nesse sentido da inadmissibilidade da proposta.

Eu fiz várias anotações e quero pensar rapidamente o que seria importante eu trazer aqui.

Agora, me referindo rapidamente ao mérito...

Nós estamos... Esse discurso equivocado... Eu estou falando aqui, porque estou sentado agora no lugar onde estava o Deputado Lessa. Esse discurso equivocado quer transformar as nossas crianças e adolescentes em bodes expiatórios de uma situação de insegurança que nós vivemos no País, quando, na verdade, computado o conjunto das práticas criminosas, como já foi dito pela Profª Flávia, o índice que diz respeito à prática de atos infracionais por adolescentes é quase nada, é nulo. No que diz respeito aos atos infracionais praticados mediante violência e grave ameaça, é menos de 1%. Só que um caso se transforma numa comoção social, pela maneira que se faz a manipulação ideológica.

Mas o que eu queria dizer, e que é necessário dizer, é que o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê a responsabilização dos adolescentes que praticam ato infracional. Não é verdadeiro esse discurso de que o Estatuto é a porteira aberta da impunidade, que agora o adolescente pratica um ato infracional e não acontece nada com ele. Não, o que o Estatuto diz é exatamente o contrário: é que nenhum ato infracional pode deixar de ser julgado pela Justiça da Infância e da Juventude. E quando comprovada a prática do ato infracional, ao adolescente serão aplicadas as chamadas medidas socioeducativas, que vão desde uma advertência, a obrigação de reparar o dano, a inserção no Programa de Liberdade Assistida, há casos de semiliberdade, até, para os casos mais graves, a privação de liberdade. Então, tanto quanto aconteceria com o adulto na prática de um ilícito penal grave, o adolescente responde com privação de liberdade.

O que eu quero dizer, e me parece que esse é um raciocínio elementar, é que, diante da prática de um ato infracional por um adolescente, nós temos duas opções: ou nós submetemos esse adolescente ao sistema socioeducativo, a ele aplicamos uma medida socioeducativa e, como ela, procuramos resgatar este adolescente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

para a vida familiar, social e comunitária, desenvolvendo a sua potencial socialidade... Porque quando se fala em pessoa em peculiar fase de desenvolvimento se quer dizer isto: é uma pessoa em formação, que não completou ainda o seu desenvolvimento, inclusive com relação à sociabilidade. Trata-se de, através das medidas socioeducativas, tentar construir um projeto de vida que seja diverso da criminalidade.

Então, essa é a nossa opção. A outra é entregar definitivamente esse adolescente para a criminalidade. Mas é tão óbvio! Como é que a gente pode imaginar que seria positivo pegar alguém que se encontra em fase de desenvolvimento, com 16 anos, e dizer: "Olha você vai completar agora a sua formação no sistema penitenciário brasileiro. Você vai completar a sua formação experimentando a promiscuidade de um sistema onde a regra é a violência física, é a violência psíquica, é a violência sexual."

Isso é garantir que, dali a pouco, ele já passe a integrar um grupo criminoso, porque são os grupos criminosos que comandam o sistema penitenciário brasileiro, como foi dito agora nesta Mesa. Quer dizer, a única certeza que você tem nessa opção, de não buscar o resgate pela via das medidas socioeducativas, é que se vai devolver esse adolescente um cidadão de pior categoria do que quando entrou no sistema.

E esses casos de que o Deputado Lessa falou são os casos que nós precisamos atender sob uma outra ótica, os casos da dupla inimputabilidade. São os adolescentes que são inimputáveis em razão da idade, mas são inimputáveis também em razão de doença mental, de transtorno mental, de transtorno psiquiátrico, que são os casos utilizados como exemplo para apoiar a proposta absurda de diminuição da idade para a imputabilidade penal. E esses precisam de tratamento, precisam de atendimento médico, de médico psiquiatra, e não vai ser encaminhando para o sistema penitenciário que nós vamos...

Eu queria só fazer uma outra observação da proposta em si, que aqui se encontra, e dos equívocos que ela contempla.

Em primeiro lugar, a capacidade de culpa. Está-se querendo dizer aqui que esses adolescentes devem ter capacidade de culpa. E se diz então: "Capacidade do agente de compreender o caráter criminoso da sua conduta". Isso significa ter discernimento. Ou seja, para o Direito Penal não basta a capacidade de entender o caráter ilícito do fato, o que o Código Penal diz é que, além disso, é necessário ter também a capacidade de se comportar de acordo com esse entendimento.

Então, é capenga a proposta, porque trata da capacidade de culpa no que diz respeito a apenas um elemento. E por que não dá para se tratar só com esse elemento? Porque ter a capacidade de discernimento, de saber o que é certo e errado, uma criança de 8 anos de idade tem. Eu lecionava Direito Penal e dava o exemplo da minha filha, que na época tinha 7 anos: na época tinha radiola, e ela pegava o braço da radiola e passava nos discos – ela é precursora dos DJs! E quando ela fazia isso, claro, fazia um barulho, a gente ia em direção à sala onde estava a radiola e ela saía correndo, com um ar típico de quem tinha consciência da ilicitude do comportamento. E eu brincava com os meus alunos dizendo que, em razão da Flávia, nós passamos a ter um cachorro dentro de casa, que não deveria estar dentro de casa. E ela ficava dentro de casa e ficava no melhor sofá da sala. E a gente saía em direção à sala, quando estava andando no corredor, a Rebeca pulava do sofá e saía correndo. Eu brincava que até a Rebeca tinha consciência da ilicitude do comportamento.

Não basta isso, é necessário que se tenha também a capacidade de se determinar de acordo com esse entendimento. Daí a ciência médica, a psicologia, a psiquiatria, trazer elementos para dizer que a fase da adolescência é uma fase crítica, que a Síndrome Normal da Adolescência importa comportamento de romper as regras sociais, de ser impulsivo e que, enfim, é preciso ter um tratamento diferenciado.

A última observação que eu faço é que... Desculpe, pena que... Eu até falei para ele: "Pena que o senhor não ficou aí..." Porque quando da apreciação na Câmara dos Deputados, estava marcada uma audiência pública como esta, estava lá a AMB, estava o Conanda, o Conselho de Psicologia e tal, e eles simularam – eu queria falar perto dele – uma briga que resultou na suspensão da audiência pública, e nós não pudemos falar. Daí, na reunião seguinte, eles convidaram um cantor, depois convidaram... Enfim...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas uma Casa presidida por Eduardo Cunha não poderia ser diferente! (*Palmas.*)

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO – Exatamente isso.

Então eu quero, completando esse raciocínio, dizer o seguinte. Tem que se ouvir, sim, o Conanda, tem que se ouvir a Ordem dos Advogados do Brasil, que é contra, tem que se ouvir o Conselho Federal de Psicologia, que é contra, tem que se ouvir o Conselho Federal de Assistência Social, que é contra, tem que se ouvir o Conamp, a CNBB, enfim, todos os órgãos. Todos os órgãos que atuam com crianças e adolescentes são contra.

O que justifica essa posição? Como simplesmente dizer que estamos todos nós errados?

Eu vou terminar, Sr. Presidente, com a leitura de um poema que é de autoria de um grupo de meninos e meninas de rua lá de Curitiba, da comunidade Profeta Elias. Eram meninos de rua, mas se organizaram no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e, em razão dessa organização, se politizaram, e porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

politizados, em vez de continuar na condição de meras vítimas da sociedade injusta em que eles viviam, passaram a ter uma intervenção positiva em relação ao tema da infância e da juventude, ajudaram a instituir uma fundação, que é a Fundação dos Meninos de 4 Pinheiros, que atua recolhendo e acolhendo crianças e adolescentes de rua lá de Curitiba. Esses meninos passaram a escrever e a encenar peças teatrais, a fazer músicas e poemas. E eu quero terminar esta minha participação aqui dando voz e vez a esses meninos de rua, que só agora, lá na Chácara Meninos de 4 Pinheiros, estão sendo tratados com dignidade e respeito. E o poema serve exatamente para a reflexão do que nós estamos tratando hoje. O poema tem como seu símbolo, como o seu signo, a igualdade, que, aliás, é também a bandeira do Ministério Público brasileiro. Diz o poema:

Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida
Para vocês escola
Para nós pedir esmola
Para vocês vida bela
Para nós viver na favela
Para vocês academia
Para nós delegacia
Para vocês televisão
Para nós valetão
Para vocês forró
Para nós mocó
Para vocês muita emoção
Para nós catar papelão
Para vocês piscina
Para nós chacina
Para vocês coca-cola
Para nós cheirar cola
Para vocês avião
Para nós camburão
Para vocês conhecer a lua
Para nós morar na rua
Para vocês está bom, felicidade
Para nós... igualdade
Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero registrar que esta Comissão de Constituição e Justiça, em 2015, rejeitou, por maioria de votos, uma PEC de igual teor. O autor dessa PEC rejeitada na CCJ fez um recurso ao Plenário e, como tinha chegado esta da Câmara, o Plenário do Senado acolheu o recurso e mandou apensar a este processo.

Quero adiantar também que, em 2015, por maioria ampla de votos, a Comissão de Constituição e Justiça e o Plenário do Senado – e encontra-se na Câmara Federal –, nós aprovamos uma modificação no ECA e no Sinase.

O primeiro item que nós modificamos: o adulto...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Pimentel, me permita.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só a título de esclarecimento: é exatamente essa PEC...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ela está apensada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, nós aprovamos essa alteração no ECA e no Sinase – encontra-se na Câmara Federal –, e o primeiro item diz que o adulto que utilizar criança ou adolescente na consumação de um crime tem sua pena duplicada – altera o Código Penal Brasileiro. Determina também que a criança e o adolescente que estão no processo socioeducativo terão o direito de ter concluídos o ensino fundamental e o médio profissionalizante. E essa determinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tem como objetivo impedir que essa criança, quando sair do sistema socioeducativo, vire uma vítima fácil das organizações criminosas.

Há um conjunto de outras ações. Torna obrigatório o acompanhamento pelo juiz do feito e por um conjunto de entidades. A cada 6 meses, essas entidades proferem um laudo orientador para que o juiz possa, o quanto antes, liberar novamente essa criança.

Eu acredito que é necessário, sim, atualizar o ECA, mas nunca alterar a Constituição. Nós assistimos recentemente à eliminação de crianças de 10 e 11 anos de idade por parte das Forças de Segurança, a que o Deputado Laerte Bessa disse que serviu por mais de 30 anos. Em vez de recolhê-los, acolhê-los e tentar corrigi-los, resolveram tirar-lhes a vida.

Convido a Senadora Gleisi Hoffmann para assumir os trabalhos. Eu tenho...

A nossa Senadora Fátima está com tempo ainda?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu posso assumir. Eu já combinei aqui com a Senadora Gleisi Hoffmann, nós vamos ficar na coordenação dos trabalhos.

Senador Pimentel, rapidamente, antes de passarmos para a Segunda Mesa, eu gostaria de fazer aqui algumas considerações breves.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É porque eu tenho um voo às 13 horas. É só para assumir a Presidência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tudo bem. O.k.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós queremos dar o nosso bom-dia, cumprimentar aqui o Senador José Pimentel, cumprimentar a Senadora Gleisi, saudar os nossos convidados e convidadas presentes nesta importante audiência pública, saudar os nossos palestrantes pelo importante pronunciamento, pela reflexão que acabam de fazer, começando pela Drª Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos; Dr. Olympio, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná; Dr. Alexandre, Juiz de Direito; e Fábio, Presidente do Conanda.

Na sequência, nós vamos fazer o registro das entidades aqui presentes.

De forma muito breve, antes de passarmos para a Segunda Mesa, quero registrar que, conforme exposição aqui feita pelos nossos convidados, ficou muito claro para todos nós o caminho a ser trilhado para enfrentar a violência, a violência que afeta sobretudo a juventude, a violência que afeta exatamente a juventude mais pobre, porque são os negros, são os pobres, são os que vivem na periferia que são as maiores vítimas. Nós temos aí estatísticas, oficiais inclusive, que apresentam isso claramente.

Nós vimos aqui, pela exposição dos senhores e das senhoras, que o caminho a ser trilhado é buscar as políticas sociais, o caminho a ser trilhado não é concordarmos com argumentos falaciosos de que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento de impunidade. Muito pelo contrário: o Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado uma das legislações mais modernas naquilo que ele disciplina, de que ele trata, principalmente dos objetivos de ressocialização e reeducação dos adolescentes em conflito com a lei. O Estatuto é muito claro, ele prevê as medidas socioeducativas na linha das garantias constitucionais de brevidade e excepcionalidade, que vão desde a chamada liberdade assistida até a internação em estabelecimentos que, em última análise, aplicam medidas privativas de liberdade que podem perdurar por até três anos.

Então, repito, isto é um mito, é uma falácia dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente promove a impunidade. Muito pelo contrário: ele é o instrumento que busca o caminho da ressocialização, ele é o caminho que estabelece o regramento, as penas, inclusive adequadas à fase própria da juventude.

Segundo: mais uma vez aqui também coloco que defender a redução da maioridade penal, ou seja, insistir nessa tese, é ir na contramão da história. Isso fica claro por meio do que vocês aqui também colocaram, quer dizer, pesquisas realizadas em vários países do mundo mostram que países, por exemplo, que resolveram adotar a tese da redução da maioridade penal, pensando que isso contribuiria para resolver o problema da violência, observaram um resultado exatamente contrário: a violência aumentou.

Eu cito aqui, por exemplo, o Japão, que adotou essa medida de reduzir a idade da maioridade penal, e o efeito foi contrário: ao invés de diminuir a violência, a violência aumentou – tanto é que eles redefiniram a maioridade penal: passou de 18 para 21 anos.

É importante aqui colocar que nós temos um debate bastante acumulado, no qual fica, repito, cada vez mais comprovado que não é encarcerando os nossos jovens que nós vamos resolver o problema da violência.

Então, feitas essas considerações, eu quero aqui, Drª Flávia, saudá-la, cumprimentá-la pelo pronunciamento que fez, pronunciamento claro e firmemente contrário à redução da idade da maioridade penal. Quero cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, fazer um apelo a V. Sª: que exija do Governo do qual hoje V. Sª faz parte que tenha essa mesma posição. Digo isso porque a PEC em debate aqui neste exato momento é de autoria do Senador Aloysio Nunes, que é Líder do Governo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Foram condensadas as sete propostas de emenda à Constituição que estão em debate, mas a que está em debate neste exato momento, repito, é de autoria do Senador Aloysio Nunes e tem, Senadora Gleisi, como Relator, outro integrante da base governista, que é o Senador Ricardo Ferraço. Então, eu entendo que seria extremamente oportuno e necessário que o Governo se pronunciasse, a começar, repito, pela PEC que está em debate aqui, que é de autoria do Líder do Governo.

Em segundo lugar, também me permita, gostaria que a senhora também levasse um outro debate extremamente importante para o presente e para o futuro da juventude brasileira, que é o debate da PEC 241. Refiro-me à PEC, que já está em tramitação aqui no Congresso Nacional, que tem por objetivo congelar os gastos sociais. A PEC, uma vez aprovada, vai simplesmente congelar, por um prazo de dez a vinte anos, os recursos nas áreas sociais, na medida em que estabelece como regra que os gastos nas áreas sociais não podem ultrapassar os limites do patamar inflacionário do ano anterior. Isso significa, na prática, cortar recursos da educação, da saúde e da assistência social. Portanto, isso significa, na prática, reduzir drasticamente os recursos para as áreas sociais e, na medida em que todos nós aqui temos clareza de que os jovens precisam, a juventude brasileira precisa, é de mais educação, de mais políticas sociais, essa PEC não pode prosperar de maneira nenhuma. Ela vai inviabilizar, por exemplo, as metas do Plano Nacional de Educação e, com isso, ela vai comprometer o presente e o futuro das nossas crianças e da nossa juventude.

Então, deixo aqui este apelo... Mais do que apelo: na verdade, é uma solicitação que fazemos aqui, à luz, inclusive, da coerência das suas palavras e da posição que V. Sª aqui expressou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permita-me, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queria fazer um cumprimento muito especial à Mesa que está aqui. O Dr. Olympio, do nosso Estado, desde que o conheço, há muitos anos, é um grande batalhador na luta em defesa da criança e do adolescente. Temos muito orgulho da sua caminhada, Dr. Olympio.

Cumprimento também a Drª Flávia, o Dr. Alexandre, o Fábio, Presidente do Conanda.

Mas eu pedi a palavra para fazer um adendo à fala da Senadora Fátima.

Essa PEC nº 33, de autoria do Senador Aloysio Nunes, foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça. O voto que determinou a rejeição foi o voto do Senador Randolfe. Nós a rejeitamos aqui. Houve um recurso, foi para o Plenário. Aí fizeram uma emenda de plenário – procedimentos regimentais que são utilizados para que a matéria volte a ser discutida –, e a mesma PEC voltou para esta Comissão, a mesma que foi rejeitada voltou para esta Comissão. E manda o Regimento que, quando volta a matéria, o Relator seja o Relator do voto vencedor. Portanto, teria que ser Relator o Senador Randolfe Rodrigues, e não o Senador Ricardo Ferraço. Infelizmente, o nosso Presidente da CCJ nomeou o Senador Ricardo Ferraço novamente Relator da PEC. Nós vamos votar a mesma matéria duas vezes! Que tentativa é essa? De fazer com que essa matéria seja aprovada.

E eu lamento muito que neste momento em que é realizada esta audiência pública tão rica, com essas exposições tão boas que os senhores fizeram aqui, a Casa esteja esvaziada.

Nós temos alguns problemas. Esta semana foi a semana da votação da pronúncia do *impeachment* da Presidenta Dilma. As sessões deliberativas foram suspensas para que o foco ficasse apenas nessa sessão, que entrou pela madrugada, e muitos Senadores viajaram. E nós também estamos hoje com uma sessão extraordinária do Mercosul. Então, os Senadores que são muito atuantes nessa área estão viajando: o Senador Requião, a Senadora Lídice, o Senador Humberto. Senadora Vanessa está com outros temas também; o Senador Lindbergh também tem outro compromisso. Então, aqueles Senadores que sempre estão junto conosco...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Telmário e o Senador Randolfe também estão com outros compromissos. Eles são, inclusive, autores também do...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do requerimento da audiência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Como quem marcou foi o Presidente da CCJ, pegou-nos meio desorganizados. Mas eu lamento muito também que o Senador Ricardo Ferraço não tenha ficado aqui, assim como o Senador Aloysio, porque seria a oportunidade de eles ouvirem, de uma maneira bastante profunda, quais são os argumentos para não se modificar a Constituição.

E nós vamos precisar fazer uma mobilização, porque, se esse tema for pautado, do jeito que nós estamos com a Casa hoje – há uma maioria que está levando as propostas mais conservadoras –, nós corremos o risco de ver essa matéria aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em relação aos direitos das mulheres, nós já estamos, Dr. Olympio, dizendo o seguinte: "Não vamos pautar mais nada, porque tudo o que pautamos volta atrás." As conquistas que nós obtivemos estão regredindo. Então, nós estamos com medo de pautar determinados temas, porque nós sabemos que não vamos ter avanço. Esse é um dos temas.

Então, nós vamos ter que fazer muita resistência aqui, Senadora Fátima, muita, para que essa matéria não fique na pauta, porque, se ela ficar na pauta, nós corremos o risco de esta Comissão aprovar uma barbaridade dessas.

Eu não podia deixar de fazer este registro e, ao mesmo tempo, cumprimentar a clareza das exposições aqui e dizer que nós vamos estar juntos nessa resistência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Feitas essas considerações, nós agrademos, mais uma vez, a presença aqui dos nossos ilustres convidados e convidadas que participaram da Primeira Mesa.

Convidamos imediatamente, para compor a Segunda Mesa...

O Dr. Joaquim Gonzaga de Araújo Neto está?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Estamos recebendo aqui, do Dr. Olympio, o livro *Menoridade Penal*, que tem a contribuição de vários especialistas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – A gente fez um encaminhamento importante: de criar uma subcomissão para focar na avaliação do Sinase no Brasil inteiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passe para nós.

Nós queremos chamar, então, o Sr. Bruno Moura, Defensor Público do Estado da Bahia; o Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, representado por Wladimir Sérgio Reale; a Srª Janaína, representada aqui por Raquel da Cruz Lima, Coordenadora do Programa Justiça sem Muros; o Sr. Carlos Antonio Tilkian, Presidente da Fundação Abrinq, representado aqui por Heloisa Helena Silva de Oliveira; o Dr. Claudio Pacheco, representado aqui por Erik Franklin Bezerra, que representa aqui a OAB; o Sr. André Pires, representado aqui por Mariana Santiago Santos, Coordenadora Adjunta da Comissão de Infância e Juventude; o Sr. Marcos Roberto Fuchs, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Já estamos todos e todas a postos. Vamos dar início aos trabalhos da nossa Segunda Mesa passando a palavra para o Dr. Marcos Roberto Fuchs, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

V. Sª disporá de até dez minutos.

O SR. MARCOS ROBERTO FUCHS – Cumprimento a Exmª Srª Senadora Fátima Bezerra e saúdo todos os demais expositores.

Aproveito o ensejo para cumprimentar todas as organizações aqui presentes, em especial a Rede de Justiça Criminal, a Conectas Direitos Humanos, da qual tenho muito orgulho e honra de fazer parte.

O Rio de Janeiro, que recebe neste momento o maior evento esportivo do Planeta, teve um efetivo policial reforçado para proteger a população, os atletas e os visitantes. Não me parece que a polícia, nesse efetivo que está nas ruas do Rio de Janeiro, de alguma forma, está resolvendo o problema da violência naquela cidade, que tanto é amada pelo povo brasileiro.

Não me parece que o endurecimento da legislação penal, com penas mais gravosas, tem sido o fator que está mudando o cenário de violência neste País. Acompanhamos justamente o contrário, as estatísticas aqui não mentem.

Finalmente, não me parece que, reduzindo a maioridade penal, vamos dar uma resposta à sociedade sobre o problema da violência e da impunidade neste País.

Essa proposta, que nasce com um número muito sugestivo, nº 171, nasce já errada, contraria primordialmente a nossa Constituição Federal, atenta contra uma cláusula pétrea que confere proteção aos menores de 18 anos, adolescentes que necessitam hoje de carinho no Brasil, que é o terceiro país que mais mata crianças e adolescentes no mundo. Essa proposta contraria entendimentos firmados no âmbito da ONU, da OEA, bem como a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Dados demonstram que, dos 70 mil homicídios cometidos no Brasil – já foi dito isso aqui –, menos de 3% são cometidos por adolescentes. Adolescentes, no Brasil, não ficam impunes, como as pessoas acham. Quando condenados, quando imputados de medidas socioeducativas – hoje são mais de 20 mil adolescentes neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

País –, cumprem medidas disciplinares em ambientes péssimos, desumanos, como foi mostrado aqui pelo Dr. Alexandre, semelhantes ao sistema prisional brasileiro.

Temos, sim, neste País, um aumento da população carcerária. O déficit no sistema é de 300 mil vagas. Encarceramento em massa não é solução para este País.

Essa opção é demagógica, essa opção não funciona. Quanto mais se prende no Brasil, maiores são os índices de violência; 70% das pessoas voltam para o sistema prisional. É um dos maiores números de reincidência do mundo. Portanto, é disso que estamos tratando aqui. O poder paralelo que domina o sistema prisional vai receber novos soldados, soldadinhos mirins agora, com essa ideia horrorosa.

Não queremos isso. Um jovem de 16 anos, cuja personalidade está em formação, jamais pode ser colocado no sistema prisional adulto.

Eu, na qualidade de Vice-Presidente do CNPCP, tenho visitado prisões neste Brasil afora. Estive em Santa Catarina com o Dr. Alexandre, e o Dr. Alexandre foi bondoso no que ele mostrou, porque é um ambiente cruel, desumano, totalmente covarde, e não é lá que devemos colocar adultos nem crianças. Países que adotaram essa medida, essa terrível experiência, também não tiveram nenhum efeito positivo.

Senhoras e senhores, vou ser rápido. O Brasil não precisa de mais polícia, o Brasil não precisa de leis que endureçam as penas, o Brasil precisa de um pacto social, o Brasil necessita de um pacto de respeito à Constituição, o Brasil necessita urgentemente de justiça e cidadania.

Acabo aqui citando Martin Luther King, que sempre dizia: "*I have a dream*". Eu tenho um sonho também, todos nós, de um Brasil mais humano, mais justo, menos covarde, um Brasil de direitos, um Brasil de escola, de esporte, de lazer e cultura para nossas crianças, não de ambientes como foram mostrados aqui.

Muito obrigado. E peço desculpas pela minha brevidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer a participação.

Vamos chamar agora o Dr. Erik Franklin Bezerra, Corregedor Nacional da OAB.

Dr. Erik, V. Sª tem a palavra por até dez minutos.

O SR. ERIK FRANKLIN BEZERRA – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Em nome da senhora, cumprimento todos os Senadores aqui presentes, todas as autoridades e representantes da sociedade civil.

Também quero dizer, como a Drª Flávia Piovesan falou, que a OAB é frontalmente contra essa emenda constitucional. A OAB já se posicionou em ocasiões anteriores, por meio de seus presidentes que passaram aqui durante a tramitação dessas PECs, que, já foi dito, há mais de vinte anos tramitam nesta Casa Legislativa, tanto na Câmara como no Senado. E a OAB entende, da mesma forma, que, em caso de aprovação da PEC, ela já nasce eivada de vício constitucional. A OAB não tem dúvidas de que ajuizaria uma ação direta de inconstitucionalidade em relação a essa PEC, por achar que ela ofende frontalmente o termo constitucional e viola o direito individual e as garantias constitucionais como cláusula pétrea.

Após as colocações de todos que nos antecederam, fica muito claro perceber que o Brasil não precisa de prisões e não precisa endurecer a legislação penal ou colocar a criança e o adolescente no mesmo patamar de um adulto, em virtude da sua maturidade, em virtude do seu estado psicológico e da sua condição social, e sim de políticas sociais, de políticas públicas que coloquem a criança e o adolescente no rumo correto da sua vida, tanto pessoal como profissional.

Verifica-se que essa correção, que acontece no mundo como um todo, das crianças e dos adolescentes, é fruto da sociedade civil, através das organizações sociais, que resgatam esses adolescentes, essas crianças, e os colocam no rumo da educação, do desporto e de outras políticas sociais, que sempre colaboraram para o crescimento da pessoa humana, dando dignidade, através da educação e da saúde, melhorando as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente.

Como o Dr. Olympio falou, o Brasil é signatário de diversas convenções internacionais em que adere à proteção da criança e do adolescente, e não vai ser mais uma norma de endurecimento que vai mudar ou que vai fazer com que essas crianças sejam recepcionadas pelo Estado através de prisões, como o Dr. Alexandre muito bem mostrou aqui, que não têm a mínima condição de atender ou de ressocializar ou reeducar essas crianças.

Então, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal da OAB, em sessão do seu Pleno, já deliberou que não vai permitir a aprovação da PEC. E, se aprovada, iremos buscar o Supremo Tribunal Federal para reverter essa situação. Nós, como representantes da sociedade civil, temos acompanhado essas evoluções, verificamos que essas PECs muitas vezes nascem de algumas violências pontuais, em determinados Estados do Brasil, e que idealizadores, os Parlamentares que elaboram essas PECs normalmente são movidos pela população local, naquele momento, que quer uma resposta do Parlamento com relação àquele tipo de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A OAB, como conhecedora e participante da sociedade, escutando a sociedade através das nossas audiências e das nossas comissões, como temos a Comissão Nacional de Direitos Humanos, se posiciona contra. Nós realmente não vamos aderir jamais à redução da maioridade penal.

É com essas palavras que agradeço a oportunidade de a Ordem dos Advogados do Brasil estar presente num debate tão importante e de uma amplitude muito grande, que importa no respeito, nas condições e nas políticas públicas com respeito à criança e ao adolescente.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós que agradecemos, Dr. Erik, que aqui representou a OAB, ao tempo em que passamos a palavra imediatamente para o Dr. Bruno Moura, Defensor Público do Estado da Bahia.

Convidamos a Senadora Gleisi Hoffmann para coordenar os trabalhos.

O SR. BRUNO MOURA – Cumprimento a Mesa, na pessoa da Senadora Fátima Bezerra, e agradeço o convite em nome da Associação Nacional dos Defensores Públicos. Sentimo-nos muito honrados de participar deste debate hoje, aqui no Senado. Entendemos que temos muito a contribuir para este debate. Quando recebi o convite para participar desta audiência pública, fiquei pensando como eu poderia contribuir, de novo, para o debate.

Muito já se falou, argumentos já foram colocados aqui. É muito difícil falar em uma Mesa depois da Profª Flávia Piovesan, que é uma referência, um farol para todos nós que trabalhamos com direitos humanos.

Pensei muito na minha atuação prática, no meu dia a dia de defensor público que atua na área infracional, tanto nas unidades socioeducativas como nas audiências, acompanhando e convivendo intimamente com adolescentes. Acho que eu convivo mais com eles do que com a minha própria família no dia a dia. E quero ser um pouco porta-voz das demandas que eles me trazem e que, muitas vezes, não são atendidas pelo Estado como um todo.

Então, quem seria esse adolescente que comete ato infracional? Um primeiro ponto de destaque que vejo no meu dia a dia é que eles provêm de famílias totalmente desestruturadas. Ou eles moram apenas com a mãe, e a mãe tem que trabalhar o dia inteiro e não tem condições de deixar ninguém para cuidar dessa criança e desse adolescente; ou os próprios pais entregam a outros parentes, tias, avós, enfim. Então, não existe um núcleo familiar estruturado.

Recente pesquisa, inclusive do Ministério Público de São Paulo, com dados de 2014 e 2015, diz que apenas 35% dos adolescentes que cometem atos infracionais vivem numa família completa, ou seja, com pai e mãe, com núcleo familiar completo. E 50% desses adolescentes nem tem contato com pai, ou porque são falecidos, ou porque os abandonaram, e isso é um traço muito marcante nesse adolescente que comete ato infracional.

Um segundo ponto é que esses adolescentes, via de regra, estão fora do ensino formal. Segundo dados do CNJ, apenas 57% dos adolescentes frequentavam escolas antes da internação, e 86% nem completaram o ensino fundamental. Então, vemos que há uma ausência do Estado também no sentido de implementar essa política educacional para esses adolescentes.

E um terceiro traço corriqueiro nas Varas da Infância e da Juventude é que esses adolescentes, na grande maioria, são inseridos no mundo das drogas desde muito cedo. Segundo dados do CNJ, 75% dos adolescentes que cometem atos infracionais são usuários de algum tipo de droga.

E aí a gente se pergunta: em que contexto esses adolescentes estão inseridos? A ampla maioria deles vem de bairros periféricos das grandes cidades, dominados por facções criminosas, todas elas ligadas ao tráfico de drogas. E, nessas localidades, a gente percebe um Estado totalmente ausente, ausente na prestação de serviços, ausente em políticas públicas. E é nessa ausência que se abre espaço para que esse jovem, sem nenhum tipo de perspectiva, seja cooptado por essa criminalidade. Eles iniciam com o uso, depois passam a traficar e, a partir desse processo, se inserem no mundo infracional, cometendo outros atos.

Então, se a gente quer discutir a questão da violência, a gente está discutindo pelo lado equivocado, que é a redução da maioridade penal. A violência no Brasil hoje está intimamente ligada com a discussão sobre a política de drogas que temos hoje, que é totalmente ineficiente e ineficaz na proteção dessa população.

O que temos hoje? O Estado prende quem está na ponta do sistema do tráfico, que são exatamente essas crianças e esses adolescentes, e não consegue ser efetivo em relação a quem está no topo da pirâmide. Então, o que se tem hoje, na prática, é o fortalecimento das grandes facções ligadas ao tráfico de drogas e repressão apenas em relação a quem está na ponta de sistema.

Acho que o verdadeiro debate para quem se importa com a questão da violência, e a gente se importa com a questão da violência, é discutir a política de drogas que temos hoje.

E, nesse ambiente que eu coloquei aqui, vemos que o adolescente sofre inúmeras violações de direitos desde muito cedo: por parte da família, que é desestruturada; por parte do Estado, que é omisso; e por parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

da sociedade, que apenas o estigmatiza como bandido, como ladrão e que amplamente é a favor da redução da maioridade penal.

É interessante ver que estes três atores, Estado, sociedade e família, são os que a nossa Constituição Federal, no art. 227, elegeu para proteger essa criança e esse adolescente. Ou seja, aquele que deveria proteger é aquele que acaba por violar o direito dessa juventude.

E aí, a pergunta que se coloca: a redução é realmente a solução para o problema? Inseri-los no sistema penitenciário falido que temos hoje vai resolver o problema?

Acho que as falas anteriores já foram nesse sentido, de que temos um sistema penitenciário em condições subumanas hoje e que não recupera nenhum ser humano. Pelo contrário, transforma em pessoas muito piores. E acho que essa é uma visão até pragmática do problema. Ou seja, inserimos uma pessoa que cometeu um ato infracional em um ambiente em que ela vai se tornar pior. Uma hora, ela vai retornar à sociedade. E as pessoas se esquecem de que aquela pessoa que depositamos nesses depósitos humanos que existem hoje um dia vai retornar à sociedade. Se nós tratamos esse ser humano como animal, instintivamente ele vai se transformar em um animal. Porém, se a ele forem dadas condições humanas e um tratamento humano, ele terá condições de, a partir disso, se recuperar.

Também já foi dito aqui por palestrantes anteriores que a violência hoje no Brasil não tem origem no ato infracional; apenas 5% dos delitos praticados no Brasil vêm de adolescentes entre 12 e 18 anos, e a maioria desses atos infracionais, segundo pesquisa do MP de São Paulo, 90% dos atos infracionais cometidos são atos infracionais patrimoniais e tráfico de drogas. Ou seja, vai bem no sentido daquela realidade que eu trouxe anteriormente. Então, esses adolescentes, por estarem inseridos nesse meio, acabam muitas vezes praticando crimes patrimoniais para sustentar o vício ou porque estão cooptados dentro daquela organização criminosa.

Outro ponto que também já foi colocado aqui, mas que é bom enfatizar, é que existe, sim, um sistema punitivo infanto-juvenil que começa a partir dos 12 e vai até os 18 anos e que prevê medidas que vão até a privação de liberdade, em similitude com o que acontece já em relação ao adulto. Então, é um mito dizer isso, e é aí que se confunde a questão da imputabilidade penal com a impunidade, ou seja, não existe. Existe um sistema punitivo e que é eficaz. E se temos em mente crimes ou atos infracionais como tráfico e crimes patrimoniais, vamos ver que o tempo que o adolescente permanece nas unidades de internação não é diferente do tempo que o adulto permanece dentro do presídio. Por quê? Porque, para o adolescente, não há os benefícios da execução penal comum, ou seja, livramento condicional, progressão de regime. Isso faz com que o tempo de três anos, que é o tempo máximo de internação, acabe sendo o tempo que um adulto permanece no regime fechado. E lembremos também que o tempo é relativo em relação a essa criança e esse adolescente. O tempo para o adolescente é diferente do tempo para o adulto.

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO MOURA – Eu sei que o meu tempo já encerrou, quero apenas fazer o desfecho.

O que eu acho que precisaria mudar para termos um sistema socioeducativo melhor? Isso também já foi dito. A gente vê que falta, na verdade, a implementação do ECA após 26 anos. O nosso sistema socioeducativo é um sistema ainda precário. As medidas em meio aberto, que é realmente uma intervenção precoce porque gera responsabilização e, ao mesmo tempo, não restringe a liberdade, não são cumpridas hoje no Brasil por falta de estruturas do aparelho estatal para cumprir essas medidas em meio aberto. Então, a gente tem hoje, como regra nas Varas da Infância, a aplicação de medidas de internação e semiliberdade, o que vai de encontro à principiologia do próprio ECA. Assim, precisamos implementar o que a lei já determina.

Por fim, acho que essa discussão às vezes é colocada num viés apenas ideológico, mas acho que, na prática, é muito mais do que uma discussão ideológica. Na verdade, o que se debate com a redução é que marco civilizatório nós queremos para o nosso País, que geração futura nós queremos formar a partir do debate da redução da maioridade penal. E essa opção, na minha visão, política, é uma opção política, que já foi feita em 1988, quando promulgamos a Constituição Federal. Foi referendada em 1990, quando o Brasil ratificou a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, e novamente ratificada com a edição do ECA. Então, não nos parece plausível, após todas essas opções anteriores, nós agora irmos de encontro ao que já foi decidido na nossa Constituição.

Daqui a 100, 150 anos, provavelmente nenhum de nós que está aqui debatendo a redução da maioridade penal hoje esteja vivo para ver, para conviver nessa sociedade, mas tenham certeza todos vocês de que a decisão que tomarmos neste momento estará presente na sociedade daqui a 100, 150 anos. Então, por isso, precisamos refletir bastante.

Por fim, faço o apelo para que possamos salvar, resgatar toda esta geração que está por vir, fazendo um pacto social. E não falo de um pacto só do Estado, falo de um pacto com a própria sociedade civil, no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de implementarmos políticas públicas, no sentido de darmos absoluta prioridade, como já determina a lei, e de implementarmos tudo o que o ECA não nos colocou até hoje.

Uma última frase, como fizeram alguns palestrantes. Existe uma de que gosto muito e que é do nosso Betinho, o Herbert de Sousa, sociólogo que todos nós conhecemos, que acho que resume muito esse debate da redução da maioridade penal: "Se não vejo na criança uma criança é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou do que lhe foi tirado".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero agradecer ao Dr. Bruno Moura.

Nós vamos passar a palavra ao Dr. Wladimir Sérgio Reale, que está representando aqui a Associação dos Delegados do Brasil (Adepol). O Dr. Wladimir é também Vice-Presidente Jurídico da Adepol e Presidente da Adepol/RJ.

Antes, queria justificar que o Dr. Erik, da OAB, pede para se retirar. Hoje é o Dia do Advogado e diz ele que tem muitos afazeres, comemorações. Só não pode ser o pendura, não é?

Mas agradecemos muito a sua presença aqui. Muito obrigada pela presença da Ordem também.

Então, com a palavra agora o Dr. Wladimir Sérgio Reale.

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Eminente Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Mesa, senhores palestrantes, já nominados, em brevíssimas considerações, porque o tempo até foi reduzido de 15 para 10 minutos, eu começaria dizendo que, efetivamente, a Constituição Federal foi programática e muito clara no seu art. 227, quando estabeleceu os deveres da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, etc., etc., etc. Estamos todos de acordo, não é?

Sob o ponto de vista inicial aqui, preliminar, discute-se a questão da admissibilidade. Com todo o respeito àqueles que pensam de forma diferente, a nosso ver, realmente, o art. 228 é constitucional. E o representante da OAB também já sustentou que, caso a matéria seja aprovava ou promulgada, vai levar essa questão ao Supremo Tribunal Federal, que, nós todos sabemos, sempre dá a última palavra. A nosso ver, a matéria realmente não fere cláusula pétrea com a interpretação ampla que vem sendo dada em alguns casos, como falou a nossa Profª Flávia Piovesan, o Dr. Olympio e outros que assim entendem. A nosso ver, não é... Tanto é certo que essa matéria vem de longo tempo sendo debatida na Casa, digamos, na Casa da representação do povo, que é a Câmara dos Deputados, pois lá ficou em 22 anos de discussão. Foram 22 anos de debates, pareceres, manifestações, audiências públicas de que também tivemos oportunidade de participar. O certo é que de lá adveio exatamente a Emenda nº 15, que também agora está sendo apreciada. Pode-se às vezes argumentar questões técnicas que eventualmente possam existir de redação, entretanto elas estão adstritas, na proposta de redução para 16 anos, aos crimes hediondos. Quer dizer, na realidade, não se está querendo exatamente que o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente seja atualizado, o que se discute muito na Câmara e no próprio Senado Federal e, por que não dizer, no próprio Supremo Tribunal Federal. Isso porque também há necessidade de alguns ajustes, segundo o entendimento de muitos.

Então, o que se observou é que todas as posições divergentes entendem que, efetivamente, 18 anos é o marco adequado para a manutenção desse texto que vem sendo discutido desde 1988. A nossa posição inicial nem seria exatamente essa discussão de fixação de 16, 17 e 18 ou, como constam nos projetos que tramitam aqui no Senado Federal, 15 anos. Nós temos aqui pelo menos três propostas que querem reduzir exatamente a maioridade penal para 15 anos. Está aqui no texto, sendo que a da Câmara, agora no Senado Federal, mantém a proposta de 16 anos.

Então, sob o ponto de vista prático e sob o ponto de vista pragmático, o que é que se tem? Ninguém quer exatamente satanizar os menores, as crianças, os adolescentes. O que se quer é exatamente que, sobretudo em relação àqueles crimes chamados de rua, crimes que amedrontam e preocupam a população brasileira de uma maneira geral.

Ainda sob a vigência do Código de Menores, antes do ECA, os magistrados, inclusive, tinham poderes para estabelecer provimentos ou normas que permitiam, inclusive, que fossem recolhidos menores perambulantes, porque, naturalmente, perambulantes acabam depois praticando uma infração penal ou um crime. Quer dizer, essa posição que os menoristas...

É bom sustentar que, por ocasião do ECA, nós tínhamos dois grandes campos de divergência na própria magistratura: os menoristas e, depois, os estatutistas. Com os menoristas tínhamos Alyrio Cavalieri e outros tantos magistrados que honram a magistratura e, por que não dizer, o próprio País, na discussão desses grandes temas. E eu diria mais: essa matéria é tão palpitante que nós já temos – e falo aqui também na qualidade de advogado militante no Supremo Tribunal Federal – duas ações diretas de inconstitucionalidade discutindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

há mais de dez anos alguns aspectos do ECA. Por exemplo, o direito de ir e vir, como estabelece o ECA. Quer dizer, deixar que um menor ou uma criança tenha o dom e o poder ou tenha a possibilidade de se autodeterminar se ela quer continuar perambulante na rua ou não, sem ser recolhida para um lugar para ser assistida. Então, há certas incongruências que realmente acabam na rua, que é onde começa esse tipo de atividade, a provocar a escola do crime. Aí vêm os envolvimentos e toda uma série de consequências que já foram abordadas aqui sob vários ângulos. Portanto, eu quero ser, evidentemente, o menos repetitivo possível porque o tempo é extremamente escasso.

Por exemplo, com relação a essa ação direta de inconstitucionalidade, eu digo que, embora a matéria seja infraconstitucional, também há alguma conotação e correlação com a discussão do art. 228. Isto é, quando se diz, por exemplo, que hoje há uma vedação para que as crianças e os adolescentes perambulantes não possam ser recolhidos, o que acontece? Nós estamos desprotegendo esse menor, essa criança, esse adolescente. Se o sistema é protetivo, como vamos deixar que uma criança de dez anos tenha o poder decisório de ir ou vir aonde quiser, inclusive com envolvimento com infração penal, com o crime ou algo nesse sentido?

Então, como diziam alguns magistrados que faziam parte do grupo menorista: vamos deixá-lo na sarjeta, porque não podemos recolhê-lo a não ser no estado flagrancial ou surpreendê-lo na prática da infração penal, no ato infracional? Então, nós temos aí uma realidade, sobretudo nos grandes centros, que também tem que ser enfrentada. Essa é a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.446. Muitas das entidades que estão aqui também fazem parte do processo como *amicus curiae*. Uma tem nove e outra tem dez *amicus curiae*. E eu, na qualidade de advogado de um partido político, no caso o PSL, ou da própria Adepol Brasil, estamos enfrentando praticamente, de forma desproporcional, todo aquele rol de ilustres entidades, exatamente combatendo também que não se mexa no ECA. Mas, de qualquer forma, o Supremo dará, certamente, a última palavra.

Outro assunto interessante também que se discute e não se chega nunca a um mínimo avanço, apesar do ECA de 1990, é a questão dos três anos para completar com 21 anos. Então, ele pode cometer um crime que seria, em tese, condenável a 30 anos ou mais, e só ficar três. Essa matéria também está na Ação Direta nº 3.859; uma, é com a Ministra Rosa Weber, e a outra, com o Ministro Gilmar Mendes, que ainda não foram julgadas.

Trago isso apenas para dar uma dimensão mais ampla à discussão a respeito do 228. A nosso ver, a melhor solução seria a supressão do 228, e deixar que essa matéria fosse sendo sempre discutida no campo infraconstitucional, com mais flexibilidade, para não se discutir se é 16, se é 18, se é 19 ou 15, como querem alguns aqui do Senado Federal. Muito mais lógico, menos problemático deixar que tenha que se mudar a Constituição Federal para discutir esse tipo de assunto. Na legislação infraconstitucional, evidentemente, haverá possibilidade inclusive de alteração sem uma modificação da alteração constitucional que é sempre uma questão muito tormentosa.

A nosso ver, dentro dessas propostas que estão aqui sendo analisadas, temos, evidentemente, entre outras, a da Câmara, que já foi aprovada, após 22 anos de discussão.

(Soa a campainha.)

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Isso significa dizer que, se realmente existem algumas pequenas correções, tudo pode ser resolvido.

Portanto, nessa polêmica, nessa controvérsia que nacionalmente ocorre, até porque todos nós queremos o melhor para os menores, os adolescentes, as crianças, enfim, o nome que se queira dar, ou no passado, que eram chamados menores legalmente falando, ou agora com crianças e adolescente, o que é importante é que estamos tendo, sobretudo nesses crimes hediondos, fatos que provocam uma verdadeira comoção nacional. A mídia, todo dia, está inclusive publicando, independentemente do percentual, quer seja do menor ou do maior, porque o que está se discutindo aqui é exatamente a diminuição da idade para efeito de crimes hediondos, não são crimes do cotidiano, aquele que praticou um furto, aquele que praticou simplesmente um delito menor, e, sim, exatamente, os crimes hediondos. E isso sabemos que a população brasileira, sobretudo os grandes centros, está muito preocupada e está sendo vítima, juntamente com os maiores, no dia a dia.

Sou do Rio de Janeiro. Convivemos com isso ali perto da Central do Brasil, é o que vai acontecendo no cotidiano. Portanto, esse objetivo também tem um sentido protetivo, como destaquei – e o tempo é muito curto para entrar nos detalhes dessa grande discussão.

Portanto, em breves considerações, a nossa posição é pela manutenção, pelo menos como está aqui, já que não é possível a supressão ou, quem sabe, que possa advir uma nova solução, uma aprovação da PEC da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Está certo. Digo que há de se respeitar divergências, como respeito todas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradecemos ao Dr. Wladimir.

Passamos a palavra agora à Srª Raquel da Cruz Lima, que representa, nesta audiência, a Srª Janaína Homerim, que é Secretária Executiva da Rede Justiça Criminal. A Drª Raquel é coordenadora do programa Justiça sem Muros, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

A SRª RAQUEL DA CRUZ LIMA – Muito obrigada, Senadora.

Bom dia a todas as senhoras e senhores aqui presentes.

Quero começar agradecendo a oportunidade de fazer parte desta audiência pública em nome da Rede Justiça Criminal, que é um coletivo formado por sete organizações que vêm trabalhando, nos últimos cinco anos, para combater a cultura do encarceramento como resposta principal para todo tipo de convício social. Dentro dessas sete organizações, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania é a organização na qual atuo diretamente.

Nesta minha apresentação, gostaria de centrar a fala, fazendo coro ao que o Dr. Olympio colocou, no sentido de ser inadmissível qualquer tipo de proposta que tenha a intenção de reduzir a maioridade penal, e, para isso, vou me apoiar, sobretudo, no repertório do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Isso porque esse é um repertório de normas que diz respeito a como o Brasil deve adaptar suas normas e suas práticas. Normas que, inclusive, poderiam ser constitucionais, no sentido de adequar os compromissos do Estado brasileiro, no exercício de sua soberania, se comprometeu a respeitar.

É por isso que essas normas irão balizar qualquer tipo de atuação dos Deputados, dos Senadores, dos juízes, de diversos agentes do Estado.

Durante a minha apresentação, vou abordar três grandes aspectos.

No primeiro, eu quero aprofundar o que já foi trazido por outros debatedores aqui sobre quais são essas determinações que vêm principalmente do Direito Internacional dos Direitos Humanos em relação à proteção dos direitos da criança.

Em seguida, quero dizer de que maneira são estabelecidos limites quanto à atuação do Estado e, sobretudo, na esfera penal e criminal em relação às crianças.

Por fim, quero tratar um pouco sobre o que o Direito Internacional dos Direitos Humanos aponta que deveria ser realmente o foco quando se fala dos direitos dessa pessoa.

Começando, vou tratar das determinações do Direito Internacional dos Direitos Humanos. O nosso grande marco para olhar como deve, então, se comportar o Estado brasileiro é a Convenção da ONU sobre o direito das crianças. Essa convenção é um documento fundamental, porque marcou, mais do que tudo, uma grande mudança. E eu me aproveito muito da fala do Dr. Wladimir para dialogar um pouco sobre o que significa mudança de paradigma, porque, de fato, há muitos anos, se fala em proteger crianças, mas existem diferentes visões sobre o que significa proteção.

O que a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU fez foi mudar de um modelo tutelar de intervenção para um modelo de proteção integral, do reconhecimento das crianças como sujeitos de direito, e essa mudança profunda foi revolucionária. Batemos muito em sobre como o ECA outorga proteção, mas essa foi uma mudança que o Brasil fez não em descompasso ou completamente desvencilhado de outros marcos que estavam em discussão em todo mundo.

Então, quando dizemos que uma criança tem direito de ir e vir e que não se pode intervir para, contra a sua vontade, ela ser recolhida, institucionalizada, é porque ela é um sujeito de direito que participa necessariamente também das tomadas de decisão sobre ela.

O grande marco também que vem dessa convenção e que é interiorizado pelo Brasil é a ideia de que existe o interesse superior da criança, que deve ser preservado. Ele é o vetor interpretativo, que deveria estar em absolutamente tudo que diz respeito a essa matéria dos direitos da criança. E ele se compõe de dois eixos que são importantes de ter em conta, sobretudo quando se pensa na redução da maioridade penal. O primeiro eixo é o reconhecimento da capacidade racional e da autonomia da criança. O segundo eixo é o reconhecimento da vulnerabilidade em que elas estão, pois, de fato, elas são incapazes, em geral, de satisfazer, por si mesmas, suas necessidades básicas. São um aumento especial de necessidades emocionais e educativas. E da soma dessas duas condições chega-se à conclusão de que toda criança tem não só direito a absolutamente todos os direitos que qualquer pessoa humana tem, mas também a uma proteção adicional, e que ainda dialogue com essa condição de pessoa reconhecida como sujeito na sua capacidade e na sua autonomia.

Transpondo isso para o campo da Justiça criminal, o significado da proteção integral à criança traz a obrigação de todos os Estados terem sistemas especializados de Justiça voltados para atender as crianças em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

conflito com a lei. Isso significa que têm que existir instituições próprias, agentes próprios, marcos normativos próprios, procedimentos específicos que tratem da situação da criança em conflito com a lei, de maneira a dar efetividade a esse novo marco internacional de proteção dos direitos da criança, que reconhece a sua condição de sujeito de direito.

E qual é o marco etário para a aplicação desse regime especializado? A Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil está submetido e que, inclusive, pode condenar o Brasil em caso de violação de alguns de seus compromissos, já estabeleceu com clareza que esse marco é o dos 18 anos. No mesmo sentido, o Comitê dos Direitos da Criança da ONU também estabeleceu que esse marco da obrigação imprescindível e *sine qua non* do sistema especializado são os 18 anos. Ora, nesse sentido, a Constituição Federal se adequa plenamente ao que está previsto no tratado internacional, quando o art. 228 coloca os 18 anos como esse marco etário.

Tanto o Dr. Wladimir quanto o Deputado Laerte Bessa levantaram uma questão que vale, mais uma vez, enfatizar, do significado do art. 228. Trata-se de um direito individual e, portanto, protegido como cláusula pétrea; portanto, não passível de modificação por emenda. E esse é um posicionamento que juristas de diferentes matizes, diferentes tradições, compartilham. Concordam que se trata de uma cláusula pétrea juristas como Dalmo Dallari e Ives Gandra Martins. Concordam que essa é uma garantia que é cláusula pétrea juristas como José Afonso da Silva e Alexandre de Moraes. Existe uma convicção muito profunda de que esse é um direito que não pode ser mexido via emenda. E, mais do que isso, quando reforço que se trata do marco da proteção internacional dos direitos humanos, o que eu quero dizer é que não poderia ser modificado de forma alguma, pois o Brasil assumiu internacionalmente o compromisso de respeitar as garantias previstas nos tratados a que ele se submeteu.

Isso posto, vou para a segunda parte da minha apresentação, em que quero esclarecer, então, o que é incompatível com o marco internacional da proteção dos direitos da criança.

A primeira grande incompatibilidade que eu quero explorar é qualquer tipo de previsão que crie condições de excepcionalidade desse marco dos 18 anos para a garantia de um sistema especializado. Qual é a justificativa, por exemplo, baseada em suposta maturidade, em gravidade do crime? Tanto o Comitê dos Direitos da Criança da ONU quanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já estabeleceram também com clareza que esse tipo de excepcionalidade não é admissível. Primeiro, porque cria uma grande margem de discricionariedade para os juízes, para os agentes que, no caso concreto, farão a análise, se caberá, então, essa cessão. E segundo, porque tem viés discriminatório. Necessariamente, as pessoas para as quais se aplicaria, então, essa hipótese excepcional, serão pessoas que já são membros de grupos vulneráveis, e tende a ter uma grande marca de racismo em qualquer tipo de aplicação de uma excepcionalidade desse tipo.

Em segundo lugar, mesmo respeitando – e aqui se falou sobre a reforma do ECA, então é importante reforçar – os 18 anos como marco desse sistema especial, também existem medidas que são incompatíveis com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. E aqui eu cito, por exemplo, o uso de aplicação de penas equivalentes às penas de adulto – isso também é incompatível. Ainda que a pessoa seja julgada numa Justiça juvenil, a aplicação de pena no marco temporal da pena de adulto não é admitida. O encarceramento em unidades de adulto também não é admitido. E, mais profundamente, não se admite que a pena, qualquer tipo de sanção aplicada para uma criança, tenha como viés principal a retribuição e não a busca por um fomento de maior oportunidade e inserção social.

E nada mais claro do que seria um viés de retribuição do que quando a gente fala que o que deve mover a redução da maioridade penal, a modificação do ECA ou qualquer tipo de nova resposta criminal para os adolescentes em conflito com a lei,...

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL DA CRUZ LIMA – ... que isso vem de um clamor popular, porque essas pessoas não podem ficar sem resposta, porque a sociedade quer ouvir alguma coisa. O nome disso é retribuição, e isso é absolutamente incompatível com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

(Manifestação da plateia.)

A SRª RAQUEL DA CRUZ LIMA – O desvio desse tipo de atuação leva a condenações internacionais. E aqui eu quero citar o exemplo dos Estados Unidos, que, por conta de alguns Estados que admitem a maioridade inferior aos 18 anos, já foi considerado violador dos seus compromissos internacionais pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no caso Michael Domíngues, de 2002. Então, mesmo os Estados Unidos, que são citados, estão sendo também responsabilizados por esse tipo de violação.

Então, para onde devemos olhar, já que eu bati tanto no que não podemos fazer? A Comissão Interamericana – o primeiro ponto – recomenda que esse sistema juvenil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL DA CRUZ LIMA – ... seja aplicado até os 21 anos. Então, nós devemos olhar é para a ampliação da proteção dos adolescentes em conflito com a lei.

O Comitê dos Direitos da Criança também recomenda que, na verdade, o início da aplicação dos sistemas especializados, como no caso do ECA, deve ser entre os 14 e os 16 anos, e não 12, como é o caso do Brasil. Temos que olhar para subir o parâmetro, não para abaixar.

E o Comitê dos Direitos da Criança também já colocou, de maneira bastante enfática, que é inaceitável qualquer redução para baixo de 12 anos e que a grande tendência das respostas que são dadas para os adolescentes em conflito com a lei tem que ser a redução, visão da erradicação de qualquer tipo de medida que prive de liberdade.

E, por fim, o grande ponto para o qual o Direito Internacional tem chamado a atenção é parar de ter o foco no campo penal. A proteção dos direitos da criança e do adolescente, o reconhecimento da sua condição de sujeito, se dá no campo da saúde, da educação, na promoção da participação política, da cidadania. Esses são os campos primordiais de garantia de direitos. Esse tipo de debate, como é a redução da maioridade penal, faz com que se tire o foco de onde realmente deve estar o debate. O debate sobre direitos não pode estar restrito ao campo penal.

Eu quero concluir a minha fala pedindo desculpas por ter estendido um pouco o tempo e voltando para onde eu comecei.

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL DA CRUZ LIMA – Insisto, então, que é inadmissível qualquer tipo de proposta que busque reduzir a maioridade penal. É muito importante essa discussão de forma, porque faz parte do que tem de mais constitutivo do nosso Estado, da ordem internacional. Existem garantias e proteções que simplesmente não podem ter retrocesso. Isso diz respeito ao coração. Aceitar a redução da maioridade penal seria como aceitar levantar um debate sobre acabar com o voto feminino para economizar dinheiro. Há um contexto de crise; por que não? Mulheres já são pouco eleitas, por que não tirar o voto? Porque isso é inadmissível! Isso é do coração da nossa ordem jurídica, é do coração do nosso Estado. A redução da maioridade penal é um tema da mesma grandeza. É da mesma grandeza que se considerar a possibilidade de legalizar a escravidão, a possibilidade de se retirar o direito ao voto das mulheres.

É por isso que essa discussão tem que ser de forma, porque ela diz respeito à forma do nosso Estado, a um Estado que é baseado em garantia de direitos humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Manifestação da galeria.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer à Drª Raquel pela importante contribuição que acaba de dar ao debate. Parabéns!

Vamos passar agora para Heloisa Helena Silva de Oliveira, aqui representando a Fundação Abrinq.

Antes disso, quero convidar os jovens, enfim, os membros do Conanda. Por favor, podem vir aqui ocupar a sala. Venham aqui. Deixem só a primeira fila para os Senadores.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E hoje é Dia do Estudante.

Deixemos só a primeira fila.

Quero convidar Vinicius Valentim Raduan Miguel, Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced/Cedeca) –Vinícius, venha compor a Mesa –; e Welinton Pereira, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial Brasil para comporem a Mesa.

Aguardemos as pessoas se acomodarem.

Hoje é Dia do Estudante, exatamente. (*Pausa.*)

Vamos agora, então, com todos acomodados, ouvir a Heloisa, representando a Abrinq.

A SRª HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Senadora Fátima Bezerra, na Presidência desta audiência pública, nossa parceira histórica desde os tempos da Câmara, na jornada da aprovação do Plano Nacional de Educação. Eu queria também saudar os demais membros da Mesa, os meus companheiros do Conanda, que estão aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu queria começar dizendo que quem esteve todo o tempo aqui pôde perceber que sobre esta discussão os especialistas estão de acordo. Outros não concordam. É óbvio que temos que aceitar a divergência de opiniões, mas acho que fica muito claro que o que se pesquisa na sociedade é uma visão muito rasa do que nós estamos falando. E o que estamos falando aqui tem muito a ver com o futuro que queremos.

Nós vamos continuar olhando para os adolescentes como adolescentes e pensar que são sujeitos de direitos, como está – e já foi muito dito aqui – assegurado no nosso marco legal, ou podemos liquidar com essa esperança e com a perspectiva de ressocialização desses jovens, que o Deputado Laerte Bessa chamou de bandidos. Aliás, eu queria lembrar que, em nenhum momento, ele se referiu a adolescente; ele se referiu a menor, uma expressão do tempo do Código de Menores.

Na verdade, essa não é uma reflexão ideológica nossa, sem vínculo com a realidade, sem atentar para questões como a violência, o crescimento da violência urbana, o envolvimento de jovens com drogas, como disse o Defensor Bruno, e o aumento principalmente do encarceramento, das taxas de encarceramento de adultos e também de jovens.

Eu acho que nós precisamos avaliar seriamente por que nossas leis e políticas não conseguem trazer os resultados que esperamos. É preciso discutir também que ser humano queremos deixar para o futuro. Não se pode discutir maioridade penal ou ampliar o tempo permitido para internação sem saber exatamente o que se quer com essa medida e aonde isso vai levar.

E eu queria reforçar aqui que a sensação de medo e de insegurança sentida por toda a sociedade é altamente relevante para o debate que estamos fazendo.

É fundamental que a sociedade se sinta segura, que não estejamos sujeitos a tanta violência. Mas nós somos responsáveis por essas políticas públicas que estão falhando em ressocializar esses adolescentes, e não podemos basear as decisões desta Casa nessa visão rasa, porque as consequências vão ser muito piores.

Sobre alguns recortes de quem são esses adolescentes. Já foi falado aqui, mas eu queria chamar a atenção para um tipo de visão de quem é esse adolescente que hoje está no sistema de internação e é autor de ato infracional, a partir de um relatório que foi feito pelo CNJ, chamado Programa Justiça ao Jovem.

A maioria desses adolescentes que cometeram atos infracionais, segundo uma amostra realizada pelo CNJ, possui entre 15 e 17 anos; abandonou os estudos aos 14 – ou seja, ele abandona os estudos e, um ano depois, comete o ato infracional –; estudou apenas até a 5ª e 6ª séries; e 89% deles não conseguiram concluir o ensino fundamental. É desses jovens que estamos falando aqui.

Por outro lado, a violência cometida contra a criança e o adolescente é absolutamente alarmante. Aqui também já foi falado sobre isso, mas eu queria reforçar. Em 2014, mais de 9 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios, representando 21% do total de homicídios no País. Isso é muito maior do que a violência praticada pelos adolescentes.

Também é importante lembrar que esses adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, em determinado momento, ele é vítima da violência e, em outro momento, é o autor. E não há como dissociar essas duas coisas.

A questão mais importante a ressaltar aqui é que a solução para a violência praticada por adolescentes não está em mais alterações legais. A potencial solução dessa questão está em políticas mais eficientes, principalmente de educação, de saúde e de proteção.

Eu queria reforçar aqui uma preocupação, colocada pela Senadora Fátima mais cedo, com relação à PEC 241, que limita os gastos e que vai ferir de morte o Plano Nacional de Educação.

Nesse ponto, eu também queria lembrar que não se preenche o vazio de uma política ou da efetividade de uma política com uma nova lei. Isso não adianta, porque vai haver mais uma lei, e vamos continuar sem as políticas necessárias.

Não podemos fazer, Senadora, nenhuma mudança com relação à redução da maioridade ou ao marco do tempo de internação sem avaliar e discutir a política de atendimento a esses adolescentes.

Já foi muito falada e citada aqui a Lei do Sinase, que é o marco legal que trata e disciplina esse sistema. Essa lei, que foi sancionada pela Presidenta Dilma em janeiro de 2012 e aprovada nesta Casa na última sessão de 2011, prevê, no seu art. 18, que cabe à União, devidamente articulada com os demais entes, realizar avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo para verificar o cumprimento de metas estabelecidas e elaborar recomendações aos gestores e operadores do sistema. E essa mesma lei estabelece, Senadora, que cabe ao Poder Legislativo também acompanhar a realização dessas avaliações. Essas avaliações, como também foi comentado aqui pelo Fábio, Presidente do Conanda, deveriam acontecer de três em três anos. A primeira delas estava prevista para 2015, mas não foi realizada, e sequer foi instalada a comissão de avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O que se percebe é que há um esforço muito maior empenhado em alterar a Constituição para punir mais severamente do que para regulamentar o que já está ali colocado. O fato de garantir essa efetividade é para resolver o problema da sensação que temos de que a lei é falha, é branda e de que a doutrina da proteção integral falhou. Na verdade, ela não foi implementada. Também foi dito aqui – acho que o Dr. Olympio comentou isto – que, há 26 anos, está em vigência o ECA, mas ele não foi implementado até hoje.

Então, eu termino recomendando, reiterando que é necessário e imperioso que se faça essa avaliação da implementação do funcionamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) antes de se promover qualquer mudança nas leis relacionadas ao tema. Certamente, as alterações provocarão uma mudança drástica na vida desses adolescentes e não vão gerar o efeito esperado pela sociedade em relação...

(Soa a campainha.)

A SRª HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA – ... à violência crescente que vivemos no nosso País.

Senadora Fátima, Senadora Gleisi, reitero a solicitação já deixada nesta Mesa de que o Senado tome a iniciativa de criar uma comissão para proceder a essa avaliação prevista no art. 18 da Lei nº 12.594, e acompanhá-la.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Heloisa Helena, representando aqui a Abrinq. Cumprimento V. Sª e, desde já, solicito que nos disponha a cópia do pronunciamento, da exposição que acaba de fazer para que possamos fundamentar a proposta apresentada pelo Fábio, Presidente do Conanda, de criação dessa comissão mista.

Tanto o Fábio como a Heloisa trazem aqui uma informação extremamente relevante: uma lei tão importante quanto essa sequer teve o seu processo de regulamentação concluído. De repente, quer-se alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, embora, repito, a legislação em curso, que trata de um instrumento tão importante como o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), careça ainda de regulamentação.

Então, tanto eu como a Senadora Gleisi vamos encaminhar esse requerimento. Peço à Heloisa que nos disponha a sua exposição para a fundamentação.

Passamos a palavra, imediatamente, ao André. Na verdade, André Pires, que aqui representa o Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, será representado aqui pela Mariana Chies Santiago Santos, Coordenadora Adjunta da Comissão da Infância e Juventude.

A SRª MARIANA CHIES SANTIAGO SANTOS – Bom dia a todos os presentes e, em especial, à Senadora Fátima Bezerra.

Lamento muito que o Senador Ricardo Ferraço, que apresentou o relatório, não esteja presente para discutir, democraticamente, esta questão tão importante que é a da redução da maioria penal.

Em nome do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e como integrante da Comissão da Infância e da Juventude desse instituto e do Grupo de Trabalho, vou apresentar algumas considerações a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que está em debate nesta Casa.

Como a Raquel fez, vou dividir a minha fala em três etapas diferentes.

A primeira delas é para fazer um histórico do ECA, em contraponto, principalmente, ao que o Deputado Laerte Bessa disse e ao que o Sr. Wladimir também disse, sobre a importância de reconhecermos que aprovar a redução da maioridade penal é andar na contramão da história. Em segundo lugar, vou apresentar alguns dados estatísticos produzidos pelas agências brasileiras a respeito da vitimização letal dos nossos jovens no Brasil. E, por fim, vou falar um pouco a respeito dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, de internação, privados de liberdade, porque os adolescentes são, sim, punidos neste País, apesar de todos os argumentos infundados contrários a isso.

Então, começando a fala pela parte do histórico, não obstante tudo que foi falado até agora nesta Comissão, é muito importante esclarecer que o tema da responsabilidade penal da criança e do adolescente na América Latina passou por três grandes etapas.

Eu tinha um PowerPoint. Dá para colocar? Talvez seja mais fácil de...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Colocou?

A SRª MARIANA CHIES SANTIAGO SANTOS – Isso. Pode passar para a segunda página já.

Então, a primeira etapa vai do século XIX até mais ou menos o século XX, momento em que os códigos penais das cortes, que possuíam características meramente retribucionistas, tratavam os menores de idade praticamente como os adultos, com exceção dos menores de sete anos de idade.

O segundo momento, então, essa segunda etapa por que passa a América Latina, como bem pontuado pela Raquel, tinha caráter meramente tutelar. Nesse sentido, é de se considerar que a América Latina tinha influência, sim, de um movimento reformista que se iniciava nos Estados Unidos e já tinha passado pela Europa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e que exigia não só uma Justiça especializada, mas uma Administração que cuidasse da matéria dos menores. Assim, a Argentina foi o primeiro país na América Latina que implementou isso, em 1919; depois o Brasil, com o conhecido Código de Menores, de 1927.

A terceira etapa, que está em voga até hoje no Brasil, e esperamos que continue, começou em 1989 com a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, a normativa internacional mais importante nessa seara. A partir dessa etapa, então, as crianças e os adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. O ECA, ao contrário do que muitos dizem, é inovação nesse sentido na América Latina. De acordo, com diversos pesquisadores, o ECA não só trouxe novidades, como reformulou radicalmente as relações que as crianças e os adolescentes tinham com o Estado e com os adultos. Descarta-se, então, uma bondade direcional, com a tutela, para exaltar uma Justiça que garanta os direitos fundamentais dessa população.

O ECA regulamenta os direitos de adolescentes, estabelece as medidas socioeducativas, que são as sanções para aqueles adolescentes em situação de conflito com a lei, porque eles não nascem em conflito com a lei, nós os colocamos em situação de conflito com ela. Essa legislação cria, então, um sistema de garantias e proteção para essas crianças e para esses adolescentes, em que situações de vulnerabilidade não são mais criminalizadas. Em situações em que o adolescente se encontra com o seu direito ameaçado ou violado, não é ele que se encontra em situação irregular, e, sim, as instituições que são responsáveis pelo seu bem-estar. Eles não são mais incapazes, e, sim, pessoas completas, com todos os direitos dos adultos, além daqueles direitos específicos, como muito bem pontuou a Raquel, precisamente por reconhecer-se que são pessoas em peculiar condição de desenvolvimento.

Os adolescentes devem ser julgados por tribunais específicos, com direito à defesa e reconhecendo-se que, por serem pessoas em desenvolvimento – é muito importante frisar isso sempre –, a sua responsabilização é e sempre deverá ser diferente da do adulto. Por tal motivo, então, deve-se priorizar, sempre que possível, como bem expôs a Heloisa, as medidas socioeducativas em meio aberto e considerar a medida socioeducativa de privação de liberdade uma excepcionalidade, sempre pautada pelo princípio da brevidade, que está no ECA.

Eu gostaria de fazer uma reflexão aqui com os que estão presentes. Nós, os maiores de 18 anos, bem maiores, somos as mesmas pessoas que éramos com 15, 16 anos? Eu tenho certeza de que não. Uma característica importante a se ressaltar ainda sobre o ECA é que, além de instituir uma responsabilização penal para o adolescente, pretende-se que essas sanções tenham caráter educativo. Não é por outro motivo, então, que elas não se denominam penas, e, sim, medidas socioeducativas.

É importante notarmos ainda que, a partir da implementação do ECA, vêm-se aprofundando questões e se desenvolvendo orientações para aplicação dessas medidas de forma a reforçar o seu caráter educativo. Um exemplo disso é a aprovação da recentíssima Lei do Sinase, a Lei nº 12.594, que foi aprovada por este mesmo Congresso Nacional, que hoje quer reduzir a maioridade penal.

É muito importante lembrarmos, como muitos ressaltaram aqui nesta mesa, que os locais em que os adolescentes ficam privados de liberdade devem ser diferentes daqueles dos adultos, mesmo que tenhamos uma realidade um pouco diferente no País. Esses lugares precisam ser diferentes porque as sanções aplicadas são diferentes.

Não obstante, então, tudo o que já foi falado nesta Comissão, é importante a gente salientar alguns dados, então – e aí começo a segunda parte –, a respeito da vitimização da juventude brasileira. E esses dados – com todo o respeito às pessoas que citaram alguns dados infundados, e não estatísticas oficiais e dados empíricos de estudos científicos –, esses dados que vou apresentar são documentos oficiais que comprovam que reduzir a maioridade penal não é uma solução para os nossos adolescentes.

Pode passar um eslaide.

Então, quem morre no Brasil? De acordo com o relatório sobre violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciência Sociais (Flacso) com o apoio do Mapa da Violência do ano de 2015, que foi publicado agora, em junho de 2016, a gente tem os seguintes dados: a cada 24 horas, 29 crianças e adolescentes entre 1 e 19 anos de idade são assassinados no Brasil. A grande maioria das vítimas é negra. Ao final de um ano, a contagem chega a mais de 10,5 mil vítimas. Isso significa mais de três 11 de setembro por ano no nosso País. Se contarmos o período de 1980 a 2013, esse número cresceu 475% e está em tendência de alta. Se analisada a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, o aumento foi de 426%. Considerando a evolução de homicídios na faixa etária dos 16 aos 17 anos, o aumento foi de 640% – de 506, em 1980, para 3.749, em 2013. Quase a metade dos assassinatos de crianças e adolescentes em nosso País acontecem nessa idade, ou seja, exatamente a idade que é palco de controvérsias sobre a imputabilidade penal.

Todos esses números mostram, então, uma aparente – e por que não real? – indiferença em relação à população jovem, negra e desescolarizada do Brasil. Dessa feita, então, a gente pode perceber que, enquanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

por um lado, a gente está construindo uma nova ordem econômica e tecnológica, colocando o Brasil no centro dos debates internacionais, por outro, a gente está dizimando a nossa população, principalmente a jovem.

De acordo, então, com esses dados apresentados nesse estudo, os jovens são os que mais morrem no País atualmente. Embora a violência não seja um fenômeno recente, os dados têm chamado a atenção para a proporção que ela vem assumindo entre os setores populacionais com idade entre 16 e 17 anos. Diferentemente do que foi apresentado na justificativa dessa proposta de emenda à Constituição, a gente está diante de um genocídio da população jovem e não diante de um crescente e alarmante aumento do número atos infracionais cometidos por esses jovens.

Em relação a esses dados – pode passar –, esses são os dados dos adolescentes que são punidos no Brasil. Então, em relação ao argumento de que os adolescentes ficam impunes, é importante a gente se atentar para o dado trazido pelo último anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O anuário apresenta os dados sobre a evolução dos números de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de 1996 a 2013. Esses dados incluem, então, as medidas de internação, internação provisória e semiliberdade, ou seja, quando o adolescente está restrito de liberdade. Em números absolutos, passamos de um total de 4.245 jovens submetidos a essas medidas em 1996 para um total de 23.066 adolescentes em 2013. Ou seja, é um crescimento da ordem de 443,36%. Isso demonstra, conforme muito bem aponta o Prof. Rodrigo Azevedo, da PUC do Rio Grande do Sul, o aumento da utilização, pelo sistema de Justiça juvenil, dos mecanismos de controle socioeducativo de restrição à liberdade das crianças e dos adolescentes.

Analisando as taxas de adolescente em medida socioeducativa com restrição de liberdade por 100 mil, verifica-se que passamos de uma taxa de 97,7 por 100 mil em 2012, para 111,3 por 100 mil em 2013, com uma variação no período de 13,3%, ou seja, estamos, sim, e cada vez mais, punindo os nossos adolescentes com restrição de liberdade.

A gente pode passar mais um eslaide.

A respeito dos atos infracionais praticados pelos adolescentes, predominam os crimes contra o patrimônio e os relacionados ao mercado ilícito do tráfico de drogas, que são crimes cometidos por adolescentes que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade. Ademais, verifica-se que tampouco se confirma a alegação de que a prática de ato infracional estaria aumentando de maneira alarmante quando se volta a olhar para a realidade brasileira. Na verdade, grande parte da literatura sobre o tema denuncia que as taxas de incidência de ato infracional têm, na verdade, caído significativamente em comparação com os crimes praticados pelos adultos, tendo atingido certa estabilidade nas últimas duas décadas.

Isso tudo demonstra, então, senhoras e senhores, que a gente não precisa de novas leis que recrudesçam as que já existem; a gente precisa reconhecer a nossa parcela de responsabilidade ao defender projetos de lei que aumentam as penas, as medidas de internação ou que querem reduzir a maioridade penal.

O IBCCRIM entende, então, que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes são protegidos, sim, por cláusula que alcança qualquer parte da Constituição Federal e até mesmo os tratados internacionais de que o Brasil seja parte. Entende, por fim, que as referidas propostas de emenda constitucional são fruto de movimentos político-criminais radicais, pautados por uma perspectiva repressiva que busca maior rigor no que diz respeito à coerção penal, por meio do recrudescimento do sistema de Justiça juvenil.

Dentro desse contexto e tendo em vista que essa proposta tenta modificar a Constituição do Brasil justamente em matéria que se constituiu cláusula pétrea com a pretensão de implementar o malfadado incidente de desconsideração de inimputabilidade penal sem contraditório, sem ampla defesa, para proporcionar a pura e simples submissão dos adolescentes ao regime penal tradicional, reconhecidamente fracassado, o IBCCRIM é contra a aprovação dessa medida.

Dessa forma, é importante finalizar dizendo que aprovar a redução da maioridade penal, assim como aumentar o tempo de internação dos adolescentes em situação de conflito com a lei não é apenas andar na contramão da história, mas aprovar uma retórica populista desprovida de fundamentos empíricos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a contribuição de Mariana, que aqui representou a Comissão de Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Imediatamente passamos aos dois últimos convidados aqui da nossa mesa: Welinton, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial, depois, o Vinícius.

O SR. WELINTON PEREIRA – Obrigado.

Queria cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Gleisi Hoffmann, que estão aqui é conosco, e o restante da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É um privilégio estar aqui. Por outro lado, fico pensando que queria estar aqui nesta mesa para discutir outras coisas. É lamentável, diante de números tão alarmantes que a gente ouve aqui, não só pela última fala, mas por outras que vieram antes, a gente discutir como piorar a situação.

Eu acho que a nossa sociedade tem passado por um momento de insanidade. Eu nunca vi tanta insanidade como a que a gente vive atualmente. Nós estamos aqui em um grupo que ainda resiste bravamente.

A gente foi da primeira mesa, com o Deputado Laerte Bessa. Eu acompanhei as discussões na comissão da Câmara dos Deputados. Ali pessoas fizeram apresentações brilhantes, com números, com dados, mas era o mesmo que falar para pedras, era como se ninguém estivesse disposto a ouvir nada.

Já há uma decisão, já existe uma ideia preconcebida de que os adolescentes e jovens do nosso País são os grandes causadores da violência. Como o Dr. Olympio falou, eles foram eleitos como bodes expiatórios, e já há uma decisão de criminalizá-los. Então, não adianta a gente colocar número algum aqui, porque alguns Parlamentares desta Casa e da Câmara já têm uma ideia preconcebida de que é isso que vai resolver.

Eu fico pensando em algumas afirmações que ele fez, por exemplo: bandido irrecuperável. Eu trabalhei durante dez anos da minha vida com meninos de rua, com meninos com trajetória de rua, fui do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Eu vi jovens sendo recuperados, jovens que tinham uma trajetória que ninguém dava nada por eles. E eles conseguiram, porque tiveram oportunidade. Então, não existe nenhum ser humano irrecuperável. (*Palmas.*)

Eu queria perguntar ao Deputado, se ele estivesse aqui ainda, se ele também considera que existem Parlamentares que são irrecuperáveis, inclusive o Parlamentar que ele citou, que é o autor da Lei nº 171, que está preso por causa de corrupção e de outras coisas erradas que fez, o ex-Deputado Benedito Domingos. Eu queria saber dele se ele também inclui nessa lista de irrecuperáveis, de bandido irrecuperável, muitos dos Parlamentares que existem na Câmara e no Senado, que, reiteradamente, cometem crimes contra a nossa Constituição, contra uma minoria de negros, de mulheres, de populações LGBT, e continuam impunes. Infelizmente esse pessoal só vem para esse tipo de mesa para colocar alguma coisa, e depois vai embora, não fica, não tem a coragem de discutir, de debater o assunto racionalmente, em cima de princípios.

Eu queria, então, resumir a minha fala em três pontos muito rápidos.

Em primeiro lugar, na dignidade de todo ser humano. Todo ser humano tem sua dignidade. Eu sou cristão, protestante e uma das coisas por que a gente preza é pela dignidade de cada ser humano. Não existe rótulo, em primeiro lugar: menor, prostituta, bandido; existe um ser humano ali criado à imagem e semelhança de Deus e esse ser humano merece ser tratado com a maior dignidade possível.

Nós acompanhamos o caso do menino Ítalo, que talvez vocês conheçam, de São Paulo. Ele foi morto pela polícia, um menino de dez anos de idade. A polícia dizia que ele estava com arma, que ele atirou, que ele trocou tiros com a polícia. Imaginem uma criança de dez anos de idade conseguir dirigir um veículo e, ao mesmo tempo, trocar tiro com a polícia! Nós acompanhamos aquele caso desde o início. Eu estive na casa da mãe do Ítalo, Dona Cíntia. Por ela ter sido ex-presidiária, algumas pessoas ligaram para a nossa organização, Visão Mundial, reclamando: "Por que vocês estão ajudando esse menino, que é bandido? Por que vocês estão ajudando uma pessoa cuja mãe foi presa?" Eu falei: quer dizer que, pelo fato de a pessoa ter cumprido uma prisão, ela já não é digna mais de receber solidariedade ou uma ajuda? Aí, no dia da reconstituição do crime, não sei se vocês acompanharam – pasmem –, algumas pessoas, que são do lugar onde aconteceu o episódio com o Ítalo, organizaram uma manifestação de apoio à polícia por ter matado o menino Ítalo.

Imaginem a sociedade, o nível de insanidade que a gente vive nesses dias de hoje, quando uma criança de dez anos de idade é tida como marginal, como bandida, sem ninguém nem discutir o assunto primeiramente!

Então, eu queria, primeiramente, que a gente pensasse nesse tema, considerando que todo ser humano, se errou ou não, tem direito ao respeito e à dignidade, tem direito a um julgamento justo. Se ele cometeu algum tipo de crime, merece um julgamento justo, e não ser morto pela polícia, porque, naquele momento, a polícia está sendo o juiz, está sendo o promotor, está sendo o próprio executor da vida dessa pessoa.

Em segundo lugar, eu queria que a gente pensasse que tipo de sociedade a gente quer construir. Infelizmente, algumas pessoas acham que, ao criminalizar o menino, rotulando-o como marginal, como bandido, estão separando. Com essa atitude, nós estamos construindo uma sociedade racista, porque nós sabemos muito bem que quem está indo para a cadeia são negros, são jovens da periferia, são meninos que não têm uma boa escola, que estão saindo das escolas, infelizmente. A nossa sociedade e o nosso Estado não têm o direito de mandar os nossos jovens mais cedo para as cadeias. Enquanto nós não construirmos mais escolas, enquanto nós não tratarmos os nossos jovens com mais dignidade, nós não temos nenhum direito de mexer na lei que trata deste assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Por fim, eu queria homenagear o meu filho, que está aqui comigo hoje. Assim que eu que eu recebi o convite para vir aqui, eu comentei com o meu filho que está aqui. Eu disse: vou lá. E ele respondeu: "Pai, eu quero ir com você para poder somar com você nessa luta em favor dos nossos jovens."

Então, aquilo que eu quero para meu filho e para minha filha, que é uma vida plena, com dignidade, eu quero para cada criança, cada jovem do nosso País. (*Palmas.*)

Nós não podemos, de maneira alguma, tratar os nossos jovens dessa maneira separada. O Deputado fala do jovem como se fosse um outro, um outro ser. Não é. Nós somos todos iguais, estamos todos irmanados. Aquilo que acontece com uma pessoa, onde ela estiver, me atinge diretamente.

Então, eu queria convidar cada um de nós aqui a não desistir. Nós somos minoria, mas precisamos persistir nessa luta, buscando um País que trate os nossos jovens com dignidade. Nós não vamos construir uma nação rotulando, discriminando e mandando os jovens para a cadeia.

Que Deus nos livre de Deputados com essas cabeças que vimos aqui hoje e que Ele nos ajude a eleger futuramente pessoas comprometidas com a dignidade de cada ser humano, de cada pessoa!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a contribuição do Welinton, que aqui falou em nome da ONG Visão Mundial.

Agora vamos passar a palavra a Vinicius Valentin, que é o Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca).

O SR. VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL – Boa tarde.

Antes de tudo, queria parabenizar nominalmente o Senador Pimentel, a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Lindbergh Farias por essa participação tão importante nesse momento.

Num segundo momento, queria, agora, citar o Romero Silva, também integrante da Coordenação Nacional da Anced, que aqui representa também a nossa organização no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nós, a princípio, havíamos tentado estruturar a mobilização para trazer um adolescente que tivesse cumprido medida socioeducativa. Infelizmente não conseguimos. Tentamos também dar voz às mães de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e elas mandaram vários áudios que, no entanto, não chegaram muito bons. Mas eu vou me comprometer a encaminhá-los para a Presidência da CCJ. Acredito que esses – os invisíveis, os esquecidos e ignorados – precisam ser ouvidos.

Não sei se alegrarei vocês, mas direi que boa parte da minha fala vai ser suprimida, porque foi esmagada diante de tão belas e pontuais colocações daqueles que me antecederam.

A Anced, para registrar esse ponto, sustenta a inconstitucionalidade de qualquer proposta tendente a reduzir a idade de responsabilidade penal de adolescentes. E o faz acreditando que é uma garantia processual fundamental ser, inclusive, processado por uma Justiça especializada, ter assegurada a defesa por uma advocacia, pública ou privada, por meio da Defensoria Pública ou de um advogado particular também especializado em um microssistema processual penal dessa Justiça criminal aplicável à juventude.

E acredita também que, além disso, é importante passar pelo crivo de uma convencionalidade, ou seja, a adequação dessa proposta com os acordos e tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, dentre eles a Convenção de Direitos da Criança da ONU, que dispõe, entre tantas coisas, sobre a vedação do retrocesso social, com a necessidade de melhorias progressivas, como já foi aqui citado, assim como a Opinião Consultiva nº 10, do mesmo Comitê de Direitos da Criança da ONU, que menciona que a internação deve ser a exceção, e pelo menor tempo possível, e nunca a regra.

Nesse sentido, eu lembro, e é uma grande satisfação estar aqui novamente com o Senador Lindbergh, que, há mais ou menos 5 ou 6 meses, ele relatava a CPI – eu fui um dos convidados, também pela Anced, para dela participar – que investigou o extermínio da juventude pobre e negra, assim como, em 2009, nós tivemos a CPI do sistema carcerário na Câmara dos Deputados. Então, existem uma série de outras atividades investigativas dessas Casas Legislativas que demonstram a total falência da política de hiperencarceramento, de criminalização e de declaração de guerra às drogas e da hiperpenalização da juventude pobre, negra e periférica deste País. Acho que esses pontos precisam ser escavados e não esquecidos.

Eu também gostaria de mencionar que a Rede Latino-Americana e Caribenha de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Redlamyc), da qual a Anced, o Fórum de Direitos da Criança e Adolescente, o Movimento Nacional de Direitos Humanos fazem parte, representando, só de entidades brasileiras, mais de 90, encaminhou uma carta à Presidência do Senado, Sr. Renan Calheiros, também pedindo – mais de 100 entidades de base do País e de mais de 200 entidades latino-americanas – que o Brasil, principalmente reconhecendo seu papel de protagonismo na política externa latino-americana, não promova o recrudescimento da legislação penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Basicamente, quero reforçar que a redução da maioridade penal é inconstitucional, porque se constitui ato discriminatório e racista, responsabilizando de modo desigual, principalmente porque nega o acesso à Justiça a adolescentes pobres e que, também, coincidentemente, nessa intersecção, são também negros e vítimas de vulnerabilidades e de violência de Estado. É um erro político, porque se constitui uma forma grosseira e demagógica de populismo penal, de tentar manobrar as massas, ocultando um conjunto de outros problemas sociais. É um erro na resposta, como bem acentuaram vários outros que aqui me precederam, porque os adolescentes não são nem de longe os maiores perpetradores de atos infracionais, não compondo um número significativo da criminalidade neste País. É um erro argumentativo, uma vez que os adolescentes já são, sim, responsabilizados por um bom período, inclusive, proporcionalmente, em comparação, por exemplo, com progressões de pena, progressão de regime, ficam mais tempo em regime fechado do que adultos que cometem atos análogos, portanto, crimes, e não atos infracionais.

Adolescentes que cometem atos infracionais ou aos quais se imputam tais atos também são algemados, também são conduzidos em camburões, também têm negado o acesso à Defensoria Pública, que é escassa na maior parte dos Estados. Suas mães e seus pais também são submetidos à prática degradante da revista vexatória quando os visitam. Há, sobretudo, uma profunda inconstitucionalidade.

E aqui eu gostaria de ressaltar uma responsabilidade não totalmente da Anced, mas minha pelas palavras que seguem.

Há uma profunda inconstitucionalidade em qualquer proposta tendente a reduzir a maioridade penal por um vício quanto à motivação. É basicamente um engodo, que criminaliza a juventude, joga fumaça sobre a verdadeira criminalidade, que se esconde, sobretudo, na pessoa do Sr. Eduardo Cunha. Essa conjuntura, que é uma conjuntura de um golpe – racista, machista, homofóbico, cretino e canalha –, é muito diferente do que assentou o Sr. Laerte Bessa. É ele próprio o grande artífice desse modelo golpista e que está tentando promover a criminalização da juventude.

Aí eu discordo do meu grande amigo Welinton Pereira, quando ele diz que nenhum ser humano é irrecuperável. Eu ouso discordar. Alguns Parlamentares têm mostrado que, sim, existem seres humanos irrecuperáveis. Irrecuperável é este Congresso... (*Palmas.*)

O SR. VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL – ...que há muito tempo mantém a fachada de Casa do Povo, mas é o verdadeiro covil daqueles que criminalizam a juventude pobre e se calam diante do genocídio da juventude brasileira. Aqui se matam três Iraques por ano.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos ao coordenador da Associação Nacional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca).

Quero registrar aqui a presença do Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro. E, mais uma vez, registrar a presença aqui da Senadora Gleisi Hoffmann.

Bom, concluídas as participações dos nossos convidados para a mesa de debates da presente audiência, vamos agora, imediatamente, dar voz aqui à juventude, aos jovens.

Vamos começar pela Ana Flávia, que é do Distrito Federal, não é, Ana Flávia? Com a palavra.

A SRª ANA FLÁVIA OLIVEIRA BARBOSA – Bom dia a todos, primeiramente. Na verdade, primeiramente: fora, Temer!

(Manifestação da plateia.)

A SRª ANA FLÁVIA OLIVEIRA BARBOSA – A gente vê a redução da maioridade penal sendo pautada pelas mesmas pessoas, pela mesma direita "reaça" que pauta todos os atos de genocídio para todos nós, a violência que nós toleramos todos os dias, imposta pelo Estado, desde a nossa criminalização, porque preto é sempre suspeito para a polícia, não é? É assim que eles falam.

Além do mais, tem uma frase muito boa que eu sempre gosto de escutar, que é: onde o Estado não chega, o crime chega. Então, pela ausência do Estado, os maiores índices de criminalidade estão onde o Estado se ausenta, onde não há uma educação pelo menos básica de qualidade.

Aqui no DF mesmo, se nós formos à Ceilândia, sabemos muito bem que nem metade dos jovens tem pretensão de chegar às universidades. Nós sabemos muito bem que a maioria desses jovens são jovens negros, periféricos. Nós sabemos que toda essa violência é pautada para que nós não ocupemos espaços onde sempre nos foram negados, onde a voz nunca chegou à nós, onde sempre sentamos e temos que escutar Jornal Nacional, porque nós não temos estudo, acesso e qualidade de vida suficiente para termos uma televisão a cabo dentro de casa. Temos que escutar as baboseiras que eles falam, como, por exemplo, notícias dos 111 jovens, dos cinco jovens negros assassinados no ano passado pelos cinco tiros. Na semana passada, a mãe de um deles morreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ou seja, o racismo é institucionalizado e a redução da maioridade penal só pauta cada vez mais essa proposta de uma instituição totalmente racista, de um Estado racista, que nos exclui todos os dias. É esta a intenção deles: excluir. Porque, se você está dentro de uma cadeia, talvez a educação lá não seja seu foco. Talvez seu foco seja estudar... Estudar não, ficar preso e cometer crimes, porque é esse o futuro que eles preveem para a gente. Mas eles têm que saber também que nós resistimos e que estamos aqui para falar por nós. E que, acima de nós, só nós mesmos, porque nós somos o povo e nós temos força suficiente para isso.

A redução não vai passar. Não vai passar porque nós estamos aqui e todo mundo que está presente aqui sabe muito bem dos afoites, das correntes que nos prendem a isso.

É incrível saber que as pessoas ainda têm coragem de dizer que a polícia fez certo em matar, quando, na verdade, a intenção da polícia é a segurança, tanto do possível criminoso, quanto da população. Mas não é isso que nós vemos. Sabemos muito bem que a Polícia Militar e que a Força Nacional matam preto toda noite nas periferias e que isso não é noticiado. Sabemos muito bem que nós sofremos todos os dias. Nós sabemos muito bem que até nos empregos nós sofremos, principalmente as mulheres negras, que recebem apenas 30% do salário designado a seus cargos.

É esse Estado que eles estão caminhando para construir e é esse Estado que a gente deve barrar, e fazer o nosso próprio Estado.

Essa PEC da redução da maioridade penal faz apenas isto: nos barrar mais uma vez. Se nós sobrevivermos até os dezoito, eles vão dizer: "Não, agora vocês só sobrevivem até os dezesseis." Porque, para negro, é sobrevivência sim. Todos os dias, você acorda e pensa: quantos "bacus" eu vou levar hoje? Isso é de uma extrema agressividade para a nossa existência. A nossa luta contra a redução é a nossa luta pela sobrevivência. Nós não estamos lutando também... Desculpa. Nós também temos que falar... Antes de falarmos da redução da maioridade penal, é preciso falar da guerra às drogas, porque, se eu sou pega com 10g de maconha, eu sou presa e vou para o regime fechado. Mas é engraçado porque, com o ex-Deputado Zeze Perrella... Acharam 450kg de cocaína nas fazendas de Aécio Neves. E quem noticia? Todas as drogas transportadas e toda essa guerra às drogas é imposta à gente. Então, de que guerra às drogas nós estamos falando? Da que mata preto todos os dias?

É isso que a redução pauta, matar ainda mais cedo; matar ou prender.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentamos Ana Flávia pelo seu depoimento.

Imediatamente, vamos passar a palavra a Henrique e, depois, à Thays.

Henrique, vamos, em função do horário, conceder a você dois minutos. Pode ser?

O SR. HENRIQUE – Meu nome é Henrique, eu sou membro da UJS, da UJS/DF. Eu adoro essa representatividade, porque a gente está aí na luta para conseguir mudar o Brasil.

A primeira coisa que eu queria falar é que essa lei é para nada mais do que separar os burgueses dos porcos. É querer tirar a juventude da rua para que o menino branquinho, bonitinho, não se misture com o preto porco, com o preto sujo, porque é assim que eles pensam da gente, querendo ou não.

Além de quererem nos prender, eles querem nos matar. Eles querem fazer um genocídio com toda uma população negra que, durante anos, lutou por esta liberdade que temos hoje. Eles querem a volta da escravidão, nada mais do que isso.

Acho muito interessante quando eles colocam em pauta que a redução é a melhor forma de parar a violência, quando a violência do menor é o menor Estado, quando vemos nos dados que isso não é o nosso maior perigo, o nosso maior erro. Eu acho muita burrice do Estado falar isso; dessas pessoas, falar isso.

Eu tenho 17 anos. Quando eu saio na rua, o meu medo é ser baleado, o meu medo é encontrar com um policial de madrugada e o policial me dar uma surra, porque eu estou no lugar errado, na hora errada. Ser preto no Brasil é difícil e ser adolescente é pior ainda, porque, se eu sou parado pela polícia, ele não pergunta meu nome, não pergunta de onde eu venho e não pergunta o que eu estou fazendo, ele me dá um tapa na cabeça.

É muito interessante que eles querem nos matar e querem fazer isso escondido, querem fazer isso por meio de leis. Eles estão trazendo uma lei que, para mim, deveria ser chamada de genocídio em papel.

Eu queria mesmo encerrar com uma coisa que o Eduardo Suplicy fez aqui. Ele foi ridicularizado, riram da cara dele quando ele fez isso, que foi recitar uma música do Racionais MC, Homem na Estrada.

No primeiro barulho, eu vou atirar.
Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém,
E o que eles querem: mais um "pretinho" na FEBEM.
Sim, ganhar dinheiro ficar rico enfim,
A gente sonha a vida inteira e só acorda no fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eles querem o nosso fim. Não vamos deixar que eles acabem com a gente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar o Henrique pelo seu depoimento aqui. Imediatamente vamos passar para Thais de Oliveira. O Henrique falou em nome da UJS e a Thais de Oliveira falará agora em nome da Ubes aqui do Distrito Federal.

A SRª THAYS OLIVEIRA – Primeiramente: fora, Temer! E quero deixar claro aqui que o Escola sem Partido não vai passar. Neste exato momento, está havendo ato em diversas capitais do País contra a redução da maioridade penal, contra esse Governo golpista e contra o Escola sem Partido.

É muito triste a gente estar aqui hoje debatendo a redução da maioridade penal, sendo que a gente poderia estar debatendo os avanços da educação, uma reformulação do ensino médio, porque se os alunos, se os estudantes hoje, a galera da periferia está no mundo do crime, é porque o Governo, o Estado não fornece uma educação de qualidade, não fornece uma educação pública acessível e atrativa para os estudantes.

Eu moro no Itapuã. Sou da periferia aqui de Brasília. E toda vez que eu saio da escola e vou passar em outra escola, que eu saio na esquina da minha casa, eu vejo crianças de 8, 10 anos na esquina, vendendo drogas. Aí a gente se pergunta: Por que eles estão ali? O Governo fornece educação, lazer e esporte para as crianças? Porque isso eu não sei se fica centralizado aqui no Plano Piloto, mas no Itapuã não chega nada. No Itapuã mal chega o livro que foi usado por dois anos pelas escolas do Plano Piloto e que é utilizado pelos estudantes de escola pública da periferia do Itapuã, como acontece na Ceilândia.

O Henrique falou aqui do medo de sair à noite. Diversas vezes eu já fui parada e abordada aqui no Plano por estar voltando 10h para casa, depois de uma reunião, tarde, do movimento estudantil. E o policial me pergunta o que eu estou fazendo aqui. Quer dizer, então, que juventude negra na periferia não pode ter acesso à cidade? Que cidade é essa a que a gente não tem acesso?

A juventude quer mais acesso. A juventude quer educação, quer lazer, quer educação pública de qualidade, quer uma reformulação do ensino médio, que a educação, o ensino médio venha e te forme para alguma coisa, porque o ensino médio que a gente tem hoje é o ensino médio em que a gente finge que aprende e o professor finge que estuda. E aí você se vira para passar numa universidade federal, numa pública, porque é muito raro um estudante ter condições de pagar uma universidade particular.

Agora, com os avanços que nós tivemos no último governo, a gente conseguiu inserir mais jovens negros da periferia no ensino superior.

É isso.

Eu vou dividir a minha fala com a Adrielle, que é da USDF, rapidinho.

E é isto galera: Não à redução! (*Palmas.*)

A SRª ADRIELLE MARQUES – Primeiramente, eu queria começar dizendo que reduzir a maioridade penal é, sim, criminalizar a juventude negra de periferia, juventude essa que sofre um genocídio todo dia na periferia, que é morta todo dia.

Dialogando com a fala do Deputado da primeira Mesa, que falou, resumindo, que era um absurdo não aceitar a redução da maioridade penal, absurdo para mim é eu chegar na minha escola e ela ter 50 anos e nunca ser reformada. Absurdo para mim é eu que moro no entorno sul de Brasília, no Água Azul mais precisamente, sair e não ver nada de lazer na minha cidade. Tem um campo sintético em que cobram R$100 reais para as pessoas de lá jogarem futebol. E muitas pessoas de lá não têm condições de pagar, porque não têm nem R$5 para comprar um pão na padaria. Então, um absurdo para mim é eu chegar na minha escola e ver que não tem professor para me dar aula. Absurdo para mim é eu ver que muita gente não tem acesso a ações culturais, o que acontece aqui no Plano Piloto, porque, assim como a Thaís disse, aqui no Plano Piloto pode até ter cultura, mas nas áreas periféricas não chega isso. Então, é totalmente absurdo isso tudo que acontece e é totalmente lamentável ser pautada a redução da maioridade penal enquanto poderia estar sendo pautado a melhoria da escola pública, uma escola de qualidade, estar sendo pautado mais cultura para a juventude e mais lazer para a juventude.

Então, é isso.

Nós resistiremos à redução da maioridade penal. Iremos para a rua, se preciso, lutar contra a redução da maioridade penal, porque nós não aceitaremos que jovem negro de periferia vá para a prisão e não tenha uma educação de qualidade.

Mais escolas e menos cadeias!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Agora, para encerrar mesmo, o jovem Silas pediu a palavra.

O SR. SILAS SANTOS – Boa tarde a todos.

Eu acho que o "Fora, Temer!" já é um hino nacional do nosso País. Já pode até ser trocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Para iniciar a minha fala, eu gostaria de dizer algumas coisas que são bem importantes. Eu acho que é interessante os Senadores que apoiam a redução da maioridade penal e os Deputados que votaram a favor da maioridade penal ouvirem, porque falar para os nossos é fácil, os nossos já conhecem a nossa fala, os nossos já conhecem a nossa militância, os nossos apoiam a nossa causa.

Quero dizer, muito rápido, que o Brasil está acostumado a resolver um "problema", entre aspas, criando um outro problema. Para aqueles que não conhecem o sistema penitenciário do nosso País, ele vive um superlotamento; para aqueles que não conhecem, os presos do nosso País pioram cada vez mais se saírem de uma detenção. Então, isso significa que colocar adolescentes lá, em termos de vulnerabilidade social, adolescentes que não têm o alicerce, que não têm um acompanhamento, se formos mexer na base desse adolescente, se formos mexer na estrutura em que está condicionada essa família, se formos mexer onde está essa criança e esse adolescente, no acesso que ele tem à educação, no acesso que ele tem à cultura, no acesso que ele tem ao esporte, é muito fácil as mídias falarem que isso existe. Existe. Existe para branco rico. Agora, não existe para pobre, preto e favelado, para aqueles que moram na favela, que acordam cedo, que têm que ir para sua escola, para sua universidade, que têm que ir para seu trabalho. Até mesmo acontece trabalho infantil para poderem sustentar sua família dentro de casa, para poderem colocar um pão, seja ele duro ou não, para que comprem um pão na padaria, seja ele dormido, de três dias ou não, para poderem alimentar a sua família.

Falamos do sistema presidiário que, neste momento, se encontra com superlotação, que queremos colocar adolescentes dentro dele. Queremos dizer: você pode entrar aí para ficar pior; você pode entrar aí para sair pior; você pode entrar aí porque meus olhos vão continuar vendados para você; e eu vou continuar ferindo a minha Constituição Federal, é o tal pátrio, é o tal respeito.

O art. 227 diz que criança e adolescente são prioridades absolutas, mas não é respeitado. Criança e adolescente não são prioridade absoluta em lugar nenhum, porque, como a educação está fundamentada neste País, vemos que a educação pública está – desculpem a expressão – uma bosta, a educação pública está uma merda. Se você colocar um preto pobre no Enem para concorrer com um branco rico, que teve a oportunidade de estudar numa das melhores escolas, ele vai passar na sua frente. E não vai ter cota racial para conseguir te colocar dentro de uma faculdade. Não vão ter cotas raciais suficientes para um país em que 80% da população é negra.

Querem colocar os 80% dessa população dentro da cadeia, atrás de uma grade, para verem, como diriam muitos, o sol nascer quadrado, enquanto os engravatados, os ladrões, os corruptos estão julgando e se dizendo melhores, se colocando em estado de julgar algo a ponto de apoiar e de querer que isso seja executado. Estamos falando de tirar a infância de crianças e adolescentes. Estamos falando, neste momento, de deixar a criança e o adolescente, mais uma vez, para trás no nosso País. Estamos falando de uma população que vai ser atingida diretamente, como já foi bem colocado aqui, de uma população preta. E vai acontecer o genocídio dessa população.

Para encerrar minha fala, digo o seguinte: não devem reduzir a maioridade penal, reduzir ainda mais a população preta e colocá-la atrás das grades, apagar mais a história de um povo preto, que morava neste País, que construiu uma história, mas sua história é dita, contada por mãos de brancos. Sua história é construída nas bocas, nas histórias contadas pelos professores, ensinadas nas escolas públicas por mãos de brancos. Esquecem de contar quem foi Clementina de Jesus, quem foi Zumbi, quem foi Luiza Barros, quem foi a Luiza Mahin. Esquecem de contar que, quando os portugueses chegaram neste País para colonizar, já existia um povo, e esse povo teve seu direito violado, esse povo teve seu direito negligenciado, como o nosso País tem feito com o direito não somente de crianças e adolescentes, mas de qualquer cidadão e cidadã brasileira que diz amar sua Pátria.

Aqueles em quem votamos para nos representar não nos representam. Representam sua mãe, seu pai, seu cachorro, seu filho, seu automóvel, sua mansão, as grandes casas, os grandes locais da nossa cidade.

Não à redução da maioridade penal! E, sim, corruptos engravatados atrás das grades. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Silas pelo depoimento, pela sua participação.

Vamos passar, agora, imediatamente, a palavra à Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Antes, Senadora Fátima, o Dr. Olympio tinha pedido para fazer uma intervenção breve também. Acho que ele poderia fazer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. Com o maior prazer.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO – Em primeiro lugar, quero elogiar aqueles que lutam pela promoção da igualdade racial, mas fazer um destaque daqueles que lutam pela promoção de igualdade de gênero, dizendo que as mulheres aqui foram as que melhor se pronunciaram. Acho que todos concluíram nesse sentido. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Só gostaria de dizer, penso eu, falando em nome da Conamp, que aderimos a esta proposta de fazer a verificação do cumprimento da Lei do Sinase sob dois aspectos: o primeiro, e aqui foi citado muito, o princípio da prioridade absoluta em favor da infância e da juventude, para dizer que, no que há de mais importante, o princípio da prioridade absoluta significa preferência na formulação e na execução de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos para a área da infância e da juventude. A gente sempre disse que lugar de criança é na família, na escola e nos orçamentos públicos, porque não adianta fazer o discurso a favor das crianças e adolescentes e, no momento da elaboração das leis orçamentárias, não estar lá previsto o recurso necessário para a implementação das políticas deliberadas pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Então, é nesse aspecto.

E mais, no aspecto daquilo que já está previsto na Lei do Sinase, que é a responsabilização por improbidade administrativa do administrador que não cumpre com aquilo que está previsto em relação à implementação e execução das medidas socioeducativas, especialmente aquelas em meio aberto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Dr. Olympio.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Fátima.

Queria, na realidade, cumprimentar toda a Mesa, que fez a exposição aqui, como fiz com a Mesa anterior. Acho que foi muito importante para nós.

Também lamento muito que os Senadores não estejam aqui, principalmente o Senador Aloysio, o Senador Ferraço, que têm sido os proponentes e os defensores dessa proposta.

Queria cumprimentar a juventude aguerrida que está aqui, que tem dado a maior força na resistência. E nós vamos precisar resistir muito, quero dizer a vocês, porque os tempos que estão vindo aí não serão fáceis. Aquilo que disse antes, que estamos evitando pautar matérias como o direito das mulheres e outras questões de avanços sociais, é porque temos um sopro conservador imenso aqui no Congresso Nacional, muito mais na Câmara, mas no Senado também já está chegando.

A outra preocupação que temos é com o retrocesso de políticas sociais que nós conquistamos até agora. Se temos problema com o que temos, nós corremos o risco agora de perder o que conquistamos da Constituição de 1988 para cá.

Essa PEC, sobre a qual a Senadora Fátima falou, a PEC 241, é um desmonte da Constituição de 1988, uma Constituição em que nós conseguimos garantir recursos para a educação. Com todos os problemas que o companheiro falou ali, da educação, que a educação pública está uma vergonha, está com dificuldades, foi essa conquista de 1988 que garantiu que tivéssemos um mínimo de recursos dos nossos impostos para aplicar na educação, que a gente conseguiu fazer a universalização. Então, imaginem isso voltar!

E o que eles estão propondo? Que os recursos para a educação, para a saúde, enfim, que todos os recursos do Orçamento só sejam corrigidos pela inflação, fora juros. A conta de juros está liberada neste País. Então, você pode colocar juros na estratosfera. Hoje, gastamos R$500 bilhões com juros por ano. E eles querem fazer uma reforma da previdência, dizendo que é a previdência que gasta muito, quando toda a previdência brasileira está em R$240 bilhões e atende à população mais pobre deste País.

Então, é muito grave o que nós vamos passar aqui, o desmonte de direitos. Vamos precisar fazer uma resistência muito grande, não aceitando nem um direito a menos, Dr. Olympio, para tentar conquistar – e avançar – direitos a mais, além do conservadorismo, do fascismo, da visão de retirada dos direitos, de desconsideração das pessoas. É muito ruim isso.

O que eles estão dizendo aqui em relação à população negra, isso tudo está muito mais acirrado hoje, bem como a questão da população LGBT, das mulheres. Com este processo de *impeachment* que nós estamos vivendo, e a gente tem dito aqui dentro que é um golpe, porque não têm base legal retirar a Presidenta Dilma do poder, da Presidência da República, parece-me que se abriu a porteira. Saíram todos os que estavam contidos com essas posições mais odiosas, e estão nas ruas, nas redes sociais, falando e achando que isso é normal.

Então, eu penso que nós teremos que ter muita resistência, a começar pela CCJ, por outras comissões. O movimento social, vocês, que estão organizados, que fazem a resistência no cotidiano, são muito importantes para nos ajudar a enfrentar isso aqui.

Por último, Senadora Fátima, eu queria só me referir à proposta da comissão mista. Eu tenho um pouco de preocupação com a comissão mista – até estávamos falando com a nossa assessoria – porque geralmente a gente não consegue reunir Deputados e Senadores ao mesmo tempo. A Tânia sugeriu aqui que nós apresentássemos um requerimento para termos uma subcomissão permanente na CCJ para discutir a implantação do Sinase, até porque nós temos base legal, que é o art. 18 da lei, que manda a gente fazer o acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

das políticas públicas. A CCJ tem direito a quatro subcomissões permanentes. Nós só temos duas instaladas. Acho que, pela relevância do tema, pela importância que tem, pela discussão nesta Casa das propostas, nós poderíamos propor uma subcomissão permanente de Senadores e, então, já começar os trabalhos, aprovando aqui, dando início a uma pauta e à verificação. Eu acho que seria mais efetivo. E podemos sugerir à Câmara dos Deputados que também faça uma comissão permanente. Depois, nós juntamos o resultado dos trabalhos. Acho que não precisaríamos de tanta articulação política, tanto esforço para juntar Deputados e Senadores num mesmo momento.

Então, se V. Exª concordar, Senadora Fátima, a gente prepara o requerimento e, na próxima quarta-feira, já dá entrada na CCJ para instalação dessa comissão permanente no âmbito da CCJ, para discutir a implantação do Sinase no Brasil e fazer o acompanhamento da política pública. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! Os aplausos são a manifestação mais concreta de que todos aqui concordam com o encaminhamento sugerido pela Senadora Gleisi, que, de fato, é o mais adequado: a instalação da subcomissão, pelas razões que ela já mencionou.

Então, Senadora Gleisi, vamos pedir à assessoria que formule e, então, apresentaremos em conjunto.

Bom, no encerramento aqui, cabe-me, não só em meu nome, em nome da Senadora Gleisi, do Senador Lindbergh, do Senador José Pimentel, mas também dos Senadores que propuseram a realização da presente audiência – os Senadores Telmário Mota, o Senador Randolfe –, em primeiro lugar, agradecer a todos e todas vocês, às entidades, às instituições que aqui vieram e deram uma importante contribuição ao debate. E importante contribuição – faço questão de ressaltar – pela responsabilidade, pela seriedade com que vocês atuam nas entidades e nas instituições das quais fazem parte.

Na verdade, o que nós vimos aqui, mediante o depoimento de vocês, foram contribuições com embasamento jurídico, com embasamento do ponto de vista social, ou seja, contribuições à luz de muito estudo, muita experiência, muita vivência acumulada.

Quero também aqui destacar a participação da juventude, igualmente importante, porque a juventude, mais do que qualquer outro segmento, tem que participar intensamente de todo este debate.

Terceiro, ressalto o alerta que a Senadora Gleisi fez do quanto é necessário, mais do que nunca, nós estarmos mobilizados para resistir em prol da garantia de direitos, porque é disto que se trata o que o País está passando neste exato momento, na medida em que está sendo já infringido um dos direitos mais sagrados, mais resguardados na nossa Constituição, que é o direito à soberania popular. Refiro-me ao processo de *impeachment*, processo esse que nós, por exemplo, que somos contrários, temos o entendimento de que fere a Constituição, a democracia, porquanto querem afastar uma Presidenta da República com mandato popular sem que tenha sido comprovado crime de responsabilidade.

Na esteira desse contexto, vem aquilo para o qual a Senadora Gleisi chama a atenção: o ataque à agenda dos direitos sociais e das conquistas. Daí a necessidade de estarmos juntos e de intensificarmos a mobilização, a nossa resistência.

Termino fazendo minhas as palavras de vocês. Na verdade, não é com a simples ideia de reduzir maioridade penal que vamos resolver o problema da juventude. Muito, muito, muito pelo contrário! Como vocês têm dito incansavelmente e com toda razão, com toda verdade, a juventude não precisa de prisão, de cadeia, nem de encarceramento. A juventude não precisa de prisões, que, como todos nós sabemos, se tornaram uma verdadeira escola do crime. A juventude precisa de escola que forme para uma cidadania ativa e altiva.

É por isso nós temos que continuar – repito – juntos, buscando, cada vez mais, o envolvimento da sociedade para dizermos "não" a esta PEC 33, para dizermos "não" à redução. Mas a gente precisa também estar junto para dizer "não" à outra PEC, que é a PEC 241, que tira dinheiro da educação, que tira dinheiro das áreas sociais, que vai inviabilizar o Plano Nacional de Educação.

Então, é isto: mais educação, mais escola, mais cidadania! É isso o que deseja e a isso que tem direito a juventude brasileira.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Paulo Paim, Ana Amélia, Valdir Raupp, Waldemir Moka, José Agripino, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e Magno Malta. Registra a presença o Senador Romero Jucá. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 – Não Terminativo, que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Em 17/08/2016 foi lido relatório reformulado pelo Senador Roberto Rocha; Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Lido o relatório, adiada a discussão. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo, que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo, que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 – Não Terminativo, que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." Autoria: Deputado Ricardo Tripoli. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar - Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Lido o relatório, adiada a discussão. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - OFICIO "S" Nº 13, de 2016 – Não Terminativo, que: "Indicação do nome do advogado HENRI-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

QUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Adiado. ITEM 35 - OFICIO "S" Nº 15, de 2016 – Não Terminativo, que: "Indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta os arts. 28-A, 69-B e 76-A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - OFICIO "S" Nº 47, de 2013 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 567.985, em que o Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pelo envio à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal do OFS nº 47, de 2013, para que se promova registro da identificação de erro material e expedição de ofício dando conta desse fato ao Supremo Tribunal Federal. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais." Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 41 - OFICIO "S" Nº 4, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Habeas Corpus nº 559.943, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977. (créditos de seguridade social.)" Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do OFS nº 4, de 2015 (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 42 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro." Autoria: Deputado Osmar Serraglio. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Concedida vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 29ª Reunião, Ordinária, e da 30ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 41.

A propósito desse último anunciado, eu até gostaria que o Plenário estivesse mais completo para fazer uma observação.

Os queridos colegas têm me pedido – e é o meu dever atendê-los, diga-se de passagem – a inclusão de pareceres de matérias na pauta dos nossos trabalhos. Mas esse pedido nem sempre coincide com uma necessidade funcional, a necessidade de que todos os interessados permaneçam no plenário para que as matérias possam ser votadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nós estamos com uma pauta muito extensa. São 41 itens! E esse número, após cada reunião, só tem crescido, exatamente por este fato que é notório: a falta de número para deliberação.

Então, eu queria fazer um apelo – é pena que o Plenário não esteja completo – a todos os companheiros, porque nós não temos o poder de fazer milagres. Nós podemos incluir a matéria na pauta, e o temos feito de forma bem aberta, bem democrática, pedindo, inclusive aos interessados na matéria, que indiquem os relatores que, a seu ver, têm mais intimidade ou interesse, ou, digamos mesmo, competência para elaborar o relatório. O Presidente não usa o seu poder discricionário de indicar relatores sem antes consultar os interessados, sejam eles os autores dos projetos, sejam eles, simplesmente, os interessados no mérito do que se discute no projeto. Contudo, falta da parte dos colegas a compreensão... Eu não diria desse número pequeno que está aqui, eis que estou vendo aqui os mais interessados e também os mais assíduos ao plenário desta Comissão. É um apelo que eu quero dirigir a todos no sentido de darmos andamento regular às decisões sobre essas matérias.

Acresçam-se ao pedido dos próprios companheiros, que são os mais importantes, porque institucionalmente são os membros da Comissão que a fazem e tomam as suas decisões, os apelos do público. Eu sou instado, permanentemente, por profissionais de todas as categorias interessados, com justo interesse, na tramitação rápida de seus projetos aqui ou dos projetos que correspondem aos seus interesses. Entretanto, nós precisaríamos, sobretudo, desse compromisso dos companheiros.

É muito frequente, é muito usual a expressão de que a Comissão de Constituição e Justiça é a mais importante do Congresso Nacional, com o que concordo inteiramente, plenamente. É meu dever reconhecer isso; porém, para que realmente essa importância se exerça e até para desobstruir a pauta lá na frente... O projeto que está aqui, enquanto não tem o seu parecer aprovado, não pode tramitar, seja em outras comissões, seja, em alguns casos, no próprio plenário do Senado Federal.

Era essa a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, permite-me pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, quero, primeiro, concordar plenamente com V. Exª. Sou testemunha da forma democrática e transparente com que V. Exª permite aos autores dos projetos colaborar – a decisão final é de V. Exª – quanto à indicação dos Relatores. Essa é uma prática que não vi em outros temos, e estou há 30 anos na Casa, no Congresso Nacional. Então, meus cumprimentos a V. Exª.

Sr. Presidente, presido a Comissão de Direitos Humanos, e infelizmente – gostaria de ficar todo o tempo aqui – ela se reúne na mesma quarta-feira, a partir das 11h, 11h15. Tenho dois projetos que estão na pauta há longo tempo, e V. Exª já me comunicou que seria bom que eu estivesse presente para votar o projeto de que sou Relator. Como são terminativos, faço um apelo a V. Exª – trata-se dos itens 11 e 29 – para que eu leia os relatórios. Eu o farei de forma resumida, e votaríamos os dois, já que eles são terminativos, quando, a Comissão tiver o número de Senadores que correspondam ao número exigido nos terminativos para o exercício do voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência não tem a menor dificuldade de deferir o pedido de V. Exª, que tem um sentido prático dentro do que acabamos de falar. Mas seria bom que V. Exª pedisse a inversão de pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É esse o pedido que estou fazendo a V. Exª. V. Exª ajustou a minha fala, até agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedida a inversão de pauta aos projetos requeridos por V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Itens 11 e 29.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Itens 11 e 29.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Considerando o item 22, de que sou Relator, e ele não é terminativo, peço a inversão de pauta até porque as 11h30 tenho compromisso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os projetos não terminativos geralmente estão colocados em posição mais próxima da deliberação, mas poderemos aqui ...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É o item 22.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...fazer a leitura. Já anunciei os projetos de interesse do Senador Paim, itens 11 e 29. Em seguida, faremos o de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T.
Observações:
- Em 26/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu falava aqui com o Senador Anastasia, e ele elogiava a emenda. Fortaleço aqui o meu relatório nesse mesmo sentido. A intenção do nobre Senador Dário Berger é das melhores: é não permitir que, em áreas vitais para a saúde, para a segurança, para a vida, haja o corte da energia elétrica. Mas, por outro lado, Sr. Presidente, não podemos deixar na lei um espaço que permita que, se a moda pega, ninguém mais pague luz, água, enfim, os serviços necessários para a prestação de socorros à população. E, com isso, não estaríamos colaborando até para o ajuste das contas públicas.

Por isso, concordo com a tese, mas apresentamos aqui, então, uma emenda, que, no nosso entendimento, resolve a questão de uma forma preventiva. Vou direto à emenda, Sr. Presidente, porque a emenda, no meu entendimento, é equilibrada.

Diz a emenda:

> O inadimplemento das obrigações contratuais de órgão ou entidade do Poder Público que execute atividade de utilidade pública nas áreas de saúde, segurança pública, educação e de proteção à criança e ao adolescente com prestadoras de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, inclusive transmissão de dados, só poderá ser interrompido após decorridos, pelo menos, sessenta dias do recebimento, pelo usuário, do aviso prévio apresentado pela prestadora de serviços, sem prejuízo da atualização monetária e demais encargos contratuais.

Entendo que, com essa emenda, se resolve. É uma medida preventiva, e a entidade terá, sim, que pagar com a devida correção a dívida assumida.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, cumprimentando aqui o autor da iniciativa, o Senador Dário Berger.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exª permitir, eu leria o 29 já, conforme V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar um complemento ao parecer do nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

Autoria: Deputado Walter Pinheiro
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE(substitutivo).
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

Tem a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida, passamos ao Senador Valadares, claro.

Eu vou fazer a leitura sintetizada, Sr. Presidente.

Esse é um projeto do nobre Senador Walter Pinheiro, que hoje é Secretário do Governo do Estado da Bahia. Eu vou também simplificar.

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

O projeto do nobre Senador, Sr. Presidente, vai na linha de um tema sobre o qual nós todos estamos debruçados aqui na Casa. O Senador Romero Jucá, inclusive, foi Relator do tema. Hoje, ele está comigo. Buscamos uma saída para essa questão de não permitir qualquer tipo de trabalho que seja considerado trabalho escravo e venha a prejudicar seja criança, seja adulto, enfim, aqueles que de uma forma ou de outra são explorados indevidamente.

A vedação à concessão de incentivos fiscais e à celebração de contratos administrativos são restrições razoáveis e capazes de tutelar o embargo às empresas que exploram trabalho degradante.

Nesses termos, Sr. Presidente, eu dou o meu voto favorável ao projeto do nobre Senador Walter Pinheiro.

Como havia me comprometido com V. Exª, fiz um resumo dos dois relatórios, e isso será votado, claro, após o debate adequado, no momento em que V. Exª bem entender.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª tiver um pouquinho de paciência para que eu ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – .... responda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu não posso pedir nem pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pode pedir pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Antes de pedir pela ordem, eu já estou tomando esporro! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E V. Exª já está retribuindo com dois.

Senador, depois de receber os dois pareceres que acabaram de ser lidos, como se trata de projetos terminativos, oportunamente, serão incluídos na pauta para deliberação, quando houver número suficiente.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que pede a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, somente para, em primeiro lugar, parabenizar o autor da matéria referente ao PLS nº 292, que trata da permissão de prestação dos serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e também de vedar a interrupção de fornecimento de serviço de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Eu queria parabenizar o autor e o Relator, mas lembrar que projeto de igual natureza esta Comissão já aprovou, o Senado já aprovou, e a matéria está, desde 2010, na Câmara dos Deputados. Só mudaram um pouco a redação, mas a finalidade é a mesma. Se V. Exª atentar... É o Projeto de Lei nº 178, de 2008. Desde 2010, ele se encontra na Câmara dos Deputados. Mas eu acho que, quanto mais projetos aprovarmos sobre essa matéria, melhor, porque será uma pressão sobre a Câmara, a fim de que tire da gaveta pelo menos este que nós vamos aprovar ou aquele que já aprovamos, da minha autoria, em 2010.

Era essa a informação que eu queria dar a V. Exª e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja bem, o projeto de que trata o item 11 da pauta é terminativo e, por concessão de todos, acabou de ser lido pelo seu Relator. Talvez fosse o caso de apensar os dois projetos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O outro está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O outro está na Câmara. Então, essa chance nós não vamos ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já está na Câmara. Não podemos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Como se trata de irrigação, nós estamos chovendo no molhado. Dizem que o inferno está cheio de boas intenções. A boa intenção aqui vale, e vale muito, inclusive com esse poder de incitar a Câmara Federal a dar celeridade à apreciação do projeto, que, conforme V. Exª acaba de afirmar, tem grande similitude com o que nós vamos tomar à deliberação agora, já que não é terminativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, na minha opinião, devemos aprovar o projeto nessa linha de fazer mais uma pressão sobre a Câmara, para que delibere. E, como nós dizemos lá no Nordeste, que V. Exª conhece: o que abunda não vicia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, não. V. Exª tem razão. Para nordestino é sempre bom chover no molhado. Chover de qualquer forma, mesmo que seja no molhado. E, nesses últimos cinco anos, chuva é um produto que tem faltado no Nordeste. Em quase todo o Nordeste, sobretudo no Nordeste setentrional, que é o pique da área de seca no Nordeste brasileiro.

Item 22.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2015.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir vênia a V. Exª e aos membros da Comissão para que nós pudéssemos incluir extrapauta – e é um assunto bastante rápido – o PL nº 80, o qual eu fiz o relatório, tratei desse PL durante alguns meses aqui. Não estou agora na Comissão, ele foi repassado para o nosso querido Senador Benedito de Lira, e o relatório está pronto para ser votado. O assunto tem prazo inclusive. Então, como é simbólico também, se V. Exª pudesse incluí-lo, o Senador Benedito poderia fazer rapidamente o relatório – eu acho que não haveria prejuízo, a matéria ainda vai ao plenário. Portanto, queria pedir a V. Exª que o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência decide fazer a leitura do projeto na sequência, após este.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O Senador Marcelo Crivella não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o presente projeto de lei trata exatamente de licenciamento para instalação de parques e áreas aquícolas situadas em águas de domínio da União nos lagos de hidroelétricas, açudes e barragens, que ocupem até 0,5% (meio por cento) da área da superfície do respectivo corpo de água.

Vamos passar para a análise do projeto, para que possamos ganhar tempo.

Análise.

Compete à Comissão de Constituição e Justiça apreciar a constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2015, assim como sua juridicidade, adequada formatação quanto à técnica legislativa e adequação aos termos do Regimento Interno do Senado em sua tramitação.

Cabe ressaltar que o PLS nº 620, de 2015, foi distribuído também à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nesta em caráter terminativo, nos termos constitucionais e regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quanto à constitucionalidade da iniciativa, cumpre notar, no plano formal, que compete à União legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre "(...) pesca, (...) conservação da natureza, (...) defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente (...)", conforme expressa dicção do art. 24, inciso VI, da Carta Magna.

Sabe-se, ademais, que a ordem econômica e financeira brasileira deve comportar a propriedade privada e a livre concorrência, em harmonia com a defesa do meio ambiente, ao lado de outros princípios que a proposição acolhe e realiza.

Finalmente, como ressalta a justificação do Projeto, o mesmo é coerente com o que a Constituição determina, quando esta, em seu art. 225, estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", e, no inciso I do §1º do mesmo dispositivo, estatui que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas".

O que nos conduz ao entendimento de que a proposição é material e formalmente compatível com a Constituição Federal.

No plano da juridicidade, cabe notar que o PLS nº 620, de 2015, contempla normas dotadas de generalidade, abstração, impessoalidade, de um lado, e coercitividade e imperatividade, de outro, e nos parece coerente com os princípios gerais do Direito, especialmente os princípios norteadores do ramo do Direito em que se insere.

Cumpre-nos identificar, por fim, que seus termos são adequados e compatíveis com as normas pertinentes à elaboração legislativa inscritas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e que sua tramitação respeita princípios e critérios estabelecidos nas normas regimentais.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2015, e votamos por sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu gostaria de uma informação. Gostaria de saber se esse projeto vai ser votado agora, já que ele não é terminativo... Aliás, é terminativo ou não?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ele vai ser votado neste momento?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Vai.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu peço vista a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Item extrapauta nº 01.

ITEM 42
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.
Observações:
- Em 21/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dando sequência, este projeto é da maior importância, e vamos fazer a leitura de seu relatório.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, em especial aquelas que digam respeito aos registros públicos. De resto, o PLC nº 80, de 2015, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 80, de 2015, pois compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal.

No que tange à constitucionalidade material, o art. 236, §3º, da Constituição Federal dispõe que "o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses."

A preservação dessa situação atende a um imperativo constitucional, pois, como exposto pelo então Ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, em decisão sobre o tema:

> considerando o *status* constitucional do direito à segurança jurídica (art. 5º, *caput*), projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1º) e elemento conceitual do Estado de direito, tanto quanto levando em linha de consideração a lealdade como um dos conteúdos do princípio da moralidade administrativa (*caput* do art. 37), faz-se imperioso o reconhecimento de certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público. Mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder.

Com relação à Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Morais, embora reconheçamos sua conveniência e oportunidade, optamos por rejeitá-la no mérito, tendo em vista que sua aprovação desvirtuaria a intenção original do PL, que é a de resguardar situações relativas a remoções no serviço notarial e de registro que ocorreram até a data da publicação da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, segundo a legislação vigente.

Voto, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, e pela rejeição da Emenda nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª aguardar um pouco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Talvez seja a vizinhança...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, desculpe-me, é porque o Senador Romero está aqui, eu tenho que ser mais rápido do que ele ou, no mínimo, empatar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Lido o parecer, está em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista concedida ao Senador Randolfe Rodrigues.

Verificando a pauta, constato que não há mais nenhum relator presente. Então, a pauta, nesse aspecto, está prejudicada.

Eu reconheço que o dia de hoje nos deu uma situação peculiar que não é agradável para ninguém, até porque todos que estão aqui vieram com o propósito de vencer essa pauta. Lamentavelmente, eu terei que encerrar a presente reunião. (*Pausa.*)

A assessoria está comunicando que chegou ao recinto da reunião o Senador Roberto Rocha, que é Relator do item 2. Quero saber se V. Exª quer proferir seu relatório. (*Pausa.*)

Um momento.

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015
- Não terminativo -

Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta.
Observações:
- Em 06/07/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado contrário à Proposta por inconstitucionalidade material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

- Em 06/07/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em 13/07/2016, foi lido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado e adiada a discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para as suas considerações finais.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como V. Exª já fez questão de registrar, trata-se de uma PEC do nobre colega, Senador Fernando Bezerra, cujo parecer já foi lido nesta Comissão.

Neste momento, cabe-nos apenas apresentar a leitura do adendo a este relatório.

Na 27ª Reunião, Ordinária, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 13 de julho de 2016, o ilustre Senador Ronaldo Caiado leu voto em separado contendo relevantes apontamentos acerca do potencial confiscatório do novo tributo (Imposto sobre Grandes Heranças e Doações), que poderá ter alíquota máxima igual à alíquota mais elevada do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física, atualmente fixada em 27,5%.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Queria pedir silêncio às pessoas aqui presentes, que estão perturbando o Relator na leitura de seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É sabido que a definição do fato gerador, da base de cálculo, do sujeito passivo e das alíquotas é matéria infraconstitucional e, nesses termos, a atuação parlamentar, quando da elaboração da futura lei, poderia afastar o teto de 27,5% como alíquota de referência – foi este o raciocínio que tínhamos desenvolvido até então. Entretanto, é forçoso reconhecer que há possibilidade de acolhimento daquela alíquota máxima, na medida em que expressamente prevista na redação do art. 153-A, acrescido ao texto constitucional pela PEC nº 96, de 2015, ora sob exame.

Por isso, propomos limitar a alíquota do Imposto sobre Grandes Heranças e Doações àquela máxima fixada pelo Senado Federal para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, de competência estadual. Efetivamente, a Resolução do Senado Federal nº 9, de 1992, fixou a alíquota máxima em 8% (oito por cento). Somente as leis editadas pelos Estados da Bahia, do Ceará e de Santa Catarina preveem o teto entre as 27 unidades da Federação.

Assim, ao diminuir a alíquota máxima potencial de 27,5% para 8%, reduzimos a magnitude da alíquota incidente sobre grandes heranças e doações a menos de um terço do que o texto original da PEC autoriza.

Como dito, a definição do sujeito passivo do novo imposto é matéria de lei. É razoável que a pessoa jurídica também seja contribuinte, em caso, por exemplo, de ser legatária ou donatária. Como o imposto incidirá sobre grandes legados ou doações, que não costumam ter microempresas e empresas de pequeno porte como beneficiárias, abstemo-nos de inserir no texto constitucional, de antemão, cláusula de tratamento diferenciado à pessoa jurídica. Se o legislador ordinário entender necessário, que o conceda.

Como o novo imposto incidirá sobre a transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos de valor elevado, se os bens ou direitos apresentarem liquidez financeira, poderão ser utilizados para o pagamento do imposto. No caso de bens ilíquidos, tais como imóveis, seu valor elevado facilitaria o sujeito passivo beneficiário a obter crédito para o pagamento do imposto. Por essas razões, abstemo-nos de inserir no texto constitucional, desde logo, cláusula de diferimento (postergação) no pagamento do imposto no caso de bens ilíquidos. Deixamos essa avaliação para o legislador ordinário.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossa proposta de alteração do teto da alíquota do novo imposto discutida acima obriga-nos a substituir a emenda lançada no topo da página 7 do relatório ratificado em 1º de julho de 2016 por esta que segue, mantida inalterada a outra emenda.

É esse o adendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer reformulado pelo Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, tendo em vista o novo relatório, eu pediria vista da matéria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista ao Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

O Item 15 (Oficio "S" Nº 50, de 2014), na origem era terminativo, porém, como o parecer pede o arquivamento do projeto, ele passa a ter o tratamento de não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 15
OFICIO "S" Nº 50, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Roberto Rocha.
Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014.

Eu estava pensando que seria Congonhas, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É Congonhal mesmo, Sr. Presidente. Trata-se de um pequeno Município do sul de Minas. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É claro que, em matéria de Minas Gerais, V. Exª é o maior especialista desta Comissão. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Ofício "S" nº 50, de 2014, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG.

Trata-se de matéria que vai ao Arquivo. O voto é: "diante do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014" Sendo assim, dou por lido o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Telmário Mota, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Aécio Neves e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 - Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 – Não terminativo, que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 - Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 - Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 - Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 - Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 - Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 - Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo, que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 – Não Terminativo, que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." Autoria: Deputado Ricardo Tripoli. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Lido o Voto em Separado e adiada a discussão da matéria. Em 24/08/2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou Voto em Separado pela inconstitucionalidade da matéria. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015, Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015- Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE-CCJ. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE(substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Em 24/08/2016 foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado (dependendo de Relatório). ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a votação do Projeto. ITEM 33 - OFICIO "S" Nº 13, de 2016 – Não Terminativo, que: "Indicação do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática nos termos regimentais. ITEM 34 - OFICIO "S" Nº 15, de 2016 – Não Terminativo, que: "Indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ." Autoria: Líderes Partidários. Relatoria: Sen. Valdir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do RISF. A Presidência concedeu vista coletiva automática nos termos regimentais. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta os arts. 28-A, 69-B e 76-A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Em 24/08/2016 foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de Relatório). ITEM 38 - OFICIO "S" Nº 47, de 2013 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 567.985, em que o Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatudo do Idoso)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pelo envio à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal do OFS nº 47, de 2013, para que se promova registro da identificação de erro material e expedição de ofício dando conta desse fato ao Supremo Tribunal Federal. Resultado: Aprovado o Parecer pelo envio à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal do OFS nº 47, de 2013, para que se promova registro da identificação de erro material e expedição de ofício dando conta desse fato ao Supremo Tribunal Federal. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais." Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - OFICIO "S" Nº 4, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, iniciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Habeas Corpus nº 559.943, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977. (créditos de seguridade social.)" Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do OFS nº 4, de 2015 (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro." Autoria: Deputado Osmar Serraglio. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. A Comissão aprovou o RQJ nº 42, de 2016, de urgência para a matéria. ITEM 42 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. Em 24/08/2016, o relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, apresentou uma Complementação de Voto; Em 24/08/2016, o Senador Ricardo Ferraço apresentou a Emenda nº 1, que foi incorporada ao Substitutivo pelo Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira. ITEM EXTRAPAUTA 43 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42 de 2016 - Não Terminativo, que: "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015." Autoria: Senador Benedito de Lira. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 42.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PLS nº 26, de 2014, pretende, mediante alteração do art. 1º da Lei Complementar n° 105, extinguir, Sr. Presidente, um absurdo: o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estado estrangeiro, como se fosse possível tratarmos dinheiro público que pertence à sociedade com algum grau de reserva, inibindo ou mesmo coibindo a necessidade da transparência.

Na justificação, o autor, Senador Alvaro Dias, argumenta que as operações bancárias do setor público devem submeter-se ao princípio constitucional da publicidade, devendo impor-se o sigilo bancário como exceção apenas e não regra. Ressalta que a transparência nesse tipo de operação em nada afeta a honra ou mesmo a privacidade do cidadão comum e que o sigilo bancário, como instrumento de proteção da pessoa humana, não deve ser indevidamente estendido para ocultar as operações financeiras do setor público.

Destaco ainda que as instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, têm recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional.

Veja bem, Sr. Presidente, recursos subsidiados do Tesouro Nacional uma vírgula! São recursos da população brasileira, recursos que são produto e resultado do esforço do empreendedor brasileiro e do trabalhador brasileiro. Portanto, esses recursos não pertencem ao Tesouro Nacional; eles pertencem à população brasileira, e tem portanto, a população brasileira o direito e até o dever de saber o que o Estado brasileiro quer fazer com esses recursos em relação a essas cooperações internacionais, até porque, nos últimos anos, há um sem-número de incertezas com relação às operações de crédito que foram coordenadas pelo Governo da Presidente Dilma com governos na África, Cuba e assim por diante, com muitas suspeitas e dúvidas sobre o nível e a intensidade desse tipo de subsídio que foi concedido a esses países.

Portanto, esses recursos não são subsidiados pelo Tesouro Nacional, Senador Alvaro Dias. Eles são bancados pelo trabalhador brasileiro, pelo empreendedor brasileiro, e são repassados em forma de operação de crédito aos tomadores finais.

Registro ainda, por fim, que se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, ou seja, o Governo brasileiro emite títulos, se endivida, paga taxa de juros imoral para financiar operação de crédito que é mantida sob sigilo, se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do esforço, do trabalho, do suor e da lágrima do brasileiro. Se tivermos de subsidiar, se houver espaço fiscal para isso, que a gente dê esse tipo de apoio ao empreendedor brasileiro.

A matéria foi apreciada na Comissão de Relações Exteriores (CRE), que deu parecer pela sua aprovação, com três emendas. A primeira delas altera a redação da ementa, para estender a extinção do sigilo bancário a todas as operações de crédito custeadas com recursos públicos; a segunda emenda promove essa alteração na parte dispositiva do PLS, enumerando taxativamente que não estão cobertas pelo sigilo bancário as operações quando (a) a contraparte for Estado estrangeiro, (b) a operação contar com garantia direta ou indireta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Estado estrangeiro; ou (c) tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador. A terceira emenda, por fim, suprime a necessidade de publicação dos contratos em jornal de grande circulação na praça de sua sede, prevista no Projeto de Lei do Senado.

A matéria relativa ao sigilo bancário insere-se na competência legislativa da União.

O PLS 26 pretende dar transparência aos empréstimos concedidos por instituições financeiras controladas por entes de direito público interno, quando a contraparte for Estado estrangeiro, ou na hipótese de a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Ademais, determina que os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações sejam divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores, internet, ou em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

A Constituição Federal estabelece a publicidade como princípio da Administração Pública. Aliás, se a Carta Política instituiu mecanismos de controle – essenciais para a observância do princípio republicano –, a publicidade e a transparência ganham fundamental importância para o Estado democrático de direito. Sem publicidade, não há controle; sem controle, não há república.

De outra parte, estou convencido de que a modificação legislativa promovida por esse projeto não viola a intimidade da pessoa humana, principal valor preservado pelo sigilo bancário.

Não se trata dessa questão.

No plano internacional, destacamos que os financiamentos das agências multilaterais, como o Banco Mundial, já adotam esse parâmetro de publicidade e de transparência em suas operações. Portanto, não estamos inventando a roda.

Nós estamos fazendo uma adequação, uma adaptação daquilo que agências multilaterais de crédito que operam no mercado internacional já praticam.

Não vislumbramos, portanto, nenhum vício de inconstitucionalidade na matéria.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e para lá de oportuna.

Indiscutivelmente, a modificação proposta fortalece a República, além de evitar desmandos típicos dos regimes totalitários e daqueles que insistem em não dialogar com a transparência.

O que se pretende é tornar transparente o uso de recursos públicos para financiar projetos que beneficiem outros países. Ora, este tipo de aplicação não se limita aos empréstimos a países estrangeiros ou por eles garantidos: boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação, concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos neste tipo de financiamento, também deve ser afastado por completo o sigilo bancário.

Além disso, entendemos que qualquer aplicação de recursos públicos (assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro do ente público controlador) tem de ser feita de modo transparente. Nesse sentido, apoiamos as Emendas nºs 01 e 02-CRE.

Da mesma forma, somos favoráveis à Emenda nº 03-CRE, pois desnecessária a exigência de publicar os contratos em jornal de grande circulação na sede da agência financiadora, bastando sua divulgação na internet.

Dessa forma, Sr. Presidente, pelo exposto, somos pela aprovação do PLS nº 26 e das Emendas nºs 01, 02 e 03-CRE.

É como encaminhamos, conclamando os demais Senadores desta Comissão a apoiar e votar favoravelmente a este projeto, de modo a que possamos dar um basta em diversos, inúmeros e incertos desvios que foram cometidos nos últimos anos por um governo que inclusive está sendo denunciado e impitimado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, tecnicamente inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, muito rapidamente, já que o relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço se apresenta de forma completa e justifica plenamente as razões da apresentação dessa proposta, que veio na esteira de uma inusitada revelação de que empréstimos externos através do BNDES ocorriam de forma secreta, com a tarja de empréstimo sigiloso. Especialmente dois deles, para Cuba e para Angola, em que US$800 milhões foram remetidos a Cuba para a construção do porto de Mariel. Seriam suficientes para a geração de 150 mil novos empregos em nosso País. São empréstimos sigilosos, razão fundamental da elevação assustadora da dívida pública brasileira, que consome, neste ano de 2016, R$1,328 trilhão para o pagamento de juros e serviços, já que, nos últimos anos, dos cofres públicos, saíram para o BNDES R$716 bilhões – R$470 bilhões do Tesouro Nacional e o restante do FGTS, do FAT, do PIS/Pasep.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Portanto, recursos dos trabalhadores brasileiros sacrificados com a redução dos percentuais da remuneração que cabe a esses recursos depositados nos cofres da União, porque esses empréstimos a países como Cuba, Angola, outros países da África, Venezuela, Equador, Peru, Argentina, etc., são empréstimos com taxas de juros privilegiadas, que exigem do povo brasileiro, como disse o Senador Ferraço, dos contribuintes brasileiros, a contribuição de cerca de R$20 bilhões anualmente para a sustentação dessas taxas especiais, com subsídios através do Erário.

Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo do que propor transparência. Nós usamos a Lei de Acesso à Informação para buscar as informações a respeito desses empréstimos externos, e a alegação é que, em razão da legislação daqueles países, o Governo brasileiro estava impedido de fornecer essas informações. Aqui, nesta Casa, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, fazia essa afirmação, e nós contestamos. O Governo brasileiro prefere respeitar a legislação de outros países e afrontar a Constituição do nosso, porque ela fala em transparência, em publicidade dos atos públicos?

Negada essa informação, recorremos ao Supremo Tribunal Federal através de mandato de segurança, com a decisão favorável à publicidade desses atos praticados pelo Governo através do BNDES.

Esse projeto foi outra medida complementar. Apresentamos o projeto exatamente para extinguir o instituto do sigilo bancário nesses casos; empréstimos externos a outros países, a outros Estados não podem ser sigilosos. A transparência é essencial. Basta verificar que, nos Estados Unidos, por exemplo, BID e Bird são bancos que financiam nações, e não há sigilo bancário em relação a esses empréstimos.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para justificar a apresentação do projeto, agradecer o relatório do Senador Ricardo Ferraço, competente como sempre e, certamente, contar com o voto dos colegas Senadores e Senadoras desta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vou anunciar o resultado ainda, Senadora.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CRE-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, quero cumprimentar o relatório do Senador Ferraço e a manifestação do Senador Alvaro Dias, que é o Relator do próximo projeto. Como ele está presente, ele tem preferência. Eu apenas solicitaria a V. Exª a possibilidade, até aqui demandada pelos nossos amigos Osmar Serraglio e Sergio Souza, ex–Senador, e, tenho certeza, com o apoio do Senador Alvaro Dias, de inversão de pauta para o item 41, que trata de matéria que foi submetida a debate.

Também solicito a V. Exª inversão de pauta para o item 39 – já que entra o 41, entra o 39 –, de que eu sou Relatora. Mas, não havendo problema, eu posso apresentar o relatório outra hora, porque tenho um compromisso com o Ministro Blairo Maggi. Eu só gostaria de acomodar, mas, se não for possível, estarei bem acomodada com o item 41.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, se não houver nenhum óbice, eu gostaria também de solicitar de V. Exª a inversão da pauta para o item 42. Trata-se de um tema muito relevante para a vida nacional, um projeto sobre reforma política, de relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira – eu sou apenas o autor –, e que pudéssemos trazer S. Exª para que relatasse. É a solicitação que faço a V. Exª, agradecendo a atenção.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, a Senadora Simone Tebet.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, mas falta apenas responder à pergunta anterior.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para complementar. Nós somos poucos Senadores aqui. Se nós seguirmos rapidamente a ordem dos Senadores que aqui estão para relatar, eu acho que ganharíamos tempo. Na ordem do que está pautado, vamos já colocar em discussão os projetos dos Senadores que estão presentes. Com isso, não precisamos fazer questões de ordem e podemos acelerar os trabalhos.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem problema. Como o quórum está ligeiramente superior ao da última reunião, eu queria renovar o apelo que fiz na reunião anterior.

Os Senadores, com justa razão, pedem à Presidência para incluir seus projetos na pauta dos trabalhos, naturalmente no propósito de vê-los aprovados o mais rapidamente possível. Porém, a essa solicitação não se segue o que seria de se esperar, que os requerentes se fizessem presentes na reunião. É evidente, a justiça, para ser boa, começa em casa, não é? Se os Senadores têm interesse, e devem ter, na inclusão de projetos na pauta, seria pelo menos razoável que esses Senadores solicitantes se fizessem presentes na reunião.

Nós temos tido quebra de quórum seguidamente, muitas vezes até com protesto de alguns, mas tem havido quebra de quórum. Então, pelo menos nesse particular, que os requerentes de inclusão de projetos na pauta estivessem presentes. A alegação frequente é a de que há reuniões em outras comissões na mesma hora das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. É claro, se na outra comissão há reunião, eu acredito que para o interesse de cada um, o que é mais crível é que é que eles estivessem presentes no plenário para esvaziar, para diminuir a pauta.

Nós estamos com inúmeros projetos que já passaram por várias reuniões, no entanto, não foram aprovados, discutidos ou rejeitados porque os próprios autores do requerimento de inclusão não se fizeram presentes.

Nesse aspecto, tenho a visão de que é absolutamente legítimo que os Senadores peçam a inclusão na pauta. Até amplio mais o atendimento desse requerimento, pedindo aos interessados que sugiram um relator, porque é importante que o relator tenha interesse e, ao mesmo tempo, familiaridade com o assunto do projeto. Mas, nem assim temos conseguido vencer a pauta, que dia a dia se avoluma mais.

Atendendo às sugestões que foram aqui formuladas, nós vamos primeiro atender ao pedido de inversão de pauta solicitada pela Senadora Ana Amélia, que pediu o 41, mas há outros pedidos, o 42 e o 43...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Há o item 42, do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que foram solicitados pelo Senador Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, o projeto da sequência é o que eu devo relatar, do Senador Pedro Taques, mas, por solicitação da Senadora Ana Amélia, fiz a concessão a S. Exª de que houvesse inversão de pauta do 41, depois, então, teríamos a relatoria do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 41
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.
Observações:
- Em 21/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Wilder Morais.
- Em 17/08/2016, foi concedida vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, se não for pedir muito a V. Exª, requeiro regime de urgência para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não entendi. Ah, requerer urgência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Se não for abusar muito da sua boa vontade, requeiro regime de urgência para a matéria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação a urgência.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Aprovada a urgência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 19.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015
- Não terminativo -

Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.

Autoria: Deputado Ricardo Tripoli
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta.
Observações:
- Em 03/08/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira até o momento não se manifestou. (*Pausa.*)

Retificando, o Senador Aloysio Nunes, diferentemente do que eu já tinha anunciado, acabou de apresentar voto em separado.

Eu gostaria de informar que, de acordo com o Regimento, o voto em separado tem que ser lido pelo autor do voto em separado. Como o Senador Aloysio Nunes não está aqui presente, nós não temos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, pode adiar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode sim.

Adiado a pedido do Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Em consideração ao Senador Aloysio, eu recomendo adiamento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E por todos os méritos de S. Exª, que nós conhecemos, ele merece essa atenção de V. Exª, que eu assino embaixo. (*Pausa.*)

V. Exª chegou ainda a tempo, porque eu não anunciei o próximo. Convocado por todos os pares.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, que acaba de chegar a tempo para ler o seu voto em separado ao Projeto da Câmara nº 39, de 2015, que é o item 19 da nossa pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, estou aqui tomando fôlego. Eu estava presidindo a Comissão de Relações Exteriores, mas venho aqui sempre com muito prazer, quando sou convocado por V. Exª.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, para apresentar um voto em separado. Nós ouvimos, numa reunião anterior, o parecer do Senador Alvaro Dias sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2015, que criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências. Eu tenho profundo respeito pelo Relator, pelo autor da matéria, que vem se dedicando a esse tema ao longo de toda a sua vida pública, mas tenho algumas objeções que não poderia deixar de expor a esta Comissão.

Este projeto de lei, objetivamente, visa a criminalizar condutas que atentem contra a vida, a saúde ou a integridade física ou mental de cães e gatos.

Para tanto, no art. 2º, o autor, Deputado Tripoli, propõe tornar crime a ação de "matar cão ou gato", fixando, para tanto, pena de detenção de três a cinco anos. Nessa assentada, no §1º, estabelece causa de excludente de crime quando se tratar de eutanásia controlada e assistida e, no §2º, estabelece hipótese de criminalização diversa do *caput* com pena minorada para o máximo de três anos de detenção na hipótese de delito praticado para fins de controle de zoonose sem comprovação irrefutável de enfermidade infectocontagiosa. Por fim, prevê hipótese do aumento de pena em um terço se o crime for praticado com emprego de veneno, fogo, asfixia, espancamento ou outros meios cruéis e reprováveis que menciona.

O art. 3º prevê crime em que o sujeito ativo seja agente público responsável pela preservação da vida animal, hipótese também em que se criminaliza a omissão de socorro ao animal, fixando, para esse caso, a pena de detenção de um a três anos.

O art. 4º prevê o crime de abandono de cães e gatos, prevendo pena de detenção de três meses a um ano. E o art. 5º define o crime de promoção de luta entre cães, com pena máxima de cinco anos de reclusão. Ao seu turno, o art. 6º estabelece o crime de exposição a perigo, com pena de três meses a um ano. E há hipóteses também de aumento de pena.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Relator, Senador Alvaro Dias, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e, no mérito, pela sua aprovação mediante a propositura de seis emendas. Em apartada síntese, as emendas propostas readéquam o sistema de punições proposto, minorando consideravelmente as penalidades, tornando mais objetiva e clara a redação legislativa penal, tudo com o firme e louvável propósito a fim de elidir contradições e termos excessivamente subjetivos ou inadequados.

Esse é o relatório.

Quanto à análise, Sr. Presidente, eu apresento voto em separado pelos fundamentos a seguir.

Em primeiro lugar, reafirmo meu reconhecimento da qualidade ímpar do relatório apresentado pelo nobre Parlamentar e também da nobreza do objetivo do autor da proposição, o Deputado Tripoli.

Porém, registro opinião divergente, à medida que entendo que a matéria padece de vícios de constitucionalidade e juridicidade diversos, além de ser reprovável quanto ao seu mérito.

Em primeiro lugar, quanto à constitucionalidade da proposta, entendemos haver vício material. Isso porque a Constituição Federal estabeleceu, no seu art. 225, §1º, a obrigatoriedade de proteção geral pelo Poder Público da flora e da fauna. Não houve, por assim dizer, uma apreciação qualitativa, determinante ou especificadora pelo Constituinte das espécies animais merecedoras da proteção estatal. Eu mesmo me referi aqui, na reunião anterior, que há outros animais de estimação, por exemplo, que estão fora dessa proteção. Eu me referia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – São, enfim, os chamados *pets,* como coelhos, tartarugas e outros...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Porquinho-da-índia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Porquinho-da-índia.

A toda evidência, buscou-se assegurar, em nome do direito ao meio ambiente, esse que a Constituição estabelece... A Constituição busca assegurar, em nome do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um *status* protetivo geral e indeterminado das espécies animais do Território nacional .

Esse é o ponto. O que a Constituição estabelece é o princípio da proteção geral das espécies animais no Território Nacional.

Com efeito, o Constituinte detalhou o que abrange o dever de proteção à fauna e à flora, na medida em que também vedou expressamente "as práticas que [...] submetem os animais à crueldade". Está na Constituição brasileira. Além dessas, as duas... Mas sempre de uma forma geral, genérica, sem especificar quais as espécies animais que deveriam ser objeto dessa proteção especial.

Além disso, as duas outras referências normativas de proteção animal constantes na Lei constitucional estão firmadas pela competência material comum da União, Estados e Municípios e Distrito Federal de preservar as florestas, a flora e a fauna, de competência legislativa concorrente em matéria ambiental.

Dessa maneira, observa-se que a Constituição Federal não optou pela proteção especial de determinadas categorias de espécie animal em detrimento de outras. Aliás, o simples fato de haver norma constitucional sobre a questão é digno de nota: o Brasil é um dos poucos países que teve a visão e a coragem de editar, em nível constitucional, um dispositivo que projete normatização especial sobre direitos dos animais, ou aos animais.

É certo, porém, e devemos reconhecer isso, que igual e ostensivamente não se vedou a proteção penal específica, tendo o Constituinte remitido essa decisão a uma opção de política legislativa calcada na interpretação sistêmica da norma constitucional, de maneira a se autorizar a ostentação do poder legiferante sobre o feixe de valores normativos proposto na Lei fundamental. Porém, ao fazê-lo, é preciso observar os demais princípios constitucionais, de forma a legitimar o processo legislativo infraconstitucional, especialmente em matéria penal.

Exatamente por tais razões, inexistindo restrição expressa ou impedimento material objetivo para a legislação infraconstitucional redesenhar o ordenamento legislativo penal, admite-se, em restritas e eventuais oportunidades, a opção – justificadamente – pela inovação penal.

Foi com esse espírito que se editaram e recepcionaram as leis penais extravagantes, como, por exemplo, a Lei nº 7.643, de dezembro de 1987, que "proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências".

Por outro lado, reforçando a proposta de generalidade da norma protetiva quanto a bem jurídico guarnecido, a própria edição da Lei nº 9.605, de fevereiro de 1988, a Lei de Crimes Ambientais, tem o condão de demonstrar, de forma clara e inequívoca, a opção legislativa pela proteção generalizada da fauna, sem determinação de espécie animal. Privilegiou-se, assim, a guarda da vida e da integridade física de todos os animais, bem como o seu bem-estar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Trata-se, na verdade, de uma norma alinhada ao que dispõe a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada na Assembleia da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 27 de janeiro de 1978. Seu artigo de entrada é peremptório, tanto quanto os demais:

> Artigo 1º
> Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.
> .....
> Artigo 3º
> 1. Nenhum animal será submetido nem a maus tratos nem a atos cruéis.
> 2. Se for necessário matar um animal, ele deve de ser morto instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia.
> .....
> Artigo 5º
> 1. Todo o animal pertencente a uma espécie que viva tradicionalmente no meio ambiente do homem tem o direito de viver e de crescer ao ritmo e nas condições de vida e de liberdade que são próprias da sua espécie.
> 2. Toda a modificação deste ritmo ou destas condições que forem impostas pelo homem com fins mercantis é contrária a este direito.

Portanto, admitir-se-ia, em situações extraordinárias e incontestavelmente justificadas, a proteção individualizada, como, por exemplo, diante do risco de extinção iminente da espécie animal ou práticas culturais e sociais cruéis em demasia face a uma espécie qualquer.

Portanto, entendemos que a proposta não sobrevive à análise da constitucionalidade, não devendo avançar perante esta Comissão.

Quanto à juridicidade, entendemos que a proposta igualmente não mereça prosperar.

Impõe-se, por força da Lei Complementar nº 95, de 1998, a unicidade temático-legislativa, algo um tanto vilipendiado pelo projeto em análise. Determina essa lei complementar, que é chamada a lei das leis, a lei que determina como as leis devem ser elaboradas, que "o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a essa por remissão expressa".

Ocorre que os crimes de biocídio, maus-tratos, omissão de socorro, abandono, rinhas e exposição a perigo encontram previsão normativa disciplinada nos arts. 29 e 32 da Lei de Crimes Ambientais, arts. 164 e 259 do Código Penal e arts. 31 e 64 da Lei de Contravenções Penais. Referidas normas, ainda que superada a afronta à isonomia constitucional, disciplinam tais condutas criminais atentatórias aos direitos dos animais.

Há uma lógica subjacente no processo legislativo: o ordenamento jurídico nacional impõe regras claras e harmônicas ao legislador, a fim de evitar arbitrariedades na edição de normas penais. A segurança jurídica é pressuposto elementar. Daí a construção doutrinária e jurisprudencial de diretrizes norteadoras da produção legiferante. E são as seguintes: adequação, necessidade e inovação e proporcionalidade. Especialmente, no que toca à proporcionalidade, a ponderação estrita entre o alcance da intervenção estatal legislativa na vida do cidadão acusado daquela prática criminosa, que deve ser adequada, na justa medida, aos objetivos perseguidos pelo legislador.

Claro está, portanto, que o PLC não alcança os requisitos de adequação, necessidade e novidade, sendo, portanto, injurídico.

Quanto à técnica legislativa, o projeto, ao sobrepor-se às regras penais previstas no sistema legislativo e criminal hoje vigente, não buscou promover uma adequação específica face à coalizão legislativa e à proteção da sua eficácia ou vigência, tendo omitido, a uma só vez, a cláusula de vigência e a cláusula revogatória, como impõe a Lei Complementar nº 95, de 1998. Ou seja, não disciplina a forma como esse projeto, se transformado em lei, conviveria com outras leis, as outras normas que eu acabei de citar e que colimam o mesmo objetivo que a proteção dos animais.

Finalmente, no mérito, a matéria, na minha opinião, não merece prosperar. A despeito do esforço enorme do Relator em espancar os vícios de inconstitucionalidade perante flagrante subjetividade, imprecisão e contradição dos tipos penais na redação apresentada, as propostas colimadas não observam um número bastante expressivo de variáveis que deveriam ser consideradas na legislação criminal, tais como: definição da condição de procedibilidade da ação penal – se é uma ação pública incondicionada ou se é uma ação penal sujeita a representação –, as circunstâncias atenuantes e agravantes para imposição e gradação da pena, a qualificação adequada das penas restritivas de direito, a ponderação adequada sobre a dosimetria das penas, entre outros aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Essa omissão remete às normas gerais do Código Penal, o que pode representar dificuldades na aplicação da lei penal.

Sr. Presidente, o voto seria pela inconstitucionalidade, injuridicidade e irregimentalidade, mas penso, Sr. Presidente, se o Relator concordar, que teríamos espaço, até deliberação definitiva, de fazer ajustes e adequações ao projeto de lei, para que ele pudesse ser submetido a esta Comissão sem alguns desses vícios que acabo de enumerar. Se V. Exª concordar e se o Relator também se dispuser, sempre com a intervenção conciliadora, prudente e lúcida do Senador Anastasia, que é o concertador geral desta Comissão, poderemos, Senador Alvaro Dias, num prazo razoável, trabalhar no sentido de adequar essa proposta, no sentido de escoimar dessa proposta alguns dos inconvenientes que acabo de expor, de modo que possamos deliberar de maneira mais produtiva sobre esse assunto.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente. V. Exª poderia nos dar um tempo, para que, em diálogo com o Relator, sempre com a inestimável ajuda do Senador Anastasia, pudéssemos chegar, talvez, a um entendimento, a uma solução positiva para o tema, sem que tivéssemos de rejeitar uma matéria que demandou do seu autor e do seu Relator tamanho esforço e tamanha dedicação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, primeiramente, quero destacar que o Senador Aloysio Nunes traz um voto em separado longo e faz a sua leitura neste momento, citando diversos artigos da Constituição e da legislação vigente. Nós não tivemos acesso a esse voto em separado com o tempo necessário para a análise que ele merece. Então, é inevitável essa suspensão da tramitação neste momento, para que se tenha essa oportunidade.

Veja: opinamos aqui pela constitucionalidade do projeto, com base exatamente em pareceres de consultores do Senado Federal que são especializados na matéria, e o Senador Aloysio invoca a inconstitucionalidade. Este assunto precisa ser dirimido: é constitucional ou é inconstitucional? Mas não o será agora. Nós não tivemos, evidentemente, tempo. Agora, neste momento, é que chega aqui o impresso. Não houve possibilidade de lermos o longo voto em separado, repito, com o conteúdo próprio da competência do Senador Aloysio.

Nós, então, concordamos que se suspenda a votação, até porque acabaríamos em votação nominal e não temos o número. Então, é razoável que se suspenda a votação, até para ouvirmos novamente o autor do projeto, que é o Deputado Tripoli, que merece o nosso respeito, que é correligionário do Senador Aloysio, de São Paulo. Temos de ouvi-lo a respeito das sugestões apresentadas pelo Senador Aloysio e verificar a hipótese de adaptarmos a proposta dele às sugestões do Senador Aloysio. Portanto, concordo com a proposta do Senador Aloysio de postergarmos a deliberação sobre essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Anastasia, sobre o mesmo assunto versado pelo Senador Aloysio Nunes e pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e cumprimento os nossos pares. Tão somente, Sr. Presidente, para dizer, mencionado que fui pelo nobre Senador Aloysio, com a sua generosidade habitual, que se trata de um projeto muito importante, até porque, de modo indireto, ele se relaciona com o afeto de milhões de famílias brasileiras por seus animais, especialmente os animais domésticos. É um tema, por si só, portanto, muito relevante.

Vi agora o voto em separado do Senador Aloysio. No que tange à inconstitucionalidade, não me parece, com todo o respeito, que assiste razão ao eminente Senador Aloysio, meu Líder, tendo em vista que a legislação brasileira hoje já trata animais de modo diferente, e isso é a mola mais forte da sua sustentação, considerando a distinção que existe em relação à fauna nacional e aquela que convive entre nós, de origem estrangeira. Então, num primeiro momento, me parece que tratar nessa legislação de cães e gatos tão somente não macula a norma constitucional. Todavia, as questões que ele coloca em relação à legislação penal e a necessidade da sua compatibilidade com o restante do ordenamento jurídico são pertinentes e certamente merecem, como lembrou o Relator, Senador Alvaro Dias, a necessidade dessa complementação.

Eu me coloco à disposição do Relator e do Senador Aloysio para participar dessa tarefa, que me parece muito relevante. Portanto, corroboro com as ponderações de ambos que me antecederam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo às ponderações que foram aqui formuladas com substanciosa argumentação jurídica pelo Senador Aloysio Nunes e às ponderações feitas pelo Relator, Senador Alvaro Dias, eu concedo o adiamento da votação e discussão do projeto. Evidentemente, após o conhecimento do voto em separado do Senador Aloysio Nunes, do conhecimento em profundidade, o Senador Alvaro Dias terá os caminhos que a sua inteligência e habilidade técnica haverão de descobrir para novo encaminhamento ao projeto. Não sei se caberia ao Senador Alvaro Dias, se lhe parecer adequado, fazer a reformu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

lação do seu relatório ou se o caminho seria outro. Naturalmente, fica à discrição do Senador essa tomada de decisão. Por isso, nós vamos adiar não somente a votação, mas a discussão do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Obrigado, Presidente. Nós vamos procurar o autor do projeto para estabelecer uma forma adequada de solução para esse impasse.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autoria: Deputada Keiko Ota
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto.

Não sei se pronunciei corretamente o nome da eminente Deputada.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a autora da proposição, a ilustre Deputada Keiko Ota, pediu-me que solicitasse a retirada de pauta da matéria para um novo entendimento com S. Exª.

Então, transmito a V. Exª o pedido da autora do projeto de lei, a retirada de pauta, a pedido dela.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo ao pedido do Senador Aloysio Nunes, Relator do projeto que é o item 29, originário da Câmara, onde recebeu o nº 144, de 2015, concedo a retirada solicitada pelo Senador Aloysio Nunes.

Só faço uma sugestão para satisfazer o interesse, a vigilância e a dedicação de dois dos mais eminentes Parlamentares, a Senadora Simone Tebet e o Senador Ricardo Ferraço. Houve uma falha de comunicação e possivelmente eu encampei essa falha de comunicação, porque o Senador Ferraço pediu uma inversão e depois a Senadora Simone Tebet pediu a suspensão do procedimento. Então, eu gostaria de sugerir que houvesse um entendimento, já que esta Comissão é mestra em entendimentos democráticos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu me curvo à deliberação de V. Exª, como Presidente. O que V. Exª decidir eu vou acatar. Eu gostaria novamente de reforçar algo que tenho insistido desde a primeira manifestação que fiz nesta Comissão. Eu não acho justo com os demais Senadores que estão presentes e prontos para relatar os seus projetos que, uma vez publicada a pauta, peça-se inversão de pauta a não ser em casos excepcionalíssimos. Nós somos poucos Senadores. Nós gastamos um tempo pedindo inversão de pauta quando poderíamos estar aprovando, no aspecto da constitucionalidade e do mérito, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora, sem querer corrigir V. Exª, a inversão de pauta é um procedimento regimental e esta Presidência não tem como se escusar do cumprimento desse dispositivo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Quando os Senadores estão presentes, como é o caso aqui em que são poucos, acho que, até pela norma de convivência harmônica e pela isonomia entre os colegas, poderíamos seguir, a não ser em casos excepcionais que levaríamos, sim, à deliberação. V. Exª já decidiu nesse caso, eu acredito, até pelo Regimento, que o projeto a ser pautado, neste momento, é o projeto da relatoria do Senador Ferraço, mas eu gostaria de insistir.

Eu nunca peço inversão de pauta, justamente porque procuro respeitar os colegas Senadores, que têm os mesmos compromissos, a mesma agenda assoberbada que a minha.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Uma solução salomônica.

Nós damos a palavra para o Senador Ferraço, para proferir a leitura do seu relatório e, em seguida, a V. Exª para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, eu não quero entrar na polêmica entre esses dois queridíssimos amigos e colegas, até porque estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores. Até faria um apelo para que eu pudesse relatar agora, de modo a poder voltar para a Presidência da Comissão.

Está resolvido? Então ótimo!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu nunca vi tanta flor de laranja. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 42
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço e de outros ilustres membros desta Casa, que autoriza distinções entre partidos políticos para fins de funcionamento parlamentar com base em seu desempenho eleitoral.

Em seu art. 1º, a proposição promove diversas alterações e acréscimos ao art. 17 da Constituição Federal para:

a) prever que os partidos políticos poderão definir sua estrutura interna de acordo com o interesse partidário e assim estabelecer regras sobre escolha e formação de órgãos definitivos e provisórios, organização e funcionamento conforme disposição estatutária;

b) estabelecer que as coligações eleitorais serão permitidas para o sistema proporcional até as eleições de 2020, inclusive;

c) determinar que somente terão funcionamento parlamentar os partidos que houverem satisfeito os seguintes critérios:

1. a partir das eleições de 2018, obtiverem um mínimo de 2% dos votos válidos apurados nacionalmente, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas;

2. a partir das eleições de 2022, um mínimo de 3% dos votos válidos apurados nacionalmente, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas;

d) assegurar somente aos partidos políticos com funcionamento parlamentar o direito à proposição de ações de controle de constitucionalidade, estrutura própria e funcional nas casas legislativas; participação da distribuição dos recursos do fundo partidário; e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

O art. 2º, a seu turno, acresce quatro novos parágrafos ao art. 17, para:

a) definir que prefeitos e vereadores eleitos no pleito de 2016, bem como Deputados estaduais, Deputados Federais, Senadores, governadores e Presidente da República eleitos a partir do pleito de 2018 que se desfiliarem dos partidos que os elegeram perderão o mandato, excetuados os eleitos por partidos que não adquirirem o direito ao funcionamento parlamentar, bem como nos casos de mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e de grave discriminação política pessoal;

b) estabelecer que os eleitos na condição de vice-prefeito, vice-governador e Vice-Presidente que se desfiliarem dos partidos pelos quais concorreram, considerada a regra acima mencionada, não poderão suceder os titulares de chapa assumindo a titularidade definitiva do cargo, e perdem a condição de suplentes de vereador, de Deputado estadual, de Deputado Federal e de Senador aqueles que se desfiliarem dos partidos pelos quais concorreram, considerada a regra citada no item acima;

c) assegurar aos eleitos por partidos que não alcançarem o funcionamento parlamentar o direito de participar de todos os atos inerentes ao exercício do mandato; e

d) prever que os eleitos por partidos que não alcançaram o funcionamento parlamentar que migrarem para outra legenda não adquirem representatividade para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Por fim, o art. 3º trata da entrada em vigor da emenda que resultar da aprovação da PEC, que ocorrerá na data de sua publicação.

Na justificação, os signatários da proposição sustentam ser necessária uma ampla revisão nas regras eleitorais, em especial com relação à introdução da cláusula de barreira – ou cláusula de desempenho –, que condiciona que o funcionamento do partido ao seu desempenho nas urnas.

Registram que norma sobre o tema, que determinava que partidos com menos de 5% dos votos nacionais não poderiam indicar titulares para as comissões, não teriam direito à Liderança ou cargos na Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Diretora, perderiam recursos do Fundo Partidário e ficariam com tempo restrito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, aprovada pelo Congresso Nacional para ter validade nas eleições de 2006, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que prejudicaria os pequenos partidos.

Argumentam que o precedente levou a se pensar de outra maneira a questão, tal como se pretende na presente proposta, que admite distinções entre partidos, mas preserva a representação política e respeita a escolha do eleitor.

Acrescentam os autores que a nova composição do STF tem sinalizado publicamente para a necessidade de se incorporar ao nosso ordenamento jurídico uma cláusula de desempenho, de modo a conter a proliferação dos partidos e evitar a criação de legendas sem alicerces programáticos e ideológicos.

Destacam que a pulverização de partidos no Congresso, sem que medidas de fortalecimento da identidade e fidelidade partidárias tenham sido implementadas, o que cria dificuldades para o funcionamento do Legislativo, estimula o fracassado presidencialismo de coalizão e contribui para o distanciamento entre a população e seus representantes.

Não há, até o momento, emendas.

Não vejo nenhum dos óbices à tramitação desta proposta de emenda à Constituição previstas na própria Constituição Federal, e tampouco as disposições que impõem a perda de mandato dos eleitos pelo sistema majoritário no caso de desfiliação partidária, exceto nas hipóteses que configuram justa causa, padecem de inconstitucionalidade. Embora no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.081, de relatoria do Ministro Barroso, o STF tenha consignado que a perda do mandato em razão da mudança de partido não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário, sob pena de violação da soberania popular e das escolhas feitas pelo eleitor, a decisão foi tomada à luz dos dispositivos constitucionais vigentes, que não preveem norma expressa nesse sentido. Dessa forma, na oportunidade, destacou o relator que a falta de previsão explícita na Constituição Federal de perda de mandato, no caso de infidelidade partidária para cargos do sistema majoritário, deve trazer a consequência de que só se pode impor a perda de mandato se decorrer de maneira inequívoca da Constituição.

No que se refere à criação da cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar, registramos que, embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de lei ordinária anterior sobre o tema, aquela Corte manifestou-se não pela impossibilidade de adoção dessa medida, mas pelos critérios estabelecidos nela naquele contexto histórico e político.

A referida decisão é, portanto, no sentido da constitucionalidade da instituição de cláusula de barreira para criação e funcionamento dos partidos políticos, tal como legitimamente disciplinado em Constituições anteriores à de 1988, desde que a forma alcançada seja dotada de razoabilidade, ou seja, não seja uma barreira inatingível, uma barreira que evitaria, proibiria, por assim dizer, a criação de novos partidos. Afinal, como ficou registrado no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta nº 5.311, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, são constitucionais as normas que fortalecem o controle quantitativo e qualitativo dos partidos, sem afronta ao princípio da igualdade ou qualquer ingerência no seu funcionamento interno.

Não encontramos também vício de inconstitucionalidade no dispositivo da PEC que determina a perda de mandato dos prefeitos eleitos em 2016 em razão da desfiliação partidária sem justa causa. Entendemos que não há afronta ao princípio da anterioridade eleitoral, previsto no art. 16 da Constituição, que estabelece que "a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data da publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data da sua vigência".

Como é cediço, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem se firmado quanto a esse ponto na direção da sustentação de dois pilares democráticos: o princípio da segurança jurídica e o da igualdade de chances. O entendimento prevalente está fincado na acepção garantista do devido processo legal eleitoral como instrumento da efetividade do exercício dos direitos políticos pelo cidadão.

Ora, uma norma jurídica que limite ou afete sobremaneira o panorama de oportunidades em uma competição eleitoral constitui uma limitação da igualdade de chances:

> O princípio da anterioridade eleitoral como garantia constitucional de igualdade de chances. Toda limitação legal ao direito de sufrágio passivo, isto é, qualquer restrição legal ao direito de sufrágio passivo, isto é, qualquer restrição legal à elegibilidade do cidadão constitui uma limitação da igualdade de oportunidades no Direito Eleitoral. [...] E um dos fundamentos teleológicos do art. 16, da Constituição, é impedir alterações no sistema eleitoral que venham a atingir a igualdade de participação no prélio eleitoral [...]."

É relator o Ministro Gilmar Mendes, na representação 633.703, proveniente de Minas Gerais.

Nesse sentido, está claro que a regra proposta pelos subscritores da proposição não afeta a disputa eleitoral, as condições de elegibilidade, mesmo porque já superadas as inovações jurídicas propostas pela Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

13.165, de 2015, e pela Emenda Constitucional nº 91, de 2016, com regras específicas sobre a permissividade que o Constituinte reformador e o legislador infraconstitucional já admitiram quanto a essa questão, dentro ainda do calendário eleitoral-político pertinente que poderia viabilizar as desfiliações e as novas filiações partidárias.

Ao contrário, a presente proposta confirma de forma sintomática o valor do voto popular, na medida em que impede manipulações pós-processuais, em que se poderiam vislumbrar a "impunidade eleitoral" daqueles prefeitos e vereadores que, eleitos no pleito vindouro de 2016, planejem desfiliar-se do partido ao qual já se encontram filiados atualmente, para migrarem de agremiação, por razões políticas obscuras ao seu eleitor. Preservam-se, portanto, a segurança jurídica e a igualdade de oportunidades eleitorais.

Por esta razão, mantemos seu texto, com a emenda meramente redacional.

No mais, a proposta em análise é consentânea com as regras regimentais do Senado.

No que concerne à técnica legislativa, a proposição necessita de diversos ajustes que lhe confiram maior clareza e precisão, em especial com relação às normas transitórias, que não devem constar do art. 17 da Constituição Federal, mas, sim, na própria emenda constitucional.

Por essa razão, nós oferecemos um Substitutivo que enquadra o texto da PEC nos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

No que se refere ao mérito, nós entendemos que a PEC é meritória e deve ser aprovada pelas razões já expostas na própria análise que acabo de fazer.

Por isso, Sr. Presidente, eu sou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, nos termos de um substitutivo que apresento e que, como disse, não afeta o mérito da proposta, apenas se restringe à adequação do texto às regras da Lei Complementar nº 95.

É o meu relatório, Sr. Presidente, e com uma complementação que apresento também em relação a uma supressão, que quero acrescentar, em relação a um tópico dessa proposta de emenda à Constituição, que me ocorreu, ocorreu ao meu espírito, no tempo que decorreu entre a apresentação do meu relatório e esta reunião.

Esta alteração que quero propor, Sr. Presidente, diz respeito à legitimação de partidos políticos para ingressar com ações diretas perante o Supremo Tribunal, pois eu revejo, proponho a revisão de minha posição anterior de manter a proposta inicial em relação à inovação do sistema de controle de constitucionalidade proposta pela PEC.

Pelo texto original pretendia-se, sob o pretexto de conferir ainda maiores instrumentos de efetividade da cláusula de funcionamento parlamentar, assegurar, em regime de exclusividade, aos partidos políticos que atingissem o desempenho eleitoral ora proposto, a legitimidade processual ativa para deflagrar a jurisdição de controle de constitucionalidade concentrado através da mudança no próprio art. 17 da norma constitucional.

Desta maneira, somente poderiam propor ações diretas de inconstitucionalidade, declaratórias de constitucionalidades ou descumprimento de preceito fundamental aqueles partidos políticos com funcionamento parlamentar, na forma da inovação promovida pela PEC. Havíamos sugerido, em nossa proposta substitutiva anterior, apenas uma (necessária) adequação da técnica legislativa, transportando a questão também para o art. 103, que disciplina a apresentação dessas ações diretas perante o Supremo Tribunal Federal, acrescentando, portanto, essa norma ao artigo que trata das ações diretas.

No entanto, de modo a refletir os últimos entendimentos técnicos das assessorias jurídicas e legislativas que nos auxiliaram no presente parecer, retrocedemos nessa posição, para suprimir tal disposição.

Isso porque, além de, no mérito, ser temerário alterar essa sistemática sem uma reflexão mais profunda, trata-se de uma modificação lateral, acessória e secundária ao núcleo formativo que ora importa deliberar. Creio que essa alteração proposta em relação à legitimação para a ação direta não é uma questão nuclear da proposta capitaneada pelo Senador Ferraço.

Além disso, há risco de tal modificação representar uma violação à cláusula democrática, podendo, portanto, revestir-se de inconstitucionalidade material, por duas razões: em primeiro lugar, ainda que alterasse o art. 103 para substituir a expressão "com representação no Congresso" ali constante por "com funcionamento parlamentar", nos termos do art. 17, §2º, o fato é que permaneceria, no Texto constitucional, um desalinhamento redacional e valorativo, uma vez que, para impetração de mandado de segurança coletivo, permaneceria a lógica proposta pelo constituinte originário, que legitima o partido político com representação no Congresso Nacional.

Note-se que o mesmo sucede com o mandado de injunção, ainda que sua regulamentação seja infraconstitucional:

> Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:
>
> .....
>
> II - por partido político com representação no Congresso Nacional [...]

É o que dispõe a Lei nº 13.300, de junho de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ou seja, corre-se o risco de criarmos duas categorias de partidos políticos com legitimidade processual diversa para provocar o Poder Judiciário: partidos políticos com representação no Congresso Nacional e aqueles com funcionamento no Congresso.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que estou propondo, então, a supressão desse ponto da proposta original, da proposta apresentada pelo Senador Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O.k. Só um minuto.

O Senador Randolfe está pedindo vista do parecer, e esta Presidência consulta o Plenário se há alguma objeção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nesse caso, a Presidência defere o pedido do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Antes do deferimento de vista do Senador Randolfe, para além de reivindicar vista coletiva, para que possamos enfrentar o debate com relação ao tema, vou apenas incorporar à nossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero só esclarecer a V. Exª que não seria antes a palavra. Seria depois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque nós já havíamos concedido vista, que, aliás, é um ato discricionário da Presidência, mas eu costumo sempre – a democracia nunca é excessiva – consultar o Plenário. Todos concordaram, e eu concedi, assim como concedo também a vista coletiva que V. Exª está solicitando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas porque, não antes, mas depois, eu ia apresentar uma sugestão ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, como nosso Relator, para já incorporar a matéria, considerando a vista coletiva concedida, que é uma emenda... Não em forma de emenda, mas uma sugestão ao Relator para que ele incorpore em seu relatório, naturalmente, a adoção do sistema de federação de partidos, para integrar a concepção de que é inafastável o fim das coligações nas eleições proporcionais, que permitem a distorção do princípio da proporcionalidade e da imposição, enfim, da cláusula de desempenho. Contudo o faz sem causar prejuízos para os pequenos e médios partidos, sobretudo os partidos com formação ideológica mais capilarizados, que são os que mais perderiam com o fim das coligações proporcionais. Isso porque a coligação é efêmera, sendo apenas formada para eleger os candidatos. Depois ela se desfaz, automaticamente.

No sistema de federação, inclusive olhando e observando o direito comparado, os partidos permanecem juntos, ao menos até o período de convenções para as eleições subsequentes, o que torna o cenário político mais definido e confere legitimidade aos programas partidários, ou seja, se você institui a federação para disputar eleição, você vai exercer o mandato também como federação, em função das identidades ideológicas.

Portanto, a proposta supera o obstáculo contra o fim da coligação partidária e da cláusula de desempenho sem criar dificuldades para os candidatos e partidos de menor representação parlamentar. Ademais, para cada nova eleição, acumulam-se os casos de partidos com percentual similar de voto no Estado. Elegem bancadas muito diferentes em função de coligações que cada qual faz.

Então, nós estamos propondo ao Relator – se entender o mérito da matéria – que nós possamos incorporar ao art. 17-A a proposta que nós detalhamos aqui. Junte-se, se assim entender o Relator, dando fé pública, com a vista coletiva, para que na próxima reunião nós possamos fazer a deliberação.

É a sugestão que encaminho a V. Exª, Senador Aloysio, como Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Primeiro, uma nota histórica: eu tive o privilégio, Sr. Presidente, de, como Deputado Federal, integrar uma comissão especial sobre reforma política. E foi aí que eu conheci melhor e me aproximei desse meu querido amigo, que é o Líder do Democratas, hoje, no Senado, o Senador Caiado. O Senador Caiado foi o Relator nessa comissão que era presidida por um Deputado membro do PSB, o Deputado Alexandre Cardoso.

E aí, nessa comissão, Sr. Presidente, nós chegamos a construir um projeto de reforma política que, veja V. Exª, tinha um apoio muito amplo na Câmara dos Deputados. Participaram dessa comissão representantes do PMDB. Eu me lembro especialmente do Deputado João Almeida, que era sempre um homem de bom conselho – e continua sendo – nessa matéria. Tivemos a participação ativa do Deputado João Paulo Cunha, do Deputado José Dirceu, do Deputado José Genoino, pelo PT; do Caiado, pelo antigo PFL, do Vilmar Rocha, tam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

bém do PFL, Bonifácio Andrada, cuja família está no Congresso Nacional, com representação parlamentar no Brasil desde as Cortes de Lisboa.

Então, chegamos a fazer um projeto que recolheu assinatura de urgência de todos os Líderes partidários. Infelizmente, com a mudança da legislatura, com a mudança das circunstâncias políticas, já com a Presidência do Presidente Lula, esse projeto acabou se perdendo. E, naquela ocasião, a ideia da federação partidária – o Caiado me corrigirá – já havia surgido, e nós estávamos trabalhando, incorporando as nossas propostas, especialmente por solicitação dos partidos ideológicos, partidos que, embora não fossem numericamente importantes na época, eram carregados de significação histórica no Brasil.

E essa ideia da federação é retomada agora, nesse novo contexto de debate sobre reforma política, pelo Senador Valadares, que é um dos batalhadores por essa fórmula. Desse modo, acolho com muito prazer essa proposta apresentada aqui pelo Senador Ferraço, incorporando-a ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço as palavras do meu amigo e professor Aloysio Nunes.

Quando cheguei à Comissão de Constituição e Justiça, V. Exª sabe que logo me alojei ao seu lado, para que eu tivesse ali a condição do debate. Como médico que sou, é lógico que ele passou a ser meu grande orientador. Como continua sendo.

Presidente, ele traz aqui aquilo que realmente nós conseguimos construir. Foi ali um trabalho feito com o PCdoB, com o PT, com todos os partidos ali de esquerda. O texto da federação foi motivo de acordo. Tanto o texto da federação quanto o da regra de desempenho. Nós construímos um acordo.

E é muito claro:

> Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após a sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive no registro de candidatos e no funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrarem.
> § 1º A federação de partidos políticos deverá atender, no seu conjunto, às exigências do art. 13 [ou seja, funcionamento parlamentar], obedecidas as seguintes regras para a sua criação:
> I - só poderão integrar a federação os partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral;
> II - os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados, no mínimo, por três anos;
> III - nenhuma federação poderá ser constituída nos quatro meses anteriores às eleições.
> [Então, há um limite também para que possa apresentar a federação.]
> § 2º O descumprimento do disposto no § 1º deste artigo acarretará ao partido a perda do funcionamento parlamentar. [Ou seja, se aquele partido sai da federação.]
> § 3º Na hipótese de desligamento de um ou mais partidos, a federação continuará em funcionamento, até a eleição seguinte, desde que nela permaneçam dois ou mais partidos. [Os que saíram perdem o funcionamento parlamentar.]
> § 4º O pedido de registro da federação de partidos deverá ser encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral acompanhado dos seguintes documentos:
> I - cópia da resolução tomada pela maioria absoluta dos votos dos órgãos de deliberação nacional de cada um dos partidos integrantes da federação;
> II - cópia do programa e estatuto comuns da federação constituída;
> III - ata da eleição do órgão de direção nacional da federação.
> § 5º O estatuto de que trata o inciso II do § 4º deste artigo definirá as regras para composição da lista preordenada da federação para as eleições proporcionais. [Àquela época, nós tratávamos desse assunto.]

E o que é importante, Sr. Presidente, é que a análise que foi feita à época, e foi construído o acordo com todos os partidos de esquerda, é que a cláusula de desempenho naquele momento teve uma redação curta:

> Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, dois por cento dos votos apurados nacionalmente, não computados os brancos e nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados e eleja, pelo menos, um representante em cinco desses Estados.

Já que nós teremos o funcionamento parlamentar, se nós tivermos eleição de Deputado, se o partido fez 2% em cada Estado e não tem nenhum Deputado Federal, ele vai ter funcionamento parlamentar como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Só pode ter funcionamento parlamentar se tiver Deputado. Agora, aqueles que não atingirem esse patamar terão limitações, como indiscutivelmente também está descrito.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me foi dada e gostaria, sem dúvida nenhuma, nesse texto, em complemento a esse voto do Senador Ferraço, muito bem relatado pelo Senador Aloysio Nunes, de poder também contribuir naquilo que, na Câmara dos Deputados, foi motivo de grande acordo. E vários Líderes ainda estão na Câmara dos Deputados.

É muito importante que haja esse entendimento, porque são várias as matérias de reforma política que foram para a Câmara e foram engavetadas e várias que vieram de lá para cá, que também não tiveram continuidade.

Nesta matéria, reforma política, se nós não nos entendermos, Câmara e Senado, será eternamente essa matéria votada aqui e engavetada lá e vice-versa. Nós nunca conseguiremos avançar. Considero o tema mais relevante neste momento.

O Presidente Temer precisava apoiá-la e demonstrar que essa é a causa que hoje está deformando a prática política no País e levando todos nós a esta situação caótica que estamos vivendo.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente Maranhão, é só porque eu tinha pedido para dar uma palavrinha também rápida sobre essa questão que nós votamos agora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só lembrar à Senadora Lídice, minha querida vizinha de apartamento... Moramos vizinhos e, às vezes, eu tenho saboreado os quitutes que ela, como boa baiana, faz. Eu gostaria de informar a V. Exª que essa matéria não está em pauta, porque foi pedido vista.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está certo. Eu adiarei minha fala. Obrigada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 36.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apenas eu gostaria de confirmar que eu incorporei ao meu relatório essa complementação, essa sugestão do Senador Ferraço. Então, vai tudo junto para vista, para que os Senadores possam examinar o conjunto das matérias.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A emenda do Senador Ferraço, que chegou agora, eu acredito que não há nenhuma objeção de mandar incorporar ao processo, mas poderia ser feito quando o projeto voltasse à discussão. Por generosidade – queremos ser generosos com um e terminamos gerando desconforto para outros –, a Senadora Simone Tebet já estava ali, e eu estava olhando a fisionomia dela, revelando cansaço. E ela tinha razão porque o assunto já tinha saído de discussão.

Item 36.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, a vista concedida foi vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim.

Consequentemente, concedida a vista coletiva, o projeto sai desta pauta de hoje.

ITEM 36
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É um projeto tão singelo, mas da mais alta relevância para as Parlamentares Senadoras, que eu não vou ler o relatório. Vou rapidamente explicá-lo.

Na realidade, nós estamos sugerindo – a Senadora Vanessa, com a assinatura das 13 Srªs Senadoras – a alteração da resolução do Senado que criou a Procuradoria Especial da Mulher no Senado. Esse projeto de resolução que se transformou em resolução determina que a escolha da Procuradora, a cada dois anos, é um ato da Mesa Diretora. E o que as Senadoras estão querendo, neste momento, é que a Procuradora seja eleita pela maioria simples, estando a maioria absoluta das Senadoras presentes, numa votação em que apenas as Parlamentares – portanto, mulheres – possam escolher. Acho que é uma forma de democratizar.

Nós sabemos a importância da Procuradoria da Mulher, que foi criada em 2013. Ela ajuda na pauta feminina e, consequentemente, na pauta da família – não é só da mulher.

Nós avançamos muito nesses praticamente três anos de criação e constituição da Procuradoria, muito bem presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin. E, praticamente, ela tem dois artigos. Eu quero lembrar que a Procuradoria, mais do que tudo, é uma âncora para os projetos legislativos que fazem referência aos direitos da mulher e, consequentemente, da família. O artigo, com a redação que estamos propondo, é o seguinte:

> Art. 1º É instituída a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, constituída de 1 (uma) Procuradora, eleita pelas Senadoras da Casa, a cada 2 (dois) anos, no início da primeira e da terceira sessão legislativa.
> Parágrafo único. Será eleita Procuradora a Senadora que obtiver a maioria de votos, presente a maioria absoluta das Senadoras, em reunião em sala de Comissão, marcada especificamente para este fim.
> Art. 3º [porque não estamos alterando o art. 2º] A Comissão Diretora, no prazo de 90 (noventa) dias, disciplinará a estrutura administrativa da Procuradoria, que contará com funções comissionadas, cargos efetivos e cargos em comissão." (NR)

Quero aqui lembrar e tranquilizar os Srs. Senadores que essa estrutura já existe. Nós só estamos querendo agora que ela esteja realmente enquadrada dentro da Procuradoria. Portanto, num primeiro momento, não estamos vendo aqui nenhum aumento de despesa, porque nós já temos um corpo técnico eficiente e competente de funcionários do Senado Federal, inclusive mais de servidoras, mas com alguns servidores também, que dão amparo e suporte à Procuradoria.

É por isso que nós votamos favoravelmente ao projeto de resolução da Senadora, com essa emenda que apresentamos. E pedimos aos nobres pares que nos acompanhem nesse relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar a respeito, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 33
OFICIO "S" Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Indicação do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira.

Autoria: Líderes Partidários
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação da escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações – se for o caso – para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação do Sr. Henrique de Almeida Ávila para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Senado da República, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. A referida indicação foi subscrita por Líderes partidários do Bloco Moderador (PTB, PR, PSC, PRB e PTC), do Bloco Social Democrata (PSDB, DEM e Partido Verde) e do Partido Progressista (PP) da Casa Legislativa.

Segundo o §2º do art. 103-B da Lei Maior, os membros do CNJ, com a exceção do seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005; com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007; e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado da República.

O indicado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a resumir, mas que, evidentemente, consta na íntegra para que as Srªs e Srs. Senadores possam fazer a análise.

Henrique de Almeida Ávila é bacharel em Direito desde 2006, quando graduou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No âmbito acadêmico, concluiu o mestrado em Direito Processual Civil, em 2014, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição onde cursa doutorado também em Direito Processual Civil desde 2015.

O indicado é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, em São Paulo e no DF. Também é sócio do escritório Sérgio Bermudes Advogados, que atua nas três unidades federadas. Exerce a docência superior como Professor Assistente de Direito Processual Civil da PUC-SP desde o ano de 2010. É ainda Professor convidado da Escola Nacional de Seguros e da Pós-Graduação em Direito Processual Civil da Fundação Armando Álvares Penteado.

Possui diversos artigos científicos e livros publicados, em coautoria ou em participação, dos quais destaco as seguintes obras: a) "Aspectos Processuais da Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Imóveis", trabalho de conclusão de sua dissertação de Mestrado; b) "O Superior Tribunal de Justiça e o conceito de sentença – análise sob os aspectos do cabimento da ação rescisória e embargos infringentes", na coletânea de artigos *O papel da jurisprudência do STF*, publicado na Revista dos Tribunais, São Paulo, em 2014;

c) "O novo CPC e algumas das principais alterações", publicado na Revista Justiça e Cidadania (Edição 176, de abril de 2015), na Revista Justiça Eleitoral em Debate e no sítio eletrônico especializado Consultor Jurídico;

d) *Temas essenciais do novo CPC – Análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro*, publicado pela Editora Revista dos Tribunais em 2016.

Ressalto que o indicado é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e do Conselho de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo.

Henrique de Almeida Ávila apresentou as declarações e certidões exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Juntou, também, argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea "e" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, encontram-se, assim, atendidas as premissas e exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

ITEM 32
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016
- Terminativo -

Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.

Autoria: Senador Paulo Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Como é terminativo, a Senadora Simone Tebet, Relatora, fará a leitura do seu relatório, e a aprovação fica para data posterior.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se, como V. Exª mencionou, de projeto que depende de deliberação terminativa nesta Comissão. Mas eu gostaria de apresentar o relatório e, depois, estar aberta à discussão.

É de autoria do Senador Paulo Rocha, que tipifica, portanto, coloca no Código Penal como crime a exploração do trabalho infantil. E é muito interessante, porque quando eu peguei a relatoria deste projeto, a pedido do próprio Senador, eu questionei S. Exª: mas já não está no Código Penal que explorar o trabalho de crianças de cinco a catorze anos é crime?

Ele respondeu que não. E realmente confirmamos que embora a Constituição, em seu art. 7º, proíba terminantemente a exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil e termos disposições no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e de termos inúmeros tratados internacionais assinados, nós realmente não temos esta atividade como crime.

Portanto, essa é a síntese da proposição. Primeiro, tipifica a conduta de exploração de menor de 14 anos em atividade com fins econômicos, com pena restritiva de liberdade e multa, e também faz algumas ressalvas, como por exemplo, estabelece que não constitui atividade com fim econômico aquela prestada em âmbito familiar de auxílio aos pais e responsáveis, fora do horário escolar e que não prejudica a sua formação educacional e seja compatível com as suas condições físicas e psíquicas.

Aqui, de uma forma mais geral, não vimos nenhum vício no que se refere à constitucionalidade formal. Não vimos óbices regimentais.

No mérito, é mais do que conveniente e oportuna essa matéria. Não precisamos relembrar que esse não é um problema do Brasil, mas do mundo. Fala-se que chega a quase 200 milhões de menores entre 5 e 14 anos trabalhando de forma abusiva e ilegal. No Brasil, estimativas do IBGE apontam o número aproximado de 3,3 milhões de crianças brasileiras trabalhando em diversos setores da economia. São várias as comprovações de que, infelizmente, embora tivemos um grande avanço com o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) nos anos 1990, tivemos uma diminuição muito grande, principalmente na zona rural, e no meu Estado, por exemplo, com crianças em carvoarias, que foram matérias que percorreram e que chocaram o mundo, tamanha a crueldade com que essas crianças eram tratadas, num trabalho quase semiescravo, apesar do avanço desses projetos, nós vimos que nos últimos dois anos voltou a crescer o número de crianças trabalhando, inclusive na informalidade.

Portanto, este projeto é meritório e faz uma série de ressalvas.

Eu quero dizer que tive o cuidado de atender a duas sugestões, e por isso fiz algumas alterações. Vou direto ao texto do projeto, que é muito pequeno, mas tive o cuidado de receber uma sugestão da CNI, preocupada, porque o projeto falava que também seria responsável aquele que tivesse relação contratual com uma empresa que explorasse o menor, um terceirizado. Então, tiramos a palavra "contratação indireta", para deixar claro, no art. 207-A, que contratar ou explorar de qualquer forma o trabalho de menor de 14 anos em atividade com fim econômico terá uma pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, além da pena correspondente à violência.

O §1º, como eu disse, já li, exclui dessa atividade – portanto, não pune – o trabalho feito dentro de casa, fora do horário escolar, com supervisão dos próprios pais e que, claro, não coloque em risco e não prejudique a formação educacional dessa criança.

No §2º, colocamos a aplicação de pena do *caput* se o agente submeter adolescente de 14 a 17 anos de idade a trabalho noturno perigoso e insalubre, porque já é proibido.

O §3º: na hipótese do *caput*, se o trabalho for noturno, perigoso ou insalubre, colocamos a pena de reclusão de três a oito anos e multa.

O §4º: incide também na pena do *caput* aquele que permite o exercício do trabalho ilegal de criança e adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância. Portanto, os pais serão responsáveis se colocarem essas crianças na rua para fazer esse tipo de atividade.

E, por fim, atendendo também a sugestão da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), preocupada com a participação infantojuvenil das nossas crianças em atividades artísticas, teatro, cinema e televisão, nós chegamos a um consenso, e também com o autor, e estabelecemos, no §5º, que não haverá crime na participação infantojuvenil em atividades artísticas, desportivas ou certames de beleza, desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

devidamente autorizadas pela autoridade judiciária competente, que no Brasil é o Juiz de Direito – já é assim, não estamos inventando a roda –, e realizadas em conformidade com os limites fixados pela autoridade judicial. Então, nós fizemos uma adequação redacional para tranquilizar a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Com isso, acredito que tenhamos atendido a todos, mas, principalmente – e é o grande objetivo do Senador Paulo Rocha –, preservar a integridade física, mental e psíquica das nossas crianças. Elas são o futuro deste País. Para que elas tenham um futuro, é preciso que possamos cuidar bem das crianças do presente. Só há uma forma de criar futuros cidadãos: através da educação. A criança tem que brincar, tem que ter o seu tempo de lazer, tem que ter o seu tempo com a família, e não pode, portanto, ter sua juventude e sua infância perdidas no trabalho, que é uma obrigação do adulto e não do menor.

Obrigada, Sr. Presidente.

É como voto, pedindo o apoio, no momento oportuno, também dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, como a matéria é terminativa, segue para votação posterior, quando, com a presença de quórum necessário, for possível fazê-lo.

ITEM 34
OFICIO "S" Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Indicação do nome do advogado OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Líderes Partidários
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação

A deliberação não ocorrerá hoje por força de ser um projeto terminativo.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas: na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão.

Srªs e Srs. Senadores, trata-se da indicação do Sr. Octavio Augusto da Silva Orzari, servidor público e advogado, para ocupar no Conselho Nacional de Justiça a vaga reservada ao Senado Federal.

Essa indicação se faz nos termos do art. 103-B da Constituição e é subscrita, entre outros, pelos Líderes dos Partidos políticos que compõem o Bloco Socialismo e Democracia, ou seja, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Popular Socialista e a Rede, respectivamente, Senadora Lídice da Mata, Senador Roberto Rocha, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Fernando Bezerra, do PSB, Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, Senador Cristovam Buarque, do PPS, e Senador Randolfe Rodrigues, da Rede.

Ressalta-se o fato de ser o indicado da carreira de Advogado do Senado Federal, de se ter graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP), e de contar com cursos de pós-graduação em Ciência Política, pela Universidade de Brasília (UnB), e em Direito Penal, pela Universidade de Salamanca, na Espanha, além de ser professor voluntário da Universidade de Brasília.

Consoante a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar a indicação e proceder à sabatina do indicado. A mesma norma determina o dever do indicado de encaminhar ao Senado o seu currículo, que passamos a resumir.

Octavio Augusto da Silva Orzari é Advogado do Senado Federal, aprovado em concurso público de provas e títulos, e, nessa condição, atua desde dezembro de 2009 na defesa processual da atividade legislativa do Senado Federal. Para tanto, tem atividade junto aos Tribunais Superiores em ações de controle concentrado de constitucionalidade, mandados de segurança, mandados de injunção e outras ações, para as quais elabora contestações e recursos em ações nas quais o Senado Federal intervenha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Foi Assessor Chefe da Assessoria de Articulação Parlamentar do Tribunal Superior Eleitoral, TSE, cedido pelo Senado Federal, de 2010 a 2013. Nessa condição, teve atuação junto aos Poderes Legislativo e Executivo em matéria orçamentária e em matéria eleitoral, além de acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse da Justiça Eleitoral.

O indicado foi Coordenador de Atividade Legislativa do Ministério da Justiça de março a dezembro de 2009, cargo no qual se dedicou à elaboração de pareceres sobre projetos de lei e ao acompanhamento da tramitação de proposições legislativas no Congresso Nacional.

Atuou igualmente como Assessor Técnico da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça de 2007 a 2009, cedido pelo Departamento de Polícia Federal, quando atuou na elaboração de minutas de atos legislativos e de pareceres em matérias pertinentes a Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral, Penal, Processual Civil e Processual Penal.

Octavio Augusto da Silva Orzari é autor de diversas publicações sobre temas relacionados ao Direito, especialmente Direito Penal, Direito Constitucional e Direito Eleitoral, dentre as quais os livros *Questões de Direito Penal*, em 2006, e *Compromisso de Ajustamento de Conduta*, em 2005, além de diversos artigos acadêmicos.

Participou de inúmeros cursos, congressos e seminários pertinentes ao aperfeiçoamento profissional em sua área de atividade, foi aprovado em concursos públicos para cargos em empresas estatais, como a Caixa Econômica Federal, em Municípios como Guarulhos, São Paulo, para Oficial de Registro e Tabelionato em Minas Gerais, Delegado da Polícia do Estado de São Paulo, e, depois, da Polícia Federal, e para Advogado do Senado Federal.

Octavio Augusto da Silva Orzari integra diversas associações e institutos relacionados à sua atividade profissional, dentre as quais destacamos o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Em atenção ao que determina a Resolução nº 7, de 2005, em seu art. 5º, inciso II, e seguintes, o indicado encaminhou as informações pertinentes, como a declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, que não cumpriu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, e que inexistem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele.

Do mesmo modo, e no mesmo instrumento, declara não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro de qualquer desses Poderes.

Nesse mesmo passo, subscreve declaração pela qual informa, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, ter integrado o escritório de advocacia FGO Advogados, no período de setembro de 2013 a outubro de 2015, na condição de sócio.

A mesma declaração assegura que o indicado não é réu em ação judicial, e não atuou, nos últimos cinco anos, como membro de juízo ou tribunal, de conselho de administração de empresas ou de cargos de direção de agências reguladoras.

Octavio Augusto da Silva Orzari faz juntar aos autos, em cumprimento ao disposto no Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, em seu art. 1º, inciso II, alínea "c", certidões pertinentes à sua regularidade fiscal nos âmbitos federal e do Distrito Federal, assim como certidões negativas da Justiça Federal quanto à sua pessoa – e o seu número de registro no Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal –, e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, seja no plano civil ou criminal.

Por fim, declara-se, "na qualidade de servidor público a demonstrar sólidos conhecimentos jurídicos durante toda a carreira, apto, moral e intelectualmente, a desenvolver as atribuições inerentes à nobre e relevante função de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Senado Federal".

Diante do exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos bastantes para deliberar sobre a indicação do Sr. Octavio Augusto da Silva Orzari para o cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

É o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando, para reunião futura, o processo de arguição do candidato.

Último item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 38
OFICIO "S" Nº 47, de 2013
- Terminativo -

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 567.985, em que o Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo envio à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal do OFS nº 47, de 2013, para que se promova registro da identificação de erro material e expedição de ofício dando conta desse fato ao Supremo Tribunal Federal.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, como já foi lido o relatório, vou apenas proferir o voto, alterando, para enviá-lo ao tribunal.

Diante do exposto, decidimos pelo envio à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal do OFS nº 47, de 2013, para que se promova registro da identificação de erro material e expedição de ofício dando conta desse fato ao Supremo Tribunal Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para que promova o registro da identificação de erro material e expeça ofício ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quero apenas aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Senador Valdir Raupp, porque hoje está completando mais uma primavera esse ilustre amigo e companheiro do Senado Federal.

Todos os presentes nesta Comissão estão convidados para o almoço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero dizer que esta Presidência se incorpora ao seu oportuno registro. Aproveito para desejar muitos anos de vida ainda ao Senador Valdir Raupp, que é muito jovem, apesar de já estar há muito tempo na política, começou muito cedo, e sempre representou, nesta Casa do Congresso Nacional, o seu Estado com brilhantismo, dedicação e zelo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado pelo carinho e pela lembrança.

E nós não ficamos mais velhos, ficamos mais experientes. A cada ano que passa a experiência vai se acumulando.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tão cedo não conseguirá atingir essa idade, porque V. Exª, de fato, é muito jovem ainda.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Lídice da Mata, Ivo Cassol, Ana Amélia, Edison Lobão, Simone Tebet, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira reformula o relatório. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 – Não Terminativo, que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo, que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 – Não Terminativo, que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." Autoria: Deputado Ricardo Tripoli. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ. Em 13/09/2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira retirou o Voto em Separado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista ao senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Eunício Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Humberto Costa, nos termos regimentais. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta os arts. 28-A, 69-B e 76-A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais." Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - OFICIO "S" Nº 4, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Habeas Corpus nº 559.943, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977. (créditos de seguridade social.)" Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do OFS nº 4, de 2015 (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para seu conhecimento, que foi recebida a correspondência da Ordem dos Advogados do Brasil, da Seção de São Paulo, com manifestação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 2015, que trata de normas para a concessão da assistência jurídica aos necessitados.

O documento encontra-se à disposição dos integrantes desta Comissão na Seção Anexos da página da presente reunião, a qual pode ser acessada nos computadores localizados na bancada desta Comissão.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 36.

ITEM 24
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para proferir o seu relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 130, de 2015, primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.

A proposta pretende modificar a Constituição Federal para estabelecer a suspensão do prazo de validade de concursos públicos, nas situações em que, por ato formal, a Administração Pública suspenda as nomeações ou a realização de novos concursos para os respectivos cargos ou empregos públicos.

Nos termos da justificativa da proposta, em tempos de fortes restrições orçamentárias, pode ser necessário suspender a nomeação de candidatos já aprovados em concursos públicos para que não exista o comprometimento das finanças públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mediante a regra apresentada, objetiva-se evitar, de um lado, o desperdício de recursos públicos na realização de novas seleções e, de outro lado, valorizar o esforço e mérito dos candidatos que já foram aprovados nos respectivos certames.

A matéria foi despachada à Comissão de Constituição e Justiça para exame de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A PEC nº 130, de 2015, não apresenta problemas de constitucionalidade, de juridicidade ou de regimentalidade.

A proposta, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi apresentada pelo número mínimo de subscritores, nos termos do art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

Tampouco há violação de cláusulas pétreas, previstas no §4º do art. 60 da Constituição Federal. Quanto à juridicidade, a proposta apresenta as características de abstração, generalidade, inovação, imperatividade e harmonia com as demais normas constitucionais.

No mérito, a PEC é positiva e deve ser aprovada.

De fato, não se pode desconhecer a situação orçamentário-financeira sensível da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que encontram grandes dificuldades para honrarem seus compromissos com diversos agentes públicos e privados.

No caso da expiração do prazo de validade de concurso sem as nomeações necessárias ao bom andamento do serviço público, haverá, invariavelmente, a necessidade de realização de novo concurso público para reposição dos quadros de pessoal da Administração, o que implicará em gasto de tempo e de recursos públicos, além do prejuízo à continuidade dos serviços prestados pelo respectivo órgão ou entidade.

Deve ser mencionada, Sr. Presidente, a existência da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, com objeto semelhante à proposição em exame e que se encontra sobrestada em razão da aprovação por este Senado Federal do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que trata de regras sobre concursos públicos no âmbito da União.

Em razão da urgência desta matéria, que impacta o dia a dia de diversos órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais, bem como de milhares de brasileiros que esperam suas nomeações em razão da aprovação em concursos públicos, não se pode entender que a presente matéria também deva ser sobrestada. Isso se dá porque o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, trata exclusivamente de regras gerais a respeito de concursos públicos no âmbito da União.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vota-se pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 130, de 2015.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O parecer está em discussão.

Os Srs. Parlamentares que queiram se pronunciar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A vista está concedida ao Senador Aloysio Nunes.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2016
- Não terminativo -

Altera os §§1º, 2º e 3º do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável à proposta nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- em 24/08/2016, o relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, apresentou uma complementação de voto;
- em 24/08/2016, o Senador Ricardo Ferraço apresentou a Emenda nº 1, que foi incorporada ao substitutivo pelo Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira;
- em 24/08/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Os Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, até o momento, não se manifestaram.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a matéria está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já estava em discussão. Eu já tinha encerrado a discussão, mas V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tenho uma pequena correção material a fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... pode apresentar sua proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, no art. 2º, ao digitar o parecer, a data a partir da qual se aplica a vedação prevista pela PEC, a vedação de coligações, foi digitada com erro. A data proposta pelo Senador Ferraço e pelos demais subscritores é o ano de 2020. Na digitação, a data que está fixada é o ano de 2022. Portanto, a digitação foi infiel à intenção dos autores. A proposta é a de que, no texto, figure o ano de 2020, que é a intenção dos subscritores da PEC.

Também há outra correção que me parece evidente, que salta aos olhos, Sr. Presidente. Vou ler o §6º do art. 17-A.

"Os mesmos convencionais dos órgãos partidários nacionais que aprovaram a formação da federação poderão decidir por sua dissolução em relação às eleições municipais até a véspera da [...] filiação às respectivas eleições."

Há, evidentemente, um erro aqui, pois não se trata dos mesmos convencionais dos órgãos, mas dos órgãos partidários. Se a redação permanecesse como consta do meu relatório, a composição dos órgãos partidários deveria permanecer inalterada. O que importa é o órgão partidário, não os membros do órgão partidário. Desse modo, estou propondo a supressão da expressão "os mesmos convencionais dos".

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muda-se para "os órgãos partidários"?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muda-se para "os órgãos partidários".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência considera válida a correção que V. Exª acaba de propor, eis que V. Exª é o próprio Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª deseja falar? (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

Passa-se à votação do relatório favorável à proposta, nos termos do substitutivo.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 2-CCJ, Substitutivo.

A matéria vai a Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não havendo discordância, considerando a relevância da matéria, consulto V. Exª se nós podemos, no acordo, também votar o turno complementar dessa matéria, por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, nesta reunião, não havendo, evidentemente, qualquer tipo de observação contrária por parte das Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Na realidade, a Comissão vota apenas o parecer. A decisão dos dois turnos é do Plenário do Senado.

ITEM 3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2015
- Não terminativo -

Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável à proposta com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Observações:
- em 06/07/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado contrário à proposta por inconstitucionalidade material;
- em 06/07/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- em 17/08/2016 foi lido o relatório reformulado pelo Senador Roberto Rocha;
- concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais.

O Senador Antonio Anastasia, até o momento, não se manifestou.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Cabe pedido de vista dessa matéria? Já foi concedida vista?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já foi concedida vista uma vez.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Aloysio, vou pedir para retirar a matéria de pauta, para que a gente possa discutir melhor o projeto.

Inclusive, quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, já solicitando a retirada de pauta desse item, para reiterar a solicitação de relatoria feita em dois projetos, um do Senador Renan, que é o Projeto de Lei do Senado nº 248, e outro do Deputado Beto Albuquerque que veio da Câmara, o Projeto de Lei nº 47.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Realmente, esta Presidência já recebeu o ofício de V. Exª e, oportunamente, atenderá o seu pedido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero liberar os gatos e os cães. (*Risos.*)

Existe uma expressão francesa que diz o seguinte: "*J'ai d'autres chats a fouetter*." Isso quer dizer: "Tenho de cuidar de outros gatos." Então, vou deixar esses e vou ficar com o parecer do nosso Senador Alvaro Dias. Retiro, portanto, o voto em separado. Não retiro as minhas objeções, mas o voto em separado sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Aloysio. O bom senso sempre prevalece da parte do colega Aloysio Nunes. Além da sua competência e do seu talento, ele possui bom senso e, certamente, entendeu que é a melhor providência.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passa-se ao item 20.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2015
- Não terminativo -

Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.

Autoria: Deputado Ricardo Tripoli
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao projeto, com seis emendas que apresenta.
Observações:
- em 03/08/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira;
- em 24/08/2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou voto em separado pela inconstitucionalidade da matéria;
- em 24/08/2016, foi lido o voto em separado e adiada a discussão da matéria.

O Senador Aloysio Nunes acabou de retirar o seu voto em separado. Portanto, desconsideremos essa observação. Esse assunto está suspenso.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em votação o relatório favorável ao projeto, com seis emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Apenas, Sr. Presidente, para agradecer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras pela aprovação do projeto do Deputado Tripoli. Certamente este projeto volta à Câmara e eles terão oportunidade de uma nova discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Cães e gatos agora estão devidamente protegidos, ficando sem essa devida proteção os outros animais que estão no meio dessas espécies.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exª. Passei por aqui bem cedo, mas tive que ir a outra reunião. Como nós temos uma semana um pouco sanduíche, as Comissões estão reunidas todas ao mesmo tempo, o que dificulta a nossa participação em todas elas.

Mas, Presidente, sei que já foi debatido e se iniciou o debate de uma PEC de minha autoria que trata de concursos públicos que não foi votada por um pedido que considero justo do Senador Aloysio para analisar a matéria.

Eu só gostaria, se V. Exª me permite, de dizer que acho que a PEC é importante, nasceu de uma necessidade, de uma questão pragmática.

Por exemplo, em relação às medidas de contenção dos gastos das despesas públicas que o Governo está fazendo, foram canceladas todas as chamadas de concursos públicos. Então, qual é o objetivo da PEC? Quando isso acontecer – porque isso pode acontecer a qualquer tempo, a qualquer momento –, que imediatamente seriam sustados os efeitos daquele concurso público já realizado para que voltasse a vigorar quando sustada a medida das contenções. Ou seja, creio que ela vem acompanhando também como uma medida de economia para os cofres públicos.

Mas, enfim, acho que teremos a oportunidade, nas próximas reuniões, de debater a matéria.

Segundo, Sr. Presidente, a PEC – acho que é de autoria do Senador Ricardo Ferraço – que trata da reforma política, que foi aprovada: primeiro, quero dizer, e até lamentar, que acho que vamos ter que encontrar um caminho para debater a reforma política aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional como um todo. Recentemente, fruto de um amplo debate, nós aprovamos aqui uma outra proposta de emenda à Constituição tratando dos mesmos itens, aquela relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que também estipula uma cláusula de barreira, só que, diferentemente dos 3%, ela passa a estipular de 1,5%.

Então, Presidente, é preciso... Logo mais teremos uma reunião do Colégio de Líderes. Se tivermos de fato o interesse e o objetivo de debatermos uma reforma política no Congresso Nacional, nós precisamos agir de forma diferente de como estamos agindo agora. Porque os projetos estão sendo aprovados de forma dissociada uns dos outros e com conteúdo diferente. Eu pergunto: como ficam os membros desta Comissão? Eles são favoráveis a uma cláusula de barreira de 3% ou de 1,5% até que cheguemos a 2%? É o mesmo Colegiado, um Colegiado mais restrito, menor.

Então, acho que esse seria um assunto importante que deveríamos tratar no Colégio de Líderes.

E, em relação ao meu posicionamento – acho que é claro –, penso que nós precisamos buscar uma saída, mas que essa saída não seja algo tão traumático para o processo democrático.

Na minha opinião, 3% é algo que fará com que o Brasil tenha o mínimo, pouquíssimos partidos políticos. Acho que esse não é o nosso objetivo.

Por outro lado, saúdo a proposta da possibilidade de criação de federação. Mas não poderia deixar de lamentar, Sr. Presidente, lamentar que esse projeto tenha sido votado de forma tão rápida, açodada, sem que nos permitissem – como nos projetos anteriores – um debate mais aprofundado.

Mas era isso que tinha a fazer. No mais, agradecer aos colegas pela análise da minha proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Eu queria cumprimentar o Senador Alvaro Dias pelo relatório que apresentou há pouco do projeto de lei que cuida da proteção a cães e gatos e, pela sensibilidade, o Líder do Governo, meu amigo, Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

nador Aloysio, que permitiu aqui a sua votação, sem seu voto em separado. Hoje, sabemos que as famílias dos animais domésticos têm quase que um membro dessas famílias.

Então, a relevância da proteção é muito grande na sociedade brasileira nos dias de hoje. Quero me congratular, portanto, com o nosso Relator, Senador Alvaro Dias, e com o Deputado Tripoli, que é o autor dessa importante proposição, desejando que ela seja logo aprovada no plenário do Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Apenas, Sr. Presidente, para declarar o meu apoio a essa proposta do Senador Ricardo Ferraço aprovada pela Comissão, em desacordo, obviamente, com a opinião da Senadora Vanessa Grazziotin.

Entendo que devemos, inclusive, avançar mais, até o limite de 5% dos votos nacionais distribuídos pelo menos em nove Estados da Federação para que os partidos políticos possam ter assento nas Casas Legislativas. Eles podem existir com as suas causas, com as suas bandeiras, mas ocupar cadeiras no Legislativo, só quando se tornem partidos verdadeiramente nacionais, estando aptos a usarem o tempo de rádio e televisão gratuitamente, como ocorre, e também os recursos do Fundo Partidário. O que não pode ocorrer é a manutenção desse sistema que estabelece um cenário de promiscuidade: inúmeros partidos, partidos que se tornam apenas siglas para registro de candidaturas...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... sem nenhuma consistência programática...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há um orador na tribuna. Por favor, vamos manter o silêncio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... e sem nenhum patrimônio eleitoral.

Advogamos, portanto, Sr. Presidente, evolução, não apenas 2%. Acho que teremos condições de paulatinamente chegar ao percentual de 5% como limite para que partidos políticos possam exercer mandatos no Poder Legislativo.

Dessa forma, estaríamos certamente qualificando mais. Obviamente, estaríamos, Sr. Presidente, elevando o nível de eficiência do Parlamento. Nós estamos verificando inclusive na campanha eleitoral que a existência desta seleção de siglas sem conteúdo programático tumultua o processo eleitoral e também, evidentemente, desgasta a atividade pública.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso apoio à proposta apresentada, considerando ainda insuficiente.

Achamos que devemos impor maior rigor para que os partidos políticos se constituam verdadeiramente. Repito, não temos partidos, temos siglas. E é preciso que o País construa verdadeiros partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Lembraria que ainda está em tempo de V. Exª, Senador Alvaro Dias, tomar a iniciativa de propor uma emenda atingindo o propósito de sua observação.

ITEM 36
OFICIO "S" Nº 4, de 2015
- Terminativo -

Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Habeas Corpus nº 559.943, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977. (créditos de seguridade social.)

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Ofício nº 4, de 2015.

Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório de sua autoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete a esta Casa privativamente suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Ainda segundo a Constituição, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

De seu turno, estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 101, inciso III, que compete à Comissão de Constituição e Justiça propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, prescrevendo, ainda, em seu art. 387, que o projeto deve ser instruído com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão encaminhada já transitou em julgado, cabendo ainda aduzir, quanto ao requisito do apontado no art. 97 da Constituição Federal, que o comentado aresto, segundo a correspondente ata, foi chancelado por unanimidade pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade, e pela maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, no que tange à modulação dos efeitos da decisão.

Relativamente aos requisitos regimentais acima mencionados, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu inteiro atendimento nas várias peças que integram o processado.

A competência atribuída ao Senado Federal de proceder à suspensão, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal...

No âmbito do controle concreto de constitucionalidade, a decisão do STF aplica-se apenas às partes. Cabe ao Senado Federal aferir se, em face das circunstâncias políticas, econômicas, sociais e jurídicas, da própria evolução da legislação e da jurisprudência, é razoável que a decisão *inter partes* abranja todos que se encontram na mesma situação, mediante a suspensão da execução das respectivas normas.

Trata-se de relevante atribuição constitucional do Senado Federal que potencializa a funcionalidade do sistema difuso de controle da constitucionalidade das normas e objetiva, juntamente com o controle concentrado, manter nosso ordenamento jurídico hígido, orgânico e coerente.

A análise do caso concreto nos permite constatar que o acórdão do Supremo Tribunal Federal referente ao Recurso Extraordinário nº 559.943, julgado em 12 de junho de 2008, foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 26 de setembro de 2008.

A análise da evolução da legislação referente à apuração, à constituição e à cobrança de créditos pela seguridade social nos possibilita identificar que os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 1991, foram revogados pelo art. 13, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a partir de sua publicação, em 22 de dezembro de 2008.

Da mesma sorte, o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 1977, foi revogado pelo art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, publicada no dia seguinte.

Percebe-se, pois, que as revogações ocorreram antes do trânsito em julgado do RE nº 559.943, que ocorreu em 19 de dezembro de 2014, consoante certidão que consta dos autos.

Nesse sentido, como os dispositivos legais de que trata o presente Ofício "S" já foram revogados, ou seja, foram eliminados do mundo jurídico, resta prejudicada a proposta de sua suspensão por intermédio de projeto de resolução.

Diante do exposto, em face de a revogação dos dispositivos legais de que trata o presente Ofício "S" nº 4, de 2015, já ter ocorrido, nosso voto é no sentido da prejudicialidade da apresentação de projeto de resolução de que trata o inciso III do art. 101, nos termos do art. 334, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira manifestar-se, passa-se à votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o parecer, pela prejudicialidade do Ofício "S" nº 4, de 2015.

A matéria vai a Plenário, para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço desculpas aos dois – Senadores Randolfe Rodrigues e Alvaro Dias –, porque estava lendo a matéria e não vi quem pediu em primeiro lugar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É rápido, Sr. Presidente. Apenas quero colocar-me à disposição de V. Exª para relatar o item 6, um projeto de autoria do ex-Senador Pedro Taques que está, há muito tempo, na pauta, e nós nunca chegamos até ele. Então, se V. Exª entender oportuno, eu posso apresentar o relatório hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Mesa, considerando o pedido de V. Exª, aguarda a presença de número regimental para fazer a apreciação da matéria.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, anteriormente nós suspendemos o debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e de outros Senadores, da qual me coube a honra de ser Relator. Ela altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.

A partir de entendimento, Sr. Presidente, inclusive com o Senador Aloysio Nunes, Líder do Governo, eu queria solicitar a V. Exª que esta matéria fosse devolvida à pauta, sem o compromisso de apreciarmos no dia de hoje ou sequer fazemos o relatório, mas para, tão logo esta CCJ se reúna possa, a partir do relatório por nós apresentado, iniciar o debate.

Então, é a solicitação que faço a V. Exª para, a partir de entendimento, repito, com as Lideranças e, em especial, com a Liderança do Governo, que essa matéria retorne à pauta de debates desta CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto a V. Exª se quer incluir a matéria a que se referiu, a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015, na pauta da próxima reunião ou se quer incluir em extrapauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Seria extrapauta, mas com a aquiescência de V. Exª, sem compromisso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não houve vista ainda, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, parece-me que ainda não há pedido de vista. Não há pedido de vista do último relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Se for incluída na pauta, extrapauta, nós ganhamos tempo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – No dia 4/11 foi pedida vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas agora, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, não há possibilidade de pedir vista novamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, é melhor esperar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja bem, há várias emendas pendentes de relatório. Talvez o melhor seja incluir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Incluamos na próxima pauta da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... na próxima reunião, porque ele já viria com os pareceres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Agradeço a V. Exª. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autoria: Deputada Keiko Ota
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei da Câmara n° 144, de autoria da Deputada Keiko Ota, que pretende alterar os artigos do Código de Trânsito para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A proposição legislativa em exame apresenta, em suma, as seguintes novidades:

- aumenta a pena privativa de liberdade do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor quando o agente estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para quatro a oito anos de reclusão;

- estabelece a pena privativa de liberdade de dois a cinco anos de reclusão para o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando o agente estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância que determine dependência, se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima;

- altera o tipo penal previsto no art. 308 do Código de Trânsito, (o chamado crime de "racha"), para incluir a conduta de "exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor", não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada;

- estabelece, no §3º do art. 291 do Código, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições previstas no Código Penal;

- estabelece expressamente, no §4º do art. 291, que o juiz fixará a pena-base segundo os ditames do art. 59 do Código Penal, devendo ser dada especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade nem de juridicidade, não enfrenta problemas em relação à iniciativa.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

A violência no trânsito é responsável pela terceira maior causa de mortes no Brasil, ficando atrás apenas das mortes decorrentes de doença do coração e do câncer. A cada ano, o número de mortes aumenta, colocando o País entre os que mais registram mortes em acidentes de trânsito no mundo.

Abro um parêntese para lamentar que muitos candidatos à prefeitura de São Paulo estão propondo – sem maiores exames, sem maiores reflexões – o aumento da velocidade máxima nas ruas da capital do meu Estado, cidade onde os crimes de trânsito atingem um número catastrófico.

Os dados estatísticos mostram que aproximadamente 40 mil brasileiros são mortos por ano no trânsito, sendo que tais dados não são precisos, uma vez que consideram apenas as mortes ocorridas no local do acidente e não aquelas vítimas que foram hospitalizadas e posteriormente vieram a falecer.

As principais causas da violência no trânsito estão relacionadas à condução do veículo sob o efeito de álcool ou de entorpecentes e à imprudência de trafegar em velocidade acima da permitida, sendo que a impunidade contribui para que a prática de tais condutas não seja desestimulada, aumentando, a cada ano, a mortalidade no trânsito.

Diante desse contexto, entendemos que as inovações trazidas pelo presente projeto de lei são extremamente pertinentes e representam uma tentativa de mudar esse quadro de violência no trânsito.

De forma acertada, o PLC aumenta a pena privativa de liberdade do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, quando o agente estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool ou de substâncias já mencionadas.

Ao mesmo tempo, o PLC retira desse dispositivo o trecho que trata da participação, "em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente".

Cabe observar que o homicídio culposo decorrente de competição automobilística não autorizada por autoridade competente já está devidamente previsto no art. 308 do Código de Trânsito. Nesse dispositivo, em modificação coordenada com a que faz no §2º do art. 302 do Código, o PLS inclui a conduta de "exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor". Tal providência é salutar, tendo em vista a ocorrência, cada vez mais divulgada pela mídia, de veículos fazendo exibições não autorizadas, como cavalos-de-pau por exemplo, sendo que a referida conduta não se encaixa perfeitamente no tipo atualmente existente de participação em "corrida, disputa ou competição automobilística".

O PLC ainda cria, no §2° do art. 303, o tipo penal qualificado de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando o agente estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão das substâncias a que me referi.

Tal providência supre uma lacuna legislativa, tendo em vista que a qualificadora em questão somente existe atualmente no caso de homicídio culposo e não de lesão corporal culposa.

Noutro giro, o PLC possibilita a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, prevista no art. 44 do Código Penal, para as hipóteses qualificadas de homicídio culposo e lesão corporal culposa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

na direção de veículo automotor, bem como para a lesão corporal de natureza grave e a morte decorrente de participação em competição não autorizada pela autoridade competente, quando for aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições previstas nos incisos II e III do referido dispositivo penal. A alteração em questão é extremante pertinente, uma vez que o inciso I do art. 44 do Código Penal permite a aplicação da substituição de pena para os crimes culposos, qualquer que seja a pena aplicada.

Nas hipóteses qualificadas de que tratam o §2º do art. 302, o §2º do art. 303 e os §§1º e 2º do art. 308, todos do CTB e alterados pelo PLC, por serem condutas de extrema gravidade, não seria conveniente que se permitisse a aplicação do benefício para qualquer quantidade de pena aplicada, apesar de culposa a conduta.

Finalmente, ainda em relação à aplicação de pena, o PLC estabelece expressamente que o juiz fixará a pena-base segundo os ditames do art. 59 do Código Penal, devendo ser dada especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime. Tal providência é bastante interessante, uma vez que concede ao juiz, na fixação da pena, maior flexibilidade para quantificá-la segundo as circunstâncias do caso concreto.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, antes da discussão, quero fazer um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer um pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pedido de vista do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Humberto Costa.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 32 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Roberto Muniz, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Roberto Requião, Hélio José, José Agripino, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Rocha e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Ricardo Franco, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Cidinho Santos e Eduardo Amorim. Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: – Aviso nº 461-GP-TCU, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.085/2016, sobre auditoria realizada em escolas de ensino fundamental do Estado do Espírito Santo e de Municípios desse Estado, com o objetivo de avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações dessas escolas e a conformidade da aplicação dos recursos do programa Dinheiro Direto na Escola e do Plano de Ações Articuladas. – Aviso nº 513-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.404/2016, sobre pedido de reexame interposto pelo comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos contra itens do Acórdão nº 1.857/2015, relativos ao estatuto social do comitê. – Aviso nº 541-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.527/2016, sobre determinação exarada ao Ministério do Esporte para elaboração de plano de legado relativo a equipamentos esportivos construídos com recursos públicos federais. Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015** que: "Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências", para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relato-**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ria: Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015** que: "Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 208, de 2015** que: "Denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás." **Autoria:** Deputado Pedro Chaves. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015** que: "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental." **Autoria:** Deputado Weliton Prado. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater as razões da demora dos municípios em prestar as devidas informações sobre investimentos em educação, com o objetivo de alcançar soluções para o problema, de forma que a educação não seja prejudicada. Para a audiência pública, deverão ser convidados: Gastão Vieira, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Lucivane Lima de Freitas, titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista, Roraima; e Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CMN). " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 33/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão dos seguintes convidados para participar de audiência pública destinada a debater o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula": Pastora Romi Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; Renato Janine Ribeiro, Professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP; Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé, Professor do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Demetrio Magnoli, Jornalista e colunista do Jornal Folha de São Paulo; Miguel Nagib, Presidente da ONG "Escola Sem Partido". " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2016, aprovado por essa comissão em 17 de maio de 2016, para a realização de uma Audiência Pública sobre o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula", nos termos regimentais, solicito a inclusão, como convidado, do dr. Fernando Penna, professor de Pesquisa e Prática de Ensino em História da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, um dos fundadores do blog Professores contra o Movimento Escola sem Partido." **Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 41 de 2016, de autoria do senador Marcelo Crivella que "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

1943, para instituir o Dia Nacional do Jovem Aprendiz, e dá outras providências.", com vistas a cumprir as exigências contidas na Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Para tal, indicamos a seguir os convidados para compor a mesa: 1- Ministério do Trabalho; 2- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; 3- Confederação Nacional da Industria - CNI; 4- Secretaria Nacional da Juventude; 5- União Nacional dos Estudantes - UNE; 6- Centro de Integração Empresa Escola - CIEE." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 43 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a aprovação de evento destinado a comemorar e homenagear os 10 anos do Movimento Todos pela Educação, bem como solicitamos o apoio desta Comissão para realizá-lo." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Retirado pelo autor, Senador Cristovam Buarque. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para debater sobre as metas e indicadores do Plano Nacional de Educação, bem como promover o lançamento do "Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2016", com os seguintes convidados: Priscila Cruz, Presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação; Luciano Monteiro, Secretário-executivo da Fundação Santillana no Brasil; Maria Helena Guimarães de Castro, Socióloga, especialista em educação e Secretária Executiva do Ministério da Educação; Maria Inês Fini, Consultora em educação e presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instrução do PLS nº 401, de 2015, de autoria da CDH, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do País. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidados: 1. Representante do Ministério da Educação – MEC; 2. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e 4. Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 46 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 33/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão da seguinte convidada para participar de audiência pública destinada a debater o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula": Vera Lucia Cabral Costa – Diretora Executiva na ABRELIVROS." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28 de 2016, desta Comissão, que trata da realização de Audiência Pública destinada a debater regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos, a ser realizada no próximo dia 30 de junho, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para incluir o nome do seguinte convidado, a fim de compor a mesa de debatedores: Edgar Abreu, professor e especialista em concursos públicos. CEO da Casa dos Concurseiros, um dos principais cursos preparatórios desse segmento no país. " **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 33/2016, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Fórum Nacional de Educação - FNE." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

– Aviso nº 461-GP-TCU, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.085/2016, sobre auditoria realizada em escolas de ensino fundamental do Estado do Espírito Santo e de Municípios desse Estado, com o objetivo de avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações dessas escolas e a conformidade da aplicação dos recursos do programa Dinheiro Direto na Escola e do Plano de Ações Articuladas.

– Aviso nº 513-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.404/2016, sobre pedido de reexame interposto pelo comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos contra itens do Acórdão nº 1.857/2015, relativos ao estatuto social do comitê.

– Aviso nº 541-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.527/2016, sobre determinação exarada ao Ministério do Esporte para elaboração de plano de legado relativo a equipamentos esportivos construídos com recursos públicos federais.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens n°s 1 a 26.

ITEM 3
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências", para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009. Autoria do Senador Cristovam Buarque.
Observações:
A matéria constou da pauta da Reunião de 21/06/2016.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente Senador Romário.

Vou direto à análise para economizar de tempo.

Os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal, pertinentes à análise de substitutivos da Casa revisora a projetos oriundos do Senado Federal, dispõem que as emendas da Câmara dos Deputados não são suscetíveis de modificação por meio de subemenda, devendo o SCD ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de votação em partes apenas se o texto for suscetível de divisão.

Reconhecemos o mérito das alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados sobre o texto original do PLS nº 517, de 2009. Muito oportuna a proposta de fazer constar, no texto da Lei, a obrigatoriedade da execução plena do Hino Nacional, preservando a integralidade da obra e, consequentemente, do significado cívico do momento de sua execução.

Na mesma direção, positivar a obrigação de que todos os presentes à execução do Hino Nacional adotem atitude de respeito, nos termos do que já estabelece a Lei nº 5.700, de 1971, no *caput* de seu art. 30, padroniza os procedimentos e assegura a devida sobriedade das cerimônias em que o Hino Nacional seja executado.

Cumpre, também, observar que, ao tramitar pela Câmara dos Deputados, o PLS nº 517, de 2009, tramitou em conjunto com diversos outros projetos, o que proporcionou uma discussão consistente e qualificada da matéria.

Diante do exposto, não resta dúvida de que a proposição legislativa que ora examinamos retorna ao Senado Federal mais abrangente e aperfeiçoada em seu conteúdo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluo pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 16, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria agradecer a V. Exª por ter pautado, na quinta-feira passada, uma audiência pública em que debatemos sobre concursos públicos.

Há um Projeto de Lei do Senado, nº 74, de autoria do ex-Senador e agora Governador Marconi Perillo, que foi debatido aqui com o professor e representante da OAB Carlos André e também com um representante da Casa dos Concurseiros de Porto Alegre. A Senadora Regina Sousa estava aqui e deu uma valiosa contribuição, lembrando que ela, como Secretária de Administração no Piauí, também conviveu com o dilema do concurso público.

Os grandes concursos, no âmbito da União e dos Estados, são feitos por instituições muito qualificadas, grandes, como a Fundação Getúlio Vargas e outras instituições de São Paulo, Rio de Janeiro – aqui penso que a Carlos Chagas atua – e de outros Estados. No entanto, no âmbito dos Municípios, com um número pequeno de pessoas disputando, normalmente tem acontecido muitas irregularidades nos certames.

Foi por conta disso que o próprio Prof. Carlos André sugeriu que fosse criada uma comissão. O tema está sendo debatido na Câmara dos Deputados, e foram apensados 33 projetos a essa matéria.

O Secretário, muito zelosamente e oportunamente, lembrou que não seria possível criar uma subcomissão ou uma comissão técnica para acompanhar a matéria, porque já existe, no âmbito do Senado Federal, uma comissão especial que trata de transparência da gestão pública em todos os sistemas, e que ali a matéria ficaria mais bem abrigada. Aí, então, por sugestão do Secretário, encaminhei ao Senador Paulo Bauer, que é o Presidente dessa Comissão – quero que depois venha uma cópia para V. Exª – sugestão para que a Senadora Regina Sousa, que é membro da Comissão de Educação, fizesse parte da Comissão.

Ao tempo em que faço este esclarecimento, agradeço a V. Exª. Foi esse o encaminhamento para essa matéria, que, penso, é muito importante para fazer frente à necessidade de transparência e para que não haja nenhum problema. Há questões relacionadas às pessoas portadoras de deficiências, às pessoas cegas, que entram nas cotas. As muitas sugestões feitas foram encaminhadas à Senadora Regina Sousa, que sugeri que participasse dessa Comissão em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Vou direto, inclusive, ao item 26, que diz respeito a esse assunto.

ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28 de 2016, desta Comissão, que trata da realização de Audiência Pública destinada a debater regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos, a ser realizada no próximo dia 30 de junho, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para incluir o nome do seguinte convidado, a fim de compor a mesa de debatedores: Edgar Abreu, professor e especialista em concursos públicos. CEO da Casa dos Concurseiros, um dos principais cursos preparatórios desse segmento no país.

Autoria: Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Trata-se de requerimento para convidar expositor para audiência pública que acabou sendo realizada no dia 30 de junho último, portanto, antes da apreciação deste requerimento.

Em vista do exposto, não havendo óbice por parte da Senadora, dou o requerimento como prejudicado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está prejudicado.

Item 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater as razões da demora dos municípios em prestar as devidas informações sobre investimentos em educação, com o objetivo de alcançar soluções para o problema, de forma que a educação não seja prejudicada. Para a audiência pública, deverão ser convidados: Gastão Vieira, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Lucivane Lima de Freitas, titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista, Roraima; e Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CMN).

Autoria: Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do requerimento.

O senhor que pediu pela ordem?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Era isso, Sr. Presidente!

Em seguida, tenho também o nº 24.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiro, quero aqui parabenizar a equipe: nunca vi algo tão organizado! Obrigado. Parabenizo toda a equipe.

Sr. Presidente, o nosso Requerimento é no sentido de fazer uma audiência pública da qual deverão participar Gastão Vieira, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Lucivane Lima de Freitas, titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista, Roraima; e Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CMN).

A justificativa, Sr. Presidente.

O presente requerimento é motivado pela matéria "Prazo para municípios informarem investimentos em educação termina no sábado", veiculada no sítio eletrônico do Portal Brasil, em 27 de abril, informando que o prazo para os Municípios informarem os investimentos em educação encerrava no sábado seguinte, dia 30 de abril, mas 72% dos Municípios ainda não tinham enviado os dados ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). Ou seja, somente 1.540, de um universo de 5.568 prefeituras, haviam cumprido o prazo, estando as demais 4.028 passíveis de se tornarem inadimplentes no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) e, por essa razão, não poderem receber recursos de transferências voluntárias da União e nem firmar novos convênios com os diversos órgãos do Governo Federal.

Desta forma, torna-se de extrema relevância conhecer de maneira aprofundada a real dimensão do problema e investigar as dificuldades que os Municípios enfrentam no envio das informações, que eventualmente podem estar relacionadas a um excesso de burocracia, falta de treinamento do pessoal administrativo das prefeituras ou até mesmo desconhecimento das autoridades municipais.

Além de investigar as dificuldades enfrentadas por parte dos Municípios, acreditamos que a audiência pública poderá contribuir sobremaneira na busca soluções para o problema.

Essa é a nossa justificativa para esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Telmário.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instrução do PLS nº 401, de 2015, de autoria da CDH, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do País. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidados: 1. Representante do Ministério da Educação – MEC; 2. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e 4. Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Autoria: Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, para tratar do assunto, sugiro que sejam convidados:

1. Representante do Ministério da Educação – MEC;
2. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e
4. Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

A justificativa, Sr. Presidente.

Tramita nesta Comissão de Educação o PLS 401, de 2015, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do País.

Enfatizamos que Parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ), em atendimento a consulta formulada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) quanto à aplicabilidade da Lei nº 12.345, de 2010, assim se manifestou:

> (...) projeto de lei de Senador ou Senadora que proponha a instituição de data comemorativa, sem que tenha demonstrado o adimplemento dos requisitos postos na Lei nº 12.345, de 2010, não deverá ser sequer admitido a tramitar. Admitida, por hipótese, a tramitação, o projeto de lei deverá ser rejeitado.

Assim, conclui o referido Parecer:

> (...) a partir da data da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, deve ser rejeitado o projeto de lei que institua data comemorativa sem que tenha atendido o critério norteador e percorrido o *iter* estabelecido nessa Lei, por incompatibilidade com o ordenamento jurídico nacional".

Observa-se, contudo, que o PLS 401, de 2015, ora em questão, não cumpriu as exigências impostas pela referida Lei nº 12.345, de 2010. Ou seja, na apresentação do referido projeto de lei, a autora da matéria (CDH) não apresentou a comprovação da realização de consultas ou audiências públicas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos setores interessados, que comprovem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

No entanto, dada a alta significação e necessidade da ideia apresentada pelos Jovens Senadores de 2014, entendemos necessária e oportuna a realização de audiência pública com a participação das autoridades acima indicadas para que o referido projeto possa prosseguir sua tramitação.

Portanto, é um projeto que vem do Jovem Senador.

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, concluindo, eu queria subscrever os requerimentos relativos aos itens 19, 20 e 25, da Senadora Angela Portela e do Senador Cristovam, que tratam da liberdade da expressão na sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só um momento, Senador.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 33/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão dos seguintes convidados para participar de audiência pública destinada a debater o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula": Pastora Romi Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; Renato Janine Ribeiro, Professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP; Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé, Professor do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Demetrio Magnoli, Jornalista e colunista do Jornal Folha de São Paulo; Miguel Nagib, Presidente da ONG "Escola Sem Partido".

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Requerimento da Comissão de Educação nº 37, de 2016, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Temário Mota e Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o item 19.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41, de 2016
- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2016, aprovado por essa comissão em 17 de maio de 2016, para a realização de uma Audiência Pública sobre o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula", nos termos regimentais, solicito a inclusão, como convidado, do dr. Fernando Penna, professor de Pesquisa e Prática de Ensino em História da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, um dos fundadores do blog Professores contra o Movimento Escola sem Partido.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem. O item 14 é um projeto de minha relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A autoria é da Senadora Angela Portela, do Senador Telmário Mota e da Senadora Fátima Bezerra.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o item 20.

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 46, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 33/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão da seguinte convidada para participar de audiência pública destinada a debater o tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula": Vera Lucia Cabral Costa – Diretora Executiva na ABRELIVROS.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Senador Cristovam Buarque, o Senador Telmário Mota e a Senadora Fátima Bezerra subscrevem esse requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, e eu gostaria de indagar, Senador Romário, em que momento... Além de subscrever – já conversei, inclusive, com o Senador Romário –, estou fazendo um aditamento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nesse item 25?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nesse Item 25.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aí é um novo requerimento por parte de V. Exª, extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam o item 25 queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 208, de 2015
- Não terminativo -

Denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

Autoria: Deputado Pedro Chaves.
Relatoria: Senador Wilder Morais.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria constou da pauta das Reuniões de 31/05/2016, 07/06/2016, 14/06/2016 e 21/06/2016.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Senador Romário.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2015 (Projeto de Lei nº 8.223, de 2014, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pedro Chaves, que denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

A proposição objetiva, nos termos dos seu arts. 1º e 2º, denominar Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 compreendido entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

Por sua vez, o art. 3º determina vigência imediata para a lei em que a proposição vier a se transformar.

Em sua justificação, o autor destaca a atuação de Abadio Pereira Cardoso como empresário no ramo dos transportes que se notabilizou como um dos pioneiros no desbravamento e no desenvolvimento do sudoeste goiano.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Nesta Casa, a matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar as matérias que tratem de homenagens cívicas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

No que concerne à constitucionalidade e regimentalidade do projeto, não identificamos óbices à aprovação da proposição. Registre-se, também, que o projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Admite-se, para esse fim, "a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade". Adicionalmente, verifica-se que o projeto sob análise está em conformidade com a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, pela qual se proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público pertencente à União.

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Passemos, pois, à análise do mérito da proposição.

Olavo Bilac, príncipe dos poetas brasileiros, cantou Fernão Dias Paes Leme no épico "O caçador de esmeraldas". Se vivesse no Centro-Oeste, na segunda metade do século XX, o parnasiano teria mais motivo e inspiração para homenagear um bandeirante da modernidade. Foi nos anos de 1940 que, ao findar e começar das chuvas e das secas, à entrada dos outonos e das demais estações, transportando gentes e pertences, de peões e outros filhos do Cerrado, que Abadio Pereira Cardoso entrou pelo sertão de Goiás.

No alvorecer da vida, o jovem mineiro de Nova Ponte deixou a terra natal, encarapitou o patrimônio (a família, sua maior riqueza, e os raríssimos bens) no caminhão que dirigia e enfrentou as primitivas eras tomadas de pavor pela estagnação combatida por Abadio, já àquela época chamado de Badico.

No Sudoeste de Goiás (onde foi pioneiro nas principais cidades) e do país (onde competiu com outras grandes do país e se sobressaiu), Badico continuou a ser o homem simples, de hábitos simples, de vida simples, de quereres simples.

Badico iniciou seus empreendimentos na linha entre Cromínia e Goiânia. Isso foi apenas o princípio para o bandeirante audaz.

Para o sudoeste Goiano foi inclinando a frota até conquistar o sudoeste do Brasil. De uma jardineira com dois sócios, Abadio passou a três, quatro, vários carros. Galgando abismos e barrancos, em cujos socavões dormiam Badico e outros motoristas e cobradores das jardineiras atoladas em lamaçais imensos, o sonho foi conservado nas jornadas de solavancos pelo país – e, na ânsia de servirem, alcançaram 17 unidades da Federação: hoje estão em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais, Tocantins, Rondônia, São Paulo, Roraima, Espírito Santo, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Acre.

Ele foi simplesmente um vencedor. Abadio foi um grande homem. Empreendedor do Centro-Oeste brasileiro, desbravou e enfrentou as adversidades do interior do Brasil, levou civilização, comunicou povos e povoados distantes, onde chegou com garra, coragem e espírito empreendedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Entendemos, portanto, como apropriada a homenagem ora proposta a Abadio Pereira Cardoso, cidadão brasileiro que, mediante seu trabalho, sua dignidade e o amor por sua terra, contribuiu para o desenvolvimento econômico e cultural do nosso País, atribuindo seu nome ao trecho da BR-060, entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

Por fim, gostaria aqui de agradecer enormemente ao grande Deputado e companheiro Pedro Chaves pela lembrança e pela homenagem ao nosso Abadio Pereira Cardoso, que, sem dúvida alguma, é um grande homem a ser lembrado pelos goianos e por todos os lugares onde a nossa rodovia passar.

O meu voto, em razão do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2015.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 17.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.

Autoria: Deputado Weliton Prado.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu estou na CDH presidindo uma audiência pública do SUS, e eles me liberaram para vir rapidamente aqui.

O parecer desse projeto é contrário, pois não corresponde à expectativa de todos aqueles técnicos especialistas nesse setor, que, em razão disso, me pediram que eu o encaminhasse, coisa que dificilmente faço.

Em razão do exposto, o nosso voto é pela rejeição do PLC nº 159, de 2015, que está no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Item 21.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 41 de 2016, de autoria do senador Marcelo Crivella que "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o Dia Nacional do Jovem Aprendiz, e dá outras providências.", com vistas a cumprir as exigências contidas na Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Para tal, indicamos a seguir os convidados para compor a mesa: 1- Ministério do Trabalho; 2- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

- CONANDA; 3- Confederação Nacional da Industria - CNI; 4- Secretaria Nacional da Juventude; 5- União Nacional dos Estudantes - UNE; 6- Centro de Integração Empresa Escola - CIEE.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rapidamente também, Sr. Presidente.

Há uma norma na Casa que diz que, para se instituir o dia nacional de qualquer atividade, proposto por Senador ou Deputado, é preciso fazer uma audiência pública previamente. Somente por isso – sou favorável ao projeto –, estamos pedindo uma audiência pública para discutir o Dia Nacional do Jovem Aprendiz, seguindo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 27
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 33/2016, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Fórum Nacional de Educação - FNE.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me somente uma frase.

Como o outro item de que sou Relator é terminativo e não há quórum, eu acho que estou liberado para voltar para a Comissão. V. Exª me libera?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pela presença de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, o requerimento tem o intuito de apresentar o nome de um representante do Fórum Nacional de Educação para o debate proposto pelo Senador Cristovam, subscrito por mim, pelo Senador Telmário e por outros.

De forma breve: entendemos ser de grande vulto uma instância como o Fórum Nacional de Educação, do qual, inclusive, a Comissão de Educação faz parte – represento o Colegiado nesse Fórum.

Então, por sua atribuição, pela importância do Fórum Nacional de Educação, entendemos ser pertinente a presença de um representante seu nesse debate.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aproveito a oportunidade para dar as boas-vindas ao Senador Roberto Muniz, do PP da Bahia. Seja bem-vindo. Boa sorte nesta nova luta, Senador.

Concedo-lhe a palavra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k., Presidente.

É uma honra muito grande participar desta minha primeira reunião. Estou aqui e fico à sua disposição para que possamos dar continuidade aos trabalhos da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pela presença, mais uma vez.

Comunico que, amanhã, quarta-feira, às 9h30min, será realizada uma reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a ouvir o Ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o seu plano de Gover-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

no para o Ministério, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2016, desta Comissão, de autoria do Senador Telmário Mota e da Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, quero também me associar à saudação que V. Exª fez ao Senador Roberto: seja muito bem-vindo!

Senador Romário, antes de V. Exª encerrar os trabalhos do dia de hoje, permita-me aqui fazer um registro que julgo importante e pertinente.

Gostaria que a Comissão de Educação e Cultura do Senado se posicionasse, Senador Romário, no sentido de repudiar a ação de alteração do perfil do Educador Paulo Freire na plataforma Wikipédia, realizada a partir de um computador da rede do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Eu não sei se V. Exª e o Senador Roberto tiveram tempo de tomar conhecimento do fato.

O que aconteceu foi o seguinte, Senador Romário. Na última quinta-feira, portanto agora, dia 28, o artigo que mostra a biografia de Paulo Freire, na Wikipédia, foi alterado com informações que atribuem ao Educador a origem da – abre aspas – "doutrinação marxista" – fecha aspas – nas escolas e universidades. O texto alterado diz ainda que Paulo Freire participou da última grande reforma da legislação educacional, que resultou em um ensino atrasado, doutrinário e fraco.

V. Exª imagine: acusar Paulo Freire, com toda a contribuição que ele deu à educação, de contribuir, ao final, para um ensino atrasado, fraco e doutrinário! E estamos falando de um homem, Senador Romário – V. Exª sabe –, que é respeitado não só no Brasil mas no mundo inteiro. Só para V. Exª ter uma ideia: este ano, nos Estados Unidos, Paulo Freire foi considerado o terceiro intelectual do mundo, de toda a história da humanidade. Ele tem sido citado como um dos mais estudados nas universidades norte-americanas.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o que mais chama atenção é que os parágrafos colocados na biografia foram retirados de um artigo publicado no *site* do Instituto Liberal com o título – abro aspas – "Paulo Freire e o assassinato do conhecimento" – fecho aspas. O texto é assinado por um integrante da rede Estudantes pela Liberdade, do Movimento Universidade Livre.

É inaceitável que os ataques feitos ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, a partir de uma rede de computadores sob responsabilidade do próprio Estado brasileiro sejam ignorados e fiquem, até o presente momento, sem os devidos esclarecimentos.

Volto a dizer, a rede Wikipédia faz parte da rede de computadores coordenada pelo Serpro. O Serpro é uma instituição do Estado brasileiro, do Governo brasileiro. Por isso, nós já cobramos que o Governo interino, biônico, dê uma resposta, porque a história de Paulo Freire – a sua trajetória, a sua imagem – não pode, de maneira nenhuma, ser desrespeitada como está sendo. Volto a dizer, nós não estamos aqui falando de uma pessoa qualquer, mas de um homem cuja biografia, cuja história, cuja trajetória deu uma enorme contribuição à luta pelo direito à educação, não só no Brasil, mas no mundo – no mundo!

Então, quero aqui, Sr. Presidente, citar trechos da carta escrita pela viúva do patrono da educação brasileira, Nita Freire, carta que ela enviou ao Presidente interino, Michel Temer, quando tomou conhecimento desse absurdo. No documento, Nita, que vem a ser a viúva de Paulo Freire, afirma: "É inconcebível que numa sociedade democrática se divulguem frases carregadas de ódio e de preconceito [...]".

Diz um trecho da carta – abro aspas:

> [...] enquanto intelectual e jurista, o meu marido jamais praticou nenhum ato e nunca escreveu nenhuma palavra das quais se pudesse, em sã consciência, outorgar-lhe a pecha de doutrinador marxista e homem de princípios filosóficos e educacionais fracos e débeis, acusações contidas na nova biografia agora publicada pela Wikipedia.
> [...]
> Contando com Vossa compreensão e interferência para que se restabeleça a Justiça e a Verdade.

Assim solicitou a Srª Nita Freire em carta endereçada ao Presidente biônico interino Michel Temer.

Quero também aqui registrar a posição do ex-Ministro Aloizio Mercadante, que se associou a Nita Freire, a viúva de Paulo Freire, e cobrou do Governo biônico as apurações sobre o caso.

Declarou o ex-Ministro Mercadante – abro aspas:

> [É] inadmissível que os ataques feitos ao patrono da educação brasileira, a partir de uma rede de computadores sob responsabilidade do Estado brasileiro, sejam ignorados e fiquem sem os devidos esclarecimentos.

Então, Senador Romário, isso aqui – termino dizendo a V. Exª – eu julgo pertinente.

Nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado da República. Um homem como Paulo Freire, repito, não pode ter a sua memória ultrajada, desrespeitada, haja vista tudo o que fez, ao longo da sua vida, na luta pelo direito à educação não só do povo brasileiro, mas também do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, fica aqui o nosso registro.

Gostaria de saber de V. Exª se, como Presidente da Comissão – se possível, eu queria subscrever também – poderia enviar uma correspondência, Senador Romário, pedindo providências.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Eu me solidarizo com o registro de V. Exª. Pode deixar que, como Presidente desta Comissão, faremos isso. E gostaria de que V. Exª escrevesse conosco a carta de repúdio desta Comissão.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.

Autoria: Senador Telmário Mota.
Relatoria: Senador Hélio José.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Romário, Presidente desta Comissão, e nobres colegas Senadoras e Senadores aqui presentes, é com muita satisfação que relato esse importante PL do nosso nobre Senador Telmário Mota.

Relatório.

Chega para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 548, de 2015, do Senador Telmário Mota, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar".

O projeto prevê que os sistemas de ensino, mediante ação integrada com o sistema de saúde, devem oferecer atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que requeira internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em casa.

O serviço deve ser assegurado por meio de classes hospitalares ou em domicílio, inclusive para crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, de forma a facilitar seu posterior regresso ao ensino regular.

Ainda nos termos da proposição, os professores das classes hospitalares e do atendimento domiciliar deverão ser habilitados nos termos do art. 62 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O projeto determina também que o Conselho Nacional de Educação emitirá diretrizes operacionais e curriculares para o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e no atendimento domiciliar.

O início da vigência da lei resultante da proposição é marcado para a data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor faz referência ao arcabouço jurídico concernente ao direito à educação. Ademais, lembra que a matéria foi tratada por resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) e por documento do Ministério da Educação (MEC), embora permaneça fora do âmbito de lei em sentido formal.

Após a análise da CE, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Da análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 548, de 2015, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

De acordo com a Constituição Federal, a educação é direito de todos e também dever do Estado, o qual deve assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I).

Ademais, a educação básica é obrigatória dos 4 anos aos 17 anos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade apropriada (art. 208, I). Para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), prevê a modalidade de educação escolar especial, oferecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB prevê ainda que, se, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados. É bastante elementar o paralelo entre a situação dessas categorias de alunos e a daqueles que se encontram afastados da escola em decorrência de problemas de saúde. Os alunos internados, em atendimento ambulatorial ou retidos em domicílio por determinação médica, por período que possa causar prejuízo a seus estudos regulares, devem continuar a receber o atendimento educacional, se suas condições de saúde assim o permitirem. Entretanto, até hoje a situação desses alunos não tem amparo na forma da lei. Isso não significa que sejam desconsiderados pelo Poder Público. Conforme explicitou a justificação da iniciativa, a Resolução CEB/CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001, que "Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica", dispõe sobre o assunto. O projeto retoma parte dos termos presentes no art. 13 dessa Resolução.

Por sua vez, a Secretaria de Educação do MEC publicou, em 2002, o documento "*Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*", com a finalidade de orientar os sistemas de ensino e o sistema de saúde a desenvolver essa modalidade específica de atendimento. O documento recomenda, entre outras medidas, que se deve "estabelecer comunicação com a rede de ensino para que os projetos político-pedagógicos e regimentais incluam a clientela das classes hospitalares e do atendimento domiciliar". Ademais, assevera ser "necessário comunicar aos órgãos representativos médicos em âmbito municipal, estadual e federal sobre a necessidade de implantação e implementação de classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar, atendendo o direito à continuidade da escolaridade do educando enfermo".

A relevância de um atendimento pedagógico adequado transparece em diversas pesquisas sobre a matéria. No caso do atendimento a crianças, o estudo da Profª Rejane de S. Fontes, da Universidade Federal Fluminense, denominado "A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital", conclui que a "escuta pedagógica" desenvolvida no ambiente hospitalar tem o objetivo de "acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico". Para a pesquisadora, a educação desenvolvida junto à criança hospitalizada tem o papel de "resgatar sua subjetividade, ressignificando o espaço hospitalar através da linguagem, do afeto e das interações sociais que o professor pode propiciar". Desse modo, conclui, é possível pensar o espaço hospitalar "como um lugar de encontros e transformações, tornando-o um ambiente propício ao desenvolvimento integral da criança".

Em suma, é inegável o mérito educacional do projeto. Embora seus termos retomem normas infralegais sobre a matéria, a inclusão da matéria na LDB tem o mérito de trazer maior visibilidade para essa forma de atendimento educacional, estimulando os sistemas de ensino e de saúde a ampliar e a aperfeiçoar sua cobertura.

O voto.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 548, de 2015.

Nobre Senador Romário, até em homenagem a V. Exª, que é uma pessoa que tem trabalhado tanto em prol das pessoas com mais necessidades, das pessoas, realmente, mais vulneráveis, eu fiz questão de ler esse projeto todo para demonstrar a sua delicadeza e o seu mérito como um todo. Quero dizer que é um projeto muito importante para atender as pessoas que estão nessa situação tão vulnerável e que é um dever nosso, do Senado, propiciar que cada pai, que cada mãe, que cada pessoa que cria uma pessoa que passa por esse transtorno possa dar educação a seu filho e a sua filha.

Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Parabéns pelo relatório, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 12 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 33ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Educação, Cultura e Esporte DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 de Julho de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Romário, Fátima Bezerra e Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Angela Portela, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Telmário Mota, Ana Amélia, Simone Tebet, Dário Berger, Ricardo Franco, José Agripino, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 29/2016, de autoria do Senador Telmário Mota e da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Ouvir o Ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o seu plano de governo para Ministério. **Participante:** Senhor Mendonça Filho, Ministro da Educação. Usam da Palavra os Senhores Senadores: Fátima Bezerra, Telmário Mota, Angela Portela, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Dário Berger, Antonio Carlos Valadares e, excepcionalmente, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende o Requerimento nº 29, de 2016, da Comissão Especial, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Fátima Bezerra, para realização de audiência pública destina a ouvir o Ministro da Educação Mendonça Filho sobre o seu plano de governo para o Ministério.

Dando início à audiência pública, solicito ao Senador Pedro Chaves que acompanhe o Ministro para tomar assento à Mesa.

Por favor, Senador.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários pelos expositores via internet.

Comunico, nos termos do art. 398, inciso X, que será concedida ao Sr. Ministro, meia hora para sua exposição inicial, após o que abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, e concedendo ao Sr. Ministro de Estado o mesmo tempo para tréplica.

Ministro, gostaria de agradecer a V. Exª pela presença. Nós, aqui desta Comissão, sentimo-nos honrados em tê-lo aqui para esta audiência pública. Mais do que nunca, sabemos da importância da pasta de que V. Exª está à frente hoje, que é o Ministério da Educação, educação essa que sabemos que se encontra num momento muito complicado e difícil no nosso País. Tenho certeza de que a sua presença aqui hoje nesta Comissão nos trará, primeiramente – e é o que esperamos –, coisas boas e positivas, mas, por outro lado, estou certo de que esclarecerá muitas coisas que gostaríamos de entender e saber melhor o que acontece no nosso País, diretamente desse Ministério.

Muito obrigado.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. MENDONÇA FILHO – Primeiro, quero saudar e cumprimentar o Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, e dizer da minha alegria em poder atender um convite desta Comissão, desta Casa do Congresso Nacional, e poder participar deste debate, cujo tema central é a educação no Brasil; saudar e cumprimentar também o Senador Pedro Chaves, os Senadores presentes, es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

pecialmente o Senador Telmário Mota e também a Senadora Fátima Bezerra, autores do requerimento para que eu comparecesse ao plenário da Comissão de Educação, para trazer informações sobre a pasta da Educação.

Quero cumprimentar também a Senadora Angela Portela e também a Profª e Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, e, através dela, cumprimentar todos os membros da nossa equipe, que, ao nosso lado, têm a responsabilidade de liderar e traçar as políticas para a educação no Brasil.

Com a devida permissão do Presidente Romário e dos Senadores e Senadoras presentes, eu quero iniciar a minha exposição com uma visão geral sobre a educação no Brasil. Esta visão tem o número total da educação básica e superior em 2014, com 42,5 milhões de estudantes nas mais diversas áreas, divididas na educação infantil, fundamental, no ensino médio, na EJA, que é a Educação de Jovens e Adultos, na educação profissional e na educação superior. Como se vê, a grande responsabilidade no que toca à educação básica é dos Estados e Municípios do Brasil...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era exatamente, Sr. Ministro, Presidente Romário, para saber se estava sendo disponibilizada a transparência aqui.

O SR. MENDONÇA FILHO – V. Exª já recebeu?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já.

O SR. MENDONÇA FILHO – Aí é o quadro geral da educação básica no Brasil.

Ainda dentro dessa visão geral, um quadro das instalações das unidades de ensino distribuídas também pela educação infantil, fundamental, médio, EJA, profissional e superior, em que a grande presença do Governo Federal se dá, em termos de instalações, no nível do ensino superior.

Saúdo o Senador Anastasia.

Esse quadro apresenta a evolução do Orçamento da União a partir de 2002 até a LOA de 2016, com o orçamento destinado à educação, no Ministério da Educação, naturalmente. Partimos de quase quarenta e quatro bilhões de reais – os números estão em valores constantes –, atingimos o pico em 2014 e 2015, com R$137 bilhões e, neste ano, o orçamento do Ministério da Educação chegou ao patamar de R$131 bilhões.

Então, há um crescimento considerável de mais de três vezes o orçamento para a Educação. Indiscutivelmente, é um fato positivo a evolução orçamentária vivenciada pelo Brasil, de destinação específica para a Pasta da Educação.

A partir desse quadro, nós temos também a evolução do investimento na chamada educação de ensino superior, partindo de R$43,8 bilhões, em 2010, de investimento no ensino superior e atingindo o patamar de quase R$75 bilhões em 2015. E, neste ano, a previsão é atingir o patamar de R$72 bilhões de investimento no ensino superior.

A educação básica também teve um crescimento significativo, partindo praticamente do mesmo patamar do ensino superior, R$42,7 bilhões, subindo e atingindo R$62,5 bilhões. E, a partir de 2014, o que para mim é um dado negativo, a educação básica tem decrescido em termos de investimento global pelo Orçamento Geral da União, com preços evidentemente atualizados pelo IPCA, saindo de R$63 bilhões e, neste ano, com previsão de atingir R$51 bilhões.

Avançando aí nos quadros de Visão Geral da Educação no Brasil, temos também o ensino superior e a evolução de matrículas em milhões de estudantes matriculados. O Brasil está chegando quase à casa dos oito milhões de alunos matriculados no ensino superior. A rede privada corresponde a 5,86 milhões de alunos, tendo partido, em 1997, de uma base de 1,2 milhão. Então, houve um crescimento substancial no acesso à universidade.

Esse acesso também se deu no ensino das universidades públicas, que tinha, até 1997, algo como 800 mil alunos, 760 mil alunos, e, em 2014, chegamos à casa de quase dois milhões de alunos matriculados nas universidades da chamada rede pública, o que mostra claramente que houve um crescimento considerável no acesso à universidade. E esse crescimento se deu, inclusive, ampliando as vagas nas faculdades e universidades privadas, que correspondiam, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, a 60% das vagas totais no ensino superior. E hoje nós temos cerca de 75% dessas vagas sendo disponibilizadas por entidades e instituições do setor privado. Aqui não é uma crítica, mas apenas uma constatação de uma cooperação e de uma evolução no quadro geral da educação superior no Brasil.

Dentro dessa visão geral, é importante que nós avaliemos não só os aspectos com relação a acesso à universalização, a dados relativos à oportunidade de estudo nas redes municipais, estaduais e nacional, federal, mas também o quadro de desempenho. E aí nós temos os números do Ideb, desde 2005, com a nota 3,5 de média, atingindo, em 2013, que é o último dado, 4,2, abaixo do que está estabelecido no PNE. E, no caso do ensino médio, em 2005, nós tínhamos 3,4 de nota média no Brasil; em 2013, 3,7, também distante ainda, não atingindo a meta do PNE, o que para mim é uma coisa crítica e preocupante, já que houve a triplicação do orçamento do Ministério da Educação, e, do ponto de vista de resultado prático, os números indicam claramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

que infelizmente nós não acompanhamos a evolução em termos de qualidade e de evolução em termos de resultado final para o ensino fundamental e para o ensino médio em todo o País.

Eu passo para a identificação de problemas graves encontrados, no cenário mais de diagnóstico. É evidente que os Srs. e Srªs Senadoras sabem que nós assumimos há pouco menos de dois meses a pasta da Educação e num contexto político de transição que inexistiu, até por conta da própria conjuntura institucional, que não cabe avaliar neste instante. Mas se faz necessário que nós tenhamos uma visão geral do quadro de problemas e de potencialidades existentes dentro do próprio Ministério da Educação.

E, para identificação de cenário encontrado e do quadro geral, nós apresentamos um primeiro item que é um item que gerou muita dor de cabeça para nós no Ministério da Educação que teria sido justamente o que foi o corte decidido pelo Governo anterior de R$6,4 bilhões no total do orçamento do Ministério da Educação, que, de certo modo, comprometeria praticamente toda a programação dos principais projetos para o exercício de 2016.

Além desse fato, que é um fato muito grave e que felizmente foi corrigido, temos aí um quadro de dívidas acumuladas, junto ao FNDE, Pronatec, Fies e Enem, um tanto quanto, eu diria, desprogramado, tendo em vista a amplitude do Enem e com a repercussão, envolvendo mais de 8 milhões de alunos.

E, ao mesmo tempo, como terceiro ponto, existe a ausência de recursos para programas que têm grande impacto na ponta, como Pnaic, mencionei o Enem, e, repito, este especificamente como um teste que avalia o final do ensino médio no Brasil e ajuda a definir o acesso às universidades como algo realmente muito relevante.

Por fim, o Mais Educação, que é um outro programa que tem, eu diria, grande repercussão junto aos Estados e Municípios do Brasil.

Na análise detalhada dos problemas graves encontrados, nós temos as dívidas acumuladas no âmbito do FNDE, que são dívidas relativas a programas como PAC, PAR, PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), totalizando um valor final da ordem de R$10,6 bilhões. Então, é um número extremamente elevado. Já houve uma decisão por parte do Presidente Temer no sentido de pagar e honrar os compromissos assumidos formalmente. Recentemente, numa solenidade no Palácio do Planalto, o Presidente anunciava a liberação de cerca de R$700 milhões. E nós vamos intensificar o cronograma de pagamentos para que obras como creches, escolas e programas tocados pelo Ministério através do FNDE tenham o seu curso normal atendido. E aí, na tela, há um demonstrativo da divisão mais representativa dos grandes números do FNDE que estão em aberto, portanto, precisando que sejam honrados, totalizando R$10,6 bilhões de dívidas acumuladas, principalmente envolvendo o PAC como programa principal.

No programa Proinfância, há mais de 3.400 obras paradas, canceladas ou não iniciadas. E aí há o programa global, a evolução desse programa Proinfância, que é basicamente infraestrutura educacional para a política da infância, creches e pré-escolas. Iniciando com uma projeção de cerca de 8.789 unidades, depois, ele cresceu um pouco na projeção para 2016. Paralisadas, havia em 2014 quase 4.500. Ainda neste ano de 2016, dentro desse patamar, há 3.431 obras nesta situação: paralisadas ou canceladas ou não iniciadas. Concluídas, temos 3.229, conforme balanço que foi definido e fechado pelo MEC através do FNDE.

Dessas obras paralisadas, um detalhamento a mais: 758 creches; 511 quadras e coberturas de quadras poliesportivas; 82 escolas técnicas do Brasil Profissionalizado; 434 obras do PAR, que são obras em parcerias com Estados e Municípios; 219 obras da rede federal, em que eu incluo as obras da rede federal de educação superior; e 462 obras da rede federal de educação profissional, que são os institutos federais vinculados ao Ministério da Educação.

No contexto geral, a promessa, que foi, inclusive, deflagrada e publicizada amplamente, era de um método inovador para que fossem ofertadas três mil creches, dentro dessa chamada metodologia inovadora, com construção em larga escala e garantindo prazos reduzidos para a conclusão dessas unidades de creches, que estariam sendo viabilizadas dentro do programa do MEC. Infelizmente, essa metodologia inovadora produziu como resultado apenas 57 creches, que foram entregues concluídas e, consequentemente, sendo utilizadas pela população de crianças do Brasil, o que é realmente preocupante e que nós vamos ter que corrigir.

Ainda dentro dos problemas graves encontrados, temos aí uma gestão que identificamos como burocrática e ineficiente. Para exemplificar, existem hoje 300 mil processos de prestação de contas acumulados no FNDE, com graves consequências para gestores estaduais e municipais. Há ex-Secretários de Estado de Educação que ainda hoje estão respondendo a processos de prestação de contas de 10, 15 ou 20 anos atrás, o que mostra que o Estado brasileiro precisa rever esse tipo de burocracia; 40 mil processos acumulados na Secretaria de Regulação do Ensino Superior, o que produz, evidentemente, um quadro de ineficiência, de dificuldade e de pouca resposta à necessidade daqueles que demandam respostas por parte da Seres; e ausência de avaliação com relação aos principais projetos no âmbito do Ministério da Educação. Eu cito alguns exemplos: Pronatec, PNAIC, Mais Educação, Parfor, que é o Programa de Formação de Professores, Ciência Sem Fronteiras, Ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Médio Inovador. Eu acho que qualquer política pública – e aqui não há nenhuma crítica específica a nenhuma das políticas públicas elencadas precisa ser avaliada constantemente, para que a gente possa, muitas vezes, otimizar os recursos aplicados e, em outras situações, redirecionar o que for necessário para que essa política pública possa atingir os objetivos na boa formação e boa educação da população jovem do Brasil.

Temos um exemplo claro, ao meu ver, e me permitam considerar aqui publicamente uma visão crítica sobre o Ciência Sem Fronteiras e a sua amplitude. Aqui é bom definir de forma muito clara e objetiva que ninguém está aqui falando do Ciência Sem Fronteiras com relação às bolsas de estudo de doutorado e mestrado que são ofertadas e garantidas pela Capes para milhares de alunos no exterior. Muito pelo contrário, acho que a gente tem que assegurar esse programa. Mas eu quero avaliar, inclusive publicamente, a consequência de um programa que envolve 35 mil alunos e custa o equivalente ao que custa um programa que é histórico e muito importante, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a famosa merenda escolar, que envolve 48 milhões de alunos em todo o Brasil, nas redes estaduais e municipais, principalmente, que conta com um aporte, por parte do Governo Federal, da ordem de R$3,7 bilhões.

E, diga-se de passagem, Senadores e Senadoras, nesse item, Senador Romário, no caso PNAE, desde 2009 não há reajuste no valor repassado para custeio da merenda escolar, tendo sido congelado o item principal em R$0,30, o que significa que estamos repassando uma insignificância, do ponto de vista de valor, para que Estados e Municípios, a rigor, banquem literalmente, integralmente, praticamente os custos relativos à merenda escolar, que é uma política pública de grande significação para um aluno carente, já que um aluno com fome na escola, evidentemente, não vai ter o desempenho adequado, e trata-se de uma grande injustiça social.

Ainda na identificação dos problemas graves encontrados, temos um perfil ou, pelo menos, uma visão geral do Programa Mais Educação, que envolve 8,3 milhões de beneficiários – no caso, alunos. Esse é um programa que tem um grande impacto no Brasil todo do ponto de vista de números, mas, quando se compara o universo de alunos atendidos dentro do Programa Mais Educação e confronta com os dados do censo escolar, chega-se a uma contradição que, para mim, mostra a falta de acompanhamento do próprio programa em si. São 4,5 milhões de alunos envolvidos nas escolas contempladas dentro do Programa Mais Educação. Ou está errado o censo escolar ou está errado o Mais Educação. Precisamos identificar que tipo de problema existe no Mais Educação, porque, a rigor, temos uma diferença de quase 4 milhões de alunos entre o censo escolar e aquilo que declaradamente está sendo publicizado e pago com dinheiro público do Governo Federal no Programa Mais Educação.

Avanço um pouco mais na questão da gestão burocrática ineficiente, citando especificamente o quadro do Pronatec, que teve uma evolução de acesso ao ensino profissionalizante e técnico, saindo de 1,6 milhão de alunos em 2012 para 2,7 milhões de alunos em 2013, atingindo quase 3 milhões de alunos em 2014 – e teria sido bom que tivessem mantido esse patamar –, mas, em 2015, reduz-se para 1,15 milhão de alunos o número total de matrículas novas no Pronatec. Para este ano de 2016, encontramos a pasta da Educação com zero orçamento para novas matrículas do Pronatec.

Eu quero dizer que esse é o quadro orçamentário que nos foi entregue, mas necessariamente não será decisão do Governo Temer com relação ao segundo semestre de 2016. Nós já estamos em entendimento com as entidades do Sistema S, buscando uma fórmula em que o MEC, em parceria com as entidades do Sistema S, possa cooperar conosco na busca de uma solução que signifique oferta de vagas para o Pronatec nesse segundo semestre de 2016, e que não tenhamos o cenário trágico que foi desenhado para este ano, infelizmente.

No Fies, acontece mais ou menos algo parecido: saiu de 560 mil alunos financiados, em 2013, para 732 mil, em 2014; em 2015, cai para 268 mil alunos; e, em 2016, encontramos um orçamento do MEC assegurando tão somente os contratos celebrados no primeiro semestre, ou seja, 147 mil contratos.

O Presidente Temer, depois da decisão que foi tomada por ele de repor R$4,7 bilhões do orçamento que tinham sido cortados do MEC, alocou R$450 milhões, permitindo aqui que pudéssemos ter um número de financiamentos do Fies disponibilizados para o segundo semestre de 2016, e eu vou explicitar isso logo adiante. Aí eu falo das providências imediatas adotadas pela nova gestão.

A primeira delas, que eu já mencionei e eu quero renovar aqui a afirmação, diz respeito ao resgaste do Orçamento da União. Aí tivemos a recuperação de R$4,7 bilhões do Orçamento, garantindo os principais programas do Ministério da Educação, tendo em vista aquele corte que anunciamos, no início da nossa exposição e que foi público, de R$6,4 bilhões do MEC, que inviabilizaria totalmente a programação de investimentos, de parcerias do Ministério da Educação para este ano e comprometeria – imagino, Senador Anastasia – até a folha de pagamento dos meses de novembro e dezembro das universidades federais do Brasil.

O segundo item foi a quitação de repasses de atrasados para a rede federal de ensino. Aí tínhamos uma média de repasses para a rede federal de ensino da ordem de R$577 milhões, entre janeiro e abril, e, a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do primeiro mês de maio da nossa assunção à frente do Ministério da Educação, elevamos esse patamar para R$1 bilhão, o que é realmente uma recuperação razoável.

E a retomada de programas estratégicos, como, por exemplo, o Fies, para o qual, como eu disse – eu quero, inclusive, reiterar –, serão ofertadas agora, para o segundo semestre, 75 mil novas vagas, com o investimento total da ordem de R$450 milhões, totalizando, até o final de 2016, 222 mil contratos novos de Fies, dentro da programação de financiamento de acesso para o ensino superior na rede privada de ensino no Brasil.

E, como um componente que eu diria que é muito importante, houve um aumento da renda familiar média *per capita* de 2,5 salários para três salários mínimos, contemplando mais famílias carentes, pobres, que precisam de acesso à universidade e que estavam sendo impedidas, por conta do teto de 2,5 salários mínimos, que estava sendo imposto pela gestão pública, através do Ministério da Educação. Essa revisão eu considero uma revisão muitíssimo importante.

Novos compromissos, compromissos prioritários para o futuro. É evidente que traçamos uma visão geral sobre a pasta da Educação e temos que falar um pouco também do que esperamos que nos aguarde em relação ao futuro e para onde trabalhamos a fim de chegarmos lá.

Fortalecimento do Pacto Federativo.

Um discurso que tem sido muito bem pronunciado pelo Presidente Temer é o de que o Pacto Federativo é fundamental.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Não há política pública, em um País das dimensões do Brasil, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 200 milhões de habitantes, que possa ser levada adiante se porventura não contarmos com Estados e Municípios. Há de se descentralizar. Há de se estabelecer cooperação com Estados e Municípios, parcerias efetivas, com liberdade de atuação. E entendemos que o MEC não pode funcionar como um espaço em que burocratas decidem e Estados e Municípios têm de seguir e acompanhar essa decisão. Essa interação tem que ser dinâmica, ativa e permanente. Aliás, uma das práticas que nós adotamos quando assumimos o Ministério da Educação foi de um diálogo sempre franco, aberto, com todas as frentes, com todas as pessoas que queiram colaborar com a política educacional no Brasil.

Tivemos reuniões com a Undime, que reúne a direção e a representação dos educadores municipais, e tivemos vários encontros com o Consed, com a Andifes e com várias instituições relacionadas com a área da educação e que podem trazer importantes contribuições para o fortalecimento da educação no Brasil.

O mesmo eu diria com relação às políticas previstas no Plano Nacional de Educação. Vamos ter o PNE como rota, como referência, como um caminho a ser seguido e como algo a ser alcançado. E precisamos, evidentemente, da parceira do Parlamento, do Congresso Nacional, na definição dessas políticas públicas que possam atender e atingir os objetivos traçados e definidos no PNE, na educação infantil, na educação e no ensino fundamental, no nível médio, técnico e também no nível superior.

E algumas ações prioritárias eu quero já externar publicamente que serão muito bem acompanhadas por parte do Ministério da Educação. Eu diria que teremos como base de tudo – sendo redundante – a Base Nacional Comum Curricular, que, segundo os educadores especialistas, se trata da espinha dorsal e o eixo principal da definição do conteúdo a ser transmitido para os alunos de todo o Brasil.

Nós já iniciamos os seminários, nos Estados, para a discussão dessa Base Nacional Comum Curricular, contando com especialistas. Nós teremos que contar com especialistas qualificados para que a Base Nacional Comum Curricular possa retratar o que há de melhor do ponto de vista de conteúdo a ser ensinado nas escolas de todo o País.

A alfabetização na idade certa é um problema grave, um assunto sério. O Brasil tem apenas, do ponto de vista de alcance da qualidade na alfabetização, 11% das crianças brasileiras com a qualificação adequada em termos de alfabetização. Para mim, isso é uma tragédia. Desde o tempo em que eu ocupava o cargo de vice-governador e governador, eu acompanho políticas públicas como o Se Liga, em parceira com o Instituto Ayrton Senna, sendo difundidas pelo Brasil.

O Acelera Brasil é para corrigir a defasagem idade/série no Brasil, por conta justamente da deficiência na alfabetização, que precisa ser corrigida e gerar cada vez mais melhor qualificação de professores e educadores, para que possamos ter crianças bem alfabetizadas, em parceria com Municípios, já que a tarefa principal é dos Municípios do Brasil.

Quanto à reforma do ensino médio, há um projeto aqui, em discussão no âmbito do Congresso Nacional, que deve ser votado brevemente na Câmara Federal, que trata da redefinição do currículo do nível médio do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Todos os grandes especialistas dizem que o Brasil está defasado com relação ao que ocorre nos países europeus e nos Estados Unidos, no que diz respeito à flexibilidade de um currículo que seja mais efetivo na busca do mercado de trabalho por parte dos jovens, que contemple as perspectivas de um mundo cada vez mais em evolução e transformação. Hoje, infelizmente, o modelo atual é defasado e superado, que precisa ser muito bem avaliado.

Por fim, quanto à formação de professores, que consideraria um item vital para o sucesso de qualquer programa educacional. A formação de professores é, indiscutivelmente, um programa que precisa ter uma articulação perfeita com Estados e Municípios. Que a União possa estimular e apoiar, que possamos contar com Universidades públicas e privadas, que possamos qualificar e formar cada vez melhor os professores de todo o Brasil, que terão a tarefa e a missão nobre de educar crianças e jovens do Brasil.

Então, agradecendo a paciência e o tempo do Presidente Romário, agradecendo a presença dos Senadores e das Senadoras aqui presentes, encerro a minha exposição colocando-me à disposição de todos e de todas para trazer qualquer esclarecimento adicional que esteja ao meu alcance, no debate desta importante Comissão do Senado da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, Ministro Mendonça Filho, a Comissão é que agradece a sua presença.

Depois de exposta toda essa fala, entendo que realmente a nossa educação está numa situação muito triste, deprimente e, infelizmente, caótica, com todos esses números colocados aqui por V. Exª.

Particularmente, acredito muito na sua capacidade. Dentro do menor tempo possível, vamos retomar alguns pontos negativos que foram colocados e dar seguimento ao que é interessante, prioritário e importante para o nosso País na Pasta de V. Exª, que é o Ministério da Educação.

Formatei algumas questões. Acredito que podemos fazer o seguinte: bloco de três. Farei as primeiras perguntas e, depois, passarei para os dois autores, que são o Senador Telmário Mota e a Senadora Fátima Bezerra. Logo em seguida, os outros inscritos serão os Senadores Pedro Chaves e Cristovam Buarque, e a Senadora Ana Amélia. Depois, passaremos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me inscreve, Presidente Romário?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª está logo em primeiro ou segundo lugar, depois dos dois autores.

Ministro, a Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê, até este ano, a universalização do atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, com elevação, até 2024, da taxa de matrícula no ensino médio para 85%.

Infelizmente, não cumprimos a meta para este ano. Há ainda aproximadamente 1,7 milhões de jovens de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio, fora da escola. É uma situação terrível que compromete o presente e o futuro do nosso País. Assim como no caso da Meta 3, muitos outros prazos do PNE também não foram cumpridos.

Neste contexto, as perguntas são as seguintes: Quais são as diretrizes do Ministério da Educação, para que situações de descumprimento de prazo e de estratégia do Plano Nacional de Educação não se repitam? Qual o grau de comprometimento da atual gestão com o PNE (Plano Nacional de Educação)? E quais são os principais obstáculos para a plena implementação do Plano?

Uma outra pergunta em cima dessa introdução: De que maneira a desvinculação de receitas da União, aprovada na Câmara dos Deputados, em Segundo Turno, no último dia 8, pode impactar o Plano Nacional de Educação (PNE)?

As outras perguntas são relacionadas à Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Determina, no art. 27, que:

> A educação constitui direito de pessoas com deficiência, assegurado o sistema educacional inclusivo, em todos os níveis de aprendizado, ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível nos seus talentos, nas suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, seu interesse e necessidade de aprendizagem.

Em relação a essas determinações, os questionamentos são: Quais são as concepções da atual gestão do MEC para a inclusão das pessoas com deficiência? Há alguma diretriz inovadora? Como tem sido pensada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

a educação de jovens e adultos com deficiência, especialmente sem escolaridade, os quais não têm acesso à escola regular?

Temos aqui também algumas perguntas formatadas pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, do qual o meu Partido faz parte, junto com o PSB, PPS, Rede e PCdoB. São as seguintes questões: Caso seja aprovada a nova desvinculação de recursos da União, apoiada pelo atual Governo, com o consequente impacto orçamentário sobre o Ministério da Educação (MEC), quais programas de Pasta serão sacrificados? Como a atual gestão do MEC pretende, com a redução de suas verbas, dar cumprimento ao papel do Governo Federal, na execução das estratégias, para que as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) sejam progressivamente atingidas? Qual a posição oficial do MEC, diante da proposta em curso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para alterar o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, de forma a suprimir ou flexibilizar o princípio de gratuidade do ensino de educação superior, sem instituições públicas?

Para finalizar, a Base Nacional Comum Curricular tem sido objeto de muitos debates. Alguns educadores apontam que há excesso de conteúdos na proposta em discussão; outros preferem indicar que existem importantes lacunas a serem preenchidas. Qual é a posição do MEC a respeito da discussão e do encaminhamento do BNCC?

Essas são as questões que gostaria de fazer a V. Exª.

Agora, passamos a palavra à Senadora Fátima Bezerra. O Senador Telmário Mota não se encontra no momento, mas...

Senador Telmário, por favor. (*Pausa.*)

Senador Telmário Mota, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigado, Senador.

Quero iniciar agradecendo a presença do Ministro Mendonça Filho por ter atendido o nosso convite, e dizer que o nosso objetivo, sem dúvida alguma, é tentar esclarecer à população quais os caminhos que o Ministro tem, no seu programa de Governo, nas suas propostas de Governo, para esta Pasta tão importante que é a educação, que é menina dos olhos de toda uma Nação que tenha compromisso com o seu povo.

Sem dúvida alguma, o Ministro Mendonça Filho é um homem extremamente preparado: Deputado Estadual aos 20 anos; Deputado Federal por três vezes; Vice-Governador; Governador, que, de qualquer sorte, tem uma história incluída na educação.

As minhas perguntas, a título de facilitar, como há um texto extenso em cada uma, vou passá-las aqui, a fim de que a assessoria as encaminhe ao Ministro. Vou formular as perguntas, mas vou encaminhá-las para que ele as memorize, ficando em bom caminho.

Sr. Ministro, sem dúvida alguma, aqui é um palco ideal para que V. Exª possa trazer as novas proposições da sua Pasta e ter essa oportunidade de dialogar com todo o Brasil.

Vamos à primeira pergunta. O Vice-Presidente da República, Michel Temer, no exercício do cargo da Presidência da República, encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, de 2016, constitucionalizando o ajuste fiscal.

De acordo com essa PEC, a vinculação constitucional para a educação, prevista no art. 212, será a partir de 2017, corrigida apenas pela inflação. Isso significa que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não serão obrigados a promover aumentos reais nos recursos para a educação, mas apenas corrigir as perdas inflacionárias.

O dispositivo da PEC está expresso da seguinte forma:

> Art. 104 A partir do exercício financeiro de 2017, as aplicações mínimas de recurso a que se referem o inciso I e o §2º e o §3º do art. 198 e *caput* do art. 212, ambos da Constituição, corresponderão, em cada exercício financeiro, às aplicações mínimas referentes ao exercício anterior, corrigidas na forma estabelecida pelo inciso II, §3º, e do §5º do art. 102 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As vinculações constitucionais para a educação, como as conhecemos hoje, tiveram como precursor o Senador João Calmon.

Foi sua luta que levou à promulgação da Emenda Constitucional nº 24, de 1983, retomando a vinculação de recursos para a educação, que havia sido retirada durante o regime militar.

Diante disso, eu pergunto para V. Exª. Primeira pergunta: o Ministério da Educação (MEC) tem cálculo do impacto financeiro desta medida para a área de educação?

E até que V. Exª reclamava, agorinha, que teve um corte de seis bilhões, depois conseguiu mais quatro bilhões e que isso pode interferir profundamente, principalmente nos programas. E eu quero, aqui, parabeni-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

zar V. Exª por estar mantendo esses programas do governo anterior e dando oxigênio para que eles possam realmente funcionar a pleno vapor.

Segunda pergunta: será possível implementar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) sem aumento real dos recursos, como prevê a PEC?

Terceiro: será possível pagar o piso salarial profissional nacional dos professores com as limitações impostas por esta PEC?

Quarto: se o Senador João Calmon,...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ...que dá nome à sala de reunião desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado, estivesse aqui hoje, como o seu Ministro justificaria ao grande lutador da causa de vinculação, o abalo que a PEC provocaria neste instrumento?

E mais um pouquinho. Sobre outros temas e programas do MEC, fazemos as seguintes perguntas, Sr. Ministro: Qual a posição do MEC sobre a questão da educação sexual na escola? O MEC pretende lançar alguma medida nesta área?

Sexto: no próximo dia 25 deste mês, vence o prazo dado pelo PNE para que o MEC encaminhe o documento da Base Nacional Comum Curricular ao Conselho Nacional de Educação. Em que situação está o documento do BNCC? O MEC vai encaminhar no prazo? O MEC vai reformular o documento elaborado pela equipe anterior do ministro anterior?

Sétima: qual é a posição do Ministro sobre a educação superior no Brasil? O Governo continuará fazendo expansão por meio de criação de novas universidades públicas, como fizeram os governos anteriores?

E aí, Sr. Presidente, gostaria que o senhor me desse um minuto mais, porque é importante para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Fique à vontade, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O Ministro, quando foi governador, valorizou muito a educação integral, Ministro. Então, eu queria também ver a posição de V. Exª nesse sentido, embora V. Exª já tenha falado um pouco e eu senti os olhos de V. Exª brilharem nesse sentido.

E V. Exª também, como Deputado, fez uma proposição para a ampliação do financiamento do Fies. Eu vi que V. Exª já está ali, mais ou menos, encaminhando, preocupado com o Fies.

E quanto à alfabetização, V. Exª também toca nesse assunto. V. Exª, como Deputado, propôs que começasse aos seis anos, enquanto o PNE estabelece oito anos, até oito anos. Então, eu queria que V. Exª nos falasse sobre isso. Fora as perguntas que já estavam escritas, eu coloquei essas duas, a integral, o Fies e também a alfabetização.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Com a palavra, agora, a Senadora Fátima Bezerra, autora do requerimento, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srª Maria Helena, demais integrantes do MEC, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro dos avanços, das conquistas no campo da educação que o País teve nos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Aliás, avanços esses registrados aqui inclusive pelo Sr. Ministro, em dois itens, a meu juízo, fundamentais.

Primeiro quando ele reconhece aqui o orçamento do governo Lula. No seu governo, o orçamento sai de 43 bilhões para 131 bilhões.

Outro avanço que ele aqui reconheceu foi a expansão da oferta educacional. Saímos de 2 milhões de matrículas para quase 8 milhões de matrículas no ensino superior.

O fato, Sr. Presidente, é que ninguém pode desconhecer o legado dos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma no que diz respeito à educação brasileira.

Isso foi possível, repito, a partir do financiamento para a educação, que foi visto como uma prioridade.

Foi o crescimento do orçamento que nos permitiu, por exemplo, fazer a revolução que nós fizemos na educação profissional e tecnológica.

O Brasil tinha levado cem anos para ter 144 escolas técnicas. Em 12 anos, nós saímos de 144 para 442 novas escolas técnicas.

No campo do ensino superior, nós ampliamos a oferta, através de iniciativas louváveis, iniciativas inovadoras como o ProUni. Infelizmente, na época, o partido do Ministro inclusive foi contrário, mas o fato é que o ProUni hoje se constitui uma das políticas mais exitosas, vitoriosas, de inclusão no que diz respeito a acesso ao ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mas foi também através do Fies, foi também através da política de quotas, somado ao Reuni, que foi o plano de reestruturação e ampliação do ensino superior, que os governos Lula e Dilma conseguiram entregar 14 novas universidades. E com um detalhe, Senador Romário, pela primeira vez, o crescimento, a oferta do ensino superior sai do eixo Sul-Sudeste e chega ao interior do Brasil, chega à Região Nordeste, chega à Região Norte.

Foi esse investimento, por exemplo, que nos permitiu entregar mais de 170 novos *campi* de ensino superior pelo País afora.

Foi essa prioridade, do ponto de vista do financiamento da educação, que nos permitiu dar um salto extraordinário que foi sair do estágio do Fundef para o Fundeb.

E com isso nos permitiu dar um passo muito importante na busca de universalizar ou ampliar o atendimento escolar da creche até o ensino médio, porque o Fundef tem seu mérito, mas infelizmente era uma política fragmentada, era uma política que cuidava do financiamento somente do ensino fundamental, quando a gente tem que garantir ao povo brasileiro o direito à educação desde a creche até o ensino médio.

E o Fundeb se torna também uma política inovadora. Os números falam por si. Em 2002, o Fundef investiu na educação básica 22 bilhões. Com o Fundeb, nós chegamos hoje a R$131 bilhões, que é o aporte de recursos, via Fundeb, destinado para os Estados e Municípios.

E aqui com um detalhe: é preciso ampliar a participação financeira da União. Há muito tempo, inclusive, que venho defendendo isso.

Mas foi com o Fundeb também, Sr. Presidente, que nós demos outro passo fundamental: regulamentar o art. da Constituição Federal que trata de instituir o piso salarial nacional para o magistério. E aqui quero render as minhas homenagens ao professor Cristovam pela contribuição que deu, porque partiu dele a primeira iniciativa de projeto de lei para regulamentar o artigo da Constituição que trata do piso salarial nacional para o magistério.

Mas, mesmo com a iniciativa do Senador Cristovam, só foi possível com a sensibilidade do Presidente Lula, que mandou para o Congresso Nacional um projeto de lei, portanto, para sanar o vício de constitucionalidade, e assim nasceu a Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional e que traz também – não é, Senador Cristovam? – a questão da jornada escolar. Uma luta de nós dois. Estabelece que um terço da atividade deva ser destinada para a preparação de aulas para o preparo do professor.

Então, Sr. Presidente, concluindo, na verdade, hoje, milhares de estudantes de origem popular podem realizar o sonho de ingressar na universidade, seja pública ou privada, de estudar nas melhores universidades do Planeta através do Ciências sem Fronteira, de se formar em uma das 422 escolas técnicas, criadas pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

Já falei da Lei do Piso Salarial Nacional, que significou mais que um marco legal, pois conferiu o mínimo de dignidade aos profissionais do magistério público da educação básica tanto no que diz respeito à valorização salarial quanto no que diz respeito também à jornada de trabalho.

Quero ainda aqui destacar a iniciativa da Presidenta Dilma, quando sancionou sem vetos a lei dos royalties, que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde, além de vincular 50% do fundo social do pré-sal para a área da educação.

Mas, dentro de todo esse legado, Sr. Presidente – repito que nós temos muito orgulho dos governos do Partido dos Trabalhadores, o governo do Presidente Lula e o governo da Presidenta Dilma, no que diz respeito à expansão e ao fortalecimento da educação brasileira –, quero aqui destacar que seguramente considero como a principal conquista a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Isto aqui foi fruto de um amplo e intenso debate. Isto aqui, na verdade, é o pacto do Estado brasileiro, da sociedade brasileira em prol da educação, plano que foi, repito, exaustivamente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, V. Exª tem mais um minuto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei.

Que foi exaustivamente debatido e é o plano que aponta para que nós possamos construir mais um ciclo de avanços e conquistas para a educação brasileira, através das suas metas e das suas estratégias. E as principais metas dizem respeito à ampliação e universalização do atendimento escolar, com mais creches, mais ensino superior, mais educação em tempo integral, mais escolas técnicas, à meta da valorização do magistério, metas 17, 18, e 19, que tratam do novo piso salarial, equiparação do valor médio do salário do professor ao valor médio dos demais profissionais com formação equivalente; mas não só isso, às metas que tratam da questão da formação – 50% dos professores, nos próximos dez anos, terem direito à pós-graduação e etc.

Então, diante das metas do novo Plano Nacional de Educação, Senador Romário, eu deixaria aqui para o Ministro as seguintes indagações. Primeiro, como compatibilizar as metas do novo Plano Nacional de Educação à luz da PEC nº 241, que estabelece como objetivo conter os gastos sociais, na medida em que os gastos sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

serão limitados ao crescimento da inflação do ano anterior, não é? Estudos inclusive foram feitos mostrando, Sr. Ministro, que se essa regra Temer-Meirelles tivesse sido adotada, teriam sido subtraídos da educação brasileira...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho, Senador Romário.

Nada mais, nada menos do que R$321 bilhões, e, se isso tivesse acontecido, seguramente nós não teríamos tido os avanços que nós tivemos, que eu aqui já mencionei, em matéria de expansão e fortalecimento da educação brasileira.

Então, fica aqui a nossa primeira pergunta: como viabilizar as metas do novo Plano Nacional de Educação, desde a expansão e o fortalecimento da oferta da educação, ao novo piso salarial?

A outra pergunta também, Sr. Presidente, é com relação à questão do Fórum Nacional de Educação. O fórum, V. Exª sabe, é um órgão do Estado brasileiro criado por lei, a Lei nº 13.005, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação. O fórum tem uma posição extremamente meritória, que é monitorar, que é acompanhar a realização das metas do novo Plano Nacional de Educação. Mas não é só isso: o fórum tem uma missão nobre, que é coordenar as conferências estaduais, municipais e a Conferência Nacional de Educação.

Até o presente momento, o Ministro não dirigiu nenhum convite ao coordenador do Fórum Nacional de Educação. Acho que isso deveria ser de iniciativa do próprio Ministro, repito, na medida em que o Fórum Nacional de Educação é um órgão do Estado brasileiro, e até o presente momento o coordenador não foi convidado por V. Exª.

Inclusive, já encaminhou pedido de audiências à Sase, a estrutura do MEC que cuida da coordenação do Fórum Nacional de Educação, mas até o presente momento, não há nenhuma iniciativa no que diz respeito ao papel, ao fortalecimento e ao respeito ao Fórum Nacional de Educação. Portanto, deixo aqui essa pergunta a V. Exª.

Por fim, com relação à questão do Pronatec, Sr. Ministro, compartilho das preocupações de V. Exª, mas lembrando que o acordo com o Sistema S o senhor já encontrou; já estava tudo delineado: 1,155 milhão de matrículas, com mais matrículas, inclusive, a serem ofertadas pelas escolas técnicas. Daí nós esperarmos que essa medida seja anunciada o mais urgente possível, sob pena de acabar com o Pronatec, o que seria uma tragédia para o povo brasileiro, principalmente nesse momento que nós estamos vivendo.

Com relação ao Fies, gostaria de saber quando o MEC anunciará as providências par a etapa da Fies. E, com relação ao Enem, Ministro, gostaríamos aqui de expressar a nossa preocupação. O Enem, como V. Exª sabe, é o segundo maior exame de estudantes do mundo. São mais de 8 milhões. Como andam as providências com relação à questão do Enem, porque tomamos conhecimento de que a equipe técnica no Inep que cuidava do Enem foi desmobilizada.

Finalmente, com relação ao Orçamento – vou concluir, Senador Romário –, gostaria de colocar que, é claro, houve um contingenciamento de 6,8 bilhões, é verdade, contingenciamento esse que o Ministro sabe melhor do que eu, até porque era Parlamentar, estava no exercício do Parlamento, e esse contingenciamento se deu em função...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de toda a queda da arrecadação, queda da receita, a crise internacional. Esse contingenciamento se deu, inclusive, em função das pautas bombas que o Sr. Eduardo Cunha adotou na Câmara dos Deputados. É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso inviabilizou a aprovação do projeto de lei que tratava do contingenciamento, e tudo isso levou – o Brasil inteiro acompanhou isso – a Presidenta Dilma a ficar engessada até para não ser acusada de cometer pedalada. O fato é que esse contingenciamento, repito, era em função da realidade pela qual passava o País, e que ainda passa. Na hora em que o projeto de lei aqui foi aprovado, imediatamente cabia ao governo fazer exatamente o que fez.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que esse contingenciamento foi em função da realidade, porque, durante os cinco anos e meio do governo da Presidenta Dilma – se Deus quiser, esperamos que ela volte –, ela, nada mais nada menos, aplicou R$54 bilhões acima do teto constitucional que é o que estabelece a Constituição quando diz que a União tem que aplicar, no mínimo, 18%. Portanto, dentro de uma política de priorizar a educação, entendendo a educação como pilar estratégico para o desenvolvimento nacional, é que tanto o governo Lula quanto o governo da Presidenta Dilma fortaleceram e muito o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, finalize, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E os números falam por si.

Termino e agradeço, Senador Romário, a generosidade. É que, como o Ministro não tinha vindo aqui ainda – é a primeira vez –, gostaríamos de apresentar esse panorama de caráter mais geral.

Obrigada, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministro, passo a palavra a V. Exª para responder às questões dos três primeiros Senadores.

O SR. MENDONÇA FILHO – Obrigado, Senador e Presidente Romário.

Primeiro, respondendo ao Senador Romário, que pergunta sobre as diretrizes do MEC para que possamos atingir as metas fixadas no PNE. Eu diria, Senador, que as diretrizes do MEC foram enfatizadas no quadro final que nós apresentamos de ênfase na alfabetização, de reforma do ensino médio, de redirecionamento e valorização de uma política de formação de professores, e, ao mesmo tempo, de discussão de uma base nacional comum curricular que atenda a necessidade da educação brasileira, tecnicamente falando. Essa discussão tem que ter um conteúdo técnico primoroso e com parâmetros internacionais. A discussão já se iniciou e vamos seguir.

É evidente que, quando tratamos de metas do Plano Nacional de Educação, não podemos fixar apenas a responsabilidade no âmbito do Governo Federal, já que temos uma corresponsabilidade dividida com Estados, Municípios e até com instituições privadas que atuam no segmento educacional brasileiro, mas toda a política pública do MEC será no sentido de que as metas fixadas no PNE venham a ser atingidas.

V. Exª fala de obstáculos. Nós vamos trabalhar para superar obstáculos; alguns de ordem legal, legislativa, que precisam, inclusive, da cooperação e do engajamento do próprio Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional; outros, não. São questões que estão do lado mais operacional do MEC e dos parceiros da educação pública, Estados e Municípios.

V. Exª fala sobre a DRU (Desvinculação de Receita da União) e o impacto no PNE. Eu diria que o impacto da Desvinculação de Receita da União não compromete o Plano Nacional de Educação. E explico por quê: a origem da DRU está no Fundo Social de Emergência, que nasceu ainda no governo do Presidente Itamar Franco, que, como diretriz para a viabilização do Plano Real, criou o Fundo Social de Emergência, que era justamente a DRU do momento. Naquela época e naquele momento, o Fundo Social de Emergência, inclusive, desvinculava recursos para a saúde e para a educação.

Na evolução da renovação do Fundo Social de Emergência, que, depois, foi transformado em DRU, decidiu-se – eu não me lembro exatamente qual foi o governo

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – 2009.

O SR. MENDONÇA FILHO – ... e qual foi o ano – excluir educação e saúde da Desvinculação de Receita da União.

E, de lá para cá, todas as renovações da vigência da DRU, em vários governos que se sucederam – o governo Lula, o governo da Presidente Dilma e o Governo recente do Presidente Temer –, se deram respeitando o princípio de não atingir os recursos vinculados para a saúde e a educação. Então, para mim não vai atingir de forma alguma, impactar receita destinada ou compromissos vinculados com a educação em nosso País.

V. Exª fala da EJA (Educação de Jovens e Adultos). É uma política pública que precisa ser bem avaliada pelo Governo Federal. Temos aí um orçamento global da ordem de R$6 bilhões ao ano de repasses dentro da Educação de Jovens e Adultos. Infelizmente o resultado da EJA no Brasil é um resultado pífio, terrível. Pessoalmente já visitei espaço de Educação de Jovens e Adultos na capital pernambucana, na cidade do Recife, e fiquei deprimido quando saí daquela sala de aula. Acho que precisamos ter uma avaliação muito criteriosa. É evidente que disponibilizarmos acesso à Educação de Jovens e Adultos é uma missão do Estado brasileiro e vamos perseguir, mas não dentro do modelo atual, que, para mim, é um modelo que precisa ser reavaliado.

V. Exª fala, e aí já nas indagações do grupo Socialismo e Democracia, do art. 6º, da gratuidade do ensino superior, que nem sequer está sendo debatido no MEC, não é intenção debatermos esse assunto. Está fora de cogitação qualquer debate que envolva a gratuidade do ensino superior público do Brasil.

V. Exª também indaga sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que diz respeito à questão do conteúdo. O MEC iniciou uma discussão muito importante com relação à Base Nacional Comum Curricular. Aliás, vai ao encontro da pergunta que foi feita há pouco, com relação ao mesmo assunto, que diz respeito justamente à Base Nacional Comum Curricular e que indagava sobre os prazos. O descumprimento dos prazos da Base Nacional Comum Curricular, Senador Telmário, se deu tendo em vista o atraso no cronograma da gestão anterior, porque o prazo não vai expirar dia 25 de julho, o prazo expirou dia 25 de junho, então o prazo já passou. A rigor, vamos ter que avançar no calendário, respeitar a discussão e buscar especialistas que sejam conhecedores do conteúdo, para que possamos construir, de uma forma bem democrática, mas bem técnica, o melhor conteúdo para a Base Nacional Comum Curricular possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Senador Romário fala em excesso de conteúdo. Eu preferiria não entrar nessa avaliação técnica sobre se há excesso, se há insuficiência. O que estimo é que a Base possa expressar um conteúdo adequado para a idade e série de cada aluno em cada fase da educação brasileira, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, enfim, dentro de parâmetros que sejam compatíveis com as melhores práticas em termos do mundo.

O Senador Romário também fez uma pergunta com relação à educação especial, e a orientação do MEC é cumprir as metas do PNE, especialmente a Meta 4 e a Lei nº 13.146, de 2015, além das demais leis que dispõe sobre essa matéria, o acesso pleno às escolas e evidentemente o acesso a quem precisa de educação especial, dentro dos parâmetros estabelecidos pela própria legislação vigente. Então, essa vai ser a prática e a política a ser seguida pelo Ministério da Educação.

O Senado Romário ainda fala, para concluir as suas indagações, com relação à Meta 3 e aos estudantes entre 15 e 17 anos: 1,7 milhão de alunos fora da sala de aula. Esse é um drama, esse é um problema sério. Aliás, o Fundeb, quando foi criado, sucedendo o Fundef, que foi criado na gestão FHC, tinha o propósito de avançar no ensino médio. Infelizmente, o legado não atingiu o propósito inicial – esse é o fato –, e vamos ter que gerar um esforço fenomenal com relação à questão do ensino médio no Brasil, já que é uma área da educação básica que está com a defasagem enorme do ponto de vista de qualidade e do ponto de vista de acesso: muitos jovens saem das escolas quando chegam ao ensino médio, o que é uma coisa lamentável. É por isso que temos aí 1,7 milhão de jovens fora da escola e esperamos, inclusive, que a reforma no currículo do nível médio possa contribuir para avanços no acesso e na permanência de alunos no ensino médio.

Bom, depois do Senado Romário, tivemos o Senado Telmário, que me deixou aqui algumas perguntas por escrito e eu gostaria de fazer os comentários a partir das perguntas que ele nos entrega. "O Ministério da Educação tem cálculos do impacto financeiro dessa medida, a PEC 241, que é a PEC do teto, da limitação de despesa da União?" Senador Telmário, primeiro, eu queria reafirmar perante V. Exª e o Plenário que o meu compromisso é sempre em favor de mais recursos para a educação. Eu tenho que considerar, nesse quadro de análise, a realidade brasileira. O Brasil hoje infelizmente é um país que quebrou, literalmente quebrou, com um déficit público da ordem de 10% do PIB, com um quadro caótico do ponto de vista financeiro, com repercussões dramáticas para a vida de todos os cidadãos brasileiros, basta dizer que temos aí quase 12 milhões de desempregados. E as pessoas, muitas vezes, não consideram isso importante, mas, quando temos um quadro de falência do Estado, como o que vivenciamos atualmente, comprometemos, inclusive, políticas públicas, porque muita gente fica falando em mais recursos para educação e saúde.

Imaginemos um País como o nosso, que há dois anos encontra-se em recessão; aliás, a maior recessão da história econômica do Brasil. Desde que temos acesso às estatísticas econômicas, a maior recessão da história do Brasil se deu nos últimos dois anos, é uma coisa inimaginável do ponto de vista econômico, com repercussões dramáticas para milhares e milhões de famílias de brasileiros.

Para mim, esse é o quadro pior, porque isso enseja diretamente a redução de recursos para a educação. Ficamos lutando por mais recursos para a educação, mas qual foi o impacto dessa recessão econômica no caixa de Estados e Municípios, que não podem honrar compromissos com o fomento a políticas para a educação infantil, educação no nível fundamental e médio? Qual foi o impacto de uma recessão da ordem de 4% do PIB, como no ano passado? Foi um impacto dramático. Quando o PIB cai em cerca de 4%, muitas vezes a receita do Estado ou do Município cai além de 4%, 5 ou 6%, e isso compromete naturalmente a aplicação e o investimento em áreas importantes, como a educação e saúde.

Então, como princípio geral, eu quero defender a necessidade de que o Governo estabilize economicamente a economia brasileira, retome o crescimento e o desenvolvimento, porque, se não tivermos desenvolvimento e crescimento, não teremos receita tributária para aplicarmos na área fim essencial, como educação. Aí, dentro dessa política global, é evidente que o teto de gastos – e é uma coisa que eu vou defender publicamente – seja um teto global, um limitador geral, mas que, dentro desse limitador geral, possamos elevar o investimento em políticas públicas de saúde e de educação, respeitados os limites orçamentários, porque uma casa mal organizada do ponto de vista financeiro vai à falência, ou uma empresa mal organizada quebra. Numa nação, as consequências, quando ela está desorganizada econômica e financeiramente, são sentidas diretamente pela própria população.

"Será possível implementar as metas do Plano Nacional de Educação sem aumento real de recursos, como prevê a PEC?" Bom, eu quero aqui insistir num ponto: tivemos a triplicação do orçamento do Ministério da Educação.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Imagine, Senador Cristovam Buarque, V. Exª, que foi Ministério da Educação, aliás, um dos grandes Ministros da Educação da história do Brasil, que o orçamento saiu de R$43 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

para R$131 bilhões. Qualquer economista, qualquer avaliação de administração imagina que, se, porventura, você triplica o orçamento aplicado numa área, no mínimo, você tem que crescer proporcionalmente ao que foi investido naquela área, mas vamos ser econômicos, dobrar, em termos de qualidade, a eficiência do gasto aplicado. Temos, como resultado dessa ampliação, números que não representam a ampliação do Orçamento Geral da União. Defender a ampliação do Orçamento da União para a educação eu defendo e serei intransigente nessa defesa, mas eu defenderei também qualidade na aplicação, eficiência no gasto, boa aplicação, recursos que possam chegar à ponta, porque a clientela nossa é o aluno, é o estudante, a criança e o jovem brasileiro que precisam ter acesso à educação pública de boa qualidade.

Não pode ficar no meio do caminho, gastando R$125 milhões com um sistema de *call center* – nós tivemos que cortar R$70 milhões numa única decisão –, gastando meio bilhão de reais com serviços terceirizados. Então, a nossa política pública vai ser dinheiro na ponta para escola, para professor e para chegar ao aluno, e não se perdendo no meio de uma burocracia emperrante e que, infelizmente, toma conta de boa parte dos recursos do Ministério da Educação.

"Será possível pagar o piso salarial profissional nacional dos professores com as limitações impostas pela PEC?", pergunta o Senador Telmário. Creio que sim. Alguns Estados não estão pagando o piso nacional. E eu acho que temos que ter uma discussão madura. Evidentemente, como Ministro da Educação – e até como cidadão brasileiro, antes de Ministro e antes de Deputado –, eu vou defender sempre uma boa remuneração para professores. Se você quer atrair os melhores profissionais para uma área, você tem que remunerá-los adequadamente. Aliás, foi fruto de uma conversa que eu tive como próprio Senador Cristovam Buarque: professores mal remunerados estarão desestimulados, serão mal recrutados, porque não serão os melhores profissionais para educar as crianças do Brasil.

Então, esta será uma luta nossa. E eu posso demonstrar claramente que o orçamento, se bem manejado, pode e deve priorizar inclusive remuneração de professores. Mas não na política de dizer "toma que o filho é teu", quando se entrega a responsabilidade e passa a conta para Estados e Municípios, que estão quebrados, e sim assumindo o papel determinante e decisivo por parte da União, que não pode apenas impor e transferir responsabilidade para Estados e Municípios, porque vivemos numa Federação, que tem que agir e atuar de forma solidária e harmônica, e não isolada, como se porventura nós fôssemos os donos da verdade, impondo uma série de obrigações para Estados e Municípios, ficando bem na fita, e os Estados e Municípios quebrados, sem poder honrar com seus compromissos.

Pergunta também o Senador: "Se o Senador João Calmon, que dá nome à sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, estivesse aqui hoje, como o Sr. Ministro justificaria ao grande lutador da causa da vinculação o abalo que a PEC provoca nesse instrumento?"

Eu diria o que disse há pouco. Eu acho que primeiro está a saúde financeira do País. A gente tem que salvar o Brasil desta calamidade econômica que nós vivemos hoje. Vou defender que tenhamos liberdade dentro da responsabilidade de ampliação de recursos para o Ministério da Educação e para a educação brasileira. Mas eu tenho que ter a responsabilidade de dizer que não basta simplesmente ter irresponsabilidade fiscal e imaginar que dinheiro nasce em árvore, porque não nasce, vem dos contribuintes. E, vindo dos contribuintes, é preciso ter seriedade na aplicação, racionalidade e otimização, para que ele chegue à ponta e cumpra a sua finalidade. Como o Senador João Calmon era uma pessoa sensata, eu tenho certeza de que ele se convenceria dessa minha defesa e estaria alinhado com o meu pensamento.

"Qual é a posição do MEC sobre a questão da educação sexual na escola?" Eu defendo a liberdade de informação. As pessoas constroem, muitas vezes, certos mitos e certas inverdades a respeito da percepção que se tem, a construção ou a caricatura que se entende com relação a determinadas pessoas. Eu sou uma pessoa aberta.

Respeito o contraditório, respeito as liberdades individuais, não sou o dono da verdade. E acho que a pluralidade e o acesso à informação são vitais para a boa formação de qualquer cidadão, ainda mais de um jovem estudante.

"No próximo dia 25 deste mês..." Já respondi a esta.

"Qual é a posição do Ministro sobre a educação superior no Brasil? O Governo continuará fazendo a expansão por meio de criação de novas universidades públicas como fizeram os governos anteriores?"

Primeiro, eu acho que a gente tem que restabelecer a visão geral, porque, quando um governo como, por exemplo, o do PSDB cria acesso à universidade particular via um Fies, um ProUni ou qualquer instrumento desse tipo... E eu quero refutar aqui que o meu partido não foi contra o ProUni especificamente. Ele criticou e litigou com relação ao benefício específico para algum tipo de entidade, e não o ProUni em si. Nós defendemos o ProUni, eu defendo o ProUni, e não há nenhuma posição pública minha ou de membro do meu Partido que critique o ProUni. É importante que fique claro isto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E a expansão do ensino universitário, Senador Telmário, ao longo dos últimos anos, deu-se tendo como base as entidades privadas de educação, ao contrário do que... Preponderantemente, saiu de 60% para 75%. Se porventura fosse um governo que não fosse o governo do PT, seriam os privatistas da educação do Brasil. Como foi o governo do PT... E aqui não estou criticando, não. Será sempre bem-vinda a cooperação de universidades comunitárias, confessionais, entidades privadas de educação, para que a gente possa formar jovens e dar-lhes acesso às universidades. Apenas eu estou constatando um fato: houve uma evolução, cresceu também o número de vagas nas universidades públicas de 800 mil vagas para 1,9 milhão de vagas, o que é muito positivo, mas cresceu ainda mais o número de vagas nas universidades privadas. E é importante que a gente tenha clareza e percepção sobre o que de fato aconteceu.

Eu quero inclusive destacar, Senador Telmário, que o Fundeb está excluído da PEC nº 241. Então, os recursos para a educação básica via Fundeb estão excluídos da PEC nº 241, o que é uma coisa positiva, que vai ao encontro do nosso pensamento.

Eu não sei se pulei alguma das suas indagações.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Ficaram aquelas duas que eu muito já...

O SR. MENDONÇA FILHO – Alfabetização?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – As escolas integrais e a questão da alfabetização.

O SR. MENDONÇA FILHO – A política de alfabetização é a base de tudo. Uma criança mal alfabetizada vai comprometer toda a sua vida educacional. Uma criança bem alfabetizada vai ter um desempenho escolar, ao longo da sua vida, diferenciado e positivo. Então, será o nosso compromisso.

Eu acho que houve avanços. Existem políticas públicas, por exemplo, como no Ceará, que são referência hoje, motivo de sucesso no Brasil.

O Pnae foi espelhado nas políticas públicas praticadas no Ceará, e eu quero louvar isso. Mas o Pnae não teve o desempenho, em termos nacionais, adequado ou satisfatório, infelizmente. A gente precisa melhorar esse desempenho, engajar mais Estados e Municípios. E é compromisso nosso, do MEC, valorizarmos políticas que melhorem e qualifiquem cada vez mais a alfabetização das crianças no Brasil.

Em relação à escola em tempo integral, que V. Exª referiu, eu sou entusiasta.

Aliás, mobilizei-me, como Vice-Governador, no meu Estado, para criar a primeira, que é o Ginásio Pernambucano, uma escola tradicional, na Rua da Aurora, no centro do Recife, no Governo Jarbas, de quem fui, com muita honra, Vice-Governador. Acompanhei de perto a implantação. Deixei, como Governador, 20 escolas funcionando. Foi sequenciada essa política pública pelo Governador que me sucedeu, Eduardo Campos, já falecido. O Governador João Lyra também deu sequência; o Governador atual, Paulo Câmara, levou adiante. Tanto é que Pernambuco saiu de uma posição que era a 23ª ou 24ª, em termos de qualidade do ensino médio, e, hoje, ocupa a 4ª posição.

Estamos satisfeitos com a evolução? Estamos, mas é pouco diante do que podemos fazer na área da educação. Inclusive, dos problemas mais graves do ensino médio no Brasil, conseguimos resultados extraordinários em Pernambuco. Por exemplo, o índice de evasão escolar nas escolas em tempo integral diminuiu para apenas 1%, quando temos números superiores na casa de 25%, o que é uma coisa trágica para um jovem que sai da escola, nem trabalha e nem estuda, e fica, muitas vezes, sujeito à marginalidade, a ser tragado pelo mundo das drogas, nas grandes e médias cidades de todo o Brasil.

Então, agradecendo a paciência de V. Exª, tive que me alongar porque também foram longas as perguntas, e pertinentes, feitas por V. Exª.

Por fim, só quero, agora, responder a Senadora Fátima Bezerra. Bom, ela destaca a evolução do orçamento da União. Não tenho nenhuma dificuldade, Senadora, de reconhecer mérito de Governo, com quem, porventura, tenha qualquer tipo de divergência política ou partidária, muito pelo contrário, esse é um problema que não me atinge. Sou capaz de reconhecer o mérito em V. Exª, como Senadora, como educadora, sou capaz de reconhecer o mérito de uma iniciativa praticada pelo ex-Presidente Lula, sou capaz de reconhecer o mérito de uma iniciativa praticada pela Presidente Dilma Rousseff. Para mim, esse não é o problema, muito pelo contrário. Acho que enquanto traçarmos e tocarmos políticas públicas na base do Fla-Flu, do nós contra eles, sou bom e você é má, isso não vai levar o Brasil para canto nenhum, muito menos quando se trata de discussão de assuntos sérios como o da educação.

Quando demonstrei claramente que houve evolução do orçamento da União para a área da educação, saindo de 43 bi para 131 bi, louvo isso e acho positivo. Agora, louvarei ainda mais quando os recursos tiverem resultados concretos na ponta, que possam espelhar essa evolução em termos de aplicação de recursos na área de educação, que, tenho certeza, é o propósito de V. Exª e será sempre o meu propósito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Reuni, que V. Exª mencionou, o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no Brasil, tem o nosso apoio; as universidades públicas federais têm tido todo o respaldo por parte do Ministério da Educação; recebi reitores, individualmente; participei de reunião da Andifes, participei de reunião com a direção da Andifes no meu gabinete. Quantas vezes seja solicitado, estarei disponível e à disposição para conversarmos e dialogarmos da melhor maneira possível.

Infelizmente, o quadro das obras que estavam em andamento dentro do programa Reuni, que fortalece as universidades federais, é um quadro caótico também. Temos aí R$1,7 bilhão de dívidas junto às universidades. E, nessa equação, permitida a partir da reposição do orçamento determinada pelo Presidente Temer, começamos a retomar algumas obras importantes, que serão tocadas.

Semana passada, estive no meu Estado, Pernambuco, numa obra da Federal Rural; na próxima semana, devo ir ao Estado do Maranhão, que no caso é ensino técnico, Instituto Federal de Educação; devo marcar ida ao Estado do Amazonas para visitar o hospital universitário; ao Estado de Santa Catarina; e vou percorrer o Brasil para tirar essas obras do papel. Elas são positivas, do ponto de vista de mérito, e precisam ser entregues às comunidades universitárias.

Fundef e Fundeb. Na verdade, o Fundef foi a base do Fundeb, o Fundeb foi a evolução do Fundef que tinha como característica e foco principal o ensino fundamental, o B do Fundeb é decorrente da inclusão do nível médio que, infelizmente, não atingiu os objetivos. Então, saímos de um desempenho extraordinário no ensino fundamental, quase universalização, um desempenho muito grande de acessos, mas que precisamos evoluir para o fundamental 2, que ainda tem uma lacuna grave a ser corrigida, é meio espremido. O nível médio e a educação infantil precisam ser cuidados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, permita-me só rapidamente aqui.

O SR. MENDONÇA FILHO – Por favor, à vontade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acho que quanto à questão do Fundeb, nós tínhamos que reconhecer a importância dele, exatamente. Estou querendo dialogar com o Ministro, estou querendo dialogar com a responsabilidade que tenho enquanto professora, enquanto Senadora.

A importância do Fundeb é exatamente tentar corrigir o caráter fragmentado do Fundef. O Fundef foi uma política importante sim, um avanço sim, mas não podemos condenar o povo brasileiro, de repente a ter, por parte do próprio Estado brasileiro, a responsabilidade de oferecer educação só no ensino fundamental. O Fundeb veio para corrigir isso, veio para dizer que o direito à creche não é um direito somente dos que têm poder aquisitivo e podem pagar para colocar o filho na creche. A senhora sabe, inclusive, que as estatísticas antes do Fundeb davam conta de que tínhamos apenas, Ministro Mendonça, 0,7% das nossas crianças de zero a três anos, nas creches pelo País afora.

Graças a Deus, a política do Fundeb, que passou a incluir a creche até o ensino médio e as diversas modalidades, educação de jovens e adultos, educação no campo etc., etc., etc., graças a essa política, nós hoje temos... É pouco ainda, mas nós já temos, Ministro, 23% a 27% das nossas crianças de zero a três anos nas creches, e queremos chegar, nos próximos 10 anos, no mínimo a 50%.

Então, eu gostaria aqui de ressaltar isso, a importância do Fundeb. Aliás, ouso dizer que o Fundeb foi uma das iniciativas mais importantes, que vai influir sobre os destinos da educação básica pelos próximos 50 anos. O que ele precisa, a meu ver, é ser aperfeiçoado, ser melhorado, inclusive naquilo que estamos defendendo há muito tempo, que é o Governo Federal ampliar a sua participação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou só colocar...Concluo, Ministro, dizendo que com relação à questão do ensino médio, V. Exª tem razão quanto ao déficit que existe ainda.

Agora, lembremos que o ensino médio é de responsabilidade dos Estados. Isso tem muito a ver, inclusive, com a necessidade que há de reformulação curricular, enfim, de uma grande reformulação por que tem que passar o ensino médio – e o Governo Federal tem que ajudar. O Fundeb foi, sem dúvida nenhuma, uma iniciativa muito importante. Mas lembremos aqui que é de responsabilidade dos Estados.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pela ordem o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Todos nós sabemos que às quartas-feiras, no Senado Federal, nós tínhamos que ter o dom da onipresença. Neste mesmo instante, estamos tendo uma reunião da CCJ importantíssima, já iniciando a Comissão do Impeachment.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu rogo a V. Exª para que seja respeitada a ordem de inscrições. A Senadora Fátima tem, indiscutivelmente, uma contribuição a dar neste encontro com o ministro Mendonça Filho, a quem quero cumprimentar neste instante, de forma fraterna e respeitosa.

Mas temos vários inscritos e rogo a V. Exª que respeite não apenas a ordem de inscrição como o tempo de cada um dos inscritos, sob pena de haver aqui um diálogo entre o Ministro e a Senadora Fátima, que já participou, interrompeu o Ministro, e nós outros, que somos Senadores da mesma forma, ficamos preteridos da nossa participação neste importante encontro. Lembrando que outras Comissões estão ocorrendo neste instante.

Então, rogo a V. Exª que respeite a ordem de inscrições e seja rigoroso com o tempo, porque, do contrário, fica desigual a participação nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estou interrompendo não. O Ministro está respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só a título de informação, a Senadora...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Interrompeu de novo, Fátima! V. Exª não se controla!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A Senadora...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Impressionante! Interrompeu de novo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas você... Desculpe, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ...tinha o direito de dois minutos e já usou.

Voltamos a palavra aqui ao Ministro Mendonça Filho, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, o senhor a cada dia se torna mais deselegante, inoportuno. Desculpe-me.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Elegante é V. Exª, é um primor, é uma dama.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deselegante, inoportuno. Vamos tratar aqui as coisas com o devido respeito. Isso não é um tema qualquer.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, com a permissão dos Senadores e do Presidente Romário, eu vou tentar aqui otimizar o tempo. É porque o rol de perguntas foi bem alto, eu tive que ir uma a uma – e muitas vezes eu não tenho o poder da síntese, mas vamos lá.

Como viabilizar as metas do PNE? Eu acho que já foi respondido até na pergunta feita pelo Senador Romário e o Senador Telmário. Vamos buscar dentro das políticas públicas estabelecidas e das prioridades que são convergentes nesta direção.

V. Exª, Senadora, fala do Fórum da Educação Brasileira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Fórum Nacional de Educação.

O SR. MENDONÇA FILHO – O Fórum Nacional de Educação. Eu me coloco à disposição. Não tenho dificuldade de receber o Prof. Heleno. Aliás, o Prof. Heleno, que é o Presidente do Fórum, é até meu conterrâneo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO – Se ele precisa de um convite, eu faço um convite público: Prof. Heleno, por favor, compareça ao MEC, que eu estarei aberto para lhe receber com o maior prazer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois eu sugiro ao senhor que o Sr. Ministro formalize por escrito.

(Manifestação da plateia.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro que sim! Por favor, qual é o problema?

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu não preciso formalizar um convite.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei.

O SR. MENDONÇA FILHO – Senadora, permita-me dizer, aí é um pouquinho...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu não preciso formalizar. Qualquer pessoa que me procura, eu recebo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei. Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu tenho o maior prazer... O Prof. Heleno... Eu peço à Secretária da SAAG para fazer a articulação com o Prof. Heleno. A Profª Regina, que está aqui presente, que foi Secretária do Rio de Janeiro,...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MENDONÇA FILHO – ...fará o contato.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, só para acrescentar: veja bem, primeiro quero pedir respeito aqui. Eu estou falando aqui não é de uma instituição qualquer.

O Fórum Nacional de Educação é uma instituição do Estado brasileiro. Não é o Prof. Heleno, não é a Profª Maria.

É uma instituição que, de acordo com a lei, tem a missão, por exemplo, de coordenar a Conferência Nacional de Educação, cujos preparativos já devem ser deflagrados, e também tem a missão constitucional de acompanhar as metas do novo Plano Nacional de Educação. Mas, até o presente momento, infelizmente, não foi dado ao Fórum Nacional de Educação o devido respeito que deve ter como estrutura do Estado brasileiro.

Fico feliz, Ministro, por vê-lo, publicamente, recomendar isso, até porque creio que essa deve ser uma iniciativa do próprio Ministro, do Ministério da Educação, que deve ter a preocupação de, a exemplo das outras entidades, convocar, convidar o Fórum Nacional de Educação.

O SR. MENDONÇA FILHO – Está convidado o Dr. Heleno.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, só espero que a senhora agora tenha o entendimento de que há outros colegas que querem também fazer suas explanações e suas perguntas.

O SR. MENDONÇA FILHO – Há três pontos finais para concluir a minha resposta à Senadora.

Senadora, V. Exª falou sobre o Pronatec, com 1,5 milhão de matrículas asseguradas. Eu gostaria de encontrar esse acordo do Pronatec, mas não estou encontrando. Se V. Exª puder me ajudar... Eu inclusive tive a iniciativa de ligar para o ministro anterior, até para fazer um diálogo com ele, mas eu não encontrei esse documento. Se V. Exª puder me disponibilizar esse acordo de 1,5 milhão de vagas, eu ficarei muito feliz com essa ajuda. Até aqui, já revirei todas as gavetas do MEC e estou recomendando à minha equipe que também procure, mas não encontramos nenhum acordo com relação a esse 1,5 milhão de vagas para o Pronatec que V. Exª mencionou. Acho importante. Se V. Exª trouxer esse acordo para mim, vai me oferecer uma grande solução, porque eu estou realmente tendo muita dor de cabeça para encontrar recursos para viabilizar o Pronatec neste segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pode continuar com a resposta, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passarei para o senhor. Já havia data marcada: dia 15 de maio.

O SR. MENDONÇA FILHO – Não, não é a data.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senadora.

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu quero saber o acordo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Passaremos, passaremos, sim.

O SR. MENDONÇA FILHO – Acordo com recursos...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Chegaria a 2 milhões de vagas com a participação das escolas técnicas federais.

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu gostaria de obter o acordo assinado. Não quero só a palavra, porque a palavra não paga conta de ninguém. Desculpe-me por falar de forma muito franca.

Quanto ao Fies, já foram anunciadas 75 mil vagas para o programa para o segundo semestre de 2016, com recursos de R$450 milhões que o Presidente já garantiu para financiar o Fies.

E quanto aos 6,4 bi que V. Exª alega terem sido fruto da pauta bomba do Congresso, eu não vou entrar nessa polêmica. Eu acho que houve o corte pelo governo anterior, mas já repusemos 4,7 bi. Fica a leitura para a opinião pública fazer no momento devido.

Obrigado, Senador Romário. Peço desculpas pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Ministro.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, eu estou inscrita.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem, para falar só um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu sou membro da Comissão do Impeachment e queria pedir licença, porque vou para lá. Antes, queria dar uma sugestão, Ministro, só uma sugestão.

O Enem é nacional. É preciso regionalizar a qualidade do nosso estudo no nosso Estado, nos Estados do Norte e do Nordeste. É uma sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, antes de passar a palavra a V. Exª, eu vou só agradecer a presença de algumas pessoas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, Presidente, V. Exª pode declinar a lista dos oradores inscritos?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Angela, peça para o Ministro falar sobre o Enem, porque eu havia abordado esse assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª é o terceiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu gostaria de registrar a presença da Srª Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária Executiva do Ministério da Educação, que está aqui na mesa conosco; Sr. Paulo Barone, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Gastão Vieira, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE; Srª Maria Inês Fini, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep; Sr. Maurício Romão, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Sr. Felipe Sartori Sigollo, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Srª Regina Alcântara de Assis , Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino; e Srª Ivana de Siqueira, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Muito obrigado a todos pela presença.

Passo a palavra agora à Senadora Angela Portela.

Por favor.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sr. Ministro Mendonça Filho, Secretária Maria Helena, eu ouvi com muita atenção a explanação de V. Exª e penso que é muito importante que, na Comissão de Educação, nós tenhamos todas as informações sobre o que pretende o novo Ministro da Educação na área, considerando que há, no meio educacional, entre trabalhadores da educação, em todo o setor educacional do País, uma grande preocupação com as mudanças que estão sendo ventiladas na imprensa a respeito dos programas implantados nos últimos anos.

V. Exª colocou aqui, na explanação, um cenário de terra arrasada, mostrando graves problemas e ineficiência na gestão. A despeito das dificuldades econômicas, as políticas educacionais não estiveram, em nenhum momento, em risco nos últimos governos, de Lula e Dilma, mesmo com as dificuldades econômicas por que o País passa. Ministro, não podem ser considerados ineficiência na gestão programas tão importantes, como o ProUni, que avançou o ensino superior em todos os Municípios, com a interiorização do ensino superior em nosso País. Não pode ser considerado ineficiência na gestão um programa como o Fies, com 3 milhões de jovens tendo acesso ao ensino superior, acredito que não pode ser considerado ineficiência na gestão o Proinfância, o Pronatec, com 8 milhões de jovens tendo acesso ao ensino técnico profissionalizante. Isso é eficiência na gestão, mesmo com as dificuldades econômicas que foram colocadas aqui, que reconhecemos que tem. Então, eu fico muito triste quando vejo desconsiderar tudo de bom que foi feito nos últimos anos na área da educação. Isto é inadmissível, é inconcebível isso!

No meu Estado de Roraima, por exemplo, só quero mostrar dois exemplos, na educação superior e no Proinfância, na educação infantil. Nós tínhamos apenas 20 vagas de vestibular para o curso de Medicina em Roraima. Atualmente, com o Programa Mais Médicos, nós passamos a ter 80 vagas para o curso de Medicina, para que os nossos jovens pobres possam ter acesso ao curso de Medicina, um curso a que, como todos sabem, só tem acesso quem tem recursos para pagar um curso caríssimo na rede privada.

V. Exª colocou aqui também, no MAPA, sobre o Proinfância, que apenas 57 creches foram construídas com aquela nova metodologia, e que em Roraima só há uma única creche. Eu digo a V. Exª que temos mais de 20 creches sendo construídas, e com recursos assegurados para a conclusão dessas creches. Inclusive na Prefeitura de Boa Vista, que é uma prefeitura do PMDB, que tem 19 creches sendo construídas, Ministro, os recursos estão assegurados, e deverão ser inauguradas – algumas já foram inauguradas, e muitas outras deverão ser inauguradas –, tudo com recursos do Proinfância. Esses são apenas dois exemplos que eu gostaria de citar, para mostrar que existe, sim, eficiência na gestão, mesmo com as dificuldades econômicas que o País passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Considerando tudo isso, esses avanços dos últimos anos da educação nacional, inclusive com aprovação do Plano Nacional de Educação, com 10% do PIB para a educação, temos de assegurar recursos para a implementação, para que possamos atingir as metas desse plano.

Mas, após fazer essa breve fala em defesa dos programas educacionais dos últimos anos, dos governos de Lula e Dilma, eu gostaria de fazer algumas perguntas a V. Exª.

(Soa a campainha.)

A primeira pergunta: o que V. Exª pensa do Programa Escola sem Partido, que alega combater a doutrinação ideológica? Já existem vários projetos visando a mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. V. Exª acredita que um cidadão crítico seja sinônimo de fazer a cabeça dos alunos?

Outra pergunta, ainda em cima da Escola sem Partido: o PL 867, que tem ainda versões estaduais e municipais, tramita apensado a outros projetos que também ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente – são os PL 7180, de 2014; 7181, de 2014; e 1859, de 2015. Que postura o Ministério da Educação, em sua gestão, adotará em relação a esses projetos da Escola sem Partido? Da mesma forma, que posição adotará perante o PL 1411, de 2015, que tipifica o crime de assédio ideológico, um crime tipicamente escolar, no qual as vítimas serão os alunos? Na opinião de V. Exª, não representaria uma grave limitação eventual proibição de referências à ideologia de gênero ou à orientação sexual na educação?

Outra pergunta: os primeiros meses da gestão de V. Exª no Ministério da Educação foram marcados por uma série de demissões. Foram atingidas as áreas estratégicas, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Eu pergunto se não haveria risco de interrupção de programas estratégicos em curso, inclusive para a educação de crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais.

Outra pergunta: o Partido de V. Exª entrou com várias ações judiciais contra o sistema de cotas na educação pública brasileira. V. Exª adotará que postura a respeito das cotas?

Sobre o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), foi baixado um decreto suspendendo as bolsas do Ciência sem Fronteiras. Como ficarão os estudantes que estão fora do País? As informações que temos é de que houve interrupção, e que, inclusive, as bolsas não seriam mais pagas. A nossa preocupação é com esses estudantes que estão em 40 países fazendo Ciência sem Fronteiras.

Gostaria de comentários também sobre o esvaziamento do fórum nacional sobre a PEC 241, que trata do limite do gasto público, o risco de inviabilizar a execução do Plano Nacional de Educação.

Quero dizer também a V. Exª que, considerando que foram liberados recentemente, R$700 bilhões para a educação e R$1 bilhão apenas para a rede federal e as universidades e os institutos federais, quero pedir atenção de V. Exª para os recursos que foram assegurados para o primeiro instituto federal indígena, em Roraima, e para dois *campi* do instituto federal, no Município de Bonfim, na fronteira com a Venezuela, e o Instituto Federal Zona Oeste de Boa Vista, na nossa capital. Então, queremos que seja considerada, já que essas obras já estão em andamento, uma vez que já existe esse R$1 bilhão para a rede federal e para os institutos federais, gostaríamos que fossem priorizadas as obras que já estão com orçamento assegurado e que fossem liberados recursos para continuidade dessas obras, Ministro.

Não podemos deixar um elefante branco, uma obra em fase de acabamento que irá beneficiar mais de 2 mil jovens, inclusive jovens indígenas do nosso Estado, que terão acesso ao ensino superior, ao ensino técnico, profissionalizante, em nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Ministro, por favor.

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, primeiro saudar e cumprimentar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ministro, por gentileza. Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se me permite.

Parece-me que depois do Senador Cristovam só restará a mim, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, se o Ministro concordar também, poderíamos fazer um bloco...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse bloco é Senadora Angela Portela, Senador Cristovam e V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ministro, bom dia, boa tarde. Cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes. Quero, em primeiro lugar, dizer que a sua apresentação foi bastante instrutiva para todos nós e, a meu ver, pode até trazer uma certa tranquilidade em relação a alguns temores que existem hoje.

De qualquer maneira, queria falar que lamentei que, na colocação das políticas, não esteja explicitamente o problema do analfabetismo de adultos. Sei que há pedagogos que acham que isso não é um problema. Alfabetizemos as crianças, que os adultos analfabetos morrerão quando chegar a hora deles. Mas creio que é até uma questão de direitos humanos, embora tenha algo relacionado à alfabetização na idade certa, de que o senhor tem falado, mas não tinha o analfabetismo de adultos. Segundo, fiquei pasmo quando vi nesse gráfico que os recursos investidos em educação básica diminuíram em termos reais. Sinceramente, eu confesso que não estava alerta para isso.

Gostaria de perguntar – não deu tempo de fazer as contas – se *per capita* caiu ainda mais, porque o número cresceu ou se o aumento demográfico já está surtindo efeito e diminuindo de um ano para o outro. É uma pergunta.

Agora, queria perguntar ao senhor, levando em conta uma afirmação sua, corretíssima, da dificuldade dos Municípios para darem educação: o MEC consideraria a possibilidade, caso algum prefeito de cidade pequena – porque das grandes não haverá recursos – diga: Ministro, eu não tenho condições de dar a educação que as crianças brasileiras precisam. O MEC estaria disposto a adotar essas crianças, cuidando de todas as escolas? Supondo que o prefeito peça isso com o aval do Sindicato dos Professores Municipais, com o aval da Câmara de Vereadores, do bispo, dos pastores, de todo mundo? É a ideia de que, com a desigualdade que temos entre as nossas cidades, fica impossível – e o senhor de certa maneira falou isso –, dar a educação que nós queremos. Por exemplo, as cidades mais ricas do Brasil têm renda *per capita* até cem vezes a receita das cidades mais pobres. Murici, em Alagoas – foi o Senador Randolfe quem me ajudou –, o Município mais pobre dos que receberam a tocha olímpica, tem uma renda *per capita* ridícula comparada com São Caetano do Sul, outra cidade que recebeu a tocha olímpica. Aliás, quem me falou isso foi um assessor que estava aqui agora há pouco.

Foi interessante chamar a atenção para a tocha olímpica, mas tenho esses dados para outras cidades, independente disso. Por exemplo, em São Francisco do Conde, e falo de dados que tenho de 2010, tinha um PIB *per capita* de R$ 296 mil por ano. Curralinho, no Pará, era de R$ 2 mil. Imaginem! Como eu disse aqui, a diferença é de mais de cem vezes. Diante disso, o senhor acredita que é possível dar a mesma educação à criança de Curralinho e à criança dessa cidade rica, só com o Fundeb? Ou vamos ter de fazer um esforço maior de adoção da educação nessas cidades? Essa é a pergunta que queria fazer.

Estaria no seu plano, na sua ideia, adotar o que alguns chamam de federalização – uma palavra muito forte? Eu prefiro falar de adoção da educação das crianças dos Municípios mais pobres pelo Governo Federal, pela Nação, pela união brasileira.

Finalmente, sobre a PEC que vai definir um teto de salário. Eu quero dizer que comparto também da ideia de que a responsabilidade fiscal é um valor fundamental, como, aliás, o Presidente Lula fez no seu mandato, com o Meirelles no Banco Central e com o Palocci. Eu me lembro do quanto sofri como Ministro da Educação, porque o Palocci não soltava nada, mas era preciso para o País. O Lula agiu certo naqueles anos, dando continuidade ao Plano Real, porque, sem estabilidade monetária, nem isso nós estaríamos debatendo, Ministro. Estaríamos falando de inflação, inflação, inflação, reajuste salarial, correção monetária. Muda o vocabulário.

Mas, quero saber se estamos dispostos a apoiá-lo para dizer não só como aumentar mais recursos, mas também de onde tirar. Se isso estivesse em vigor desde 1988, a saúde política do Brasil, Profª Maria Helena, para mim, seria muito melhor, se tivéssemos de dizer quanto aumentar e de onde diminuir. Mas não entramos nesse, dizem, oba-oba de que é possível tudo para todos. E o que dá? Na dívida crescente, dá na taxa de juros alta, que é consequência da dívida, e dá na inflação.

Eu quero dizer ao senhor que eu estou disposto a lutar para a PEC do teto. Eu acho que é uma moralização das finanças. Sem ela o resto não vem. Mas eu quero lutar por mais recursos dizendo de onde tirar, como é e onde reduzir. E tem de onde retirar para colocar mais na educação. E pode contar com um aliado nesse sentido, para lutar por mais recursos e dizendo de onde tirar também.

É isso, Sr. Ministro, eu repito aqui o que mais interessa: a disposição do MEC de estudar a possibilidade de adotar a educação de crianças que são brasileiras em Municípios muito pobres. Se temos, por exemplo, Axixá, vai ser impossível a Prefeitura de Axixá – não sei nem o partido do prefeito – dar as condições necessárias para uma boa educação, Senador Romário.

Essas são as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem colocado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Senador Randolfe Rodrigues, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

Ministro, meus cumprimentos a V. Exª; Secretária Executiva do Ministério da Educação; a todos de sua equipe que aqui estão presentes.

Eu queria, Ministro, primeiramente agradecer e cumprimentá-lo pela agenda realizada no último dia 22 de junho, quando V. Exª recebeu os reitores das universidades da Amazônia.

Não há ordem das preocupações aqui presentes, mas eu queria, primeiramente, destacar as preocupações em relação à universidade brasileira que, sem dúvida alguma, vive a mais grave crise – V. Exª sabe – dos últimos 20, 25 anos.

Nessa reunião com os reitores das universidades, foi relatada a situação em especial da nossa região, que, como V. Exª ouviu pelos relatos, é alarmante. E isso se dá pelos sucessivos atrasos de repasses do MEC, do Governo Federal mais precisamente, para as universidades da Amazônia.

Isso, obviamente, não é uma responsabilidade somente dessa gestão, isso tem ocorrido, pelo menos, desde o início do ano. Mas o fato é que cabe, agora, à gestão de V. Exª a resposta para esta questão. Para se ter uma ideia, na universidade federal do meu Estado, o valor dos repasses tem chegado a 30% do original, fazendo com que a dívida da Universidade Federal do Amapá somente cresça.

E aí eu pergunto a V. Exª: qual a previsão de normalizar esses repasses e recursos para as universidades, notadamente para as universidades da Região Amazônica, que têm padecido com maior gravidade esse drama? Além disso, Ministro, há um outro problema grave para as instituições federais de educação superior (IFs) em relação à falta de professores e técnicos. Há algum tempo, nós não temos tido concursos para qualificação e contratação.

Por outro lado, os programas que ampliaram historicamente o acesso ao ensino superior no País, como o Reuni, não foram acompanhados pelo necessário crescimento da contratação de técnicos e professores das universidades federais. Por exemplo, no caso da Amazônia – eu reitero, – nenhuma das instituições lá presentes tem previsão de autorização para a abertura de novas vagas.

Essa crise orçamentária tem agravado esse quadro técnico nas universidades federais. Eu pergunto a V. Exª qual a previsão de normalização também dessa questão, da resolução dessa situação, que em especial das universidades da Amazônia, reitero, é de calamidade.

No meu Estado do Amapá, por exemplo, dois *campi*, um em Oiapoque e outro em Laranjal do Jari, dois dos principais *campi* da Universidade Federal do Amapá ainda este ano podem ser fechados. Imagine, Senador Cristovam, o que significa fechar um *campus* universitário. Significa deixar os acadêmicos sem continuidade do ensino e uma geração inteira sem oportunidade, sem possibilidade de acesso ao ensino superior.

A situação de crise, em especial na Amazônia, é tamanha que em alguns locais, devido às condições do clima e do solo, a deterioração dos prédios é tamanha que será necessária a construção de novos edifícios.

Então, diante disso, eu queria aqui reiterar o apelo...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...feito pelos reitores, principalmente das universidades federais da Região Amazônica, sobre a necessidade de um plano emergencial de atendimento dessas instituições.

Por fim, Presidente Romário e Ministro, eu queria retomar um aspecto aqui tratado pelo Senador Cristovam. De fato, nas prioridades aqui apresentadas, eu não vi uma resposta de V. Exª sobre a questão da alfabetização de adultos. Veja, Ministro, a situação do Brasil nesse aspecto é de vergonha mundial. Não tem outra situação. O Brasil é o único, é um dos poucos países das três américas que ainda não conseguiu erradicar o drama do analfabetismo. Nós ainda temos 9,8%, 14 a 15 milhões de brasileiros que padecem dessa chaga.

Senador Romário, para se ter ideia, o conjunto dos nossos vizinhos todos já declararam, segundo a Unesco, seu território livre do analfabetismo. Isso já ocorreu na Venezuela, na Bolívia, na Argentina, no Chile, no Uruguai, em Cuba. O Paraguai está próximo disso. Nós, a oitava economia do mundo, somos um dos poucos países das três américas que não conseguimos resolver o drama de ter todos os nossos adultos alfabetizados.

Podem alguns acharem que é só simbólico, mas eu acho que isso é uma chaga que incomoda a vida brasileira em qualquer que seja o governo, que incomoda o Estado brasileiro, que nos envergonha diante de todas as civilizações do Planeta. Nós estarmos nessa condição de um dos poucos países das três américas a não conseguir resolver isso me parece que é algo dramático.

E alguns dos nossos Estados-membros da União, como é o caso do Maranhão e de Alagoas, ainda têm índices de analfabetismo – o do Maranhão, se eu não me engano, é de 27%, e o de Alagoas é de 24% – que equivalem a índices de analfabetismo da África. Parece-me que isso é uma chaga que precisa ter um enfrenta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mento. Eu diria, me parece algo tão simples, Senador Cristovam, mas o Ministro da Educação que conseguisse terminar a sua gestão e declarar ao País que esta Pátria está livre do analfabetismo entraria para a nossa história nacional.

Eu queria uma consideração de V. Exª a esse respeito. Ao mesmo tempo peço desculpas porque eu estou sendo informado de que, ao que parece, a Comissão de Constituição e Justiça quer votar, já no dia de hoje, o Projeto de Lei 289 que estabelece as regras de – abre aspas – "abuso de autoridade".

Eu espero, sinceramente, que o Senado da República não cometa esse desatino. Em épocas, em tempos de Lava Jato o Senado da República aprovar um projeto sobre abuso de autoridade – aliás, é abuso contra autoridade – me parece um desatino, me parece um contrassenso total. Então, se eu tiver que sair é pela eventualidade de ter que ir à CCJ.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador, concordo plenamente com V. Exª sobre a sua última colocação.

Ministro, por favor, com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO – Começando pela Senadora Angela Portela, quero saudá-la primeiro.

Senadora, eu acho que houve uma confusão de interpretação e talvez eu tenha me expressado equivocadamente. Na sua interpretação pelo menos, ficou que nós enxergamos ineficiência no ProUni. Nós não expressamos isso. O ProUni para mim é um programa eficiente...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. *Fora do microfone*.) – Ineficiência nos programas educacionais, não só no ProUni.

O SR. MENDONÇA FILHO – Apontei, sim, ineficiência nos programais educacionais e apontei exatamente onde identificava essa ineficiência. Eu citei especificamente a evolução do orçamento do MEC de R$43 bi para R$131 bi e o não acompanhamento na evolução do desempenho, em termos de avaliação de aprendizado e de universo atendido, na mesma proporção. E para mim é uma frustração multiplicar por três o orçamento do Ministério e não ter uma evolução considerável, como seria desejável por todos nós, nos indicadores da educação.

No caso do ProUni, eu reconheço um programa eficiente. Citei inclusive o Mais Educação, com 4,5 milhões de alunos identificados pelo Censo Escolar atendidos pelo Mais Educação. O número do FNDE do Mais Educação supera a casa de R$8 milhões. Ou está errado o Censo escolar, ou estão errados os números relativos ao próprio Mais Educação, que está sendo contabilizado pelo FNDE. E para mim é ineficiência acumular 300 mil processos no FNDE sem análise e processamento. Para mim, isso é ineficiência. Há uns 40 mil processos na CERES praticamente estrangulando a CERES. Isso para mim é ineficiência. Então, ineficiência é um conceito do ponto de vista do resultado do processo administrativo no MEC para disponibilizar uma educação pública de boa qualidade. Longe de mim imaginar o ProUni como um projeto ou um programa ineficiente.

Eu não desconsiderei, reposicionando aqui qualquer mérito dos governos anteriores. Pelo contrário, disse publicamente aqui à Senadora Fátima Bezerra que não tenho nenhuma dificuldade de reconhecer aquilo que dá certo, continuar aquilo que dá certo e corrigir os rumos quando é necessário corrigir. Então, essa será a minha tônica política, sempre aberta ao diálogo e à cooperação de todos.

V. Exª fala sobre o Escola sem Partido. Ainda ontem eu me posicionei na Câmara dos Deputados e quero reiterar: eu não vejo como estabelecermos um tribunal em sala de aula para avaliar, vamos dizer assim, o posicionamento político ideológico dos professores. Quando há tem professores bem formados, comprometidos com a causa, não é preciso esse tipo de embate. Eu disse e quero repetir: a escola em que eu estudei no Recife, da quinta série antiga até o terceiro ano do segundo grau, também antigo, era uma escola onde muitos dos professores eram marxistas e ajudaram na minha formação. Então, a pluralidade, a amplitude, a liberdade de expressão, a liberdade de conhecimento, eu espero que se possa acessar o conhecimento sobre liberalismo, sobre marxismo, sobre todas as correntes de pensamento, de acordo, vamos dizer assim, com o currículo escolar. E é dentro dessa lógica que minha posição é uma posição que não defende essa ideia, muito embora eu respeite os Parlamentares que empunham essa bandeira e reconheça a liberdade de cada um defender aquilo em que acredita, inclusive dentro do Parlamento, que é a Casa da pluralidade.

Com a postura com relação ao 867, está expresso, V. Exª fala sobre o crime de assédio ideológico dentro das escolas. Eu acho que nós não vamos resolver essa questão criminalizando o professor, está certo? Eu, sinceramente, não acredito que seja o caminho. Há uma coisa que é básica na vida, chama-se bom senso. Bom senso, vamos dizer assim, é a têmpera e é o instrumento que deve ser utilizado por cada um para que possamos alcançar um bom objetivo. Então, professor tem que estar dentro da sala de aula com bom senso, transmitindo conhecimento, levando a informação necessária ao seu aluno. Os alunos também têm o direito de cobrar a amplitude e a pluralidade da informação e da educação que se reproduz dentro da sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

V. Exª fala sobre a Secadi. Bom, Senadora, eu quero dizer o seguinte: desde o momento em que assumi o Ministério da Educação, os boatos foram constantes e os mais diversos possíveis com relação a minha pessoa. Comer fígado de criancinha talvez tenha sido a palavra menor que eu ouvi. Então, esse tipo de prática, de censura, muitas vezes uma censura que é menor do ponto de vista político, eu acho que deveria até estar fora do ambiente de debate mais elevado de uma Casa como o Senado Federal.

Disseram que nós iríamos acabar com a Secadi, por exemplo. Soltaram nas redes sociais que nós iríamos acabar com a Secadi. E nós não fizemos isso, pelo contrário, trouxemos uma secretária, que está, inclusive, aqui, Drª Ivana, que tem todo um histórico ligado à questão da educação especial. Pusemos uma equipe com negro, com índio, com a diversidade necessária e a pluralidade que um órgão como o MEC precisa ter. E é dessa mesma maneira que nós vamos nos comportar.

Algumas pessoas foram demitidas de cargos de confiança, e V. Exª há de convir que não posso administrar o MEC com pessoas ocupando funções de confiança que têm, eu diria, muito mais uma postura de militância política do que propriamente de engajamento dentro daquilo que acredito. Então, não tenho dificuldade, nunca pedi certificado ideológico a quem quer que seja – todos que estão aqui ao meu lado sabem –, essa vai ser minha postura dentro do Ministério da Educação, mas preciso compor a equipe do Ministério com pessoas que estejam alinhadas do ponto de vista de confiança pessoal e alinhadas com a programação e o planejamento do próprio Ministério da Educação.

Não há uma atitude mesquinha. Todos sabem que cheguei lá com respeito, e respeito todos. Muitos da equipe anterior do Ministro Mercadante permanecem em funções estratégicas lá. Também não fiz nenhuma cobrança específica – demita A, B ou C –, isso não faz parte da minha índole, do meu jeito de ser. Eu sempre fui uma pessoa aberta ao diálogo e ao bom debate. Agora, imaginar que vamos simplesmente administrar o MEC com a mesma lógica, com os mesmos nomes da gestão anterior, é melhor pedir ao Presidente Temer para me substituir e botar o Ministro que me antecedeu, com todo respeito a ele. Então, não dá para agirmos dessa maneira.

Portanto, não há nenhum terrorismo, e quem propaga isso está fazendo ou por desconhecimento ou por má-fé, porque não há nenhum clima para isso. Pelo contrário, o respeito é amplo, grande, estou aberto ao diálogo, quem quiser protestar pode protestar. Agora, o respeito também é devido, o patrimônio público precisa ser preservado e não vamos deixar que o MEC vire uma bagunça, porque, onde quer que ocupei função pública, me fiz respeitar como alguém que tem uma função pública, que é alcançada a partir dos meus méritos profissionais e pessoais, do meu compromisso público, do meu compromisso com a sociedade brasileira, independentemente de divergência do ponto de vista político ideológico.

V. Exª fala do Ciência sem Fronteiras. Quero tranquilizar V. Exª e dizer claramente que esse é um assunto resolvido. Pelo contrário, encontramos lá um passivo enorme, gigante, de estudantes – doutorandos, mestrandos – no exterior sem receber as suas bolsas, com um atraso de até seis meses. Esse era o quadro do Ministério da Educação. Liberamos mais de R$1,050 bilhão no total, desde que assumimos até hoje, para a Capes, resgatamos praticamente toda a dívida acumulada. Para as universidades federais, reliberamos R$1,6 bilhão. Para tranquilizar V. Exª e dizer claramente ao próprio Senador Randolfe que temos preocupação com relação a isso.

É como apresentei: a média de liberação de janeiro até abril para as instituições federais foi da ordem de R$577 milhões. Depois que assumimos, até 15 dias atrás, tínhamos liberado R$1 bilhão. Superamos em mais de 50% a média de liberação dos primeiros quatro meses do ano. E, ainda esta semana, estamos liberando mais recursos tanto para a Capes como para as instituições federais de ensino – os IFs – e as universidades federais. Então, pode ter tranquilidade e certeza de que vamos dar sequência, vamos retomar as obras e fazer com que o Brasil avance, inclusive na área da educação.

V. Exª fala da PEC 241 – eu já expus a minha posição com relação à PEC. E V. Exª faz referência específica ao IF indígena lá do Estado de Roraima: eu darei a atenção necessária, junto com os demais IFs que estão sendo implantados e novos *campi* que estão em processo de implementação em todo Brasil. Conte com meu apoio, porque é convergente o nosso desejo de ajudar a educação do Brasil.

Saúdo e cumprimento o Senador Cristovam Buarque, porque se trata de uma das figuras públicas que tem uma história de dedicação à educação, que eu respeito e por quem tenho apreço, e tem uma qualidade que eu tenho de exaltar neste instante: é pernambucano, como eu. Então eu quero saudá-lo e dizer da alegria de poder contar com a sua crítica, com a sua contribuição, com a sua colaboração – além do Senador Randolfe. Aliás, aqui está virando quase uma República pernambucana.

Eu concordo com a sua preocupação, Senador: o analfabetismo de adultos é algo que temos que colocar como meta nossa. Quando nós citamos aqui, no final da nossa exposição, as prioridades para a pasta da educação, nós destacamos o PNE, em que consta a prioridade para a educação e a alfabetização de adultos, além do EJA – que nós enfatizamos que precisa ser revisto, reavaliado, para que possamos disponibilizar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

educação de boa qualidade para os adultos que querem se alfabetizar ou mesmo crescer na sua vida educacional. O nosso compromisso é total nessa direção.

V. Exª fala sobre a queda do investimento *per capita.* Eu não tenho o número aqui, mas, mesmo com a diminuição demográfica da população em idade escolar, eu seria capaz de apostar que houve queda *per capita* do investimento em educação, no ensino básico, no Brasil. Os números estavam aí apresentados e demonstram claramente uma queda forte na aplicação de recursos do Governo Federal para a educação básica, e nós queremos infletir essa curva, priorizando o ensino básico, a educação básica, como uma coisa muito importante para o Brasil.

V. Exª cita o exemplo aí de um prefeito. Que possamos construir um modelo dentro dessa realidade brasileira, que é muito diversa. V. Exª enfatizou, com muita qualidade, uma cidade como São Caetano do Sul, que tem uma das melhores rendas *per capita* do Brasil, e cidades pobres do Nordeste, com dificuldades até de contratar professores qualificados para ensinar e ter infraestrutura adequada nas escolas municipais.

Eu estou aberto à discussão. Evidente que uma lógica como simplesmente, entre aspas, a "federalização" não é uma coisa simples e replicável numa dimensão do Brasil. E eu enfatizo muito a minha lógica federativa, local, estadual. Mas acho – e concordo com V. Exª nesse ponto – que um Município muito pobre em recursos humanos e em recursos econômico-financeiros precisa do suporte do Governo Federal, precisa do apoio do Governo Federal, fortíssimo, para mudar essa realidade.

E aí estou aberto para que possamos debater modelos, alternativas e caminhos que possam chegar a esse projeto modelar, que V. Exª sonha e difunde de forma muito apaixonada, e que nós reconhecemos como algo muito positivo.

Estabilidade monetária. V. Exª faz uma defesa sobre esse ponto, e eu concordo integralmente: é a base de tudo. Quando há instabilidade econômica e financeira num país, há recessão, inflação, desarrumação do orçamento público, e aí perdemos todos nós: economia, emprego, educação, saúde – o que estamos vivendo no Brasil hoje. E precisamos centrar o nosso debate, tendo como meta o resgate da estabilidade econômica do Brasil, e isso não significa dizer que nós vamos abandonar o compromisso com a educação. Acho, inclusive, que há espaço, dentro do cenário orçamentário do País, para que tenhamos mais recursos investidos na área da educação.

Por fim o Senador Randolfe Rodrigues, também conterrâneo – eu o saúdo e o cumprimento –, fala da preocupação dos reitores das universidades da Amazônia. Eu os recebi aqui ao lado, Senador, no nosso gabinete, no MEC, e ressaltei a nossa disposição de apoio, inclusive a alguns aspectos que eu nunca tinha levado em consideração. E quero ressaltar a própria diversidade que existe no sistema universitário brasileiro e na assimetria entre universidades poderosas e "ricas" – ricas, entre aspas –, mas muito mais estruturadas do Centro-Sul do País e até mesmo do Nordeste, frente a outras que estão em implantação no Norte do País e até mais antigas, mas que não têm a mesma condição de atrair professores, doutores e bons quadros para suas respectivas universidades. Nós vamos conduzir a política pública do MEC – já foi recomendação nossa para o secretário da Sesu, Prof. Paulo Barone, para considerar os aspectos, que foram muito bem levados pelo Senador Randolfe, pelos reitores que compõem a base universitária do Norte do País.

V. Exª se referiu aos atrasos com relação às instituições federais. Estamos liberando hoje mais R$404 milhões de custeio, o que mostra claramente que estamos, lenta e gradualmente, resgatando o quadro dramático que era vivido pelas universidades, como V. Exª retratou.

Eu creio que V. Exª não falou com os reitores, seus amigos, nos últimos dias, porque, se falar, eu tenho certeza de que o nível de satisfação deles será bem melhor hoje do que era 15, 20 dias atrás. E pode levar a notícia nova de mais R$404 milhões, que foram liberados, no dia de hoje, para as universidades federais de todo País.

V. Exª fala da falta de professores. Eu lembro que existia aqui um projeto de lei ou uma medida provisória – eu não lembro qual foi a proposição legislativa – tratando de 14 mil vagas. Gerou, inclusive, uma polêmica enorme, tendo em vista a recessão orçamentária. Dessas 14 mil vagas, 4 mil vagas seriam, ou serão, para o ensino superior no MEC e para o MEC. Então é preciso levar em consideração que, dentro de um quadro de restrição orçamentária financeira, algumas medidas dependerão do próprio Congresso Nacional para que possamos atendê-las e estarão submetidas às limitações orçamentárias impostas pela realidade brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ministro, o senhor me permite...

O SR. MENDONÇA FILHO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esse projeto se encontra aqui no Congresso? É uma medida provisória ou é um projeto do Poder Executivo?

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu não posso precisar isso neste instante, mas vou identificar se, porventura, é uma medida provisória ou um projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mas há uma discussão que gerou um debate muito intenso e que foi, inclusive, para a mídia, envolvendo 14 mil vagas. Na interpretação de boa parte da mídia brasileira, aquela seria uma farra de contratação. E, nessa "farra", entre aspas, estariam os contratados para as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação.

V. Exª já ouviu nossa explanação sobre a alfabetização de adultos e sobre a EJA.

O Brasil diverso é esse em que queremos atuar, para suprir a qualidade de educação, levando em consideração as peculiaridades regionais, que V. Exª bem enfatizou.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos agora fazer o último bloco.

O Senador Ronaldo não está presente.

A Senadora Ana Amélia, o Senador Dário Berger e o Senador Valadares estão inscritos.

Senadora Ana Amélia, V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra.

Cumprimento o caro Ministro Mendonça Filho e a Maria Helena Castro, Secretária Executiva do MEC.

Eu queria agradecer-lhe pela disponibilidade que um bom e responsável homem público tem na convivência com a Casa, que também é sua, porque foi um Parlamentar de muita experiência. É de família experiente. Seu pai foi Deputado, bem como seu cunhado. V. Exª tem essa vivência. É filho de um Presidente da Academia Brasileira de Letras ou genro de um Presidente da Academia Brasileira de Letras. Então, só o seu DNA já o credenciaria para esse desafio, que não é pequeno.

Vi que a resposta que o senhor deu à Senadora Angela Portela, que mencionou a questão do Ciência sem Fronteiras, por economia de tempo, foi satisfatória. Eu apenas indagaria se o MEC tem o número dos alunos que já retornaram desse programa e que, eventualmente, estejam prestando um serviço ao País. Quer dizer, onde eles estão? O que estão fazendo?

Lembro que o Senador Cristovam Buarque havia feito um projeto para que os alunos do Ciência sem Fronteiras viessem a compartilhar o conhecimento, uma vez por mês ou por semana, nas universidades ou mesmo nas escolas básicas e fundamentais. Eu achei isso extremamente interessante, porque uma experiência dessas é muito rica não apenas pelo conhecimento intelectual, pelo conhecimento em si em Ciências e em Matemática ou na área de Humanas, mas também pela troca de informações de como vivem as pessoas que estão em determinado lugar. Pode-se informar sobre a cultura, sobre os costumes. Então, quero saber que retorno tem isso para o Brasil, porque é dinheiro público. A sociedade é que paga.

Eu queria saber também sobre a questão do Fies. Imagino que isso já tenha sido mencionado aqui.

Eu gostaria de pedir desculpas ao Ministro, porque estamos com mais dois Ministros aqui e mais uma Comissão processante.

Então, no caso do Prouni, há rumores, como outros tantos que se estão espalhando por aí, de cortes orçamentários e financeiros. Quais as principais preocupações do senhor em relação à manutenção desse programa, que tem um grande alcance? Falo do Prouni. Onde será possível encontrar recursos para o Fies, para o ensino médio, conforme se especula?

A questão do programa Ciência sem Fronteiras já foi respondida.

Há uma questão também relevante. Já foi mencionado aqui, imagino, a questão da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que trata da limitação dos gastos. Nesse caso, já foi feita uma renegociação com os Estados? Também foi feita uma negociação...

Tenho dificuldade de falar com muito barulho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Continua com a palavra V. Exª, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria também renovar esta questão relacionada à PEC 241: dado esse ambiente de contração dos gastos nas concessões e de aperto, que espaço haveria para que se garantisse à área de educação seu fluxo regular de recursos sem os sacrifícios a ela impostos pela PEC referida? V. Exª já mencionou isso, mas eu gostaria que desse ênfase nisso.

Sobre a questão do PNE, qual é o balanço? O senhor está há tão pouco tempo nesse encargo. Qual o balanço feito pela atual gestão sobre o cumprimento do Plano Nacional de Educação?

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quais as principais linhas de ação que o senhor pretende aplicar nas políticas de inclusão educacional?

Aliás, houve um esforço muito grande. O Senador Romário fez parte também desse processo, da discussão dessa matéria. Com a Meta 4 do PNE, foi possível assegurar às entidades ligadas aos pais dos excepcionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

o trabalho feito por eles nas instituições que tratam da educação especial, o que foi relevante. Foi mantida, preferencialmente, a matrícula das crianças em escolas regulares e dos atendidos pelas outras instituições.

Por fim, tendo em vista a situação em que está o MEC, qual a expectativa de contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica? Isso foi mencionado por conta da questão do piso nacional dos professores.

Ainda há mais duas questões.

Há uma informação sobre a fusão de dois grandes grupos de educação, tornando-se o maior grupo privado em educação superior. Então, quero saber se o Ministério, eventualmente, tem alguma preocupação com esse processo, que poderia ter interferência na convivência de outras instituições menores no processo educacional do ensino superior brasileiro.

Que palavra o senhor pode dar para o Rio Grande do Sul, especialmente para a Unijuí e para a Unisinos, que tiveram, num certame feito pelo MEC para o curso de Medicina, a habilitação para isso? Hoje, está no Tribunal de Contas da União um debate sobre a mudança dos critérios nesse edital, o que prejudicou as instituições do Rio Grande do Sul, vencidas por uma instituição do Rio de Janeiro. Tenho respeito a essa instituição, mas não a conheço. Mas as instituições que estavam disputando, a Unijuí e a Unisinos, são instituições com vocação comunitária, com um grande compromisso com o localismo, com a região. Então, quero saber de V. Exª, porque são áreas extremamente sensíveis, desde a instituição do Programa Mais Médicos.

Muito obrigada ao senhor, e antecipo os agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra agora ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, Sr. Presidente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para pedir licença. Como eu faço parte da Comissão processante do Impeachment, e o Advogado José Eduardo Cardozo está, neste exato momento, fazendo a defesa da Presidenta, eu vou pedir licença para ir até lá.

O SR. MENDONÇA FILHO – Cumprimento a Senadora e agradeço por sua participação no debate.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Ministro também.

Eu vou até lá, para dar continuidade à nossa luta em defesa da democracia.

O SR. MENDONÇA FILHO – Que é nossa também.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente Romário, essa troca de gentilezas é importante e fundamental para o avanço da educação brasileira.

Presidente Romário, Ministro Mendonça Filho, Secretária Executiva, Drª Maria Helena, preliminarmente, quero mencionar que hoje a Casa está superlotada. Tivemos três ministros, e também faço, junto com a Senadora Ana Amélia, parte da Comissão Especial do Impeachment. Então, quero pedir já, antecipadamente, as minhas desculpas, por não poder participar integralmente desta oitiva, deste encontro, uma vez que eu sou membro titular desta Comissão.

Dito isso, eu quero, muito rapidamente, de forma objetiva, dizer que eu fui prefeito durante 16 anos da minha vida e elenquei a educação como uma das prioridades das prioridades, porque eu entendo, como todos entendem, que a educação é o início, meio e fim da formação do Brasil, resumindo essa questão, para poupar tempo. E segui uma receita bastante simples quando prefeito: procurei pagar os salários em dia, conceder aumento real de salário e valorizar o professor, de tal forma a garantir o futuro do aluno. Resultado disso: em oito anos de administração em Florianópolis, Ministro, nós construímos mais salas de aula do que todos os governos anteriores, juntos, construíram. E olhe que Florianópolis vai completar quase 400 anos.

Veja que a questão da gestão – e aí eu entro na questão da gestão –, pelo que eu ouvi e pelo que já me anunciaram, é uma das prioridades das prioridades da gestão de V. Exª. E com isso, evidentemente, nós mais que dobramos o número de vagas nas creches, mais do que dobramos as vagas no ensino fundamental, mais do que dobramos o número de professores, e por aí vai, a ponto de Florianópolis, dez anos antes da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, já ter atingido todos os índices e todas as metas, sendo um destaque, em nível de capital, em todo o Brasil. Resultado do quê? Resultado de ações, de se estabelecer prioridades, de se estabelecer metas e de se tratar também o professor, de certa forma, na medida do possível, com o carinho que ele merece, remunerando-o de tal forma que ele possa estabelecer uma qualidade, no ensino, que seja efetivamente desejada.

Dito isso, eu quero aqui mencionar que algumas questões me preocupam. A primeira delas: a própria Constituição, no seu art. 3º – e nós mencionamos algumas questões relacionadas aqui –, diz que constituem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização; e reduzir as desigualdades regionais. Então eu concordo com V. Exª, quando V. Exª mencionou que os Municípios com IDH muito baixo merecem uma atenção substancial do Governo Federal, que deve ser o articulador, o animador, o promotor de uma política de recuperação desses Municípios, através da educação. Entretanto, essa é uma parte. Agora, há outra parte que eu queria que, depois, V. Exª comentasse. Refiro-me a uma anomalia – vamos dizer assim.

E quanto aos Municípios que fizeram a sua parte, que avançaram, que atingiram as metas, que atingiram os objetivos, sistematicamente, nós, os gestores públicos, temos por condição esquecer, vamos dizer, as boas práticas que estão dando certo, deixar de investir, de incentivar, para que eles continuam avançando e possam servir de *case*, inclusive, para outros Municípios que não atingiram as suas metas – e não atingiram, provavelmente, porque não tiveram a gestão necessária, não estabeleceram a prioridade.

O tempo é bastante curto, mas eu queria que V. Exª comentasse os bons exemplos do Brasil e aqueles exemplos que não atingiram os seus objetivos.

Bem, Presidente Romário, Ministro, uma das coisas que me preocupa muito está relacionada à questão do orçamento propriamente dito. Tem-se discutido aí, agora, um plano de metas que estabelece o avanço das despesas, de acordo com a inflação do exercício anterior. Bem, eu acho que isso é importante, é fundamental. Eu sou da iniciativa privada, eu sou um homem de administração de resultados, eu defendo essa tese, mas não para todo tipo de despesa. Eu não sei o que o Governo está entendendo. Eu queria que o senhor me dissesse o que o senhor está entendendo por despesa, se a despesa com uma diária, com uma viagem, com material de consumo, com um lápis, com uma régua, com uma borracha, com papel, terá o mesmo peso que as despesas com educação.

Eu nunca entendi educação, saúde – e incluo segurança, que é um problema hoje grave, de todas as cidades –, como investimento. Porque, sem investimento, Senador Romário, nós não vamos resolver esse problema. E se nós limitarmos isso à inflação do ano anterior, com os problemas crescentes e a população aumentando, nós vamos ter graves problemas nessa questão. Então, eu tenho levantado a minha voz, aqui, para dizer que saúde, educação – e vou incluir também segurança –, não podem ter o mesmo tratamento de outras despesas, que precisam ser controladas. Há muita coisa supérflua, que precisa ser cortada. V. Exª sabe disso.

Quando V. Exª assume o Ministério, renovam-se as esperanças, há novos objetivos, vêm novas ideias, novos conceitos. E me parece que avançamos bastante. Os ideais que sonhamos, com a política da transformação, avançam, e depois o corporativismo, o clientelismo e as dificuldades acabam nos levando para a mesma rotina em que todos os outros agentes públicos acabaram. Então, espero que V. Exª possa ser um agente diferente nessa questão.

E a outra questão, para terminar, Sr. Presidente, é a questão das vinculações. Reconheço aqui que os 25% da educação foram uma conquista histórica, emergencial, fundamental e vital para o ensino do País. Não tenho nenhuma simpatia pela vinculação porque, na minha opinião, ela se estabelece pela irresponsabilidade dos gestores. Essa que é a grande verdade. Porque administrar é estabelecer prioridade e não podemos deixar nossas crianças fora da escola, não podemos acabar com o ProUni, não podemos acabar com o Fies, que são programas consagrados hoje, do cenário federal, que envolvem educação.

Na verdade, Senador Romário, nós temos que investir em educação mais do que 25%, como eu inclusive, que, para atingir essas metas, cheguei a mandar um projeto de lei para a Câmara de Vereadores, estabelecendo uma meta mínima de 30%. Mas por que fiz isso? Porque este País é o país da média. Entendeu? Temos que fazer e dizer por que fez, porque está avançando ainda mais o que fez, aquele negócio todo, quando, na verdade, não fiz mais do que a minha obrigação, porque a minha obrigação ali, naquele momento, era ampliar o número de vagas nas creches, colocar todas as crianças na escola, melhorar a qualidade da educação, através da valorização do professor e, assim, sucessivamente. Na verdade, vai chegar a um ponto em que Florianópolis não vai mais necessitar dos 30%, vai necessitar de menos para investir em educação.

Quero deixar clara essa minha posição aqui, porque sei que é uma conquista, mas, ao mesmo tempo que é uma conquista, passa a ser uma vinculação. No ano que vem, todos sabemos que vamos ter 25% para a educação. E aí, o que isso representa em si mesmo? Não representa absolutamente nada. Representa, sim, um mínimo de investimento. E os 25% são suficientes para atingir as metas que nós temos planejado no Plano Nacional de Educação ou precisamos de mais? Portanto, essas são as questões.

E, para terminar mesmo, de fato e de direito, há uma questão que me preocupa e que tenho muitas vezes consultado o nosso mestre aqui que é o Senador Cristovam Buarque – viu Ministro? –, que é um professor. Você olha para ele já vê que ele é um professor, é um mestre, ele é diferente.

Uma coisa que me chama muito a atenção é o seguinte: no ensino básico e fundamental hoje, as nossas crianças, os nossos jovens pobres estudam em escola pública. As crianças ricas estudam, no ensino fundamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tal, ensino básico, em escolas privadas, Senador Romário. Quando chegam ao ensino superior, essa lógica se inverte: se rico, vai para a universidade federal, numa universidade pública; e o pobre vai para a universidade privada. Daí a necessidade dos programas de auxílio, para que o cidadão, os jovens nossos possam fazer o nível superior.

Então queria também saber o que V. Exª pensa dessa questão que, na minha opinião, é bastante controversa, uma vez que é uma lógica que efetivamente não fecha.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente; Drª Maria Helena, Secretária Executiva do Ministério; Dr. Mendonça Filho, Ministro de Estado da Educação e ex-Governador de Pernambuco, Deputado Federal dos mais atuantes, tenho certeza de que a Câmara Federal perdeu um pouco com a constante e brilhante atuação de V. Exª na tribuna e no plenário. Mas certamente a Câmara dos Deputados foi brindada com a sua escolha para o Ministério da Educação no Governo do Presidente Temer, de vez que, ao longo desses dias em que V. Exª atua nesse órgão, tem demonstrado inteira harmonia com o novo pensamento educacional reinante no Brasil, demonstrando conhecimento da função para a qual foi escolhido e dando atenção, como não poderia deixar de ser, já que V. Exª é um Parlamentar, ao Congresso Nacional, tanto à Câmara dos Deputados, como ao Senado. Isso está evidente na presença de V. Exª, que debate durante tanto tempo assuntos que, sem dúvida alguma, chamam a atenção do povo brasileiro no setor educacional.

Eu serei breve, mesmo porque sou o último orador. E quero dizer o seguinte: a educação integral, por exemplo, já foi, em certo tempo, um assunto preponderante nas opiniões e também na execução de obras nos governos estaduais, com a participação do Governo Federal, para a implementação desse tratamento diferenciado que poderia ser dado à educação brasileira. No entanto, esse projeto não evoluiu como esperávamos, já que ele começou lá no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola, e se alastrou por alguns Estados. Depois houve praticamente uma parada nessa tentativa de tornar o ensino, vamos dizer, mais convidativo, e a participação do aluno na escola, a escola como uma continuidade do seu próprio lar.

Por outro lado, eu queria saber também, que V. Exª comentasse, se já não comentou ainda, sobre o Pronatec, que é, sem dúvida alguma, um dos programas básicos do Ministério da Educação para formar alunos na educação profissional.

O piso salarial dos professores tem sido motivo também de debate nos Municípios. Os prefeitos, muitas vezes, reclamam que nós fazemos as leis federais, mas não damos para eles os recursos suficientes para o cumprimento delas. Uma das reclamações é que o piso salarial foi constituído sem a devida observância às receitas dos Municípios. Por isso que a Lei que criou o piso, que é a nº 11.738, de 2008, prevê, no seu art. 4º, a integralização do piso salarial quando o Município revelar que não tem condições financeiras. E há resoluções do MEC. Uma última, parece que de 2012, que regulamenta essa matéria, estabelecendo as regras que balizam essa integralização, ou seja, a transferência de recursos do Governo da União para o Município ou Estado que disser: "Olha, eu não tenho como pagar o piso salarial."

Como vê V. Exª essa questão, no momento de crise que abarca todos, União, Estados e Municípios?

A questão da qualidade de ensino tem sido realmente revigorada no Ministério da Educação, com a facilidade para a realização de cursos, a melhoria na remuneração do professor.

Enfim, a qualidade do ensino também está diretamente relacionada com a formação e a qualificação do professor.

Quais, então, os cursos de aperfeiçoamento que o Ministério da Educação pode disponibilizar para Estados e Municípios, visando este objetivo, a qualidade de ensino ou a melhoria da qualificação do professor?

Por último, as creches. Houve um programa ambicioso que foi fixado, estabelecido pela Presidenta Dilma, no sentido de espalhar por todo o Brasil as creches, inclusive educacionais. Eu fui à inauguração, essa semana, no Município de Campo do Brito, lá no Estado de Sergipe. O prefeito gastou mais ou menos R$1,5 milhão para construir essa creche e ele teve a ocasião de falar o seguinte: dessas creches que estão espalhadas por todo o Brasil, poucas foram construídas, principalmente porque não é só a construção do prédio em sim, mas a manutenção daquele patrimônio, ou seja, com a contratação de professores, de turmas de ensino e aprendizagem que possam, vamos dizer, incrementar o ensino infantil nessas creches.

E eu queria saber o que pensa V. Exª desse programa de espalhamento, ou seja, de extensão do ensino infantil, aproveitando a construção das creches.

No mais, eu gostaria de parabenizar V. Exª e dizer que aqui, no Senado Federal, a educação sempre foi prioridade a ponto de que, em todas as oportunidades em que se discutiu, por exemplo, o fundo do petróleo, que imaginávamos que fosse uma riqueza incomensurável e que o Brasil tivesse capacidade de produção e de arrancar lá debaixo, de 7 mil metros, o nosso petróleo, fosse possível criar um fundo e fixar valores determina-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dos para a educação. Lamentavelmente a Petrobras está numa situação tão difícil que esse fundo não chegou ao valor que nós pensávamos, imaginávamos, sonhávamos para fortalecer o sistema educacional no nosso País.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Primeiro, cumprimentando o Presidente Romário e os Senadores e Senadoras presentes, eu vou iniciar respondendo à eminente Senadora Ana Amélia, grande Senadora da República, por quem tenho um apreço, uma amizade e um respeito muito especial.

A Senadora fala sobre o Ciência sem Fronteiras, e eu quero dizer que não há nenhuma dificuldade do programa. Nós encontramos um passivo, principalmente para as bolsas de doutorado e mestrado fora do País, enorme. Isso tem sido resgatado. Nós hoje anunciamos, inclusive, a liberação de mais recursos para a Capes poder honrar os compromissos com estudantes que estão no exterior.

Houve muita boataria sobre interrupção, descontinuidade de programas de bolsas no exterior, mas, na verdade, isso foi muito mais uma onda de inverdades que foram propagadas do que qualquer vinculação com a realidade. Existia, sim, uma desarrumação muito grande nos programas vinculados à Capes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Político.

O novo Presidente está cuidando muito bem para reorganizar esses programas de apoio a estudantes brasileiros no exterior. Ele é, inclusive, conterrâneo seu, gaúcho, Prof. Abílio Baeta, e terá essa responsabilidade de cuidar do Ciência sem Fronteiras.

Sobre o Fies, nós já anunciamos a continuidade do programa. Nesse segundo semestre de 2016, havia orçamento zero, ou seja, possibilidade nenhuma de oferta de novas vagas. A decisão do Presidente Temer de repor R$4,7 bilhões para a pasta da educação permitiu que nós liberássemos R$450 milhões para o Fies. Serão 75 mil novas bolsas. Aliás, bolsas, não; serão financiamentos, que serão disponibilizados no segundo semestre deste ano. São 75 mil novos financiamentos.

Nós estamos cuidando para que todo o cronograma seja cumprido e que os alunos, nesse segundo semestre de 2016, possam acessar, de acordo com os critérios já divulgados, essa nova disponibilização de fonte de financiamento via Fies, com uma novidade, Senadora, que eu anunciei há pouco. Na verdade, renovei o anúncio, porque, em rigor, já está público, elevando de 2,5 para 3 salários mínimos, *per capita* família o limite de renda para acessar o financiamento do Fies.

O Prouni continua. Não há nenhum sentido em mudar o Prouni. É um programa exitoso, vitorioso e conta com o nosso apoio.

A sua preocupação com relação à PEC 241 é a minha preocupação. Eu acho que dá para compatibilizar, sim, equilíbrio econômico e orçamentário com recursos para a educação. Aliás, foi a mesma preocupação expressa pelo Senador Dário Berger, que eu quero compartilhar. Eu tenho certeza de que qualquer avanço nessa PEC preservará os recursos para a área da educação. Essa será a nossa luta, permitindo que haja crescimento de investimento, no decorrer dos anos, para a área de educação, que é vital para a transformação verdadeira, social e econômica que esperamos para o nosso País. O próprio Fundeb está excepcionalizado na PEC como um fundo que terá a possibilidade de ampliação dos recursos destinados à área da educação básica.

V. Exª pergunta sobre o balanço do PNE e a linha de ação para políticas públicas de inclusão. O balanço do PNE infelizmente é negativo, apenas uma das metas fixadas no PNE foi alcançada a contento. Então, precisamos correr para perseguir as metas fixadas. Não é uma missão exclusiva do Ministério da Educação. Há de se contar com Estados, Municípios, professores, educadores, gestores escolares, pais, estudantes, para que possamos realmente cumprir os objetivos de avanço na área de educação no Brasil, tendo como base e rota o Plano Nacional de Educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tinha feito menção, Ministro, às APAEs e ao trabalho, no caso, da educação especial, que é um trabalho que conseguimos colocar preferencialmente e que é muito importante, porque a APAE no Rio Grande do Sul é um movimento maravilhoso e muito forte.

O SR. MENDONÇA FILHO – Elas serão muito bem prestigiadas. Uma das audiências que nós concedemos recentemente foi justamente às APAEs de todo o Brasil, que foram, numa representação nacional, pedir um diálogo com o MEC. Reclamavam elas de um diálogo cerceado e de uma limitação muito grande. Queremos preservar essa condição de acesso pleno e de um diálogo aberto com as APAEs.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. MENDONÇA FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu gostaria até de aproveitar a oportunidade e agradecer, Ministro, por suas palavras, porque realmente as APAEs estavam precisando de uma atenção melhor por parte desse Ministério.

Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA FILHO – E será uma constante. Nós vamos manter o diálogo aberto com todas as forças que querem cuidar da educação especial e que cuidam da educação do Brasil como um todo.

V. Exª falou especificamente da política educacional para o ensino superior, Senadora Ana Amélia, e citou duas universidades gaúchas, a Unisinos e a Unijuí, que estiveram conosco. Eu expresso aqui a minha visão, que é a sua visão, de que universidades e instituições de ensino regionais precisam ser valorizadas e prestigiadas. E, nesse aspecto, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul nos apresentam exemplos muito significativos na área da educação comunitária, universitária particularmente. E eu quero enfatizar esse legado ao Brasil como um legado muito positivo que tem que ser valorizado, e será valorizado na nossa gestão no Ministério da Educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns.

O SR. MENDONÇA FILHO – Então, tanto quanto possamos prestigiá-las, valorizá-las, faremos isso com uma enorme alegria, porque estaremos reconhecendo um trabalho histórico, profundo e consistente das universidades comunitárias que atuam em todo o País, especialmente nesses dois Estados, mas que têm atuação no Nordeste e outras regiões do Brasil.

E, por fim, V. Exª menciona a fusão de dois grupos educacionais, que tem sido noticiada nos jornais e na mídia brasileira. A rigor, o MEC não tem instrumentos legais para cuidar dos aspectos econômicos, cabe ao Cade cuidar desses aspectos na análise econômica. Mas eu defendo, como Ministro da Educação, que nós tenhamos considerações com relação a impactos futuros do ponto de vista educacional.

Evidente que o lado do impacto econômico, concentração de mercado, educação a distância, presencial, há um aspecto que caberá ao Cade avaliar. Ao MEC, eu acredito que é importante que consideremos outros exemplos de, inclusive, fechamento de universidades privadas, como ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, recentemente, e que provocou um verdadeiro caos. Se eu não me engano, a população universitária envolvida era da ordem de 30 mil alunos na Gama Filho.

Então, imaginemos uma universidade que reúne centenas de milhares de alunos. Não tenho nenhum preconceito, e já disse isso inclusive aos gestores de muitas instituições privadas de ensino superior, com relação à atuação privada nessa área. Mas acho que, com a obrigação pública de Ministro Estado da Educação, eu tenho que preservar o interesse de estudantes, possibilitar a migração, se houver qualquer intercorrência e algum problema na gestão universitária, de uma universidade para a outra, de uma faculdade para a outra, e não simplesmente ter os estudantes largados no meio do curso sem poder concluir o seu curso universitário, a sua graduação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vivemos muito, só para o senhor saber, no Senado e na Câmara, também o caso da Gama Filho. Então, devemos aprender uma lição com isso.

O SR. MENDONÇA FILHO – Exatamente. Estamos abertos – não temos nenhuma ideia preestabelecida – para discutir esse assunto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. MENDONÇA FILHO – O Senador Dário Berger fala sobre educação e diz que educação é a prioridade das prioridades, e eu concordo integralmente com a sua afirmação. Nenhuma nação do mundo evoluiu, se desenvolveu sem que tivesse uma base educacional muito forte. Há o aspecto social, há o aspecto econômico, de empregabilidade, há o aspecto humano, de formação humana, que precisam ser encarados como uma tarefa e uma missão de todos nós dos governos, da sociedade, para que possamos enfrentar os desafios, que são grandes, à nossa frente.

Fala dos bons exemplos do Brasil e cita, especificamente, a sua Floripa, Florianópolis – quero destacar aqui o trabalho de notável na área da educação, que é reconhecido por todos os educadores – e sobre o que devem fazer aqueles Municípios que alcançaram patamares mais elevados. Acho que podem nos ajudar até como tutores, como ocorreu na Inglaterra, auxiliando a tirar aqueles que estão fora do ambiente.

Evidentemente, estaremos abertos às discussões com relação a que tipo de outro apoio Estados, como Santa Catarina, e cidades, como Florianópolis, podem merecer por parte do Ministério da Educação. É óbvio que nos colocamos à disposição aqui, diante do Senador, para que possamos colaborar com o apoio necessário a essa política pública dirigida ao seu Estado e à sua cidade natal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quais tipos de despesas podem ser consideradas do ponto de vista de prioridade? Isso aparece muito em decorrência do debate, tendo em vista a PEC 241. Eu acredito que dá para conviver – o mundo convive com isto – com responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, com investimento em áreas sociais, mesmo dentro da área da educação.

Eu citei, há pouco, vários exemplos de desperdício. Quer dizer, mais dinheiro não significa boa aplicação. Citei aqui o exemplo do 0800 do Ministério, que consumia mais de R$10 milhões por mês – R$125 milhões por ano. Por uma decisão do Ministro, cortamos R$70 milhões numa única canetada. Citei também o exemplo dos serviços terceirizados, que significam meio bilhão de reais por ano.

Então, se nós analisarmos, em qualquer área do setor público – municipal, estadual ou federal –, vamos encontrar desperdício e espaço para a economia de recursos para a aplicação em áreas fins. Isso acontece inclusive em empresas privadas, como bem sabe V. Exª.

Portanto, eu acho que a discussão sobre racionalização e otimização dos recursos disponíveis deve ser feita. Não adianta só lutar por mais recursos. Evidentemente, eu vou lutar sempre por mais recursos para a área de educação, mas precisamos aplicar bem os recursos de que dispomos, porque são recursos públicos que vêm do contribuinte e que têm uma destinação final nobre: justamente as crianças e os jovens de todo o País.

Quanto às vinculações constitucionais, a história orçamentária do Brasil – até com a confusão orçamentária e a gestão financeira orçamentária do País – terminou seguindo esse caminho. Eu acho que o compromisso de uma sociedade é muito maior do que vinculações, muito embora eu não queira discutir desvinculação de recursos para a área de educação.

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu acho que não estamos na maturação necessária para isso. Na essência do Parlamento – e na origem, na Inglaterra, o primeiro Parlamento foi criado para controlar o orçamento do rei, do imperador –, nesse caso, o orçamento tem que honrar com esta obrigação nobre que é justamente discutir, debater e votar o orçamento público.

Por fim, V. Exª fala da universidade paga numa contradição à realidade, haja vista que os que têm mais acesso às universidades gratuitas, federais, principalmente, e públicas são os estudantes de classe média, os estudantes com melhor renda na sociedade brasileira. Não é uma discussão que está em aberto no MEC. Não acho pertinente esse debate, essa discussão. Precisamos promover políticas públicas que facilitem o acesso do jovem egresso de escolas públicas a universidades públicas.

Quando governei Pernambuco, num período muito curto de nove meses, a Universidade Estadual era paga, porque todas as instituições, mesmo públicas, que foram criadas e que tinham pagamento de mensalidades pré 1988, preservaram esse direito, mesmo depois da promulgação da Constituição de 1988, e instituí, como medida de governo, que todos os egressos de escolas públicas estudariam de graça na universidade estadual. Então, foi uma evolução grande, porque acho que o estudante que vem de uma escola pública precisa ter mais oportunidade, inclusive no acesso ao ensino superior gratuito, que é promovido por todas as universidades federais, estaduais e algumas municipais do Brasil.

Para concluir, Senador Valadares. Quero saudá-lo, cumprimentá-lo e dizer da alegria de poder ter a presença dele aqui neste debate importante no seio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Ele fala sobre escola em tempo integral. É a minha paixão, é o meu ideário, o meu ideal de escola para os estudantes do Brasil. A maior parte do mundo pratica isso, um turno mais longo para alunos. Os jovens, muitas vezes adolescentes que estão no meio da rua, se tiverem acesso à escola em tempo integral estarão afastados do dia a dia das ruas do Brasil, que estão violentas, que puxam as crianças para a criminalidade, para as drogas, uma infelicidade para boa parte das grandes e médias cidades brasileiras.

Então, terei, sim, a tarefa e a missão de atuar na direção de estímulo, de apoio às iniciativas que levem à ampliação das escolas em tempo integral no Brasil, não no modelo do Programa Mais Educação, que acho um modelo, infelizmente, devo dizer, que não atinge os objetivos como são vendidos, mas um modelo efetivo, que possa produzir resultados concretos, como inclusive temos exemplos muito claros em Pernambuco.

V. Exª mencionou o Pronatec. Reafirmo o compromisso para preservarmos o Pronatec, honrarmos os seus compromissos e o relançarmos para o segundo semestre de 2016, embora o Orçamento deste ano não tenha previsto recursos para que possamos dar continuidade a esse projeto.

V. Exª falou também sobre o piso nacional dos professores, que é sempre uma luta entre a limitação orçamentária, financeira dos Municípios, dos Estados e a determinação legal do Congresso Nacional, e a imposição dessa determinação a partir dos cálculos que são feitos pelo MEC. Vamos encontrar mecanismos para que as prefeituras e os Estados não fiquem apenas com a conta e com a responsabilidade, mas que possam compar-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tilhar com a União uma realidade sustentável que signifique a valorização de professores e, ao mesmo tempo, a saúde financeira dos Municípios e dos Estados do Brasil.

Mais dois pontos que V. Exª abordou. A formação de professores será uma política prioritária, segundo, inclusive, nossa exposição. Precisamos apenas melhor qualificar essa política pública, que é fundamental. Professores bem formados poderão transmitir mais facilmente, com melhores condições, o conhecimento dentro da sala de aula. Dentro de poucas semanas, creio, estaremos apresentando concretamente as nossas ideias para uma política nacional de formação de professores, aproveitando ideias existentes, atuais e praticadas em termos nacionais e, ao mesmo tempo, introduzindo ideias novas que possam ser agregadas para aprimoramento da política de formação e de qualificação continuada de professores do Brasil.

Por fim, V. Exª mencionou a política de educação infantil: creches, a questão da construção de creches, que é apenas uma – e não menos importante, muito importante – política pública na área da educação infantil. Outras políticas públicas devem ser tocadas pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, e contarão com nosso apoio. Eu tenho, inclusive, dialogado com o Ministro Osmar Terra, que teve uma experiência exitosa na sua gestão da primeira infância no Estado do Rio Grande do Sul, e devo compartilhar com ele ideias que possam integrar as políticas do MEC com as políticas do Ministério que ele tem a responsabilidade de comandar.

Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ministro, obrigado por todas as respostas que deu.

Sobre a integralização do piso do professor, eu gostaria que V. Exª se detivesse sobre essa questão, uma vez que, na feitura e na elaboração da lei, houve esse compromisso de a União ajudar Estados e Municípios, em caso de dificuldades, para o cumprimento dessa missão de dar o piso salarial do professor. Eu sei que o momento é difícil, sem dúvida alguma, para a União, mas, já que consta da lei, para que esse artigo não se torne letra morta, qual o plano de V. Exª para acudir os Estados e Municípios em caso de extrema necessidade para o cumprimento da lei do piso salarial?

O SR. MENDONÇA FILHO – Bom, Senador, eu realmente não interpreto a obrigação como uma obrigação direta da União de repassar aquilo que seria a complementação necessária ao atingimento do piso salarial nacional por parte de Estados e Municípios.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu não disse que era uma obrigação, Sr. Ministro.

O SR. MENDONÇA FILHO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu disse que, segundo a lei, no caso de Estados e Municípios provarem por A mais B que não têm condições, o Ministério vai analisar e disponibilizar o recurso, caso seja necessário.

O SR. MENDONÇA FILHO – O que eu posso dizer é que eu defendo uma política pública compartilhada e responsável. Inclusive fui autor da PEC 172 – a Senadora Ana Amélia apresentou uma PEC na mesma direção –, que preserva o caixa dos Estados e Municípios das obrigações impostas pelo Governo Federal. Essa é uma PEC que tem uma lógica própria.

Ao longo da minha vida pública eu me acostumei a assistir aqui no Parlamento, particularmente, e às vezes até no Executivo Federal, com a conivência ou a participação direta: simplesmente se vota uma medida legislativa e se manda a conta para Estados e Municípios. Eu acho que a política deve ser promovida, mas há que se ter responsabilidade, porque Estados e Municípios não têm banco central, não têm casa da moeda para fabricar dinheiro. Então, acho precisamos ter equilíbrio. Nós vamos preservar a política de valorização salarial dos professores e a política que fixa o piso salarial, encontrando mecanismos que não signifiquem, vamos dizer assim, o sufocamento dos Municípios e dos Estados. Para isso nós não temos solução ainda, infelizmente, porque não é uma coisa simples, é bastante complexa. Aliás, o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, da merenda escolar, está há seis anos sem reajuste, entrando para o sétimo ano sem reajuste – desde 2009.

Quer dizer, a política pública é assim: manda a conta e o Estado honra o compromisso com a merenda escolar. Precisamos mudar essa lógica. Não podemos entender Estados e Municípios como inimigos, como adversários, na missão de levar a educação para as crianças e jovens no Brasil. São parceiros e como tal devem ser tratados.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ministro, só por curiosidade. Nós temos estatísticas ou dados do percentual de professores brasileiros que não recebem o piso nacional hoje? Existe essa estimativa? É uma curiosidade que eu queria...

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu não tenho. Pode ser que exista...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Parece-me que Santa Catarina está bastante avançada nesse cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. MENDONÇA FILHO – Eu não tenho essa estatística aqui, em mãos, mas posso tentar pesquisar e lhe passar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Ministro. Só para finalizarmos, nós temos a participação dos nossos cidadãos através do Alô Senado.

O João Paulo da Silva de Araújo gostaria de saber se existe algum plano alternativo para que o Fies tenha maior número de vagas para instituições e cursos.

O SR. MENDONÇA FILHO – Fies?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Fies.

O Josafá Souza Távora, de Santa Catarina: "Universidade profissionalizante urgente!"

E a Anna Flávia Schmitt, de Santa Catarina também: "O melhor plano é pagar um salário digno aos professores e investir em infraestrutura; no mais, o restante é pura enrolação."

Essas foram as pessoas que participaram através do Alô Senado. O senhor gostaria de responder a essa pergunta?

O SR. MENDONÇA FILHO – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A pergunta é esta primeira: "Gostaria de saber se existe algum plano alternativo para o Fies."

O SR. MENDONÇA FILHO – O Fies é um programa muito importante; precisa ser avaliado, está sendo avaliado. Não podíamos promover nenhuma mudança radical. Para se ter uma ideia, ele saiu de R$700 milhões para quase R$19 bilhões – é o volume total de empréstimos que estão sendo concedidos e financiados pela União através do Banco do Brasil e Caixa, que são os gestores do Fies. Precisamos discutir um modelo sustentável. Como ele está hoje, eu não sei qual é a perspectiva para cinco, dez anos. Como eu acho que temos de pensar em discutir políticas públicas sempre num horizonte de médio e longo prazo, evidentemente nós estaremos abertos para ampliar o universo de financiamentos disponível e, ao mesmo tempo, ampliar as oportunidades para os jovens que querem ingressar no nível superior.

Foi mencionada a questão da universidade profissionalizante, que vai ao encontro de políticas relacionadas ao ensino técnico, Pronatec, as instituições, como IFs do Brasil todo, e as entidades estaduais, escolas estaduais de ensino técnico, que eu acho que devem ocupar um espaço relevante na educação brasileira.

E, por fim, um comentário final que é pertinente: para ter escola boa, precisa ter professor qualificado e bem remunerado. Eu concordo com a crítica feita.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Ministro.

Para encerrar, gostaria de agradecer a presença da nova Secretária da Secadi, Ivana de Siqueira, que nos acompanha aqui.

Muito boa sorte. Pode contar com o Presidente desta Comissão e o gabinete do Senador Romário. Muito obrigado.

Comunico que a audiência pública marcada para amanhã, destinada a debater a liberdade de expressão na sala de aula, foi adiada para data a ser oportunamente definida.

Ministro, muito obrigado pela presença e pelos esclarecimentos aqui prestados nesta Comissão.

O SR. MENDONÇA FILHO – Muito obrigado. Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Convoco para a próxima terça-feira, dia 12 de julho, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 34 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Cristovam Buarque, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Ricardo Franco, Dalirio Beber e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015** que: "Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Deputado Otavio Leite. **Relatoria:** Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 13 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015** que: "Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 2015** que: "Institui o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto." **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2016** que: "Dispõe sobre a instituição do Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa." **Autoria:** Deputado Alex Canziani. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para debater sobre as metas e indicadores do Plano Nacional de Educação, bem como promover o lançamento do "Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2016", com os seguintes convidados: Priscila Cruz, Presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação; Luciano Monteiro, Secretário-executivo da Fundação Santillana no Brasil; Maria Helena Guimarães de Castro, Socióloga, especialista em educação e Secretária Executiva do Ministério da Educação; Maria Inês Fini, Consultora em educação e presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 49 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a Vossa Excelência que seja realizada nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte uma audiência pública sobre o Programa Forças no Esporte e Atletas de Alto Rendimento, gerenciado pela Secretaria de Pessoal, Saúde, Educação e Desporto do Ministério da Defesa - SEPESD MD. Para a referida audiência, sugerimos a presença das seguintes autoridades: 1.Tenente Brigadeiro do Ar Machado - Diretor do Departamento de Desporto Militar; 2.Vice Almirante (FN) Zuccaro." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, nos termos regimentais, solicito a inclusão, como convidado, representante do Fórum Nacional de Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n.º 10.671/2003). Para tanto, requeiro que sejam convidados: 1.Representante do Ministério do Esporte; 2.Secretária Adjunta de Esporte do Distrito Federal, a Senhora Leila Barros; 3.Representante do Ministério Público do Distrito Federal; 4.Representante da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal; 5.Representante das Torcidas Organizadas do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Hélio José e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Esporte e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Aviso nº 567-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.644, de 2016, referente a relatórios consolidados de levantamento das fiscalizações e controles realizados pelo TCU nos objetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016. (Este é o quinto relatório apresentado pelo Tribunal e refere-se às fiscalizações realizadas até o mês de maio de 2016.);

– Ofício nº 465, de 2016, da Câmara Municipal de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, que manifesta contrariedade a corte orçamentário na área de educação, o qual trará impactos negativos nas atividades da Universidade Federal do Pampa – Unipampa;

– Ofício nº 184, de 2016, da Câmara Municipal de Araras, São Paulo, o qual apresenta moção de apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pibid.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretária desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 18.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho.
Relatoria: Senador Pedro Chaves.
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para proferir o relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom dia, Exmo Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Trata-se de instituir o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 172, de 2015, (Projeto de Lei nº 7.843, de 2010, na origem), de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que institui o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

A proposição estabelece, em seu art. 1º, que fica instituído o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

Por sua vez, o art. 2º determina que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificação, a autora do projeto argumenta que, pelo seu incansável trabalho de semear o bem e pela influência favorável que têm exercido nas mentes e culturas deste País, os Rosacruzes brasileiros merecem ser oficialmente reconhecidos e homenageados por meio da instituição do Dia Nacional dos Rosacruzes.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 7.843, de 2010, foi aprovado pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 172, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise da matéria.

À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), caso do PLC nº 172, de 2015.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

No que concerne à constitucionalidade e regimentalidade do projeto, não identificamos óbices à aprovação da proposição.

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Como se trata da instituição de data comemorativa, antes de se considerar o mérito, é necessário observar o disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Para tanto, o procedimento a ser seguido é aquele que consta do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, proferido em resposta ao Requerimento nº 4, de 2011, desta Comissão.

Nos termos do item d do voto do referido parecer, são considerados válidos os projetos de lei cuja tramitação tenha se iniciado antes da publicação da Lei nº 12.345, a 9 de dezembro de 2010.

Contudo, no que diz respeito ao item a do voto do parecer, deve-se observar que os projetos de lei que descumpram o critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida lei deverão ser rejeitados por injuridicidade.

Nesse sentido, deve-se reconhecer que a Antiga e Mística Ordem Rosacruz (AMORC) é uma organização internacional de caráter místico-filosófico que tem por missão despertar o potencial interior do ser humano, auxiliando-o em seu desenvolvimento, em espírito de fraternidade, respeitando a liberdade individual.

Fundada em 1915, nos Estados Unidos da América, por Harvey Spencer Lewis, é considerada a mais antiga fraternidade rosacruciana.

Atualmente, a AMORC se estende pelo mundo todo, com cerca de duzentos mil rosacruzes ativos. No Brasil, a Ordem Rosacruz chegou em maio de 1956, com um número ativo de vinte mil membros.

A Grande Loja para os Países de Língua Portuguesa da AMORC é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Dessa forma, Sr. Presidente, não se pode negar a alta significação em se instituir data comemorativa para reconhecer e valorizar a importância da Ordem Rosacruz em razão do incansável trabalho pelo desenvolvimento integral do ser humano, possibilitando uma vida de mais paz, amor e solidariedade.

Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa que propõe a instituição do dia 2 de agosto para oficialmente homenagear os rosacruzes brasileiros.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2015.

É o voto do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 18, requerimento de minha autoria, que passo a ler:

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 49, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a Vossa Excelência que seja realizada nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte uma audiência pública sobre o Programa Forças no Esporte e Atletas de Alto Rendimento, gerenciado pela Secretaria de Pessoal, Saúde, Educação e Desporto do Ministério da Defesa - SEPESD MD. Para a referida audiência, sugerimos a presença das seguintes autoridades: 1.Tenente Brigadeiro do Ar Machado - Diretor do Departamento de Desporto Militar; 2.Vice Almirante (FN) Zuccaro.

Autoria: Senador Romário.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Lídice da Mata, o item 4 é um projeto terminativo, e não há quórum. Mesmo assim, a senhora gostaria de fazer a leitura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, se isso significar celeridade para os nossos trabalhos, aumento da nossa produtividade, sem dúvida alguma, nós podemos ler o nosso parecer sim.

Eu só peço um segundo, acabei de abrir na página do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, a presença de V. Exª na próxima audiência, para discutir, é de grande importância. Não terá que ler de novo, mas terá que estar presente. O.k.?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim. Presidente, estamos com a expectativa, inclusive, de que essa audiência só se dê no próximo semestre...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... já que amanhã há a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso mesmo, será no próximo semestre.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, permita-me, já que a Senadora Lídice está aqui, a título só de informação: como ficou a agenda da vinda do Ministro da Cultura a esta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dia 10 de agosto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi proposição da Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) –

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.

Autoria: Senador José Agripino.
Relatoria: Senadora Lídice da Mata.
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.
2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 14/06/2016, 21/06/2016 e 05/07/2016.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se sob análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, do Senador José Agripino, que dispõe sobre o estudo do empreendedorismo nos currículos escolares. Para tanto, o PLS altera três artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como LDB.

No art. 26 da LDB, o projeto estabelece que os currículos dos anos finais do ensino fundamental e os do ensino médio incluirão o empreendedorismo como tema transversal.

No art. 27, a proposição inclui o empreendedorismo como diretriz dos conteúdos curriculares da educação básica, ao lado da orientação para o trabalho.

Já no art. 43, o projeto estipula como finalidade da educação superior o estímulo ao empreendedorismo e à inovação, "visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção".

O PLS prevê o início da vigência da lei proposta para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto discorre sobre a predominância de elementos tradicionais na escola brasileira, propensa a valorizar a repetição e os aspectos cognitivos do processo educativo. Em contraposição, defende que sejam incentivados valores como a capacidade de iniciativa, a persistência e a resiliência, dada a sua importância para o sucesso escolar e profissional.

O projeto tem decisão terminativa da CE e a ele não foram oferecidas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação e instituições educativas. Dessa maneira, a apreciação da iniciativa em tela respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

De acordo com o art. 26 da LDB, os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. A respeito da base nacional comum, a própria LDB estabelece alguns princípios curriculares comuns. Contudo, a Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995 delegou à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a competência para dispor sobre diretrizes e bases para nortear os currículos e conteúdos mínimos das três etapas da educação básica.

Nesse sentido, devemos ser cautelosos quanto ao estabelecimento de novas normas curriculares por lei. Entretanto, o projeto em exame tem o cuidado de evitar a sobrecarga curricular mediante a previsão do estudo do empreendedorismo como tema transversal, sem prejuízo da decisão dos sistemas de ensino e das escolas a respeito de outras formas de abordagem da matéria. Ademais, a proposição aborda o empreendedorismo como diretriz do ensino médio e, juntamente com a inovação, como finalidade da educação superior.

A relevância do tema foi muito bem defendida na justificação do projeto. A escola ainda é muito marcada por suas origens, no século XIX, como uma instituição voltada para a difusão de conhecimentos e de valores tradicionais. Em que pese a necessidade de manter suas funções básicas, as demandas do mundo atual exigem uma atualização no rumo do estímulo à inovação e à criatividade. Dessa forma, o empreendedorismo surge como conteúdo relevante para ser tratado pelos currículos das instituições de ensino.

O projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade e de injuridicidade. No que concerne à técnica legislativa, três pequenos reparos devem ser feitos.

O primeiro reparo refere-se à ementa. Ela trata da inclusão do empreendedorismo nos currículos da educação básica, mas o projeto também altera o art. 43, que dispõe sobre as finalidades da educação superior.

O segundo busca conferir maior precisão ao início da introdução do tema transversal em questão no ensino fundamental.

Já o terceiro reparo diz respeito à introdução do inciso VIII no art. 43 da LDB. Foi sancionada, em 21 de outubro passado, a Lei nº 13.174, que "insere inciso VIII no art. 43 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (...), para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica". Deve-se, então, alterar a numeração do inciso a ser acrescido ao artigo.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, acolhidas as emendas a seguir.

EMENDA Nº - CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o estudo do empreendedorismo nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio e para introduzir o estímulo ao empreendedorismo e à inovação como finalidade da educação superior".

EMENDA Nº - CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art.26.....
> .....

§10. Os currículos do ensino fundamental, a partir do 6º ano, e do ensino médio incluirão o empreendedorismo como tema transversal. " (NR)

EMENDA Nº - CE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 3º O art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 43 .....
> .....

IX – estimular o empreendedorismo e a inovação, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção. " (NR)

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O relatório é dado como lido e ficam adiadas a discussão e a votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Bom dia a todos os Senadores que chegaram depois.

Quero registrar, com muito pesar – especialmente para nós Senadoras, que tivemos nessa companheira uma grande militante de luta e companheira de todas as batalhas –, essa tristeza para os militantes da luta contra o racismo e em favor da igualdade racial pela partida prematura da ex-Secretária e ex-Ministra da Promoção da Igualdade Luiza Bairros. Sua ausência certamente deixará uma enorme lacuna e tristeza, em função de todo o serviço prestado à população afrodescendente do nosso País.

Nascida em Porto Alegre, Luiza Helena de Bairros se formou em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; tinha mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Sociologia pela Universidade de Michigan.

Foi Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Antes foi Secretária da Promoção da Igualdade Racial da Bahia, terra que adotou desde 1979 e onde desenvolveu sua carreira política. Aliás, foi na Bahia que ela atuou em diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro Unificado (MNU), foi também a primeira a integrar o Conselho Municipal da Mulher, criado por projeto de nossa autoria quando na Câmara Municipal de Salvador.

Luiza também teve forte atuação em diversos programas da Nações Unidas contra o racismo nos anos de 2001 a 2005. Sua trajetória de vida pública foi marcada por intensa luta contra o racismo e em favor da igualdade racial, das mulheres, das mulheres negras e principalmente como uma das lideranças mais atuantes nas áreas da negritude e gênero.

Tivemos a honra de, através do nosso mandato, indicar para receber o Diploma Bertha Lutz em março deste ano, neste plenário, essa querida companheira, que, à época, estava doente – recebeu o prêmio em seu nome a socióloga Eunice Léa de Moraes.

Eu quero deixar aqui, portanto, essa moção de pesar e o nosso abraço a todos os seus familiares e companheiros de luta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Minhas condolências e meus sentimentos aos amigos e à família da ex-Ministra Luiza de Bairros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, também quero aqui me associar à Senadora Lídice nessa nota de pesar que ela acaba de encaminhar à Comissão de Educação e dizer também, Senadora Lídice, da admiração por Luiza.

Eu era fã dela, fã pela figura humana extraordinária, belíssima que ela foi, que era, pela mulher, pela militante, pela feminista, pela intelectual, que nos deu a honra de ser Ministra no governo da Presidenta Dilma, ocupando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Luiza, sem dúvida nenhuma, Senador Romário, deixa um legado muito bonito com a sua contribuição na luta contra a injustiça, a opressão, a desigualdade social e principalmente o racismo.

Termino aqui fazendo minhas as palavras da Deputada Maria do Rosário, quando, numa homenagem a Luiza, disse que deseja que muitas meninas negras neste País nasçam sendo Luizas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Eu passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente, Srs. Senadores, igualmente quero apoiar a moção apresentada pela Senadora Lídice e pela Senadora Fátima, exatamente com o objetivo de apresentar minha solidariedade à família, aos amigos da finada ex-Ministra e, claro, de enaltecer o seu trabalho na luta contra o racismo, que é tão importante no Brasil.

A todos o meu pesar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, por favor.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu também gostaria de apoiar a moção de pesar feita pela Senadora Lídice, pela Senadora Fátima e pelo Senador Anastasia pelo falecimento de Luiza de Bairros, que foi nossa Ministra e fez um belo trabalho, uma mulher dedicada, profissional, uma pessoa humana exemplar na luta contra o racismo, pelos direitos humanos, pela igualdade racial.

Tive oportunidade de, em conversa com ela, convidá-la para participar de um evento importante lá no meu Estado, em que iríamos discutir a morte dos jovens negros, o número grande de suicídios entre a juventude do Estado, os direitos das mulheres negras em nosso País. Infelizmente a agenda não foi confirmada.

Mas eu quero também aqui deixar o meu elogio à figura humana que era Luiza de Bairros, grande mulher que certamente fará falta nas lutas das ativistas feministas em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Angela.

Vou comunicar o convite para a audiência pública.

Sr. Ministro, em atenção ao Requerimento nº 39, aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal no dia 7 de junho de 2016, convido V. Exª a participar da audiência pública destinada a apresentar o plano de governo desse Ministério – em anexo, requerimento aprovado –, a ser realizado na sala de reuniões desta Comissão, Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa.

Enfim, dia 10, o Ministro da Cultura estará aqui, inclusive já confirmou sua presença.

ITEM 13
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.

Autoria: Senador Lasier Martins.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1- A matéria constou da pauta das Reuniões de 31/05/2016, 07/06/2016, 14/06/2016, 21/06/2016 e 05/07/20146.
2- Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

Designo como Relator *ad hoc o* Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, passo à leitura do relatório do Senado Cristovam Buarque.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 51, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.

Em seu art. 1º, o projeto altera a redação dos §§ 1º e 3º da resolução anteriormente mencionada, definindo as categorias nas quais a premiação será conferida e o procedimento mediante o qual se dará a indicação dos candidatos.

O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência, a qual dispõe que a futura resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor alega que o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, instituído pela Resolução nº 8, de 2009, visa a agraciar profissional que tenha contribuído para o engrandecimento do jornalismo brasileiro. Ademais, o Senador Lasier Martins justifica que a proposta de alteração pretende instituir quatro categorias, a exemplo de outras premiações já consagradas no Brasil.

Não foram apresentadas emendas à proposição, que, após a manifestação da CE, seguirá para apreciação da Comissão Diretora, segundo disposto no inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), as proposições que tratem de homenagens cívicas devem ser apreciadas pela CE, que sobre elas proferirá parecer.

O Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, instituído pela Resolução nº 8, de 2009, reveste-se de extrema importância, não apenas por prestar justa homenagem aos profissionais do jornalismo, mas também por trazer o nome de um dos mais destacados jornalistas e empreendedores da comunicação em nosso País.

A proposta de alteração ora apresentada busca superar certos obstáculos não previstos por ocasião da elaboração da Resolução nº 8, de 2009. Assim, seriam instituídas quatro categorias de premiação, a exemplo de outras condecorações já consagradas no Brasil. Dessa forma, haverá um indicado para cada uma das seguintes áreas:

a) impresso (jornal e revista);
b) rádio;
c) televisão;
d) internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Além disso, a presente proposta aprimora as regras para indicação de candidatos previstos no § 3º do art. 1º da Resolução nº 8, de 2009, ao estabelecer que cada Senador ou Senadora poderá indicar apenas um nome para cada uma das novas categorias previstas no projeto, devendo anexar o *curriculum vitae* do indicado, bem como justificativa da indicação.

Não há dúvida de que todos os esforços para a valorização do jornalismo brasileiro são sempre muito bem-vindos. O jornalismo brasileiro, por sua qualidade técnica, independência e firmeza diante de situações adversas, merece todas as homenagens que possamos fazer.

Não é de hoje que a imprensa escrita – por ser pioneira – está associada às conquistas de direitos civis, sociais e econômicos em nosso País. Os movimentos de luta pela Independência nacional, pela abolição da escravatura e pela instauração da República tiveram nas gazetas e jornais os seus maiores defensores. Em tempos mais recentes, com o advento das tecnologias do rádio, televisão e internet, o raio de ação desses meios foi ampliado.

Diante disso é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória proposição que define categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, também não há reparos a fazer ao PRS nº 51, de 2015.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 51, de 2015.

Queria acrescer, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, cumprimentos ao Senador Lasier Martins, que é jornalista, por essa louvável iniciativa.

O voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a instituição do Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa.

Autoria: Deputado Alex Canziani e outros.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável ao Projeto.

Designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Fátima Bezerra, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O projeto de lei sob análise mostra conformidade às determinações da Lei nº 12.345, de 2010, que estabeleceu critérios para a instituição de datas comemorativas. Em especial, foi atendida exigência prévia à apresentação do projeto, definida no art. 2º da citada lei, com a realização de audiência pública na Câmara dos Deputados.

Ressalto também, Sr. Presidente, que a matemática, além de seu papel crucial para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, detém especial importância no estímulo ao desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens. Sabemos, contudo, que nossos sistemas de ensino têm mostrado pouca eficiência no que tange ao aprendizado e estima da matemática pelos estudantes de nível fundamental e médio. Inúmeras vezes, os métodos de ensino contribuem de forma direta para gerar uma aversão à matemática.

Essa situação se deve a diversos fatores, mas podemos ressaltar, entre eles, um ensino da matemática que a desliga completamente do contexto de vida dos alunos; que enfatiza, essencialmente, a memorização e a aplicação de conhecimentos automaticamente assimilados. Em contraposição a tais práticas, importantes estratégias para uma aprendizagem mais eficaz e, até mesmo, entusiasmada da matemática consistem em saber relacioná-la com o contexto social e com a resolução de problemas práticos ou abstratos; e em percebê-la como um processo de construção progressiva do conhecimento, em lugar de assimilar esse conhecimento matemático como algo já constituído e que tem a força do dogma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Portanto, vemos com alegria que matemáticos brasileiros que se dedicam à pesquisa de ponta têm recebido reconhecimento internacional por meio de importantes prêmios, a exemplo do já citado Marcelo Viana, que foi contemplado com o Grande Prêmio Científico Louis D, principal premiação científica da França, e de Artur Ávila, agraciado, em 2014, com a Medalha Fields, prêmio considerado equivalente a um Nobel de matemática.

São o avanço na formulação de novos problemas e conhecimentos e a promoção de uma grande transformação no ensino da matemática que possibilitarão ao Brasil obter um verdadeiro salto em sua cultura de ensino e aprendizado da matemática. Nesse sentido, a instituição do Biênio Matemático, proposta pelo PLC nº 25, de 2016, pode trazer significativa contribuição.

A proposição mostra-se condizente com as determinações constitucionais e legais, como já o frisamos em relação à Lei nº 12.345, de 2010, e com a técnica legislativa.

Tendo em vista o exposto, o parecer é pela aprovação do PLC nº 25, de 2016, de autoria do Deputado Alex Canziani, Wilson Filho e Pedro Fernandes, que dispõe sobre a instituição do Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa.

O nosso parecer, portanto, é pela aprovação – parecer, diga-se de passagem, elaborado pelo Senador Cristovam Buarque, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para debater sobre as metas e indicadores do Plano Nacional de Educação, bem como promover o lançamento do "Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2016", com os seguintes convidados: Priscila Cruz, Presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação; Luciano Monteiro, Secretário-executivo da Fundação Santillana no Brasil; Maria Helena Guimarães de Castro, Socióloga, especialista em educação e Secretária Executiva do Ministério da Educação; Maria Inês Fini, Consultora em educação e presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para que faça a leitura do requerimento – página 181.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, o requerimento, como V. Exª já mencionou, é para tratar de um tema extremamente importante, que é o lançamento do Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2016, da lavra do movimento Educação para Todos.

Os convidados, a Srª Priscila Cruz, que é Presidente Executiva do movimento Todos pela Educação; Luciano Monteiro, que é o Secretário Executivo da Fundação Santillana, no Brasil; Maria Helena Guimarães, Secretária Executiva do MEC; Maria Inês Fini, que é Presidente do Inep; um representante do Consed e um representante da Undime.

Queremos ainda acrescentar, Sr. Presidente, que, em 25 de junho deste ano, o PNE, instituído pela Lei nº 1.305, completa dois anos de vigência, e, nesses dois anos, venceu diversos prazos estabelecidos pela referida lei, como, por exemplo, a universalização da educação infantil, prevista na Meta 1, a instituição do Sistema Nacional de Educação, entre outros.

Daí acharmos oportuno debater e analisar as metas e indicadores do Plano Nacional de Educação para que tenhamos uma visão abrangente dos resultados e desafios educacionais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nesse sentido, consideramos que o Anuário Brasileiro de Educação Básica, que está em sua quinta edição, constitui relevante ferramenta de consulta para a compreensão e acompanhamento dos dados referentes à educação no Brasil e, por reconhecer a sua contribuição para este debate, consideramos oportuno promover, durante a audiência pública, o seu lançamento nesta Comissão.

O requerimento é de autoria do Senador Cristovam e eu o estou subscrevendo, Senador Romário. E volto a dizer: é pertinente o debate, trata-se de aqui trazer mais subsídios, levando em consideração, principalmente, a existência da Lei nº 13.005, que trata do novo Plano Nacional de Educação, que está no seu segundo ano de vigência.

Digo isso porque nós já fizemos um debate aqui semelhante a esse, com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Agora o movimento Todos Pela Educação também quer dar a sua contribuição, através do lançamento do Anuário Brasileiro da Educação, que está na sua quinta edição. Então, é muito oportuno o debate.

E já adianto, Senador Romário, que eu estou aditando o requerimento para que possa também ser convidado a participar desta audiência pública o Fórum Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento aqui extrapauta.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52, de 2016
- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, nos termos regimentais, solicito a inclusão, como convidado, representante do Fórum Nacional de Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

Já fez, não é?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já li.

É apenas para acrescentar, Senador Romário, que o requerimento pode ser endereçado ao Prof. Heleno Araújo, que vem a ser o Coordenador do Fórum Nacional de Educação. Ele virá ou a coordenação do fórum indicará um representante.

Quero só justificar, porque, dada a importância do Fórum Nacional de Educação, que é uma instituição do Estado brasileiro – V. Exª inclusive lembra que, quarta-feira passada, cobrei aqui do Ministro da Educação providências, – até então, o que é inadmissível, o Fórum Nacional de Educação não havia sido convidado pelo atual Ministro. Fiz a cobrança e, enfim, o Ministro convidou, Senador Romário, fez o convite ao Fórum Nacional de Educação e houve uma reunião já, nesta última sexta-feira, com a coordenação executiva. Estamos tratando agora das providências, porque o fórum tem as conferências para cuidar, para organizar, tem a missão de acompanhar as metas do novo Plano Nacional de Educação.

Mas, enfim, quero dizer que considero pertinente que, para todo e qualquer debate que diga respeito aos destinos da educação aqui nesta Comissão, seja convidado o Fórum, pelo que ele representa. É uma instituição do Estado brasileiro, um colegiado que reúne mais de 50 representantes de entidades vinculadas ao Poder Público e à sociedade civil que têm vinculação com a luta em defesa da educação.

É só isso, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Angela Portela, nós temos aqui o item 12, que é terminativo. V. Exª gostaria de fazer o relatório?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Posso fazer a leitura do relatório e, na próxima reunião em que houver quórum, podemos discuti-lo e aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senadora Angela Portela.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria constou da pauta da Reunião de 05/07/2016.
Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 13, de 2012, do Senador Marcelo Crivella, que tem por fim tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre desportos. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 13, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O desempenho de um atleta depende de sua capacidade técnica, de suas condições físicas e de seu equilíbrio mental. Por isso, a Lei Pelé estabelece que as entidades de prática desportiva devem, entre outras obrigações, garantir aos atletas em formação "assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar".

Ora, quando trata dos deveres da entidade de prática desportiva empregadora, a lei determina a obrigação de "submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva". Há, portanto, omissão a respeito da atenção a ser conferida à saúde mental.

Não são poucas as situações em que atletas brasileiros de ponta, individualmente ou em equipe, apresentaram-se em competições de projeção internacional como favoritos, dadas as suas reconhecidas qualidades técnicas e físicas, mas, em disputas decisivas, não renderam o que deles se esperava, pelo menos em parte devido à ansiedade e à pressão da obrigação de vencer que aparentemente sentiram. Nessas ocasiões, sempre se fala sobre a necessidade de preparação psicológica dos atletas para lidar com essas situações de tensão. Todavia, não se tem notícia de que a medida tenha se tornado prática corrente.

O projeto em análise busca sanar essa lacuna da legislação e contribuir para que nossos atletas tenham melhor desempenho nas competições de que venham a participar.

Assim, no mérito, avaliamos que a CE deve acolher a proposição em tela.

Quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto, não há óbices a levantar.

No voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Parabéns pelo relatório.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

Requerimento extrapauta.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n.º 10.671/2003). Para tanto, requeiro que sejam convidados: 1.Representante do Ministério do Esporte; 2.Secretária Adjunta de Esporte do Distrito Federal, a Senhora Leila Barros; 3.Representante do Ministério Público do Distrito Federal; 4.Representante da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal; 5.Representante das Torcidas Organizadas do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Hélio José e pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, é de autoria do Senador Hélio José, e eu o estou também subscrevendo. Ele pede uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o Estatuto de Defesa do Torcedor. Para tanto, ele requer que sejam convidados: representante do Ministério do Esporte; a Secretária Adjunta de Esporte do Distrito Federal, Srª Leila Barros; representante do Ministério Público do Distrito Federal, da Secretaria de Segurança Pública e da Paz do Distrito Federal e representantes das torcidas organizadas do Distrito Federal.

Aliás, Senador Romário, eu sugiro que V. Exª subscreva o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, pelo que eu estou entendendo aqui, o objetivo do Senador Hélio José é o Estatuto do Torcedor do Distrito Federal. Então, é um direito dele convidar essas pessoas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Agora é que eu estou vendo que ele está voltando o debate mais para a realidade aqui do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ele se refere diretamente ao Distrito Federal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De qualquer maneira, sua assinatura aqui, claro, pela militância que V. Exª tem nessa área, pela sua contribuição, também é importante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agradeço as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores membros deste Colegiado pela dedicação dispensada aos trabalhos da Comissão durante o primeiro período deste ano legislativo.

Desejo a todos um bom recesso parlamentar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 35 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Educação, Cultura e Esporte DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 de Agosto de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, **sob a Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gladson Cameli, Roberto Muniz, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Simone Tebet, Dário Berger, Hélio José, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Lasier Martins, Wilder Morais, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Ricardo Franco, José Agripino, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório reformulado, e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015** que: "Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Deputado Otavio Leite. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja prorrogado, por mais 120 dias, o prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho criado para discutir e elaborar propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme Requerimento nº 32, de 2016, aprovado em 17 de maio de 2016." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 53 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Senhor José Mendonça Bezerra Filho, informações acerca do cumprimento das metas e estratégias intermediárias do Plano Nacional de Educação (PNE) cujos prazos já venceram, indicando, quando for o caso: a) as causas do descumprimento; b) as medidas corretivas que estão sendo ou serão adotadas para alcance das metas e estratégias não cumpridas; e c) a previsão de novos prazos para a sua consecução." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 54 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro o aditamento, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 33, de 2016-CE, que aprovou a realização de audiência pública para debater o tema "Liberdade de expressão em sala de aula", para incluir a presença da seguinte convidada: Drª DEBORA DUPRAT, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 55 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 33/2016 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a inclusão na qualidade de convidada do nome abaixo relacionado para participar da Audiência Pública que irá debater o tema " Liberdade de Expressão na sala de aula": Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 56 de 2016** que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e atletas: 1. Leonardo Picciani - Ministro dos Esportes; 2. Carlos Arthur Nuzman - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; 3. Raul Jungmann – Ministro de Estado da Defesa; 4. Rafaela Silva – Medalhista de Ouro no Judô; 5. Felipe Wu - Medalhista de Prata no tiro com pistola; 6. Diego Hipólito - Medalha de prata no solo da ginástica artística." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 57 de 2016** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas sobre as metas do Plano Nacional de Educação e perspectivas da educação no próximo período, com ênfase na expansão, fortalecimento e melhoria da qualidade da educação; na política de valorização dos profissionais da educação (carreira, jornada, piso e formação); e na gestão e financiamento da educação. Os convidados e temas específicos serão informados oportunamente à Secretaria da Comissão." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 ao 17.

Começamos com o item nº 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda.
2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 05/07/2016 e 12/07/2016.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, vou ler o relatório para que fique já manifestada a minha posição favorável ao seu projeto. Havendo quórum, no momento adequado, iremos à votação.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 208, de 2016, de autoria do Senador Romário, que acrescenta o §4º ao art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), para prever que os sistemas de ensino desenvolvam e implementem programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência, em parceria com a família e por meio da articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos.

A vigência da lei deverá ser imediata.

Na justificação, o autor argumenta que é importante inscrever na LDB, e não somente no Plano Nacional de Educação (PNE), mandamento explícito sobre a necessidade de desenvolver políticas públicas direcionadas aos jovens e adultos com deficiência. Assim, tornar-se-á menos complicado que esse público, que não teve acesso a serviços educacionais à época própria, possa finalmente ter essa oportunidade fundamental para o pleno exercício de direitos.

Não foram oferecidas emendas à proposição por parte dos Srs. Senadores.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre o presente projeto.

Achamos bastante apropriada a medida proposta pelo Senador Romário, fruto de sua sensibilidade em relação às questões ligadas às pessoas com deficiência. A preocupação com jovens e adultos nessa situação que não tiveram acesso às escolas em idade própria, o cuidado com o cidadão, relegado ao limbo pela ausência de políticas públicas consistentes, certamente podem contribuir de forma significativa para que tenhamos um País mais justo.

Existem referências, na legislação educacional, à necessidade de que o Poder Público compreenda iniciativas sobre a educação de jovens e adultos com deficiência. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), por exemplo, assegura, no art. 27, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de aprendizado ao longo da vida.

O PNE, por sua vez, inscrito na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece importantes estratégias para inclusão de jovens e adultos com deficiência em ambientes educacionais. Destacamos a Estratégia 4.12, que prevê a promoção da articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

Entretanto, falta, justamente na lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, mandamento específico sobre o tema. Dessa forma, julgamos que a proposição em análise preenche, para muito além da duração específica de um Plano Nacional de Educação, importante lacuna na legislação e, mais que isso, pode tornar melhor a vida de jovens e adultos com deficiência e impactar positivamente os padrões de convivência e de inserção social no Brasil.

Há que se ressaltar, finalmente, que a proposição não apresenta vícios quanto à sua inconstitucionalidade ou ilegalidade. Apenas sugerimos, a bem da técnica legislativa, emenda de redação no art. 2º, que foi equivocadamente numerado como 3º.

E também farei uma emenda de redação, Sr. Presidente, em que, no próprio art. 37, §4º, onde se lê: "em parceria com a família, por meio de articulação", já conversando com o autor da matéria, que, com a sua assessoria, concordou com a sugestão por nós apresentada, substituindo a vírgula por "e". Ficaria, então: "em parceria com as famílias e por meio da articulação intersetorial".

Proponho, então, a emenda aqui apenas renumerando, em que digo: "Renumere-se o art. 3º do PLS nº 208, de 2016 pelo art. 2º".

Sala das comissões.

Relator.

Voto favorável com as duas emendas que apresentei. Na verdade, uma ajustando os artigos e a outra de redação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Parabéns pelo projeto, um projeto relevante.

V. Exª, como eu digo aqui no relatório, por escrito, mais uma vez mostra toda a sua sensibilidade com aqueles que mais precisam: deficientes, idosos, crianças, adolescentes, trabalhadores. Enfim, é mais um projeto que tive a alegria de incluir no meu currículo, de vossa autoria, e de que fui o Relator.

Muito obrigado pela indicação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Na verdade, a honra e satisfação é toda minha. Parabéns pelo brilhante relatório.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas as discussões e a votação.

Passaremos agora para o item 17.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 55, de 2016
- Não terminativo -

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 33/2016 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a inclusão na qualidade de convidada do nome abaixo relacionado para participar da Audiência Pública que irá debater o tema " Liberdade de Expressão na sala de aula": Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para a leitura do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, é apenas o cumprimento de uma formalidade em razão da audiência pública que irá debater o tema Liberdade de Expressão na Sala de Aula.

É um tema polêmico, que vem agitando especialmente as redes sociais, e nós estamos apenas contribuindo com a sugestão do nome da Drª Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, que é Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, acrescentar a Drª Deborah para o debate nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador, V. Exª tem interesse em fazer a leitura do item 2, que é um projeto terminativo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Seria oportuno, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação.

Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda.
2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 05/07/2016 e 12/07/2016.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, primeiramente, quero destacar o papel que desenvolve na educação do País o Professor Wilson Matos. É um educador que se dedica com intensidade à atividade do magistério. Ele conhece as escolas no mundo, visitou escolas em todo o mundo. Eu não saberia quantificar, mas a verdade é que visitou, em muitos países, muitas escolas, buscando experiência, uma vez que é um investidor da educação no País.

O Prof. Wilson Matos foi nosso suplente num mandato anterior. E, quando assumiu o mandato, durante quatro meses, ofereceu uma rica contribuição na área educacional, com vários projetos de lei, dentre eles, este que procura aumentar na educação básica a frequência mínima exigida para aprovação.

A propósito, o projeto visa aumentar a frequência, que hoje é de 75%, para 85%, para que os alunos sejam aprovados nos níveis fundamental e médio da educação básica.

Justifica a iniciativa destacando que a ausência impacta fortemente o desempenho e os resultados apresentados pelos estudantes e, por conseguinte, os índices de qualidade da educação. Defende, ainda, que o percentual de presença atualmente exigido está muito aquém do desejável, notadamente considerando-se que o tempo dos professores não é somente utilizado em atividades de ensino e aprendizagem, mas também é gasto para controlar a disciplina dos alunos e para a execução de tarefas administrativas.

A proposição foi distribuída a esta Comissão. Na análise de mérito, observamos que a Lei de Diretrizes e Bases considera separadamente a frequência e a avaliação do aproveitamento para fins de verificação do rendimento escolar do aluno.

A classificação do estudante será feita sempre com base em seu efetivo conhecimento, enquanto que a apuração da frequência trata-se de quesito obrigatório para o aluno obter o direito à promoção.

Consideramos que a exigência de no mínimo 85% do total de horas letivas para aprovação, nos termos do projeto, sustenta-se no reconhecimento de que, sem regular participação nas atividades programadas pela escola, não se pode esperar efetiva aprendizagem do aluno. Enquanto se determina, de um lado, que a escola deve proporcionar mais condições para que a aprendizagem aconteça, inclusive oferecendo estudos de recuperação, quando necessários; de outro lado, afirma-se a responsabilidade do aluno de comparecer e aproveitar as oportunidades programadas pela instituição de ensino.

A obrigatoriedade de frequência a um número mínimo de horas letivas não deve ser encarada como punição, mas deve ser vista em sua dimensão pedagógica, como condição para que a aprendizagem efetivamente aconteça, através da participação do estudante nas atividades escolares programadas. O absenteísmo é uma das importantes causas da repetência. Assim, deve ser afastado o discurso que tem como tema central o aumento da evasão e da repetência em caso de aumento da frequência escolar mínima.

Ademais, para evitar possíveis dificuldades em razão da diminuição da margem de manobra para eventuais faltas que se mostrem necessárias, seja por doença, eventuais contratempos ou, ainda, em razão da rotina complicada do estudante trabalhador, oferecemos emenda, sob análise, para incluir parágrafo único ao art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases, prevendo, desde que as faltas não superem 25% das horas letivas, a possibilidade de que o não cumprimento de frequência escolar mínima – que ensejaria a reprovação do aluno – seja suprido mediante atividades complementares compensatórias capazes de oferecer aprendizagens que a ausência às aulas impediu.

Apesar de não se confundirem com os estudos de recuperação, justamente porque destinadas a dar oportunidade ao aluno de aprender o que não pôde em razão de ausências, tais atividades complementares certamente causarão reflexos positivos no rendimento escolar do aluno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Reconhece-se, por fim, que nem todas as escolas estão, desde logo, aparelhadas para oferecer atividades complementares compensatórias. Por esse motivo, a intenção da emenda não é tornar obrigatório seu oferecimento por todas as escolas, mas instituir o mecanismo, para que possa ser utilizado pelas escolas em condições para tanto.

Consultei o Prof. Wilson Matos sobre essa emenda, que considerou oportuna e interessante, apoiando-a de pronto. Portanto, estamos acrescentando uma emenda que melhora o projeto, que aprimora a proposta do Prof. Wilson Matos.

Esta emenda diz o seguinte:

> .....
> IV – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino [apagaram as luzes para testar se o Senador enxerga bem; a letra já é pequena, Senador Romário, e com a luz apagada...], exigida a frequência mínima de oitenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.
> Parágrafo único. As escolas poderão oferecer atividades complementares compensatórias aos alunos que não cumprirem a frequência mínima exigida para aprovação, nos casos em que as faltas não superarem vinte e cinco por cento de horas letivas.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu considero importante essa proposta, que tem exatamente o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos, qualificando-os para prosseguirem seus estudos. E essa emenda vem dar oportunidades àquele que, eventualmente, por alguma razão justificável, não tenha conseguido atingir o percentual de 85% de presença, para que possa exercitar algumas atividades complementares compensatórias. Creio que o projeto está em condições de ser aprovado.

O nosso voto é, portanto, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Alvaro Dias. Parabéns pelo relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu gostaria de relatar o item 12. Embora não haja quórum, acho que vale a pena...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Faremos isso.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – ... ler o relatório agora.

Trata-se de um projeto do Senador Marcelo Crivella acerca exatamente da condição psicológica dos nossos atletas. Então, em tempos de Olimpíadas, acho interessante darmos esse resultado do Senado Federal aos nossos atletas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É verdade.

O relatório, Senador, já foi dado como lido. Ficam adiadas as discussões e a votação.

Senadora, segundo o nosso Secretário, esse relatório já foi lido por V. Exª no dia 12 de abril.

Senadora, segundo o nosso Secretário...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O nosso Secretário acaba de dizer que esse relatório já foi lido por V. Exª no dia 12 de abril.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Já foi lido? Então, como não há quórum, certamente não há como aprovar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Infelizmente, ainda não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nós temos um requerimento nesse sentido para que possamos avaliar aqui a fase pós-Olimpíadas, e temos um elenco de pessoas que nós gostaríamos de ouvir aqui. Portanto, temos um requerimento nesse sentido. Se V. Exª puder colocar em apreciação, fico grato.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Colocarei agora, Senador.

Item extrapauta nº 18: Requerimento da Comissão de Educação nº 56, de 2016. Autoria: Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 18
Requerimento Nº 56, de 2016

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e atletas:1. Leonardo Picciani - Ministro dos Esportes; 2. Carlos Arthur Nuzman - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; 3. Raul Jungmann – Ministro de Estado da Defesa; 4. Rafaela Silva – Medalhista de Ouro no Judô; 5. Felipe Wu - Medalhista de Prata no tiro com pistola; 6. Diego Hipólito - Medalha de prata no solo da ginástica artística.

Autoria: Senador Telmário Mota

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do requerimento do Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, primeiro, obrigado a V. Exª e aos demais Senadores por concederem a votação extrapauta.

Nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e atletas: Leonardo Picciani, Ministro dos Esportes; Carlos Arthur, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; Raul Jungmann, Ministro de Estado da Defesa; Rafaela Silva, medalhista de ouro no judô; Felipe Wu, medalhista de prata no tiro com pistola; e Diego Hipólito, medalhista de prata no solo da ginástica artística.

Justificação.

Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizar os organizadores e os atletas participantes dos Jogos Olímpicos de 2016. Apesar do esforço dos técnicos e dos 465 atletas, temos que avaliar o que houve com os nossos atletas, que não conseguiram os melhores desempenhos – por exemplo, os da natação e do atletismo, que não conseguiram nenhuma medalha, apesar de sermos um país com bastante intimidade com água e com a prática de corrida.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, tivemos o judô, que, apesar de esporte oriental, nos orgulha com a medalha de ouro da atleta Rafaela Silva.

Por essas e outras razões, temos que discutir o baixo quadro de medalhas brasileiras, seja do ponto de vista dos incentivos financeiros, das condições de treinamento e das políticas públicas para o esporte. Acreditamos que essas discussões podem melhorar o quadro de medalhas nas próximas Olimpíadas, no Japão, elevar a autoestima dos nossos atletas e, na população, incentivar novos atletas para o esporte.

Gostaríamos de trazer para esta discussão a relação desenvolvimento econômico *versus* sucesso nos Jogos Olímpicos. Abordando esse tema, acreditamos que estaremos contribuindo para o sucesso dos atletas brasileiros nos próximos eventos esportivos, bem como definindo políticas públicas em favor do sucesso.

Gostaríamos, também, de ressaltar o sucesso dos atletas militares medalhistas das Forças Armadas, convidá-los para esta discussão e ouvir deles a receita para o sucesso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, não dá para, em uma oportunidade dessas que o Senador Telmário nos dá, não dizermos nada sobre as Olimpíadas.

Eu queria apenas dizer que, é claro, aprovo na íntegra, todos nós aprovamos e acatamos o requerimento, e a votação será por unanimidade, mas quero destacar, por aquilo que vi, a emoção dos nossos atletas. Lembrei-me um pouco de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nas Copas do Mundo vitoriosas. Eu sei que não foi tudo aquilo que nós gostaríamos, é claro, mas, primeiro, o espetáculo. O espetáculo perante o mundo, desde a abertura, foi magnífico.

Aí não é uma questão de situação ou oposição. Não estamos entrando no mérito de que tudo foi feito no governo anterior e que, agora, o Governo atual está participando. Não é essa a questão, não estou entran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do nisso. Mas os organizadores do evento, Sr. Presidente,... De fato, o mundo bateu palmas para o Brasil, pela grandeza, pela abertura, como se deu.

Segundo, quero também bater palmas, com muito carinho, a todos os atletas. V. Exª, mais do que nós, sabe falar do assunto, conhece a dificuldade dos atletas. Nós conseguimos algumas medalhas de ouro, de prata, de bronze nessa ou naquela área. O choro de cada um, quando ganhava ou perdia a medalha, movimentou o País em um momento tão difícil que estamos atravessando.

Então, quero apenas cumprimentar a iniciativa desses requerimentos e dizer essas poucas palavras. Sou daqueles que acreditam muito no esporte, assim como V. Exª. O esporte é educação, é formação, é preparar as pessoas para o amanhã. Eu, como V. Exª, apesar de vir de uma família muito humilde, muito simples, aprendi que o caminho também era este: eu fazia atletismo, jogava futebol de salão, basquete, futebol de campo, sempre um perna de pau, mas jogava, tanto que não saí do infantojuvenil, mas isso me fez muito bem. O tempo que eu passava ali, eu não passava, talvez, fazendo alguma bobagem a que a idade, às vezes, nos leva.

Então, eu queria fazer essa fala muito rápida, dando parabéns a todos. Fizemos muito, mas temos muito ainda por fazer.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Parabéns ao Senador Telmário Mota por esse requerimento.

Quero corroborar com as palavras de V. Exª, Senador Paim. Realmente, estas Olimpíadas têm sido espetacular, desde a abertura até o momento. Problemas, todas as Olimpíadas tiveram, e a nossa não poderia ser diferente, mas dentro do esperado. Realmente, acredito que tem sido uma festa muito positiva para o nosso País, que mostra para o mundo que o brasileiro sabe receber os turistas.

Tive a oportunidade, a possibilidade e a honra de também ter disputado uma Olimpíada em 88, em Seul. Sei exatamente o significado de chorar por ganhar uma medalha, que foi de prata, chorar positivamente, e de chorar no momento em que perdi a medalha de ouro, já que tive a oportunidade e o prazer de chegar a uma final. Realmente, esses atletas do Brasil, independentemente dos que estão ganhando medalhas, têm se portado de uma maneira profissional. Nós temos que parabenizá-los todos. E os que estão trazendo medalhas mostram que o País está evoluindo. É claro que estamos longe do que esperávamos em relação à última Olimpíada, mas ainda não acabou, ainda temos alguns esportes para disputar. A torcida tem que continuar grande, o pensamento positivo e a ideia do COB e de todos nós, brasileiros, é que o Brasil possa estar em uma posição melhor do que em Londres, quatro anos atrás. Tenho certeza de que temos condição e vamos tentar chegar.

Senadora Fátima Bezerra com a palavra, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, eu também quero cumprimentar o Senador Telmário pela iniciativa do requerimento e me associar às considerações do Senador Paim e às que V. Exª faz no que diz respeito a saudar a realização das Olimpíadas no nosso Brasil.

Quero deixar consignado nos Anais da Comissão de Educação, em primeiro lugar, a nossa homenagem aos nossos atletas, pelo esforço, pelo talento, pelas histórias de superação, pelo quanto de bonito eles estão fazendo. Então, nossas primeiras homenagens são a eles e a suas famílias.

Em segundo lugar, quero também registrar aqui minha homenagem ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma, pelo quanto acreditaram. O prestígio de que o Presidente Lula desfruta do ponto de vista internacional, não há como desconhecer, foi decisivo para que o Brasil, concorrendo com cidades como Tóquio e Chicago, tivesse a felicidade de ter sido a sede escolhida.

Claro que cumpre também, por dever de justiça, destacar o papel do Governo do Estado do Rio, da prefeitura e de outros atores, mas, por dever de justiça, a história tem que registrar que coube a ele, foi no governo dele que se deu a decisão. E a Presidenta Dilma, porque foi no governo dela, no primeiro mandato dela que coube, institucionalmente, Senador Paim, a tarefa de organização, de dar conta da estrutura organizativa para receber um evento grandioso como são as Olimpíadas.

E para além das dificuldades ou problemas – isso faz parte –, o fato é que o Brasil está dando *show* em Olimpíadas pelo mundo afora. A abertura foi algo belíssimo, digno da diversidade, da riqueza cultural do nosso povo. E, repito, isso também reflete o acerto de políticas públicas nessa área. É o Bolsa Pódio, é o Bolsa Atleta, a parceria inclusive com as Forças Armadas. Nós também temos que levar isso em consideração.

É isso, Senador Romário. Quero deixar consignada aqui essa nossa saudação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar e agradecer aos Senadores e Senadoras pela aprovação do nosso requerimento e fazer dois registros. Um registro alegre e outro triste.

Pela primeira vez, Roraima coloca nas Olimpíadas um atleta. Exatamente o Thiago Maia, que joga na seleção brasileira, para o nosso orgulho.

Por outro lado, também na defesa, tentando dar segurança ao povo, um dos nossos militares, um policial militar, o Soldado Hélio, que estava dando segurança às Olimpíadas, teve a sua vida ceifada. Ele foi vítima de assaltantes, e disso todo mundo tomou conhecimento.

E Roraima, ao tempo em que fica alegre por ter um dos seus filhos disputando as Olimpíadas, também fica muito triste em ver um dos seus filhos, hoje, ter a sua vida tirada de forma tão bruta e tão violenta nas Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto os Senadores...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta de um requerimento aqui de minha autoria e de vários outros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta.

ITEM 19
Requerimento Nº , de 2016

Requer a realização de um ciclo de audiências públicas sobre as metas do Plano Nacional de Educação e perspectivas da educação no próximo período.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, dando continuidade ao nosso trabalho, à luz de acompanhar as metas do novo Plano Nacional de Educação, até porque é prerrogativa, inclusive, da Comissão de Educação e Cultura, aqui do Senado, junto com a Câmara, acompanhar a realização de suas metas.

Então, diante desse contexto, é que apresentamos o requerimento. Nós queremos, a exemplo do ano passado, realizar um novo ciclo de debates, tendo como orientação os principais eixos temáticos do PNE, no que diz respeito à expansão, ao fortalecimento e à melhoria da qualidade da educação brasileira.

O outro eixo, Senador Romário, trata da questão da política de valorização, formação, jornada, carreira e piso; o outro eixo, da gestão; e o outro eixo, do financiamento. Ou seja, a exemplo do que nós realizamos aqui no ano passado, neste segundo semestre ainda, até o final do ano, para que possamos realizar esse ciclo de debates.

Naturalmente, trazendo aqui tanto a presença dos gestores como do MEC, de secretários estaduais e municipais de educação, bem como de representantes das universidades, dos trabalhadores em educação e da sociedade em geral.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Passaremos, agora, ao item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 07/06/2016, 14/06/2016, 21/06/2016, 05/07/2016 e 12/07/2016.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para proferir o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como V. Exª colocou, Sr. Presidente, esse relatório é do Senador Randolfe e tem como objetivo inscrever o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Indo diretamente, Sr. Presidente, à análise.

À CE compete apreciar as matérias que lhe sejam submetidas, especialmente as de homenagens cívicas, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que concerne à constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa, não identificamos óbices à aprovação da proposição. Registre-se, também, que o projeto coaduna-se com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no *Livro dos Heróis da Pátria*, adotando a correta técnica legislativa.

Passemos, pois, à análise do mérito da proposição.

A disputa pelo território que hoje constitui o Amapá e suas cercanias envolveu diversos países europeus nos primeiros séculos da colonização da América. Persistentes em suas pretensões, Portugal e França tiveram por bem firmar o Tratado de Utrecht, em 1713, pelo qual se reconhecia no Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

No entanto, ao longo dos anos, a área ao sul do Oiapoque voltou a ser alvo de reivindicações francesas, não obstante a presença amplamente majoritária de brasileiros que ali residiam, levando ao reconhecimento comum, a partir de 1841, de que a região entre os Rios Oiapoque e Araguari era área "contestada", sob a jurisdição conjunta do Brasil e da França.

A disputa pela região torna-se mais intensa quando dois brasileiros descobrem ouro no Alto Calçoene, no início de 1894. A exploração do metal precioso cresce rapidamente, com o afluxo de grande número de aventureiros de vários países, mas sendo quase todo ele exportado para a Europa por Caiena, capital da Guiana Francesa.

Diante de medidas que restringiam o acesso dos brasileiros às minas, tomadas pelo representante do governo francês na região de Calçoene, eclode uma revolta de nossos compatriotas, majoritários na área contestada em proporção estimada em 90% da população. Assume o poder um triunvirato formado por Desidério Coelho, o cônego Domingos Maltez e Francisco da Veiga Cabral, que expede leis que buscam organizar, política e judicialmente, o território amapaense.

Sob pretexto de libertar seu aliado, o brasileiro Trajano Benitez, e de prender seus captores, a Guiana Francesa envia uma expedição militar à Vila de Amapá, sede do novo governo. O destacamento de infantaria naval, sob o comando do Capitão Lunier, é encarregado de abordar Veiga Cabral, personalidade que se destaca no triunvirato amapaense, o que de fato ocorre no dia 15 de maio de 1895. Ao encontrar-se com Cabralzinho e ao pretender conduzi-lo preso, o Capitão Lunier vê seu revólver ser arrebatado pelo oponente, que dispara contra ele.

Segue-se intenso tiroteio entre o destacamento francês e os brasileiros, no qual morrem o Capitão Lunier e uns poucos de seus comandados. Os combatentes brasileiros resistem por certo tempo, com algumas baixas, até que decidem se refugiar na floresta. Segue-se a inesperada vingança dos militares franceses, que atinge idosos, mulheres e crianças. No cômputo geral, morrem seis militares franceses e 38 brasileiros, no que se denomina a tragédia da Vila Amapá.

Cabralzinho é reconhecido por sua conduta de heroica resistência no episódio, chegando a ser aclamado pela população em Belém, no Recife e no Rio de Janeiro, quando recebe, do Presidente da República Prudente de Moraes, o título de "general honorário" do Exército brasileiro.

Em pouco tempo, contudo, as duas nações decidem resolver a disputa pela via diplomática. Ocorre o arbitramento pelo governo da Suíça, com o Barão do Rio Branco defendendo a causa brasileira, que se sagra integralmente vitoriosa no ano de 1900, com a fixação da fronteira no Rio Oiapoque.

Liderança política no Pará, do Partido Liberal e, em seguida, do Partido Republicano Democrata, Francisco da Veiga Cabral era conhecido por sua audácia, evidente no episódio da revolta de 1891, por ele comandada em Belém e que foi facilmente debelada pelos governistas. Na essência de sua conduta no confronto com os franceses na Vila Amapá, está seu resoluto patriotismo, que não hesita em afrontar um numeroso contingente militar e consegue, assim, despertar o povo e o governo brasileiros para a sorte de seus compatriotas naquele longínquo rincão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No momento em que, como diz o grande poeta português, o homem e a hora são um só ou, de modo mais prosaico, a pessoa certa está no lugar certo, Cabralzinho soube defender a causa nacional com destemor e bravura, enfrentando forças militares superiores para afirmar que aquela terra do alto norte era brasileira. Pouco depois, em 1905, vem a falecer relativamente esquecido, com apenas 44 anos.

Entendemos, portanto, Srªs e Srs. Senadores, como justa e relevante a inscrição do nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Voto, Sr. Presidente.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 707, de 2015, do Senador Randolfe, fazendo jus a um brasileiro que defendeu com muito amor o Território do Amapá do Território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas as discussões e a votação.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a V. Exª pela participação.

(Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 36 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Educação, Cultura e Esporte DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 de setembro de 2016, Quinta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença do Senador Pedro Chaves. Justifica a ausência o Senador Hélio José. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 33/2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, RCE 37/2016, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Telmário Mota e Fátima Bezerra, RCE 41/2016, de autoria dos Senadores Angela Portela, Telmário Mota e Fátima Bezerra, RCE 46/2016, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Telmário Mota e Fátima Bezerra, RCE 48/2016, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, e RCE 55/2016, de autoria do Senador Alvaro Dias. **Finalidade:** Debater sobre "Liberdade de expressão na sala de aula". **Participantes:** Fernando Penna, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF; Toni Reis, Representante do Fórum Nacional de Educação; Romi Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; Miguel Nagib, Presidente da ONG Escola Sem Partido; Vera Lucia Cabral, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares - Abrelivros; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Bráulio Porto de Matos, Professor da Universidade de Brasília - UnB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

Vamos dar início a esta audiência, que talvez seja a primeira de muitas, porque, como eu sou favorável a que todos os partidos estejam em todas as partes, vamos ter uma primeira audiência e depois muitas outras. Nesse sentido, aqui estão algumas pessoas. A Procuradora Deborah não conseguiu chegar ainda, ela vem depois. Vou chamar o Prof. Bráulio Pôrto para compor a Mesa no lugar dela. Eu ia chamá-lo depois. Chamarei também outro Procurador, Guilherme Schelb. Nós temos aqui o Deputado Marcel Van Hattem, que terá a palavra, e eu, no final, vou abrir a palavra para quem quiser. Eu não tenho hora. Eu tinha uma viagem marcada, cancelei. Então, no final, nós abrimos a palavra para quem quiser fazer sua fala sobre esse assunto.

Eu convido, então, para que estejam aqui à mesa, o Prof. Bráulio; a Romi Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil; o Fernando Penna, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense; a Profª Vera Lucia, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares; o Sr. Toni Reis, que é membro titular do Fórum Nacional de Educação, e o Prof. Miguel Nagib, que é o autor de tudo isso, e, sendo o autor, vou dar a palavra inicial a ele, para explicar o que o motivou, qual é a concepção do projeto de lei que ele defende.

À Profª Deborah, logo que chegar e se apresentar, nós pedimos que espere um pouco e ao Guilherme Schelb também.

Vamos ouvi-los também na Mesa, depois abrimos a palavra.

Professor, vai ficar aí?

O SR. MIGUEL NAGIB – Não. Eu pedi para colocarem o texto da lei para que possam acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ótimo.

Como é praxe aqui, nós damos 15 minutos, depois toca uma campainha automaticamente, damos mais um tempo. Eu não vou ficar aqui cortando a palavra, censurando.

Professora Bia, por favor.

Então, vamos dar 15 minutos, toca a campainha, damos mais alguns minutos. Aí, vamos tentando fazer com que todos possam falar para que saiamos antes do jantar, mas sem querer pressionar, sem querer censurar, cortando a palavra.

Prof. Miguel, está pronto o material? (*Pausa.*)

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. MIGUEL NAGIB – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Bom dia aos demais integrantes da Mesa, aos presentes.

Eu sou o autor do anteprojeto de lei contra o abuso da liberdade de ensinar – é o título, a denominação que dou a esse projeto de lei.

A liberdade de ensinar está prevista na Constituição Federal, no art. 206, e, como toda liberdade, ela é passível de ser abusada. As pessoas, ao exercerem uma liberdade, podem abusar dessa liberdade. Isso pode acontecer com todas as pessoas. Sobretudo, é preciso que não aconteça, que esses abusos não ocorram quando se trata de indivíduos vulneráveis, que estejam em processo de formação, que são os estudantes na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio.

Esse projeto de lei vem sofrendo sucessivas alterações, aprimoramentos, a meu ver, que são fruto justamente das críticas que vem recebendo, e vem sendo aprimorado. Uma dessas críticas foi feita, inclusive, pelo Senador Cristovam. Ele apontou uma inconsistência do nosso projeto em sua primeira versão e eu, atento às palavras do Senador, corrigi essa inconsistência. Venho fazendo isso no nosso anteprojeto sempre buscando a maior adequação possível do nosso texto àquilo que está previsto na Constituição Federal.

O nosso projeto foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor. O Código de Defesa do Consumidor intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação, que é o estudante, que é aquele indivíduo vulnerável, que está se desenvolvendo.

De que maneira o projeto faz isso? Bem, em primeiro lugar, ele cumpre uma determinação legal. Esse projeto, o Projeto Escola sem Partido, cumpre uma determinação legal que está prevista no art. 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Um dos principais direitos assegurados pela Constituição a todos os indivíduos e também, obviamente, às crianças e aos adolescentes, é a liberdade de consciência e de crença. E essa liberdade vem a ser violada quando ocorre aquele abuso da liberdade de ensinar a que me referi. Então, o objetivo do projeto é cumprir a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz, repito, "é dever de todos prevenir [prevenir significa impedir que aconteçam] violações ao direito da criança e do adolescente. Então, o nosso projeto, inspirado no Código de Defesa do Consumidor, e cumprindo essa determinação do ECA, intervém na relação de ensino/aprendizagem para impedir, para prevenir o abuso da liberdade de ensinar do professor em prejuízo da liberdade de consciência e de crença do estudante.

Vamos lá. Vou fazer uma rápida apresentação, com os comentários que se fizerem necessários, do projeto. Essa proposta está no Senado Federal, foi apresentada pelo Senador Magno Malta, que, infelizmente, não pôde estar aqui, vai fazer muita falta nesta audiência pública. Afinal de contas, estamos na ressaca do *impeachment*, e essa é uma circunstância bastante ruim porque o próprio autor do projeto não pôde estar aqui por motivo de saúde.

Esta lei em seu art. 1º, dispõe sobre a inclusão, entre as diretrizes e bases da educação nacional, objeto da Lei nº 9394, de 1996, do Programa Escola Sem Partido.

O que essa lei estabelece? Na verdade, essa lei não cria, para os professores, nenhuma obrigação que já não exista hoje independentemente da sua aprovação. Tudo aquilo que a lei estabelece, exceto uma única coisa – vou mencionar –, já é dever dos professores. Ela apenas contextualiza esses deveres, que se originam da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, para o ambiente escolar, para o ambiente da sala de aula.

No art. 2º, a lei enumera alguns dos princípios constitucionais nos quais se baseia. Os principais:

A educação nacional atenderá aos seguintes princípios [a maior parte do que está aqui decorre diretamente da Constituição Federal]:

> I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.

Podem acompanhar ali no telão.

> Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:
> I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

Está na Constituição Federal, arts. 1º, 5º *caput*, 14 *caput*. Há uma série de dispositivos da Constituição Federal que impõem ao Estado o dever de ser neutro em relação a todas as correntes que disputam o poder na sociedade: partidos, organizações sociais etc, e a todas as religiões, que é o princípio da laicidade do Estado. Portanto, o Estado, a sua máquina, seus equipamentos, suas instalações, seus servidores, sobretudo seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

servidores, devem ter uma posição de neutralidade em relação a todos os indivíduos, a todos os cidadãos. São obrigados a tratar de maneira equitativa, equânime, isonômica a todos os cidadãos.

O segundo dever que o nosso projeto explicita é o pluralismo de ideias no ambiente acadêmico. Está no art. 206 da Constituição Federal. Entre outras coisas, esse princípio significa que o Estado brasileiro não pode se comprometer oficialmente, não pode adotar oficialmente uma determinada hipótese científica ou uma determinada ideologia.

O Estado deve ser plural, e, dentro do sistema de ensino, é fundamental – é uma exigência da Constituição Federal – que prevaleça o pluralismo de ideias. E é isso que o nosso projeto visa: assegurar a prevalência desse princípio constitucional dentro das salas de aula e dentro do ambiente acadêmico.

Inciso III. Liberdade de aprender e de ensinar.

Está previsto na Constituição Federal, art. 206, a garantia, de um lado, da liberdade de aprender do estudante e, de outro lado, da liberdade de ensinar dos professores. Essa liberdade de ensinar dos professores – é importante deixar isso claro logo no princípio – não se confunde com outra liberdade garantida pela Constituição Federal a todos os indivíduos, que é a liberdade de expressão. São conceitos constitucionais, conceitos jurídicos que absolutamente não se confundem.

Eu vou dar uma rápida explicação. A liberdade de expressão consiste no direito que nós temos de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É a liberdade que a maioria de nós, talvez, exerça no Facebook. Nós podemos dizer aquilo que nós bem entendermos sobre qualquer assunto. Se o professor desfrutasse dessa liberdade em sala de aula, ele não teria que dar aula; ele não poderia ser obrigado a transmitir aos seus alunos o conteúdo da sua disciplina. Um professor de matemática poderia passar o tempo todo, de todas as suas aulas, falando de novela, falando de futebol, falando de cinema. Isto é liberdade de expressão.

Por outro lado, se o professor tivesse essa liberdade em sala de aula, acabaria violando a liberdade de consciência e de crença dos seus alunos, cuja presença em sala de aula é obrigatória. O ensino básico no Brasil, a educação básica dos quatro aos dezessete anos, no Brasil, é obrigatória por força de lei. Aliás, a Constituição determina que ela é obrigatória. Portanto, a presença do aluno é obrigatória em sala de aula. Se o professor tiver a liberdade de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto, obviamente, violaria a liberdade de consciência e de crença daqueles estudantes que são obrigados a escutar o seu discurso. Basta pensar na hipótese de um professor católico ou evangélico que use o tempo das suas aulas – e, se ele tivesse liberdade de expressão, poderia fazer isso – para promover a sua religião, para tentar catequizar os alunos. Ele pode fazer isso no Facebook, mas não pode fazê-lo em uma sala de aula.

A diferença que há entre liberdade de expressão e liberdade de ensinar é fundamental que seja entendido, porque, se fossem a mesma coisa, se o professor tivesse liberdade de expressão em sala de aula, esse projeto seria inconstitucional. Em compensação, não haveria ensino; não existiria aquilo que nós chamamos de ensino, porque os professores poderiam usar o tempo todo, de todas as suas aulas, para expressar-se livremente, não seriam sequer obrigados a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina.

É por isso que a Constituição estabelece, expressamente, que o professor tem liberdade de ensinar, Como cidadão, ele exerce a liberdade de expressão, depois do expediente, fora da sala de aula. Dentro da sala de aula, a liberdade que a Constituição lhe garante é outra: é a liberdade de ensinar..

Inciso IV. Liberdade de consciência e de crença.

Esta é a principal liberdade assegurada pela Constituição Federal. O Estado não tem o direito de pretender invadir a consciência das pessoas para fazê-las acreditar ou não acreditar no que quer que seja. Ninguém tem esse direito. As pessoas são livres para crer e para não crer. Essa liberdade é a mais importante.

Se essa liberdade não existisse no Brasil, nosso País seria como a Coreia do Norte. Basta que esse dispositivo seja revogado, seja tirado da Constituição, para que este País se transforme imediatamente na Coreia do Norte, porque não haverá a garantia, a liberdade, de acreditarmos ou não naquilo que bem entendermos.

É justamente proteger essa liberdade de consciência e de crença o principal objetivo desse projeto lei: proteger a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, daqueles indivíduos vulneráveis, que são obrigados a frequentar as escolas.

V – Reconhecimento da vulnerabilidade do educando, como parte mais fraca na relação do aprendizado.

Isso decorre do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e obviamente da natureza das coisas. O estudante é vulnerável e, mais do que isso, está submetido à autoridade do professor dentro da sala de aula.

Então, o professor não pode aproveitar-se dessa circunstância, da fragilidade do estudante, da sua presença obrigatória em sala de aula e da ascendência que ele tem sobre o estudante, para tentar transformá-lo numa réplica ideológica de si mesmo.

O professor não tem o direito de fazer isso, e não é ético que o faça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

VI – Educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença.

Isso decorre do princípio da cidadania. Uma das principais missões da escola é formar os cidadãos – não nos esqueçamos disso. É um princípio de cidadania em que a pessoa possa conhecer os direitos que ela tem. Todas as pessoas, por força desse princípio, têm direito de conhecer os seus próprios direitos, e muito mais terão esses direitos aqueles indivíduos vulneráveis – os estudantes, ou seja, as crianças e os adolescentes. Na medida em que forem amadurecendo, conhecerão os direitos e as garantias que a Constituição Federal lhes assegura.

VII – Direitos dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que estejam de acordo com as suas próprias convicções.

Essa foi a única parte do anteprojeto que não redigi. Simplesmente copiei aquilo que está escrito no art. 12, Item IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, um tratado internacional, assinado pelo Brasil, com força de lei neste País. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ela tem hierarquia supralegal.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, está abaixo, do ponto de vista hierárquico, apenas da Constituição Federal. Ela tem de ser respeitada por todas as leis ordinárias.

Vejam bem, ela já está em vigor. Então, todos os problemas que vêm sido suscitados, em relação ao direito dos pais, ao que o professor pode fazer, à educação moral, etc., tudo isso são problemas que já existem hoje, porque esta Convenção está em vigor.

O parágrafo único do art. 2º é uma decorrência também desses princípios constitucionais e da Convenção Americana de Direitos Humanos. O projeto fala em "opção"; o nosso anteprojeto fala em "orientação". *Anyway*, não interessa.

"O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos, nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada especialmente a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero."

Quero deixar claro, desde logo, uma coisa: o projeto não proíbe a discussão, o ensino e o estudo, a pesquisa da teoria de gênero, da hipótese científica, que é objeto de estudos nas universidades e em vários campos da pesquisa.

Ele não proíbe o debate científico dessa matéria e não proíbe que ela seja ensinada do ponto de vista científico. Todavia, quando essa matéria é analisada do ponto de vista científico, é fundamental, é necessário, é obrigatório que os pontos de vista discordantes, que as inconsistências, que as eventuais inconsistências dessas hipóteses...

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL NAGIB – ... apresentadas como científicas, sejam apresentadas também, para que o aluno, o estudante possa formar uma visão abrangente do problema que ele está estudando.

Ideologia de gênero ou teoria de gênero, os postulados dessa teoria não podem ser utilizados para serem aplicados na prática sobre os alunos. Isso violaria a liberdade de consciência e de crença dos estudantes e seria também uma prática de engenharia social. Isso não é aceitável, isso viola a Constituição Federal.

Eu tenho quanto tempo agora?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Continue.

O SR. MIGUEL NAGIB – O art. 3º trata das instituições particulares... Perdão, perdão, já me confundi aqui. O art. 3º, esse sim, é a única regra nova do projeto. Tudo aquilo que o projeto estabelece menos isso já são deveres que existem, pois decorrem da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O que o art. 3º estabelece é a única novidade. Ele determina o seguinte:

> Art. 3º As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.
> Parágrafo único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no *caput* deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores.

Pois bem, essa é a única regra nova que o projeto introduz no ordenamento jurídico. Todo o resto já é obrigação, já são deveres que existem e que, portanto, já devem ser observados. A única novidade é esse cartaz que o projeto prevê que sejam afixados nas salas de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O que diz esse cartaz? O que está escrito nele já é obrigação existente hoje, não precisaria de uma lei para declarar esse direito, nós estamos fazendo isso para que o estudante seja informado, para que a parte vulnerável seja informada dos direitos e numa linguagem acessível, numa linguagem que ele possa compreender, que eles sejam informados dos direitos que a Constituição Federal lhes assegura.

Eu vou pular o art. 4º, que trata de instituições confessionais, depois a gente pode voltar a isso.

Art. 5º, e, aí sim, entram aqui os deveres do professor, que são explicitados no cartaz referido no art. 3º:

> No exercício de suas funções, o professor:
> I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos [ou seja, da presença obrigatória dos alunos em sala de aula], para promover [promover] os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias [...].

Este é um dever que decorre diretamente da liberdade de consciência e de crença do estudante, que é, em sala de aula, uma audiência cativa. Se o professor puder usar aquele momento, abusar da presença obrigatória do estudante em sala de aula para promover os seus próprios interesses, para promover as suas próprias opiniões e também as suas preferências políticas, ideológicas, religiosas – esse projeto também trata de preferências religiosas, não permite que essas preferências sejam promovidas dentro do ambiente da sala de aula –, obviamente, o professor que fizer isso estará violando a liberdade de consciência e de crença do estudante, dos alunos em sala de aula.

Portanto, é um dever que já existe, um dever que decorre da garantia da liberdade de consciência e de crença do estudante.

O professor, no exercício de suas funções:

"II - não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas."

O estudante tem direito de acreditar naquilo que ele bem entenda. Ele tem direito de ter as suas preferências ideológicas, as suas preferências partidárias. O estudante tem direito de acreditar naquilo que ele efetivamente acredita e não ser punido por isso, nem beneficiado por isso.

Essa liberdade também está na Constituição Federal, é a liberdade de consciência e de crença. O estudante pode ser ateu, o estudante pode ser cristão. Ele tem que ser respeitado pelos seus professores. Um professor evangélico não pode discriminar um estudante que seja ateu, não pode tratar um estudante ateu com desprezo, não pode ridicularizar um estudante ateu em sala de aula. Da mesma forma, um professor ateu não pode ridicularizar a crença dos seus alunos, não é função dele, não é papel dele. Se fizer isso, ele poderá ser processado hoje, independente da nossa lei. A Constituição não permite que ele faça isso, porque ela assegura a liberdade de consciência e de crença também aos estudantes. Isto é fundamental que os estudantes entendam: que essa liberdade ele tem. Ele não pode ser prejudicado por ter uma determinada crença, por acreditar em Deus ou por não acreditar em Deus. É isso que o nosso projeto quer garantir ao estudante.

O estudante é aquela parte fraca da relação. É ele quem tem que ser protegido sem que haja nenhuma violação ao direito do professor de dar as aulas. Só que esse direito não é um direito ilimitado. Como eu disse, liberdade de ensinar não se confunde com liberdade de expressão. O professor tem liberdade de ensinar em sala de aula, mas se ele tivesse liberdade de expressão poderia atacar a crença dos alunos. É isso que nós fazemos no Facebook, por exemplo, quando nós expressamos as nossas opiniões religiosas. Eventualmente nós estaremos ferindo as crenças das pessoas que estão lendo as nossas postagens. Só que ninguém é obrigado a ler as nossas postagens, mas os alunos são obrigados a escutar os discursos do professor. Essa é a grande diferença.

O professor, no exercício de suas funções: "III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. "

Ninguém contesta a primeira parte. Todo mundo acha, embora muitos professores façam propaganda político-partidária em sala de aula – em público, pelo menos, ninguém diz que isso está errado –, todo mundo concorda em que os professores não podem fazer propaganda político-partidária em sala de aula. Mas quando um professor mobiliza os seus alunos, vamos dizer, convida ou sugere aos seus alunos que participem de uma manifestação a favor do *impeachment* por exemplo, essa sugestão do professor é recebida pelo aluno como uma espécie de uma convocação, porque o professor tem autoridade sobre o aluno. O aluno quer agradar o professor, é natural. Existe uma relação de poder entre professor e aluno. Então, uma mera sugestão será entendida como uma convocação: "Olha, é melhor você ir, porque se você for, você vai estar me agradando; se você não for, tudo bem, você vai estar deixando de me agradar". Essa é a relação de poder que existe.

Assim como um patrão não pode sugerir a seu empregado que participe de uma mobilização que seja do seu interesse político e partidário, um professor também não deveria ter esse direito e não tem esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Vamos ver por que isso acontece. Sempre dou o exemplo do *impeachment,* que é muito interessante. Quando se tratou do *impeachment* do Collor, em 1992, a Esplanada dos Ministérios estava lotada de estudantes, os caras-pintadas. Estavam lá. Em compensação, no dia 13 de março, em São Paulo, na passeata a favor do *impeachment,* o Datafolha apurou que apenas 4% dos presentes tinham menos de 20 anos de idade. A leitura que faço disso é a seguinte: os professores não mobilizaram seus alunos para participar dessa passeata, desse ato público. E eles têm o direito de fazer isso, de não mobilizar. O que e eles não podem fazer é mobilizar, é usar a sua autoridade para, de certo modo, manobrar os seus alunos, pessoas que estão submetidas à sua autoridade. Ele não deve ter esse direito. Não se deve reconhecê-lo. Por quê? Porque esse direito é exercido de maneira seletiva, isso é humano. Então, não é ético que um professor se aproveite da sua autoridade para transformar os seus alunos em massa de manobra. A expressão é forte, mas é isso que acontece. Quando um professor mobiliza seus alunos para participar de uma manifestação contra um adversário político, ele obviamente está usando os alunos como massa de manobra.

Quarto dever – isso é importante porque o projeto tem sido acusado injustamente de cercear a discussão sobre política, quando o que ele faz e justamente estimular essa discussão –: ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa, isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria. O objetivo desse dever é oferecer ao estudante a visão mais abrangente possível sobre uma questão controvertida. Existem, dentro da história, da geografia, da filosofia, questões controvertidas, e o estudante precisa ter acesso ás diversas versões, às diversas teorias para poder formar seu próprio juízo.

A Constituição Federal, ao assegurar a liberdade, ao professor, de ensinar, também garante ao professor o direito de expressar a sua opinião sobre uma controvérsia que ele esteja apresentando aos alunos. Agora, o que ele não pode fazer, porque violaria a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, é tentar impor as suas opiniões ao aluno, ao estudante. Então, ele deve apresentar, de maneira justa, dizendo: "Olha, existe, a respeito dessa controvérsia, essa hipótese, essa teoria, mas existe essa outra aqui. A teoria que eu prefiro [o professor vai dizer], por ser, na minha opinião, mais consistente por tais e quais motivos [aí ele explica as razões do seu convencimento aos alunos] é esta." Então, ele expõe a sua opinião, de maneira equilibrada, sem tentar fazer a cabeça do aluno, sem tentar impor, de maneira direta ou indireta, a sua opinião aos alunos.

Um professor tem o direito de impor as suas opiniões aos alunos? Não, não tem. Ele tem o direito de expressar a sua opinião sem tentar fazer com que os alunos sigam a sua própria opinião.

Item V – No exercício de suas funções, o professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

Eu quero deixar uma coisa muito clara: isso que está escrito aí, que eu acabei de ler, está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Eu sei que muita gente não concorda com esse dever do professor, mas ele já existe, não fui eu que inventei; foi o Congresso Nacional que votou isso ao aprovar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Então, é um dever que já existe e tem que ser respeitado ou, então, que se revogue a lei. O que nós não podemos fazer é enfiar a lei debaixo do tapete, porque essa lei existe. É para ser cumprida ou não é? Se não for para ser cumprida, eu acho que o Senador Cristovam, que está aqui, pode apresentar um projeto de lei tentando revogar o art. 12, item IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. É papel desta Casa fazer isso. Agora, é papel do Executivo cumprir a lei.

A Constituição obriga a que todas as esferas do Poder Público cumpram a lei, e a lei é clara: os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. E os estudantes também têm direito de saber disso; os pais têm direito de saber disso. Também é uma questão de cidadania conhecer os próprios direitos.

Item VI – O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula.

É óbvio que aquilo que o professor não pode fazer os estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula, também não podem, porque, senão, seria uma burla a essas proibições.

Repito: tudo isso que eu li, no art. 5º, já existe, já são deveres do professor. Eu desafio qualquer pessoa a provar que esses deveres não existem. Eles decorrem da Constituição Federal, e mais: são intuitivos. Basta ler esses deveres e a pessoa diz: "Não; realmente é isso". É intuitivo que seja assim. O que nós estamos fazendo é apenas contar isso para os alunos.

Se esses deveres existem – e, repito, desafio qualquer pessoa a provar o contrário –, os estudantes têm direito de saber. É isso que nós queremos: contar, ou seja, vamos revelar aos estudantes os deveres do professor que decorrem da Constituição Federal. Por quê? Porque a esses deveres correspondem direitos, e são direitos fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quando se fala que o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões políticas, ideológicas, partidárias etc., temos um dever, mas a esse dever corresponde a liberdade de consciência e de crença de todos os estudantes, que estará sendo violada se o professor puder praticar isso, se puder adotar essa conduta em sala de aula, isto é, se o professor puder obrigar os seus alunos a escutarem o seu próprio discurso político, ideológico, religioso.

Então, a esse dever corresponde um direito, um direito sagrado da democracia, que é a liberdade de crença e de consciência de cada estudante.

Art. 6º. Os alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serão informados e educados sobre os direitos que decorrem da liberdade de consciência e de crença assegurados pela Constituição Federal, especialmente sobre o disposto no art. 5º desta lei, que eu acabei de ler.

Isso é cidadania! Conhecer os próprios direitos é uma questão de estrita cidadania, e é isso que nós queremos assegurar aos estudantes, ou seja, que eles conheçam os seus direitos, para que eles não sejam vítimas de professores que usam o seu cargo para defender, digamos, para promover as suas crenças religiosas ou a sua hostilidade, o seu ódio, a crença religiosa dos alunos.

Há professores que fazem isso. Aliás, existem os dois tipos de professores: há professores que querem converter os seus alunos e há professores que querem destruir a fé dos seus alunos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. MIGUEL NAGIB – Eu posso provar isso. Eu posso provar o que estou dizendo, eu posso provar. Talvez vocês...

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL NAGIB – Eu vou provar isso daqui a pouquinho. Passemos, então.

Os professores, os estudantes e os pais ou responsáveis serão informados e educados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, como qualquer atividade profissional. Como em qualquer atividade, a docência, o magistério também tem limites e são esses limites éticos e jurídicos que a nossa lei quer explicitar e quer assegurar que sejam respeitados.

Bem, eu acho que, Senador...

O art. 9º da lei – e aqui eu encerro a apresentação do projeto – estabelece uma coisa óbvia, que a Constituição aplica a todo País, a todos os âmbitos da atividade pública, inclusive ao ensino. E é por isso que o disposto nessa lei, sobretudo os arts. 1º e 2º, que definem aqueles princípios constitucionais, aplica-se, no que couber, às políticas e planos educacionais e aos conteúdos curriculares, aos materiais didáticos e paradidáticos, às avaliações para o ingresso no ensino superior – que vêm sendo também objeto de viés ideológico, elas estão contaminadas ideologicamente, isso é fato notório –, também às avaliações para ingresso no ensino superior, às provas de concurso para ingresso na carreira docente e também às instituições de ensino superior, respeitado o princípio da autonomia universitária, que está no art. 207 da Constituição Federal.

Senador, é isso. Agradeço a oportunidade e estou à disposição se houver dúvidas.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, eu gostaria... Eu creio que para sermos coerentes com o tema, tanto os que estão a favor ou contra, é preciso que a gente respeite, é preciso haver respeito.

Então, eu gostaria que se evitassem tanto vaias como aplausos para que a gente possa ter no discurso o máximo possível de reflexão sobre o tema.

Bem, eu vou passar a palavra agora para o Sr. Toni Reis. O senhor vai ter o mesmo tempo para falar.

Depois eu darei a palavra para todos. Eu já disse aqui, todos vão ter direito a falar, todos!

Enquanto eu estiver aqui, eu escuto. (*Palmas.*)

Prof. Toni Reis.

Só uma pergunta, quanto tempo usou o Prof. Nagib? Trinta minutos.

O SR. TONI REIS – Trinta e três minutos, para ser exato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas se puder ser menos, com capacidade de síntese, melhor. Até porque ele estava apresentando a lei dele.

O SR. TONI REIS – Perfeito. A lei dele, não. A lei que está aqui sendo debatida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bom. Ele estava apresentando a lei. Então, uma parte do tema não é tanto para defender, mas para apresentar a lei.

Mas, de qualquer maneira, Prof. Toni Reis.

O SR. TONI REIS – Bom dia a todas e todos, bom dia, pessoal.

(Manifestação da plateia.)

O SR. TONI REIS – Gostaria de saudar o nosso nobre Senador Cristovam por estar debatendo a educação. Sabemos do seu compromisso com a educação, o respeito e a democracia, embora divergindo em alguns momentos. Mas acho que é importante, na divergência a gente pode crescer.

Também saúdo o nosso nobre Senador Pedro Chaves, aqui presente. Gostaria de saudar a Mesa: o Prof. Fernando; a Pastora Romi; o Prof. Bráulio; o Dr. Miguel Nagib, com quem já tivemos várias vezes debatendo sobre o PNE, o Estatuto da Família, enfim, a educação, e já estamos ficando quase compadres nesse sentido.

Saúdo a Vera, Diretora. Saudar a nossa nobre Deborah Duprat e sua equipe do Ministério Público, aqui presente, que tem feito um trabalho maravilhoso na promoção dos direitos humanos.

Também quero saudar a nossa querida Marta Vanelli, da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); o Antônio Lacerda, da Contag; o Walisson Araújo, nosso Secretário Executivo do Fórum Nacional de Educação; a Walkíria , da APP – Sindicato, o grande sindicato do Estado do Paraná, de onde eu venho.

Quero, primeiro, parabenizar, Senador, esta audiência. E acho que temos de discutir, por mais polêmico que seja o tema. E vamos ter que discutir isso, e muito. Gostei quando o senhor falou, Senador Cristovam, que essa será a primeira. Nesse sentido, nós estamos participando de vários eventos nas universidades. Em todos os Estados brasileiros tem hoje mobilização, para que seja discutido. E acho importante buscarmos... Eu esperaria que não fosse esse o tema. Gostaria de discutir a educação e a valorização da educação que tanto é necessária no nosso País. Mas, enfim..

A minha fala será sobre o que é o Fórum Nacional de Educação, porque considero importante... é sempre o momento... É interessante, é uma organização nova. Então, explicarei o papel do Fórum Nacional de Educação, os marcos legais sobre a educação e a liberdade de expressão, aí me colocando de forma muito tranquila em oposição ao Miguel Nagib e às suas interpretações. Eu acho que também estamos aqui para divergir e não somente para concordar.

Abordaremos os problemas de censura e mordaças que o projeto nos traz, que acho importante discutirmos e alertarmos. E as considerações finais e conclusões. Então, essa será minha fala. Espero não usar os trinta minutos.

O FNE (Fórum Nacional de Educação) é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro. É uma reivindicação histórica da comunidade educacional, fruto da deliberação da Conferência Nacional de Educação 2010. Primeiro, foi pelo decreto do Ministério da Educação, de dezembro de 2010, e agora aprovada neste Congresso Nacional a Lei nº 13.005/2014. Então, a nossa organização do Fórum Nacional está dentro do Plano Nacional de Educação.

O Fórum Nacional de Educação é composto por cem entidades representantes da sociedade civil e do poder público.

Dessas entidades, nós temos 39 titulares e 11 suplentes, entre elas, o próprio Ministério da Educação e as suas Secretarias, a Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; o Consed, que é o Conselho Nacional de Secretarias de Educação; a Abruem, que é a associações dos reitores; a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil; o Conselho Nacional de Educação; a Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos; a CNTE, que eu já citei, cuja representante aqui é a Professora Marta, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; a UNE e outras mais.

Então, é uma organização extremamente plural que discute e dá as atribuições, fazendo um *link* com essa audiência.

Qual o papel dela? Participar do processo de concepção, implantação e avaliação da política nacional de educação. Também acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das conferências nacionais de educação e do Plano Nacional da Educação. Então, essas são algumas das atribuições do Fórum Nacional da Educação.

Sobre os fundamentos. O Fórum Nacional tem como base, em relação à educação e à liberdade de expressão, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que vou fazer a citação; a própria Constituição Federal, e aí nós temos os mesmos parágrafos, mas com interpretação diferente; uma decisão do Supremo Tribunal Federal; a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o próprio Plano Nacional da Educação.

Então, a partir disso é que será feita a minha fala.

Primeiro, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No seu art. 19: "Todo ser humano tem o direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios independente de fronteiras".

Não diz aqui (vírgula) "na escola, não". Então, eu acho que é importante. Toda a minha referência são os meus considerandos para eu fazer as devidas conclusões.

Da nossa Constituição Federal, a nossa Lei Maior: Direitos e Garantias Fundamentais, art. 5º, quando diz: "IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente da censura ou licença".

Então, nós não precisamos de licença ou censura. Todo esse argumento nós vamos debater nas minhas considerações sobre o projeto em tela.

Os objetivos da educação, segundo a nossa Constituição, que são: o desenvolvimento da pessoa (dos estudantes), o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Esse é o tripé da educação e é por isto que existem as escolas, os colégios, as universidades: para desenvolver as pessoas.

Os princípios da educação – e aí também fala sobre a liberdade de expressão.

Liberdade de aprender – e aqui é muito importante – e ensinar. Então, o professor e a professora têm a liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Está lá no seu art. 206.

III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Então, o professor, a professora pode ter os seus autores, as suas autoras, as suas teses e pode, sim, com toda liberdade, expor os seus pensamentos dentro da sala de aula.

Os arts. 206 e 207 da Constituição Federal asseguram ao professor a liberdade de cátedra. Inclusive, essa é uma decisão do TRT-9, de 27/01/2009. E o projeto, na sua totalidade, vai contra a liberdade de cátedra, e, inclusive, já é, por vários setores da sociedade, apelidado de Lei da Mordaça.

Dos princípios e fins da educação nacional, da nossa Lei Maior da educação, arts. 2º e 3º. Reiteram os princípios do art. 206 da Constituição Federal e acrescentam: respeito à liberdade e apreço à tolerância. Então, em educação, é fundamental que se tenha a liberdade e o apreço à tolerância. Pessoalmente, tenho algumas restrições ao conceito de tolerância. Eu prefiro aceitação e respeito, mas, enfim, está na lei, é fundamental discutirmos isso.

O Plano Nacional de Educação. Também fizemos vários debates, mas, para que fosse aprovado, ficou a seguinte redação: "II – superação das desigualdades educacionais; [...] X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação".

E é aí que vem o problema, Dr. Miguel Nagib. Nós percebemos que fala da chamada ideologia. Aí começam os problemas.

Existem pesquisas... Essa pesquisa foi feita pelo Ministério da Educação, pela Fipe e pelo Inep. Nós temos atitudes discriminatórias com os estudantes. A primeira discriminação é com relação a gênero. Infelizmente, no que diz respeito às mulheres, em nosso País, o machismo está na sociedade. Isso não sou eu que estou dizendo; é uma pesquisa referendada com a metodologia.

A questão da orientação sexual. Inclusive faço uma correção ao projeto – peço que seja feita –, pois ninguém opta por ser homossexual, heterossexual ou bissexual. É questão de orientação sexual. Então, há um erro conceitual, que o senhor mesmo inclusive reconhece.

O SR. MIGUEL NAGIB – Não, não reconheço não. É minha opinião.

O SR. TONI REIS – Muito bem. Há também a questão socioeconômica, a questão étnico-racial, o racismo, e a questão territorial. Essas são as principais discriminações no ambiente educacional.

Quando se diz que não se pode falar sobre essa falácia que se criou no País, porque não existe ideologia de gênero, o que existe são estudos de gênero, nós temos aqui um dado: 106 mulheres foram brutalmente assassinadas em nosso País. Em 2013, 60% eram negras; 27% foram assassinadas no domicílio. Em 2015, um dado mais atual, 50% foram assassinadas em seus próprios lares. Vocês imaginem só: um professor ou uma professora não vai poder debater gênero, a questão dos direitos da mulher dentro da sala de aula porque nesse domicílio, nessa família, o pai ou a mãe tem uma concepção machista. Então, esse é um dos problemas.

A questão da opção sexual, que foi colocada aqui. Uma pesquisa que está quentinha, inclusive vamos fazer o lançamento aqui no Congresso Nacional: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016): as experiências de estudantes LGBT.

Alguns dos principais achados. São três: 73% dos estudantes LGBT, nas escolas, sofrem *bullying* e são chamados de palavras de baixo calão; 36% são agredidos fisicamente; 60% se sentem inseguros nas escolas, no último ano, por serem LGBT. Segundo o projeto, não poderá mais se discutir a questão da homofobia, da LGBTfobia na escola, porque não pode, porque vai contra os valores de alguns setores dos pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Um depoimento do estudante *gay* que muito me emocionou, do Estado do Paraná. Inclusive, a pesquisa tem 322 depoimentos, alguns apelando para sobreviver dentro da educação.

> Muitas vezes ameaçado, humilhado, separado e desamparado. Mesmo assim, continuei firme, forte e determinado a completar os anos que perdi por medo, insegurança e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam a segunda casa, onde, além de se aprender sobre fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também [se aprenda] sobre igualdade, sobre respeito, sobre amar o próximo, porque é isso o que deveria ser ensinado nas escolas: respeito.

Infelizmente, no projeto, está de forma bastante explícita que não se poderá abordar questões de "opções" – e, aí, com todas as aspas –, tal como colocado no projeto.

Nós temos os posicionamentos.

Carta aberta do coordenador do Fórum Nacional de Educação.

> Proposições tais como as denominadas Escola sem Partido e Escola Livre são iniciativas, no limite, intimidatórias e contrárias ao livre pensamento, à liberdade de expressão, à promoção dos direitos humanos e ao reconhecimento das diversidades nos espaços educativos.

A carta completa está no *site* do Fórum Nacional de Educação.

A maioria das organizações que integram o Fórum Nacional de Educação já se posicionaram contra...

(Soa a campainha.)

O SR. TONI REIS – ...o projeto Escola sem Partido, como, por exemplo, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a CNTE, a Proifes e assim por diante. Então, criou-se um consenso, dentro do próprio Fórum Nacional de Educação, contrário a esse tipo de projeto da maneira que está.

Acho que é importante se discutir. Com certeza, aqui nesta Casa se vai debater também. Há outra iniciativa, lá na Câmara dos Deputados, que nós estamos acompanhando, pelo Pastor Izalci. Estamos discutindo. É para ser discutido em todos os Estados e Municípios.

Com certeza, pessoal – e aqui eu trago o exemplo de Darwin –, pelo projeto Escola sem Partido, a educação se faz de acordo com a convicção dos pais. Com certeza, então, o Darwin seria sumariamente expulso como professor, porque, na época, os pais achavam que a teoria era criacionista.

Então, é um problema sério, Senador Cristovam. Se nós aprovarmos, nós estaremos jogando no lixo a ciência. Qual a teoria que nós vamos estar colocando? O criacionismo ou a Teoria Evolucionista? Qual a ciência hoje prova por a mais b? A ciência prova que é a Teoria Evolucionista, mas, se um pai, uma mãe ou um responsável for à escola, reclamar e fazer uma notificação extrajudicial baseada nesta lei, o professor vai sofrer um processo administrativo. E quem vai julgar tudo isso?

Então, acho que é importante que se diga.

No projeto Escola sem Partido, senso crítico: o Brasil foi descoberto, ocupado e invadido? Nós temos teorias. Ele foi descoberto, foi ocupado ou foi invadido?

Se o professor se posicionar, ele também vai dizer:"Não, ele está com o partido, esse pessoal aqui da esquerda, da direita".

Este projeto Escola sem Partido é ruim para todos; é para a esquerda....

(Manifestação da plateia.)

O SR. TONI REIS – ... é para a direita, é para o alienado.

(Soa a campainha.)

O SR. TONI REIS – Este projeto é uma mordaça. Então, nesse sentido, nós não vamos poder mais discutir o nosso País. Falo como professor e como membro do Fórum Nacional da Educação. (*Palmas.*)

Duas pessoas que também seriam expulsas: Galileu Galilei e Copérnico. Eles seriam demitidos sumariamente, pessoal – demissão certa –, porque promoviam suas próprias concepções. Vocês imaginem o Galileu falando que a Terra era redonda. Pessoal, inclusive este projeto aqui é uma Santa Inquisição. Este projeto quer, inclusive com palavras bonitas, trazer, por trás, a censura – o *Librorum Prohibitorum* da Santa Inquisição.

Copérnico que falou que o centro do sistema solar era o Sol também estaria, com certeza, expulso das nossas escolas e da universidade.

Sobre o projeto – e aí as nossas considerações para conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Proíbe a liberdade didático-pedagógica. Nenhum professor... Quem será? Eu estive agora no Congresso de Educação Comparada, em Beijing, semana passada. Quando eu falei: "Nós estamos, no Brasil, com um projeto chamado *School without Party*", foi uma piada geral, porque aí as pessoas começaram a perguntar: "Então os professores não vão poder mais se posicionarem?" Disse; "Não, porque o projeto..." Inclusive coloquei alguns itens dessa situação.

Então, ele banaliza os problemas da educação. Hoje, Senador Cristovam, nós sabemos o seu papel e o vínculo com a educação. Nós precisamos discutir o financiamento da educação; nós queremos discutir a valorização dos profissionais da educação, as estruturas das escolas. Nós não queremos censuras e mordaças para os professores.

Impede a formação cidadã. Os nossos estudantes não são uma tábula rasa, eles não são folha de papel em branco. Eles têm opinião. Eu, inclusive, como pai, hoje, de três adolescentes sei que temos que discutir. Muitas vezes, dizemos: "Olha, vamos fazer isso! Vamos fazer aquilo!" E eu tenho que fazer todo um trabalho. Então, não dá para colocar o nosso estudante como uma pessoa que não tem senso crítico.

O projeto incentiva a censura. E nós já temos casos aqui, no Distrito Federal, de professores com processo administrativo. No Paraná, uma professora que falou sobre Weber, falou sobre Durkheim, sobre Marx está sofrendo um processo administrativo porque ela não poderia falar de Marx, porque ele era comunista.

Então, o projeto criminaliza a ação pedagógica, intimida os professores, mesmo que não tenha intenção, institucionaliza o preconceito e potencializa a violência.

Quando se diz que não há machismo, não há racismo e não há homofobia, isso é colocar para baixo do tapete os problemas da nossa educação, como já foi aprovado aqui.

Precisamos, sim, discutir!

Inibe o desenvolvimento do conhecimento científico, porque as pessoas não podem ter liberdade de pensamento, porque podem ferir o pai. Que pai? Vai ser o pai ateu, o pai católico, o pai evangélico? Dos evangélicos, vai ser da Universal, vai ser do Reino de Deus? Vai ser, enfim, das inúmeras, qual pai?

Nega os saberes do estudante, o que é o pior de tudo, pessoal. Torna o professor, a professora mero instrutor. Nós voltamos a 1960, quando se colocou a educação tecnológica. Nós não estamos mais nesse tempo de só ensinar, transformar um professor, educador num instrutor. Ele tem, sim, que ter opinião. Ele tem que falar e, inclusive, abrir para os estudantes, como o Senador Cristovam disse, para ouvir a opinião e debater. A escola é o momento de debater. Não é para simplesmente continuar com os problemas que há na sociedade. Tem que discutir o *Impeachment*, sim. Tem que discutir o não *Impeachment*. Tem que discutir tudo publicamente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. TONI REIS – À guisa de conclusão – e acho que é importante em todo projeto: garantia constitucional da liberdade de expressão. Ela não é absoluta. E isso o Supremo Tribunal Federal... E aí acho que é importante – depois a Débora Duprat, que está aqui ao nosso lado, falar – pode ser afastado quando ultrapassar seus limites, em nome da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. Um professor não pode ser homofóbico dentro da sala de aula. Ele não pode ser antissemita. E essa decisão foi aquele caso do antissemitismo.

Um parecer já do Ministério Público Federal: "O projeto subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões, confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços públicos e privados".

Quero fazer uma observação aqui também. Quando se fala de religião, pessoal, religião é uma questão privada; educação é uma questão pública. Tem que ser discutida por todos e todas. (*Palmas.*)

Ainda, impede o pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas.

Vamos, então, ficar só com o pedagogo? Quem será esse pedagogo? Quem será esse autor?

Nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado. Todos esses direitos previstos na Constituição de 1988.

Então, nós corroboramos o parecer do Ministério Público Federal.

E, aí, a penúltima referência, que é a Paulo Freire, que é o nosso... Queiram ou não – queiram ou não! –, Paulo Freire é o patrono da educação brasileira.

(Manifestação da plateia.)

O SR. TONI REIS – Eu tenho orgulho, como pós-doutor em educação, de ele ser o nosso brasileiro mais conhecido no mundo inteiro. E alguns o martirizam; alguns autores desse projeto colocam que é um comunista qualquer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O autor brasileiro mais lido no mundo inteiro diz que não podemos deixar que o marxismo de Paulo Freire seja colocado. E ele brilhantemente fala, Paulo Freire, em 1999 – cito *Pedagogia do Oprimido* (26ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra):

> A escola tem uma função conservadora, já que reflete e reproduz a injustiça da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, é uma força inovadora, já que o professor tem autonomia relativa. Assim, o educador tem um papel político-pedagógico destacado, já que não existe educação neutra.

Nesse sentido, reitero, pessoal: educação neutra não existe! E, aí, no projeto de lei apresentado pelo nosso nobre amigo, coloca-se, no seu artigo primeiro, "neutralidade política ideológica e religiosa". Pessoal, isso vai contra qualquer tipo de neutralidade.

Então, nesse sentido, é o que nós temos para dizer. E estamos abertos ao debate com todos os argumentos possíveis para debater. E nos colocarmos frontalmente contra este projeto que tenta amordaçar os professores e professoras, que tenta censurar a educação pedagógica.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigado.

Vamos, então, à continuação.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Vocês...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Vocês estão amordaçando o próximo orador.

Só o silêncio é democrático na hora em que o outro vai falar.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, eu passo a palavra para o Professor Bráulio Porto de Matos.

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Bom dia a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo honroso convite, Senador Cristovam, colega de trabalho. Gosto muito quando o senhor diz que está Senador, mas é professor. É uma bela colocação. Cumprimento também os membros da Mesa e os presentes.

Um ano antes de morrer, em 1920, o grande sociólogo alemão Max Weber proferiu duas palestras seminais intitulados "A Ciência como Vocação" e "A Política como Vocação". Sendo eu professor universitário e Vice-Presidente do Escola sem Partido, vejo-me aqui obrigado a articular, da melhor forma possível, as éticas da objetividade científica de um lado e as do compromisso com uma causa política de outro.

Faz pouco tempo, o conhecido Professor Leandro Karnal disse, no programa Roda Viva, que escolas sem partido é uma asneira, uma coisa de quem não entende nada de educação.

(Manifestação da plateia.)

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Pois bem, a posição do Escola sem Partido é tão estúpida quanto a de Max Weber, que, acerca do que se espera de um professor, disse o seguinte – cito:

> Se me fosse perguntado por que questões relativas à maneira como se deveria agir na cidade devem ser excluídas de uma sala de uma aula, eu responderia que o profeta e o demagogo estão deslocados em uma cátedra universitária. Tanto ao profeta quanto ao demagogo se deve dizer: "Vá às ruas e fale em público", quer dizer, que ele fale em lugar onde possa ser criticado. Em uma sala de aula, enfrenta-se o auditório de maneira totalmente diversa: a palavra é do professor [...] Sendo, portanto, imperdoável a um professor valer-se dessa situação para buscar incutir em seus discípulos as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é seu dever, através da transmissão de conhecimento e de experiência cientifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Importa lembrar que Weber proferiu essas palavras ao perceber que a universidade começava a ser instrumentalizada para fins políticos, comprometendo-se ele próprio, Weber, um liberal, a defender o colega Robert Michels, autor do clássico *Sociologia dos Partidos Políticos*, contra a perseguição política que estava sofrendo por ser socialista. Desnecessário lembrar o caráter profético da admoestação de Weber perante a mácula que viria a recair sobre a obra do grande filósofo Martin Heidegger, ao apresentar simpatias pela ideologia do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido como Partido Nazista, na condição de Reitor da Universidade de Freiburg, em 1933. Seria interessante lembrar também que Weber foi um dos redatores da Constituição de Weimar, uma Constituição democrática que seria rasgada pelo nacional socialismo.

Nesse sentido, é muito instrutivo contrastar a posição de Weber acerca do papel do professor com a posição de Lenin, o líder da revolução comunista soviética que, sobre o mesmo assunto e na mesma época, advogava o seguinte – aspas: "O essencial em toda escola é a orientação ideológica e política do ensino, o que é determinado inteiramente pela composição do corpo docente. Dai-me uma instrução pública que doutrine 100% e eu vos dou um comunista irresistível" – fecha aspas.

Obviamente, muitos adversários de Escola sem Partido argumentarão que são contrários ao PL em discussão, não porque defendam um projeto comunista para a escola e para a universidade, mas porque consideram a neutralidade axiológica defendida por Weber impossível, irrealista, devendo a escola, nesse caso, ser usada para efetivar a democracia para preparar o aluno para o exercício da cidadania. Ocorre que, se à noite todos os gatos são pardos, não necessariamente todos os gatos que se dizem democráticos à luz do dia o são de verdade.

Qualquer pessoa bem informada sobre a história do comunismo e a diáspora do marxismo no século XX sabe que esse movimento revolucionário tem alterado a sua estratégia de conquista do poder, do golpe insurrecional para a infiltração nas instituições culturais das democracias ocidentais, sempre que calculam inviável ascender ao poder por via militar. Daí a opção por inserir em suas agendas políticas ideológicas nas escolas, nas igrejas, nos meios de comunicação de massa, de sorte a preparar o caminho para o advento do regime comunista.

Qualquer um que comece a estudar seriamente o tema da doutrinação ideológica nas escolas descobrirá logo que a identificação do problema é tão ou mais difícil que a investigação de suas causas e consequências.

Ao se tentar identificar o problema, arriscamo-nos, por exemplo, a nos perder em digressões conceituais sem fim. Penso que podemos encurtar bastante essa conversa, se percebermos que a Constituição Federal já oferece os elementos suficientes que permitem identificar, de forma clara, aquilo que o professor não pode fazer em sala de aula: a propaganda político-partidária, por exemplo.

Ocorre que os adversários do Escola sem Partido não concordarão comigo a esse respeito. Alguns discordarão do Escola sem Partido porque simplesmente acham que o professor deveria ter o direito de opinar, em sala de aula, a favor de suas preferências partidárias. Outros discordarão por outro motivo: dirão que concordam com a tese de que não se deve fazer propaganda político-partidária em sala de aula, mas acreditam que isso não esteja acontecendo em uma escala que justifique a aprovação do projeto de lei ora proposto. Arrisco-me a dizer que esse segundo segmento de adversários do Escola sem Partido, inclui a maior parte dos professores brasileiros, que tem tomado conhecimento pelo projeto de lei do Escola sem Partido proposto, por iniciativa dos sindicatos de professores. Ora, como não raro os sindicatos de professores têm feito uma campanha de contrainformação, quando não mentirosa, sobre o projeto de lei do Escola sem Partido...

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Muito bem. Como os sindicatos, eu tenho a esperança de que esses professores possam mudar a sua opinião na medida em que tomarem conhecimento sobre o verdadeiro teor do projeto.

Eu não vou usar aqui o tempo que me resta para mostrar resultados de pesquisas que têm sido feitas, demonstrando que o problema existe, está presente nos livros didáticos, está presente nos currículos, está presente nos testes padronizados, provas para concurso, provas do Enade, e assim por diante, e os fortes indícios de que isso esteja também acontecendo dentro da sala de aula. Podemos debater isso depois das apresentações principais.

Eu gostaria de usar o tempo para esse comentário inicial referindo-me a uma grata surpresa que fiz recentemente, por achar que essa descoberta pode trazer uma contribuição construtiva ao debate que estamos travando aqui. Trata-se do Código de Ética para Professores, elaborado por uma associação não sindical de educadores norte-americanos, chamada Association of American Educators, que possui mais de 300 mil filiados – 90% dos professores a ela filiados trabalham em escolas públicas. Para minha surpresa, o Código de Éti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ca para Professores dessa associação diz coisas essencialmente idênticas ao que diz o projeto de lei do Escola sem Partido. Citarei quatro desses princípios, que estão organizados no Código de Ética para Professores em quatro itens: conduta ética em relação aos estudantes, conduta ética em relação à prática docente, conduta ética em relação aos colegas de trabalho e conduta ética em relação aos colegas de trabalho e conduta ética em relação aos pais dos alunos.

Cito literalmente – é uma tradução livre, mas acho que fiel ao original. Primeiro: "O professor reconhecerá de forma contundente a primazia dos pais na educação moral dos filhos." Absolutamente relacionado com um dos itens do cartaz proposto. Segundo: "O professor se empenhará em apresentar os fatos estudados sem distorção, viés ou preconceitos de ordem pessoal." Absolutamente conectado com um item do projeto. "O professor assumirá responsabilidade, prestará contas pelo seu desempenho, e buscará sempre demonstrar competência profissional." De uma forma ou de outra, ligado com o Item 4 do cartaz, quando exige que o professor apresente todos os lados de uma questão, isso o força a ser competente na área na qual ele é um especialista e, portanto, não pode ignorar que haja teses concorrentes principais a esse respeito. Quarto: "O professor não interferirá com a liberdade de escolha dos colegas de trabalho e trabalhará para que sejam eliminadas as forças que obrigam os professores a apoiar práticas e ideologias que violam a integridade profissional dos indivíduos." É um item indiretamente relacionado, mas tenho testemunhos de amigos, ex-alunos que trabalham no sistema de ensino e que relatam que são fortemente pressionados por colegas, quando não intimidados, no que diz respeito ao debate franco e aberto sobre o projeto de lei da escola sem partido. Há uma maioria silenciosa que simplesmente tem medo de se opor à forma contundente como o sindicato, às vezes, entra nas salas e apresenta a sua tese e a sua interpretação sobre o projeto. Por fim, "O educador profissional se esforçará para comunicar aos pais todas as informações que devem ser reveladas no interesse do aluno." É um tema também, de alguma forma, relacionado com o item 5 do cartaz.

Mas isso não é tudo. É muito interessante notar que essa associação tem atuado em conflito com os sindicatos de professores naquele país. Uma enquete feita sob encomenda do próprio sindicato – um dos grandes sindicatos de professores dos Estados Unidos – mostrou que 50% dos professores filiados a este sindicato se identificam com uma tendência política mais afim aos conservadores, aos republicanos, enquanto apenas 43% se identificam mais com os democratas.

Curiosamente, aqui diz a associação que 93% do dinheiro destinado por esse sindicato aos candidatos que eles apoiam – sabe-se que, nos Estados Unidos, no financiamento das campanhas, os sindicatos podem fazer doações – são destinados aos democratas. Portanto, há uma clara dessintonia entre a liderança sindical e os seus filiados, o que não surpreende em vista da teoria de Robert Michels, que mencionei anteriormente, a famosa Lei de Ferro das Oligarquias, que acontece, inclusive, dentro dos movimentos socialistas.

Pois bem, poder-se-ia argumentar que o Código de Ética para Educadores que acabo de mencionar depõe contra o Escola sem Partido e não a seu favor. Isso porque se trata de uma iniciativa lá gestada e implementada no seio da própria comunidade docente voluntária, ao passo que o Escola sem Partido seria uma tentativa de imposição por via parlamentar de um código, de uma mordaça à toda uma categoria profissional.

Estou ciente das críticas, desde Oliveira Viana, nos anos 20, a essa tradição idealista constitucional brasileira de achar que as leis vão colocar realidade dentro delas.

Ocorre que, a meu ver, é melhor aprovar um projeto de lei similar ao Código de Ética que acabo de citar, o que em si já demonstra que o projeto de lei proposto pela Escola sem Partido não é um projeto autoritário, do que ficar esperando que os sindicatos de professores no Brasil tomem a iniciativa de aprovarem um código de ética como esse. Isto não vai acontecer. E nós sabemos por que não vai acontecer. Porque os sindicatos de professores têm sido usados, via de regra, como nos Estados Unidos, para promover uma agenda político-partidária de esquerda.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Se quiserem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Um momento, pessoal!

Eu gostei da palavra "respeito" que alguém usou e peço que seja coerente.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu peço que sejam coerentes e respeitem também. E todos vão ter a palavra no final. Darei tempo a todos; não tenho pressa. Agora, sejam coerentes. Se vocês pedem que o orador respeite por causa da opinião dele, vocês o respeitem também com a opinião que ele tem, senão vocês estão sendo iguaizinhos aos que querem a Escola sem Partido – querem só com o partido de vocês.

Têm direito de falar. Vocês também falarão na hora de vocês.

Professor.

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Darei mais tempo ao senhor.

O SR. BRÁULIO PORTO DE MATOS – Um minuto.

Se me pedirem uma prova do que acabo de dizer, basta checarem na internet o cartaz convocatório do lançamento da Frente Nacional Contra o Escola sem Partido – podiam projetá-lo aqui –, cujas primeiras linhas dizem o seguinte: sindicatos, centrais sindicais, entidades estudantis, partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e populares convidam todos para a lançamento da Frente Nacional Contra o Escola sem Partido.

Se fosse autenticamente democrática esta posição, por que não incluir todos os partidos políticos, democratas ou não, que também defendem a Constituição deste País?

Portanto, resta saber...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Olhem, vocês vão terminar me levando a suspender isto. E se a gente começa a defender os partidos que são da gente dizendo que os outros não prestam, vocês não são democratas.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não são, desculpem.

Há pouco, eu ouvi ali alguém dizer: "Partidos golpistas não devem ter direito à fala". Isso não é democracia.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desculpem.

Agora, eu vejo ali um cartaz me chamando de golpista. Eu queria que ficasse aqui na frente. Deixe a televisão ver. Ponha aqui na frente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aqui na frente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu quero dizer a vocês que eu fiquei nove anos fora do Brasil porque eu chamava os outros de golpistas. E, se eu tivesse ficado aqui, eu teria sido preso. Agora, eu o convido a me chamar de golpista na frente da televisão inteira.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero dizer a vocês que eu tive...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...eu tive...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...eu tive...

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...eu tive a hombridade de sair do Brasil quando eu não conseguia conviver com golpistas! Vocês estão se submetendo a isso! Eu não me submeto a ser dirigido por um golpista! Como vocês acham que eu sou, eu suspendo a sessão!

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 37 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, **sob a Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Regina Sousa, Roberto Muniz, Telmário Mota, Simone Tebet, Dário Berger, Hélio José, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Wilder Morais, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015** que: "Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Deputado Otavio Leite. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental ou médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Ricardo Franco. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2016** que: "Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial." **Autoria:** Deputado Capitão Augusto. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja prorrogado, por mais 120 dias, o prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho criado para discutir e elaborar propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme Requerimento nº 32, de 2016, aprovado em 17 de maio de 2016." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 53 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Senhor José Mendonça Bezerra Filho, informações acerca do cumprimento das metas e estratégias intermediárias do Plano Nacional de Educação (PNE) cujos prazos já venceram, indicando, quando for o caso: a) as causas do descumprimento; b) as medidas corretivas que estão sendo ou serão adotadas para alcance das metas e estratégias não cumpridas; e c) a previsão de novos prazos para a sua consecução." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 59 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do tema "os avanços e os desafios da Educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visando colher subsídios para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas em execução relacionados à temática. Os convidados serão informados à Secretaria desta Comissão, oportunamente." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o cancelamento do Requerimento da Comissão de Educação nº 135, de 2015, cujo objeto é a realização de audiência pública para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano. Esclareço ainda que o Projeto de Lei foi amplamente debatido pelas entidades envolvidas, o que permitiu o embasamento para a elaboração de parecer já entregue na Comissão de Educação, Cultura e Esporte." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 62 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 56/2016 e do RCE 60/2016, seja incluído o seguinte convidado: 1. Ricardo Leyser, ex-Secretário Executivo e ex-Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério dos Esportes." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 63 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

sentar e debater os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais. Sugerimos como data o dia 23 de novembro de 2016. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; 2. Representante do Ministério da Educação 3. Representante da Gay, Lesbian & Straight Education Network (GLSEN - EUA); 4. Representante do Ministério Público Federal; 5. Representante da UNESCO; 6. Representante do Conselho Nacional de Educação; 7. Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; 8. Representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 574, de 2016, Aspar/GM/GM-MEC, do Ministério da Educação, em resposta à solicitação da Senadora Fátima Bezerra sobre os seguintes programas do Ministério da Educação: Programa Mais Educação, Programa Atleta na Escola, Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O expediente encontra-se à disposição, na Secretaria desta Comissão, aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 21.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015
- Não terminativo -

Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

Autoria: Deputado Otavio Leite
Relatoria: Senador Ricardo Franco, que não está mais nesta Comissão.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A matéria constou da pauta das Reuniões de 12/07/2016 e 16/08/2016.*

Designo Relator *ad hoc* o Senador Roberto Muniz, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

Por favor, Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, Senador Romário, é uma honra poder relatar essa matéria tão importante. Quero dizer que um sonho meu era bater uma bola com você no campo de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Faremos isso.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Como não tive essa capacidade, Senador Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos ter essa oportunidade.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agora bater uma bola aqui no Senado fica mais fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quero dizer que é uma honra muito grande estar junto do Senador da educação, uma pessoa que lidera o debate nesta Casa sobre educação, o Senador Cristovam.

O relatório é de autoria do Senador Ricardo Franco. Passo a lê-lo neste instante.

Relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 177, de 2015, (Projeto de Lei nº 5.559, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Otavio Leite, que propõe seja alterada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no sentido de apoiar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

No art. 1º a proposição altera a alínea "c" do inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 1991, para dispor que as ações não previstas nos incisos I a IV e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura, serão também apoiadas com recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Além disso, o art. 1º da referida proposição também insere a alínea "d" ao mesmo inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 1991, para acrescentar, entre as ações beneficiárias do Pronac, apresentações artístico-culturais em apoio à promoção dos destinos e produtos turísticos brasileiros, para fins de captação de turistas e de eventos para o País, realizadas no Brasil e no exterior, mediante prévia anuência do órgão responsável pela política de turismo nacional.

No art. 2º consta a cláusula de vigência, a qual prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria *considera* justo que as atividades culturais brasileiras possam ser efetivadas, num viés turístico próprio, de captação de fluxo para o mercado turístico brasileiro – o que, em consequência, movimentará positivamente nossa economia, seja na captação de divisas líquidas para o Brasil, bem como, e inclusive, para a atração de investimentos estrangeiros no País.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.559, de 2009, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT), de Turismo (CTUR), de Finanças e tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC 177, de 2015, foi distribuído respectivamente para a apreciação das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Em seu parecer, que aprovou a proposição, a CDR concluiu:

> Nosso potencial cultural serve como atração de turistas para o Brasil. Assim, é fundamental que as atividades culturais sejam incentivadas em conjunto com o turismo, de modo a movimentar nossa economia, captando visitantes em nível nacional e internacional ou até mesmo atraindo investimentos estrangeiros para o País.
>
> Nesse sentido, considera-se que a inclusão de projetos culturais voltados para o turismo, no rol de ações beneficiadas com financiamento ou benefícios fiscais previstos na Lei Rouanet, constitui importante contribuição para o desenvolvimento das áreas de cultura e [também do] turismo.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural.

No seu art. 3º, a referida lei estabelece os objetivos que os projetos culturais devem atender de modo a serem passíveis de captação de recursos do Pronac. Entendemos, assim, que a Lei Rouanet, automaticamente, beneficia o desenvolvimento do turismo cultural, seja ele receptivo ou de evento.

É importante enfatizar que o Pronac é implementado por meio dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e de incentivo a projetos culturais, e que os recursos captados por meio desses mecanismos se destinam a projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac.

Por outro lado, também cabe destacar que o fomento à atividade turística encontra-se contemplado na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei do Turismo), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor.

Segundo a Lei do Turismo, cabe ao Ministério do Turismo estabelecer e coordenar a Política Nacional do Turismo, bem como planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, promover e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. Essas ações contam com previsão de financiamento próprio da área do turismo, por meio do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

De fato, a pluralidade da cultura brasileira é um dos fatores fundamentais de atração de turistas para o Brasil. Sendo assim, os próprios bens e atividades culturais nacionais constituem veículos promotores da atividade turística. Desta forma, o turismo, por sua vez, incentiva a divulgação e a preservação da nossa cultura. Portanto, as duas atividades estão intimamente relacionadas, uma vez que o mercado turístico influencia o mercado cultural e vice-versa.

Nesse contexto, ainda que se considere que a Lei Rouanet, em muitos de seus dispositivos, já beneficia o desenvolvimento do turismo cultural, seja ele receptivo ou de evento, e que o turismo também possui programa específico de fomento ao setor, pode-se admitir, como conclui a CDR em seu parecer, que a inclusão de projetos culturais voltados para o turismo no rol de ações beneficiadas com financiamento ou benefícios fiscais previstos na referida Lei nº 8.313, de 1991, constitui importante contribuição para o desenvolvimento das áreas de cultura e turismo.

Por fim, tendo em vista que, de acordo com a distribuição, coube à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a última apreciação de mérito, antes do encaminhamento da matéria à decisão do Plenário, e considerando que a CDR não opinou sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição, cabe igualmente a esta Comissão proceder à análise de tais aspectos.

No que diz respeito à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da nossa Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao projeto de lei, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Por isso, o voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2015.

Assim é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Roberto Muniz. Muito obrigado.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja prorrogado, por mais 120 dias, o prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho criado para discutir e elaborar propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme Requerimento nº 32, de 2016, aprovado em 17 de maio de 2016.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, é apenas pedido de prorrogação de um grupo de trabalho. Tomei a iniciativa, conversando com o senhor alguns meses atrás, para discutirmos e elaborarmos propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a famosa LDB, naquela época, Requerimento nº 32, de 2016, aprovado em 17 de maio de 2016.

Solicito que possamos ter mais 120 dias de prazo, tendo em vista que esses últimos meses foram muito conturbados, dificultados e com agendas bem diferentes diante da crise que atravessamos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 53, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Senhor José Mendonça Bezerra Filho, informações acerca do cumprimento das metas e estratégias intermediárias do Plano Nacional de Educação (PNE) cujos prazos já venceram, indicando, quando for o caso: a) as causas do descumprimento; b) as medidas corretivas que estão sendo ou serão adotadas para alcance das metas e estratégias não cumpridas; e c) a previsão de novos prazos para a sua consecução.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, é um requerimento nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do nosso Senado.

Apresento o requerimento, para que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, o Sr. José Mendonça Bezerra Filho, informações acerca do cumprimento das metas e estratégias intermediárias do Plano Nacional de Educação, cujos prazos já venceram, indicando, quando for o caso:

a) as causas do descumprimento;

b) as medidas corretivas que estão sendo ou serão adotadas para alcance das metas e estratégias não cumpridas; e

c) a previsão de novos prazos para a sua consecução.

A justificativa que apresento é simplesmente é que o PNE significou um avanço no planejamento da educação no País, previu também metas e estratégias intermediárias, algumas já vencidas em 2015, outra no último 25 de junho, entre as quais destaco: universalizar a educação infantil para crianças de quatro e cinco anos; universalizar o atendimento escolar; e diversas metas que não foram cumpridas.

Para que elas se tornem realidade, são necessários monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução do Plano.

Creio que a nossa Comissão tem um papel nisso, e é nesse sentido esse meu requerimento, que visa a obter informações acerca do cumprimento ou não das estratégias e metas.

Além de servirem para fundamentar nossa atuação parlamentar, essas informações requeridas se destinam também a informar a sociedade sobre a situação atual da educação brasileira e sobre a implementação do PNE.

Devo dizer, Senador, que fiz esse requerimento quando surgiu o noticiário do descumprimento. E, de lá para cá, nós vimos os resultados do chamado Ideb, que mostra a decadência total da nossa educação.

Nós tínhamos metas de 5, 5,2 e não conseguimos atingir 5. Com qualquer filho nosso que tira 5 na escola nos preocupamos; o Brasil tira cinco, e não nos preocupamos.

No ensino médio, abaixo de 4. A nota do ensino médio brasileiro é 3,7 – é a nota do ensino médio brasileiro. Ou seja, nossos adolescentes, que estão no ensino médio, na média, têm 3,7 de nota.

Não têm futuro nem esses meninos e meninas, nem o Brasil.

E pior, Senador Romário, nessa nota, 3,7, não entraram os que não chegaram ao ensino médio. Ou seja, eles têm nota zero, porque não chegaram lá. Se a gente coloca a nota zero no 3,7, isso vai baixar para 2. Esta é a nota das nossas crianças no ensino médio: 2, por aí, porque só 50% chegam ao ensino médio. Os que não chegaram ficaram para trás completamente. Nota zero, vamos dizer.

Segundo, a gente não percebe, ao ver o Ideb, algo que é muito perigoso para o futuro do Brasil: as classes médias e altas estão muito acima desses 3,7, então as classes pobres estão muito abaixo dos 3,7. Ou seja, aumenta a desigualdade. A média é baixinha, e a desigualdade é grande.

Outro ponto que o Ideb não mostra: os outros países estão avançando, e nós estamos estagnados, porque esses 3,7 são uma média pior do que foi a anterior. Pioramos.

No ensino fundamental, melhoramos um pouquinho.

Então, é algo muito catastrófico, Senador Romário. Quando cai lama, como em Mariana, todos vemos a catástrofe. Quando há uma seca no Nordeste, a gente vê, porque é visível. A catástrofe que o Ideb indica não é visível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu creio que nós deveríamos – não sei como o Senado poderia fazer – declarar calamidade nacional, uma calamidade histórica. Nós estamos vivendo uma calamidade, quando olhamos o futuro do Brasil.

Eu não sei como esta Comissão... Não tenho nenhuma proposta específica. Eu acho que o Presidente da República deveria chamar todo o Brasil e dizer: "Estamos vivendo uma calamidade histórica." O pior é que a gente não percebe, porque número não transmite. A gente vê a catástrofe de Mariana, da seca. Quando há uma fila de desempregados, nós vemos a catástrofe. Se os desempregados não estiverem numa fila, a gente não vê. O número não mostra a calamidade que está por trás: o País não tem produtividade, não tem inovação, não funciona. O País vai ficando aos pedaços. Então, eu não sei como propor algo nesta Comissão – talvez um debate sobre o Ideb. Por quê? Onde estamos fracassando? Mas isso eu não trouxe hoje. Eu trouxe, hoje, apenas esse requerimento, para que o senhor, como Presidente da Comissão, transmita ao nosso Ministro algumas informações, inclusive com muita tranquilidade, porque não é culpa dele nem do anterior; é um processo muito mais amplo – e ele acaba de chegar. Eu apenas quero as informações, que acho que serão muito positivas para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, eu queria louvar as palavras do Senador Cristovam, que vem trazendo o País para essa reflexão da educação há muitos anos.

Nós que acompanhamos o Poder Público e a tentativa de melhoria dos indicadores na área de educação percebemos que muito movimento foi feito, mas são poucos os resultados.

Eu gosto sempre de começar, Senador Cristovam, dizendo: que bom que nós temos um indicador, porque senão, daqui a pouco, as pessoas vão começar a tentar acabar com o indicador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – No Brasil é assim: em vez de acabarmos com o problema, acabamos com o indicador e o mudamos. Certo? Eu já vi melhorias em contas públicas não porque as contas públicas melhoraram, mas porque mudaram a forma de calcular o PIB. O senhor lembra que já tivemos essa questão. Então, o primeiro ponto é louvar que nós tenhamos esse indicador.

Mas eu acho que o senhor traz uma reflexão muito importante para esta Comissão, Presidente, que seria a de fazermos talvez um debate. Já colocamos 25% dos orçamentos dos Municípios à disposição da educação, um percentual que, naquele instante, se colocava como razoável. Houve, sem sombra de dúvida, uma recuperação dos salários dos professores – não estou dizendo que é suficiente –, mas precisamos fazer um debate para verificar se foram suficientes os acréscimos que aconteceram. Reconheço que, no Nordeste, pelo menos, houve uma melhoria, porque, antes do piso, os professores ganhavam menos de um salário mínimo. Então, eu acho que houve essa questão do avanço.

Nós tivemos outros recursos diretamente na escola. Nós tivemos recursos para materiais. E por que essa soma de atividades e de recursos colocados à disposição não tem efetivado essa mudança qualitativa? A gente melhorou na quantidade e na qualidade do ensino, e nós não tivemos esse resultado.

Eu acho que essa sua reflexão é importante, Presidente, e acho que, logo após as eleições municipais, nós poderíamos, Senador Cristovam, aproveitando já o início da sua ideia, fazer esse debate aqui para que a gente pudesse iluminar o próximo mandato dos prefeitos. Porque os prefeitos vão começar a projetar os seus futuros mandatos e eu acho que a gente aqui, a Comissão, poderia ver quais foram as melhores práticas, as práticas que resolveram ou que pelo menos sinalizaram desempenhos melhores.

Pelo pouco que conheço das escolas, eu acho que há um grupamento de funcionários que passam despercebidos, mas que são tão importantes quanto os professores, que são os diretores das escolas. Eu acho que o diretor da escola é... Em determinado momento, a gente achou que as eleições diretas pudessem dar resultado, outros tentaram fazer a capacitação *on-line* desses diretores. Acho que são uma figura muito importante. Todas as vezes que a gente vê uma escola que tem um bom diretor, a gente percebe, pelo menos fisicamente e em termos de horário, de evasão, que a presença de um bom diretor qualifica o ensino naquela escola.

À proposta que o Senador traz aqui também me associo. Que a gente faça esse debate, que a gente traga para esta Comissão essa questão tão importante. Porque me associo à ideia de que é uma catástrofe nacional e a gente não pode deixar essa questão da educação permanecer gerações e gerações sem uma solução. Então, quero me associar às suas palavras, Senador, e me colocar à disposição para este debate aqui na Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, um minutinho a mais. Eu queria dizer que, embutido no resultado do Ideb, há um aspecto que chama a atenção pelo lado positivo: as notas, o Ideb das escolas públicas federais é quase igual a 7. As federais têm quase o dobro do Ideb das ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tras, de todas, incluindo as particulares, incluindo as próprias federais, ou seja, o todo: 3,7. O Ideb das federais é 6,9, ou seja, é isso que a gente tem que fazer.

O que a gente tem que fazer é o que já faz em 570 escolas, se eu não me engano, das 200 mil. Obviamente, isso não se faz de um dia para o outro. Mas se pode fazer em 20 anos, 30 anos. É o que eu venho chamando de federalização. Este é o caminho: a União adotar as cidades que não têm condições de dar uma boa escola para suas crianças voluntariamente. A cidade que não quiser tudo bem! Mas depois que nós fizermos no Brasil 500 cidades com escolas com a qualidade das federais – Pedro II, escolas técnicas, institutos de aplicação –, todas quererão vir.

Não há como fazer rápido e também não haveria recursos, porque, embora se gaste já bastante, ainda é menos do que se precisa, que são R$10 mil por ano, por aluno, para ter uma boa escola. Hoje deve estar entre R$5 mil a R$6 mil.

Mas sabe-se o que fazer, só falta querer fazer e, diante da crise financeira do Estado brasileiro, em quantos anos vamos fazer. Se fosse há 10 anos, havia recursos para fazer rapidamente. Agora não há. Façamos devagar, mas mostremos que é possível.

Hoje, no edital do Pisa, que avalia as escolas por país, os que estão em primeiro lugar são duas cidades da China. Se você pegar a média da China, está ruim, mas eles concentraram e agora estão fazendo em outras, em outras, em outras. É um exemplo que a gente poderia seguir.

Presidente, tudo isso em função apenas de um pedido de informações ao Ministro da Educação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria, com a vênia dos demais colegas – eu tenho um compromisso inadiável, tenho que sair –, se fosse possível, uma pequena inversão para que se tratasse do item 21, que é rápido, objetivo e de interesse de todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Fátima com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero parabenizar o Senador Cristovam pela apresentação do requerimento, oportuno pelo quanto significa o Plano Nacional da Educação, inclusive por uma prerrogativa que cabe a esta Comissão de Educação do Senado da República de monitorar e de acompanhar as metas do novo Plano Nacional da Educação, plano esse que já está chegando no seu segundo ano de vigência e o que temos constatado é que infelizmente nós temos várias dessas metas que não estão sendo cumpridas.

Ao mesmo tempo também, Senador Romário, gostaria de dar como lido aqui na Comissão de Educação um artigo que publiquei nesse final de semana sobre o resultado do Ideb. Tenho acompanhado aqui a discussão dos Parlamentares. O Ideb não é um fato qualquer, é um fato muito importante, porque trata da avaliação de uma política pública fundamental, Senador Romário, que é a política pública na área da educação.

Eu quero aqui colocar que, ao contrário de alguns, eu não acho que o Ideb tenha sido esse desastre, como se coloca. Até porque o Ideb, no fundo, está revelando duas tendências. Uma positiva, graças a Deus, que é a de crescimento do ensino fundamental. E o ensino fundamental é uma etapa muito importante da vida do estudante. O próprio nome está dizendo já: fundamental. É a base da base.

É importante aqui a gente constatar que o Ideb 2015 mostrou crescimento, Senador Romário, principalmente nos anos iniciais. A meta prevista era de 5,2, e, nos anos iniciais, nós ultrapassamos a meta, chegamos a 5,5.

Isso, a meu ver, reflete, inclusive, algumas ações adotadas que contribuíram para esse resultado, como o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), um programa muito importante, que tinha o seu foco voltado para a formação de professores, para incentivar, para preparar melhor os professores para lidarem com essa etapa, que é a etapa dos anos iniciais da pré-escola etc.

Isso revela, também, o acerto de cada vez mais a União exercer o regime de colaboração com os Municípios. Isso revela o acerto de políticas como o Fundeb.

Agora, por outro lado, aí, sim, o Ideb traz um resultado para nós muito, muito, muito grave, que é outra tendência negativa. Qual é a outra? É a de estagnação no ensino médio, porque o ensino fundamental vinha lentamente, mas com crescimento; já com relação ao ensino médio, infelizmente a tendência que até então estava demonstrada era de estagnação, e mais uma vez o Ideb comprovou isso, o que é muito grave, porque também nós estamos tratando de uma outra etapa muito importante na vida do aluno, que é o ensino médio, que, aliás, é a etapa de transição, em que o aluno passa da educação básica exatamente para o ensino superior. E aí é uma catástrofe. Daí o debate que precisa – é muito importante – ser cada vez mais aprofundado, porque, em primeiro lugar, isso revela, infelizmente, a incapacidade dos Estados de oferecer uma política adequada para essa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

De forma que eu quero aqui só, enfim, deixar registrado para o debate, na lógica, Senador Romário, que acho que a gente não precisa de soluções mágicas nem de inventar a roda. O que a gente precisa é seguir o rumo traçado pelo Plano Nacional de Educação. Daí a importância desse requerimento que o Senador Cristovam está apresentando. Não precisa inventar a roda, de soluções mágicas, Senador Roberto, Senador Cristovam. O rumo, o caminho está traçado no PNE, para a gente vencer, repito, esse desastre que é a questão dos índices educacionais, especialmente no ensino médio. Precisa seguir o PNE, principalmente a meta que diz respeito à valorização do professor. Como é que se quer que o ensino médio avance com professores mal remunerados, com professores ainda lutando pelo cumprimento de um piso salarial que não chega a R$2 mil? Como é que se quer avançar com escolas com gestão centralizada, uma gestão, inclusive, muitas vezes impermeável à participação da sociedade? Ou o que é que explica os movimentos Ocupa Escola por este País afora?

Há escolas, Senador Hélio José, infelizmente, ainda totalmente dessintonizadas com o século XXI, com as novas tecnologias. Ou seja, é olhar para a meta que fala da educação em tempo integral, é olhar para a meta que fala da gestão democrática, é olhar para a meta que fala do financiamento.

Então, eu quero, inclusive, discordar do Ministro que andou dizendo que, se for preciso, vai mandar uma medida provisória aqui para o Congresso Nacional para tratar da reformulação do ensino médio. Ora, parece-me que isso é equivocado. Tratar políticas, no âmbito educacional, tão importantes como a reformulação pela qual precisa passar o ensino médio via medida provisória é inoportuno. Isso não vai contribuir em nada.

O que nós tínhamos de fazer é acelerar o projeto de lei do Deputado Reginaldo Lopes, que está na Câmara dos Deputados, fruto de um bom debate. Nós precisamos acelerar o projeto de lei que está lá na Câmara sem descuidar do PNE, não é, Senador Cristovam? Porque toda e qualquer reformulação que precisa haver – e há muito tempo esse debate vem sendo feito – tem que se dar em sintonia com o Plano Nacional de Educação.

Todo mundo sabe que as escolas do ensino médio faliram, sobretudo por um currículo esclerosado, defasado, um currículo que não dialoga com a realidade em que o aluno vive. Por que os institutos federais, Senador Hélio José, são tão queridos? Por que há uma corrida enorme em busca dos institutos federais? Porque, ao longo desses treze anos, isso é de responsabilidade da União, se conseguiu, sim, fazer dos institutos federais um local onde a gente pode valorizar o professor, os estudantes, pelo que o ensino, os institutos federais têm a oferecer, com uma estrutura curricular que combina a formação cidadã inclusive com o ensino profissionalizante.

Então, fiz essas considerações porque nós estamos numa Comissão de Educação e Cultura. Respeitando opiniões dos demais, gostaria de deixar inicialmente consignado aqui meu primeiro olhar sobre o Ideb, ao mesmo tempo em que digo que esse tema do Ideb tem tudo a ver com o requerimento que o Senador Cristovam apresenta, que eu gostaria, inclusive, de subscrever também, Senador Romário.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Ideb x PEC do Estado Mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Voltaremos aqui ao item 17, Requerimento da Comissão de Educação nº 53, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós temos aqui na mesa mais um requerimento do Senador Cristovam Buarque, mas, já que o nosso Senador Hélio José tem pressa e tem outros... Senador, podemos antecipar aqui o pedido?

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o cancelamento do Requerimento da Comissão de Educação nº 135, de 2015, cujo objeto é a realização de audiência pública para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano. Esclareço ainda que o Projeto de Lei foi amplamente debatido pelas entidades envolvidas, o que permitiu o embasamento para a elaboração de parecer já entregue na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para a leitura do requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Breve.

Requerimento da Comissão de Educação nº 61, de 2016.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o cancelamento do Requerimento da Comissão de Educação nº 135, de 2015, cujo objeto é a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano.

Esclareço ainda que o Projeto de Lei foi amplamente debatido pelas entidades envolvidas, o que permitiu o embasamento para a elaboração de parecer já entregue na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Estou sendo procurado, depois de ter feito seminário, ter feito já duas audiências públicas a respeito, ter ouvido todas as etnias – o relatório está pronto na Comissão para votar, em caráter terminativo –, pela comunidade cigana e pelo Relator, que dizem que estão precisando que a gente agilize o processo. Eles me fizeram um apelo para retirar a audiência pública.

Então, estou aqui pedindo o cancelamento dessa audiência pública para tentar atendê-los, já que vamos debater esse projeto aqui na próxima reunião, que não creio que será antes do dia 3, mas espero que o mais breve possível.

Então, eu queria a vênia dos colegas, nobre Senador Romário, para cancelarmos esse requerimento já lido aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cancelado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Voltamos aqui ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 59, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do tema "os avanços e os desafios da Educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visando colher subsídios para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas em execução relacionados à temática. Os convidados serão informados à Secretaria desta Comissão, oportunamente.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Romário, este meu requerimento casa com o anterior, em que pedi 120 dias mais de um ciclo de estudos sobre a LDB. Neste caso, aproveitando a aprovação dos 120 dias a mais, eu requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do tema "os avanços e os desafios da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando colher subsídios para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas em execução relacionados à temática".

Eu quero dizer que a LDB, que teve aprovação em 1996 graças ao Senador Darcy Ribeiro, que foi Relator do projeto de lei naquela época, trouxe um marco fundamental para a nossa educação. De lá para cá, nos chama a atenção que mais de 300 projetos de lei estão em tramitação com o objetivo de promover alterações. Já foram 37 novas leis tentando aperfeiçoar aquela lei.

O papel fundamental da LDB, diante de sua constante modificação, além de, apesar dela, continuarmos com o sistema educacional deficiente, nos faz pensar sobre a importância e, ao mesmo tempo, comemorar a sua existência e formular alternativas.

Essa audiência pública que proponho será uma excelente oportunidade para reflexão sobre os resultados obtidos a partir da LDB, o que teria acontecido sem a LDB, quais foram suas contribuições efetivas, por que foram necessárias tantas alterações, se houve entraves provocados pela própria lei que impediram avanços, o que a LDB deveria contemplar, de fato, para manter o seu vigor orientador e transformador ao longo do tem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

po, levando em conta as transformações no mundo e no futuro próximo. De 1996 para cá tudo mudou. Então, é preciso levar em conta isso.

Diante de tudo isso, pela relevância do assunto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento para um debate, nesta Comissão, sobre o que foi feito, o que faltou ser feito, o que é preciso fazer em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero também parabenizar o Senador Cristovam pela apresentação aqui do requerimento com relação à LDB e dizer, Senador Romário, que eu também tomei a iniciativa de propor a realização de uma sessão solene. Acho que tanto essa proposição de V. Exª como a minha se justificam pela importância que tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nós não estamos tratando de uma lei qualquer de maneira nenhuma. Nós estamos tratando de uma lei que é um marco na luta pela educação pública, gratuita, laica, democrática e de boa qualidade. Nós estamos tratando de uma lei que é um marco naquilo que ela se apresenta para fazer avançar um direito fundamental do povo brasileiro, que é o direito à educação. E nesse momento em que ela celebra todo esse tempo, é muito pertinente que, através de sessão solene, através de audiências públicas, de seminários, a gente possa fazer essa reflexão que V. Exª sugere.

O quanto ela avançou? O quanto também ela não avançou? Quais são ainda os obstáculos pelo caminho? Inclusive, quais as atualizações que ela já sofreu ou que ela precisa sofrer ainda frente à realidade de mudanças, enfim, pelas quais passa o mundo, passa o Brasil?

Enfim, eu quero parabenizar, porque acho que, antes de mais nada, a gente tem de zelar muito pela LDB, inclusive ficar muito atenta acerca dos vários projetos que existem nesta Casa, que vêm para aperfeiçoá-la, para fazer essa lei se tornar uma lei cada vez mais avançada. Beleza. Nós deveremos aplaudir, deveremos apoiar, mas nós também temos de ficar atentos a uma série de iniciativas, algumas às vezes até de boa-fé. Mas há outras que não. Há iniciativas equivocadas que, em vez de virem para fazer aperfeiçoar e avançar a LDB, vêm na direção contrária, como o Projeto de Lei que trata da escola sem partido, não é, Senador Cristovam? É um retrocesso, não é? Ataca a LDB naquilo que a LDB tem de mais valioso, em consonância com a própria Constituição brasileira, que é a liberdade de expressão, de ensinar e de aprender. Quanto à escola sem partido, infelizmente, no fundo, no fundo, o projeto termina voltado para o cerceamento de cátedra, do papel essencial do professor. O professor não pode exercer o seu papel de ensinar, de cátedra, sem que a ele seja assegurada a mais ampla liberdade expressão e a mais ampla liberdade de pensamento.

Apenas quero parabenizá-lo. Assim como quero estar junto com V. Exª na audiência pública, quero V. Exª também comigo nessa sessão solene.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É para isto que eu queria pedir a palavra: eu quero estar junto nessa sessão solene.

Eu creio que, em dezembro, faz 20 anos... A senhora já assinou o requerimento?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, parabenizo e creio que pode ser uma grande sessão. E toda a Comissão deve-se envolver nessa proposta da Senadora Fátima, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há dois requerimentos extrapauta, Senador Romário. Este aqui é mais simples, é um requerimento de aditamento, e há um requerimento de autoria do Senador Telmário em que ele propõe uma audiência pública sobre as Olimpíadas.

Eu gostaria tão somente de sugerir também que fosse convidado o Sr. Ricardo Leyser, que foi Secretário Executivo e Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte. O Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

o conhece. Ele esteve à frente de todos os preparativos das Olimpíadas. Acho que a presença dele enriquecerá mais ainda o debate.

Inicialmente, é esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra.

Não havendo óbice, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O outro requerimento, Senador Romário, também é extrapauta.

Atendo a uma solicitação da comunidade LGBT. Pediram-me, Senador Romário, que aqui, na Comissão de Educação, que é uma comissão pertinente, eles pudessem vir trazer o resultado da pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no ano de 2016 no que diz respeito às experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossas escolas, em nossos ambientes educacionais.

Eles propõem aqui os convidados: representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT); um representante do MEC, do Ministério Público Federal, da Unesco e de diversas outras instituições.

Essa pesquisa, Senador Romário, já foi apresentada na Comissão de Educação da Câmara. Portanto, gostaria do apoio dos nossos pares. A Senadora Regina está subscrevendo comigo para que possamos realizar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. Não havendo óbice...

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só que temos aqui agendado o Seminário Internacional da Primeira Infância no dia 23. A gente terá que mudar essa data.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vejo com eles o ajuste da data.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Convoco para o dia 22 de setembro, quinta-feira, às 10h30, audiência pública destinada a debater o Estatuto de Defesa do Torcedor, em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2016, da CE, de autoria do Senador Hélio José e Fátima Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um esclarecimento, Senador Romário. Mesmo não havendo sessão, a Comissão de Educação vai manter o calendário das audiências?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Se V. Exªs entenderem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 38 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, **sob a Presidência do Senador Hélio José,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 51/2016, de autoria do Senador Hélio José e da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n.º 10.671/2003). **Participantes:** Gustavo Perrella, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; Luciano Ramos, Coordenador de Administração do Estádio Nacional de Brasília; Bruno Osmar Vergini de Freitas, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; André Gustavo de Freitas Amarante, Gerente de Planejamento da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública – SIOSP e Wallace Reis Mendonça, Representante das Torcidas Organizadas do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 51, de 2016, da Comissão de Educação, de minha autoria e da Senadora Fátima Bezerra, para realização de audiência pública destinada a debater o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Dando início à audiência pública, solicito à Secretaria da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento. Fiz questão de trazer meu convidado especial aqui, querido Gustavo Perrella, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, do Cruzeiro, meu time de coração.

Confesso isso para vocês. Aqui em Brasília eu tenho o Gama, tenho o Ceilândia, dois times de que também gosto muito. E gosto do Brasil inteiro, meu pai é corintiano, meu irmão é santista, o outro é... Só não temos torcedor do Rio de Janeiro lá em casa, mas dos outros Estados, de Goiás... Eu sou um cruzeirense apaixonado daquela época lá de Dirceu Lopes, Tostão, Piazza, Forlán e todo aquele pessoal que era "cracaço", Raul, porque o time do Cruzeiro deu o exemplo para esse Brasil inteiro, fazendo essas torcidas apaixonadas irem para os estádios, acompanhar. Eu não sou diferente, sou um cruzeirense apaixonado. Então, em homenagem ao Zeze Perrella, meu eterno Presidente do Cruzeiro, fiz questão que o Gustavo Perrella, que está aqui, nosso Secretário Nacional de Futebol, sentasse junto comigo à mesa, de cara.

Justificando logo, a Leila Barros teve um problema sério, a criança dela desmaiou na escola, ela teve que sair para socorrer o filhinho dela, mas seu Secretário Adjunto está aqui presente e vai representá-la, Sr. Luciano Ramos, que eu gostaria de convidar para sentar aqui.

Sei que você não tem a beleza toda da Leila, Luciano, mas da qualidade, não tenho dúvida, senão a Leila não o colocaria para trabalhar com ela. (*Risos.*)

Por favor, Luciano, faça a gentileza.

O Luciano também é o responsável por toda a administração do Estádio Mané Garrincha, que foi o palco daquela triste confusão que houve entre a torcida do Flamengo e do Palmeiras. E a gente precisa, junto, superar.

Continuando, os outros convidados. Além do Gustavo, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, e o Luciano, representando a Leila Barros, convido o Bruno Osmar Vergini de Freitas, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Obrigado, Bruno. Seja muito bem-vindo. É um prazer, Bruno.

O nosso querido Wallace Reis Mendonça, representante das Torcidas Organizadas do Distrito Federal.

Seja muito bem-vindo, Wallace. Vascaíno, Wallace! O que tem de vascaíno nessa Brasília! É um prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E o nosso querido André Gustavo de Freitas Amarante, Gerente de Planejamento da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública (Siosp), responsável exatamente por toda a segurança dos eventos esportivos em Brasília, está a caminho. A organização já entrou em contato. Mas já anuncio porque, quando chegar, imediatamente ele comporá a Mesa.

Dê-me a honra, Wallace, de chegar mais próximo, o Coronel fica um pouquinho mais longe por agora. Troquem as plaquinhas, por favor.

O Coronel acabou de chegar?

Bom dia, Coronel. O senhor já pode, então, compor imediatamente a Mesa.

Nosso querido Coronel André Gustavo de Freitas Amarante, Gerente de Planejamento da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública (Siosp), representando a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Quero cumprimentar todos os presentes, os ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, as pessoas que participam desta audiência pública via Alô Senado, pelo número 0800... Peço ajuda aos universitários.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nem pelo *site*?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nem pelo *site*. Que pena! Está bom. Só pela Rádio, não é? Então, os nossos ouvintes da Rádio Senado fiquem ligados, pois podem, de qualquer forma, entrar em contato conosco, via os nossos sistemas computacionais, mandar depois as perguntas, e nós vamos encaminhá-las para os palestrantes.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes nesta audiência pública, mesmo com todos os percalços recentes, não há dúvida de que ainda somos o País do Futebol. Está na nossa alma, no nosso mais profundo sentimento de identidade a paixão pela bola, especificamente pelo conjunto de cores que formam um clube de futebol. Todo mundo viu a alegria que foi o Brasil ganhar a sua primeira medalha de ouro no futebol, mesmo com algumas dificuldades iniciais. Então, o futebol cativa, emociona e atrai, realmente, muita gente. É o maior espetáculo, pelo menos do nosso País, o Brasil.

Somos todos apaixonados, somos todos torcedores. E o esporte, como uma das mais belas metáforas da vida, nos ensina a ganhar e perder, a superar as dificuldades, o respeito às regras e, sobretudo, ao adversário. Nesse sentido, o Estatuto do Torcedor se reveste da mais alta relevância para o País. Aprovado há pouco mais de uma década, representa um marco em nossa legislação esportiva, exigindo regras desportivas claras e absoluto respeito à segurança e ao direito do consumidor/torcedor que vai ao estádio e paga, muitas vezes, ingressos caros, e por isso precisa ter seus direitos preservados.

É claro que, como qualquer diploma legal e diante das transformações contínuas imanentes a uma sociedade, se faz agora necessário aprofundarmos em seus preceitos e ampliarmos o seu escopo no sentido de consolidarmos em nosso País uma cultura de respeito ao torcedor e ao espetáculo esportivo. Para tanto, é absolutamente necessário estreitarmos a cooperação e a comunicação entre os torcedores, representados pelas torcidas organizadas, e os órgãos estatais vinculados à segurança pública.

Aliás, precisamos aqui separar o joio do trigo, distinguindo os torcedores fieis e apaixonados, que se juntam para vibrar pelos seus clubes, daqueles que têm atitudes muitas vezes até consideradas marginais, que tumultuam, criam confusão – o que não é o objetivo da maioria das torcidas organizadas, eu acho que de todas as torcidas organizadas, ninguém quer marginalidade no meio da situação –, que vão às arenas apenas para brigar e arrumar confusão. Existem alguns que agem dessa forma, e estamos aqui hoje, neste debate, para tentar colaborar, a fim de superar isso.

E somente uma interação maior entre as entidades públicas e as torcidas poderá fazê-lo, aproximando-os e identificando os maus elementos que denigrem a imagem das torcidas organizadas. Então, a gente tem que afastá-los, para a torcida organizada continuar sendo top, como sempre foi, na maioria das vezes.

Tivemos aqui em Brasília, infelizmente, episódios recentes ligados à violência entre torcidas. Mas é bom frisar que todos eles se trataram de brigas inflamadas e travadas por alguns com atitudes não legais, de marginais, criando confusão e envolvendo todo mundo, inclusive de fora de Brasília que para cá vieram não para acompanhar suas equipes e torcer por elas, mas para promover baderna e confusão. Não queremos esse tipo de torcedor em nossos estádios. Desejamos, sim, ver as nossas arquibancadas cheias de famílias e de torcedores organizados exclusivamente para vibrar e gritar mais alto pelos seus times.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É lindo quando vemos aquele jogo, lá no Paraná, na Arena, do Atlético Paranaense, mostrando os pais, os filhos, os meninos, as crianças. No Paraná tem muito disso, vão para o estádio todos juntos. E nós precisamos, no Brasil inteiro, cada vez mais – não é, Perrella - conquistar isso, juntamente com vocês, torcida organizada, para que possam levar as crianças, os filhos, a fim de que sejam a continuidade do que vocês hoje são. É isso que precisamos trabalhar.

Não queremos esse tipo de torcedor, em nossos estádios, que cria confusão. Desejamos, sim, ver as nossas arquibancadas cheias de famílias e de torcedores organizados exclusivamente para vibrar e gritar mais alto pelos seus times. Foi com esse propósito que solicitamos a presente audiência pública com representantes do Ministério do Esporte, da Secretaria do Esporte e Lazer do Distrito Federal, do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública, das torcidas, para fomentar o debate sobre a aplicação efetiva do Estatuto do Torcedor e estreitar seus canais de comunicação.

Nessa discussão, não podemos entrar com ideias preconcebidas, ideias estigmatizadas ou maniqueístas, sob pena de inviabilizar o debate. Estamos todos aqui em busca de um só objetivo: a paz e a segurança nos estádios.

Eu agradeço profundamente a presença de todos aqui. Tenho algumas perguntas provocativas para os nossos debatedores, que são importantes para que eles as avaliem e nos respondam durante as suas explanações e, se for o caso, depois responderem por escrito.

Então, quero até que a Secretaria providencie cópia de todas as perguntas, se a minha assessoria já não tiver trazido, para entregar aqui para os debatedores, a fim de que se embasem nos questionamentos.

Em princípio, as questões sugeridas – são cinco – para todos os convidados são as seguintes:

Um. Não há dúvida de que passados treze anos de sua aprovação, o Estatuto de Defesa do Torcedor trouxe grandes avanços no que se refere ao reconhecimento dos direitos e deveres dos torcedores e da modernização das condições em que ocorrem os eventos esportivos. No quesito de segurança houve resultados positivos, mas que podem ser julgados ainda insuficientes. Sobre esse último ponto, podemos nos perguntar em que medida as soluções podem estar relacionadas à busca de um maior rigor das medidas previstas no estatuto e à aprovação de outras iniciativas do Poder Público, não necessariamente constantes do estatuto, porque estamos aqui na Casa das leis.

Então, se há mais alguma questão que precisamos aprimorar no Estatuto, se precisamos ajeitar o Estatuto e fazer com que ele seja moderno, estamos prontos para poder encaminhar e debater isso, para daqui saírem proposições legislativas.

A aprovação de outras iniciativas do Poder Público não necessariamente constantes deste Estatuto pode ser feita, então. Ou ainda pode haver a busca de entendimento e de ações concatenadas por parte dos diversos segmentos envolvidos. Por isso, está aqui o Ministério Público, por isso está aqui a Secretaria de Segurança, por isso está aqui o nosso Ministério do Esporte, por isso está aqui a Secretaria de Esporte do DF. Era para estar aqui – até dou vênia a ele, que vai chegar aqui – o Presidente da federação do esporte de Brasília, representando as federações que são as organizadoras. Acho, inclusive, que ele já mandou para cá um representante.

Por acaso, o Neymar está aí, que é diretor de federação? (*Pausa.*)

Ele está ali.

Sente-se aqui, Neymar, por favor, a esta mesa na frente.

Ele é Diretor da Federação de Futebol de Brasília e acaba de realizar um feito muito bonito. Por unanimidade, praticamente, foi feita uma chapa única para as eleições da federação, reelegendo o nosso amigo Erivaldo. A diretoria se faz representar aqui pelo nosso querido Neymar, que é diretor de futebol.

Contamos também com o nosso querido José Carlos, com o Maninho – todos são da direção do futebol –, com o Paulo Vitor, que apoia a causa também e que está ali.

Então, pessoal, eu queria fazer uma homenagem ao Paulo Vitor, meu assessor, que tem me ajudado muito aqui. Ele foi nosso goleiro da Seleção Brasileira. O único defeito dele é ser do Fluminense. E havia aquele negócio: era difícil o seu lado esquerdo; era só ele chutar do lado esquerdo, que era perigoso a bola entrar. Não é isso, Paulo Vitor? Ele fechou bem o gol da Seleção Brasileira por muitos anos e do Fluminense, naquela fase áurea em que o Fluminense foi campeão do Campeonato Brasileiro. Então, é uma pessoa de quem Brasília tem o maior orgulho, o maior carinho, por ser filho de Brasília, por ter começado em Brasília. É um filho adotivo, porque ele veio do Pará. Ele escolheu Brasília desde pequenininho. Daqui, estourou no futebol e foi parar na Seleção Brasileira.

Paulinho, seja bem-vindo! Sua ajuda aqui é muito importante.

Quero homenagear todas as torcidas organizadas, citando aqui o Del. Está ali o Del. O Del é meu assessor. Ele é jornalista, é Presidente da Raça Rubro-Negra do Distrito Federal. É uma pessoa que tem colaborado muito com toda essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, Delzinho, você está aí fazendo um trabalho muito importante com todas as torcidas organizadas, conosco desta Casa, com o Ministério do Esporte e com a Secretaria de Esporte, para podermos, se Deus quiser, dar cada vez mais condição para o nosso torcedor ir ao estádio de forma organizada e bonita, com seus uniformes, com suas torcidas, com sua charanga, para fazer a paz e a confraternização familiar.

Então, essas ações concatenadas por parte desses diversos órgãos são importantes. Elas podem sair daqui. Isso faz parte de uma das perguntas.

Nesse sentido, o especialista em Direito Esportivo Gustavo Lopes, xará do meu amigo Gustavo, refere-se à necessidade de divisão de responsabilidades nas questões referentes à violência nos estádios e em suas mediações entre o Poder Público, em especial as autoridades da área de segurança – por isso, está aqui a Secretaria de Segurança –; os clubes que organizam as partidas – por isso, estão aqui a Secretaria Nacional de Futebol, a Secretaria de Esporte do DF e a federação, que foi minha convidada; o Erivaldo, que é o Presidente, está numa atividade fora daqui, mas me disse que fará o possível para passar aqui antes do final da audiência –; as federações que organizam as competições; a imprensa, que é fundamental para divulgar tudo; e os que são o objetivo principal, que somos nós os torcedores que gostamos de ir ao estádio.

Vamos ver em que entendimento conseguiremos avançar.

Assim, uma ampla questão inicial a ser formulada a todos os convidados é: qual seria a responsabilidade específica desses dirigentes e desses segmentos no que toca à segurança nas competições esportivas, com destaque para aqueles segmentos cuja participação pode ser considerada mais decisiva? A pergunta será dada por escrito a vocês da Mesa daqui a pouco.

Assessoria, providencie as perguntas para os nossos debatedores.

As torcidas organizadas têm, sem dúvida – segunda pergunta –, uma grande parcela de responsabilidade no que se refere ao combate à violência nos estádios e nas suas proximidades. Detectamos, contudo, uma tendência a não apenas considerá-las as principais vilãs nas questões da violência associada ao futebol, mas também em lhes negar a possibilidade de exprimir seu ponto de vista sobre o assunto. Assim, em grande parte dos artigos da imprensa sobre o tema, não se vê qualquer representante das torcidas organizadas expressando suas opiniões. Considero muito importante não só exigir a colaboração dessas torcidas, mas também, quando for o caso, reconhecer esse seu bom comportamento e os esforços construtivos despendidos por seus responsáveis – então é muito importante. E aí vai a pergunta –. Pergunto: então, se as torcidas organizadas poderiam tornar-se efetivamente parceiras importantes no combate à violência? E de que modo poderiam fazê-lo?

Meu querido Wallace, essa é uma pergunta importante para ouvir; como é que nossas torcidas podem nos ajudar a combater toda essa violência.

Terceira pergunta – são cinco.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Sociólogo Maurício Murad e divulgada em um artigo no sítio BBC Brasil, apenas 5% a 7% dos membros das torcidas organizadas seriam responsáveis pelos atos de delinquência. Isso remete a uma delicada questão que se refere a diferentes parcelas de culpa e de apenação que podem ser atribuídas aos indivíduos que praticam infrações, de um lado, e aos grupos organizados de que esses indivíduos fazem parte, de outro. O Estatuto de Defesa do Torcedor, particularmente com as alterações implantadas na Lei nº 12.299, de 2010, prevê penas tanto em nível individual como voltadas para as entidades esportivas e para as torcidas organizadas. Pergunta: estariam tais penas do Estatuto do Torcedor bem equacionadas e proporcionalmente distribuídas ou seria necessário aperfeiçoá-las? Essa é uma pergunta importante para responder, porque ela é o calcanhar de Aquiles da situação para se fazer a parceria tão desejada pelo Ministério do Esporte, por nós, esta Casa Legislativa, pela Secretaria de Esporte, por vocês e pela sociedade em geral.

Verificamos, ainda, que algumas medidas não previstas no Estatuto, como o banimento temporário de todas as torcidas organizadas de determinado Estado, têm sido aplicadas em decisão do Judiciário. Aí a pergunta: esse tipo de medida ampla e abrangente não afetaria a liberdade de associação prevista no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal? Então, temos que ver como vamos superar essa questão.

Como avançar na resolução do problema sem banir, indiscriminadamente, a participação das torcidas organizadas? E eu ainda falo mais: sem criminalizar, sem fazer prejulgamento. Todo mundo trabalhando junto para separar o joio do trigo. Esse é o nosso principal objetivo, do Estatuto do Torcedor, do Ministério do Esporte e de todo mundo.

Pergunta quatro. Diversas medidas práticas vêm sendo aventadas como meio de diminuir a violência relacionada aos eventos esportivos e, particularmente, aos jogos de futebol, que não só é nosso esporte mais popular como também é importante para a formulação de nossa identidade coletiva. De um lado, temos medidas que já vêm sendo aplicadas, como o Juizado do Torcedor, que funciona nos estádios nos dias de jogo.

As partidas realizadas com torcida única, como no caso de Minas, são muitas. Há os dias de mando do Cruzeiro e do Atlético, é um exemplo que tem diminuído muito a violência, principalmente no Estado de Mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

nas Gerais, não sei nos outros Estados como está. Depois o Gustavo pode até falar sobre essa experiência. A criação de grupos de composição diversificada para enfrentar o problema, a exemplo do Grupo de Atuação Especial em Grandes Eventos do Futebol (GFUT), que envolve em Goiás representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil, clubes e federação.

De outro lado, temos medidas que ainda não têm sido aplicadas, como a criação de um Disque-Denúncia específico, ou atribuição da segurança nos estádios a empresas privadas.

A pergunta: dentre essas medidas ou outras que não mencionamos, quais seriam as particularmente relevantes e efetivas no combate à violência nos estádios e em suas cercanias?

Uma coisa muito bonita que nós vimos no Rio Grande do Sul, vocês lembram: jogo Internacional e Atlético, quando foi incentivado que cada torcedor levasse outro torcedor do outro time. Por exemplo, um torcedor do Internacional levava um convidado do Grêmio, e assim por diante. Parece que um dia foi até franqueado o ingresso para o convidado, desde que fosse do time adversário, para fazer uma confraternização entre as duas torcidas. Então, são iniciativas importantes que têm sido feitas Brasil afora.

Quinta e última pergunta, gente, para começarmos o debate. Hoje pela manhã eu estava dando uma entrevista ao jornalista Adriano farias, da Rádio Senado, para o Brasil inteiro, e ele sugeriu uma pergunta, também muito interessante, que faço questão de reproduzir aqui: "O art. 22 do Estatuto do Torcedor determina que todos os ingressos devem ser numerados e o torcedor tem o direito de ocupar o assento designado no ingresso. Isso só tem sido cumprido em Copa do Mundo ou Olimpíada. Por que não se aplica esse artigo em competições e eventos nacionais?"

Eu tive o prazer – e vários aqui devem ter tido o mesmo prazer – de participar de um dia olímpico. Eu escolhi a quinta-feira, véspera do final da Olimpíada, que era no domingo, e fui para o Rio de Janeiro, na quarta. Dormi lá e fiquei o dia inteiro, na quinta. Eu fiz o percurso completo. Fui ao Engenhão, que é lá do outro lado do mundo; fui ao Complexo Olímpico, que é do outro lado; fui a outra situação, assisti a vários eventos esportivos naquele dia e pude ver que esse respeito ao ingresso numerado, a posição devidamente comprada e a organização fazem de um evento do porte de uma Olimpíada um evento sem violência, um evento lindo, com participação de todo mundo.

O Richard está aqui e é assessor jurídico do Ministro do Esporte. Estive em reunião com o Ministro do Esporte, com o Richard, com o Gustavo Perrella, que é o Secretário Nacional de Futebol, e o elogio que fiz tanto à Olimpíada quanto à Paralimpíada foi justamente essa organização, essa não violência, que veio muito disso.

Essas perguntas já foram encaminhadas a todos os nossos debatedores. Eu, para não perder mais tempo, já vou passar a palavra aos nossos convidados. Eu queria antes falar que temos a presença do Ari, Presidente do Ceilândia Esporte Clube. Ceilândia é a maior cidade do Distrito Federal. Ceilândia era um time que estava para ir para a série C. Aos 47 ou 48, sei lá, levou um gol do Fluminense de Feira e perdeu essa chancinha de nos colocar na série C. Mas, quem sabe, ano que vem a coisa muda, não é, gente? O Gamão do povão está aí, a nossa torcida organizada, a Ira. O Tonhão está aí também? Não? O Tonhão não pôde vir.

Registro de presença. Estou aqui com o Ricardo Leal, Presidente da torcida Mancha Verde DF. Seja muito bem-vindo, Ricardo, e todos os torcedores do Palmeiras, evidentemente.

Estou aqui com o nosso Vice-Presidente da Torcida da Mancha Verde, do DF, Robson Damasceno, e com o Ricardo Leal. Estou com o William Fernandes, representante da Raça Rubro Negra, torcida do Flamengo, além do Delzinho, que está aqui, que é o nosso Presidente da Raça. Seja muito bem-vinda a Raça.

Se houver alguma torcida cujo presidente eu não tenha mencionado ou alguma organização de que eu não tenha lembrado, encaminhem que eu vou falando durante o processo.

E a do Cruzeiro? Cadê a minha torcida?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Aeee, Bruno! Seja bem-vindo, rapaz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pode falar, amigo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Estou aqui tendo o prazer de receber também o Alex.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, Fluzão, não é? Paulo Vítor e Maninho. Mas vocês dois não valem, porque vocês são servidores da Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Anatorg. Cumprimento você.

Não vamos ter as perguntas vindo pelo Alô Senado porque estamos com uma reforma na Casa. Eu vou franquear a palavra para você depois que todos os expositores falarem, por uns três a cinco minutinhos – para você e para a federação –, e passamos pra as considerações finais. Você vai ter essa possibilidade aqui.

Passamos a palavra, primeiro, para a problemática. Vamos passar para a Secretaria de Segurança. Quero ouvir sobre a problemática, quero ouvir como ela encarou, como viu, que sugestão tem a fazer, o que nós podemos construir a partir dessas perguntas e de mais outras sugestões.

Então, passo a palavra para o nosso Coronel, o representante do Siosp. Deixe-me ver o nome aqui...

Por favor, Coronel...

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE (*Fora do microfone*.) – Amarante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Amarante com a palavra.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Amarante, só para organizar, você vai ter de 10 a 12 minutos. A campainha vai tocar para avisar que se passaram 9 minutos e, então, você teria mais 3 minutos para a conclusão dessa primeira fase.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE – Vai ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não, fique tranquilo. Só estou dizendo que você tem essa possibilidade.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE – Bom dia a todos.

Quanto à problemática dos jogos.

O Estatuto do Torcedor tem 13 anos, já é um pouco antigo. A gente demorou um pouco, mas, com a participação, neste ano, do Ministério do Esporte e do Ministério da Justiça – foi até a Secretaria de Futebol que esteve junto também –, houve a criação de um guia de procedimentos para padronizar a atuação das forças de segurança e de todos os órgãos envolvidos em partidas de futebol, bem como das torcidas organizadas e dos demais espectadores em um jogo de futebol. Esse guia foi editado este ano, foi publicado este ano. Então, a gente está naquela fase de adaptação a ele ainda, está estudando esse guia. Vimos que é viável utilizá-lo, dá para fazer, e estamos fazendo, para tentar solucionar essa crise, essas brigas de torcidas. Esse manual foi debatido por polícias de todo o Brasil com advogados esportivos, representantes do Ministério de Justiça e do Ministério do Esporte para se chegar a um consenso quanto à atuação dos órgãos públicos e dos organizadores de eventos esportivos. Esse manual está pronto, já o estamos implementando.

Nesses últimos jogos que vimos em Brasília, depois desse problema que houve com a torcida do Palmeiras, que também o Neymar está acompanhando, já estamos implementando esse guia, que está dificultando encontros de torcidas rivais. O Luciano também participou, junto com a gente, da confecção desse manual. Esperamos que, até o final do ano, com a implementação integral desse manual, possamos solucionar o problema da organização da torcida, dividindo as responsabilidades.

Antes, a responsabilidade recaía toda sobre o Poder Público. O organizador do jogo só chegava e dizia: "Quero fazer esse jogo", e a gente tinha de correr atrás de tudo. A partir da edição desse guia, quando a gente pôde esmiuçar um pouco mais o Estatuto do Torcedor, vimos que a obrigação quanto à segurança não é só do Estado; o Ministério Público está acompanhando também. Grande parte da obrigação recai sobre o organizador e a Federação. Isso passou muito tempo esquecido. Cobravam só do Poder Público. Agora, a partir deste ano, estamos começando a reverter isso, distribuindo as responsabilidades. Esperamos, até o final do ano, estar completo esse processo e que o futebol possa ocorrer dentro da normalidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, André Gustavo Freitas Amarante.

Já que você tem muito tempo ainda, quero fazer uma pergunta. Em nome de todas as Secretarias de Segurança do Brasil, não só do DF – você está representando as Secretarias de Segurança do Brasil –, como nós podemos fazer, dentro do contexto que eu coloquei aqui, de trabalhar uma pacificação, de trabalhar uma harmonia, de trabalhar uma superação da não criminalização para resolver o problema onde ele está, como técnico experiente da área onde nós vivemos – está aqui a torcida do Palmeiras, está aqui a torcida do Flamengo, que viveram um incidente que é um exemplo que devemos superar em todo Brasil –, qual é a sua sugestão para fazermos essa harmonia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE – A minha sugestão seria a aplicação do Estatuto do Torcedor, porque é um estatuto bom, dá para seguir bem o que é previsto nele. Se for aplicado da mesma forma em todos os Estados, é uma medida boa.

Na parte da educação das torcidas, o recadastro, voltando ao Estatuto do Torcedor, porque é previsto cadastro das torcidas. Em grande parte das torcidas, principalmente essas que entram em confronto, vemos que esse pessoal que entrou no confronto, na briga, não está cadastrado. Então, seguindo o Estatuto do Torcedor como está lá, cadastrando as torcidas, fazendo campanha educativa, campanha antiviolência, dá para seguir o futebol tranquilo. O problema é seguir o Estatuto do Torcedor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, André.

Eu gostaria de passar a palavra, agora, ao nosso Ministério Público, justificando a ausência do Leonardo Bessa, meu amigo, Procurador-Geral de Justiça do DF. Ele mandou a pessoa que julgou que realmente está o tempo inteiro cuidando desse processo, a pessoa correta para estar aqui neste debate, nosso amigo Bruno Osmar Vergini de Freitas.

Bruno, além de falar em nome do Ministério Público do DF – acho que é importante a sua colaboração –, fale em nome do Ministério Público do Brasil, da situação global, geral. Você tem uma experiência local, acompanha isso diuturnamente, mas vamos... Será a mesma situação: você tem até 12 minutos. A primeira campainha tocará aos 9 minutos. Depois, uma segunda, aos 11 minutos, para você concluir. Com a palavra.

Obrigado.

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Hélio José.

Em nome do Procurador-Geral de Justiça do DF, agradecemos o gentil convite, de iniciativa de V. Exª e da Senadora Fátima Bezerra. Entendemos que é uma oportunidade de diálogo com todos. A audiência pública tem esta característica: é um esforço comum para resolver esse problema.

Como, na introdução, o senhor colocou, a questão da segurança nos estádios tem sido um problema bastante complexo. O Estatuto do Torcedor já tem 13 anos, como o senhor mesmo colocou, é uma ferramenta importante, uma estrutura jurídica, um arcabouço jurídico que já teve algum aperfeiçoamento em 2010 e vem melhorando. No momento, o Coronel Amarante colocou muito bem, ele precisa ser colocado em prática. Todos os instrumentos estão lá. Envolve sinergia, Senador: todos os envolvidos, todos os atores envolvidos no espetáculo, que é o futebol, que é uma paixão nacional, têm que assumir seu papel para a consecução do objetivo do estatuto, que é a proteção do torcedor como consumidor, como usuário.

Em particular, atuando no Ministério Público já há quase 20 anos, eu venho participando de encontros periódicos de promotores do Brasil inteiro, através de um grupo de prevenção à violência do Ministério Público, que é organizado pelo Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, e nós temos verificado que existem avanços consideráveis neste objetivo. Porém, ainda há muito que se fazer em termos de resolução concreta dos problemas.

A experiência acumulada desde a Copa das Confederações, com a Copa do Mundo, com todos esses eventos, gerou uma consciência bastante clara para nós, do Ministério Público, e eu posso falar por colegas do Brasil inteiro, de que é preciso essa sinergia. Todos os atores têm que assumir seu papel para colaborar nesse resultado. Como fazer isso, Senador? Os instrumentos jurídicos estão aí. O Estatuto do Torcedor é muito bem feito. Historicamente, o Ministério Público participou da elaboração do Estatuto do Torcedor, colegas de São Paulo contribuíram efetivamente, depois veio o relatório do Sou da Paz e a coordenação... Vamos dar o crédito ao Marco Klein, patrocinado pelo Ministério do Esporte.

O estatuto tem três dimensões bem claras. Primeiro, uma dimensão, e vamos usar a palavra da moda, de *compliance*, responsabilidade e transparência dos dirigentes, da organização do evento. Essa é uma dimensão clara, que está bem prevista no estatuto, quanto a isso não temos problema nenhum. A segunda dimensão, o segundo eixo é a questão da segurança do torcedor, e não só a segurança física, mas também outros aspectos, como comodidade, conforto, a questão da higiene dos estádios, a infraestrutura em si. E o terceiro aspecto é a responsabilização, essa é a terceira dimensão.

Nos três aspectos, nós obtivemos resultados positivos nos últimos anos. O que é mais sensível hoje é o problema da segurança. Nós sabemos que, hoje, muitos torcedores não vão aos estádios com receio, com medo da violência. Sempre que se fala em violência em estádios, lamentavelmente se mencionam torcidas organizadas.

Eu deixo isto bem claro: não é propósito de nenhum de nós aqui demonizar a torcida organizada, mas é preciso também reconhecer que é uma fonte de problemas. Nesta semana mesmo, folheando os jornais, o senhor vê pelo menos três casos graves de violência até fora dos estádios. O problema ocorre dentro do estádio e fora. Em Santa Luzia, em Minas Gerais, a torcida organizada do Cruzeiro entra em confronto com a do Atlético. Ontem, houve uma emboscada da torcida do Vasco contra a do Santos no trajeto para o estádio. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

semana passada, um torcedor do Corinthians foi massacrado, provavelmente, por torcedores de uma torcida rival. É difícil não apontar o dedo, mas é preciso, sobretudo, Senador, verificar e estabelecer soluções.

O Ministério do Esporte e as Secretarias de Segurança Pública dos Estados têm de se organizar e precisam de apoio. Como seria esse apoio? Por meio do Ministério da Justiça. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um sistema de informações sobre segurança pública, que é gerido pelo Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A sugestão que o Coronel Amarante deu é perfeita. Quem são vocês? Quem são? A maioria que eu aqui vejo é de torcidas organizadas.

Ora, o Estatuto diz, no art. 13-A, que a torcida tem se ser cadastrada, mas as torcidas, de fato, não são cadastradas. É uma letra vazia da lei. E como fazer isso de maneira efetiva?

Senador, é importante termos aqui um representante do Ministério do Esporte, para que haja uma coordenação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça para criar – esta é uma recomendação que vem do Relatório Klein – um banco nacional de dados. O senhor já se reuniu com o Conseg. Há uma portaria interministerial para coordenar as ações do Ministério do Esporte e do Ministério da Justiça nesse sentido, mas ainda não vimos resultado.

Ora, toda a estrutura está pronta, Senador. O Serpro, que mantém o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, poderia, como fez em outras matérias relacionadas à segurança pública, coordenar nacionalmente um esforço. Isso não é caro. O sistema já está pronto – há a Infoseg, que já está lá; é só criar uma rubrica –, alimentado por cada Secretaria de Segurança Pública.

Houve uma falha. O Estatuto não diz onde cadastrar, não há essa menção. Em São Paulo, a federação paulista cadastra as torcidas organizadas. Cada Estado adota uma norma. Aqui, nós tentamos isso, sem êxito, porque não havia informações. Algumas sedes de torcidas – aqui a maioria é de filiais –, muitas vezes, não têm sequer organização nem como pessoa jurídica. Isso dificulta.

Mas o Ministério da Justiça e o Ministério do Esporte poderiam, nesse grupo que já existe, o Conseg – não é isso, Secretário? –, estabelecer, primeiro, um cadastro nacional de membros de torcidas organizadas. Quem são vocês? Precisamos saber isso, até para excluir aqueles que se infiltram nessas torcidas só para provocar briga. Segundo, nesse mesmo cadastro, nesse banco de dados, poderiam estabelecer um registro nacional dos torcedores impedidos de entrar nos estádios por decisão judicial ou administrativa. Terceiro, poderiam fazer o registro das torcidas impedidas.

Hoje, vocês, que são de torcida, sabem muito bem que, se há um impedimento, vocês acabam entrando de qualquer maneira. Só vão retirar as bandeiras, as faixas, as camisas que os identificam como tal, mas vocês vão permanecer lá por uma questão de ordem prática. É muito mais seguro mantê-los contidos num local conhecido do que deixá-los espalhados pelo estádio. Vocês sabem disso.

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Bem, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – O senhor ainda dispõe de mais dois minutos. Então, são três minutos.

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – O.k.! Então, concluindo, recapitulando, primeiro, há a necessidade premente de um cadastro nacional organizado pelo Ministério da Justiça, inserido na Infoseg, com fácil acesso por qualquer agente de segurança pública ou de segurança privada que esteja nos estádios, dos torcedores, das torcidas organizadas impedidas e dos torcedores impedidos.

Finalmente, é preciso que haja capacitação e treinamento. Nós temos, no Ministério da Justiça, uma enorme experiência em educação a distância de agentes de segurança pública, com vários cursos fornecidos. O que nós precisamos é de capacitação e de treinamento padrão, que pode ser feito a distância, para certificar o agente de segurança pública das melhores práticas relacionadas ao combate e à prevenção à violência nos estádios nesse sentido, usando esse instrumento. Na Secretaria, tudo está pronto, Senador. Basta a vontade de criar essa oportunidade não só de disseminar essa informação, mas também de certificar disso, por exemplo, os *stewards* – hoje, há essa realidade que não havia anos atrás –, que são importantes hoje na condução operacional dos estádios.

Seria excelente vermos essas iniciativas aqui. Eu tenho a certeza de que o secretário e o senhor vão capitanear isso.

Para concluir, finalmente, as próprias torcidas organizadas devem se autorregular. Vocês, como membros das torcidas – e 99% são formados por de gente de bem que está ali para torcer – têm de desenvolver – e é preciso que o Estado participe disso – uma cultura de comunicação não violenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Isso tem de partir de vocês.

Tenho mais um minuto? (*Pausa.*)

Então, são esses os pontos que eu gostaria de ressaltar como recomendações que são mais do que urgentes e que se podem adotar com baixo custo e com alto nível de eficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bruno, depois a palavra será retornada para você, que terá mais um tempo.

Vamos, agora, passar... Primeiro, eu queria falar que eu, como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que é esta importante Comissão, e como torcedor, como família, sinceramente estou colocando o meu gabinete à disposição para ajudar, para colaborar, para aperfeiçoar, que é exatamente o objetivo desta audiência pública. Eu jamais poderia permitir a criminalização das torcidas organizadas simplesmente por criminalizar. Acho que uma ação inconsequente de uma pessoa não pode criminalizar o todo. É exatamente essa questão que o nosso promotor colocou com muita clareza. Não vejo dificuldade nenhuma em termos de fazer esse cadastramento. Creio que as torcidas podem, de repente...

Vamos ouvir agora o nosso representante das torcidas organizadas na Mesa. Por isso, fiz questão de fazer esta pequena fala aqui, colocando meu gabinete à disposição para ajudar, para aperfeiçoar, para apresentar um novo PLS, uma nova lei ou qualquer coisa que for preciso para ajudar a sairmos do imbróglio em que nos encontramos hoje. Não dá para continuar da forma que está. Aqui estamos buscando soluções, exemplos.

Vou passar a palavra para o nosso querido Wallace Reis Mendonça, representante das torcidas organizadas do Distrito Federal, querido vascaíno, que representa todas as torcidas nesta Mesa.

Wallace, por favor!

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Primeiramente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero só falar algo, para você se organizar, Wallace. É a mesma situação: a primeira campainha ainda lhe dá três minutos; na segunda campainha, você ainda tem mais um minuto. Está bom?

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Está o.k.!

Primeiramente, fora Temer!

Segundo, quero agradecer ao Senador e à sua assessoria pela iniciativa e pela coragem de fazer um debate como este na Casa.

Fico mais chateado em participar deste tipo de debate – já faço parte de torcida organizada há muitos anos e hoje, por questões profissionais, não me faço muito presente, mas tenho um vasto conhecimento – porque os órgãos tiram de si a responsabilidade, não dividem com o torcedor organizado a responsabilidade.

Ao Promotor Bruno eu gostaria de perguntar: como ele foi para o jogo de ontem entre Vasco e Santos? Acredito que ele não estava lá, que ele não participou desse jogo.

Eu, como membro de uma torcida organizada, não posso falar nacionalmente, porque, além de eu participar de uma eleição – faço parte dessa chapa –, vou falar sobre o Distrito Federal, conforme foi combinado com a sua assessoria.

Antes de chegar a ocorrer violência dentro do estádio, há diversas questões. Cabe a ele também verificar principalmente o preço do ingresso. Essas coisas deixam a gente triste, porque acredito que, até agora, nenhuma das torcidas organizadas ouviu, de fato, o que queria ouvir: a solução.

Em Brasília, não existe mais violência. Tenho um ótimo relacionamento com quase todas as torcidas aqui presentes. Aquelas com as quais não tenho relacionamento eu não conheço.

Fico impressionado com a maneira com que os organizadores do evento tratam a torcida organizada, que é o maior agente, que é o maior consumidor justamente do evento.

O André, que conheço – já conversei com ele em outras oportunidades –, passou para mim algumas coisas em relação à violência e a coisas desse tipo. Mas vem cá: qual é o tipo de garantia que a torcida organizada tem da Polícia Militar?

Uma reunião é feita previamente. Está correto, André? Se eu estiver falando alguma mentira, por favor me corrija. E, quando a reunião acontece, geralmente quem participa da reunião não está trabalhando no dia do jogo. Então, a gente fica a ver navios. A gente combina uma coisa, e, chegada a hora, é totalmente outra.

Eu tive de mudar meu discurso aqui, eu não ia fazer este discurso, eu não ia atacar ninguém, eu ia trazer apenas soluções para a melhoria do espetáculo como torcedor organizado, mas me vejo na obrigação de defender as torcidas organizadas aqui, igual ao que senhor falou, porque nem todo mundo participa de ato de selvageria. Nós também somos contra brigas. As torcidas organizadas também têm suas campanhas, partici-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

pam de palestra e, além de tudo, são grandes colaboradores da sociedade. Convido vocês a participarem das torcidas e a acompanharem as torcidas organizadas no seu dia a dia. Muitos não fazem isso, porque atacar é mais fácil. Atacar é sempre mais fácil do que fazer uma defesa, como você aparentemente está buscando fazer.

Então, a gente não pode ser hipócrita. Se é para existir uma solução, que todo mundo se abrace, que todo mundo esqueça o ego e tente chegar a uma solução, porque é muito fácil você virar e falar assim: "Houve uma briga no estádio entre a torcida do Palmeiras e a torcida do Flamengo." É vago isso.

Quando a Polícia Militar está participando de um evento, quando se tira o policial militar de casa no seu dia de folga para cobrir um evento, ele é bem remunerado? Ele está satisfeito em trabalhar fora de sua escala? Isso também é um debate que tem de ser feito. Existe o treinamento específico para isso? Eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que a Polícia Militar do Distrito Federal é altamente capacitada para controlar qualquer tipo de jogo e de manifestação, mas ela precisa de ter um respaldo e um conhecimento profundo, precisa conhecer a camisa e saber o que fala. Todos precisam saber o que falam antes de atacar uma torcida organizada.

Veja bem que um Deputado aproveitou um momento de confusão e liberou aqui o Projeto de Lei nº 1.157, 2016, que é de autoria do Deputado Delmasso – ainda não fomos ao gabinete dele, mas vamos –, que proíbe a entrada de torcida organizada no estádio de Brasília com material, com faixas, com tudo. Eu pergunto: isso é solução? Acredito que não. Se ele tira o direito de um torcedor organizado, pai de família, trabalhador, que nunca foi preso, mas que é tratado como bandido sem ser, de ir ao estádio com sua camisa, eu acho que ele está incentivando também a violência.

Acredito que a socióloga – esqueci o nome dela – que lhe passou essas informações tenha como base também – ela deve ter o maior conhecimento – o fato de que a maioria dos jovens de 13 a 17 anos que procura torcida organizada entra na torcida organizada para ter aceitação em seu meio, no colégio, no grupinho de amigos. Realmente, ele não faz o cadastro porque, às vezes, não é autorizado pelas entidades, pelas agremiações.

Isso é psicologia, isso é simples, isso é um estudo feito. Precisamos, de uma vez por todas, aproveitando a Casa e a seriedade do assunto, tratar com mais respeito o torcedor organizado.

A Anatorg está aqui se fazendo presente e sabe do que estou falando, pela luta diária.

Não está dando, Senador, para participarmos de um debate desse tipo e para assumirmos a culpa totalmente de atos de pessoas que, infelizmente, não conhecem a torcida organizada.

É só. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Wallace, como você ainda tem três minutos, eu gostaria de perguntar a você sobre as soluções que você traria. Eu quero perguntar isso. Como legislador, como representante do Distrito Federal, como Senador da República, se eu puder ajudar, eu gostaria de ouvir as soluções, se você as tiver.

Você tem três minutos ainda.

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Bom, as torcidas organizadas, principalmente as que vêm de fora, vêm aqui com a cultura local do Estado. Chegam a Brasília e se deparam com a fragilidade da nossa Polícia Militar.

Eu gostaria de pedir ao Senador – acredito que os amigos frequentam estádio de futebol – que se criasse em Brasília um grupamento especial que cuidasse apenas desses grandes eventos, desses jogos que estão vindo agora para Brasília, o que para a gente é muito importante. Que se dê atenção e qualidade de trabalho para esses profissionais!

No Rio, há o Gepe. Em Minas, há o Choque, e é muito educado o pessoal. (*Risos.*)

Brasília sente essa carência de ter um grupamento especial, com qualidade de trabalho, com garantias de que o policial consiga desempenhar seu papel, trate-nos com respeito e nos dê segurança. A segurança não tem de ser minha, tem de ser do Estado, porque sou um cidadão que saio de casa para assistir a um jogo e que quero voltar para casa.

Então, é isso. Essa é uma das sugestões que tínhamos em vista encaminhar ao seu gabinete, para poder botar isso aí para a frente, para pelo menos tentar fazer isso, não é?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Serão muito bem-vindas as sugestões, Wallace.

Passamos a palavra agora aos organizadores do espetáculo. Primeiro, falará um Secretário de Estado, que representa a Secretaria de Estado de Esporte do DF.

A Leila, como já falei, teve um problema familiar e teve de se ausentar, mas está muito bem representada aqui pelo Luciano Ramos. Ele é o coordenador de administração exatamente dos estádios, onde o espetáculo ocorre. Ele viveu de perto o incidente que houve em Brasília, o que suscitou este debate. Com certeza, ele bem a representa. E o que vemos de espetáculos todos os dias... Estou cobrando dele que dê um jeito lá, junto com o Recena, de mudar a data, porque não podemos deixar de ter o Fla-Flu em Brasília por causa do *show*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Acho que o *show* poderia ser feito na área externa, para nós mantermos o Fla-Flu em Brasília. O meu time ia jogar contra o Flamengo nesse fim de semana em Brasília, mas perdemos o espetáculo Cruzeiro e Flamengo em Brasília para Cariacica também por causa de um *show*. Temos um estádio com 72 mil lugares, e, em Brasília, 54% são da torcida do Flamengo. É a Raça Rubro-Negra, hem? Então, quer dizer, o estádio ficaria cheio, porque o Cruzeiro tem uma torcida muito boa também em Brasília.

Mas o nosso Gamão do Povão também, quando precisa encher, a gente o enche. Não o enche, não? Naquela final do ano passado, a casa estava cheia. Imaginem uma final no Gamão do Povão, em Ceilândia, a maior cidade e a maior torcida do DF. Vamos lotar esse estádio. Não vamos?

Vamos ouvir aqui o Luciano Ramos, Coordenador de Administração do Estádio Nacional de Brasília, em nome da Secretaria de Esporte, da organização dos espetáculos, que falará sobre as dificuldades que temos e dará as respostas às perguntas formuladas.

É a mesma situação: a campainha vai tocar, primeiro, aos nove minutos, quando haverá mais três minutos ainda, e depois quando estiver faltando um minuto. Está bem?

O SR. LUCIANO RAMOS – Está certo.

Bom dia a todos!

É uma honra estar aqui representando a Secretária de Estado Leila Barros neste desafio do Distrito Federal, que agora se torna referência para os grandes jogos, com a realização de jogos aqui no DF.

Agradeço o convite ao Senador Hélio José.

Cumprimento os integrantes da Mesa e as senhoras e os senhores aqui presentes.

Objetivamente, respondendo as questões iniciais que foram apresentadas, eu acompanho o raciocínio do Coronel Amarante no que diz respeito ao cumprimento dos protocolos de recomendações em relação às partidas de futebol. Eu acho que esse é um fator preponderante para registrar as responsabilidades de cada um. Digo que estamos num marco – o registro seria este primeiro marco – para alcançar o aperfeiçoamento da legislação.

Preliminarmente, quero falar uma coisa que nos chamou a atenção ao discutirmos, nesta audiência pública, a questão da violência. Ela não acontece só no Brasil. Nós vimos situações na Europa, onde há segurança pública organizada e segurança privada com treinamento e com instrumentalidade para isso, e, mesmo assim, percebemos que o comportamento de torcidas organizadas do exterior é similar àquele que provocou os incidentes aqui. Às vezes, as pessoas querem imputar uma problemática como se fosse uma coisa local. Isso tem de transcender, porque nós temos de cuidar das soluções nesse sentido.

O segundo ponto é relativo ao cumprimento dos protocolos. No Distrito Federal – posso falar como participante tanto das reuniões quanto do próprio jogo, porque estou presente em todos os jogos –, a Secretaria de Segurança, o Poder Público, o Ministério Público, aqui representado pelo Dr. Bruno, nós temos participado ativamente... Eu tenho sido convocado por S. Exª a Drª Maria Rosinete na Procuradoria, justamente para tratar de todos os assuntos que visam não só à prevenção da violência, mas também a um tratamento digno para o torcedor que adentra o estádio, no que diz respeito à instrumentalidade das coisas que estão ali dentro, à higiene, à alimentação, ao funcionamento. A intenção disso é melhorar.

Quais seriam as sugestões a partir das perguntas? No que diz respeito às responsabilidades dos diferentes segmentos, eu acredito que, dentro da Lei nº 10.671, elas estão bem pontuadas. Acho que só cabe agora, particularmente, algumas pequenas regulamentações, como acontece na Portaria nº 290, do Ministério do Esporte, que diz que o estádio tem de ter alguns laudos, o que é o mínimo básico para a segurança dos torcedores, e uma classificação, se me permitem pontuar, na Lei nº 10.671, para tratar daquele torcedor que tentou se organizar com o Wallace e que foi vetado, mas que, de maneira individual, acessa o estádio para promover baderna.

Acho que a gente precisa alcançar esse cadastro também do torcedor que é habilitado, que vem para a festa e que vem para abrilhantar o espetáculo e do torcedor que não foi recomendado, daquela pessoa que tem um histórico de causar problema. Acho que essa seria uma saída também, para a gente identificar não só quem está querendo fazer o espetáculo, mas também aquele que está querendo atrapalhar. Acho que essa seria uma saída, e poderíamos melhorar. Essa é uma sugestão minha. A integração está acontecendo, a integração entre torcida organizada, Secretaria de Segurança pública, Polícia Militar e agentes do Poder Público na execução.

Em Brasília, neste ano, houve esta situação *sui generis*, que foi a questão de receber jogos do Campeonato Carioca e do Campeonato Brasileiro. Eles foram bem incidentes. Isso mostrou que o Distrito Federal é capaz, sim, de receber esses jogos e de trazer essa hegemonia de segurança.

Acredito que a criação de um grupo especial também seja bem favorável no que diz respeito às forças de segurança. Imagino que estamos no caminho. Estamos, nesta audiência pública, propondo essas soluções, essas sugestões. Nós estamos no caminho, ou seja, não estamos na omissão, não estamos deixando a coisa acontecer como meros espectadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Infelizmente, alguns registros foram realizados. Procede a informação de que, quando houve o incidente no jogo do Flamengo com o Palmeiras, aqueles torcedores não estavam cadastrados. Mas acredito que cada experiência deve se tornar uma lição aprendida. Então, essa integração já está acontecendo.

Partindo agora para a pergunta sobre a torcida organizada tornar-se efetivamente parceira no combate à violência, eu ratifico que a participação da torcida organizada na reunião pré-jogo já é a demonstração de que ela é parceira. Acho que esse tema é superado. Todas as vezes em que nós estivemos presentes ali e em que foram realizadas reuniões no CPRM ou em algum batalhão, o que ficou acordado foi cumprido cabalmente. A vistoria nas entradas de portões, as reuniões, a busca pessoal, a revista, a ausência de materiais dentro do estádio que possam causar danos, tudo isso aconteceu.

Há outro ponto importante também: estariam as penas do Estatuto do Torcedor equacionadas e proporcionalmente distribuídas, ou seria necessário aperfeiçoar? Acredito também numa regulamentação da unidade da Federação, não necessariamente na lei federal em si, mas em alguma instrumentalidade no sentido de se buscar aplicar isso com maior enquadramento efetivamente. Eu não estou falando de prisão, não. Estou falando da possível restrição a assistir ao jogo para aquele indivíduo que tem um comportamento ou uma conduta que vá trazer a violência ou daquela aplicação da pena de multa, efetivamente, quando se demonstrar de maneira inequívoca de que aquilo foi causado unilateralmente ou pelo organizador ou por aquela pessoa.

Acho que a gente está alcançando essa visão, porque é um problema comportamental. Posso dizer que é um crime fenômeno. Quem quiser praticar o mal, estando armado ou não, vai querer fazer aquilo. Então, acho que a gente tem de coibir aquele que quer praticar isso, e não necessariamente tem de haver a vedação da torcida, de parte do evento ou de parte da torcida adversária.

Há outra situação sobre a medida ampla e abrangente no que diz respeito a afetar a liberdade de associação. Acredito que, neste caso aqui da Constituição Federal, existe uma antinomia, ou seja, um choque de interesse público no que diz respeito à vida, e aí a gente pode mitigar a associação nesse sentido. Não estou dizendo que se deve banir, não estou dizendo que se deve acabar com as associações, mas, para cada caso, é preciso verificar o que é melhor na realização daquele jogo. Isso é importante pontuar.

Na questão da resolução do problema, sem banir indiscriminadamente a torcida, também digo que tem de se avaliar o evento em si, o jogo, a realização, o histórico. Nós não podemos chegar simplesmente e falar: "A torcida está banida." Também concordo que quem deve salientar esse tipo de problemática deve ser a integração dos órgãos. E também não é uma decisão indiscriminada, um ato administrativo unilateral. Isso também não pode acontecer. Mas eu acredito que, da mesma forma da pergunta anterior, a resolução do problema é verificar cada caso e, dentro daquilo que ocorreu em cada caso ou da prevenção necessária, estabelecer os protocolos e as recomendações e cumpri-los fielmente.

Houve uma pontuação que o Wallace fez, se ele me permite parafrasear, sobre a questão do planejamento e da execução do jogo não por parte da força de segurança. Mas, muitas vezes, a organização do evento não completa ou não produz aquilo que era necessário ou que foi estabelecido. Isso é bom deixar bem claro. Por quê? Às vezes em razão do público, às vezes em razão das vendas, isso acontece. E, realmente, reduzir logística de evento para poder recuperar custo vai comprometer a segurança do evento. Eu quero deixar isso aqui bem claro, porque, às vezes, a responsabilidade recai sobre a administração do estádio ou sobre a Secretaria do Esporte. Nesse ponto, a gente conta muito com a integração não só da torcida como também da Secretaria de Segurança, mas a gente precisa também contar, Senador, com a presença dos principais organizadores. Eles têm de entender isto também: quando um jogo vem pelo mandante, pelo time, ele cumpre fielmente aquilo que está estabelecido, conforme o que foi estabelecido na reunião pré-jogo, mas, muitas vezes, quando o jogo vem adquirido por um empresário ou por alguém que realmente faz a sua compra, às vezes, o custo representa um fator crucial para ele, e a gente não pode deixar isso mitigar.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO RAMOS – A gente não pode deixar que ele faça isso.

Dando continuidade aqui, entre as medidas que foram mencionadas, as que são relevantes, eu acho que é preciso justamente isto: alcançar a integração de segurança privada. E aí eu não sei – acho que a competência é mais do Ministério Público – se pode acontecer, por exemplo, não só a orientação nos arredores do estádio, pois a própria segurança privada poderia alcançar o estacionamento também, multiplicando pelo menos o quantitativo de observadores de segurança. Ainda que o segurança privado não venha a atuar com poder de polícia – a gente sabe que isso não pode acontecer –, que pelo menos ele venha para inibir ou para ser o orientador ali. É preciso ele estar presente para dizer: "Olha, está acontecendo isso." Isso vai prevenir cambista, vai prevenir animosidades, vai criar uma prevenção maior. A Polícia Militar tem dedicado esforços, mas existe uma questão que a gente alcança dentro da Secretaria de Segurança – e eu a alcanço porque vejo o planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do pessoal de lá – em relação a efetivo: não se pode deixar de policiar a cidade para fazer o jogo. E aí o efetivo realmente... Foi o que o Wallace falou: remuneração, condição, isso tudo. Por isso, deve haver essa integração.

Imagino que, no Estádio Nacional, nós podemos definir agora, como sugestão, um quantitativo de seguranças privados, para que haja pelo menos observadores na área externa, no perímetro em que a Lei nº 10.671 estabelece, porque ao menos nós vamos alcançar a visão de qualquer situação conflagrada ali.

Nesse sentido, a questão dos ingressos numerados – é uma pergunta mais específica para a logística do estádio – está a cargo da produção. É comum o produtor não realizar a venda com ingresso numerado, mas o estádio de Brasília, em especial o Estádio Nacional de Brasília, está preparado, se quiser melhorar o atendimento ao cidadão, a qualidade no que diz respeito ao consumidor, para receber e definir ingressos numerados por setores, por níveis. Esse é um ponto tranquilo para nós hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO RAMOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria, antes de passar a palavra para o Gustavo, dizer que aqui nós temos o Gama, o Gamão do Povão, com a maior torcida do DF. Quero que o Ceilândia bata o Gamão, estou torcendo, mas o Gamão ainda é insuperável, com a Ira Jovem Gama. Mando um abraço a todos da Ira, de Brasília, na nossa cidade querida do Gama. Temos também o Ceilândia; o Atlético Taguatinga; o Sobradinho; o Planaltina; o Guará; o Guaraense – não sei como está essa questão –; o Brazlândia – tenho a honra de registrar que nosso Presidente da Sociedade Esportiva Brazlândia, Moacir Ruthes, está aqui; eu agradeço ao Moacir a presença –; o Santa Maria, que é o time do nosso Presidente da Federação de Futebol, que anteriormente era Presidente do Santa Maria, uma cidade na saída de Brasília, na BR-040; o Paranoá; o Cruzeiro; e vários outros times da segunda e da terceira divisão que fazem o futebol de Brasília, que ainda engatinha, sabe, Gustavão? A participação do Ministério do Esporte, da Caixa Econômica, de nós todos e das torcidas é muito importante, para transformarmos Brasília em palco dos grandes eventos e espetáculos, para darmos uma força para que o futebol de Brasília seja realidade.

Então, cumprimento todos os times de Brasília, todos os presidentes, todas as pessoas, mesmo aquelas que não puderam vir aqui, mas que estão ligadas na fita.

Nós estamos juntos – ouviu, Wallace? – para ajudar, para confraternizar com todas as torcidas.

Depois, no final aqui, vamos tirar uma foto, todas as torcidas juntas, para divulgarmos. E vamos também, se for o caso, ver se conseguimos, desta reunião aqui, com as respostas e com os questionamentos, fazer um *folder*, uma cartilha, para distribuir para as torcidas.

Então, agradeço a todos.

Antes de passar a palavra para o Gustavo, quero registrar a presença também do Subsecretário de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, o Sr. Rodrigo Morhy Peres, a quem agradeço pela presença. O Rodrigo representa a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República.

Passo a palavra para o nosso querido Gustavo Perrella, ex-Parlamentar, Deputado Estadual e Federal do Estado de Minas Gerais. É uma pessoa que conhece muito o assunto porque, desde bebê, frequenta estádios com o pai, que é uma das pessoas que fez um dos maiores times da história, o Cruzeiro, que, por acaso, é o time de futebol da minha paixão.

Então, com a palavra o Gustavo, por favor, hoje Secretário Nacional de Futebol. Ou seja, é uma pessoa que conhece do *métier* no Ministério, fazendo a discussão dessa política.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Bom dia a todos.

Senador, o senhor falou que eu acompanhei o Cruzeiro desde bebê, e desde os 14 anos na arquibancada, ao lado da Máfia Azul. O Bolão e o Tosca sabem muito bem disso, viu, Bruno? Depois pergunte a eles.

Cumprimento o nosso Senador Hélio José, esse grande apaixonado pelo futebol e um grande cruzeirense também. Eu tive o prazer de conhecê-lo, um tempo atrás. Se perguntarmos para ele o time vencedor do Cruzeiro de todas as décadas, ele sabe falar do goleiro ao atacante. Então, é realmente um cruzeirense e, acima de tudo, apaixonado pelo futebol, um defensor do futebol, visto que todos os seus assessores – acho que todo mundo – têm uma parte no esporte, não é, Hélio?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Então, fico muito feliz. E temos essa sintonia muito grande por isso, vinda do futebol e dessa grande paixão, que acho que não é só nossa, mas de todo o Brasil.

Eu queria cumprimentar aqui o Luciano Ramos, Coordenador de Administração do Estádio Nacional de Brasília; o Bruno Osmar, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; o André Gustavo de Freitas Amarante, Gerente de Planejamento da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública; e o Wallace Reis Mendonça, representante das Torcidas Organizadas do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Um cumprimento especial ao Bruno Lana, que é o Presidente da Máfia Azul, ao Gabriel de Palma, ao Pedro Henrique e aos integrantes da Máfia Azul que vieram de Minas para esta importante audiência. Quero cumprimentar o Alex, que é o Vice-Presidente da Anatorg, uma associação que eu fiquei muito feliz em conhecer nesse pouco tempo de gestão que tenho dentro do Ministério – são só três meses, é importante deixar claro isso –, pelos levantamentos de dados que temos feito dentro da Secretaria.

Ontem, eu tive uma reunião com o Alex, da Anatorg, e fiquei feliz com a responsabilidade, com a ciência que ele tem e sobretudo com a visão dele do futebol no País. E das responsabilidades que as torcidas organizadas têm de ter, que o Poder Público e os clubes devem ter. Acho que pelo menos, Alex, teremos oportunidade de escutá-los falar. A Anatorg tem mais de 104 torcidas associadas no País, Senador Hélio, em 14 Estados. Não é isso? Corrija-me se eu estiver errado.

Agora, vou começar falando da importância deste debate. Não é novidade para ninguém que estamos debatendo isso há bastante tempo. Eu tive o prazer de debater na Assembleia Legislativa de Minas, como o Hélio colocou muito bem, naquela época em que resolveram separar as torcidas. Cruzeiro e Atlético tinham que ver jogo de torcida única. E eu, particularmente, achava que o futebol perdia um pouco do encanto, quando se tinha um jogo de uma torcida única. Mas naquele momento achei necessário ser feito.

Então, eu acho que nós aqui não temos que colocar a culpa em ninguém. Este debate é importante para vermos, nos nossos posicionamentos e nas nossas capacidades, o que podemos melhorar para atingir um bem comum. A importância deste debate – o Senador Hélio coloca muito bem isso na sua fala – é para determinar o papel de cada um. Vamos ver em que a Secretaria pode ajudar, não para apontar e dizer que o problema é esse ou aquele. Acho que não. Para o Ministério Público, em que nós podemos contribuir?

O Estatuto do Torcedor foi desenvolvido para isso, não para penalizar ninguém. Acho que se coloca uma dimensão errada do Estatuto quando se divide o torcedor da torcida organizada. Por quê? Todo mundo é torcedor. Então, a torcida organizada tem os mesmos direitos do torcedor. Isso tem de ficar bem claro para todo mundo, para buscarmos os nossos direitos. Então, acho que começa daí.

Nessa conversa que tive com o Alex, fiquei muito satisfeito com isso. Ele falou: "Olha, realmente, as torcidas organizadas têm de se colocar no papel de ajudar a comunidade também, de ajudar os seus integrantes a policiarem melhor." Não podemos generalizar. Esse é um conceito muito errado. Em todo meio, em todo segmento, há isso. Há as pessoas que fazem o bem e as pessoas que fazem o mal em todo segmento, e é papel nosso distinguir essas personalidades.

Vamos lá!

Acho que o André Gustavo Amarante queria citar o marco de segurança. Não é isso? Ele foi feito até na gestão passada. Tenho de até parabenizar o nosso antigo Secretário, o Haman. E foi bem desenvolvido. É um marco de segurança no futebol. Estou colocando à disposição, para conhecimento de vocês, o Guia de Recomendações para a Atuação das Forças de Segurança Pública em Praças Esportivas. Esse estudo foi feito num plano interministerial. Foram convocadas todas as forças de segurança pública: bombeiros, Polícia Militar, Polícia Rodoviária, Guarda Municipal. Então, é um guia de procedimento, e, se a segurança pública dos Estados segui-lo, tenho certeza de que isso será de muita valia para o espetáculo do futebol.

Uma coisa muito importante que o Wallace colocou aqui é o seguinte. Eu tinha até me confundido aqui, porque Bruno falou sobre o Relatório Klein, e eu achei que ele estava falando do Relatório Taylor. Esse é um estudo conhecido que foi feito há bastante tempo, vindo de uma tragédia que aconteceu na Inglaterra. Muitas pessoas aqui não vão se lembrar disso. Houve o desastre de Hillsborough, na Inglaterra, em 1989. Na tragédia, 96 torcedores com idade de 10 a 67 anos foram mortos, na grande maioria por pisoteamento no estádio. Estamos falando de 1989. Em 2016, 27 anos depois, chegou-se à conclusão de que aquela tragédia não foi um acidente, de que o comportamento dos torcedores não provocara a tragédia, conforme haviam apontado as primeiras investigações do caso, e de que, sobretudo, houve uma sequência de erros e despreparo das autoridades e dos policiais. Então, por 27 anos, colocaram a culpa na torcida. É o que você falou: realmente, todos os órgãos têm de estar preparados para lidar com isso. E, depois de 27 anos, foi colocado que o despreparo das autoridades policiais foi o que causou essas mortes, que a situação poderia ter sido regularizada de uma forma muito mais tranquila.

Então, esse marco de segurança é um grande avanço. Acho que temos de debater mais isso. E, depois, Senador, acho que este debate aqui é só o início, não vai acabar por aqui. É uma das primeiras reuniões. Vou ficar muito feliz se eu for convocado novamente.

Eu acharia importante também trazer aqui o Conseg.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.!

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Acho que é um órgão que foi criado para resolver a questão desse guia. Acho que ele pode somar e nos dar muitos novos dados. Acho isso importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu enumerei algumas questões aqui para serem debatidas, e o nosso Promotor Bruno falou do cadastro único dos torcedores. Isso é um debate que vem existindo há bastante tempo. Acho que há mais de 10 anos se fala no cadastro único de torcedor.

No primeiro momento em que cheguei à Secretaria, eu criei um grupo de trabalho, primeiro, para levantamento dos dados do futebol; o impacto socioeconômico; a questão da violência, porque o Ministro principalmente dá uma importância muito relevante ao assunto, que são os direitos do torcedor. Inclusive nós temos dentro da nossa Secretaria uma pessoa que só para defender, enfim, para colocar essas situações.

Então, quero fazer esse grupo que foi criado lá interministerial também e, a partir do momento em que eu tiver esse relatório do mapa do futebol, com as ações que vamos seguir... Porque, como eu disse, são só três meses que estou na Secretaria. Eu faço até questão, Senador, depois eu vou enviar um relatório para você, com a sua grande experiência no assunto, para que nos dê a sua posição também, para criar uma comissão parlamentar aqui, no Senado, com o Senador Romário também, que é um grande defensor da causa, o Zezé Perrella, enfim, existem várias pessoas também na Câmara dos Deputados. Uma pessoa que se destaca muito nessa posição também é o Andres Sanchez, que é um grande defensor do debate, das ideias, que quer o bem do futebol. Então, eu tenho certeza de que a experiência de V. Exª vai somar muito no nosso projeto.

Mas, quanto ao cadastro único, Bruno, eu espero que ele seja assim tão fácil de ser feito na verdade, porque há dez anos se fala nisso e nunca foi feito. Então, esse é o motivo desse grande trabalho que a gente vem fazendo dentro da Secretaria, para tentar achar uma solução.

Eu acho que o Ministério da Justiça é importante. Porque, realmente, se for pensar em cadastro, todo mundo já é cadastrado no País. Por que não se aplica isso no futebol? Eu, particularmente, não sei ainda. Hoje, nós, infelizmente, não conseguimos nem sanar uma das grandes questões que o Senador colocou aqui: não se coloca nem a numeração das cadeiras dos estádios. Então eu acho que, para você mapear, pedir uma identidade para a pessoa que está entrando no estádio, pode ser uma solução – e fique à vontade para você fazer qualquer observação durante o discurso.

Enfim, eu acho e espero que seja bem tranquilo de ser feito, porque é uma das nossas metas dentro da Secretaria, e eu espero conseguir entregá-la na minha gestão.

Uma outra coisa que eu queria falar...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Podemos continuar aqui, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Sobre o trabalho que vem sendo feito, como eu disse, com o Alex, do nosso papel na Secretaria hoje. Hoje nós somos um órgão completamente sugestivo, não é, Senador? Você muito bem colocou que a casa das leis é o Senado Federal, é a Câmara dos Deputados. Nós, como Secretário do Futebol, temos que fazer – e ajudar – a composição de que a lei seja cumprida. Eu tenho certeza de que uma das reclamações – eu acho que eu vou até colocar isso para o debate futuro, que é uma coisa importante – é que as torcidas organizadas se sentem... É difícil a aceitação da punição da torcida. Como a torcida organizada responde pelo crime de uma pessoa? O art. 39, eu acho, é uma das grandes interferências que as torcidas organizadas têm em relação ao assunto.

Eu estou adiantando aqui, porque eu sei que esse debate vai ser muito grande, mas, enfim, a lei existe, e nós temos de cumpri-la. Esse é um assunto. Isso, quando eu estava na gestão do Cruzeiro, Senador, eu achava um absurdo um torcedor jogar um rádio no campo e o clube ser penalizado, perder o mando de campo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Perdemos uma Copa Libertadores.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Então.

Enfim, o clube também, na mesma situação, e que grande parte das torcidas organizadas acha que não deve ser penalizado, assim eu achava naquela ocasião que o clube também não deveria ser responsabilizado.

Mas a questão é que diminuiu a violência. Então, começamos a pensar por outro lado: olha, se a lei é essa, ela tem que ser aplicada, o clube vai ser penalizado, a torcida vai ser penalizada, então por que nós dirigentes e presidentes das torcidas não fazemos um trabalho interno? Acho que isso vem sendo feito, principalmente por todos que estão aqui hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Eu acho que as torcidas aqui estão muito bem representadas, porque só o presidente da torcida ter a preocupação de vir debater o assunto já é um grande avanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Tenho certeza de que avançaremos se fizermos um trabalho e mensurar esse trabalho. Se cada torcida organizada se colocasse assim: olha, meu papel na sociedade é esse, eu consigo fazer isso, vamos fazer isso; o Senador, Ministério Público, Ministério Público Federal: nosso papel é ajudar os integrantes, então vamos fazer esse trabalho.

O meu papel dentro da Secretaria é divulgar esse trabalho. Eu acho que o Estatuto do Torcedor é pouco conhecido pelos torcedores. A partir do momento que o Estatuto for conhecido, as leis vão acabar sendo aplicadas, podem ter certeza disso.

Se um torcedor se sentir lesado porque a Vigilância Sanitária não está de acordo e todo mundo começar a reclamar – hoje nós temos juizados dentro dos estádios em relação a isso –, eu acho que a lei vai começar a ser cumprida. Então, é o nosso papel dentro da Secretaria, eu quero deixar à disposição de todas as torcidas organizadas.

Vou até falar de um trabalho que vem sendo feito, que são os seminários, que eu acho muito importantes, e já convoco todos vocês também.

A Secretaria Nacional de Futebol fez um seminário em São Paulo: "Uma década do Estatuto do Torcedor e violência nos estádios". Depois, em dezembro de 2014, houve um seminário em Belo Horizonte: "3º Seminário Nacional das Torcidas Organizadas". Depois, houve um seminário em Curitiba: "Uma década do Estatuto do Torcedor e violência nos estádios". É a rodada Sul, isso rodou o País. No Rio de Janeiro, houve o Simpósio "Prevenção da violência nos eventos do Futebol". Em João Pessoa, na Paraíba, houve o debate no Nordeste, o simpósio "Prevenção de violência nos eventos de futebol". Em Brasília, nós tivemos, em 2015, dia 11 de setembro, "Futebol em debate no Norte e Centro-Oeste"; em Florianópolis, tivemos "Futebol em debate no Sul", simpósio "Prevenção da violência nos estádios". Em São Paulo, em 12/12/205, o "Seminário Nacional das Torcidas Organizadas".

Isso foi participação da Secretaria Nacional do Futebol com a Anatorg, não é, Alex? Você me corrija se eu estiver falando errado novamente.

Isso mostra a questão da importância que o Ministério dá na divulgação do Estatuto do Torcedor.

Então, mais uma vez, para continuarmos o debate, que acho que não vai parar por aqui, eu sou a favor de cada um olhar o seu papel e ver as nossas melhorias. No longo prazo, nós vamos falar: "Olha, eu tomei essas atitudes dentro da Secretaria para diminuir a violência no futebol".

O Ministério Público virá aqui amanhã e vai falar: "Eu tomei essas atitudes no Ministério, dentro da minha capacidade, para diminuir a violência nos estádios". Todos os órgãos responsáveis e principalmente as torcidas organizadas: "Eu tomei essa atitude dentro da minha torcida. A pessoa que cometeu esse crime, cometeu esse vandalismo, foi expulsa da torcida. Está aqui: ela estava cadastrada, ela foi registrada na torcida no dia tal do ano tal, foi expulsa no dia tal do ano tal, responde um processo por causa disso".

Eu acho que são essas atitudes que separam o joio do trigo. Então, a partir do momento em que todo mundo começar a abraçar a questão e se responsabilizar, cada um na sua dimensão, claro, sem colocar culpa, falar: "Olha, o problema é da polícia", e a polícia fala que o problema é dos torcedores, que não têm a cultura...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – E depois alguém diz que o problema é do Ministério Público, que não toma atitudes. Eu acho que nós vamos continuar nesse mesmo debate e não vamos chegar a lugar nenhum. Então, a partir do momento que cada um se colocar na sua posição e der a sua contribuição, tenho certeza de que nós vamos avançar muito.

Só para finalizar, Senador.

Um dos grandes problemas do mundo no que diz respeito a essa questão da violência acontece na Inglaterra, com os *hooligans*. Então, vamos lá. Qual foi a solução desse problema, com o primeiro-ministro inglês? O que eles fizeram? Exclusão por 5 anos das equipes. Exclusão, 5 anos sem disputar o campeonato, porque os *hooligans*, que eram torcedores... Ou seja, penalizou... É justo o clube pagar por isso? Não, mas resolveu o problema.

(Manifestação da plateia.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Na medida do possível.

(Manifestação da plateia.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Não, gente, vocês...

(Manifestação da plateia.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Calma, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Calma, o Gustavo está fazendo só uma provocação.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Eu quero fazer essa provocação para a gente entrar no debate.

Pode-se falar que não se resolveu, porque é uma questão cultural, mas que houve uma redução drástica do problema, houve, não há como negar. Há dados mostrando isso, e eu espero até apresentar esses dados depois.

E outra coisa: para mim, *hooligan* é criminoso, não é torcedor. Não são torcidas organizadas, é diferente do que temos aqui. Nós não estamos falando das mesmas pessoas. Então, a ação da Inglaterra foi uma ação contra os bandidos naquela ocasião.

É bom separar isso, gente. A torcida organizada é torcedor, assim como eu sou, assim como o Senador é. Então, nós não temos que separar os direitos de cada um nesse assunto. Então, quando eu falo que os *hooligans* foram atingidos nessa ocasião, estou falando de bandidos. Por isso é que houve uma mobilização muito grande. Agora, que houve uma drástica melhora na questão da violência, houve.

Antigamente... Você pega os dados, o Relatório Taylor, o Relatório Klein. Tudo foi feito com pesquisadores, historiadores, porque a violência... Havia a morte de 300 pessoas em todo jogo. É disto que nós estamos falando, nós estamos falando de ações criminosas. Nós aqui não podemos nos comparar a eles. Quando falo "a gente", estou falando como torcedor, assim como vocês são torcedores.

Agora, a minha posição: eu sou a favor da torcida organizada, eu cresci dentro da Máfia Azul. Eu sou a favor de bandeiras nos estádios, sou a favor de torcida, todos se respeitando. (*Palmas.*)

Essa é a minha posição.

Enquanto eu puder, no meu papel de Secretário Nacional de Futebol, contribuir para diminuir a violência, para que as torcidas organizadas realmente se organizem, eu vou fazer o possível para trabalhar em conjunto com vocês. Deixo aqui a minha Secretaria, assim como eu deixei para o Alex, da Anatorg.

Nós vamos fazer, este ano ainda – não é, Alex? –, pretendo fazer alguns seminários para vocês exporem suas ideias. Como o Wallace falou, ele veio para dar uma solução. Eu acho que é esse o caminho em que devemos caminhar, para buscar soluções.

Enquanto a Secretaria puder contribuir, vocês podem contar conosco, porque vocês têm um defensor. Quando falo "vocês", não estou falando só de torcida organizada, estou falando dos torcedores, porque nós defendemos os interesses do futebol; não estamos na Secretaria para defender os interesses do dirigente, não estamos lá para defender os interesses de cada associação, de cada organização das torcidas. Nós estamos lá para defender o interesse do futebol.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – E com todas as medidas cabíveis para isso eu tenho certeza de que a gente pode contribuir, na medida do possível.

Deixo o convite a todos vocês para nos visitarem depois. E, principalmente, digo que a organização das torcidas tem de ter uma voz. Alguém tem de falar por vocês. Então, acho importante a criação da Anatorg – Alex, eu te dei os parabéns hoje e vou refazer isso publicamente aqui –, porque eu tenho certeza de que nós temos uma batalha muito grande à frente. E quando eu falo de uma batalha, falo de uma batalha em conjunto. Nós temos de trabalhar em conjunto para solucionar isso, e não separar as posições, as questões, porque, senão, vamos andar para trás.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou registrar aqui a participação de quatro pessoas pelo Alô Senado.

A Geane Miranda, de Minas Gerais, faz a seguinte observação: "Qual a raiz do problema? Onde as leis são cumpridas e criminosos são punidos adequadamente não há margem para a violência, como no Brasil." É o caso dos *hooligans*, como você estava falando. "Entretanto, o problema está nos torcedores? No time? Nas leis ou no cumprimento delas? Falta segurança nos estádios e punição severa? Onde está o problema?" Essa é a pergunta da Geane Miranda, de Minas Gerais.

O nosso querido Marcio de Barros Miranda, também Miranda – a família Miranda está pegando firme aqui –, do Rio de Janeiro, faz a seguinte pergunta: "O torcedor de verdade é aquele que vai apoiar seu time e não incitar a violência nos estádios. Defendo a ideia de que haja uma legislação específica para garantir a segurança durante as competições. Quando as autoridades querem garantir a segurança, como nas Olimpíadas, conseguem". E como na Copa do Mundo também. Não tivemos problema algum.

Nossa querida Bianca Gabriela, do Acre: "Assim como a sua cor de pele não importa, não deveríamos ser julgados/ameaçados/excluídos por causa do time por que torcemos, e começamos por aí. Concordo que quando um torcedor desrespeita o jogo ou até mesmo a outra equipe fisicamente ele deve ser punido". Essa é a posição da menina do Acre, Bianca Gabriela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O nosso querido Sergio Meirelles de Andrade, também do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Prezados senhores, recentes e lamentáveis fatos têm nos mostrado a importância de se proibir de vez a entrada nos estádios de futebol de torcidas organizadas. A maioria desses grupos é liderada por pessoas mal-intencionadas e que visam à violência e à prática de crimes". Essa é a posição dele. Eu não concordo, mas é a posição do nosso querido Sergio Meirelles, do Rio de Janeiro.

O nosso Senador Telmário Mota, de Roraima, fez as seguintes observações, achou que na nossa audiência pública está faltando um representante das famílias das vítimas e da OAB, das famílias que foram vítimas de alguma confusão que possa ter acontecido em estádios por aí. Acho que, na sequência, em uma próxima audiência pública, esta não vai ser a primeira nem a última, esta não vai ser a última, nós podemos tranquilamente convidar um representante da OAB, que acho muito justo, e das famílias que foram vítimas de algum incidente.

Também o nosso amigo Telmário Mota, Senador da República, diz o seguinte: que em cada jogo, deveria haver uma vara de Justiça nos estádios, com competência de julgar e punir os valentões. Essa é a posição dele. Vamos até ouvir, daqui a pouco, o Ministério, que vai voltar a falar, quanto à posição do nosso Senador Telmário Mota.

"Todos os torcedores já estão identificados, pois têm CPF, endereço e carteira de identidade." Isso é o que o Telmário Mota observou, que é Senador aqui desta Casa, não pôde estar aqui porque está havendo eleições municipais nos Estados. Os Senadores estão fora, só está o Cristovam Buarque, que, inclusive, está fazendo uma gravação, fomos agora no seu gabinete, para pegar com ele o apoiamento à realização da nossa audiência.

Vamos passar a palavra para a Anatorg, por cinco minutos. A campainha vai tocar nos quatro minutos, e você terá exatamente um minuto para concluir. É o nosso Alex, da Anatorg, com 104 torcidas organizadas associadas, em 14 Estados brasileiros. Parabéns, meus cumprimentos! Numa próxima audiência, com certeza, convidaremos a Anatorg para participar. Depois, você pode deixar todos os seus contatos.

Alex com a palavra, por cinco minutos.

O SR. ALEX MINDUIM – Muito bom dia para todos; muito bom dia, Sr. Senador Hélio José, nobre Secretário Gustavo Perrella, Bruno Osmar, Luciano Ramos, Wallace, representante das torcidas aqui no Distrito Federal, e André Freitas.

Nós, da Anatorg, não só nos sentimos parte dessa discussão, mas também vemos essa discussão como um bem necessário para que haja melhora não só na infraestrutura, do ponto de vista futebolístico, mas também no trato com as torcidas organizadas. Ao longo da existência da Anatorg, nós desenvolvemos uma série de debates em nível nacional com apoio do Ministério do Esporte, debates que têm surtido efeito não só no sentido de diminuir as ações de violências que envolvem o torcedor organizado ou não organizado, mas também de fomentar o debate dentro dessa temática. Achamos e temos a plena certeza de que o diálogo é o bom caminho e está sendo o bom caminho para amenizar essas nuanças.

O que ocorre é que nós vivemos um processo de criminalização jamais visto na história do futebol no que diz respeito às torcidas organizadas, em que um único ato, distante, muitas das vezes, dos estádios de futebol, torna-se algo muito mais importante do ponto de vista televisivo do que o jogo em si. Nesse sentido, as torcidas têm sido vistas como órgãos que só fomentam a questão da violência, só fomentam a questão da prática de conflitos, quando, na verdade, é o contrário. Nós estamos falando de torcidas que, na maioria das vezes, têm 50, 40, 30, 20 anos de existência, contribuindo com seus respectivos clubes.

Paralelamente a isso, boa parte das torcidas faz o serviço, o trabalho que muitas vezes o Estado deixa de fazer, incluindo o jovem que não só gosta de futebol, mas também busca um meio de interação, um meio de lazer e entretenimento. Choca-me muitas vezes como a imprensa classifica as torcidas organizadas sem conhecer, muitas vezes, suas respectivas sedes, suas características, o que elas fomentam em seus respectivos Estados. A Anatorg vem promovendo esse tipo de debate, esse tipo de discussão, mostrando as particularidades que as torcidas oferecem aos seus associados e aos entornos que cercam muitas vezes essas torcidas.

Nós temos exemplos na cidade de São Paulo, em que boa parte das torcidas não só faz atividades voltadas para as comunidades locais, mas também participa do Carnaval paulistano. Nós temos exemplos no Nordeste ou Norte do País, em que as torcidas, além de participarem, de darem suas contribuições no estádio e nas comunidades locais, também participam de ações culturais de seus respectivos Estados. E isso é de norte a sul.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX MINDUIM – Não pode haver uma dicotomia, no pensar da Anatorg, em que a torcida, pegando como exemplo, no Estado de São Paulo, a Gaviões da Fiel, é vista de uma maneira totalmente criminalizada quando há um fato negativo que envolve o torcedor e é vista de uma maneira totalmente positiva em período carnavalesco. E nós estamos falando da mesma instituição.

Eu quero enfatizar que o grande mal para o aumento da criminalidade juvenil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Interrupção do som.)

O SR. ALEX MINDUIM – ... de leis. Muito pelo contrário, as leis existem. Não é a ausência de identificação do mau torcedor. Muito pelo contrário, esse torcedor é identificado, mas, sim, o bem maior que envolve...

(Interrupção do som.)

O SR. ALEX MINDUIM – ... torcedor organizado e não organizado, que foi a retirada das festas nas arquibancadas do nosso País: a retirada das bandeiras, a retirada das faixas, a retirada das batucadas, a retirada das músicas, muitas vezes, colocou no ostracismo quem gostaria de promover esse tipo de festa, levando uma pequena parcela desse grupo, que não tem mais a oportunidade de expressar o sentimento pelo seu clube, pelo seu time nas arquibancadas, a se expressar de forma negativa nas ruas.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX MINDUIM – Então, nesse sentido, eu fico muito feliz, Senador, porque a Anatorg estará sendo convidada para os próximos debates, mas gostaria de enfatizar algo em relação ao Estatuto do Torcedor. Há outros pontos, eu não quero me estender tanto, mas, primeiro, foi um estatuto desenvolvido sem a presença do torcedor organizado e não organizado. Ele foi imposto.

A segunda questão. O art. 39 simplesmente joga a torcida organizada para o lado criminal da questão. Ou seja, nós da Anatorg defendemos que o indivíduo, sim, seja punido, e não a instituição. Nós não podemos pagar ou assumir o risco de um indivíduo que sai, na maioria das vezes, das regiões periféricas das grandes metrópoles, pratica ato que não tem o aval e muito menos o apoio da torcida organizada, e a torcida organizada seja punida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k. Eu vou ter que concluir agora, porque há um tempo limitado aqui.

O SR. ALEX MINDUIM – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mas você, Alex, será convidado para os próximos debates.

O SR. ALEX MINDUIM – Eu agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos dar cinco minutos para reportar à Mesa. Ouviremos a palavra de cada um por cinco minutos, para as considerações finais.

Passo para o nosso representante da federação de futebol de Brasília representando todas as federações. Quero dizer que sou membro da CPI do Futebol, fui membro da comissão que analisou a nova lei do futebol; daquela medida provisória que inclusive discutiu bastante as questões, e sei da importância de tudo o que vocês estão colocando aqui. Por isso promovi este debate e vamos dar continuidade. Vamos organizar as cartilhas e trabalhar – não é, Gustavo? – em parceria com todos os setores.

Vamos ouvir aqui a federação, rapidamente, por até cinco minutos, tocando a campainha nos quatro minutos. Depois repasso a palavra para a Mesa.

Sr. Neymar...

O SR. RICARDO LEAL – O senhor não vai abrir para a assistência?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É porque não tenho como, por causa da limitação de tempo. Nós temos uma regra, na Casa, de que só podem falar, nas audiências públicas, os Senadores. Eu abri para esses dois porque, primeiro, acho que seria uma falta de cortesia. Vocês escolheram Wallace para representá-los, mas a Anatorg, que representa todo mundo, não poderia ficar sem usar a palavra. Outra, que o presidente da federação iria compor a Mesa, mas não veio. Por isso estou dando esses cinco minutos para a federação do DF, que representa todas as federações que organizam o espetáculo.

Para mim seria um prazer, mas é... Só para eu ter uma ideia aqui, temos a Mancha, a Ira, a Máfia e a Rubro-Negra. Só essas quatro torcidas organizadas nós temos aqui hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ainda temos a Independente, de São Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, não há tempo e condição, até porque o Gustavo, cuja participação é fundamental para o processo, tem um voo daqui a pouquinho e terá que sair. E eu não posso deixar que o Gustavo não ouça as réplicas do Ministério Público, da Secretaria de Segurança e do Wallace representando todos vocês. Então, vamos ser ágeis. Neymar, com cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Gustavo quer falar?

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Só uma sugestão, aqui, porque acho importante também ouvir todo mundo que veio. Sugiro fazer um registro de algumas questões, porque dentro desse grupo de trabalho – como eu tinha comentado com o Alex ontem – eu quero ouvir as torcidas. Então, é importante para o Senador também, para os próximos debates, que a gente tenha as dúvidas, as questões, os posicionamentos de todas as torcidas. Se alguém puder anotar e colocar as considerações de cada um, já que, infelizmente, como o Senador disse, nem todos vão poder falar, seria uma medida paliativa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gosto da sugestão. É por isso que o Senado tem uma metodologia para a participação das pessoas tanto aqui como em casa, porque quando o Alô Senado está no ar, se você quisesse fazer todo o registro de suas perguntas, como fizeram outras pessoas, você poderia ter feito. O problema é que o Alô Senado está fora do ar.

Então, aceitando a sugestão do Gustavo, até para enriquecer o nosso trabalho, eu queria pedir que cada presidente ou cada organizador de torcida que está aqui – fiz uma consulta, e parece que há oito aqui – fizessem suas exposições e dessem suas colaborações, que vamos considerá-las registradas nos *Anais*.

Vamos só ouvir a Federação. Está bom?

O SR. NEYMAR FROTA – Boa tarde, Senador!

Boa tarde, Gustavo; Bruno; Luciano; Wallace, representante das torcidas; e Coronel Amarante!

Como o Coronel Amarante deixou claro, a Federação é uma instituição organizadora dos jogos em Brasília.

Eu queria aproveitar esta minha vinda aqui e perguntar: por que o policiamento não pode fazer esse trabalho dentro dos estádios?

Falo do caso do jogo entre Palmeiras e Flamengo. Estou falando só de Brasília. Não vou me estender para o que ocorre no Brasil, estou falando só dos jogos em Brasília, do último episódio que tivemos aqui. Eu estava dentro do estádio. Eu vi o momento em que começou a briga. Não havia policiamento, não havia nenhum policiamento. Dois caras começaram a discutir, e um começou a jogar coisas no outro. A segurança... Sou de torcida organizada, sou da Raça. Está entendendo? Quando aconteceu aquilo ali, não havia ninguém, não havia policiamento nenhum. Começou a briga, e vai, vai, vai, e virou aquilo tudo.

É isto que não entendo: por que hoje o policiamento não trabalha dentro dos estádios? Só trabalha a tropa de choque dentro de campo. Hoje, no caso do Mané Garrincha, tem de se contratar a segurança. Na hora em que é gerado um clima no meio dos torcedores, na hora em que esquenta, ninguém vai respeitar.

Não sei como as autoridades devem fazer isso, mas creio que, se houvesse policiamento, isso inibiria as brigas, essas coisas que acontecem nos jogos.

Em Brasília, hoje, não há policiamento. Acho que, em Goiás, há policiamento dentro do estádio. Em alguns Estados, há policiamento; em outros Estados, não. Não sei por que tiraram isso. Uma das maiores brigas ocorridas no Brasil foi aquela briga com o Vasco, em Curitiba, e não havia também policiamento. Por que os órgãos não resolvem isso?

Era só isso que a Federação tinha de falar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Neymar, Diretor de Futebol da Federação.

Eu queria pedir desculpas a vocês. São oito. Seriam mais ou menos 40 minutos. Nós não dispomos...

O SR. RICARDO LEAL (*Fora do microfone*.) – Senador, se eu pudesse fazer uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu lhe concedo dois minutos. A campainha vai tocar quando der um minuto, e aí você conclui. Vá lá, Mancha Verde! Pode falar, Mancha.

O SR. RICARDO LEAL – Vamos lá! Está solto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Diga só seu nome e meta bronca!

O SR. RICARDO LEAL – Meu nome é Ricardo Leal, sou Presidente da Mancha Verde aqui em Brasília.

Na verdade, quero levantar alguns pontos. Acho que o Neguerê foi bastante feliz na representação.

Quando se fala em violência, as pessoas, muitas vezes, esquecem o significado da palavra e da função de violência.

Quando uma pessoa sai de casa para ir ao estádio com a família, paga um transporte caro, de péssima qualidade, paga um ingresso caríssimo, para ser revistado ao entrar no estádio, e compra uma garrafa de água por R$8, ela já está sofrendo uma violência, está sofrendo diversas violências só de pensar em querer ir para um estádio.

Vou relatar uma situação que aconteceu no último jogo, aqui, Palmeiras e Fluminense: a gente participou da reunião do batalhão, como de praxe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LEAL – Se a torcida vai, com certeza a gente está preocupado, sim, com a segurança. A Secretaria de Segurança Pública não cumpriu os protocolos em momento algum, tanto no jogo contra o Fluminense quanto no jogo com o Flamengo, em que todo mundo acordou com uma situação. O Poder Público, por interesse financeiro do representante, do investidor do jogo, não cumpre nunca. E simplesmente chegou um major, no último jogo entre Palmeiras e Fluminense, e falou: "A gente tem ordem aqui para soltá-los em cima de vocês." Um major! "Meu nome é fulano de tal", e falou isso na frente do capitão. Assim, um clima hostil constantemente. Somos trabalhadores, torcedores, estamos ali porque gostamos e somos apaixonados por aquele clube; temos famílias e queremos voltar para casa como qualquer outro profissional, como qualquer outra pessoa que vai tirar um dia de lazer.

Na verdade, pelo tempo corrido, não vou ter como falar muita coisa. Mas os protocolos não são seguidos; as torcidas organizadas são tratadas sempre como bandidos. E assim: ou Estado ouve...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LEAL – ... a torcida organizada, ou a situação, cada vez mais, vai piorar, não por parte de protagonismo do torcedor, mas por violação de direitos pelo Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. Deixe-me falar com vocês. Todo mundo deve ter recebido o meu cartão, há um *e-mail* do meu gabinete, e eu gostaria que todos os presidentes de torcida repassassem colaborações para esse *e-mail,*até para a gente preparar uma outra audiência pública para dar continuar a essa, que seria exatamente essa fala.

Vou passar aqui a palavra – em homenagem aos meus dois times, Cruzeiro e ao Gamão –, ao meu querido da Máfia Azul. Você fale seu nome, dois minutos, e a campainha tocará quando faltar um.

Vamos lá.

O SR. BRUNO LANA – Bom dia a todos. Sou Bruno Lana, representante da Máfia Azul DF, e gostaria de frisar o que o Wallace falou sobre as reuniões que existem antes dos jogos. Geralmente a PM marca uma reunião um ou dois dias antes dos jogos, e aí, é como ele falou, o jogo sempre acontece aos domingos e esse pessoal que fez a reunião não vai estar presente domingo. Quem a torcida deve procurar nesse caso?

Se você chega a um major e ou a um coronel que está de serviço neste dia, fala o que foi acordado na reunião, ele não está ciente de nada, aí a torcida fica no vácuo. Dentro do estádio a Polícia não está em número suficiente. Na maioria das vezes, joga a torcida organizada lá no superior, dentro de um chiqueiro, sem água, sem banheiro... Eu acho que...

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO LANA – ... nós não somos bandidos, como o Ricardo falou, nós queremos ser tratados como qualquer torcedor comum, que chega, assiste ao seu jogo e volta para casa, para ver sua família.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Passo a palavra para a maior torcida de Brasília, a Ira. Vamos lá, Gama!

O SR. IGOR – Bom dia a todos. Meu nome é Igor, representante da torcida Ira Jovem, do Gama, puxador de bonde. A gente vai falar a respeito também da segurança nossa na ida aos jogos, porque, muitas vezes, é combinado uma coisa, como foi falado pelas outras torcidas, e na hora não é cumprido o acordo.

Todo torcedor, quando sai de casa, quer ter segurança para chegar ao jogo e voltar em segurança para sua casa, e não é dessa forma que está ocorrendo.

A questão de preços dentro dos estádios, dos valores. Para você tomar um refri a R$6, R$7, é muito caro. Já basta o preço do ingresso. O preço do ingresso, querendo ou não, para todos é alto. É o caso de os senhores averiguarem.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Igor, pela objetividade.

Em homenagem ao Brasil inteiro que está nos ouvindo, a maior torcida do Brasil: Flamengo, Raça Rubronegra!

A SRª SANDRA OLIVEIRA – Eu sou Sandra Oliveira, sou da diretoria da Raça. Nós somos uma diretoria de seis pessoas comprometidas com o trabalho de torcida organizada voltada para o espetáculo. Porque quem dá espetáculo nos estádios são as organizadas. É a torcida organizada que dá o diferencial; é ela que apoia o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

time quando ele não está bem. Quando todos os times tiveram momentos ruins e o estádio não estava cheio, quem é que estava lá? O torcedor organizado.

A nossa torcida feminina é forte. Nós vamos com os nossos filhos, com nossos pais, enfim, nós vamos para o estádio. Enfrentamos dificuldades, sim, com o policiamento. Comparecemos às reuniões e estamos aptos e dispostos a sempre colaborar, mas nós queremos respeito com o nosso trabalho como instituição, como pessoas que estão ali para fazer o trabalho em relação ao seu time.

Então eu queria que vocês olhassem para a torcida organizada como vocês olham também, às vezes, para os eleitores, porque na hora de buscar um voto vão bater lá. São representantes do povo e acho que nós, como cidadãos, merecemos ser olhados de uma maneira honesta e com respeito e não como bandidos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Sandra.

Olha, eu fui o Relator, nesta Casa, do projeto do empoderamento da mulher na política e no esporte. Aprovamos esse projeto que é muito importante. Então, parabenizo você pela participação feminina, forte, na questão das torcidas organizadas – vocês e todos que estão aqui. Todas as torcidas têm mulheres, inclusive a Mancha.

Eu queria passar a palavra agora à torcida do Estado de São Paulo, o maior Estado brasileiro, e lamentando a situação em que se encontra hoje a Portuguesa de Desportos, que foi para a série D por causa daquele golpe que aconteceu naquela virada de mesa da CBF. Nós não podemos mais admitir esse tipo de cosia.

O nosso representante da torcida do São Paulo, do Estado de São Paulo, com a palavra.

O SR. GLAUBER ANDREAS – Boa tarde. Meu nome é Glauber Andreas, sou representante e diretor da Torcida Independente do São Paulo.

Só enfatizar o que todo mundo já falou: a comunicação com a polícia, a comunicação com os órgãos representantes não está saindo tudo de acordo. Então, é procurar resolver essa situação para poder melhorar para todo mundo.

É só isso que eu tenho para falar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado pela objetividade, Glauber.

Vascooo! E aí, não pode cair. Se cair, fica difícil. Tem que subir para a primeira.

Vamos lá, um representante do Vasco aí com a palavra.

O SR. ANDRÉ DE BRITO – Boa tarde.

Já que todos já falaram o que eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Seu nome, por favor, e a torcida.

O SR. ANDRÉ DE BRITO – André de Brito, Força Jovem do Vasco.

Já que todos falaram o que eu queria falar, eu vou falar do que as pessoas não estão por dentro sobre as torcidas, vou falar do lado bom do que as torcidas fazem: as campanhas de ação social.

Eu acho que é importante a participação da Segurança Pública, do Ministério Público, dos órgãos competentes que prejulgam as torcidas organizadas como marginais. Eu convido vocês a participarem dessas ações sociais para conhecerem o lado bom das torcidas. Não se pode só ver o lado mau.

Por exemplo, a gente está fazendo agora a campanha das crianças, Mancha Verde, Ira Jovem do Gama e Força Jovem do Vasco, em conjunto, no mês de outubro agora. Na cidade Estrutural, vamos fazer a doação de brinquedos, vamos fazer a doação de alimentos, vamos fazer a doação de roupas, mantimentos, tudo, produtos de limpeza. Eu acho que seria legal esses órgãos participarem dessas ações da gente.

Não estou falando da minha torcida, estou falando em geral. Eu acho que é importante a existência das torcidas para a sociedade. A gente faz companha de doação de sopa, a gente faz campanha do agasalho, faz doação de sangue, faz o Natal Solidário. Então, eu acho que seria mais importante a gente ficar visado nisso aí também. Não que a gente queira aparecer, a gente faz de coração, não querendo aparecer. Então, acho que é importante a participação também de vocês aí, Ministério Público, Secretaria de Segurança.

Até tive um contato com amigo meu que é vascaíno que está com um projeto num batalhão de polícia lá do Guará. Vou me reunir com ele e ver no que a gente pode ajudar, colaborar, junto com a Mancha ou a Ira do Gama.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ DE BRITO – Vamos ver esse negócio do projeto que há lá no batalhão de polícia, com aula de Muay Thai, doação de roupas, de brinquedos. Há um projeto lá, vou conhecê-lo mais profundamente.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigado, André. (*Palmas.*)

Faltam só dois para concluir.

Qual foi a torcida que não chamei aqui ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Qual é o nome mesmo?

O SR. LEONARDO – Boa tarde.

Meu nome é Leonardo e sou representante da Dragões da Real de Brasília.

Como os companheiros já falaram sobre a situação das reuniões, eu queria só deixar uma pergunta para os competentes da Mesa. Por que é tão fácil punir um CNPJ e não um CPF? É só isso, porque a gente está vendo... Esses tempos aí, a Sangue no Goiás foi banida, CNPJ. E por que não punir o CPF? É só isso mesmo. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dragões da Real. É do time do Brasília?

O SR. LEONARDO – Do São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, do São Paulo. O.k.

Contei 8. Só falta 1. Mais alguém quer falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor.

O SR. IAN – Então, me chamo Ian. Sou um dos diretores da Urubuzada Brasília.

Só tenho a dizer que torcedor organizado não é vagabundo, jamais. Temos um amor muito grande pelo time de coração, cada um da torcida.

É o seguinte: cada torcida faz o que pode pelo time, sem violência dentro dos estádios. Sempre a polícia deixa a desejar dentro do Estádio Mané Garrincha.

Não há mais o que falar. Já foi falado tudo.

Uma boa-tarde a todos. Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Ian.

Eu quero passar a palavra, imediatamente, ao nosso representante da Secretaria de Segurança Pública – você tem até cinco minutos, a campainha toca no quarto minuto –, o querido André Amarante, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, em serviço junto à nossa Secretária Márcia de Alencar, da Secretaria de Segurança Pública, a quem mando um abraço, por favor.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO DE FREITAS AMARANTE – Será transmitido.

Todos os que falaram aqui chegaram ao mesmo ponto. A solução seria a educação e a capacitação de todos os atores envolvidos, desde o organizador do jogo aos dirigentes das torcidas, aos comandantes do policiamento, às forças de segurança empregadas, a capacitação de todos, um comprometimento maior na organização, o cumprimento da legislação – se todos cumprirem não vai haver problema – e o respeito de todos. Se melhorar o respeito, nem há por que botar policiamento no estádio. Se todos se respeitaram, não ficarem naquelas provocações... Vai haver provocação, mas, que se mantenha aquela provocação bonita, com a torcida cantando, chamando a outra, tranquila, como nos jogos que a gente vê, sem briga de torcida. Mantendo aquela provocação sem partir para a violência, para a parte física, é tranquilo.

A Secretaria de Segurança está aberta a sugestões, a adequações, com as portas abertas. Quem quiser procurar o gabinete, procure a Gerência de Planejamento. A gente está aberto a qualquer sugestão dos senhores.

Também, na parte do cumprimento, a Secretaria de Segurança, dos últimos dias para cá, aumentou a cobrança na fiscalização. Como os dirigentes dos jogos têm visto, a gente está cobrando aquele *feedback*, aquilo que foi acordado nas reuniões, desde as reuniões de torcida organizada, como na organização para dar início ao jogo. A gente está cobrando que até o final, até acabar o jogo, seja cumprido tudo o que foi acordado. Não sei quem citou isso aqui, acho que foi o Luciano, a gente acorda, faz a ata da reunião, mas, na hora do jogo, falta e não dá mais tempo de cobrar. Então, essa cobrança vai ficar mais forte agora.

Agradeço a todos pelo convite.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Coronel Amarante.

Passamos imediatamente aqui, mandando um abraço ao nosso querido Leonardo Bessa, para o querido Bruno Osmar Vergini de Freitas, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), por cinco minutos.

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Aproveitando o encerramento da nossa participação, eu gostaria de introduzir, repercutir algumas ideias que já estão em curso em outras unidades da Federação e de ouvir dos membros da Mesa, até do senhor, Senador, alguns pontos que podem vir a contribuir para um estádio mais seguro, com a presença das torcidas organizadas de maneira ordeira, pacífica. Uma delas, que me parece muito interessante, que já ocorre no Rio Grande do Sul, uma iniciativa da Federação Gaúcha de Futebol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

junto com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, do nosso colega José Seabra, que está lá, é a torcida mista.

Também uma solução de tecnologia que está sendo discutida agora, neste momento, no Rio Grande do Sul – tomou a ponta como pioneiro –, é a biometria, para facilitar o credenciamento, a identificação, com reconhecimento facial de todos, inclusive torcidas visitantes, torcidas organizadas. Eu gostaria de ouvir o Secretário e o Wallace a respeito disso. É possível duas torcidas rivais conviverem no mesmo espaço? É isso...

Não? Por quê? É possível?

(Manifestação da plateia.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Mas vocês convivem nos seus bairros, no cinema, no *shopping*. Eu não vejo ninguém se matando. Quando você vê uma camisa que não é da mesma cor da sua, você precisa partir para a agressão? É essa atitude que gera violência. Rivalidade não se traduz em agressão. É respeito.

(Manifestação da plateia.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Pois é. Eu queria ver. Lá, no Rio Grande do Sul, a gente está vendo o torcedor com a camisa do Internacional, vermelha, e, do seu lado, outro torcedor com a camisa do Grêmio. É tão difícil conviver com um membro de outra torcida? Vamos ver. Eu queria ouvir por que é impossível isso, se é impossível.

E uma última questão que eu queria levantar, que é muito controversa, é a questão do álcool, do consumo de bebida alcoólica dentro dos estádios.

(Manifestação da plateia.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Pois é.

Coronel Amarante, que é nosso parceiro, excelente profissional; Secretário, eu gostaria de ouvir uma posição de vocês. Nós sabemos que o álcool... Infelizmente, nós vimos agora, na Eurocopa 2016, com 96 mil agentes de segurança pública que foram colocados na França, o caos que foi nas ruas, nos estádios, em função do consumo de álcool. É um sinal claro. Há iniciativas em curso, de liberação, em vários Estados. Há uma discussão no Supremo, já, contestando uma lei estadual da Bahia. E dentro da Europa, civilizada, com recursos financeiros muito maiores do que os nossos, com educação distinta...

(Soa a campainha.)

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – ... viu-se o que se viu: barbárie nas ruas por consumo de álcool.

Eu queria repercutir, Senador, junto aos outros membros da Mesa, esses três pontos que acho relevantes, para acrescentar ao debate.

Eu gostaria, finalmente, de agradecer a presença, saudar e cumprimentar todos os outros membros da Mesa e vocês, das torcidas organizadas, que queremos como parceiros, como interlocutores. Vocês são bem-vindos nos estádios aqui, no DF, e tenho certeza de que em todos os outros, desde que se comportem como se espera de qualquer cidadão de bem, de maneira ordeira, civilizada, com respeito ao próximo, mesmo a um rival.

Então, eu já encerro minha participação. Agradeço novamente. Vamos repercutir, então, aqui os pontos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de mandar um abraço ao Leonardo Bessa, agradecer sua participação. E nós vamos continuar o debate, vamos ter outra audiência pública daqui a dois, três meses. Como eu disse para o Gustavo aqui, vou receber a colaboração de cada um de vocês, para irmos para outra pauta, colaborar, dar sequência a esta pauta, na verdade.

Passo a palavra para o Wallace. Ele até iria fazer uma questão de ordem, perguntou se poderia, mas é que há uma regra de procedimento. Você tem liberdade, em seus cinco minutos, para colocar...

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Eu fico até sem palavras para responder ao Promotor.

Promotor, só uma pergunta: quando o organizador do evento falha conosco, o torcedor organizado, que é o maior culpado da violência, quem nós devemos procurar?

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Você pode procurar o Ministério Público, você pode procurar a Secretaria de Segurança Pública. Aliás, você já nos procurou. Você mesmo já participou de reuniões conosco. Participou ou não participou?

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Participei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS – Não houve interlocução? Nós não ouvimos seus problemas? Colocou suas questões. Não foi tudo ajustado? O Coronel Amarante está aí. Eu me lembro, você mesmo já participou de várias reuniões comigo, não foi só de uma.

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – Concluindo: não houve resultado algum.

Vasco e Vila Nova. Nós ficamos em uma área do estádio que não tinha banheiro, não tinha alimentação e não tinha água. Eu propus à minha torcida sair do estádio e ir à delegacia registrar uma ocorrência, e fui impedido pela Polícia Militar.

Como eu ia fazer um discurso de não ataque, eu queria encerrar este assunto respondendo a ele e pedir ao Senador e ao Promotor que se crie um mecanismo dentro do estádio, através de um JECrim, alguma área que possa nos atender imediatamente na hora da partida, não amanhã ou depois, porque entra no esquecimento, pela tal fé pública que eles falam que eles têm. Eu acredito na fé pública, eu acredito que tem muita gente de boa intenção que queira nos ajudar, mas, infelizmente, algumas pessoas nos atrapalham em relação a isso. No dia do jogo, ter um espaço em que eu possa pegar o meu ingresso e ir lá reclamar de não ter um banheiro, de não ter água, de não ter alimentação.

Outro ponto que eu queria registrar é que não existe, não é questão de violência, não é cultura nossa,... É impossível... Eu acredito que você possa tomar uma cervejinha no estádio, não faz mal a ninguém. Eu acredito que haja respeito com o próximo. Havendo respeito e a inteligência de que se houver violência afasta a família do estádio, podemos inibir muita coisa. Quem acabou com a violência – o Alex pode me corrigir também – não foi ninguém, nenhum agente público que lá foi, chamou e conversou. Não. Foram as próprias torcidas organizadas que se reuniram e acabaram com a violência. Não existe ajuda de ninguém. (*Palmas.*)

Entendeu?

Da mesma forma que nós temos capacidade de reunir aqui todas as torcidas, inclusive há torcidas aqui até rivais, a mesma capacidade que temos de nos reunir para fazer um debate educativo de qualidade, podemos, sim, ver um jogo um do lado do outro. Menos torcida organizada, porque cada uma tem sua música, cada uma tem sua bandeira, cada uma tem seus cantos. Então, fica meio estranho estar do mesmo lado do outro. Eu acredito que o Del não me emprestaria o bambu dele para eu poder balançar a minha bandeira. (*Risos.*)

Então, fica isso aí. Sem mais, agradeço a todos e registro mais uma vez a iniciativa do Senador. Eu acredito que existam pessoas mais capacitadas do que eu para estar debatendo o assunto, como é o caso da Anatorg e do meu amigo André, que não pôde estar presente.

Em nível de Brasília, também há as outras torcidas que não estiveram presentes. Mas aqui em Brasília existe falha. Existia uma liga há muitos anos e ela vai voltar. Conversamos ontem que essa liga vai voltar...

(Soa a campainha.)

O SR. WALLACE REIS MENDONÇA – ...e nós, em conjunto com todas as lideranças de torcida, vamos apresentar uma pauta bacana. Convidaremos a Polícia Militar e o Dr. Bruno, Promotor, para conversar com a gente mais vezes, porque só com informação da Globo... Não tem como tirar como base e fazer pesquisa através da Globo, porque todos nós conhecemos a Globo.

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Wallace e à Anatorg pela presença, bem como todas as torcidas, evidentemente.

Vamos passar a palavra para o nosso querido representante da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, Luciano Ramos, coordenador de administração do Estádio Nacional de Brasília que precisa cada vez mais receber espetáculos.

Quero falar que eu estava no dia do jogo Flamengo e Palmeiras, quando houve o incidente, e, sinceramente, de onde eu estava, nem vi que poderia ocorrer a situação que houve. Foi lamentável. Mas é totalmente possível organizar.

Eu me disponho, Wallace, a apresentar o PLS obrigando a Secretaria de Segurança Pública, em cada estádio de futebol, a colocar uma delegacia para registrar os eventos e acompanhá-los. Podemos apresentar esse PLS, sem dúvida. Pode me procurar, procurar o Del, que é da turma de vocês e está trabalhando comigo. Se não estiver, a gente coloca. E incluir também alguns aperfeiçoamentos.

Sinceramente, acho que poderíamos ter duas áreas... Três áreas, na verdade. São jogos do A, do B e do C? O A contra o B. Uma área para a torcida organizada do A, uma área para a torcida organizada do B e uma área C que seria dos mistos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois é. Então, são coisas que podemos tentar melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Vamos ouvir Luciano Ramos, por cinco minutos. A campainha toca faltando um minuto.

O SR. LUCIANO RAMOS – Obrigado, Senador.

Em relação ao assunto do álcool, eu não vou fazer juízo de valor porque acontecem incidentes em estádios que têm venda de bebida alcoólica autorizada e aqui no Distrito Federal não tem essa autorização de venda, mas também aconteceu incidente. Então, acho temerário dizer que sim ou que não. Essa é uma discussão. Salvo engano, há um projeto na Câmara Legislativa do Distrito Federal que trata da venda. Eu não sei em que pé está essa autorização. Mas prefiro me abster dessa posição, porque estamos lá para fazer o espetáculo. Então, da forma que vier deliberado, que for decidido, não só a Secretaria de Esporte, mas o Estádio Nacional, vão formatar.

Quero ratificar o dito em relação ao cumprimento dos protocolos, porque falei no âmbito geral, e especificamente para o Estádio Nacional nós sempre fazermos abertura de portões, montagem de logística para as torcidas conforme o estabelecido na reunião de segurança pública. Então, isso é muito importante para colocar.

Eu ouvi aqui o Wallace e mais alguns falando sobre a questão de banheiro e de alimentação. É importante frisar que, no estádio nacional, é formatada a abertura de seus portões. Vou falar especificamente sobre isso, porque controlamos isso lá. Essa mobília de insumos fica a cargo do organizador. Não me estou desviando da culpa, não. Mas é preciso chegar para mim, como coordenador, nas reuniões, em especial, o fato de que, naquele setor da organizada, não foram disponibilizados banheiro ou alimentação. Fizemos algumas vistorias. O próprio Dr. Bruno esteve lá. Nós passamos em diversos locais. Não sei se isso se deu num jogo específico. Mas nós queremos é minimizar ou até mesmo dissipar essa questão. Isso a gente precisa solucionar, porque é necessidade básica do ser humano beber água, usar o banheiro. Isso a gente precisa atender, o.k.? Realmente, isso não chegou para mim, mas a gente se coloca à disposição para atender a isso, porque essa é responsabilidade minha. Eu, como representante do Estado nessa camada, preciso exaurir essa questão.

Agora, é bom colocar essa questão do organizador, a respeito de alimentação e de tudo, porque a gente disponibiliza todos os bares. Então, se ele não coloca nada da organizada, a gente tem de buscar cobrar dele.

Eu queria fazer um desafio também para as torcidas organizadas. Quando ouço a discussão, o *brainstorming* de que as torcidas adversárias não podem ficar juntas, eu até entendo. Mas eu queria lançar um desafio, porque eu me assusto quando recebo da Secretaria de Segurança a determinação de colocar três locais para dois times, para haver duas torcidas organizadas do mesmo time.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Do mesmo time?

O SR. LUCIANO RAMOS – Do mesmo time.

Não estou falando isso como crítica, estou falando como desafio. Entendeu? Se são de times adversários, entendo perfeitamente, mas, se são do mesmo time, para mim a logística fica...

É um desafio, uma proposta de solução que também lanço para vocês. Não estou querendo arrumar um problema aqui. Mas, da mesma forma com que somos cobrados, temos de ter essa iniciativa. Sugiro só que, na próxima audiência, façamos essa discussão e tratemos desse assunto. O.k.?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Luciano e o cumprimento.

Mando meu abraço para a Leila. Fale para ela que a estou aguardando aqui, para discutirmos a questão das emendas parlamentares, para ajudarmos a nossa Secretaria de Esporte.

No nosso Gamão, temos de melhorar o nosso teatro. Caiu o teto. O nosso estádio tem de ser devolvido cada vez mais para a nossa torcida. Não é isso, Ian?

Vamos passar a palavra para o Gustavo, que vai ser o último orador. Depois, vamos concluir.

O Gustavo está com a palavra. Ele é nosso Secretário Nacional de Futebol.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Obrigado, Senador.

Bom, eu acho que o primeiro debate nós colocamos aqui. Ainda falta muito assunto a ser discutido. Mas o que ouvi aqui é o que a gente estava conversando anteriormente, é o que eu tinha falado anteriormente: cada Estado dispõe de uma lei. No Estatuto do Torcedor, há uma ponderação – eu estava falando sobre isto com o Dr. Bruno aqui – que diz do Juizado do Torcedor.

Wallace, quando você se sentiu lesado, quando a torcida se sentiu lesada, você foi procurar a delegacia. Acho isso louvável. Eu lhe dou até os parabéns por isso. A partir do momento em que cada torcedor se sentir lesado no seu direito... Por isso, eu falo que o Estatuto do Torcedor tem de ser divulgado, tem de ser conhecido por todos os torcedores, para eles saberem dos seus direitos.

Então, esse Juizado do Torcedor existe em vários outros Estados, em Minas Gerais, por exemplo, no Rio de Janeiro, em São Paulo – não é isso, Dr. Bruno? –, em Pernambuco, no Ceará. Enfim, acho que, em Brasília, esse é um desafio a ser criado. É uma excelente sugestão. Brasília é um caso peculiar, porque aqui há diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

torcidas organizadas de diferentes clubes, diferentemente de Minas Gerais, por exemplo, em que há três clubes com várias torcidas.

Mas aqui nós temos grandes times do Rio com representação, grandes times de São Paulo com representação, grandes times do Distrito Federal com representação. Então, é um desafio muito grande que o Distrito Federal tem, mas eu vejo o empenho, principalmente do Senador Hélio José, que é um grande defensor da causa, é um grande amante, acima de tudo, do esporte, da qualidade de vida; sabe o bem que o esporte faz para o cidadão. Quero destacar aqui a palavra do André, que é da Força Jovem do Vasco. Ele captou bem, eu acho, aquela minha primeira fala. Tem de ser muito divulgadas as ações das torcidas organizadas, principalmente para acabar com esse estigma. Eu acho que só assim a gente consegue tirar esse estigma de que a torcida organizada é marginalizada.

A partir do momento em que você começa a declarar as suas ações – o André colocou muito bem aqui –, o trabalho social que a torcida fez, isso tem de ser divulgado para todo mundo. Eu acho que, a partir do momento em que todo torcedor conhecer o seu direito como torcedor e saber que as torcidas organizadas – porque para as desorganizadas realmente tem de haver punição para elas – podem se adequar, se mostrar no papel social, com responsabilidade social acima de tudo, nós vamos ter um grande avanço na causa.

Fica aqui, mais uma vez, a Secretaria Nacional de Futebol à disposição de todos vocês, no que a gente puder contribuir com a discussão, Senador. Fico muito honrado pelo convite, por estar aqui representando o Ministério do Esporte, lembrando também que o nosso Ministro é um grande desportista, defensor da causa, está sempre...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Flamenguista.

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Flamenguista. Está sempre... No Ministério, só tem carioca lá, acho que eu sou o único mineiro que torço para o Cruzeiro. Mas deixo lá à disposição; acho que foi de grande valia esse primeiro debate. Vou sentir um grande prazer em estar aqui novamente para continuar essas discussões, e quero citar aqui que, mais uma vez, eu falo: cada Estado é um caso nessa questão. O Dr. Bruno colocou a questão da venda de bebida alcoólica. Eu não vou aprofundar muito no assunto, porque eu sei que já estamos no finalmente aqui. Mas Minas chegou a uma solução: lá se vende bebida alcoólica no primeiro tempo, até o intervalo, e só nos bares. Então se chegou ao meio-termo para se adequar.

Em relação à questão da violência, eu não tenho os números, eu não tenho certeza se é a bebida alcoólica que causa a violência, isso eu não tenho como mensurar, eu acho que isso são dados que a Polícia Militar...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PERRELLA – Já estou terminando, Presidente.

Acho que a Polícia Militar pode nos dar esses dados, enfim a sociedade civil pode nos informar melhor a respeito disso. Nas Olimpíadas, nós tivemos vários jogos com bebida alcoólica liberada e não tivemos problema; na Copa do Mundo, tivemos bebida alcoólica liberada e não tivemos problema. Enfim, eu acho que é uma questão cultural e é questão de adequação aos tempos modernos. Hoje, se cada um conhecer o seu direito e saber da responsabilidade que é, principalmente, o produto final – eu acho – da torcida organizada, que é contribuir positivamente para o time, eu acho que, quando todo mundo entender bem o seu papel, nós vamos ter um grande avanço nessa questão.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador, pelo seu trabalho no Senado Federal, por essa grande liderança que V. Exª vem prestando; essa preocupação e essa questão de reunir grande parte das torcidas de diversos clubes do Distrito Federal. Eu tenho certeza de que o senhor é um grande defensor da causa e vai poder contribuir muito para o futebol nacional.

Obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, é com muita alegria que pude, hoje, estar conduzindo aqui esta primeira audiência pública quanto a esse assunto, vamos dar continuidade ao trabalho. Eu acho que um PLS sobre o ambiente de segurança a gente pode organizar. Eu acho que a gente pode fazer alguns ajustes no Estatuto do Torcedor depois de um amplo debate com todos os envolvidos. Estou à disposição para isso.

Eu queria convidar aqui para a frente, para tirar uma foto oficial comigo, antes de eu encerrar, o Alex, da Anatorg; o Mancha Verde, o Ricardo, por favor, que falou aqui; o nosso querido da Máfia Azul, Bruno Lana; o nosso querido, da Ira, o Igor, representante da nossa torcida aqui de Brasília; a nossa querida representante da Raça, a Sandra Oliveira; o nosso Glauber, da Torcida do São Paulo – o Glauber já foi? Então alguém do São Paulo venha aqui. Ian, você vai ser chamado porque você falou. Pode vir Ian, da Torcida Organizada; o André, da Força Jovem do Vasco; e o Dragão da Real, que é o Leonardo; o Adriano, da Torcida Organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quero, antes de bater essa foto, dizer que convoco para o dia 4 de outubro, próxima terça-feira, em caráter excepcional, às 11h45min, reunião extraordinária desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de que fazemos parte, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos.

Muito obrigado.

Vamos bater nossa foto aqui agora.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 39 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a **Presidência do Senador Romário**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Hélio José, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Roberto Rocha, Cidinho Santos e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)" **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015** que: "Cria o Estatuto do Cigano." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA). " **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Para tanto sugiro que sejam convidados: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 65 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para apresentar o projeto Aliança Brasileira pela Educação. Para tanto sugiro que sejam convidados: Professor Evandro Neiva – Fundação Pitágoras; Rodrigo Galindo – Presidente da Kroton Educacional; Professor Mozart Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Sena; Professora Alzira Ribeiro de Amorim de Leite – Diretora da Escola Municipal Prof. Visitação (Rio de Janeiro-RJ); Professor Orlando André Almeida Graça – Diretor da Escola Estadual Afonso Pena (Belo Horizonte-MG); e Prof. Cláudio de Moura Castro – Especialista em Educação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 66 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avalia a proposta do Governo Federal de reformar o ensino médio. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes:1. Representante do Ministério da Educação; 2. Priscila-Cruz – Presidente do Movimento Todos Pela Educação; 3. Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE; 4. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; 5. Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; e 6. Representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES." **Autoria:** Senador Telmário Mota e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 67 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências" a ser realizada no próximo dia 23 de novembro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Vital Didonet – Professor, especialista em educação infantil, políticas públicas de educação e dos direitos da criança; Ivone Ferreira Caetano – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Drina Candilis - Psicóloga, Professora Emérita das universidades de Amiens e Paris 7 Denis-Diderot, França; Dafne Herrero - Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 68 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que em aditamento ao RCE 57/2016, do Ciclo de Audiências Públicas sobre as metas do Plano Nacional de Educação e perspectivas da educação no próximo período, dada a edição da Medida Provisória nº 746/2016, seja realizada Audiência Pública para debater as melhorias necessárias no Ensino Médio e sua integralização, para atendimento dos indicadores das Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação que tratam dessa etapa do ensino, quais sejam, atingimento de 85% de taxa líquida de matrículas no Ensino Médio, o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas públicas atendendo pelo menos 25% dos (as) alunos (as) da educação básica, e o atingimento de Média do IDEB de 5,2 no Ensino Médio até 2021. Proponho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

para a audiência o convite aos representantes dos seguintes órgãos e entidades: 1. Ministério da Educação; 2. Fórum Nacional de Educação; 3. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; 4. Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação; 5. União Brasileira de Estudantes Secundaristas; 6. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 7. Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 69 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o programa Escola sem Partido. Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Segunda Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 18.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta de requerimento de minha autoria. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento:

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 67, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências" a ser realizada no próximo dia 23 de novembro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Vital Didonet – Professor, especialista em educação infantil, políticas públicas de educação e dos direitos da criança; Ivone Ferreira Caetano – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Drina Candilis - Psicóloga, Professora Emérita das universidades de Amiens e Paris 7 Denis-Diderot, França; Dafne Herrero - Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Romário

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senadora Fátima Bezerra, com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria também incluir extrapauta dois requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pode ler, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O primeiro, Sr. Presidente, é um requerimento em aditamento a um requerimento de nossa autoria, aprovado aqui, na nossa Comissão, que trata da realização de um Ciclo de Audiências Públicas sobre as Metas do Plano Nacional de Educação e Perspectiva da Educação para o próximo período, dada, Senador Romário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

a edição da Medida nº Provisória 746/2016, medida provisória essa que já está despertando muita polêmica não só pelo seu conteúdo, mas sobretudo por essa proposta estar sendo apresentada via medida provisória.

O fato é que, dada a edição da medida provisória, nós estamos fazendo um aditamento ao requerimento nosso ao Ciclo de Audiências Públicas, para que seja realizada uma audiência pública com o objetivo de debater as melhorias necessárias no ensino médio e sua integralização para atendimento dos indicadores das Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação, que são as metas que tratam exatamente do ensino médio no que diz respeito à questão do acesso, da permanência, a questão da educação em tempo integral etc.

Portanto, é esse o requerimento primeiro que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que em aditamento ao RCE 57/2016, do Ciclo de Audiências Públicas sobre as metas do Plano Nacional de Educação e perspectivas da educação no próximo período, dada a edição da Medida Provisória nº 746/2016, seja realizada Audiência Pública para debater as melhorias necessárias no Ensino Médio e sua integralização, para atendimento dos indicadores das Metas 3, 6 e 7 do Plano Nacional de Educação que tratam dessa etapa do ensino, quais sejam, atingimento de 85% de taxa líquida de matrículas no Ensino Médio, o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas públicas atendendo pelo menos 25% dos (as) alunos (as) da educação básica, e o atingimento de Média do Ideb de 5,2 no Ensino Médio até 2021. Proponho para a audiência o convite aos representantes dos seguintes órgãos e entidades: 1. Ministério da Educação; 2. Fórum Nacional de Educação; 3. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; 4. Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação; 5. União Brasileira de Estudantes Secundaristas; 6. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 7.Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Não havendo óbice, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O segundo, Senador Romário, é para que esta Comissão possa dar continuidade ao debate sobre o projeto de lei, inclusive tramitando aqui no Senado também – há um na Câmara, mas há um aqui no Senado também –, que trata da escola sem partido. Até porque recentemente nós tentamos realizar uma audiência pública aqui, e terminou não tendo condições de a audiência ser viabilizada.

Segundo, julgo necessário que esta a Comissão de Educação do Senado, a exemplo da Comissão de Educação da Câmara, que hoje, inclusive, está realizando o terceiro debate sobre o tema escola sem partido, paute esse tema. O tema está despertando muita polêmica, Senador Romário.

Quero, inclusive, solicitar que seja inscrito aqui, nos *Anais* da nossa Comissão, uma nota de solidariedade que eu, sábado, divulguei em solidariedade aos professores, estudantes e gestores do NEI, que é a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma escola que é referência em todo País não só pelo excelente ensino que eles oferecem na educação infantil e no ensino fundamental, mas também porque é uma escola que se tornou referência no País no que diz respeito à política de formação inicial e continuada. Essa escola, inclusive, tem sido premiada.

Pois bem. Os professores dessas escolas, junto com os gestores, foram alvos recentemente de uma série de ataques, dentro dessa onda conservadora, via escola sem partido, sob alegação de que os professores estariam doutrinando os estudantes. Isso já recebeu repúdio de várias instituições no campo da educação pelo País afora. Chegou-se ao ponto de um Deputado Federal do meu Estado entrar com uma ação no Ministério Público Federal contra os professores, quando, na verdade, o que os professores, nada mais, nada menos, estão fazendo, de acordo com a própria LDB, de acordo com a própria Constituição, é exercer a liberdade de ensinar e ensinar à luz da realidade em que o aluno vive. A escola tem toda uma metodologia inovadora, uma pedagogia inovadora, com a participação dos pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Portanto, repito, eu divulguei uma nota de solidariedade e trago esse dado também para fundamentar, Senador Romário, a necessidade, sim, de nós darmos continuidade a este debate aqui, na Comissão. Depois, eu veria aqui, com a Mesa Diretora da nossa Comissão, quais os convites a serem feitos.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
– Nota de solidariedade aos professores e gestores NEI/CAp-UFRN

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 69, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o programa Escola sem Partido. Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra
Não havendo óbice, os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, pediria também a V. Exª que incluísse o projeto de lei que Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2016, de minha autoria, que trata do Plano Nacional da Leitura e da Escrita. A relatoria está com o Senador Paim, que, inclusive, já proferiu seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Na próxima reunião, incluiremos esse projeto. Não está pautado para esta reunião.

Senador Alvaro Dias, deseja usar da palavra?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente Romário, há um projeto de que sou Relator, mas ele exige quórum qualificado. É o item 2 da pauta. Então, não há possibilidade de votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já foi lido. Precisa do quórum de 14 Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Exatamente. Vamos aguardar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 11 de outubro, em caráter excepcional, às 11h45min, reunião extraordinária desta Comissão, destinada a deliberação de proposições.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado a todos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Ainda há tempo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É uma solicitação de dividir, de fatiar o Requerimento nº 66, que é para audiência pública referente à reforma do ensino médio.

Nós entendemos que é...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse requerimento não foi aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Ele foi pautado?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Foi, mas não foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Hoje não foi aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, só esclarecendo: o senhor está falando do requerimento do Senador Telmário?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O requerimento não foi pautado. Foi aprovado agora um, de minha autoria, que trata também da reformulação do ensino médio, mas isso não colide com o do Senador. O meu foi aprovado agora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, ele não foi aprovado porque o Senador Telmário não estava e não está presente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu posso subscrever, se for necessário...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero só esclarecer, Senador Romário, aqui, junto com a Secretaria, que nós aprovamos o nosso requerimento que também trata da reformulação do ensino médio. Nosso requerimento é o Plano Nacional de Educação, o ensino médio e a Medida Provisória nº 746.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª quer subscrever?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu posso subscrever o requerimento do Senador Telmário para ganhar tempo, já que uma reforma por medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 18:

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 66, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para avalia a proposta do Governo Federal de reformar o ensino médio. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes:1. Representante do Ministério da Educação; 2. Priscila-Cruz – Presidente do Movimento Todos Pela Educação; 3. Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE; 4. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; 5. Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; e 6. Representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para a leitura do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Requeiro, nos termos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu não estou com o requerimento aqui, mas a assessoria já vai providenciá-lo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Requerimento do Senador Telmário, que solicita a realização de audiência pública desta Comissão para avaliar proposta, do Governo Federal, de reforma do ensino médio.

Para tratar do assunto ele sugere que sejam convidadas as seguintes pessoas: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Priscila-Cruz, Presidente do Movimento Todos Pela Educação; 3. Representante da União Nacional dos Estudantes (UNE); 4. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); 5. Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e 6. Representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

A justificativa: com essa audiência pública pretendemos discutir a reestruturação do ensino médio que, segundo vários meios de comunicação, será realizada pelo Governo Federal por meio de medida provisória. Contudo, causou-nos estranheza o fato de um assunto tão relevante para o País ser tratado por medida provisória e não por projeto de lei, o que daria oportunidade para uma discussão mais ampla, ouvindo, por óbvio, todos os setores envolvidos na educação, o que elevaria a qualidade da proposta bem como sua melhor executoriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Acreditamos que assunto tão complexo não pode ser tratado sem o aprofundamento necessário, ou seja, de maneira superficial, o que pode levá-lo, ainda mais, à desqualificação. Portanto, queremos ouvir dentre outras indagações se esta reestruturação foi discutida e aprovada pela sociedade educacional. Precisamos saber ainda de onde partiu esta iniciativa, quais as intenções dessa medida, quais os setores que foram envolvidos e quais as vantagens ou desvantagens desta medida para a educação brasileira. E eu sugiro, se me permitem acrescentar um nome, exatamente do autor do projeto, que é do item 2 desta pauta, o ex-Senador Wilson Matos, que é um educador que teria uma contribuição importante a oferecer aos debates.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, subscrever também o requerimento e fazer o aditamento aqui com duas sugestões.

Primeiro, o Fórum Nacional de Educação, porque creio que qualquer debate sobre a educação é pertinente que o Fórum Nacional de Educação seja convidado. E também sugerir um representante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio e da Campanha pelo Direito à Educação.

São essas as sugestões que faço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lembrando, Senador Romário, que o primeiro requerimento, que já havíamos aprovado, versa exatamente sobre a reforma. Mas não vejo problema nenhum: quanto mais debate, melhor. Só lembrando aqui que o primeiro requerimento aprovado foi o nosso, que trata exatamente do debate da reforma do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, quero fazer a leitura do Requerimento nº 66.

O Senador Telmário requer, nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, que na audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, esse que foi feito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Esse foi...

Esse aqui solicita a divisão... Que sejam incluídos os seguintes convidados. Esse já foi aprovado. Ele solicita a divisão em duas audiências públicas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Essa seria a segunda audiência, então, que ele solicita: Simon Schwartzman; Ana Inoue, representante do Itaú BBA; Ricardo Henriques, representando o Instituto Unibanco.

Esse foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, nesse caso seria um novo requerimento. O nº 66 foi aprovado com seis representantes aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Esse foi aprovado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E mais o nome que V. Exª tinha falado...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Esse que o Senador Telmário está solicitando eu estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tem que ser apresentado um novo na próxima reunião.

Faremos assim?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sim, pode ser, para fazer a divisão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso, porque o nº 66 já foi aprovado com os nomes....

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – A intenção do Senador Telmário – eu estou tentando interpretar aqui, de improviso – é separar para que o debate possa ter maior consistência e validade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concordo. Faremos isso na semana que vem. Fora esses seis nomes aqui, virão mais três: o Professor Wilson e mais os dois nomes que a Senadora Fátima Bezerra...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Campanha, o FNE e o Movimento Nacional do Ensino Médio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Muito bem.

Então, mais uma vez, convoco para a próxima terça-feira, dia 11 de outubro, em caráter excepcional, às 11 horas e 45 minutos, Reunião Extraordinária desta Comissão, destinada a deliberação de proposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Um abraço e bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA/2017

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões nº 15 (quinze), da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Roberto Muniz, Telmário Mota, Ana Amélia, Simone Tebet, Otto Alencar, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Cidinho Santos, e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e sua aprovação, com o que todos concordam. Em seguida, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA/2017. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra, passa a palavra ao Senador Roberto Muniz, relator das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA/2017, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes **emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017: Emenda nº 1 – Educação Básica** - R$ 869.000.000 milhões para a ação **"20RP – Apoio à Infraestrutura da Educação Básica"**, na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Regina Sousa, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Marta Suplicy, Romário, Paulo Paim, Simone Tebet, Telmário Mota e Lídice da Mata. **Emenda nº 2 – Educação Profissional e Tecnológica** - R$ 200.000.000 milhões para a ação "**6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica**", na unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Lídice da Mata. **Emenda nº 3 - Cultura** - R$ 405.754.200 milhões para a ação **"8106 – Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial do Audiovisual"**, na unidade orçamentária 42902 – Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Lídice da Mata. **Emenda nº 4 - Esporte** - R$ 650.000.000 milhões para a ação **"5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer"**, na unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, apresentada pelos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Cristovam Buarque, Marta Suplicy, Lídice da Mata, Romário, Simone Tebet e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às doze horas e dois minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 18/2016-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017".

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz para proferir o relatório.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente, com a anuência do Senador Roberto Muniz, eu peço a V. Exª a possibilidade de inversão da pauta, para que eu possa relatar o item 22, Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016, que é não terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Senador Otto, esta Presidência tem toda a disposição de acatar a sugestão de V. Exª, entretanto, esta reunião que estamos realizando agora tem como pauta única e exclusivamente a decisão sobre as propostas à Lei Orçamentária. Nós vamos concluir e imediatamente instalamos a segunda reunião, quando examinaremos a sua sugestão. O.k.?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Presidente.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

Só esclarecendo, esta reunião agora é única e exclusivamente para a Comissão de Educação definir sua posição com relação à proposição da Lei Orçamentária Anual.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, muito obrigado pela palavra.

Eu queria iniciar proferindo o meu relatório.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017".

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 201 (duzentas e uma) propostas de emenda de apropriação no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017. Dessas, 98 (noventa e oito) foram destinadas ao Ministério da Educação, 45 (quarenta e cinco) ao Ministério da Cultura, 31 (trinta e uma) ao Ministério do Esporte e 27 (vinte e sete) a outros órgãos.

Conforme consta da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação. Portanto, apesar de considerar meritórias todas as sugestões oferecidas, tivemos que escolher apenas quatro proposições.

Antes disso, Srª Presidente, eu queria fazer uma breve fala sobre a melhoria dos trabalhos legislativos na nossa Casa. Como estou há apenas quatro meses na Casa, tentei buscar, no passado, quantas emendas tinham sido apresentadas no ano de 2015 pelos nobres Senadores e vi que foram colocadas quatro emendas no valor de R$2,180 bilhões. E fiquei surpreso, porque, ao ver a efetivação da recepção do Orçamento, Senadora, apenas R$21 milhões foram acolhidos.

Ou seja, Senador Anastasia, nós estamos aqui diante de um Brasil fictício. E nós temos avançado muito nas discussões nesta Casa sobre a importância do Orçamento, da peça orçamentária. Então, nós precisamos, depois, fazer um debate dentro da Casa sobre se continuamos trabalhando com esses valores irreais, fora da realidade dos números e da vida das pessoas, ou se fazemos essas peças de ficção, que não mudam em nada o dia a dia, o cotidiano dos brasileiros. Então, nós apresentarmos R$2,180 bilhões, e serem receptados pelo Relator apenas 21 milhões é uma peça de ficção. Nisso eu não quis romper a tradição, mas quero deixar esse alerta, porque, assim como neste caso, em outras Comissões também tem sido feito dessa maneira. Eu acho que nós deveríamos revisitar essa forma de colocar as emendas, principalmente das Comissões, para que pudéssemos ter um acompanhamento melhor no futuro.

É claro que o desejo dos Senadores e desta Casa é sempre ampliar o olhar pelas mais diversas atividades que o Orçamento comporta, mas acho também que, se não houver certa realidade nessas propostas, nós começaremos a fazer um retrabalho e a fazer da nossa peça orçamentária algo muito longe da realidade dos brasileiros, entendeu, Senador Otto?

Então, eu queria só fazer essa reflexão, Presidente, porque tivemos o trabalho de diversos assessores dos nossos gabinetes, e fica um pouco difícil escolher quais são essas emendas até por esse desvirtuamento na escala dessas emendas.

Para a escolha das propostas, eu quis fazer uma coisa um pouco articulada que eu queria trazer aqui para os nossos pares. Foquei na discussão dessa nova escola que está sendo debatida neste momento no Brasil. Essa escola que deve atrair o desejo do aluno para participar do seu dia a dia, com a construção de novas oficinas, de novos laboratórios, e para que essa escola, principalmente do ensino médio, possa olhar esse mundo contemporâneo do trabalho e as novas profissões ligadas ao setor de arte, ao segmento da tecnologia da informação. Quero propor que tenhamos uma articulação com esse olhar dessa nova escola para atrair a família, a comunidade, construindo um ambiente mais contemporâneo e inspirador, na esteira da proposta da MP 746 e também dessa discussão que o mundo acadêmico está tendo para tornar a escola mais atrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nessa mesma linha, a educação profissional também deve incentivar a produção e o conhecimento. Portanto, deu-se especial atenção ao empreendedorismo e à inovação, possibilitando que algumas emendas sejam levadas à construção e à constituição de incubadoras de empresas júnior para fazer a ponte entre a educação profissional e o mercado de trabalho.

Por fim, destacamos o papel da cultura e do esporte, na terceira e na quarta emenda, como incentivadores e desenvolvedores de cidadãos completos, criativos e aptos a enfrentar o desafio. Por isso, na questão da cultura, nós colocamos como prioritários, junto com o apoiamento de diversos Senadores, projetos focados na área audiovisual, que são capazes de atrair os jovens nesse novo mundo digital em que estamos vivendo, Senador Anastasia, para que, através desse mundo digital, eles possam ampliar a visão da cultura no nosso País. Então, é um trabalho em que essas emendas conversam, buscando esse olhar para a nova escola e para esse novo mundo do trabalho, Senadora Marta Suplicy.

No esporte, propomos acatar a emenda que estabelece a possibilidade da construção de novos espaços para a prática esportiva, já que, no esporte, ainda não se tem esse olhar para a visão da tecnologia suportando esse desenvolvimento esportivo dentro do nosso País.

Diante dessa perspectiva, que forma um todo coerente, acolhemos uma proposta para a educação básica, uma para a educação profissional e tecnológica, uma para a cultura, e uma para o esporte.

Na educação básica, decidimos reforçar com R$869 milhões a ação "20RP – Apoio à Infraestrutura e Educação Básica", que abarca as propostas de diversos Senadores, como: Regina Sousa, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Senadora Marta Suplicy, o próprio Senador Romário, Presidente desta nossa Comissão, Paulo Paim, Simone Tebet, Telmário Mota e Lídice da Mata.

Já na educação profissional e tecnológica, resolvemos aceitar a sugestão dos Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Lídice da Mata, na forma de uma emenda que consigna R$200 milhões para a ação "6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica".

Para a cultura, indicamos alocar mais R$405,7 milhões para a ação "8106 – Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial do Audiovisual" a partir das propostas dos senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Lídice da Mata.

Faço aqui um adendo. O nosso Senador que está licenciado, Senador Walter Pinheiro, foi autor e relator de uma lei que criou um novo momento no audiovisual brasileiro. Então, quero só ler aqui um parágrafo com os dados da Ancine, para que a gente veja o quanto isso foi importante e o quanto se conversa com esse dinheiro que nós estamos alocando lá nesse fundo.

Dados da Ancine (Agência Nacional do Cinema) mostram que o Brasil teve um crescimento de 42% no setor de audiovisual nos últimos anos. A participação do segmento na economia, Senador, passou de 0,38% para 0,54% em 2014. O estudo divulgado no mês de outubro pela Agência mostra a importância da nova legislação. Em termos de valores, traz as seguintes cifras: foram R$8,7 bilhões em 2007, contra R$24,5 bilhões no audiovisual em 2014. Grande parte desse crescimento vem da TV, tanto aberta quanto paga, na produção desses documentários, filmes e projetos audiovisuais. O jovem está atraído pelos *games*, por fazer essa produção audiovisual, e com uma coisa muito importante, Senador Otto: esse crescimento não se deu só no Sul e no Sudeste. Pela primeira vez, uma proposta alcança também o Norte e o Nordeste, fazendo também com que a cadeia audiovisual seja desenvolvida em todos os Estados brasileiros.

Finalmente, no esporte optamos por acolher a proposta dos senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Cristovam Buarque, Marta Suplicy, Lídice da Mata, Romário, Simone Tebet e Hélio José, que reforça com R$650 milhões a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer".

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das seguintes emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017:

a) R$869 milhões para a ação "20RP – Apoio à Infraestrutura da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação;

b) R$200 milhões para a ação "6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica", na unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação – MEC.

c) R$405,7 milhões para a ação "8106 – Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial do Audiovisual", na unidade orçamentária 42902 – Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura; e

d) R$650 milhões para a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte.

Esse é o meu relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o Senador Roberto Muniz pelo bom relatório que fez. Inclusive peço que fique consignado no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

relatório que também apresentei sugestão para a educação básica e para a educação profissional, emendas que V. Exª acatou.

Quero fazer uma solicitação à Comissão, considerando, repito, o bom relatório que o Senador Roberto Muniz fez, que contempla o debate nesta Comissão e as nossas prioridades, na medida em que ele destinou emenda desde para a questão da educação básica, passando pela educação profissional e tecnológica, uma emenda para a Cultura e uma emenda para a área de esporte, até porque lembremos que esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, portanto, ela tem o dever e a obrigação de dar a sua contribuição do ponto de vista do fortalecimento orçamentário dessas diversas áreas.

Então, considerando o bom relatório do Senador Roberto Muniz, que reflete, repito, a maioria das sugestões apresentadas pelo Colegiado e, por outro lado, que o Congresso, Senador Anastasia, já está sendo convocado e, se houver quórum, inviabilizará a nossa reunião, diante desses dois argumentos, gostaria de fazer o apelo para que nós passássemos à fase de votação do relatório de S. Exª imediatamente. Pode ser?

Então coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria segue agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agora vamos dar continuidade aos nossos trabalhos instalando...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a reunião extraordinária destinada à deliberação de proposições.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Fátima Bezerra, eu sei que o nosso Senador Otto Alencar fez uma solicitação de inversão de pauta. Eu ia fazer essa solicitação logo na abertura desta reunião...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É o Item 20. E justifico por quê. Vou a Santa Catarina, acompanhando o Ministro da Integração Nacional, em função do que tem acontecido no sul do Estado e também porque estamos vivenciando, na cidade de Blumenau, a nossa Oktoberfest, que começou no dia 5 e termina no próximo dia 23.

Existe um projeto em tramitação aqui na Comissão que pretende conferir o título à cidade de Blumenau de Capital Nacional da Cerveja. Como nós estamos exatamente neste período, na 33ª edição da festa, eu gostaria de poder ler esse relatório e, logo em seguida, retirar-me para acompanhar o Ministro, já que saímos às 13h e retornamos à noite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador. Sua solicitação será atendida. Eu vou só encerrar a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 41 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e nove minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Romário e Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Regina Sousa, Roberto Muniz, Telmário Mota, Ana Amélia, Simone Tebet, Otto Alencar, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Pinto Itamaraty, Lídice da Mata, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, Wilder Morais, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016** que: "Institui o Dia do Policial Legislativo." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, de 2009** que: "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes (determina aos sistemas de ensino a previsão de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços voluntários prestados por seus alunos)." **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015** que: "Cria o Estatuto do Cigano." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 213, de 2015** que: "Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista." **Autoria:** Deputado Luiz Carlos Busato. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2016** que: "Denomina Ferrovia Doutor José Pacheco Dantas o trecho ferroviário da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, entre as cidades de Natal e Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Deputado Felipe Maia. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos." **Autoria:** Senador Jorge Afonso Argello. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 3-PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2016** que: "Confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja." **Autoria:** Deputado Décio Lima. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2016** que: "Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial." **Autoria:** Deputado Capitão Augusto. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA). " **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Para tanto sugiro que sejam convidados: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 65 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de Audiência Pública para apresentar o projeto Aliança Brasileira pela Educação. Para tanto sugiro que sejam convidados: Professor Evandro Neiva – Fundação Pitágoras; Rodrigo Galindo – Presidente da Kroton Educacional; Professor Mozart Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Sena; Professora Alzira Ribeiro de Amorim de Leite – Diretora da Escola Municipal Prof. Visitação (Rio de Janeiro - RJ); Professor Orlando André

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Almeida Graça – Diretor da Escola Estadual Afonso Pena (Belo Horizonte - MG); e Prof. Cláudio de Moura Castro – Especialista em Educação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 70 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 59/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 13 de setembro de 2016, a inclusão dos seguintes convidados: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; Professor Doutor João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; Professor Doutor Cláudio de Moura Castro - Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo; Professor Doutor Célio da Cunha - Professor da Universidade Católica de Brasília; Professor Doutor Antônio José Barbosa – Professor da Universidade de Brasília; Professor Doutor João Antônio Cabral de Monlevade – Professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso; Informo, ainda, que a audiência pública será realizada no dia 19 de outubro." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 220, de 2016, da Câmara Municipal de São Joaquim da Barra, São Paulo, o qual encaminha o Requerimento nº 127, de 2016, que sugere a extensão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) até o final do ensino médio, incluindo como matéria escolar nas grades curriculares;

- Oficio da Associação Brasileira de Antropologia, o qual encaminha moção de repúdio aos projetos que tratam sobre o programa Escola Sem Partido;

– Ofício da Câmara de Vereadores de São Borja, Rio Grande do Sul; e

- Ofício da Câmara Municipal de Itaqui, Rio Grande do Sul, que manifesta contrariedade ao corte orçamentário na área de educação, o qual trará impactos negativos nas atividades da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Os expedientes se encontram à disposição, na Secretaria desta Comissão, aos Senadores e às Senadoras que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens nº 1 a 27.

Vamos agora, pela sequência, Senador, a duas inversões de pauta, do Senador Otto e do Senador Dalirio. Eu pergunto ao Senador Otto se nós podíamos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Diante da possibilidade de começar agora a sessão do Congresso Nacional, eu devo ter preferência, porque eu argui primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Declino, então, porque infelizmente tenho que viajar. Eu pedi a vênia ao nosso Senador Otto para que permitisse que fizéssemos a leitura, mas, não sendo possível em função dessa preferência, eu declino e deixo para outra data.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu abro mão, então, para que ele possa...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Otto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 20.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2016
- Não Terminativo -

Confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

Autoria: Deputado Décio Lima
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Só vou ler o relatório. É rapidinho. Não vou ler todo o relatório.

É o Projeto de Lei da Câmara Federal nº 39, de 2016, de autoria do Deputado Décio Lima, que foi Prefeito da cidade de Blumenau por dois mandados, que confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

O relatório está incluso. Apenas destaco que a Oktoberfest, uma festa que passou a ser realizada em 1984, além de promover toda uma integração regional, tornou-se uma festa de dimensão nacional e até internacional. Paralelamente à festa da cerveja, ou seja, a repetição daquilo que acontece em Munique, na Alemanha, foram surgindo também atividades econômicas e turísticas de grande expressão para o Estado de Santa Catarina. E surgiram, digamos, também as novas cervejarias artesanais, que passaram a desempenhar um papel importante no desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, mas sobretudo no Vale do Itajaí.

Por isso, nada mais do que justo, segundo o nosso entendimento, que, de fato, se confira à cidade de Blumenau, que tem se espelhado tanto na produção de artigos de grande qualidade, especialmente no que diz respeito a cervejas, buscando toda tecnologia que os melhores países da Europa têm já há mais de 500 anos, para que, de fato, os produtos produzidos em Santa Catarina, em especial na cidade de Blumenau, possam despertar tanto interesse em nível nacional.

Então, pedimos que os Parlamentares que fazem parte desta Comissão, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, possam, de fato, ao votar, conferir esse importante título à cidade de Blumenau. Blumenau foi fundada em 1850, mas já em 1860 nós tínhamos a primeira cervejaria alemã funcionando. Hoje nós temos concursos e, na cidade de Blumenau, o único curso superior em cerveja e malte da América Latina. Ou seja, de fato, Blumenau procurou se esmerar para ser vanguardista em nível de qualidade na produção de cervejas artesanais. Por isso, entendemos que Blumenau se faz merecedora do título de Capital Nacional da Cerveja.

Este é o voto que profiro, enaltecendo a iniciativa do Deputado Federal Décio Lima, que fez essa tramitação na Câmara Federal no ano de 2016.

Eu quero agradecer também ao Senador Otto, por ter me conferido esta oportunidade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu gostaria de dar uma palavra. É uma informação. No Supersimples, foi aprovada aqui na Câmara, foi mantida a inclusão das microcervejarias, assim como de cachaças e vinhos de produção artesanal, essa inclusão que é muito beneficiária aos microcervejeiros também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Boa lembrança, Senadora Marta. Sem dúvida nenhuma, foi uma iniciativa muito oportuna e importante.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Foi certamente importante essa medida, com certeza, vai fomentar ainda mais o crescimento da indústria cervejeira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Fátima, eu queria me abster dessa votação, pedir licença ao nosso Senador de Santa Catarina. Considero sua iniciativa muito positiva para analisarmos numa Comissão de Economia, porque se trata de um polo cervejeiro, tem toda uma tradição cultural nisso. A minha cidade hoje é uma grande produtora de cerveja na Bahia, mas eu me sinto um pouco impedida de votar, porque acho que é contraditório com o tema educacional. Eu acho que uma Comissão de Educação aprovar um título de capital da cerveja não é um símbolo educacional positivo, mas todos os títulos honoríficos vêm para cá, nós temos que fazer isso. Portanto, eu quero apenas me abster, sem nenhum demérito à proposição. Como fui contra que se pusesse nos nomes dos estádios o nome Itaipava e etc., porque acho que não tem relação com o esporte o estímulo à bebida alcoólica.

Obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de me contrapor ao que a querida amiga Senadora Lídice está falando.

Eu não vejo essa relação. Eu acredito que... Não sou adepta de tomar cerveja, mas acho que a Comissão de Educação se pronunciar para que a cidade de Blumenau seja uma cidade símbolo, seja a Capital Nacional da Cerveja... Primeiro, eu só tenho um porquê, ou seja, Ribeirão Preto, no meu Estado, também quer. Mas V. Exª trouxe essa questão antes e por isso acho que aí não há nenhuma discussão. Mas acredito que nós temos que ver de uma forma mais ampla essas questões, senão nós começamos a achar que determinada manifestação cultural pode não ser tão interessante. Acho que devemos levar o politicamente correto além do que precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ser, no meu entender. Respeito a opinião da Senadora, porque geralmente nós combinamos nas nossas posições, mas aqui eu gostaria de dizer que não compartilho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Não é questão do politicamente correto.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A bem da verdade, o consumo de cerveja deve ser sempre controlado e para isso existem as recomendações. Mas a cerveja artesanal é realmente uma bebida bem mais qualificada do que as cervejas tradicionais. Por isso é que Blumenau se destaca hoje até com festivais, com cursos superiores de formação, ou seja, tradições culturais. E é da própria Alemanha, que é o país de onde migraram ou de onde saíram os fundadores da cidade de Blumenau, que veio esse hábito. Na verdade, a cerveja é um pão líquido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não tenho nenhuma contraposição e há especialmente o argumento econômico e cultural. Falo de outra coisa. Mas, como disse, concordo com a aprovação majoritária. Apenas quero me abster em função até de uma convicção de que nós deveríamos proibir a propaganda de bebida alcoólica no Brasil. Essa é a minha convicção. Diferente do que se fala, isso não quer dizer que eu seja contra o consumo da bebida. Mas quero dizer que sou contra a propaganda.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos passar à fase, agora, de votação.

Acho que ficou claro o posicionamento da Senadora Lídice, assim como as considerações da Senadora Marta. É evidente que a Senadora Lídice aqui em nenhum momento está questionando, por exemplo, uma iniciativa muito bem-vinda na lei do Supersimples, relatada pela Senadora Marta, e que foi incluir o fomento, o incentivo à cadeia produtiva da cervejaria, incluindo agora as microcervejarias, como aqui foi mencionado. Isso é uma coisa que a Senadora Lídice deixou aqui muito claro. O que ela está questionando seria a pertinência de uma Comissão de Educação e Cultura se posicionar sobre a matéria. Mas o Colegiado é soberano.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Com a abstenção da Senadora Lídice, aprovado o relatório, Senador Dalírio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Queria agradecer muito aos Senadores e à Presidência e, em especial, ao Otto Alencar, que abriu mão para que eu pudesse ler o relatório e aprovar essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora atender ao pedido de inversão de pauta do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para efeito do Regimento, vou anunciar o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016, não terminativo.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2016
- Não Terminativo -

Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.

Autoria: Deputado Capitão Augusto
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Favorável ao Projeto

Com a palavra o Senador Otto Alencar, para proferir seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, Casa de origem, que eleva o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional.

Na Comissão de Esporte, fui designado para fazer o relatório e apresento aqui o projeto.

De seus quatro primeiros artigos, o art. 1º tem o mesmo teor da ementa, tal como acima transcrito.

O art. 2º determina, por sua vez, que o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, passem a ser considerados manifestação da cultural nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O art. 3º dispõe que são considerados patrimônio cultural imaterial do Brasil o rodeio, a vaquejada e as expressões decorrentes, que constam dos incisos de I a VIII, quais sejam: montarias; provas de laço; apartação; *bulldog*; provas de rédeas; provas dos Três Tambores, *Team Penning*, paleteadas; e outras provas típicas, tais como Queima do Alho e concurso do berrante, assim como apresentações folclóricas e de músicas de raiz sertaneja.

O art. 4º, por fim, estabelece a entrada em vigor da projetada lei na data da publicação.

A proposição foi encaminhada, em caráter exclusivo, para a Comissão de Educação, onde não foram apresentadas as emendas. Após ser apreciada por esta Comissão, será objeto de deliberação do Plenário.

Análise.

Os espetáculos do rodeio e da vaquejada, que abrangem uma série de manifestações esportivas, recreativas e culturais, consistem em manifestações já há muito cultivadas pela população de diversas regiões do País, mas nasceram no Nordeste brasileiro. O início da vaquejada foi em 1928. Em 1970, Ariano Suassuna já escrevia sobre a vaquejada e louvava essa maneira sertaneja da relação com cavalo e com o boi.

Cresceram muito, nas últimas décadas, as apresentações de rodeio e de vaquejada e têm atraído um público cada vez mais numeroso, gerando, direta e indiretamente, milhões de postos de empregos, sobretudo em cidades do interior e na zona rural.

Srª Presidente, Srs. Senadores, hoje a vaquejada gera 600 mil empregos diretos e indiretos, numa análise feita nos Estados onde há a prática.

A Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, por sua vez, veio dispor sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio. Com ela, foi prevista uma série de medidas que protegem os animais participantes das provas, a exemplo da assistência médico-veterinária, transporte adequado e utilização de apetrechos que não causem injúrias ou ferimentos.

A vaquejada hoje é feita em várias cidades do Nordeste brasileiro, e em outros no oeste e também no Centro-Oeste. Quero, inclusive, contar que, com o Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público, não é permitido mais o chicote nem a espora ao cavalo, ao animal, e que os animais adultos, bois, hoje se protegem muito com uma pista de até dois palmos de areia lavada e uso da cauda artificial. Não se usa hoje, em função... Em alguns casos, usa-se até a cauda artificial. O presidente da vaquejada está até aqui e posso mostrar a qualquer momento.

No que se refere às leis estaduais, que têm tratado sobre o mesmo tema, verifica-se uma ampla e difundida preocupação em garantir o máximo de segurança aos animais, por meio de práticas tais como a utilização exclusiva de bois adultos e cauda artificial, como falei aqui agora.

A vaquejada, Srª Presidente, tem lei estadual aprovada no Estado do Ceará por unanimidade na Assembleia Legislativa. O Estado do Ceará tem 8 milhões de habitantes. Na Bahia, que tem 63 Deputados, a vaquejada foi aprovada por 62 Deputados, com 14 milhões de habitantes. Há leis no Rio de Janeiro e em outros tantos Estados da Federação.

A determinação, constante dos arts. 1º a 3º da proposição, de que o rodeio, a vaquejada e as respectivas expressões artístico-culturais sejam consideradas manifestações da cultura nacional integrantes do patrimônio cultural imaterial coaduna-se ao que dispõe o art. 216 da Constituição da República. Esse artigo define como constituintes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles incluídos, entre outros, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. O rodeio e a vaquejada apresentam, portanto, os requisitos necessários para serem considerados patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial.

Eu respeito muito, inclusive, o próprio Senador Anastasia e as opiniões contrárias. Nesse período inteiro em que fui designado Relator desta matéria, tenho meu Facebook, e em toda minha vida de política – tenho 30 anos de política partidária –, nunca fui tão agredido por ativistas que pensam em contrário. Não me intimidam, porque nasci no Sertão da Bahia, tenho um pai boiadeiro. Cheguei aonde cheguei por muita determinação. Não nasci em berço de ouro.

Corri vaquejada até os quarenta e poucos anos, muito pouco, mas outros aqui correram. Acredito que, se proibirem a vaquejada, vão ter que proibir também a corrida de puro sangue inglês na Cidade Jardim, em São Paulo – 2.200 metros –, quando o cavalo sai do partidor apanhando até a chegada. Muitas vezes, tem fibrilação cardíaca e cai duro no chão. É muito mais maltrato do que na vaquejada. Vão ter que proibir o hipismo, em que rompe o boleto do animal, rompe o joelho do animal. Na Olimpíada, inclusive, aqui no Brasil, aconteceu isso. Também o polo; enfim, todas as atividades. Tem que proibir também aqueles que são contra de chegarem às capitais, pegarem os vira-latas e fazerem a castração sem anestesia. Tem que proibir a castração do boi, para que ele, não sendo castrado, não permita a picanha na mesa dos barões dos grandes centros urbanos. Tem que proibir também que se ferre o boi. Agora, neste momento em que estou falando sobre vaquejada, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ou menos mil vaqueiros estão nas fazendas derrubando boi para que ele entre no curral e vá para o frigorífico, onde recebe uma porrada no cachaço, cai duro no chão, tirando-se o seu couro e fazendo-se o filé *mignon* para que aqueles que são contra possam saboreá-lo nos grandes restaurantes do Brasil.

Então, se o Supremo Tribunal Federal, lá atrás, fez audiência pública para saber se permitia fazer a biografia do Roberto Carlos, e fez uma audiência pública e debateu muito tempo; se fez audiência pública para saber se podia botar bar na beira de estrada, e fez audiência pública; para TV a cabo, fez audiência pública; fez audiência pública para várias atividades e tomou uma decisão que foi seis a seis – e eu respeito muito a decisão da Ministra Cármen Lúcia, não tenho por que não fazê-lo, como a de todos os Ministros lá –, deveria pelo menos dar uma oportunidade de se fazer uma audiência pública no Senado Federal e também lá no Supremo Tribunal Federal para se ouvir o outro lado da Mesa. Porque não é possível que, com uma canetada só, se discorde de vários Estados, de várias Assembleias que aprovaram essa matéria. O meu Estado aprovou essa matéria, e tem 14 milhões de habitantes. Eu sou Senador da República e represento 3,5 milhões de baianos pelo voto popular. Na Assembleia do Ceará, da mesma forma, por unanimidade. E no Rio de Janeiro.

Então, não se dá direito a voz porque é do Nordeste brasileiro? Porque é uma tradição nordestina? Isto é um absurdo: querer dizer que não se pode fazer vaquejada. E aqui está: o juiz lá de Campina Grande negou liminar para a vaquejada que estava organizada.

Senador Romário, depois da decisão do Supremo, eu observei dois leilões e comparei com leilões do ano passado: o leilão do Haras São Matheus e o Sergipe Golden Horse. Os animais saíram por um quarto do preço por que foram arrematados o ano passado. Vejam o prejuízo de quem cria cavalo, o prejuízo daquele que produz a ração para o consumo do animal: o veterinário, desempregado; o João, que vende picolé na vaquejada, desempregado; o que vende churrasquinho, desempregado; o tratador do cavalo, desempregado; o vaqueiro, desempregado; o casqueador do cavalo e que produz a ferradura, desempregado; o que faz a manta, desempregado; o que faz o selim, desempregado; o que faz a cabeçada, desempregado; enfim, 600 mil desempregados, sem dar o direito àqueles que praticam o esporte de terem uma audiência pública no Senado Federal.

Eu vejo aqui o Senador Antonio Anastasia, que pensa diferente, e eu respeito, como respeito todos os outros ativistas, mas eu peço também que me respeitem, até porque nunca usei nem o computador, nem o telefone celular, para, atrás dele, de forma covarde, agredir com palavras de baixo calão, como tem acontecido comigo, porque tenho uma posição diferente dos outros. Inclusive mandei degravar para entregar aqui à Polícia do Senado para que pudesse analisar. Porque é uma agressão muito grosseira. Palavra de baixo calão que eu nunca proferi em minha vida, em ambiente nenhum, recebi, porque tenho uma posição diferente.

V. Exª é lá de Minas Gerais – Minas Gerais deu, talvez, um dos maiores poetas do Brasil, que foi Carlos Drummond de Andrade –, é contra, mas eu espero convencê-lo. Eu vou concluir, Sr. Presidente Romário, por quem eu tenho uma grande admiração e respeito, com uma poesia de Drummond. V. Exª deve conhecer bem a poesia de Drummond:

> E agora, José? [V. Exª conhece?]
> A festa acabou,
> a luz apagou,
> o povo sumiu,
> a noite esfriou,
> e agora, José?
> e agora, você?
> você que é sem nome, [certamente os vaqueiros do Nordeste são sem nome]
> [...] você, que faz versos,
> que ama, protesta?
> e agora, José? [E agora, você?]
>
> Está sem mulher, [...]
> está sem carinho, [está sem discurso,]
> já não pode beber,
> já não pode fumar, [porque o Supremo Tribunal proibiu]
> cuspir já não pode...

V. Exª está me fazendo rir e eu perdi o veio da poesia.

> Já não pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Respira, Senador. Respira e vamos embora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Continuo:

a noite esfriou, [...]
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou.

Então, querem acabar com a vaquejada, que vem de 1928, à qual Ariano Suassuna dedicou parte de um livro, um dos seus momentos melhores, com uma canetada só. Ou seja, dá-se a oportunidade de haver uma audiência pública para saber se se pode fazer a biografia do Roberto Carlos, que é uma pessoa só, única, de quem sou admirador, dos bailes à beira da estrada. E aqui não. Aqui, pega-se o Nordeste, e caneta no Nordeste. Aí, há o desprezo por Luiz Gonzaga, por Dominguinhos, pelos vaqueiros todos que trabalham no Nordeste.

E digo com sinceridade: todos esses josés, joões, manueis não vão a lugar nenhum se ficarem desempregados: não vão para as drogas; não vão para a cachaça, não vão assaltar, não vão roubar. Se tem uma coisa que define o povo da vaquejada e do Nordeste brasileiro é a moral, a honra e a dignidade.

Eu me criei assim em uma casa dessa natureza, no interior da Bahia, com meu pai, na luta e na labuta com cavalo e com boi, e posso dizer que esse é um colegiado muito mais decente do que muitos colegiados que se reúnem aqui, no centro de traficância de Brasília, para explorar o Brasil. Esse é um povo que contribui para o Brasil, para o emprego no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, também aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu já havia concedido ao Senador Antonio Anastasia primeiro. Depois, ao Senador Cristovam Buarque, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Telmário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já havia pedido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Lídice da Mata.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou solicitar vista, conforme já havia adiantado ao Senador Otto Alencar. Mas eu gostaria, ao fazer o pedido, de primeiro registrar o meu respeito absoluto à posição do eminente Senador Otto e de todos os demais Senadores que porventura não tenham a mesma posição que eu, porque felizmente estamos em uma democracia, em que o pluralismo permite essas visões que não são as mesmas. Nós não estamos no monopólio de uma única posição e de uma única opinião, tanto assim que o próprio Supremo Tribunal tem onze Ministros que, muitas vezes, votam por sete a quatro, por seis a cinco. Isso é normal em Estado democrático, como, felizmente, é o nosso.

Eu tenho uma posição que discorda e, volto a dizer, com todo o respeito. Concordo com o Senador Otto que, pelo fato de ele ter essa posição e eu ter a minha, nós não podemos ser jamais ofendidos por isso. Ele tem toda a razão de estar aqui colocando isso de maneira muito firme e tem o meu apoio total em repudiar qualquer tipo de ataque a essa sua posição, que é legítima. Aliás, porque ele é voz, inclusive, de um segmento importante do Estado que aqui tão bem representa. Mas eu, pessoalmente, discordo.

Por isso, vou pedir vista para uma análise mais profunda, para trazer um voto em separado.

E se me permite, Senador Otto, já que ele me homenageou lembrando o poeta Carlos Drummond de Andrade, eu quero lembrar um poeta de sua terra, Castro Alves, tão importante para a abolição da escravidão, da escravatura no Brasil. Quem sabe agora também não ajudamos a acabar com a crueldade aos animais do Brasil?!

Peço vista, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedida a vista coletiva.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Romário, eu já tinha pensado em pedir vista também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu endosso a fala do Senador Anastasia, primeiro, pelo respeito ao Senador Otto; segundo, para manifestar o meu protesto pelas críticas agressivas que tenha recebido por um fato que tem que ser discutido com toda naturalidade – eu acho que é uma violência com os animais, mas não se trata de uma violência que justifique tratar quem defende esse esporte, chamemos assim, da maneira como ele foi tratado –; terceiro, porque eu acho que a gente tem que aprofundar esse debate.

Eu, pessoalmente, não tenho nenhuma simpatia, apesar de ter muitos amigos que têm, e acho que o Senador Otto listou aqui uma porção de outros maus-tratos. Eu acho que a gente devia debater todos eles mesmo e, de repente, proibir os outros todos que são feitos neste País.

Uma das características da civilização daqui para frente vai ser, de fato, se preocupar com os animais e as florestas, diferentemente dos nossos antepassados "ultracêntricos", como a humanidade tem sido, que não os tratava com nenhum respeito.

Eu creio que vale a pena a vista e também a audiência para discutir esse assunto. Não podemos simplesmente aprovar, sem ouvir opiniões, como a do Senador Otto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu também...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria também de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A Senadora Ana Amélia está na frente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Penso, Senador Romário, caro Senador Otto Alencar, que essa é uma matéria que, de fato, suscita, eu diria, até uma paixão pela cultura, pelo arraigamento de uma tradição que marca a própria história nordestina, descrita, entre outros, pelo próprio Guimarães Rosa.

Também lá no Rio Grande do Sul, na Expointer, uma das feiras internacionais mais importantes, um dos certames que mais atraem se chama Freio de Ouro, que testa a habilidade dos cavalos crioulos, uma raça de cavalos muito bem tratados, muito bem cuidados. Este certame, Freio de Ouro, serve para mostrar a habilidade do animal, o serviço de adestramento e também do cavaleiro.

Então, nós teríamos também, de certa forma, entrando nessa radicalização que não constrói – a radicalização não é democrática –, que acabar com o esporte hípico, porque, de certa forma, a hípica também exige um tratamento, um rigor. Como nós vamos estabelecer o limite da hípica, do prado, das corridas de cavalo, que também vão exigir isso? Nós temos que encontrar, eu diria, um meio-termo.

Eu também lembro quando, nesta Casa, eu ajudei a votar – assim como a Senadora Lídice e a Bancada da Bahia – a regulamentação da profissão de vaqueiro. Nós votamos. Nós regulamentamos a profissão de vaqueiro. Vieram eles com seus gibões, com seu chapéu, com sua indumentária, lotaram a galeria do Senado Federal, e aprovamos a profissão de vaqueiro.

Então, nós também temos que ter um pouco de centro nesse debate e de coerência também, em algum momento, para evitar, primeiro, essa radicalização, que é imperdoável. Atacar um Senador da República, que está aqui cumprindo o seu dever, simplesmente porque ele não esposa ou não defende a mesma opinião não é a maneira, não é o caminho adequado para tratar das matérias relevantes para o País, seja no caso de defender a saúde e o bem-estar animal, seja para proteger as crianças abandonadas, as cracolândias, enfim, discutir os temas nacionais na área da saúde, da educação, que a esta Comissão é pertinente. Então, nós temos que tratar dessas questões.

Eu penso que o debate que suscita o Senador e o próprio Senador Anastasia ao pedir vista para examinar a matéria é um caminho adequado, está dentro da nossa lógica aqui, de avaliar. Mas temos que ir não de oito a oitenta, de forma que também, no Brasil, tudo seja proibido por isso. Só espero que não proíbam o gaúcho de andar a cavalo.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos ouvir aqui a Senadora Marta Suplicy. O Presidente Renan pediu para encerrar a reunião, porque já começou a sessão do Congresso, mas dou a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer uma reflexão. Nós acabamos de ter uma discordância sobre a questão da cervejaria, se era da Comissão de Educação ou não. Eu acredito que o que estamos discutindo neste momento é absolutamente da área da educação, e é muito mais profundo do que só se debater o que nós estamos discutindo, que é a vaquejada. Nós vamos discutir o que é evolução cultural, nós vamos discutir o que é cultura, e cultura implica numa mudança, porque senão nós podíamos achar que é cultural a mutilação dos genitais femininos na África. É cultural, mas é algo que nós devemos achar que deve permanecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, essas questões são extremamente importantes. A casa delas é aqui. E eu espero que nós tenhamos um debate de grande profundidade na próxima reunião, porque foi pedida vista coletiva e traremos agora à Casa onde deve ser discutida a questão da cultura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu realmente insisti em falar, embora o tema tenha sido já concluído, na medida em que foi dada vista, só para esclarecer dois aspectos. Primeiro, que o projeto que está sendo relatado pelo Senador Otto Alencar não é um projeto de regulamentação da vaquejada, é um projeto que reconhece o valor cultural da vaquejada como valor da cultura nacional e, entre isso e outra coisa, há uma grande diferença. Eu acho que é preciso, portanto, discutir o projeto no seu conteúdo.

Eu, por exemplo, apresentei uma proposição, ainda quando a Senadora Marta Suplicy era Ministra da Cultura, para transformação do reconhecimento do patrimônio imaterial do São João do Brasil. Esse é um reconhecimento da cultura do São João, embora o São João tenha também espada, que é uma forma de manifestação de fogos que queima, que decepa mãos – eu mesma tenho um irmão que foi queimado de espada – e maltrata o ser humano.

Também tenho toda a dedicação à causa dos animais. Eu, por exemplo, não participo, não assisto a espetáculo de tourada. Já fui à Espanha, é um patrimônio cultural nacional da Espanha as vaquejadas, e eu sai em um terço do tempo porque não suportei aquele espetáculo.

Agora, discutir a regulamentação da vaquejada é uma coisa, outra coisa é o reconhecimento da vaquejada em o seu conteúdo cultural em todas as partes do Brasil, não só no Nordeste. Aliás, o vaqueiro não está restrito à prática da vaquejada. O primeiro vaqueiro existiu com Tomé de Sousa. É um tipo existente no Brasil em todas as regiões, inclusive em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Centro-Oeste, em São Paulo, como marca dos bandeirantes, e assim por diante. Então, vaqueiro é uma coisa; vaquejada é outra. É uma manifestação diferente.

Ainda assim, creio que mereça um debate e uma separação entre o que é a prática da vaquejada e a regulamentação da vaquejada, como ela deve dar-se no Brasil, e o reconhecimento da vaquejada como patrimônio cultural.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra, agora, ao Senador Cristovam Buarque para o Item nº 27.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador Romário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu havia pedido para comentar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento da Comissão de Educação nº 70, de 2016.

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Presidente, pela ordem, tinha pedido para comentar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também, Sr. Presidente. É um tema que... Nós gostaríamos até de... Até porque a informação que a gente tem...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.K.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, o senhor deu preferência aqui para uns e, para outros, não? Não concordo, Presidente. O senhor abriu o precedente, deixou os outros falarem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Primeiro, aqui não adianta gritar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, mas o senhor também não é dono daqui. O senhor é apenas o Presidente da Comissão. O senhor também não é o dono daqui, não. Se abriu o precedente para um, deixe os outros concluírem também. O senhor não pode cercear a palavra de ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quem disse a V. Exª que eu sou dono de alguma coisa?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O senhor está cerceando a minha palavra. O senhor permitiu que os outros comentassem pós pedido de vista. E eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O senhor estava aqui quando falei que o Presidente Renan pediu para encerrar a reunião porque já começou o Congresso? Não estava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, queria ponderar, Presidente Romário, só um momentinho, que chequei aqui agora que não deu quórum ainda. Queria só ponderar para que V. Exª pudesse dar a palavra ao Senador Roberto Muniz e a Telmário. Em seguida, a gente passa para o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, vamos passar ao item 27, ao Senador Cristovam.

Senador Cristovam, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Entendi a gentileza do Senador Romário no sentido de que se não aprovarmos isso hoje amanhã teremos uma audiência e vai ficar um pouco ilegal. Trata-se, simplesmente, de uma audiência que permite debater os 20 anos da LDB, o que ela fez de bem, o que ficou faltando e o que a gente pode fazer daqui para a frente. Então, peço que seja aprovada a possibilidade dessa audiência com os nomes que estão na lista. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – As Srªs e os Srs que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 27
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 70, de 2016
– Não Terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 59/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 13 de setembro de 2016, a inclusão dos seguintes convidados: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; Professor Doutor João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; Professor Doutor Cláudio de Moura Castro - Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo; Professor Doutor Célio da Cunha - Professor da Universidade Católica de Brasília; Professor Doutor Antônio José Barbosa – Professor da Universidade de Brasília; Professor Doutor João Antônio Cabral de Monlevade – Professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso; Informo, ainda, que a audiência pública será realizada no dia 19 de outubro.

Autoria: Senador Cristovam Buarque)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Romário, gostaria, se V. Exª me permitir, de dizer aqui, primeiro, de forma muito...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, com todo o respeito a V. Exª, o art. 89 diz que o Presidente é que conduz a reunião. Então, quando chegar a sua vez, V. Exª vai falar.

Antes, deixe-me anunciar aqui a presença do Deputado Ricardo Izar, do PP, de São Paulo...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Animais; de Luisa Mell, que é ativista da causa dos animais; e do Deputado Subtenente Gonzaga, PDT, de Minas Gerais.

Por favor, agora, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Romário.

Queria, de forma muito breve, fazer minhas as palavras da Senadora Lídice, porque acho que ela colocou, com muita clareza, com muita objetividade, primeiro, que o que está em discussão aqui, no que diz respeito ao relatório do Senador Otto, é a proposição extremamente meritória, válida, de elevar o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artísticas, culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial, um tema, inclusive, para o qual já existe bastante fundamentação, já cantado em verso e prosa literalmente, inclusive pelos nossos poetas. E me parece, portanto, uma proposição, repito, meritória sim, dado o conteúdo cultural que isso tem, a tradição cultural que isso tem. Então, eu, particularmente, quero declarar desde já o apoio ao projeto de lei relatado aqui por S. Exª.

A outra discussão, aí sim, diz respeito à questão da regulamentação, que é importante e necessário que mereça um bom debate aqui, feito por todos nós. É evidente que ninguém pode aqui desconhecer o aspecto, do ponto de vista econômico, que tem a atividade da vaquejada. No meu Estado, por exemplo, Senador Otto, a associação dos vaqueiros estima, com a proibição da vaquejada, um desemprego imediatamente forte, elevado lá. Mas nós não podemos discutir só à luz desse dado. Nós temos que discutir esse tema, repito, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

lado, vendo todo o conteúdo cultural, a tradição que isso tem, mas nós também temos que ver a questão da defesa e da proteção dos animais.

Por isso encerro dizendo que o projeto trata, repito, de classificar, de homenagear como expressão artística imaterial. Isso é uma coisa. Outra coisa é nós discutirmos depois a questão da regulamentação, e aí é necessário um debate bem aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senador Roberto Muniz, com a palavra, por favor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, eu quero me associar às palavras do Senador Otto e deixar uma questão aqui para reflexão. Caso a gente entenda que a vaquejada não deva ser uma atividade realizada no País, a gente vai tornar a derrubada de um boi um crime? É isso que nós estamos aqui discutindo. Porque, na vaquejada, todas as questões que foram levantadas sobre maus-tratos sempre foram levadas em conta nos debates e nas leis estaduais. Então, a questão da queda: se colocou uma quantidade maior de areia para que esse substrato diminuísse o impacto. A questão da possibilidade do rabo: foi-se retirado o rabo do animal, colocando um rabo postiço. A questão do uso de instrumentos pontiagudos: todos os instrumentos pontiagudos foram retirados da prática das vaquejadas. E aí, sobrou a queda, sobrou a queda.

Eu tenho um pouco de vivência no interior do Estado também e a gente percebe, Senador Otto, que o esporte não nasceu sozinho. Ele nasce de uma prática cultural, de uma prática muito mais da necessidade de ir buscar esse animal, que, lá no Nordeste, não é criado de forma estabulada, confinada, e, sim, largado no pasto. O animal lá é criado de maneira solta. É muito, muito usual esse animal sair correndo, sair dos limites dessa fazenda ou desse sítio e o vaqueiro ter de adentrar a mata, e, para não feri-lo, não matá-lo, ter que fazer essa derrubada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Agora está derrubando mil, neste momento. Em um minuto, derrubam mil no Brasil.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois é, nós estamos criminalizando este ato. É isto que nós queremos: a partir de hoje, todo vaqueiro que derrubar um animal vai ser preso? É essa atitude que o Senado Federal está discutindo aqui agora, criminalizando o ato da derrubada do animal para que o animal não esteja perdido da sua boiada, que é um patrimônio particular desse senhor.

Então, nós precisamos entender que o esporte não nasce da vontade do recurso, ele nasceu de uma possibilidade de fazer esse ato de uma maneira melhor para que o animal não sofresse. É ao contrário. Em vez de você aprisionar o animal através de um laço, ou da possibilidade de um dardo, ou de um tiro, a derrubada é a possibilidade de trazer esse animal para a boiada de novo. E daí surgiu a vaquejada, para que esses mesmos vaqueiros pudessem colocar toda a sua destreza em respeito a um animal.

Isso não tem nada a ver, nada a ver com o que a gente vê nas touradas, onde há uma disputa entre um homem e um animal. A disputa não é entre o homem e o animal; é uma disputa entre a destreza de poder fazer com que a derrubada aconteça sem que o animal tenha a possibilidade de se ferir.

Se a gente caminhar pelo que o Supremo está pedindo, nós vamos ter que criminalizar esses vaqueiros, Senador Romário. É por isso que eu acho que mais do que a questão da vaquejada, Senadores, a gente começa a ter um olhar um pouco diferenciado sobre a ação do Supremo. Será que as atividades culturais regionais precisam ter esse olhar do Supremo? Será que os Estados e as Regiões não podem fazer com que a sua prática seja mais bem resolvida, principalmente em relação aos maus-tratos?

Então, eu queria saber quais são os limites que a gente vai aqui debater. É claro que, neste momento, a gente tem um reconhecimento para elevar a vaquejada e o rodeio a patrimônio material e imaterial. Se não tivesse havido, Senadora Lídice, a decisão do Supremo, com certeza teria passado ao largo aqui, com certeza esta Casa não estaria fazendo este debate neste instante. Mas cabe este debate? Cabe, mas acho que a gente precisa entender que não podemos criminalizar uma cultura sem dar o direito a essa cultura de entrar nesses limites dos bons tratos aos animais. Se ela conseguir trazer para nós que isto é possível, não seremos nós que vamos inviabilizar a vida de 700 mil brasileiros e suas famílias e inviabilizar uma cadeia produtiva.

Aí, o que é pior, Senador Anastasia: geralmente – o Senador Otto Alencar conhece bem –, a vaquejada é corrida pelo quarto de milha. Não é uma cela tranquila para se trabalhar em fazenda, é uma cela dura. Ela existe para esses pequenos circuitos. Talvez estejamos inviabilizando a existência do quarto de milha. Na vaquejada, o animal, o boi só pode entrar na raia por três vezes no máximo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não, por duas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Duas vezes. Então, o que a gente está colocando é que existem outros esportes que colocam outros animais muito mais frente ao perigo do que a própria vaquejada. E eu queria fazer com que esse debate...

Eu acho que a vista coletiva é de fundamental importância para que a gente entenda que não se pode simplesmente fazer com que se finalize o esporte, a cultura, fazer com que isso se torne um crime, porque nós vamos criminalizar a prática não da vaquejada, mas da queda do boi. E teremos que ter fiscalização em cada Município do Brasil, no interior. Então, a gente está criando aqui um monstro. E nós não temos nenhuma condição de fazer com que o Estado brasileiro seja responsável por isso.

Eu queria me associar aqui à discussão, mas também entender que a gente precisa saber quais caminhos vamos tomar com essa questão aqui, dentro da nossa Casa, do Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Presidente da Casa já pediu para encerrar, mas vou passar a palavra à última, a Senadora Marta Suplicy, para finalizar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Rapidamente, eu gostaria de dizer que os bens imateriais o Iphan recomenda que não sejam assunto de Legislativo. Nós temos mais isso para podermos fazer a reflexão na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Comunico que amanhã, quarta-feira, às 9h30, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater os avanços e desafios da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em atendimento ao Requerimento nº 5.970, de 2016, desta Comissão, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 12 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 15 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Telmário Mota, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Romero Jucá, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. A seguir, a Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 542-TCU-Plenário; Aviso nº 515-GP-TCU, Aviso nº 536-TCU-Plenário, Aviso nº 557-TCU-Plenário, Aviso nº 524-GP-TCU, Ofício nº 405/2016, Aviso nº 600-TCU-Plenário, Aviso nº 627-TCU-Plenário, Aviso nº 463/2016, Aviso nº 635-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 665-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 604-GP-TCU, Aviso nº 614-TCU-Plenário, Aviso nº 648-GP-TCU. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014** que: "Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo." **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista ao Senador Telmário Mota por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2015** que: "Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados." **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013** que: "Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2014** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2015** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22 de 2016 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

que: "Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a reestruturação dos Correios na Região Norte. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; 2. Presidente dos Correios; 3. Presidente do SINTECT de Roraima; 4. Presidente da FENTECT - José Rivaldo; 5. Presidente da ANATECT - Rodolfo Manoel Marques do Amaral; e 6. Presidente da FINDECT." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, como exibida no programa Fantástico de 19/06/2016. Para tanto, sugere sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Presidente do IBAMA; 2. Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3. Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; 4. Senhor Mauro Barros - Representante da empresa Belo Sun; 5. Dra. Thais Santi - Procuradora da República; 6. Prof. Jorge Tenório – Professor de Engenharia Química da USP; 7. Dr. Francisco Nóbrega – Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 8. Engenheiro responsável pelo projeto da barragem dos rejeitos; 9. Dra. Carolina Reis – Advogada do Instituto Socioambiental." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, em aditamento ao RMA n° 23, de 2016, que, para participar da audiência pública destinada a discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, sejam convidados os seguintes convidados: • Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS); e, • Sra. Maria Amélia Enríquez – Secretária adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará e Representante do Governo do Estado no PDRSX. " **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 27 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos regimentais e, em aditamento ao RMA n° 19, de 2016, que, para participar da audiência pública destinada a discutir e apurar a ameaça do avanço do plantio da soja no bioma Pantanal, seja inserido no rol de convidados o Sr. Adalberto Eberhard, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em substituição ao Presidente do IBAMA. " **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 28 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento n° 25, de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, que, para a audiência pública que debaterá o PLS 95/2012 (altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI) e discutirá a regulamentação do mercado de carbono no Brasil, seja convidado o Sr. Ludovino Lopes, advogado especialista em serviços ambientais (ênfase em REDD+ em escala jurisdicional e projetos) e com experiência na estruturação de programas específicos e salvaguardas socioambientais para povos indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 18 de 2016, desta Comissão, de forma que seja incluído o seguinte convidado para participar da presente audiência pública: - Sr. Carlos Kruschewky, empresário do setor." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento n. 20/2016-CMA, aprovado por esta Comissão em 28 de junho de 2016, o aditamento ao rol das autoridades convidadas a participar da audiência pública destinada a debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma pantanal", incluindo o nome a seguir identificado: 1. Ângelo Rabelo – Presidente do Instituto Homem Pantaneiro. " **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com quórum suficiente, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 542-TCU-Plenário; Aviso nº 515-GP-TCU, Aviso nº 536-TCU-Plenário, Aviso nº 557-TCU-Plenário, Aviso nº 524-GP-TCU, Ofício nº 405/2016, Aviso nº 600-TCU--Plenário, Aviso nº 627-TCU-Plenário, Aviso nº 463/2016, Aviso nº 635-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 665-Seses--TCU-Plenário, Aviso nº 604-GP-TCU, Aviso nº 614-TCU-Plenário, Aviso nº 648-GP-TCU.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *links* para acesso a seus conteúdos, de forma que os Senadores e Senadoras possam se manifestar, caso desejem.

Passamos à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
- Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
-Matéria apreciada pela CCJ e pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CCJ/CDR.

Relatoria do Senador Pedro Chaves, a quem passa a palavra para proferir o relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

É com muito prazer que faço a relatoria desse processo, oriundo da Câmara, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 51/2014, da lavra do Deputado Lincoln Portela.

Trata-se, como falou o nosso Presidente, do uso obrigatório de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros públicos de uso coletivo.

Vou para a relatoria direto.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2014 (Projeto de Lei nº 3.636, de 2.000, na origem), que "obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo", de autoria do Deputado Federal Lincoln Portela.

O art. 1º da proposição determina que, a partir da publicação da lei de que resultar o projeto, todos os banheiros de uso coletivo localizados em novos edifícios públicos, comerciais e residenciais deverão ser "equipados com torneiras compostas de mecanismo automático de vedação de água, eletrônico ou mecânico, nos lavatórios".

O art. 2º veda a expedição do "respectivo habite-se" às obras executadas em desacordo com essa determinação. O art. 3º atribui a fiscalização necessária aos órgãos municipais competentes. O art. 4º estabelece a vigência, a partir de sua publicação, da lei de que resultar o projeto.

Na justificação da matéria, o autor defende como seu objetivo principal a racionalização no uso de água.

O projeto foi despachado ao exame das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A matéria obteve parecer favorável da CDR, após consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se pronunciou pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, com uma emenda de redação alterando o art. 1º do PLC, para estabelecer que a obrigação criada pela proposição se aplica apenas aos "banheiros destinados ao público", excluindo da obrigação os banheiros de uso comum em residência familiar.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação e gerenciamento dos recursos hídricos, mérito da proposição em análise.

O projeto é meritório ao buscar a racionalização no uso dos recursos hídricos. De fato, obrigar a instalação, em novos edifícios, de equipamentos com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo, é medida que pode gerar significativa economia de água tratada. Entretanto, entendemos que há vícios de constitucionalidade na matéria, com base nos seguintes fundamentos.

A Constituição Federal atribui expressamente as competências dos entes federados para legislar sobre determinada matéria. A competência para legislar sobre águas é privativa da União, nos termos do art. 22, inciso IV. Além dessa competência legislativa, o art. 21, inciso XIX estabelece a competência material da União para "instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso".

Entendemos que as competências constitucionais da União sobre "águas", previstas nos dispositivos mencionados, não poderiam ser interpretadas amplamente de forma a abranger normas que tratem sobre dispositivos de torneiras. Portanto, a matéria veiculada pela proposição em análise não poderia ser abrangida pela competência da União para legislar sobre águas, o que aponta a inconstitucionalidade formal do projeto.

Vislumbramos ainda outras inconstitucionalidades. A primeira no que se refere à pretensão do projeto em vedar a expedição do "habite-se" pelos Municípios, conforme art. 2º do PLC, em clara invasão da competência legislativa municipal para tratar de assuntos de interesse local (CF, art. 30, I).

Além disso, o art. 3º da proposição pretende determinar competência fiscalizatória pelos órgãos competentes municipais, mais uma vez em invasão da competência constitucional de outro ente federado, já que legislar sobre o funcionamento da Administração Pública Municipal compete à chefia daquele Executivo.

Portanto, os dois dispositivos mencionados violam a cláusula federativa, garantida pelo *caput* do art. 18 e desenvolvida pelos arts. 29 e 30, todos da Constituição Federal.

Voto.

Por todo o exposto, o Relator vota pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n° 51, de 2014.

Assinado: Pedro Chaves dos Santos Filho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vou pedir vista deste projeto, porque, na CCJ, ele teve aprovação. E lá não foi constatado o que o nobre Senador acaba de constatar, que há inconstitucionalidade, que envolve a questão do Município.

Então, como não estou seguro em relação a essa matéria e eu a acho de suma importância em todos os aspectos, eu solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Pedro Chaves tocou em um assunto no sentido de que, na verdade, a Constituição veda a interferência nas atribuições administrativas do Município, que é fornecer "habite-se". É a mesma coisa que oferecer alvará.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é o Governo Federal. Nesse caso, acho que ele está de acordo com a legislação.

Mas, claro, V. Exª tem todo o direito, e será concedida a vista.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, de 2015
- Não terminativo -

Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados.

Autoria: Deputado Felipe Bornier.
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.
Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
-posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Passo a palavra ao Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015 (Projeto de Lei nº 5.284, de 2009, na origem), do Deputado Felipe Bornier, que "veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados".

Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015, que "veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados" está em análise nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em seu texto original, a proposição estipula, entre outras coisas, a proibição da importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos sem origem certificada, bem como de artigos derivados.

Em 23 de fevereiro deste ano, apresentei parecer com substitutivo. Entretanto, entendemos por bem solicitar o reexame da matéria, razão pela qual alteramos em parte o nosso voto.

É o relatório.

Nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, devemos opinar sobre os diversos assuntos atinentes à defesa do meio ambiente.

Entendemos que o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, não apresenta quaisquer problemas de constitucionalidade, material ou formal, ou de injuridicidade em qualquer dos seus elementos.

Quanto ao mérito, no entanto, modificamos esse parecer no sentido de retirar das vedações as peles de chinchilas, pelos motivos que passamos a expor.

O projeto continua extremamente louvável. A essência dele é coibir os maus-tratos animais, com especial ênfase no combate ao mercado ilegal de peles e produtos derivados. A título de exemplo, o mercado chinês detém mais da metade do comércio e fabricação mundial de produtos oriundos de pele de cães e gatos, sem a necessária comprovação de utilização das melhores práticas em prol do bem-estar animal. Países da comunidade europeia e Estados Unidos, por exemplo, já estabeleceram legislações vedando esse tipo de comércio.

Por outro lado, reavaliei minha opinião e entendi que não posso negligenciar a indústria de peles de chinchilas no País, devidamente certificada e fiscalizada, instalada aqui há muitas décadas, e que coloca o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de artigos derivados de chinchilas, empregando e provendo renda a muitas famílias.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, com a emenda substitutiva reformulada e a seguir apresentada:

Emenda – CMA (Substitutivo)

Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015

Veda a importação de pele de cães, gatos, coelhos e chinchilas domésticos e de animais selvagens e de artigos dela derivados e altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A importação de peles de animais e artigos dela derivados é vedada para:

I – cães, gatos e coelhos domésticos;

II – animais selvagens, sem origem certificada e sem licença ou autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição do *caput* peles de animais e artigos delas derivados destinados a instituições educativas e científicas, mediante autorização da autoridade competente.

Art. 2º Dê-se ao art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 31. .....

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem introduz no País peles de animais ou artigos delas derivados vedados em lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, fica claro, então, que a única alteração que foi feita é no caso específico dos criadores de chinchilas, que têm todas as exigências cumpridas, conforme a lei vigente no País e as exigências também dos ministérios.

Como tal, diante dos fatos que apresentavam documentos e provas, entendi por bem que fosse feita essa não exclusão, mas que aqueles que cumprem não estivessem sob essa vedação imposta aos demais, como pele de cães, gatos e coelhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado, está em discussão o relatório.

Para discutir, o Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria solicitar ao nobre Relator Senador Caiado que veja o seguinte: veda a importação de pele de cães, gatos, animais selvagens, exóticos e de artigos... E de artigos dela derivados. Então, por exemplo, sapato ou vestimenta, qualquer coisa, isso também está vedado. É fato, Senador Caiado. Eu queria colocar isso.

E depois ele também diz o seguinte: "Segundo o autor da proposição, a indústria das peles envolve cifras milionárias, e os métodos utilizados para captura, aprisionamento e abate envolvem práticas cruéis e intenso sofrimento dos animais, selvagens ou domésticos."

Na verdade, essa colocação é do ponto de vista de quem está olhando, porque, se alguém for a um abatedouro, seja de galinha, seja de porco, percebe-se que essa característica não é uma coisa tão fácil de se olhar. Aparentemente, há um sentimento doloroso, porque toda morte, *a priori*, do ponto de vista humano, é dolorosa.

Então, eu queria só que o Relator nos deixasse mais claro esse ponto, porque, a partir disso, um cinto, uma bolsa, um sapato, um *blazer*, qualquer outra coisa derivada de animal, se houver uma indústria totalmente implantada, talvez nós não possamos importar e, de repente, as exportações do Brasil também poderão ser vetadas em retaliação.

Só a título de esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, senhores colegas, é lógico que o que estamos tratando aqui é exatamente de coibir toda a mercadoria derivada desses produtos, principalmente nos países da Ásia, em especial a China, onde os produtos são tratados sem o menor respeito às normas legais existentes. Ou seja, há uma legislação na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil que restringe ou exige que aquele criador esteja dentro das normas preestabelecidas.

Agora, eu posso garantir a V. Exª que qualquer abatedouro, seja de chinchila, seja de boi, seja de frango, seja de peixe, indiscutivelmente não é algo agradável. Nós não estamos dizendo isso. O que nós estamos dizendo é que as pessoas deverão seguir as regras estipuladas. Ou seja, se, no Brasil, há um criatório de chinchila que as autoridades competentes consideram que está em conformidade com aquilo que é admissível, aceitável e se puder ser usada a pele – amanhã de avestruz ou de chinchila – de acordo com a legislação, não há por que se impedir, até porque isso está dentro de um cumprimento legal, e o Governo brasileiro autoriza a criação e o abate. São as exceções que estamos abordando.

Agora, nós estamos aqui impedindo que haja a prática com cães, com gatos, com animais domésticos, que realmente vem sendo utilizada em alguns países da Ásia e com a qual nós não concordamos. E existe uma posição não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos.

Em relação ao fato específico de que o abatedouro não é realmente um local agradável, eu concordo plenamente com V. Exª. Não há como nós refutarmos o fato. Agora, existe uma realidade. O Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente autorizam, com base em regras compatíveis com a situação, o abate daqueles animais que são permitidos. Então, nós teríamos os mais variados abates. Temos frigorífico de avestruz, temos frigorífico de gado, temos frigorífico de frangos, temos frigorífico de peixe. Há uma variedade enorme de frigoríficos no Brasil.

No caso específico da chinchila, é pela utilização da pele, mas dentro daquilo que a legislação brasileira admitiu. Ou seja, com isso, nós não estaríamos impedindo o cidadão que cumpriu todas as suas exigências, para que amanhã ele seja interditado depois de ter cumprido as regras legais do País.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

Agradeço.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Telmário; depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, o Senador Caiado tem como profissão ser médico, como o Senador Otto, mas ele, sem nenhuma dúvida, é um homem do campo, conhece como ninguém esse segmento e, como sempre, muito competente, trouxe os esclarecimentos que estávamos precisando.

Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, a dúvida do Senador Telmário também é minha. O parecer do Senador Ronaldo Caiado deixa uma dúvida, porque aqui fala em peles de cães e gatos, animais domésticos, e junto fala em animais selvagens exóticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Desde que esses animais, por exemplo – vamos citar um animal selvagem exótico –, um crocodilo, um jacaré.... Pode haver um criadouro de jacaré, como nós temos já no Brasil, que é uma pele de alto valor para derivados, artigos feitos com a pele do jacaré, e pode um país ter um criatório que use não só a pele como a própria carne do animal para comercializar. E no Brasil já existe isso. Quer dizer, se vamos criar uma barreira de importação de algo que no país de origem está legalizado, nós podemos ter, como disse o Senador Telmário, também a reciprocidade na exportação, se daqui quisermos exportar a própria pele do jacaré. Talvez, no parecer, possamos fazer essa ressalva de que a importação, desde que tenha a origem do produto legalizada no País, possa acontecer.

Nós temos esse problema, Senador Caiado, na Amazônia para a exportação de madeira. A madeira, hoje, só é exportada se tiver o chamado Selo Verde, ou seja, a madeira que é retirada da floresta, que não seja por manejo ou por reflorestamento, não pode ser exportada mais. Ela não tem guia, não recebe a guia de exportação. Então, é vedada a exortação. Mas, se ela tiver a origem em um projeto de manejo aprovado pelos órgãos federais e estaduais ou de reflorestamento, pode ser exportada. É um mercado importante para o nosso País.

Eu perguntaria também a V. Exª se, nesse caso, não caberia uma ressalva para esses criatórios legalizados em outros países.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Está claro. Eu queria reforçar o texto da lei. Ele é claro. A lei não está deixando aqui a menor dúvida, nobre colega.

Temos o inciso II.

O que a lei diz que é vedado? Para cães, gatos e coelhos domésticos.

Agora, o inciso II: "animais selvagens sem origem certificada e sem licença ou autorização da autoridade competente".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No país de origem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, essa situação é certificada. Se ela está certificada, se ela cumpre as exigências legais, não há nenhum impedimento.

O que nós estamos falando é exatamente do contrabando que existe, da utilização desses animais.

Hoje, por exemplo, nós temos o javali. Você tem o javali, você tem um criatório, você tem um abate, você tem a utilização da carne. Você tem criatórios de codorna, você tem criatórios de jacaré, que é também dentro desta legislação.

Então, as exceções são sem origem certificada e sem licença ou autorização. Se esses animais não têm essa licença, eles não podem ser, de maneira alguma, importados.

Agora, se ele tem, no seu país de origem, toda a certificação, se ele cumpre todas as exigências, se ele tem a licença, ora, você não tem porque vedá-la.

Está bem claro no inciso II da lei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

Só como sugestão ao nobre Relator, que a gente pudesse deixar bem claro esse inciso II, que se diga nele que é a certificação e a comprovação no país de origem, porque...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas se nós estamos importando, não pode ser em outro país.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois é. É...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não pode ser em outro país. Se nós estamos importando, não pode ser em outro país.

Então, o texto, do ponto de vista legislativo, da técnica legislativa, está perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como está dentro da lei, atende.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não tem como aqui. Para o nosso professor de português, Senador Pedro Chaves, está bem claro aqui. Nós não temos dúvidas. É no país de origem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu só queria deixar mais claro, mas eu concordo com V. Exª.

Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu parabenizo V. Exª pela preocupação com os jacarés. (*Risos.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório do Senador Ronaldo Caiado, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação, nos termos do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Do item 3 ao item 10, todos são terminativos. Então, nós passaremos ao item 11, que é um requerimento da lavra do ...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Telmário Mota...

Pois não, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu sou Relator do projeto de autoria do Senador Waldemir Moka, acredito que seja o item 6, e eu gostaria, se fosse possível, de ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Qual item?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Item 6. Eu leria o relatório e aguardaríamos o quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não tem nenhum problema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Quero pedir inversão da pauta para o item 8, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, então, Senador Ronaldo, ficaremos com o item 6 e o item 8, depois o item 11.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu passo a palavra...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, eu só gostaria que o meu item 11, o quórum que há aqui é suficiente para aprová-lo, então, que depois os Senadores segurassem um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É um requerimento, não tem nenhum problema, não precisa de quórum qualificado.

Vamos atender o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais.

Autoria: Senador Waldemir Moka
Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 28/06/2016 e 05/07/2016.

Tem a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 243, de 2014, de autoria do Senador Waldemir Moka, que "altera os arts. 39 e 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais".

Relatório, Sr. Presidente.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2014, de autoria do Senador Waldemir Moka, que tem por objetivo:

a) impedir, por meio de acréscimo de inciso XIV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 1990, que o fornecedor de bens e serviços possa inserir, nos órgãos de proteção ao crédito, informações negativas sobre o consumidor, salvo se comprovar cabalmente a existência de contrato entre as partes e a entrega do bem ou a prestação de serviço;

b) impedir, por meio de acréscimo de art. 42-B à Lei nº 8.078, de 1990, que o fornecedor realize a cobrança de débitos do consumidor, salvo se comprovar cabalmente a existência de contrato entre as partes e a entrega do bem ou a prestação de serviço;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

c) considerar que declarações unilaterais do fornecedor não fazem prova da realização do contrato, mas que a existência de assinatura eletrônica que identifica inequivocamente o signatário faz a prova.

Em sua justificação, argumenta o autor do projeto que as formas eletrônicas de contratação aumentaram o risco de fraudes ao consumidor que, a despeito de não adquirir bens ou serviços, tem seus dados pessoais, bancários e creditícios roubados por meio de atores de ciberpirataria, os quais realizam contratos fraudulentos com fornecedores de bens ou serviços. E, se é certo que os fornecedores, ademais, são vítimas dessas fraudes, também é certo que os fornecedores não podem, sem maiores cuidados, encaminhar faturas de cobrança ou pedidos de negativação de nomes de consumidores que nada adquiriram e que tiveram seus dados roubados por ações de ciberpiratas.

A análise do Projeto de Lei nº 243, de 2014, por esta Comissão se dá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O projeto de lei analisado versa sobre direito econômico e direito do consumidor, matéria de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal (art. 24, incisos I e V, da Constituição), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição). A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do §1º do mesmo artigo.

Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque busca efetivar os princípios constitucionais da função social da propriedade (art. 170, inciso III, da Constituição), da defesa do consumidor (art. 170, inciso V, da Constituição) e da busca do pleno emprego dos fatores de produção (art. 170, inciso VIII, da Constituição). As restrições que o projeto opera à liberdade de iniciativa econômica dos fornecedores não são, por sua vez, excessivas, dado que ficam assegurados o comércio de bens e serviços, a negativação de consumidores inadimplentes e a cobrança de débitos sempre que a realização do contrato e a prova da conclusão do serviço ou da entrega do produto forem satisfeitas.

A análise deste projeto pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está em consonância com o art. 102-A, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores, bem como aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e fornecedores, com especial ênfase às condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil e respeito à privacidade.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação, dado que altera os requisitos jurídicos aplicáveis à negativação e à cobrança de débitos do consumidor; b) efetividade; c) adequação normativa, já que o tema deve estar previsto em lei ordinária; d) coercitividade, dado que os fornecedores serão administrativamente e judicialmente sancionados se descumprirem as normas; e e) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores de bens ou de serviços.

A proposição é vazada em boa técnica legislativa e não há inclusão de matéria diversa ao tema. As expressões utilizadas, por sua vez, preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Acerca do mérito, o projeto merece prosperar, como bem anota o Senador Waldemir Moka em sua justificação:

> ... as empresas, quase sempre e de forma abusiva, insistem em cobrar das vítimas os débitos resultantes desses contratos fraudulentos. Os consumidores que tiveram os seus dados pessoais indevidamente utilizados por terceiros de má-fé acabam tendo seus nomes inscritos nos cadastros de inadimplentes e são obrigados a recorrer ao Judiciário para recuperar a capacidade de crédito e obter a reparação dos danos sofridos. Além dos conflitos e da insatisfação dos consumidores, a insegurança das pessoas com as fraudes perpetradas no mundo virtual dificulta a expansão do comércio eletrônico com prejuízos para as próprias empresas.
>
> [...]
>
> Dessa forma, as empresas que adotam um modelo de negócio baseado em operações não presenciais como os sistemas de televendas e de comércio eletrônico devem adotar soluções de segurança que permitam comprovar o contrato celebrado com seus clientes, assumindo para si os riscos de eventual falta de cautela na inequívoca identificação do contratante.
>
> [...]
>
> Assim, é necessário e urgente que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) seja atualizado de modo a exigir maior segurança nas relações de consumo originadas de forma não presencial com o suporte das tecnologias de informática e telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em conclusão, nos mesmos termos do relatório já apresentado pelo Senador Blairo Maggi, o projeto deve ser aprovado, justamente porque contribui para a formação de ambiente de negócios mais seguro nas relações de consumo não presenciais, assegurando-se, assim, a livre contratação entre fornecedor e consumidor.

Propomos ao final uma emenda para explicitar as formas de manifestação de vontade do consumidor no ambiente não presencial, assegurando-se a comprovação da contratação do serviço ou aquisição do produto por meio de biometria, assinatura eletrônica, digitação de senha ou de código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível. Além disso, consideramos como meio apto para comprovar o negócio jurídico a tela sistêmica, as gravações realizadas por meio de contato ativo por telefone com os consumidores, e, por fim, o *log* eletrônico gerado pelo fornecedor, de forma a não gerar óbice à expansão do comércio eletrônico – e não somente a assinatura eletrônica, como proposta no projeto.

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2014, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº – CMA

Acrescente-se art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 42-B .....

§1º É válida a contratação de serviços ou a aquisição de produtos por meios eletrônicos ou outros meios não presenciais mediante a utilização de biometria, assinatura eletrônica, digitação de senha ou de código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível, obtidos mediante prévio cadastramento do consumidor junto ao fornecedor, entre outros meios que assegurem a identificação do signatário.

§ 2º A tela sistêmica, as gravações e os *logs* eletrônicos gerados pelos fornecedores são aptos a comprovar o meio eletrônico pelo qual a contratação foi realizada."

Era só isso, Sr. Presidente.

É o relatório. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O relatório lido pelo nobre Senador Cidinho Santos vai ficar para uma outra reunião em que nós tenhamos o quórum qualificado para discussão e também para apreciação da matéria.

O item 8, se eu não me engano...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadores, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, que nós pudéssemos não fazer a leitura dos projetos terminativos por dois motivos. Primeiro, os Senadores, quando tivermos o quórum qualificado, que vão votar no projeto não terão oportunidade de ouvir a leitura dos relatórios, porque já estariam feitas. Eles teriam de fazer a leitura em separado e, depois, nós vamos abrir uma discussão para votação. Segundo, nós temos duas Comissões, a CAE e a CI, que já iniciaram. Então, eu pediria que nós fôssemos diretamente aos requerimentos. E, quando tivéssemos o quórum qualificado, nós voltaríamos aos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente, Senador Flexa Ribeiro. Nós acatamos a solicitação do Senador Cidinho porque já aconteceram outros casos idênticos e já havia precedente. Mas vamos, então, passar ao item 11, que é um requerimento, e, a partir daí, votarmos, para que os Senadores possam ir para outras Comissões, como a Comissão de Assuntos Econômicos, se eu não me engano, e a de Infraestrutura.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a reestruturação dos Correios na Região Norte. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; 2. Presidente dos Correios; 3. Presidente do SINTECT de Roraima; 4. Presidente da FENTECT - José Rivaldo; 5. Presidente da ANATECT - Rodolfo Manoel Marques do Amaral; e 6. Presidente da FINDECT.

Autoria: Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da lavra do Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, como exibida no programa Fantástico de 19/06/2016. Para tanto, sugere sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Presidente do IBAMA; 2. Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3. Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; 4. Senhor Mauro Barros - Representante da empresa Belo Sun; 5. Dra. Thais Santi - Procuradora da República; 6. Prof. Jorge Tenório – Professor de Engenharia Química da USP; 7. Dr. Francisco Nóbrega – Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 8. Engenheiro responsável pelo projeto da barragem dos rejeitos; 9. Dra. Carolina Reis – Advogada do Instituto Socioambiental.

Autoria: Senador Telmário Mota.

É de autoria também do Senador Telmário Mota.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O requerimento do Senador Telmário Mota é para discutir a implantação do projeto da Empresa Belo Sun, na Volta Grande do Rio Xingu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª tem um similar aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não é similar. Eu tenho um aditando, porque é um projeto no Estado do Pará, cuja licença ambiental é dada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Então, o Senador Telmário, ao fazer o seu requerimento baseado numa matéria que saiu no programa Fantástico, não colocou entre os convidados as pessoas que estão à frente do licenciamento ambiental, que são o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. São os dois interessados.

Então, estou aditando ao requerimento no item 13, que nós poderemos votar em conjunto – assim sugeriria. Trata da participação dos dois representantes do Estado do Pará, para que possam vir fazer o debate com as autoridades da Federação, que são as pessoas que o Senador Telmário convidou para participar da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. O Requerimento nº 26 será aditado ao requerimento do Senador Telmário Mota.

E as pessoas que V. Exª cita são os Srs. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará, e Srª Maria Amélia Enriquez, Secretária-Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará, representando o Governo do Estado do Pará.

Está feito o aditamento.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RMA n° 23, de 2016, que, para participar da audiência pública destinada a discutir a exploração mineral na região do rio Xingu, próximo a Usina Belo Monte, pela empresa Belo Sun, sejam convidados os seguintes convidados:

• *Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS); e,*

• *Sra. Maria Amélia Enríquez – Secretária adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará e Representante do Governo do Estado no PDRSX.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Encerrada a discussão.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento do Senador Telmário Mota, com o aditamento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O item 15 é um requerimento da Comissão do Meio Ambiente, do Senador Jorge Viana. E eu queria subscrevê-lo para que a gente o colocasse também agora em votação, a título de antecipar as proposições feitas no referido requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Antes, há o item 14, que é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que não está presente, e como tal não pode ser...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, com a subscrição do Senador Flexa Ribeiro, vamos fazer a apreciação dos dois requerimentos, um com a subscrição do Senador Telmário Mota e, outro, do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais e, em aditamento ao RMA n° 19, de 2016, que, para participar da audiência pública destinada a discutir e apurar a ameaça do avanço do plantio da soja no bioma Pantanal, seja inserido no rol de convidados o Sr. Adalberto Eberhard, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em substituição ao Presidente do IBAMA.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão.
Para discutir, o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – No item 17 da pauta, eu estou solicitando um aditamento para inclusão do Sr. Ângelo Rabelo, Presidente do Instituto Homem Pantaneiro – porque ele tem, na verdade, toda a radiografia da situação lá –, para participar também da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Então V. Exª está fazendo um aditamento...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É, aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento n. 20/2016-CMA, aprovado por esta Comissão em 28 de junho de 2016, o aditamento ao rol das autoridades convidadas a participar da audiência pública destinada a debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma pantanal", incluindo o nome a seguir identificado: 1. Ângelo Rabelo – Presidente do Instituto Homem Pantaneiro.

Autoria: Senador Pedro Chaves.
Então, em votação os dois requerimentos.
Encerrada a discussão, em votação.
Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados, de acordo com a solicitação do nobre Senador Pedro Chaves.

Item 15, com subscrição do Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento n° 25, de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, que, para a audiência pública que debaterá o PLS 95/2012 (altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI) e discutirá a regulamentação do mercado de carbono no Brasil, seja convidado o Sr. Ludovino Lopes, advogado especialista em serviços ambientais (ênfase em REDD+ em escala jurisdicional e projetos) e com experiência na estruturação de programas específicos e salvaguardas socioambientais para povos indígenas.

Autoria: Senador Jorge Viana.
Subscrito pelo Senador Telmário Mota.

Em discussão. (*Pausa.*)
Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.
Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento do Senador Jorge Viana, subscrito pelo Senador Telmário Mota.
Para o item 16, eu passo a Presidência ao nobre Senador Ataídes Oliveira, porque é um requerimento de minha autoria.
O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Item 16 da pauta.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 18 de 2016, desta Comissão, de forma que seja incluído o seguinte convidado para participar da presente audiência pública: - Sr. Carlos Kruschewky, empresário do setor.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Passo a Presidência novamente ao Presidente Otto.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Esgotada a pauta, esgotados os requerimentos. Não foram votados os projetos de caráter terminativo.
Eu agradeço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que compareceram, e convocamos para a próxima terça-feira, no mesmo horário, outra reunião.
Encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Ivo Cassol e Fernando Collor. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, José Medeiros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RMA 19/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves, RMA 20/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves, e RMA 30/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves. **Finalidade:** Debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma Pantanal". **Participantes:** Roberto Luiz Leme Klabin, Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal; André Sócrates Teixeira, Coordenador Geral de Autorização de Uso da Flora e Floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Ricardo Eboli, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL (representante de: Jaime Elias Verruck - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul); Luiz Nery Ribas, Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso - Aprosoja (representante de: Carlos Henrique Baqueta Fávaro - Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso); Sr. Felipe Augusto Dias, Diretor Executivo do Instituto SOS Pantanal (representante de: Roberto Luiz Leme Klabin); Sr. Jerônimo Alves Chaves, Secretário Adjunto de Produção e Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso do Sul (representante de: Ricardo Eboli); Cel. Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo, Presidente do Instituto Homem Pantaneiro; Lucas Galvan, Diretor Executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul (representante de: Maurício Koji Saito - Presidente da Famasul); Sr. Paulo Carneiro, Diretor de Criação de Unidades de Conservação do ICMBIO (representante de: Rômulo Melo, Presidente do ICMBIO); Sr. Alonso Batista dos Santos (representante de: Comitê Popular do Rio Paraguai e Sociedade Fé e Vida); Deputado Augusto Carvalho, Deputado Federal; Sr. Michel de S. Rodrigues dos Santos, Especialista em Políticas Públicas (representante de: WWF - Brasil); Sr. Thomaz Lipparelli, Professor Doutor da Sociedade Brasileira de Ictiologia (representante de: Instituto Pantanal de Proteção à Natureza); Sr. Armando Lacerda (representante de: Morador das margens do Rio Paraguai); Sr. Marcelo Bertoni, Presidente do Sindicato Rural de Bonito (representante de: Sindicato Rural de Bonito); Sr. Mário Mantovani (representante de: SOS Mata Atlântica). Sr. Jefferson Esdra de Arruda, Professor na escola Extensão Boa Esperança, no Taquari, Região Paiaguás. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo de dez minutos. Após a exposição dos convidados, o Senhor Presidente usa da palavra. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Aos meus caros amigos o nosso bom-dia. É com muito prazer que recebo todos.

Eu pediria apenas que desligassem o celular ou que o colocassem no modo silencioso, porque, para nós, é importante que a audiência corra sem nenhuma anormalidade.

Cada um pode ocupar o seu lugar. Se quiserem ocupar um lugar aqui na frente, estejam à vontade.

Neste momento, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater o tema "Avanço do plantio da soja no bioma Pantanal", em atendimento aos Requerimentos nºs 19, 20 e 30, de 2016, de autoria deste que vos fala, Senador Pedro Chaves.

A reunião será realizada em caráter interativo. Então, todo o Brasil pode mandar sugestões, que nós as selecionaremos. A partir daí, guardaremos esse material para possível futura deliberação. Essa interatividade é muito importante. Nós recebemos, na última reunião, mais de 500 sugestões de pessoas ligadas a diversos setores. Essa interatividade permite que a sociedade participe, realmente, no caso nosso, dos destinos do Pantanal sul-mato-grossense. Então, há a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Antes de convidar nossos palestrantes, nossos expositores, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para ler um texto importante.

Muito me honra presidir esta audiência aqui na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal exatamente na semana em que se comemora o Dia Mundial dos Rios, que será no próximo domingo.

Informo aos meus pares e a todos que estão participando deste evento que estou sendo presenteado, porque a defesa do meio ambiente do Pantanal é uma das bandeiras que carrego desde jovem com determinação e com profundo respeito.

Quero aproveitar esta feliz e rica oportunidade para agradecer aos pioneiros que, algumas décadas atrás, na Colúmbia Britânica, região do Canadá, tiveram a sabedoria e a coragem de ir às ruas e às praças defender os rios e os lagos desse país das mais variadas formas de depredação ambiental. Nessa iniciativa coletiva reside a origem desta histórica e justa homenagem. Isso indica que a preocupação com o meio ambiente continua sendo missão e compromisso de todos e de cada um que habita este frágil e diversificado Planeta.

Como sabemos, os rios têm importância fundamental para a história e a existência da humanidade, não só porque foi por meio deles que os homens e mulheres ocuparam parte importante da Terra, mas porque é dos rios, é claro, que tiramos água potável e peixes variados, tiramos a lavoura, matamos a sede dos animais e dos vegetais, praticamos esporte e transportamos parte considerável do PIB mundial.

Os rios cumprem papel relevante na história do Brasil. Foi por meio deles que o interior do País foi ocupado e colonizado. Não havia como chegar ao Sertão, à Caatinga, à Amazônia ou ao Pantanal se não fosse com o luxuoso apoio das rudes e práticas canoas de madeira. Nesse processo, no caso do Brasil, destacam-se os Rios Tietê, Paraná, Tocantins, Amazonas e São Francisco. Esses são os rios considerados de integração nacional, que banham grande parte do Território. Porém, temos outras centenas de rios distribuídos pelo interior do País, cumprindo, na prática, papel econômico e social de transcendental importância.

Eu sou Senador do Estado de Mato Grosso do Sul e conheço muito bem nossa bacia hidrográfica. Pesquei esportivamente e naveguei nas águas dos mais importantes rios do meu Estado.

O Rio Paraguai é conhecido como o portal do Pantanal. Vários rios que cruzam o coração desse bioma deságuam nas suas mansas águas. Aliás, tenho denunciado que muitos rios de meu Estado, se não fizermos algo para defendê-los, poderão morrer num futuro muito próximo. Torço para que as ideias defendidas pelos pioneiros do Canadá e por todos aqueles que possuem compromisso com o meio ambiente nos ajudem a aprovar projetos ou outras iniciativas nesta Casa que estejam sempre em comunhão com a ideia de um mundo cada vez mais verde e mais vivo.

Leio aqui o art. 2º da Declaração Universal dos Direitos da Água: "A água é a seiva do nosso Planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do art. 3 º da Declaração dos Direitos do Homem."

Daremos agora continuidade à nossa audiência pública interativa com o tema "Avanço do plantio da soja no bioma Pantanal".

É com prazer que registro a presença de Armando Lacerda, pantaneiro e pecuarista da região do Pantanal de Corumbá; de Jefferson de Arruda, professor municipal de uma escola pantaneira da região do Taquari; de Thomaz Lipparelli, pesquisador, doutor da região do Pantanal, especialista em peixes e em tudo mais; de Carlos Sato, empresário de turismo da região do Pantanal; e de Teresa Bracher, ambientalista, conselheira do SOS Pantanal e da Rede de Proteção da Região do Amolar.

Vamos agora, com muito prazer, chamar os primeiros conferencistas aqui para tomar assento à mesa e fazer uso da palavra.

Inicialmente, chamo o Sr. Roberto Luiz Leme Klabin, Presidente do Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal. Seja bem-vindo!

André Sócrates Teixeira, Coordenador-Geral de Autorização de Uso da Flora e Floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), seja bem-vindo!

Ricardo Eboli, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), seja bem-vindo!

Convido André Luiz Torres Baby, Secretário Executivo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema/MT).

Nós vamos fazer isso em duas etapas. Primeiro, falarão os quatro participantes e, depois, os demais.

O André Luiz está presente? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Se não veio aqui o André Luiz, vamos chamar Luiz Nery Ribas, Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

Cada expositor terá dez minutos, com dois minutos de prorrogação. As perguntas ficarão para o final de todas as exposições. Então, nós teremos uma rodada de quatro palestrantes e, depois, de mais quatro. Em seguida, passaremos aos questionamentos.

Inicialmente, com a palavra o Dr. Roberto Klabin, por favor.

O SR. ROBERTO LUIZ LEME KLABIN – Bom dia a todos!

Senador, eu vou dividir a minha apresentação. Falarei em três minutos. Depois eu pediria ao Felipe, Diretor da SOS Pantanal, que viesse aqui para fazer a apresentação mais técnica.

Primeiro, eu gostaria de agradecer, em nome da SOS Pantanal, da qual sou o Presidente, a possibilidade de estar aqui presente falando aos senhores e senhoras sobre esta questão tão séria que ameaça o Pantanal, que é o avanço da soja no bioma.

Quero agradecer especialmente ao Senador Pedro Chaves por esta oportunidade. O Senador é profundo conhecedor do Pantanal sul-mato-grossense e membro do Conselho do Instituto SOS Pantanal.

Minha relação com o Pantanal é antiga, pois minha família lá está já faz quase 70 anos. Eu, sozinho, empreendo há mais de 30 anos. Eu sou pecuarista e hoteleiro. Fundei o Refúgio Ecológico Caiman, que é considerado pioneiro na região em iniciar o turismo ecológico. Ao longo da existência do meu projeto ecológico, recebi milhares de turistas, brasileiros e estrangeiros, que vieram admirar a paisagem pantaneira, sua fauna e flora, e principalmente procurar entender como é que a pecuária e um projeto de turismo ecológico podem dividir o mesmo ambiente em harmonia. E é sobre harmonia e desarmonia que estamos hoje aqui para falar.

Durante mais de 250 anos, o Pantanal foi adaptado e se adaptou ao ingresso da pecuária de corte nas suas planícies inundadas, um ambiente natural próprio para a pecuária, sem o incômodo de ter de transformar a floresta em pasto. Grandes fazendas surgiram depois da Guerra do Paraguai na região, e o Pantanal, até hoje, quase na sua totalidade, é uma região ocupada por fazendas, com pouquíssimos conflitos fundiários.

A cultura de gado desenvolveu-se junto à noção de que, para operar barato no Pantanal, era necessário adaptar-se ao pulso das águas, das cheias e secas do Pantanal. Era notório conviver com a fauna nativa e suportar os conflitos. O certo era adaptar-se ao Pantanal, e não adaptar o Pantanal à atividade que lá se vislumbrava. O resultado está aqui hoje: o Pantanal tem uma vibrante cultura, uma economia baseada na pecuária e um potencial que vem sendo gradualmente aproveitado, que é a sua natureza exuberante, para a realização de turismo sustentável.

O Pantanal é hoje um destino mundial para a observação de fauna silvestre. Assim como na África do Sul e do leste, o Pantanal e suas planícies atraem turistas do mundo todo para apreciar aqui o que está desaparecendo no mundo todo, ou seja, uma natureza em harmonia com atividades humanas locais.

Muito mais em harmonia do que em determinados destinos turísticos africanos o Pantanal se encontra. Nesses destinos, a gente encontra problemas fundiários e problemas das populações locais em conflito com as propriedades. No Pantanal, não. Infelizmente, tudo isso aqui está para mudar, e a causa é a de sempre: a falta de entendimento do valor e do potencial do Pantanal para continuar em equilíbrio e harmonizar ambiente de trabalho pela sociedade e seus representantes.

Então, quero chamar a atenção aqui para o seguinte: essa harmonização que existe entre o pecuarista e o ambientalista no Pantanal é algo inédito, não existe no Brasil todo. O proprietário de terras no Pantanal, o pecuarista é o maior defensor do meio ambiente. Graças a ele, você pode encontrar no Pantanal situações que não são encontradas fora desse bioma.

O que vemos hoje, com essa ameaça do ingresso da soja, é que se trata de uma ameaça muito grande de desfigurar totalmente seja a cultura, seja o ambiente, sejam as relações de harmonia que existem. Para isso nós estamos aqui hoje, para levantar essa questão e pedir que a sociedade se manifeste sobre o que nós queremos para esse bioma. Não existem marcos legais adequados ainda para dizer efetivamente o que pode e não pode ser aprovado nesse local.

Então, convido os senhores a discutirem esse tema e passo a minha palavra, agora, ao Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Convido o Felipe.

O SR. FELIPE AUGUSTO DIAS – Bom dia a todos!

Agradeço ao Exmo Senador Pedro Chaves pela audiência pública importante desta Comissão do Senado.

Cumprimento as demais autoridades, as senhoras e os senhores.

Esta é uma oportunidade única para debatermos sobre uma região singular do Brasil. Quando se fala desse bioma, as primeiras palavras que pronunciamos refletem nosso encantamento pelas belas paisagens, pela diversidade de aves, pela onça pintada, pelo jacaré e por outros animais. Porém, há um personagem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

deve ser visto nesse contexto, o homem pantaneiro, que historicamente se adaptou à dinâmica do curso de inundação e contribuiu para a proteção do Pantanal.

Apesar dessa relação de harmonia do homem com a natureza, o Pantanal tem o Taquari como grande desastre ambiental. Políticas públicas incentivaram o avanço da agropecuária no cerrado, levando à ocupação desordenada de áreas rurais sem o emprego de práticas de conservação de água e solo adequadas ao ambiente, que provocaram erosões, assoreando a planície do Taquari e gerando uma inundação permanente de 11 mil quilômetros quadrados. Recentemente, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul lançou um programa de recuperação de pastagens degradadas. São 80 mil quilômetros quadrados a serem recuperados.

Esta audiência é extremamente importante para estabelecermos o debate, evitando cometer os erros do passado, para permitir que, no futuro, não haja a necessidade de investir na recuperação do Pantanal.

Recentemente, o cenário que a imprensa nos colocou foi a do Pantanal como a nova fronteira agrícola. Nesse contexto, considerando o imediatismo da atividade econômica em detrimento de outras e da própria sociedade local, coloca-se o bioma em risco. Qual o preço da extinção de espécies, da perda de hábitats e da biodiversidade? Qual o preço da falta de planejamento e de tecnologias ambientais a ser pago pelas gerações atuais e futuras? Quanto custa a recuperação das áreas degradadas? Qual o preço que pagamos por todo o solo, por fertilizantes e por outros produtos químicos que foram utilizados para a produção e foram arrastados nos processos erosivos? São muitos questionamentos a serem respondidos e muitos itens a serem contabilizados.

O homem continuamente produz novas tecnologias que contornam obstáculos. Um exemplo é a tropicalização da soja. As pesquisas e o melhoramento genético permitiram que a soja antes plantada exclusivamente abaixo do Trópico de Capricórnio chegasse ao Amapá. Essa busca de novas fronteiras se dá por que, nessas áreas consolidadas, as pragas e doenças estão mais resistentes aos agrotóxicos. O Brasil é o País que mais utiliza agrotóxico no mundo, realidade que deve ser revertida urgentemente.

Para confirmar essas afirmações, uma reportagem do *Correio do Estado* referente ao encontro sobre controle biológico que houve na cidade de Campo Grande tem uma frase destacada: "Tudo isso é motivado por uma realidade da qual não se pode mais fugir e muito menos deixar de enfrentar: vários insetos que atacam lavouras estão ganhando resistência aos produtos agroquímicos existentes. Por isso, esses produtos estão ficando ineficazes no combate às pragas, comprometendo o controle fitossanitário."

O Instituto SOS Pantanal tem realizado encontros com pesquisadores de várias áreas de conhecimento que desenvolvem estudos no Pantanal. Dentre eles destaco o Prof. Gilvan Sampaio de Oliveira, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; o Prof. Mario Assine, da Unesp de Rio Claro; o Prof. Pierre Girard, da Universidade Federal do Mato Grosso e do Instituto Nacional de Áreas Úmidas. Todos os estudos apontam para nos dar segurança em afirmar que não se deve permitir o estabelecimento de soja no Pantanal.

O cenário que se vislumbra para a soja no Pantanal e entorno foi didaticamente demonstrado no processo de drenagem do banhado do Rio da Prata. A construção de drenos impactou negativamente no turismo da região, reconhecido mundialmente como destino do ecoturismo no Brasil. São mais de 200 mil turistas que a região recebe anualmente. Na região da Bodoquena, como a gente sabe por dados da Federação de Agricultura do Estado, a área plantada triplicou.

Esta audiência, acredito, será um divisor de águas, tendo em vista a necessidade de estabelecer normas, limites para a intervenção na BAP, especificamente em relação à manutenção das inundações do Pantanal e em relação à supressão e substituição da vegetação nativa.

Para o novo Código Florestal, o Pantanal é área de uso restrito, deixando para os Estados a responsabilidade de regulamentar usos mediante o Cadastro Ambiental Rural. No caso do Mato Grosso do Sul, o CAR que foi estabelecido levou em consideração a viabilidade econômica das propriedades rurais, desvirtuando o caráter de área de uso restrito. Mais do que desvirtuar o Código Florestal, o avanço da soja no Pantanal não considera o Zoneamento Ecológico-Econômico.

A Carta de Vulnerabilidade Natural define as zonas lindeiras como sendo uma área de variação de intergrades para instável, com o agravante de ser numa região formadora da planície pantaneira com grande vulnerabilidade; contudo, o setor agrícola a vê como nova fronteira.

Especificamente a depressão do Miranda, segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, indica que a região apresenta fragilidade do terreno, e sua vizinhança com a planície pantaneira faz dessa zona...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE AUGUSTO DIAS – ...quase uma sequência da zona de proteção da planície pantaneira, significando grande parte do que se aplica naquela zona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nesse contexto, devem-se, então, apoiar medidas que reduzam os impactos ambientais através de um instrumento de pagamento por serviços ambientais, com mecanismos de compensação econômica para proprietários de terras que conservem os recursos naturais acima das obrigações impostas pela legislação, principalmente no que se refere à manutenção das formações vegetais primárias.

Nós realizamos continuamente o monitoramento da Bacia do Alto Paraguai, por meio do mapeamento, a cada dois anos do avanço das mudanças de uso da terra. O que se percebeu quando fizemos o trabalho de acompanhamento com sobrevoo e com a visita? Fica bem indicado naquele mapa ao lado um sobrevoo bastante grande. Nós identificamos essas áreas que são as áreas que o ZEE diz que não devem ser usadas. O Mato Grosso do Sul não possui Zoneamento Ecológico Econômico, mas, considerando a proximidade, as notícias que nos trazem, quando a gente fala da zona da depressão...

Perdoem-me! É que quero mostrar essa área em marrom mais claro. São áreas consideradas... Aqui é a zona de depressão do Miranda. Está bem aqui.

Dizem que o *laser pointer* serve para mostrar o quanto estamos nervosos, não é?

Essas áreas mostram exatamente onde está sendo instalada a agricultura no Estado.

Em Mato Grosso do Sul, a soja está sendo plantada na região de Miranda, como falei. É identificado como zona de depressão do Miranda o local em que deveriam ser evitados impactos de atividade intensiva do plantio da soja. Não fosse a observação do ZEE, boa parte da soja plantada se encontraria em terrenos com classificação agronômica de aptidão 5. A classe 5 indica que a área deve ser utilizada para a proteção da fauna e da flora e de atividade com pecuária de pastagem nativa.

Outro fator relevante são as mudanças climáticas.

Preciso que coloque o *mouse* naquele canto em que está o mês de janeiro. Aperte aí. Essas são as anomalias climáticas que estão acontecendo na temperatura no decorrer do ano. Temos dados até julho de 2016. Esse é um gráfico produzido pelo Prof. Gilvan.

Então, em vez de discutirmos o avanço da soja no Pantanal, nós deveríamos discutir a adaptação das atividades econômicas do Pantanal às mudanças do clima, para que as políticas públicas existentes pudessem perenizar a economia e o homem pantaneiro. Nesse sentido, é importante entender a quantidade de água que chove na planície. O Pantanal inunda, mas, se vocês observarem a planície, vocês vão ver que os índices de precipitação maiores estão no planalto da região norte da bacia. Conforme você vai migrando para o centro do Pantanal, os índices de precipitação vão sendo menores. Isso, dentro de classificações climáticas, indica que essa região é uma área de clima subúmido com tendência a semiárido. Ou seja, se a água não viesse daqui, esta área aqui estaria com problemas de falta de água, e aí não se produz.

Mais uma vez, agradeço a iniciativa do Senador Pedro Chaves, por realizar esta audiência pública.

O instituto SOS Pantanal vem realizando encontros técnicos para debater sobre o Pantanal, visando a contribuir para as políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico do Pantanal com base na vocação socioambiental. É essa a nossa busca, é esse o nosso interesse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Felipe por sua exposição.

Quero deixar uma coisa bastante clara aqui, como Presidente da Comissão e desta audiência pública: estamos aqui de forma extremamente imparcial, para que haja, na verdade, um real encontro entre produtores rurais e ambientalistas, para vermos o que é ponto comum e o que é importante para a preservação do bioma, pensando em desenvolvimento sustentado, para que não haja nenhum viés na nossa discussão e na nossa audiência. Está o.k.?

Vou agora convidar, com muito prazer, o André Sócrates Teixeira, Coordenador-Geral de Autorização do Uso da Flora e Floresta do Pantanal.

O SR. ANDRÉ SÓCRATES TEIXEIRA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Pedro Chaves e os demais integrantes da Mesa.

Cumprimento a plenária.

Sou o Coordenador-Geral de Flora e Floresta. Na verdade, a gente trata da questão não só do Pantanal, mas de todos os outros biomas. A Amazônia integra o nosso trabalho mais forte.

O Ibama tem contribuído com instrumentos de controle e de fiscalização para o bioma Pantanal. Agora, em junho de 2016, nós aplicamos R$1,8 milhões em multa. Foram 264 hectares desmatados. Entre outras atuações, desde 2014 e de 2015, a gente vem fazendo ações de fiscalização na região. Entretanto, entendemos que somente ações de fiscalização não podem resolver o problema do avanço da soja e o problema de outros fatores produtivos que têm avançado na região. São instrumentos de gestão. Assim como outros biomas, o Pantanal precisa de instrumentos de gestão. Quando falo de instrumentos de gestão, lembro que o Ibama está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

com uma ação de implementação de um sistema chamado Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, o Sinaflor. Esse sistema está sendo implementado. Há um prazo de implementação para o dia 1º de janeiro de 2017. Ele está previsto no art. 35 da Lei nº 12.651, que diz que o Ibama deve implementar um sistema nacional de controle da origem das madeiras e dos produtos florestais, para garantir a origem, para garantir que haja uma autorização legal.

Como diferenciar, na situação posta hoje para o Pantanal, aquilo que é autorizado daquilo que não é autorizado? O SOS Pantanal tem feito monitoramentos na região. A gente identifica avanços no desmatamento, mas a gente não sabe o que daquilo é autorizado ou não. E o Sinaflor vem para isso. É um sistema previsto em lei, para que as autorizações de uso alternativo do solo... Com o avanço da soja, a implantação de qualquer atividade agropecuária tem de ter uma autorização, e essa autorização vai se dar através deste sistema, o Sistema Nacional. Já temos com o Estado do Mato Grosso Sul um Acordo de Cooperação Técnica firmado para a implantação desse sistema no Estado. A gente tem priorizado a implantação do sistema na Amazônia com este objetivo de controle do avanço do desmatamento. No Pantanal temos que fazer o mesmo. Então, é urgente que a gente implemente o sistema Sinaflor no Pantanal – o sistema está em fase final de homologação e vai começar a ser implantado.

Falo um pouquinho mais sobre o sistema – eu até peço desculpas por não ter trazido uma apresentação. O sistema permitirá que todos os empreendimentos... E quando falo em empreendimentos, estou me referindo a empreendimentos relacionados à soja também. Eles devem ter uma localização georreferenciada. Então, a gente vai conhecer todos os empreendimentos que estão atuando hoje – como a gente não tem essa informação, é difícil identificar quais são essas frentes de avanço. E assim como o empreendimento, as próprias autorizações.

As autorizações de uso alternativo do solo requerem diversos critérios e requisitos técnicos para que possam ser concedidas. Esses critérios e esses requisitos compõem esse sistema. No ato do cadastro – e o cadastro dessa autorização é feito totalmente por um responsável técnico –, ele vai ter que informar inventários florestais e inventários de fauna relacionados àquela autorização específica. Toda essa informação vai estar digitalizada. Então, é um sistema que precisamos implementar e que tem total integração com o Cadastro Ambiental Rural.

O Cadastro Ambiental Rural traz as informações do imóvel rural, e a dinâmica de avanço, de uso do imóvel rural, vai se dar pelo sistema Sinaflor. Então, para uma autorização para uso alternativo do solo dentro de uma área de uso alternativo do solo, ele vai ter que estar cadastrado nesse sistema Sinaflor.

Outro ponto que a gente foca: no sistema Sinaflor, além de vir essa questão do processo autorizativo – é uma ferramenta importante para o controle –, foi criado um Módulo de Recuperação de Áreas Degradadas. A gente sabe que o problema sério hoje do Pantanal diz respeito a áreas degradadas, às baixas práticas de conservação do solo. Isso gera um escoamento superficial enorme. Esse sedimento vai assoreando os rios – o Rio Taquari está muito assoreado. Esse Módulo RAD tem esse objetivo de cadastrar essas áreas em recuperação. Então, além da área que está saindo – de uso alternativo do solo –, há essas áreas que estão chegando – de recuperação de áreas degradadas, que também vão ser cadastradas nesse Módulo de Recuperação de Áreas Degradadas.

Foco ainda na gestão. Falei do Sinaflor, mas posso falar da recuperação de áreas degradadas.

Hoje eu coordeno a Câmara Técnica de Restauração Florestal do desastre de Mariana. Estamos conduzindo todo o processo de recuperação da área. Nós temos 70 servidores especialistas em recuperação de áreas degradadas pela Universidade Federal de Viçosa. A gente pode contribuir tanto em capacitações para o órgão ambiental estadual quanto para outras entidades, ONGs, para melhorar a gestão. Então, além de melhorar o controle e a fiscalização com o sistema Sinaflor, com métodos de fiscalização, estratégias de fiscalização, é preciso melhorar também a gestão local, a gestão estadual e a conscientização.

Eu ouvi o SOS Pantanal falar da conscientização do produtor rural. Nesse sentido, se o produtor rural estiver conscientizado – é preciso haver ações próprias para isso –, o órgão ambiental e as entidades têm que estar preparadas para atender, para acompanhar e orientar localmente essas ações de recuperação de área degradada.

E aí eu vou concordar com o SOS Pantanal. A gente está aplicando isto na Bacia do Rio Doce: estratégias de programas, como o pagamento de serviço ambiental e outros que foram citados – o Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas; o Programa Reflorestar, do Espírito Santo; o Programa Cultivando Água Boa, de Itaipu. São todas estratégias de mobilização social para que se mude a conscientização. Se não houver uma estratégia de conscientização do produtor rural, nada adiantará a gente fazer toda uma estratégia de fiscalização, de monitoramento e de melhoria dessa gestão compartilhada com os Estados para que a gente consiga diminuir esse avanço da soja e aumentar o processo de recuperação de áreas degradadas.

Bem, acho que falei mais do que estava prevendo. É isto, o Ibama está totalmente à disposição para essas estratégias de fiscalização e para, junto com o órgão ambiental estadual, pensar numa estratégia de fortale-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

cimento dessa gestão, com possibilidades de os nossos servidores fazerem capacitações locais. O Ibama está totalmente à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço ao André, do Ibama, por sua exposição.

Passo a palavra ao Ricardo Eboli – parece-me que ele vai dividir seu tempo com um colega.

O SR. RICARDO EBOLI – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

É uma satisfação estar aqui.

Parabenizo nosso Senador pantaneiro Pedro Chaves por esta audiência, que é de muito valor para os destinos futuros dos nossos Estados da região pantaneira. Estendo meus cumprimentos aqui ao importante empresário conservacionista Roberto Klabin, representante do SOS Pantanal; ao Luiz Nery, do Estado de Mato Grosso, da Aprosoja; e ao André Teixeira, do Ibama, por suas palavras e pela proposição de trabalhar em parceria.

É em parceria que a gente tem que fazer. Não adianta a gente ter uma política pública sem cumplicidade com o usuário dos recursos naturais. O Poder Público não é mais soberano do controle ambiental, esse modelo de gestão faliu. Se nós quisermos conservar os nossos rios e as nossas terras, teremos de trazer para perto de nós aqueles usuários, sejam empresários ou produtores rurais.

Eu vou dividir a nossa apresentação. Primeiramente vamos demonstrar a realidade atual da soja no Estado de Mato Grosso do Sul, contextualizando a questão do Pantanal e da própria BAP, porque é importante, de uma vez por todas, que todos os senhores e o pessoal da imprensa saibam que existe Bacia do Alto Paraguai e existe Planície do Pantanal.

As coisas estão se invertendo muito ultimamente. Colocam Bonito, com todas as suas belezas naturais, como sendo do Pantanal. Quem for a Bonito não vai ver nada de Pantanal, é outro tipo de cenário.

O Secretário de Estado Adjunto de Produção e Agricultura Familiar, o Jerônimo, vai fazer, então, uma pequena apresentação, e, no final, eu concluo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de dizer que o Ricardo é Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).

Então, convidamos o Jerônimo para dar continuidade à exposição iniciada pelo Ricardo.

O SR. JERÔNIMO ALVES CHAVES (*Fora do microfone*.) – Bom dia a todos e a todas, em especial...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O microfone está desligado.

Fale mais próximo do microfone, por favor. Toda esta audiência pública está sendo gravada e poderá futuramente ser disponibilizada para vocês na íntegra, para vocês aprofundarem alguma coisa importante.

O SR. JERÔNIMO ALVES CHAVES – Bom dia a todos e a todas, em especial ao nosso Senador Pedro Chaves, grande educador e empreendedor do Mato Grosso do Sul e que, neste momento, convoca esta audiência pública para debater assuntos de grande importância para o nosso Estado, conhecido nacional e internacionalmente como produtor de alimentos e com grande potencial turístico. Essa harmonização e conciliação fazem parte de todo agente, em especial do agente público. E é dentro desse espírito que nós estaremos passando uma mensagem rápida para os senhores, dentro do tempo que o companheiro Ricardo compartilha conosco.

O Mato Grosso do Sul tem 35 milhões de hectares de terras, dos quais 19 milhões estão na Bacia do Alto Paraguai, área extremamente representativa do Estado. Então, quero focar que essa linha divisória separa a chamada área da BAP nesse todo, e, aqui, a planície pantaneira. Esse divisor hoje definido em legislação ambiental tem como cota básica cerca de 164m de altitude, pautado num trabalho realizado pela Embrapa Pantanal.

O que queremos aqui colocar é que nesta área amarela avermelhada se faz agricultura integrada com pecuária, ou se faz pecuária integrada com agricultura. Aqui, trata-se de uso restrito, em que não se preconiza a atividade agrícola, a não ser em casos muitos especiais, que o Dr. Ricardo pode abordar.

Então, dentro desse espírito e desta mensagem é que nós vamos, ao abordar essas áreas, fazer sempre um diferencial entre a evolução da soja no Estado, que hoje planta 2,4 milhões hectares de soja e colhe aproximadamente, como colheu na última safra, 7,4 milhões de toneladas. Nesse espaço nós vamos mostrar aos senhores um pouquinho da evolução desse processo, e depois iremos comentar um pouco sobre as políticas públicas voltadas ao Estado, em especial a esses espaços.

Bom, se nós nos reportarmos a anos mais recentes, nós poderemos ver que na região da divisa com Mato Grosso, onde está hoje o nosso Senador Blairo Maggi, logo do outro lado aqui, com seus empreendimentos pioneiros no Mato Grosso, nós temos Sonora, onde se cultiva a soja há anos, São Gabriel, onde se cultiva a soja há anos, e algumas regiões na faixa da Serra de Maracaju, também dentro da Bacia. O ano de 2009 foi apenas uma referência para mostrar um avanço mais recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Por exemplo, cultivava-se soja em São Gabriel nas décadas de 60, 70 e 80. Ali foi feito um trabalho envolvendo os diversos agentes da sociedade local, representares do Ibama, que foi inclusive alvo de premiação internacional por realmente conseguir conter a água que corria nessas áreas. Reordenou o seu sistema viário interno e reordenou inclusive práticas conservacionistas que permitiram realmente conduzir isso dentro de níveis desejados.

Nesse espaço, em 2009, nós tínhamos aproximadamente 300 mil hectares de soja plantada em diversos Municípios; agora, nos anos de 2015 e 2016, os senhores veem Sonora e São Gabriel continuando a explorar, com crescimentos até menores, e algumas áreas de expansão, também nas áreas da Bacia, com uma taxa de crescimento maior. Saímos de 300 mil hectares, em 2009 – o quadro ao fundo mostra isso –, para uma área de 600 mil hectares na área da Bacia. Quando falamos na Bacia, está sempre presente esse divisor de águas, não estendendo isso, pelo menos com estímulos de governo, e restrito àquilo que preconiza a legislação ambiental, que eu não vou abordar, e sim o Dr. Ricardo, sendo alvo de políticas públicas nesses espaços. E dentro dela nós temos, aqui foi citado, o ZE como instrumento norteador, o ZAE (Zoneamento Agroecológico), que já realizou parte desses trabalhos, para que, ao se desenvolverem – ontem, ocupando áreas de maior potencialidade agrícola, e, hoje, áreas de potencial intermediário ou menor –, possamos integrar e intensificar esses processos nesses espaços.

O Governo, neste momento, revê seus programas de estimulo à produção, a exemplo do Novilho Precoce, constituído há anos, e do PDAgro, e criou recentemente o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas, que aqui foi citado, com o objetivo não só de recuperar essas áreas de pastagens, envelhecidas e/ou degradadas – não vamos falar que todas estão degradadas, porque às vezes estão envelhecidas – e que precisam ser também renovadas. E nesse processo está-se integrando o sistema, o sistema agricultura com pecuária, pecuária com florestas, até porque, nos últimos anos, na região principalmente do Bolsão sul-mato-grossense, que fica fora desse espaço – desculpem, acho que mudei a planilha de lugar, ajudem aqui, por favor –, também nessa época, nessa região a leste do Estado e a sudeste, desenvolveu-se uma parte bastante grande de área florestal, e, hoje, nós temos aí indústrias de celulose e outras, inclusive, de madeiras para outras finalidades, que também já absorvem parte dessa madeira para a produção industrial.

Então, ao se integrarem e ao se intensificarem essas atividades, estão-se mudando, inclusive, comportamentos de conduta na política pública, qual seja, de não mais premiar só pelo produto e, sim, pelos processos, onde a propriedade é vista como um todo. E aí se buscam elementos de sustentabilidade, quais sejam, cumprir a legislação ambiental ...

(Soa a campainha.)

O SR. JERÔNIMO ALVES CHAVES – ... atender aspectos tecnológicos – estou concluindo. E, dentro deles, temos a responsabilidade, dentro dos Arcos de expansão Sudoeste e Norte, de direcionar os trabalhos no sentido de proporcionar um avanço tecnológico e também estimular esses processos de integração, mas sempre com foco nas bacias, e não nas áreas de uso restrito.

Era o que tínhamos a colocar.

Agradecemos pela oportunidade e recebemos as contribuições neste momento, inclusive, para implementação e reformulação desses programas e nos colocamos aqui à disposição para também podermos contribuir no momento dos debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Jerônimo, Secretário Adjunto, pelas suas palavras.

Volto a palavra para o Ricardo Eboli.

O SR. RICARDO EBOLI – Obrigado, Jerônimo, pelos esclarecimentos sobre a situação da soja no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando, indubitavelmente, constatado que não há soja plantada na planície inundável do Pantanal e, sim, na área peripantaneira; e, sim, no restante da Bacia do Alto Paraguai. Não há, não haverá e nunca houve, por uma questão agronômica: ninguém planta soja dentro d'água, ninguém ainda inventou o cultivar de soja para hidroponia. Então, isso é muito claro.

Como também nunca houve, no Pantanal, Senador, plantio de cana. Nunca houve, no Pantanal, plantio de eucalipto. Não há essa preocupação de dentro do Pantanal. A nossa preocupação deve consistir em políticas públicas para a região peripantaneira, e não apenas restringindo uma atividade – milho, soja, sorgo – e, sim, as práticas conservacionistas que são consciência do produtor rural.

Temos o Município de São Gabriel do Oeste, que ganhou vários prêmios de conservação de solo, e está na boca da área inundável do Pantanal. Por quê? Porque lá há uma lei municipal que obriga o plantio direto, não se pode plantar soja sem plantio direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em compensação, temos o Município de Camapuã e de Coxim, que jogam toneladas de areia para o maior desastre ecológico deste País depois de Mariana, André, que é o desastre do Rio Taquari. Por quê? Porque produtores que não adotaram práticas conservacionistas adequadas contribuíram para essa degradação. Não somos o santuário ecológico e temos sido o sanitário ecológico. Tudo que vem de cima prejudica embaixo.

E o Governo Federal, Senador, tem sido, ao longo de décadas, omisso com o Pantanal. Precisamos "pantanalizar" mais as políticas públicas deste País. Só se fala em Amazônia, André! Não existe uma política pública de sustentabilidade para o nosso Pantanal. Está na hora! Taquari está aí, clamando por projetos.

Essas são as minhas breves recomendações, dizendo que o Governo do Estado tem uma preocupação com o Pantanal, que nunca tinha feito, na História, desde a nossa divisão, restrições de uso, isso foi colocado pelo Código Florestal. Antes, o Pantanal poderia ser 80% desmatado. Fizemos um decreto que pode 50%, decreto esse que teve ajuda da informação da SOS Pantanal, que teve... Um momento. Estudo da SOS Pantanal, junto com a WWF...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO EBOLI – ... e apoio da Embrapa, determinou – e é verdade – que 85% da cobertura vegetal do Pantanal encontra-se conservada. E somos o maior – no caso de Corumbá, Cel. Rabelo – Município, deste País, produtor de bezerro e de gado magro, com 85% de vegetação nativa. Olha que exemplo!

Essas eram as minhas considerações, e agradeço a palavra.

Obrigado, Senador Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço ao Sr. Ricardo Eboli, Diretor da Imasul, pelo seu depoimento.

Vamos agora convidar o Luiz Nery Ribas, Diretor de Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja/MT).

O SR. LUIZ NERY RIBAS – Bom dia a todos; bom dia, Senador e a toda a Mesa. É um prazer estarmos aqui. Parabéns pela iniciativa.

Quero lembrar a todos também – o senhor falou no início da conversa em relação aos rios – que hoje estamos comemorando o Dia da Árvore, 21 de setembro. Então, está no nosso sangue, nosso, que somos engenheiros agrônomos, como o colega Ricardo.

Rapidamente, vou na mesma linha em que o Ricardo comentou e da apresentação do Mato Grosso do Sul. Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer e trazer a justificativa da não presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente e também nosso Vice-Governador, Carlos Fávaro, que está licenciado do cargo por um período, está de férias. E o adjunto, Baby, não pôde se fazer presente por falta de recursos. O Estado está em uma situação de contenção de despesas dentro do funcionalismo público, os ajustes de conta estão num ponto tal que não se permitem viagens nem dentro do Estado e muito menos para fora. Então, é uma justificativa, Senador, que eles pediram que eu fizesse.

Eu quero também comentar, rapidamente, assim como o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso é o maior produtor de soja do País, com 33% da produção; é o maior produtor de rebanho bovino e o maior produtor de algodão do País. E a soja hoje é a nossa bandeira em termos de economia, em termos de comércio externo, de balança comercial desse País. A soja, cada vez mais, tem se profissionalizado, porque hoje não é brincadeira plantar soja; custa muito e, com o decorrer do tempo, com o passar do tempo, o profissionalismo tomou conta.

Nós representamos 5 mil produtores, mini, pequenos, médios, grandes, e pelo fato de termos, assim como o Mato Grosso do Sul, mais de 12 milhões de hectares de pastagens degradas ou não tão degradadas – não é, Secretário? –, mas propícias ao plantio, trabalhamos muito forte na questão de preservação, na questão de uma soja sustentável. Então, existe uma legislação; assim como no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso existe uma legislação do não plantio de soja na área pantaneira, e não se planta soja no Pantanal do Estado de Mato Grosso. Há algumas áreas do entorno do Pantanal, já fora dessa bacia, dessa área inundada, onde alguns produtores têm iniciado um plantio, visando exatamente a integração lavoura/pecuária e a reforma de pastagens.

A reforma de pastagens, como disse nosso companheiro do Ibama, faz parte hoje de um planejamento onde a capacidade de aumento de unidades de gado por área vem depois de um ano com soja, no máximo dois anos, sendo uma alternativa não contínua de plantio nessas situações, nessas áreas altas que não são inundadas; então, como alternativa e retorno ambiental bastante interessante. Nessas condições, nessas áreas, não se altera a característica da região, e sendo uma área de transição entre Cerrado e Pantanal não inundada. Nós temos a questão do próprio zoneamento onde se definiu, isso aí é respeitado.

Temos, com essa integração lavoura-pecuária, nessas áreas onde são dois ou três produtores, nessas áreas mais altas em que estão implantando, uma geração de emprego e renda diferenciada para a região, uma inclusão social, uma integração e interação entre as comunidades, e a melhoria na qualidade de vida, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

IDH dos Municípios e na sua arrecadação também. Então, isso é fruto do que a gente vê em todo o Estado do Mato Grosso, com toda essa pujança, com esse retorno, ainda passando por umas crises muito sérias em termos econômicos e de reajustes.

Essas áreas têm como melhorias, quando utilizadas em planalto, nessa área mais alta, um perfil de solo, uma melhoria no perfil de solo, um plantio direto, como foi comentado, que hoje é regra, é fato: a formação de palhada. Consequentemente, há redução do impacto da gota de chuva; consequentemente, há redução do escorrimento do solo; consequentemente, redução a zero de erosão; consequentemente, menos assoreamento dos nossos rios, seja em qualquer dos biomas que a gente esteja falando.

Então, com as boas práticas agrícolas, nesse início, essas áreas secas mais altas não têm um índice de pragas e doenças, quase nada, e, quando têm, aos primeiros indícios, se trabalha com manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, com produtos fisiológicos, biológicos, buscando essa interação cada vez mais produção-ambiente.

O que nós temos notado, até anotei isso aqui hoje, é que, em toda a área de produção do Estado de Mato Grosso, nessas áreas marginais, nas áreas de renovação de pastagens, é impressionante o aumento da flora e da fauna, principalmente nessas áreas. O que nós temos visto de aumento de ema, de tatu, de veado, é impressionante. Porque nessas áreas, nas áreas de produção, nós temos alimento o ano todo. Temos cobertura com milheto, e assim por diante. Então, são formas interessantes para comentarmos.

O Governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Taques, lançou agora, nessa última COP em Paris, um programa chamado PCI – Produzir, Conservar e Incluir. Então, dentro desse programa, nós temos várias ações diretas e indiretas no trabalho conservacionista, de preservação, respeitando legislação em relação ao uso, à entrada e ao plantio da soja em qualquer área que seja. Nós temos a Bacia do Xingu, nós temos outras áreas que não só as próximas ao Pantanal.

Temos notado também, junto com as comunidades, a questão do próprio controle de queimadas, uma redução no número de focos de queimadas nessas áreas onde o produtor vem fazendo uso da soja, nas áreas altas na região pantaneira.

Como entidade, nós desenvolvemos, há cinco anos, um programa chamado Soja Plus, nascido no Estado de Mato Grosso, que prevê a regularização fundiária, ambiental e trabalhista dentro da propriedade rural – hoje, já está no Mato Grosso do Sul, na Bahia e em vários Estados –, no sentido de buscar, primeiro, o cumprimento da legislação na sua totalidade – isso é mais do que normal – e, depois, a adequação em termos fundiários e trabalhistas, desde a regularização dos funcionários com seu registro, um trabalho conjunto com o Ministério Público do Trabalho no Mato Grosso, até a questão ambiental, nas boas práticas em termos de plantio direto, de conservação de solo, nessas práticas de utilização e adequação das microbacias em termos de trafegabilidade, de redução de impacto, de peso...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ NERY RIBAS – ... e de compactação.

Então, a gente fica muito tranquilo, Senador, ao colocar isso. Eu não represento o Estado de Mato Grosso como governo, mas o trabalho que a gente tem em conjunto – essa é uma ação conjunta. Como o Estado está num caos, hoje nós nos demos as mãos – o setor público privado, as instituições –, porque senão não conseguimos sair para respirar e, muito menos, trabalhar de forma adequada.

Então, nós ficamos muito tranquilos em relação a essa questão – como foi comentado pelo representante do Mato Grosso do Sul – da soja, que não se encontra em área de pantanal, e não há possibilidade de expansão para essas áreas, de maneira nenhuma, em função de legislação, em função de custo, em função de viabilidade, em função de altitude, em função de genética, de melhoramento, e assim por diante.

Nas áreas onde estamos hoje, cada vez mais, existe uma cadeia produtiva, junto com produtores, uma cadeia de insumos, com compradores, aliados, inclusive, ao Poder Público Federal, Municipal e Estadual, na busca de resultados, de produtividade. Então, nós não precisamos mais abrir áreas, não precisamos mais entrar em áreas. Há produtividade.

Eu presido hoje o Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb), que busca eficiência, sustentabilidade e produtividade, o que dá retorno ao País, dá retorno na nossa fronteira, na nossa balança comercial, sempre aliado e visando à sustentabilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Sr. Luiz Nery Ribas, Diretor da Aprosoja.

Só queria informar o seguinte: toda vez que nós convocamos uma audiência pública, o Senado banca passagem, estadia e tudo mais. Falta talvez uma interlocução, uma comunicação entre as partes. É muito im-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

portante saber disso. Podemos até fazer o ressarcimento, se for o caso, das suas despesas, sem nenhuma dificuldade, porque quem convida tem que pagar a conta, não é verdade? Então, nós gostaríamos de deixar claro isso, para que não haja nenhum tipo de questionamento nesse sentido.

O SR. LUIZ NERY RIBAS (*Fora do microfone*.) – Ótimo. Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Por outro lado, encontra-se presente o Sr. Alonso Batista dos Santos, do Comitê Popular do Rio Paraguai. Ao final, eu vou dar cinco minutos para ele fazer uso da palavra.

Vamos agora pedir ao Ângelo Rabelo, Lucas Galvan e Paulo Carneiro que façam uso da palavra. E eu vou pedir aos que estão à mesa, aos expositores, para ocuparem os lugares aí na plateia, por favor. Muito obrigado. (*Pausa*.)

Eu gostaria de registrar a presença da Frente Parlamentar de Bonito, do Sindicato Rural de Bonito, o Presidente Marcelo Bertoni está aqui presente. Para nós é um prazer você estar aqui. Também a Frente Parlamentar da Agropecuária, Luísa Porto; Confederação Nacional de Agricultura, Gustavo Goretti.

Sejam bem-vindos. E ao final, querendo participar ativamente com perguntas, está aberto para isso.

Então, inicialmente, eu convido – reiterando –: Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo, Presidente do Instituto Homem Pantaneiro; Lucas Galvan, Diretor Executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e o Paulo Carneiro, Diretor de Criação de Unidade de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

É um prazer recebê-los aqui.

Nós vamos, então, dar continuidade à nossa audiência pública. Com muito prazer, eu convido, inicialmente, o Prof. Ângelo Rabelo, Presidente do Instituto Homem Pantaneiro, para fazer uso da palavra.

O SR. ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Pedro Chaves, com o qual eu tive o prazer de conviver nos últimos anos e sendo testemunha do seu esforço para proteção do Pantanal, quero cumprimentá-lo também pela sua iniciativa; cumprimentar os demais componentes da Mesa que aqui se fazem presentes, o plenário, amigos de causa e aqueles que vieram de longe para prestigiar este evento.

Eu acredito que o Senador Pedro pautou, diferentemente da convocação desta audiência, a questão da água, ou seja, talvez nós pudéssemos aqui, nesta oportunidade, discutir segurança hídrica, já que tem inter-relação com todos os processos do plantio a nossa dessedentação.

Nós fomos convidados pelo Senador Pedro, e o Instituto Homem Pantaneiro vem tendo como um projeto âncora de todo o seu esforço o projeto Cabeceiras. E esse projeto, desde o início, buscou reunir diferentes parceiros por entender claramente que é um desafio que não é de uma única ONG, ou de uma única instituição de pesquisa, é uma ação conjunta comprometida, buscando proteger justamente as nascentes e as áreas de preservação permanente, particularmente as matas ciliares no Planalto.

Nossa missão, enquanto instituto, é mobilizar justamente setores que estejam comprometidos com a preservação não só da biodiversidade e da cultura, mas também das próprias atividades econômicas do Pantanal. E nós atuamos numa rede de proteção e conservação do Pantanal que nos dá um privilégio ímpar, que é justamente a Serra do Amolar.

Nós reunimos outras ONGs – o próprio Instituto Chico Mendes faz parte –, proprietários privados, que se comprometem, justamente, a proteger uma área ímpar, localizada dentro do Pantanal. Citada na Constituição, também essa região da Serra é um patrimônio natural da humanidade e um destino indiscutivelmente fantástico para o turismo.

Essa região, certamente, para aqueles que fazem parte da rede, tem uma motivação especial, que é biodiversidade. Além de espécies bandeiras, como a onça-pintada, temos uma biodiversidade fantástica. Quero registrar aqui o esforço de alguns pesquisadores, reunido no livro *Descobrindo o Paraíso*. Quarenta e duas espécies de abelhas foram encontradas. A grande maioria das pessoas conhece uma única espécie. E ela é fundamental, 70% da nossa alimentação está calcada em polinização.

Rapidamente, passando por alguns pontos que considero relevantes. Quando nós procuramos analisar aquilo que ameaçava o nosso esforço de proteção da Serra, nós nos descolamos do chão, passamos a olhar o território, entendemos que nós fazemos parte de uma bacia, a Bacia do Alto Paraguai, com 400 mil km^2. Quero chamar a atenção desta Casa, em especial, que trata de todas as relações. Nós temos uma corresponsabilidade com outros países, ou seja, a bacia nasce dentro do Estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, mas nós temos uma relação de responsabilidade com o Paraguai, com a Bolívia e a Argentina, que dependem também desse rio.

Quero chamar a atenção para um outro ponto que talvez possa... Aqui eu acho que claramente estamos discutindo água. Por mais que essa ocupação no planalto... A soja não está ocorrendo na planície, em alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

lugares, mas nós temos evidências de que há uma relação indiscutível de interconectividade entre o planalto e a planície, ou seja, o que se faz no alto chega na planície. Ali, é claro, segundo os dados, nós temos 215 mil km² no planalto, contra 147 na planície, ou seja, dois terços. Há uma responsabilidade indiscutível. Nós temos uma discussão que deve partir para a linha da resiliência não só do homem, mas das atividades econômicas das comunidades, que podem nos levar, em algumas situações, a um limiar ecológico que, realmente, pode se tornar irreversível. Já somos uma bacia considerada de risco. Então, nós temos aqui, de fato, uma oportunidade de evitar que esse processo se agrave. Essa discussão vem ganhando cada vez mais escala, mas já entramos num radar de uma bacia ameaçada.

Nos últimos anos, houve a ocupação da parte alta – para a qual quero chamar a atenção – em lugares estratégicos. Não estamos condenando ou criticando todas as ações, mas em alguns lugares elas estão provocando danos irreversíveis na planície. Esse processo traz... Poderíamos aqui discutir, talvez, e acho que seria importante, Senador – e não estamos aqui discutindo uma questão ecológica –, mas poderíamos destacar aqui, primeiro, danos ambientais que já são evidentes, indiscutíveis. A partir dos processos erosivos na parte alta nós temos áreas comprometidas permanentemente com inundação, a redução da biodiversidade, comprometimento de nascentes. São fatos que não devemos mais ter dúvidas de que são realidade.

Também podemos abrir uma discussão, ampliar o leque dessa discussão, dessa audiência, para os danos sociais. Ou seja, nós temos inúmeros proprietários rurais que foram condenados ou foram expulsos das suas fazendas. Nós temos comunidades ribeirinhas, nós temos essas comunidades das colônias do Taquari, que não podem mais continuar com a sua atividade econômica. Estamos perdendo tradição, estamos perdendo festas, movimentos culturais, que não podem mais resistir.

Se tratarmos essa audiência sob o viés econômico, quero chamar atenção aqui para o Município de Corumbá: 65 mil km², quase 2 milhões de cabeças. E nós temos hoje um pouco mais de 1 milhão de hectares debaixo da água permanentemente. Nós estamos deixando de produzir ou criar 600 mil cabeças, estamos deixando de comercializar cerca de mais de 100 mil cabeças/ano, estamos reduzindo a nossa movimentação financeira no Estado, no Município e na União em mais de 200 milhões. Ou seja, se não podemos tratar pelo viés ecológico, vamos tratar pelo viés econômico: redução de arrecadação de impostos, e assim por diante.

Nós estamos falando aqui de uma oportunidade histórica. E a Casa – o Senado ou o Senador –, quando faz questão de registrar tudo em áudio, vídeo, nos dá aqui, de fato, a oportunidade de mudarmos o curso da história. Nós saímos da condição de caçadores e coletores e passamos a ser gestores deste Planeta. Nós somos a única geração que ainda é capaz de tomar decisão e reverter alguns processos.

Quero chamar a atenção e registrar um dado: São Gabriel do Oeste foi citado várias vezes. Em um espaço de menos de 30 anos, cerca de 70% da sua cobertura vegetal foi subtraída para expansão da criação. A despeito de todos os seus títulos – e eu conheço, estive lá e sei das iniciativas, que são fantásticas –, 70% dessa cobertura foi subtraída. Consequentemente, a água ganha velocidade e o transporte de sedimentos vai para a planície.

Nós temos um quadro inegável: a expansão de um leque aluvial de mais de 400 mil hectares, que hoje ultrapassa a casa de mais de 1 milhão de hectares. Ou seja, a despeito da evolução... E São Gabriel do Oeste passou, acima de índices de Mato Grosso do Sul, a ser a maior *per capita* do País.

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO – A despeito da riqueza que ali foi acumulada, nós tivemos na planície um empobrecimento, nós tivemos uma falência – são dados inquestionáveis. E quem paga a conta? Se nós não discutirmos... Para isso, nós, do instituto, buscamos, com outros parceiros – quero citar aqui o apoio indispensável da AgroTools –, construir uma plataforma que tem esse compromisso de buscar identificar as oportunidades de mudar o curso da história.

Essa plataforma já nos direcionou – a partir de alguns indicadores claros, como supressão de vegetação, área protegida – para onde nós devemos ter uma maior atenção.

Quero validar aqui aquilo que o Ricardo Eboli disse: precisamos que o Governo Federal passe a incluir o Pantanal na sua pauta.

Nós estamos isolados nos últimos 20 anos, e o Taquari é, sem dúvida nenhuma, a maior omissão de todos os segmentos que nós podemos registrar, pela ausência de políticas públicas, pela ausência, inclusive, de ONGs que poderiam ter levantado essa bandeira há mais tempo e não o fizeram.

Esse esforço, sem dúvida nenhuma, precisa ser trabalhado de maneira integrada. Não faz sentido sairmos daqui... Iniciei esta audiência amigo do Ricardo e não quero terminá-la não sendo mais seu amigo, como também da soja e, Nery, ema e tatu podem significar desequilíbrio, não ter mais onça pintada nesses lugares. É preciso que a gente valorize as coisas que são fundamentais. Os serviços ecossistêmicos e o Código Florestal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

contemplaram o pagamento para o proprietário que deixar um pouco a mais. Temos que falar de adicionalidade. Não adianta cumprir a legislação. Neste momento nós precisamos de mais iniciativa.

O que precisa ser feito? O CAR emergencial nas nascentes. Quando nós prorrogamos por mais um ano o CAR, nós estamos prorrogando a oportunidade de mudar o curso da história, nós estamos contribuindo para um caos que se anuncia. É preciso que a gente inicie urgentemente o plano de recuperação, o levantamento dessas matas ciliares do Planalto, a recuperação, o fortalecimento dos comitês de bacias, que são fundamentais para que cada sub-bacia possa ter um compromisso. E não é um compromisso de governo, é preciso que a sociedade esteja engajada.

O que nós colocamos como estratégico – quero destacar aqui a oportunidade que tive acompanhando o Senador Pedro Chaves –, diferentemente do desafio do Dr. Roberto à época, mais o Mário Montovani aqui presente, de administrar a Mata Atlântica com mais de 14 Estados – e aí nós estamos falando de uma população gigantesca, diferentes interesses econômicos; Nós estamos falando de dois Estados. Inclusive, hoje, os governadores são do mesmo partido e podem politicamente tomar uma decisão no sentido de um compromisso. Conheço as iniciativas do Governador Pedro Taques, em Mato Grosso, e acho que os dois podem sentar, se dar as mãos e estabelecer um compromisso para a proteção desse bioma.

Quero chamar atenção, a despeito da dificuldade financeira de cada Estado, para o fato de que os agentes financeiros e o Banco Central previram, em 2004, a responsabilidade socioambiental dos órgãos financiadores, ou seja, o quanto as instituições bancárias estão preparadas. Não adianta pedir somente o CAR, é necessário cobrar e ir além. E existe recurso para isso. Não estamos falando mais de dinheiro do Estado...

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO – ...mas da indústria de máquinas e fertilizantes, aqueles que estão cada vez mais poderosos em função de suas vendas.

Para concluir, menciono que tive o privilégio de passar 30 dias com Sebastião Salgado na Serra do Amolar. Ele, para fazer o seu projeto Genesis, visitou todo o Planeta durante oito anos. Ele foi ao Pantanal porque foi o único lugar onde ele encontrou biodiversidade. Esse é um fato que ele tem levado para o mundo inteiro.

Então, nós temos responsabilidade, sem dúvida nenhuma, que é um esforço no sentido da proteção. A Rede, localizada na Serra do Amolar, tem uma preocupação não só local – e seria um equívoco proteger somente a Serra –, mas também a preocupação de proteger os rios, o ambiente e a comunidade promovendo a preservação.

E registro aqui a parceria estratégica de instituições, como a própria Rede Mato-Grossense de Televisão, a universidade, pesquisadores que têm trabalhado, a AgroTools, a própria Marinha, que tem nos apoiado no levantamento aéreo. Ressalto o esforço de todos os atores da rede que enfrentam esse desafio de proteção das cabeceiras. E faço uma homenagem especial aqui também, Senador, se me permite, para concluir, àqueles que viajaram ao Pantanal, Armando, Thomas, o Prof. Jefferson, o Sato, porque vieram para testemunhar aquilo que é uma realidade incontestável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer o Ângelo Rabelo por seu depoimento.

Registro a presença do Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag.

Está presente aqui também o Michel de Souza, que é representante da WWF. Ao final, eu vou dar cinco minutos para ele fazer uso da palavra.

Uma outra informação. Todos os Chefes de Estado estão reunidos, todos sabem, na ONU, e o Brasil protocolou uma das suas metas lá para ratificar o Acordo do Clima na ONU. Eram necessárias 53 assinaturas, e 60 países ratificaram. Então, isso é um ganho, um avanço. E o Acordo do Clima é uma realidade de proteção para o nosso Pantanal, que é uma das metas da restauração dos cuidados com o bioma e as pastagens. Então, acho que essa é uma boa nova para vocês.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos pedindo ao Lucas Galvan, Diretor Executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, da Famasul, para fazer uso da palavra.

O SR. LUCAS GALVAN – Bom dia a todos. Bom dia, Senador, e obrigado pelo convite para a Federação estar participando da discussão de um tema tão importante para nós, do Mato Grosso do Sul, e para o País como um todo, como foi demonstrado pelos colegas que nos antecederam.

E digo da importância desse tema porque se trata, no caso de Mato Grosso do Sul, de uma extensão territorial de mais de 24% do nosso território de Mato Grosso do Sul. Nós estamos falando do envolvimento direto de onze Municípios do bioma Pantanal. E nós estamos falando, segundo o Censo Agropecuário de 2006,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de 5,2 mil propriedades rurais no bioma Pantanal. Infelizmente, nós trazemos números de 2006, Senador, ano em que foi feito o último censo agropecuário no Brasil.

Em um tema como este, nós não podemos deixar de lado a ciência e o conhecimento ao pautar as nossas discussões. Estava prevista, em 2016, a revisitação do Censo Agropecuário, mas, por uma questão de orçamento, isso não foi aprovado. O novo presidente do IBGE assumiu o compromisso de que em 2017 fará, para conclusão em 2018, o censo agropecuário no Brasil.

Então, Senador, acho que é uma pauta importante para esta Casa, para os senhores, reforçar a intenção de todos os setores da sociedade de termos as informações para podermos fazer gestão. O senhor, como um homem de sucesso na área da ciência e tecnologia, um professor, um exemplo para nós de empresário do conhecimento, entende a importância de trazer à luz nessa discussão informações pautadas no conhecimento.

E eu fico feliz aqui com os colegas que nos antecederam, que trouxeram alguns temas que me ajudam. Quando a gente fica para o final das falas, sempre fica difícil trazer algo novo, trazer contribuições.

Tivemos muitas colaborações, principalmente da plenária e da sociedade que nos ouve. Nós temos aqui presentes instituições de diversas representações no Brasil, nós temos os colegas da imprensa, nós temos assessores parlamentares. É fundamental entendermos o que nós estamos falando aqui. É preciso entender que existem, dentro do Pantanal, vários Pantanais. É preciso diferenciar, como bem colocou o Ricardo, o que é a bacia do Alto Paraguai, o que é bioma Pantanal, o que é planície pantaneira, o que é planalto pantaneiro e o que que é área de uso restrito. Só assim a gente consegue começar a direcionar as nossas políticas públicas à gestão do nosso território. Isso é fundamental para que nós possamos ter a maior eficiência possível nas nossas ações, sejam elas de governo, sejam elas de ONGs ou sejam elas dos empresários, produtores rurais que estão no dia a dia produzindo alimentos como ganha-pão, como seu dia de negócio.

Dito isso, queria só reforçar um pouco das falas. Como sou engenheiro agrônomo de formação, não poderia deixar de trazer aqui um pouco do conhecimento da Agronomia. Não sou especialista no assunto, mas a faculdade que eu fiz me permite colocar alguns conceitos aqui que eu acho importantes. E aí, Senador, também reforçar que nós temos, em Mato Grosso do Sul, três unidades da Embrapa, temos duas fundações de pesquisa voltadas à agropecuária também no nosso Estado. No Mato Grosso há unidades da Embrapa, no Mato Grosso também há fundação de pesquisa, e eu acho que é fundamental que esses atores participem dessa discussão, de formação de políticas públicas e de ordenamento, ou de gestão territorial, do Pantanal.

Retomando, nós temos, por questões agronômicas, limitações de desenvolvimento da cultura da soja na planície pantaneira. Então, não existe agronomicamente essa possibilidade, dentro dos conhecimentos atuais da Agronomia, dentro dos conhecimentos atuais que a ciência nos traz. Além disso nós temos, graças ao art.10 do Código Florestal, que o Estado de Mato Grosso do Sul já regulamentou, o que é a área de uso restrito dentro do Pantanal Sul Mato-Grossense. Também nessa região não é possível, além da questão agronômica, uma questão legal do cultivo de soja ou de outras espécies agrícolas. Então a gente precisa separar o contexto todo da discussão do que é planície pantaneira.

Ressaltado isso, nós concentramos a nossa discussão dentro do planalto pantaneiro, da região peripantaneira, da Bacia do Alto Paraguai, que, aí sim, nós precisamos nos debruçar, dentro do que existe hoje, com o olhar visando oportunidade de melhorias nas políticas públicas que existem e criação, talvez, de novas políticas públicas.

Mas eu gostaria de deixar aqui para os senhores que existem inúmeras políticas públicas desenvolvidas com essa finalidade. Há que se fazer um esforço para nós aprimorarmos as políticas públicas já existentes, todos nós precisamos fazer um esforço para ajustar e garantir que o Estado, seja ele federal, seja ele estadual ou municipal, cumpra ou faça cumprir as políticas públicas já existentes. E aqui eu quero nominar algumas delas.

Nós temos um estudo bem amplo da classificação de aptidão agrícola dos solos brasileiros, a Embrapa nos deu esse presente. Então, é preciso olhar o que é possível ou não, cultivar soja não somente por um viés conservacionista, que é fundamental, e o próprio estudo de aptidão agrícola já nos permite isso.

Há regiões cuja vocação realmente é para a preservação. Então, não há que discutir avanço de atividades agrícolas.

E eu queria trazer também uma informação. Nós também temos que nos orgulhar do que nós fizemos de bom dentro do nosso País. O fato de nós termos hoje uma convivência de produção no Pantanal centenária e termos ainda 85% de áreas preservadas é algo que nós temos que falar e repetir para levar ao conhecimento de toda a sociedade. O fato de que, historicamente – isso é condição de mundo –, o ser humano ocupa uma região, e ele, para a sua sobrevivência, utiliza o solo e degrada o solo... O Cerrado brasileiro é um exemplo no mundo de que é possível construir fertilidade, construir produção num terreno que tradicionalmente é de baixa fertilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nós construímos isso graças à ciência e à tecnologia, à Embrapa, uma instituição muito importante. Nós criamos um ambiente produtivo onde naturalmente não se tinha isso. Alguns colocam os dados de degradação de pastagens, mas é uma degradação muitas vezes natural, porque os solos nossos, da região do Cerrado, são de baixa fertilidade. Então, é preciso, sim, haver intervenções, é preciso, sim, haver incentivo para a melhoria desse ambiente produtivo, porque nós temos ganhos em sequestro de carbono, nós temos vários ganhos ambientais quando incentivamos a melhoria do ambiente produtivo.

O Cel. Rabelo colocou muito bem a palavra resiliência. É um termo pouco usado na questão ambiental, mas é um termo muito atual. Nós tivemos recentemente, na semana passada, o 1º Seminário Internacional de Resiliência Ambiental, aqui em Brasília, na Confederação Nacional de Agricultura, que trouxe esse tema para uma discussão de aprendizado.

O que significa resiliência na questão ambiental? Nós precisamos conhecer as nossas informações, nós precisamos aprender com o nosso histórico, nossos acertos e erros, e, aí sim, termos atitudes proativas em prol da conservação ambiental, em prol de permitir que as gerações futuras também tenham o prazer de ir ao Pantanal e ver lá os seus 85% preservados, uma fauna e uma flora bastante exuberantes.

Além da questão da aptidão agrícola, nós temos no Brasil um instrumento no Ministério da Agricultura chamado Zoneamento Agrícola de Risco Climático, que pauta todas as políticas públicas de crédito rural e seguro no Brasil. Então, só há incentivo quando se sabe, por um estudo da Embrapa com o Mistério da Agricultura, onde é possível a cultura da soja, em quais tipos de solo, em quais classes de solo.

Nós temos em Mato Grosso do Sul o ZEE, Zoneamento Econômico-Ecológico. Nós temos no Mato Grosso do Sul o ZAE, Zoneamento Agrícola e Econômico.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS GALVAN – Em Mato Grosso do Sul, todo produtor de soja precisa fazer um cadastro em um órgão chamado Iagro, que é a nossa agência de defesa sanitária.

Então, todas as áreas de plantio de soja têm as suas coordenadas geográficas – e eu vou ressaltar o colega do Ibama que mencionou a necessidade de termos essa informação. Então, em Mato Grosso do Sul, nós temos todas as coordenadas geográficas das nossas propriedades, com a área a ser cultivada. Nós temos uma grande adesão, ainda não são 100% dos produtores que fazem, mas há uma adesão maciça. Nós temos muita informação nesse sentido.

O CAR é uma ferramenta que também está em implementação. Há algumas melhorias a serem feitas, nós precisamos, efetivamente, Coronel, garantir que seja efetivado, que seja implementado o CAR, porque, sim, é uma das maiores ferramentas de gestão ambiental, e não só do Brasil, mas do mundo. Se ela for bem aplicada, nós teremos, com certeza, todas as nossas dúvidas e discussões dirimidas e, sim, orientativas para uma produção.

No viés agronômico, nós temos iniciativas como o plantio direto, que é uma inovação brasileira em cima de experiências internacionais, com fortes indícios e forte base científica em cima disso. Nós temos a integração entre lavoura, pecuária e floresta. Em todas as pautas, hoje, nós temos trabalhado com essa ideia, que permite, na mesma unidade de terra, você produzir pecuária, produzir agricultura e o componente florestal. A Embrapa de Campo Grande, a Embrapa Gado de Corte, tem um protocolo chamado Carne Carbono Neutro, em que a produção de carne com componente florestal zera as suas emissões de gases de efeito estufa. Essa pecuária só é feita no Brasil. Então, nós temos que levar esses bons exemplos para fora do País, para os nossos colegas.

Nós temos também as boas práticas agropecuárias. Todo engenheiro agrônomo, como eu, gostaria que todos utilizassem a ciência, utilizassem o que aprenderam na escola. Jamais permitiria um agricultor, um produtor... Toda produção é assinada por um agrônomo, a responsabilidade técnica. Então, há um profissional, não é feito da cabeça do produtor, existe um profissional por trás que orienta esse produtor dentro das técnicas agronômicas. Então, o Crea e as instituições que representam os agrônomos também têm que estar engajados nessa discussão.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS GALVAN – Por fim, eu queria, aproveitando os dois minutos excedentes, dizer que a Federação de Agricultura, desde 2009, faz um trabalho chamado Siga (Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio) – acho que o Felipe até usou algumas informações desse trabalho. Nós mapeamos, por sensoriamento remoto, todo o Estado do Mato Grosso do Sul durante duas safras do ano. Então, o Mato Grosso do Sul, como nenhuma iniciativa no Brasil, nenhuma iniciativa no mundo, tem todo o seu Estado mapeado, com as suas principais culturas de interesse econômico, além das áreas de pastagem. É preciso olharmos isso, dentro das aptidões agrícolas, e vermos onde nós temos ainda potencial de crescimento. Com isso, conseguimos afirmar que não existe efetivamente, pelo menos não nos nossos registros, soja na planície pantaneira. E a acurácia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

desse trabalho, com metodologia publicada em artigos internacionais, é garantida em 95% das informações. Então, são informações altamente confiáveis para nós podermos trabalhar.

Nós temos, Coronel Rabelo, um trabalho – nós já conversamos sobre isso anteriormente. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o Senar, lançou o projeto chamado Proteção de Nascentes. Nós conseguimos, em Mato Grosso do Sul, cadastrar mais de 200 nascentes. É um número pequeno ainda, mas é algo que nunca foi feito. Hoje nós temos todas as coordenadas geográficas dessas nascentes.

Nós temos cinco passos simples, numa linguagem acessível para o produtor, seja ele pequeno, médio ou grande, para que se possa recompor as nascentes. Basta identificá-la, basta cercar, deixar a vegetação se recuperar onde não exista, ou fazer a intervenção com o plantio de mudas nativas. Então, é algo simples, e nós temos que fazer isso chegar ao produtor em uma linguagem simples, de premiação ou de não punição a esses produtores, porque muitos não fizeram porque não existia o conhecimento à época.

Realmente, o caso Taquari é algo de que nós nos envergonhamos, porque, na época, houve o incentivo e não houve orientações. Não houve orientações do Poder Público; não houve orientações dos meus colegas agrônomos para fazer o correto; não houve indicações das instituições, sejam de pesquisa, sejam ONGs. Então, nós precisamos dar oportunidade a esses produtores de, com o conhecimento que nós temos hoje de ciência e tecnologia, reverter esse cenário, Coronel.

Daí o esforço, Senador, de todos nós, para que possamos levar conhecimento e orientação e dar oportunidade a esses produtores de fazerem de uma forma correta. Não somente punindo-os, mas sim dando-lhes oportunidade de fazer o correto dentro da questão técnica e do conhecimento que nós possuímos hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Inicialmente, quero louvar, realmente, o número de ambientalistas, produtores rurais, autoridades aqui presentes. Isso mostra como o tema suscita discussões exaustivas para o bem e para que haja uma harmonização, como já foi dito, entre meio ambiente e produção rural, e tudo isso é importante.

Nós estamos praticamente em recesso aqui no Congresso, e mesmo assim eu noto um interesse muito grande. Há pessoas vindas dos diferentes rincões deste País, principalmente dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Eu parabenizo todos vocês e agradeço muito. Isso dá robustez à nossa audiência.

Passo a palavra, agora, ao Paulo Carneiro, que é diretor de criação de unidades de conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O SR. PAULO CARNEIRO – Obrigado, Senador. Eu queria cumprimentá-lo e agradecer por esta oportunidade de estar aqui colocando um pouco da questão da conservação da biodiversidade desse importante bioma.

Eu queria cumprimentar também aqui os demais participantes da Mesa, incluindo os que já estiveram aqui antes de mim, e todos os presentes.

É importante começar dando um panorama da importância do bioma Pantanal para a conservação da biodiversidade brasileira. É uma área que nós chamamos de *hotspot* da biodiversidade. Nós temos ali uma convergência de diversas aves migratórias, uma área de importância biológica ímpar.

Apesar dessa grande importância biológica, ela não recebeu a devida proteção. Então, temos uma baixa cobertura de área protegida no bioma. Nós estamos falando, somando áreas estaduais, particulares e federais, de algo em torno de 3% de área protegida em áreas de proteção integral e de 1,6% de área do bioma protegida em áreas de uso sustentável.

E aí merece um destaque muito grande aqui – tivemos a felicidade de o Roberto Klabin estar aqui, e acho que vale a homenagem – que esse é um bioma conservado em maior parte por proprietários particulares. Nós temos 16 RPPNs federais, cuja área é maior do que a área federal protegida. E nós temos que ter esse reconhecimento da parceria público-privada na conservação de uma área. Acho que é um exemplo para outros biomas e para outras áreas do País. O Coronel Rabelo bem colocou aqui o caso do Parque Nacional do Pantanal, que fica na divisa dos dois Estados e que é cercado por um cinturão de RPPNs que garantem a proteção do Amolar e de áreas adjacentes. Só de RPPNs são 240 mil hectares de áreas protegidas.

E ao mesmo tempo em que nós temos esses bons exemplos, nós temos um exemplo, que foi colocado diversas vezes, que é a degradação causada ali no Taquari, que teve muito mais do que impactos ambientais, a mudança da foz do Taquari. Nós estamos falando de impactos econômicos que não são tão visíveis, mas que existiram. Então, diversas propriedades foram permanentemente alagadas, várias populações tiveram que se remanejar, tiveram que mudar de local, o que dá a dimensão desse problema.

Eu não vou me alongar muito porque acho que o debate é mais importante, mas eu queria dizer que acho que foi muito bem colocado: nós temos ali a Planície Pantaneira. Pelos discursos e pelas apresentações, é inquestionável a necessidade de não expandir determinadas práticas agrícolas ou determinadas culturas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

essa área da planície. Mas nós temos que ressaltar a ligação, que foi colocada aqui também pelo Coronel Rabelo e por outros apresentadores, da questão do planalto com a planície: nós temos rios que estão no planalto e que drenam para a área do Pantanal. Proteger as áreas ambientalmente sensíveis do planalto é estratégico para a sobrevivência do Pantanal como nós conhecemos hoje.

Eu acho que não se discute a ocupação agrícola dessas áreas. Ela vai ocorrer. O que nós temos que fazer é salvaguardar as áreas de maior fragilidade ambiental. E aí eu vou ressaltar as nossas várzeas e matas ciliares, que são áreas em que, se nós olharmos numa escala macro, não conseguimos enxergar a degradação, mas quando nós descemos para uma escala de propriedades, nós vemos que está havendo ocupação dessas áreas. Então, eu acho que essa é a maior preocupação que nós temos que externar aqui.

E nós temos ferramentas hoje para fazer esse acompanhamento. Talvez a mais promissora dela seja o CAR, só que o CAR representa um enorme desafio para o setor público. Nós vamos lembrar que nós estamos há três ou quatro anos fazendo os cadastros. O Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem um cadastro próprio, mas o órgão ambiental estadual vai ter que analisar esses cadastros, vai ter que aprovar, e isso é um enorme desafio – não é? –, um desafio que talvez nós não vamos conseguir vencer sem parceria com os órgãos estadual e federal.

No caso do Instituto Chico Mendes, já estamos colocamos à disposição dos órgãos estaduais os dados que nós temos – dados de distribuição de espécies, de corredores de biodiversidade –, que podem, de alguma maneira, subsidiar as análises que têm que ser levadas em conta na questão da aprovação do CAR.

Outra palavra que foi muito repetida aqui é fundamental: práticas agrícolas. Garantindo boas práticas agrícolas, eu acho que resolvemos quase que 90% do problema que estamos colocando aqui. Então, respeitando as áreas sensíveis de cada propriedade e garantindo as boas práticas agrícolas, eu acho que atendemos às nossas ambições.

E aí, para finalizar, acho que temos que estender essa parceria que nós já temos para a conservação da biodiversidade no Pantanal para essas áreas adjacentes. É nítido para mim que, sozinho, nenhum setor aqui representado tem condição de enfrentar esse problema. Esse vai ser um problema enfrentado ou que terá que ser enfrentado por todos nós: por órgãos de conservação da biodiversidade, por órgãos licenciadores, por ONGs ambientalistas e por associações de produtores.

Vejo, Senador, que esta audiência pode estartar esse processo. E é um processo de que nós, como Instituto Chico Mendes, gostaríamos de participar ativamente.

Então, eu queria agradecer a oportunidade novamente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao nosso expositor Paulo Carneiro, Diretor de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes (ICMBio).

Eu queria registrar, com muito prazer, a presença em nosso plenário do Deputado Augusto Carvalho, aqui do Distrito Federal – seja bem-vindo. E registro a presença, também, do Presidente Nacional do PSC, Pastor Everaldo – seja muito bem-vindo.

Vamos, agora, dar três minutos para duas pessoas que pediram para fazer uso da palavra. Eu gostaria que os expositores permanecessem nos mesmos lugares por causa das perguntas.

Vou convidar o Alonso Batista dos Santos, de Cáceres, Mato Grosso do Sul, que quer fazer uso da palavra. Ele tem três minutos para falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Retifico: Cáceres, Mato Grosso – senão, vão ficar bravos conosco. Perdoem-me!

O SR. ALONSO BATISTA DOS SANTOS – Sim, Cáceres é no Mato Grosso.

Obrigado, Senador.

Na verdade, nós estamos representando aqui o Comitê Popular do Rio Paraguai e a Sociedade Fé e Vida, também de Cárceres, que são organizações que trabalham na defesa do Pantanal Mato-Grossense.

Rapidamente, nós fomos muito contemplados com as exposições apresentadas pelos institutos socioambientais por compreenderem o que é o Pantanal. Para mim ficou muito claro, muito evidente que o que está em discussão aqui são duas questões: compreender o que é o Pantanal e quem é o público do Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu vou interrompê-lo, só por um minutinho, pedindo para o Deputado participar da Mesa.

Continue, desculpe.

O SR. ALONSO BATISTA DOS SANTOS – São duas percepções diferentes. É muito difícil compreender por Pantanal somente a área alagável. Ou nós compreendemos o Pantanal por inteiro, como suas nascentes e preocupados com a inteireza do que é o Pantanal, ou nós não compreendemos o que é o Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E a outra percepção é a de quem é o usuário do Pantanal. Como usuários do Paraguai e de seus afluentes não podem ser compreendidos apenas os empreendimentos e os produtores. Nós temos cidades inteiras dentro do Pantanal, tanto nas áreas alagáveis quanto nas áreas das suas nascentes, no Alto Pantanal.

Já foi falado aqui por um dos expositores que, para falar de Pantanal, nós não podemos compreender apenas o plantio de soja como um dos debates a serem feitos. Na completude dos problemas que há e das ameaças ao Pantanal, nós temos que citar a construção de hidrelétricas nas nossas nascentes, que influenciam diretamente no pulso e nas enchentes dos rios.

A Planície do Pantanal – para quem conhece, não teve oportunidade de ir ao Pantanal –, no período de seca, é tão seca quanto a Região Nordeste. Tente cavar um poço na área da planície para ver se acha água. Não acha! É seco. Ou a bacia, a área alagável depende da incidência de chuvas no planalto. Tudo o que acontece no planalto ataca diretamente a sua planície. Todo o agrotóxico utilizado no planalto acaba na planície. Toda a falta de saneamento das cidades que há no planalto acaba incidindo na planície. Todo o agrotóxico utilizado na produção de monoculturas – não só a soja; estamos falando também de eucalipto, de cana-de-açúcar, de teca – que existem no planalto incide na água, que tem que ser tratada para a população das cidades tomar.

Então, Senador, para mim é muito importante que a audiência pública seja realizada, porque em um ponto eu acho que há convergência: é necessário pensar em políticas públicas específicas para a área do Pantanal. Nisso eu acho que há convergência. Quanto ao tipo de política, talvez nós não tenhamos muita convergência, não. Mas é necessário haver políticas específicas para os pequenos agricultores entenderem que uma estratégia de desenvolvimento para o Pantanal é garantir vida de pessoas lá onde elas estavam. Quando se fala de Pantanal, às vezes temos uma visão muito romântica de que ali só existe onça. Ali, havia gente, que foi expulsa pelo modelo de monocultura que foi implantado – não só de soja; também de gado. As pessoas viviam ali e, quando viviam ali, cuidavam muito bem.

O senhor, na sua fala inicial, apresentou elementos de como foram ocupados e de como eram utilizados os rios. Essas pessoas estavam em maior número naquele período do que agora, porque, de alguma maneira, elas tinham condições de explorar sem serem expulsas de suas propriedades, de suas áreas.

Então, discutir avanço de produção de soja no Pantanal é importante, dá a oportunidade para podermos discutir outras coisas, mas nós temos que ter presente que é preciso discutir os outros problemas. A hidrovia Paraguai-Paraná, por exemplo, com a drenagem que temos, para poder manter-se a hidrovia permanente, o calado tem que estar preservado. Para manter um calado preservado, é preciso mais água. A água sai de onde? Sai dos coriscos que mantêm a diversidade do Pantanal. Essa diversidade, essa dinâmica do Pantanal – foi citado aqui Sebastião Salgado – é vital de se compreender para podermos fazer o manejo do Pantanal a partir da sua realidade. Nós é que temos que nos adequar ao Pantanal, e não adequar o Pantanal à nossa produção.

Então, quero dizer que existem – como já foi colocado aqui – outros problemas para além do cultivo de monocultura de soja, que já é um problema grande. Nós temos PCHs, que já estão interferindo diretamente no pulso dos rios; nós temos a hidrovia; temos o uso de agrotóxico; o eminente perigo da mineração, que agora também avança muito fortemente na região; falta de saneamento; e, em especial, falta de uma política que garanta a vida dos povos.

Já foi falado aqui, mas eu quero reforçar: aumento de tatu, aumento de veado e aumento de ema significam um desequilíbrio gigantesco. As pessoas ocuparam esse espaço deles, eles estão procurando o que comer e estão comendo o que existe lá, porque não há outra coisa e também porque os seus outros predadores não estão presentes.

Obrigado.

Quero dizer que a sociedade civil, independentemente de apoio de Governo ou não, vai defender e discutir para que haja vida com plenitude, não apenas de um ou outro setor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de agradecer muito a contribuição do Alonso, de Cáceres, de Mato Grosso, porque é exatamente isto que a audiência pública objetiva: ouvir as contribuições importantes não somente dos expositores, mas, principalmente, da participação de vocês. Na verdade, nós somos instigadores de assuntos importantes relativos ao tema em si.

Eu passo a palavra, agora, por três minutos, para o Michel de Souza, representante de políticas públicas do WWF.

O SR. MICHEL DE S. RODRIGUES DOS SANTOS – Bom dia.

Meu nome é Michel, eu trabalho no WWF Brasil na área de políticas públicas.

O WWF atua na região já desde 2012, ou seja, faz 14 anos que o WWF atua no Pantanal. Nós atuamos em parceria tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul e desenvolvemos uma série de atividades na região. Atuamos também na Bolívia e no Paraguai por meio da rede WWF, uma das maiores redes de con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

servação do Planeta. E nós acreditamos que sim, que há convergência de que o Pantanal precisa de políticas públicas específicas. E nós fazemos essa defesa.

E eu gostaria de esclarecer a respeito dos dados citados um pouco antes pelo colega Ricardo, em que ele diferencia planície e planalto e cita o dado de 85% de cobertura. Na verdade, esse é o dado da planície, como mostra o estudo; o dado do planalto é de menos de 40%, o que dá para a bacia como um todo cerca de 58% de cobertura vegetal.

E, como já disse o Coronel, o alerta já foi dado: o Pantanal precisa dessa atenção. O WWF acredita que há condição de se harmonizar a conservação do ecossistema com a atividade humana, com a produção. É nisso que nós acreditamos. O Pantanal precisa de uma lei de proteção. E precisamos expandir também o número de unidades de conservação.

Eu agradeço muito, em nome do WWF, a oportunidade de esclarecer esses pontos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu quero agradecer ao Michel de Souza também por essa contribuição.

Tudo está sendo gravado, e todas essas informações serão compiladas e entregues para a Comissão de Meio Ambiente.

Nós vamos agora ouvir a palavra do Thomaz Lipparelli, do Instituto Pantanal de Proteção à Natureza. Três minutos.

O SR. THOMAZ LIPPARELLI – Obrigado pela oportunidade e pelo convite que foi feito.

Eu gostaria até de lembrar que o sinal foi dado em 1986, na primeira Fepam, quando eu ainda era estudante de biologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Eu estava lá, no último ano de faculdade, já interessado na questão. E, na época, o Major Rabelo encabeçava o movimento junto com os produtores. Naquele exato momento, já se falava sobre as boas práticas agronômicas em relação à questão do planalto. Então, o assunto já não é de hoje. E as boas práticas também não foram acertadas. Então, nós estamos com um problema de mais de 30 anos rolando.

Eu me lembro de um fazendeiro que marcou muito a minha vida como pesquisador. Era o Sr. Gabriel Müller, que, lá atrás, em uma reunião como esta, em Corumbá, se levantou e disse: "Vocês são doutores, vocês são especialistas, vocês são tudo, mas eu sei o quanto o Pantanal está entupido". E todo mundo falou: "Mas onde no Pantanal?". Ele disse: "Lá no Taquari está entupido, ele está entupido de projetos: 86".

Nós estamos falando de projetos e projetos e projetos, de recursos e recursos. O que está faltando, na verdade – e isto eu falo como ex-gestor público também –, é comprometimento dos gestores que estão à frente dessas situações, dessas missões, de assumirem a posição de verdadeiros gestores.

A questão é falta de recursos? Aqui, nós temos vários exemplos de união entre Poder Público e iniciativa privada. Muita coisa mudou no cenário do Pantanal graças a essa parceria público-privada. Então, nós temos que agora assumir também como gestores públicos essa responsabilidade de levarmos à frente.

(Soa a campainha.)

O SR. THOMAZ LIPPARELLI – Como técnico na área de ictiologia, de peixes, eu posso só falar rapidamente que a situação está drástica, extremamente perigosa. Isso está se refletindo na qualidade de água, não só no volume. O volume também é importante, mas a qualidade de água nos rios do Pantanal está colocando em risco as populações de peixe. E por que isso tem relação com o volume de água? Porque os peixes iniciam seu processo de reprodução através de hormônios, que são estimulados por fatores físicos e químicos que estão presentes nessa água. Os peixes estão atrasando seus processos reprodutivos por falta desses fatores. E, quando isso acontece, grande parte não tem êxito. Por quê? Porque os alevinos, os ovos também dependem de fatores físico-químicos da água. Então, nós temos um problema seriíssimo. Os estoques não estão sendo recompostos. Os peixes estão ameaçados por uma série de fatores. Pode ser em relação à pesca, seja esportiva, seja profissional, mas, principalmente, por aquilo que está sendo feito fora do Pantanal, na cabeceira. Os rios estão alterados do ponto de vista físico e químico. Os peixes são os melhores indicadores da qualidade de água dos nossos rios. E não precisa ser especialista, doutor para falar aqui que os peixes estão desaparecendo. Qualquer um sabe. Todos nós sabemos. A redução dos estoques é um fator crucial. Se nós não tomarmos iniciativa hoje, eu não dou dez anos para que a atividade de turismo e de pesca se encerre no Pantanal. E falo não só em Mato Grosso do Sul, porque eu conheço a realidade também de Mato Grosso. A situação é a mesma.

Nós temos que realmente partir para uma ação de coalizão entre as instituições públicas, as organizações não governamentais, que estão acumulando conhecimento, e, principalmente, a vontade política, Senador Pedro Chaves. O Senado tem que estar à frente, junto com a Câmara dos Deputados, para que possamos criar um projeto realmente exequível no Pantanal. Não podemos mais esperar a produção de projetos, relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nós estamos abarrotados de projetos e relatórios; nós temos que ter agora é ação. Estou aqui representando os meus colegas das universidades, que estão lá repletos de teses, doutorados, mestrados, projetos financiados. Nós queremos colocar isso na mesa, nós queremos participar do processo. Para isso, precisamos do apoio político. Com o apoio político, nós vamos encontrar solução.

É isso que eu gostaria de dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito bem.

Eu quero agradecer ao Prof. Dr. Thomaz Lipparelli pelo seu depoimento, que vai realmente contribuir muito para que aprofundemos ainda mais.

Agora, eu vou fazer o seguinte, eu vou disciplinar assim: eu vou passar a palavra ao Armando Lacerda, e aí nós vamos começar os debates, com cinco perguntas, para nós encerrarmos nossa audiência pública.

Armando, por favor.

O SR. ARMANDO LACERDA – Bom dia a todos! À guisa de apresentação, eu sou filho do amor canoeiro de Seu Pedrinho, do Porto Descalvado, lá no Município de Cáceres, e D. Odócia, do Porto da Conceição, no glorioso Município de Poconé.

Acho que está tudo perfeito. O Rabelo, mais uma vez, com o brilhantismo habitual... Eu queria lembrar Leon Tolstói, que disse: "Queres ser universal? Canta tua aldeia". Eu vim cantar um pedacinho do Pantanal, do nosso Corixo do Mata-Cachorro, nosso Rio Taquari.

Eu queria mostrar para todos os senhores: isso aqui é um trabalho da Embrapa, que gerou um livro. Aqui estão todos os especialistas do Brasil em sensoriamento remoto, em agricultura, pesca, enfim, o que o Brasil tinha de melhor em ciência, inclusive também agregando conhecimento dos holandeses, é o problema que gerou o livro *Impactos Ambientais e Socioeconômicos da Bacia do Rio Taquari*. Fui mexer e desmarquei a página.

Por que este livro é importante para mim? Ele mostra uma coisa que eu vi hoje de manhã, na televisão, no aeroporto: o novo leque aluvial do Rio Taquari. O Pantanal tem nove regiões. Doravante, deveremos passar a ter dez regiões. É a conclusão deste livro, uma conclusão avalizada pelo que existe de mais importante no nosso estamento científico brasileiro: o cone aluvial do Rio Taquari tem apresentado características singulares nas últimas décadas, que o diferenciam das sub-regiões do Paiaguás e da Nhecolândia. Por esse motivo, propomos que essa área seja considerada uma nova sub-região do Pantanal, a sub-região do cone aluvial do Rio Taquari, ou região do Rio Nabileque. Enfim, a região do Rio Taquari.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO LACERDA – Para que isso, Senador? Trouxe o livro para lhe entregar.

Eu preciso contar a minha experiência dos últimos dias. Através do CAR, nós fizemos um grande esforço. Eu já fui fazendeiro. Hoje, lá em Corumbá, quem está nesse leque não é mais fazendeiro; é chamado de "fazenduro", porque não é mais fazendeiro. É "fazenduro", não tem mais nada. Nós não chegamos a essa situação por preguiça ou por qualquer outra coisa. Essa pequena sub-região destruiu algumas fazendas. Eu estou no meio por uma contingência, mas essa sub-região compreende as antigas... Muito antes de se falar em assentamento rural no Brasil, o Governador Fernando Corrêa da Costa criou as colônias. Então, aqui nós temos minifúndios dentro do Pantanal. Nós temos as colônias, nós temos os ribeirinhos. Não há problema nenhum de ter ribeirinhos, de ter moradores na beira do rio. Eles têm um pedaço de terra deles, não há nenhuma disputa quanto a isso. Esse cone aluvial, Senador, que a gente vê todo dia quando vê a previsão do tempo, ele aparece em nível nacional, é o nosso Rio Doce, que não demorou três dias, demorou trinta anos, e aparece todos os dias na televisão, muito mais do que o outro, que já perdeu... Neste aqui estão 90% das populações tradicionais do Pantanal, do Município de Corumbá. Você pega todas as colônias, todos os ribeirinhos do Taquari, ou pelo menos a sua maioria, porque ele compreende as duas margens do Taquari.

Ele pega 15% a 20% da região da Nhecolândia e cerca de 25% a 30% da região do Paiaguás. O Paraguai-Mirim é uma colônia numerosa; há a colônia do Castelo, onde a Fundação da D. Teresa Bracher mantém uma escola fabulosa. O Prof. Jeferson é nosso professor lá na beira do Rio Taquari. Ele está lá com os seus alunos. Lá na Barra do São Lourenço, temos uma população enorme, temos os ribeirinhos do São Lourenço, do Rio Cuiabá. Se eu chamar o Rio Cuiabá de São Lourenço, os cuiabanos brigam comigo. Os parentes da minha mãe vão atrás de mim lá em Corumbá.

O que eu quero dizer com isso?

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO LACERDA – Eu procurei alguns clientes lá, porque eu não sou mais fazendeiro. Eu tenho uma pousada e me divirto lá pescando, praticando a pesca e recebendo os amigos. Eu tenho amigos da área da soja, pequenos produtores. Um precisava de 150 hectares, o outro precisava de 200 hectares. Casamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

os nossos CARs – o CAR –, e eles necessitavam dessas pequenas áreas. Eu falei: "Eu cedo a minha área para vocês". Eu tenho cerrado alto dentro da minha fazenda, do que era a minha fazenda, a minha propriedade. Estão todos os documentos em dia. Quando apresentamos tal pretensão, ela foi rechaçada *in limine*. Como compensar cerrado do Planalto no Pantanal? Absurdo! Agora o Dr. Ricardo já está revendo essa posição, mas é talvez a solução do problema.

Essas populações, essa região inundada, o senhor sabe o que nós fazemos? Aí eu vou sair do Tolstói e vou entrar logo no La Fontaine: o senhor conhece a fábula do lobo e do cordeiro, não é? Então, eu vou contar para o senhor que o papel do lobo é o maior IDH dos nossos gloriosos vizinhos de São Gabriel do Oeste e a nossa pobreza. O senhor sabe quem limpa a sujeira de São Gabriel do Oeste? Os ribeirinhos! Somos nós que limpamos, porque a água que nós recebemos, assoreada, suja, podre, contaminada, nós a devolvemos ao Rio Paraguai, azul e transparente. Coloquei isso e saiu em rede nacional no Globo Rural, foi mostrado. Está lá para quem quiser ver em qualquer minuto. O senhor sabe como se chama isso? Prestação de serviço ambiental. Você sabe o que os vagabundos do Pantanal fazem? Com o seu suor, com a sua miséria, lavam a sujeira dos milionários do Planalto. É isso que nós fazemos. É por isso que eu pilotei um barco quatro horas debaixo de tempestade, enfrentei um aeroporto – que eu não queria mais, mas fiz isso pelo Rabelo, por todos nós –, para dizer isso para vocês, para o Brasil todo, e aqui nesta audiência pública: a miséria do Pantanal é que gera o maior IDH do Brasil no Planalto Sul-mato-grossense!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado. Eu agradeço muito essas palavras, de coração aberto, corajosas. Eu acho que tem que ser assim mesmo, viu? E isso vai ser incorporado. Obrigado. Isso vai ser incorporado em toda a audiência.

Eu convido o Marcelo Bertoni, Presidente do Sindicato Rural de Bonito, para por três minutos fazer uso da palavra.

Depois, os que quiserem fazer questionamentos podem fazê-los por escrito e encaminhá-los aqui à mesa, nós podemos responder a algumas – todos os questionamentos que quiserem, por escrito, a partir de agora, à mesa.

Com a palavra, por último, Marcelo Bertoni, por favor.

O SR. MARCELO BERTONI – Obrigado, Senador, pela oportunidade de estar aqui e poder falar. Obrigado a todos que compõem a Mesa.

Eu venho de um Município... O olho do mundo está no Município de Bonito, e todos os produtores lá também estamos. Eu vejo com muita alegria essa conversa.

O Município de Bonito hoje tem uma lei municipal de proteção aos rios de 50m; durante muitos anos, foi o único Município no País a ter essa lei de proteção aos córregos. Também vejo que tudo isso que está sendo feito bate em uma tecla sempre: se não houver a parceria do produtor rural, não adianta nada disso que está acontecendo aqui hoje, porque quem realmente protege... Inclusive, eu falo isso para você, Paulo: nós temos o Parque da Serra da Bodoquena, que foi decretado há 15 anos, e a ligação fundiária dela até hoje não foi resolvida. O Sr. Klabin esteve lá há pouco tempo, conhece. Quem protege o parque não é o ICMBio, é o produtor rural. Há tempos houve roubo de madeira lá, e quem denunciou foi o produtor rural; lá dentro do parque. Então, em tudo isso que nós fizemos aqui até agora faltou lembrarem que o produtor rural está inserido nisso.

Às vezes, tomamos atitudes precitadas – não estou discutindo aqui o mérito do parque ou o mérito de proteger o Pantanal, mas quero, sim, lembrar que lá embaixo existe um produtor rural que nem sempre degrada ou faz as coisas com intenção de fazê-lo. Às vezes, ele é vendido por um engenheiro agrônomo que chega lá e diz: "Não, o senhor pode fazer tudo isso." Ele é iludido, isso acontece muito. Eu vejo muito isso.

Acho também que o que falta realmente é a fiscalização efetiva. Eu vejo isso.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO BERTONI – Existe a fiscalização efetiva? Não. A fiscalização não existe no nosso Estado e em qualquer lugar, a não ser que haja denúncia. O que falta, eu acho, é uma política do Governo que tenha efetiva fiscalização.

O Senar também lançou agora o ABC Cerrado, que faz essas técnicas de recomposição com lavoura e pecuária, que é uma das metas para abaixar o carbono, e foi com o Banco Mundial.

Era só isso que eu queria falar.

Eu queria agradecer ao senhor e a todos os presentes, e peço, principalmente, que se lembrem do pequeno produtor que está lá na ponta há 15 anos tentando receber a indenização de que o Governo Federal precisa para pagar o Parque da Serra da Bodoquena que, efetivamente, seria regularizado.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Queremos agradecer as palavras do Marcelo.

Pergunto se há algum questionamento por parte da nossa plateia. (*Pausa.*)

Pois não, Roberto.

O SR. ROBERTO LUIZ LEME KLABIN – Eu achei o encontro muito, muito útil para essa discussão, mas fiquei um pouco preocupado em não entender claramente a posição do Estado, principalmente, que separa o planalto da planície e não vê os efeitos e as consequências – o que acontece em cima, chega lá embaixo. Então, eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Você poderia dirigir a pergunta a alguém que você queira.

O SR. ROBERTO LUIZ LEME KLABIN – Não, era ao Eboli. Eu fiquei preocupado com essa colocação. O Eboli colocou isso e depois reconheceu o problema do Taquari. Então, essa é uma questão em que é importante que o Estado nos esclareça qual é a sua posição em relação à bacia.

A segunda coisa: eu queria chamar a atenção para o que aconteceu em Bonito, onde aqueles proprietários rurais que plantam soja estão degradando, com suas práticas, as nascentes de rios que hoje atendem milhares de turistas. A gente tem o costume de enxergar aqui os rios brasileiros todos turvos. A gente acha que eles eram turvos, sempre foram turvos. Na realidade, grande parte dos rios eram como em Bonito – muitos rios limpos, transparentes, que foram afetados por más práticas, mau uso da terra.

Nós estamos chamando a atenção aqui para o fato de que se fala muito em boas práticas, fala-se muito em todos os estudos que estão sendo conduzidos no sentido de orientar o produtor. Mas, ao mesmo tempo, como é que a gente consegue agora, neste momento, num Município tão importante como Bonito, que depende das suas águas para o seu turismo, encontrar uma situação dessas? Existe multa, mas como é que esse proprietário, como é que o Município, como é que as pessoas não conseguem enxergar o que vai acontecer com essas más práticas? Então, é uma questão para a qual temos de chamar a atenção, e isso vai acabar no Pantanal, sem dúvida nenhuma. Os rios todos descem para o Pantanal. Então, eu queria levantar essa questão que me aflige, depois de ver o que aconteceu em Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Você é do Imasul, você poderia...

O SR. RICARDO EBOLI – O que nós falamos na nossa pequena explanação foi o tema da audiência pública. Não existe soja na planície inundável do Pantanal. Ponto. Essa é uma realidade incontestável, inclusive agronomicamente falando. Muito bem. É uma unanimidade que os problemas que acontecem no Pantanal vêm do planalto, por conta de práticas agropecuárias não conservacionistas. Então, não é só a soja, são todas as atividades que podem contribuir para carreamento de solo – e aí está o Taquari – para a planície, para a área inundável, para o verdadeiro Pantanal que precisam de políticas públicas dos governos municipais, estaduais e Federal.

Antes de extinguir uma atividade próxima na planície pantaneira, por que não verificar – e o CAR é o instrumento para isso – se essa propriedade está fazendo o seu dever de casa? Nós colocamos o Pantanal, Senador, como prioritário para compensação de reserva legal. Essa foi uma medida inédita no Estado de Mato Grosso do Sul. Nós fizemos com que o Pantanal só pudesse abrir agora – antes era 80% – até 50%, e tem 85% conservados. Então, acho que nós precisamos juntar conforme foi colocado aqui; e a diretriz do Governo do Estado, Senador, é conservar a natureza sem destruir a economia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Passo a palavra primeiro ao Felipe.

O SR. FELIPE AUGUSTO DIAS – Só uma pergunta, Ricardo: o dia de campo feito pela Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul na Fazenda Iguaçu... Onde fica a Fazenda Iguaçu?

O SR. RICARDO EBOLI – Eu não tenho uma coordenada de...

O SR. FELIPE AUGUSTO DIAS – Na verdade, é assim...

O SR. RICARDO EBOLI – Mas lá tem soja?

O SR. FELIPE AUGUSTO DIAS – Sim. Dia de campo, inclusive.

O negócio é o seguinte: a minha preocupação é que a soja... Eu sou engenheiro agrônomo, vou aqui me reportar, porque sou tachado de ambientalista. Eu tenho um problema de identidade muito grande, porque eu sou engenheiro agrônomo, eu sou proprietário rural, eu sou professor e eu sou ambientalista. Fazer o quê?

A discussão que houve recentemente de manejo de pragas e controle biológico eu fazia na época em que eu produzia soja, e não era pouco, eram 3.800 hectares no chapadão, 400 em volta do aeroporto de Campo Grande e mais 1.600 em Terenos. Com isso, eu diminuí bastante o uso de produtos químicos nas lavouras que eu cuidava. Daí a minha preocupação.

Eu acho que o mais importante daqui, Senador, é que passamos a ter um local onde estamos sendo ouvidos. Até então – até o Ricardo começou a falar e depois ele interrompeu –, nós participamos do Cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ambiental Rural do Pantanal. Fomos barrados na porta da entrada da reunião e não pudemos participar da reunião que discutiu o CAR Pantanal. Então, o que estamos querendo aqui não é antagonizar; queremos ter o direito de discutir.

Há a afirmação de que não existe, mas existe. É pouco, é muito? Não sei, mas existe. O ZE mostra claramente, Lucas, que a soja está lá. E também o próprio Siga. No Siga, se você olhar a Safra 2013-2014, existe a agricultura de soja dentro do Pantanal.

Então, o que vale é que temos que pensar que, com as tecnologias que estão aí e com toda a capacidade técnica dos colegas engenheiros agrônomos, nós temos, sim, possibilidade de adentrar no Pantanal.

O que nós, do Instituto SOS Pantanal, estamos fazendo aqui não é brigar, é entender até onde, de fato. E o que fica claro, e eu agradeço, pelas falas tanto do setor de produção, dos produtores rurais, como do Governo, é que essas regiões não poderão ser utilizadas para agricultura intensiva.

Infelizmente, quanto ao nosso CAR, o Ricardo falou que antes era permitido e agora não. Antes era permitido, mas havia um produtor rural lá dentro, o pantaneiro, que se acostumou e se harmonizou com o vai e vem das águas. Hoje, temos desmate de 1.800 hectares, com probabilidade de desmatar mais no Pantanal do Paiaguás, com autorização legal. Quer dizer, não podemos nem falar para o produtor que está fazendo errado, exatamente porque o CAR está permissivo, e essa permissividade contraria o que dizemos no Código Florestal do que é uma área de uso restrito. Nós gostaríamos de ter dito isso lá na reunião, quando foi discutido o CAR, e não pudemos.

Agradeço ao Senador, que nos permitiu ser ouvidos por todos os setores, porque é isto que o Instituto faz: ele tem produtores rurais no seu conselho, empresários, pesquisadores e ambientalistas, ou seja, ele prima pelo diálogo. Eu acho que esta é uma oportunidade importante que o Senador está nos dando.

Nesse sentido, Eboli, eu acho – e tenho conversado agora mais proximamente com o Eboli – que vai permitir com que façamos, de fato, uma política de desenvolvimento para o Pantanal, com base na vocação socioambiental desse imenso bioma, dessa beleza, que é o Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O Mário Mantovani, do SOS Mata Atlântica, e tinha pedido já a palavra.

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Senador Pedro Chaves, muito obrigado pela oportunidade.

Eu também sou do conselho do SOS Pantanal e tenho muito orgulho de ver essa briga.

O que eu gostaria de levantar aqui agora, para além de toda essa discussão, se é soja ou não – e eu acho que é muito grave o que está acontecendo –, é que a maior indústria do mundo é a indústria do turismo, não podemos negar isso. Temos que ver. Essa é a grande vocação do Brasil, que é um país que tem as belezas naturais a seu favor, tem a agricultura a seu favor.

Nós passamos por uma grande discussão do Código Florestal aqui, mas o ponto que eu queria levantar agora é muito importante. Está aqui, no Senado, a nossa lei do Pantanal. Precisamos de ter isso. Já vimos, está previsto na Constituição de 1988: a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica são patrimônio nacional. Essa lei restritiva que faríamos ou essa lei mais dedicada ao bioma poderia resolver muitos desses conflitos. Como estávamos falando – e o professor colocou muito bem aqui –, temos tantos estudos, tantos papéis que isso precisa se transformar em realidade. Isso já seria meio caminho para que transformássemos e tivéssemos uma lei para o Pantanal. Eu acho que esse é o grande ganho de política pública que precisa ser construído. A Amazônia também está tentando fazer essa construção, para que se evite de falar de mais de um bioma ou outro.

Passamos por 14 anos nesta Casa e na Câmara lutando para que a Mata Atlântica tivesse uma chance de superar os 8% que restavam apenas dela – aliás, ontem fizemos 30 anos como organização – e conseguimos impedir um dos maiores crimes, em que perdíamos um campo de futebol de floresta a cada 4 minutos.

Então, quanto a materiais como esses que foram produzidos pela Embrapa, pelas universidades, pelas ONGs, pelos governos, que transformássemos isso em matéria-prima para uma legislação específica para o Pantanal. Aí, faríamos o jogo de ganha-ganha: ganha o turismo, ganha a agricultura, ganha a sociedade, ganha a natureza, ganha a pecuária, tudo é a favor.

Temos um dos biomas mais equilibrados até hoje, o Pantanal não precisou se adaptar ao homem, como toda a realidade, muito bem colocado pelo representante da sociedade civil. Temos tudo a favor. Por que um conflito como esse? Mais um dos conflitos por que estamos passando agora, vendo a questão do licenciamento, um desastre se for feito, como está preconizado agora na Câmara dos Deputados, em urgência urgentíssima. Não podemos deixar que isso atinja de morte o Pantanal mais uma vez; não podemos entrar em estatísticas como essa do Taquari.

Então, minha participação é essa.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço a contribuição do Mário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu posso dizer que está aqui na Casa, na CCJ o projeto de lei do nosso Ministro hoje – ele é Senador – Blairo Maggi sobre o Pantanal, que disciplina muitas coisas e que pode também estar aberto para novas adesões, para agregar algumas coisas importantes e tudo mais.

Eu vou falar com o Presidente da CCJ, que é o meu amigo José Maranhão, um Senador realmente muito dinâmico e muito interessado, na verdade, nos assuntos relativos ao Pantanal, para dar uma celeridade a esse processo, que eu acho que é importante.

Então, esse é o compromisso que eu também tenho com vocês.

Posso dizer a vocês que estive juntamente com o Rabello, com o Ministro Sarney Filho. Ele está muito interessado no bioma Pantanal, está interessado em tudo que está acontecendo. Ele esteve em Cuiabá, com Pedro Taques, conversando e vai ter uma reunião também com Reinaldo. Ele vai reunir os dois governadores, para reativarmos o que estava adormecido, que é o Conselho da Biosfera, que foi criado em 2000 e até hoje realmente deu uma adormecida, como nós falamos. Isso vai dar sangue novo. Ele vai visitar também a fazenda do Klabin, não é isso? Poderia dizer alguma coisa? Vai ser sobrevoo? Acho que seria muito importante, para dar uma tranquilidade para os ambientalistas, inclusive para os produtores rurais. Ele vai ver *in loco* tudo o que está acontecendo.

O SR. ROBERTO LUIZ LEME KLABIN – Nós combinamos uma visita do Ministro do Meio Ambiente e também do Ministro do Turismo a Caiman, e nós vamos receber os produtores rurais e o pessoal todo ligado ao turismo para discutir um pouquinho essa realidade.

Nunca um Ministro do Meio Ambiente foi ao Pantanal. Isso é inacreditável! Mas o nosso Ministro será o primeiro que vai, queremos, então, levá-lo para que ele conheça um pouquinho dessa realidade. Vamos também para Bonito, tentar levá-lo lá também, para sobrevoar e conhecer.

O que nós queremos aqui é paz. Nós não queremos briga, nós queremos paz, e a paz só virá a partir do momento que a gente ordene as nossas atividades e entenda o que tem que ser feito para que todos saiam ganhando; esse é o objetivo. É isso aí.

Obrigado.

O SR. RICARDO EBOLI – Senador, só uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Pode falar, Ricardo.

O SR. RICARDO EBOLI – Já que foi colocada a questão do projeto de lei do Pantanal, pediríamos, em nome do Governo do Estado, que o procedimento fosse o mesmo do Código Florestal: que fossem aos Municípios do Pantanal ouvir as comunidades, como fez o Deputado Federal Rebelo sobre o Código Florestal, e fazer as audiências públicas nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Você tem cópia do anteprojeto do Blairo Maggi? Se for o caso, eu o forneço para vocês depois, na Imasul, para quem estiver interessado.

O SR. RICARDO EBOLI – Nós temos. É o Projeto nº 750.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Eboli) – O 750, exatamente. Dá uma olhada se ele atende, na verdade, não só ao Governo do Estado, porque eu quero dar também esse projeto para o SOS Pantanal, para todos os órgãos ambientalistas, como também para os produtores rurais, para que eles tenham acesso e seja amplamente discutido como foi o Código Florestal.

O SR. RICARDO EBOLI – O.k. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Acho que isso democratiza mais oportunidades.

O SR. RICARDO EBOLI – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Professor Jefferson, pode usar a palavra.

O SR. JEFFERSON ESDRA DE ARRUDA – Em nome da comunidade ribeirinha do Taquari, queria agradecer ao Senador por estar presente.

Só para relatar que eu sou ribeirinho. Nasci lá, comecei a estudar na escola onde eu hoje dou aula e o que a gente vê é que, com o tempo, a cada ano que passa, estão ficando menos moradores. Por que isso? Por que antes os pequenos agricultores plantavam suas frutas, traziam com facilidade, e, hoje, não; hoje já não tem como retirar o que eles plantam. Então, muitas famílias estão saindo das suas residências, não têm como criar os animais. Quem não mora na beira do Rio Taquari vive só de poço. Então, a água que vem do poço não dá para fazer uma criação, não dá para ter sustento, não é uma água saudável que dá para beber. Talvez muitas crianças hoje tenham várias doenças devido à água. Então, eu só queria ressaltar.

Muito obrigado por estar presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço-o por ter-se deslocado de lugar tão longe para estar aqui conosco. Isso mostra a sua dedicação e mostra a fibra do pantaneiro. Acima de tudo, o homem pantaneiro é muito determinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ARMANDO LACERDA – Seis horas de barco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A gente sabe a dificuldade de vocês.

Bom, teríamos mais algumas perguntas por escrito...

O SR. ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO – Senador, eu pediria um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO – Falamos muito de São Gabriel do Oeste. Quero chamar a atenção para essa foto que está na tela. Quando começamos a levantar as nascentes fomos, logicamente, na primeira, que é a nascente do Rio Paraguai, localizada no Município de Alto Paraguai. E essa fazenda – provavelmente terá que mudar de nome – se chama Sete Lagoas – já não existem mais sete lagoas.

Até aproveito para cumprimentar o Lucas, acho importantíssimo o engajamento dos agrônomos. No cenário que é possível visualizar, exatamente nesse lugar nasce o Rio Paraguai para ir em destino à Corumbá. Ou seja, não fossem o Sepotuba, Cabaçal, Jauru e o São Lourenço, provavelmente teríamos dificuldade de água em Corumbá.

Então Senador – e aproveito a presença do Deputado –, é fundamental que a iniciativa do Ministro do Meio Ambiente tenha êxito de chamar os dois governadores, porque só fará sentido uma ação integrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Estamos programando essa reunião e podemos, inclusive, agendar. Há muita boa vontade e muita determinação da parte dos ministros nesse sentido.

Então, não tenha dúvida que já há uma vontade política – é aquilo que já se falou muito aqui, o Thomaz falou exatamente isso. Se não houvesse vontade política da parte do Congresso e de todos os segmentos, seria muito difícil. Os governadores serão de acordo, não é?

Passo a palavra aqui ao nosso querido Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD - DF) – Em primeiro lugar desculpas, Senador Presidente desta audiência pública, por não estar aqui no primeiro momento para ouvir as explanações.

Mas quero só dizer que o Brasil tem que mostrar ao mundo que essa ratificação do Tratado de Paris, pelo qual as mudanças climáticas impõem um engajamento de todas as nações para que contenhamos a tragédia humanitária que virá, tem que ser uma coisa concreta, deve haver concretude das propostas sobre o manejo da agricultura e da pecuária no Pantanal.

Ainda nesta semana, Mantovani, estive lá com o Presidente Rodrigo Maia, cobrando. Há um ano o Eduardo Cunha engavetou o meu pedido para que a PEC nº 504 – que coloca o Cerrado e a Caatinga como integrantes do patrimônio nacional. Na gaveta. Rodrigo Maia assumiu. Estive semana passada com ele. Vamos pautar, a PEC está no ponto para ser votada. Hoje, há uma pressão violenta sobre o ICMBio e sobre o Governador de Goiás para que eles não deem a carta de anuência e ampliação do APA do Pouso Alto, lá em Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros.

Enfim, é uma série de medidas que temos. E vejo esse engajamento aqui, pude observar esse entusiasmo, essa vontade para que as coisas aconteçam. Chega de projetos, de papéis, de documentos. É preciso ação concreta, antes que tenhamos...

Brasília. Eu estava dando em exemplo, há pouco tempo, de um projeto que fiz sobre estímulos fiscais para que os produtores rurais possam recompor áreas degradadas, recuperar rios, cursos d'água assoreados. E dava como exemplo a crise hídrica de São Paulo. A crise hídrica está na Capital da República! Vai faltar água nas embaixadas que estão aqui representadas em nosso País.

Então, é um problema que é de todos nós. Vejo esse engajamento aqui, nesta audiência, que foi muito boa. E quero me convidar, por favor, para estar nessa comitiva para conhecer essa realidade. Klabin, gostaria de estar presente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu tomei a liberdade de convidá-lo, viu Klabin, para participar da nossa comitiva. Ele é da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Então, para nós é muito importante que sejam representantes da Câmara e do Senado.

Passo a palavra, rapidamente, ao Lucas.

O SR. LUCAS GALVAN – Pegando a fala do nosso Deputado, eu acho que a experiência do Acordo de Paris vai ficar para a história, porque, pela primeira vez nos acordos, perguntou-se aos países o que poderiam fazer para atingir a meta e não se colocou uma meta das instituições para os países cumprirem. Eu acho que nós vamos ter bons resultados do Acordo de Paris como nós não tivemos nos outros acordos.

Nesse contexto, Senador, só para contribuição, talvez nós devamos perguntar a todas as instituições aqui o que elas podem fazer para a causa. Nós temos estudos, temos conhecimento ilimitado sobre o tema. Talvez a pergunta não seja quem é o culpado ou quem fez e não fez, mas o que as instituições aqui podem fazer para a resolução de um problema e para um ambiente melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Era só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Lucas.

Meus caros amigos, eu acho que nós discutimos bastante. O tema ainda não se esgota. Nós vamos continuar lutando – eu no Senado, o Deputado Augusto na Câmara – para fazer uma legislação bem consistente. Vocês serão ouvidos de novo. Todas as gravações serão disponibilizadas, mas nós vamos utilizá-las para robustecer e enriquecer mais os documentos nossos.

Eu acho que foi um verdadeiro sucesso esta audiência, porque nós abrimos o jogo, abrimos o nosso coração, falamos abertamente das nossas angústias e ansiedades e colocamos frente a frente ambientalistas e produtores rurais. Isso é bom. O ambientalista também é um produtor rural – ontem, estavam falando comigo exatamente sobre isso. Eu acho que isso é um dado bastante importante.

Mais uma vez, eu quero agradecer e finalizar, esperando encontrá-los em uma oportunidade em que poderemos comemorar, realmente, a conciliação e a harmonia plena entre ambientalistas e produtores rurais, fazendo aquilo que nós chamamos de desenvolvimento sustentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Era só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Lucas.

Meus caros amigos, eu acho que nós discutimos bastante. O tema ainda não se esgota. Nós vamos continuar lutando – eu no Senado, o Deputado Augusto na Câmara – para fazer uma legislação bem consistente. Vocês serão ouvidos de novo. Todas as gravações serão disponibilizadas, mas nós vamos utilizá-las para robustecer e enriquecer mais os documentos nossos.

Eu acho que foi um verdadeiro sucesso esta audiência, porque nós abrimos o jogo, abrimos o nosso coração, falamos abertamente das nossas angústias e ansiedades e colocamos frente a frente ambientalistas e produtores rurais. Isso é bom. O ambientalista também é um produtor rural – ontem, estavam falando comigo exatamente sobre isso. Eu acho que isso é um dado bastante importante.

Mais uma vez, eu quero agradecer e finalizar, esperando encontrá-los em uma oportunidade em que poderemos comemorar, realmente, a conciliação e a harmonia plena entre ambientalistas e produtores rurais, fazendo aquilo que nós chamamos de desenvolvimento sustentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Regina Sousa, Telmário Mota, José Medeiros, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e Eduardo Amorim. A Presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Avisos nºs 40, de 2016; 41, de 2016; 42, de 2016; Avisos nºs 757 – GP/TCU; 474 – GP/TCU; Aviso nº 766 – GP/TCU; Aviso Circular nº 5 – GP/TCU; Aviso nº 742 SESES-TCU-PLENÁRIO; Ofício SMMA 425/2016, da Prefeitura Municipal de Rio Grande; Aviso nº 812 – GP/TCU e OFS nº 21/2016; e Aviso nº 858 – GP/TCU, em resposta ao RMA nº 108, de 2015. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014** que: "Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo." **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2016** que: "Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico." **Autoria:** Deputado Jefferson Campos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2012** que: "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo e pela prejudicialidade da emenda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo). **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015** que: "Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2016** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir o cômputo de florestas plantadas na área de reserva legal." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013** que: "Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

terminar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2015** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2015** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 32 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Com base no disposto no art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, e do art. 397 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convocado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a dificuldade que os servidores em greve vem enfrentando nas negociações com a pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Plano de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho apresentado ao Requerimento da CMA nº 10, de 2016, que estabelece como política pública a ser avaliada, no âmbito do Senado Federal no exercício de 2016, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciativas recentes. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos nºs 40, de 2016; 41, de 2016; 42, de 2016; Avisos nºs 757 – GP/TCU; 474 – GP/TCU; Aviso nº 766 – GP/TCU; Aviso Circular nº 5 – GP/TCU; Aviso nº 742 SESES-TCU-PLENÁRIO; Ofício SMMA 425/2016, da Prefeitura Municipal de Rio Grande; Aviso nº 812 – GP/TCU e OFS nº 21/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Informo, ainda, que foi recebido o Aviso nº 858 – GP/TCU, em resposta ao RMA nº 108, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, e que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

A pauta de hoje está dividida em duas partes. Passamos, agora, à deliberação de matérias e, em seguida, faremos a leitura do plano de trabalho do Senador Jorge Viana para avaliação da política pública escolhida por esta Comissão, que diz respeito à Amazônia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inversão de pauta do requerimento constante do item 18 da pauta. Peço a inversão de pauta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o Requerimento nº 32, de 2016. É do Senador Humberto Costa, que não está presente, Senador Ataídes Oliveira, de forma que não podemos colocar o requerimento em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não será colocado em votação hoje?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não. Ele não está presente. O autor não está presente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Humberto Costa faz um requerimento convocando o Ministro de Estado José Serra. Só que o Senador Humberto Costa não está presente, de forma que ele não poderá ser colocado em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 1 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
- Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senador Pedro Chaves.
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
-Matéria apreciada pela CCJ e pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CCJ/CDR.
-O relatório foi lido na reunião de 16/08/2016, sendo concedida vista ao Senador Telmário Mota. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2014, não terminativo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Excelência, já foi lido esse item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Gostaria que eu o lesse novamente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não é necessário. Estou apenas alertando V. Exª de que vamos colocar... Foi lido, e o Senador Telmário Mota, que estava aqui presente, pediu vista, nos termos do art. 132.

Lembro que o relatório é pela rejeição da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o projeto de lei da Câmara.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, é pela rejeição do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, Senador Ataídes. Eu vou passar agora a um projeto de lei de sua autoria, o item 4. Nós vamos colocar em votação só os não terminativos, já que não temos quórum para votações.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É com relação exatamente a esse projeto, Sr. Presidente. Levanto questão de ordem para requerer a retirada de pauta do item 4. Peço a retirada desse item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 4 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 3 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2012
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Paulo Rocha.
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo e pela prejudicialidade da emenda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.
Observações:
-Matéria apreciada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com parecer pela aprovação do projeto com uma emenda.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Como o Relator, Senador Paulo Rocha, não está presente, eu pediria ao Senador Jorge Viana que, se pudesse, relatasse o item 3.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que me chegou a informação, Presidente, de que o Relator, o Senador Paulo Rocha, pediu que a apreciação fosse feita em outro momento, ou seja, pediu que fosse solicitada a retirada de pauta – a assessoria dele me informa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Vamos, então, retirá-lo de pauta...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, desculpe...

Foi um equívoco. É com relação ao item 5.

Eu faço, com muito gosto a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, não terminativo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo à leitura, conforme determinação de V. Exª.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

Relator: Senador Paulo Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Relatório.

Vem para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de acordo com o art. 90, combinado com o art. 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 415, de 2012, do Ilustre Senador Eduardo Amorim. A proposição em tela será doravante tratada, neste parecer, apenas como PLS.

O PLS é constituído por três artigos: o art. 1º isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as operações com automóveis elétricos cujo motor seja acionado, exclusivamente, pela energia fornecida por baterias recarregáveis na rede elétrica; já o art. 2º assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários, embalagens e do imposto pago no desembaraço aduaneiro dos automóveis elétricos provenientes de países integrantes do Mercosul; por fim, o art. 3º determina que a vigência da lei ocorrerá a partir de sua publicação.

Estes são basicamente os aspectos desse projeto de lei: isenção de IPI para carros elétricos e a manutenção da política de isenção de incentivos fiscais para carros elétricos vindos do Mercosul

Análise.

Ele atende os preceitos legais.

O Brasil pretende comprometer-se a reduzir, até 2025, as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 e indica, para 2030, uma redução adicional dessas emissões em 43%.

É óbvio que a matriz de transporte é uma grande das grandes alimentadoras, junto com o desmatamento, desse percentual elevado que o Brasil, já há alguns anos, vem reduzindo de emissão de gases de efeito estufa. O Brasil era o quarto emissor e hoje é um dos países que, provavelmente, se seguir a mesma política implementada nos últimos anos, já nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, se seguirmos nesse caminho, teremos então a redução, os compromissos assumidos internacionalmente atingidos antes do prazo estabelecido. A matriz de transporte é muito importante no cumprimento desse propósito.

Então, para o esclarecimento dos colegas Senadores e Senadoras, nós queríamos aqui ainda apor uma breve avaliação sobre os impactos financeiros dessa proposta.

A citada emenda substitutiva concede bônus aos consumidores finais de automóveis que fizerem uso de equipamentos com motores acionados, exclusivamente, a energia fornecida por baterias recarregáveis na rede elétrica, no valor igual à parcela que cabe à União do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Deve-se atentar para o fato de que o art. 159 da Constituição Federal determina que 59% dos produtos da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados sejam repassados aos Estados e Municípios.

Como a emenda substitutiva determina que o valor do bônus seja limitado à parcela deste imposto que cabe à União, apenas 41% do valor recolhido a título de IPI será bonificado aos consumidores finais.

Para calcularmos o impacto orçamentário-financeiro do PLS, na forma da emenda substitutiva, devemos conhecer o montante arrecadado com a incidência do imposto sobre a importação de veículos elétricos, vez que o Brasil ainda não fabrica tais automóveis.

Segundo dados colhidos no Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos últimos nove meses, quando começou a vigorar a redução da alíquota do Imposto de Importação de veículos elétricos para 0%, o número de unidades importadas alcançou 15 automóveis, o que nos permite projetar para 2016 a importação de 20 unidades.

Em pesquisa nos *sites* especializados em automóveis, constatamos que as importações consistem basicamente no automóvel BMW i3, com valor de venda em torno de R$200 mil, dos quais R$40 mil referem-se ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Conforme descrito anteriormente, apenas a parcela do IPI destinada à União será revertida ao consumidor final em forma de bônus, ou seja, 41% do valor, o que nos dá R$16,4 mil por veículo – total de R$328 mil anuais (20 veículos).

Partindo da hipótese de que a emenda substitutiva entre em vigor em outubro, podemos estimar a renúncia de receita, para o exercício de 2016, em R$82 mil.

Para os anos de 2017 e 2018, temos que considerar o impacto da elevação do câmbio sobre o preço do veículo importado. Segundo o último Relatório de Mercado Focus (12/05/2016), espera-se uma elevação do câmbio entre 2016 e 2017 da ordem de 6%. Sendo assim, podemos estimar a elevação do preço do automóvel importado na mesma proporção, o que acarretaria um valor de R$17.384 referente ao bônus a ser concedido ao consumidor por automóvel, ou seja, R$347.680 para 2017.

Assumindo a mesma elevação cambial entre os anos de 2017 e 2018, o valor da renúncia para 2018 seria de R$368.540.

Tendo em vista o valor ínfimo a que se refere o PLS, com a bonificação, passa-se ao voto.

Esse é o relatório do Senador Paulo Rocha relativo a um projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Amorim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, na forma de substitutivo apresentado a seguir, e pela prejudicialidade da emenda, sem número, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

É esse o relatório do Senador Paulo Rocha, que *ad hoc* faço a leitura e a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O projeto é muito interessante e será, após a conclusão nesta douta Comissão, dirigido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que eu vejo que é realmente o foro ou a Casa apropriada para julgá-lo definitivamente, uma vez que se trata de renúncia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso, isenção fiscal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, não vejo por que não aprovarmos o projeto, salvo melhor juízo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu pudesse fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que são matérias importantes, mas muito delicadas no momento que o País vive.

Obviamente que, do ponto de vista... E eu estou falando agora não como Relator *ad hoc*, mas os dados estão, inclusive, bastante desatualizados, eles fazem referência a um projeto de 2015. Acho que, de fato, adequadamente, como o Senador Ataídes está dizendo, essa matéria precisa ser debatida na CAE com o devido cuidado, com os números atualizados, porque aqui temos o propósito de pensar redução de emissões. Por esse aspecto, não há nenhuma divergência, eu mesmo acho que essa é uma mudança na matriz que nós vamos ter que viver com a chegada do carro elétrico, é muito importante. Mas nós estamos vivendo um País hoje, e com a responsabilidade que acho que todos nós temos, essa matéria precisa ser apreciada, e acho que não é nesta Comissão. Então, até concordo com o Senador Ataídes. Não é terminativa, essa matéria certamente vai gerar um debate importante lá na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual fazemos parte, e lá faremos o debate, com a atualização. Concordo com a sugestão do Senador Ataídes. Só ressalto a preocupação com o que ele envolve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu voto favoravelmente, com a mesma ressalva: é preciso examinar com cuidado os dados que embasam o projeto no que diz respeito à renúncia fiscal. Além disso, eu não considero que estejamos no momento de fazer renúncias fiscais. Mas é uma matéria que vai ser examinada sob esse ângulo na comissão competente.

Do ponto de vista ambiental, evidentemente é uma matéria meritória.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, encerrada a discussão, em votação.

Aqueles que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, com as ressalvas feitas pelo Senador Aloysio, Senador Ataídes, Senador Jorge Viana, de que será encaminhada à CAE para que faça um levantamento preciso do valor da renúncia fiscal e, em sendo aprovada, possa vir a acontecer. O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo e pela prejudicialidade da emenda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O item 4, o Senador Ataídes Oliveira pediu para ser retirado de pauta.

O item 5, foi pedido para ser retirado de pauta pelo Senador Paulo Rocha.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 5 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015
- Não terminativo -

Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação com duas emendas.
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.)

O item 6 é da Relatoria do Senador Eduardo Amorim, que não está presente.

O item 7 é de autoria do Senador Telmário Mota e tem como Relator o Senador José Medeiros, que também não está presente.

O item 8 é um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, terminativo. Eu sou o Relator. Passo, então, a Presidência ao Senador Ataídes Oliveira para que eu possa relatar o projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) –

ITEM 8 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir o cômputo de florestas plantadas na área de reserva legal.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela prejudicialidade.
Observações:
-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

O projeto é de autoria da nossa competente Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Relator, o também competente Presidente desta douta Comissão, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O relatório, Sr. Presidente: submete-se à avaliação da Comissão de Meio Ambiente este projeto de autoria da Senadora Ana Amélia.

O art. 1º do projeto acrescenta parágrafo 9º ao art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (novo Código Florestal), para permitir que seja computado o plantio de espécies arbóreas nativas ou exóticas, assegurando a sua exploração econômica, para o cumprimento da manutenção da área de Reserva Legal.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para esta Comissão em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à CMA opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, à conservação da natureza e à preservação da biodiversidade. Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este Colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. De pronto, notamos que a iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e da boa técnica legislativa.

Com relação aos aspectos constitucionais e de mérito, a proposição busca permitir o cômputo de florestas plantadas na área de Reserva Legal. No entanto, chamamos a atenção para o conceito de Reserva Legal, definida pelo art. 3°, III, da Lei n° 12.651, de 2012, como área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Sendo assim, a existência da reserva legal atende ao art. 225 da Constituição Federal, que determina que é dever do Poder Público defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo, entre outros, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e conservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País.

Esse art. 225, no inciso VII, é o que levou agora o Supremo Tribunal Federal a considerar a vaquejada como inconstitucional. Ou seja, a nossa Constituição vai ao âmago de definir uma prática cultural do Nordeste brasileiro e também um esporte do vaqueiro como inconstitucional. Na minha opinião, a Constituição não deveria descer a esse nível de detalhe para olhar uma coisa dessa natureza. O movimento no Nordeste é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

grande, no Centro-Oeste e no Norte do País. Hoje, às 11h, vou relatar um projeto da Câmara que versa sobre este assunto: vaquejada. Sou filho de vaqueiro, corri vaquejada, já não corro mais por causa da idade. Mas não vejo uma prática danosa aos animais. Há outras práticas muito mais danosas aos animais.

Vamos ao projeto.

Além disso, a legislação florestal recém editada, compatibiliza o uso econômico da propriedade com a preservação ambiental, em conformidade ao regramento constitucional dos arts. 5º, inciso XXI e 170, inciso VI, que tratam, especificamente, do direito à propriedade e da defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica. Isso porque o §1º do art. 17 da Lei nº 12.651, de 2012, já assegura a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, sendo dispensável nova previsão na lei.

Ou seja, a Senadora Ana Amélia apresenta um projeto de lei que é relevante, mas que nós já temos contemplado no Código Florestal. Dessa forma, depois da análise apurada aqui, nós opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2016, já que o Código Florestal contempla perfeitamente o que pretende a Senadora Ana Amélia.

Portanto, esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em discussão o referendado projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

E aqui eu faço um ligeiro comentário. O projeto é terminativo, e, lamentavelmente, não há quórum suficiente para a votação. Entretanto, pelo fato de o relatório ter decidido pela prejudicialidade, não se faz necessária a votação nominal. Portanto, eu faço esse esclarecimento e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Passo a Presidência ao Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço ao nobre Senador Ataídes Oliveira, sempre colaborativo com todas as ações da nossa Comissão.

Passaríamos, agora, a um projeto de lei do Senado que também é terminativo. Não há quórum.

Informo aos Srs. Senadores que todos os outros projetos que estão pautados para a reunião de hoje são terminativos. Como não há quórum para votação, vamos deixar para a próxima reunião.

Passamos, agora, à segunda parte da reunião de hoje, a votação do plano de trabalho das emendas que a Senadora Lídice da Mata...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Eu precisava fazer a leitura também dessa avaliação de política pública, que é uma atribuição da Comissão, e estou pronto para fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vamos para o plano de trabalho.

Passamos à leitura da Proposta de Plano de Trabalho, de autoria do Senador Jorge Viana, apresentado ao Requerimento da CMA nº 10, de 2016, que estabelece como política pública a ser avaliada, no âmbito do Senado Federal no exercício de 2016, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciativas recentes.

Essa política pública foi aqui definida por nós. No ano passado, foi a do Rio São Francisco. Neste ano, atendendo a um apelo, inclusive, da população brasileira, preocupada com o desmatamento na Amazônia Legal, nós assim resolvemos.

Passamos, então, a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu agradeço e, ao mesmo tempo, cumprimento V. Exª. Nós temos a atribuição de fazer a avaliação de políticas públicas. Esta Comissão foi palco de um debate intenso. Eu era Relator aqui, o autor era o Senador Luiz Henrique, da mudança do Código Florestal brasileiro.

Muito longe daquilo que alguns pregavam que seria, nós temos hoje um instrumento que, de alguma maneira, pacificou a relação entre produtores, criadores, com o cumprimento da legislação, sem maiores danos ao meio ambiente.

Mas esta proposta visa a fazer uma avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Aqui, na Comissão de Meio Ambiente, entendo que isso é da maior importância.

O relatório que apresento, vou tentar expor de maneira bastante objetiva.

Essa política brasileira, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, é uma proposta de 2004, dividida em três etapas, inclusive temporais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

1. Ordenamento fundiário e territorial;
2. Monitoramento e controle ambiental; e
3. Fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Então, os propósitos da política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia eram esses três, implementados a partir de 2004 e divididos no tempo, Senador Aloysio, ou seja, havia basicamente três propósitos. Em 2004, o Brasil era um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, tinha o maior desmatamento de florestas tropicais do mundo e começou uma política com três objetivos: ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle ambiental e o terceiro aspecto, fomento às atividades produtivas sustentáveis.

E essa política pública foi dividida em três etapas: de 2004 a 2008, a primeira fase; a segunda, de 2009 a 2011, e a terceira, de 2012 a 2015. Concluiu-se, então, em 2015. Portanto, é mais do que apropriado que façamos a revisão dessa política pública, façamos um debate e apresentemos uma nova política pública que venha suceder esse plano, que começou em 2004 e se concluiu em 2015.

As ações previstas nesse plano de monitoramento e controle do desmatamento contribuíram significativamente para a redução das taxas de desmatamento da Amazônia – é óbvio, o que nós tínhamos, não temos mais –, medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, conhecido como Projeto Prodes, de responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A taxa anual passou de 27.772km² em 2004 – é bom que se diga – para 5.831km² em 2015. Nenhum país do mundo, nem mesmo nós, brasileiros, imaginávamos que sairíamos de uma taxa de desmatamento, em 2004, de 27.000km² para 5.000km² em 2015. Então, essa foi uma grande conquista do Brasil. Lamentavelmente, isso não vira manchete dos jornais, isso não se coloca como destaque, quando nós tínhamos um crescente desmatamento.

E é exatamente essa redução que faz com que o Brasil chegue com autoridade ao acordo do clima em Paris, ano passado, à ratificação desse acordo, feita a apresentação pela Presidente Dilma e, depois, a assinatura, agora, pelo Governo Michel Temer, em Nova York. A conclusão desse processo, espera-se aconteça na COP 22, em Marraquexe, no próximo mês de novembro.

Então, a taxa corresponde a 70% de redução do desmatamento na Amazônia em relação à linha de base estabelecida pela Política Nacional de Mudança do Clima, que foi de 19.625km² em 2005. Vejam bem: o desmatamento em 2004 era de 27.000km², era a referência. Mas, como referência que nós tiramos para estimar a redução, nós pegamos o ano de 2005, que era de 19.000km².

Por isso que dá essa redução só de 70%. Mas se nós pegarmos o pico, que foi de 27.000km², temos uma mudança muito grande.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Setenta por cento não é "só" não, 70% é muita coisa!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente. Porque nós tínhamos, então, em 2005, 19.000km² de desmatamento, que é um número absurdo de grande. A redução para 5.000... E é bom que se diga: não estou aqui celebrando nem comemorando nem fazendo pouco caso dos 5.000km².

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Cinco mil agora?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim, em 2015. É o ano em que nós temos o fim dessa política.

Mas temos que levar em conta que a lei que nós fizemos permite o desmatamento legal, inclusive na Amazônia. Temos é que fazer um diferencial. Quanto desse desmatamento é legal, amparado em lei, e quanto é ilegal.

Sempre defendi, e acho que temos que defender, nessa nova proposta que vamos fazer aqui, que o Brasil estabeleça prazo para pôr fim ao desmatamento ilegal, seja na Amazônia, seja no Cerrado, seja em qualquer outro bioma.

Mas, enfim, seguindo aqui com a proposição, nós tivemos vencidas as três etapas do plano. Acho que foi um sucesso de política pública, o resultado que eu apresento é nesse sentido, mas ainda temos um desafio tremendo, que é especialmente colocar em prática – e eu acho que não conseguimos – a terceira etapa do plano, que venceu em 2015, que é fomento às atividades produtivas sustentáveis. Eu acho que, aí sim, é o desafio. Nós tivemos uma redução do desmatamento, mas não tivemos significativo aumento das atividades sustentáveis. Foi mais a política de comando e controle que alcançou e logrou êxito do que as políticas de fomento e de incentivos. Então, na Amazônia, não há possibilidade, em um bioma daquele, de haver a substituição do desmatamento, que é uma prática inclusive que vem dos índios, que vem dos seringueiros, por atividades sustentáveis, se não houver políticas públicas de fomento às atividades sustentáveis, o roçado sustentável, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dizer, o uso da mesma área, em vez de sempre o desmatamento de uma nova área para desenvolver atividade, seja de produção, seja de criação.

Então, as ações previstas no plano, na política pública de combate ao desmatamento na Amazônia, contribuíram significativamente para a redução da taxa de desmatamento, medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, o Prodes, como já falei, de responsabilidade do Inpe. A taxa anual passou, então, de 27.772km² em 2004 para 5.831km² em 2015, uma redução muito significativa, mesmo tendo como base as propostas que o Governo apresentou no ano de 2005.

O valor de 2015 representa um aumento – eu aqui queria destacar – de 16% em relação a 2014, mas ainda é a terceira menor taxa de desmatamento da série histórica medida pelo Inpe desde 1988.

Então, houve um incremento, e eu me refiro a quanto disso, desse incremento de 16%, de 2014 para 2015, é relativo a desmatamento legal, ou seja, amparado em lei. Quando falamos em desmatamento ilegal, parece até que estamos defendendo que se desmate. Nada disso. Mas é que o proprietário de uma área na Amazônia pode desmatar até 20%, desde que não seja em área de preservação permanente. Isso é a lei. Ou mudamos a lei ou temos que conviver com o desmatamento que é amparado por essa lei.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, eu queria, Sr. Presidente, fazer aqui a conclusão dessa análise, do que tivemos do plano para trás, e trazer algumas propostas.

Para fazer uma devida avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, que é o propósito desse meu relatório, sugere-se que a Comissão de Meio Ambiente possa segmentar suas análises em cada um dos três eixos temáticos, analisando separadamente. O plano previa tempo e três temas diferentes. Meu relatório é um plano de trabalho.

Então, o primeiro eixo: ordenamento fundiário e territorial. Faríamos aqui uma análise desse ponto, fazendo:

– Solicitação de auditoria específica ao Tribunal de Contas da União, com resultados a serem apresentados a este Colegiado até novembro. Vou ter que aqui fazer uma alteração temporal.

– Levantamento e análise de estudos e avaliações por entidades públicas e privadas.

– Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema.

– Realização de audiência pública, claro.

Quero também dizer que é muito importante trazermos a avaliação do Terra Legal, que foi um instrumento importante de ordenamento territorial na Amazônia, para esse eixo do ordenamento fundiário e territorial.

Eixo de monitoramento e controle ambiental. Teríamos que fazer também:

– Solicitação ao Tribunal de Contas da União;

– Levantamento de estudos e avaliações por entidades públicas e privadas, sempre trazendo a voz da sociedade;

– Identificação dos atores de políticas públicas.

E, no eixo de fomento às atividades produtivas sustentáveis, da mesma forma.

Com base nas atividades listadas, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão. É esse o propósito. Eu vou fazer uma avaliação desses três eixos e apresentá-la.

E quero propor aqui um cronograma de trabalho para avaliarmos, apresentando uma perspectiva de futuro. Propomos a seguinte programação para o trabalho:

– Audiências públicas de ordenamento fundiário e territorial na Amazônia, realizadas aqui em Brasília, com órgãos como a Funai, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário, fazendo uma completa análise do que vivemos nesse item, envolvendo a sociedade, Comissão Pastoral da Terra e ONGs.

– Reuniões técnicas, que também faríamos aqui, com os Senadores e assessoria.

– Audiências públicas envolvendo o Inpe, Ibama, também Ministério Público, organizações não governamentais. Entidades que trabalham na Amazônia, como o Imazon, podem dar importante contribuição.

– Audiências públicas para discutir fomento às atividades produtivas sustentáveis. Aí, obviamente, nós temos que envolver as instituições de pesquisa que atuam na Amazônia, que vão desde a Embrapa às instituições de pesquisa estaduais, para que se faça uma avaliação sobre se temos já algumas atividades desenvolvidas, a partir de maiores estudos, que podem se transformar em políticas públicas, atendendo a essa ideia de fomentar atividades produtivas sustentáveis.

Então, Sr. Presidente, aqui, estou fazendo um esboço do que seria nosso plano de trabalho para cumprirmos essa missão de fazermos uma adequada avaliação de políticas públicas, vinculada à apreciação e uma avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Há uma expectativa da sociedade sobre como está sendo feita a aplicação do novo Código Florestal brasileiro. Isso virá, certamente, como resultado desse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nós teríamos uma avaliação mais detalhada de quanto que o Código que nós votamos, a atualização do Código, pode estar influenciando positivamente na redução do desmatamento ou também se está ainda dando alguma contribuição para a ampliação desse desmatamento; se não, que políticas públicas estaduais ou mesmo nacional ou municipal contribuem para que o desmatamento se mantenha nesse patamar de 5.000km², que se mantém. E nós devemos nos perguntar por que se mantém ou como devemos fazer para que ele se reduza ainda mais e, obviamente, com ressalva para o desmatamento ilegal, que tem que ser combatido sem trégua e a partir de boas políticas públicas.

É esse o meu relatório, de que presto contas na Comissão. Uma vez aprovado, começo a fazer um cronograma de trabalho para, quem sabe, começarmos ainda este ano, mas levarmos a cabo no ano que vem, como parte da deliberação desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, eu parabenizo V. Exª, que é profundo conhecedor desta matéria e também um homem da Amazônia.

V. Exª foi o Relator aqui do Código da Biodiversidade, que nós aprovamos no ano passado, portanto, eu tenho toda a convicção de que poderemos fazer um bom trabalho neste sentido e colaborarmos com a manutenção da Floresta Amazônica.

E eu questiono se existe algum Senador ou Senadora... Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de falar, neste momento, primeiro, para cumprimentar V. Exª, todos os nossos companheiros e companheiras da Comissão e, sobretudo, o Relator deste tema que nós deveremos debater ao final deste ano e no ano que vem inteiro, que é da mais extrema importância, não para a Amazônia, mas é importante para o Brasil.

E creio que a matéria não poderia estar em melhores mãos. O Senador Jorge Viana, além de ser um profundo conhecedor desta questão, também como ex-Governador do Estado do Acre, portanto, alguém que atuou efetivamente no Executivo, sabe dos grandes desafios que nós temos na região: desenvolver a região e, ao mesmo tempo, travar todo tipo de agressão a essa que é a maior biodiversidade do Planeta. Não é fácil. A isso nós denominamos o desenvolvimento sustentável, entretanto, para que tenhamos de fato o desenvolvimento sustentável, precisamos de instrumentos e, sobretudo, instrumentos do Estado.

Eu gostaria, Presidente, com a permissão do Senador Jorge Viana, de, primeiro, destacar que é muito importante o fato de que a gente vem tendo um nível de diminuição do desmatamento nestas últimas décadas, apesar de que, ano passado – já foi dito aqui –, foi um pouco superior ao ano anterior, entretanto, ainda uma média muito abaixo daquela registrada, por exemplo na década de 80, mas o nosso desafio deve ser buscar mais, não é? A proteção dessa nossa riqueza com o uso sustentável.

Eu só queria sugerir ao nosso nobre Relator que pudéssemos prever, pelo menos, duas atividades na região, porque aqui eu percebo que são debates, são estudos, discussões com órgãos públicos, tudo em Brasília. Acho que seria bom irmos... Não sei, poderíamos ver dois Estados, não precisa nem ser o meu Estado do Amazonas. Seria significativo ir ao maior Estado da Região Norte, da Amazônia, mas ir ao Pará também, que é aquele que, infelizmente, ainda detém os maiores índices de desmatamento, ou no Acre, do Senador Jorge Viana.

Então, eu gostaria, se possível, que pudéssemos prever aqui, pelo menos, duas atividades na nossa região. Eu sou entusiasta de um projeto desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com institutos internacionais. É um projeto vinculado diretamente à questão das mudanças climáticas e tem a ver também com a questão do descontrole do desmatamento. Ele estuda – e é um estudo longo, iniciado há bastante tempo, ainda teremos muito mais tempo para chegarmos a conclusões mais evidentes – o papel da floresta no impacto ou na diminuição do aquecimento global.

Cientificamente, isso ainda tem que ser provado. O tema está sendo estudado. Lá no meu Estado, há algumas torres gigantescas, repito, em uma parceria entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Penso que talvez uma dessas atividades poderia ser fazer um diálogo no meio da floresta, debatendo sobre como a ciência e a tecnologia vêm contribuindo para que a gente possa cessar também o nível de desmatamento.

Então, fica essa sugestão ao nosso Relator – que me parece teve um probleminha e saiu. Mas se V. Exª pudesse encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas já está previsto no relatório dele a realização de diligências *in loco* em Município alvo desse eixo temático.

Então, o Município alvo certamente será de algum Estado da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Audiência em um dos Municípios alvo do eixo temático".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É o último item. Mas eu acho que nós poderíamos ampliar. Em vez de dizer "em um", porque se aprovamos do jeito que está... Acho que poderíamos colocar "diligência em Municípios" e depois decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Talvez em função do tempo exíguo que temos para apreciar neste ano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas nós temos o próximo ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É para este ano.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como neste ano nós tivemos dificuldades em função das eleições e também dificuldades que tivemos em função dos diversos casos de apreciação do *impeachment*, da Operação Lava Jato e outros itens menos nobres para a política brasileira, o Congresso quase não funcionou na sua plenitude. Poderemos fazer no próximo ano, porque esse é um tema muito relevante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço desculpas. De fato, é até dezembro deste ano, quando será apresentado o relatório. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso vai depender muito da nova composição do próximo ano da Comissão do Meio Ambiente, de alguém que venha presidir a Comissão decidir a respeito.

Eu acho importante continuar discutindo essa questão do desmatamento. O desmatamento legal, às vezes, pode ser uma coberta para fazer o ilegal e o que resta de floresta neste País ser dizimado ao longo dos anos.

Até porque, quando o Jorge falou de 5.000km² de desmatamento em 2015, 5.000km² são mais ou menos como um quarto do Estado de Sergipe. É mais ou menos isso, é uma área muito grande, 5.000km² de floresta desmatada.

Então, eu acho que... (*Pausa.*)

Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou fazendo uma sugestão ao Relator. De fato, é até dezembro. Nós estamos agora reunidos; posteriormente, voltaremos só em novembro. Teremos novembro e dezembro com algumas atividades importantes nesse período.

Mas, além desse Município, eu sugeri ao Senador Jorge Viana, até para enriquecer o relatório dele, se pudéssemos fazer essa visita à Torre Alta. Eu acho que é fundamental para que possamos enriquecer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós temos um problema prático: o calendário especial de trabalho do Senado consumiu o tempo, inclusive, desta Comissão. Sei do esforço do Presidente Otto, sei do esforço de todos que trabalham aqui, na Comissão, mas ficou impraticável, com o primeiro e segundo turnos da eleição. E nós vamos ter um sério problema para cumprir o cronograma. É isso que eu estou apresentando. Então, o apelo que a Senadora Vanessa faz é muito importante.

Eu diria que, se nós não tivéssemos – aqui do lado está o Senador Flexa – a oportunidade de envolver Municípios do Pará, inclusive alguns que conseguiram superar, saíram de serem os sinônimos da destruição do desmatamento e passaram até a ser referência de políticas públicas... Eu conheço alguns; no Acre mesmo, nós também temos, a partir de uma ação do Governo, do Governador Tião Viana. Temos em Rondônia... Então, nós temos situações extremadas de críticas, e algumas, que são extremadas também, que nos apontam já como sinais de políticas públicas exitosas. Agora, como nós vamos fazer tudo isso até dezembro, que é o prazo regimental?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu faço até aqui um apelo: eu acho que nós devemos começar esse ano, por conta do calendário das eleições, e vermos uma maneira legal de como poderíamos fazer para estender isso para o começo do ano que vem, para fazermos algo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É muito sério fazermos a avaliação.

Está sendo feita a COP 22 agora, há um acordo do clima assinado. O Brasil tem um papel... O Brasil é uma autoridade graças às políticas públicas implementadas nos últimos anos nesse tema. Agora, se formos fazer uma correria, nós vamos fazer um relatório apenas formal, que não vai fazer o debate adequado nem do novo Código Florestal, nem das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, talvez, Sr. Presidente, se V. Exª autorizar, podemos aprovar esse meu relatório, e eu encaminharia um expediente solicitando e justificando um alongamento dos prazos por conta do calendário eleitoral que tivemos, por conta do calendário especial de trabalho do Senado. Nós estamos sem ter reuniões do Congresso, não é da Comissão. Hoje talvez tenhamos uma, mas faz tempo. Aí nós estenderíamos e, com isso, faríamos um trabalho, inclusive atendendo ao que a Senadora Vanessa justamente sugere para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Jorge Viana pela proposta do seu plano de trabalho com relação à avaliação das políticas de redução do desmatamento da Amazônia.

É verdade que este ano tivemos um ano eleitoral que trouxe dificuldades nas reuniões do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. Essa proposta que ele faz de passar para o próximo ano, continuando a discutir seu plano de trabalho, eu acho válida.

Eu só queria, Senador Jorge Viana, propor a V. Exª, como sugestão, que esse Município que está incluído no seu plano de trabalho para ser objeto de uma diligência, um dos Municípios alvo do eixo temático "fomento às atividades produtivas sustentáveis"... Eu gostaria de propor e colocar aqui à apreciação de todos os Senadores e Senadoras o Município de Paragominas, no Pará.

Esse Município, há 20 anos, era conhecido como "Paragobala" e hoje, 20 anos depois, é conhecido como "Parisgominas". Então, ele passou de um Município onde havia... Inclusive, foi objeto do Arco de Fogo, daquela ação do Ministério do Meio Ambiente, e hoje é modelo de desenvolvimento sustentável. Conseguiram que a sociedade também assumisse esse compromisso, porque não adianta a política de se fazer a autuação e repressão se não se conscientizar a sociedade local de que a questão do desenvolvimento sustentável é o caminho natural para a melhor qualidade de vida de todos.

Então, eu gostaria só de colocar à disposição o Município de Paragominas, se for o caso de ser objeto da diligência proposta pelo Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Esse plano de trabalho tem que ser apreciado até o final da sessão legislativa, como prevê o art. 96-B, §3º, do Regimento Interno.

Portanto, no próximo ano, certamente, com um novo Presidente e uma nova composição da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jorge poderá propor a continuidade do plano de trabalho, dos estudos de desmatamento da Floresta Amazônica.

Coloco em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos nºs 40, de 2016; 41, de 2016; 42, de 2016; Avisos nºs 757 – GP/TCU; 474 – GP/TCU; Aviso nº 766 – GP/TCU; Aviso Circular nº 5 – GP/TCU; Aviso nº 742 SESES-TCU-PLENÁRIO; Ofício SMMA 425/2016, da Prefeitura Municipal de Rio Grande; Aviso nº 812 – GP/TCU e OFS nº 21/2016.

Informo, ainda, que foi recebido o Aviso nº 858 – GP/TCU, em resposta ao RMA nº 108, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, e que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

A pauta de hoje está dividida em duas partes. Passamos, agora, à deliberação de matérias e, em seguida, faremos a leitura do plano de trabalho do Senador Jorge Viana para avaliação da política pública escolhida por esta Comissão, que diz respeito à Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inversão de pauta do requerimento constante do item 18 da pauta. Peço a inversão de pauta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o Requerimento nº 32, de 2016. É do Senador Humberto Costa, que não está presente, Senador Ataídes Oliveira, de forma que não podemos colocar o requerimento em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não será colocado em votação hoje?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não. Ele não está presente. O autor não está presente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Humberto Costa faz um requerimento convocando o Ministro de Estado José Serra. Só que o Senador Humberto Costa não está presente, de forma que ele não poderá ser colocado em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 1 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
- Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senador Pedro Chaves.
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
-Matéria apreciada pela CCJ e pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CCJ/CDR.
-O relatório foi lido na reunião de 16/08/2016, sendo concedida vista ao Senador Telmário Mota. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2014, não terminativo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Excelência, já foi lido esse item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Gostaria que eu o lesse novamente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não é necessário. Estou apenas alertando V. Exª de que vamos colocar... Foi lido, e o Senador Telmário Mota, que estava aqui presente, pediu vista, nos termos do art. 132.

Lembro que o relatório é pela rejeição da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o projeto de lei da Câmara.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, é pela rejeição do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, Senador Ataídes. Eu vou passar agora a um projeto de lei de sua autoria, o item 4. Nós vamos colocar em votação só os não terminativos, já que não temos quórum para votações.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É com relação exatamente a esse projeto, Sr. Presidente. Levanto questão de ordem para requerer a retirada de pauta do item 4. Peço a retirada desse item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido, Senador Ataídes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 4 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

ITEM 3 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2012
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Paulo Rocha.
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo e pela prejudicialidade da emenda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.
Observações:
-Matéria apreciada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com parecer pela aprovação do projeto com uma emenda.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Como o Relator, Senador Paulo Rocha, não está presente, eu pediria ao Senador Jorge Viana que, se pudesse, relatasse o item 3.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que me chegou a informação, Presidente, de que o Relator, o Senador Paulo Rocha, pediu que a apreciação fosse feita em outro momento, ou seja, pediu que fosse solicitada a retirada de pauta – a assessoria dele me informa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Vamos, então, retirá-lo de pauta...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, desculpe...

Foi um equívoco. É com relação ao item 5.

Eu faço, com muito gosto a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, não terminativo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo à leitura, conforme determinação de V. Exª.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações com automóveis movidos a energia elétrica.

Relator: Senador Paulo Rocha

Relatório.

Vem para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de acordo com o art. 90, combinado com o art. 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 415, de 2012, do Ilustre Senador Eduardo Amorim. A proposição em tela será doravante tratada, neste parecer, apenas como PLS.

O PLS é constituído por três artigos: o art. 1º isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as operações com automóveis elétricos cujo motor seja acionado, exclusivamente, pela energia fornecida por ba-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

terias recarregáveis na rede elétrica; já o art. 2º assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários, embalagens e do imposto pago no desembaraço aduaneiro dos automóveis elétricos provenientes de países integrantes do Mercosul; por fim, o art. 3º determina que a vigência da lei ocorrerá a partir de sua publicação.

Estes são basicamente os aspectos desse projeto de lei: isenção de IPI para carros elétricos e a manutenção da política de isenção de incentivos fiscais para carros elétricos vindos do Mercosul

Análise.

Ele atende os preceitos legais.

O Brasil pretende comprometer-se a reduzir, até 2025, as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 e indica, para 2030, uma redução adicional dessas emissões em 43%.

É óbvio que a matriz de transporte é uma grande das grandes alimentadoras, junto com o desmatamento, desse percentual elevado que o Brasil, já há alguns anos, vem reduzindo de emissão de gases de efeito estufa. O Brasil era o quarto emissor e hoje é um dos países que, provavelmente, se seguir a mesma política implementada nos últimos anos, já nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, se seguirmos nesse caminho, teremos então a redução, os compromissos assumidos internacionalmente atingidos antes do prazo estabelecido. A matriz de transporte é muito importante no cumprimento desse propósito.

Então, para o esclarecimento dos colegas Senadores e Senadoras, nós queríamos aqui ainda apor uma breve avaliação sobre os impactos financeiros dessa proposta.

A citada emenda substitutiva concede bônus aos consumidores finais de automóveis que fizerem uso de equipamentos com motores acionados, exclusivamente, a energia fornecida por baterias recarregáveis na rede elétrica, no valor igual à parcela que cabe à União do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Deve-se atentar para o fato de que o art. 159 da Constituição Federal determina que 59% dos produtos da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados sejam repassados aos Estados e Municípios.

Como a emenda substitutiva determina que o valor do bônus seja limitado à parcela deste imposto que cabe à União, apenas 41% do valor recolhido a título de IPI será bonificado aos consumidores finais.

Para calcularmos o impacto orçamentário-financeiro do PLS, na forma da emenda substitutiva, devemos conhecer o montante arrecadado com a incidência do imposto sobre a importação de veículos elétricos, vez que o Brasil ainda não fabrica tais automóveis.

Segundo dados colhidos no Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos últimos nove meses, quando começou a vigorar a redução da alíquota do Imposto de Importação de veículos elétricos para 0%, o número de unidades importadas alcançou 15 automóveis, o que nos permite projetar para 2016 a importação de 20 unidades.

Em pesquisa nos *sites* especializados em automóveis, constatamos que as importações consistem basicamente no automóvel BMW i3, com valor de venda em torno de R$200 mil, dos quais R$40 mil referem-se ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Conforme descrito anteriormente, apenas a parcela do IPI destinada à União será revertida ao consumidor final em forma de bônus, ou seja, 41% do valor, o que nos dá R$16,4 mil por veículo – total de R$328 mil anuais (20 veículos).

Partindo da hipótese de que a emenda substitutiva entre em vigor em outubro, podemos estimar a renúncia de receita, para o exercício de 2016, em R$82 mil.

Para os anos de 2017 e 2018, temos que considerar o impacto da elevação do câmbio sobre o preço do veículo importado. Segundo o último Relatório de Mercado Focus (12/05/2016), espera-se uma elevação do câmbio entre 2016 e 2017 da ordem de 6%. Sendo assim, podemos estimar a elevação do preço do automóvel importado na mesma proporção, o que acarretaria um valor de R$17.384 referente ao bônus a ser concedido ao consumidor por automóvel, ou seja, R$347.680 para 2017.

Assumindo a mesma elevação cambial entre os anos de 2017 e 2018, o valor da renúncia para 2018 seria de R$368.540.

Tendo em vista o valor ínfimo a que se refere o PLS, com a bonificação, passa-se ao voto.

Esse é o relatório do Senador Paulo Rocha relativo a um projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Amorim.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2012, na forma de substitutivo apresentado a seguir, e pela prejudicialidade da emenda, sem número, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

É esse o relatório do Senador Paulo Rocha, que *ad hoc* faço a leitura e a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O projeto é muito interessante e será, após a conclusão nesta douta Comissão, dirigido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que eu vejo que é realmente o foro ou a Casa apropriada para julgá-lo definitivamente, uma vez que se trata de renúncia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso, isenção fiscal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, não vejo por que não aprovarmos o projeto, salvo melhor juízo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu pudesse fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que são matérias importantes, mas muito delicadas no momento que o País vive.

Obviamente que, do ponto de vista... E eu estou falando agora não como Relator *ad hoc*, mas os dados estão, inclusive, bastante desatualizados, eles fazem referência a um projeto de 2015. Acho que, de fato, adequadamente, como o Senador Ataídes está dizendo, essa matéria precisa ser debatida na CAE com o devido cuidado, com os números atualizados, porque aqui temos o propósito de pensar redução de emissões. Por esse aspecto, não há nenhuma divergência, eu mesmo acho que essa é uma mudança na matriz que nós vamos ter que viver com a chegada do carro elétrico, é muito importante. Mas nós estamos vivendo um País hoje, e com a responsabilidade que acho que todos nós temos, essa matéria precisa ser apreciada, e acho que não é nesta Comissão. Então, até concordo com o Senador Ataídes. Não é terminativa, essa matéria certamente vai gerar um debate importante lá na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual fazemos parte, e lá faremos o debate, com a atualização. Concordo com a sugestão do Senador Ataídes. Só ressalto a preocupação com o que ele envolve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu voto favoravelmente, com a mesma ressalva: é preciso examinar com cuidado os dados que embasam o projeto no que diz respeito à renúncia fiscal. Além disso, eu não considero que estejamos no momento de fazer renúncias fiscais. Mas é uma matéria que vai ser examinada sob esse ângulo na comissão competente.

Do ponto de vista ambiental, evidentemente é uma matéria meritória.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, encerrada a discussão, em votação.

Aqueles que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, com as ressalvas feitas pelo Senador Aloysio, Senador Ataídes, Senador Jorge Viana, de que será encaminhada à CAE para que faça um levantamento preciso do valor da renúncia fiscal e, em sendo aprovada, possa vir a acontecer. O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo e pela prejudicialidade da emenda da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O item 4, o Senador Ataídes Oliveira pediu para ser retirado de pauta.

O item 5, foi pedido para ser retirado de pauta pelo Senador Paulo Rocha.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 5 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015
- Não terminativo -

Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação com duas emendas.
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O item 6 é da Relatoria do Senador Eduardo Amorim, que não está presente.

O item 7 é de autoria do Senador Telmário Mota e tem como Relator o Senador José Medeiros, que também não está presente.

O item 8 é um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, terminativo. Eu sou o Relator. Passo, então, a Presidência ao Senador Ataídes Oliveira para que eu possa relatar o projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) –

ITEM 8 – 1ª PARTE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir o cômputo de florestas plantadas na área de reserva legal.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela prejudicialidade.
Observações:
-A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

O projeto é de autoria da nossa competente Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Relator, o também competente Presidente desta douta Comissão, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O relatório, Sr. Presidente: submete-se à avaliação da Comissão de Meio Ambiente este projeto de autoria da Senadora Ana Amélia.

O art. 1º do projeto acrescenta parágrafo 9º ao art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (novo Código Florestal), para permitir que seja computado o plantio de espécies arbóreas nativas ou exóticas, assegurando a sua exploração econômica, para o cumprimento da manutenção da área de Reserva Legal.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para esta Comissão em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à CMA opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, à conservação da natureza e à preservação da biodiversidade. Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este Colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. De pronto, notamos que a iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e da boa técnica legislativa.

Com relação aos aspectos constitucionais e de mérito, a proposição busca permitir o cômputo de florestas plantadas na área de Reserva Legal. No entanto, chamamos a atenção para o conceito de Reserva Legal, definida pelo art. 3°, III, da Lei n° 12.651, de 2012, como área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Sendo assim, a existência da reserva legal atende ao art. 225 da Constituição Federal, que determina que é dever do Poder Público defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo, entre outros, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e conservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País.

Esse art. 225, no inciso VII, é o que levou agora o Supremo Tribunal Federal a considerar a vaquejada como inconstitucional. Ou seja, a nossa Constituição vai ao âmago de definir uma prática cultural do Nordeste brasileiro e também um esporte do vaqueiro como inconstitucional. Na minha opinião, a Constituição não deveria descer a esse nível de detalhe para olhar uma coisa dessa natureza. O movimento no Nordeste é muito grande, no Centro-Oeste e no Norte do País. Hoje, às 11h, vou relatar um projeto da Câmara que versa sobre este assunto: vaquejada. Sou filho de vaqueiro, corri vaquejada, já não corro mais por causa da idade. Mas não vejo uma prática danosa aos animais. Há outras práticas muito mais danosas aos animais.

Vamos ao projeto.

Além disso, a legislação florestal recém editada, compatibiliza o uso econômico da propriedade com a preservação ambiental, em conformidade ao regramento constitucional dos arts. 5º, inciso XXI e 170, inciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

VI, que tratam, especificamente, do direito à propriedade e da defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica. Isso porque o §1º do art. 17 da Lei nº 12.651, de 2012, já assegura a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, sendo dispensável nova previsão na lei.

Ou seja, a Senadora Ana Amélia apresenta um projeto de lei que é relevante, mas que nós já temos contemplado no Código Florestal. Dessa forma, depois da análise apurada aqui, nós opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2016, já que o Código Florestal contempla perfeitamente o que pretende a Senadora Ana Amélia.

Portanto, esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em discussão o referendado projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

E aqui eu faço um ligeiro comentário. O projeto é terminativo, e, lamentavelmente, não há quórum suficiente para a votação. Entretanto, pelo fato de o relatório ter decidido pela prejudicialidade, não se faz necessária a votação nominal. Portanto, eu faço esse esclarecimento e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Passo a Presidência ao Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço ao nobre Senador Ataídes Oliveira, sempre colaborativo com todas as ações da nossa Comissão.

Passaríamos, agora, a um projeto de lei do Senado que também é terminativo. Não há quórum.

Informo aos Srs. Senadores que todos os outros projetos que estão pautados para a reunião de hoje são terminativos. Como não há quórum para votação, vamos deixar para a próxima reunião.

Passamos, agora, à segunda parte da reunião de hoje, a votação do plano de trabalho das emendas que a Senadora Lídice da Mata...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Eu precisava fazer a leitura também dessa avaliação de política pública, que é uma atribuição da Comissão, e estou pronto para fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vamos para o plano de trabalho.

Passamos à leitura da Proposta de Plano de Trabalho, de autoria do Senador Jorge Viana, apresentado ao Requerimento da CMA nº 10, de 2016, que estabelece como política pública a ser avaliada, no âmbito do Senado Federal no exercício de 2016, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciativas recentes.

Essa política pública foi aqui definida por nós. No ano passado, foi a do Rio São Francisco. Neste ano, atendendo a um apelo, inclusive, da população brasileira, preocupada com o desmatamento na Amazônia Legal, nós assim resolvemos.

Passamos, então, a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu agradeço e, ao mesmo tempo, cumprimento V. Exª. Nós temos a atribuição de fazer a avaliação de políticas públicas. Esta Comissão foi palco de um debate intenso. Eu era Relator aqui, o autor era o Senador Luiz Henrique, da mudança do Código Florestal brasileiro.

Muito longe daquilo que alguns pregavam que seria, nós temos hoje um instrumento que, de alguma maneira, pacificou a relação entre produtores, criadores, com o cumprimento da legislação, sem maiores danos ao meio ambiente.

Mas esta proposta visa a fazer uma avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Aqui, na Comissão de Meio Ambiente, entendo que isso é da maior importância.

O relatório que apresento, vou tentar expor de maneira bastante objetiva.

Essa política brasileira, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, é uma proposta de 2004, dividida em três etapas, inclusive temporais:

1. Ordenamento fundiário e territorial;
2. Monitoramento e controle ambiental; e
3. Fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Então, os propósitos da política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia eram esses três, implementados a partir de 2004 e divididos no tempo, Senador Aloysio, ou seja, havia basicamente três propósitos. Em 2004, o Brasil era um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, tinha o maior desmatamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de florestas tropicais do mundo e começou uma política com três objetivos: ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle ambiental e o terceiro aspecto, fomento às atividades produtivas sustentáveis.

E essa política pública foi dividida em três etapas: de 2004 a 2008, a primeira fase; a segunda, de 2009 a 2011, e a terceira, de 2012 a 2015. Concluiu-se, então, em 2015. Portanto, é mais do que apropriado que façamos a revisão dessa política pública, façamos um debate e apresentemos uma nova política pública que venha suceder esse plano, que começou em 2004 e se concluiu em 2015.

As ações previstas nesse plano de monitoramento e controle do desmatamento contribuíram significativamente para a redução das taxas de desmatamento da Amazônia – é óbvio, o que nós tínhamos, não temos mais –, medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, conhecido como Projeto Prodes, de responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A taxa anual passou de 27.772km² em 2004 – é bom que se diga – para 5.831km² em 2015. Nenhum país do mundo, nem mesmo nós, brasileiros, imaginávamos que sairíamos de uma taxa de desmatamento, em 2004, de 27.000km² para 5.000km² em 2015. Então, essa foi uma grande conquista do Brasil. Lamentavelmente, isso não vira manchete dos jornais, isso não se coloca como destaque, quando nós tínhamos um crescente desmatamento.

E é exatamente essa redução que faz com que o Brasil chegue com autoridade ao acordo do clima em Paris, ano passado, à ratificação desse acordo, feita a apresentação pela Presidente Dilma e, depois, a assinatura, agora, pelo Governo Michel Temer, em Nova York. A conclusão desse processo, espera-se aconteça na COP 22, em Marraquexe, no próximo mês de novembro.

Então, a taxa corresponde a 70% de redução do desmatamento na Amazônia em relação à linha de base estabelecida pela Política Nacional de Mudança do Clima, que foi de 19.625km² em 2005. Vejam bem: o desmatamento em 2004 era de 27.000km², era a referência. Mas, como referência que nós tiramos para estimar a redução, nós pegamos o ano de 2005, que era de 19.000km².

Por isso que dá essa redução só de 70%. Mas se nós pegarmos o pico, que foi de 27.000km², temos uma mudança muito grande.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Setenta por cento não é "só" não, 70% é muita coisa!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente. Porque nós tínhamos, então, em 2005, 19.000km² de desmatamento, que é um número absurdo de grande. A redução para 5.000... E é bom que se diga: não estou aqui celebrando nem comemorando nem fazendo pouco caso dos 5.000km².

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Cinco mil agora?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim, em 2015. É o ano em que nós temos o fim dessa política.

Mas temos que levar em conta que a lei que nós fizemos permite o desmatamento legal, inclusive na Amazônia. Temos é que fazer um diferencial. Quanto desse desmatamento é legal, amparado em lei, e quanto é ilegal.

Sempre defendi, e acho que temos que defender, nessa nova proposta que vamos fazer aqui, que o Brasil estabeleça prazo para pôr fim ao desmatamento ilegal, seja na Amazônia, seja no Cerrado, seja em qualquer outro bioma.

Mas, enfim, seguindo aqui com a proposição, nós tivemos vencidas as três etapas do plano. Acho que foi um sucesso de política pública, o resultado que eu apresento é nesse sentido, mas ainda temos um desafio tremendo, que é especialmente colocar em prática – e eu acho que não conseguimos – a terceira etapa do plano, que venceu em 2015, que é fomento às atividades produtivas sustentáveis. Eu acho que, aí sim, é o desafio. Nós tivemos uma redução do desmatamento, mas não tivemos significativo aumento das atividades sustentáveis. Foi mais a política de comando e controle que alcançou e logrou êxito do que as políticas de fomento e de incentivos. Então, na Amazônia, não há possibilidade, em um bioma daquele, de haver a substituição do desmatamento, que é uma prática inclusive que vem dos índios, que vem dos seringueiros, por atividades sustentáveis, se não houver políticas públicas de fomento às atividades sustentáveis, o roçado sustentável, quer dizer, o uso da mesma área, em vez de sempre o desmatamento de uma nova área para desenvolver atividade, seja de produção, seja de criação.

Então, as ações previstas no plano, na política pública de combate ao desmatamento na Amazônia, contribuíram significativamente para a redução da taxa de desmatamento, medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, o Prodes, como já falei, de responsabilidade do Inpe. A taxa anual passou, então, de 27.772km² em 2004 para 5.831km² em 2015, uma redução muito significativa, mesmo tendo como base as propostas que o Governo apresentou no ano de 2005.

O valor de 2015 representa um aumento – eu aqui queria destacar – de 16% em relação a 2014, mas ainda é a terceira menor taxa de desmatamento da série histórica medida pelo Inpe desde 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, houve um incremento, e eu me refiro a quanto disso, desse incremento de 16%, de 2014 para 2015, é relativo a desmatamento legal, ou seja, amparado em lei. Quando falamos em desmatamento ilegal, parece até que estamos defendendo que se desmate. Nada disso. Mas é que o proprietário de uma área na Amazônia pode desmatar até 20%, desde que não seja em área de preservação permanente. Isso é a lei. Ou mudamos a lei ou temos que conviver com o desmatamento que é amparado por essa lei.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, eu queria, Sr. Presidente, fazer aqui a conclusão dessa análise, do que tivemos do plano para trás, e trazer algumas propostas.

Para fazer uma devida avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, que é o propósito desse meu relatório, sugere-se que a Comissão de Meio Ambiente possa segmentar suas análises em cada um dos três eixos temáticos, analisando separadamente. O plano previa tempo e três temas diferentes. Meu relatório é um plano de trabalho.

Então, o primeiro eixo: ordenamento fundiário e territorial. Faríamos aqui uma análise desse ponto, fazendo:

– Solicitação de auditoria específica ao Tribunal de Contas da União, com resultados a serem apresentados a este Colegiado até novembro. Vou ter que aqui fazer uma alteração temporal.

– Levantamento e análise de estudos e avaliações por entidades públicas e privadas.

– Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema.

– Realização de audiência pública, claro.

Quero também dizer que é muito importante trazermos a avaliação do Terra Legal, que foi um instrumento importante de ordenamento territorial na Amazônia, para esse eixo do ordenamento fundiário e territorial.

Eixo de monitoramento e controle ambiental. Teríamos que fazer também:

– Solicitação ao Tribunal de Contas da União;

– Levantamento de estudos e avaliações por entidades públicas e privadas, sempre trazendo a voz da sociedade;

– Identificação dos atores de políticas públicas.

E, no eixo de fomento às atividades produtivas sustentáveis, da mesma forma.

Com base nas atividades listadas, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão. É esse o propósito. Eu vou fazer uma avaliação desses três eixos e apresentá-la.

E quero propor aqui um cronograma de trabalho para avaliarmos, apresentando uma perspectiva de futuro. Propomos a seguinte programação para o trabalho:

– Audiências públicas de ordenamento fundiário e territorial na Amazônia, realizadas aqui em Brasília, com órgãos como a Funai, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário, fazendo uma completa análise do que vivemos nesse item, envolvendo a sociedade, Comissão Pastoral da Terra e ONGs.

– Reuniões técnicas, que também faríamos aqui, com os Senadores e assessoria.

– Audiências públicas envolvendo o Inpe, Ibama, também Ministério Público, organizações não governamentais. Entidades que trabalham na Amazônia, como o Imazon, podem dar importante contribuição.

– Audiências públicas para discutir fomento às atividades produtivas sustentáveis. Aí, obviamente, nós temos que envolver as instituições de pesquisa que atuam na Amazônia, que vão desde a Embrapa às instituições de pesquisa estaduais, para que se faça uma avaliação sobre se temos já algumas atividades desenvolvidas, a partir de maiores estudos, que podem se transformar em políticas públicas, atendendo a essa ideia de fomentar atividades produtivas sustentáveis.

Então, Sr. Presidente, aqui, estou fazendo um esboço do que seria nosso plano de trabalho para cumprirmos essa missão de fazermos uma adequada avaliação de políticas públicas, vinculada à apreciação e uma avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Há uma expectativa da sociedade sobre como está sendo feita a aplicação do novo Código Florestal brasileiro. Isso virá, certamente, como resultado desse trabalho.

Nós teríamos uma avaliação mais detalhada de quanto que o Código que nós votamos, a atualização do Código, pode estar influenciando positivamente na redução do desmatamento ou também se está ainda dando alguma contribuição para a ampliação desse desmatamento; se não, que políticas públicas estaduais ou mesmo nacional ou municipal contribuem para que o desmatamento se mantenha nesse patamar de 5.000km², que se mantém. E nós devemos nos perguntar por que se mantém ou como devemos fazer para que ele se reduza ainda mais e, obviamente, com ressalva para o desmatamento ilegal, que tem que ser combatido sem trégua e a partir de boas políticas públicas.

É esse o meu relatório, de que presto contas na Comissão. Uma vez aprovado, começo a fazer um cronograma de trabalho para, quem sabe, começarmos ainda este ano, mas levarmos a cabo no ano que vem, como parte da deliberação desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, eu parabenizo V. Exª, que é profundo conhecedor desta matéria e também um homem da Amazônia.

V. Exª foi o Relator aqui do Código da Biodiversidade, que nós aprovamos no ano passado, portanto, eu tenho toda a convicção de que poderemos fazer um bom trabalho neste sentido e colaborarmos com a manutenção da Floresta Amazônica.

E eu questiono se existe algum Senador ou Senadora... Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de falar, neste momento, primeiro, para cumprimentar V. Exª, todos os nossos companheiros e companheiras da Comissão e, sobretudo, o Relator deste tema que nós deveremos debater ao final deste ano e no ano que vem inteiro, que é da mais extrema importância, não para a Amazônia, mas é importante para o Brasil.

E creio que a matéria não poderia estar em melhores mãos. O Senador Jorge Viana, além de ser um profundo conhecedor desta questão, também como ex-Governador do Estado do Acre, portanto, alguém que atuou efetivamente no Executivo, sabe dos grandes desafios que nós temos na região: desenvolver a região e, ao mesmo tempo, travar todo tipo de agressão a essa que é a maior biodiversidade do Planeta. Não é fácil. A isso nós denominamos o desenvolvimento sustentável, entretanto, para que tenhamos de fato o desenvolvimento sustentável, precisamos de instrumentos e, sobretudo, instrumentos do Estado.

Eu gostaria, Presidente, com a permissão do Senador Jorge Viana, de, primeiro, destacar que é muito importante o fato de que a gente vem tendo um nível de diminuição do desmatamento nestas últimas décadas, apesar de que, ano passado – já foi dito aqui –, foi um pouco superior ao ano anterior, entretanto, ainda uma média muito abaixo daquela registrada, por exemplo na década de 80, mas o nosso desafio deve ser buscar mais, não é? A proteção dessa nossa riqueza com o uso sustentável.

Eu só queria sugerir ao nosso nobre Relator que pudéssemos prever, pelo menos, duas atividades na região, porque aqui eu percebo que são debates, são estudos, discussões com órgãos públicos, tudo em Brasília. Acho que seria bom irmos... Não sei, poderíamos ver dois Estados, não precisa nem ser o meu Estado do Amazonas. Seria significativo ir ao maior Estado da Região Norte, da Amazônia, mas ir ao Pará também, que é aquele que, infelizmente, ainda detém os maiores índices de desmatamento, ou no Acre, do Senador Jorge Viana.

Então, eu gostaria, se possível, que pudéssemos prever aqui, pelo menos, duas atividades na nossa região. Eu sou entusiasta de um projeto desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com institutos internacionais. É um projeto vinculado diretamente à questão das mudanças climáticas e tem a ver também com a questão do descontrole do desmatamento. Ele estuda – e é um estudo longo, iniciado há bastante tempo, ainda teremos muito mais tempo para chegarmos a conclusões mais evidentes – o papel da floresta no impacto ou na diminuição do aquecimento global.

Cientificamente, isso ainda tem que ser provado. O tema está sendo estudado. Lá no meu Estado, há algumas torres gigantescas, repito, em uma parceria entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Penso que talvez uma dessas atividades poderia ser fazer um diálogo no meio da floresta, debatendo sobre como a ciência e a tecnologia vêm contribuindo para que a gente possa cessar também o nível de desmatamento.

Então, fica essa sugestão ao nosso Relator – que me parece teve um probleminha e saiu. Mas se V. Exª pudesse encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas já está previsto no relatório dele a realização de diligências *in loco* em Município alvo desse eixo temático.

Então, o Município alvo certamente será de algum Estado da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Audiência em um dos Municípios alvo do eixo temático".

É o último item. Mas eu acho que nós poderíamos ampliar. Em vez de dizer "em um", porque se aprovamos do jeito que está... Acho que poderíamos colocar "diligência em Municípios" e depois decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Talvez em função do tempo exíguo que temos para apreciar neste ano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas nós temos o próximo ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É para este ano.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como neste ano nós tivemos dificuldades em função das eleições e também dificuldades que tivemos em função dos diversos casos de apreciação do *impeachment*, da Operação Lava Jato e outros itens menos nobres para a polí-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tica brasileira, o Congresso quase não funcionou na sua plenitude. Poderemos fazer no próximo ano, porque esse é um tema muito relevante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço desculpas. De fato, é até dezembro deste ano, quando será apresentado o relatório. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso vai depender muito da nova composição do próximo ano da Comissão do Meio Ambiente, de alguém que venha presidir a Comissão decidir a respeito.

Eu acho importante continuar discutindo essa questão do desmatamento. O desmatamento legal, às vezes, pode ser uma coberta para fazer o ilegal e o que resta de floresta neste País ser dizimado ao longo dos anos.

Até porque, quando o Jorge falou de 5.000km² de desmatamento em 2015, 5.000km² são mais ou menos como um quarto do Estado de Sergipe. É mais ou menos isso, é uma área muito grande, 5.000km² de floresta desmatada.

Então, eu acho que... (*Pausa.*)

Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou fazendo uma sugestão ao Relator. De fato, é até dezembro. Nós estamos agora reunidos; posteriormente, voltaremos só em novembro. Teremos novembro e dezembro com algumas atividades importantes nesse período.

Mas, além desse Município, eu sugeri ao Senador Jorge Viana, até para enriquecer o relatório dele, se pudéssemos fazer essa visita à Torre Alta. Eu acho que é fundamental para que possamos enriquecer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós temos um problema prático: o calendário especial de trabalho do Senado consumiu o tempo, inclusive, desta Comissão. Sei do esforço do Presidente Otto, sei do esforço de todos que trabalham aqui, na Comissão, mas ficou impraticável, com o primeiro e segundo turnos da eleição. E nós vamos ter um sério problema para cumprir o cronograma. É isso que eu estou apresentando. Então, o apelo que a Senadora Vanessa faz é muito importante.

Eu diria que, se nós não tivéssemos – aqui do lado está o Senador Flexa – a oportunidade de envolver Municípios do Pará, inclusive alguns que conseguiram superar, saíram de serem os sinônimos da destruição do desmatamento e passaram até a ser referência de políticas públicas... Eu conheço alguns; no Acre mesmo, nós também temos, a partir de uma ação do Governo, do Governador Tião Viana. Temos em Rondônia... Então, nós temos situações extremadas de críticas, e algumas, que são extremadas também, que nos apontam já como sinais de políticas públicas exitosas. Agora, como nós vamos fazer tudo isso até dezembro, que é o prazo regimental?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu faço até aqui um apelo: eu acho que nós devemos começar esse ano, por conta do calendário das eleições, e vermos uma maneira legal de como poderíamos fazer para estender isso para o começo do ano que vem, para fazermos algo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É muito sério fazermos a avaliação.

Está sendo feita a COP 22 agora, há um acordo do clima assinado. O Brasil tem um papel... O Brasil é uma autoridade graças às políticas públicas implementadas nos últimos anos nesse tema. Agora, se formos fazer uma correria, nós vamos fazer um relatório apenas formal, que não vai fazer o debate adequado nem do novo Código Florestal, nem das políticas públicas.

Então, talvez, Sr. Presidente, se V. Exª autorizar, podemos aprovar esse meu relatório, e eu encaminharia um expediente solicitando e justificando um alongamento dos prazos por conta do calendário eleitoral que tivemos, por conta do calendário especial de trabalho do Senado. Nós estamos sem ter reuniões do Congresso, não é da Comissão. Hoje talvez tenhamos uma, mas faz tempo. Aí nós estenderíamos e, com isso, faríamos um trabalho, inclusive atendendo ao que a Senadora Vanessa justamente sugere para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Jorge Viana pela proposta do seu plano de trabalho com relação à avaliação das políticas de redução do desmatamento da Amazônia.

É verdade que este ano tivemos um ano eleitoral que trouxe dificuldades nas reuniões do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. Essa proposta que ele faz de passar para o próximo ano, continuando a discutir seu plano de trabalho, eu acho válida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu só queria, Senador Jorge Viana, propor a V. Exª, como sugestão, que esse Município que está incluído no seu plano de trabalho para ser objeto de uma diligência, um dos Municípios alvo do eixo temático "fomento às atividades produtivas sustentáveis"... Eu gostaria de propor e colocar aqui à apreciação de todos os Senadores e Senadoras o Município de Paragominas, no Pará.

Esse Município, há 20 anos, era conhecido como "Paragobala" e hoje, 20 anos depois, é conhecido como "Parisgominas". Então, ele passou de um Município onde havia... Inclusive, foi objeto do Arco de Fogo, daquela ação do Ministério do Meio Ambiente, e hoje é modelo de desenvolvimento sustentável. Conseguiram que a sociedade também assumisse esse compromisso, porque não adianta a política de se fazer a autuação e repressão se não se conscientizar a sociedade local de que a questão do desenvolvimento sustentável é o caminho natural para a melhor qualidade de vida de todos.

Então, eu gostaria só de colocar à disposição o Município de Paragominas, se for o caso de ser objeto da diligência proposta pelo Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Esse plano de trabalho tem que ser apreciado até o final da sessão legislativa, como prevê o art. 96-B, §3º, do Regimento Interno.

Portanto, no próximo ano, certamente, com um novo Presidente e uma nova composição da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jorge poderá propor a continuidade do plano de trabalho, dos estudos de desmatamento da Floresta Amazônica.

Coloco em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Otto Alencar, José Medeiros, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Pedro Chaves, Regina Sousa, Telmário Mota, Aloysio Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta destinada a votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 18/2016-CN (Mensagem nº 472/2016 na origem), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017"– LOA 2017. A Presidência designa relatora das emendas a Senhora Senadora Lídice da Mata. Lido o relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: 1) Ementa: Criação do centro de preservação ambiental da Ilha de Cabo Frio. Comando da Marinha. UO: 52131. Título: Administração da Unidade – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 7.400.000. 2) Ementa: FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DA LEI. Ministério Público Federal. UO: 34101. Título: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 3) Ementa: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA A SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DA PARAÍBA. Tribunal de Contas da União. UO: 03101. Título: Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo do Estado da Paraíba – No Município de João Pessoa – PB. Localidade: João Pessoa – PB. Valor do Acréscimo: 6.500.000. 4) Ementa: RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO. CODEVASF. UO: 53201. Título: Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco – AJUSTE O SUBTÍTULO – No Estado da Bahia. Localidade: Bahia (UF). Valor do Acréscimo: 300.000.000. Ao final, a Presidência submete à votação as atas da 17ª e 18ª reuniões da comissão, que são aprovadas e serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convoco já para a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, para apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de dar parecer às emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017, Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 (PLOA 2017), Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A CMA pode apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 69 propostas de emendas, elaboradas pelos Senadores Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Cidinho Santos, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Ivo Cassol, José Medeiros, Lídice da Mata, Otto Alencar, Pedro Chaves, Regina Sousa, Romero Jucá, Telmário Mota, Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução n° 1, de 2006-CN.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta Relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação (itens abaixo 1 a 4) ao Projeto de Lei n° 18, de 2016-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias.

Sr. Presidente, eu quero esclarecer que, como já relatei Orçamento, emendas ao Orçamento de outras Comissões, aqui, nesta Comissão, pela pluralidade de atribuições que ela tem, sendo dedicada ao Direito do Consumidor, ao meio ambiente e à fiscalização e controle, embora tenhamos tido um número maior de emendas muito concentradas nas ações de meio ambiente, o que reflete a pauta desta Comissão, bastante debatida neste ano e no ano passado, e emendas relacionadas com a defesa nacional, para que não tivéssemos de deixar de abranger as outras atribuições que esta Comissão tem, especialmente na área de fiscalização, e respeitando a tradição da Comissão de reservar, nesta Comissão, uma emenda ao Tribunal de Contas da União e uma emenda ao Ministério Público, eu, assim, mantive as emendas apresentadas por esses órgãos e, por outro lado, atendi as duas emendas que tiveram maior aprovação e aderência dos Srs. Senadores, que são as emendas relacionadas ao meio ambiente e à defesa nacional.

Quanto ao meio ambiente, a emenda que eu creio que seja uma referência fundamental, inclusive com a presença de V. Exª na Presidência desta Comissão, uma homenagem especial que, como Relatora, posso fazer ao trabalho desenvolvido por V. Exª e também pela nossa Bancada da Bahia e pela Bancada do Nordeste e por esta Comissão, nós apresentamos a Emenda Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco (Ação 101P - inclusão - seq. novo), da Codevasf, no valor de R$300 milhões.

No que diz respeito à emenda, também, que recebeu a maior aderência entre todas as outras emendas nesta Comissão, que se refere à defesa nacional: dedicada à Marinha, ao Comando da Marinha, no valor de R$7,4 milhões (Emenda seq. 3334), "Administração da Unidade", de "Criação do Centro de Preservação Ambiental da Ilha de Cabo Frio". Esta foi a emenda que recebeu o maior apoiamento entre os Senadores e Senadoras desta Comissão.

E, finalmente, as duas emendas que são tradicionais desta Comissão para atender especificamente aos órgãos de fiscalização: "Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei" (Ação nº 2508 - acréscimo - 0982), do Ministério Público Federal, no valor de R$100 milhões, e "Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba" (Ação 15NU - acréscimo - seq. 0052), do Tribunal de Contas da União, no valor de R$6,5 milhões, emenda do Tribunal de Contas e para a qual diversos membros do Tribunal de Contas, dentre eles o seu próprio Presidente, ligaram, apelando no sentido de que esta Comissão é a única em que o Tribunal de Contas pode colocar emendas. Nesse sentido, para atender a esse apelo de mais de três Ministros do Tribunal de Contas, colocando como sendo uma emenda escolhida pelo Tribunal de Contas para representá-lo neste ano aqui, na Comissão, por essas razões, também aceitei essa emenda.

Passo, portanto, agora, a V. Exª para que conduza a votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (Pausa.)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Aqueles que concordam com o relatório da nobre Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Aprovado. As emendas acolhidas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E, por fim, submeto aos Srs. Senadores a aprovação da Ata da 17ª e da 18ª Reunião, agora destinada a rever as emendas orçamentárias ao projeto orçamentário deste ano. (Pausa.)

As duas atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 75ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Direito Humano à Saúde: com foco na supressão de verbas orçamentárias nas áreas da saúde e educação". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Carlos Eduardo da Silva Sousa, Coordenador-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Nacional e Diretor Substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde; Eurídice Almeida, Diretora da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras – FASUBRA; Débora Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC; Francisco Luiz Saraiva, Diretor Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS/CUT Sede Brasília; Eli Iola Gurgel Andrade, Professora representante da ABRASCO; Remi Castioni, Professor da Universidade de Brasília e Fórum Nacional de Educação; Juliana Acosta Santorum, Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Saúde – CNS. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para as suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) articular com a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde – CNS a realização de Audiência Pública sobre a redução de verbas na saúde e educação; 2) reforçar o convite ao Ministério da Educação – MEC para comparecer à Audiência Pública para discutir a redução de verbas na Educação. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 75ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje, como fazemos todas as segundas-feiras e quintas-feiras, será realizada nos termos do Requerimento nº 21, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para debater o tema "Direito Humano à Saúde", com foco na supressão de verbas orçamentárias à área da saúde e educação.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Antes de iniciarmos a nossa audiência de hoje, já que alguns convidados estão chegando, nós vamos aqui fazer alguns comunicados.

Primeiro, agradecer muito a todas as centrais sindicais, a todas as confederações, a todos os sindicatos, a todas as associações da área pública e da área privada, como também de trabalhadores do campo e das cidades, aposentados e pensionistas, pela unidade que estamos fazendo. Todos estamos juntos fazendo acontecer contra medidas que estão vindo do Governo atual, que vão ferir os interesses dos trabalhadores de todas as áreas, como aqui já citei.

Cumprimento o Estado de São Paulo pela brilhante audiência pública realizada no dia 11 naquela capital, repito, com a presença de todas as centrais – são 9 centrais, não faltou uma –, todas numa unidade muito grande na defesa dos interesses dos trabalhadores.

No dia 11, a audiência foi em São Paulo, no dia 12 foi em Goiânia, ambas com cerca de mil dirigentes cada uma, para debater direitos dos trabalhadores, defesa da Previdência e combate ao trabalho escravo. Claro que aí entraram temas como o de hoje: saúde, educação, precarização, terceirização, negociado sobre o legislado, enfim, todos esses temas que estão na pauta do País em relação às medidas encaminhadas ou anunciadas já,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

como a reforma da Previdência, pelo Governo provisório. Hoje nós vamos debater saúde e educação, mas, infelizmente, o leque é amplo.

Em ambas as audiências públicas, a participação foi maciça de líderes dos dois Estados, tanto no caso de São Paulo como de Goiânia. Mais uma vez cumprimento essa união nacional. Repito, não faltou nenhuma central sindical, cada uma levando centenas de dirigentes, e todas usaram a palavra num discurso, eu diria, numa fala muito dura em relação aos temas que este Governo está querendo não só mandar para o Congresso, outro já mandou, prejudicando, eu diria, todo povo brasileiro.

Eu diria que esses foram os dois eventos mais fortes de que participei, eu que já fui aos 27 Estados com essa agenda. E agora voltamos, de novo. No primeiro momento, eram dez regiões, e viraram quinze.

Quero também enfatizar que, além dessas duas audiências, em São Paulo, participei ainda de um grande evento na Assembleia Legislativa, onde foi discutida a liberdade religiosa. Junto com outros homenageados, recebemos o título por defender a liberdade total para cada homem e cada mulher no aspecto da sua religião, seja de matriz africana, seja católica apostólica, seja evangélica, seja espírita. Enfim, cada um tem direito à sua opção religiosa. Foi um momento também muito bonito, quando aproveitei para relatar o nosso debate e as leis que aprovamos aqui no Congresso, como o Estatuto da Igualdade Racial. Surgiu a ideia do estatuto, e lá eu relatei, em nome do Congresso, com mais cinco Parlamentares Constituintes: João Herrmann, que já faleceu; Benedita da Silva; Caó, Edmilson Valentim e mais um outro companheiro da Bahia.

Foi um momento muito bonito, quando recebi das mãos de Winnie Mandela a Carta da Liberdade do povo sul-africano contra o *apartheid*. Estivemos lá, exigimos a libertação de Mandela. Ele foi liberto naquele ano.

Voltamos para o Brasil e aqui eu recebi, em nome do Congresso, e tive a alegria de entregar a Nelson Mandela o maior prêmio que um comandante chefe de Estado já recebeu do Congresso Nacional por decisão desta Casa.

Depois estivemos juntos – Domingos Leonelli também esteve, não posso esquecer – em outros momentos, quando Mandela assumiu a Presidência daquele país. Falei muito do estatuto, que lá dentro está contemplada a liberdade religiosa. Enfim, não importa a religião, disse eu lá, não importa a cor da pele, não importa a orientação sexual de cada um. O que importa é a conduta do dia a dia, é saber respeitar o próximo como a si mesmo.

No fim dessas três agendas, duas em São Paulo... Na verdade, em São Paulo foram três: primeiro, eu me reuni com todas as centrais; depois, uma grande plenária com a participação de centrais e militantes, mais de mil, repito, com o Sindicato dos Químicos; depois, esse debate na Assembleia sobre a liberdade religiosa, combatendo todo tipo de preconceito.

Já no outro dia, sexta-feira, fui então a Goiânia, Goiás, na Assembleia também. E no outro dia, sábado, então, no final dessa jornada, eu fui ao presídio, ao Centro de Prisão Provisória, em Aparecida de Goiânia, onde fui visitar o primeiro preso político baseado na tal de Lei do Terrorismo, que este Congresso Nacional aprovou.

Avisamos, à época, que aquilo ia servir de instrumento para criminalizar os movimentos sociais. E, claro, aqui votamos contra.

Encontramos lá o gaúcho de Alpestre, o líder José Valdir Misnerovicz, que se encontra preso desde o dia 31 de maio. Ele é um líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e é o primeiro preso político, como ele mesmo disse, por essa lei, eu diria, criminosa. Não tenho dúvidas nenhuma de que se está fazendo uma grande injustiça contra ele, para, com isso, intimidar os movimentos sociais. Não vão intimidar! Entreguei em mãos para ele uma carta que escrevi, chamada *Carta aos Militantes*, que tem muito a ver com a história de luta desse líder. É preciso que se faça uma ampla campanha nacional para que ele seja libertado. Ele está preso pela capacidade que tem de liderar.

Fiquei mais de uma hora conversando com ele no presídio, eu e uma comitiva que me acompanhou, e percebi que, de fato, quando os setores mais conservadores sentem que há uma liderança em ascensão, eles fazem de tudo para intimidá-la. Ele não vai se intimidar, podem ter certeza absoluta. E nós, aqui, faremos de tudo para que ele seja solto, porque sua prisão foi uma grande injustiça.

No fim desta audiência pública, vou pedir ao pessoal da assessoria que, baseado na fala que tivemos com ele, aprovemos moção de apoio a ele, pedindo que seja libertado de imediato.

Agostinho, você o conhece bem, saiba que fiquei muito bem impressionado na fala com ele. Vi ali um líder dos trabalhadores rurais, que está sendo sufocado. Estão querendo amordaçá-lo por sua capacidade de diálogo. É um líder que tem mestrado. Mestrado! Fez universidade, nasceu no campo, podemos ver suas mãos grossas, mas, assim mesmo, trabalhando no campo e na sua atividade, além de terminar a universidade, fez mestrado. É mestre hoje. Por isso mesmo, há uma campanha muito forte dos setores conservadores para sufocar-lhe a voz. Mas podem ter certeza de que eles não vão conseguir.

Como ele disse, e sempre digo também, as causas vêm em primeiro lugar. Sufoca um, surge outro. Quem diria que, lá na prisão de Goiás, eu ia encontrar – e percebi que era – um líder. Percebi que se tratava de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

líder numa época em que há poucos líderes no Brasil, com essa força. Mas, como disse, se sufoca um, surge outro, e outro, e outro, porque as causas estão em primeiro lugar. Então, libertem José Valdir. É uma injustiça. O processo dele está engavetado, simplesmente engavetado. Como eles não conseguem provar nada, ele está preso, e, o processo, engavetado.

Portando, vamos fazer uma série de movimentos no sentido de que o processo seja julgado. Julguem o processo dele. Por que não julgam? Ele mesmo quer que julguem, mas não julgam, porque não têm o que provar contra ele.

Então, estou muito tranquilo quanto a isso. Sei que a Justiça há de prevalecer.

A verdade, eu sempre digo – e disse a ele – tem uma força enorme. A verdade vai aparecer!

Vejam o nível... Eu só vou contar esse detalhe para que vocês vejam a situação. Não vou dizer, em nenhum momento, porque ele o disse, na frente do delegado que esteve comigo conversando com ele, que ele recebe algum tratamento hostil lá, digamos. Ele está sendo tratado respeitosamente por parte da segurança, mas uma coisa nós não entendemos – e não é culpa da segurança do presídio. Eu estive lá falando com os guardas, com a Polícia Militar, enfim, com as autoridades que estavam lá, e todos de forma muito respeitosa. Mas, daí, eu percebi uma coisa estranha – repito: não da parte da segurança.

Quando eu chego lá – e vocês sabem que ele é gaúcho e que gaúcho gosta de tomar chimarrão –, um senhor me diz: "Paim, tu fazes um favor para nós?" Eu disse: "Faço". "Tu levas o chimarrão lá dentro para ele?" Eu disse: "Levo". Eu peguei o chimarrão, que é a cuia e a erva mate, e entrei tranquilamente. Claro que eu, como Senador, fui tratado de forma muito respeitosa – repito. A verdade tem que ser dita quando há desrespeito e quando há um tratamento de altíssimo nível. Quero repetir que fui tratado de forma muito, muito respeitosa por parte da direção do Centro de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia.

Lá, então, eles me levaram até a sala de um dos diretores para eu receber o líder que, com muita tranquilidade, mostrou a sua caminhada e me falou dele. José Valdir, inclusive, disse-me que tem o apoio total da CNBB, da OAB e de outras entidades internacionais. O próprio Bispo vai visitá-lo quase que diariamente, para lhe dar apoio, porque ele vai passar por aquele momento.

Contudo, o que eu estranhei foi esse caso da erva, como eu estava contando.

Eu entrei e entreguei a ele, em mão, a cuia, ao que ele diz: "Bah, enfim, chegou o meu chimarrão!" Então, eu disse: "Como enfim? Será que o pessoal aqui não pode comprar um quilo de erva mate para tu beberes o teu chimarrão?" Daí o diretor do presídio, que estava acompanhando, disse: "Não; há uma decisão superior de que ele não pode tomar o chimarrão". Tem cabimento isso?! E superior não é do presídio; é que vem de cima, daqueles que estão trancando o processo; enfim, uma decisão de que ele não pode tomar o chimarrão.

Como ele é um homem criado no campo, ele se acostumou a tomar chimarrão desde criança. Eu sou gaúcho e, no Rio Grande do Sul, a gente, com seis, sete, oito, nove, dez, onze anos, já está tomando chimarrão – e toma a vida toda. E só faz bem, porque é como beber água, e água só faz bem. Claro que o chimarrão é uma água produzida com essa planta, que é recomendada inclusive por todos; não há nada contra. Como ele está tão acostumado a tomar o chimarrão – e eles sabiam –, isso virou quase que uma tortura. Então, quando ele não toma o chimarrão, ele sente uma falta tão grande que tem que tomar remédio.

Mas, daí, falei lá com o delegado, enfim, com as autoridades, que disseram que vão liberar o chimarrão para ele então.

José Valdir, eu sei que tu não estás me ouvindo, mas eu vou te mandar depois esse vídeo, porque eu disse, quando saí de lá, que eu sairia dali comentando a tua vida, a tua situação e as causas que tu defendes. Mas essa do chimarrão foi um detalhe, mas importante. Como perceberam que o chimarrão é fundamental para ele...

E ele disse: "Eu posso tomar o chimarrão?" E o Danrlei disse: "Não, toma teu chimarrão e estamos vendo para liberar o chimarrão porque não tem nada demais." Como se milhões de gaúchos não tomassem mais chimarrão. É como tomar água, é mesma coisa. Foi como alguém lá de cima mandou essa ordem para os oficiais que estão lá trabalhando, cumprindo o papel deles de forma muito, muito, muito... Inclusive, eu percebi o tratamento com ele, um tratamento de alto nível, que eu não vi em outros lugares em que estive. Ele é um preso político e assim é tratado. Enfim, é o primeiro preso político dessa leizinha maldita que este Congresso aprovou.

Na época, nós dizíamos que essa lei seria usada para criminalizar os movimentos sociais.

Mas ele ficou lá com o chimarrão dele e eu prometi voltar lá, e voltarei, também nesse roteiro que estou fazendo por todo o Brasil. E disse a ele que, em cada roteiro, em cada local por que eu passar, eu contarei a história dele. De forma resumida, claro, porque ele falou quase uma hora e pouco. A história dele é bonita, que orgulha qualquer dirigente deste País.

Já nesse fim de semana, estarei em Caxias do Sul e falarei. Ele é gaúcho e falarei da sua história. Caxias será na quinta. Na sexta, estarei em Sapiranga em outro evento regional também, com cerca de mil dirigentes em cada local e falarei dessa visita que fiz a você, José Valdir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No sábado, teremos outro evento em Porto Alegre e também vou relatar o fato. E assim farei em todas as outras agendas que estão previstas: Bahia, Fortaleza, Manaus... Depois, no final, faço a leitura das agendas previstas.

Vamos entrar, agora, já que a maioria das pessoas chegou, no debate do tema de hoje. Queria formatar a primeira mesa, convidando Carlos Eduardo da Silva Sousa... Mas queria, pessoal, se vocês permitirem, antes de entrar no tema, darmos uma salva de palmas para o José Valdir, para que, de lá do presídio, saiba que nós estamos todos do lado dele. (*Palmas.*)

Salva de palmas para um preso político, repita-se, porque há uma mania, neste País, alguns de má-fé, dizer que diretos humanos é coisa de bandido. Nós não estamos tratando de bandido aqui. Até achamos que quem cometeu crime tem direito a defesa. Se cometeu ou não, o processo é que vai dizer. Mas o caso dele não é esse. O caso dele é de preso político mesmo.

Convidamos, agora, Carlos Eduardo da Silva Sousa. Coordenador-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Nacional e Diretor substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo! Minhas palmas pela presença aqui. (*Palmas.*)

Eu fico muito chateado quando aqueles que têm que vir e não vêm, mas cumprimento aqueles que recebem convocação do seu espaço oficial e institucional e o representante atende ao pedido e vem aqui. E o pedido não é convocatório, é um pedido para que venha aqui participar do debate.

Convidamos Eurídice Almeida, Diretora da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra). (*Palmas.*)

Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Deborah Duprat está a caminho.

Francisco Luiz Saraiva, Diretor Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, Contracs/CUT, sede Brasília. (*Palmas.*)

Eli Iola Gurgel Andrade, Professora representante da Abrasco. (*Palmas.*)

Remi Castioni, Professor da Universidade de Brasília, Fórum Nacional de Educação. (*Palmas.*)

Essa é a primeira Mesa.

Se não me engano, o Ministério da Educação... Mas o Ministério da Saúde está aqui, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, mais uma vez, como eu agradeci muito aqui ao Ministério da Saúde... Porque é isso mesmo, pessoal, o debate é bom para todo mundo. Lamento, lamento mesmo, o Ministério da Educação não ter tido a mesma postura do Ministério da Saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não importa. Lamento e, repito de novo, lamento muito, porque, quando um ministério não quer vir, pessoal, ele tem a mania de mandar uma cartinha, justificando. Isso não resolve nada, cartinha não justifica. Querendo, vem! Podemos ter divergências quanto à atuação do Ministério da Saúde, da Educação, do Trabalho, deste ou daquele Governo, porque os governos anteriores também não eram diferentes. Nós também convidávamos e fazíamos aqui debates duros, inclusive em relação a alguns temas, mas sempre mandavam representante. Então, eu lamento muito que o Ministério da Educação, quanto ao convite, não tenha tido a mesma postura que teve o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde poderia também mandar uma cartinha, dizendo: "Olha, foi muito perto do horário..."

Não é possível que um ministério do tamanho do Ministério da Educação não tenha um representante. E falo isso, pessoal, porque eu não exijo que esteja aqui o ministro; eu sei que um convite feito próximo à audiência não é fácil. O ministro tem de desmontar tudo porque o Paim convocou – não é convocou, convidou – e estar lá. Eu respeito isso. Mas acho que um ministério que não tem condição de mandar uma pessoa para representá-lo em um debate, um debate de educação e saúde, que é o tema da área. Claro que saúde vai falar sobre saúde, educação vai falar sobre educação. Que ministério é esse?!

A mesma coisa acontece comigo, quando sou convidado, muitas vezes, no meu Estado, para estar em inúmeros lugares. Claro que não vou, porque não dá, mas mando um representante lá; mando lá para ouvir, para responder aquilo que estiver ao alcance dele. E ninguém também aqui – isso aqui não é uma inquisição– vai querer que o representante do ministério fale de todos os temas do ministério. Vai falar daquilo que estiver ao alcance do conhecimento dele em relação à pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, fica aqui o meu protesto, como já fiz em outras vezes – e, veja bem, não estou falando do ministro, tanto um ministro quanto o outro. Não estou fazendo crítica ao ministro. Estou fazendo uma crítica por não mandarem um representante do ministério no seu todo, porque eu sempre digo que as políticas não são adotadas por um homem; as políticas não são adotadas por um presidente somente de um país. Ele tem de ter um corpo de profissionais de alto nível, porque o bom senso diz: o bom líder é aquele que é bem assessorado. E não ter um assessor para mandar aqui para falar sobre educação já me deixa mais preocupado do que eu estava em relação ao tema que vamos aqui debater.

Eu queria, só para introduzir o tema, fazer uma rápida fala sobre algumas preocupações que vão ser palco deste debate, que são, principalmente, a falta de verbas tanto para a educação como para a saúde, pela forma como está sendo encaminhada aqui principalmente a PEC 241. Só para ilustrar, e não é nem a fala dos debatedores, mas de um consultor sobre a PEC 241, leio a fala de Francisco Funcia, economista e consultor da Comissão de Financiamento e Orçamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin-CNS):

> Sobre a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) ele afirmou: "Sem dúvida [essa proposta] é o maior ataque ao SUS e à Constituição Federal dos últimos 30 anos". A PEC [...], que também passará pelo plenário da Casa [das duas Casas: Câmara e Senado], congela por 20 anos as despesas com Saúde, Educação e Previdência Social.

Esse é o debate, até para ver se eu estou bem situado.

> Segundo Francisco Funcia, a PEC desconsidera as necessidades da população e também os custos crescentes da saúde.
> Ele alertou que o SUS, que sofre com a falta de recursos, pode ser paralisado com a aprovação da proposta.
> [Diz ele, entre aspas:] "É mais um absurdo congelar no nível de 2016 as despesas com saúde", afirmou.
> O economista lembrou ainda o aumento da expectativa de vida das pessoas e a aquisição de equipamentos que a área exige.
> "Um perfil demográfico mostra que a população está ficando mais velha, o cuidar da saúde é mais caro e tem toda a incorporação tecnológica da área", enumerou.

Ai ele fala da multiplicação, fala também das suas preocupações atualmente com a área – não vou ler tudo, porque os convidados vão falar – de educação. E termina dizendo:

> O economista esclareceu ainda que repudiar o teto não implica em ser a favor do descontrole de gastos.
> "Ser contra o teto é dizer que só as despesas sociais é que vão ser congeladas enquanto as despesas com juros não terão limitação, por exemplo", denunciou. [E diz mais.]
> "Você priva a população do direito à saúde, à educação e aos direitos à cidadania estabelecidos na Constituição para garantir recursos para uma minoria de rentistas", enfatizou.

Aqui eu resumo, então, os comentários que são, na verdade, quatro ou cinco páginas, tanto sobre educação quanto sobre saúde.

Quero ouvir os convidados. Só fiz uma rápida introdução. Então, vamos, de imediato, à fala dos nossos convidados.

Está aqui a lista. Estou bem assessorado. Tenho um monte de papel aqui. Para sermos bons temos que ter bons assessores. A Eunice, ligeirinha, já localizou a folha onde está a lista dos convidados.

Então, de imediato, passo a palavra, para que faça comentários sobre o tema e poderá falar de novo no momento que entender mais adequado, já aqui na Mesa ele é minoria, pelo que eu percebo.

Carlos Eduardo da Silva Sousa, Coordenador-Geral do Programa e Projeto de Cooperação Nacional e Diretor Substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde. Você tem dez minutos, mas, repito, se quiser falar um pouco mais, terá o tempo necessário, não só mais cinco.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUSA – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos os senhores aqui presentes. Eu queria agradecer o convite recebido para participar desta audiência pública e ter oportunidade de discutirmos, de maneira construtiva e propositiva, temas que têm um impacto bastante relevante e significante na vida da sociedade brasileira, como saúde e educação.

Eu, aqui na condição de representante do Ministério da Saúde, tenho a intenção de trazer algumas abordagens, alguns pressupostos que estão presentes na discussão a respeito dos mecanismos que suprem orça-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mentária e financeiramente o orçamento do SUS. E me parece já, pela leitura do Senador Paulo Paim, que o foco da nossa discussão será a PEC 241, proposta pelo Poder Executivo, que trata não só de temas relativos à saúde e à educação, mas também trata de um limitador de despesas primárias para todos os Poderes da União, além do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas da União.

Primeiro, eu queria fazer duas distinções que nós consideramos que são importantes. A PEC 241 tem um objetivo que está bem caracterizado na justificativa, na proposta de emenda à Constituição, que, na visão do atual Governo, esse é o principal instrumento para conter essa tendência de aumento da dívida pública bruta. Obviamente, ele impacta naquilo que vamos discutir mais especificamente, aqui no meu caso, que são as questões relacionadas ao orçamento da saúde.

Veja, do ponto de vista do orçamento do SUS, nós temos aí uma discussão bastante intensa. Existem diversos grupos de trabalho, diversos fóruns que estão projetando cenários em relação àquilo que está sendo proposto pela PEC 241, e, na grande maioria dos cenários, temos observado que são colocadas perdas bastante consideráveis. O Senador já citou aqui um artigo do consultor do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Funcia. Existem outros artigos, outros estudos que vão mais ou menos na mesma linha. Eu queria colocar algumas questões importantes relacionadas a esses estudos.

Todos eles ou a grande maioria deles se baseiam em uma comparação com o regramento de correção do Orçamento Federal para o SUS que nós temos hoje, que é dado pela Emenda Constitucional nº 86. Esse regramento estabelece um escalonamento de correção do orçamento do SUS, a partir deste ano, começando com 13,2% da receita corrente líquida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para convidar a nossa querida Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Drª Deborah Duprat, que já está presente, para que venha para a mesa. (*Palmas.*)

Retorno a palavra ao Dr. Carlos Eduardo da Silva Sousa.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUSA – Obrigado, Senador.

Então, como eu estava dizendo, a Emenda Constitucional nº 86 estabelece um reescalonamento de correção do orçamento da saúde baseado num percentual da receita corrente líquida, começando com 13,2% da receita corrente líquida este ano, chegando até 15% em 2020. Vejam, o comportamento da receita corrente líquida é bastante volátil, de modo que todo tipo de cenário que é previsto considerando a receita corrente líquida é um cenário que tem uma característica de indefinição, de imprevisão bastante importante. Não estou de maneira nenhuma desqualificando os estudos que os colegas estão fazendo – de maneira nenhuma. Metodologicamente, todos eles são válidos e produzem números importantes. Estou apenas colocando que, quando o estudo tem como pressuposto uma variável que tem um comportamento extremamente volátil, de difícil previsão, obviamente que os cenários produzidos a partir dessas comparações estão sujeitos a ter incorreções bastante importantes. Então, o que eu quero dizer é que a leitura para esses cenários não necessariamente é essa que está sendo colocada, ou seja, existe um grau de imprevisibilidade bastante importante.

Outras questões relacionadas aos cenários que estão sendo produzidos é com relação às variáveis que, além da receita corrente líquida, são consideradas, como, por exemplo, o PIB e o próprio IPCA. Então, por exemplo, o texto da lei, da PEC 241, traz alguns sombreamentos em relação aos conceitos orçamentários que devem ser utilizados. Por exemplo, com relação ao IPCA, ele disse que é o IPCA do ano anterior, será considerado o IPCA do ano anterior para fazer a correção do orçamento do ano seguinte, mas não fala se estamos falando do IPCA acumulado do ano, de janeiro a dezembro, ou se nós estamos falando do IPCA mês a mês, por exemplo. O texto da PEC 241 revoga o escalonamento colocado na Emenda Constitucional nº 86, mas ele não deixar claro se, com essa revogação, nós trabalharemos com 13,2% da receita corrente líquida, que é o que está previsto para este ano, ou os 15% que estão previstos para o final.

Eu estou colocando esses exemplos porque existe um grau de imprecisão grande quando a gente produz esse tipo de cenário. Obviamente que, no contexto que nós estamos vivendo, em que há uma proposição para mudar a vinculação constitucional de correção do orçamento da saúde obviamente isso gera um impacto grande e importante para aquilo que está sendo proposto como mudança.

Então, Senador, quero fazer essas considerações inicialmente apenas para contextualizar a discussão e colocar que existem aspectos técnicos. A minha ideia aqui foi fazer uma leitura técnica daquilo que está sendo produzido pela Proposta de Emenda à Constituição nº 241, mesmo porque existem fóruns e existem dirigentes específicos para fazer a discussão política em torno dela. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Carlos Eduardo, que fez suas considerações.

Eu o deixo bem à vontade. Ao fim de cada mesa, se o você entender que tem que fazer algum comentário, a palavra será assegurada novamente, já que você aqui representa o Ministério da Saúde e é o único re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

presentante oficial do Governo que aceitou o convite. Convidamos também o Ministério da Educação, mas, infelizmente, eles não se dispuseram a estar aqui.

Vamos, de imediato, à Diretora da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), a Líder Eurídice Almeida.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Obrigada. Bom dia aos companheiros e companheiras, em especial, aos dirigentes da Fasubra Sindical, que aqui estão presentes: a companheira Ângela Maria, o companheiro Roberto e o companheiro Portácio. Cidadãos e cidadãs brasileiras, venho, neste momento, em nome da Fasubra Sindical, saudar todas e todos presentes neste recinto; os internautas e telespectadores que nos assistem também pela TV Senado; também saudar o Senador Paulo Paim e seus colaboradores e já agradecer pelo convite. Também o parabenizo por transformar, sob sua Presidência, esta Comissão de Direitos Humanos em um baluarte em que a defesa dos direitos humanos, das políticas sociais, da saúde, da educação e do Estado democrático de direito sua base de sustentação. Quiçá um dia o seu exemplo de abnegação sirva de alicerce para os futuros edis iniciarem uma nova postura política para o nosso País.

Nós, o povo, precisamos resgatar a confiança e a credibilidade nas instituições públicas de nosso País, nem que seja à força. Vou exemplificar o que digo com poesia, uma poesia composta por Soledade, uma agricultora, militante, trabalhadora rural, que esteve junto na luta, com sua amiga e companheira Margarida Maria Alves ou simplesmente Margarida.

Eis a poesia:

> Dia 12 de agosto nasceu um sol diferente
> com um aspecto de tristeza,
> o sol frio em vez de quente
> era Deus dando o sinal da morte de uma inocente
> (…)
> Jesus Cristo deu a vida pra redimir os pecados
> Tiradentes pela pátria foi morto e esquartejado
> Margarida na defesa dos pobres e necessitados.

E nós? Vamos permitir que, mais uma vez, os burgueses vençam e transforme o sacrifício de nossos heróis e heroínas em histórias do passado?

Na conjuntura em que vivemos, essa é a onda em que muitos brasileiros e brasileiras, infelizmente, estão surfando.

É inadmissível aceitar que um governo interino, portanto ilegítimo, e a sua equipe, também interina e tão ilegítima quanto, continuem a cometer impropérios sem nenhuma resposta mais contundente do nosso povo. Não podemos mais admitir que elementos nocivos à sociedade, como Eduardo Cunha, Bolsonaro, Nelson Marchezan Filho e outros de sua espécie, usem das prerrogativas do cargo público que ora ocupam para cometerem crimes de toda sorte, como assédio moral, recebimento de propinas, abuso de poder, e saiam impunes.

Não mais admitiremos que usem os nossos direitos, conquistados legitimamente, como moeda de troca para encobrir improbidades administrativas. O interessante é que acusem uma Presidenta eleita democraticamente de improbidades administrativas e pedaladas fiscais, peçam o seu *impeachment* e, ao mesmo tempo, inocentam legalmente os governos e o Vice-Presidente dos mesmos crimes. E ainda apontam como culpado o povo brasileiro, na medida em que elegem como tábua de salvação para a crise, crise está forjada por eles próprios, o PL nº 257, que, de tão nefasto, vou citar apenas duas medidas que, por si só, destroem a vida de milhões de famílias de trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público e privado, nas três esferas de poder.

Primeiro: dos ajustes exigidos para o refinanciamento das dívidas do setor público, destacam: o congelamento de salários, a não concessão de ampliação de benefícios de natureza tributária ou financeira e a suspensão da admissão e contratação, a qualquer título, inclusive por concurso público, também para as empresas estatais dependentes, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Na nova redação proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal, não há mais a garantia de reposição do quadro de servidores públicos. Leia-se: desobediência explícita à Constituição Federal, que garante ao povo acesso aos serviços públicos gratuitos e de qualidade de educação e saúde.

Segundo: da privatização de empresas públicas mais um prejuízo para a sociedade e para o Ente Público. Vender o patrimônio significa ficar refém da iniciativa privada, que, a partir daí, passará a controlar os serviços estratégicos de interesse público, como escolas, universidades e hospitais. É, notoriamente, mais um acinte à Constituição Federal, que, na educação, começa com o desmonte do Plano Nacional de Educação, e, na saúde, com o desmonte do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Companheira e companheiros, estou convicta de que não será atacando os direitos dos servidores públicos e cerceando os cidadãos e cidadãs dos direitos já garantidos em nossa Carta Magna ao acesso à educação e à saúde pública gratuita e de qualidade que o equilíbrio das contas públicas será alcançado e, sim, com mais investimentos do Estado no processo de desenvolvimento com a inclusão social, planejamento participativo e a garantia de melhores serviços para a população.

E como já disse um dia a nossa grande e sábia guerreira Margarida Maria Alves: "É melhor na luta do que morrer de fome."

A falta de educação e de saúde mata um povo por inanição. Ainda não satisfeito, este Governo interino, portanto ilegítimo, e sua equipe nefasta trabalham ensandecidamente, inclusive virando noites e madrugadas, fins de semana e feriados, praticando literalmente o regime de trabalho escravo nas suas equipes de servidores públicos e privados desta Casa do povo, Câmara e Senado, com raras exceções, para completar o mais brevemente possível o ritual das Casas, que são os trâmites dos processos nas comissões e plenários, para aprovação da PEC 241, que trata do novo regime fiscal da União e da suspensão das vinculações de receita para educação e saúde. Ela também é conhecida como a PEC da morte para os trabalhadores e trabalhadoras.

E digo por quê. Tem prazo de vigência de 20 anos; em sua abrangência, ela suspende as vinculações constitucionais para educação e saúde, ficando essas e outras áreas sociais condicionadas à regra de reposição do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo); impõe limite do IPCA para políticas sociais e para remunerações e carreiras de todos os Poderes da União e órgãos federais, com autonomia administrativa e financeira, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, compreendendo o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, além das entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, dos fundos e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e das empresas estatais dependentes.

O impacto no financiamento da educação e da saúde, à luz da Constituição de 1988, flexibiliza o percentual de vinculação para o investimento em saúde nas três esferas administrativas. O art. 198 da Constituição Federal estará suspenso por 20 anos. Significa fim dos SUS, fim das UPAs, fim do Samu, fim do Mais Médicos.

Aí eu pergunto aos que ainda defendem esse governo interino...

(Soa a campainha.)

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – ... ilegítimo e golpista: negar ao povo acesso à saúde não é crime?

Também o art. 212, *caput*, da Constituição Federal estará suspenso nessa nova proposta por 20 anos. Ele diz:

> A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O que isso significa para nós? Fim do PNE, fim do Fundeb, da gratuidade das escolas e universidades. Novamente pergunto aos que ainda apoiam e defendem esse Governo interino, ilegítimo e golpista: negar ao povo o acesso à educação não é crime?

Bem, as principais consequências deixadas para o povo por essa PEC satânica, se aprovada, serão: a proibição da expansão do financiamento em políticas públicas sociais de saúde e educação; a imposição do congelamento de salários; a suspensão da criação de novos cargos ou funções; a proibição da evolução nos planos de carreira; a proibição de contratações, inclusive por concursos públicos.

Essa PEC 241, Senador, companheiros e companheiras, só interessa ao FMI, ao Banco Mundial e a instituições de mesma monta, que visam apenas receber os seus ativos. E, na certeza da impunidade, este Governo, repito, interino, ilegítimo e golpista, junto com sua equipe nefasta, impõe como alternativa intensificar as parcerias público-privadas, em especial as OSs, as Organizações Sociais, que, em sua maioria, são usadas para a lavagem de dinheiro, para administrarem as escolas públicas, hospitais e outras áreas públicas, onde não terão a obrigatoriedade de contratar através de concursos públicos, instituindo núcleos privados de atuação, desconsiderando os conselhos, federações, confederações e sindicatos de base de cada categoria profissional, que representam e fiscalizam o exercício das profissões.

O resultado de práticas como essa já é conhecido em vários Estados e Municípios, a exemplo do Rio de Janeiro, onde a saúde está um verdadeiro caos.

Por fim, Senador Paulo Paim – e permita-me reconhecê-lo como guerreiro do povo brasileiro –, a supressão de verbas orçamentárias nas áreas da saúde e da educação, para nós, brasileiras e brasileiros, é um crime hediondo e não passará impune.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Os cães ladram, mas a caravana sempre passa. Acredito no exercício do bom combate. E por isso aproveito o momento para conclamar a todas e a todos para juntos sairmos às ruas, ocupando todos os espaços públicos e gritarmos o mais alto que conseguirmos uma máxima repetida sempre em suas falas por nossa mártir e guerreira Margarida Maria Alves: "Da luta eu não fujo."

Fora, Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a líder Eurídice Almeida, Diretora da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), que fez aqui a sua crítica dura, no sentido do que vai representar essa PEC.

Agora passo, com enorme satisfação também, como fiz com os outros dois convidados, a palavra à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Drª Deborah Duprat, que já esteve aqui nesta Comissão, por inúmeras vezes, durante os anos em que eu a presidi, e este já deve ser meu terceiro mandato, intercalado, naturalmente.

Por favor, Drª Deborah Duprat, por dez minutos.

A SRª DEBORAH DUPRAT – Muito obrigada, Senador Paim, pelo convite. Eu o louvo por mais essa importante iniciativa de um debate fundamental.

Peço desculpas pelo meu atraso, mas o convite que me chegou indicava que esta reunião começaria às 10h. Então, eu peço desculpas pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não peça desculpas porque a mudança foi minha. Para ganhar tempo, iniciei às 9h.

A SRª DEBORAH DUPRAT – Perfeito.

Quero saudar minhas companheiras e meus companheiros de Mesa, todos os presentes e todas as presentes e também lamentar que apenas o Ministério da Saúde esteja nesta audiência. É fundamental, numa deliberação do tamanho dessa proposta por meio dessa PEC, que a discussão seja a mais ampla possível. É importante ouvir. E as audiências são exatamente para isto: para que a Administração Pública possa fazer eleições consciente das suas repercussões.

Iniciando a minha fala, eu quero lembrar que um Ministro do Supremo Tribunal Federal tinha uma frase constantemente repetida de que a Constituição Federal não se lê por tiras. A gente só entende a Constituição se tomá-la em seu conjunto, se tomá-la no sentido do que foi esse documento, do que ele representou para a sociedade brasileira. Lembro que ela surge no período imediatamente posterior à ditadura e é uma resposta da sociedade às várias lutas emancipatórias, é uma Constituição que inclui novos sujeitos de direito, tira do domínio apenas um único sujeito que estava no espaço público, inclui outros tantos e outras tantas, é uma Constituição das mulheres, é uma Constituição da população negra, é uma Constituição da população indígena, é uma Constituição das pessoas com deficiência, mas é também uma Constituição que traz para a esfera pública e para as políticas públicas toda a população brasileira e estabelece, ao lado do princípio da igualdade material, um forte investimento em políticas que permitam o combate à miséria e à pobreza e a redução das desigualdades sociais.

As duas políticas mais fortemente marcadas por esse propósito são exatamente saúde e educação. Para esses dois campos, a Constituição pensou num modelo exclusivamente público, ou seja, de investimento exclusivamente público, de modo a garantir uma educação de qualidade, apostando na capacitação e na adequada remuneração de professores e professoras. E, na saúde, estabeleceu o Sistema Único de Saúde.

Lembro que o modelo anterior é fortemente marcado pela iniciativa privada. Se nós lembrarmos, no período anterior à Constituição de 1988, as escolas públicas viviam um regime de sucateamento, praticamente eram espaços muito pouco educacionais, a população mais marginalizada não acreditava, portanto, as crianças estavam mais na rua do que nas escolas.

E a saúde era totalmente privatizada, mas com a possibilidade de que alguns setores atendessem o público mais carente com posterior remuneração pelo antigo Inamps.

Então, é um modelo revolucionário no que diz respeito ao investimento para transformar esses sistemas em efetivamente públicos, financiamento público, e à maneira como são distribuídas as responsabilidades para o financiamento dessas duas políticas, que são constitutivos do próprio direito à saúde e à educação. Eu não sei se me fiz clara, mas eu quero dizer que a maneira como se pensou o financiamento e o montante que foi dado, tanto para a saúde como para a educação, constituem o núcleo do direito à saúde e o núcleo do direito à educação da população brasileira.

Nesse sentido, existe um princípio fundamental de direitos humanos, que é o princípio da proibição de retrocesso, ou seja, os direitos humanos, desde a sua concepção, lá trás, na década de 40, têm a sua implementação sempre progressivamente, ela não pode se dar retroativamente. Então, qualquer ameaça de retrocesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

esses direitos torna a iniciativa legislativa inconstitucional porque a Constituição prevê expressamente como cláusulas pétreas os direitos fundamentais, e os direitos fundamentais, naquele seu núcleo essencial, não podem sofrer retrocesso ou redução.

Recentemente, por ocasião da Emenda nº 86, que muda a Lei Complementar nº 141 em relação ao financiamento da saúde... Lembro, antes disso, que a Constituição previa que o montante da União teria seu cálculo determinado por lei complementar. Veio a Lei Complementar nº 141, que tinha um dispositivo muito interessante. Ela dizia qual o percentual e que a base de cálculo era o PIB anual. Ela tinha um dispositivo que dizia o seguinte: no caso de o PIB ser negativo, o investimento da saúde nunca pode ser inferior ao do ano anterior. Então ela cumpria, nesse ponto, exatamente essa perspectiva de que é um direito fundamental e que ele não pode sofrer retrocessos. O patamar mínimo é sempre o patamar a que se chegou.

A Emenda nº 86 muda a base de cálculo para a receita corrente líquida, estabelece o percentual de 15%, mas, ao mesmo tempo, esses 15% vão ser alcançados até 2020. E aí a emenda prevê subtetos de financiamento à saúde.

Nos cálculos realizados, comprovou-se que, já no exercício de 2016, chega-se a um valor inferior ao de 2015. Então, por conta dessa redução, houve anteriormente uma representação que me chegou na qualidade de Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, me chegou uma representação de uma procuradora junto ao Tribunal de Contas da União, e eu encaminhei essa representação ao Procurador-Geral da República para propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os subtetos da Emenda Constitucional nº 86, exatamente por conta do retrocesso que eles significavam no financiamento à saúde. Já tive notícia de que há intenção de que essa ação seja proposta.

Enfim, essa é a ideia central, tanto para a saúde como para educação. Portanto, a emenda que desvincula as receitas vai padecer do mesmo vício, porque ela deixa de contar com esse financiamento que tem que ser feito de forma progressiva. Estudos demonstram que esse financiamento teve impacto absurdo na sociedade brasileira em termos de inclusão, mas ainda está longe de alcançar todos e todas que necessitam dessas políticas de qualidade para ter uma vida minimamente digna.

Com esse propósito, encerro a minha fala, comprometendo-me a adotar todas as iniciativas ao meu alcance para não permitir retrocessos na saúde e na educação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Drª Deborah Duprat, que deixa claro o seu compromisso em defesa dos direitos de nosso povo, da nossa gente, não aceitando nenhum tipo de retrocesso, aqui no caso, tanto na educação como na saúde.

De imediato, passo a palavra a Francisco Luiz Saraiva, Diretor e Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracts/CUT, sede Brasília).

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, não poderia deixar de dizer: Fora Temer! Não ao golpe!

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que é um dos grandes representantes da classe trabalhadora aqui no Senado Federal, Parlamentar sempre aguerrido na luta contra o golpe e contra a retirada de direitos que acontece diariamente dentro dessas Casas ultimamente.

Paim é um Parlamentar que faz a diferença e é fundamental para todos nós. Desempenha um incansável e importantíssimo trabalho de levar a público e debater com a sociedade projetos de lei que muitos Deputados e Senadores tentam votar às escuras para anteder seus próprios interesses e os interesses dos que os financiaram, sem consultar nenhum segmento da sociedade que será afetado. E é por isso que este espaço aqui é bem importante não apenas para a classe trabalhadora, mas para toda a sociedade.

Quero cumprimentar toda a Mesa em nome da presidência e de toda a diretoria da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT e também do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal. Essa Confederação representa mais de 3 milhões de trabalhadores, grande parte da área privada, e que vão ser afetados gravemente por esse retrocesso aqui citado.

Nós estamos diante de um dos maiores ataques aos direitos já observados na história deste País. O momento em que vivemos não permite que a classe trabalhadora tenha um minuto sequer de sossego, pois, a todo tempo, novas medidas são comunicadas e, quando a população se levanta contra esses projetos, é reprimida e não tem a sua voz ouvida pelo Poder Público.

Estamos vendo um projeto político ser implementado na marra, um projeto de Estado mínimo que foi rejeitado quatro vezes nas urnas, porque uma grande parcela da população brasileira já entendeu que o Estado só é mínimo para a classe trabalhadora; que a burguesia e o empresariado sempre tiveram os seus direitos e privilégios resguardados neste País e não se conformam em dividir esse espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A proposta dos golpistas de suprimir as verbas orçamentárias nas áreas de saúde e educação não trazem lucro nenhum para nenhuma parcela da sociedade, apenas para o empresariado, que ganhará muito, mas muito mesmo com esse serviço – os donos de grandes redes de escolas, os donos dos planos de saúde e hospitais particulares.

Muitos brasileiros reclamam dos SUS, e particularmente acho que devemos reclamar sim, porque devemos sempre estar batalhando para a melhora do potencial, mas nós não podemos esquecer que o SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo. O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde público gratuito. Então, devemos lutar muito pelas melhorias do SUS e pela não extinção de uma das coisas que ajuda muito a população menos favorecida do País. Só em 2014, o SUS realizou 1,4 bilhão de consultas médicas, e um dos programas do sistema, que é o Saúde da Família, atende até hoje milhões de habitantes, ou seja, 56% da população do nosso País.

O argumento dos golpistas para mexer no orçamento da saúde e da educação é que, cortando gastos com essas áreas, haverá um grande impacto nas contas públicas, mas isso é mentira. Segundo dados divulgados pelo próprio Ministério da Fazenda, em maio deste ano, os gastos da saúde e educação somam 16% das despesas obrigatórias do Governo e apenas 3,1% do PIB. Se o Governo golpista suprimir as verbas dessas áreas, ele vai sucatear completamente os Estados e Municípios. Então, um repasse que, muitas vezes, já não é suficiente para atender essas áreas, fica menor, obrigando os Estados a pagarem do próprio bolso – uma coisa que sabemos que não vai acontecer e que vai conduzir ao total sucateamento do serviço público, sobretudo nos Estados e Municípios mais pobres deste País.

É o retorno de uma época em que as pessoas tinham de sair de casa, nos interiores distantes, para buscar trabalho na cidade grande, trabalhando, muitas vezes, nos mais variados subempregos para conseguir se manter fora de casa. Hoje, essa realidade mudou, porque foram construídas muitas escolas e universidades, mas essas conquistas estão seriamente ameaçadas.

Outros pontos ameaçados pela supressão das verbas na educação são os auxílios para alimentação escolar, transporte de alunos e manutenção e criação de creches. E eu gostaria aqui de destacar que esse é um dos pontos também que afetam muito as mulheres, uma vez que as creches promoveram, nos últimos anos, uma inserção e permanência muito maior das mulheres no mercado de trabalho. Então, todas as conquistas e todos os avanços que muitas vezes não levamos em consideração podem ser retirados dos trabalhadores com uma canetada só, e do jeito que estão querendo fazer, na calada da noite, sem deixar nem a população se manifestar, porque a mídia também faz parte desse complô.

Se esse golpe for consolidado, nós precisaremos de muito tempo para reverter a situação, porque quando a direita toma o poder assim, por meio de um golpe, demora muito para que a democracia volte a ser praticada. E essa classe trabalhadora não pode deixar de se unir para derrubar esse golpe, será obrigada a ir para as ruas defender os direitos mais básicos, coisas inimagináveis, nos tempos mais remotos nós não imaginávamos que iríamos precisar passar por isso.

Então, estamos aqui diante da retirada de direitos constitucionais dos mais básicos, como foi mencionado aqui pela nossa querida Procuradora Deborah, que, com muita clareza, passou a realidade que é essa medida que o governo interino e golpista está querendo impor aos trabalhadores. Nós vimos que esse golpe nada mais é do que a volta dos que estavam lá. Ou seja, todo aquele tempo em que nós passamos – a pobreza do País – por dificuldades, quando foi construído, com muita luta, pela organização dos trabalhadores, um projeto de governo que buscava outra realidade para a sociedade brasileira... E isso eles querem, do dia para a noite, retirar, coibindo reações, ou seja, trazendo um estado de exceção.

Portanto, nós estamos aqui junto com a classe trabalhadora e vamos continuar gritando. É por isso que nós, trabalhadores, e a maior parte da população vimos gritando nas ruas. Não temos sido ouvidos, mas estamos gritando e vamos continuar gritando "não ao golpe", "não à retirada de direitos", porque direito não se reduz, direito se amplia.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Francisco Luiz Saraiva, Diretor Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, também demonstrando aqui toda a sua preocupação com essa proposta que retira direitos do nosso povo e da nossa gente.

De imediato, Eli Iola Gurgel Andrade, Professora e representante da Abrasco.

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Bom dia a todos.

Gostaria, em nome da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), de agradecer o convite do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, e também de cumprimentar meus companheiros de Mesa por suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ninguém me deu o bom conselho de não preparar nada visual, de preparar uma fala, mas, enfim, acabei preparando algumas informações porque, na verdade, estamos vivendo um momento... E aqui tomaria a liberdade de discordar do meu colega Carlos, de início, porque uma medida que propõe congelar gastos sociais por 20 anos extrapola qualquer possibilidade de pensar cenários. Então, é preciso que nós, que temos algum conhecimento técnico, enfrentemos o desafio de debulhar o que significa uma medida dessas. E não há como fazê-lo se não for construindo cenários, uma vez que a medida do Governo impõe um cenário aos movimentos sociais, aos ganhos que nós tivemos na luta contra as desigualdades no Brasil, desfiada após a Constituição Federal de 1988. Então, peço desculpa ao meu colega Carlos para dizer que nós temos obrigação de apresentar esses cenários.

Pode passar por favor.

Como todos já se referiram aqui à PEC, eu vou economizar meu tempo, mas é isto: é preciso que todo mundo saiba que essa PEC congela os gastos sociais em saúde e educação, e não está citada a Previdência, mas ela está implícita, e as ameaças de reforma à Previdência vão incluir a Previdência nesse cenário dentro em pouco. Para os senhores terem uma ideia: um professor da Unicamp acaba de fazer uma estimativa de que seriam mais de R$3 trilhões que perderíamos se essa PEC tivesse sido aplicada no Brasil a partir de 2003. Então, não é brincadeira o que se está propondo.

Então, eu queria só reforçar esse sentido direto que a PEC tem de congelamento dos gastos, que serão apenas corrigidos pelo IPCA, seja amplo ou médio ou de qualquer maneira. O IPCA é um índice indicador de variação de preços – portanto, de inflação – na sociedade, mas jamais nenhum índice será capaz de apreender toda modificação de preço em toda linha de produtos que fazem parte das necessidades da população como um todo. Então, o índice já é uma perda. Por isso, quando se fala em valor monetário, você tem que falar em valor real. Portanto, os valores precisam ser corrigidos adequadamente para que mantenham o seu valor de preço, e é preciso que tenham sempre uma sobrevalorização para que eles tenham guarnecidos seu valor real, ou seja, seu inteiro valor de compra no caso de uma moeda.

Vamos passar para a frente.

O que é interessante é que essa coisa, a provocação dos 20 anos, não me parece que seja gratuita. Ninguém sabe de onde veio esse número, por que 20 anos? Nenhum país no mundo fez ajuste fiscal com essa longevidade. Por que isso? Então, eu tomo a liberdade de sugerir ao senhor, Senador Paim, que isso é uma provocação, é para dizer que os 20 anos em que nós tivemos ganhos e avanços sociais neste País vão ser apagados. Então, é preciso pensar por que são esses 20 anos.

E essa PEC, inclusive, além dos gastos, envolve também a remuneração do funcionalismo. Na verdade, ela anuncia uma diminuição também do papel do Executivo na gestão da economia e da política no País. De modo que nós podemos esperar que novos agentes políticos vão comparecer nesse cenário se essas medidas prevalecerem, se esse pacote econômico, se essa concepção econômica prevalecer.

Pode passar por favor.

Eu queria tomar também a liberdade de dizer que essa PEC aponta, de fato, como os companheiros de Mesa já disseram, para o desmonte do núcleo de direitos sociais que a Constituição Federal implantou em 1988 com o nome de Seguridade Social. Essa Seguridade Social incluía saúde, previdência e assistência, e, no capítulo de Direitos Sociais, era imediatamente acompanhada pela educação. Apesar de a educação não compor a Seguridade no conceito que saiu na Constituição, ela segue imediatamente os direitos que compõem o capítulo da Ordem Social.

Pois bem, eu tomo a liberdade de dizer que essa PEC pretende fazer algo que está sendo tentado desde que a Constituição foi promulgada.

Pode passar por favor.

Por quê? Em 1990, quando foi regulamentada a saúde, a Lei nº 8.080, no art. 31, não estava claro como a saúde seria financiada no novo sistema de Seguridade Social. Por suposto, nas disposições transitórias da Constituição, era apontado, como alguém aqui acenou também, que o orçamento da Seguridade – que está delineado no art. 198 da Constituição, composto por contribuições sociais de salário, de lucro e de faturamento de empresas, mais algumas outras fontes – é que deveria financiar essas três políticas sociais. Desde aquela época, mais ou menos 30% desse orçamento para financiar cada política seria o natural. E o art. 31 da Lei Orgânica ressoa isso, dizendo que a saúde vai ser financiada segundo a regulamentação do art. 198 da Constituição.

Pode passar por favor.

Mas pasmem: na verdade, a Lei Orgânica da Saúde não define o que vai ser o financiamento da saúde. Entre 1990 e 2000, nós vivemos o conflito de definição do que seria e de onde viria o financiamento da saúde neste País, uma vez que as contribuições logo foram sendo tomadas como exclusivas de financiamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Previdência. O Collor chegou a fazer isso explicitamente, quando vetou, na Lei nº 8.142, recursos das demais contribuições sociais do orçamento da Seguridade para financiar a saúde.

Então, vejam os senhores: em 2000 – portanto, já estamos há 12 anos da Constituição –, é promulgada a Emenda Constitucional nº 29, que foi o resultado de uma luta enorme, traduzida na formulação da PEC 169, formulada pelo Deputado baiano Waldir Pires e Eduardo Jorge, na época, do PT.

Essa PEC começou com o ímpeto de definir o percentual dos 30%, da terça parte do orçamento para a saúde. Depois ela foi sendo modificada até chegar na formulação da Emenda 29, que passou a definir que o nível federal.. Então, formula o que seria obrigação de financiamento dos três níveis de gestão da saúde. O nível federal passa a ser o gasto no ano anterior mais 5%, de 2000 a 2004...

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Eu já não vou ter mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vai.

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – De 2000 a 2004, a EC 29 definia que seria o gasto do ano de 1999 corrigido pelo PIB somando apenas a variação de 5%. Isso até 2004 e aí, em 2004, entra a mudança: de inclusão não dos 5%, mas de variação nominal do PIB a cada ano.

Então, vimos em uma luta, a partir daí, para definir, inclusive, o que era gasto em saúde, porque a EC não deixou isso claro. Nós vivemos os próximos anos discutindo no Parlamento e em todos os lugares do País o que era gasto em saúde, se segurança era gasto em saúde. E os Estados e Prefeituras se aproveitaram, muitas vezes, dessa vagueza da definição e imputavam gastos que não eram de saúde como se o fossem.

Portanto, viemos da Emenda 29, em 2000, até 2012, quando a Lei Complementar 141 define o que são despesas em saúde, gastos em saúde, detalha isso. Assim, começaríamos a viver uma certa – não tranquilidade – regularidade no que seria o financiamento dos três níveis de governo para saúde.

No entanto, não tivemos essa tranquilidade porque imediatamente a Lei Complementar 141 foi questionada por vários projetos de lei. E, afinal, em 2015, ela foi substituída pela Emenda Constitucional nº 86.

Pode passar por favor.

E o que aconteceu nesse tempo de indefinições e conflitos de financiamento foi isto: as barras marrons são os gastos municipais, e os azuis são gastos estaduais. E o que ocorreu? Os Municípios cresceram na sua responsabilidade com a municipalização da saúde, os Estados mais ou menos se mantiveram constantes nos gastos que historicamente faziam.

Pode passar por favor.

Aqui a gente pode ver o que resultou dessa luta que chamamos contra o subfinanciamento da saúde desde que o SUS foi criado.

Para os senhores terem uma ideia: em 1991, o nível federal participava com 73% dos gastos em saúde neste País; os Estados, com 15%; e os Municípios, com 12%. De lá para 2014, vejam o que ocorreu: o nível federal recuou de 75% para 43%; os Estados subiram maneiramente – como dizem os mineiros – de 15% para 26%; e os Municípios, de fato, pressionados pelas necessidades e pela população ali perto das administrações municipais, tiveram que realmente fazer um efetivo aumento de gastos em saúde.

Essa é, mais ou menos, a situação que temos hoje e é nela que nós devemos pensar o que significa um congelamento aí. Um congelamento neste nível é praticamente a desresponsabilização da União com os gastos na ponta, e a ponta pressionada pelo aumento de gastos que, naturalmente, a evolução da sociedade trará por dois componentes – há muito mais, mas vamos apontar dois –, que são os seguintes.

A população brasileira está em um processo de envelhecimento, mas não é um envelhecimento perigoso, é um envelhecimento calculado, estimado, observado desde a década de 80. Nós estamos em um processo de envelhecimento rápido, mas desde 80 nós sabemos disso, e sabemos que o IBGE acaba de fazer uma projeção que vai até 2036 – aliás, esse 36 virou nosso carma, porque, também em 36, essa PEC, por suposto, se viesse a ser aprovada, seria terminada. Nós temos uma população que vai chegar a 2036 com um volume da ordem de 227 milhões de pessoas, dos quais a população idosa, acima de 60 anos, que hoje representa 12%, passará a representar 21,5%. Isso, em números, significa que nós vamos sair de 24,9 milhões de pessoas com mais de 60 anos para 48,9 milhões de pessoas com mais de 60 anos neste País em 2036.

Então, eu digo para os senhores: hoje nós adoecemos, predominantemente, de doenças crônicas e degenerativas, e elas estão, preferencialmente, nas idades mais altas, nas idades acima de 60 anos. Portanto, nós, naturalmente, de uma maneira simples, podemos dizer que só podemos esperar as necessidades de saúde se tornando mais caras, uma vez que essas necessidades vão sendo atendidas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – ... por uma base tecnológica que é produzida pelas empresas privadas internacionais, com cada vez maior sofisticação, evidentemente, trazendo alívio para doenças crônicas e degenerativas, mas tendo a exclusividade de preços monopólicos praticados sobre os sistemas de saúde.

Portanto, nós estamos vendo aqui, no Brasil, tanto o encarecimento das ações de saúde que envolvem tecnologia, como o crescimento da judicialização no sentido de as pessoas buscarem o direito de ter acesso a essas tecnologias, mais caras, mas também que trazem um alívio de sofrimento, como direito garantido que está na Constituição.

Eu não sei se eu posso continuar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto para concluir, que pode virar dois no painel.

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Então, eu gostaria de terminar dizendo que o subfinanciamento do SUS, como eu pretendi mostrar, é a expressão de um conflito de interesses na sociedade brasileira desde que a Constituição foi instituída e desde que o Sistema Único de Saúde foi criado.

Antes do Sistema Único de Saúde, como a Drª Deborah mencionou, o direito à saúde era privado e particular, era constituído pelos institutos de categorias de trabalhadores, depois pelo INPS, mas sempre indexado à contribuição que o trabalhador fazia à Previdência. Então, quem tinha Carteira de Trabalho assinada tinha assistência à saúde, assistência médica individual.

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Quem não tinha Carteira de Trabalho ia para as sociedades caritativas, filantrópicas etc.

Então, eu gostaria de propor o seguinte desafio de pensamento. Ao fazer, neste momento, o sucateamento do avanço que nós conseguimos... Mesmo sob o peso do subfinanciamento durante esses 28 anos, constituímos um SUS com porta universal, com atenção básica, de certa forma, estruturada, com uma atenção de média e alta complexidade que tem excelências, que inclusive recebe a clientela dos planos de saúde. O que significará a desestruturação desse sistema? O que teremos daqui a 20 anos senão os interesses que estão aí desde que esse sistema foi criado, no sentido de não permitir que o sistema universal se consolide neste País?

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Por quê? Porque ele significa retirar clientela dos planos privados. E há, neste momento, indícios muitos claros de que a própria direção do Ministério da Saúde deste Governo interino está empenhada em ampliar a oferta de planos de saúde no sentido de que elas penetrem camadas que hoje são atendidas pelo SUS, de modo que tenhamos, daqui a algum tempo, a população invertida. Antes era a Previdência Social; agora a Previdência até perdeu o nome de social. Então, agora haverá a previdência privada para a aposentadoria e o seguro privado para a saúde, de modo que quem não tiver nada privado será o indigente que antigamente, porque não havia uma porta aberta, universal, para ser atendido na saúde, batia às portas da caridade. Amanhã, nós teremos de novo o indigente sanitário, o indigente previdenciário e o indigente social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Eli Iola Gurgel Andrade, Professora e representante da Abrasco, pela brilhante exposição que trouxe para a reflexão de todos.

Agora, de imediato, o Professor da Universidade de Brasília, também representando o Fórum Nacional de Educação, Remi Castioni.

O SR. REMI CASTIONI – Bom dia.

Agradeço o convite do Senador Paim, nosso conterrâneo. É um prazer estar aqui dividindo a Mesa com os companheiros militantes da área da saúde e nossa Procuradora, a Drª Deborah.

Muito do que preparei a Profª Eli já mencionou.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, no Fórum Nacional de Educação, que eu represento, sou um dos membros do Proifes, a nossa federação de professores do magistério federal. Nós somos a única entidade que representa os professores das universidades públicas federais brasileiras no Fórum Nacional de Educação e, juntamente com outro coletivo de 27 entidades, constituímos um comitê nacional em defesa da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e contra o golpe, onde está a Fasubra também, juntamente com a CNTE e a Contee, que são as grandes entidades da área da educação.

Em boa medida, o que vou apresentar aqui são reflexões que nós fizemos ao longo da tramitação do Plano Nacional de Educação e os impactos a que nós vamos assistir caso essa PEC 241 seja aprovada.

Pode passar a próxima lâmina.

Eu também recortei uma série de questões que têm relação com a população brasileira. As políticas de educação e de saúde são muito sensíveis às tábuas de vida do IBGE. Eu aqui, quando a Profª Eli estava falando... Inclusive, recupero aqui o que falo para os meus alunos: nós, na área de educação...

Melhor dizendo: se a área da saúde, por exemplo, se sente apunhalada pela ameaça da PEC 241 – faz somente um ano aproximadamente que tiveram assegurados os seus limites percentuais mínimos de investimento – imaginem nós, da área da educação, que há 30 anos temos assegurados os mínimos constitucionais definidos pela Constituição de 1988. E antes da Constituição de 1988, também a área de educação... Com a Emenda João Calmon, em 1982/1983, tivemos assegurado um percentual mínimo. Então, nós estamos falando... A política da área de educação, seguramente... E lá, em 2036, estaremos mortos, que é exatamente um exemplo que...

Quando se discute a questão fiscal, vem à baila o grande economista Keynes, que, na crise de 1930, se referiu ao papel que o Estado exerce para reativar a economia. Inclusive, há uma frase célebre dele que os economistas adoram citar. Ele dizia que, se necessário fosse, deveríamos contratar um conjunto de empresas para enterrar as garrafas no mar e outro para desenterrá-las. Isso para que se pudesse manter a atividade econômica em funcionamento. Mas o que temos visto nos últimos meses é que tudo virou problema fiscal: o problema da exportação no Brasil é problema fiscal; o problema da inflação é problema fiscal; tudo é problema fiscal. E eu vou mostrar um pouco mais à frente a transcrição de um dos mentores desse programa fiscal no sentido de que isso já estava desenhado muito tempo atrás.

Então, o caso particular é o seguinte. No caso da educação, nós, embora fôssemos "privilegiados" pelo fato de a Constituição Federal ter assegurado os mínimos percentuais – desde 1988 que a União tem que aplicar 18%; os Estados, 25%; e os Municípios, 25% –, ainda não atingimos a inclusão no sistema educacional de contingentes importantes da população. Nós temos déficits muito importantes em áreas extremamente... Isso define as trajetórias escolares dos estudantes, que é o caso da creche e da pré-escola, e são necessários alguns anos ainda para que nós possamos fazer essa transição.

Como o IBGE mesmo mostrou, em 2042 nós já vamos ter reduções de estoques populacionais. Então, 2042 é apenas cinco anos depois desse período dos 20 anos em que vai viger a PEC 241. Então, se nós chegarmos lá em 2037 com uma população com baixa taxa de escolaridade, com um PIB *per capita* abaixo daquele que nós hoje apresentamos, nós vamos ter enormes dificuldades de enfrentar a velhice no nosso País, como muito bem relatou aqui a Profª Eli.

Então, os gastos: eu quero mostrar aqui mais à frente que os gastos educacionais têm data, inclusive, para acabar. Eu falo, inclusive, para os meus alunos: em 2036, 2037, não terá mais sentido construir escolas. Nós temos que ampliá-las. Inclusive, muitas escolas terão que ser requalificadas para atendimento de idosos.

É o caso típico aqui, por exemplo, do Distrito Federal. Hoje, no Distrito Federal, nas nossas quadras pioneiras do Distrito Federal, nenhuma criança daquelas quadras estuda lá. Não há mais crianças para matricular naquelas quadras. Eu falo aqui da 102 sul, da 104 norte, por exemplo, onde, se você verificar as matrículas, verá que não há nenhuma criança daquelas quadras matriculadas lá. Para preencher aqueles espaços, estamos trazendo crianças das regiões administrativas e, em vários casos, das cidades do Entorno do Distrito Federal.

Então, vai haver um momento – eu vou mostrar mais à frente – em que as nossas tábuas de vida vão decrescer ao longo do tempo e vamos diminuir... Inclusive, muitos dos problemas educacionais hoje no Brasil estão sendo resolvidos pela questão populacional. Nós já temos uma redução do impacto de matrículas em torno de 800 a 900 mil no ensino fundamental aos seis anos decorrente de que a redução da taxa de fecundidade por mulher tem diminuído ao longo dos anos, quer dizer, as projeções, pelo IBGE, para 2030 é de 1,5 filho por mulher. Então, em parte, os problemas educacionais estão sendo resolvidos pela questão populacional. Portanto, é exatamente nesse período – próximo gráfico –, que é o da chamada bolha etária, que nós precisamos concentrar os investimentos nessa faixa etária, ela é definidora para o sucesso do nosso País.

Vocês podem observar nessas projeções até 2050, baseadas no IBGE, que essa faixa etária potencialmente escolarizável, inclusive definida pelo Estatuto da Juventude como jovens, a partir de 2023 começa a declinar. Então, os investimentos em educação se fazem necessários para que essa população, quando chegar na fase adulta, esteja em melhores condições do que a atual está.

Hoje, nosso grande problema nessa faixa etária é que a inserção dos jovens no mercado de trabalho se dá em condições muito adversas. Metade dos jovens que deveriam estar no ensino médio, por exemplo, não estão: boa parte já ficou retida no ensino fundamental, boa parte abandonou a escola. Então, nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

canalizar esforços crescentes para a população nessa faixa etária escolarizável, ampliando os anos de escolaridade – isso, tomando por base as experiências que os países desenvolvidos já fizeram, por exemplo, o caso da Coreia. Quando nós pegamos a taxa de escolarização dos anos 60 na Coreia, vemos que ela é muito parecida com a do Brasil. Agora, quando nós olhamos hoje, vemos que eles se descolaram completamente: é a maior proporção de engenheiros por mil habitantes, e uma série de outras coisas.

Isso permitiu que esses países conduzissem as suas economias a patamares muito superiores àquele em que nós nos encontramos.

(Soa a campainha.)

O SR. REMI CASTIONI – O próximo.

Aqui, basicamente, vemos que a faixa etária escolarizável vem caindo ao longo dos anos. Nós estamos vendo aqui – eu selecionei desde 2002 – que a população escolarizável decresce por conta desse efeito populacional.

Próximo.

Aqui se vê o que se gasta em educação. Há um mantra dos economistas liberais, eles repetem que nós gastamos muito em educação em relação a outros países. De fato, o Brasil viu crescer nos últimos anos o investimento, como proporção do PIB, fruto da ampliação dos direitos, nas matrículas em algumas etapas e modalidades que antes não eram cobertas.

É o caso, por exemplo, do ensino médio. Ninguém se dá conta, mas o ensino médio passou a ser dever do Estado apenas com a Emenda Constitucional 59 – e o Brasil tem 550 anos!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REMI CASTIONI – A Emenda Constitucional 59, de 2009.

Somente a partir de 2009 é que o Brasil passou a inserir essa faixa etária, que é onde nós concentramos os maiores problemas, que é o ensino médio, como dever do Estado. Até então, não era dever do Estado. O seu exercício ou dever era assegurado por mecanismos infraconstitucionais, por leis que se estabeleceram ao longo do tempo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases, que precisariam ser invocadas para o exercício desse dever do Estado.

À frente.

Como proporção também do PIB, a União, proporcionalmente aos Estados e Municípios, é a que aplica menos. Por isso é que esse movimento que nós fizemos, que culminou com a aprovação do Plano Nacional de Educação, amplia o investimento em educação a partir da proporção de 10% do PIB e obriga a União a ajudar os Estados e Municípios a ampliarem o acesso à escola. Em boa parte, em boa medida, a ampliação dos direitos assegurados pela Constituição de 1988 recaiu sobre os Estados e Municípios. E a União, também pelo efeito constitucional, acabou absorvendo boa parte da arrecadação e mandou para os Estados e Municípios muito pouco. Então, os encargos que os Estados e Municípios passaram a ter para cumprir os mandamentos da Constituição de 1988 recaíram notadamente sobre eles próprios.

Próximo.

Eu recortei aqui esse blogue. Esse Mansueto de Almeida é um técnico do Ipea que, durante o período em que nós discutíamos o Plano Nacional de Educação, mantinha ativo esse blogue fazendo ataques quase diários contra as vinculações que nós lá pretendíamos. Então, como nós podemos observar, boa parte disso que está sendo proposto não tem nada a ver com a crise fiscal, não tem nada a ver. Essa decisão foi tomada muito tempo antes. Ele mesmo já manifestava o fato de que não havia necessidade nenhuma de nós vincularmos gastos perenes, como a educação, como proporção do PIB.

(Soa a campainha.)

O SR. REMI CASTIONI – Então, o que eles estão fazendo com a PEC 241 é exatamente aquilo que eles sempre pensaram.

Próximo, para finalizar.

Aqui também, para desmistificar, é uma regressão que mostra a renda *per capita* de alguns países e o gasto em educação como proporção do PIB. Então, não é verdade que os países mais ricos não aplicam percentuais, digamos, significativos em educação. Nessa dispersão que temos aí em torno da reta, há um conjunto de países com renda *per capita* que é o dobro da do Brasil e que aplicam taxas consideráveis, de 8% a 9% do PIB.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Esse é um estudo do Prof. João Sicsú, da UFRJ, que mostra que, se fosse aplicada essa regra em período anterior, para trás, nós teríamos tido uma perda na área de educação de R$72 bilhões.

Próximo.

Aqui vemos um estudo do Pedro Rossi – até peço desculpas por não tê-lo citado – da Unicamp, que mostra também a chamada "boca de jacaré" – o gasto efetivo em azul – e se estivesse sendo aplicada hoje essa restrição da PEC 241.

Há mais alguns, para finalizar.

Essa, basicamente, é uma tabela que nós construímos para justificar por que aplicar 10% do PIB. E essa aplicação está demarcada.

Pode mostrar os próximos.

Por exemplo, na creche. Vocês podem ver que, ao longo do tempo, os gastos vão ser decrescentes. A meta 1, por exemplo, é atender 50% da população entre zero a três anos. Hoje nós atendemos em torno de 15%.

Próximo.

Ensino fundamental. Vocês podem observar que isso está demarcado no tempo. Por quê? Por causa da nossa situação populacional. Quer dizer, não vai fazer mais sentido gastar lá na frente em educação. Nós vamos precisar ampliar os gastos na área da saúde, por exemplo. Então, são políticas irmãs: um dia aplicamos em educação, depois nós vamos ter que transferir isso, porque a população vai envelhecer, vai necessitar de maiores serviços na área da saúde.

Próximo.

Isso também vale para o ensino médio.

Próximo.

Ensino profissional, que é a meta 11 do Plano Nacional de Educação.

A meta 12, eu acho que está no próximo.

O único gasto que é constante é com a educação profissional, porque nós temos uma baixa cobertura em relação aos países desenvolvidos.

Então, para finalizar, eu gostaria de agradecer por dividir aqui esta manhã, essas reflexões e essas preocupações, porque, caso nós venhamos a aprovar essa PEC...

(Soa a campainha.)

O SR. REMI CASTIONI – ...nós estaremos condenando a nossa população à morte precoce. É muito importante a iniciativa do Senador Paim de, antes de a PEC chegar ao Senado, já estabelecer um diálogo, uma vez que, na última quinta-feira, com a presença de um Parlamentar, foi instaurada a comissão especial para apreciar a PEC 241.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Prof. Remi Castioni, Professor da Universidade de Brasília e membro do Fórum Nacional de Educação, que nos deu uma aula, eu diria, de conhecimento, com profundidade, sobre essa PEC.

Eu sempre digo que nós, Parlamentares, somos generalistas e que vocês são os especialistas. Por isso a importância que eu sempre dou às audiências públicas, para que os temas, as causas, a partir desta Comissão, possam interagir com o público, e ao mesmo tempo passar mais conhecimento até mesmo para nós outros, Parlamentares. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra agora à Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Srª Juliana Acosta Santorum.

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Bom dia a todas e a todos.

Senador Paim, não desanime não, porque não está morto quem peleia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, com certeza. Por isso a audiência pública.

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Estou sentindo um abatimento físico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por causa do cansaço. Calcule – e eu desconto do seu tempo –, eu fui a 27 Estados com esse debate amplo. Não é só saúde e educação, é o negociado sobre o legislado, é terceirização, é trabalho escravo, é reforma da Previdência, é a democracia. Eu trabalho de segunda a quinta aqui, a bem dizer. Quinta, sexta e sábado é nos Estados, domingo volto para Brasília. Fiz os 27 Estados. Tínhamos combinado de fazer dez regionais, mas já viraram 20 regionais. Estou retornando às 20 regionais. Nesse fim de semana, eu fiz três agendas em São Paulo sobre esse tema, duas em Goiás. No sábado ainda, fomos fazer visita a um preso político do MST, e isso foi fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então confesso que o cansaço é verdadeiro, mas as causas nos dão energia para, neste fim de semana, fazer mais três regiões do meu Rio Grande – dividimos lá também em 15 regiões – para debater esse tema.

Aproveitei o momento para falar um pouquinho!

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Por isso mesmo quero parabenizar a resistência em torno dos nossos direitos, porque sabemos que os golpes que estamos sofrendo não são poucos. Então, quando for lá ao nosso Rio Grande, sinta que há muitas pessoas junto com V. Exª nessa resistência.

No Conselho Nacional de Saúde, eu represento a Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E diga-se, se me permite, nos eventos que já realizei no Rio Grande, que foram cinco e vão terminar parece que em 12, a maioria é de trabalhadores rurais. No de Pelotas, que vai ser no final de semana seguinte ao próximo, onde também estarei, eles botarão lá 400 líderes. Já anunciaram a mim que estarão lá porque estão muito preocupados com a reforma da Previdência.

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Com certeza.

A partir da Constituição de 88, as trabalhadoras e os trabalhadores na agricultura passam a ser considerados perante a sociedade como sujeitos de direito. Então, quando vemos a Constituição de 88 sendo rasgada... Com certeza essa população vai estar mobilizada em defesa dos direitos que foram tão duramente conquistados ao longo desses anos.

Muito já foi dito aqui. Com certeza, não vou trazer elementos técnicos e conceituais novos, mas vou trazer um pouco das impressões e do acúmulo do Conselho Nacional de Saúde, resgatar um pouco que o direito universal à saúde foi conquistado por meio de muitas lutas sociais, que tiveram seu auge lá nos anos 80.

O SUS foi conquistado na luta pela redemocratização do Estado e na defesa de uma política pública de saúde que atendesse todas e todos, conforme suas necessidades.

O Congresso Nacional foi palco dessa formulação ao aprovar, na Constituinte de 1988, a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Nós brasileiras e brasileiros sabemos bem que o SUS ainda não atende completamente nossas demandas para promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação de doenças, mas reconhecemos os avanços, nos últimos anos, por meio da expansão e qualificação de programas como o Estratégia Saúde da Família, o Rede de Urgência e Emergência, o programa Farmácia Popular e o programa Mais Médicos para o Brasil, que levou mais de 15 mil profissionais médicos para Municípios que nunca tinham visto a presença de um profissional médico, o Rede Cegonha, entre outros tantos programas e políticas de saúde, que neste último período possibilitaram a ampliação do acesso à saúde.

E sobretudo para essas populações que vivem nas periferias das grandes cidades, que vivem e trabalham no campo, na floresta e nas águas, as populações quilombolas, nós vimos, com a ampliação do acesso, a consequente melhora nos indicadores de saúde e sobretudo na mortalidade infantil. O Estratégia Saúde da Família e o Rede Cegonha são fundamentais para a redução da mortalidade infantil.

Sabemos bem, como disse a Profª Eli Iola, que o SUS está em disputa na sociedade desde a sua origem. Há muito interesse político e econômico para que a saúde universal, integral e equitativa como estratégia para contribuir na justiça social não aconteça.

A saúde, quando é vista como um setor de mercado e não como um direito, atende mais aos empresários do que à população.

Nas eleições de 2014, as empresas Amil, Bradesco, Qualicorp e Grupo Unimed doaram juntas em torno de R$52 milhões para candidaturas de 131 Parlamentares. Então, sabemos que, muitas vezes, nesta Casa, os interesses do mercado se sobrepõem aos direitos da população, mas sabemos também que há do nosso lado grandes defensores dos nossos direitos.

Em um quadro recessivo da economia como o que enfrentamos, é fundamental que a política pública de saúde seja fortalecida. O aumento do desemprego, a queda da renda e considerando os impactos que já estamos vendo e que ainda veremos da tríplice epidemia da dengue, zika e chikungunya, é estratégico que o sistema de saúde seja fortalecido, porque muito mais pessoas passarão a necessitar do serviço público. Por isso, precisamos pensar em medidas para fortalecê-lo e não o contrário.

É evidente que a contenção de gastos em saúde reduz ou interrompe serviços e, consequentemente, ocasiona o aumento da doença e os agravos, com reflexos desastrosos sobre a saúde da população. Não há dúvida também, segundo os estudiosos que aqui me antecederam, que há um subfinanciamento histórico do SUS.

Hoje, apenas cerca de 4% do PIB é investido em saúde. Por pessoa, são investidos cerca de R$3 por dia, em saúde; R$90 por mês; e o equivalente a R$1,1 mil por ano. E mesmo assim, o Estado consegue oferecer va-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

cina para animais e pessoas, consulta, exame, medicamento, transplantes, fiscalização de estabelecimentos que produzem e vendem alimentos, entre outros tantos investimentos.

Então, é preciso que haja mais recurso para aprimorar a gestão e melhorar o acesso e a qualidade na atenção à saúde.

A PEC 241, que acaba com a vinculação dos gastos de saúde ao crescimento da receita, pretende congelar por 20 anos os gastos públicos, estabelecendo limite de despesa que transforma o mínimo do investimento em saúde no máximo de investimento. A quantidade gasta com as políticas sociais não poderá ser reajustada conforme a necessidade dos brasileiros e somente de acordo com a variação da inflação.

A inversão do piso para o teto nega o comportamento da receita e do desenvolvimento da população, como bem colocaram os dois professores que me antecederam aqui. Segundo o IBGE, a população idosa passará de 12,1%, em 2016, para 21,5%, em 2036. E é justamente nessa faixa etária que a atenção à saúde dessas pessoas exige mais investimento, tem mais alto custo.

A PEC 241 não conta também com os custos crescentes dos avanços tecnológicos no setor saúde, que é incorporado à rede pública de atendimento, nem mesmo considera a retomada do crescimento econômico do País.

É preciso dizer que cerca de dois terços do orçamento do Ministério da Saúde são destinados a Estados e Municípios para que possam investir em unidades básicas de saúde, hospitais, vigilância, exame, medicamento, entre várias outras despesas. Então, não se trata apenas de reduzir os gastos federais, e, sim, provocar uma redução de recurso que impactará principalmente no atendimento à população lá onde ela vive.

O Conselho Nacional de Saúde não concorda com teto de despesa que reduza gastos sociais, que não permita alocar recursos crescentes para as áreas sociais na mesma proporção do crescimento da receita e do crescimento do PIB. Esse teto proposto pela 241 reduz a despesa *per capita*. Mesmo que se proíba o crescimento demográfico por 20 anos, o que é irreal, o teto de despesa não garantiria o atendimento à saúde da população. A saúde sofrerá abalo sem precedente caso a PEC 241 seja aprovada. E isso não é fazer nenhum alarde sensacionalista ou uma previsão pessimista, mas trazer um olhar da realidade. O que nós teremos é, com certeza, o aumento do adoecimento e a morte da população, afrontando o art. 196 da Constituição Federal, que determina a adoção de políticas públicas que evitem o agravo à saúde e garanta serviços para sua recuperação.

Muito nos preocupa também que o Executivo, o atual Governo interino, queira fazer passar dispositivos da PEC 241 por meio de projeto de lei de diretrizes orçamentárias, antecipando já para 2016 os efeitos do desfinanciamento do SUS que a 241 carrega. Se aprovados o PLDO de 2017 e a PEC 241, a nova regra quebraria qualquer vínculo de variação de gastos públicos com a distribuição de renda, o crescimento do PIB e o crescimento da receita, em desrespeito às necessidades da população estabelecidas pela Constituição cidadã, como foi batizada pelo Deputado Ulysses Guimarães. Da mesma forma, a PEC 143 e a PEC 04, atual PEC 31, que tratam da desvinculação das receitas da União, dos Estados e Municípios.

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Mesmo que nessa desvinculação de receita possa se tentar proteger o financiamento da saúde, quaisquer medidas que atinjam as receitas que financiam outras despesas sociais, que também são importantes para garantir as necessidades da população, interferirão na qualidade de vida e na saúde.

Atualmente tramita na Câmara dos Deputados a PEC 01, de 2015, que já foi aprovada em primeiro turno, em março de 2016. Essa PEC estabelece um aumento escalonado dos percentuais alocados para o SUS, iniciando com 14,8% das Receitas Correntes Líquidas, até atingir, após sete anos, 19,4% das Receias Correntes Líquidas.

Nós precisamos, Senador Paim, que a PEC 01 seja aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados e que novas fontes de receitas permanentes, estáveis e exclusivas sejam viabilizadas para o financiamento do SUS.

Qualquer tentativa de redução do financiamento dos direitos sociais é um atentado contra a Constituição, e isso não será tolerado. Esperamos que o Congresso se oponha às ofensivas contra os direitos sociais, em especial aos ataques que retiram recursos, reduzem de tamanho e asfixiam o SUS.

Aqueles que afirmam que a PEC 241 não é prejudicial à Seguridade Social, em especial à saúde, querem enganar a população. Sabemos bem que essas pessoas têm interesses políticos e econômicos para fazer essa defesa.

A luta em defesa do SUS não pode ser setorial, e sim integrada à luta em defesa da Seguridade Social e dos direitos à cidadania inscritos na Constituição Federal de 1988.

O Conselho Nacional de Saúde é um espaço de organização e de mobilização da sociedade para garantir o direito à saúde pública de qualidade. É um espaço também de aprimorar a nossa democracia, de exercitar a democracia participativa. Por isso afirmamos que o nosso plano de saúde é o SUS. Precisamos rever para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ampliar o financiamento da saúde e, assim, poder assegurar um SUS do tamanho do Brasil, do tamanho das nossas necessidades, resistindo aos golpes nos direitos sociais.

E, por fim, nos dias 24 e 25 de agosto, o Conselho Nacional de Saúde estará organizando a 20ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares. Quero convidar esta Comissão para se fazer presente também na Plenária e, juntos, elaborarmos estratégias para a defesa intransigente dos nossos direitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Onde vai ser a Plenária?

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – A Plenária será aqui em Brasília, mas ainda não há local definido porque depende de edital e contratação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Cumprimentos à Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Srª Juliana Acosta Santorum, que nos deu aqui também inúmeros subsídios para fazermos este debate em defesa do SUS, enfim, em defesa de toda a Seguridade Social.

Quero aproveitar este momento, primeiro, para consultar o Dr. Carlos Eduardo da Silva Sousa se gostaria de fazer algumas considerações. Como eu havia anunciado no início, ele abriu, ouviu todos, e, neste momento, eu daria a palavra a ele novamente, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUSA – O.k., Senador Paim. Obrigado.

Eu queria fazer duas rápidas considerações e me colocar à disposição, pelo tempo que for necessário, para responder perguntas e esclarecer quaisquer dúvidas.

Primeiro, eu queria dizer que é sempre um prazer e um momento de grande aprendizado ouvir a fala da Profª Eli, que sempre faz intervenções bastante pertinentes e relevantes.

Eu queria só fazer uma colocação, professora, a respeito da menção que fiz à projeção dos cenários. Obviamente, são válidos, legítimos e devem ser feitos num momento como este. Eu apenas quis destacar que existem algumas limitações na produção desses cenários, dados os pressupostos que são absolutamente essenciais de serem estabelecidos, algumas limitações que são importantes mencionar. Apenas coloquei isso em razão dos valores bastante significativos de perdas que a maioria desse cenário está apontando, quanto às questões das limitações, quando você considera cenários montados a partir da Receita Corrente Líquida.

E também queria fazer um outro apontamento com relação à fala da Procuradora Deborah Duprat. Como Ministério da Saúde, trabalhamos com os dados oficiais que o Governo vem produzindo até o momento, a respeito de todas as questões, de todas as variáveis que envolvem a discussão a respeito do orçamento na área da saúde.

Com relação à Receita Corrente Líquida, quem faz a previsão oficial é a Secretaria do Tesouro Nacional. A previsão estimada para este ano, até o momento, é de R$809 bilhões. É a estimativa oficial do Governo para a Receita Corrente Líquida neste momento.

Se nós formos trabalhar com o percentual de 13,2%, que é o que está previsto para este ano na Emenda Constitucional nº 86, esse cálculo vai dar aproximadamente R$106,7 bilhões. Nós tivemos executados no Orçamento de 2015 para o SUS R$100,2 bilhões.

Portanto, se mantida essa estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional para a Receita Corrente Líquida, nós teremos um ganho de 2015 para 2016 de aproximadamente R$6,5 bilhões. Vejam, estou me referindo a se mantida a previsão que a Secretaria do Tesouro Nacional está estimando para a Receita Corrente Líquida.

Estou querendo só registrar que os números muitas vezes nos levam a caminhos diferentes, dependendo da forma como estabelecemos os pressupostos que estão por trás deles. Só queria chamar a atenção para essa questão.

Senador, fico inteiramente à disposição para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agradeço mais uma vez ao Coordenador-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Nacional e Diretor Substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, Sr. Carlos Eduardo da Silva Sousa.

Como é de praxe nesta Comissão, e estamos com o horário já meio apertado, porque são 11h30, vamos garantir a palavra para duas ou, no máximo, três pessoas do Plenário que queiram fazer algum tipo de pergunta à Mesa. Primeiro ao Plenário, depois voltaremos aqui. Não se preocupem, porque a Mesa está contemplada sempre, essa questão vamos garantir para vocês também.

Alguém do Plenário gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Se não, não há problema nenhum, darei a palavra, para as considerações finais, aos membros da Mesa, e eles poderão fazer, claro, alguma pergunta, algum questionamento ao Dr. Carlos Eduardo.

Alguém do Plenário? (*Pausa.*)

Não? Muito bem, vamos adiantar então.

Eu passo, neste momento, a palavra, respeitando, inclusive, a sequência, à Diretora da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), Eurídice Almeida. Por favor.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Obrigada, Senador.

É para informar aos presentes e ao Senador também que durante a nossa atividade aqui na Comissão eu recebi a solicitação de que fosse lido um manifesto intitulado Carta de Recomendações. Vou pedir licença para ler agora. Esse manifesto foi entregue aos Presidentes das Casas, dirigido a eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ao Presidente do Senado e da Câmara.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Isso.

Carta de Recomendações.

Caro Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, por seu Presidente, juntamente a sua Comissão Especial da Saúde, em reunião pública realizada no dia de hoje (09.08.2016), com a participação e apoio dos Órgãos e Entidades subscritas, vêm dar conhecimento a Vossa Excelência das principais questões tratadas, bem como solicitar encaminhamentos cabíveis junto aos órgãos competentes, como segue:

2. Considerando a realidade e a dimensão da saúde pública brasileira, com a identificação de prejuízos determinantes ao acesso para 150 milhões de brasileiros que só têm o SUS como garantia de alcance à saúde;

3. Considerando a gradativa restrição de acesso e desassistência da população, notadamente na observação das superlotações das urgências e emergências, assim como falta de acesso às cirurgias e consultas especializadas, com a exclusão assistencial, entre outros, de 12 milhões de diabéticos, 17 milhões de hipertensos, 6,8 milhões de obesos mórbidos, etc.;

4. Considerando o inadequado financiamento, visualizado pela descontinuidade de políticas públicas, tais como abrangência das redes assistenciais, UPAs, disponibilidade de tecnologias na área de oncologia, habilitações de complexidades, além do brutal subfinanciamento crescente ano a ano;

5. Considerando a perda de recursos, com a recente aprovação da EC 86, na ordem de R$3 bilhões, levando em conta o exercício 2014/2015, com previsão de R$16 bilhões a menos em 2016, se comparado com o ano de 2014;

6. Considerando a PEC 241, que trata da desvinculação de receitas e estabelecimento de tetos orçamentários, com previsão de perda acumulada para 2017/2018, na ordem de R$12,7 bilhões, conforme estudos do Conselho Nacional de Saúde;

7. Considerando que as Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos brasileiros, que são a maior rede hospitalar conveniada com o SUS, respondendo por 51% da assistência geral, sendo que na alta complexidade alcança os 63%, pelo subfinanciamento imposto está em regime falimentar, não mais tendo condições de administrar um déficit anual de R$10 bilhões, já com dívida constituída de R$21,5 bilhões, com 218 hospitais fechados, 40 mil trabalhadores [e trabalhadoras] demitidos, depreciação física e tecnológica crescente;

8. Considerando a crescente transferência de responsabilidades por parte do Ministério da Saúde na execução de políticas públicas aos Estados e Municípios, sem o respectivo financiamento, inclusive de forma descontinuada, exigindo disponibilidade de recursos financeiros incompatível com a capacidade orçamentária desses entes;

9. E, por fim, considerando ser a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, entidade destinada, preponderantemente, à defesa da Constituição, da ordem jurídica, do Estado democrático de Direito, dos direitos humanos, da justiça social, o Conselho Federal da OAB, com apoio das Entidades e Órgãos subscritores, requer de Vossa Excelência os encaminhamentos cabíveis em prol da:

a) Priorização orçamentária federal para o setor saúde, com adequação do financiamento do Ministério da Saúde, com vistas à garantia constitucional da universalidade, gratuidade e integralidade das ações e serviços de saúde, por meio do SUS, alcançando também a plenitude de acesso e o equi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

líbrio econômico e financeiro nas relações obrigacionais firmadas com as instituições prestadoras de serviços;
b) Adoção de políticas de Estado para o setor saúde;
c) A exclusão dos efeitos da PEC 241 sobre a área da saúde;
d) Aprovação da PEC 01/2015.
10. Na certeza do encaminhamento das reivindicações acima, o CFOAB renova suas expressões de elevado apreço.
Atenciosamente,
Cláudio Lamachia,
Presidente Nacional da OAB.

Aí é relacionada uma série de entidades – são mais de 30 entidades – que subscrevem o documento que neste momento eu passo às suas mãos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Eurídice Almeida, que falou pela Fasubra e entregou, após a sua fala final, esta carta de recomendações que tem a chancela do Presidente da OAB e, pelo que percebo aqui, de bem mais de 30 entidades.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São três páginas.

De imediato, passo a palavra, para suas considerações finais...

Pessoal, eu estou respeitando aqui o princípio da maioria e da minoria. Aqui a maioria tem uma visão, naturalmente, contrária à do Governo. Eu permiti que o único representante do Governo... E fiz a crítica devida aqui ao fato de o Ministério da Educação não mandar sequer um representante, ao contrário do que fez o Ministério da Saúde. Ele abriu e fez um comentário. Todos aqui, agora, farão suas falas finais e, se houver alguma pergunta, ele responderá na sua fala de encerramento. Depois nós vamos para os encaminhamentos.

Por favor, agora com a palavra a Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, Drª Deborah Duprat.

A SRª DEBORAH DUPRAT – Bem, eu gostaria de lembrar que a Emenda Constitucional nº 86 é um decréscimo, sim, no financiamento da saúde, porque, além de uma redução nominal, ela exclui também a receita do pré-sal.

Eu queria explicar um pouco isso. A Lei do Pré-Sal previu que um percentual constituiria fonte complementar, adicional, de financiamento da saúde e da educação. Pela Emenda Constitucional nº 86, essa fonte adicional passa a integrar o percentual de financiamento da União.

Então, nós temos esses dois fatores que implicam a redução do financiamento. Eu gostaria de deixar claro que houve, sim, redução.

Eu queria colocar aqui meu absoluto compromisso com a filosofia, a ideologia, tanto do capítulo da Constituição destinado à saúde quanto o destinado à educação, e gostaria muito de contar com esses aportes que vieram para esta audiência para nós pensarmos ações fundamentais no sentido de garantir que essas conquistas acontecidas em 1988 e reforçadas posteriormente não se percam, não se diminuam. Inclusive, eu gostaria de ter o contato para fazer face à crise e à grave questão do subfinanciamento da saúde. Então, quero me colocar à disposição. Nós temos, no âmbito da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, um grupo de trabalho destinado à saúde. A questão do subfinanciamento deverá ser objeto de uma ação muito brevemente, mas em tudo o mais que pudermos estar juntos, pensando, eu agradeço.

Muito obrigada, mais uma vez, ao Senador Paim, parabenizando-o por este importante momento de aprendizagem e de interlocução, que é fundamental para garantir boas políticas e bons resultados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Drª Deborah Duprat.

De imediato, o Diretor Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT – Sede Brasília), o líder Francisco Luiz Saraiva.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Mais uma vez, agradeço aqui ao Senador Paim por este importante espaço que os trabalhadores têm para se manifestar, agradeço a toda a Mesa por todas essas falas da nossa realidade, do desmonte que nosso País está sofrendo, que foi colocado aqui pela Mesa. Quero dizer que essas falas aqui colocadas não são falas de simples lamento, mas são falas que terão e estão tendo ações, são falas de luta. Inclusive, que esse Governo interino e golpista saiba que nós jamais... Somos maioria aqui e não só aqui: a população brasileira toda está em maioria contra o golpe que está sendo aplicado não só na nossa educação, não só na nossa saúde, mas também na nossa Justiça do Trabalho, que está sendo gravemente ameaçada, assim como todos os direitos da classe trabalhadora, principalmente dos mais pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Aqui a gente está vendo que se está falando de redução de gastos, que é o que esse interino golpista fala, mas e os aumentos que houve, principalmente no Judiciário? Justifica a fala? Não justifica. Não que eu esteja querendo dizer que o Judiciário não tenha como ter os seus aumentos, sua qualificação, o que nós aqui congratulamos, mas quando se fala de uma redução de gastos, tira-se, simplesmente, de quem menos tem, ou seja, da população, que é maioria, que é trabalhadora. E é por isso mesmo que nós não iremos aceitar que seja aplicado esse golpe, mesmo que o grande empresariado e grande parte da mídia esteja sempre aí querendo nos calar. Nós estaremos sempre batalhando, sempre na peleia.

Inclusive, amanhã, dia 16, no País todo, nas feiras, em frente às organizações empresariais, aqui dentro deste Congresso, estaremos fazendo manifestações para dizer não a esse golpe, que é contra a classe trabalhadora, contra a população pobre, que conseguiu, aos poucos, ter alguma diminuição da desigualdade.

E agora, de uma hora para outra, sem nenhum voto... Porque o projeto de governo que foi eleito não foi esse que estão querendo enfiar goela abaixo da população, o projeto de governo que foi eleito foi o que a maioria elegeu nas urnas e é esse que nós vamos batalhar para que seja mantido e não aceitaremos esse golpe.

Que este recado que está sendo registrado nesta Casa seja passado nacionalmente, que não seja mais uma vez retirada de toda a mídia qualquer discussão, qualquer manifestação da população, que é maioria, e que diz "não" a esse golpe. Amanhã nós estaremos em todos esses lugares dizendo "não" e pedindo, implorando...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – ... a volta imediata da nossa Presidenta Dilma, eleita com o voto da população brasileira. É isso que nós queremos, é por isso que nós vamos batalhar até o final, para que seja derrotado. O nosso País passa hoje não só por um desmonte, mas por uma vergonha internacional. Não só aqui no Brasil, lá fora passamos como chacota, como piada. Não podemos aceitar que o Judiciário acate esse golpe que está sendo descaradamente colocado a nós brasileiros, à população. Não aceitaremos que o poder do capital esteja acima dos direitos que nós conseguimos a duras penas.

Então: não ao golpe e volta Dilma! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Francisco Luiz Saraiva, Diretor Coordenador da Contracs.

Agora, de imediato, a Professora representante da Abrasco, Eli Iola Gurgel Andrade.

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Rapidamente, acho que em 1988 a sociedade brasileira tomou a decisão de se afastar dos mais de vinte anos de grave arrocho salarial, de agravamento das desigualdades sociais neste País e de abraçar um projeto civilizatório que foi muito bem expresso na sua Constituição, no capítulo da saúde.

A Abrasco foi criada em 1979, sucedendo o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). Essas duas entidades, agregando pesquisadores e profissionais de saúde, tiveram um papel importante na formulação do modelo do projeto de saúde pública que passou – após a aprovação na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi um momento de grande mobilização no País em defesa da saúde – a compor o capítulo da Constituição.

Desde então, nós estamos vendo os ataques a esse projeto. Eu pretendi mostrar ali que desde a promulgação da Constituição se reorganizam forças no sentido de quebrar esse projeto. Em 1994, eles já começam a desvincular as verbas do orçamento da Seguridade. Quanto à Previdência, foi assegurada a participação do orçamento da Seguridade, mas saúde e assistência foram prejudicadas com a desvinculação das receitas da União, dividindo, inclusive, nós todos, porque os trabalhadores sindicalizados não viram a iminência do perigo de ataque à Previdência, à medida que as verbas da Previdência foram mantidas, e assistiram um pouco ao nosso conflito, às nossas perdas, de um lugar que acabou se transformando num lugar muito perigoso, Senador, porque hoje vemos que a evolução das coisas apontou no seguinte sentido: os trabalhadores sindicalizados hoje estão cobertos por planos de saúde contratados pelas empresas, os próprios dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar apontam, são 80% dos detentores de planos de saúde no Brasil.

Hoje são 55 milhões, portanto, mais de 40 milhões desses 55 milhões são trabalhadores que têm planos de saúde na sua vida ativa. Após a aposentadoria, a legislação dispõe que, se ele consegue pagar a parte da empresa, ele pode permanecer no mesmo plano, se não, ele entra no prazo de carência, de desligamento e, possivelmente, supostamente, ele vai ser coberto pelo SUS – exatamente quando abandona a vida ativa e entra no período de envelhecimento e, portanto, mais sujeito a sofrer intempéries de doenças.

Não é à toa que o novo Ministro está apontando um outro suporte de planos, que seriam os planos populares, como ele chamou, ou acessíveis. O que quer dizer isso? Quer dizer que são planos que vão ser cobertos ou por empresas menores ou por quem tem subemprego, vai-se comprar de alguma forma planos mais baratos, que vão dar coberturas parciais. Toda empresa de plano quer fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – ... uma coisa: vender plano para consultas e exames, mas nunca para internação nem para cobertura de qualquer procedimento de média e alta complexidade e custo. Então, é muito tranquilo supor que nós vamos ter uma evolução, possivelmente, dentro desse modelo que eles pretendem impor, de ampliação da cobertura de planos sem capacidade de resolução, e esses planos vão merecer imediatamente subsídios governamentais para que as pessoas com emprego de baixos salários possam manter o pagamento para esses planos. Então, nós vamos assistir, daqui a pouco, com certeza, políticas econômicas de financiamento e suporte da população para esses planos.

Queria encerrar dizendo que, quando fizemos a Constituição, os movimentos sociais miraram nas nações desenvolvidas da Europa que tinham construído o bem-estar social, com segurança na Previdência, com qualidade no atendimento da saúde, com a gratuidade e universalidade na educação. Foi esse modelo que nós miramos, por isso o SUS tem esse desenho. No entanto, hoje nós estamos vendo esse projeto sendo bombardeado e, no lugar dele, vindo um outro que também tem uma referência neste mundo, que é os Estados Unidos. Os Estados Unidos são o único lugar do mundo onde nunca houve sistema universal público e gratuito, com diferenças no tratamento da educação lá, mas na saúde, sempre, nos Estados Unidos, foram os seguros-saúde, ligados, fornecidos por empresa ou comprados pela população. E não é à toa que, desde 2006, as campanhas eleitorais americanas vêm centrando a discussão na questão da saúde, e com profundas dificuldades, o Partido Democrata, para defender minimamente a expansão da responsabilidade pública com a saúde dos cidadãos, porque são mais de 50 milhões de americanos hoje sem garantia de assistência à saúde.

Estamos assistindo a isso, agora mesmo, na briga nas eleições americanas, em projetos em cima da saúde. O Obama conseguiu avançar minimamente, com muita dificuldade, mas não conseguiu criar o que ele chamava de opção pública para a saúde, de modo a que as pessoas que não tivessem emprego ou uma renda regular pudessem ser atendidas por um plano público e não condenadas a uma situação de indignidade, como pobres, como é feito hoje nos Estados Unidos.

(Soa a campainha.)

A SRª ELI IOLA GURGEL ANDRADE – Só vai ter assistência se você for um pobre registrado, um pobre reconhecido.

Então, estamos diante dessas opções civilizatórias e nós não podemos brincar diante disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, professora representante da Abrasco, Eli Iola Gurgel Andrade.

Chegou-me, pelo celular, que tocou todo tempo, o seguinte: "Perguntem, se possível, como fica a vida de um cidadão que trabalhava numa empresa, que se aposentou, não tem direito mais ao plano e as ditas empresas de planos particulares nem sequer o aceitam. Não os aceitam! Procurei e não aceitam. Saí da empresa, não tenho mais meu plano, já tenho 60 anos e simplesmente não aceitam". Aí, o que acontece? Ouvi alguém falar aqui: correm todos para o SUS. Então, temos que, de fato, fortalecer, e não diminuir a força do SUS.

Meus cumprimentos a todos aqui.

Remi Castioni, professor da Universidade de Brasília e membro do Fórum Nacional de Educação.

O SR. REMI CASTIONI – Bom, Senador, também gostaria de agradecer o convite e informar que o Fórum Nacional de Educação vai se reunir nesta semana, dia 17, aqui em Brasília. Vou levar ao conhecimento do Pleno do Fórum a realização desta audiência pública, a disposição, inclusive, do Ministério Público Federal em questionar a possível constitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vamos, se me permitir, até porque não esteve aqui o representante do Ministério da Educação... Nós vamos provocar de novo uma audiência para discutir também com o Ministério da Educação.

O SR. REMI CASTIONI – Perfeito.

Também gostaria de aproveitar o momento para informar que no dia 6 de agosto houve uma reunião do Ministro interino Mendonça Filho com a direção do Fórum Nacional de Educação, e saímos muito preocupados de lá porque o próprio Ministro colocou em xeque a existência do Fórum Nacional de Educação como um órgão de Estado, uma vez que o Fórum Nacional de Educação, embora tivesse existido antes da Conferência Nacional de Educação de 2014, que nós realizamos, mas a Lei nº 13.005, que instituiu o Plano Nacional de Educação por duração decenal, instituiu o Fórum Nacional de Educação como um órgão, de fato, de Estado par fazer o acompanhamento do Plano Nacional de Educação. Então, o Ministro Mendonça Filho – que, ao que me consta, não é nenhum constitucionalista – diz que o Fórum Nacional de Educação não é um órgão de Estado, é um órgão da sociedade para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Fórum vai se reunir porque estamos às vésperas do calendário de convocação da nossa Conferência Nacional de Educação, prevista pela Lei nº 13.005, que se realizará em 2018, pelo calendário, e também o próprio Ministério da Educação nenhum esforço tem feito para que ela se efetive.

Então, estamos diante de fatos... Mesmo para aqueles que têm dificuldade em admitir que nós estamos vivendo um golpe, nós estamos vivendo, porque jamais nós cidadãos de bem poderíamos admitir que um dia alguém atentasse contra algo que amplia os direitos dos cidadãos.

O próprio Senador Paim, que foi Constituinte, quando votou no capítulo da educação e seguramente na saúde, também votou nessa perspectiva, cuja afirmação foi feita pela Procuradora Deborah, que invoca o princípio da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em que os direitos humanos não podem retroagir, precisam ser garantidos no seu patamar de inclusão.

Então, evidentemente, no campo da educação, nós estamos muito preocupados com esse ataque que a área de educação e as políticas irmãs vêm sofrendo, que parte do princípio de que todo problema é do Estado brasileiro. E mostrei aqui muito bem que essas opiniões já existiam há muito tempo. Elas estão sendo colocadas em prática.

Então, nós fazemos aqui um apelo para que os amplos movimentos que se organizaram e incluíram na Carta Magna de 1988 as dimensões daquilo a que se refere à Prof. Eli Iola sejam assegurados. O patamar civilizatório precisa ser ampliado, uma vez que temos ainda enormes contingentes da população...

(Soa a campainha.)

O SR. REMI CASTIONI – ... sendo interditados nos seus direitos básicos, como o acesso à saúde e à educação.

Antes de pensar em reduzir, restringir, diminuir, nós precisamos encontrar fórmulas de ampliar o acesso de amplos contingentes da população que sempre tiveram os seus direitos interditados.

Mais uma vez, agradeço e parabenizo sempre os Senadores e o nosso Senador na defesa dos direitos da nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Prof. Remi Castioni, da Universidade de Brasília e do Fórum Nacional de Educação.

Por fim, a Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a líder Juliana Acosta Santorum.

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Senador, não está tudo bem mesmo. Mas a nossa luta é todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A toda hora eu tenho que responder a você. Quando eu disse, naquele momento, do cansaço, depois vou ler para você toda a minha agenda aqui agora. Tudo bem à fala dele. Eu quis dizer que avalizo a fala dele.

Eu sei que não está tudo bem.

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Não foi em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você me dá a oportunidade de eu falar um pouco mais!

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – É uma marca que a frente pública dos servidores e servidoras em defesa da democracia vem dizendo. Não está tudo bem porque os nossos direitos estão sempre em disputa. Não podemos nunca considerar como uma conquista dada e consolidada, porque assim como os projetos de sociedade estão em disputa, os nossos direitos que dialogam mais com um projeto ou com outro vão estar em disputa também. Mas nós resistimos.

Quando me perguntam se está tudo bem, eu digo: "É, estamos na luta!". Porque não dá para dizer que está tudo bem, e seguimos nos articulando e mobilizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fala correta, mediante a sua fala e a dele seria: "Muito bem!", e não "Tudo bem". (*Risos.*)

A SRª JULIANA ACOSTA SANTORUM – Então, o Conselho Nacional de Saúde e as entidades que o compõem e a Frente Democracia e Saúde vêm fazendo diferentes estratégias para vigilância e defesa dos nossos direitos. Nós nos cansamos e nos frustramos, claro, porque os golpes são muitos e de muitos lados.

A classe trabalhadora não pode pagar o pato pela crise econômica e política que estamos vivendo.

Não vou me alongar muito, pois já contemplamos bastante o tema, mas insisto em outra conversa que já tivemos na Comissão, de ampliar esse debate, que foi tema também da 15ª Conferência Nacional de Saúde, uma necessidade urgente de reforma do sistema político, de uma reforma tributária, de uma reforma dos meios de comunicação. E, para isso, vamos ter que ter ainda mais luta. Estaremos nessa trincheira.

Por fim, Senador, eu queria entregar dois documentos do Conselho Nacional de Saúde. Um é um manifesto em defesa do SUS e o outro é um documento que detalha o posicionamento do Conselho em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

à PEC nº 241. E aí, como proposta de encaminhamento, eu acho que poderíamos sugerir que o senhor e sua assessoria entrem em contato também com a Secretaria Executiva e a Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde para pensarmos numa audiência pública mais ampliada, pensando já nessa agenda de 24 e 25 de agosto, pois estarão mais de 1,8 mil pessoas aqui em Brasília – conselheiros estaduais e municipais de saúde, movimentos populares, movimentos sociais estarão aqui –, e fazermos um debate mais aprofundado, mais ampliado sobre o desfinanciamento da saúde e as estratégias para o enfrentamento.

Por ora, era só isso. (*Palmas.*) (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem, concordo. Muito bem.

Essa foi a fala da Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Saúde, a líder Juliana Acosta Santorum. E já fica como encaminhamento a sua proposta. Peço à Secretaria da Comissão que ajuste a próxima audiência pública nesse sentido. Também, como encaminhamento, uma audiência pública para insistirmos que venha aqui o representante do Ministério da Educação para falar sobre o tema. São dois encaminhamentos.

Os outros dois encaminhamentos que recebi – embora as nossas audiências, podem ter certeza, toda segunda-feira pela manhã, sejam transmitidas ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, por todo sistema da Agência Senado e pela Rádio Senado – vou ler na tribuna hoje à tarde, ao vivo, para todo o Brasil, demonstrando a posição majoritária nesta audiência pública e, naturalmente, também uma posição com que me identifico. Quando me identifico, naturalmente, leio da tribuna; quando eu não me identifico, eu não leio. Essas duas vou ler na tribuna, tanto uma como a outra.

E como eu havia me comprometido, passo agora, se assim ele quiser, às considerações finais do Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUSA – Obrigado, Senador.

Eu queria rapidamente ressaltar a importância de uma audiência pública como esta, que tem o objetivo de promover a discussão acerca de um tema tão importante, impactante para o SUS, para a sociedade brasileira.

Eu queria agradecer a oportunidade de ter participado e de poder contribuir com alguns dados, alguns números, algumas informações, e também dizer, Senador e demais presentes, que o Ministério da Saúde está à disposição para participar de discussões como esta e para dar a devida contribuição para que haja a melhor adequação possível para os encaminhamentos relacionados ao financiamento da saúde.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Eduardo.

Meus cumprimentos. Eu sei que há uma discordância de vocês, de 99% do Plenário e também desta Mesa, em relação à questão do Ministério da Saúde e também do Ministério da Educação. Assim mesmo, eu entendo que as palmas, Dr. Eduardo, são uma demonstração de que esse público e nós todos que estamos aqui queremos debater e aprofundar o debate. E lamentamos muito, repito, quando o Ministério da Educação não envia sequer um representante para dialogar. Podem saber que vamos insistir tanto que eles vão ter de mandar. O Ministro ou alguém terá de vir aqui, porque toda vez que convidarmos e eles fizerem esse desrespeito a um convite...

Vejam bem, eu não faço convocação, faço convite do mais alto nível. Pode ver V. Exª que aqui, embora o Plenário discorde, sempre houve uma postura de respeito na divergência. É assim que eu entendo que podemos avançar.

Só para efeito também de encaminhamentos, eu queria lembrar que amanhã será um dia de mobilização nacional. É o dia 16, e em todo o Brasil haverá manifestações em relação à situação em que o País se encontra, e um dos temas, naturalmente, será a Seguridade Social, a saúde, a assistência, a Previdência, será o negociado sobre o legislado, que ataca de morte a nossa CLT, será a questão da terceirização, será o trabalho escravo. Enfim, todos os temas que nós estamos discutindo, com as preocupações com tudo o que vem acontecendo em nosso País, na atualidade.

Mas, rapidamente, depois de eu ter ido aos 27 Estados, em eventos eu diria magníficos pela grandeza, mas tristes pelo tema a ser tratado, por tudo isso que eu falei. Nós fomos aos 27 Estados, todas as assembleias lotadas de trabalhadores da área do campo, da cidade, da área pública, da área privada, aposentados e pensionistas, com a participação de Deputados e Senadores. Em todos os Estados, no segundo roteiro, quando dividimos por região, o combinado foram dez regiões.

Mas vejam bem o que já aconteceu no segundo roteiro. Em 17 de julho, nós estivemos em Florianópolis, Santa Catarina, também na assembleia. Em 20 de junho, houve um grande evento em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ambos com mais de mil dirigentes em cada um. Em 8 de julho, já voltamos a Vitória, Espírito Santo, com a mesma grandeza. Em 11 de julho, voltamos a Alagoas, Maceió. Ali, foram mais de duas mil pessoas. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

29 de julho, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Todos grandes eventos. Em 5 de agosto, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Em 11 de agosto, agora, em São Paulo. Lá eu fiz questão de enfatizar a minha alegria pela unidade do movimento sindical.

Como eu disse na abertura, estavam todas as centrais, confederações e entidades representativas dos trabalhadores do campo e da cidade. Dia 12 de agosto, Goiânia, já nessa unidade total. Em 19 de agosto, Sapiranga, Rio Grande do Sul. No dia 18 de agosto, Caxias, minha terra natal, Rio Grande do Sul. Em 29 de agosto, Pelotas, Rio Grande do Sul. Em 29 de agosto, será em Fortaleza, na Assembleia Legislativa. Em 2 de setembro, Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 9 de setembro, volto a uma outra atividade regional em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Em 23 de setembro, teremos outra atividade, porque, sendo minha terra natal, estão entendendo que devem ser duas, uma na ida e outra na volta. Tudo bem! Dia 23 de setembro, Caxias, Rio Grande do Sul. Em 7 de outubro, Belém, no Pará. Em 13 de outubro, João Pessoa, Paraíba. Em 14 de outubro, Recife, Pernambuco. Em 21 de outubro, Alegrete, Rio Grande do Sul, que estão querendo puxar, eu sei, para setembro ainda. Em 4 de novembro, Salvador, Bahia. Em 11 de novembro, Natal, Rio Grande do Norte. Em 18 de novembro, São Luís, Maranhão. Em 21 de novembro, Rio de Janeiro. E em 2 de dezembro, Curitiba, Paraná. Por isso que ando um pouco cansado. (*Risos.*) (*Palmas.*)

E digo, pessoal – aqui nós encerramos –, que marquei muito a minha atuação de ficar de segunda a sexta aqui no Parlamento durante esses 30 anos. Então, agora não estranhem se eu não estiver aqui na segunda, na quinta e na sexta – na segunda procuro estar sempre aqui, mas de não estar aqui na quinta e na sexta –, porque estou nesses roteiros, que se estendem normalmente a quinta, sexta e sábado.

Aqui, de público, sei que vocês ficaram muito tristes, mas eu não tinha condição física e, por isso, não fui no Dia dos Pais para casa. Cheguei aqui praticamente domingo e hoje de manhã eu tinha que estar aqui. Mas saibam que o nosso Dia dos Pais é domingo que vem. Vou estar em casa. (*Palmas.*)

Um abraço a todos.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 76ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezesseis, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, das Senadoras Ana Amélia e Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Os crimes de abuso de autoridade". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Roberto Carvalho Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA; José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) propor à Mesa do Senado Federal que realize uma Audiência Pública no Plenário do Senado sobre o tema desta audiência. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim, Senadoras Ana Amélia e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todas e a todos!

Declaro aberta a 76ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 113, de 2016-CDH, de minha autoria e da autoria de outros, para debater o tema: "Os Crimes de Abuso de Autoridade".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade da participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos, de imediato, convidar para compor a Mesa o Sr. Roberto Carvalho Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). (*Palmas.*)

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. (*Palmas.*)

Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) – não sei se já está aqui. (*Palmas.*)

José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. (*Palmas.*)

João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. (*Palmas.*)

Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Pausa.*)

Já está chegando.

Senhoras e senhores, como as audiências públicas do Senado da República, esta será transmitida pela internet e pelos canais alternativos, pela Agência Senado e pela Rádio Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Como de praxe, eu farei uma introdução do tema, para que aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação da Casa possam ter uma visão do que vamos debater hoje.

Damos início, neste momento, à audiência pública convocada com base no Requerimento nº 113, de 2016, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Os Crimes de Abuso de Autoridade".

Mais especificamente, pretendemos aqui, hoje, debater o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, de autoria do Presidente do Senado, que define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Esta audiência pública, senhoras e senhores, é feita em atenção à proposta apresentada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Tenho plena convicção de que ela permitirá um debate produtivo sobre um tema de altíssima relevância e polêmico, como todos sabem.

O PLS nº 280, de 2016, que aqui se encontra, tem provocado reações muito fortes, na maioria das vezes, quase extremadas.

Seus defensores alegam que ele é fruto de um trabalho conduzido com grande responsabilidade por juristas de renome, e que seu único propósito seria o de proteger o cidadão contra eventuais abusos de agentes do Estado.

Ou seja, o PLS nº 280 atuaria, segundo eles, tão somente como instrumento garantidor das liberdades democráticas, colocando o Brasil entre as nações que, efetivamente, preservam os direitos e as garantias fundamentais das pessoas como um valor inegociável.

De outra parte, os críticos do projeto veem nele a tentativa de desestabilizar todo o trabalho que está sendo feito em nosso País para combater a corrupção e torná-la menos endêmica, no âmbito da Administração Pública. Muito particularmente, segundo esses, estaria sendo ameaçada a Operação Lava Jato.

Entre esses críticos, vamos encontrar um conjunto de entidades representativas de juízes, promotores, procuradores e policiais, como a já citada Anamatra, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil e a Associação Nacional do Ministério Público Militar.

Vamos encontrar também entre os críticos da proposta uma elevada parcela da população, ou seja, da opinião pública.

Nessas circunstâncias, em que tanto defensores como críticos do projeto apresentam argumentos muitas vezes apaixonados para justificar suas posições, penso que o melhor que se tem a fazer é estimular o debate livre e democrático, ao mesmo tempo respeitoso, e a partir dele tirar as conclusões mais adequadas para o conjunto da sociedade brasileira.

É esse, volto a dizer, o objetivo desta audiência pública.

Temos aqui, como participantes do debate, profissionais extremamente respeitados em suas áreas de atuação; profissionais com profundo conhecimento do tema em discussão e que, exatamente por isso, contribuirão para que possamos sair desta sala com uma visão mais abalizada dos objetivos e eventuais impactos do projeto em debate.

Tudo que buscamos, afinal, é a verdade. Se pudermos discutir a questão com equilíbrio e isenção, com certeza, meus amigos e minhas amigas, estaremos contribuindo para tornar a legislação do nosso País mais efetiva e principalmente mais justa.

Essa é a introdução. Percebam que a introdução feita pela Consultoria da Casa foi na linha do equilíbrio, deixando que o debate ocorra. Aqui eles insistiram, percebi eu, ao longo do texto, com certeza, no equilíbrio que sempre tem marcado a atuação desta Comissão, de todos que aqui são convidados e do próprio plenário.

De imediato, passo a palavra para o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Dr. Roberto Carvalho Veloso. Dez minutos para cada convidado.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Obrigado.

Bom dia a todos, bom dia ao Senador Paulo Paim.

É um prazer estar aqui, Senador, diante da iniciativa de V. Exª de discutir assunto tão valoroso hoje na vida do Brasil, principalmente porque nós estamos com inúmeras investigações em curso e nos preocupa que um projeto dessa magnitude seja aprovado com algum açodamento, ou seja, seja aprovado em um regime de urgência. Ele efetivamente não contém o fato. Eu justifico essa não urgência. É que, no Brasil hoje, nós temos uma lei, a Lei nº 4.898, que trata especificamente sobre os abusos de autoridade. É uma lei que é até – eu poderia dizer – muito extensa, que abarca praticamente todos os tipos penais que estão contidos no Projeto de Lei nº 280, do Senado Federal. É uma lei que já está com 50 anos, ou seja, é uma lei que está vigendo no Brasil há 50 anos. Portanto, não há qualquer afogadilho para a necessidade de se aprovar esse projeto de lei sem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

haja uma ampla discussão, até mesmo uma discussão que possa vir a melhorar – vamos dizer assim –, a alterar a lei atual, ou seja, fazer uma proposta legislativa que atualize a lei existente. Se nós temos uma lei, isso quer dizer que o Brasil não vai deixar de entrar nas nações civilizadas por uma ausência de lei – nós temos uma lei que trata especificamente disso.

Algumas propostas desse projeto de lei são efetivamente preocupantes, porque elas tolhem a independência judicial no aspecto da interpretação da lei. Para nós, é importante que os Senadores se sensibilizem no sentido de criar uma discussão maior. Nós fizemos aqui algumas sugestões de ordem técnica no próprio projeto de lei. Peço permissão a V. Exª para, aqui, fazer as devidas indicações.

Primeiro, em relação à ação penal. Pelo dispositivo proposto, no §5º do art. 3º, é possível a ação penal subsidiária da pública. Só que ela estabelece um prazo, de acordo com o projeto, de 60 dias para que o suposto ofendido possa intentar esse tipo de ação. Só que essa ação já está perfeitamente disciplinada, tanto no Código de Processo Penal quanto no próprio Código Penal. Então, ela está repetindo e inovando em relação a prazos e a formalidades que o Código de Processo Penal já trata devidamente.

Outra situação também que nós entendemos que deveria ser repensada é a questão do art. 9º, em especial o item II. É que no art. 9º diz assim: "Art. 9º Ordenar ou executar captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais ou sem o cumprimento ou a observância de suas formalidades"; e o item II diz: "II - deixa de conceder ao preso liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, quando assim admitir a lei" e estiverem satisfeitas as condições necessárias à liberdade.

Eminente Senador, Senadora Maria Amélia, que está aqui presente também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ana Amélia.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Desculpe, Senadora Ana Amélia.

O que acontece? Essa é a atividade do juiz cotidianamente. Todos os dias, os juízes decidem isso. Vou só dar um exemplo aqui. Eu estava olhando as audiências de custódia do Piauí e o nosso colega juiz estadual no Piauí estava me dizendo: "Olha, nós fizemos um determinado número de audiências de custódia e verificamos que, em 60% dos casos, as pessoas ficaram presas." Então, dessas pessoas que ficaram presas, evidentemente elas assim ficaram porque o juiz deixou de conceder liberdade provisória. Se uma dessas pessoas ingressar com *habeas corpus* no tribunal e o tribunal conceder a liberdade provisória dizendo que estão presentes os requisitos para a concessão da liberdade provisória, automaticamente o juiz cometeu um crime porque deixou de conceder ao preso liberdade provisória, que o tribunal entendeu que era caso de concessão. Então, esse tipo de dispositivo efetivamente tolhe a independência do juiz em relação à interpretação da lei. O juiz pode entender, analisando o caso concreto, em relação à lei, que não é o caso de liberdade provisória, mas o tribunal, reanalisando, pode conceder e, neste caso, o juiz não poderia ser responsabilizado por crime por ter deixado a pessoa presa, não ter concedido a liberdade provisória.

Em outro dispositivo, já no art. 10, nós também fazemos uma ressalva no item que diz que deixa de relaxar prisão cuja ilegalidade formal ou material do flagrante lhe tenha sido comunicada. Esse dispositivo, além de atentar contra a liberdade, a independência judicial e a liberdade de interpretar a lei pelo juiz, também vai de encontro à norma que está presente no Código de processo Penal, porque hoje, depois de 2008, com a alteração no Código de Processo Penal, quando o juiz recebe o auto de prisão em flagrante, ele tem duas alternativas: ou relaxa a prisão, ou decreta a prisão preventiva, transforma aquela prisão em flagrante em prisão preventiva.

Muitas vezes pode ser que, nessa transformação, o juiz verifique que alguma formalidade do auto de prisão em flagrante não tenha sido obedecida. Mas o juiz verifica que estão presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva e um dos fundamentos que a justifiquem e decreta a prisão do acusado, do investigado. Então, se o juiz fizer isso, que já é uma permissão da lei, o juiz aqui também estaria cometendo um crime. Esses são dispositivos precisam ser totalmente excluídos.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Está terminando meu prazo? Não? Só vou fazer mais... Peço permissão só mais um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu tempo efetivamente terminou, mas é de praxe deste Presidente, quando termina o tempo, dar mais cinco.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Então, está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um alívio, não é? (*Risos.*)

Tem mais cinco minutos.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Obrigado, Presidente, obrigado.

Vou fazer o comentário aqui de dois outros dispositivos que tratam das investigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O primeiro deles é o art. 13. Hoje, uma das medidas mais importantes, que inclusive foram utilizadas pela Operação Lava Jato e que também têm sido utilizadas em todas as operações pelo Brasil – hoje mesmo estamos tendo notícia de que esse instrumento foi utilizado –, é o instrumento da condução coercitiva. A condução coercitiva é utilizada hoje no Brasil pelo Judiciário para impedir que durante uma operação de busca e apreensão, de realização de prisões preventivas e temporárias o indiciado não destrua provas. Só que hoje essa condução coercitiva também está gerando uma situação em que quando a pessoa é conduzida coercitivamente, chegando perante a autoridade policial ou mesmo o Ministério Público, ela resolve fazer a delação premiada. E o art. 13 está dizendo que a partir de hoje, se isso for feito, passa a ser crime. O art. 13 diz assim: "Constranger alguém, sob ameaça de prisão, a depor sobre fatos que possam incriminá-lo." Ora, a condução coercitiva é justamente para que a pessoa venha prestar depoimento, mas é lógico que ele só vai prestar depoimento se ele assim o desejar, porque a Constituição lhe assegura o direito de ficar calado. Então, esse dispositivo aqui está justamente objetivando o fim da condução coercitiva e isso para nós é algo muito grave, porque ele poderá... Evidente que na Operação Lava Jato isso foi muito utilizado, em todas as outras operações pelo Brasil isso vem sendo utilizado e o art. 13, caso aprovado como está, poderá trazer essa situação de nós não podermos mais fazer a condução coercitiva.

E o art. 28, que era um outro ao qual queria também me referir, acho de uma gravidade muito grande. O art. 28 diz assim: "Reproduzir ou inserir, nos autos de investigação ou processo criminal, diálogo do investigado com pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar sigilo [...] sobre fatos que constituam objeto da investigação." Isso traz a possibilidade de uma imunidade absoluta a quem tem foro privilegiado. Porque a Constituição, Senador, diz que os Parlamentares, os membros do Congresso Nacional, têm a prerrogativa de não deporem sobre fatos dos quais ele tenham conhecimento, porque eles têm o direito ao sigilo. São justamente essas pessoas. Agora, imaginemos o seguinte: um traficante de drogas – estou colocando a situação mais grave – liga para um Parlamentar para tratar sobre qualquer assunto. Nessa ligação, a Polícia tem a localização de onde está aquele investigado. Só que por esse dispositivo a Polícia não poderá inserir nos autos de investigação essa conversa. Estou falando de tráfico ilícito de entorpecentes, mas também vai se aplicar ao caso da corrupção.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora um minuto.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Ou seja, uma pessoa que esteja sendo investigada por atos de corrupção e entre em contato com Parlamentar ou Presidente da República e trate sobre corrupção, esse diálogo não poderá ser inserido nos autos da investigação ou do processo criminal em razão desse impedimento.

São alguns exemplos dessa lei que causam perplexidade e que precisam ser excluídos, não podem ser aprovados, sob pena de estarmos ferindo de morte a independência judicial de interpretar a lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Roberto Carvalho Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que trouxe belas contribuições ao debate.

Depois, se o senhor puder deixar os seus considerandos, principalmente aqueles que V. Exª entende que devam ser excluídos, é fundamental para passarmos esse material, pela importância do tema, para a Mesa Diretora da Casa, no resultado desta audiência pública. O.k.? O mesmo pedido faço aos outros convidados.

Convido agora o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, pelo mesmo tempo de dez minutos mais cinco, se necessário.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, senhoras e senhores telespectadores que nos assistem pela TV Senado, internautas que nos assistem pelo *site* da TV Senado.

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa extraordinária de debater esse PL do abuso de autoridade, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e também pela disponibilidade de V. Exª em discutir mais um tema relevante para a sociedade brasileira; saudar a nobre Senadora Ana Amélia, integrante da Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, que tem debatido, sob a Presidência do Senador Romero Jucá, essa matéria de suma importância; e trazer a posição da ANPT sobre essa questão, tentando me desvencilhar um pouco da área penal, porque não é uma área em que o Ministério Público atue. Deixo para os especialistas, meus colegas de Ministério Público estadual, federal e para os Juízes estaduais e federais.

Enfim, Senador, eu poderia dizer que a ANPT não é totalmente contra; não é contra a regulamentação do PL de abuso de autoridade. O que nós entendemos é que, neste momento, não é adequada. E a forma como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

foi feito esse debate, essa apresentação do PL pelo Senador Presidente da Casa, Renan Calheiros, entendemos que não é a adequada.

O projeto comporta diversas adaptações, mas também tem alguns dispositivos que têm sua razão de estar no texto do PL 280. Porém, neste momento em que as investigações em face da corrupção no Estado brasileiro avançam, sobretudo por meio da Lava Jato, a apresentação de um PL como esse, que traz alguns dispositivos, alguns fatos típicos, algumas tipificações de cunho aberto, indeterminado, extremamente genérico, pode trazer uma série de prejuízos à atuação dos órgãos de Estado, dos órgãos de controle do Ministério Público, da Polícia, do Judiciário e dos órgãos de fiscalização. Então, nesse sentido, nós trazemos aqui algumas ponderações que fazemos ao projeto.

O projeto não é de todo ruim, na nossa concepção, e aqui falo tão somente em nome da ANPT, mas há dispositivos que merecem uma reflexão mais aprofundada. Daí ser extremamente necessário que se faça um debate mais alargado, mais ampliado no âmbito do Senado Federal não só com os órgãos, com as categorias que são objeto deste projeto, mas também com os Parlamentares, especialmente, e com a sociedade brasileira como um todo.

Aqui eu trago como exemplo o art. 30, que diz o seguinte: tipifica como crime de abuso de autoridade dar início ou proceder a persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada. Esse é um tipo, para nós, extremamente aberto e indefinido. Isso pode gerar um efeito de coibir e inibir a ação legítima do Ministério Público e dos órgãos de controle e de repressão, seja na persecução penal, seja na esfera civil e administrativa. O que seria dar início sem justa causa fundamentada? Para nós, esse dispositivo tem que ser melhor exemplificado. Isso quer dizer que, se um membro do Ministério Público recebe uma denúncia de trabalho escravo e instaura um inquérito civil e, mais à frente, ele mesmo se convence de que não houve, de fato, a configuração do trabalho escravo, houve, sim, a instauração do inquérito civil e houve o convencimento do membro do Ministério Público de que, naquela situação, não havia, de fato, irregularidade, esse dispositivo dá margem para entender que o agente que o instaurou pode ser punido por qualquer tipo de crime, por abuso de autoridade, seja na esfera civil, penal ou administrativa, tendo reflexo na esfera disciplinar também.

Trago outro, também, que fala: "Exceder o prazo fixado em lei ou norma infralegal para conclusão de procedimento de investigação ou fiscalização, exceto nas investigações criminais ou inquéritos policiais nos quais haja prévia autorização judicial." Nós, membros do Ministério Público, sabemos que há procedimentos extremamente complexos que demandam investigação aprofundada, que dura, às vezes, anos, e para isso temos que pedir a prorrogação dos nossos inquéritos civis.

Não bastasse, o PLS 233, que tramita, também, Senador, nesta Casa, a pretexto de regulamentar o inquérito civil acaba por tolher a atuação do Ministério Público como um todo, enfraquecendo o instrumento do inquérito civil. E lá ele fixa o prazo de um ano para conclusão do inquérito civil, permitindo tão somente mais uma prorrogação, o que, em investigações complexas – seja na seara cível, trabalhista ou, no caso, não se aplicaria a criminal, mas na seara cível, tributária, trabalhista –, acabaria por gerar um prejuízo ao agente público que não conseguir finalizar, trazendo não só a impunidade como um reflexo para a atuação disciplinar do agente público e até, de acordo com esse dispositivo, a possibilidade de ele ser processado e punido pelo crime de abuso de autoridade, Senador.

São essas as ponderações que nós fazemos.

Nós pedimos ao Senado Federal que amplie o debate; pedimos à Senadora Ana Amélia, que está na Comissão e que já fez excelentes pronunciamentos em defesa de uma ampliação deste debate lá no plenário do Senado, e a todos os órgãos, todas as associações que estão aqui presentes que participem, trazendo contribuições para o aprofundamento dessas discussões e também mostrando à sociedade brasileira o que pode ser aperfeiçoado em termos de legislação de abuso de autoridade.

Nós sabemos que a lei de abuso de autoridade, como disse o Presidente da Ajufe, Veloso, é uma lei que data de 1965. De fato, ela foi instituída, promulgada na época da ditadura militar. Talvez ela mereça algum tipo de aperfeiçoamento, mas entendemos que esse aperfeiçoamento tem de ser realizado por meio de um debate sério, aprofundado, fora dessa questão de qualquer tipo de retaliação ou de possível retaliação ao Ministério Público, à magistratura, à polícia, que têm cumprido com eficiência o seu papel na persecução penal, no combate à corrupção, no combate à improbidade administrativa e uma série de outras irregularidades, Senador.

Então, deixo esta posição da ANPT, de que não somos totalmente contra o projeto, mas entendemos que esse projeto não pode ser aprovado de maneira açodada e da forma como está redigido atualmente, pois ele traz, também, algumas situações que merecem ser visualizadas. Eu trago, por exemplo, uma situação que diz: "Constranger preso com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual." Não há dúvida alguma de que isso é abuso de autoridade. Então, o projeto não é de todo ruim, mas traz tipos penais que dão margem a um caráter coibitivo da ação do Estado no combate a ilegalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Senador, mais uma vez agradeço, em nome da ANPT, a oportunidade de nos debruçarmos sobre essa questão e coloco-me mais uma vez à disposição do Senado Federal, para que nós possamos aperfeiçoar o debate sobre essa questão e sobre outras questões, pedindo também aos nobres Senadores que voltem a atenção, quando vier a ser debatido, em face do PL nº 233...

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ... que regulamenta o inquérito civil, para que o Ministério Público não tenha a sua atuação enfraquecida em razão de atuações excepcionais em que houve, em situações pontuais, algum tipo de desavença por parte do investigado com o próprio membro do Ministério Público e com a instituição ministerial.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ângelo Farias da Costa. (*Palmas.*)

Eu queria registrar a presença conosco, além da Senadora Ana Amélia, da Senadora Regina Sousa.

Como faço rapidamente, antes de passar para a Senadora Ana Amélia, ao término de cada um dos oradores, respondo a sua sugestão. Entendo que esta Mesa poderá encaminhar à Casa a possibilidade de fazermos uma comissão geral, ou seja, um debate desse tema no plenário do Senado, convidando cinco a favor e cinco contras, enfim, para que o debate seja aprofundado nos moldes que V. Exª propôs. Então fica a primeira proposta de encaminhamento.

Passamos a palavra agora, porque neste plenário, como é de praxe, Senadores e Senadoras falam no momento que entenderem mais adequado, para a Senadora Ana Amélia. Em seguida, falará o representante do Conamp.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Permitam-me os senhores distinguir a querida Norma, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, e todos os demais membros do Poder Judiciário, do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho, todos aqui representados, e o querido João Ricardo, que é nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul – gaúchos são muito bairristas.

Senador Paulo Paim, eu lido muito com as redes sociais e tenho, digamos, um atendimento e uma demanda. Estou impressionada, porque nas redes sociais esse assunto está sendo bombardeado, o tema lei de abuso.

Penso que é uma contribuição valiosa abrir, como fez V. Exª, um debate com uma audiência pública, que poderia ter um alcance maior.

O tema também é suscitado em vários foros. Diferentes foros a que vamos estão relacionados a ele. Tive o prazer de me encontrar com a Drª Norma em Florianópolis, na abertura do 34º Encontro Estadual do Ministério Público catarinense, para o qual tive a honra de ser convidada. E lá o tema também foi levantado numa das palestras.

O que me agradou mais aqui do que ouvi foi: temos que examinar a lei, temos que discuti-la mais. Só um resultado de boa discussão poderá atender o interesse nacional. Esse é um passo fundamental. Dizer simplesmente: não, não vamos mexer na lei não é uma atitude democrática. E não é uma atitude inteligente, eu diria, porque de 1965 para 2015 a sociedade brasileira mudou, a percepção institucional do País mudou, e nós estamos hoje vivendo o processo de uma crise que deve se encerrar brevemente, desejamos todos, e esse tema requer um cuidado e um zelo para evitar qualquer tipo de interferência de um poder sobre outro poder.

Nós somos legisladores. Este é o poder que temos: legislar. Mas não podemos fazer uma lei que seja para reduzir, mitigar outros poderes ou entrar na natureza de alguma determinada competência ou prerrogativa do Judiciário, do Ministério Público ou nossa. Então, penso que esse é um cuidado em que devemos nos pautar.

Segundo, as leis precisam ter um senso de oportunidade. Quando se exacerba o enfrentamento entre as instituições... Estamos agora diante de Lava Jato, estamos diante de *impeachment*, estamos diante de vários enfrentamentos e, se colocarmos mais um, isso pode criar um ambiente de uma, digamos, artificial crise institucional. Então, não há necessidade de se fazer isso agora.

Temos eleições municipais, o que também cria um ambiente de conflito, porque as inelegibilidades, as impunidades, as formas de reclamar dos adversários dos políticos não são resolvidas durante o processo eleitoral, o que é uma injustiça. Isso tem que ser corrigido. Ela só é feita depois do resultado conhecido, da eleição. Eu penso que não pode. Isso tem que ser feito durante o processo, para se evitar um problema. Vamos ter agora uma eleição com uma nova lei em vigor, completamente diferente. Também vamos testar a qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dessa lei. E temos que ter cuidado, para que não digam que nós estávamos bêbados quando escrevemos a lei do abuso de autoridade. Então nós também temos que ter esse cuidado.

Exagero à parte numa declaração dessas, o fato é que nenhuma lei é perfeita. Nós não imaginamos que estamos lidando com pessoas que não tenham as suas fragilidades como seres humanos. Então, a nossa boa vontade, o nosso desejo é, sim, fazer leis boas, que sejam aplicadas em benefício da sociedade. E o objetivo desta audiência pública, tenho a convicção, da iniciativa do Senador Paim, é que ela tenha esse objetivo. Então, a discussão, o debate, a ampliação...

Talvez 2017 seja um ano propício para que se aprofunde mais e se discuta mais, com a devida cautela, prudência e inteligência, o aperfeiçoamento dessa lei do abuso de autoridade, para evitar que ela seja, como foram outras leis, derrubada antes de nascer. Isso não é bom para a sociedade. E manter como está não é bom também.

Então eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar a todos pelas exposições, mas queria chamar a atenção, Senador, que nós temos, às 11 horas, uma sessão conjunta do Congresso. Todas as outras atividades são suspensas assim que começa a sessão.

Parabéns a todos.

Contem com o nosso trabalho e o nosso empenho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. Sua fala, que bom que ficou na mesma linha da abertura que eu fiz! A abertura que nós fizemos aqui foi mais ou menos nessa linha. E V. Exª complementou agora, com a competência de sempre. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra agora para a Drª Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – Bom dia a todos.

Tenho a honra de cumprimentar o Senador Paim e agradecer por esta audiência pedida por todos nós, agradecer à Senadora Ana Amélia, agradecer à Senadora Regina Sousa, que nos prestigia com a sua presença, e dizer, Senador, que o Ministério Público já está acostumado com essa luta.

Há três anos, durante a PEC nº 37, nós lutamos para manter o poder investigatório do Ministério Público. Tivemos o apoio da população. Uma das consequências hoje é o sucesso da Lava Jato e de milhares de ações penais e civis que o Ministério Público intenta diariamente, que faz ingressar diariamente. Hoje, nós estamos lutando para que a nossa atuação não seja criminalizada.

Nós entendemos que o abuso de autoridade deve passar também pelo que está previsto na Constituição. E o art. 37, §6º, diz:

> Art. 37.....
>
> .....
>
> § 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos danos de dolo ou culpa.

No art. 127 está escrito que um dos princípios institucionais do Ministério Público é a independência funcional.

No art. 30 da lei proposta, do projeto de lei proposto: "dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, sem justa causa fundamentada." Nós vemos aqui que há um atentado contra o direito e o dever de ação constitucional atribuído ao Ministério Público. Esse artigo, para nós, é inconstitucional.

O que ocorre? O Ministério Público recebe o inquérito policial. O que eu tenho que fazer? Se há indícios de autoria e se a materialidade está provada, eu tenho o dever de denunciar. Não quer dizer que o dever de denunciar nosso seja uma condenação. Não. O juiz vai examinar, vai passar pelo contraditório e se por acaso o juiz entender, como em muitos casos entende, que o réu deve ser absolvido, o Ministério Público, que está cumprindo o seu dever constitucional, será punido.

Então toda a atenção do Ministério Público volta-se para o art. 30, porque esse artigo, para nós, realmente tem uma inconstitucionalidade material. Esse art. 30 me proíbe, vai me fragilizar. Nós temos centrais de inquérito a que chegam milhares de inquéritos do Brasil. A Conamp representa quase 16 mil membros. Em todo o interior, há um promotor criminal que recebe os inquéritos. E se cria esse ambiente de fragilidade para o Ministério Público.

Outro caso. Nós fazemos júri diariamente. O juiz vai pronunciar. Eu estou em dúvida. Se eu pedir a condenação, e o conselho de sentença absolver, nós vamos ser condenados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, o Ministério Público está fragilizado com o art. 30.

Eu referendo o que Veloso falou, o que Ângelo falou, mas escolhi realmente o art. 30, porque ele fere as garantias do Ministério Público. É dever meu, se a materialidade estiver provada e houver indícios, denunciar, sob pena de responder às minhas corregedorias.

Por falar em corregedorias, esse projeto de lei passa diretamente por cima das nossas corregedorias estaduais e já traz o assunto para o Conselho Nacional do Ministério Público e para o Conselho Nacional de Justiça, desprestigiando as instituições locais. Então, nós não estamos entendendo. Não somos contra. A lei é antiga, podemos aproveitar muita coisa da lei, mas eu concordo com o senhor que o debate deve ser ampliado. Porque o Ministério Público, volto a dizer, luta pelo poder investigatório. Hoje, estamos lutando para que esse poder não seja criminalizado. Então, o que nós defendemos hoje é que o Ministério Público continue podendo denunciar, com as garantias que a Constituição lhe permite e a nossa Lei Orgânica Nacional. Então, você criminalizar, eu receber uma denúncia e dizer: não, eu tenho que pensar, porque vou responder civil e criminalmente!?! E a Constituição já traz que o Estado vai responder e pode regressivamente me cobrar se eu agir com dolo.

Aqui ficam na dúvida vários tipos abertos. Uma lei dessa não pode ter tipos abertos. Também eu escolhi aqui vários crimes em que ele diz: "como juízes." Os juízes podem decidir decretar uma prisão preventiva e depois o Tribunal suspender; o juiz vai ser punido. Muitas vezes, quem requisitou a prisão preventiva foi o Ministério Público. O Ministério Público pediu e o juiz decretou, os dois vão ser penalizados. Então, é uma lei que precisa de um debate amplo.

Volto a dizer, outro artigo que nós consideramos que fere a constitucionalidade é o art. 31 também: "Art. 31. Exceder o prazo fixado em lei ou norma infralegal para a conclusão de procedimento de investigação ou fiscalização, exceto nas investigações criminais ou inquéritos policiais nos quais haja prévia e motivada autorização judicial."

Por exemplo, nós tivemos o caso da boate Kiss; nós tivemos agora Mariana. São procedimentos administrativos que podem levar anos. A prova é complexa. A prova é muito complexa para nós termos um prazo e termos que cumpri-lo.

É o que o Fabiano diz: nós conseguimos suspender, pedimos ao Senador Ferraço, que é o Relator da PEC 233, que pudéssemos estudar esse artigo. E aí traz novamente...

(*Soa a campainha.***)**

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – Nós estamos aqui estudando...

É para mim já o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não.

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – Nós estamos aqui estudando e contribuindo com a Câmara, e agora com o Senado, com o Código de Processo Penal. Muitas questões aqui vão de encontro ao que já está previsto no novo Código de Processo Penal.

Eu acho que o conjunto e a discussão devem envolver o Código Penal, o Código de Processo Penal e o abuso de autoridade. Fazer uma lei distanciada de dois projetos importantes, o Código Penal e o Código de Processo Penal, que o Parlamento brasileiro está trabalhando neste momento, é realmente criar uma lei abusiva e que se vai tornar inconstitucional.

O que nós alegamos é que não somos contra. Eu digo ao senhor: nós representamos homens e mulheres de bem. Nós temos muitas falhas, mas nós colhemos mais acertos e não podemos ser punidos pelos nossos acertos.

Nós – volto a afirmar – não podemos ser punidos por denunciarmos diariamente milhares de pessoas, porque a função primordial do Ministério Público é a ação penal. Então, temos dúvida também hoje de dizer "sob requisição do Ministro da Justiça." Ora, onde já se viu?

(Soa a campainha.)

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – O Ministério Público não depende mais do Executivo.

Perdoe-me, eu estou concluindo, porque a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há um orador agora, mas se...

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – A Senadora Ana Amélia falou que às 11 horas... Mas se o senhor já está com outro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, não há problema, dá para ir um pouco mais além.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI – A minha preocupação, Senador, também é essa, sobre requisição do Ministério da Justiça. Ora, o Ministério Público é dono de ação penal. Tem que haver independência, é um dos nossos requisitos constitucionais no art. 127. Nós também estamos pedindo atenção para essa parte da lei que fala de requisição do Ministro da Justiça.

Então, nós estamos vivendo um retrocesso, realmente, sobre a ação penal; criminalizar, quando o povo foi para a rua e disse: "Eu quero que o Ministério Público investigue." Nós tivemos o apoio da rua, depois o Parlamento nos apoiou na PEC nº 37, e hoje nós estamos pedindo aqui aos Senadores que não criminalizem a conduta do Ministério Público, não criminalizem a conduta dos juízes. Isto é o que nós estamos aqui pedindo: que haja as discussões, que sejam abertas à população, que seja aberta essa discussão no plenário – eu acho que é de suma importância –, que professores de Direito venham aqui justificar.

Há uma questão que me pergunto também: os advogados, a Defensoria Pública vão estar dentro desta lei, já que fazem parte do sistema de justiça? Todos nós fazemos parte, todos nós temos atribuições dentro de um processo: um pede a condenação, o outro pede a absolvição; um pede o relaxamento da prisão, o outro pede que a prisão seja estendida.

Há o problema também aqui do sistema carcerário brasileiro. Nós sabemos que, nos Estados – é uma falha imensa –, nós não temos presídios. Então, eu peço uma atenção especial e quero dizer aqui, já concluindo, que vale a pena lutar pelo bem que há neste mundo. E o sistema brasileiro hoje é um bem pelo qual o brasileiro luta, para que ele mantenha as instituições firmes.

O MP, eu volto a dizer, é um investimento da sociedade na concretização dos direitos da cidadania e dos direitos fundamentais. Então, eu peço o apoio dos Senadores, a atenção para esse art. 30, que é um artigo inconstitucional. Portanto, eu reitero o que o Dr. Veloso falou e o que o Dr. Fabiano também trouxe aqui, as suas considerações.

O nosso muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Ficou aqui bem marcada a sua preocupação, eu diria, é claro, com o conjunto do projeto, mas, principalmente, em relação ao art. 30, que V. Exª, inclusive, considera inconstitucional. E depois discorreu também, com a mesma preocupação, sobre o art. 31, pelo que percebi.

A SRª NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI (*Fora do microfone.*) – Há outros também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, mas V. Exª ficou principalmente nesses dois artigos.

Quem puder deixar por escrito, melhor, senão nós temos a gravação que vamos também encaminhar para os Senadores.

Agora passamos a palavra para o Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, presente, como sempre, aqui nos debates desta Comissão.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Um bom dia a todos. Bom dia, Senador Paim. Mais uma vez é uma honra compor uma mesa com V. Exª por tudo que representa para a República e, especialmente, para a magistratura do trabalho.

Cumprimento os meus colegas de mesa, cumprimento a audiência, meus colegas juízes, membros do Ministério Público. Deixo a todos aqui o abraço do Presidente Germano Siqueira, a quem estou representando neste momento.

São tantas as inconsistências, as atecnias e os equívocos do PLS 280, de 2016, que nós acabaremos aqui nos repetindo.

Mas, de todo o modo, eu começo a minha intervenção fazendo algumas observações relativas à circunstância desse PLS. Em primeiro lugar, como disse o colega Veloso, não há realmente sentido político, e muito menos técnico-jurídico, do ponto de vista do processo legislativo, em se pedir urgência para esse projeto, na medida em que nós já temos em vigor, desde 1965, a Lei nº 4.898, que trata do abuso de autoridade. Não há uma lacuna legal a esse respeito; pelo contrário, o princípio da legalidade estrita está atendido, e nós temos uma lei que rege esse âmbito delitual neste momento. Isso poderia e deveria ser discutido com mais calma. Mais grave do que isso me parece o fato de que a discussão do PLS vem à tona e é enfatizada, inclusive por alguns membros do Parlamento, especialmente agora, quando eclode ou chega ao clímax a Operação Lava Jato e outras operações ligadas ao combate à corrupção, quase como que a título de represália.

O projeto de lei originalmente é anterior – isso é fato – ao próprio processo penal relativo à chamada Operação Lava Jato, mas esta nova ênfase, a própria urgência, esta preocupação que se recompõe em torno do projeto para coibir abusos de autoridades judiciárias e autoridades ministeriais, policiais, etc., é uma preocupação que vem a reboque dessas operações, o que não nos parece adequado. Não é um motivo politica-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mente válido inclusive para que se lance um olhar sobre esse PLS com o objetivo de trazer maior rigor, como se indiretamente disséssemos à sociedade civil: tudo o que se está fazendo até aqui importa em violação de direitos civis, etc. e tal. Portanto, o ensejo em que se apresenta a retomada deste debate como que a título de represália pelo que vem acontecendo no País também não parece abonar as intenções em torno inclusive da urgência deste projeto.

Do ponto de vista da independência judicial, da independência do membro do Ministério Público e das atecnias deste PLS, eu gostaria também de fazer algumas observações. Eu começo exatamente por um ponto que já foi referido aqui por alguns colegas. Nem tudo pode ser objeto de norma penal. Isso já é algo adquirido pelos juristas que discutem e debatem o direito penal no mundo todo. Há que se seguir um programa constitucional em torno daquilo que pode ou não pode ser penalizado.

Mais do que isso: a construção dos tipos penais tende a observar uma certa cautela. Eu não posso ter, como já foi dito aqui, tipos penais abertos demais, porque eu irei malferir uma garantia do cidadão que, no jargão técnico, identifica-se pela expressão taxatividade, princípio da taxatividade. O tipo penal ideal é aquele que não contém elementos que ensejem grandes esforços de interpretação, o que também no jargão técnico se chamam elementos normativos, que, portanto, sejam de fácil intelecção, de fácil compreensão e que sejam fechados, que digam diretamente qual é a conduta que se está vedando.

O finado Prof. Frederico Marques dizia que talvez o melhor tipo penal seja aquele do art. 121 do Código Penal: matar alguém. Claramente diz o que está vedado. Lembrando um outro grande jurista, Prof. Assis Toledo, que foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça, reportando os italianos, ele dizia que a lei penal, a rigor, deve observar – e para isso ele utilizava expressões latinas – quatro requisitos: no campo do Direito Penal temos que ter *lex scripta*, ou seja, lei escrita, direito escrito; *lex stricta*, ou seja, lei estrita, tem que dizer estritamente o que se está proibindo; *lex praevia*, ou seja, a lei tem que ser anterior à conduta, e *lex certa*, não pode haver divagações ou grandes divagações ensejadas pelo tipo.

Aí nós vamos analisar o que há aqui, só para fazer algumas referências de vícios que, com todas as vênias, se identificam facilmente no projeto. Por exemplo, no art. 16, "Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno [...]", qual é o período de repouso noturno? Será a partir das 22h, como já se construiu em relação a outros tipos penais? Mas se o interrogatório começar às 18h, às 22h ele terá que ser interrompido? Se não for interrompido, a autoridade policial ou o próprio juiz, em uma outra circunstância, responderá por esse delito?

Seguindo. As questões vão se aprofundando.

No art. 25: "Proceder à obtenção de provas [...] por meios ilícitos [...]".

Muitas vezes a ilicitude da prova é objeto de um grande debate doutrinário e jurisprudencial. Por exemplo, se se obtém uma prova a partir de uma escuta telefônica sem o consentimento do interlocutor, essa prova é lícita ou ilícita?

Eu sou também, por assim dizer, um titular daquele diálogo, mas eu faço o registro...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... sem antecipar ao meu interlocutor que eu estou gravando e depois eu utilizo essa prova. Ela pode ou não pode ser utilizada? Há um debate a esse respeito.

Eventualmente, uma prova que seja assim produzida e aproveitada – o tipo penal também diz "fazer uso" – será adiante, em um tribunal de justiça, em um tribunal regional federal, em um tribunal regional do trabalho ou até em um tribunal superior, anulada. Portanto, terá dito o Poder Judiciário, na sua última instância, a prova é ilícita.

A autoridade que, lá no início, reconheceu licitude à prova, porque o tema é complexo, é polêmico, responderá pelo tipo penal?

Seguindo aqui, vou fazer coro à Drª Norma, quanto à inconstitucionalidade do art. 30: "Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, sem justa causa fundamentada [...]". Um dos equívocos do projeto, na opinião da Anamatra, é que, inclusive, ele procura identificar situações nas quais os tribunais superiores reconhecem muitas vezes constrangimento, por exemplo, para encerrar inquéritos policiais, para trancar inquéritos policiais. O projeto procura transformar essas hipóteses em crimes, e uma coisa não leva necessariamente a outra. Uma hipótese clássica, na jurisprudência, de trancamento de inquéritos policiais mediante *habeas corpus* é a ausência de justa causa. Isto é muito comum. Então, o próprio juiz determina a abertura do inquérito ou então a autoridade policial faz de ofício e, adiante, um tribunal determinará o encerramento, o trancamento do inquérito, por ausência de justa causa, que poderá ocorrer, inclusive, porque não se fundamentou adequadamente. A autoridade responderá por esse crime? Volto a dizer: é a hipótese mais comum, é o argumento mais comum para trancamento de inquéritos. Em todos esses casos, eu terei o crime? Vejam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

então, como se urde, entre os tipos penais, um ensejo para intimidar, para que a autoridade policial, judicial, ministerial muitas vezes não cumpra a sua função ou tenha medo de cumpri-la.

Para trazer um pouco para o nosso metiê, vejamos o art. 34: "Cobrar tributo ou multa, sem observância do devido processo legal [...]". "Sem observância do devido processo legal", o devido processo legal é uma cláusula constitucional cujo conteúdo vem sendo debatido desde a Carta Magna de 1215, que é onde isso surge em primeiro lugar. Desde então, passando pela Constituição norte-americana, até o texto da nossa Constituição, em 1988, discute-se o que está dentro desta expressão "devido processo legal". Vou lhes dar um exemplo: na Justiça do Trabalho, muitas vezes o juiz determina, com base na CLT e no Código de Processo Penal, que uma das partes – ou até um terceiro – faça a exibição de um documento ou então anote a carteira de trabalho, sob pena de multa diária. E alguns juízes compreendem que esta multa diária pode ser já cobrada em execução provisória, antes mesmo do trânsito em julgado. Há tribunais que não entendem assim; entendem que estas multas diárias só podem ser cobradas ao final. Ora, se este juiz que tem esse entendimento, na execução provisória, começa a cobrar esta multa, ele responde por crime de abuso de autoridade? Pode responder – por detenção de até seis anos! –, porque impôs uma sanção pecuniária e, dentro do seu entendimento – a lei não é clara a respeito –, passou a executá-la desde logo?

Art. 35, este também me chama imensamente a atenção: "Deixar de corrigir, de ofício ou mediante provocação, tendo competência para fazê-lo, erro que sabe existir em processo ou procedimento." Qualquer processo ou procedimento? É curioso, porque a Lei nº 13.105, o novo Código de Processo Civil, que tem sido inclusive largamente elogiado pela Advocacia, no seu art. 10, diz que, mesmo no caso destas nulidades que o juiz tem de conhecer de ofício, será necessário ouvir antes a parte contrária.

É isso o que está no art. 10. Portanto, o juiz não pode mais, imediatamente. Ele tem de ouvir a parte contrária. Portanto, uma lei diz: "Juiz, aguarde. Você deve conhecer de ofício essa nulidade, deve corrigir de ofício esse erro...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... mas ouça primeiro a outra parte. Seja cauteloso." E essa lei dirá: "Aja logo, porque se você não agir, se se identificar mora, responderá por abuso de autoridade."

E ainda para fazer essa última menção, vejam o art. 38: "Exceder-se o agente público, sem justa causa, ainda que não se valha de meio violento, no cumprimento de ordem legal [...]". "Exceder-se no cumprimento de ordem legal", o que será isso? Elevar o tom de voz? Pronunciar uma palavra menos elegante? Eu sempre cito, inclusive quando leciono a respeito, um tipo penal que havia no revogado Código de Pesca que dizia o seguinte: "Molestar cetáceos, pena: detenção de ...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... de tanto a quantos anos." Molestar cetáceos, o que é isso? Esse tipo penal, na jurisprudência, praticamente jamais foi aplicado exatamente porque era aberto demais. Não fosse pelo cerceamento que essa lei provoca, inclusive no que diz respeito ao livre convencimento motivado dos juízes, trazendo a questão particularmente para quem eu represento, haveria ainda um risco imenso de que esses tipos penais não sejam aplicados, porque são abertos demais e, em sendo abertos demais, são inconstitucionais, e os tribunais terminarão reconhecendo assim.

Portanto, inclusive para que haja alguma efetividade nessa pulsão do legislador de rediscutir o abuso de autoridade e atualizá-lo, é preciso que esses tipos penais sejam repensados e os seus textos sejam corrigidos. Da maneira como está, o que nós teremos serão excessos da parte de quem quer se proteger da mão da Justiça e temor de quem quer realizar justiça.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Guilherme Feliciano, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou passar a palavra de imediato para V. Exª.

Quero só cumprimentar mais uma vez o Dr. Guilherme, que fez uma análise global. E em sua fala eu destacaria algo que se diz muito hoje, ou seja, V. Sª é contra o conjunto da obra, principalmente que não se vote com urgência. Que se dê tempo para aprofundar o debate, por todas as questões que, com a competência de sempre, levantou.

Senadora Regina Sousa com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente e cumprimentar os convidados na pessoa do Dr. Roberto, meu conterrâneo.

Aqui a gente faz parte de várias Comissões ao mesmo tempo. Então, eu peço desculpas e por isso pedi para falar agora, eu costumo falar só no final, mas a Comissão de Assuntos Econômicos está me chamando e eu tenho que ir lá. Eu também sou da Comissão de Orçamento, que deve estar começando. Então, há toda uma complicação.

Mas eu não podia deixar de fazer uma abordagem aqui. Primeiro, eu parto do pressuposto de que toda pessoa que assume um espaço de poder é mordida por um mosquitinho do tipo mosquito da dengue. Ou seja, uns desenvolvem a dengue e outros não. Então, há aqueles que abusam.

O abuso de poder sempre existiu desde o menor chefinho em uma repartição, que, quando se sente poderoso diante de alguém, pode agir com abuso ou não – trata mal ou trata bem. Então, isso sempre existiu.

A questão é a abordagem neste momento. Por que neste momento? Fica parecendo casuísmo, se não é que é um casuísmo, não é? Enquanto ele acontece com uns, estou me lixando, não estou me importando não. Agora, quando acontece com outros, aí eu reajo.

Então, foi uma infelicidade no momento de levantar esta discussão, de pedir urgência dessas coisas todas, porque estava atingindo exatamente um setor, afetado aqui no próprio Senado. Então, ficou muito claro para a sociedade, para todo mundo, que era uma reação a uma ação que tinha acontecido.

Acho que a gente precisa realmente fazer o debate amplo, não só no meio jurídico, no meio acadêmico, mas também com a sociedade, porque a sociedade também sofre abusos, e ela não sabe, às vezes, que está sofrendo. Então, é preciso que o debate sobre o abuso de poder, o abuso de autoridade, seja amplo, e que a gente chegue a uma lei que seja para todos, e não só para um segmento, só para alguns que estão querendo se defender.

Eu, por exemplo, acho – muita gente não concorda –, achei exagerado, e por isso achei que foi abuso de poder, abuso de autoridade, a condução coercitiva do ex-Presidente Lula. Eu acho. Foi um espetáculo dantesco que não precisava, porque ele não reagiu. Não tem nada a ver aquilo. Um espetáculo midiático que o mundo inteiro viu. Acho que aquilo é um exagero, e é preciso ter alguma coisa nessa lei que diga que o espetáculo também não pode fazer parte do processo, uma coisa espetaculosa, mas acho que a gente tem de fazer a discussão. Se há lacunas na lei atual que precisam ser vistas, que precisam ser complementadas, a gente tem de fazer, mas com calma, em outro período, porque este agora acho que é o período mais impróprio para se discutir essa questão.

Tudo bem: até o debate, acho boa a iniciativa do Senador Paim de chamar, e que outros organismos chamem, que a OAB chame, todo mundo, a academia, para poder chegar, talvez, a 2017 com uma elaboração que satisfaça a todos e que não seja só para salvaguardar alguns direitos que alguns acham que foram atingidos.

Então, essa é a minha opinião sobre essa questão. Acho que o debate é a melhor coisa que pode acontecer. Felizmente, a sociedade brasileira está começando a participar mais. Com o advento das redes sociais, as pessoas estão participando mais. Acho que, se há as iniciativas do debate, a população vem junto, para debater. Agora, na hora da decisão, claro, vai passar pelas Casas Legislativas, o que é da lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Meus cumprimentos pela contribuição ao debate.

Eu tenho exatamente a mesma posição. Ninguém aqui é contra a Operação Lava Jato. Acho que seria um absurdo se alguém fosse contra a Operação Lava Jato – pelo menos eu penso assim. É claro que a opinião pública toda está acompanhando. O Brasil vai ser outro, com certeza absoluta, depois desse momento.

Agora, o que a Anamatra propôs e eu, de pronto, acatei é a gente abrir o debate sobre essa questão. E que não se vote em caráter de urgência. Eu acho que está corretíssimo, e a Senadora ilustrou muito bem aí, ao dizer que a OAB, enfim, que a sociedade no seu conjunto vá debatendo esse tema e que a gente vá construindo, como disse muito bem aqui o Dr. Ângelo.

Não é simplesmente ser contra o projeto. Temos restrições ao projeto. Agora, podemos debater, e construindo, como fizemos aqui, nas mais variadas áreas, até a terceirização, porque eu soube que eu sou o inimigo número um da terceirização, e o tal de negociado sobre o legislado, mas nós abrimos o debate, estamos debatendo, estamos viajando o País e construindo uma alternativa. Até que a Anamatra apresentou o que poderá ser uma alternativa no caso da terceirização. É isso que nós, em princípio, somos radicalmente contra, somos radicalmente contra a terceirização e, assim mesmo, estamos construindo uma proposta.

Dr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento a todos. E, Senador, queria dizer a V. Exª, fazendo coro com todos os meus colegas, e, antes de mais nada, que é sempre uma honra estar aqui colaborando com o Senado Federal e colaborando com V. Exª nessa iniciativa de trazer essa matéria a debate na Comissão de Direitos Humanos.

Esse é um debate importante para o Brasil, importante para todos nós, e eu queria começar, talvez até para não ficar repetitivo com alguns pontos que eu vou ter que acentuar, já falados pelos meus colegas, exatamente pelo perfil de iniciativa, pelo perfil da Comissão presidida e trazida por V. Exª, que é a questão dos direitos humanos.

A lei de abuso de autoridade, já foi dito aqui, não é uma boa lei. Ela é uma lei antiga, mas o mal dela não é apenas ser antiga. Ela é uma lei mal escrita e uma lei, Senador, que, provavelmente, foi propositadamente mal escrita. Ela é uma lei da ditadura, no pior sentido da palavra. É uma lei que deveria tratar do abuso que as autoridades exerciam, que o Estado exercia, numa época em que o abuso do Estado passava por prisões políticas, por torturas, portanto já não sou o único que faço essa reflexão, muitos outros já o fizeram antes de nós, de que propositadamente a lei foi malfeita, para que torturadores, para que maus agentes do Estado não fossem atingidos à época dos fatos.

Então, discutir a lei de abuso de autoridade em si, e eu acho que isso é unânime a todos os colegas que me antecederam, todas as magistraturas nacionais, nós não podemos dizer que é um erro. E muito menos sob o prisma da Comissão que V. Exª preside, dos Direitos Humanos. A lei traz atecnias graves que deveriam ser corrigidas.

Ora, dito isso, o que é que nós enfrentamos, ou qual foi o problema que mais chamou a atenção de todos nessa questão desse momento de discussão em que a lei foi trazida? A lei de abuso de autoridade é uma legislação complexa, particularmente complexa. Como disse o meu colega Roberto Veloso, Presidente da Ajufe, ela mexe com Direito Penal, ela mexe com processo penal, o que, já em si, traria uma delicadeza extrema à legislação, a necessidade de muito cuidado, porque não se exercita essa força do Estado, do Direito Penal, sem o cuidado devido, sem que seja bem construído o tipo penal.

Mas, mais além disso, é uma lei que trata dos limites do exercício da autoridade do Estado. O que significa que tem de se punir severamente quem realmente ultrapasse esses limites, mas, ao mesmo tempo, tem de se tomar o máximo de cuidado para se construir, para que não se desconstrua a autoridade legítima do Estado.

Ao fim e ao cabo, é isso que nós estamos discutindo aqui. E aí, como colocou o Dr. Guilherme – e muito bem – e outros colegas antes dele, é uma legislação que tem 51 anos e que, com todos os defeitos que tenha, está em vigor esses anos todos. Senador Paim, é aquela coisa: embora a lei esteja muito longe de ser perfeita, é uma lei muito atécnica, espaços dela foram cobertos pelo Código Penal; foram colmatados pelo Código Penal.

Quer dizer: o fato de que não consigo punir corretamente... Para dar um exemplo: se, em 1965, eu não conseguiria punir corretamente, com o rigor que exigir-se-ia, uma tortura, com base na Lei de Abuso de Autoridade, a Lei de Tortura surgiu depois, nos anos 90, e cobriu esse espaço, e hoje você tem uma legislação severa contra atos de tortura. E assim foi com os crimes hediondos e com outras leis que foram surgindo com os fatos. Portanto, não havia – e não há – a urgência com que foi colocado esse projeto, neste momento, no Senado.

A ANPR talvez tenha sido, Senador Paim, a primeira das coirmãs das magistraturas nacionais que se apresenta para discutir com V. Exª a apresentar uma nota. Estamos encaminhando a V. Exª a nota técnica que nós apresentamos ainda em julho à comissão especial. O primeiro ponto para o qual nós chamamos a atenção foi exatamente este apontado pelos colegas aqui. Um projeto de lei de 2009, que estava arquivado na Câmara dos Deputados, foi trazido a debate no Senado com a expectativa de que seria votado em uma semana, numa legislação complexa e com todos esses defeitos.

Então, isso em si já é um erro. É uma matéria que não pode ser levada dessa forma. Ela exige o debate, exige audiências públicas. Eu chamo a atenção de V. Exª, Senador Paim, de que nós estamos todos aqui, todas as magistraturas nacionais, por uma série de circunstâncias do momento, em que artigos desse projeto de lei nos trazem e que são realmente problemáticos. Mas o foco principal de qualquer projeto de abuso de autoridade é a ação armada do Estado.

Portanto, eu acho que nós estamos em um país democrático hoje, e é estritamente essencial que V. Exª também, a Comissão de Direitos Humanos e o Senado Federal, ao prosseguirem com isso, chamem as instituições policiais para debaterem isso também. Da mesma forma, a sociedade civil que lida com direitos humanos. Nenhuma lei de abuso de autoridade pode seriamente prosseguir sem ouvir essas instituições, além das magistraturas, que acabaram atingidas, por tabela, por defeitos que existem neste projeto de lei.

Bom, então, a primeira questão é esta realmente: a matéria tem de ser vista com calma; tem de ser trazida às comissões ordinárias do Senado Federal; tem de ser debatida pelos Senadores de maneira calma; têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de ser trazidas contribuições da sociedade civil e das instituições que são atingidas, para que nós construamos realmente uma legislação que ajude o País.

Mas existem outros problemas. E aí entro no ponto da minha querida amiga Norma. Vou no mesmo rumo que ela para chamar a atenção, como nós chamamos nessa nota técnica que está entregue a V. Exª, Senador, de que existem problemas no projeto, e nós os trouxemos não apenas para mostrar a gravidade do que seria aquele projeto se aprovado em dez dias, mas para mostrar situações que são inconcebíveis de serem trazidas à legislação.

Começo pela parte dos próprios direitos humanos, para lembrar a V. Exª, por exemplo, que, se é verdade que o projeto traz uma série de tipos penais que realmente têm que ser criminalizados pelo ponto de vista de defesa dos direitos humanos, isso ocorre com pouco cuidado técnico. Então, por exemplo, abusar sexualmente ou usar de prisão para obter algum tipo de favor sexual, que evidentemente é algo que deve ser criminalizado com extremo rigor, está formatado com pena de um a quatro anos, muito menor do que a do estupro, quando, talvez, essa atitude fosse muito mais grave do que qualquer estupro, o que mostra a falta de qualidade técnica do projeto que foi trazido e o cuidado que deve ser tomado com ele, mesmo sob o prisma dos tipos penais que, efetivamente, têm que ser criminalizados.

Do ponto de vista das magistraturas nacionais, Senador Paim, contudo – eu aqui vou no mesmo rumo dos colegas, mas não posso deixar de dar a mensagem também dos Procuradores da República –, alguns pontos nos preocuparam bastante. O primeiro deles foi a questão da ação penal. A ação penal está colocada como pública incondicionada, mas com uma redação, no art. 3º, que é particularmente confusa e que não dá a entender quando, porque é da tradição do nosso Direito que se permita a ação penal privada subsidiária quando há inércia do Ministério Público. Só que, propositadamente ou não, o projeto de lei não deixa claro o que seria essa inércia do Ministério Público. Fala apenas que a ação penal privada pode ser feita se o Ministério Público, depois de receber o inquérito, após 15 dias, nada fizer. Ora... Nada fizer não; aliás...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – ... não deixa claro o que seria esse espaço de tempo que o Ministério Público teria para refletir.

Há toda uma jurisprudência brasileira deixando muito claro que o Ministério Público, como titular da ação penal, tem um prazo para pedir diligências, fazer a denúncia ou pedir o arquivamento, Senador Paim. O que nos causa espécie é que isso não foi lembrado. E aí ocorre a seguinte situação: se o Ministério Público pede o arquivamento – não está claro na lei o que isso significa; se a vítima teria direito de processar no lugar do Ministério Público –, seria a mesma coisa de entregar para uma ação privada um tema como esse.

O que nos preocupa? Eu chamo um pouco mais a atenção para essa matéria, por não ter sido explorada pelos meus colegas antes nesse particular ângulo. Se há uma lei que vai punir agentes do Estado por eventual abuso e com tipos penais que estão mal colocados e, ainda por cima, deixa-se um espaço para a ação privada, significa que aqueles que são ricos, aqueles que são poderosos, aqueles que têm maior histórico de defesa poderiam usar essa lei como vingança privada contra os agentes do Estado. É uma porta aberta, ao se usar a lei, não para controlar o abuso, mas para retaliar a correta atuação dos agentes do Estado.

Outros pontos atécnicos. A questão da interceptação telefônica que está tratada também de maneira antiquada, porque o Supremo Tribunal Federal já superou algumas das questões que são colocadas.

Coloca-se lá: é crime, entre outras coisas, transcrever ou registrar, de qualquer forma, um registro de interceptação telefônica com terceira pessoa que não esteja atingida na investigação. Ora, essa matéria já foi levada ao Judiciário por diversas vezes. O Supremo Tribunal Federal já disse que não há nenhuma irregularidade em registro de conversa de terceiros, ainda que tenham foro por prerrogativa de função, se aquela conversa foi feita com o alvo que está sendo investigado.

Mas eu vou mais além: o principal problema que está aí, um problema técnico e que mostra mais uma deficiência do projeto, é que ele proíbe a transcrição, quando é exatamente o oposto do que se tem que fazer. A transcrição tem que ser feita, tem que ser levada ao Poder Judiciário, porque apenas o juiz, apenas o Poder Judiciário vai definir se aquilo ali merece ser remetido ou não para a instância superior ou merece ser retirado dos autos. Sem a transcrição, passa a ser algo clandestino e, aí sim, abusivo. Então, é exatamente o oposto do está escrito.

E, já partindo para finalizar, Senador Paim, vou concordar plenamente com a minha querida colega Presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, para acentuar os riscos do art. 30, e o faço usando uma expressão que já vi usada pelos meus colegas das magistraturas nacionais, em outros momentos. O art. 30 – como também o art. 34, quando se refere à Receita Federal, mas é o mesmo tipo de ângulo – criminaliza a hermenêutica jurídica. É uma expressão que já está sendo usada. Por que se diz isso? No nosso sistema jurídico há, em primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

lugar, uma separação entre os agentes do Estado, que são responsáveis pela acusação e pelo julgamento, o princípio do acusatório. O Ministério Público acusa; o juiz, que é parte neutra dos debates, vai fazer o julgamento. Em segundo lugar, em que as instâncias judiciárias são plenamente independentes, você tem a possibilidade recursal. Dentro do contraditório e da ampla defesa, num processo como esse, é plenamente normal que o Ministério Público tenha uma interpretação jurídica sobre determinado fato e que o juiz dela discorde.

Eventualmente, por exemplo, o juiz não recebe uma denúncia, porque entende que ali não existem considerações. Ou até o juiz de primeira instância a recebe e, em última instância ou no Superior Tribunal de Justiça ou em qualquer instância superior, seja aquela denúncia considerada indevida. Se isso em si vai ser criminalizado, é a mesma coisa que criminalizar a atividade normal.

Chamo a atenção, Senador, permita-me o exagero do reforço: é como se uma determinada lei, passada por este douto Congresso, proposta por determinado Senador, viesse a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, e isso fosse criminalizado. Então, está criminalizado o Congresso Nacional por ter, na sua atividade legiferante, normal, constitucional, agido. Com todo o respeito, esse tipo não apenas é um tipo aberto, mas é um tipo absurdo. É uma proposta de criminalizar o exercício normal da atividade.

Quando se junta isso com aquela proposta a que eu fiz referência, de deixar aberta...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – ... para uma ação privada, você teria uma lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI – Sim, Senador, já partindo para finalizar. Você teria uma lei claramente voltada para a retaliação da ação correta do Estado.

Então, agradecendo a V. Exª a oportunidade de estar aqui, em nome dos Procuradores da República. Já encaminhamos a nossa sugestão. Encaminhamos a V. Exª também, Senador Paim – além de aplaudir V. Exª que, como sempre, dá a oportunidade à sociedade para vir aqui, conversar e contribuir com o Senado Federal –, sugestão de que, no futuro, V. Exª pense em chamar, além das entidades de sociedade civil, também as entidades policiais, que vão ser fortemente atingidas por isso e têm que participar desse debate. Nós hoje estamos em um país democrático, não estamos mais numa situação ditatorial. Ouvir as forças do Estado é absolutamente importante para uma legislação como essa.

Agradecemos muito a V. Exª. Cumprimentamos a Mesa, os colegas. Estamos sempre à disposição para colaborar, na medida do possível, com o Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Só enfatizando alguns pontos da sua brilhante palestra. Com relação a convidar os policiais, fique tranquilo. Aqui os policiais já vieram dezenas de vezes. Não há problema nenhum. Já fui até em audiência pública, no Rio Grande do Sul, a favor dos policiais pela situação em que se encontravam lá, tanto os da Polícia Civil quanto os da própria, chamada lá, Brigada Militar. Mas destaco que, na próxima audiência, estejam presentes, então, os representantes dos policiais.

Destaco que V. Exª disse que a lei atual, de fato, é muito ruim e que tem de ser discutida, aprimorada. Então, o projeto que está em tela, como a gente fala, deve avançar com a calma necessária, sem nenhuma correria. Temos de discutir mais, com certeza. V. Exª lembra, ainda, que abre espaço, inclusive, para a ação privada, para retaliar, inclusive, o agente do Estado.

Por fim, há a questão da criminalização. Sou totalmente contra, sem sombra de dúvida nenhuma. Digo até que a Lei Antiterrorismo, assinada aqui no Congresso Nacional, foi para criminalizar os movimentos sociais. Um erro do Congresso e da própria Presidenta que a sancionou. Então, o que não quero para os outros, naturalmente não quero, também, para o setor em que atuo. Tanto é que nós estamos com um preso, lá em Goiás, baseado naquela lei. Só restou a lei para mantê-lo preso. Ele é um líder do Movimento dos Sem Terra. Estive lá, visitando-o. Ele só pede o seguinte: "Julguem o meu processo. Por que vão me prender aqui sem julgar o meu processo?" O processo está pronto, acabado, e não julgam. Não sei qual é o problema que existe. Ninguém consegue entender. Falta de advogados não é, há mais de 30 advogados trabalhando. Parece-me que alguém sentou-se em cima do processo. O único pedido que ele fez foi que julgassem o processo dele, que botassem na pauta e julgasse. Culpado, culpado, inocente, inocente. Fortaleço a visão de que qualquer lei que venha para criminalizar aqueles que estão cumprindo o seu dever em nome do Estado não poderá, em hipótese nenhuma, ter o nosso apoio.

Por fim, passamos a palavra ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Dr. João Ricardo dos Santos Costa.

O SR. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero também associar-me aos demais participantes deste evento no reconhecimento e agradecimento pela sua iniciativa de acolher o pleito da Anamatra.

Quero dizer que, para um conterrâneo, é um orgulho tê-lo como representante do Rio Grande do Sul aqui no Senado, principalmente por sua biografia na luta pelos trabalhadores brasileiros, nessa luta que é de todos nós, contra a terceirização, contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Para nós é uma honra estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

aqui e poder contribuir nesse tema que, também para nós, é muito relevante. Quero cumprimentar também os presentes, os senhores jornalistas, assessores parlamentares e companheiros desta Mesa.

Na condição de último a falar – por sorte o último –, os temas praticamente foram esgotados. Sorte em face da minha circunstância, porque estou com dificuldades em função de um resfriado, mas eu gostaria de, primeiro, ratificar os pontos que foram colocados aqui, com muita propriedade, pelos que me antecederam em relação aos tipos especificamente, que eu vou passar muito rapidamente porque já foi bastante salientado.

A AMB tem um trabalho, e nós vamos também entregar uma nota técnica para a Comissão, já entregamos para o Relator, pontuando cada item da nossa contestação. Mas agora eu gostaria de fazer inicialmente uma referência com relação à questão, vamos dizer, de oportunidade, de que a Senadora Ana Amélia falou muito bem aqui, e do conteúdo político dessa lei.

Primeiro, e isso é evidente, o Robalinho falou muito bem aqui, a lei de 1965 é uma lei que não se presta e não se prestou para coibir os abusos de autoridades contra a população, principalmente as populações mais carentes. Ela é uma lei que notoriamente foi feita para não ser aplicada, foi feita para que não se enquadrasse em nenhuma das condutas delituosas nos tipos penais que foram apresentados.

A lei é de 1965, plena ditadura. No Brasil, nós superamos a ditadura e não conseguimos superar um problema sério que é a tortura, que é a violação de direitos humanos por parte de agentes públicos. Estão aí os relatórios da Anistia Internacional, ano a ano, depois da ditadura, denunciando o Brasil como um país violador de direitos humanos, e estão aí também os comitês de tortura em todo País, o comitê nacional também, que alimentam os informes internacionais de tortura em relação ao Brasil, mostrando que a nossa legislação brasileira não se presta a coibir esse tipo de prática, que é uma prática que nos envergonha e que pode ser considerada uma epidemia no Brasil.

Enfim, acontece que o projeto que vem... Claro que é necessário, nós queremos uma lei de abuso de autoridade que venha atender, principalmente, a população que é atingida, uma lei de abuso de autoridade que tem que considerar a população que vai ser tutelada por ela. E nós temos no Brasil o problema de que os destinatários das violações são as populações mais carentes, são aquelas que não têm acesso à tutela do Estado, ou quando enxerga o Estado na sua frente, ele vem como um opressor ou um violador de direitos humanos.

Então, essa é a realidade que a lei tem que atender, e essa lei não atende essa realidade, ela vem para atender outra realidade, uma outra população que nunca frequentou esse ambiente de investigação judicial, investigação policial, de ações do Ministério Público, enfim... Então, esse é um conteúdo ideológico muito forte que tem esse texto que foi apresentado.

E nós achamos que isso não é uma coisa inocente. Claro que não. Tanto é que nós nos mobilizamos no dia 8 de agosto, gerou-se uma manifestação que não víamos há muito tempo em Brasília, reunindo muitos juízes, promotores e defensores públicos também.

Havia entidades policiais junto conosco, num ato público contra o que nós estamos chamando de enfraquecimento do sistema de justiça, que inclui como o vetor maior do nosso protesto a Lei de Abuso de Autoridade. Aí há outras leis também que atingem o orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público, enfim, é um orçamento que já não é suficiente para atender 106 milhões de processos, com uma litigiosidade imensa no País.

Então, esse é o primeiro registro que a AMB faz, no sentido de que esse ato público, feito no dia 8, foi feito pela Frentas, a frente associativa que reúne todas as entidades que estão aqui à mesa e mais outras entidades do Ministério Público e da Magistratura, e o evento já demonstra qual é a nossa posição em relação a essa iniciativa. Não somos contra uma lei, mas somos contra muitos dos dispositivos que constam aqui.

Primeiro, a nossa irresignação contra a urgência. Uma lei que é tão necessária, desde o fim da ditadura, e antes não podemos falar porque antes não havia espaço para discussão desse assunto. Mas, após a redemocratização do País, que já se vão alguns anos, já temos até uma Constituição democrática, tivemos toda a oportunidade de construir, aliás, a necessidade de construir uma legislação que viesse a tutelar essas pessoas que estão sendo constantemente violadas por abuso de autoridade. Então, não concordamos com essa urgência.

A necessidade do amadurecimento. Quando se faz uma lei, temos que pensar não no casuísmo, mas temos que pensar na população, qual o efeito dessa lei no contexto do País, na população e na sociedade, e não para proteger esse ou aquele de determinada ação de autoridade.

Então, por isso que há necessidade de tempo para fazermos esse debate e essa investigação de quem deve ser tutelado e qual é a demanda legislativa que exige para tutelar essa população.

A lei foca na tutela da ação delinquencial do poder econômico notoriamente. E aí vou começar aqui a citar alguns exemplos. A ação penal pública condicionada. A autoridade, qualquer que seja, tem a discricionariedade Vamos ampliar o debate de uma lei que é ruim. Mas essa que está aí também, aqui foi unânime, como está, não dá. Por isso, vamos debater mais.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada, exatamente às 11h, a nossa audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 24 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dois minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Cidinho Santos, Vicentinho Alves e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais senadores. Após a leitura de comunicado, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2016** que: "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49 de 2016 - Não Terminativo –** que requer, em aditamento ao Requerimento RQI nº 45 de 2016, de autoria do Senador Hélio José, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial na inserção da geração distribuída, situação atual e futura, a inclusão, como convidado, de representante da ABRAPCH - Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Sabatinas**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Halpher Luiggi Mônico Rosa, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Gustavo Adolfo Andrade de Sá, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra os senadores Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vicentinho Alves, Roberto Muniz, Magno Malta e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 81/2016, da Câmara do Município de Alto Bela Vista, Santa Catarina. Trata-se, Srªs e Srs. Senadores, da Moção nº 005, de 2016, aprovada...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço um pouquinho de silêncio, pela primeira vez, para mim – eu só peço para os outros.

Trata-se da Moção nº 005, aprovada pelo Plenário da Câmara de Vereadores, para que mantenha em funcionamento a agência da Receita Federal no Município de Concórdia, Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório.

Antes de dar a palavra ao Senador Valdir Raupp, eu queria agradecer a promoção que me deram hoje, trazendo-me para esta sala. O perigo é eu não querer desocupar essa cadeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A culpa é minha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A culpa é sua? Então, eu tenho que me submeter agora ao Vice-Presidente da Comissão. Se você quiser vir para cá desde logo... Porque hoje você está oferecendo perigo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente, aí é só para a diretoria, eu prefiro ficar com o povo, do lado de cá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Olhe, demagogia, só depois de amanhã...

Há um comunicado aqui do Senador Wilder Morais, que gostaria de participar dos nossos trabalhos hoje, mas, em virtude de o Sr. Wilder Morais, nosso Senador e nosso colega, ter tomado um helicóptero para chegar aqui, chuvas não permitiram que ele decolasse. Então, nós não teremos sua presença aqui.

Submeto, portanto, à apreciação essa mensagem, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp, a quem peço para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Wilder tem que entender que aeronave – helicóptero, avião – é o meio de transporte mais rápido para quem não tem pressa, porque há horas em que não consegue sair do chão...

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal a indicação do Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 65, de 2016 (Mensagem nº 350, de 2016, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

Nos termos do art. 88 retromencionado, os membros da Diretoria do DNIT devem ser "brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades".

O Sr. Charles Magno Nogueira Beniz tem 37 anos, é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), no ano de 2005. Concluiu, em 2012, curso de pós-graduação na área de Gestão, Auditoria e Perícia Ambiental em Obras de Infraestrutura na Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), de São Paulo.

O histórico profissional do indicado registra sua experiência na execução de obras civis no período entre abril de 2006 e janeiro de 2009. Em maio de 2009, inicia-se sua experiência no setor ferroviário, na função de engenheiro fiscal da Ferrovia Norte-Sul, exercida na Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. Em julho de 2013, passou a comandar a Gerência de Construções da Ferrovia Norte e Sul e, posteriormente, a partir de maio de 2016 até os dias atuais, exerce o cargo de Gerente de Manutenção Ferroviária naquela Empresa Pública.

No exercício dessas funções, acompanhou e fiscalizou a execução e a implantação da Ferrovia Norte-Sul, e, atualmente, como gerente de Manutenção Ferroviária, é responsável pelo gerenciamento e pela fiscalização dos contratos de manutenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Em sua argumentação escrita, ressalta ter acumulado experiência nos seus dez anos de formação em Engenharia Civil, e no período em que atuou em obras ferroviárias da Empresa Vale, nos Estados do Pará e do Maranhão, bem como na Valec, onde exerceu os cargos e funções que relacionamos no parágrafo precedente.

O candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas a, b e c do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, do Sr. Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...nervosismo do Presidente por estar nesta sala hoje.

Quero pedir desculpas ao Senador Ricardo Ferraço porque eu disse, ano final da intervenção, que era proibido fazer demagogia. Foi uma brincadeira de mau gosto. Então, pelo para retirar da Ata dessa expressão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não foi não. Entendi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, se você entendeu... para o bom entendedor...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque V. Exª me deu o privilégio de ser seu amigo, uma amizade que cultivo com muito carinho e com muito respeito. Por isso mesmo, entre nós não há fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sabia que V. Exª era bondoso, mas não tanto.

Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (*Palmas.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

O universitário está aqui me advertindo.

Em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aliás... O universitário, hoje, está impertinente demais. (*Risos.*)

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, será concedida vista coletiva. (*Pausa.*)

Com relação ao item que foi relatado pelo Senador Valdir Raupp, logo no início da votação nós vamos pedir para abrir o painel.

Segunda parte, Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 03/08/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Concedo a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário, hoje, está demais.

Temos que chamar todos.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É esta sala. Esta sala deixa qualquer um nervoso. (*Risos.*)

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 03/08/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 03/08/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Observo que a votação das matérias será realizada por meio de urna eletrônica.

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Halpher Luiggi Mônico Rosa, indicado ao cargo de Diretor Executivo do DNIT; Gustavo Adolfo Andrade de Sá, indicado ao cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos, com tolerância de cinco minutos.

Ao final das exposições, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa, indicado para o DNIT.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, só para solicitar a V. Exª, com o apoio dos nobres Senadores, a abertura do painel, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Consulto, então, as Srªs e os Srs. Senadores sobre a possibilidade de darmos início...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª vai abrir o painel para todos os indicados? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, eu gostaria de fazer uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...antes de V. Exª determinar a abertura do painel se assim considerar V. Exª, até por conta de observações que fiz, na reunião anterior, em relação à indicação do Dr. Mário Rodrigues Júnior, a respeito de quem eu, na reunião anterior, fiz registros relacionados à experiência técnica e à especialização. E para todos nós, aqui, da Comissão de Serviços de Infraestrutura é sempre muito confortável que a gente possa sabatinar quadros que tenham especialização, que sejam tecnicamente adequados para cumprir com essas tarefas.

Nesta manhã, não apenas o Dr. Mário, mas o Dr. Halper, assim como o Dr. Gustavo, são, de fato, técnicos habilitados e com experiência e, portanto, reúnem as condições técnicas para o exercício dessa indicação do Presidente da República.

Contudo, em relação ao Dr. Mário Rodrigues Júnior, eu levantei, Sr. Presidente, na reunião passada, uma questão relacionada ao art. 58 da Lei nº 10.233, que foi a lei que deu constituição às nossas agências reguladoras, no caso, aqui, a nossa ANTT. E o art. 58 dessa lei consagra que "está impedida de exercer cargo de direção na ANTT e na Antaq a pessoa que mantenha ou tenha mantido, nos 12 meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com empresas que explorem quaisquer das atividades reguladas pela respectiva agência".

No caso específico, eu levantei a questão considerando que o Dr. Mário ainda é diretor da Valec. E eu fiz registros, na reunião passada, de que isso impediria a indicação do Dr. Mário.

Após uma análise mais detalhada, Sr. Presidente, eu pude perceber que, no caso da Valec, nós temos características específicas, porque a Valec não é operadora. Portanto, se não é operadora, ela não é regulada pela ANTT. A Valec é, na prática, uma construtora de ferrovias.

E, portanto, não sendo ela regulada pela ANTT, não há óbice em relação à indicação do Dr. Mário. Eu faço este registro porque, na ausência de V. Exª, eu fiz essas considerações na reunião passada.

Enfim, estudando o assunto e me movendo pela justiça, eu quero fazer este registro aqui, no início da reunião, para que fique claro que, considerando essa característica específica da Valec, considerando ainda a Lei 11.772, que criou a Valec e dá, de fato, à Valec a condição de ser não apenas construtora, mas de ser operadora... Mas, na prática, a Valec não é operadora, não há um ramal, não há uma linha ferroviária, não há um quilômetro de ferrovia neste País que seja operado pela Valec.

Sendo assim, ainda considerando a questão anterior, eu acho que está correta a lei. Eu acho que tanto a empresa privada como a empresa pública precisam ser reguladas pela agência reguladora. Nós estamos tratando aqui do interesse do usuário. No caso da ANTT, no caso da Antaq, no caso das demais agências, elas estão ali para observar *ipsis literis* o que consagram esses contratos assinados entre essas empresas operadoras e o Estado. Portanto, eu não faço distinção entre empresa pública e empresa privada, ambas precisam ser reguladas para que, ao regulá-las, as agências possam incorporar eficácia, eficiência, modicidade de tarifas, interesse da sociedade, do usuário, é disso que se trata.

O caso, por exemplo, do DNIT. O DNIT não apenas constrói estradas, ele também opera estradas. No caso da Valec, não. Por isto mesmo quero fazer este registro, em função da análise que fiz, não retificando, mas aprofundando o exame que fiz e trazendo à consideração das Srªs e dos Srs. Senadores que, de minha parte, não há óbice após fazer detida análise da legislação.

É o comentário que gostaria de fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço por esse esclarecimento prestado por ele e lembro que, por ocasião da votação, nós faremos a votação individual de cada um dos indicados.

Concedo a palavra ao Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa, indicado para o DNIT.

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Bom dia.

Em primeiro lugar, cumprimento o Exmº Sr. Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves.

Cumprimento também o Exmº Sr. Relator, Senador Ricardo Ferraço, do meu Estado, a quem agradeço desde já pela dedicação na relatoria da apreciação do meu nome nesta Comissão.

Gostaria também de cumprimentar o Exmº Sr. Senador Vicentinho Alves, representante do Estado de Mato Grosso, em cujo nome gostaria de cumprimentar todos os demais membros desta Comissão.

Cumprimento o Exmº Sr. Senador Magno Malta, em cujo nome cumprimento os demais Senadores, Parlamentares e autoridades aqui presentes.

Peço licença, Sr. Presidente, para cumprimentar também os meus colegas servidores do DNIT e das agências reguladoras aqui presentes em nome do Diretor de Planejamento e Pesquisa, Dr. André Martins de Araújo; em nome do meu colega e Diretor de Administração e Finanças do DNIT, Dr. Gustavo Adolfo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quero também cumprimentar a minha família, quem acompanha este momento tão importante.

Estendo ainda meus cumprimentos aos servidores, aos representantes da imprensa e às senhoras e senhores presentes.

Muito me honra estar, na manhã de hoje, perante V. Exªs, legítimos representantes das diferentes Unidades da Federação brasileira, eleitos pelo voto livre direto para ser sabatinado após indicação do meu nome pelo Excelentíssimo Presidente da República para exercer a função de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão de que me orgulho de ter sido servidor do seu quadro permanente, onde ingressei por meio de concurso público no ano de 2006, aqui em Brasília, tendo sido lotado na Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária.

Iniciei minha carreira ainda no extinto DNER, no antigo Distrito Rodoviário Federal do Espírito Santo, minha terra natal, em janeiro de 1995, ou seja, há mais de 21 anos, após devido concurso público, onde exerci diversas funções no órgão, como Auxiliar Fiscal de Obras e Serviços de Manutenção e Construção Rodoviária, além de Segurança de Trânsito, acompanhando no trecho as atividades essenciais à preservação da segurança daqueles que a utilizam. Liderei, ainda no extinto DNER, o Setor de Engenharia e Segurança de Trânsito, com atividades ligadas à execução de serviços de pesagem de veículos de cargas, fiscalização eletrônica de velocidade, julgamento de recursos de multas, sinalização rodoviária, entre outros.

Em 2002, com a criação e instalação do DNIT, fui transferido para o órgão, onde continuei exercendo atividades correlatas às que já exercia, adquirindo experiência e a confiança dos dirigentes e colegas. Trabalhei em diversas áreas da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito do Santo, seja em análise de projetos de engenharia, seja em revisões de projetos em fase de obras; fui membro de comissões de licitação, fui fiscal de obras e serviços rodoviários; recuperação e construção rodoviárias; além de dar suporte a trabalhos gerenciais de acompanhamento dos diversos empreendimentos a cargo da Superintendência Regional no Estado do Espírito do Santo.

Enfim, tive a felicidade e oportunidade de atuar e conhecer as particularidades das diferentes áreas da autarquia e da Administração Pública. Em meados de 2004, fui designado para exercer a função de chefe do Serviço de Operações Rodoviárias da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito do Santo, onde fiquei incumbido de gerenciar os trabalhos técnicos inerentes às atividades daquela unidade e seus respectivos contratos administrativos, liderando, orientando e supervisionando o competente quadro de servidores da regional, além de monitorar o desempenho das contratadas e gerenciar a execução orçamentária.

No início de 2006, deixei o DNIT do Espírito Santo para, através de concurso público, ascender à carreira de Técnico Superior Operacional, engenheiro civil, no DER do Estado do Espírito do Santo, onde, no pouco tempo que permaneci, cheguei a ocupar cargos de liderança naquela autarquia.

Ainda em 2006, retornei ao DNIT, também por meio de concurso público, ascendendo à carreira de Analista em Infraestrutura de Transportes, agora aqui em Brasília, onde atuei na Coordenação Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, executando serviços de acompanhamento da execução de toda a manutenção de rodovias federais não concedidas no País.

Atuei também, em 2008, como analista de infraestrutura, mesma carreira do nobre Senador Hélio José, acompanhando e planejando ações do PAC, no âmbito do Ministério dos Transportes.

Finalmente, em 2009, por meio de concurso público, iniciei minha jornada na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), como especialista em regulação, carreira que permaneço até os dias atuais. Desenvolvi metodologias e acompanhei fiscalizando, à época, diversos contratos de concessão rodoviária, como a concessão envolvendo o sistema baiano de rodovias, a Viabahia, a Autopista Régis Bittencourt e a Autopista Litoral Sul, que é a ligação entre Curitiba e Florianópolis.

Em abril de 2011, recebi a grande missão de exercer a função de Superintendente Regional do DNIT, no Estado do Espírito Santos, representando essa importante autarquia e um Estado com enorme potencial logístico e de produção agrícola, bem como Industrial, porém ainda carente de uma infraestrutura adequada a essa sua enorme vocação.

Tive a responsabilidade de desenvolver ações importantes para implementar empreendimentos estruturantes e fundamentais ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, como, por exemplo, a duplicação do Contorno de Vitória, principal gargalo logístico federal do Estado; concluir a travessia urbana da cidade de Linhares, na BR-101, além de recuperar 100% da malha rodoviária federal pavimentada no Estado do Espírito Santo, entre outras ações de relevante interesse daquele Estado.

Ressalte-se que foi naquela gestão que o DNIT bateu recordes históricos de investimentos no Estado, e eu não posso deixar de agradecer aos colegas da autarquia que colaboraram para alcançarmos os resultados obtidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Permaneci, então, como Superintendente Regional até o final do ano de 2014. Com a nova gestão estadual iniciada em 2015, recebi o convite – e aceitei – do Governador Paulo Hartung para liderar a autarquia estadual rodoviária, o DER, onde atuo até o presente momento.

São mais de R$1,2 bilhão em contratos em execução, mesmo em tempos de crise, fruto da gestão profissional que o Governador implementa no Estado do Espírito Santo. Várias obras rodoviárias de pavimentação, duplicação, adequação, além da construção de aeroportos regionais, entre tantas outras ações, estão sendo tocadas pelo DER no Estado do Espírito Santo, mas eu destaco entre elas o Programa Estadual de Concessões, cujos projetos estão em elaboração, e, a manter-se o cronograma atual, se iniciarão ainda no ano de 2017.

Durante esses 21 anos de atuação profissional, sendo 16 deles no DNER e DNIT, sempre busquei trabalhar em sinergia com os servidores e demais colaboradores, ouvindo opiniões, debatendo ideia e os motivando, prezando pelos valores de humildade e respeito, buscando sempre estabelecer um ambiente de convivência saudável e altamente profissionalizado.

Em obediência a um comando consagrado e de grande expressão democrática da Constituição Federal, meu nome está submetido à apreciação de V. Exªs, como disse anteriormente, legítimos representantes do povo brasileiro, para exercer a função de Diretor Executivo do DNIT, diretoria essa de grande importância na atuação do DNIT, uma vez que é responsável por interagir de forma gerencial com todas as outras diretorias da autarquia, bem como com as suas 25 superintendências regionais.

Assim, o desafio é significativamente maior do que aqueles que venho assumindo ao longo dos últimos anos. Sob a responsabilidade da Direx estão desde ações como o acompanhamento do planejamento estratégico do órgão, orientar e supervisionar atividades das diretorias setoriais, acompanhar, orientar e dar assistências a diretorias e órgãos descentralizados na execução de seus empreendimentos, até ações de suma importância para a autarquia e todo o meio de infraestrutura de transportes, como a formação de preços referenciais para orçamentos em obras e serviços, bem como todos os procedimentos licitatórios de grande porte da autarquia, além da normatização para a execução de tais atividades em outras áreas do DNIT.

Apenas para citar alguns exemplos, na Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura, foram emitidos, nos últimos quatro anos, mais de mil pareceres sobre orçamentos, analisados mais de dez mil preços novos, resultando em investimentos de mais de R$3 bilhões, além dos previstos pela autarquia.

Já a Coordenação Geral de Cadastro e Licitações, por meio do RDC, conseguiu reduzir, por exemplo, um procedimento de contratação de 560 dias para pouco mais de 270 dias, dentro da infraestrutura do órgão.

Assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caso tenha a honra de ter o meu nome aprovado por V. Exªs e pelo Plenário desta Casa, trabalharei com muita dedicação para que o DNIT possa continuar no seu processo de melhoria, na prestação de serviços ao cidadão, aplicando, além das boas práticas de engenharia e de gestão pública, os mais importantes valores passados a mim pelo meu pai, Sr. Nargil Francisco Rosa, funcionário público e produtor rural, quais sejam: honestidade com as pessoas, humildade, lealdade e companheirismo. Firmo o compromisso com V. Exªs, caso tenha o meu nome aprovado, de ser transparente e de estar sempre à disposição desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para responder os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa, indicado para o DNIT.

Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá, igualmente indicado para o DNIT.

O SR. GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, o Senador Garibaldi Alves Filho. Muito me honra estar aqui ao vosso lado. Na outra oportunidade, o senhor estava de licença médica, mas foi bem substituído.

Exmº Sr. Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço; Exmº Sr. Senador Vicentinho Alves, digno Relator; Exmªs Srªs e Srs. Senadoras e Senadores aqui presentes e demais autoridades, senhoras e senhores.

Dou início às minhas considerações, destacando a importante missão que o DNIT tem, que é implementar a política de infraestrutura de transporte, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País. Não entendemos o desenvolvimento sustentável sem garantirmos a máxima eficiência logística ao País. Neste momento em que nossa economia, mais do que nunca, necessita de pilares sólidos e crescimento, o DNIT é importante instrumento que dispõe a Nação para vencer esse desafio.

E estamos preparados para isso. A Diretoria de Administração e Finanças do DNIT tem um papel fundamental na autarquia, posto que, entre suas principais atribuições, está assegurar que todas as demais diretorias, superintendências e administrações rodoviárias tenham condições de exercer suas atividades finalísticas. Está a cargo da Diretoria de Administração e Finanças a missão de planejar, administrar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento, de administração e finanças e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

contabilidade. Cabe à Diretoria de Administração e Finanças ainda toda a responsabilidade pela organização e modernização administrativa, além de cuidar do nosso maior patrimônio, os nossos servidores.

Exerço a atividade de Diretor Executivo desde abril de 2015 e asseguro a V. Exª que eu tenho condições de atender a essa nossa nova missão à frente da Diretoria de Administração e Finanças. Iniciei minha carreira no serviço público em 1984, na extinta Esec, empresa responsável pela construção da Ponte Niterói. Após dois anos, fui transferido para o saudoso Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nosso DNIT atual.

Exerci as funções de gestão, como chefe de seção técnica, chefe de residência e supervisor da unidade local, todos nas superintendências regionais do Estado de Pernambuco e de Paraíba, tendo sido chefe de serviço em Engenharia de 2003 a 2010 e Superintendente Regional de março de 2010 a abril de 2015 na nossa saudosa Paraíba.

Minha experiência de mais de 30 anos em Engenharia Rodoviária, somada às captações realizadas neste período e os cargos exercidos como gestor, me faz aceitar, com tranquilidade, esse novo desafio que o DNIT me oferece. Agradeço a confiança em mim depositada pelo Exmo Senhor Presidente interino Michel Temer e pelo Exmo Ministro de Estado dos Transportes, Maurício Quintella, quando me indicaram ao cargo de Diretor de Administração e Finanças. Sabendo a importância do DNIT no desenvolvimento do sistema federal de viação e de logística nacional, sinto-me honrado com essa nova missão, tendo a consciência dos desafios a serem enfrentados nessa nova Diretoria. E posso afirmar, com toda a segurança, que estou preparado para assumir o cargo, caso seja o entendimento de V. Exª.

Finalizando, agradeço à família e aos demais colegas do DNIT presentes nesta sessão.

Muito obrigado.

E um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra ao Sr. Mário Rodrigues Júnior, indicado para a ANTT, o Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa observou que eu estava errando o nome dele, e estava dizendo Ralph. Como na minha terra, mate o homem, mas não erre o nome.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Rodrigues Júnior, indicado para a ANTT.

Com a palavra V. Sª.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Bom dia.

Primeiro quero cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Garibaldi, cumprimentar o Vice-Presidente, Senador Ferraço, demais Senadores, autoridades, senhoras e senhores, os meus colegas aqui sabatinados, os funcionários da ANTT e da Valec aqui presentes.

Há cerca de oito anos, tive a oportunidade de ser submetido a essa mesma sabatina para avaliação da minha experiência para assumir o mesmo cargo de diretor da ANTT.

Hoje, inicialmente, agradeço ao Sr. Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, demais autoridades que permitiram, mais uma vez, em minha carreira, a oportunidade de me apresentar a esta Comissão do Senado Federal.

Nos últimos anos, atuei como diretor da ANTT, atuando muito na ênfase do segmento rodoviário em duas frentes: viabilização da concessão da segunda fase, já implantada, inclusive a terceira também, e a preparação de leilões complementares da referida fase, Espírito Santo.

Ainda na ANTT, atuamos no segmento ferroviário e de transporte interestadual de passageiro.

Após isso, hoje exerço o cargo de diretor presidente da Valec, onde tive a honra de, no ano passado, concluir o trecho da ferrovia Palmas–Anápolis, e estamos com a missão principal de concluir a extensão sul da FNS, que finalmente poderá interligar a Região Norte do nosso País com o Porto de Santos, através da malha da ALL.

Também quero aqui fazer um agradecimento ao meu Relator, Senador Vicentinho Alves, que em reunião desta Comissão apresentou o meu *curriculum vitae* de forma clara e objetiva, além de complementar com observações sobre minha experiência profissional.

De forma rápida e concisa, apresento a minha experiência.

Graduado em engenharia pela Universidade de Mogi das Cruzes, pós-graduado pela USP (Universidade de São Paulo), vários cursos complementares sempre no segmento de engenharia de transporte e administração pública, várias visitas e reuniões técnicas a diversos países como França (rodovias), Espanha (rodovias), Coreia do Sul (trem de alta velocidade).

Como histórico profissional, além da atividade citada na Valec, participei do projeto de implantação de aeroportos regionais na SAC (Secretaria da Aviação Civil) da Presidência da República e, por fim, tenho uma experiência de 33 anos atuando no segmento de engenharia de transporte rodoviário e ferroviário, aéreo e fluvial, sempre atuando na área de direção, gerenciamento, técnica e administrativa.

Quero ressaltar também que hoje conseguimos implantar um sistema de gestão na Valec, onde é reconhecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Por determinação da CGU, a Valec desenvolveu um programa de integridade, que vai ser obrigatório agora para todas as empresas e órgãos do governo, para empresas e órgãos da administração. A Valec se tornou uma referência. Hoje, o programa de integridade da Valec é uma referência. A gestão da Valec está se tornando uma referência. Tudo isso é fruto de um trabalho de grandes profissionais.

Quero dizer da importância agora da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

A Agência Nacional é reconhecida, tanto no âmbito nacional como internacional, como uma das principais agências do nosso País. É reconhecida, já ganhou prêmios internacionais, tem um peso muito forte, que é, agora, melhorar as condições da nossa infraestrutura. Temos que buscar alternativas; e isso fará o novo Governo, com o segmento das novas concessões que estão sendo desenhadas e modeladas, tanto para rodovia como para ferrovia e aeroportos. No caso dos aeroportos, estudos farão com que busquemos parcerias com a iniciativa privada, para que o nível de investimento seja aplicado. Lógico, hoje a demanda de investimento necessário para que melhoremos a intermodalidade, a condição dos nossos modais é muito grande.

Então, hoje, o desenvolvimento... Inclusive, está para ser publicado até o dia 25 de agosto o primeiro bloco de concessões já com uma nova diretriz e com um novo modelo. Acho que com a minha experiência profissional de todos estes anos, venho colaborar muito com esse sistema.

É só isso, eu queria agradecer a todos a honra de estar aqui, mais uma vez, indicado para essa agência de tamanha importância, que é a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Mário Rodrigues Júnior, indicado para a ANTT.

Agora, concedo a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados. Lembro que os Relatores terão prioridade.

Não havendo quem queira... Não, concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves; nobres futuros indicados, Dr. Gustavo, Dr. Halpher. É Halfer ou Halper?

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Halfer.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É ph de farmácia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não erre o nome pelo amor de Deus.

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Não, é ph de farmácia, daquele antigo, não é, Halpher?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É Halfer?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Halfer. É ph de farmácia...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ph de farmácia.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Como se diz lá no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor é do Nordeste também?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sou, sou, com muita honra.

Mas, nobres Senadores, dizer que estamos vendo com muitos bons olhos a indicação dos ilustres sabatinados e quero destacar aqui a carreira do Dr. Halpher, quero parabenizá-lo e dizer que o senhor realmente é do ramo. Então, isso facilitará muito um grande desafio que o senhor terá que enfrentar no futuro, e todos vocês do início também, o Dr. Gustavo como engenheiro que é, porque vamos entrar em um momento, no País, quando a melhoria do gasto público será algo fundamental: alocar recursos onde precisa é muito fácil, porque precisamos de recursos em todos os locais. Mas terão que ver custo-benefício, olhar a qualidade das obras, olhar um setor que requer cada vez mais transparência, mais competitividade.

E eu percebi que, por causa da formação de vocês, a questão da construção do preço, a questão da qualidade das obras, isso tudo passou pelo olhar de vocês para a confecção do currículo que vocês colocam à nossa disposição agora.

Dr. Halpher, eu queria colocar uma coisa muito importante. Ontem, o Senador Magno Malta ligou e disse: "Olha aquele rapaz, porque ele tem competência até para ser o presidente". Eu queria registrar isso. Eu fiz questão de ler o seu currículo para realmente afirmar que todas as colocações do Senador Magno Malta eram verdadeiras.

Mas eu acho que vocês chegam em um momento em que o Brasil precisa de infraestrutura, precisa de investimentos. Lá no Estado da Bahia, nós temos uma malha rodoviária muito grande. Eu tive oportunidade de trabalhar como engenheiro na área de construção de rodovias. Nós temos que olhar muito os projetos de duplicação, o projeto de duplicação da BR-101, da BR-116, para tentar agilizar isso. Temos um projeto muito importante, que está aqui no Governo Federal, que é a construção de um eixo de desenvolvimento que faz uma ligação transversal da capital, através da construção de uma ponte, e liga a BR-101 à BR-116 e se articula com a BR-242. Eu acho que esse é um eixo de desenvolvimento importante para a Bahia, porque mais de 70%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do PIB e também da arrecadação de ICMS estão concentrados na região metropolitana. E a gente precisa fazer com que essa obra diminua esse percurso em mais de cem quilômetros e possibilite uma redistribuição de renda e de riqueza para o Estado da Bahia.

Então, eu acho que vocês têm também o acompanhamento da Ferrovia Oeste Leste e outras obras importantes, como a duplicação da rodovia que liga o Município de Barreiras ao Município Luís Eduardo Magalhães, que já está em estudo no DNIT, que é muito importante, porque ali há um gargalo onde a vida de várias famílias estão sendo perdidas.

Então, eu quero parabenizar a você e ao Dr. Mário Júnior.

Dr. Mário, houve certo desconforto com relação à corporação que há na ANTT, que alegou que você teria que ter se desligado da Valec há mais de 12 meses. Como eu não sou conhecedor dessa matéria, Presidente, só trago o assunto aqui para que o próprio Dr. Mário Júnior, por ter sido da Valec e agora da ANTT, e deve estar acompanhando essa questão, possa esclarecer essa questão tão importante levantada pelos funcionários daquela casa, para que a gente possa dar prosseguimento à sua indicação, se isso realmente estiver dentro do âmbito legal.

Então, eu queria parabeniza a todos e dizer, Presidente, que ficamos felizes em poder contar com mais engenheiros à frente dos destinos do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Roberto Muniz.

Continua concedida a palavra ao Srs. Senadores.

Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, os quadros que estão colocados na mesa são quadros experimentados, qualificados. Falo experimentados, porque ninguém chegaria aqui sem ter currículo, mas o currículo não diz necessariamente se é qualificado ou não. Por isso, todas as vezes em que sou procurado por alguém que está galgando alguma indicação, até para tribunal superior, e quer marcar um encontro no gabinete para apresentar o currículo, a primeira coisa que falo é: "desculpe-me, mas seu currículo não quero ver, seu currículo não me interessa, porque alguém só chega na posição em que você chegou para ser indicado se tiver currículo. Currículo todo mundo tem. Uma pessoa para ser indicado para um tribunal superior precisa ter um currículo recheado. Então, currículo todo mundo tem. Ler o seu currículo e ler o do outro, para mim, é a mesma coisa. Só quero saber se você é experimentado, se existe alguém com idoneidade que pode atestar a sua idoneidade. A partir disso, passa a valer para mim, mas só currículo, não, porque conheço muitos que têm um currículo bom e são safados." Então, currículo conta muito menos. Esses, que aí estão, são experimentados.

De conhecimento nosso, o Dr. Halpher, pelo menos, além se ser um engenheiro do Estado do Espírito Santo, que dirigiu o DNIT no Espírito Santo, foi tirado de lá pelo Governador Paulo Hartung, que tem a tarja de um bom gestor, alguém que sabe construir quadros em torno de si. O Brasil e os Estados estão em uma situação ruim, de forma até avassaladora. O Estado do Espírito Santo é desses Estados que estão menos ruins que os demais dada a capacidade gestora de Paulo Hartung e a sua capacidade de construir o seu entorno, os seus assessores. Assim, ele acabou levando o Sr. Halpher para lá, para comandar o DNIT, o DER lá até hoje. Então, trata-se de uma pessoa experimentada apesar de muito jovem. Ele é dos quadros federais, pertence à ANTT. Nós, no Estado do Espírito Santo, nos orgulhamos muito por ele ser filho da terra.

O Mário Rodrigues também conheço. Estive com o Senador Ricardo Ferraço, na busca de um entendimento, de um esclarecimento do fato de ele estar hoje aqui. O Dr. Gustavo também é conhecido de todos. Então, essa Mesa que aí está não é surpresa para nenhum Senador visto que, mais ou menos, todos são conhecidos, eu até sou muito mais próximo do Dr. Halpher Luiggi pelo trabalho prestado ao meu Estado.

Essa é a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei rápido.

Primeiramente, agradeço ao Senador Ferraço, que compreendeu perfeitamente o nosso relatório. S. Exª tinha dúvidas no início, mas, depois, em seguida, se manifestou plenamente favorável.

Quero deixar aqui registrados os meus agradecimentos como Relator do Dr. Mário. Também agradeço aos colegas Senadores pelo Dr. Gustavo, de cuja indicação também fui Relator. Como bem disse o Senador Magno Malta, parabenizo o Dr. Halpher, que, além de brilhante, teve seu currículo testado, como os demais, no dia a dia, o que é importantíssimo.

Todos já com uma longa caminhada na área do DNIT e na área do Governo Federal; e todos com a vida plenamente em ordem, o que também é importante, para que possamos, aqui, votar com tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Portanto, Sr. Presidente, parabenizo todos os indicados e agradeço, como Relator que fui das indicações do Dr. Mário e do Dr. Gustavo, o apoio dos colegas Senadores, desejando aos três – Dr. Halper, Dr. Gustavo e Dr. Mário – sucesso nessa nova missão.

Que Deus abençoe os três e que ajude, cada vez mais, o nosso País!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Consulto o Senador Hélio José... Não precisava nem consultar... (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Olha, nobre Presidente, Senador Garibaldi Alves, o senhor é um privilegiado por ter a oportunidade de sabatinar ou de dirigir sabatinas com tão renomadas personalidades que por aqui passam. São personalidade com uma larga experiência e capacidade de contribuir para que o nosso Brasil possa avançar no sentido de suprir a necessidade que temos, cada vez mais, de uma melhor infraestrutura para levarmos uma safra mais barata para os portos, dando condição de competitividade para o nosso mercado.

Eu queria cumprimentar o Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, servidor do DNIT, que está aí sendo indicado para essa diretoria do DNIT.

Desejo lhe sucesso. Lamento não ter podido participar da sabatina e de toda o processo, porque eu estou presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia no exame de um assunto importantíssimo, que é a discussão de toda a ciência da informação e a tecnologia do setor no País.

Contudo, eu queria, Sr. Charles, que, uma vez no DNIT, uma entidade importante, possamos realmente dar continuidade ao trabalho de recuperação da nossa malha viária, apresentando propostas para que a nossa malha hidroviária possa realmente ter condições de evoluir e que as nossas ferrovias também possam avançar junto com a ANTT.

Assim, eu quero desejar sucesso a V. Sª, ao passo em que queria ouvir a sua resposta à mesma pergunta que eu fiz para o nosso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, não é o Charles?!

É que eu não consigo enxergar de longe sem os óculos. Perdão!

O indicado ao DNIT, ali, no caso, é o Dr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá.

Você demorou – ouviu, meu assessor?!

Os universitários estão precisando ser demitidos, porque estão demorando muito para avisar. Eu pensava estar falando com o Charles e é o Gustavo Adolfo Andrade de Sá.

Mas, Dr. Gustavo, tudo que eu falei para o Charles serve para você.

Quero lhe desejar sucesso e queria ouvir de você como é que a gente poderia melhorar nessa área. Está certo?

Não há nada aqui que eu tenha dito em relação ao Charles que não sirva para você – 100% serve para você.

Queria saber como é que a gente resolve o grande problema do DNIT que é a questão de fazer recuperações mais permanentes, e não aquelas recuperações do tipo "sonrisal". O que você está pensando sobre isso? Como é que nós podemos pegar a nossa malha rodoviária e fazer aquela recuperação que, depois da próxima chuva, não esteja tudo esburacado de novo? O que está pegando nessa questão?

Queria ouvir de você como podemos resolver a crise de uma vez por todas, resolvermos a questão dos analistas de infraestrutura de transportes do DNIT, que têm a carreira totalmente diferente da nossa carreira de analistas de infraestrutura dos Ministérios que discutem política pública. Os analistas de infraestrutura de transportes do DNIT fazem o trabalho finalístico de fiscalizar e acompanhar o processo lá no DNIT.

Quero, portanto, ouvir essas duas coisas, para ser rápido e objetivo.

O Mário tem dado *show* de bola com relação ao trabalho que tem feito para nós na Valec, um trabalho que só nos orgulha. Temos certeza de que o Mário, saindo de uma empresa pública importante, que é a Valec, e indo para a ANTT – ele, que já passou pela ANTT um tempo – vai conseguir, com a nossa ANTT, junto com o Jorge e aquela turma que já está ali, avançar, cada vez mais, na questão das soluções dos nossos anéis viários. Em Brasília, temos um problema sério de anel viário, outras cidades também o têm. Há a questão das ferrovias, porque elas, hoje, é que podem, de fato, fazer com que a nossa safra chegue mais barata. Quero ouvir do Mário como transformar um pio que veio em um sonho de verão em realidade de fato para escoarmos a nossa safra com recursos módicos e termos condições de ter uma malha ferroviária competitiva.

Precisamos também ver como a ANTT vai colaborar – sou Senador de Brasília, e a nossa maior crise é o transporte – no transporte. Temos um trem de média velocidade, que lia Luziânia a Valparaíso, Brasília, que é essencial e fundamental para a nossa cidade. Preciso ouvir como você vai nos ajudar a resolver essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Temos o Expresso Pequi, que faz a ligação entre Brasília, Anápolis e Goiânia, que é a capital mais próxima que temos aqui, mas até hoje a PPP não saiu do papel. Como você vai colaborar conosco para que, de fato, essa PPP saia do papel? É muito importante ouvirmos da ANTT, que é uma parceira muito relevante para a nossa Capital. E, agora, o Jorge tem a oportunidade de pegar uma pessoa com a sua competência para dar ajuda na ANTT para avançarmos nessa questão. Quero te ouvir para saber como podemos colaborar e, juntos, mudarmos essa situação.

O outro sabatinado, nosso querido Halpher Luiggi Mônico...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É Halpher!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero dizer que a pessoa que o defende, que é o nosso querido e estimadíssimo Senador Magno Malta, que fez questão de ligar para todos nós pessoalmente, é uma referência muito positiva para você, certo? É uma pessoa que tem o maior crédito e respeito de todos nós. Fiz questão de deixar a Presidência na Comissão para vir aqui votar no Mário, em você e no nosso querido indicado do DNIT, porque sei da importância de vocês para nós.

Você, Halpher, está como o indicado para o DNIT, as mesmas perguntas que fiz para o nosso querido Gustavo, servem para você. Eu preciso resolver uma situação. Há uma clara situação: o DNIT foi criado pela mesma lei das agências reguladoras. Ele é finalístico, então, deve regular e deve fiscalizar, certo? E precisamos resolver o problema de uma carreira chamada analista de infraestrutura de transporte que está no DNIT. Isso não está resolvido e dá confusão direto. E ainda precisamos resolver o problema de uma outra carreira, que faz política pública nos Ministérios, que também se chama analista de infraestrutura, mas não tem nada a ver com transporte. Chama-se analista de infraestrutura, e eles discutem políticas públicas nos nossos 15 ministérios nossos, que fazem o mesmo que faz o pessoal do ciclo de gestão, que é diferente de agência reguladora.

E como é que nós, juntos, vamos batalhar para resolver o problema dessas duas carreiras e, de uma vez por todas, dar sossego à infraestrutura nacional, para, em vez de os nossos colegas ficarem estudando o tempo inteiro para passar em outro concurso, realmente se concentrem para fazer o que nós precisamos, que é fazer as obras de infraestrutura andarem. Está certo?

Então, eu queria ouvir a opinião de vocês sobre essa questão, já que vocês estão indo para o Dnit, um órgão importante nessa linha; e nós precisamos resolver isso.

Obrigado e um forte abraço.

Se depender de mim, a votação será por unanimidade, Sr. Presidente.

Eu terei que sair, mas vou pegar as respostas de vocês depois pela nossa rede.

Muito obrigado. Vou continuar presidindo a CCT, porque o Senador que está lá me substituindo já me deu o recado aqui de que ele tem que sair,

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua facultada a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais Senadores que queiram usar da palavra, vamos ouvir os expositores na ordem como eles iniciaram a fase de exposição.

Eu peço ao Senador Vicentinho Alves que assuma a Presidência. Agora, não se demore não... Não vá se entusiasmar muito não! (*Risos.*)

Eu vou exercer o meu direito de voto. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, essa sabatina funcionou igual letra de *funk*: "está tudo dominado" Foi mais rápido que imediatamente... (*Risos.*)

Já encerrei. Também fui mais rápido que imediatamente.

Era essa a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Pronto.

Concedo a palavra ao Dr. Halper para as suas considerações.

O SR. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA – Agradeço os questionamentos formulados pelos Srs. Senadores, em especial ao Senador Roberto pelos elogios à minha conduta profissional, pelo que fico muito feliz.

Especificamente no Estado da Bahia, a ponte que articula a ligação entre a 101, a 116 e a 242, que visa retirar fluxo de tráfego da BR-324, tanto na BR-101, como na BR-116, o Dnit está desenvolvendo os projetos. Na 101, estamos na fase final de entrega e aprovação, sendo a previsão de entrega para o final de setembro.

Especificamente sobre a ponte, eu entendo que o que deve ser cotejado neste momento é se nós partiríamos para uma obra pública, com recursos públicos, para uma parceria público-privada ou mesmo para uma concessão pública para executar o serviço precedido de obra pública. Então, esse me parece, hoje, ser o grande desafio envolvendo a ponte na região metropolitana de Salvador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, também temos o EVTEA, o estudo de viabilidade, em andamento. É possível que, em breve, não consigo ainda dar um cronograma, mas é possível que, em breve, a gente tenha novidades nesse assunto, para que nós possamos também, efetivamente, contratar a obra ou, talvez, fazer uma parceria público-privada.

Agradeço os elogios formulados pelo Senador Vicentinho, de Tocantins, terra do nosso Eduardo Suassuna. Agradeço muito pelos elogios.

Quanto aos questionamentos do Senado Hélio José sobre a questão dos analistas, gestores, analistas de infraestrutura do DNIT, analista de infraestrutura dos Ministérios, especialistas em regulação das agências reguladoras, o que posso dizer é que precisamos resolver esse fato mesmo. Particularmente, Senador Vicentinho, pertenci a essas três carreiras. É curioso, Senador Hélio José, fazer essa pergunta, porque pertenci às três carreiras: fui membro do DNIT na carreira de analista de infraestrutura de transporte, fui membro no Ministério dos Transportes da carreira de analista de infraestrutura e, hoje, ocupo o cargo de analista de regulação de serviços de transportes terrestres da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Então, é uma questão de precisamos efetivamente resolver e compatibilizar para que não tenhamos a possibilidade de o profissional sair de um órgão para o outro, buscando, por exemplo, melhor condição de remuneração.

Sobre ainda os serviços de manutenção e recuperação, reabilitação, restauração rodoviária, seria interessante partirmos para contratos mais longos. O próprio DNIT, a empresa de planejamento e logística e a ANTT estão trabalhando em conjunto para que possamos partir para contratos mais longos baseados em desempenho. Então, teríamos parâmetros de desempenho. A empresa teria que se esforçar para atingir aquele parâmetro, e, a partir daí, ela seria remunerada pelo seu desempenho como executora dos serviços de restauração, reabilitação, sinalização e manutenção daquele trecho. Acho que essa é uma solução interessante. Podemos sair por uma concessão administrativa ou por uma parceria público-privada. São questões em que, tanto o DNIT quanto a Agência Nacional de Transportes Terrestres, têm que trabalhar bastante, conjuntamente, para que possamos solucionar em bom termo.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Halpher e concedo a palavra ao Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá.

O SR. GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ – Agradeço a todos pelos elogios feitos aos três componentes que aqui estão sendo sabatinados.

Respondendo ao Senador Hélio José, do PMDB do Distrito Federal, com relação aos analistas, existe já um estudo dentro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Acredito que a questão já evoluiu, e teremos, a qualquer momento, breve, algum resultado relativo a isso. Acredito que será um bom resultado, que vai proporcionar uma calmaria muito boa aos nossos analistas. Embora eu não seja analista – sou do antigo PEC, sou engenheiro de carreira do antigo DNER –, acredito que analista e engenheiro, seja qual a função que exerçam, a obrigação pública é trabalhar, e o dever público dele é fiscalizar e trazer o serviço e executar o serviço bem feito dentro das condições de normas do DNIT.

Mais uma vez, relativo a isso aí, há um bom andamento dentro do MPOG, que vai trazer um bom resultado.

Com relação à parte de restauração e manutenção da nossa malha rodoviária, hoje 90% da nossa malha rodoviária é acobertada com empresas fazendo sua manutenção.

Em alguns cantos, às vezes, o Senador falou em tapar buraco e o buraco abrir. Em uma viagem que eu fiz com a Presidenta da República – quando foi inaugurada a Ponte de Laguna, eu tive o prazer de viajar com a Presidenta na época –, também foi feita essa pergunta a ela, e na época eu fazia parte da comissão e fui chamado para responder. Então eu queria dizer aos senhores que não é serviço mal feito; não estou sendo advogado de ninguém, mas é questão de que não se tapa buraco em água.

Então nós precisamos de quê? Nós tivemos chuvas intensas no Sul do País e agora nós estamos tentando, com a janela hídrica aberta, resolver os problemas, porque nós afetamos base e nós temos hoje as nossas rodovias com veículo pesado, muito pesado, e uma política dentro do DNIT que deve vir imediatamente, que é exatamente o controle de peso das rodovias. Isso é importante.

Nós estamos lançando programa chamado PNCV, que é um controle total das nossas rodovias com relação a veículos pesados e leves. E vamos trazer um resultado, como já estão trazendo um grande resultado os nossos radares e as nossas lombadas.

Então fica aqui, Senador, a resposta do senhor de que o serviço executado nas nossas rodovias são de empresas que realmente têm condições, porque são analisadas nas nossas licitações. E, porventura, quando aparecem realmente esses buracos, nós imediatamente tentamos tapar. Na época com chuva, nós temos que deixar que abra uma janela hídrica para que façamos uma recuperação melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E com relação a nossa malha rodoviária, hoje, no nosso Governo interino, o Governo Temer, nós estamos com 90% da nossa malha acobertada sobre a manutenção e condições delas de bom trânsito.

Era isso que eu queria deixar registrado e talvez tenha respondido a pergunta do Exmo Senador Hélio José.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Mário Rodrigues Júnior. Ele vai responder, inclusive, o pedido de esclarecimento do Senador Roberto Muniz.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Senador Roberto Muniz, mais uma vez, eu quero agradecer ao Senador Ferraço, que abriu hoje aqui a nossa sabatina. Ele tinha levantado a possibilidade de que eu, Presidente da Valec, não poderia estar assumindo cargo de Diretor na ANTT por conflito de interesse. E ele próprio foi estudar, avaliou, e a Valec é uma empresa pública que não opera rodovia; não há conflito de interesse com a ANTT. Ele deixou isso bem explícito aqui. Também isso já está superado dentro da ANTT, porque nós também já esclarecemos isso para o corpo técnico. Então essa dúvida está superada.

Outra coisa – só o Senador Hélio não está aqui – é uma questão, um assunto que até interessa muito a região aqui, é o trem Luziânia-Brasília. A ANTT terminou e aprovou o EVTE, estudo de viabilidade, e está encaminhando agora para audiência pública. É o primeiro passo para que depois se modele para implantação dessa ferrovia, *o.k*?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço aos expositores, aos Senadores e às Senadoras.

Encerrada a discussão, vamos declarar aberto o processo de votação para as Mensagens de nºs 67, 68 e 69, de 2016.

Informo que as Srªs e Srs. Senadores que ainda desejarem votar já podem se dirigir à cabine de votação, localizada a minha direita.

Como todos já votaram, vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

Declaro encerrada o processo de votação.

Vamos ao que mais se espera.

Os três indicados, tanto ao DNIT, como à ANTT, foram confirmados por 18 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Aproveito para parabenizar os indicados. Não resta dúvida de que os currículos apresentados foram currículos que confirmaram realmente os serviços prestados por todos, a dedicação de todos. Sendo assim, queria, desde logo, agradecer a participação dos Srs. Halpher Luiggi Mônico Rosa, do Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá e do Sr. Mário Rodrigues Júnior, desejando-lhe muito êxito durante a permanência dos senhores nos respectivos cargos.

Depois dos esclarecimentos de todos, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 25 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves, e ainda dos Senadores não membros Paulo Paim e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 33/2016 e 43/2016, ambos de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho. **Finalidade:** Discutir a venda de ativos da Petrobras e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural. **Participantes:** Paulo Pedrosa, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Rodrigo Costa Lima e Silva, Gerente Executivo de Gás Natural da Petrobras; Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural; e Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura - CBIE. Vicente Franchini, Representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás - ABPIP. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista concedida da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 51 de 2016 - Não Terminativo –** que, "nos termos regimentais, requeremos a formação de grupo de trabalho destinado a acompanhar a venda de ativos da Petrobrás, sugerindo que seja formado por este Senador requerente, bem como pelos Senadores Armando Monteiro e Roberto Muniz." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Armando Monteiro, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Comunicamos, antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800 61 2211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo twitter.com/alosenado.

Cumprimento o Senador Waldemir Moka, como sempre madrugando aqui nesta Comissão.

A presente reunião, Senador Waldemir Moka, destina-se à realização de audiência pública para discutir a venda de ativos da Petrobras e o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural.

Em atendimento aos Requerimentos de nºs 33 e 43, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, foram convidados os seguintes senhores representantes de ministérios e instituições convidadas: o Sr. Paulo Pedrosa, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, a quem agradeço a presença na nossa audiência pública; também o Dr. Rodrigo Costa Lima e Silva, Gerente Executivo de Gás Natural da Petrobras; o Dr. Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural; o Dr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE); e o Dr. Vicente Franchini, Representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP).

Informo que os convidados dispõem de 20 minutos para suas apresentações e que, após as exposições, será concedida a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, conforme ordem de inscrição.

Para iniciarmos as exposições, consulto o Senador Fernando Bezerra se quer dar as boas-vindas em nome da nossa Comissão e como autor do requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar os nossos convidados, já aqui nominados: o Paulo Pedrosa, o Rodrigo, o Vicente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E dizer da nossa alegria pela realização desta audiência, que me parece ser muito importante para o setor de petróleo e gás neste momento em que estamos assistindo a um programa de desinvestimento da Petrobras em diversas áreas. Esse programa de desinvestimento se impõe como uma necessidade para que a Petrobras possa iniciar um processo de recuperação da sua saúde financeira e torná-la apta a realizar novos investimentos, abraçar novos desafios, pela importância capital que a Petrobras tem no processo de desenvolvimento do País e, sobretudo, na retomada do desenvolvimento industrial brasileiro. Não se pode falar em fortalecimento da indústria nacional sem levar em conta o papel central da Petrobras nesse contexto, até pela importância que o setor de petróleo e gás tem na economia brasileira.

Mas o que nos motivou a provocar e solicitar o apoio do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, e o apoio dos meus pares aqui na Comissão, é que a Petrobras, como todos sabem, tem posição monopolista em diversos segmentos. Na medida em que se cogita alienar ativos importantes da Petrobras, é importante que o Governo Federal, é importante que o Congresso Nacional, de forma particular, o Senado da República possa refletir sobre as melhores adequações nas políticas de regulação dessas áreas que serão alvo dos desinvestimentos da Petrobras. Uma das minhas preocupações refere-se à venda ou à alienação do setor de distribuição de gás, a venda dos gasodutos da Petrobras.

Isso vai ter que exigir uma nova estrutura de supervisão, de ação, de regulação desses setores, porque, se formos trocar um monopólio estatal por um monopólio privado, poderemos estar aí malbaratando os interesses do setor privado, dos consumidores. E acho que o papel do Congresso Nacional é zelar e cuidar dos interesses nacionais e dar proteção, boa competição, livre concorrência, mas assegurar que os consumidores possam ter acesso ao gás nas melhores condições possíveis, porque não interessa apenas desmobilizar por desmobilizar, viabilizar, do ponto de vista financeiro, alguns recursos para a Petrobras e, de outro lado, estarmos inviabilizando importantes segmentos industriais pela fixação de preços que serão definidos apenas pelo operador, agora em situação de monopólio privado.

Portanto, saber o que o Governo está refletindo, quais são as preocupações do Governo Federal, especialmente do Ministério de Minas e Energia, da própria Petrobras, quais são os subsídios, quais são as informações que a Petrobras traz para esse seu plano de desinvestimento, para que possamos realizar essas ações de desmobilização de ativos em consonância com os interesses da indústria nacional, com os interesses dos consumidores e na melhor defesa dos interesses do nosso País.

Portanto, é com muita alegria que quero saudar, agora, também a presença do Professor Adriano Pires, que já tomou assento à mesa e dizer da nossa alegria pela realização desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

E, para darmos inícios às exposições, convido para usar da palavra o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Dr. Paulo Pedrosa.

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado.

Bom dia, Senador Garibaldi.

Quero agradecer, em nome do Ministro Fernando Coelho, esta oportunidade de estar aqui trazendo uma visão do Governo em relação à questão do gás natural, procurando responder a essas perguntas tão oportunas do Senador Fernando Bezerra.

Quero dizer que, para mim, particularmente, Senador, é uma honra estar aqui. Eu, há 28 anos, trabalhei na Comissão de Infraestrutura do Senado. Então, é um momento muito interessante para mim estar aqui, agora, como representante do Governo.

E, há 15 anos, fui sabatinado aqui, nesta Comissão, para a posição de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Depois, em diversas ocasiões, nos últimos 15 anos, estive nos mais diferentes debates aqui, na Comissão.

Então, além de tudo, além de ser um momento de muita honra pessoal, é também uma oportunidade rica de debater um dos temas mais importantes para o País.

Eu costumava dizer que, olhando no futuro, talvez 25 anos no futuro, para o momento de hoje do País, pensando que grandes decisões foram tomadas nessa época, que influenciaram como seremos daqui a 25 anos, certamente as decisões sobre o gás natural estarão enquadradas naquele primeiro plano, no plano das decisões que transformarão o nosso futuro, numa visão, que é a marca do Governo hoje, de recuperar a economia brasileira, de retomar os investimentos e dar competitividade ao País.

Quero dizer também que a minha área de formação é o setor elétrico, é o Ministério de Minas e Energia. O Ministro tem dito sempre. O Ministério de Minas e Energia, durante muito tempo – e ainda é um pouco isso – se tornou o Ministério dos problemas da cadeia produtiva da energia elétrica. Na verdade, ele é muito mais do que isso. O Ministério de Minas e Energia é, na verdade, um grande Ministério do desenvolvimento, um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ministério da integração, um grande Ministério do emprego. É na energia elétrica, no gás natural, no óleo, nos biocombustíveis, na mineração, que também é outra área que talvez tenha tido a importância relegada a um segundo plano, e ela tem um destaque extraordinário para a recuperação do investimento. É nesse reposicionamento do Ministério que o óleo e o gás estejam talvez recebendo agora a prioridade que eles merecem em relação às oportunidades que trazem para o desenvolvimento do País.

Quero dizer que essa não é a minha área de formação. Mas estou com o Secretário Márcio Félix aqui, com a Drª Simone, Diretora de Gás do Ministério, e a equipe está à disposição da Comissão e do Senado para prestar os esclarecimentos que sejam considerados necessários e importantes para esta Comissão.

Quero também saudar o Senador Fernando Bezerra, o Senador Waldemir Moka, o Senador Vicentinho Alves, o Senador Dalirio Beber, o Senador Roberto Muniz, e dar início à apresentação.

O gás natural, durante muitos anos – eu vivi isso como um observador no universo privado, em diversas posições –, viveu momentos de muito conflito. As agendas dos consumidores, dos distribuidores de gás, dos produtores e da própria Petrobras não eram convergentes, eram agendas conflituosas. E nós temos hoje uma janela de oportunidades não só para o setor elétrico, mas também para o setor de gás natural. Quer dizer que há uma convergência muito maior e essa convergência está nos permitindo ter clareza em relação ao que propor para o futuro.

O Ministério é hoje um dos agentes – é claro que não é uma tarefa de governo, é apenas uma tarefa da sociedade – e está trabalhando para construir essas convergências e nós esperamos em breve ter propostas concretas para o setor de óleo e gás, para a sociedade, e o norte delas para o Congresso Nacional fazer aqueles ajustes necessários para a regulação do gás.

Então, avanço na apresentação.

Pouco depois de assumir a posição, o Ministro Fernando Coelho Filho já havia se manifestado, através da imprensa, do *site* do Ministério e de várias declarações, em relação à atenção do poder concedente, dos órgãos responsáveis pelo Ministério, para mitigar os riscos de ordem regulatória nessa mudança do setor do gás e conseguir criar para o setor de gás um ambiente de diversidade, de competição, de investimentos.

A visão do Ministério, com transparência para a sociedade, é que nós queremos um mercado de gás natural com diversidade de ofertantes, de agentes, com liquidez no mercado, com competitividade, com acesso à informação para todos os agentes, boas práticas de mercado e um mercado de gás natural que contribua para o desenvolvimento do País. Quer dizer: a correlação entre o desenvolvimento do mercado de gás natural e o desenvolvimento do País é enorme, e esse é um foco da ação do Ministério.

Por isso, o secretário Márcio Félix está liderando uma iniciativa que nós batizamos de Gás para Crescer. Estamos procurando propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor, tendo em vista a redução da participação da Petrobras.

Estamos adotando como premissas... Isso está alinhado. O setor de gás, é óbvio, não é isolado. Isso está alinhado com a ação geral do Ministério. O Ministério está buscando uma linha, para todas as suas áreas de atuação, de criação de um ambiente de confiança para o investimento do País. Acho que o modelo do intervencionismo estatal e da viabilização pontual de determinados investimentos na construção quase artesanal de soluções, esse modelo está superado, porque o Estado esgotou a sua capacidade. O Congresso acompanha e sabe disso. O consumidor está limitado na sua capacidade de pagamento, e nós precisamos buscar soluções baseados no investimento privado, na atração de investimentos, na geração de empregos.

Também na linha da boa governança e gestão, o Ministro tem liderado várias iniciativas – até citando palavras do Presidente Temer – de reinstitucionalização do setor, de clareza de papéis: papel do formulador de política; papel do regulador; papel do governo como investidor, através da Eletrobras e da Petrobras; e o papel das empresas, competindo no ambiente privado. Nesse mesmo movimento, tanto na Eletrobras quanto na Petrobras, há a visão de meritocracia na gestão pública. Acho que não poderia haver exemplos melhores para a sociedade do que a escolha do presidente Pedro Parente e do presidente Wilson Ferreira Júnior para liderarem esses dois instrumentos que o País tem, mas com uma visão empresarial, com uma visão de resultados.

Então, como premissas: adoção de boas práticas internacionais; atração de investimentos; aumento da competição; diversidade de agentes; dinamismo e acesso à informação – a participação, o diálogo tem sido a prática do Ministério; através do diálogo, já estamos encontrando soluções para problemas que antes eram considerados muitas vezes insolúveis –; e o respeito aos contratos.

Nessa linha do diálogo, o próprio Ministro, muitas vezes eu e, principalmente, o secretário Márcio Félix temos conduzido uma agenda de contatos com as principais instituições do setor. Com essa agenda de convergência, nós não vamos surpreender o mercado com soluções criativas e gestadas dentro da estrutura do governo sem ouvir os agentes de mercado. Esse é o conjunto de elementos dessa primeira série de contatos que o Ministério está conduzindo. A partir dessa visão, estamos levantando itens que serão apresentados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

sociedade em audiências públicas e, depois, naquilo que tiver consequências legais e regulatórias, nos procedimentos aqui no Congresso e nas agências reguladoras.

É, basicamente, uma visão de compartilhamento das infraestruturas essenciais, com estímulo à entrada de novos ofertantes, maior eficiência na utilização das infraestruturas. E aqui, mais uma vez, cito o Senador Fernando Bezerra. A Petrobras vai se desfazer de um conjunto de ativos, mas é importante que a sociedade sinalize que esse conjunto de ativos, com novas condicionantes regulatórias, precisa servir ao desenvolvimento do mercado de gás no Brasil. Na promoção da competição, há o interesse da sociedade e dos consumidores. Quer dizer, nós não estaremos, por exemplo, acompanhando a criação, que seria inadequada, de um monopólio privado controlando todo o fluxo de gás na malha nacional, que ainda é uma malha bastante restrita.

Então, o compartilhamento da infraestrutura, a competição na oferta de gás natural. A nossa visão é que o preço módico é sim o objetivo, mas ele tem que ser obtido através da competição e da criação de um ambiente de investimentos com custo de capital baixo que vai se refletir em uma energia competitiva. Isso através da competição.

Uma coisa muito importante, e aí nós vamos depender do Congresso, dos Governos estaduais, é a harmonização entre as regulações estaduais e federal. A Constituição estabeleceu que, ao contrário do setor elétrico, a União tem o monopólio da regulação, aqui no gás natural, cada Estado regula a distribuição de gás. Então, sem interferência no poder, no espaço dos Estados, nós precisamos encontrar uma maneira para que o Brasil tenha um grande mercado de gás. E o Ministério vai cumprir esse papel de oferecer soluções, de promover o diálogo para essa harmonização.

E o incentivo aos mercados de curto prazo e secundários. Nós temos a clareza que o livre acesso às redes físicas, quer dizer, a possibilidade de o gás transitar no sistema, é uma precondição para desenvolvimento do mercado de gás, mas não é uma condição única. É muito importante que os agentes, compradores e vendedores, tenham acesso a mecanismos de gestão de risco, por exemplo, com a criação de um mercado secundário. E o secretário, mais uma vez, lidera uma frente de trabalho nessa área.

Inclusive, a União é dona do gás da partilha. Então, o gás da partilha da União poderá ser um instrumento importante de política energética, por exemplo, para fomentar a criação de um mercado secundário. A nossa ideia é utilizar o gás da União como um instrumento para o desenvolvimento do mercado de gás como um todo.

A harmonização entre setores elétrico e de gás natural é algo fundamental. Muitas vezes, esses dois setores conversam pouco. Então, nós temos um modelo em que quando as térmicas são chamadas a gerar, em algumas situações são chamadas todas ao mesmo tempo, a demanda de gás compete com a demanda industrial e poderá haver um mecanismo em que a gente consiga, talvez com algumas térmicas na base, harmonizar melhor o funcionamento do setor elétrico e do setor de gás natural.

A questão da operação da malha de gasodutos e de transporte, até mesmo – avaliando, não é uma decisão tomada – a criação do operador único da malha de gás. Será que é necessário ou não será necessário? Alguns países têm e outros não têm. Mas não é uma discussão que nós precisamos empreender no Brasil. O rumo é: precisamos ter uma malha que sirva ao desenvolvimento do mercado de gás e que garanta o livre acesso. Eventualmente, com um operador ou um gestor único do transporte.

A política de comercialização do gás da partilha, eu já me referi.

Em relação ao óleo não há dúvida, o óleo da partilha deverá ser vendido pelo melhor preço possível. O óleo é uma *commodity* internacional, e essa condição é muito clara. Para o gás natural, a gente está refletindo sobre qual o melhor interesse do País. A simples venda desse gás ao preço mais alto possível ou a utilização dele como um instrumento para o desenvolvimento do mercado, o que vai promover o desenvolvimento industrial, a arrecadação e o emprego, em um ciclo secundário com resultados para a sociedade.

Na questão da tarifação dos gasodutos, nós temos que enfrentar um grande desafio. Na verdade, quando nós tínhamos uma única empresa que era basicamente a única fornecedora de gás, para ela era fácil estabelecer o fluxo teórico do gás nos gasodutos, e a partir desse fluxo teórico estabelecer os contratos e as cadeias fiscais associadas ao fluxo teórico, porque ninguém sabe o fluxo real das moléculas nos gasodutos.

Quando nós evoluirmos para um sistema com muitos agentes no mercado, transacionando gás nos gasodutos, será simplesmente impossível carimbar molécula a molécula para dizer: "Essa molécula saiu do Espírito Santo, fluiu pelo Rio e São Paulo e foi consumida por um determinado consumidor no Paraná". Quer dizer, vai ser impossível carimbar as moléculas. E se nós queremos um mercado diverso competitivo, nós temos, respeitado, é claro, o interesse de cada Estado e do processo, que estabelecer mecanismos de tributação e, quem sabe, de tarifação dos gasodutos, que permitam que o mercado atinja esse patamar que nós desejamos para ele.

Estão aí os desafios tributários e questões específicas, por exemplo, em relação à contratação do gás boliviano. Há contratos que vencem e o gás da Bolívia tem sido um fator importante para o desenvolvimento brasileiro, nós precisamos lidar com a questão da renovação desse contrato de gás e encontrar um ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

equilíbrio ideal. E a transição desse ponto de equilíbrio, em direção ao mercado competitivo, com o gás importado, GNL, com a produção nacional, com o aumento da produção nacional a partir do gás do pré-sal e o elemento importante da contratação do gás boliviano.

Estamos olhando neste trabalho não só o diálogo, aqui, interno do País, mas o *benchmarking*, a experiência internacional, com muita atenção ao modelo europeu. Quer dizer, os Estados Unidos são, é claro, uma grande referência de modelo de gás desenvolvido, mas eles têm uma situação regulatória, tecnológica, fiscal e comercial muito diferente do brasileiro. Nós, é claro, temos que olhar a experiência americana e, particularmente, o efeito no desenvolvimento dos Estados Unidos, do estímulo que eles deram à exploração do *shale gas* e o efeito que isso trouxe até no próprio setor elétrico; mas a Europa é, para nós, uma referência, talvez, mais próxima da realidade brasileira.

E no terceiro pacote de energia da União Europeia, a União Europeia cumprindo para a Europa o papel, talvez, que a União aqui no Brasil cumpre nessas regulações estaduais diversas, uma visão de separação efetiva de redes de atividades de produção e comercialização, que é um princípio importante para a separação, para evitar conflitos de interesse no mercado e intensificar a concorrência. No caso da Europa, a instituição do operador independente da rede e o *unbundling*, a desverticalização das indústrias no ambiente de gás.

Então, são também referências, ao mesmo tempo em que a experiência nacional, o modelo que nós temos hoje, o contato com os agentes e as associações no setor, a experiência internacional é uma referência muito presente nesse nosso trabalho. E é um trabalho, é claro, de que nós temos urgência. Esse é um Governo que tem pressa, nós temos dois anos para entregar o País com uma economia recuperada, o emprego; o desenvolvimento do País precisa disso. Então, nós já estamos em uma fase de interação com os agentes, nós já estamos comunicando ao mercado o andamento dos trabalhos, vamos elaborar uma minuta de propostas e diretrizes claras para o setor de gás natural, com uma visão do que é possível no curto prazo, do que vai nos dar resultado em favor da recuperação da economia, da atração de investimentos no curto prazo.

Em outubro, nós pretendemos fazer uma consulta pública. Boa parte das visões já estará incorporada porque o diálogo já está acontecendo, mas é importante ouvir a sociedade como um todo.

E até novembro nós teremos um rol de propostas. Aquelas que estarão no nível de decisões do ministério poderão ser tratadas em portarias e decretos; aquelas que eventualmente exigirão mudanças legais nós vamos submeter ao Congresso, sempre passando pelas instâncias competentes, no caso o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que reúne vários ministérios, para consolidar a posição do Governo como um todo, que é o que nós estamos preparando aí.

Além disso, há um conjunto de oportunidades de curto prazo a que nós precisamos estar atentos. Uma delas é a questão do Comperj. Acho que o Adriano Pires aqui tem tratado disso, não só diretamente como por meio da mídia. Existe lá um espaço que pode servir a um projeto importante para o País.

A gente entende que o Nordeste também... Quer dizer, agora então que o País está fazendo a opção – e o ministério respeita isso – em relação às usinas do Tapajós, nós vamos precisar ter blocos de energia que substituam a energia que viria dessas usinas, para atender o próprio crescimento e a recuperação da economia que nós estamos projetando. Quer dizer, a eventualidade de termos termoelétricas, na base, oferecendo uma energia competitiva para o desenvolvimento.

E além disso existe toda... Este ano ainda, nós queremos fazer uma pequena rodada de...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PEDROSA – ...áreas de óleo – já concluindo – para a atração de investimentos, particularmente no Nordeste. O Nordeste tem óleo *on-shore*, em terra, esse óleo em terra cuja extração tem um alto componente de conteúdo nacional e emprega mão de obra local também de forma intensiva. Quer dizer, o desenvolvimento e a atração de investimentos na revitalização da atividade *on-shore*, que são duas das várias frentes de trabalho, que nós estamos conduzindo, que estão em paralelo com esse desenvolvimento do modelo do gás.

Então era basicamente essa a apresentação inicial. Agradeço aqui ao Senador Garibaldi, aos colegas de Mesa, e permanecemos, eu e a equipe do ministério, à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Paulo Pedrosa, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, pela sua contribuição para o nosso debate.

E convido para usar da palavra o Dr. Rodrigo Costa Lima e Silva, Gerente-Executivo de Gás Natural da Petrobras.

O SR. RODRIGO COSTA LIMA E SILVA – Bom dia, Presidente; bom dia a V. Exªs; bom dia aos demais colegas aqui da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Nós trouxemos aqui uma apresentação sobre a indústria de gás no Brasil, em que nós vamos abranger as características dessa indústria, a posição da Petrobras neste momento dentro da cadeia e algumas questões centrais que o Secretário Paulo até já abordou aqui na sua apresentação, mas é importante a gente reforçar essas questões centrais neste processo de transformação que estamos vivenciando.

Então vamos começar aqui justamente retratando como é essa cadeia de gás no Brasil. A cadeia de gás começa justamente na oferta da produção nacional. A oferta da produção nacional hoje representa cerca de 60% do que o mercado necessita. Então, nós vamos ver, no decorrer aí, já um crescimento bastante expressivo.

Logo na sequência, nós temos as plantas de tratamento de gás, onde separamos o gás especificado para entrega dos líquidos.

Então, ali nós temos o líquido de gás natural, temos a produção de GLP, de gasolina natural, que é o C5+.

A complementariedade ao atendimento à demanda brasileira se dá através da flexibilidade de importação de GNL, através dos nossos terminais de regaseificação, que vamos abordar um pouco mais à frente, e com a confiabilidade do suprimento boliviano. Como foi destacado, há a importância dessa fonte de suprimento dentro da complementariedade ao nosso mercado. No coração da cadeia, nós temos a rede de transporte e uma malha de 9.190 quilômetros, que foi desenvolvida, principalmente, ao longo da costa brasileira, que é onde, maiormente, situa-se a produção nacional. E, por fim, nós atendemos à demanda ao mercado. Hoje, aproximadamente 40% desse mercado atendem à demanda térmica e 60% atendem à demanda não térmica.

No próximo eslaide, vemos a trajetória de importante crescimento do gás na matriz de energia no Brasil. Então, o gás saiu, no ano de 2000, de um patamar de representação de 5%, chegando, em 2015, a um patamar de 14%. Isso dá um crescimento de cerca de 10% ao ano. Se pegarmos o crescimento médio da economia nesse período, está na casa de 3,5%. Então, é um crescimento bastante acentuado ao longo desses 15 anos.

E há dois fatores importantes nessa trajetória: primeiro, a substituição, a política de substituição de óleo combustível por gás natural no atendimento energético ao nosso parque industrial e, segundo, o crescimento da demanda térmica. Vamos ver um pouco mais adiante que esse crescimento da demanda térmica também foi a maior evolução dentro do nosso mercado consumidor.

Por outro lado, quando vimos a trajetória da produção nacional, vimos, ao longo desses 15 anos, de 2000 a 2015, uma ordem de crescimento de 7% ao ano. Então, temos ali, no início de 2000, uma produção de 36 milhões de metros cúbicos/dia; fechando 2015 com 96 milhões de metros cúbicos/dia; e agora, no ano de 2016, estamos projetando 95 milhões de metros cúbicos/dia. Vale destacar o recorde obtido no mês de junho, com a produção de 103 milhões de metros cúbicos/dia. Essa produção, maiormente, cerca de 80%, está situada nas nossas plataformas continentais *offshore*.

Nós temos aqui também – depois vamos ver na sequência – um papel de destaque importante de crescimento dessa produção com a entrada dos sistemas do pré-sal.

Quando vemos o comportamento da complementariedade da importação, vemos, de fato, a relevância da complementariedade boliviana ao longo desses últimos três anos, de 2013 a 2015. Esse fornecimento boliviano representou algo em torno de 60%. Exatamente no momento atual do mercado, de 2016, uma representação na casa de 80% do que estamos importando está vindo da Bolívia, em função de uma queda que tivemos no mercado no ano de 2016. E não estamos utilizando a flexibilidade de GNL para atender ao mercado.

Quando nós vemos aqui justamente um dos fatores que colaboraram para o aumento do gás na nossa matriz energética, esse gráfico justamente nos demonstra a redução da utilização de óleo combustível, que é a barra cinza. Ele saiu, no ano de 2000, de um patamar de 12%, chegando a 2011 num patamar de 3% e se estabelecendo nesse patamar. E o contrário ocorreu a trajetória do gás. Ou seja, nós saímos de um patamar de 6% para um patamar de 12%, estabilizando nesse patamar. Então, foi uma política de substituição de óleo combustível por gás natural. Hoje a competitividade do gás natural frente a esse energético se mantém num patamar de 65% do preço do óleo combustível. Então, se mantém dentro de um patamar competitivo, estabelecendo esse patamar de 12%.

Por fim, fechamos aqui esse primeiro bloco, mostrando um pouco da composição da nossa demanda. Então, ressalto mais uma vez o destaque do crescimento da demanda térmica, da importância da demanda térmica dentro da composição dos nossos consumidores, em que nós tivemos um salto de 9% para 40% no fechamento do ano de 2015. Isso ocorreu junto com outros fatores, mas esse é preponderante. Nós iniciamos a trajetória do ano de 2000 num patamar de mercado de 26 milhões de metros cúbicos/dia e fechamos no ano de 2015 com um patamar de 98 milhões de metros cúbicos/ dia. Então, foi um crescimento bastante acentuado e suportado também por um crescimento, como nós vimos, bastante acelerado da produção nacional.

Passamos ao segundo bloco, quando nós queremos destacar um pouco como é que está o posicionamento da Petrobras nessa indústria. A Petrobras hoje participa em todos os elos da cadeia de uma forma preponderante. Quando nós vimos, pela parte da oferta, da produção, que estamos num patamar na casa dos 50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

milhões de metros cúbicos/dia, Petrobras e parceiros, e nós estamos com uma projeção de alcançar, ao final do ano, em dezembro, o patamar de 60 milhões de metros cúbicos/ dia.

Então, ao longo desse segundo semestre, não estamos aí entrando com as ofertas do campo de Iracema Norte e Iracema Sul mais Sapinhoá Norte. Estamos aí injetando mais cerca de 10 milhões de metros cúbicos/ dia na malha. E isso que nos dá um patamar de cerca de 80% da oferta ao mercado brasileiro sendo atendida pela Petrobras no que diz respeito à oferta.

Quando nós vemos aqui a projeção com relação ao pré-sal, nós temos aí já duas rotas em operação: a rota um, com 10 milhões de pré-sal e 10 milhões de pós-sal sendo processados na planta de Caraguatatuba, em São Paulo, que tem uma capacidade de 20 milhões de metros cúbicos/dia; a rota dois, que tem uma capacidade de 16 milhões de metros cúbicos/dia, escoando a rota do pré-sal, principalmente do campo de Lula mais a parte ali de Iracema e Sapinhoá. E está em andamento o projeto da rota três, com mais uma ampliação de oferta de escoamento de 18 milhões de metros cúbicos/dia. E está também em andamento o projeto de construção da planta de processamento de gás da Rota 3.

Esqueci-me de falar que na parte da Rota 2 temos uma planta de processamento de Cabiúnas, com uma capacidade de 25 milhões de metros cúbicos/dia.

Então, esse conjunto de Rotas totaliza 44 milhões de metros cúbicos/dia, que serão ofertados ao mercado junto com essa infraestrutura de tratamento de gás.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Onde fica Cabiúnas?

O SR. RODRIGO COSTA LIMA E SILVA – Fica em Macaé, no Rio de Janeiro.

Pelo lado da importação, da complementariedade, temos um contrato com a YPFB de 32 milhões de metros cúbicos/dia. Esse contrato vai até 2019. E estamos nominando cerca de 30 milhões de metros cúbicos/ dia. Foi com o que fechamos o primeiro semestre de 2016. E complementamos a importação com uma infraestrutura com 41 milhões de metros cúbicos/dia nos nossos três terminais, que veremos um pouco mais adiante.

Com relação ao transporte, tivemos um crescimento expressivo, uma expansão de cerca de 85%, chegando a uma malha de 9.190 km. Temos 34 estações de compressão, 185 pontos de entrega. E é com essa infraestrutura que conseguimos dar flexibilidade ao atendimento ao mercado.

A nossa participação na parte de transporte se dá principalmente através das participações societárias que temos na empresa TAG (Transportadora Associada de Gás), e na TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil).

A TAG é uma subsidiária integral. Temos, neste momento, 100%. E na TBG, temos uma participação de 51%, através da Logigás. Essas duas empresas são as empresas centrais que controlam essa malha. E temos atuação através dessas participações societárias.

No que diz respeito à demanda, temos uma quantidade diária contratada num patamar de 111 milhões de metros cúbicos/dia. O nosso mercado, em 2015, situou-se num patamar de 92 milhões, sendo 40%, segmento não térmico, 33%, segmento térmico e 27% o consumo interno da Petrobras.

No ano de 2016, estamos com um mercado cerca de 25% menor, num patamar de cerca de 74, 75 milhões de metros cúbicos /dia.

Aqui, como falei, vemos de uma forma mais ampliada a nossa infraestrutura de regaseificação. Então, temos uma capacidade de sete milhões de metros cúbicos /dia no Porto de Pecém.

O apoio hoje do navio regaseificador, Experience, que está atracado no Porto de Pecém. Temos o terminal da Baía de Guanabara com a capacidade de 20 milhões de metros cúbicos/dia. Nesse momento está atracado o Spirit, que é o navio regaseificador. E o terminal da Baía de Todos os Santos, na Bahia, com a capacidade de 14 milhões de metros cúbicos/dia. Neste momento, estamos com o Gollar Winter atracado no píer de regasificação.

E adicionalmente contamos com infraestrutura de transporte, com quatro navios que nos dão capacidade de transportar GNL. E importante também, dão-nos confiabilidade de suprimento de estocagem de GNL, que nos dá uma oportunidade de atender com segurança o mercado térmico, que tem uma sazonalidade grande na parte dos despachos.

Terceira parte. Eu queria abordar aqui justamente algumas questões centrais, que o Secretário Paulo já abordou, mas que é importante reforçar, nesse processo de transformação. Então a situação atual que nós vimos é a Petrobras tendo uma posição relevante dentro da cadeia do gás, e nós estamos justamente num processo em que estamos vendendo participações em empresas de transporte de gás, estamos buscando compatibilizar o nosso *market share* associado à nossa produção, a produção própria da Petrobras. E também nós estamos buscando compartilhar a infraestrutura de processamento e de terminais de regaseificação.

Nós vemos esse processo de uma forma em que essa transformação vai se dar de forma suave, não de forma abrupta; nós não vemos uma ruptura de suprimento no mercado brasileiro. Nós acreditamos que já houve um grande avanço na regulação com a nova Lei do Gás, de 2009; necessita de aprimoramentos essa regu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

lação justamente – isso foi muito bem frisado pelo Secretário Paulo – para dar uma maior competitividade ao mercado. Nós precisamos ter alguns aperfeiçoamentos. E é com esses aperfeiçoamentos que vamos continuar essa trajetória de avanço da indústria do gás.

Sobre essas principais questões centrais, acho que a primeira, bastante importante, que foi abordada aqui, é justamente a questão da tributação, a vinculação do fluxo físico com o fluxo comercial. Isso inibe a competitividade, ou seja, dificulta a troca, operações de troca. Essas operações de troca poderiam ampliar a oferta de gás ao mercado brasileiro, ampliar a competitividade. Então, esse é um desafio em que vamos ter de avançar e acreditamos que o cenário ideal seria justamente desamarrar esse fluxo, permitir que nós consigamos operar um sistema com diversas moléculas dentro da nossa malha de gasodutos.

Um segundo ponto é justamente a questão de transporte. A questão de transporte, acho que é importante primeiro conceituarmos os atores na parte de transporte. Nós temos os produtores, o transportador e o consumidor; e temos a figura do carregador. O produtor, o transportador e o consumidor seguem um fluxo físico. Então o produtor se relaciona com o transportador e o transportador se relaciona com o consumidor de uma forma que obedece ao fluxo físico da molécula. O fluxo comercial passa pelo carregador.

O que é o fluxo comercial? O carregador é que estabelece contratos de transporte de gás entre o carregador e o transportador; é o carregador que estabelece contratos de compra e venda de gás com os produtores; e é o carregador que estabelece os contratos de compra e venda de gás com os consumidores. Então, comercialmente, esse relacionamento passa pelos carregadores.

Então, num primeiro momento em que desinvestimos uma participação em uma transportadora, os contratos comerciais continuam existindo, por isso que falamos de uma transição suave.

Então, esses contratos de carregamento têm um prazo. Neste caso em questão, vamos pegar o exemplo da NTS, são contratos que possuem um vencimento até 2025, começam a expirar a partir de 2025. Portanto, existe um processo de transição suave nessa redução nossa de participação, onde, em um primeiro momento, os contratos continuam valendo.

Um segundo ponto são justamente as características da indústria do gás. Acreditamos que há três atributos importantíssimos: primeiro, a confiabilidade de suprimento. Nós termos a certeza de que vamos ter a oferta do produto. Segundo, a flexibilidade, a oportunidade desses produtores estarem injetando o gás ao longo da malha. E terceiro, a questão da liquidez, que foi comentada pelo Secretário Paulo. Ou seja, os consumidores querem ter a oportunidade de estarem em um ambiente competitivo, podendo adquirir esse gás de diversos atores.

Com isso, então, nós acreditamos em um modelo que é o modelo de entrada e saída, onde, pelo lado da entrada, os produtores têm flexibilidade de poderem injetar o seu gás na malha em qualquer ponto de entrada; pelo lado dos consumidores, eles têm a oportunidade de retirarem em qualquer ponto de saída da malha. E para operar esse ambiente nós temos um agente central do transporte, que pode cumprir com o papel de balancear o sistema, alocar capacidades e planejar a expansão dessa malha. Acreditamos que esse pode ser um caminho, que foi destacado aqui também na apresentação anterior.

Por fim, concluímos que o reposicionamento da Petrobras na indústria de gás no Brasil, aliado às mudanças legais e regulatórias...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO COSTA LIMA E SILVA – ...que vêm sendo demandadas pelos agentes da indústria e estudadas pelas autoridades brasileiras, trará uma nova dinâmica para o mercado brasileiro. Mas para isso nós precisamos fazer alguns aprimoramentos nesse arcabouço regulatório a fim de permitir esse ambiente de maior competitividade.

Dessa forma, quero agradecer a oportunidade de expor aqui as ideias e também me coloco à disposição junto com o Alvaro Tupiassu, que faz parte do nosso time e que pode nos auxiliar nas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Dr. Rodrigo Costa Lima e Silva, Gerente Executivo de Gás Natural da Petrobras, na nossa audiência pública.

Em seguida, concedo a palavra ao Dr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura – CBIE.

O SR. ADRIANO PIRES – Bom dia a todos. Queria agradecer ao Senador Garibaldi o convite para estar aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado e também agradecer os demais Senadores presentes. É sempre um prazer estar com vocês aqui para discutir temas importantes, principalmente agora que estamos numa mudança de rota no Brasil, com um Governo claramente mais pró-mercado e a Petrobras vivendo uma crise, com certeza, a maior crise da história da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu começaria colocando uma afirmação de que nós somos totalmente favoráveis à venda de ativos da Petrobras.

E acreditamos que a expansão, os novos investimentos tanto no setor de óleo quanto no setor de gás deverão ser feitos daqui para frente principalmente por capital privado; e reforçar o papel do Estado brasileiro como planejador, como regulador e como fiscalizador. Acho que é importante a gente ter ciência disso.

Até porque esse plano, ambicioso, de desinvestimento da Petrobras é um plano muito ambicioso. É um plano que fala em vender US$15 bilhões em ativos, em 2015, 2016, e 2016 está terminando. Muita gente acha que está difícil conseguir essa meta, mas a Petrobras está trabalhando nessa direção; e, depois, até 2018, ainda mais US$48 bilhões.

Esse plano é ambicioso por uma razão simples, que é do conhecimento de todos também: a empresa tem uma dívida, hoje, que é a maior dívida de corporação do mundo; uma dívida que, dependendo do dólar, vai para 500 bilhões ou vai um pouco abaixo de 500 bilhões, mas, enfim, é uma dívida em torno de R$400 bilhões. E eu tenho dito em outros lugares que quem deve R$400 bilhões de dívida e quem tem uma alavancagem cinco vezes a geração de caixa ou quase cinco vezes – outra vez, depende do câmbio – é uma empresa que já vendeu ativo. Ela não vai vender; ela já vendeu, na prática.

Em relação a esse plano de desinvestimento da Petrobras, a gente tem que ter ciência de que é um plano complexo. Ele não é simples. E por que ele não é simples? Porque você tem ativos com diferentes características econômicas e regulatórias que estão sendo postas à venda pela empresa. Então, tem-se que tomar um certo cuidado. É evidente que a gente reconhece que há um *trade-off* aí, entre a necessidade econômica de fazer um *upside* nas empresas que estão sendo vendidas, porque eles foram destruídas no Governo passado, e questões regulatórias; e também a questão de necessidade de caixa da empresa. Há um *trade-off* aí que é verdade. Mas, de qualquer maneira, deve-se ter cuidado.

Para a gente entender o que estou falando, parece-me que há cinco tipos, cinco categorias de ativos que a Petrobras está vendendo. A primeira categoria é aquele ativo que não é negócio principal da empresa e que não tem monopólio. Então, o modelo de venda é simples: vender uma planta de fertilizantes, vender uma participação em petroquímica, vender etanol, biodiesel. Não há muito mistério. É um ativo que não é negócio principal da empresa e também não é monopólio natural. Então, é um modelo simples de venda.

Você tem uma segunda categoria de ativo que não é monopólio natural, mas ela é negócio da empresa, de uma empresa de petróleo, e que, apesar de não se monopólio natural, a Petrobras tem uma posição muito forte nesses mercados. Estou falando do quê? De terminal de importação de líquido, estou falando em transporte de líquido, estou falando até em refinaria. Então, a venda desses ativos já não é tão simples assim. Você tem que tomar cuidado, porque, para o bem e para o mal, o monopólio da Petrobras, nos últimos anos, por exemplo, deu garantia de abastecimento no Brasil. Então, retirar a Petrobras de determinadas obrigações tem que ser feito com cuidado, porque, se não, você pode causar danos muito profundos no mercado brasileiro. Por exemplo, o Norte do Brasil. Levar combustível para o Norte do Brasil não é uma atividade lucrativa. Se a Petrobras não vai mais fazer esse papel, quem vai fazer o papel? Qual é a política que a gente tem que construir para que o Norte não tenha problema de abastecimento? Como vai ser a venda de terminal de líquido? Tem que ter o maior cuidado.

Hoje, o Brasil, por exemplo, é um grande importador de líquidos, de gasolina, de diesel, e vai continuar sendo.

No Brasil, hoje, até caiu um pouquinho o consumo, por causa da crise econômica, mas o Brasil vai voltar a crescer, esse consumo vai voltar a aumentar e o mercado vai ser abastecido, nesse delta a mais de consumo, por importação. Então, é preciso tomar um cuidado na hora em que você vende uma BR Distribuidora. Não é simples. Nós vemos realmente que a Petrobras, inclusive, já apresentou um modelo de venda, retrocedeu, apresentou novos modelos. Então, eu acho que nós temos que estar atentos para isso, obviamente, sempre levando em consideração que a empresa precisa fazer caixa, porque ela tem que pagar uma dívida que foi deixada pelo governo anterior, e uma dívida por meio da qual você destruiu o valor da empresa. Só em subsídio – eu sempre cito –, só vendendo gasolina e diesel barato, a Petrobras deixou de faturar, de 2009 até o final de 2014, algo em torno de R$160 bilhões. Estou falando aí de um terço da dívida, que foi jogado pela janela.

Há um terceiro tipo de ativo que eu coloco, e nós temos que prestar atenção. Eu acho que esta Casa é perfeita para isso. Eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o assunto, porque eu acho que é um debate que não está ainda no lugar devido. Nós precisamos debater mais isso, até para fazermos o dever de casa da maneira mais correta possível. E eu acho que é nesta Casa aqui, no Congresso, que o debate tem que ser feito. Pois bem: o terceiro tipo de ativo que eu coloco é aquele em que a Petrobras não tem monopólio. É uma atividade concorrencial, mas que é o negócio principal da empresa, porque trata da venda de campo de petróleo. Recentemente, a Petrobras vendeu o Carcará, um campo de pré-sal, o que mostrou uma coragem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

da Diretoria atual da Petrobras, uma determinação de enfrentar a dívida. E ela vendeu o Carcará porque – segundo a empresa, e nós concordamos – é um campo que não diminuiu o valor da empresa. É um campo que estava fora da meta de produção da Petrobras, veio uma proposta interessante, e foi vendido. Mas é um ativo que você pode vender sem preocupação com Cade, sem preocupação com o que vai acontecer no mercado, porque ali é um mercado de concorrência, de produção de petróleo, mas isso é feito com o arbítrio da empresa. Tem que se prestar atenção também no que se vai vender, para a empresa não perder valor.

O quarto tipo de categoria de ativo – e é o que nós estamos tratando hoje, aqui nesta audiência pública – é aquele ativo no qual existe a presença de monopólio natural, como é o caso, por exemplo, de transporte de gás. Ali é um caso clássico de monopólio natural. E aí você tem que ter muito cuidado também, na hora da venda, com respeito a como você vai fazer os contratos, como você vai se posicionar, porque você pode correr o risco – visto que há um risco a ser minimizado, com o qual não é fácil de lidar, pois não é uma tarefa simples – de transferir um monopólio público para um monopólio privado. E por que nós corremos esse risco? Porque infelizmente, no Brasil, o regime jurídico desses dutos que a Petrobras está colocando à venda – por meio da NTS (Nova Transportadora do Sudeste) – é um regime de autorização. Provavelmente, talvez o único setor da economia brasileira onde existe a presença de monopólio natural e o regime jurídico é de autorização e não de concessão seja o setor de transporte de gás natural. E aí você cria uma certa fragilidade jurídica. E, nesse sentido, na hora de vender uma NTS, você pode ter problema com o Cade e pode ter problema até de outros agentes do mercado se sentirem fragilizados, prejudicados, e procurarem interpelar: "Olha, isso aí não é bem por aí." Digo isso porque o regime de autorização permite que o dono do gasoduto fixe a tarifa. No regime de concessão, não.

Vamos pegar um exemplo paralelo no setor elétrico: transporte de energia elétrica é um monopólio natural e é regulada a tarifa pela Aneel. O dono do transporte não pode fixar tarifa. No caso da autorização, sim, e é uma pena, Senador Fernando Bezerra. Quando se aprovou a Lei do Gás aqui, nesta Casa – e houve um debate enorme –, defendeu-se muito, àquela altura, que os gasodutos de autorização se transformassem em gasoduto de concessão e isso não passou na época. Colocou-se muito a questão também de criar operador do sistema naquele momento, o que também não passou.

Então, eu acho que, quando se fala de vender, de privatizar monopólios naturais, o cuidado tem que ser redobrado, tem que haver muito cuidado, porque podemos causar, por um açodamento e por uma necessidade – porque eu reconheço que existe caixa da Petrobras –, podemos criar – entre aspas – uma "bagunça regulatória" no setor de gás. Em vez de aproveitar a oportunidade, essa oportunidade acaba virando um problema e um nó para o crescimento do mercado de gás no Brasil.

Agora, por outro lado, o que eu acho que temos que entender é que vivemos hoje uma grande oportunidade de crescimento do mercado de gás no Brasil. Por que vivemos uma grande oportunidade? Primeiro, porque a venda de ativos da Petrobras cria uma oportunidade: com novos agentes nesse mercado, desde que com uma regulação adequada, você vai promover uma concorrência maior e, promovendo concorrência maior, você acaba beneficiando os agentes todos que estão no mercado do gás.

A segunda oportunidade que eu vejo para o crescimento do mercado de gás no Brasil nos próximos é dada também pelo setor elétrico, porque o Brasil hoje tem uma matriz elétrica que, cada vez mais, está crescendo através de geração das chamadas fontes intermitentes. Eu estou falando de eólica, estou falando de solar, estou falando de biomassa e até das hidrelétricas, porque, a partir do momento em que se decidiu que, no Brasil, não se vão mais construir hidrelétricas com reservatório, a usina hidrelétrica é intermitente também. Então, se você tem hoje uma matriz elétrica crescendo à base de fontes intermitentes, você tem que ter uma fonte que regularize essa segurança energética e que também esteja preocupada com modicidade tarifária. Eu acho que essa fonte não é uma invenção brasileira – aconteceu em outros países – é o gás natural. Por que o gás natural? Porque o gás natural é fóssil, mas é o mais limpo. Estamos vivendo uma revolução de gás natural no mundo. A oferta de gás natural está crescendo em função da tecnologia do GNL, está crescendo em função do *shale gas*, e, quando a oferta aumenta, o preço está caindo. Então, temos que começar a colocar, na minha opinião, usinas térmicas a gás natural na base do sistema elétrico, para quê? Para você dar segurança ao sistema e dar modicidade.

O que acontece hoje? O setor elétrico hoje está muito frágil e dependente do clima. Basta parar de chover que todo mundo já acende o sinal amarelo. Por quê? Porque você continua operando o sistema como se as usinas hidrelétricas tivessem grandes reservatórios. Então, se você começa a colocar térmica a gás na base do sistema, o que você vai fazer? Você vai economizar inclusive água de reservatório.

Eu tenho falado para muita gente que qualquer bom ambientalista que queira ver o crescimento da eólica, da solar, da biomassa, no setor elétrico brasileiro – eu também gosto de ver isso –, tem que ser adepto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

térmica na base, porque a térmica com gás natural tem essa vantagem de ser uma espécie de *backup* para as fontes intermitentes.

Hoje o gás está barato. Então, você pode não ter grandes aumentos tarifários colocando a térmica na base do sistema. E, principalmente, se você constrói térmicas nos centros de carga, você economiza o quê? Linhas de transmissão; economiza inclusive questões de licenciamento ambiental. Porque não adianta também você construir térmica longe do centro de carga. A grande vantagem da térmica é você poder construir no centro de carga. Daí que a gente, como o Paulo colocou aqui, tem defendido a questão de um parque térmico no Comperj, porque se está chegando, como o Rodrigo colocou lá, com o gás da rota 3. E ali é centro de carga do sistema.

Eu defendo também, por exemplo, no próprio Nordeste, em Suape, em Pernambuco, um conjunto de térmicas. Porque hoje o Nordeste, inclusive, em relação a reservatório, talvez seja a região do Brasil que mais está sofrendo. Hoje, a grande geração de energia elétrica no Nordeste é eólica, e, nesse caso, tem que ventar para gerar. Então, é uma fonte intermitente; de vez em quando tem que entrar o gás.

Eu acho que há grandes oportunidades, hoje, em função da venda de ativos da Petrobras e em função do que está acontecendo no setor elétrico, de um crescimento do mercado de gás. Agora, é preciso haver mudanças pontuais e mudanças talvez de mais longo prazo. Pontualmente, eu vejo como importante a questão tributária. Acho que se tem que mexer na questão tributária até para valorizar ativos da Petrobras, a questão de ICMS, esses protocolos do Confaz, até para permitir o negócio do *swap*, não é, Paulo? Senão você não consegue fazer o *swap* de gás.

O segundo ponto é a questão da tarifa de transporte. Eu acho que a tarifa de transporte tem que começar também a mostrar a questão locacional na hora que ela for colocada no mercado.

Uma crítica muito grande que o mercado faz há muitos anos é que a tarifa de transporte de gás no Brasil não tem transparência. Você não consegue separar muito o que é molécula do que é transporte. Então, talvez, com essa venda desse ativo da NTS para uma empresa privada, você vá precisar ter uma transparência maior nisso. O mercado quer essa transparência e talvez se comece a tentar colocar aí esse fator locacional aos poucos na tarifa, porque não faz sentido haver uma tarifa de transporte 100% postal como a gente tem no Brasil.

Agora, há que se ter alguns cuidados, eu acho. Eu acho que tem que ter primeiro o cuidado de não ser intervencionista na hora da mudança do mercado. Acho que um grande erro do governo passado foi excesso de intervenção no mercado de óleo e gás. Então, quando a gente fala de usar gás da partilha para a indústria, vamos pensar direitinho, porque tudo que a gente obriga, normalmente, não dá bom resultado. Então, não estou dizendo que sou contrário a isso, mas eu acho que merece uma reflexão, porque eu tenho sempre medo de atitudes intervencionistas.

O segundo ponto que eu tenho ouvido falar e com o qual acho que temos que ter cuidado é nas mudanças na Lei do Gás. Mudanças de lei – o senhor sabe melhor que eu – são lentas, elas não acontecem com a rapidez, por exemplo, que a Petrobras hoje precisa. A Petrobras hoje precisa de caixa e não pode esperar mudar a Lei do Gás para resolver o caixa dela. Então, é uma coisa com que temos que ter cuidado.

Acho que há mudanças que podem ser feitas hoje sem mexer na Lei do Gás, o que melhoraria muito esse processo de venda de ativos da Petrobras e também melhoraria muito a questão do crescimento do mercado de gás natural no Brasil.

Operador único é uma coisa de que também se tem falado muito. Eu também acho que tem que se ter cuidado. Acho que se perdeu uma oportunidade muito importante em 2009 de não termos colocado, naquela ocasião, o operador único. Acho que agora tem que se pensar a respeito, porque, inclusive, nós estamos em um momento de redução de custos. E eu fico muito preocupado em criar mais uma empresa. E também há um outro cuidado de não pensar ... Apesar de parecido, o setor de gás não é o setor elétrico. Ele tem semelhanças, regulatórios, mas são coisas muito diferentes. Então, a gente não pode estar sempre querendo mudar o setor de gás tendo como espelho exclusivamente o setor elétrico, porque são coisas muito distintas. Até porque o setor elétrico, no Brasil, é um mercado maduro, e o gás natural ainda não é um mercado maduro.

Por fim, eu acho que é preciso ... E aí, Paulo, acho que o Ministério tem uma grande importância nisso, pois é preciso pensar o setor de uma maneira abrangente. A gente não vai solucionar a questão do gás, o gás não vai ser o mercado grande que a gente gostaria que fosse, até porque o Brasil tem que prestar atenção no fato de que o mundo realmente está vivendo uma era de gás natural. Eu tenho falado que o mundo viveu três grandes eras de energia. Tivemos o carvão, que possibilitou a revolução industrial inglesa; tivemos o petróleo, principalmente pós-Segunda Guerra Mundial, que possibilitou os 30 anos gloriosos da economia mundial. A maior indústria do século XX foi o automóvel porque tínhamos petróleo abundante e barato. Parece-me que, agora, estamos numa era do gás natural, porque ele é o último fóssil que vai ter uma grande predominância, na minha opinião, na matriz energética e vai ser a transição, provavelmente, para uma matriz limpa, 100% limpa, talvez daqui a 50 ou 100 anos, porque, vamos combinar, a energia tem uma inércia muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E o Brasil não pode ficar fora disso. Eu acho que nós estamos atrasados nesse processo. Mas também temos que ter cuidado para não sermos açodados e errarmos, como erramos na Lei do Gás, em 2009. A gente não tem mais esse direito de cometer erros ...

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO PIRES – ...crassos, primários, como os que foram cometidos. Então, nós temos que pensar o setor como o todo. A gente não pode pensar uma solução para a indústria sem olhar para a distribuidora. A gente não pode olhar para a distribuidora sem olhar para o produtor de gás. E a gente em que entender que gás é um mercado que funciona num *netback*. A gente tem sempre que olhar a ponta, lá atrás, porque se não houver mercados, se não houver demanda, não vai haver produção de gás, não vai haver gasoduto. Isso porque o gás é diferente do petróleo. O petróleo é uma *commodity* 100%, o gás natural não é.

Eu acho que as condições estão colocadas na mesa. E se a gente tiver a felicidade de olhar a questão com calma, sem querer beneficiar setor A ou setor B, mas olhar o conjunto da indústria do gás como um todo, o Brasil estará tendo uma oportunidade ímpar, através deste novo Governo, um Governo, volto a dizer, que claramente, hoje, tem uma postura diferente do anterior. A gente está, então, diante de um momento em que a indústria do gás natural pode, finalmente, deslanchar no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Dr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Concedo a palavra ao Dr. Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural.

O SR. LUCIEN BELMONTE – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Garibaldi. Obrigado pelo convite. Obrigado, Senador Fernando Bezerra, pelo convite para participar desta audiência pública.

Gostaria de fazer algumas considerações um pouco diferentes do que se tem falado aqui. Aparentemente, está todo mundo alinhado. Todo mundo está olhando na mesma direção, e isso, muitas vezes, é um perigo. Todo mundo estar concordando faz com que não se pense nas armadilhas que existem no meio do caminho.

A primeira consideração. O fórum reúne 13 associações: associações de consumidores industriais, como o setor de cerâmica, o setor químico, o setor de vidro, de onde eu venho, o pessoal da distribuição, a Abegás, o pessoal de cogeração, que é extremamente importante na discussão de gás natural, autoprodutores de energia. Então, temos a cadeia inteira, menos a Petrobras, participando desse grupo.

Esse fórum chama-se Fórum para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural, e aqui a provocação é: o que significa criar um mercado de gás natural? Isso porque, hoje, a oportunidade que se tem não é de discutir se vai desverticalizar-se, se vai fazer um *unbundling*, como vai fazer o operador, se não vai fazer o operador, mas, sim, aonde nós queremos chegar no mercado de gás natural. E aonde queremos chegar no mercado de gás natural é ter um mercado, ter a possibilidade de consumidores sobreviverem, porque hoje os consumidores em fim de linha, como as indústrias que fazem parte do fórum estão pagando pelo preço do gás alguma coisa em torno de 20 a 25% a mais do que os países concorrentes industriais nossos. Então, como a gente consegue competir com Turquia, com México, com outros lugares? E não estou nem falando dos Estados Unidos, com o *shale gas*. Como a gente consegue competir com um insumo 20% mais caro? É impossível.

Então, nós precisamos fazer um mercado inteiro que possa sobreviver com preços mais baixos na ponta, com uma distribuição funcionando efetivamente e investindo. Há distribuidoras nos diferentes Estados que não têm investido. Está parado o mercado, não está chegando oferta a novos clientes e, portanto, não cresce. Se não cresce, não tem ofertantes preocupados em entrar no mercado. Se não tem ofertantes, hoje, todos estão na mão da Petrobras.

Agora, como é que a gente traz? Porque eu também não consigo, como consumidor, falar com novos ofertantes. Não existem novos ofertantes participando do mercado. Se você tentar, você consegue conversar com o IBP, mas, individualmente, você não consegue chegar para um produtor e dizer o seguinte: "Olha, eu gostaria de comprar gás de você. Você pode me vender?". Não tem. Não para a gente, não tem para as empresas cadastradas trabalharem como comercializadoras.

Então, tem alguma coisa errada. Será que o desenho para o mercado de gás natural, que está sendo discutido e pensado hoje, vai chegar nesse ponto?

Então, a preocupação para os grupos que estão discutindo isso, que são os grupos tanto no Ministério de Minas e Energia quanto na ANP e na EPE, é a de que se preocupem com o conceito que está por trás disso.

O Adriano falou, por exemplo, agora, do Operador Nacional do Sistema ou do agente desse órgão. A nossa cultura brasileira é... Enfim, desde o Império, a gente gosta de um poder meio moderador, gosta de ter uma burocracia a mais, para que nos garanta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Agora, será que mercado precisa ter alguém que vá garantir para a gente? O dia em que não houver mais a Petrobras... E está todo mundo jogando pedra na Petrobras, mas a Petrobras garantiu que a gente chegasse a este ponto hoje. Ela tem um mérito excepcional. Claro, cobrou por isso de toda a sociedade.

Agora, como a gente consegue chegar a esse objetivo? Aí, Senador, parabéns pela gestão do seu filho no Ministério, porque ele tem devolvido ao mercado a esperança – a esperança de a gente poder discutir, de construir um momento completamente diferente, com pessoas que são voltadas ao mercado.

Bem, então, aqui estão todas as associações que fazem parte do mercado, do fórum das associações.

Aqui, quando a gente está falando da venda dos ativos, e é importante que... Esta audiência pública é para discutir a venda dos ativos e não para cada um ficar falando do que acredita, do que é, do que faz, porque ao falar só de si, o outro pode entender o que quiser, e aí a gente comete os erros. Este é o problema: como a gente coloca, realmente, uma definição clara.

Então, quando a gente está aqui falando da Petrobras, em 95% do mercado de gás natural, no controle da malha de transporte e na participação em 19 das 27 distribuidoras, está falando de um estrangulamento de investimento. Não tem havido o investimento necessário para o desenvolvimento do mercado.

Temos que lembrar que somente três distribuidoras não têm participação da Petrobras. Não, são oito que não têm, mas, na maior parte delas, há a participação da Petrobras e, curiosamente, de uma outra empresa sempre presente também, que é a Mitsui. E existe uma falta de transparência, uma opacidade nessa gestão extremamente complicada, para que a gente entenda a precificação, a lógica do investimento.

Quando a gente está falando da desverticalização e da possibilidade de venda de ativos, tem que lembrar de alguns erros do passado. Então, no final do ano passado foi vendida a participação da Petrobras, 49% da participação da Petrobras nas distribuidoras. Ela continua mantendo o controle, só que essa venda não foi efetivada, está parada na Justiça. Está parada na Justiça por quê? Voltamos à discussão anterior: porque não há transparência, não há um modelo claro, não se diz o ponto onde se quer chegar.

Quando a gente está pedindo regulação no mercado, está pedindo uma regulação, porque ela permitirá uma melhor precificação também dos ativos da Petrobras. Vender atabalhoadamente a participação nas distribuidoras, como foi feito, ou vender rapidamente o transporte, sem ter a certeza de como se dará o processo subsequente, faz com que a gente venda mais barato! Vai vender mais barato por quê? Porque o cara não quer assumir o risco; quem vai pagar não quer assumir o risco. Ou ele vai precificar essa possibilidade de risco dele e nem a Petrobras vai resolver, nem o mercado vai estar transparente, nem haverá segurança jurídica no sistema.

Inclusive, na apresentação da Petrobras, quando ele estava falando do transporte, havia uma área de transporte no Centro Sul do Brasil e estava dito lá: "Autorizada a construção", e não foi desenvolvida. Então, está provado, até pela própria Petrobras, que há uma perda de mercado por falta de capacidade de investimento. E é isso que a gente deveria atingir.

Nesse eslaide, a gente fala de regulação federal e de regulação estadual. Esse é um ponto sobre o qual eu tenho conversado com algumas pessoas. Esse é um nó extremamente difícil de desatar, porque todas as distribuidoras estão protegidas pela regulação estadual, mas também teremos que alterar, rediscutir ou pensar de que forma nós podemos flexibilizar isso, para poder haver uma lógica única no País.

Se a gente voltar à época em que a gente estava com falta de gás, havia Estados que diziam o seguinte: olha, vou cortar o gás de todo mundo, menos o do taxista. E havia Estado que dizia o seguinte: eu vou cortar o gás de todo mundo, menos o do hospital. Então, a lógica não fecha para a gente desenhar o mercado como um todo.

Também aqui há a questão das garantias de rentabilidade, tanto da Petrobras quanto de outros parceiros. Vinte por cento de garantia de rentabilidade, enfim, é um sonho para todo o investidor. Mas, do outro lado, há um consumidor pagando para que isso se viabilize.

Existe outro problema grande também, quando a gente fala de regulação estadual. Por quê? Porque os Estados querem ter a maior arrecadação possível. Então, por um lado, eles têm o dilema de desenvolver um mercado para atrair investimento, e, por outro lado, eles estão lá querendo receber o ICMS daquela venda de combustível. Isso daí é extremamente pernicioso para o mercado. Essa discussão, Dr. Paulo Pedrosa, eu acho que é um ponto extremamente difícil e só o Senado, nas suas competências de representar os Estados, é que poderá encaminhar uma solução para o problema entre regulação federal e regulação estadual. Mas é fundamental que seja atacado esse problema.

Aqui, a gente fala dos entraves do desenvolvimento de mercado, sobre o que a gente já falou. Todo mundo tem voltado nos mesmos pontos. É curioso isso.

A gente estava brincando aqui com o Adriano. A gente participou, algumas dezenas de anos atrás, da discussão da lei do gás. A gente falava sobre isso com a Petrobras, que queria tudo para ela. Isso não é viável. Então, hoje, estão pagando por um erro que eles mesmos cometeram lá no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A verticalização tende a gerar ineficiência – e gerou ineficiências. Agora, se a gente fizer a desverticalização sem cuidado, a gente pode cair num monopólio privado que vai ser muito pior para todo mundo. Monopólio privado amparado por contrato não dá. De repente, se for mal feito, é melhor que continue do jeito que está, em última instância.

Todas as 13 associações que participaram e participam do fórum sempre defenderam a desverticalização da Petrobras, mas ela deve ser bem feita e realizada com cuidado. Há oportunidade de se receber mais pelo investimento e pelos ativos que vieram até hoje.

Quando a gente fala de risco, deve-se ressaltar que risco é inerente a mercado, mas é uma coisa que, na nossa cultura, a gente sempre tentou mitigar. É um perigo a gente pensar num mercado de gás com um operador único, um agente único, que esteja lá para mitigar risco. Então, a grande pergunta é: "E se faltar gás num ramal tal e for preciso colocar o gás vindo de um navio em um terminal de regaseificação?" Bom, hoje, há um custo para a Petrobras, mas será que vai ser precificado isso para todo mundo? Será que a gente quer fazer um mercado de gás natural com uma CDE a mais? É um risco. Aí a pergunta é: o operador é necessário ou somente o respeito aos contratos entre provedor, transportador, carregador e distribuidor será suficiente para funcionar o mercado? Essa é uma dúvida que a gente tem.

Agora, voltamos aos mesmos pontos apresentados anteriormente pelo Paulo Pedrosa, pelo Adriano e até mesmo pelo pessoal da Petrobras com os quais todos estão de acordo. Só que a gente está ficando de acordo sem definir o que significa cada um dos termos. Na hora em que a gente começa a discutir o que é regra tarifária, alguns dizem: "Ah, não, precisa cobrar." Tudo bem. Mas o que é que se deve cobrar? Como a gente vai calcular? Qual é a transparência que a gente vai dar? Isso não está claro para todos os agentes.

Há gente que diz: "Ah, não, o que a ANP faz hoje já é suficiente." Eu não consigo extrair a informação de que preciso para tomar um investimento, para fazer uma compra, para fazer um negócio de longo prazo com as informações que estão disponibilizadas hoje. O mercado não pode prescindir da informação para a transparência. Esse é um ponto que a gente precisa aprofundar enormemente.

Aqui está o ponto de que eu já falei sobre os diversos mercados internacionais. A desverticalização precisa de um acesso isonômico não discriminatório.

Precisa, de novo, de regras de mercado. E as propostas que o Fórum tem: é um arcabouço regulatório claro, estável, transparente para todos os agentes, que não é o que a gente tem hoje. Alguns agentes do mercado dizem: "Ah, mas a gente vai colocar a informação." Não é só isso. Ela tem que estar publicizada, de fácil acesso para todas as decisões.

No conselho da minha associação, que é da indústria de vidro, tenho falado para todos eles: temos que desenvolver competências como compradores e como negociadores de gás. E hoje ninguém desenvolveu essas competências dentro do setor privado, quer seja entre a indústria – o Paulo sabe disso –, quer seja... A distribuição está o.k. Distribuidoras, o.k. Mas, quanto às comercializadoras, não foi fechado nenhum negócio ainda. É importante que a gente chegue lá e é importante que a gente desenvolva instrumentos. Porque a gente está falando aqui muito de transporte de gás, etc...

Adriano, quais são os instrumentos financeiros que vão ter que estar por trás nisso aqui? Ninguém falou disso aqui. Há uma parte que é financeirizada nessa discussão. Como é que você vai travar... Como você vai comprar um *hedge* de uma operação de gás de petróleo para conseguir travar o preço da sua produção para uma exportação em cinco, dez anos? Isso ninguém está falando ainda. Então, há uma maturidade que a gente precisará desenvolver no mercado que hoje ainda não existe.

O fato é que a gente está recebendo aquilo que sempre pediu, mas está com medo daquilo que está pela frente, porque a gente está vendo que o desafio é muito maior e muito mais profundo do que foi até hoje.

Basicamente, eram algumas provocações que eu queria trazer para todos para que a gente pudesse, enfim, discutir, ajudar no que for possível. As 13 associações que fazem parte do Fórum estão absolutamente à disposição para qualquer discussão e qualquer contribuição nesse desenvolvimento que nós vamos ter que ter daqui até o final do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Sr. Lucien Belmonte, coordenador executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural.

Concedo a palavra ao Dr. Vicente Franchini, representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP.

O SR. VICENTE FRANCHINI – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade.

Bom dia ao time aqui da Mesa e aos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Primeiramente, eu queria deixar claro que a ABPIP é plenamente favorável à venda dos ativos da Petrobras. Vimos aqui falar de gás, mas, quanto à venda dos campos maduros, o Projeto Topázio, da Petrobras, a ABPIP é favorável.

Em relação à questão do gás, quem viveu a Lei do Gás e está vivendo o momento atual vê que há uma diferença bastante grande entre os momentos. O Lucien viveu a Lei do Gás, o Adriano, a própria diretora Simone.

Na Lei do Gás, você tinha claramente a Petrobras, de um lado, querendo manter o monopólio natural e, do outro, praticamente todos as associações, entidades, enfim. E acabou que a Lei do Gás teve um certo avanço, houve a regulamentação dos gasodutos de transporte, houve a criação da figura do autoprodutor, do autoimportador. Mas a Lei do Gás acabou não sendo capaz de diversificar a oferta de gás no Brasil como era, na verdade, uma das diretrizes fundamentais da Lei do Gás.

Então, hoje você tem a Petrobras ainda como único importador de gás, fora a Bacia do Parnaíba, você tem praticamente a Petrobras produzindo mais de 90% do gás, tanto *onshore* como *offshore*. E agora, com essa oportunidade do desinvestimento da Petrobras, você vê um sincronismo entre o mercado e a Petrobras, que está querendo abrir, de certa forma, o mercado e revisitar toda a regulamentação que ficou pendente da época da Lei do Gás.

Hoje, com a saída da Petrobras, você começa a perceber uma série de atividades que a Petrobras fazia e que não eram claras para o mercado, a ver uma necessidade de regulamentação, enfim, isso era praticamente invisível durante a Lei do Gás porque você não tinha esse cenário de saída da Lei do Gás.

Já foi citado aqui o operador dos gasodutos, é uma atividade que a Petrobras faz e que era invisível em 2009, quando a Lei do Gás foi assinada. A ABPIP corrobora aqui com o que o Rodrigo falou. Existe uma necessidade urgente de fazer a regulamentação para acesso, tanto de gasoduto de transporte como para terminal também. Hoje o gás não é tratado como uma indústria de rede. Você tem que identificar o fluxo do gás, que já é uma dificuldade bastante grande. O fluxo de gás tem que ser exatamente igual ao fluxo comercial, que difere bastante do setor elétrico.

Então, isso prejudica o acesso de terceiros a gasoduto, prejudica o próprio acesso de terceiros aos terminais gaseificação. Hoje, os terminais de regaseificação não são compartimentados, não dá para você colocar três ou quatro clientes usando o terminal ao mesmo tempo. Você precisa, de fato, de uma regulamentação que dê a possibilidade de outros agentes acessarem o terminal de maneira sincronizada e que todos os agentes consigam tirar gás desse terminal.

E, por último, que acaba sendo o mais batido, mas é tão importante quanto o acesso ao transporte, quanto ao terminal de regaseificação, é a própria troca operacional, o *swap*, que foi também uma figura criada durante a Lei do Gás, mas que, na prática, seu benefício nunca foi usufruído. Hoje, é uma dificuldade bastante, porque é uma questão tributária, envolve o ICMS, que é uma questão estadual. E até agora você não tem um sincronismo, uma ideia comum em relação a como resolver isso.

Na verdade, eu trabalho em uma empresa de geração de energia, a gente teve acesso a alguns programas de desinvestimento da Petrobras, e você vê que essa falta de regulamentação de certa forma até deprecia o valor dos ativos da Petrobras.

Muitos potenciais compradores dos ativos reclamam do risco de você não ter uma regulamentação adequada, e aí obviamente colocam esse risco no preço que estão ofertando.

Um assunto que também é importante, agora que existe essa ideia de você de fato abrir o mercado, visto a venda de ativos, é em relação a revisitar as próprias regras da Lei do Gás em relação a acesso.

Hoje a Lei do Gás não dá acesso a gasoduto de escoamento, não dá acesso a terminais de regaseificação. E o que de fato acontece é que hoje você tem, por exemplo, a Rota 2 do pré-sal, como o Rodrigo mostrou, que leva gás do pré-sal até Macaé. Você tem agentes privados nesse gasoduto que sai das plataformas e chega até a costa, mas esses agentes privados não têm acesso a unidades de processamento de gás. Então acaba que todos os agentes privados vendem um gás para a Petrobras na frente da unidade de processamento de gás e depois a Petrobras vende o gás para as distribuidoras.

Então, de fato, você tem que criar uma regulamentação que consiga fazer com que o gás chegue à ponta de maneira diversificada.

Hoje você tem uma diversificação até uma certa parte da cadeia de suprimento, mas você não tem de fato chegando até o consumidor. E não chegando até a ponta, você não tem concorrência, que era uma das diretrizes principais aí da Lei do Gás.

A gente aqui da ABPIP defende uma regulamentação, gasoduto de escoamento, da abertura das unidades de processamento e dos terminais de gaseificação. Aí obviamente mantendo uma racionabilidade econômica.

Como o Lucien falou, não adianta você trocar um monopólio público pelo privado nem você desestimular o investidor. Acho que um exemplo claro de desestímulo do investidor aconteceu na Argentina. A Argentina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

até 10, 15 anos atrás era um exportador de gás natural. Teve uma intervenção bastante grande do Governo. Basicamente todos os produtores independentes e internacionais saíram, e hoje a Argentina importa gás e, apesar de ter enormes reservas, ainda continua sendo um importador de gás e agora está fazendo todo um trabalho de voltar atrás num erro que foi um planejamento equivocado no passado.

É importante que as regras sejam feitas de forma que deem acesso, mas também que não desmotivem novos investidores privados, ou mesmo a Petrobras.

Falando um pouco de setor elétrico, também que o Adriano comentou, é importante você equalizar as regras do setor elétrico visto o próprio desinvestimento da Petrobras, como o Secretário Pedrosa falou. Hoje o próprio setor elétrico considera a Petrobras como único supridor. Você não tem uma desverticalização da própria regulamentação do setor elétrico.

Então, se acontece uma falha de suprimento de uma térmica, você não tem a figura da penalidade desverticalizada também.

Hoje, se a falha é do distribuidor de gás, você vai botar a falha no supridor de gás. Porque é assim que o setor elétrico enxerga, porque era assim que funcionava até então. A Petrobras estava em todos os elos da cadeia.

Então, hoje você tem que, de fato, aproveitar até o hiato que há em relação a leilões de térmica a gás favoráveis, em função até da baixa demanda de energia elétrica, para não só olhar a regulamentação do gás, mas olhar também a regulamentação do setor elétrico, que envolve a molécula gás natural.

Outro ponto que foi comentado aqui, e é um ponto já bastante batido, é em relação a gás associado. O Brasil vai ter mais gás associado proporcionalmente do que tem hoje, e o gás é a grande motriz de segurança energética para o setor elétrico. Então temos que pensar um pouco melhor como tratar esse gás inflexível que vem dos campos do pré-sal.

Um último comentário, enfim, a ABPIP mais outras associações também veem de maneira bastante positiva esse movimento que o ministério está fazendo para ouvir os agentes. E aí estão ouvindo agentes de vários elos diferentes da cadeia e até os consumidores, consumidores industriais e elétricos da cadeia do gás, para fazer essa regulamentação nova.

Se não me engano o Adriano comentou, e é uma preocupação nossa também em relação ao *timing*. Os ativos da Petrobras já estão à venda. Enfim, há essa questão, de certa forma, de serem depreciados em função da falta de regulamentação, e a gente sabe, enfim, participei da Lei do Gás também, e a gente sabe o quão moroso foi sair de uma diretriz e chegar à regra, à regulamentação, à resolução da ANP. Então existe uma preocupação bastante grande em relação ao *timing*, visto aí o cronograma que o Secretário Pedrosa mostrou.

Enfim, da parte da ABPIP é isso. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Garibaldi, me permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu conversei rapidamente com V. Exª e queria falar também com o Senador Fernando Bezerra. Primeiro, cumprimentar pela iniciativa. Uma iniciativa brilhante, num tema que interessa a todo o povo brasileiro.

É claro que não dá para botar aqui representante de todo o povo brasileiro numa audiência. Eu que presido a Comissão de Direitos Humanos sei dessa dificuldade. Mas nós fizemos um movimento e pelo menos encaminhamos um requerimento, e o Senador Bezerra inclusive ajudou, de forma tal que pelo menos um representante da FUP, que é a Federação Única dos Petroleiros, pudesse dar uma contribuição ao debate. Como não houve a possibilidade, e eu assim também entendo, porque não havia tempo hábil para aprovar o requerimento com o quórum máximo, eu fiz um apelo a V. Exª, nem que desse um tempo menor, que o representante da FUP, que está aqui, que é o colega Simão Zanardi, pudesse usar um tempo neste momento, para dar a sua opinião.

Eu sei que esse é um tema exaustivo, vai longe, e teremos muitos e muitos debates sobre o mesmo; mas eu faço um apelo ao Plenário e a V. Exª, que seja dada a oportunidade, para que ele possa expressar também o seu ponto de vista.

E eu em seguida vou ter que ir para o plenário. A Lei Maria da Penha está em debate lá, e prometo representá-los lá e justificar a sua não presença no debate da Lei Maria da Penha.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, mas queria antes agradecer a contribuição do Sr. Vicente Franchini, representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás.

Agradeço ao eminente colega, Senador Paulo Paim. De acordo com o que ficou acertado, o Sr. Simão Zanardi Filho, Diretor da FUP (Federação Única dos Petroleiros), que terá cinco minutos para a sua exposição.

O SR. SIMÃO ZANARDI FILHO – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Garibaldi e demais membros da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A FUP vem expressar aqui nesta Comissão que não existe hoje a necessidade da privatização da malha do gás do Brasil e nem a confecção de um novo operador nacional para regular esse mercado.

A Petrobras, nessas últimas décadas, construiu uma robusta malha de gás no País e também fechou o anel de gás no País. Hoje, se faltar gás no Rio de Janeiro, podemos receber pelo terminal de Suape; se faltar gás no Nordeste, podemos ter gás entrando pelo terminal da Baía de Guanabara.

O anel de gás é tão robusto que a Petrobras construiu a Estação de Arapeí, em São Paulo, um pequeno Município, com 2 mil habitantes, que tem uma estação de US$70 milhões. Essa estação nunca operou, mas foi construída porque, caso faltasse o gás da Bolívia, o Brasil não poderia parar suas atividades. Então, nós temos uma estação. Caso a Bolívia cesse suas atividades ou haja algum bloqueio, nós temos condições de circular esse anel via Estação de Arapeí. Fora isso, nós construímos várias estações de recompressões por todo o País. Esses compressores eram alugados da Exterran. Compramos os compressores próprios e hoje temos autonomia de manter um sistema equilibrado dentro do anel de gás do nosso País.

Nós não podemos aqui falar que, neste momento, vamos abrir o mercado, porque esse mercado sempre esteve aberto, e ninguém tinha dinheiro para investir na faixa de duto. Eu não vi nenhum palestrante falando desse bem material que são as faixas de duto, onde passam os dutos de gás e de óleo da Petrobras. Ele é valiosíssimo e muito cobiçado por empresas que transmitem dados. Para poder fazer essa faixa de duto, houve muita desapropriação. Houve muita negociação com governos estaduais e municipais para que pudessem ser abertos esses dutos em áreas que cortam todos os Estados brasileiros, principalmente no litoral.

Nós trabalhamos com muita segurança, porque essas faixas de duto passam embaixo de estradas, de pontes, de cidades e têm que ter manutenção constante para que não haja nenhum acidente. Graças a Deus, aqui no nosso País, nós não tivemos nenhum grande acidente envolvendo a malha de gás nessas últimas décadas.

Dentro desse sentido, neste momento, o mercado está pedindo abertura, e o Senado está em audiência aqui colocando como se dará a abertura do mercado para que essa operação possa ser – algo que vem sendo dito pelo Presidente da Petrobras – compartilhada. Nós somos contrários a esse compartilhamento porque o gás significa a nova matriz energética, como aqui já foi falado, que vai dar soberania a um povo. E nós estamos falando do nosso povo, do povo brasileiro.

Por isso a FUP, junto com o Governo da Bahia, entrou com uma ação para rever a venda da Gaspetro.

O Governo da Bahia...

(Soa a campainha.)

O SR. SIMÃO ZANARDI FILHO – Já caiu a ação, mas a Gaspetro ainda não foi entregue, porque havia vícios naquele momento.

Então, o que nós estamos aqui pedindo aos Senadores e aos membros do mercado aqui é uma reflexão não sobre a possibilidade de ganhar dinheiro neste momento. Nós estamos falando que esse mercado tem que se manter sob controle da Petrobras e do Governo brasileiro para que o desenvolvimento seja equalizado. Hoje o preço do gás no Rio de Janeiro é o mesmo no Amazonas.

E quero concluir. Para a gente construir aquele gasoduto no Amazonas foi difícil, porque havia interesses privados do mercado que não queriam a construção daquele gasoduto; assim como quanto ao gasoduto Gasduc III, que é o maior gasoduto do Brasil em diâmetro e que liga a Bacia de Campos à Refinaria Duque de Caxias, havia interesses em não se construir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para concluir.

O SR. SIMÃO ZANARDI FILHO – Nesse sentido, fica aqui o nosso posicionamento da Federação Única dos Petroleiros. Somos contrários à abertura desse mercado em nome da soberania nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Sr. Simão Zanardi Filho, Diretor da FUP, Federação Única dos Petroleiros.

Agora vamos dar início à participação dos Senadores, que terão o mesmo tempo que o Presidente teve até agora.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Fernando Bezerra Coelho, pedindo a colaboração dele para com o tempo previsto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Cinco minutos.

Sr. Presidente, eu queria inicialmente manifestar a minha alegria com todas as manifestações, todas as exposições, inclusive agora com a manifestação última do representante da Frente Única dos Petroleiros, da FUP, trazendo aqui uma visão contrária à desestatização, à alienação dos ativos da Petrobras. E aqui nós tivemos posições como a do Lucien Belmonte, que, de certa forma, provocou a realização desta audiência pública, trazendo a preocupação do setor industrial brasileiro. Nós temos aqui uma associação, um fórum que representa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

mais de treze associações empresariais, mostrando, digamos, as apreensões em relação a essa mudança que estamos próximos a experimentar, com a participação de agentes privados sobretudo na área do transporte do gás, que é a iniciativa mais iminente. Já inclusive existe oferta por parte de empresa privada internacional para aquisição da participação da Petrobras em um desses gasodutos que estão sendo analisados.

E eu acho, portanto, que foi oportuno promover o debate. De certa forma, o Congresso Nacional estava um pouco distante deste tema. A gente vê aqui a necessidade de sincronizar as ações da Petrobras com as ações do Governo no sentido de que a gente possa ter um arcabouço jurídico, legal, que possa inclusive valorizar os ativos da Petrobras e possa ter as condições para normatizar esse novo ambiente competitivo que se deseja criar a partir dessas decisões de alienação desses ativos.

Eu penso que a primeira informação que deve ficar claro, até porque a *Folha de S.Paulo* diz que um dos principais ativos da Petrobras é o seu parque térmico, que é muito desejado pelo setor privado... E está fora daquilo que o Prof. Adriano Pires observou, não é *core business* da Petrobras. Portanto, é uma venda, digamos assim, que não tem muitos desdobramentos do ponto de vista da regulação. Mas o fato concreto é que esse parque térmico da Petrobras funciona sem contrato de fornecimento de gás.

Então, quem eventualmente tiver interesse para comprar esse parque térmico precisa ter a garantia de possuir os contratos de fornecimento. Isso não está definido. Então, como suprir essa lacuna? Vamos vender só máquinas? Não faz nenhum sentido. Na realidade, antes da venda desses ativos, é preciso deixar definidas as regras que irão reger o funcionamento desses ativos.

Portanto, acho que a audiência cumpriu já a sua finalidade para mostrar ao Governo Federal, de forma especial ao Ministério de Minas e Energia, o tamanho do desafio que tem pela frente, no sentido de propor, num prazo que permita, como aqui afirmou o Secretário Executivo Paulo Pedrosa, uma audiência a todos os interessados, que permita a realização de audiência pública para se assegurar transparência das iniciativas que o Governo pretende tomar e para que a gente de fato possa construir algo que se coloque de pé, porque o que ficou claro aqui é que, se é ruim com a Petrobras, pode ficar pior ainda com a presença de um ator privado sem regras claras muito bem definidas.

Então, acho que temos aqui uma oportunidade, mas que precisa ser trabalhada, precisa ser construída, que precisará de uma participação do Senado Federal e do Congresso Nacional, que é muito importante. E aqui se aventou talvez a necessidade de alguns aprimoramentos na Lei do Gás, a possibilidade de se ter um agente operador comum, como se tem no setor elétrico, ONS, um operador nacional do gás, sim ou não. Aqui existem dúvidas se deveremos criar mais um ente estatal para poder cumprir essa tarefa de dar confiabilidade e segurança ao fornecimento, porque o que se busca é que aqueles que façam a opção pelo uso do gás possam ter certeza de que vão ter o gás entregue na hora certa, pelo prazo certo, no preço contratado.

Penso que aqui tivemos uma boa sugestão do Paulo Pedrosa, no sentido de utilizar esse colchão do gás, que vem dos campos de pré-sal, que é o gás da União, como um instrumento estimulador do mercado de gás.

Acho que, com a perspectiva dos volumes que poderão entrar da região do pré-sal explorados pela Petrobras, poderemos ter de fato oferta de gás que possa trazer para os preços que a indústria reclama. Nós estamos pagando pelo gás 20% a mais que a Turquia. Os produtos industrializados brasileiros, sobretudo os petroquímicos, não têm a mínima chance de competição internacional. Então, acho que estamos de fato diante de uma situação que merece uma reflexão, merece essa sincronização entre as ações da Petrobras e as ações do Governo Federal. E temos aí uma oportunidade, Presidente, de um grande trabalho da Comissão de Infraestrutura.

Inclusive, acho que seria o caso de transformarmos aqui em um grupo de trabalho desta Comissão para acompanhar *pari passu* as iniciativas que já estão sendo tomadas pelo Ministério de Minas e Energia junto com a Petrobras, para que possamos trazer essa segurança, essa tranquilidade de que essa mudança, que vai ocorrer em função de uma decisão que é tomada pelo Governo Federal, possa vir para assegurar os objetivos que dela se espera. E que não traga incertezas ou que não traga mais problemas em segurança para uma área que é fundamental para a promoção do desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra Coelho. Quanto à constituição do grupo de trabalho, pediria para V. Exª formalizar diante aqui do universitário.

Eu faria um apelo agora aos colegas, porque os cinco minutos vão ser observados pela campainha – não é pelo Presidente.

E, para descontrair o ambiente, o Senador Fernando Bezerra Coelho ainda bem que citou a *Folha de S.Paulo*, senão poderiam pensar que ele está detendo informações privilegiadas. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero me inscrever, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mas, olha, eu queria cumprimentar aqui todos os participantes deste encontro. Quero me congratular com o Senador Fernando Bezerra por essa oportuna iniciativa. Desde já me incorporo a esse subgrupo que será constituído aqui, por entender que esse tema é da maior importância. E creio que, não podendo assistir a todas as intervenções, eu me sinto contemplado com o que o Senador Bezerra pontuou em relação a várias preocupações que foram aqui colocadas.

E quero dizer, Presidente, que, ao mesmo tempo em que nós precisamos entender que é necessário reconfigurar o setor de gás – isso é um imperativo do processo de desenvolvimento do País –, olhando a segurança energética, mas com competitividade. Eu acho que a visão é de que este é um insumo básico, insumo fundamental, e que a competitividade da economia brasileira dependerá, em grande medida, de como encaminhemos essa questão. Mas, aí, há questões que precisam ser bem encaminhadas, sob pena de nós terminarmos por ter dificuldades maiores.

Portanto, é necessário promover um marco regulatório adequado; é preciso oferecer salvaguardas a esses agentes novos, que irão, em última instância, assegurar a verdadeira competição na base do sistema. É necessário ajustar o planejamento do setor elétrico de modo que se contemple a visão do planejamento da questão do gás natural, equilibrando, portanto, essa visão de segurança energética e competitividade.

E, olhando na perspectiva da venda dos ativos da Petrobras, eu fiquei muito atento à observação do Dr. Vicente Franchini, que diz o seguinte: se não tivermos um marco já, do ponto de vista regulatório, mais seguro, nós estaremos depreciando esses ativos na medida em que evidentemente os investidores irão compensar essa indefinição ou essa incerteza regulatória em prejuízo da própria Petrobras.

Então eu quero me congratular com o debate. Considero este tema da maior importância e creio, Presidente, que esta Comissão precisa estar firmemente vinculada à discussão de um tema dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a contribuição do nosso Senador Armando Monteiro. Eu diria que o problema na lista de inscrição se deveu ao universitário.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente, quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra e a todos os palestrantes que aqui passaram e que deixaram algumas palavras importantes, alguns ensinamentos e alguns números que refletem esses últimos anos do setor de gás.

Preferiria não fazer sempre daquela forma, ou seja, dizer que o passado estava errado e o presente está certo. Acho que temos que acertar o futuro. Então, acho que estamos aqui com esse intuito de olhar o amanhã. Isso porque se acharmos que um setor cresceu 10% nos últimos dez ou doze anos, como foi colocado, e dizer que estava errado, eu acho que estamos criando uma sensação de inércia neste País que não houve. Acho que temos que começar a colocar as coisas no devido lugar para que não fiquemos sempre numa disputa ideológica, Fernando, que não leva ao futuro do País.

Eu acho que não há nenhum brasileiro, Presidente, que não tenha a certeza do papel estratégico da Petrobras. Acho que não há nenhum Senador, nenhum presidente de empresa privada, nenhum presidente de estatal, não existe nenhum brasileiro nas ruas que não entenda o papel importante, nenhum trabalhador, que aqui foi representado pela FUP, que não veja a importância estratégica desse patrimônio brasileiro.

O que precisamos saber? Que precisamos manter o papel estratégico dessa instituição. O que precisamos modernizar para olhar para frente? Então, eu acho este momento que o senhor nos permitiu, Senador Bezerra, é de fundamental importância para termos esse farol de futuro. E, nesse farol de futuro, há algumas questões que eu considero que são muito relevantes e eu gostaria de ter alguns números. Por exemplo, nós temos aí, como foi colocado pelo Simão Zanardi, essa questão do anel do gás. Fechou o anel do gás. Isso é importante. Foi fundamental. E hoje temos uma segurança, um patrimônio que dá uma segurança, até pela questão da matriz energética, como foi colocado aqui, pela questão da importância hoje do gás como base para essa matriz energética, que foi colocado pelo Dr. Adriano Pires, percebemos que esse patrimônio é muito importante.

Agora, essa capacidade é suficiente? O que você olha para o futuro, Lucien, de aumento de consumo para os próximos anos? Esse crescimento de 10% dá sustentação para crescer o Brasil? O que vocês imaginam, como consumidor, o que será o futuro daqui a 10, 15 ou 20 anos? E que percentual de crescimento? E aí precisamos chamar aqui a Petrobras e o Ministério. E quero parabenizar a visão do Dr. Paulo para que olhemos para o futuro, ou seja, se temos caixa para os investimentos que estamos planejando. Porque se não tivermos caixa para isso, vamos ter que buscá-lo para manter a estratégia da Petrobras, o papel estratégico da Petrobras.

Então, eu acho que essa equação precisa ficar mais clara: o que a gente precisa para o futuro, o que o mercado precisa para o futuro e o que é que a entrada do privado pode.

Aí, tenho um problema, Fernando, quando o pessoal usa as palavras. Eu briguei muito no setor de saneamento, porque eles querem confundir sempre privatização com concessão. A gente precisa começar a clarear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu não gosto da palavra "desinvestimento". Sei que é tecnicamente perfeita, mas parece que a gente está entregando banana para os outros.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E a gente não pode fazer isso. Vamos fazer um reinvestimento do próprio setor, quer dizer, buscar alguma coisa com a qual a gente possa aliviar essa imagem de que estamos perdendo e deixar que essa imagem não seja realidade, que esses recursos que cheguem venham para melhorar a capacidade da Petrobras de ser competitiva, para trazer novos atores para a competitividade empresarial; também não gerar risco para quem está lá na ponta, produzindo e recebendo esse gás, o consumidor final. Então, acho que a gente pode fazer – Fernando, o seu posicionamento é muito importante –, criar uma comissão permanente para acompanhar esse tema tão importante. E quem sabe, Presidente, também trazer o Presidente Pedro Parente para que ele nos dê uma visão aqui, na Comissão, de como é que todos esses investimentos e reinvestimentos que a Petrobras está fazendo podem conversar: como o gás conversa com a energia elétrica, como a Petrobras está se vendo no meio desse novo arranjo. Acho que isso pode facilitar muito o caminhar desse novo marco regulatório, que é fundamental.

Acho que você aborda uma questão interessante. Agora, se a gente não encontrar novos mecanismos, como tem trazido aqui o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, a gente vai ficar com o mesmo. O mesmo é suficiente para o País? Essa é a pergunta que a gente também tem que responder.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a colaboração de V. Exª, tanto no que toca ao tempo quanto no que toca aos argumentos. (*Risos.*)

Para rimar!

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta bem genérica, até para informação do público de Mato Grosso, já que esta reunião também está sendo transmitida ao vivo pelos meios de comunicação da Casa. Que alguém pudesse abordar a questão do gasoduto de Mato Grosso, da Bolívia, de Cuiabá e também a termelétrica de Cuiabá.

Quando se falou no gasoduto, falou-se que aquilo ia ser um grande promotor de desenvolvimento do Estado, principalmente em relação ao gás para a indústria. E a gente se deparou com muitos problemas com a Bolívia, com a interrupção da chegada do gás. A termelétrica, uma hora funcionando, outra hora não funcionado. Claro que teve problema, inclusive com a empresa original, que construiu.

Mas, até para esclarecimento, eu gostaria. E quem entender que tem melhores condições, que aborde esse assunto.

Trouxeram-me agora algumas perguntas da Abegás. Vou ser só instrumento de repasse dessas perguntas específicas ao diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Mas há outras perguntas aqui também, e eu vou entregá-las ao Presidente, a fim de que, se não for possível respondê-las hoje, as respostas sejam remetidas à Comissão, até porque está se falando em formar uma Subcomissão para tratar especificamente do tema. Eu acho que ela pode ser, amanhã, esclarecedora.

Então, seguem algumas perguntas ao Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura: onde estão e como resolver os gargalos da comercialização e do acesso à infraestrutura de gás natural? Quais os principais riscos no processo de desinvestimento da Petrobras e como esses riscos estão sendo mitigados? Qual o papel que o gás natural pode ter para o setor elétrico? Quais as principais medidas que materializam a contribuição que o gás natural pode oferecer para o setor elétrico, à frente? Qual a necessidade de se criar um operador independente do sistema para o gás natural?

E aqui eu quero pedir ao nosso universitário que possa copiar e distribuir essas e outras tantas perguntas aos companheiros da Mesa.

E eu quero agradecer, Presidente, até porque é uma área bastante específica. Nós temos a preocupação, claro, com o patrimônio da Petrobras, que é um patrimônio de todos os brasileiros. Já tivemos muitos movimentos. Hoje, todos sabemos os movimentos, que "o petróleo é nosso", enfim, todos aqueles momentos de nacionalismo. Claro, todos, hoje, temos a preocupação de ter uma Petrobras que possa servir ao Brasil. Então, nós não temos dúvida de que todo mecanismo que for encontrado, no sentido de se fazer com que essa empresa continue prestando esse serviço exemplar ao Brasil, deve ser utilizado. E a empresa não pode ser responsabilizada se houve desvio de conduta de algum diretor. Eu acho que a empresa é uma marca nossa, pertence ao Brasil, e nós temos que fazer tudo para preservá-la.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a contribuição do Senador Wellington Fagundes e as perguntas que foram trazidas por ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Dentro desse programa de participação do cidadão, via Alô Senado, eu vou ler a primeira observação, porque é elogiosa. É da Srª Maria de Fátima Anselmo Edelmann, de São Paulo: "Gostaria de parabenizar a Comissão de Infraestrutura pelo assunto abordado na audiência pública [e me congratular com o seu autor, o Senador Fernando Bezerra Coelho.] Em minha opinião, além de demonstrar profissionalismo nessa área, apresenta uma preocupação sobre o assunto que está sendo tratado."

Agradeço à Srª Maria de Fátima.

Nova participação dos expositores. Eu pediria que eles observassem o tempo. O Senador Fernando Bezerra Coelho, como autor, está demonstrando interesse em que os nossos expositores tenham...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... três minutos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Temos que prestigiar as mulheres.

Concedo a palavra, de acordo com as perguntas que foram feitas, inicialmente, ao Sr. Paulo Pedrosa, que é Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. PAULO PEDROSA – Muito obrigado, Senador Garibaldi, Senador Fernando Bezerra, Senador Armando Monteiro, Senador Wellington Fagundes, Senador Roberto Muniz, Senador Vicentinho Alves, Senador Dalirio Beber, Senador Waldemir Moka, Senador Flexa Ribeiro, Senador Wilder Morais, Senador José Medeiros, Senador Gladson Cameli, porque a presença de V. Exªs demonstrou que este assunto é importante para a Casa.

Quero dizer que, se esta foi uma audiência do Senado ouvindo o setor, também estávamos aqui com nossa equipe e posso dizer que ouvimos os Senadores nesta audiência, o que foi muito bom, porque percebemos que os Senadores têm conteúdo, experiência, conhecimento no tema. Nossa equipe certamente já vai incorporar, no trabalho que está sendo preparado, um pouco do que aprendemos aqui hoje. Com isso, nessa construção de convergências que estamos fazendo, vamos ajudar para que as coisas avancem num prazo mais rápido possível.

Quero dizer que, basicamente, como estamos numa fase de consulta à sociedade para apresentar, em novembro, uma audiência pública, pessoalmente preferiria não entrar no detalhe específico de cada um dos pontos, até para dar ao Ministério essa oportunidade.

Nós vivemos, Senador, um Governo muito especial – só daqui a poucos dias, terá uma confirmação de forma permanente –, que não teve transição, não teve programa de Governo. Estamos construindo esse modelo, essa proposta agora, com a liderança do Ministro Fernando Coelho e, na área específica, do Secretário Márcio Félix.

Então, eu acho que talvez fosse até um pouco arrogante da minha parte apresentar aqui posições definitivas sobre os pontos que foram trazidos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PEDROSA – Então, eu peço ao Senado a compreensão de que, na audiência pública, apresentaremos a melhor visão do Ministério. Estamos no momento de construí-la agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pergunto ao Sr. Adriano Pires se tem observações a fazer acerca das perguntas.

O SR. ADRIANO PIRES – Senador Roberto Muniz. Eu também não gosto de desinvestimento. Eu tenho falado que a palavra mais certa, que tenho até escrito nos jornais, é que precisamos refundar a Petrobras, recriar uma empresa que realmente está numa situação complicada. Essa refundação – parece-me – passa por uma mudança do papel que a Petrobras exerceu nos últimos anos. Eu acho que o mundo mudou, as tecnologias mudaram, e nós não vamos enfraquecer a Petrobras, justamente o contrário: queremos ter uma empresa mais musculosa e com menos gordura. Eu acho que é isso que desejamos, até porque acho que o Brasil vai precisar de muito investimento na área de gás, como na área de energia elétrica, e a Petrobras não conseguirá sozinha cumprir esse papel. Vemos, inclusive na questão de produção de petróleo hoje, que os leilões que ocorreram nos últimos anos fizeram com que hoje, por exemplo, quase 35% da produção do próprio pré-sal brasileiro vêm de empresas parceiras da Petrobras. A Petrobras tem 70% do pré-sal, o que mostra que, fazendo bem feito, a coisa funciona e quem ganha é o Brasil e a sociedade brasileira.

Acho que, como eu falei, estamos vivendo uma oportunidade ímpar com a venda de ativos da Petrobras. Acho que temos que olhar para a Petrobras, para a necessidade de caixa da Petrobras. Não é uma brincadeira, é uma urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, a gente não pode ficar aqui brincando com isso, porque há uma quantia enorme para se pagar lá, e não é pequena. Deixaram a Petrobras numa situação complicadíssima. Por isso, talvez, haja um pouco de açodamento na venda de ativos.

Acho que a gente pode tomar atitudes que não necessariamente passam pela mudança da Lei do Gás, que pode imediatamente corrigir, mitigar alguns riscos regulatórios inclusive na venda desse ativo da NTS, como uma questão tributária, uma questão de tarifa que a ANP, parece-me, está vendo, colocando a questão locacional na tarifa.

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO PIRES – Por fim, repito: se a gente não criar mercado para gás, e por isso o setor elétrico é muito importante, se a gente não criar âncora de consumo de gás, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Havendo mercado, o resto vai se resolver, mas o ponto principal é criar mercado. E criar mercado passa por construção de termoelétrica e colocação de térmica na base. Na hora que a gente tiver mercado, vocês podem estar certos de que a gente vai encontrar as soluções que todo mundo está procurando há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Sr. Adriano Pires.

Consulto os outros membros da Mesa se querem fazer observações sobre as perguntas dos Senadores. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Lucien Belmonte, Coordenador-Executivo do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural.

O SR. LUCIEN BELMONTE – Obrigado pela oportunidade de fazer uma breve conclusão.

A primeira coisa é que a gente está falando, na verdade, não de desinvestimento da Petrobras; a gente está falando de desverticalização. Essa desverticalização vai propiciar um aumento dos investimentos no negócio de distribuição, transporte, exploração e produção. Este é o ponto fundamental.

Outra coisa fundamental é que nós dos setores que fazem parte do fórum temos tido enormes dificuldades em competir. Em relação à indústria do vidro, a gente chegou a ter 35% do vidro plano importado da China, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes, do Egito; a gente não consegue competir. No mercado de porcelanato, quase 90% do produto chegou a vir da China.

O que acontece é o seguinte: a gente gosta de utilizar gás natural porque, para a indústria, não só ele permite melhores produtos, como uma produção mais limpa. Esse equilíbrio que a gente precisa encontrar entre a competitividade da indústria e gás tem um fator fundamental. Um gás barato participa muito mais na formação bruta de capital fixo do que a energia elétrica barata. Gás natural é fator indutor de investimento. Se nós tivéssemos um gás mais barato para toda a cadeia, estaríamos gerando investimento, e não só consumo.

A outra coisa é que houve o arco nacional de gás, etc. Só que nós estamos com 10 mil quilômetros de transporte de gás natural há quantos anos? Isso não é o suficiente, não é o que a gente precisa. Nós precisamos desenvolver, e muito, transporte, distribuição, e aí todos os outros agentes da cadeia. É fundamental.

Então, parabenizo a iniciativa do Senador Fernando Bezerra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIEN BELMONTE – Primeiro, que precisamos de preço para poder competir, porque senão a gente não consegue...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIEN BELMONTE – A EPE tem feito esses estudos, ela tem esse cruzamento de informações. Eles estão participando ativamente da discussão desse novo desenho. Isso está sendo levado em conta.

Agora, quanto a gasoduto de transporte e de distribuição, esse a gente precisa levar muito rapidamente para outros lugares, para gerar desenvolvimento, para gerar descentralização industrial no País inteiro, porque o gás está na costa. A gente precisa levar para dentro.

Muito obrigado. E, sempre que a Subcomissão precisar, a gente vai estar aqui à disposição para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pergunto aos demais membros se querem fazer alguma...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, antes de passar para um próximo assunto da pauta, contando com a sua compreensão, o meu requerimento está a caminho para a criação desse grupo de trabalho, para acompanhar essa discussão até a conclusão dessa audiência pública no Ministério de Minas e Energia. Mas gostaria de saber se V. Exª poderia submeter já à apreciação e deliberação, aproveitando o alto quórum que a Comissão teve hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Permita-me uma observação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O seu requerimento vem de escada ou elevador. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vem a jato (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se puder, considere que ele já está aí sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com todo o gás, para aproveitar aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, e só para dizer que o grupo de trabalho seria formado pelo Senador Armando Monteiro, por mim e pelo Senador Roberto Muniz, que acompanharia esse tema até a conclusão dos estudos e das propostas por parte do Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acredito que não teríamos melhor encerramento dos nossos trabalhos senão criando essa Comissão. É mais uma contribuição do Senador Fernando Bezerra.

Dentro do Alô Senado, o Sr. Sandro Maximo, do Rio de Janeiro: "Além de ser fundamental para o fluxo de caixa da Petrobras, a BR têm função estratégica e social fundamentais para o País. Atende os confins do Brasil e integra o Sistema Nacional de Segurança. Além disso é eficiente e lucrativa."

Lucrativa, nem tanto no momento.

Concedo a palavra ao Senador...

Desde logo, queremos encerrar a audiência, agradecer a todos aqueles que fizeram parte da nossa Mesa, dizer que todos deram – para ser repetitivo, redundante – uma eficientíssima contribuição para o esclarecimento das questões levantadas pelo Senador Fernando Bezerra, e fizeram ver a todos os brasileiros a importância estratégica que tem a Petrobras no que toca não ao desinvestimento, como diz o Senador Roberto Muniz, mas à possibilidade de novos investimentos para o futuro.

Agradeço, portanto, e desfaço a Mesa dos trabalhos, para que possamos ter uma segunda etapa, com a palavra do Senador Vicentinho Alves.

Só um minuto, Senador, para as despedidas. (*Pausa.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Vicentinho, V. Exª sabe que não é fácil competir com a Petrobras! (*Risos.*)

(*Soa a campainha.***)**

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Passo a ler, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório da Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço silêncio, por gentileza, para ouvirmos aqui o Senador Vicentinho Alves, quando vai oferecer, como Relator *ad hoc*, o seu relatório sobre a Mensagem nº 77, de 2016.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Srª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Rose de Freitas.
Relatório: pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Na qualidade de Relator *ad hoc*, concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, como já dito por V. Exª, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Elisabeth Alves da Silva Braga para ocupar o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 77, de 2016 (Mensagem nº 406, de 2016, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* da indicada e demais documentos pertinentes.

A Srª Elisabeth Alves da Silva Braga nasceu em 1965, na capital do Acre. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Centro de Ensino Unificado de Brasília (UniCEUB), no ano de 1986, e possui pós-graduação em Orçamento Governamental e em Análise Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É servidora de carreira do ciclo de gestão, no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) do quadro permanente do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O histórico profissional da indicada registra que ela atua desde novembro de 2008 como Superintendente de Gestão, na função de ordenadora de despesas e de responsável pelo acompanhamento da gestão corporativa da ANTT. Entre maio de 2006 e novembro de 2008, foi Superintendente de Gestão e Finanças e Substituta e Gerente Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Desde 1988, tem ocupado diversos cargos e funções nas áreas de administração, planejamento, orçamento e finanças, em diversos ministérios e secretarias da Presidência da República, destacando-se os períodos entre 1999 e 2006, em que serviu ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e entre 1993 e 1999, quando esteve lotada no extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)

Constata-se que a indicada apresentou as declarações em conformidade com os art. 383, I, "a" e "b", do Regimento Interno do Senado. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Consideram-se, assim, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001, que criou a ANTT.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação da Srª Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Em discussão o relatório.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, já tivemos, anteontem – ontem, não é? –, a indicação de mais um diretor da ANTT, o Dr. Mário. E, pelo currículo apresentado aqui pelo Senador Vicentinho e pelo que nós já conhecemos da indicada – já tive a oportunidade de conhecê-la lá na ANTT –, eu tenho certeza de que ela, pela sua experiência, vai contribuir para que nós tenhamos mais celeridade no trabalho da ANTT.

Quero aqui destacar a importância que representa a ANTT, principalmente para um País como o nosso, que é um País rodoviário.

Então o rodoviarismo foi implantado no Brasil. Não vamos aqui discutir este aspecto: se temos que ter mais ferrovias, mais hidrovias – é claro que temos –, mas, dada a dimensão do País, sem dúvida nenhuma, quanto à questão das estradas, não só a manutenção como a construção de novas estradas são um grande desafio para o País.

Por isso, eu quero aqui também estar não só apoiando, mas pedindo ao Presidente a possibilidade de que possamos, já na próxima reunião, votar aqui, na Comissão, porque V. Exª, desde o início da sua Presidência aqui, nesta Comissão, sempre lutou para que as agências pudessem ter as suas diretorias completas. Uma diretoria incompleta causa a dificuldade na tomada das decisões. Por isso, é importante que tenhamos celeridade na votação de todos esses processos.

Eu quero parabenizar V. Exª, porque também tem sido ágil. Chegou aqui o processo, rapidamente V. Exª tem distribuído, com atenção aos Parlamentares para que tenhamos toda essa celeridade. Então, eu acho que a Comissão tem cumprido muito bem, sob a sua Presidência, não só esse papel, mas todo esse papel que temos desempenhado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ainda, Sr. Presidente, quero aproveitar que o tema é a ANTT e trazer aqui uma preocupação do meu Estado. Foi feita a concessão da BR-163, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, e existe a possibilidade e a expectativa da concessão da BR-364, de Rondonópolis até a divisa de Goiás e de Comodoro até o Estado de Rondônia. Infelizmente, dados os problemas que aconteceram em relação às últimas operações – principalmente a Operação Lava Jato –, a nossa concessão do trecho de Mato Grosso... Aliás, temos dois problemas. A construção do trecho de Rondonópolis a Cuiabá ficou sob responsabilidade do DNIT. São três trechos: apenas em um trecho, a obra está sendo tocada com rapidez; os outros dois trechos estão parados. E também a concessionária paralisou todas as obras.

Então, aqui tanto eu, como o Senador Blairo, como o Senador José Medeiros já tivemos a oportunidade de apoiar o trabalho que vinha sendo feito, com mais de mil máquinas trabalhando, máquinas novas, e aquilo causava uma esperança muito grande, porque o trecho de Rondonópolis a Cuiabá é o trecho em que mais acidentes frontais há no Brasil. O volume lá falamos que é um trem de pneu, porque é uma carreta atrás da outra. Se houver uma ultrapassagem de um carro pequeno, sempre o perigo de acidente é muito grande.

Então, eu gostaria aqui de registrar a nossa preocupação e a cobrança da ANTT no sentido de tomar as providências necessárias, quais sejam elas – inclusive, se for o caso, eu quero aqui propor, não vou fazê-lo agora, uma audiência pública para tratarmos desse assunto. Como se pode falar em novas concessões se as concessões atuais não estão tendo condições de tocar as obras? Inclusive, lá, em todo esse trecho, está sendo feita a cobrança do pedágio. Com relação a isso, existe uma revolta da população, porque se está pagando o pedágio, e as obras não estão andando. Quero registrar que a conservação melhorou muito, mas isso não é suficiente, porque grande parte do trecho...

Aliás, de 800 quilômetros, só temos cento e poucos quilômetros duplicados. Então, realmente, quando se cobra o pedágio e a população não vê as obras sendo tocadas, a revolta é muito grande.

E eu estou dizendo porque, aqui nesta Comissão, todos nós de Mato Grosso defendemos muito essas concessões e entendemos que o Brasil precisa disso. Acabamos de fazer aqui essa audiência pública do gás, com a possibilidade de buscar investimentos para que a gente tenha condições, não só a Petrobras, mas todos os investimentos necessários para gerar empregos e oportunidades a todos os brasileiros.

Eu quero aqui fazer esta cobrança, de público. Não vou pedir nenhuma providência nesse sentido agora, porque quero ainda discutir com o BNDES, com a ANTT, quais as possibilidades que temos para que obras como essa – e não é só o caso de Mato Grosso, a gente sabe que é no Brasil – o Senado possa apoiar e buscar os caminhos necessários.

Nós já fizemos aqui uma audiência com toda a Associação Brasileira das Concessionárias há seis meses, tivemos avanços. Por isso, é importante o papel aqui de V. Exª, como Presidente, e de toda a Comissão nesta área. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, também na mesma linha do Senador Wellington, eu quero parabenizar V. Exª pelo dinamismo à frente da Presidência da Comissão de Infraestrutura. A todas as indicações que aqui chegam, determinadas pelo Presidente Michel Temer, V. Exª tem dado celeridade, e isso contribui muito com o País. Portanto, eu quero deixar isso registrado.

Eu conheci ontem a Drª Elisabeth e gostei muito da sua forma, do seu preparo, de pronto. Portanto, penso que nós estaremos aprovando uma senhora da melhor qualidade para ocupar esse cargo de Diretora à frente da ANTT.

E aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para também deixar registrado o meu apreço pelo Dr. Jorge, Diretor-Geral da ANTT, que tem conduzido com muita competência aquela entidade, aquele órgão. Portanto, sempre com o diálogo aberto, franco, com nós Parlamentares. Hoje mesmo, aqui, tive a oportunidade de dialogar com o Dr. Jorge sobre a Belém-Brasília.

Estou aqui registrando a presença do senhor, Dr. Jorge, Diretor-Geral da ANTT, sempre dedicado.

Então, a parte da Belém-Brasília (BR-153) que está na gestão do DNIT está 100% organizada. Quanto à parte da concessão, devido a problemas com a empresa, o DNIT não está tendo competência para recuperar a rodovia, então estão começando a aparecer muitos buracos. E é uma rodovia importante no País, no centro e no coração do Brasil, a Belém-Brasília.

Já estivemos conversando com o Dr. Jorge hoje, e ele prontamente já nos colocou que está tomando as providências para que esse trecho o Ministério dos Transportes e o DNIT tenham competência para recuperar, para facilitar a vida de todos que utilizam a rodovia. Aliás, uma rodovia, eu sempre digo, que é o espaço mais democrático que pode haver, por onde passa todo mundo: passa o pobre, passa o rico, o empresário, o trabalhador, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E lá, quanto a essa preocupação que nós colocamos, já estamos com a garantia do Dr. Jorge, no sentido de que a gente recupere o mais rápido a Belém-Brasília, nesse trecho da concessão, porque já vamos ter as chuvas chegando lá na região.

Portanto, fica registrada a nossa admiração pela forma com que o Diretor-Geral está conduzindo os destinos da ANTT, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nos termos do art. 383 do Regimento, será concedida vista coletiva da matéria.

Eu quero, antes de encerrar, agradecer os elogios feitos pelos colegas Senadores e dizer que sabia que eles eram bondosos, mas não tanto. Mas agradeço penhoradamente. (*Risos.*)

Antes de encerrarmos a reunião, vou agradecer aqui a presença de todos e, em especial, já o fiz aos convidados para a audiência pública, agradeço à Consultoria do Senado sempre presente, à imprensa e aos demais que aqui vieram.

E, por fim, convoco a nossa próxima reunião a ser realizada na próxima semana – eu tenho minhas dúvidas –, em 22 de agosto, na próxima segunda-feira. O universitário, às vezes, me surpreende. Na próxima segunda-feira, neste plenário, às 14h30. Trata-se de uma audiência pública para discutir as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Antes de encerrarmos, também quero submeter o requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 51, de 2016
- Não terminativo -

Criação de grupo de trabalho sobre venda de ativos da Petrobrás.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Nos termos regimentais, requer a formação de grupo de trabalho destinado a acompanhar a venda de ativos da Petrobras, sugerindo seja formado por esse Senador requerente bem como pelo Senador Armando Monteiro e o Senador Roberto Muniz. (*Pausa.*)

Se os Senadores assim o aprovam, está aprovado o requerimento.

E está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 26 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 16/2016, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI); e RQI 34/2016, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). **Participantes:** Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME; Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Elbia Gannoum, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA; e Zilmar de Souza, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-açúcar - UNICA. Roberto Barbieri, Assessor da Área de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicado da Presidência: antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo Twitter. Repito a todos do Brasil e a todos os presentes aqui no plenário que quiserem fazer perguntas e sugestões a esta audiência pública que podem fazê-lo por meio do telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet, no www.senado.leg.br/ecidadania. Estamos à disposição para contar com a colaboração de todos.

Pauta: audiência pública.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2016, de autoria do Senador Hélio José.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para que tomem assento à mesa, desejo boas-vindas e agradeço a presença: Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – é um prazer conhecê-lo –; Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); Zilmar de Souza, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Roberto Barbieri, Assessor da Área de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) – é a Abinee sempre colaborando nos debates.

Assessoria, os cartões, por favor.

Dando continuidade ao trabalho, informo que os convidados dispõem de até 20 minutos para suas apresentações.

Após as exposições, a palavra será concedida às Srªs e aos Srs. Senadores, conforme ordem de inscrição, caso estejam aqui presentes.

Eu gostaria de fazer uma breve fala sobre essa importante abertura dos trabalhos que aqui nos compete. Eu fui escolhido pela Comissão de Infraestrutura para avaliar as políticas públicas relativas às energias renováveis. Todos nós sabemos da importância do programa Proinfa para o sucesso que hoje temos em nosso País com relação, principalmente, à exploração de energia eólica.

O Brasil, há mais ou menos oito, nove, dez anos, era traço na produção de energia eólica. Vivia uma situação profundamente difícil, complicada. E o nosso País investiu nesse programa chamado Proinfa (Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), um programa nacional, e, através desse investimento do nosso Governo Federal, que o Congresso Nacional avalizou, vimos uma grande evolução na área de eólica. O Brasil, que sequer fabricava pás, hoje é um país que é âncora no mundo na exportação de pás eólicas, com uma das maiores produções mundiais nessa área. O Brasil, que tinha uma limitação muito grande com relação às turbinas e ao desenvolvimento da captação de energia eólica, hoje também já desponta com bastante qualidade e com bastante competitividade nesse setor, propiciando um bom aproveitamento eólico em várias partes.

Na minha visão, o Brasil ainda tem uma evolução pequena, na nossa plataforma continental, do aproveitamento eólico, diferentemente dos países do norte europeu e dos países da Europa em si, que têm seu maior aproveitamento concentrado, exatamente, na sua plataforma continental. Esse é um dos assuntos que, de repente, a ABEEólica e o Azevedo poderiam, depois, esclarecer: por que nós, que temos uma plataforma continental imensa, não estamos aproveitando o exemplo da Europa e fazendo a captação marítima, *offshore*, dessa fonte importante que é a energia eólica?

O grande objetivo de avaliação dessa política pública fruto do Proinfa é exatamente para que a gente possa ter programas exitosos que gerem oportunidades para que as outras fontes de energia, também a eólica, cada vez mais continuem evoluindo.

Eu queria dizer aos Srs. e Srªs Parlamentares que nos estão ouvindo e aos senhores e senhoras expositores e aos demais presentes algumas poucas palavras além disso.

Primeiramente, comento que, como é de conhecimento de qualquer planejador do setor energético, em horizonte de longo prazo, a segurança do suprimento de energia elétrica é variável de preocupação constante. Em face disso, deve-se tentar identificar gargalos e propor medidas duradouras que, além de utilizar de forma eficiente a infraestrutura disponível dentro do seu período de vida útil, apresente alternativas aos problemas da sociedade. Afinal, a segurança do suprimento não está associada somente à capacidade de geração de energia elétrica, mas também à diversificação de sua matriz, ao sistema de transmissão, à adequação aos parâmetros ambientais e à modicidade tarifária.

Em 2004, foi instituído o Proinfa, que buscou incentivar as fontes alternativas, menos a solar, o que, friso, talvez tenha sido um erro. Assim como em qualquer programa governamental, há um custo envolvido e, certamente, uma série de benefícios. Quanto ao Proinfa, pergunto: dado que a energia contratada pelo Proinfa será custeada por 20 anos, de quanto tem sido o custo anual dessa iniciativa? De todos os que saíram via Proinfa, quero saber se é possível vocês discorrerem sobre isso.

O Programa Luz para Todos foi prorrogado até o ano de 2018 pelo Decreto nº 8.387, de 29 de dezembro de 2014. Qual a metodologia utilizada para a aferição da população necessitada de acesso à energia elétrica, tendo em vista o grande rol de beneficiários do Programa tais como escolas, postos de saúde e poços de água comunitários? Quanto foi investido pelo Proinfa no período de sua vigência? Quantos empreendimentos por fontes entraram em operação até a presente data? Qual o resultado do Programa, resumidamente, sob o ponto de vista do MME?

Sabe-se que uma fonte alternativa e renovável pode ajudar a firmar outra fonte também alternativa e renovável, por exemplo, uma usina constituída por painéis solares e geradores eólicos. Todavia, no Brasil, a geração híbrida ainda está sem legislação; a Aneel está analisando essa possibilidade. Quais os estudos que estão em andamento na Aneel para essas possibilidades? A Aneel tem sugestões para o encaminhamento de uma legislação específica? Considerando que as fontes solar e eólica podem deixar de gerar intempestivamente por fenômenos naturais, se uma geração eólica de médio ou grande porte falhar, qual a solução demandada pelo MME para enfrentamento da situação e continuidade operacional do sistema como um todo?

Nos últimos anos, nota-se a predominância da fonte eólica para a realização de leilões de reservas em detrimento das outras fontes (PCH, biomassa e solar). Por que essa predominância da eólica em detrimento da PCH, biomassa e solar? Como são definidos os montantes de cada fonte alternativa e renovável para o período de médio e longo prazo via leilões?

Pensando em perspectiva, há experiências suficientes para aperfeiçoar as medidas governamentais de incentivo às fontes alternativas renováveis. Há modificação do antigo parque hidrotérmico para uma matriz energética mais diversificada com a entrada das fontes alternativas renováveis. Com isso, pergunto: como o planejamento energético tem se adaptado às questões ambientais? Os modelos computacionais estão prontos para incorporar essas mudanças? Como podemos quantificar o preço da energia segundo o modelo vigente?

Enquanto a minha assessoria tira cópias para distribuir para cada um dos nosso Parlamentares – por favor, tirem cópias urgentemente – , eu gostaria de também dizer o seguinte: sou servidor público concursado, além de ser Senador da República. Lembro-me muito bem de que, quando passei no meu concurso público federal, depois de três anos e meio como engenheiro da Eletronorte, de recepcionar o sistema energético – era da Chesf e passava para a Eletronorte – no Estado do Maranhão, depois de acompanhar toda a evolução energética daquele importante Estado brasileiro, porque na época em que fomos para lá, no ano de 1982, praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

apenas 15% do Estado era atendido por energia elétrica, principalmente na área rural, então, sou testemunha dos vários avanços que nós tivemos via vários programas governamentais, como o Proinfa, para ajudar no desenvolvimento energético do nosso País, e o Luz para Todos, que realmente revolucionou toda essa questão.

Então, hoje, para mim, estando responsável pela Comissão de Infraestrutura, pelo Senado Federal, para, juntos, avaliarmos as políticas de fontes alternativas para este ano e, ao final, oferecermos uma alternativa para o Brasil, via Comissão de Infraestrutura, de como melhor aproveitarmos as energias alternativas, não poderíamos começar com um conjunto melhor de palestrantes, todos muito capacitados e em condições de colaborar conosco para que possamos evoluir nessa importante área.

Nós estamos na idade da pedra, notadamente com relação à energia solar. Eu, como servidor, nesses últimos oito anos, praticamente nove, do Ministério de Minas e Energia no monitoramento do Sistema Elétrico Nacional, pude testemunhar a pouca ação, a pouca contundência do Ministério de Minas e Energia com relação a, de fato, investir nessa importante fonte energética brasileira, a fonte solar. Trata-se de um setor em que estamos muito atrasados, sem competitividade, com um alto custo em todos os equipamentos para podermos gerar energia solar no nosso País, em espacial por causa da falta de investimento e por causa da falta de um programa, tipo o Proinfa, que socorresse essa importante área de geração: a área de geração de energia solar.

Além disso, começou exitosamente o programa das PCHs. O Brasil tem um potencial enorme para instalação de PCHs; e, aí, a Aneel e o Ministério de Minas e Energia precisam nos ajudar, esclarecendo como é que nós vamos fazer a política de repotencialização de algumas PCHs, que podem chegar a até 50MW, e como é que nós vamos propiciar que as PCHs, que o Brasil pode ter em várias partes do País, em pequenos cursos, possam voltar a ser, de fato, uma razão para evoluirmos na geração energética em nosso País.

Além disso, há a questão da biomassa. O Brasil tem o Programa Nacional de Resíduos Sólidos, tendo em vista uma geração enorme de lixo orgânico nas nossas cidades de médio e grande porte, bem como nas nossas pequenas cidades. E podemos agir de forma consorciada no sentido de fazer com que, associando-se ao Programa Nacional de Resíduos Sólidos, cuja data limite, inclusive, foi adiada para que todos os Municípios brasileiros, de fato, implantassem esse programa, possamos aproveitar a pirólise de baixa temperatura, não poluente, para realmente gerar energia e adubo.

E, ainda, que outras formas de aproveitamento energético dos nossos resíduos orgânicos ou a biomassa possam se integrar ao sistema a fim de não ficarmos com essa energia onerosa, cara, poluente, contraditória ao interesse do Brasil de ser um país que contribui com o meio ambiente. A geração térmica via petróleo, a geração térmica via carvão, via outras fontes não renováveis nos oneram, e fazem com que a tarifa brasileira seja uma das mais caras do mundo, enquanto nós dispomos de energia solar gratuita, vinda do céu.

De modo que espero que os nossos cientistas – e falo aqui também como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicação do Senado Federal – evoluam e não sejam uma âncora, como hoje são as pás na geração eólica, os painéis de captação solar e os inversores, porque não há nenhum segredo para os nossos cientistas investirem para fazer os inversores aqui, para fazerem os painéis de captação solar aqui, desde que haja incentivo do Governo Federal para que isso aconteça.

Como nós não teremos só esta palestra – nós não vamos esgotar todos os assuntos nesta audiência pública, nós teremos quatro audiências públicas interligadas a esta para avaliar os demais programas –, eu só estou aproveitando, já que hoje estamos fazendo a primeira audiência pública sobre o tema, para colocar uma enxurrada de situações, porque a cada três palavras que falo no Senado Federal, uma delas é sobre geração de energia solar fotovoltaica ou geração de energia solar heliotérmica, em nosso País, que é um país continental, com muitas terras devolutas, com muita condição de fazer um bom aproveitamento dessa energia e o Brasil está na Idade da Pedra com relação a essa questão, fazendo um parâmetro com a história mundial, que sabe da evolução dos povos.

Não podemos continuar nessa situação, já que tivemos a *expertise* de oito anos, com um programa ousado, de fazer com que a eólica hoje seja competitiva, fazer com que a eólica gere o *megawatt* barato e em condição de integrar bem o nosso sistema. Ainda temos muito que evoluir nessa área. Por isso estamos aqui, inclusive, com a ABEEólica e outros envolvidos no setor para que bem aproveitemos esse potencial e não fiquemos à mercê de algumas pessoas que defendem algumas políticas que não são de interesse nacional.

O nosso objetivo, ao final deste trabalho, é poder apontar para o marco regulatório das energias alternativas em nosso País, depois das várias audiências públicas – em que a gente consiga tirar uma publicação da Comissão de Infraestrutura –, indicar para o Governo do Brasil como nós podemos pegar as energias alternativas e colaborar com a nossa linda matriz hidráulica, com a nossa matriz limpa, com a nossa matriz que cada vez mais nos orgulha. O Brasil tem que cuidar da nossa matriz hidráulica de forma boa. Ela tem suas debilidades. Vimos, no ano retrasado, com a maior seca que aconteceu neste País, depois de muitos e muitos anos, todo problema que tivemos com relação ao nosso parque hidráulico nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Precisamos investir em fontes complementares, porque enquanto na usina hidroelétrica eu posso armazenar minha energia de forma barata, numa usina fotovoltaica ou numa usina heliotérmica, terei dificuldade de armazenar de forma barata, de forma tranquila. Se eu interligar essas duas usinas, terei uma forma boa de bem aproveitar o meu potencial instalado de energia da hidroeletricidade, de utilizar nos momentos de ponta, nos momentos que nos causam apagão, nos momentos que dificultam a nossa vida, as fontes alternativas de energia, principalmente a solar fotovoltaica, a heliotérmica, a da biomassa.

Essas fontes energéticas podemos instalar nas pontas. Diferentemente de ter que conduzi-las em linhões de longas e logas distâncias do Norte do Brasil para o Sudeste brasileiro. Podemos pegar, por exemplo, uma cidade como Luzilândia, no Piauí, onde estive, onde o Governo Federal fez um Programa Minha Casa, Minha Vida. Foi lá, colocou 300 casas que não poderiam ser ligadas ao sistema energético brasileiro, porque o sistema da Chesf que chega em Luzilândia é de ponta, de longa distância, com a tensão baixíssima – 11,2 –, à noite todas as lâmpadas já são velhinhas e se ligassem as 300 casas de Luzilândia, todo sistema iria cair. Se eu tenho condições de gerar uma usina celular fotovoltaica ou hidrotérmica lá em Luzilândia, lá no meio-norte, em condição de atender todo aquele setor, em complementariedade com o sistema que já tenho, não há motivo de se gastar 40 bilhões com Belo Monte, para causar todo esse passivo ambiental que nós temos hoje.

Aqui no Congresso Nacional, em consenso com todos os membros da CMO, no ano passado, aprovamos 19 milhões em investimento no PPA, nos próximos quatro anos, para energias alternativas. Lamentavelmente, a Presidente que já foi – tchau, tchau, Dilma, graças a Deus, porque dia 29 agora a gente consolida a questão – vetou a proposta que a CMO consensualmente encaminhou para o PPA colocar 19 milhões de reais, que é a metade do gasto de Belo Monte, 30 bilhões... Eu falei milhões? Não, são bilhões. Belo Monte, com seus 40 bilhões, 30 para a geração e 10 para a usina, para o linhão. Se eu pegasse 19 bilhões... Belo Monte só gera 4,5 dois meses no ano, porque é um sistema muito intermitente, que depende do curso do rio amazônico. É uma usina a fio d'água que gerou esse passivo todo, essa gastança toda do Governo Federal, porque acho que faltaram mais engenheiros, mais Senadores aqui para discutir a questão na época em que vieram trazer projeto de Belo Monte. Talvez o Ministério de Minas e Energia devesse ter posto a mão na ferida e deixado claro que se nós investíssemos em energias alternativas, se nós investíssemos em geração de energia via mais PCH, via biomassa, via fotovoltaica, via eólica, nós não precisaríamos ter gastado 40 bilhões para fazer Belo Monte e, sim, pegado 19 bilhões do PPA dos próximos quatro anos para gerar os 12,5MW, o que seria a ponta máxima de Belo Monte, no lugar de apenas 4,5GW que Belo Monte gera para o sistema de forma permanente.

Então, são formas que estaremos discutindo, com a tranquilidade e o conhecimento necessário para ajudar o País a sair da situação em que se encontra hoje, não é, Azevedo, que está representando aqui o nosso Ministro? Já conversei com ele sobre esses assuntos. Quero deixar claro que estamos aqui para colaborar, por isso chamamos os principais técnicos da área, estamos chamando outros para as outras audiências públicas e queremos acentuar a colaboração. O nosso objetivo aqui, do Congresso Nacional, do Senado Federal, é colaborar com o nosso Governo, é colaborar para que a gente realmente não fique à mercê. A ABINEE e ABEEólica representam o setor do investimento, o setor privado aqui nesta discussão. O nosso objetivo é que o mercado tenha condição de receber bons investimentos do setor, que as pessoas realmente possam vir aqui e falar que vale a pena investir com segurança, vale a pena gerarmos condição para o Brasil ser âncora na luta e no desenvolvimento social para nossos povos. Então esse é o grande objetivo.

Vou parar por aqui. Eu queria até a colaboração de vocês. Quem não precisar usar os vinte minutos, não use; quem precisar usar os vinte, use, porque vocês serão chamados para as outras audiências. Eu tenho uma reunião com o Presidente da República às 16h. Se não tivermos terminado até o horário, terei de suspender por 30 minutos a nossa reunião, vou lá no Presidente da República às 16h e volto, para continuar o nosso trabalho. Comunico isso para a minha assessoria. Lamentavelmente tenho esse compromisso.

Então, passarei imediatamente a palavra para o nosso primeiro convidado, Sr. Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME). Eu já provoquei o Governo e passo a palavra para o nosso Governo aqui.

Eduardo, você está com a palavra.

O SR. EDUARDO AZEVEDO – Boa tarde.

Senador, obrigado pelo convite. Eu queria agradecer em nome do Ministro Fernando Coelho.

Nós estamos trabalhando pesadamente para inserir as fontes renováveis no País. Hoje a gente vai falar um pouquinho sobre o que aconteceu, a experiência do Proinfa, como ela ajudou, reforçando o que o senhor disse no início. Vou tentar ser bem breve para tentar cumprir o nosso acordo.

O Proinfa foi um programa criado em 2002 em que as fontes eólica, PCH, CGH e biomassa foram priorizadas. Basicamente tinha como critério a contratação de 3.3GW pela Eletrobras para um contrato de longo prazo, 20 anos. E essa conta seria paga por todos os consumidores, retirando os consumidores de tarifa social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Foi feito através de uma chamada pública que permitia a participação de consórcios e de fabricantes desde que a gente tivesse pelo menos 60% de conteúdo nacional, no caso, participantes da indústria.

Em 2004, através de um decreto, delegou-se ao Ministério das Minas e Energia a gestão do Proinfa. Essa conta foi coadministrada dentro da Eletrobras, com a coordenação do Ministério das Minas e Energia. Objetivamente, tinha como referência diversas fontes. Depois foi definido um piso a partir do qual – não um teto, mas um piso – permitisse que essas fontes pudessem ser inseridas na matriz por um preço que não comprometesse o início dessa indústria, uma vez que não existiam grandes contratações no setor.

Em grandes números, a gente tinha PCH contratada a R$117, que era o valor médio da energia contratada na época. E aí segue cada uma das fontes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Qual era o valor médio, Azevedo?

O SR. EDUARDO AZEVEDO – Era de R$117MWh, passando por cada uma das fontes, até a eólica, que seria um pouco mais alta, de R$180, considerando que estava iniciando e precisava de um apoio maior.

O resumo dos projetos contratados dentro da meta de 3,3 foi este aqui: 63 projetos de PCH; 27, biomassa; 54, de eólica, totalizando 144 projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Foi a nossa primeira contratação?

O SR. EDUARDO AZEVEDO – Sim. Em valores médios, o recurso foi buscado junto ao BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB, ou seja, bancos do Governo.

Aqui está o cronograma de entrada em operação. A gente começou em 2006 as primeiras implantações. O projeto deveria terminar em 2010, só que alguns projetos, na época, contratados pela Impsa Eólica entraram um pouco mais tarde, 2011/2012. Mesmo assim a gente performou pouco mais de 90% do que estava previsto.

Aqui está o local onde estavam alguns dos empreendimentos que tiveram de ser descontratados por motivos os mais diversos, entre eles financiamento – nem todos os empreendedores tinham capacidade econômica para investir nos projetos – e também pela curva de aprendizado – nem todos conheciam o bastante sobre o assunto. Após a descontratação, a gente tem aqui o total de quase 3.000MW contratados. Então, 90,2 foi o valor final contratado pelo projeto.

Os principais desafios foram a natureza técnica. Boa parte dessas fontes eólicas estavam iniciando, biomassa tinha alguma experiência, mas para consumo próprio. Era autoprodução, não tinha objetivo de exportação de energia. Então, desenvolvimentos técnicos tiveram que ser realizados nas usinas de açúcar e álcool para sobrar mais bagaço, para sobrar mais combustível, e avaliar também outros combustíveis, em complemento ao bagaço.

Falta de capacidade financeira, como já foi falado, e incapacidade do parque industrial da época de suprir toda a necessidade. Entendemos que esse programa foi essencial para o início do eólico.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Foi o *start*, não é?

O SR. EDUARDO AZEVEDO – De forma bem resumida, contratamos 90% de todo o valor que estava previsto, de 2,97.

Deixe-me pegar os valores médios aqui. Vale a pena colocar.

O número não está aqui, mas vimos que essas fontes, mesmo corrigidas pelo IGPM, que era o índice da época, os valores de biomassa e de PCHs são praticamente os mesmos praticados hoje. A eólica teve um preço um pouco maior na época do que o praticado hoje. Isso mostra que foi essencial para a evolução da indústria. A criação de mecanismos para compras sistemáticas dessa energia eólica propiciou a vinda da indústria e o barateamento de custos. Então, hoje, energia eólica é uma das mais competitivas, e certamente isso se deve a esse programa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Você quer fazer um breve comentário, já que o patamar ainda é 14, pelo menos por quatro minutinhos, sobre PCH, sobre o que vocês estão pensando, sobre a energia solar, fotovoltaica, sobre isotérmica, alguma coisa? Se quiser. Se não quiser, vou convidá-lo para a próxima também. Fique à vontade. Você quer falar hoje ou quer deixar para a próxima oportunidade?

O SR. EDUARDO AZEVEDO – Bem rapidamente, este ano ainda vamos ter dois leilões de energia de reserva: um em 23 de setembro, de PCHs e CGHs, e, no final do ano, no dia 16 de dezembro, eólica e solar, também para reserva. Essa é, digamos, a última contratação deste ano, mas que demonstra claramente que, apesar da sinalização de sobrecontratação, nós estamos respeitando que o que foi colocado para a indústria venha para o Brasil e que se invista. Nós estamos buscando respeitar esses investimentos contratando o que pode ser contratado. Não vai ser o que queríamos, mas é o que podemos.

E o planejamento está levando em conta as múltiplas ações, os múltiplos desdobramentos do vetor energia. Estamos falando sobre desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Levando em conta tudo isso, este ano, estamos preparando um novo modelo de planejamento, numa parceria muito próxima entre a EPE, o Ministério, o ONS e a Aneel. Temos pensado em um planejamento inte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

grado da expansão e também da operação. Com isso, teremos ganhos sistêmicos e, certamente, espaço para colocar a eólica, a solar, a biomassa, PCH.

Falando especificamente de energia solar heliotérmica, tivemos, no final do ano passado, uma chamada do P&D estratégico da Aneel. Infelizmente, o número de projetos não foi tão grande, mas nos próximos meses deve estar saindo a contratação final desses projetos, e entendemos que há, sim, um grande potencial, principalmente na geração distribuída junto à indústria. Talvez não para a geração de energia elétrica em grandes centrais, como nos Estados Unidos, nos desertos, e na África, mas para a cogeração industrial, para a produção de vapor e calor do processo. E aí, nesse processo, também produzir energia elétrica. Entendemos que essa pode ser uma grande ferramenta para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dando prosseguimento, vamos ouvir, já que assim sugeriu a assessoria, primeiro, o Governo e, depois, o setor privado. Eu fico muito honrado aqui com a presença da ABEEólica, da Abinee e da Unica, porque nós sabemos o quanto o setor privado tem colaborado e precisa colaborar cada vez mais nessa questão.

Então, vamos continuar ouvindo o Governo, vamos ouvir nosso representante da Aneel, Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Boa tarde a todos.

Senador Hélio José, em nome da Diretoria da agência, eu gostaria de agradecer esse convite e essa oportunidade para participar deste evento, desta audiência pública sobre um tema tão relevante para o setor elétrico brasileiro.

Na oportunidade, também gostaria de cumprimentar todos os colegas de Mesa.

Nossa apresentação vai ser bastante sucinta, bem breve. Basicamente, a gente vai contextualizar e colocar a situação da política pública para fontes renováveis, como ela está hoje, como a gente chegou na situação atual e dar uma ideia de custo dessa política para os consumidores de modo geral.

Nessa primeira lâmina, a gente apresenta um retrato da nossa matriz, e o que chama a atenção é o fato de a nossa matriz já ser, predominantemente, renovável. A gente tem mais de 80% da capacidade brasileira instalada associada a fontes renováveis, sejam fontes hídricas, sejam fontes renováveis não hídricas, como eólica, solar e biomassa. O que a gente tem de fóssil é da ordem de 17,5%, apenas, da capacidade instalada.

Eu diria que, dessas fontes renováveis não hídricas, por exemplo, a eólica, que já está estabelecida aqui no nosso País, já vem prestando relevante contribuição para o atendimento do nosso sistema, e não só o atendimento energético, mas a garantia do abastecimento. Se tomarmos, por exemplo, a realidade da operação, hoje, nos mercados do Nordeste, sistematicamente a fonte eólica vem batendo recorde de geração com fatores de capacidade que nós não imaginávamos há alguns anos, quando havíamos, inicialmente, projetado esses primeiros parques. E não só isso: dado o regime hidrológico dessa região, que, particularmente, atualmente encontra-se dentro dos piores registrados no histórico, essa fonte é a que tem contribuído para garantir que a carga seja atendida. Então, não é uma promessa para o futuro, já é uma realidade. E a nossa percepção é a mesma também para biomassa, já é uma realidade, já está bem estabelecida. E, quanto à solar, eu diria que é a bola da vez e que tem tudo também para ser bem-sucedida dentro do nosso País.

Bem, quando falamos de política pública para o segmento de renováveis, nós gostaríamos de destacar o seguinte: existem já diversos mecanismos. E aqui relatamos os principais deles. O processo para outorga para as fontes renováveis, em grande medida, é simplificado, ele se dá mediante autorização. Então, não há necessidade, obrigatoriamente, de se entrar em leilão. Essa é uma possibilidade que interessa bastante aos empreendedores. Eles estão isentos de investimentos em P&D, então, aquele recolhimento de 1% da receita operacional líquida para contribuição para pesquisa e desenvolvimento do setor não onera esses investimentos.

Também estão isentos do pagamento da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, no caso das PCHs, somente as usinas hidrelétricas de maior porte é que pagam essa compensação financeira pelo uso de recursos hídricos. Também há um desconto nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Isso é muito importante porque o acesso é diferenciado e é um acesso mais barato para esses empreendimentos.

Outro ponto que diferencia essas fontes renováveis das fontes tradicionais é a possibilidade de comercialização direta com consumidores com potência igual ou maior do que 500kW. Para dar uma ideia do que significa essa potência, seria a potência de um pequeno *shopping center*, por exemplo. Eles podem contratar, também como geração distribuída, diretamente com o distribuidor de energia. É uma possibilidade que é ensejada às fontes renováveis aqui no Brasil. Essas fontes podem compartilhar as instalações de transmissão de interesse restrito, o que denominamos de centrais de geração para conexão compartilhada, as ICGs. Isso reduz o custo de conexão à rede.

Aqui, só para ilustrar, há uma série de mecanismos legais, regulamentais e regulatórios que visam propiciar uma condição diferenciada para inserção dessas fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Bom, não podemos nos esquecer do Proinfa, que foi o primeiro grande programa estruturado para inserção dessas fontes. Ele veio pela Lei nº 10.438, em 2002, e foi amplamente explicado aqui pelo Secretário Eduardo. Esse programa foi o primeiro grande indutor do desenvolvimento dessas fontes em grande escala no País, trazendo e abrindo a possibilidade da instalação de fábricas e de experimentação com essas novas tecnologias. Então, se hoje temos leilões que são realizados com sucesso, em grande medida é por conta dessa primeira iniciativa, desse primeiro esforço, lá no passado, em 2002, de trazer esse aprendizado, digamos, setorial institucional. Os custos desse programa, são, comparados aos de outros, mais elevados, mas eu diria que mais elevados porque estávamos fazendo o mercado. Hoje o mercado está estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – ....naquela época, não é?

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Exatamente.

Houve a primeira fase, foi bem-sucedida. À segunda fase não foi dado prosseguimento. Eu diria que não foi dado prosseguimento porque – é a minha leitura de não ter sido dado prosseguimento ao Proinfa –, na medida em que a primeira fase alcançou seu objetivo de estruturar essas tecnologias e estruturar a cadeia produtiva dessas fontes aqui, no País, a segunda fase, a meu ver, não se tornou necessária. Por quê? A própria estrutura de leilões dentro de processo competitivos para todas essas fontes mostrou-se adequada para a continuidade da inserção já em um padrão competitivo.

Hoje temos leilões específicos, que são, a meu ver, instrumentos bem-sucedidos na atração de novos investimentos. E esses leilões podem ser feitos para uma fonte específica, no caso de uma energia de reserva, uma compensação dessas fontes.

Aqui colocamos as alterações na política de incentivos, de desconto de tarifas, que foram feitos Amazônia Legal ao longo do tempo. Começamos lá na própria Lei nº 9.427, de 1996, em que os descontos eram somente para as PCHs, no mínimo 50%, e abrangia usinas entre 1MW e 30MW. Ao longo do tempo, esse desconto foi sendo estendido para as demais fontes renováveis não hídricas: eólica, biomassa, cogeração qualificada.

Em 2003, esse desconto passa a atender também os consumidores. Não só as fontes renováveis tinham desconto no uso, mas os consumidores dessas fontes também tinham acesso a esse benefício.

Atualmente, nós tivemos duas mudanças relevantes: aqui, a Lei nº 13.203, de 2015, e a Lei nº 13.299, de 2016, que estenderam esse desconto para autoprodutores e inseriram o limite de potência. Agora, para fontes não hídricas, até 300MW, está sendo regulamentado hoje na Agência, na Aneel, com uma audiência pública aberta para isso. E junto, também, com essa última lei que está colocada ali, que ampliou para biomassa, PCHs com potência injetada entre 30.000 e 50.000kW.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agora, só para aproveitar que você falou nesse assunto: por que, quando nós ampliamos de 30 para 50, ao invés de a gente repotencializar uma série de pequenas usinas que estão subaproveitadas, isso não aconteceu ainda? Há algum empecilho? O que está acontecendo com relação às PCHs?

E pergunto isso porque, quando nós autorizamos... Se o sistema serve para até 50MW, por que, naquelas usinas que estão subutilizadas, que poderiam chegar até 50MW, o pessoal não veio fazer ou... Está havendo algum empecilho, algum problema?

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – A questão, a nosso ver, é de ordem econômica. Se o projeto não tiver sustentabilidade, realmente ele não vai ser viável e não vai ser apresentado à Agência. A gente está avaliando, esperando o resultado, a conclusão desta audiência pública e a regulamentação desses novos descontos.

Com essa transição, com essa passagem do desconto de 30 para 50, eventualmente, alguns projetos, que estão ali no limiar da viabilidade, podem se tornar interessantes e podem surgir na Agência com um pedido de ampliação e de melhoria. Todavia, nós estamos ainda aguardando o desdobrar dessa nova regulamentação para ver em que medida vai se dar essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O parecer do Ministério de Minas e Energia é da minha autoria, foi feito por mim, foi lá do departamento onde eu trabalhava, dando o *o.k* para que a Aneel e o Congresso fizessem essa ampliação, com a certeza de que o mercado iria pegar aquelas usinas. Mas o problema é, à época, houve uma dificuldade energética, e, hoje, nós temos uma certa abundância de energia. Então, creio que essa questão também está impactando nessa decisão de fazer a repotencialização de algumas usinas.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Exatamente.

Como eu havia comentado no início, há a questão econômica. Eu diria que, hoje, diante da conjuntura econômica, você tem um mercado que não é comprador ou tende a não ser comprador. Por quê? Você tem muita sobrecontratação. Mas, rapidamente, com a retomada do crescimento, toda essa sobra tende a ser esgotada e, novamente, teremos um mercado fortemente comprador e demandando energia para o desenvolvimento do País.

O último ponto que a gente gostaria de mencionar aqui é a questão dos subsídios para a redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Esse benefício tem um custo. Então, quando se pensa em ampliação da política de incentivos, principalmente no que diz respeito a desconto, a gente, na Agência, sempre fica preocupado também com o impacto dessa ampliação para os consumidores finais. Atualmente, o custeio desses benefícios, desses incentivos é feito pela Conta de Desenvolvimento Energético, e nós temos reservado, hoje, para o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético de 2016, R$1,2 bilhão para o custeio desses descontos, desses incentivos na fonte.

Então, é o valor que está colocado na tarifa dos consumidores. Isso sem contabilizar as ampliações que foram feitas nas duas últimas leis que eu coloquei na lâmina anterior, essas leis mais recentes que estão sendo objeto de regulamentação. Mas o fato é que, *grosso modo*, isso é um número médio, para cada 1,5 bilhão a gente tem 1% de aumento em média na tarifa dos consumidores finais. Então, é algo que deve ser sopesado, esse é um ponto que a gente gostaria de trazer aqui. No plano decenal, há uma previsão de evolução dessa tarifa. Aqui há de crescimento dessa potência das fontes incentivadas para algo em torno de 45GW em 2024, estamos na casa dos 15GW, 16GW, Hoje, estamos em torno de 1,2 bilhão ali, ele pode crescer para algo em torno de 4 bilhões em termos de subsídios. Hoje pode isso não ser talvez o elemento mais relevante dentro da estrutura tarifária, mas há uma preocupação com o efeito cascata que com o tempo vai acumulando de você ter um valor bastante significativo onerando a tarifa do consumidor.

Então, qualquer incentivo que venha ser dado com contrapartida em recursos tarifários, na nossa percepção, tem que ser sopesado o custo, tem que passar por uma análise de custo-benefício, o benefício tem que compensar o custo que é imputado na tarifa.

Obrigado, era essa a nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero agradecer ao nosso querido Christiano Vieira.

Agora, vamos ouvir o setor produtivo nacional e seus representantes. Os dois do Governo colocaram resumidamente seus pontos de vista. Eu gostaria de sugerir aqui que, dependendo da situação, se eu não conseguir o Senador para vir me substituir e tivermos que suspender porque eu não posso deixar de ir à audiência com o Presidente da República, que nós façamos o seguinte acordo: como é fundamental que façamos no projeto a resposta às perguntas que foram formalizadas, poderíamos trabalhar a seguinte questão: cada um do nosso setor produtivo faz a colocação da posição e encerramos esta audiência pública com o compromisso de vocês mandarem por escrito, pois assim vocês formalizam melhor as respostas às perguntas que aqui foram colocadas. Conseguiríamos ganhar tempo para não termos de suspender e voltar para retomar ainda hoje a nossa audiência pública, até por falta de data na Comissão para marcar mais audiências – e tenho mais cinco de vocês do setor para serem ouvidos. Eduardo e Christiano – quero agradecer ao Rufino e ao Fernando por terem mandado vocês dois – vão precisar nos ajudar em todas audiências públicas, pois vocês são membros de todas audiências públicas em nome do Governo, tanto a Aneel quanto o Ministério de Minas e Energia, para colaborar conosco para termos, no final de todo esse trabalho, condição de apontar realmente a melhor saída que o Congresso, juntamente com o Governo e o setor produtivo, possa apresentar das fontes alternativas no País. Está bom?

Vamos passar a palavra para o primeiro representante do setor produtivo, até por prioridade, por ser mulher aqui na Mesa, e agradecendo sua presença, à Elbia Gannoum, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

Quero comunicar a você que mandei colocar o seu nome na audiência pública da Comissão em que sou o Presidente, de análise da Medida Provisória nº 735. E nós devemos realizá-la no dia 30.

Você está com a palavra.

A SRª ELBIA GANNOUM – Senador Hélio José, muito obrigada pela oportunidade.

Secretário Eduardo Azevedo, Christiano Vieira, Zilmar, Roberto, meus colegas do setor produtivo, boa tarde, senhoras e senhores.

Eu gostaria de apresentar, então, os números da energia eólica. Realmente, a energia eólica é o exemplo de sucesso de uma política pública bem-sucedida. O Proinfa é uma política pública muito bem sucedida, e o resultado está aqui em números da fonte eólica.

Em primeiro lugar, a ABEEólica nasceu mais ou menos na época do Proinfa. A lei do Proinfa é de 2002 e a ABEEólica foi também fundada em 2002. Em 2004, eu era economista chefe do Ministério de Minas e Energia e trabalhei na regulamentação do Proinfa, o decreto...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Era servidora do Ministério de Minas e Energia?

A SRª ELBIA GANNOUM – Era. Fui por um longo período servidora pública, de 2000 a 2006. Comecei minha carreira na Aneel, como colega do Christiano; depois, fui para o Ministério de Minas e Energia e passei pela Fazenda também.

Bom, olhando o histórico do setor elétrico, a base conceitual do Proinfa, em 2002, foi regulamentada em 2004, quando tivemos também a reforma do setor elétrico brasileiro. E esse novo modelo do setor elétri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

co brasileiro nos permitiu também a introdução dos mecanismos de leilão, que são formas de contratação de energia elétrica muito competitivas.

Então, temos dois principais modelos de leilão, que são os leilões chamados de leilão de energia nova e leilão de energia existente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só um minutinho, Elbia.

A SRª ELBIA GANNOUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por que o nosso sistema de TV não está transmitindo ali a nossa audiência pública? O que está acontecendo? (*Pausa.*)

Ah, o plenário tem prioridade, mas a nossa gravação está sendo feita para transmitir para o Brasil inteiro, não está? (*Pausa.*)

Então está bom.

Pode continuar, Elbia.

A SRª ELBIA GANNOUM – Obrigada, Senador.

O Brasil tem contratado a sua necessidade de energia para o principal mercado, que nós chamamos de mercado regular, por meio de leilões, e leilões competitivos. E tem tido bastante sucesso nessas contratações.

Nós temos também os chamados leilões de fontes alternativas que são justamente essas fontes chamadas renováveis complementares, e temos também os leilões de reserva. E destaco que este ano o principal leilão que o Governo vai realizar são justamente os leilões de reserva. Nós teremos dois leilões neste ano; um de reserva para pequenas centrais hidrelétricas, para as CGHs, para a solar e também para energia eólica.

Essa é uma iniciativa muito importante do Governo, publicada a portaria, recentemente, porque estamos percebendo, de um lado – o Christiano mencionou –, que estamos com sobra de energia no sistema. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos contratando energia de reserva. Qual a razão? Razão um: segurança do sistema. A reserva é usada para garantir a segurança de suprimento, porque nós temos variações de hidrologia, principalmente. A nossa dependência da fonte hidrelétrica. E o outro fator é sinal de investimento para a cadeia produtiva. Nós construímos uma cadeia produtiva relevante, que é a cadeia de eólica, essa cadeia precisa ser sustentada e o setor privado está muito disposto a investir, mas precisa do correto sinal de investimento, Senador. Esse é o ponto. Nós estamos aqui para colaborar, mas precisamos de sinais adequados. E essa portaria do leilão é um sinal adequado para os investimentos.

Aí temos vários leilões de que a fonte eólica participou; e dos leilões em que a fonte eólica participou, nos últimos anos, se nós pegarmos o histórico dos leilões realizados, quase 50% do que foi contratado de energia vieram da fonte eólica, e a média anual é em torno de 2GW de contratação. E qual é a razão principal de a eólica ter sido contratada nessa quantidade? Pela competitividade da fonte. A energia eólica é hoje a fonte de energia mais barata do Brasil. E por que é a mais barata? A mais barata é a grande hidrelétrica, e hoje nós não temos grande hidrelétrica na carteira. A última que tínhamos foi recentemente tirada. Então, a eólica tomou essa posição. Era a segunda mais competitiva e agora está como primeira mais competitiva. Mas, pelo que o Christiano mostrou, no passado, a fonte eólica custava muito caro. E ela foi resultando de progresso tecnológico associado ao aproveitamento do recurso eólico que o Brasil tem. O Brasil tem um dos melhores ventos do mundo para produção de energia eólica. É por essa razão a grande participação da eólica nos leilões.

Nós estamos comemorando, neste mês de agosto, mais precisamente no final do mês, quando vamos realizar um grande evento no Rio de Janeiro, de três dias, o Brazil Windpower, 10GW de capacidade instalada de energia eólica. Hoje a fonte eólica atende cerca de 30% da carga do sistema nordeste brasileiro e chega, em situações de pico, a atender 10% da carga do sistema interligado nacional. Hoje nós nos tornamos uma fonte de energia muito relevante para o País. E essa fonte de energia tem uma forte participação no Nordeste brasileiro, onde estão os nossos melhores potenciais, e no Sul do Brasil, com destaque para o Rio Grande do Sul.

Em termos percentuais, a nossa participação está em torno de 7% da matriz, da capacidade instalada. Mas com a introdução dessas fontes que já foram contratadas, e foram mais de 14GW contratados em leilão, nós temos uma previsão de que, em 2020, nós já tenhamos cerca de 10% a 12% de participação na matriz e já seremos a segunda fonte de energia da matriz elétrica nacional.

Este fator é muito importante, Senador, toda essa discussão das chamadas fontes renováveis complementares – nós estamos chamando de fontes renováveis complementares agora –, porque elas não são uma alternativa à outra. Todas elas são muito importantes, e nós somamos uma pilha: é importante a solar, é importante a biomassa, é importante a eólica, é importante PCH. Então, somando todas essas fontes, elas vêm complementar uma matriz predominantemente hidrelétrica em que o Brasil é muito rico e tem que aproveitar.

Quando nós olhamos o decreto legislativo recentemente aprovado no Senado sobre o Acordo de Paris, a convenção do clima, o Brasil tem como objetivo chegar, em 2030, com cerca de 33% de participação dessas chamadas renováveis ou novas renováveis na matriz. Então, para isso, o Brasil precisa ainda fazer muito investimento, precisa fazer muita contratação, precisa realizar muitos leilões ou o que virá, um programa de incentivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

para a geração. Hoje e em 2015, nós temos uma forte participação de eólica e biomassa. As duas, somando, são 11,5%, mas se a gente quer chegar, em 2023, com 23% e, lá em 2030, com 33%, nós temos um longo caminho a percorrer. E o nosso desafio não é um desafio de recurso. De recurso nós temos uma quantidade muito grande. O nosso desafio é fazer uma política adequada para cumprir esse objetivo. Esse é o desafio do Secretário Eduardo, que vem trabalhando fortemente nisso.

Quando nós olhamos para o cenário de investimento da fonte eólica, hoje, dos 66% – em 2015, o último dado fechado – do que foi investido em fontes renováveis no Brasil, a fonte eólica participou com mais de 60%. Então, de fato, os investimentos estão vindo da fonte eólica.

Além disso, a fonte eólica tem uma contribuição socioeconômica muito importante. Isso é uma questão fundamental. Quando nós pensamos numa matriz futura, nós queremos uma matriz que seja segura, que tenhamos segurança do suprimento energético no futuro. Essa matriz precisa ser também competitiva, porque a nossa indústria, os nossos serviços são grandes consumidores de energia e os preços precisam ser competitivos.

Além disso, a gente tem que valorizar o impacto socioeconômico e socioambiental dessa matriz. A matriz energética ideal e a matriz elétrica ideal tem que levar em consideração esses três fatores: competitividade, segurança e sustentabilidade econômica e ambiental. E, nesse aspecto, a fonte eólica vem contribuindo bastante na redução da pobreza, na proporção de atividades que ela provoca. No caso da eólica, quando você faz um parque eólico, você não modifica as atividades econômicas das regiões. Ela é uma atividade complementar às demais e traz ganhos de renda para a população. O potencial eólico – e também vale para o solar – brasileiro está concentrado principalmente nas regiões mais carentes de oportunidade do Brasil. E aí é o caráter dual do investimento da fonte. Além de você investir numa fonte limpa, renovável, segura, competitiva, ela traz impactos socioeconômicos muito importantes para as regiões.

Então, nós temos os benefícios; só os computados para o ano de 2015, já foram 11 milhões de casas abastecidas por mês. Nós evitamos 10 milhões de toneladas de CO_2 e nós evitamos custos com combustível de térmica da ordem de 645 milhões. E foram investidos mais de R$20 bilhões em energia eólica.

O Brasil saiu da 15ª posição no ano de 2012, em termos de capacidade instalada, e alcançou, em 2015, a décima posição. Então, o Brasil já é um dos países que mais investem. Nós somos o quarto país que investiu no mundo, no ano de 2015, e nós já somos o oitavo país em geração de energia eólica. Quando nós falamos em geração de energia efetiva, segundo dados do Ministério de Minas e Energia divulgados recentemente, o Brasil já é o oitavo colocado. Então, o Brasil está crescendo muito em termos de geração de energia eólica, e muito se explica este fator que eu mencionei para vocês: a produtividade da fonte eólica. O aproveitamento do vento no Brasil é muito superior à média internacional. Então, a média mundial de fator de capacidade ou fator de produtividade é em torno de 24%. E o Brasil tem uma média superior a 38%. Então, isso que faz com que a fonte eólica seja tão competitiva.

Naturalmente, o Brasil enfrenta ainda muitos desafios para seguir nessa trajetória de investimentos na fonte eólica. O principal deles hoje é o nosso cenário econômico. Quanto à economia realmente, pelo fato de a demanda por energia ter caído, a gente percebe uma sinalização de não muita contratação pelo menos no ano de 2015. Mas, na medida em que o cenário econômico mude – e já está mudando –, nós vamos novamente contratar energia.

Nós temos desafios de transmissão que estão sendo tratados e trabalhados; temos questões de financiabilidade – atrair novos atores e disponibilização de recurso pelo banco de fomento –; sustentar uma cadeia produtiva complexa que nós acabamos de construir; 80% da nossa indústria hoje são nacionais. Nós temos sete fabricantes de aerogeradores no Brasil, e eles produzem 80% nacionalmente. Então, esse é um grande desafio, e outras questões de logística, de tributos e de políticas de incentivos.

Esses são os principais pontos da fonte eólica.

Eu estou à disposição, Senador, para qualquer questão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer muito a você, Elbia.

Eu estou muito preocupado aqui com o horário do Presidente da República porque isso não estava previsto; aconteceu de coincidir e ser às 16h. Quantas horas são?

A SRª ELBIA GANNOUM – Faltam 20.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Faltam 20.

O que eu gostaria de propor aqui porque é muito importante para mim ouvir a Abinee porque, a partir do momento em que nós, com esse projeto, passarmos a ser um dos maiores competidores de venda de turbinas e de hélices, pás de geração eólica, a Abinee, que é o nosso representante nessa área, tem muito o que dizer sobre essa experiência, e também a Unica, por causa da biomassa e o grande avanço que nós temos nessa cogeração em São Paulo e em outros lugares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, eu queria ver o seguinte: como eu tenho que ir lá, para não atrapalhar a vida dos outros, quem é que tem voo marcado? Eduardo. Mais alguém tem voo marcado e que tem que retornar já?

A SRª ELBIA GANNOUM – Eu também tenho voo marcado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tem também a Elbia.

Vocês, da Abinee e da Unica, como está a vida de vocês?

O SR. ROBERTO BARBIERI – O meu é 19h.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sete horas da noite.

E você?

O SR. ZILMAR DE SOUZA – Oito horas da noite.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Oito horas da noite.

Eu queria fazer o seguinte: passar uma palavra rápida, porque não vai dar para vocês exporem o que vocês gostariam de expor, de cinco minutinhos para cada um de vocês e aí eu gostaria de marcar em seguida, no meu gabinete.

Eu venho do Presidente da República para conversar com vocês sobre esse tema, já acertando as respostas escritas que vocês vão passar para nós do perguntado porque elas são fundamentais para a gente fazer. O grande objetivo aqui é um trabalho a várias mãos para a gente poder fazer a sugestão que o Congresso Nacional tem que encaminhar dessa política pública e como nós realmente podemos facilitar para que o setor produtivo brasileiro seja, de fato, parceiro, para que a gente possa tornar a solar – e hoje, graças a Deus, estamos caminhando bem na eólica – a biomassa e as novas PCHs também atrativas para isso.

Então, vamos rapidamente. Cinco minutinhos – aí a gente continua a nossa conversa no meu gabinete, com a minha volta do Presidente – para o Sr. Zilmar de Souza, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, e, depois, cinco minutinhos, em seguida, para Roberto Barbieri, para a gente conversar porque não vai dar tempo, mas para pelo menos eles falarem os principais assuntos.

Zilmar.

O SR. ZILMAR DE SOUZA – Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite, em nome da Unica.

Boa tarde a todos.

Rapidamente mencionando, a Unica é a principal organização do setor sucroenergético. Temos mais de 120 associados que respondem por um mais de 50% do etanol, 60% do açúcar e da bioeletricidade produzidos no Brasil.

O setor sucroenergético, desde o ano de 2007, desbancou a fonte hídrica e é a segunda fonte mais importante na matriz de energia do País; nós só perdemos para o petróleo e seus derivados, por conta do etanol e da bioeletricidade. Mas por que nós temos todo esse potencial já estratégico, já sendo utilizado e ainda a ser utilizado? Por conta da enorme quantidade de biomassa que esse setor dispõe.

Em cada tonelada de cana, temos 250kg de bagaço e 280kg de palha. Vocês sabem que praticamente acabou a queimada da cana. Nós temos esse combustível maravilhoso, que tem duas vezes o poder calorífico do bagaço, que é a palha, que está sendo abandonada no campo e que cumpre uma função agronômica muito importante, mas pelo menos metade poderia ser levada à usina para gerar energia também.

O Proinfa, que foi um programa muito exitoso, nem tanto para a biomassa, mas talvez para a eólica, para as PCHs, ajudou-nos bastante também a solidificar a biomassa, a dar o *start*, como disse o Senador, mas, a partir dos momentos que começamos a frequentar com mais clareza os leilões regulados, isso proporcionou um crescimento sensível na geração exportada para a rede, desde 2010.

Aqui, é um gráfico mostrando a grande revolução, que agora parece estar um pouco comprometida, quando olhamos para frente. Por que isso? Porque é uma energia efetivamente qualificada, diferenciada, uma energia gerada no centro consumidor do País, que é onde está o potencial da cana, cerca de 90% da cana processada estão na região Centro-Sul, que é onde está 60% da carga do consumo. E é uma geração predominantemente entre abril e novembro, de tal forma que se você pegar um estudo da Unica e da Cogen, poupamos, no ano passado, 14% da água nos reservatórios das hidrelétricas do País.

Outro ponto muito importante é a questão da sua previsibilidade. Aqui é um ponto importante para mostrar como podemos ajudar a eólica, a solar, as fontes um pouco mais intermitentes em relação à biomassa. Por quê? Se você pegar três usinas do setor, uma pequena, uma média e uma grande, e verificar o mês de agosto do ano passado, pode observar que é quase linear a geração de energia na época da safra. Se pegar um dia, como peguei aqui, 1º de agosto de 2015, das três usinas – usina A, pequena; B, média; e C, grande –, observe como é linear, como é previsível. É óbvio, quando há uma semana de chuva direto, isso pode fazer com que pare a geração, mas se há uma semana de chuva é porque o reservatório está enchendo. Então, efetivamente, nós somos complementares, como bem disse a Elbia.

Então, como bem dizem a EPE e o ONS, nós somos uma fonte sazonal, mas não intermitente. É diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, é um ponto importante. Se você olhar o verde, que é uma usina grande, a geração caiu pela metade. Por que caiu pela metade? Porque, hoje, 20% do parque de um setor sucroenergético são formados por turbinas de condensação, que podem operar independentemente do processo de fabricação de açúcar e etanol. Então temos 2 mil MW em turbina de condensação em que eu posso...

(Soa a campainha.)

O SR. ZILMAR DE SOUZA – ... parar ou não a geração, conforme a necessidade do sistema. Não é uma usina de entra e sai. Eu tenho que fazer o planejamento com dois, três meses de antecedência, mas tenho essa possibilidade.

E, finalizando, vou mostrar nesse gráfico por que devemos frequentar painéis como este para mostrar a importância que tem a política pública para a bioeletricidade. Vocês observem que chegamos a acrescentar 1.750MW em um único ano, 2010, fruto do Proinfa, fruto dos leilões regulados, de uma política mais dedicada a essa fonte, 12% de uma Itaipu. Quando você olha para frente, quando não vemos mais uma clareza na política pública, qual o papel do etanol, da biomassa na matriz de energia, acontece aquilo.

E, se você olhar para frente, chegamos a representar um terço da expansão do sistema; se olhar para 2021, 4%. Isso desarticula qualquer indústria de bens de capital intensivo, como é a biomassa. Por isso é importante o papel do Senado, das políticas públicas do Ministério de Minas e Energia, para evitar que isso aconteça. Há tempo. O próprio Governo está sinalizando que precisa, como bem disse a Elbia, até 2030, chegar a 23% na produção de energia do País, para cumprir o Acordo de Paris, com solar, eólica e biomassa. Para que isso aconteça, a bioeletricidade vai ter que aumentar em 300% a sua geração. Então, esse é o momento ideal, essa é a hora de fazer essa política pública dedicada para a biomassa, para as fontes renováveis em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço muito a colaboração do nosso Presidente da Unica.

Nós vamos continuar nossa conversa no meu gabinete daqui a pouquinho, viu, Zilmar? Muito obrigado a você pelos esclarecimentos.

Queria ouvir rapidamente o nosso querido Roberto Barbieri sobre a questão da Abinee para a gente poder avançar.

O SR. ROBERTO BARBIERI – Obrigado. Boa tarde a todos. Agradeço, em nome da Abinee, o convite para participar dessa audiência. É uma satisfação, Senador.

Vou passar rapidamente: a Abinee é a entidade que congrega a indústria instalada no Brasil, fabricante de equipamentos, desde um *chip* até uma central de energia. Eu vou abreviar: estamos no País todo com nossa estrutura. Vou chamar a atenção para isto: o setor elétrico e eletrônico, infelizmente, é um setor altamente deficitário na balança comercial porque o Brasil não dispõe da indústria de componentes eletrônicos, então, a gente importa todos os componentes, de tudo quanto é equipamento que existe no Brasil, em termos eletrônicos, desde semicondutores. O celular é feito no Brasil, mas muitos componentes são importados, e assim é em vários outros equipamentos, por isso a nossa balança é tão negativa. Há diversas áreas em que representamos.

Eu sabia da qualidade dos palestrantes que me antecederiam, então, eu vou falar muito pouco do Proinfa; eles já falaram. Só vou chamar a atenção para alguns números, que são esses daí, da energia produzida. Até agora, o companheiro da Unica falou que as usinas de biomassa participaram do Proinfa, mas a maior parte da energia gerada vem das PCHs, está ali. Eu peguei esses dados dos relatórios da CCE, que faz o balanço entre geração e pagamentos.

Daqueles 3.300MW de capacidade instalada, nós temos o equivalente a 1.250MW médios, o que mostra que o fator de capacidade é bastante alto mesmo nessas usinas. Está ali a quantidade e a energia produzida. O eólico ficou bem naquele um terço que era o objetivo, e a maior parte ficou nas PCHs.

O Proinfa foi um programa que pegou essas três fontes, e, das três fontes, o desafio estava basicamente no eólico, porque, nos outros equipamentos, a gente já tinha produção nacional, a gente já tinha indústria aqui. E, no caso do eólico, houve um primeiro início, onde o conteúdo local era baixo; com isso, houve uma preocupação de se fazer uma política pública para incentivar essa cadeia aqui no Brasil, e isso foi feito através do financiamento do BNDES, que acabou criando o Plano de Nacionalização Progressiva para aerogeradores.

Para obter o financiamento, foi exigida uma série de itens a serem nacionalizados, dos mais diferentes equipamentos, como até a Elbia já falou. Isso obrigou a um investimento das indústrias da ordem de R$500 milhões para poder atender a essa exigência do BNDES, para atender os clientes, que são as usinas.

E isso tornou o Brasil capaz, sim, porque tem praticamente todos os elos da cadeia de aerogeradores, e destaco alguns equipamentos que não existiam no Brasil e passaram a existir – não só os equipamentos diretamente ligados aos aerogeradores. Tenho um caso interessante, que é o do navio. Foi trazido para o Brasil um navio especializado em transportar pá de aerogeradores, porque as pás, quando iam de São Paulo para o Nordeste, iam em cima do navio porque não se podia, depois de colocadas as pás, colocar mais carga. Isso era um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

transtorno, porque a pá era a última coisa a ser colocada no navio e, depois, era a primeira a ser descarregada. Isso gerava um transtorno e um custo logístico absurdo. E, quando mostramos, em uma reunião – a Abinee e a Abimaq com o pessoal da agência de transporte aquaviário, que chamou o pessoal de navios –, a necessidade que havia, quando mostramos o mercado que havia, saímos da reunião, Senador, com a palavra da pessoa dos navios, dizendo: "Olha, eu vou então consultar vocês e, dependendo da demanda, eu vou trazer o navio". Sabe quanto tempo ele demorou para decidir?

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO BARBIERI – Um dia. No dia seguinte, já havia demanda suficiente para trazer o navio, e assim ele o trouxe.

Mostrando o resultado rapidamente, já que estou no último minuto, essa política gerou no pós-Proinfa – já que o Proinfa teoricamente terminou em 2010, quando o mercado de aerogeradores explodiu – um impacto na importação de aerogeradores. Podemos ver como o mercado cresceu e a importação, que é esse dado aí, caiu bastante. Ali há os dados dos últimos seis meses, vocês veem que está bem baixinho, com a Elbia falou, isso caiu muito.

Temos a felicidade, como País, de dispor de todas essas fontes, e mais outras que estão por aí: fonte solar, seja fotovoltaica ou heliotérmica como o Senador falou; temos maremotriz; temos discussão de biomassa concentrada, biogás, célula combustível, tudo isso. Temos gente desenvolvendo tecnologia, temos indústrias interessadas em fazer, então, precisamos criar uma política de incentivo para essas fontes dentro do que já foi dito aqui.

Como são fontes intermitentes, precisamos trabalhar complementariedade, armazenamento ou estoque das fontes. Temos algumas experiências que estão sendo feitas; hoje, como o Senador falou, a questão do fotovoltaico está aí. Temos uma preocupação, porque, para criar uma cadeia produtiva, temos que quebrar este círculo vicioso que é: a inexistência de equipamento com conteúdo local gera uma dificuldade no financiamento, que gera uma demanda insuficiente para atrair investimento. Se não quebrarmos esse ciclo, não conseguiremos ter indústrias aqui. Acerca do caso do fotovoltaico, tivemos agora o Ministério de Minas e Energia e a política industrial também trabalhando. Tivemos os leilões, com fornecimento das usinas a partir do ano que vem. Tivemos o BNDES criando também um Plano de Nacionalização Progressivo para o fotovoltaico, mas ainda não tivemos um resultado disso. Por enquanto, estamos vendo que os módulos fotovoltaicos, que são o equipamento principal de uma usina, estão com a importação sendo acelerada.

Ali, a última barrinha corresponde a julho deste ano. Então, na medida em que se está preparando a usina, está se preparando com equipamento importado. Apesar disso, já temos aqui, no Brasil, quatro fabricantes de módulos, fabricantes de inversores, fabricantes dos cabos, da estrutura, mas temos que ter uma política adequada para isso.

Essa era a mensagem rápida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, muito bom.

Deixe-me falar com vocês: lamentavelmente, essa situação nos obriga a acelerar um pouquinho aqui. Mas você vai embora a que horas, Elbia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sete da noite. Lá não demoro; a audiência é, no máximo, em torno de 15 a 20 minutos, aí estarei de volta.

Temos aqui a Medida Provisória nº 727, que está acontecendo exatamente agora, a partir das 16h, de que também sou membro titular, que trata do PPI.

Então, nós poderíamos marcar a nossa conversa para as 17h20, no meu gabinete, que é o de nº 19 da Ala Teotônio Vilela, para darmos prosseguimento a esse debate.

Os dois setores do Governo já vão ter de ir embora, e a Aneel, se tiver disponibilidade, também pode participar, sem problema nenhum.

Eu queria ainda perguntar, Elbia, só para complementar, enquanto chegam as cópias das demais audiências públicas que nós teremos para poder dar conta desse recado: como é que você vê, já que você vê com bons olhos a evolução do setor eólico – eu fiz uma provocação sobre a utilização da nossa plataforma continental, que no Brasil é praticamente zero –, como é que você vê isso? O que é que a gente pode fazer?

Peço apenas para você complementar nas respostas, porque eu vou precisar isso por escrito depois, quando você puder me dar.

Como é que você vê essa questão para nós entrarmos nessa linha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Como é que o setor produtivo, pelo fato de o Brasil...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pode distribuir um para cada.

Como o Brasil tem algumas áreas em que a heliometria é baixa, embora sejam áreas de grande potencial, como é que a gente pensaria aquela geração híbrida, onde a gente coloca aquele pequeno gerador conjugado com outras questões, tipo Kyocera, que tem lá no Japão e em outros lugares? Nós teríamos condições de entrar bem nesse mercado?

Isso é para você, que é da ABEEólica.

Para a Abinee, além da conversa que nós vamos ter daqui a pouco, eu gostaria de ouvir, nessa área que você resumiu, Roberto, como é que nós poderíamos fazer para, de fato, transformar em realidade as fábricas de inversores a contento aqui no País, bem como a fábrica de painéis de captação fotovoltaica de qualidade. Qual a forma de a gente conseguir com que a energia dos espelhos não seja tão cara como está hoje, quando é praticamente proibitiva para nós a heliotermia? Nós temos condições de melhor aproveitar isso, conjugando, se tivermos valores mais competitivos, melhores condições de, realmente, entrar nesse mercado? E, na parte de biomassa, principalmente com essa questão da pirólise, o que a gente pode fazer para que essa tecnologia chegue o mais breve possível aqui, com os equipamentos? Pergunto isso. Sobretudo, para que não fiquemos dependendo da importação da Itália e de outros países, para que tenhamos condições de, juntamente com o Programa Nacional de Resíduos Sólidos, trabalhar efetivamente um melhor aproveitamento do nosso lixo orgânico, principalmente da área urbana, e também das outras áreas de biomassa.

Eu estava, na semana passada, no Mato Grosso, dirigindo a sessão do Parlatino, e, lá, o nosso grande debate foi justamente sobre as fontes renováveis de energia e a questão do bom aproveitamento da biomassa. Nós sabemos que aquela parte da ponta da cana, as palhas, a palha de arroz e diversos produtos orgânicos não estão sendo bem aproveitados, ainda estão sendo desperdiçados. Então, como é que o pessoal da parte de maquinário, do setor produtivo dessa área que você representa, pode colaborar para que a Unica tenha condição de dar mais prosseguimento a essa boa política de, cada vez mais, ampliar a geração de energia de biomassa em nosso País – não é, Zilmar?

Então, a gente vai conversar mais, daqui a pouco, mas eu gostaria de deixar registrado, ainda aqui, no âmbito da Comissão, para vocês acrescentarem essas considerações junto às perguntas que já foram formalizadas, por escrito, nesse documento que vocês estão levando. E quero pedir o seu compromisso para, no prazo de sete dias, uma semana...

Quem conseguir antes, melhor para mim que estou trabalhando, melhor para o meu técnico, para o meu assessor, para a nossa assessoria da Comissão, porque todas essas quatro transparências que vocês trouxeram aqui vão ser parte do nosso livro, dos nossos Anais finais da questão do debate. Tudo que vocês falaram aqui vai fazer parte do nosso trabalho final. Todas as cinco apresentações estão disponibilizadas ali, todas serão fontes originais de nossa conclusão, lá no final de tudo. E a gente complementa mais daqui a pouquinho na nossa reunião, às 17h20 lá.

O Azevedo vai ter que viajar, eu já acabei de entregar para vocês, todos devem ter recebido aqui, o projeto, que é composto de cinco audiências públicas. Na primeira, que começou muito bem hoje, o objetivo principal era fazer essa constatação com todos os problemas que houve mais o acerto que foi o Proinfa, para a gente ter essa importante fonte energética para incentivar o nosso setor produtivo a hoje ser competitivo, inclusive no mercado internacional, com relação às máquinas – para nós, que não tínhamos nada disso – e hoje ser uma fonte, realmente, como você fala, talvez a mais razoável, pelo baixo custo de investimento e pelo valor do *megawatt* de hoje.

A Unica colocou com muita perspectiva e altivez a questão da boa utilização da biomassa na cogeração da cana e de outros derivados em cujo mercado hoje já somos âncora e podemos melhorar muito.

Complementando, rapidamente aqui, na próxima audiência pública, em que vamos falar da inserção da geração distribuída no Brasil, situação atual e perspectivas futuras; utilização da fonte de biomassa, inclusive de resíduos sólidos, urbanos e rurais, para geração de energia elétrica. É claro que a Unica vai estar nessa e demais. Ministério e Aneel, certeza, 100%. Vamos ver, para não ficar uma Mesa muito grande, mais ou menos esta que fizemos, cinco convidados, quem virá complementar.

Em setembro, dando continuidade: os avanços e desafios do Programa para o Desenvolvimento da Energia nos Estados e Municípios (Prodeem) – aquele velho Prodeem, que vocês sabem que é muito antigo, mas que, como o Proinfa, teve suas colaborações e sua importância em tudo isso – e principalmente o Programa Luz para Todos, um programa em que o Brasil deu o exemplo para o mundo da melhor utilização, de como fazer a universalização da energia. Ainda temos alguns grotões a serem atingidos, o que ocorrerá com essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

discussão de energias alternativas. Essa avaliação do Programa Luz Para Todos e do Prodeem, que vai ser fruto dessa audiência aqui, é fundamental.

Depois, teremos: os leilões de energia de reserva, metodologia aplicada, perspectiva de longo prazo, perspectiva da energia de fonte solar, porque aqui temos mais possibilidade, hoje estamos, como falei, um pouco, até certo ponto grosseiro e duro, na Idade da Pedra. Precisamos avançar muito, precisamos, a quatro mãos, colaborar para sairmos no final desses trabalhos com a perspectiva boa.

Para fechar, teremos a discussão sobre a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica. Nós queremos, nessa última, pautar principalmente pela questão da híbrida. Eu não pus especificamente uma questão da híbrida aqui porque eu acho que há outros assuntos em que estaremos discutindo dentro do setor energético elétrico brasileiro de melhoras para que o sistema permita que a nossa política pública dê condição para o setor produtivo realmente nos ajudar a sair dessa situação em que nos encontramos.

Vocês receberam essa cópia, vamos discutir nessa linha das quatro audiências públicas que estão faltando e, no final, ainda em conjunto com vocês e até em conjunto com outros setores – não, são mais cinco que estão faltando, mais cinco audiências, são seis no total –, trabalharmos.

Então, nessa reunião que teremos daqui a pouco, quero até ouvir sugestões de vocês de outros setores que a gente não pôde chamar, e chamá-los para, a quatro mãos, conosco colaborarem, porque o objetivo do Senado Federal é avaliar os programas que houve, os novos programas que temos de lançar e como preparar o País para ser âncora.

Quem assistiu, ontem, ao final da Olimpíada, viu a competência deste País para fazer aquilo em que realmente aposta e que quer fazer. Acho que ainda estamos em clima de Olimpíadas, já que não pude fazer meu pronunciamento hoje sobre a Olimpíada, no Senado; vou fazê-lo amanhã. O Brasil deu um show para todos que falavam que o Brasil iria ser uma fonte de violência, uma crise total de zika, uma confusão danada de insegurança para todo mundo.

Então, os incidentes ficaram dentro do tolerável. O Brasil mostrou um povo amoroso, tranquilo, capaz, porque fez uma abertura de primeiro mundo, fez um fechamento de primeiro mundo, saíram todos nitidamente satisfeitos e felizes por terem participado desse processo. Eu mesmo tive o privilégio de ter um dia olímpico, que foi na última quinta-feira, quando passei o dia inteiro no Rio de Janeiro indo de um lado para outro, participando do que pude da Olimpíada e vendo essa festa maravilhosa que é. Eu pude ver que o Brasil tem condições de acertar, tem condições de ser exemplo para o mundo.

Isso que hoje reforçamos aqui como exemplo, ABEEólica, Proinfa, desenvolvimento da nossa energia eólica, foi um exemplo altamente positivo, e não tenho dúvida de que nós vamos fazer o mesmo com a energia solar, com a biomassa, com o aproveitamento do nosso lixo, sem gerar poluição, chorume, confusão, urubu para todo lado nas nossas cidades brasileiras, e doenças. Precisamos trabalhar para evitar esse tipo de coisa, que é também o nosso objetivo no final do trabalho.

Azevedo e Christiano, peço que deem um abraço no Rufino por mim; um agradecimento a ele, a você e ao Fernando. Quero dizer que somos parceiros no Governo para ajudar o Senado Federal no grande objetivo dessa política pública, que é colaborar. Estamos aqui com um colega ali, consultor do Senado, que foi meu amigo do Ministério de Minas e Energia e está trabalhando hoje e colaborando muito com esse setor, juntamente com os outros consultores do Senado. Estão trabalhando para termos condição de contribuir com o País. Quero agradecer, Israel, a toda a Consultoria do Senado pela colaboração; a toda minha assessoria; à Comissão de Infraestrutura, e deixar os *e-mails* daqui da Comissão de Infraestrutura e os meus *e-mails* do gabinete, que vocês têm no meu cartão, para receber, nesses próximos sete dias, as respostas escritas sobre essas questões colocadas aqui, e os complementos que vocês acharem devidos, para darmos continuidade à nossa próxima audiência pública.

Então, vou encerrar por aqui, agradecendo a todos os presentes. Teríamos muito mais para discutir. Vamos discutir nas nossas próximas cinco audiências desse importante projeto e trabalho, mas vou correr porque estou atrasado em seis minutos.

Um abraço para vocês. Obrigado a todos por esta audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 6 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 27 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Edison Lobão, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Sabatinas - DNIT e ANTT**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Fernando Bezerra Coelho, Dalirio Beber, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes e Hélio José. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Vamos às comunicações.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 712, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada nas obras de revitalização das rodovias BR-163, BR-272 e BR-467, no Estado do Paraná.

As cópias do documento, como sempre, encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores.

Item 1 da pauta:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 16/08/2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2 - Reunião destinada à sabatina do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 17/08/2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2 - Reunião destinada à sabatina da indicada.

Convido, neste instante, para que tome assento à Mesa, o Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, indicado ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), como também convido a tomar assento à Mesa a Srª Elisabeth Alves da Silva Braga, indicada ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Quero informar aos indicados que o tempo destinado à exposição será de 30 minutos, com tolerância de 5 minutos, e isso para ver se teremos o quórum desejado – com a maratona de ontem à noite, tenho minhas dúvidas. Ao final das exposições, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados.

Conforme lista de inscrição que se encontra sobre a mesa, concedo, portanto, a palavra ao Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, que foi indicado para o DNIT.

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Bom dia.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Presidente desta Comissão de Serviços de infraestrutura, Senador Garibaldi Alves; cumprimento o Exmo Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, a quem desde já agradeço pela dedicação na relatoria da apreciação do meu nome; gostaria de cumprimentar o Senador Vicentinho Alves, que muito bem representa o nosso Estado, Tocantins; gostaria de cumprimentar todos os demais Srs. e Srªs Senadores membros desta Comissão, Parlamentares, demais autoridades, representantes da imprensa e servidores desta Casa; cumprimento os meus familiares, que nos assistem; gostaria de cumprimentar a colega de Mesa, Drª Elisabeth Braga. Cumprimento todos os servidores do DNIT e da ANTT que estão presentes, e os da Valec também.

Senhores e senhoras, é uma honra hoje estar aqui na presença de V. Exªs, verdadeiros representantes do povo brasileiro, para ser sabatinado após a indicação do meu nome pelo Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, e pelo Exmo Sr. Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, Michel Temer, para exercer a função de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão esse que me orgulha ter sido indicado para a função, caso seja esse o entendimento de V. Exªs.

Iniciei minha atuação em obras de infraestrutura ferroviária no ano de 2007, trabalhando em empresas privadas, nas obras de manutenção, recuperação e ampliação da estrada de ferro de Carajás, entre os Estados do Pará e do Maranhão, onde tive oportunidade de obter conhecimento e experiência, atuando diretamente no campo, vivendo o dia a dia da infraestrutura ferroviária do nosso País.

Em 2009, ingressei na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, com a função social de construção e exploração de infraestrutura ferroviária, onde exerci diversos cargos e funções. Iniciei como engenheiro auxiliar na execução das obras da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Estreito, no Estado do Maranhão, e Araguaína, no Estado do Tocantins. Posteriormente tornei-me engenheiro fiscal responsável pelas obras do Lote 9 da Ferrovia Norte-Sul, com extensão de 150km, atuando diretamente na execução do serviço de engenharia e componentes de infra e superestrutura ferroviária, tais como terraplenagens, pavimentação, drenagens profundas e superficiais, pontes, viadutos, sinalização e obras de mitigação de impactos ambientais entre as cidades de Guaraí e Palmas, no Estado do Tocantins.

Em 2011, assumi a função de Superintendente Regional da Valec, no Estado do Tocantins, atuando na implantação das obras da Ferrovia Norte-Sul e na interface entre a Valec e os órgãos de controle internos e externos, empresas parceiras e terceirizadas, atuando também na negociação do trecho da FNE, subconcedida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

à Ferrovia Norte-Sul S.A., empresa do Grupo Vale, entre Palmas, no Tocantins, e Açailândia, no Estado do Maranhão, dentre outros.

Em 2013, fui convidado a ser Gerente Regional da Valec, no Estado de Goiás, onde atuei no gerenciamento, construção e implantação do pátio multimodal de Anápolis e nas obras remanescentes do trecho ferroviário entre Uruaçu e Anápolis, sendo esses os primeiros contratos regidos pelo regime diferenciado de contratação, o RDC daquela empresa, com valores acima de R$400 milhões, dando início a diversos outros contratos no âmbito da Valec.

Com a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Palmas e Anápolis, assumi a função de Gerente Geral de Manutenção Ferroviária da Ferrovia Norte-Sul, responsável pelos contratos de manutenção, supervisão e gerenciamento desse trecho, cargo que ocupo até o momento nessa empresa.

Srªs e Srs. Senadores, atuei sempre com claridade, harmonia e comprometimento junto aos servidores e prestadores de serviço lotados nas unidades gerenciais, buscando sempre motivá-los, estabelecendo um ambiente saudável, altamente profissionalizado e de respeito mútuo, sempre buscando as boas práticas de engenharia com ética profissional e humildade. Desconheço qualquer apontamento contraditório a minha atuação como gestor na condução de diversos cargos que ocupei na Valec ao longo de oito anos.

Em concordância com a Constituição Federal, meu nome está sendo submetido à apreciação de V. Exªs para exercer a função de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, diretoria esta de grande importância na atuação do DNIT, onde tenho papel fundamental, pois a cada dia que passa, o mercado mundial e nacional busca métodos para a diminuição de custos, otimização e eficiência no transporte de cargas e passageiros.

Atualmente, o Sistema Ferroviário Brasileiro apresenta o cenário evolutivo, mas ainda distante do ideal para atender às demandas internas do nosso País. A Diretoria de Infraestrutura Ferroviária (DIF), tem um papel fundamental na busca, melhoria e aplicação da malha ferroviária do nosso País, realizando estudos e pesquisas para definir ações, intervenções de melhoramento das operações ferroviárias em locais de interferência com áreas urbanas e rodovias, visando à melhoria do conjunto das condições de transporte e mobilidade, levando a produção nacional a ter uma maior competitividade no cenário mundial.

Sendo assim, Srªs e Srs. Senadores, sabendo da responsabilidade imputada ao referido cargo, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado nesta Comissão e pelo Plenário desta Casa, vou trabalhar com muita dedicação para que o DNIT continue o processo de melhoria para atender às necessidades do povo deste País. Deixo aqui um compromisso firmado com V. Exªs, caso tenha meu nome aprovado, de ter total transparência e estar sempre à disposição desta Casa para qualquer esclarecimento que seja necessário.

Agradeço a atenção de todos e estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela primeira vez, eu desejei que um indicado falasse mais. (*Risos.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, além de cumprimentar o Dr. Charles e a Drª Elisabeth, consulto V. Exª sobre a possibilidade de, depois de ouvir o Plenário, abrirmos o painel para, à medida que os Senadores forem chegando, podermos votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Vicentinho Alves, pela primeira vez, vou discordar de V. Exª, porque o Relator atual é o Senador Valdir Raupp. Como ele é o aniversariante do dia, eu gostaria de conceder a palavra a um relator *ad hoc*, mas como ele é o aniversariante do dia, eu não vou contrariá-lo nesse dia. Então, suspendo a reunião por apenas dez minutos, depois de ouvir a Srª Elisabeth, para que nós possamos ter a presença aqui não do relator *ad hoc*, mas do Relator realmente escolhido.

Como disse o universitário, concedo a palavra, neste instante, à Srª Elisabeth Alves da Silva Braga, indicada para a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A SRª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves e agradeço a S. Exª, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores.

Cumprimento e agradeço a minha Relatora, Exmª Srª Rose de Freitas, pela relatoria da minha indicação.

Agradeço ao Exmº Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, pelo encaminhamento da minha indicação.

Agradeço ao Sr. Diretor-Geral da ANTT, Dr. Jorge Bastos, e o cumprimento pela confiança em mim depositada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Cumprimento os demais diretores da ANTT e agradeço a S. Sªs, meus colegas superintendentes, bem como toda equipe técnica da Agência, do Ministério e demais autoridades aqui presentes.

Gostaria de relatar minha trajetória durante os 32 anos de serviço público prestado, mas prometo que também serei breve. Não vou atender a seu anseio, Senador, de me alongar muito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não faça essa promessa! (*Risos.*)

A SRª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA – Sou servidora pública de carreira do ciclo de gestão no cargo de analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Estou no cargo de superintendente de gestão da ANTT desde 2008. Comecei minha carreira como economista na área de finanças públicas, que permitiu sempre ter uma visão muito ampla da problemática que envolve alavancar recursos para o desenvolvimento do País.

Ainda na então Secretaria de Administração Pública Federal, antigo Ministério da Administração, trabalhei como adjunto no Programa Nacional de Desburocratização, tendo como espírito prover soluções para destravar os entraves burocráticos da Administração Pública.

Fui coordenadora-geral de orçamento e finanças do antigo Ministério da Infraestrutura e Secretária de Administração Geral Substituta, responsável pelo maior orçamento fiscal e de investimento de infraestrutura já alocados em um órgão público, na época do início das privatizações. Estive à frente também de vários desafios como responsável financeira pela venda dos imóveis funcionais, aproximadamente 11 mil à época.

Trabalhei no Ministério da Administração e Reforma do Estado, MARE, onde tive a oportunidade de fazer parte da equipe que propôs a criação das agências reguladoras, bem como outros avanços conceituais dentro da Administração Pública Federal. Fui inventariante do extinto MARE, implantando um novo modelo de trabalho de inventariança, sendo responsável à época pela execução de método que trouxe agilidade, sistematização e conformidade.

Já, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fui Diretora de Logística e Serviços Gerais e Secretária de Logística e Tecnologia da Informação Interina, onde coordenei, dentro do Programa de Redução de Custos com aquisição, obras e serviços, o Projeto de Implantação do Pregão como nova modalidade de licitação, a implantação do portal de compras do Governo Federal, Comprasnet, a proposta de regulamentação do Sistema de Registro de Preços, a integração do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais com o SIAFI, a regulamentação da cartão de crédito corporativo federal, ganhando, com a implantação dessas experiências, vários prêmios institucionais em concursos realizados pelo Instituto Hélio Beltrão, por trazer inovação, transparência e redução de custos à Administração Pública Federal. Ponto importante foi o Certificado de Boas Práticas em Governanças Públicas recebido da Comunidade Europeia pelo Governo brasileiro, em função dessas mudanças promovidas.

Trabalhei, também, na Anac, na época da sua implantação, como gestora de planejamento, finanças e administração. Participei como membro da Comissão de Inventário do extinto DAC, Departamento de Aviação Civil, visando à transferência dos bens, direitos e obrigações para a Anac. Na Anac, implantei um sistema de gestão de multas e arrecadação eficiente que permite o controle e a conformidade do tema.

Desde 2008, participo do Fórum de Dirigentes das Agências Reguladoras, assessorando os dirigentes com os quais trabalhei, sendo uma das precursoras no engajamento em favor do fortalecimento das Agências Reguladoras Federais, buscando, assim, assegurar instrumentos de autonomia, transparência e controle. Tal Fórum também tem o objetivo de trocar experiências bem-sucedidas e de melhoria da governança das agências com reuniões técnicas, fóruns e seminários.

Acompanho, desde o início, as iniciativas de estabelecer um marco regulatório para as Agências Reguladoras Federais, conhecendo profundamente os assuntos que estão em tramitação nesta Casa como o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, de autoria do Senador Eunício Oliveira, relatado pela Senadora Simone Tebet.

Participo como membro associado do Gespública, programa que coordena a formulação e implantação de medidas integradas, visando à transformação da gestão pública, voltada aos interesses do cidadão.

Na ANTT, coordenei o Núcleo de Gestão Corporativa, responsável pela implantação do planejamento estratégico, onde o principal ganho foi termos uma visão, missão de futuro, bem como tratar de forma transparente os desafios e projetos da Agência.

Fui responsável pela implantação da gestão por resultados, com o Programa de Melhoria de Gestão, Promeg, onde coordenei os Projetos de Fortalecimento Institucional, Fiscalização 10, Gestão Sustentável e Reorganização Organizacional.

Implantei a carta de serviços da Agência, que trouxe uma nova comunicação com a sociedade, contribuindo para ampliar a transparência e efetividade do controle social. Participei também, como membro Comfitran, que é o Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito, desde 2009, onde tive oportunidade de contribuir com temas afetos ao financiamento de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Como Superintendente de Gestão, sou responsável pelas áreas corporativas que dão suporte a todas as unidades organizacionais da Agência e suas unidades regionais, responsável pela elaboração do relatório de gestão enviado ao TCU anualmente, bem como os relatórios de atividades e outros instrumentos que transversalmente trabalham dentro da instituição.

Acredito que, caso a minha indicação seja aceita no âmbito desta respeitosa Comissão, poderei contribuir com minha visão e experiência, visando apoiar o fortalecimento dos instrumentos adequados de gestão, tão importantes no papel das agências reguladoras como análise de impacto regulatório, fortalecimento da agência regulatória e gestão de riscos.

A ANTT tem muitos desafios a cumprir. Como executora de política pública visando, em conjunto com a secretaria executiva do PPI, Ministério dos Transportes e outros agentes públicos envolvidos, contribuir para o aprimoramento da regulação do setor de transporte visando ampliação dos investimentos em infraestrutura, tão necessários para garantir o direito do usuário da iniciativa privada, bem como preservando o interesse público.

A Agência conta com excelentes quadros, servidores com ótima formação, mas, atualmente, um número insuficiente face os seus desafios. Ela é responsável pela fiscalização de 9.970km de rodovias, 28.626km de ferrovias. A Agência e os demais órgãos envolvidos estão avaliando, no âmbito do PPI, estudos para concessão de mais 19 trechos de rodovias e 5 trechos ferroviários, com uma estimativa de estudos em concessão de mais de 5.544km em rodovias e 3.331km em ferrovias.

Para apoiar a instrumentalização desse trabalho, a ANTT está implantando processos inteligentes de fiscalização eletrônica, de forma a fornecer informações que possam contribuir para melhoria regulatória bem como coibir, de forma assertiva, desvios ocasionados pelo descumprimento de regras amparadas no marco regulatório vigente.

Como economista, entendo que os processos de concessão ferroviário e rodoviário são fundamentais ao desenvolvimento do País como grande indutor e gerador de emprego e renda, pois, na sua essência, contribui fundamentalmente com o crescimento do País. No cenário macroeconômico adverso atual, reconhecemos ser ponto fundamental o financiamento sustentável dessas concessões e outros fatores fundamentais, como a definição do traçado, parâmetros de desempenho e segurança, que definirão qualidade do serviço a ser oferecido.

Entretanto, todo esse conjunto de fatores precisa ser amparado dentro de uma engenharia econômica robusta, que considere todos os fatores relevantes em um projeto dessa natureza, visando sua efetividade para o setor público, privado bem como adequada prestação de serviços aos usuários do setor. Neste sentido, procurar construir modelos realistas, aderentes da demanda e viáveis aos anseios da sociedade é primordial.

É importante lembrar que um dos fatores que trará maior competitividade ao País é a viabilização dos projetos que induzam à racionalização da malha logística, implementando de fato corredores logísticos que propiciarão a necessária redução dos custos de transporte, o aumento da competição do País e a consequente geração de emprego e renda.

Na ANTT somos reguladores e fiscalizadores.

A boa regulação não pressupõe o excesso da intervenção do Estado, pois o modelo de governança das agências reguladoras, que foi criado pelos legisladores desta Casa, tem como escopo dar maior segurança jurídica, estabelecer uma regulamentação visando à desburocratização, fortalecer a governança e o controle social atendendo o interesse público, mas também propiciar condições para que o mercado faça o seu papel como agente indutor de desenvolvimento da economia brasileira. Para esse papel tão desafiador precisamos instrumentalizar e capacitar os agentes públicos para regulamentação e fiscalização dos contratos de concessão, visando ao seu fiel cumprimento na busca da adequada prestação de serviço ao usuário no que se refere à qualidade e segurança.

Agradeço pela oportunidade da exposição. Coloco-me à disposição para perguntas e, caso seja investida no cargo de Diretora da ANTT, desempenharei minhas atribuições com muito entusiasmo e honrada por contribuir para o crescimento do nosso País.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como V. Exªs observaram, os indicados primaram pela objetividade. Começam bem.

Desta forma, nós vamos determinar abertura do painel.

Consulto o Plenário... Já não há mais necessidade, porque o Senador Vicentinho se adiantou nesse pleito.

Então, eu realmente determino abertura do painel, pois o universitário é muito ousado.

Então, desde logo, os Senadores já podem votar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para complementar a Drª Elisabeth Alves da Silva Braga e também o Dr. Charles Magno Nogueira Beniz, saudando-os e dizendo que nós temos informação histórica do trabalho, tanto da senhora quanto também no senhor. Desejo sucesso nessa nova empreitada. É um trabalho bastante importante para o nosso País, tanto na ANTT quanto também no DNIT, que são duas Agências importantes para o nosso País.

Tenho certeza de que a escolha do senhor e da senhora foi acertada. Espero e desejo sucesso nessa nova jornada. Quero dizer que naquilo que depender do nosso trabalho no Senado, nós estaremos à disposição. Naquilo que for importante para o DNIT, importante para a ANTT, sempre terão o nosso apoio. Espero também que, tanto no DNIT quanto na ANTT seja priorizado o interesse público, como é a característica tanto da Drª Elisabeth quanto do Dr. Charles. Desejo sucesso a ambos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, inicialmente queria parabenizar o Dr. Charles Beniz e a Drª Elisabeth Braga e dizer a frase que falo sempre. O importante não é receber as palmas e os aplausos na chegada. A melhor forma de saber se o dever foi cumprido são as palmas e aplausos na saída.

Então, nós teremos aqui esse primeiro contato de muitos contatos que vocês terão nesta Casa. Hoje, principalmente a Drª Elisabeth – e primeiro quero parabenizá-la pelo seu currículo, pois nós que trabalhamos nesta Casa na lei geral das agências reguladoras, estamos recebendo a senhora como a primeira profissional que vem a esta Casa sob esse novo olhar da agência reguladora, com mais autonomia, um trabalho maravilhoso da Senadora Simone Tebet e também do Senador Walter Pinheiro, que fez o primeiro substitutivo na CDN.

Queria complementar algumas coisas para a senhora poder levar para dentro da ANTT – aproveitando também a presença do Presidente – porque precisamos ter um olhar um pouco maior sobre a integração em meios urbanos. Ficamos muito preocupados com a integração dos modais, das grandes ferrovias, das grandes rodovias, fundamentais – e hoje são obstáculos enormes para o crescimento do nosso País –, mas a vida das pessoas, dos nossos ouvintes, o povo que está nos assistindo agora, se dá no dia a dia. Hoje nós temos milhões de pessoas presas nos engarrafamentos das cidades. Muito dinheiro foi colocado, muitos recursos foram colocados no PAC Copa, no PAC mobilidade e as obras ainda não tiveram a sua conclusão e, por consequência, o legado dessas grandes obras ainda não aconteceu, muitas vezes por disputas entre o Governo de Estado, o Município, os empresários, as pessoas que estão cada vez sentindo mais o arrocho no seu bolso, o trabalhador gastando mais tempo para trabalhar e mais dinheiro a cada dia.

Então, acho que a ANTT precisa ter um olhar mais presente, já que tem um pouco, mas com muito mais força, mais vigor, chamando à responsabilidade esses agentes públicos que são responsáveis pelos modais em grandes cidades, em regiões metropolitanas, porque eu acho que é fundamental essa articulação e essa integração de meios urbanos, já que conseguimos, em alguns Municípios, ter VLT, novos metrôs sendo construídos.

Outra questão que me deixou muito satisfeito foi a visão em relação às novas concessões, à velocidade das concessões, do financiamento sustentável também dessas concessões.

Tivemos um embate muito grande, Presidente Garibaldi, na Comissão sobre o papel da agência reguladora. A agência reguladora é responsável por resguardar os interesses do contrato. O contrato que está ali, essa equidistância entre o usuário, o operador, a sociedade civil e os governos é de fundamental importância para que possamos ter um ambiente de negócio, um ambiente de serviço público regulado, mas principalmente com segurança jurídica.

Finalizando, fico muito feliz com a questão dos corredores logísticos que a senhora abordou. Tenho a convicção de que vocês vão fazer um grande trabalho, Charles, infelizmente não cheguei a tempo de ver a sua apresentação, mas tenho a convicção, pelo que vi no seu currículo, de que também o senhor vai fazer um grande trabalho.

Então, Presidente, ficamos felizes de poder ter dois profissionais brasileiros que possam contribuir para o Brasil num instante tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, quero...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não diga isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... cumprimentar e parabenizar os dois indicados que estão sendo sabatinados, Drª Elisabeth Alves... V. Exª, Garibaldi Alves, e Vicentinho Alves. Olhe a família dos Alves. Uma do Rio Grande do Norte, outra do Acre, outra de Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Daqui a pouco vão dizer que existe uma oligarquia nesta Comissão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso...

E o Charles. Conheço Dr. Charles, que é inclusive da nossa cidade, Porto Nacional. O pai dele é seu conterrâneo, do Rio Grande do Norte. Criou os filhos com muito esforço, muita luta, ele, o Cícero e a D. Magna. Formou o Charles como engenheiro, e o irmão, médico, comprando e vendendo bezerros. Ensinou desde muito cedo esses meninos a trabalharem, a serem honestos, a terem credibilidade.

Portanto, Charles, você chegar aqui pelos seus próprios méritos... Começou como um simples engenheiro e cresceu. Chegar a essa condição de Diretor do DNIT... Eu tenho convicção de que você vai fazer bonito lá, para honrar a sua família, os seus amigos e o seu Estado do Tocantins.

Eu o parabenizo pela sua carreira. Tenho plena confiança de que você vai ser um grande diretor e contribuir muito com o nosso País.

A Drª Elisabeth, conheci recentemente, mas pude perceber a capacidade, a credibilidade, enfim, tanto no currículo quanto no relacionamento com as pessoas lá na ANTT.

Portanto, Drª Elisabeth, desejo à senhora muito sucesso e tenho convicção, assim como tenho com relação ao Charles, de que a senhora vai exercer uma excelente missão como Diretora da ANTT, tão bem comandada pelo nosso Dr. Jorge, que estava aqui agora há pouco, nosso Diretor Geral. Ah, está ali. Está fazendo boca de urna. Dr. Jorge, com simpatia, com competência e credibilidade, vem conduzindo bem a ANTT, tanto que, quando se faz pesquisa aqui no Congresso, ele é aprovado com louvor.

Portanto, Presidente, poder participar dessa sabatina dos dois, sendo Relator *ad hoc* da indicação da Drª Elisabeth, para mim é um prazer, uma honra. E, como disse o Senador Roberto Muniz, da Bahia, brilhante Senador, o mais importante é a saída. Tenho certeza de que vocês vão ser aplaudidos na saída pelo exercício do que lhes é confiado.

Portanto fica aqui a minha torcida para que tudo dê certo.

Desejo que vocês façam o máximo pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Além do Presidente Jorge Bastos, estão presentes aqui, da Diretoria da ANTT, Marcelo Prado, Diretor; Basílio Militani, Gerente de Inteligência e Planejamento da Fiscalização, e Sérgio Pires, da Assessoria de Relações Parlamentares.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de aqui ouvir as exposições da nossa indicada à Diretoria da ANTT, Drª Elisabeth Alves da Silva Braga, e do Dr. Charles Magno Nogueira Beniz, indicado à Diretoria do DNIT, porque estava em outro compromisso, de aposição de assinaturas para a inquirição das testemunhas que vão se apresentar no processo de *impeachment* da Senhora Presidenta afastada.

Queria aproveitar esta oportunidade, ao cumprimentar os indicados, para chamar a atenção para algumas ações que me parecem ser relevantes e que devam merecer a atenção tanto da ANTT quanto do DNIT. Refiro-me especificamente, Dr. Charles, à questão da Transnordestina e da implantação da Ferrovia Leste-Oeste ou da Ferrovia Oeste, da Bahia.

Essas duas ferrovias são fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. No caso específico da Transnordestina, que atravessa todo o meu Estado, de Pernambuco, durante todo o primeiro semestre deste ano, nós tentamos aqui ouvir dos representantes da Transnordestina, a logística. E eles, certamente, por razões que nós não conhecemos, não atenderam ao convite da Comissão. Nós tivemos que reformular o convite, com o apoio do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. Dirigimos o convite à direção da ANTT, que estará presente aqui, numa audiência pública, para trazer as informações da situação das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina.

É inadmissível que, passados mais de 20 anos, porque isso vem do Governo de Fernando Henrique Cardoso, essa obra de implantação da Transnordestina não tenha nenhuma perspectiva de conclusão. Isso é um desserviço aos interesses do desenvolvimento regional.

Essa obra é fundamental para que possamos viabilizar novas vocações econômicas na região. Refiro-me especificamente à questão da exploração de minério de ferro no Piauí, em Pernambuco, no Ceará, que são reservas já conhecidas. Há investidores interessados em explorar essas reservas, mas nós não temos a infraestru-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tura mínima, básica para levar o minério aos portos de Suape e de Pecém. Por outro lado, a grande produção, a crescente produção agrícola, tanto do sul do Piauí quanto do sul do Maranhão e do oeste da Bahia, precisa também que essas cargas saiam das rodovias para ser transportadas por essas ferrovias, a leste-oeste na Bahia, para servir ao Porto Sul da Bahia, na região de Ilhéus ou até mesmo aos portos de Salvador, como também a possibilidade de se levarem as cargas até o Piauí, Eliseu Martins, e de lá atender ao escoamento dos grãos produzidos no oeste baiano para os mercados internacionais pelo Porto de Suape ou pelo Porto de Pecém.

Portanto, seria importantíssimo que Drª Elisabeth pudesse se debruçar sobre esse assunto. Nós mantivemos contato com a direção da ANTT. Eles estão preparando uma exposição.

Eu estive com o Presidente da República na segunda-feira, o Presidente Michel Temer, e disse que era uma das obras que ele poderia ter a alegria de concluir, desde que tomasse outra providência.

Creio que chegou a hora de se pensar mesmo na rescisão do contrato com a Transnordestina Logística. Chega! Não há mais justificativa. É muito melhor que o Governo Federal rescinda o contrato de concessão e possa, de fato, implantar essa ferrovia através da Valec, para depois fazer a concessão para a exploração da operação. Assim poderíamos viabilizar essa obra, que reputo como fundamental para os interesses da nossa região.

Gostaria também de solicitar ao Dr. Charles, que será designado para a Diretoria Ferroviária do Dnit, que pudesse estudar ou agilizar os estudos de viabilidade econômica que foram demandados por mim há mais de três anos, que estou acompanhando lá no Dnit. É o estudo da implantação da ferrovia que liga a Transnordestina com a ferrovia que chegará, passando por Petrolina e Juazeiro, até Feira de Santana, para fazer a interligação de todo o sistema ferroviário do Nordeste.

Esses estudos seriam feitos pelo Dnit e pela EPL. E é importante que possamos tê-los, porque, com a conclusão da Transnordestina e da Leste-Oeste, a próxima obra ferroviária a ser buscada será justamente a ligação da Transnordestina com a Norte-Sul. E há essa interrogação ferroviária da Transnordestina até Feira de Santana, para ligar toda a malha ferroviária ao Nordeste brasileiro.

Então são dois temas que reputo muito importantes para o desenvolvimento regional. Gostaria que tanto a Drª Elisabeth quanto o Dr. Charles pudessem anotá-los e se debruçar sobre esses temas que considero relevantes para o interesse do meu Estado, Pernambuco, do Nordeste e do Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Charles e a Drª Elisabeth pela escolha do Presidente da República, desejando a ambos muito sucesso, muito êxito na missão que vão abraçar a partir da votação que nós iremos fazer na Comissão e, mais tarde, no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Senadoras e Senadores, nossos sabatinados, Drª Elisabeth e Dr. Charles Magno, pela sua biografia, essa é uma indicação que dá prazer de ser respaldada, uma vez que têm qualificação para ocuparem essas importantes missões, compondo tanto a Agência Nacional quanto o próprio Dnit.

Quero dize que Santa Catarina precisa muito dessas duas áreas. Já tivemos algumas reuniões com o Ministro Quintella e com a própria ANTT.

Mas, falando em ferrovia, é importante que haja uma preocupação em também servir os Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Portanto, a Ferrovia Norte-Sul é de grande importância para que nós possamos sustentar o modelo de desenvolvimento que o Estado de Santa Catarina tem, especialmente no seu grande Oeste, onde está situada a grande indústria do agronegócio catarinense.

E as nossas rodovias que fazem com que a nossa produção possa alcançar os mercados consumidores tanto em nível nacional quanto na exportação, por isso que a Ferrovia Leste-Oeste, ou seja, a que liga os dois extremos do Estado de Santa Catarina, o Atlântico até a divisa com a Argentina se faz imperiosa para nós permitirmos que se baixem os custos da logística do transporte e que, portanto, os produtos catarinenses possam chegar aos mercados em situação de muito mais competitividade.

Nós temos cinco portos em Santa Catarina e estamos na iminência de termos, nos próximos cinco, sete anos, mais três portos, para servir ao escoamento da produção de Santa Catarina e do País, uma vez que com certeza bem dotados de infraestrutura ferroviária e rodoviária, nós estimulamos o uso desse potencial de portos em Santa Catarina para baratear os custos e fazer com que os nossos produtos, produtos do Brasil cheguem a mercados internacionais em condições de poder, realmente, competir.

E, ainda, a rodovia litorânea, ou seja, se nós temos cinco portos e na eminência de termos sete portos, nos próximos cinco, seis, sete anos, com certeza, digamos, a ferrovia litorânea também se faz muito importante pela interligação que se estabelecerá entre os cinco portos hoje em operação no nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Portanto, atenção por parte da ANTT, no que diz respeito a essas questões da infraestrutura ferroviária e rodoviária, bem como, também, digamos, a própria execução das concessões. A gente espera que, agora, sem grande preconceito contra o capital privado na sustentação e na viabilização da infraestrutura, possamos garantir o estágio atual do desenvolvimento, sobretudo para nós garantirmos o crescimento do nosso desenvolvimento. Isso se faz imperioso.

Então, gostaria de parabenizar, desejar sucesso e que, de fato, nós saibamos aproveitar esse novo momento que o Brasil, com certeza, começa a viver.

Todas as ações, as grandes têm um grande impacto, mas, às vezes, a soma de pequenas iniciativas, de pequenas ações se potencializam e vão permitir que nós, de fato, consigamos vencer, com mais rapidez, o sofrimento que vive o País e os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber.

Lembro aos Senadores presentes que eles já podem votar e faço um apelo aos que estão ausentes que venham a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves, inicialmente, as minhas desculpas pelo atraso, pois estávamos numa reunião aqui mesmo, onde havia uma lista de inscrição, Sr. Presidente, para fazer perguntas às testemunhas. Por incrível que pareça, a abertura era 8h30, mas desde às 8h, vários companheiros já estavam lá nessa fila.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi uma concorrência desleal.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É, mas eu quero, Sr. Presidente, fazer dois comentários que eu acho importante: primeiro, nós, na última semana, estivemos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com o Ministro do Transporte e com o Presidente da Agência Nacional de Transporte Terrestre, Dr. Jorge, e, na ocasião, eu disse o seguinte e vou repetir: essa questão, por exemplo, a alternativa para o País vai ser parceira público-privada – e não tenho a menor dúvida disso – em se tratando de rodovias, ferrovias, porque o País está com escassez de recurso.

Agora, há que se acertar de tal forma que as duas pontas funcionem. Primeiro, não pode faltar o financiamento para as empresas que estão construindo, porque, senão, elas param ou diminuem o ritmo. Na verdade, a empresa, quando ganha, é muito ágil para fazer os primeiros 10% da rodovia. Por quê? A partir daí ela pode instalar pedágio.

No caso da BR-163, que vem lá do Mato Grosso e vai até o Paraná, passando por todo o Mato Grosso do Sul, é uma empresa, a CCR MSVia, de que a gente não pode reclamar, porque o trabalho é de muito boa qualidade, já é uma outra rodovia. Porém, dos 800km que eles têm para fazer, eles fizeram 90 km, e esses 90 km dão direito a eles de cobrarem o pedágio.

Então, onde tem pavimento, a pessoa paga; é correto isso. Mas onde não tem ou tem só um pedaço, fica esquisito. Eu não sei como resolver, mas essa coisa teria que ser melhor ajustada. Eu não tenho a menor dúvida de que, quando ficar pronto o trecho... É até uma rodovia que era conhecida como "rodovia da morte", e já diminuiu um percentual, parece que de 18%, o número de acidentes naquela rodovia. Veja a importância que é a duplicação dessa rodovia.

Mas, se faltar o financiamento, a empresa diminui o ritmo e, às vezes, até para. Este é o ponto 1. Isso para a Drª Elisabeth pensar.

Ao Dnit, a questão de ferrovia. Mato Grosso do Sul tem uma alternativa: a rodovia que vem lá do Mato Grosso até Aparecida do Taboado e vai até Campo Grande; Campo Grande, Maracaju, Dourados; Dourados, Cascavel. Ou então, de Maracaju indo até Porto Murtinho, porque nós estamos também tratando da rota Bioceânica. Aí, do outro lado do Rio Paraguai, construída a ponte, seria rodovia.

Mas imaginem a quantidade de milhares e milhares de milha náuticas que se vai economizar, porque nós escoaríamos toda a produção de grande parte do Mato Grosso, a partir de Rondonópolis, e de toda aquela região. Então, essa ferrovia, Dr. Charles, é fundamental. Há projeto já. Todos os anos a Bancada coloca isso no Orçamento como prioridade, mas, até agora, não saiu do papel. Então, essa é uma cobrança que eu faço aqui, porque é fundamental.

Mato Grosso do Sul é um Estado que está preparado, que está começando o processo de industrialização, que nós chamamos de agroindustrialização. Nós fizemos mais de 20 usinas de álcool e açúcar, mas nós temos lá, em Três Lagoas, as duas maiores indústrias de papel e celulose. E só isso justificaria a quantidade de cargas que tem lá.

Então, eu falo essas duas coisas na certeza de encontrar eco, porque é difícil você ver o seu Estado, com um potencial enorme de crescimento, sendo só um Estado que produz produtos primários, não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

agregar valor ou agrega muito pouco em função de que não tem uma infraestrutura adequada para o escoamento dessa produção.

Então, é a minha contribuição para os dois, Sr. Presidente, que acho importante.

E, por último, queria perguntar à Elisabeth: você é funcionária de carreira?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – De carreira. E o Charles? É funcionário de carreira?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não. É indicação. É claro que não subestimo, mas eu fico muito contente quando as pessoas que assumem as diretorias são funcionários de carreira, porque elas já vêm numa sequência; uma sequência que me dá segurança, realmente, no sentido... Não que o indicado... Às vezes, é até muito mais qualificado, é uma pessoa que realmente conhece mesmo o assunto e que vai fazer um bom trabalho.

Sr. Presidente, eu só sou suplente nesta Comissão, mas eu tenho o hábito de estar sempre aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas pode votar, desde que o titular...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Posso votar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, eu vou exercer o direito de voto. Se o titular vier, evidentemente, que o voto estará anulado automaticamente – não é assim?

Mas, muito obrigado. Não tenho pergunta, apenas essas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Deus queira que ele não chegue. (*Risos.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só um minuto antes do Senador Ronaldo para registrar presença do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim, do nosso Estado, que veio aqui, amigo que é da família do Dr. Charles, hipotecar também a sua solidariedade e o seu apoio.

Assim, eu registro a presença do Deputado Federal Carlos Gaguim, que também foi governador do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar o Deputado Federal Carlos Henrique, que nos dá a satisfação e a honra da sua presença, ele que é Deputado pelo PTN de Tocantis.

Quero também registrar, com muita satisfação, a presença de Mário Rodrigues Júnior, que é Diretor-Geral da ANTT.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom dia, Sr. Presidente, aos demais colegas, aos sabatinados, ao Dr. Charles Magno e à Drª Elisabeth.

É com muita honra que também participo da sabatina de duas pessoas tão conceituadas nesta área, como colocou aqui o Senador Moka, que já vêm de uma escola dentro do Dnit e da ANTT, com conhecimento sobre a matéria. São pessoas que estão qualificadas para assumir o comando de uma área extremamente estratégica para o País.

Cumprimento também o colega Carlos Henrique, o nosso amigo Gaguim, que aqui está, Deputado Federal que é.

Quero dizer que a ligação do Charles já é uma ligação não só familiar aqui com o Senador Vicentinho, mas ela é política com os laços da nossa família, de longa data, quando, naquela época, o Tocantins era o Estado de Goiás, e aí a nossa luta já era ombreada ali na região de Porto Nacional.

Mas, em relação ao Dr. Charles Magno, ele é da região e ele sabe muito bem a importância de nós levarmos adiante esse grande desafio, que será finalizar a Norte – Sul, como também ter esse avanço da ferrovia, que é da integração do Centro-Oeste e que vai atender grande parte da Bahia, como também do Tocantins, Estado de Goiás, em um cruzamento na altura, mais ou menos, entre Uruaçu e Campinorte, e aí se dirigindo para o Mato Grosso.

Bem, com essas duas ferrovias, nesse cruzamento Norte, Sul, Leste, Oeste, indiscutivelmente daí teremos várias ramificações, mas são duas ferrovias que nós poderíamos caracterizar que são duas colunas vertebrais do processo hoje, com o maior volume de produção, principalmente do setor da agropecuária e de minério.

Essas ferrovias têm uma importância ímpar. Apesar da limitação do Estado, que muitas vezes não tem a dotação específica, nós não podemos deixar de lado a possibilidade de avançarmos nas nossas propostas de parcerias para buscarmos, aí, sim, a presença maior da iniciativa privada, avançando com essas duas grandes obras, que são fundamentais para a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Aí nós teríamos, talvez, algo que não pode se arrastar por tanto tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Veja bem, Sr. Presidente, V. Exª, com a experiência enorme que tem aqui no Senado Federal e também como ex-Governador de Estado, ex-Ministro de Estado, lembra-se bem de que a Norte – Sul começou no governo Sarney e até hoje não foi concluída. Tive a oportunidade de participar de um evento na China, em Xangai, especialmente, onde 32 quilômetros mar adentro, em um porto de águas profundas, com cinco pistas de ida e de volta, 32 quilômetros mar adentro foram construídos exatamente em dois anos e sete meses.

As obras que nós vemos acontecer hoje no mundo, agora mesmo esse túnel nos Alpes suíços, é algo que mostra que não é possível nós continuarmos com essa prática, isso depõe contra o País. Quando nós chegamos ao exterior e projetamos nossas rodovias e ferrovias, todas elas estão assim: em fase de construção; projeto aprovado. Quer dizer, nós não temos hoje uma capacidade de mostrar para o investidor a condição mínima de logística.

Isso é porque o brasileiro mesmo é arrojado, é ousado. O gaúcho entrou pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e as coisas foram acontecendo. Os sulistas entraram e foram mesmo construindo isso, e o Governo chegou muitos anos depois. Então, acho que agora é hora de termos essa prioridade na parte de infraestrutura.

Saindo dessa parte, eu voltaria à Drª Elisabeth. Drª Elisabeth, não quero ser repetitivo, mas nós vivemos uma situação ímpar no Brasil, porque Goiás é o único Estado que tem limites com o Distrito Federal. É um prazer para nós, é uma honra, sempre foi um orgulho para Goiás receber a capital do País.

Agora, ficamos diante de um grande problema, primeiro, porque, com o Poder instalado em Brasília, e onde ele se instalar, milhares de pessoas vão mudar, na perspectiva de poderem melhorar de vida. Indiscutivelmente, toda Capital tem o melhor salário. Isso é normal em qualquer País do mundo onde você tem essa defasagem salarial. Isso não acontece na Europa ou nos países que já estão muito bem estruturados. Mas, em países como o Brasil, em desenvolvimento, onde se instalar o Poder, ali sabemos muito bem que serão milhões de pessoas que vão mudar para aquela região.

Ora, como a vida no quadrilátero de Brasília é muito cara, as pessoas vêm e ocupam todas as cidades do Entorno de Brasília, ou seja, cidades do meu Estado de Goiás. E é uma honra recebê-los. Agora, o problema todo é que aí, Sr. Presidente, ele fica – e não vou discutir os outros assuntos; só na área de transporte; não vou entrar em saúde nem em segurança – sob uma legislação municipal, e há uma legislação estadual do transporte, há a legislação do Distrito Federal, já é de um ente federado para outro ente federado, e já é a ANTT.

Então, é o seguinte: como é que o cidadão vai sair de Cidade Ocidental e chegar até Brasília? Ele tem três problemas: ele tem que discutir com o problema do Prefeito, do Governador de Goiás, do Governador do Distrito Federal e da ANTT. Então, a solução não acontece; não há solução.

Eu acredito, essa é uma demanda que temos, que, quanto à esta região do Estado, por ser algo ímpar no Brasil, não há outro lugar no País que tenha uma situação como esta: haver a Capital com regiões metropolitanas, mas dentro do mesmo ente federado. Aqui você tem o Distrito Federal e o Estado de Goiás, que são dois entes federados.

Ora, teria que haver para estes Municípios que compõem este Entorno de Brasília uma autonomia maior para que a ANTT resolvesse esses assuntos. Não é possível ficarmos na situação em que estamos. Não há transporte e não há solução, porque não agrada o Governador de Goiás, não agrada o Governador do Distrito Federal, a ANTT se sente limitada , o Prefeito acha que aquela parte interna da cidade é responsabilidade dele.

E ficam apenas uns pontos para onde o passageiro tem que se deslocar. O cidadão sai do bairro mais distante às 4h da manhã para chegar a pé. É assaltado no meio ou vem atolando no barro. Quando chega aqui, tem a dificuldade de ter o transporte em condições dignas para chegar até Brasília. Então, Presidente, esse é um assunto específico.

Então, Elisabeth, eu tenho insistido nessa matéria. É uma matéria em relação a qual o Governo tinha que ter uma capacidade maior de determinar junto com o Governador do Distrito Federal e de Goiás e assumir essa posição. Esse acordo pode ser produzido, pode ser conduzido muito bem.

Não é possível que, nessa queda de braço, o prejudicado seja eternamente o cidadão que tem que se deslocar para Brasília. Querendo ou não, numa cidade como Santo Antônio do Descoberto, há um deslocamento de 30 mil pessoas por dia, de Santo Antônio do Descoberto para Brasília. No entanto, não há solução. Isso se arrasta, há exatamente 50 anos, desde a criação de Brasília.

Então, é uma realidade sobre a qual já propus várias audiências. Já me propus avançar nesse debate, e não conseguimos.

Eu pediria ao novo Ministro agora, como também à nova estrutura da ANTT que se debruçasse sobre essa matéria, que desse uma atenção maior para isso, que é uma demanda de toda a região e que é a queixa generalizada, quando se chega lá, principalmente feita a nós, Senadores, que temos a prerrogativa de representar o ente federado, o Estado de Goiás. E fica a mesma história: "Ah, Senador, não acredito mais. Isso aqui já é falado, há tantos anos e tal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Quer dizer, isto é um descrédito para as lideranças políticas: não poder trazer algo que seja no mínimo razoável para as pessoas que ali habitam.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo ponto.

Indiscutivelmente, votarei pela aprovação dos nomes. E desejo sucesso à frente do Dnit e da ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

Tenho a satisfação de registrar a presença entre nós do Deputado Federal Osmar Serraglio. Ele é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pertencendo ao PMDB do Paraná.

Lembro aos Senadores que ainda não votaram que podem exercer o seu direito de voto. E faço um apelo aos Senadores que se encontram em outras dependências desta Casa, para que venham à nossa Comissão, para exercer o seu direito de voto.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se da indicação, Sr. Presidente, do Dr. Charles Magno Nogueira Beniz para ocupar o cargo de Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp registra todo um histórico profissional do indicado, sobretudo na Valec, onde o Dr. Charles Magno ocupa a função, até os dias atuais – me parece –, de Gerente de Manutenção Ferroviária.

Apesar de deter atribuições relacionadas ao modal rodoviário, ao ferroviário e até ao aquaviário, quando nós fazemos uma avaliação relacionada ao exercício orçamentário do Dnit, aproximadamente 90% do orçamento executado pelo Dnit está focado no ramal rodoviário.

Os setores aquaviário e ferroviário, segundo essas mesmas informações e monitoramentos, indicam que o Dnit teve menos de 1,6% do seu orçamento para a atividade nesses modais, tanto o ferroviário como o aquaviário.

O que justifica a existência de uma diretoria para tratar de projetos e planos de ações nesses ramais se na prática isso não está no radar do orçamento e do exercício do Dnit.

É sabido que o Dnit, no tempo, ficou com todos os ativos da Rede Ferroviária, mas salta aos olhos que temos uma diretoria e uma estrutura, mas, na prática, não se tem registro de qualquer tipo de relevância de atividade do Dnit na atividade ferroviária.

Então, eu gostaria, de conhecer da parte de V. Sª qual o plano de trabalho pretende desenvolver para que o Dnit de fato possa na prática e não apenas na teoria considerar o ramal ferroviário pela sua importância estratégica para o nosso País.

Matérias recentes dão conta de que o setor ferroviário brasileiro passa por muitos desafios.

Ontem, o Jornal Nacional trouxe uma matéria dando conta de que o Brasil chegou a ter 28 mil quilômetros de ferrovias, hoje temos 12 mil quilômetros; 16 mil quilômetros foram abandonados. Um conjunto de trechos e ramais foi concessionado nos últimos anos, mas há por parte de empresas privadas o interesse em entregar essas concessões.

Então, como se dá esse diálogo e essa interação entre o Dnit e a ANTT, considerando também que a ANTT cuida do tema ferroviário? O que V. Sª imagina ou que o Governo tem estruturado de planejamento para que possamos ter no âmbito do Dnit a consideração, para que o sistema ferroviário possa ser considerado pelo Dnit, porque hoje não é considerado?

Então, gostaria de ouvir de V. Sª observações a esse respeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

Nós já atingimos o quórum regimental, mas, ainda assim, consulto o Senador Lasier Martins se S. Exª quer exercer o direito da palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, Presidente.

Como cheguei agora, porque, assim como V. Exª, saí daqui depois das duas da madrugada, e ainda hoje tive que ir a outra comissão, então, perdoem-me o atraso. E, como não pude acompanhar as explanações, fico sem perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Lasier Martins.

E, como atingimos o quórum regimental, vou declarar encerrada discussão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas, ao mesmo tempo, preciso exercer o direito do voto. Acho que o Senador Ricardo Ferraço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Lasier está mais perto de V. Exª. Se ele não se...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não; eu vou abrir, ao mesmo tempo, a possibilidade de os indicados usarem da palavra.

V. Exª será o primeiro a ser contemplado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será o primeiro a ser contemplado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Contemplado com o que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com as respostas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ah, pois não! Até porque eu sou o único presente. (*Risos.*)

Eu agradeço a deferência de V. Exª. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há um ditado que diz que os últimos... Aliás, não é ditado; há uma sentença evangélica que diz que os últimos serão os primeiros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Portanto, concedo a palavra, dentro da ordem aqui das exposições, ao Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, indicado para o Dnit.

E, como Vice-Presidente da Comissão, eu convido o Senador Ricardo Ferraço, num gesto temerário meu, para exercer a Presidência, enquanto...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu estou aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se V. Exª não se incomodar, o Senador Lasier já está ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É menos perigoso! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não quero essa responsabilidade, Sr. Presidente.

Com a palavra o Sr. Charles.

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Bom dia, mais uma vez. Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Ricardo Ferraço expôs algumas colocações aqui, que, realmente, são muito pertinentes com relação à atuação do Dnit...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que justifica essa diretoria ferroviária no Dnit? Na prática é isso.

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Com relação a essa diretoria do Dnit, tem-se, hoje em dia, vamos dizer, uma divisão. Hoje, a gente tem a Valec, que está com uma carta muito maior do que essa diretoria ferroviária do Dnit. Hoje, essa diretoria ferroviária do Dnit está trabalhando, basicamente, em contornos ferroviários.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em quê?

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Contornos ferroviários: retirando ferrovias que estão cruzando cidades no interior do País e fazendo um contorno por essas cidades.

Temos vários projetos. Eu não estou nessa função nem no Dnit, estou vindo da Valec, mas até onde eu levantei, a diretoria ferroviária do Dnit tem vários projetos, alguns deles já com as licenças com projetos básicos e com projetos executivos nos moldes finais – alguns deles dependentes de dotação orçamentária.

Realmente, a diretoria ferroviária precisa: de ser levantada; de colocar em prática ou priorizar os projetos que nós temos; de sentar com V. Exªs e discutir melhor quais seriam as prioridades, neste tempo que nós estamos tendo de escassez de recursos; de buscar a iniciativa privada para fazer parceria, como o Senador Moka falou aqui, mais cedo.

Então, o que se tem que fazer é isto: priorizar, ver o que existe de projetos aprovados, e tentar colocar isso na prática.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quais são os contornos que o Dnit está tocando hoje? Os contornos ferroviários?

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Hoje tem Barra Mansa, no Rio de Janeiro, tem um que finalizou recentemente, em Araraquara, no interior de São Paulo, tem um em Santa Catarina, em Joinville, em São Francisco do Sul.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Todos contornos em construção?

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Isso. Na verdade, esses que eu falei estão paralisados. As obras foram paralisadas por problemas de projeto, por falta de orçamento, coisas desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, V. Sª concorda comigo de que é uma diretoria que precisa ser robustecida, precisa existir, justificar a sua existência. É isso?

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Sim, concordo com o Senhor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E sobre os ramais que estão sendo devolvidos pelas concessionárias por falta de interesse econômico?

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Olha, essa é uma área que, acredito, talvez seja mais voltada para a ANTT. É uma área na qual a ANTT deve fazer uma análise bem mais profunda. Se existiu muito no nosso cenário brasileiro ferroviário foi o que alguns chamaram de canibalismo, que foi a diminuição da nossa malha ferroviária. O Brasil é um dos poucos países no mundo que conseguiu diminuir a sua malha ferroviária, ao contrário do que seria o ideal para o nosso cenário, em um país de dimensões continentais. Eu posso fazer um levantamento, caso eu seja indicado e aprovado nessa função, e apresentar ao Sr. Senador um posicionamento bem mais profundo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Charles Magno Nogueira Beniz.

Concedo a palavra à Srª Elisabeth Alves da Silva Braga.

A SRª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA – Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes, tivemos várias explanações por Senadores que já se retiraram da Comissão, mas eu gostaria de registrar alguns temas que foram colocados, que julgo de suma importância.

O Senador Caiado, por exemplo, falou da importância de tratar essa questão do semiurbano com o urbano, uma questão que afeta muito a região de desenvolvimento do Distrito Federal com Goiás, com o que eu concordo plenamente. Ele falou de uma forma bem pragmática, citando o exemplo dos trabalhadores que vêm aqui diariamente, que têm em Brasília uma cidade de trabalho, pela necessidade de melhores salários e melhores oportunidades de emprego.

A ANTT, trabalhando dentro da visão da necessidade de trazer maior conforto e qualidade ao usuário, está trabalhando para que a Agência possa fazer uma integração com a parte do urbano do Distrito Federal, para que os projetos do semiurbano possam ter integração de metrô, VLT.

A Agência também está trabalhando em dois projetos de trens de passageiros, um assunto prioritário dentro da diretoria da Agência: o trem Luziânia/Brasília e o trem Goiânia/Brasília, que passa por Anápolis.

Particularmente, nessas duas situações, posso dizer que, trabalhando na ANTT, sou cobrada pelas pessoas que conheço. A pessoa que trabalha na minha casa, por exemplo, mora em Luziânia e tem essa dificuldade diária de deslocamento aqui para Brasília. E meu irmão, fugindo dessa questão de altos aluguéis aqui no Distrito Federal, mora em Anápolis também.

Então, eu acho que é muito importante essa questão, a Agência está debruçada nesses assuntos e, principalmente, na questão da integração com o Governo do Distrito Federal. Gostaríamos de ter o apoio desta Casa para que, conjuntamente, possamos buscar alternativas e, com uma maior força política, fazer esses assuntos saírem do papel e virarem uma realidade.

Outro assunto importante foi falado pelo Senador Moka, a questão dos financiamentos das concessões. Acredito ser um fator fundamental que tenha um financiamento adequado, que as concessões sejam feitas de forma sustentável, e a Agência está também muito atenta a isso, propondo soluções, estudos, junto com as outras áreas de Governo, sendo um fator fundamental para alavancar os investimentos.

Como ele disse, semana passada esteve em uma solenidade lá em Mato Grosso com o nosso diretor-geral da Agência, e a Caixa Econômica e o Ministro dos Transportes fizeram o compromisso de liberar R$737 milhões para duplicação dessa rodovia. Então, acredito que esses assuntos estão sendo vistos pela Agência.

Há a importância também de verificar, como foi dito pelo Senador Fernando Bezerra, uma definição com relação à Transnordestina, que é fundamental também para o País. A Agência está tratando desses assuntos, visando propiciar uma segurança jurídica adequada para que esses projetos tenham viabilidade e para que nós sejamos também colaboradores da indução do crescimento no País e vejamos esses projetos acontecerem.

Eu coloco-me à disposição novamente e agradeço toda a paciência que tiveram aqui conosco nesta manhã, depois de passar uma noite aí difícil de votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu é que agradeço à Srª Elisabeth Alves da Silva Braga.

Eu quero comunicar à Comissão o aniversário, hoje, do Senador Valdir Raupp, um dos Senadores mais atuantes desta Casa. Foi Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e o Senador Valdir Raupp merece os nossos parabéns. Se não fosse a escassez de recursos, V. Exª seria contemplado com um lauto café. (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro encerrado o processo... V. Exª já votou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não, é só para agradecer as felicitações. Só não concordo com o Senador mais atuante da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Modéstia do orador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Fica devendo um café.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ou então ele podia financiar, não é?

O Senador Wellington Fagundes acaba de fazer um apelo, dizendo que está nas dependências da Casa e que está se encaminhando para a Comissão. Então, atendendo a um apelo dele, eu concedo a palavra novamente ao aniversariante, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Indicados, eu não pude acompanhar, atrasei-me um pouquinho, pois nós saímos às três horas da manhã da sessão do Congresso Nacional. É por isso é que muitos ainda não conseguiram chegar até o momento. Eu sempre fui de me levantar muito cedo, mas, hoje, eu fugi um pouco à regra.

Mas eu queria parabenizar ... Ainda não abriram as urnas, dizem que a eleição é só depois da apuração, Presidente, mas, com certeza absoluta, os indicados serão aprovados nesta Comissão; desejar muito sucesso a eles.

Estava conversando aqui com o Jorge, o Presidente da ANTT, pedindo a ele, que já se prontificou, para nos ajudar na concessão da BR-364. A BR-364, junto com a Ferrovia Bioceânica, pelo menos no trecho do Mato Grosso até Porto Velho, são as duas grandes obras que a Bancada de Rondônia defende. Se estivessem aqui o Senador Acir Gurgacz e o Senador Ivo Cassol, estariam também defendendo, assim como o Senador Jorge Viana.

Os Senadores do Mato Grosso, de Rondônia e do Acre, todos eles defendem essas duas obras, a concessão e duplicação da BR-364, do trecho de Comodoro a Porto Velho, pelo menos. Esse trecho é o que tem mais movimento, passam em torno de 1.200 carretas de soja, por dia, de três grandes exportadoras, a Maggi, a Bunge e a Cargill, fora as cargas que vão para Manaus, que vão para Rondônia, que vão para o Acre, que vão para o Peru. Hoje nós já estamos exportando milho do Mato Grosso e de Rondônia para o Peru, via rodovia, a Rodovia Bioceânica. Ainda não estamos transportando para os portos do Peru, porque há a Cordilheira dos Andes e fica um pouco inviável no momento.

É por isso que a duplicação da BR-364 e a construção da ferrovia de Sapezal até Porto Velho são as duas obras mais importantes que nós defendemos no momento, depois das usinas do Rio Madeira, que geram energia em abundância para Rondônia, Acre, e até para o Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, onde estão sendo distribuídos mais de cinco mil megawatts de energia das usinas do Rio Madeira.

Depois da Rodovia Bioceânica, da construção das usinas do Rio Madeira, as duas obras mais importantes para nós são essas duas de que eu acabei de falar, BR-364 e ferrovia até Porto Velho. Então, eu gostaria de pedir aos diretores da ANTT, ao Presidente que está aqui presente, o Jorge, que nos ajudem, mas que deem celeridade.

Eu sempre reclamo muito. Eu estou há 14 anos no Senado, e há obras no Brasil que começaram antes de eu entrar aqui e que até hoje não foram concluídas. Um exemplo muito claro é a BR-101 Sul. O trecho de Palhoça até a divisa do Rio Grande do Sul ainda não está totalmente concluído, e começou no governo Fernando Henrique Cardoso. Então, passaram-se oito anos do Fernando Henrique, mais oito anos do Lula, 16, mais quatro anos da Dilma, 20 anos. Vinte anos e não foi concluída a duplicação de uma BR.

Agora há pouco tempo é que foi inaugurada a Ponte de Laguna, que foi inaugurada uma passagem lá chamada Morro do Cavalo, perto de Florianópolis. Então, há obras no Brasil que ficam enroscadas, e o que nós temos que dar é celeridade.

A China, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está com disposição de investir no Brasil, há um protocolo assinado de US$53 bilhões. E eu venho falando há alguns anos: o Brasil não vai criar as condições para a China aplicar esse dinheiro no Brasil na área de infraestrutura. E está acontecendo. Naquela época, a China crescia 11% ao ano; agora está crescendo só cinco; daqui a pouco estará crescendo três, e daqui a pouco vão dizer: "Não vamos mais investir no Brasil".

Eu soube também que a China está investindo muito forte na Argentina. A China está investindo pesado na Argentina. Quem sabe a Argentina esteja criando condições melhores, para que eles possam investir os recursos, do que o Brasil. O Brasil tem uma burocracia exagerada. Acho que tem hora que o Beltrão se movimenta lá para querer voltar para o Brasil, a fim de, novamente, criar a desburocratização no País, porque a burocracia emperra a maioria das obras.

É esse o apelo que eu faria aos diretores da ANTT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou conceder a palavra – este eu não tenho medo de errar – ao Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Meu Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª é um sobrevivente. Estava, ontem, às 2h30 da manhã, meio sonolento, mas firme na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Meio sonolento, mas firme é difícil! (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas, como V. Exª sempre se refere a mim com carinho, a recíproca é verdadeira.

Quero saudar os nossos pares, os indicados: a Drª Elisabeth, à diretoria da ANTT; o Dr. Charles Magno, à diretoria do DNIT.

Trata-se de um órgão ligado ao Ministério dos Transportes, o DNIT, e uma agência reguladora, da maior importância para o Brasil e, em especial, Senador Raupp, para a nossa região; e, mais em especial, para o meu Estado do Pará.

O Senador Raupp fez referência à BR-101. Começou a fazer a contagem regressiva: oito anos de Fernando Henrique, oito anos de Lula, mais quatro de Dilma: vinte anos.

Se nós formos ao Pará fazer essa contagem regressiva, nós vamos chegar à época do governo militar, com a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá. Então, estamos falando da década de 60. Já estamos há 50 anos, e essas obras não terminam. Parece que tem caveira de burro lá, enterrada, e não se consegue terminar. É hoje, amanhã, fazem pirotecnia!

O Governo que está saindo definitivamente, a partir de terça-feira, fez tanto palanque na Transamazônica e na Santarém-Cuiabá que eu acho que os recursos das festas que foram realizadas já dariam para ter concluído o asfaltamento das duas rodovias.

Mas espero que possamos, no Governo do Presidente Temer, deixar de ser o país da Alice, o país das maravilhas, como era no governo do PT – tudo midiático –, para termos consciência do que podemos fazer e fazermos.

O Ministro Bruno, das Cidades – e, ontem, na sessão do Congresso, um orador fez referência a isto –, levantou, no Ministério das Cidades, Senador Garibaldi, os contratos que existem do PAC assinados e não iniciados. Só assinados e não iniciados.

Com o orçamento do Ministério das Cidades que ele tem, ele levaria 71 anos para completar esses projetos – 71 anos –, tal a irresponsabilidade desse Governo do PT nesses treze anos e meio. Ou seja, faziam a cerimônia, lançavam a obra, não começavam, e ficava por isso mesmo.

Eu quero pedir, no caso do DNIT: para a Santarém-Cuiabá, faltam, parece-me, 180km, pouco menos de 200km para se concluir a obra. Então, que se priorize.

Ainda ontem nós votamos o remanejamento dos recursos das obras do PAC, Senador Raupp, para que possa tirar recursos de uma obra que não tem condições de ser concluída para colocar naquelas que possam ser concluídas. Acontece que você tem centenas, milhares de obras não concluídas, ou seja, não trazem benefício nenhum para os brasileiros, quando se pode focar e concluir aquelas obras, como é o caso da Santarém-Cuiabá, que é importante.

Hoje já passam por lá mais de mil carretas por dia durante a safra. A estimativa é que venham a trafegar de seis a sete mil carretas por dia durante a safra, escoando a soja do norte do Mato Grosso pelos portos de Santarém e de Barcarena. Ora, o que vai acontecer é que, quando terminarem a Santarém-Cuiabá, Dr. Charles, tem que começar de novo, porque a parte que está feita já está deteriorada.

Com relação à ANTT, Drª Elisabeth, o Governador Simão Jatene, do Pará, tem um projeto para que possa ligar o sul do Pará, de Santana do Araguaia, limite com Mato Grosso, até o Porto de Barcarena com uma ferrovia.

O Dr. Jorge não só é conhecedor do projeto como ele se diz defensor do projeto. Eu digo que ele "se diz" porque ele tem que provar que é realmente, para que possa tocar o projeto para frente. Esse é um projeto que será bancado pela iniciativa privada. Numa primeira etapa, vai de Marabá até Vila do Conde, e ela é praticamente paralela à Norte-Sul, que vai de Açailândia até Barcarena.

Eu estive conversando outro dia com o Dr. Jorge, que Governo iria lançar a proposta de concessão para atrair a iniciativa privada também para o trecho de Açailândia. O problema é que o Pará precisa dessa ligação de Barcarena por ferrovia como precisa também das hidrovias, para que o custo do transporte possa dar maior competitividade ao produto brasileiro.

Não tenho dúvida de que o escoamento da produção, principalmente dessa produção agrícola, não só do Centro-Oeste como do próprio Estado do Pará, que é a nova fronteira agrícola do Brasil, será feita pelo Norte. O Porto de Barcarena, graças à generosidade divina, é o mais bem posicionado em relação aos mercados consumidores.

É o que está mais próximo da América do Norte, da Europa e mais próximo da Ásia, porque, com o Canal do Panamá duplicado, é só virar a esquina, como a gente diz lá, e sair de frente para a Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, eu quero desejar sucesso à Drª Elisabeth na ANTT e ao Dr. Charles Magno, no DNIT. Ao assumirem as suas funções, não esqueçam de fazer com que essas obras que são do Pará, mas de interesse do Brasil – não só do Pará, mas de interesse do Brasil –, possam acontecer; não assumam a diretoria e fiquem de costas para o Norte do País, porque é lá que vai acontecer o novo Brasil.

Parabéns!

E parabéns a V. Exª, meu Presidente, por ter aguentado ontem e estar presidindo hoje a sessão da CI.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não muito firme.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Se não fosse o fato de V. Exª ser Presidente da Comissão de Orçamento, eu não teria esperado V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, outro sobrevivente. Lá no meu Estado, eu falo como é difícil; às vezes, a gente cansa de estar em Brasília, mas, quando vejo a figura do nosso Presidente, com toda sua experiência por ter sido Governador, Deputado, Senador por vários mandatos, Presidente do Congresso Nacional, estar conosco até a madrugada de hoje, isso nos dá ânimo para trabalhar muito mais. Esta Comissão, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, tem sido presidida com tanta competência por V. Exª, que também tem sido um grande agregador. Quero aqui, mais uma vez, salientar a importância do seu papel. Desde os primeiros dias deste mandato, V. Exª está preocupado com a questão das agências, da complementação, da definição das diretorias de todas as agências. A interinidade sempre leva a uma instabilidade, por isso a agilidade provocada por V. Exª e por todos nós aqui, no sentido de fazer com que a maioria das agências que estava com seu quadro de diretores interinos – hoje a gente pode dizer que praticamente todas, 100%, ou seja, os cargos estão vencendo, é natural o que estamos fazendo aqui, a sabatina – possa fazer a recondução ou a indicação dos novos diretores.

Por isso, quero aqui me referir à importância da indicação da Drª Elisabeth Alves da Silva Braga, que é do Ministério do Planejamento, portanto, tem experiência nessa questão de gestão e orçamento, que é fundamental para qualquer órgão. Às vezes a gente vê muita carência nos órgãos exatamente nessa área, desde a feitura do orçamento até como aplicar esses recursos dentro de uma entidade. Ontem estávamos votando aqui, eu tive a incumbência, mas também a honra de votar a LDO. Fomos até agora quase... Fui dormir já era 5h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aliás, eu quero corrigir: é da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já promovi V. Exª a relator da Lei do Orçamento, da LOA.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero ver se chego lá para ser o Presidente do Congresso Nacional, seguindo só os seus passos, com o seu voto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes, V. Exª não tem nada de modesto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Já que o senhor está me promovendo, por que não promover logo ao topo?

Como eu estava dizendo, então, como Relator da LDO, o que eu dizia é que, no Brasil, hoje não temos problemas tão graves de falta de recursos, somos a sétima potência do mundo. O problema nosso é exatamente a falta de planejamento, os recursos que, às vezes, são desperdiçados. Temos mais de 20 mil obras paralisadas no Brasil, Drª Elisabeth. Eu sempre tenho dito que uma obra parada, inacabada, não serve para nada, aliás, causa mais prejuízo ainda à população, porque há o recomeço, os custos de paralisação, os desgastes que acontecem, e essas obras, às vezes, ficam abandonadas. Em muitos casos, conforme o tipo da obra, têm que recomeçar, e fica muito mais caro. No caso de Mato Grosso, existe um hospital que foi começado há mais de 20 anos e o esqueleto de 15 ou 20 andares está lá. Então, para aquela estrutura de concreto não haverá outra alternativa, possivelmente, que não seja a implosão.

Penso que é exatamente disso que o Brasil precisa em todos os órgãos: uma gestão, um planejamento que faça com que o órgão tenha agilidade para cumprir sua missão. No caso da ANTT, sem dúvida alguma, ela tem seu papel de reguladora, de concessionária e principalmente de fiscalização. O Brasil precisa das concessões. Nós precisamos trabalhar isso com o máximo de urgência possível, porque precisamos gerar desenvolvimento, emprego. Nessas concessões, nós vamos buscar... E até votamos a LDO, hoje, de madrugada, é uma demonstração – e isso eu disse também – para o mercado de que o Brasil, mesmo em crise política e em crise econômica que vivemos, está conseguindo administrar isso, haja vista o que aconteceu no Rio de Janeiro agora, nas Olimpíadas. O mundo não acreditava no Brasil, e nós conseguimos mostrar que sabemos separar as coisas.

A crise política aqui é problema que nós temos de resolver. Infelizmente, Sr. Presidente, acredito que até segunda-feira agora deveremos concluir esse processo, porque a interinidade também de uma Presidência da República é muito ruim, causa muitos danos ao País. Quem mais sofre é quem está lá na ponta, o cidadão desempregado, às vezes quem está lá na fila de espera num posto de saúde, que fica indignado e tem razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Está aqui o Dr. Jorge Bastos, e eu tenho de falar, Sr. Presidente, de um acidente fatal que aconteceu anteontem no meu Estado, na BR-163, exatamente no trecho entre Rondonópolis e Cuiabá. Esse trecho é a sobreposição da BR-364, 163 e, logo em seguida, a 070. Tudo que demanda o centro-sul do País, que vai para a Amazônia e vice-versa, tem que passar por esse trecho. Esse trecho nós temos mais de 16 mil caminhões, e lá não é caminhão, é bitrem, treminhão. Ou seja, a ultrapassagem de um veículo pequeno, qualquer veículo, é muito perigosa; normalmente, redunda em acidentes frontais. O acidente frontal normalmente tem perda de vidas.

E a gente não pode brincar com as vidas.

Nós temos esse trecho concessionado da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, onde muitas vidas já foram ceifadas.

Nessa concessão, realizada pelo Governo através da ANTT, o trecho de Rondonópolis até Cuiabá ficou sob responsabilidade do DNIT a sua construção; e o restante, da concessionária. Eu, o Senador Blairo, o Senador Medeiros, aqui, já defendemos com muito entusiasmo, ao vermos lá mais de mil máquinas trabalhando. No trecho de Rondonópolis até a divisa do Mato Grosso do Sul, tivemos o maior volume de asfalto sendo aplicado na média, o maior volume brasileiro. Todas máquinas novas.

A gente defendeu aqui com entusiasmo porque representa – para a nossa região e para o Brasil, já que o Mato Grosso é o maior produtor; o Senador Flexa Ribeiro estava falando aqui da importância da BR-163, Cuiabá-Santarém – muito em termos de exportar. Somos os maiores exportadores dos produtos agropecuários do Brasil; ou seja, do Fundo de Compensação das Exportações, nós temos 42%.

Essa estrada, além de ser fundamental para o transporte da carga, é importante para as pessoas que vão e que vêm do Brasil inteiro, porque, no Mato Grosso, hoje, nós temos brasileiros do Piauí, do Maranhão, do Nordeste como um todo, que foram para lá por acreditar. O Estado do Rio Grande do Norte lá está presente também, tanto é que o Senador Medeiros saiu de Caicó para ser Senador no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Do Rio Grande do Norte, há quatro Senadores!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Hoje tem quatro. E da minha cidade, Rondonópolis, nós temos três Senadores. É a única cidade do Brasil nessa condição.

Portanto, Senador Garibaldi, se V. Exª quiser ser o nosso governador, dada a sua experiência, é só ir e estará eleito! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concorrer com V. Exª não consigo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu serei seu cabo eleitoral!

Drª Elisabeth, então, em relação a esse trecho, realmente, precisamos de uma posição mais firme da ANTT e do Governo. Hoje, os financiamentos estão bloqueados, a empresa está parada, todas as obras de construção, e o DNIT também. Temos problemas nesse trecho.

Esse acidente que ocorreu representa, primeiro, a perda de uma jovem que tinha representatividade no Estado de Mato Grosso. Entre dez e doze anos, ela foi a tenista número um do Brasil. Era uma jovem que tinha todo o seu vigor, era professora na cidade de Cuiabá, uma grande profissional também.

Quero aqui, mais uma vez, render homenagens à família, ao companheiro Barata, que é o pai. A mãe dela trabalha na Apae, há mais de vinte anos, quer dizer, trabalha também nessa área social.

Já tivemos muitos acidentes naquela região. Havia um local que chamava "farinha do osso". Felizmente, essa parte já está duplicada, mas a maioria da estrada ainda não está.

Então, precisamos tomar uma decisão. Por exemplo, ao chegar em Rondonópolis, foram duplicados 100km. Faltam 2,3km. É um local de muita confluência, Sr. Presidente, o encontro da 364 com a 163, onde há acesso ao maior terminal ferroviário da América Latina. A ferrovia está com toda a sua carga, a sua capacidade *full time*, inclusive já estão trabalhando no sentido da duplicação. Essa ferrovia vai de Rondonópolis até São Paulo, no Porto de Santos, com carga total, e nós vamos aumentar mais ainda a produção.

Como disse o Senador Flexa, nós precisamos concluir a BR-163 até o Pará.

Da mesma forma, a BR-158, que liga também o Araguaia ao Pará.

Então, quero pedir aqui a V. Exª – já dei meu voto, que é público, meu voto é "sim", assim como tenho certeza de que a maioria dos que aqui estão votaram, quem sabe até 100%, dada a importância que representa esse ato que estamos fazendo aqui –, com a sensibilidade feminina, eu gostaria de pedir aqui a V. Exª e a toda a diretoria que pudessem realmente desdobrar sua energia nesse aspecto da solução dessa concessão, porque, numa cidade em que há três Senadores, aí a população nos cobra, e com razão, tenho certeza. Eu estou trabalhando há mais de 15, 20 anos nessa duplicação. Claro que, às vezes, a gente é cobrado, Sr. Presidente, como se fosse culpado. Eu quero dizer que, como Parlamentar, nós não somos o dono da decisão. O Parlamentar trabalha, como fizemos no Orçamento; vamos lá, colocamos os recursos, mas a execução é do Executivo. E, claro, à Agência cabe fiscalizar e exigir, porque ela é a concessionária, tem essa prerrogativa e tem que encon-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

trar uma solução, porque o problema está no Governo, é o financiamento do BNDES ou tomar uma decisão que seja definitiva.

Eu não quero deixar aqui a minha indignação. Eu quero deixar aqui a minha consternação pelo fato ocorrido ontem, mas também a minha esperança de que possamos encontrar as energias suficientes para que fatos como esse não aconteçam mais, e a gente possa, então, ter essa duplicação o mais rápido possível.

Então, não só meu voto foi favorável, mas, principalmente, aqui eu deposito, Drª Elizabeth, em V. Sª e em toda a diretoria da ANTT essa esperança minha e de toda a população mato-grossense. Ouvi também o Dr. Mário, que há poucos dias foi sabatinado aqui, ele que é um homem que tem muita experiência também. Então, acredito que, junto com o Dr. Mário e também o Sérgio Lobo, que me parece ser mais um diretor, enfim, com toda a diretoria, não quero aqui perder o voto de nenhum, essa é a nossa expectativa para que a gente possa resolver esse e outros tantos problemas.

Também na 364, no trecho de Rondonópolis até a divisa com Mato Grosso do Sul, já estamos no processo de concessão. Também na 364, o trecho de Comodoro até Rondônia está em concessão. E como alguém vai acreditar e entrar em uma nova concessão se aquelas que aí estão não estão sendo cumpridas por parte do Governo? Porque o BNDES é o banco do desenvolvimento do Brasil, e houve um certo compromisso com o financiamento?

Além disso, Sr. Presidente, para o nosso outro sabatinado, que é indicado para a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT: eu ouvi aqui uma interpelação antes, Dr. Charles Magno, eu tenho atuado nessa área da infraestrutura até como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, e já estava aqui no Congresso quando definiram a extinção do DNER. Esse é um problema, a meu ver, do Brasil. A marca DNER, Sr. Presidente – V. Exª sabe e o Brasil sabe –, era uma das marcas mais conhecidas desta Nação. E, de repente, houve algum problema, e é aquela história: mata o boi ou mata o carrapato? Resolveram matar o boi.

Extinguiram o DNER, que tinha lá no Rio de Janeiro um grande órgão de pesquisa. Nós exportávamos tecnologia na construção rodoviária, e está lá esse centro de pesquisa praticamente abandonado. Daí, então, foi criado o DNIT, no ano de 2001. A sua Diretoria – eu tenho certeza de que V. Sª também será aprovado – foi criada no ano de 2007. Qual é a função? O DNIT tem a responsabilidade de poder fazer todo um trabalho, no sentido de fazer com que nós possamos ter um transporte que se comunica, a intermodalidade. Portanto, a diretoria ferroviária pode, sim, ajudar muito para que façamos um transporte mais eficiente, principalmente no planejamento. Como foi dito, realmente nós tínhamos 35 mil quilômetros de ferrovias. Diminuímos e hoje devemos ter 12 mil ou 13 mil quilômetros de ferrovias funcionando.

Por isso, eu acredito na importância de V. Sª poder hoje não só ser sabatinado, mas logo ser nomeado. V. Sª é jovem, mas tem experiência, tem um currículo vasto. Como a Diretoria do DNIT funciona em colegiado, eu sei que V. Sª vai poder contribuir muito.

Ainda temos lá o resgate da rede ferroviária. Em todo esse acervo, pode ser inclusive construído um trabalho. Não há previsão de investimento direto para o próximo ano, há poucos recursos, mas se tivermos um bom planejamento... Nós sonhamos com a Transcontinental. Já fomos à China. A ligação dessa ferrovia do Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico é estratégica para o País. Vai acontecer hoje, daqui a dez anos ou daqui a vinte anos? Mas se a gente não pensar o País de forma estratégica, as futuras gerações vão nos cobrar.

Então, Dr. Charles, da mesma forma, votei favoravelmente. Tenho certeza de que V. Sª vai contribuir muito com a Diretoria ora existente, para que a gente possa fazer com que aquele órgão realmente possa ajudar muito o Brasil. É um País rodoviário? É, mas precisamos melhorar todas as matrizes – as ferrovias, as hidrovias. No Mato Grosso, havia um Deputado que falava que é a estrada líquida que Deus nos deu, e nós temos que aproveitar. Então, nós temos que conectar todas essas possibilidades.

Portanto, muito obrigado, Sr. Presidente. Eu acho que valeu a pena nós estarmos aqui até 4h da manhã. Mesmo não concluindo, faltando apenas dois destaques, o Orçamento já poderá ser feito agora com tudo aquilo que já aprovamos. Praticamente todo o relatório foi aprovado, apenas há dois destaques do Ministério de Ciência e Tecnologia, que não fazem – digamos assim – muitas mudanças naquilo que era o nosso objetivo, de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Declaro encerrado o processo de votação. Procederemos agora ao anúncio do resultado.

Enquanto isso, eu concedo a palavra aos dois indicados: Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, que foi indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, e a Srª Elisabeth Alves da Silva Braga. Os dois receberam perguntas de vários Senadores.

Vou, então, proclamar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O Sr. Charles Magno Nogueira Beniz obteve, do total de votantes, 19 votos e um voto em branco, totalizando, portanto, 20 Senadores que votaram.

A Srª Elisabeth Alves teve 19 votos SIM também, e um voto em branco, totalizando 20 Senadores. Aliás, foi um voto NÃO, totalizando 20 Senadores.

Estão, portanto, aprovadas as indicações do Sr. Charles Magno Nogueira Beniz para o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Está também aprovada a indicação da Srª Elisabeth Alves da Silva Braga para o cargo de Diretora da ANTT (Agência Nacional de Transportes).

Eu quero cumprimentar os dois e agradecer a participação de todos, mas antes eu gostaria de conceder a palavra ao Dr. Charles Magno Nogueira Beniz e à Srª Elisabeth Alves da Silva Braga, para que possam responder às perguntas dos Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar V. Exª, cumprimentar a Elisabeth e o nosso querido Charles.

Eu estava na Presidência da República, atendendo a um chamado lá, além de ser Relator, neste mesmo momento, da indicação do Embaixador da Áustria, que está transcorrendo ali na CRE. Por isso, não pude acompanhar o processo aqui. Gostaria até de ter meu voto registrado, mas o Presidente já havia terminado a votação quando cheguei.

Então, na verdade, em vez de 19 votos, seriam 20 votos favoráveis, porque o meu voto seria "sim", sem dúvida, por serem dois servidores de carreira, capacitados, com totais condições de bem defender o Governo e bem defender a ANTT e o DNIT nessa área tão precária e tão importante que é a infraestrutura rodoviária brasileira.

Quero só dizer essas palavras, Sr. Presidente, pedindo desculpas a V. Exª, ao Magno e à Elisabeth, pois vou voltar para a CRE, porque sou Relator do Embaixador da Áustria, e tenho que falar lá neste momento.

Queria deixar, por escrito, para ganharmos tempo, as perguntas que eu faria para a Elisabeth e para o Charles. Depois, se for possível, vocês me mandem por *e-mail*, está bem? Para poupar tempo, não vou nem ler as perguntas por ora. Vou entregá-las para vocês. Muito obrigado.

Parabéns, Presidente. Parabéns, Elisabeth. Conte com a gente. Também sou servidor concursado. Você também, Charles. Estamos juntos para ajudar.

Obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Ata vai registrar a manifestação de V. Exª.

Concedo a palavra ao Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

O SR. CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ – Muito obrigado, Presidente Garibaldi Alves. Agradeço a confiança depositada em mim por todos os Senadores e Senadoras e me coloco à disposição a partir deste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra à Srª Elisabeth Alves da Silva Braga, Diretora da ANTT.

A SRª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA – Eu queria registrar a fala do Senador Wellington Fagundes sobre a importância da rodovia 163. A ANTT, ciente da importância estratégica dessa rodovia para o País, está trabalhando para que se torne, realmente, uma realidade. Estamos lá com a área de fiscalização rodoviária. A área técnica está bastante sensível a esse assunto. E me coloco à disposição lá na Diretoria para tratar disso, com bastante empenho.

Meus sentimentos pela perda. Realmente, traz a nós, como humanos, essa questão da impotência perante uma situação como essa. Mas, Senador, conte com a ANTT. Tenho certeza de que o Sr. Jorge Bastos estará sempre de portas abertas para receber todos os senhores e empenhado, como toda a Diretoria também, para que esse projeto se torne uma realidade.

Agradeço a todos. Agradeço ao Senador Garibaldi, a todos os Senadores aqui presentes, à nossa tão competente Diretoria da ANTT e aos nossos colegas da área técnica que prestaram todo o apoio para eu estar aqui hoje preparada para esta sabatina.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço aos dois indicados, para o DNIT e para a ANTT.

Quero me associar à manifestação de pesar do Senador Wellington Fagundes, pedindo a ele que, por favor, informe o nome da senhora que veio a falecer nesse lamentável acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, trata-se de uma jovem de 29 anos. Ela morreu nesse domingo após esse acidente. Na verdade, a carreta fechou completamente. Era uma carreta bitrem carregada de cana-de-açúcar que, ao adentrar a rodovia, exatamente por não ser duplicada nesse trecho, entrou no sentido contrário ao veículo que vinha de Cuiabá para Rondonópolis e fechou. Assim, não houve espaço em toda a rodovia. A foto está aqui.

Trata-se da nossa tenista Bruna Paes. Como eu disse, Bruna Paes, já aos 10, 12 anos, foi a principal tenista brasileira. Foi para os Estados Unidos, onde jogou em time profissional. Ela já tinha encerrado a sua carreira profissional e estava, inclusive, dando aulas de tênis em Cuiabá, mas também trabalhava em uma grande rede de lojas. Portanto, uma profissional competente. E sua família, dado o trabalho que sua mãe realizava na Apae há muitos anos, sempre trabalhou também na área social. E falo aqui até com emoção porque era amiga dos meus filhos, da mesma idade, enfim. É um exemplo para a cidade. Rondonópolis é uma cidade jovem. Ela é, vamos dizer, praticamente, da segunda geração da cidade de Rondonópolis. Eu já sou nascido lá também.

Então, uma figura que a juventude toda admirava; todo o Estado e grande parte do Brasil a conhecia, por isso que a gente fala aqui até com emoção.

Nesta obra da duplicação de Rondonópolis a Cuiabá, principalmente nesse trecho, nós começamos a trabalhar levando o Diretor-Geral do DNIT, há uns 15 anos, a Rondonópolis, em uma audiência pública, porque já era muito grande o movimento naquela época. Só que, em Mato Grosso, a produção aumentou demais nesses últimos dez anos. Por isso, esse trecho, especificamente, de Rondonópolis a Cuiabá, é o trecho em que mais acontecem acidentes frontais, e aí nós temos essa concessão.

O importante, Sr. Presidente, é que está sendo cobrado o pedágio em todo o trecho da divisa de Mato Grosso até Sinop, e a parte de obra é muito pequena ainda. Só temos o trecho de Rondonópolis até Mato Grosso Sul, e, como eu disse, exatamente ao chegar na cidade, 2,3km, a empresa não concluiu. É o trecho de maior, digamos, conturbação do trânsito, porque é o encontro da BR-364 com a BR-163. E a seguir também, entre Rondonópolis e Cuiabá, há um pedaço de obra já entregue, são aproximadamente 70km, mas, como está sendo feita a restauração da parte antiga, em termos de duplicação mesmo é pouco. E, daí para frente, em toda a estrada, está sendo feita uma manutenção agora. No ano passado nós tivemos um problema seriíssimo, porque lá, Sr. Presidente, quando começa a chuva, como o trânsito é muito intenso, parece que o asfalto vira um sonrisal, porque o peso é muito grande. Inclusive na Serra de São Vicente, a única alternativa foi fazer de concreto porque o calor é muito grande no Mato Grosso, então as carretas, como eles colocam um peso, às vezes, até maior, aumentam a calibragem do pneu e o pneu funciona praticamente como se fosse uma navalha no asfalto.

Inclusive, em parte desse trecho agora, foi decidido pela própria empresa, o DNIT não teve nem ainda autorização, a ANTT está estudando, a empresa está fazendo a restauração da parte antiga em concreto. Eu acredito que o melhor seria tomar essa decisão logo para toda a estrada, porque, realmente, o volume de trânsito nesse trecho será sempre muito grande, e, como hoje o asfalto está muito caro, nós temos indústrias de concreto lá no Mato Grosso, talvez a diferença do custo não seja muito grande, mas o custo-benefício é muito grande.

Então, eu quero aqui agradecer, Sr. Presidente, se for possível, inclusive, em nome da Comissão, gostaria aqui de até fazer um requerimento para que nós pudéssemos nos manifestar à família, até em demonstração da nossa sensibilidade neste momento. Não é só uma vida, ela simbolicamente representa muitas vidas que já se foram, e a gente não pode ficar aqui praticamente de mãos atadas, mesmo nesta crise que vivemos no Brasil agora, mas nós temos que encontrar uma solução.

E eu tenho certeza de que V. Exª, pela experiência, como já disse, de ter sido governador, por ter sido Presidente do Congresso, poderá, inclusive, nos ajudar muito nesta empreitada para a gente tomar uma decisão, seja ela qual for.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, para concluir, na mesma linha do Senador Wellington, eu quero solicitar à Drª Elizabeth – um assunto que já tratei também com o Diretor-Geral, Dr. Jorge, e ele sempre, com muita presteza, e ele sempre, com muita presteza, coloca como prioridade – um esclarecimento com relação à concessão do trecho da Belém-Brasília, da BR-153, de Aliança até Goiás, para cá.

A empresa que ganhou a concessão está com dificuldades para implantar os serviços de concessão da rodovia BR-153, a grande Belém-Brasília. Com isso, os buracos, nesse trecho, estão aumentando. Já houve acidentes e mortes na Belém-Brasília, e o DNIT não pode fazer a recuperação. Fora desse trecho, a Belém-Brasília é um tapete, está uma maravilha. Aliás, diga-se de passagem, todas as rodovias federais no Tocantins são dignas de elogios, estão uma beleza. Mas a situação nesse trecho está cada vez mais complicada, porque agora chegam as chuvas. Então, a ANTT – e o Dr. Jorge está aqui presente – já se prontificou também. É só uma lembran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ça, não é nem uma cobrança. Eu sei que já consta como prioridade da ANTT, mas devemos dar celeridade para que o DNIT volte a trabalhar na recuperação dessa rodovia, que é importante para o País. É só essa lembrança.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Há um universitário ansioso ao lado de V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, não querendo abusar, mas já abusando, como se diz, ontem, ao votarmos a LDO, discutiu-se muito a questão de o DNIT, o Governo como um todo, poder fazer o remanejamento de até 20% das obras do PAC. Foi muito criticada a decisão que nós tomamos. Na verdade, não diz respeito a 20% do orçamento do PAC, mas apenas das obras. Ou seja, isso é para possibilitar que o Governo priorize as obras mais importantes. Como eu disse, há 20 mil obras paralisadas no Brasil. É claro que neste momento o Governo não vai conseguir retomar e concluir essas obras em curto prazo. Então, o Governo tem que ter prioridades.

Ao mesmo tempo em que o Governo poderá definir, remanejar essas obras, poderá inclusive incluir. Às vezes, um pequeno trecho, uma obra menor pode ser incluída para dar sequência à outra e até para dar funcionalidade. Por essa razão, o nosso parecer, como Relator, que a grande maioria do Plenário aprovou, foi pela possibilidade de o Governo fazer o remanejamento.

Nessa linha, Sr. Presidente, também entendo que o Ministério dos Transportes, o Governo como um todo, deve priorizar. No caso do DNIT, só se paga na fila. Então, para alguns trechos, como esse, que é pequeno, eu acho que temos que encontrar uma saída. O Governo e nós vamos ter que colocar todos os nossos esforços financeiros e de capacidade de trabalho para concluir essa obra, que, digamos, crucial.

Então, há verdadeiramente obras que fazem diferença numa tomada de decisão, de posição. Essas palavras são dirigidas mais ao DNIT, mas acredito, claro, que também a todos os órgãos brasileiros. Não tem sentido às vezes ficar um hospital, por causa de pouca coisa... Hoje, há muitas obras que, com R$200 mil seriam concluídas. Nós poderíamos concluir, de forma estatística, mais de 50% das obras inacabadas com até R$200 mil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Agradeço também tanto à Srª Elisabeth Alves como ao Sr. Charles Magno, que responderem aqui as perguntas dos Senadores e honraram os seus currículos. Eles fizeram aqui um histórico dos cargos que desempenharam com toda eficiência. Portanto, quero me congratular com os dois indicados, dizendo da feliz iniciativa dos órgãos que os indicaram, atendendo aos preceitos regimentais, e da mensagem de Sua Excelência o Presidente da República.

Antes de encerrarmos a reunião, submeto ao Plenário a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como a da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as atas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, a presteza e a agilidade de V. Exª são sempre presentes nesta Comissão. Eu apenas solicito, para ficar registrado em ata, se possível, que encaminhemos ainda hoje ao plenário, para que possamos apreciar e votar os nomes da Drª Elisabeth e do Dr. Charles ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário, sempre primando pela agilidade, diz que, dentro de uma hora e meia a duas horas, estará tudo pronto lá na mesa, para a votação hoje à tarde pelo Plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, que fique claro para o Brasil que ele não tem nenhum interesse, porque o salário dele é maior do que o da ANTT e também do DNIT. E concursado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª é muito generoso, Senador Wellington.

Agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, dos que tiveram assento nas bancadas como consultores do Senado, os convidados; agradeço ao Sr. Jorge Bastos por estar presente, ao lado do Diretor, o Dr. Marcelo Prado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE QUATRO DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Elmano Férrer, presidente eventual**,** reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Gladson Cameli, Dalirio Beber, Wellington Fagundes, Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Ricardo Franco, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 14ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 11, de 2016. "Requeiro, nos termos dos arts. 90, IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado o plano de trabalho anexo, relativo à avaliação da política pública inerente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado com a seguinte observações: "O Senador Wellington Fagundes informa que a primeira audiência pública prevista no Requerimento já foi realizada no dia 29 de junho de 2016, em atendimento ao RDR 7/2016, de autoria do Senador José Medeiros". ITEM 02 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015 - Não Terminativo – "Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao PL 3.401-B, no Senado Federal PLS 521/2011. Resultado: Adiado. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016 – Não Terminativo – "Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana". Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016 - Não Terminativo – "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga". Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Elmano Férrer
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada do *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Queria comunicar um convite que nos chegou, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas e da Associação Internacional de Transporte Aéreo, para participar do seminário "A Desregulamentação no Mercado Aéreo Internacional", que abordará as práticas internacionais de regulação no setor aéreo. Esse evento acontecerá no período da tarde, na CNT. Os interessados procurem a Secretaria de apoio desta Comissão.

Nós queríamos comunicar que temos apenas um item para a presente reunião extraordinária, que trata de requerimento do Senador Wellington Fagundes.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado o plano de trabalho anexo, relativo à avaliação da política pública inerente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Dessa forma, concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes, para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que a primeira reunião prevista no RDR 11/2016-CDR já foi realizada no dia 29 de junho de 2016, quando nos reunimos nesta Comissão para audiência pública com os membros convidados e com o mesmo propósito, em atendimento ao RDR 7/2016, de autoria do Senador José Medeiros. Na oportunidade, requeri, com aprovação do Colegiado, que aquela audiência também pudesse subsidiar os trabalhos na avaliação do Plano de Aviação Regional, sendo juntadas suas apresentações e também as notas taquigráficas. Por isso, passo agora a encaminhar o meu requerimento na forma regimental.

Requeiro, nos termos dos arts. 90, IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado o plano de trabalho anexo, relativo à avaliação da política pública inerente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Sala das sessões.

Sr. Presidente, dando seguimento às ações necessárias à consecução da avaliação sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, a ser realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, na forma da Resolução n° 44, de 2013, e do Requerimento n° 8, de 2016, aprovado pela CDR no dia 15 de junho, trago à apreciação desta Comissão o plano de trabalho que servirá de referência ao processo de avaliação da política pública em epígrafe.

O Brasil tem uma malha aérea muito concentrada nas capitais estaduais, em especial na Região Sudeste. Ao mesmo tempo, os aeroportos do Centro-Oeste (à exceção de Brasília e Goiânia) e do Norte são pouco conectados ao restante do País. Em muitos, não há voo regular. Apenas 80 aeroportos em todo o território nacional são capazes de receber voos regulares.

Quando os voos regionais existem, são quase sempre mais caros do que os voos entre capitais – em média, 31%. A consequência é que, segundo dados do próprio Governo, 43% da população interior gostaria de viajar, mas é impedida pelo custo. Some-se a isso a grande distância entre as pequenas e médias cidades e o aeroporto mais próximo, o que também representa tempo e dinheiro perdidos.

O PDAR tem a ambiciosa meta de fazer com que 96% da população brasileira esteja a menos de cem quilômetros de um aeroporto habilitado a operar voos regulares. Para isso, seria necessário construir, ampliar ou reformar pelo menos 270 aeródromos, além de buscar subsídios para aproximar as tarifas dos voos regionais daquelas praticadas nos trechos mais movimentados. Os recursos sairiam do Fundo Nacional de Aviação Civil. Seriam investidos, inicialmente, R$7,3 bilhões. Esse investimento traria como retorno o crescimento da arrecadação, fruto da promoção do turismo e do desenvolvimento de regiões hoje pouco integradas do território nacional.

Lamentavelmente, há mais de um ano, a Presidência da República anunciou a suspensão do programa, alegando necessidade de contingenciar recursos para enfrentamento da crise fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Temos notícias, Sr. Presidente, desde então, que ele caminha a passos lentos. Trata-se de uma perda grave para o País.

Como agora essa área está a cargo do Ministério dos Transportes – já tive inclusive diálogo com o Ministro – é claro que está sendo priorizado, porque quando se fala em 270 aeroportos, não temos recursos para fazer tudo ao mesmo tempo. Então, o Ministro dos Transportes com sua equipe está priorizando, em todos os Estados, alguns aeroportos. Eu acho correto.

Inclusive, ao votar ontem a LDO, aliás, hoje de madrugada, às 4h da manhã estávamos lá, V. Exª estava lá conosco, nós colocamos no relatório da LDO que o Governo teria que priorizar obras do PAC, até 20%, podendo remanejar fisicamente, a fim de priorizar, porque temos mais de 20 mil obras inacabadas no Brasil. No nosso relatório, colocamos que não se pode começar uma obra da mesma natureza, na mesma unidade, se temos uma obra inconclusa. Por exemplo, se há uma creche num Município que foi começada e não está concluída, não dá para começar outra.

No Brasil, às vezes, temos essa mania de grandeza. Vamos falar em 270 aeroportos. Vão começar 270 aeroportos ao mesmo tempo? Não. Vamos escolher os mais importantes. Não é mais importante quando a cidade é maior, não, mas o que seja mais estratégico, exatamente para fazer a interligação regional. Às vezes, uma cidade menor, mas mais distante, pode atender uma região vasta. Esse é o papel da aviação regional.

Assim buscaremos entender os efeitos desse corte sobre a vida das pessoas e das organizações, por meio de elementos técnicos bem definidos, bem como encaminhar a política pública a bons resultados e ações efetivas.

Para levar a contento a avaliação do PDAR, sugere-se que a CDR realize várias atividades, audiências públicas, seminários, pesquisa e revisão bibliográfica sobre o assunto, uso dos meios de comunicação, principalmente o e-Cidadania da Casa, para ouvir as opiniões.

Temos um cronograma de audiências que já estão pré-organizadas, inclusive essa audiência pública, que já foi feita. Temos uma audiência prevista no meu Estado, na cidade de Cuiabá, e outras possibilidades de audiências que podem ser propostas inclusive por Parlamentares da nossa Comissão. Esse cronograma vai até o mês de novembro, quando teremos a última reunião no Plenário da CDR, que será exatamente a apresentação e votação do relatório final.

É esse o nosso cronograma, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Submeto à discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira se manifestar, coloco-o em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Wellington Fagundes, solicito ao nobre Senador encaminhar os requerimentos de informação mencionados em seu plano de trabalho, para que sejam oportunamente deliberados na presente Comissão.

Por oportuno, meu nobre Senador, eu queria me congratular com V. Exª pela preciosidade, pela grandeza do relatório de V. Exª sobre o projeto de lei da LDO, para a elaboração do Orçamento de 2017.

Foi um relatório muito bem concebido, bem feito, que teve a aprovação na madrugada de hoje. É muito importante.

Por oportuno, no que diz respeito à aviação regional, eu queria também dizer que lá no Piauí nós temos um problema dessa natureza. Aliás, dois aeroportos já construídos. Inclusive, os dois de natureza internacional, como o de Parnaíba, e um aeroporto recentemente construído, moderníssimo, entretanto, com problema de operacionalização, linhas comerciais, enfim, uma série de problemas. Não tínhamos, digamos, a ocorrência para o Parque Nacional da Serra da Capivara, conhecido internacionalmente como um patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, entretanto, com limitações durante praticamente 30 anos, porque não havia aeroporto. Não havia aeroporto, mas poderia haver hotéis de alta categoria, para abrigar, não só com relação ao turismo, a comunidade científica que demanda aquela região que tem o maior museu a céu aberto, o qual registra vestígios do homem americano aqui no Brasil e no Piauí, datando de mais de 50 mil anos. Quer dizer, o primeiro homem a pisar nas Américas foi, segundo dados e estudos realizados sob a liderança do pesquisador Niède Guidon... Quer dizer... Nós temos isso, entretanto, como uma série de limitações que repousa sobre a falta de uma política de desenvolvimento da aviação regional.

Então, eu cumprimento V. Exª, neste momento em que traz a esta Comissão matéria da mais alta importância para a aviação regional.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero aqui me colocar inclusive à disposição, Sr. Presidente, para nós até, quem sabe, fazermos uma audiência pública no seu Estado, levando o Ministro dos Transportes. Eu acho que é um assunto extremamente importante, e a Região Nordeste e o seu Estado poderiam, inclusive, contribuir nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eu quero também comentar a visita que V. Exª fez conosco a Rondonópolis, na audiência pública que fizemos lá, sobre a questão do seguro rural. Descemos no aeroporto, para onde também estão previstos os investimentos desse programa, e V. Exª pôde ver lá a importância que representa um aeroporto como aquele para a integração regional. E lá, inclusive, fomos cobrados pela população, porque o aeroporto estava interditado para pouso e decolagem de aeronaves, aviões "turbos", jatos, enfim... Já está bem explicado: avião a jato. Ou seja, isso é mais fácil para a população. São os "turbos".

E uma região como aquela tem não só importância do ponto de vista econômico, mas há também a questão social, de salvar vidas. Ou seja, nós temos voos noturnos, lá, regulares. Então, a interdição do aeroporto causa um problema muito grande. E isso ocorre exatamente por falta de investimentos.

Mas esses investimentos, Sr. Presidente, no caso de Rondonópolis, na verdade foi porque tínhamos... até excesso de recursos. Tínhamos dois programas: primeiro, um recurso do BNDES, através do governo do Estado. A obra foi começada, mas infelizmente foi paralisada, por problemas, enfim, na questão da prestação de contas.

E o outro programa seria exatamente esse programa nacional. Portanto, o aeroporto é tão estratégico que teria dois investimentos.

Então, eu quero aqui agradecer a aprovação e, como Relator dessa política pública da Comissão, me colocar à disposição, para discutirmos, se for o caso, em uma audiência pública, se V. Exª assim entender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Eu agradeço. Inclusive, vamos acolher e discutir posteriormente a sugestão dessa ideia de fazermos uma audiência pública, lá no Estado do Piauí ou em Parnaíba. Temos o Delta do Parnaíba, o maior delta a céu aberto das Américas. Há também, lá no extremo sul, na Serra da Capivara, a Fundação Museu do Homem Americano, onde se realizam grandes estudos arqueológicos, importantíssimos no âmbito internacional. Quero dizer que a sugestão de V. Exª é oportuna.

Temos aqui – e eu queria registrar, com muita alegria – a presença do nosso Deputado Federal Átila Lira, lá da Bancada do Estado...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Meu Prof. Átila Lira. Meu professor...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – ... um colega de Bancada de muitas legislaturas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero registrar, Sr. Presidente, que S. Exª nos ajudou bastante. Ontem mesmo, no meu relatório, nós colocávamos a questão das escolas técnicas. Hoje são os "Ifets", Institutos Federais de Educação Tecnológica, e o Átila foi fundamental, como Secretário, nessa transformação que tivemos no ensino profissionalizante no Brasil.

Então, fizemos questão de que esses institutos e as universidades tivessem a oportunidade, inclusive, de fazer os seus concursos, porque nós tivemos a expansão muito grande das universidades, com criação de cursos, também dos institutos tecnológicos... No caso de Mato Grosso, são 19 cidades contempladas com a construção desses centros. Ou seja, muito mais interiorizado, inclusive, do que a universidade. Enquanto a universidade tem quatro campos, o Ifet já tem 19, no Estado de Mato Grosso. Então, são cursos novos, que precisam ter concurso – até porque senão poderiam encerrar –, até fechar os campi. Curso de Medicina, por exemplo, porque hoje nós temos uma relação médico-população ainda muito baixa. Mas o ensino profissionalizante é fundamental.

E o Átila foi um companheiro que foi a Mato Grosso e, na hora em que ele viu lá, realmente, a realidade da Escola Agrotécnica de São Vicente, uma das escolas mais antigas do Brasil... A maior escola do Brasil: são quase 6 mil hectares. Eu estudante, inclusive, nessa escola, e o Átila nos ajudou bastante, liberando recurso, dada a importância que representava a escola, inclusive com os cursos tecnológicos de nível universitário.

Portanto, nós devemos ao seu Estado bastante também.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Realmente, a atuação do Deputado Átila Lira nessa área da educação, da educação superior... Inclusive, o Átila é um dos fundadores da Universidade Estadual do Piauí, há mais de 30 anos. E, nessa questão do ensino tecnológico, ele tem sido de uma extraordinária e importante atuação. No Estado do Piauí, também foi Secretário de Educação em dois governos. Então, está presente nessa área, não só da educação em ensino tecnológico, mas também do ensino universitário.

Então, é uma alegria, meu querido Deputado Átila, tê-lo aqui. Eu sei que está aguardando a próxima reunião, sobre a MP – parece-me – 741. Não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Então, não havendo mais nenhum assunto a tratar, eu declaro encerrada esta reunião extraordinária da CDR.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, presidente eventual**,** reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Simone Tebet, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Hélio José, Garibaldi Alves Filho e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Ricardo Franco, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 15ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 12, de 2016. "Em aditamento aos Requerimentos de nº 40 e 43 de 2015, aprovados nesta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, sejam atualizados o objeto, a lista de convidados e a justificação do Requerimento nº 40/2015". Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado com a inclusão do Deputado Federal Marcos José Reategui Souza, mediante solicitação do Senador Hélio José. ITEM 02 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015 - Não Terminativo – "Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao PL 3.401-B, no Senado Federal PLS 521/2011. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CDR. O Senador Wellington Fagundes passa a presidência para o Senador Hélio José às dez horas e trinta e três minutos. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016 – Não Terminativo – "Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana". Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: A Senadora Simone Tebet, designada relatora "ad hoc", mediante argumentação do Senador José Pimentel, altera o relatório, para que, nos termos do art. 138, I, do RISF, a matéria seja enviada à CCJ para audiência quanto à constitucionalidade da matéria, com posterior retorno à CDR para deliberação. Aprovado o Relatório que passa a constituir parecer da CDR. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016 - Não Terminativo – "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga". Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer CDR. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados.

Recebemos o Aviso nº 759, do Gabinete da Presidência do TCU, de 30 de agosto de 2016, que traz cópia do Acórdão nº 1.620, de 2016, proferido pela corte do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo nº TC-025.567/2013-06.

O acórdão determina a normatização por meio dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional da liberação de recursos para os fundos de desenvolvimento regional, em consonância com a Medida Provisória nº 2.199/14, de 2001, bem como outras medidas relacionadas ao tema.

O referido aviso ficará na secretaria de apoio da CDR à disposição dos interessados.

2 – Conforme comunicado na 15ª Reunião da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) e IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos) realizou seminário com o seguinte tema: "Desregulamentação no Mercado Aéreo Internacional", que abordou as práticas internacionais de regulamentação do setor aéreo.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se fez presente na pessoa do seu Secretário, Marcus Guevara Sousa de Carvalho.

3 – Comunico que o Presidente da Comissão recebeu o convite do Sr. Edmar Augusto Bull, Presidente da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), para a 44ª edição da Abav Expo Internacional de Turismo, que se realiza de 28 a 30 de setembro. Acontecerá no complexo de exposições do Center Norte, Vila Guilherme, em São Paulo. Consiste no maior evento da indústria do turismo das Américas.

Comunico ainda a este Colegiado que, conforme Ofício GLPSDB nº 060, de 2016, do Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, à Presidência do Senado Federal, tivemos a seguinte alteração na composição da nossa Comissão: o Senador Deca (PSDB - PB) passa a integrá-la como membro suplente do Bloco Parlamentar Social Democrata.

Ao Senador Deca, dou as boas-vindas, externando meu desejo de que tenha exitoso desempenho no seu mandato em nossa Comissão.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Em aditamento aos Requerimentos de nº 40 e 43 de 2015, aprovados nesta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, sejam atualizados o objeto, a lista de convidados e a justificação do Requerimento nº 40/2015.

Autoria: Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para fazer o encaminhamento do requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se de um aditamento ao Requerimento nº 40 e nº 43, de 2015, aprovados nesta Comissão, que requer, nos termos regimentais, sejam atualizados o objeto e principalmente a lista de convidados e a justificação do Requerimento nº 40/2015, nos seguintes termos:

> Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Plano Nacional de Fronteiras e os programas de políticas públicas a ele relacionados.

Sugiro, assim, uma alteração no convite das autoridades, sendo: um titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania, um representante do Ipea e um titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Coloquei apenas esses três para, inclusive, permitir que os colegas Senadores que tenham Estados fronteiriços e que tenham o mesmo problema que Mato Grosso do Sul, no que se refere à fronteira, à violência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tráfico de drogas, descaminho e tráfico de armas, possam também apresentar sugestão e indicação de autoridades que poderiam estar sendo convidadas. É o caso, por exemplo, do Estado de Mato Grosso, do nosso querido Senador Wellington Fagundes.

Então, a justificativa é exatamente esta: nós temos um País que tem quase 30% do Território nacional como faixa de fronteira, lembrando que a faixa de fronteira significa toda a faixa, que tem 150km de largura ao longo da extensão territorial brasileira. Essa área de fronteira atinge 11 Estados da Federação, no caso, que nos interessa, o Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que fazem divisa com 10 países da América do Sul.

É fundamental a presença do Estado nessa região, como bem disse, principalmente porque, infelizmente, essa fronteira, principalmente a nossa fronteira seca, é responsável pela entrada de todo o ilícito: contrabando, descaminho, tráfico de drogas e de armas.

Daí a importância, a meu ver, que a Comissão de Desenvolvimento Regional possa fazer uma audiência pública a respeito. Repetindo, apresentei apenas a indicação de convite de três autoridades: uma do Ministério da Justiça; uma do Ipea, que tem todos os dados e estatísticas; e uma de Mato Grosso do Sul, para permitir que os colegas Senadores possam, depois, indicar, se assim desejarem, outras autoridades para compor a mesa dos trabalhos.

É o requerimento que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Da mesma forma, Senadora, eu também aditei aqui o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (Gefron) do Estado de Mato Grosso.

Alguém gostaria de fazer um comentário? (*Pausa.*)

Não havendo, vamos colocar em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu tenho o nobre Deputado Reategui, que é da Polícia Federal, presidente da Frente Parlamentar Mista das Fronteiras. Gostaria de incluir, mesmo sem ter falado com ele, o convite ao Marcos Reategui, Deputado Federal do Amapá, a participar desse debate. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Todos estão de acordo? (*Pausa.*)

Todos estão de acordo.

Então, vamos votar.

Os senhores e senhoras que concordam permaneçam como estão, com o aditamento do Senador Hélio José. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Há ainda o item 2.

ITEM 2
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015
- Não terminativo -

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao PL 3.401-B, no Senado Federal PLS 521/2011.
Observações:
- A Matéria constou na pauta da 13ª (06/07/2016) e 15ª (17/08/2016) reuniões da CDR;
- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José, para fazer a leitura do seu relatório. Pode fazê-la, se quiser, de forma sucinta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k., nobre Presidente, Senador Wellington Fagundes, nobres Senadores aqui presentes aqui na CDR, a essência da nossa discussão é a questão do turismo. O Brasil tem um potencial gigante nessa área. O Brasil hoje passa por grandes dificuldades econômicas, e cabe a nós propiciar rendimen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tos e PIB saudável para o País. Não há PIB mais saudável do que o do turismo, porque a gente demonstra para o mundo os potenciais que nós temos. Então, projetos que vêm a esta Casa pra propiciar o desenvolvimento da indústria do turismo sempre serão bem-vindos.

O relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº5, de 2015.

Trata-se de emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

O Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, do Estado de Sergipe, tem por objetivo acrescentar o inciso IV ao art. 8º da Lei nº 11.771, de 2008, a fim de incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

Em 20 de dezembro de 2011, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou substitutivo apresentado pela Senadora Ana Amélia à proposição.

Em 14 de fevereiro de 2012, a CDR adotou, de forma definitiva, o substitutivo oferecido ao PLS nº 521, de 2011, em turno suplementar e em caráter terminativo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Após a leitura do Parecer da CDR em plenário e esgotado o prazo estabelecido no art. 91, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria foi encaminhada para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, em 9 de março de 2012, à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar como Projeto de Lei (PL) nº 3.401, de 2012.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Turismo e Desporto e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta última, foi aprovada emenda para suprimir a expressão "do Ministério do Turismo" do texto do projeto.

Uma vez aprovada a redação final da proposta em 8 de setembro de 2015, a proposição foi remetida ao Senado Federal.

Análise.

De acordo com o parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei que for objeto de emenda pela Casa revisora deverá voltar à Casa iniciadora.

É inequívoco o mérito do PLS nº 521, de 2011, ao incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo, previsto no art. 8º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. A proposta torna mais plural o principal fórum de articulação das políticas públicas de valorização do turismo nacional, o que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento da intervenção estatal nessa seara.

No Senado Federal, a redação aprovada do referido projeto dispôs que devem integrar o Sistema Nacional "os representantes dos municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo".

Na Câmara dos Deputados, aprovou-se emenda para suprimir a expressão "do Ministério do Turismo", por se entender que a definição do Programa de Regionalização do Turismo representa assunto interno do Poder Executivo.

Em nosso entendimento, a emenda deve ser aprovada, tendo em vista que não prejudica o louvável propósito do PLS nº 521, de 2011, e, ao mesmo tempo, evita possíveis questionamentos acerca da constitucionalidade da proposição.

Como é sabido, o alcance da previsão do art. 84, VI, a, o qual dispõe que é competência privativa do Presidente da República dispor acerca da organização e do funcionamento da administração federal, comporta diferentes interpretações. Assim, a preocupação levantada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – no sentido de que a referência ao Ministério do Turismo no PLS nº 521, de 2011, pode gerar um problema de constitucionalidade formal – é legítima e merece ser respeitada.

Por tais razões, entendemos que a emenda em questão deve ser aprovada.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 521, de 2011, na origem).

Esse é o voto, Sr. Presidente, fazendo um último comentário de que esse envolvimento do Município, Estado, Nação, eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, considero ser de grande relevância para que mudemos o *status quo* de nosso País com relação a essa indústria tão importante que é a indústria do turismo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação da emenda da Câmara dos Deputados ao PL 3.401-B, do Senado Federal, PLS 521/2011.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao plenário.

Da mesma forma, eu quero convidar o Senador Hélio José para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dando sequência, o próximo item da pauta é o item 3, que, por ausência do Relator, Senador Gladson Cameli, fica adiado para a próxima sessão.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- A Matéria constou na pauta da 15ª (17/08/2016) Reunião da CDR;
- Aprovada a Matéria segue ao Plenário.)

Para o item 4, de autoria do Senador Benedito de Lira e relatoria do Senador Fernando Bezerra, que se encontra na pauta há mais de quatro sessões, gostaria de indicar *ad hoc* a nossa nobre Senadora por Mato Grosso do Sul Simone Tebet, para fazer essa relatoria.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela oitiva da CCJ.
Observações:
- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis;
- A Matéria constou na pauta da 7ª (04/05/2016); 8ª (18/05/2016); 10ª (15/06/2016); 13ª (06/07/2016)e 15ª(17/08/2016) reuniões da CDR;
- Na 7ª Reunião da CDR, foi concedida vista da Matéria ao Senador Wellington Fagundes;
- Em 24/05/2016, o relator apresentou novo relatório;
- Em 15/06/2016, o relatório foi retificado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Hélio José.

Trata-se de um projeto de lei de autoria do Senador Benedito de Lira, cujo Relator é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências".

O projeto é composto de sete artigos. Eu não vou lê-los, porque está na forma de substitutivo. Eu passo a ler direto o substitutivo a seguir. Portanto, eu vou ao último parágrafo do relatório antes de entrar na análise.

Na justifica, o objetivo do Senador Benedito de Lira é dinamizar as atividades turísticas em espaços geográficos com inquestionável vocação turística. Por isso, é essencial a articulação por parte da União, mediante planejamento setorial que abranja projetos e ações apropriadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Vamos direto à análise.

Não vimos óbice regimental nem constitucional.

Já no terceiro parágrafo da p. 31, o art. 43 da Constituição Federal dispõe que, "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais".

As regiões integradas de desenvolvimento estão dentro da estratégia de descentralização da União para a promoção do desenvolvimento, a partir da ação coordenada de outras instâncias de governo e da participação de diversos setores da sociedade.

É inerente ao instituto da região de desenvolvimento, inclusive quando assume o formato de Ride, que é Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, a integração administrativa entre Municípios contíguos de Estados-membros vizinhos.

Aliás, essa não é uma novidade. Já temos alguns Estados e Municípios que já criaram essa Região Integrada de Desenvolvimento Econômico. É o caso, por exemplo, de Goiás, do Distrito Federal e seu Entorno, Pernambuco e Bahia, todas elas beneficiadas, inclusive, por superintendências como Sudam e Sudeco.

Passando já à p. 33, terceiro parágrafo, a esse respeito, é importante registrar que, sob a égide da Constituição de 1967, competia à União dispor sobre região metropolitana. Isso foi alterado pela Constituição de 1988, que transferiu tal competência aos Estados da Federação e, com isso, promoveu importante passo em direção a maior descentralização de competências da União em favor dos entes subnacionais.

Finalizando, na p. 34, sem embargo, a presente proposição é inegavelmente meritória. Com vistas a superar o óbice acima apontado, apresento o seguinte substitutivo, que amplia o rol de Municípios abrangidos pela Região Integrada, de forma que ela se estenda por mais de um Estado Federado sem solução de continuidade.

Destaco que os Municípios ora incluídos na Região de Desenvolvimento apresentam semelhantes características aos do projeto inicial, quais sejam, a notória vocação turística em razão das belezas naturais, de um lado, e problemas relacionados ao crescimento desordenado da região, como deficiência nos serviços de transporte e saneamento básico, favelização e degradação ambiental, de outro.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2015 – Complementar, na forma do substitutivo em anexo.

Só vou ler os itens mais importantes do substitutivo. São sete artigos.

O primeiro autoriza o Poder Executivo a criar essa Região. No §1º, que é o mais importante, o Relator estende essa Região para os Municípios de Coqueiro Seco, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Satuba, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Matriz de Camaragibe, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga, Maragogi, no Estado de Alagoas, e São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso, Sirinhaém e Ipojuca, no Estado de Pernambuco.

> § 2º Os municípios que vierem a ser constituídos, a partir de desmembramento de território de Municípios citados no parágrafo anterior, passarão a compor, automaticamente, [...] [a referida Região].
> O art. 2º cria um Conselho Administrativo.
> Art. 3º Consideram-se de interesse [dessa Região] [...] os serviços públicos comuns aos Estados de Alagoas e de Pernambuco e aos Municípios que a integram, especialmente [...] [os] serviços de transportes, meio ambiente, recursos hídricos, de infraestrutura básica e de prestação de serviços [...].
> Pelo art. 4º, o Poder Executivo fica autorizado a instituir o Programa.
> O art. 5º dispõe que os programas e projetos prioritários serão financiados com recursos de natureza orçamentária e também de operações de crédito externas e internas.
> Art. 6º A União poderá firmar convênios com os Estados de Alagoas e de Pernambuco e com os municípios referidos [...].
> Parágrafo único. Os convênios também poderão ser firmados isoladamente ou com o conjunto dos Municípios de que trata o *caput*.
> Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, nos termos do substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Srª Senadora Simone Tebet, é de bastante relevância esse projeto, porque é um projeto que visa, realmente a exploração de uma área turística maravilhosa do nosso País. Com certeza, dentro do escopo que a gente tinha até discutido em um projeto anterior...

Esse projeto só vem colaborar para o desenvolvimento dessa importante indústria no Brasil, que é a indústria do turismo, que incrementa PIB de países importantes, como a Espanha, Alemanha e outros, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

uma sustentação muito boa, com investimentos na área de segurança, em áreas que deem condições da pessoa curtir e viver a vida da forma melhor possível.

Então, agradecido pelo relatório de V. Exª, vamos encaminhar para a deliberação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não. Em discussão o relatório da nobre Senadora...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Inegavelmente, a ampliação dessa região turística no Estado de Alagoas, Grande Maceió, é importantíssima. Não tenho dúvida de que, na Região Nordeste, esse é um dos setores que mais geram emprego e renda para o nosso povo.

No entanto, esse projeto de lei complementar tem um problema constitucional gravíssimo. É um projeto de lei autorizativo. O seu artigo primeiro é muito claro: "É o Poder Executivo autorizado a criar a região integrada ao desenvolvimento ao turismo da Grande Maceió".

No artigo segundo, novamente, "é o Poder Executivo autorizado a criar um conselho administrativo". No artigo quarto, repete a mesma inconstitucionalidade: "E o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió."

Na Comissão de Constituição e Justiça, nós já enfrentamos esse problema. E, cumprindo dispositivo constitucional, resolvemos transformar todos os projetos de lei autorizativos em requerimento naquela Comissão.

No caso concreto, por se tratar de uma lei complementar não terminativo nesta Comissão, vamos deixar passar, registrando que reiteradamente já temos declarado inconstitucional esse tipo de projeto de lei, apesar da boa intenção do seu mérito, que é criar região.

Como não é terminativo, é uma lei complementar, na próxima Comissão, enfrentaremos esse problema.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobre Srª Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Contribuindo com o Senador Pimentel, sempre muito zeloso e atento à área do Direito, provavelmente não só criminalista, mas também constitucionalista, eu queria fazer uma sugestão.

Acabei de ser informada de que o projeto não vai passar pela CCJ, vai direto ao Plenário. Em sendo assim – sou apenas relatora *ad hoc*, na realidade eu li o relatório do Senador Fernando Bezerra – sugiro, então, se for possível – não conheço Regimento a fundo para saber – que encaminhemos à Mesa Diretora uma solicitação, ou se V. Exª tem esse poder de, antes de passar ao Plenário, ir à Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão faz análise de mérito quando não é terminativo, e isso foi feito, o próprio Senador Pimentel elogiou a proposta, ela é meritória. Às vezes, depende de alguns ajustes constitucionais que poderão ser feitos dentro da Comissão.

Eu não sei se contribuiria com o Senador Pimentel, mas poderíamos salvar um projeto que tem realmente uma relevância muito grande para os Estados do Nordeste, que são carentes de indústrias geradoras de emprego e que têm no turismo a sua grande fonte de renda, principalmente, porque talvez é a maior indústria do Nordeste, uma indústria que não polui, gera muito emprego e que poderia ser, através desse projeto, alavancada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobre Senadora Simone Tebet, nobre Senador José Pimentel, a relevância do colocado é realmente significativa e meritória. Então, a proposta que tenho a apresentar aqui é que aprovemos esse requerimento feito verbalmente, de modificação da tramitação do projeto de lei, e requeiramos que seja ouvida a CCJ para esse projeto ser devidamente classificado dentro da legalidade necessária, porque ele, realmente, é de grande mérito e de relevância.

Gostaria de pôr em discussão o requerimento aqui colocado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à apreciação.

Os que o aprovam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Então, está aprovado o requerimento, em que solicitaremos...

Primeiro, não teria que aprovar o projeto e fazer o requerimento? (*Pausa.*)

Eu creio, nobres Senadores Pimentel e Simone, que a segunda forma que o nosso nobre universitário colocou aqui para nós seria mais razoável. Requeremos aqui uma audiência pública na CCJ. Faremos a discussão, analisaremos o projeto. A audiência pública é lá na CCJ, que ela vai fazer a análise. Retornamos o projeto aqui e fazemos a discussão e a deliberação. O.k.? Vamos fazer o requerimento nesses termos então?

Então, o requerimento ficaria o seguinte: o parecer seria pela audiência na CCJ e retorno à CDR. Tudo bem, Senadora? (*Pausa.*)

Então, em discussão esse parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Os que aprovam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Então, está aprovado esse parecer da nobre Senadora Simone Tebet.

Vamos para o último PL de hoje aqui. Já que, no item 5, o nosso nobre Senador Davi Alcolumbre não se encontra conosco, vamos para o item 6, de autoria do nosso nobre Senador Pimentel.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação da Matéria.
Observações:
- A Matéria constou na pauta da 15ª (17/08/2016) Reunião da CDR;
- Aprovada a Matéria segue à CAE em decisão terminativa.)

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2016
- Não terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Nobre Senador Pimentel, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios.

Assim, cabe a esta Comissão analisar o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de regimentalidade, de juridicidade e de constitucionalidade da matéria serão feitas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição do Senador Garibaldi Alves Filho reveste-se de elevado mérito, pois a iniciativa de proteção dos recursos naturais do bioma Caatinga representará a contraparte ambiental da ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste do Brasil S. A., principalmente na elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste.

Como bem lembra o Autor do PLS na sua justificação, as áreas mais sujeitas à desertificação no Brasil encontram-se na Caatinga, deixando evidente a vulnerabilidade do bioma. Além disso, os índices de desenvolvimento humano registrados no semiárido mostram que se trata de uma das regiões de maior vulnerabilidade social no nosso País.

A Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga deverá contribuir para disciplinar o uso e a proteção dos recursos naturais do bioma Caatinga e será de grande relevância para a definição das prioridades e o estabelecimento de diretrizes para os planos anuais de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Em síntese, sob o enfoque da promoção do desenvolvimento regional do Nordeste, considero importante e oportuna a instituição da Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 222, de 2016.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Meus cumprimentos, nobre Senador Pimentel, pelo brilhante relatório.

Como falei, a matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para as providências cabíveis.

Como a matéria constou na pauta da 15ª Reunião da CDR, em 17/08/2016, já foi concedida a palavra ao nobre Senador Pimentel, que fez o relato.

Quero colocar em discussão a referida matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação da matéria, conforme relatado pelo Senador Pimentel.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, a matéria foi aprovada por unanimidade, e a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE.

Como os itens 7 e 8, por serem terminativos, exigem o quórum qualificado, nós vamos encerrar, não tendo mais nada para discutir.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012
- Terminativo -

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

Autoria: Senador Lauro Antonio
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
- A matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos;
- A Matéria constou na pauta da 13ª (06/07/2016) e 15ª (17/08/2016) Reuniões da CDR;
- Votação nominal;
- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
- A matéria constou na pauta das 41ª (25/11/2015), 42ª (02/12/2015) e 44ª (16/12/2015) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; e na das 1ª (17/02/2016), 2ª (24/02/2016), 3ª (09/03/2016), 5ª (06/04/2016), 7ª (04/05/2016), 8ª (18/05/2016), 10ª (15/06/2016), 13ª (06/07/2016) e 15ª (17/08/2016) reuniões da CDR da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos;
- Votação nominal;
- Na 2ª Reunião da CDR, foi lido o Relatório, suspensa a discussão e adiada a votação.)

Declaramos encerrada a reunião da CDR no dia de hoje.

Muito obrigado a S. Exªs aqui presentes e a todos que nos acompanharam.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE AGOSTO DE 2016.

Às oito horas do dia dezoito de agosto de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à pauta de deliberação dos seguintes itens: ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2014. Observação: A Senadora Ana Amélia e o Senador Roberto Muniz usam da palavra na discussão da matéria. Resultado: Após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Autoria: Senador Antonio Aureliano. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, com a emenda que apresenta. Observação: A Senadora Ana Amélia usa da palavra na discussão da matéria. Resultado: Após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Fleury. Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria *ad hoc*: Senador Roberto Muniz. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, com a emenda que apresenta, e prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2014. Observação: A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Roberto Muniz relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Cidinho Santos. Resultado: Após a leitura do relatório pelo Senador Roberto Muniz, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 32, de 2016, para incluir como convidado na Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25/08/2016, destinada a discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, o Sr. Alberto Ercílio Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Após a leitura, a Presidência adia a votação do Requerimento para a próxima reunião deliberativa. EXTRAPAUTA: ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/Nº – EMENTA: Requeiro nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Voto de Aplauso em agradecimento e congratulações ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rondonópolis (MT), e em especial ao seu Presidente Francisco Olavo Pugliese de Castro, pela acolhida à CRA no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates para debater sobre Seguro Rural, durante a 44ª Exposição Industrial e Comercial de Mato Grosso, no dia 12 de agosto de 2016. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Após a leitura, a Presidência adia a votação do Requerimento para a próxima reunião deliberativa. A Presidência, a pedido dos respectivos relatores, retira da pauta de deliberação o ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2007, e o ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2015; e ainda adia a apreciação do ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje se destina à apreciação de seis projetos de lei do Senado Federal, sendo que os itens 1 e 6 foram retirados de pauta a pedido dos respectivos relatores.

São os seguintes itens retirados de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2007
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 181/2007, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
2- O Projeto foi apreciado pela CAS, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).
3- O Substitutivo aprovado será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 186/2015.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.)

Bom dia aos caros colegas Senadores.

Informo à Comissão que, no dia 12 de agosto passado, a nossa Comissão realizou, na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso, o 5º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, que teve o objetivo de tratar sobre a política pública do Poder Executivo a respeito do Seguro Rural, objeto do Requerimento nº 13, de 2016, do Senador Wellington Fagundes, que é o Relator desta política pública.

O evento contou com a presença dos Senadores de Mato Grosso, Wellington Fagundes, José Medeiros e Cidinho Santos, e também do Ministro da Agricultura, que é também Senador mato-grossense, Blairo Maggi, e ainda, como convidado, o Senador Elmano Férrer, além de Deputados Federais e Estaduais da região ou convidados do Senador Wellington Fagundes e do Ministro Blairo Maggi, que liderou a comitiva para Rondonópolis.

Naquela ocasião, também foi assinado um protocolo que altera o calendário de vacinação de bovinos e bubalinos no Estado de Mato Grosso, com a presença do Governador Pedro Taques.

E também foi anunciada lá a decisão dos pecuaristas de Mato Grosso – Senador Acir, o Estado de V. Exª, Rondônia, é também um Estado exportador habilitado, dez frigoríficos, se não me engano, estão habilitados para exportar –, tendo em vista que a OIE (Organização Internacional de Saúde Animal) só faz os registros para fim de certificação do gado e da carne que pode ser exportada mediante a quitação do débito do país perante a organização.

Como o Brasil estava com débito de 800 mil euros perante a OIE – aliás, está também em outras organizações, até nas Nações Unidas –, os pecuaristas se juntaram, se uniram e decidiram bancar o pagamento dessa dívida, porque isso abre mercado, abre o serviço da certificação que a OIE organiza. A decisão foi anunciada ao Ministro Blairo Maggi, numa reunião lá em Rondonópolis, pouco antes da nossa audiência pública que tratou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

do seguro rural. Isso não beneficia apenas Mato Grosso, mas também Rondônia. A Bahia ainda não está no circuito da exportação, mas isso beneficia todos os Estados, como o meu, o Rio Grande do Sul, e todos que estão habilitados para a exportação. Então, penso que é uma decisão relevante essa que foi anunciada lá.

Várias notícias foram dadas sobre a confiança no agronegócio estar aumentando no segundo trimestre. Um índice de confiança do agronegócio, o IC Agro, fechou o segundo trimestre de 2016 em 102,1 pontos, uma alta de 19,4 pontos em relação ao trimestre anterior.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que elabora esse indicador, juntamente com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o aumento da confiança é o maior desde 2013, quando o IC Agro começou a ser medido, e recoloca o setor na faixa acima de 100 pontos, considerada otimista, o que não ocorria desde 2014. É um bom sinal no meio de tantos problemas que o País está vivendo.

Como todas as matérias são terminativas, temos que ter um quórum qualificado e foram retiradas duas, nós temos, então, quatro matérias.

Eu convidaria o Senador Acir Gurgacz para relatar o item 3, PLS 77, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, de 2014
- Terminativo -

Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela rejeição do PLS nº 77/2014.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- O Projeto constou da Pauta da 10ª Reunião da CRA.
3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que é o Relator, para apresentar o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, antes de entrar no assunto, quero cumprimentar V. Exª pela reunião em Rondonópolis e dizer que é importante essa aproximação do Senado com a população. E sempre acontecem coisas importantes, ou seja, anúncios como esses dos próprios produtores quitarem uma dívida do País para resolverem os seus problemas. Isso é resultado da atuação do Senado, da atuação de V. Exª, que provoca o debate desses assuntos e convida as pessoas para o debate e, no debate, sempre surgem soluções e soluções importantes não só para o Mato Grosso, como V. Exª muito bem colocou, mas também para o seu Estado do Rio Grande do Sul e para o nosso Estado de Rondônia, que hoje é o 5º exportador de carne brasileira. Então, esses debates são da maior importância.

Meus cumprimentos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveito a sua observação, Senador, para dizer que isso é realmente importante.

Eu queria dizer também ao Senador Roberto Muniz que quando o Senador Acir Gurgacz presidia a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – para retribuir as referências –, ele tomou a iniciativa de criar um espaço novo para a Comissão às sextas-feiras, à tarde, para tratar de temas de interesses do setor e sempre se aproveita um evento relevante para dar mais relevo ainda ao ciclo de debates.

Não é chamado de audiência pública, mas um ciclo de debate. Foi uma iniciativa inovadora, criativa e eu penso uma atitude de transparência da Casa, do Senado Federal e da Comissão de Agricultura perante o seu público alvo. A comunidade quer saber, a comunidade tem direito de saber informações sobre a qualidade do alimento que chega, como é a produção, o nível de produção, as questões sociais sobre a questão relativa a salários, obrigações sociais, as condições de trabalho do próprio trabalhador. Tudo isso...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E ter voz também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Ter voz e essas demandas estarem presentes como têm estado quilombolas, a questão indígena, tudo a Comissão tem tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, Senador, eu sempre reconheço essa iniciativa que V. Exª teve quando presidiu a CRA – e hoje eu tenho a alegria de tê-lo como meu Vice-Presidente – e isso deu, eu diria, uma aproximação maior da Comissão, do Senado com a população e os eventos são relevantes. Lá em Rondonópolis foi também a audiência pública durante um evento, uma feira agropecuária muito importante em Rondonópolis que é um centro muito importante do agronegócio do Mato Grosso e os três Senadores, coincidentemente, são do Mato Grosso, os quatro Senadores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E o atual Governador também é nosso ex-colega, o Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

Lembrando também que o Governador Pedro Taques também foi nosso colega aqui, um Senador combativo e brilhante. Então, os três Senadores, à exceção do Cidinho que é de outra região, mas o Senador e Ministro Blairo Maggi, o José Medeiros, o Wellington Fagundes todos são de base de Rondonópolis. Então, Rondonópolis está muito bem na fotografia.

Agora, vamos fazer um debate no dia 2 – estão todos convidados – na Expointer que é a maior feira que há no Brasil de tudo: máquinas, pecuária, ovinos, bovinos, equinos, bubalinos também. Daí, um leque muito grande, uma vitrine verdadeira do agronegócio, dia 2 de setembro. Faremos também uma audiência pública para debater lá especificamente a questão da defesa sanitária que é um tema que V. Exª...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Recorrente aqui na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Levamos lá em Porto Velho, discutimos muito isso e, de fato, é uma questão importante e vamos a Juazeiro – só que, em função do *Impeachment*, o Senador Roberto Muniz está muito envolvido com a audiência pública, com o Senador Wellington Fagundes –, fizemos uma lá em Petrolina, que é ao lado, cidades irmãs, mas a Bahia não pode ficar.

Tínhamos feito uma antes em Ilhéus sobre cacau com a Senadora Lídice da Mata e agora vamos fazer uma sobre seguro lá em Juazeiro, mas vamos ter que adiar porque vai coincidir com a questão relacionado ao processo de *Impeachment*, mas vai acomodar tudo e, antes do fim do ano, vamos prestigiar a Bahia também.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, renovando os agradecimentos ao senhor pela iniciativa de ter criado o espaço de debates.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal aprecia, no cumprimento de suas incumbências regimentais, o Projeto de Lei do Senado, o PLS nº 77, de 2014, do Senador Vital do Rego que especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para o uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou em empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, também define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor e dá outras providências.

Peço licença para ir direto à análise, Srª Presidente.

Análise.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária atende às determinações normativas ensejadas pelo art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal ao proceder à análise do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2014.

Em decorrência do caráter terminativo da apreciação, esta Comissão examina a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa adotada e do mérito.

Destaque-se, de início, que a matéria guarda adequação com os ditames constitucionais vigentes, haja vista a atinência aos requisitos formais e materiais relativos à competência privativa da União de legislar sobre Direito Comercial, conforme o inciso I do art. 22 da Constituição Federal. Em particular, a proposição segue, ainda, os requisitos prescritos no *caput* do art. 48 da Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Deve-se ressaltar também, no que tange à constitucionalidade, que a proposta em exame respeita as hipóteses de iniciativa reservada constitucionalmente ao Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade da proposta, o PLS nº 77, de 2014, inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do Direito.

No que concerne à técnica legislativa adotada, observa-se que a proposição se harmoniza com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, cabe inicialmente registrar que a maioria dos dispositivos do PLS em análise não promove alterações nas normas que atualmente regulam a produção de aguardente de cana e cachaça, tratando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de assuntos já normatizados pela Instrução Normativa do Mapa nº 13, de 29 de junho de 2005, que aprova o regulamento técnico para a fixação dos padrões de identidade e qualidade para aguardente de cana e para cachaça, e pelo Decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001, que define as expressões "cachaça", "Brasil" e "cachaça do Brasil" como indicações geográficas e dá outras providências.

A única inovação seria a definição da cachaça produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural e da cachaça artesanal, que consideramos, todavia, demasiadamente restritiva.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil, aproximadamente, 12 mil estabelecimentos produtores de aguardente de cana. Desses estabelecimentos, todavia, menos de dois mil são registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que denota que a grande maioria dos pequenos produtores de aguardente de cana e cachaça encontram-se, ainda, na informalidade.

Essa informalidade é um dos principais gargalos enfrentados pelos produtores de aguardente de cana e cachaça, comprometendo o desenvolvimento da cadeia produtiva e a atuação da fiscalização sobre a qualidade dessa produção.

Além disso, não bastasse a dificuldade enfrentada pelos estabelecimentos para sua formalização, os critérios estabelecidos pelo PLS 77/2014 são demasiadamente restritivos, no que se refere às condições de produção e comercialização da cachaça produzida por agricultor familiar, exigindo um mínimo de 70% de cana-de-açúcar colhida do imóvel rural, limitando a quantidade produzida a 20 mil litros por ano e restringindo, injustamente, as possibilidades de comercialização do produto que poderia ser feita somente ao consumidor final na sede do imóvel ou em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa de produtos de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

Pelas mesmas razões, a câmara setorial da cadeia produtiva da cachaça, no MAPA, que conta com a participação de representantes do setor produtivo também já manifestou preocupação com a possibilidade de aprovação integral do PLS 77/2014, observando que o número de produtores de cachaça que se enquadra em suas disposições seria extremamente reduzido, conforme ata da reunião de 7 de maio 2014.

Em síntese, apesar do valoroso intento do autor do projeto no sentido de promover a valorização da cultura e da produção local da cachaça, verificamos que, naqueles pontos em que o PLS 77/2014, realmente inova na ordem jurídica, traz regras excessivamente restritivas, que terminarão por excluir dos benefícios da lei da esmagadora maioria dos pequenos produtores brasileiros. Posteriormente, caso haja consenso sobre as regras que devem ser aplicadas à caracterização da cachaça artesanal e à definição de cachaça produzida por agricultor familiar, essas demandas poderão ser encaminhadas sem maiores embaraços ao Poder Executivo, que pode regulamentar a maioria por meio de decreto ou de instrução normativa do MAPA, sem necessidade de edição de lei para isso.

Antes de dar o voto, Srª Presidente, eu recebi uma notificação do Ibrac (Instituto Brasileiro da Cachaça) pedindo a rejeição do projeto. Eu leio só um pedaço para que todos possam ter conhecimento:

Ao cumprimentá-los, apresentamos para o conhecimento de V. Exªs manifestação do Instituto Brasil da Cachaça – Ibrac – de apoio ao relatório de V. Exª pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2014.

O próprio Instituto entende que o projeto é contra os produtores de cachaça de cana-de-açúcar. O MDIC também é contrário à aprovação desse projeto, portanto, nosso voto é pela rejeição do projeto, Srª Presidente. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada e cumprimento o Senador Acir, lembrando que existe um decreto que institui exatamente a questão da indicação geográfica e esse decreto é o Decreto nº 4.062, de 2001, que, portanto, daria uma superposição de uma matéria, em que a iniciativa, como o senhor disse, do ex-Senador Vital do Rêgo, muito louvável a preocupação, mas quando V. Exª estava lendo o relatório – nem estamos discutindo, porque não podemos fazer discussão apenas esclarecimento –, eu estava lembrando que, num dos itens da leitura do seu relatório, o produtor rural ou agricultor rural não poderia comprar cana, que é a matéria-prima, de outro...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Do seu vizinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do seu vizinho. Então, digamos que o vizinho não produza cachaça, mas produza cana de boa qualidade. Então, isso daria também uma forma de boa parceria e convivência. Digamos que um dia houvesse um problema de sanidade, uma praga ali ou uma seca, e o outro, há um quilômetro, houvesse boa cana. Então, esses aspectos devem ser... Nós não podemos engessar o setor produtivo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quanto maior a criatividade... O Brasil é um país dessa forma, criativo, e não podemos engessar o produtor. Isso acabaria anulando, inclusive, o aspecto social da agricultura familiar, porque o vizinho não poderia vender para ele.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E o mais importante... Outra coisa também importante, Presidente: a cachaça já está hoje registrada como um produto brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, brasileiro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, se nós começarmos a diversificar – cachaça artesanal, cachaça da produção rural da agricultura familiar –, vamos abrir um leque que vai confundir o mercado internacional. Então, temos que tratar a nossa cachaça brasileira como "cachaça".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cachaça brasileira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, cachaça brasileira. Ter uma denominação única, porque ela já é conhecida no mundo inteiro dessa forma. Então, nós não podemos perder essa marca tão importante para o nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordo plenamente.

Os Senadores viajam muito, todos viajam em missão oficial ou mesmo a passeio. E a Alemanha talvez seja o país que mais aprecie a cachaça. Na Alemanha, em qualquer restaurante a que se vá, de nível A, B, C, qualquer um, a caipirinha – escrito em português, entre aspas, "caipirinha" – está no cardápio das bebidas. Em todos. E o mais interessante é que a cachaça é brasileira, e o limão é importado, se não me engano, do Piauí, que é um limão próprio para isso.

Então, veja, se criarmos uma forma de limitar...

Eu conheci um motorista, que me serviu em São Paulo, no encontro da Abag, e ele me disse: "Vou me aposentar agora e estou trabalhando no Sebrae para aprender bem como é a relação com o mercado internacional para vender cachaça brasileira de pequenos produtores." Quer dizer, esse é o caminho.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Esse é o mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Este é o caminho: vender para a Europa.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Acho que o Relator tem razão. Apesar de vivermos com uma grande informalidade no setor, temos que reconhecer a dificuldade que o pequeno produtor tem para chegar à formalidade, apesar de todo o esforço do Sebrae. Só lá na Bahia, Presidente, são 1,5 mil empresas formais, mas há 30 mil produtores informais. Imagine: é uma legião de pessoas, de famílias que vivem da cachaça.

Ela tem um componente cultural muito grande. Quando vemos as Olimpíadas, o que as pessoas mais falam do Brasil é a sua beleza...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O futebol, o Carnaval e a cachaça.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O futebol, o Carnaval, a receptividade do povo brasileiro e a caipirinha. Ninguém se esquece da caipirinha.

Então, acho que é muito importante não engessarmos esse setor. Acho que o Senador tem razão em não acatarmos, não recebermos esse projeto, não o aprovarmos, porque considero fundamental deixarmos que a própria câmara setorial do MAPA que se colocou contrária a esse projeto possa, quem sabe, amanhã, trazer algum substitutivo a esse projeto, com regras de transição. Acho também que precisamos tentar formalizar a relação econômica no nosso País. Vivemos por muito tempo na informalidade, e acho que precisávamos talvez até convidá-los aqui, a câmara setorial, quem sabe se eles não têm alguma coisa, um projeto específico para o setor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas concordo plenamente com o Senador Roberto Muniz sobre a dificuldade do pequeno para se formalizar, e não podemos também penalizá-lo, fazendo-lhe exigências, e tirando-lhe a possibilidade de ter uma renda. Claro que ele cuida para haver qualidade, tudo, e ele faz aquilo porque tem um conceito de qualidade, as pessoas que conhecem aquele produtor vão lá comprar porque ali ele sabe da excelência. E a palavra cachaça é uma palavra portuguesa, nossa, brasileira, assim como no caso da França, onde é proibido usar a palavra *Champagne*, uma palavra francesa, que a França proíbe qualquer país de usá-la. Nós, brasileiros, temos o quê? Espumantes. Os espanhóis usam o nome *Cava*, e o italiano *Prosecco*, o americano chamaria *Sparkling Wine*, quer dizer, o vinho de bolhas, efervescente.

Então, também, nesse aspecto, uma marca que ficou consolidada no mercado internacional e, de fato, caipirinha tem sabor de Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma marca brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Marca brasileira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Indiscutível.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para registrar, V. Exª falou na região de Champagne, tive oportunidade de estar lá...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Épernay.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É, lá, em Épernay, e fui a um Conselho que é constituído...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dos produtores.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... dos produtores dos vinhos de Champagne, dos produtores de uva e do governo. Eles têm uma forma de relacionamento que é interessante, quer dizer, a cada garrafa vendida, colocam um euro nesse fundo, e a cada quilo de uva, também colocam um euro nesse fundo. Não, a cada, acho, uma tonelada, colocam um euro nesse fundo. Esse fundo é que faz todo o planejamento anual. Então, lá, se você quiser produzir, você é o dono da terra, mas se, naquele momento, só quiserem produzir tantos milhões de garrafas, você vai ter...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Arrenda.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... a sua produção limitada e, se produzir a mais, vai ter que deixar no pé, não vai colher, não vai vender. Então, acho que é muito interessante. E o governo, nessa comissão tripartite, não tem peso de voto. Então, é muito interessante. Aí, quero louvar também, Presidente, a atitude dos produtores, dos pecuaristas de entenderem a dificuldade do governo e partirem para assumir essa responsabilidade, que seria do governo, mas que não aconteceu. Acho que precisamos trazer a iniciativa privada mais para perto para que o Governo seja simplesmente um apoio à iniciativas que o setor privado pode ter, principalmente, na agricultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordo, Senador Roberto Muniz, é exatamente isso. Acho que quanto mais criamos mais dificuldade fazemos para quem produz, trabalha e gera emprego e renda.

Tomo a liberdade, então – como está sustada a discussão do projeto, que foi pela rejeição do Senador Acir Gurgacz, que é o PLS 77, de 2014, que é terminativo –, de passamos para o item 4, o PLS 254, de 2014, também terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2014
- Terminativo -

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Autoria: Senador Antonio Aureliano
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 254/2014, com a emenda que apresenta.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- Em 11/12/2014, a CRA realiza Audiência Pública para instrução do Projeto.
3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Srª Presidente.

Esse é um projeto importante também, no qual nós nos debruçamos por vários meses, fizemos várias reuniões e audiências públicas também, para debatermos e podermos instruir esse projeto.

Submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei nº 254, de 2014, de autoria do ilustre Senador Antonio Aureliano, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

A proposição compõe-se de quinze artigos, distribuídos em oito capítulos, como descritos a seguir.

O art. 1º indica o objeto da lei: diretrizes à elaboração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da equideocultura.

Os arts. 2º e 3º estabelecem que o Poder Público federal manterá grupo de estudo setorial permanente sobre a equideocultura e que o Plano Agrícola e Pecuário anual explicitará as ações voltadas ao fortalecimento da equideocultura, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O art. 4º estabelece regras para o monitoramento dos rebanhos, ao passo que o art. 5º determina que o Poder Público disponibilizará, em plataforma de dados de livre acesso, a capacidade instalada dos abatedouros em funcionamento no País e o número de abates de equídeos.

O art. 6º, por sua vez, estabelece regras para assistência técnica e extensão rural, com atualização dos conhecimentos específicos sobre equídeos e sua importância econômica.

O art. 7º estatui regras para desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica das cadeias produtivas de equídeos.

Os arts. 8º e 9º criam regras para otimização do controle sanitário dos rebanhos equídeos, com incentivo a convênios de capacitação técnica com os governos estaduais e municipais.

Os arts. 10 e 11 estabelecem, respectivamente, regras para comercialização e fixam como referência de isonomia tributária da equideocultura a bovinocultura.

Os arts. 12 e 13 estabelecem parâmetros para financiamento e para fomentar o seguro rural na equideocultura.

O art. 14 determina que o planejamento do uso do espaço urbano considerará, na exploração de potencial turístico identificado, o estímulo às atividades de esportes e passeios equestres.

Por fim, o art. 15 estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída somente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS 254.

Análise.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, não há a opor ao PLS nº 254, de 2014, tendo em vista que:

a) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fomentar a produção agropecuária, conforme disposto no Art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal (CF);

b) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União;

c) os termos do PLS não resultam em violação de qualquer dispositivo constitucional.

Ademais, não há vício de iniciativa no PLS, nos termos do Art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura apropriado, porquanto:

i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;

ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

iii) possui o atributo da generalidade;

iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e

v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, entendemos que o projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Com respeito ao mérito, é importante destacar que, nos termos do art. 104-B, incisos II, III e VI, acrescidos ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, cabe à Comissão opinar tecnicamente sobre planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, incluindo a pecuária, bem como comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

De acordo com informações divulgadas em junho de 2014 por Flávio Obino Filho, presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base nos dados mais recentes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, a equideocultura – que envolve a criação de equinos (cavalos), asininos (asnos, burros e jumentos) e muares (mulas) – movimenta em torno de R$13,0 bilhões por ano no País, sendo R$7,78 bilhões referentes aos chamados animais "de lida" e o restante diz respeito aos cavalos de raça.

Estima-se em 8 milhões o plantel de equinos, muares e asininos no Brasil. Somente o setor de criação de equinos seria responsável pela geração de 800 mil empregos diretos e 3,5 milhões de empregos indiretos.

Como destacado pelo autor do PLS, a incorporação ao ordenamento jurídico das melhores práticas para estabelecer diretrizes à formulação de políticas que fomentem a eficiência contribuirá decisivamente para o desenvolvimento sustentável da equideocultura, viabilizando a estrutura necessária para o combate preventivo de bactérias que têm potencial para prejudicar a saúde dos rebanhos. Nesse sentido, será possível combater, com propriedade, doenças como o mormo, o qual é comum em território nacional devido à vigência de normas sanitárias pouco efetivas para o setor e à falta de fiscalização – até os dias atuais, o mormo resulta no sacrifício de centenas de animais todos os anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ademais, em audiência pública realizada nesta Comissão, no final de 2014, para instruir o PLS em tela, houve consenso no sentido de que há necessidade de aprimoramento das informações estatísticas, melhoria de organização do setor e modernização da legislação.

Representantes do setor destacaram que a equideocultura emprega mais que o setor automobilístico, com mais de 3 milhões de trabalhadores atuando direta e indiretamente.

Entre os desafios, foi ressaltado que as seguintes questões devem ser enfrentadas nos anos vindouros:

a) Qualificação de mão de obra;

b) Resolver o problema da ocorrência da doença do mormo;

c) Modernização da legislação;

d) Aprimoramento do projeto pecuário equino;

e) Melhor organização do setor.

Manifestou-se, na audiência pública ora citada, irresignação quanto à qualificação da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como "incipiente", conforme consta da justificação da matéria.

Com relação ao assunto, cumpre-nos esclarecer que somente os dispositivos são possíveis de alteração pela relatoria, e, além disso, o próprio autor, o nobre Senador Antonio Aureliano, assentiu que a Câmara é, sem dúvida, essencial para encaminhar soluções indispensáveis para o setor.

Relativamente aos problemas relacionados à Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, conhecida como a Lei do Rodeio, que estariam dificultando a realização dos eventos, decidimos apresentar requerimento de audiência pública para entendermos melhor a questão e, de posse das informações apropriadas, decidirmos qual seria a melhor estratégia para preservar os interesses coletivos, sem desconsiderar a importante contribuição social e cultural dessa atividade para o País.

Por outro lado, decidimos propor novo capítulo para tratar da atividade turística e do fomento à equideocultura, conforme sugestão do MAPA, e com a consequente revogação do Título III – Atividade Turfística – da atual Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

A exploração de apostas de jogo no Brasil é proibida por lei, salvo, entre outras situações, as apostas sobre corridas de cavalos. Essa modalidade de jogo é permitida com o objetivo único de proporcionar recursos para o fomento da equideocultura nacional.

A legislação vigente determina que compete ao MAPA o fomento da equideocultura nacional, para o qual conta com o aporte financeiro decorrente do pagamento de taxas mensais por parte das entidades turfísticas que exploram apostas em corridas de cavalos.

Entende-se que há, na Administração Pública, órgãos que possuem competências relacionadas com a exploração de jogos e loterias, os quais seriam, portanto, capazes de realizar o controle e a fiscalização da exploração das apostas com maior eficiência.

Reforça-se que apenas as atividades de fomento à equideocultura – tais como boas práticas de manejo racional, bem-estar animal, melhoramento genético, nutrição, sanidade e melhoria da qualidade das pastagens – devem ser competência desse Ministério.

Nesta proposta, as taxas mensais a serem pagas pelas entidades turfísticas, previstas na Lei nº 7.291, de 1984, foram atualizadas para a moeda vigente e mantidas sem alteração de valor em relação ao que hoje é aplicado pelo MAPA.

Considerando que a autorização para exploração de apostas somente é permitida para obtenção de recursos destinados ao fomento da equideocultura, a Lei nº 7.291, de 1984, determina que os valores apurados pelas entidades turfísticas devem ser revertidos em benefício da própria atividade, assim, os percentuais já vigentes foram mantidos nesta proposta.

As penalidades devem sempre estar previstas em lei, portanto as penalidades já existentes na Lei nº 7.291, de 1984, foram mantidas nesta proposta, sem alterações.

Em face da importância do setor, entende-se que a proposta ora em análise, com a emenda que propomos, mostra-se oportuna e poderá contribuir para a ampliação do emprego e da renda nacional, bem como incentivar a manutenção e expansão do plantel no País.

O voto, Srª Presidente.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRA

Incluam-se os seguintes artigos ao PLS nº 254, de 2014, renumerando-se os demais:

CAPÍTULO VIII

DA ATIVIDADE TURFÍSTICA E DO FOMENTO À EQUIDEOCULTURA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Art. 14. A realização de corridas de cavalo, com exploração de apostas, é permitida no País com a finalidade de suprir os recursos necessários ao fomento e fiscalização da equideocultura nacional.

Art. 15. O Poder Público federal atribuirá a órgão de sua estrutura a competência para emitir autorização a entidades turfísticas, para exploração de apostas, atestada sua viabilidade técnica e econômica.

Art. 16. As entidades turfísticas ficam sujeitas ao pagamento mensal de uma contribuição ao Poder Público Federal, destinada à fiscalização e ao fomento da equideocultura no País, calculada sobre o valor total do movimento geral de apostas do mês anterior, de acordo com a seguinte Tabela Percentual:

A tabela traz o movimento médio de apostas, por reunião, do mês anterior. Aqui tem a tabela: abaixo de R$47,5 mil, isento; de R$47,5 mil a R$66,5 mil, 0,5%; de R$66,5 mil a R$76 mil, 1,0%; acima de R$76 mil, 1,5%.

Parágrafo único. Para fins de cálculo da contribuição de que trata o *caput* deste artigo, do valor total do movimento geral de apostas do mês anterior serão deduzidos:

I – os valores pagos aos apostadores; e

II – os valores pagos, a título de prêmio, aos proprietários, criadores de cavalos e profissionais do turfe.

Art. 17. No mínimo 97% dos recursos auferidos com apostas e outras receitas turfísticas de qualquer natureza, deduzidos os encargos trabalhistas, previdenciários e as contribuições devidas ao Poder Público, serão empregados para atender às despesas de interesse turfístico, assim consideradas as que, por qualquer forma, digam respeito ao turfe ou ao cavalo de corrida em geral, e no máximo 3% serão utilizados para as despesas gerais das entidades turfísticas.

Art. 18. As infrações às disposições deste Capítulo, bem como de seu Regulamento, apuradas em processo administrativo, serão punidas com as seguintes penalidades, aplicadas pelo Poder Público federal:

I – advertência;

II – multa de R$ 19,00 (dezenove reais) a R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência;

III – cassação da autorização para funcionamento.

§1º A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

§2º As penalidades serão aplicadas em conformidade com a natureza da infração, as suas circunstâncias agravantes e os antecedentes do infrator.

.....

Art. 21. Revogam-se os arts. 6º a 16 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

Fiz questão de ler todo o relatório, Srª Presidente, porque é uma lei muito importante, é muito detalhada. Muitas reuniões foram feitas, e nós conseguimos fazer esse relatório em consenso com os produtores, com o MAPA, com as entidades envolvidas e, principalmente, com o nosso colega Antonio Aureliano, que é o propositor dessa regulamentação, quem homenageio, parabenizando-o pela iniciativa e pelo trabalho que fez para reunir todos aqueles que têm interesse com relação ao assunto, para que chegássemos nesse relatório a um consenso de todos os envolvidos para o bem da geração de emprego no nosso País.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Acir Gurgacz, pelo detalhamento de um projeto com essa envergadura. Quando o senhor fala que a renda produzida por esse setor é de R$13 bilhões, não podemos ignorar. Isso é apenas uma estimativa, e pode ser muito maior que isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E a quantidade de empregos gerada é de mais 3,5 milhões indiretos, 800 mil diretos.

É uma situação de que não tinha conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente viu isso...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Foi nas audiências públicas que fizemos que tivemos conhecimento de todo esse trabalho que é feito e do quanto o Brasil pode crescer nesse setor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor mencionou um problema que hoje o plantel de equinos está vivendo no Brasil, que é a questão do mormo.

O nosso Senador Otto Alencar, da Bancada da Bahia, é um especialista nisso, e certamente terá prazer em apoiar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O mormo afeta os animais, é imperceptível, e provoca um prejuízo muito grave a algumas coudelarias, como se chama em Pernambuco, ou haras, no Rio Grande do Sul, porque foram abatidos os animais sem terem seguro. Então, o abate significou a morte de um animal e o prejuízo foi do criador.

Por conta disso, queria convidar todos para um evento, porque um dos eventos mais importantes da Expointer, a disputa do Freio de Ouro, onde se demonstra a capacidade, a destreza e a habilidade dos cavalos crioulos e dos cavaleiros. O Freio de Ouro é uma disputa de maior prestígio. Há arquibancadas onde as pessoas observam a habilidade, a capacidade do animal e, sobretudo, a destreza dos seus cavaleiros.

Existe no Nordeste, do Senador Roberto Muniz, digamos uma cultura ligada aos burros, aos jericos, às mulas. E houve até uma discussão de que estavam os abatendo, eles estavam morrendo na estrada, abandonados.

No Rio Grande do Sul, exporta-se carne de cavalo para países que têm hábito de consumi-la. Para o gaúcho isso é uma heresia, eu diria, porque o cavalo faz parte do cenário cultural; é o amigo do homem tanto quanto o cachorro. No Rio Grande, acho que o cavalo tem mais esse sentido desse vínculo, eu diria, atávico, com a própria história do Rio Grande. É o cavalo, não é? Mas é um tema da maior relevância econômica para o Brasil todo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu só quero fazer um correção, Presidente. Eu, na minha leitura, pronunciei a palavra turística. É turfística.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É turfística.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É turfística; não turística.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia lhe perguntar, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para, em tempo, fazer essa correção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no Rio Grande do Sul, há cancha reta. Lá tem o hipódromo, mas há cancha reta no interior – eles fazem muito e são muito prestigiados. E, em outras regiões, na Região Sudeste, há os criadores de quarto de milha, mangalarga e outros também, appaloosa, cavalo árabe. Então há uma enorme variedade de raças de cavalos que nós produzimos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então eu consulto se o Senador Roberto Muniz ou o Senador Wellington querem falar do tema; senão suspendemos a discussão para votar em outra oportunidade. (*Pausa.*)

Então está suspensa a discussão.

Eu gostaria de contar com o apoio do Senador Roberto Muniz para leitura *ad hoc*...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Suspende ou encerra a discussão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Suspendemos a discussão. E, aí, passamos ao item 5:

ITEM 5
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2014
- Terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Fleury

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014
- Terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 268/2014, com a emenda que apresenta, e prejudicialidade do PLS nº 382/2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2- O Projeto foi apreciado pela CMA, com Parecer favorável ao PLS 268/2014 e prejudicialidade do PLS 382/2014.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Roberto Muniz, para proferir o relatório em substituição ao Relator, Senador Cidinho Santos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Substituindo o Senador Cidinho Santos, o relatório em exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 268, de 2014, de autoria do Senador Fleury, e o PLS nº 382, de 2014, do Senador Wilder Morais, que alteram as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

As proposições em análise se assemelham em forma e conteúdo, razão pela qual passaram a tramitar em conjunto, a partir da aprovação do Requerimento nº 1.199, de 2015.

Ambas as proposições se pautam pela priorização do uso sustentável dos equipamentos de irrigação na política de irrigação e drenagem, de modo a compatibilizar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente.

Ademais, as duas proposições em exame se inclinam a incentivar o desenvolvimento de pesquisas e de sistemas de irrigação que usem fonte de energia fotovoltaica, além de priorizarem, na gestão da Política Nacional de Irrigação, o desenvolvimento de pesquisas que promovam a alocação sustentável dos equipamentos, incentivando o uso de fontes alternativas de energia nessas atividades, a exemplo da energia solar fotovoltaica.

O fundamento principal apresentado pelos autores das proposições se orienta a estabelecer que o desenvolvimento de pesquisas e de sistemas de irrigação alimentados com energia fotovoltaica pode proporcionar importantes benefícios para a agricultura brasileira.

Vamos à análise.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa o PLS nº 268, de 2014, e o PLS nº 382, de 2014, em consonância com o disposto no art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui a esta Comissão competência para opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, da irrigação e drenagem e da utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos.

Inicialmente, invocamos o art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno desta Casa, em virtude das semelhanças de forma e conteúdo entre as proposições examinadas, para considerar a iniciativa mais antiga em detrimento da mais recente, e assim proceder em relação às emendas apresentadas. Dessa forma, o PLS nº 382, de 2014, e suas emendas restam prejudicados.

Quanto ao PLS nº 268, de 2014, cabe observar que o respeito das disposições propostas ao ordenamento jurídico vigente garante à proposição o alcance dos pressupostos de juridicidade.

No mesmo sentido, a iniciativa, que objetiva promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira, insere-se na ordem legal em vigor, respeitando em particular os seguintes pressupostos constitucionais:

a) compete privativamente à União legislar sobre águas e energia;

b) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

c) a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação;

d) não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida;

e) a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente, a irrigação;

f) durante 40 anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação, 20% na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido;

Em adição, a iniciativa se harmoniza com as disposições dos arts. 84 e 85 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que estabelecem que, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola, a política de irrigação e drenagem e suas diretrizes serão executadas em todo o Território nacional, de acordo com a Constituição, e com prioridade para áreas de comprovada aptidão para irrigação, áreas de reforma agrária ou de colonização e projetos públicos de irrigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

No mérito, a vocação natural do Brasil para a geração de energia fotovoltaica decorre de sua localização tropical, que permite regular incidência de raios solares em todas as regiões do País. Aproveitar esse potencial para, por meio da irrigação, tornar a agropecuária nacional ainda mais eficiente e sustentável significa um grande passo em direção ao desenvolvimento.

Convém ressaltar que a intensificação do uso da energia solar em todo o Território nacional para fins de irrigação desonerará a rede convencional de energia elétrica em momentos de crescimento da demanda urbana, com grande contribuição para maior equilíbrio no fornecimento de energia, com benefícios para todos os setores econômicos.

Entretanto, a redação original do PLS nº 268, de 2014, induz ao direcionamento da política energética para a modalidade solar fotovoltaica, em detrimento de outras fontes renováveis, como a eólica, a biomassa ou as pequenas centrais hidrelétrica, todas com enorme potencial de aplicação. Nesse sentido, apresentamos reparos ao texto original.

Vou ler agora o voto do nobre Senador Cidinho Santos.

Voto

Pelo exposto, votamos pela prejudicialidade do PLS nº 382, de 2014, e pela aprovação do PLS nº 268, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2014:

Art. 2º A Lei n° 12.787, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

> Art. 2° .....
>
> .....
>
> XIII – energias renováveis: fontes energéticas obtidas da natureza que são capazes de se regenerar, a exemplo da energia solar fotovoltaica, da matriz eólica, da biomassa, do biogás, das pequenas centrais hidrelétricas, dentre outras. (NR)
>
> Art. 13-A. Na gestão da Política Nacional de Irrigação, será priorizado o desenvolvimento de pesquisas para promover a alocação sustentável dos equipamentos, incentivando o uso de energias renováveis nessas atividades.
>
> Art. 14. No atendimento do disposto nos arts. 11, 12, 13 e 13-A, o poder público poderá apoiar, prioritariamente, os agricultores irrigantes familiares e pequenos. (NR)

Esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Roberto Muniz, que foi o Relator *ad hoc* do relatório do Senador Cidinho Santos, concluindo pela aprovação do PLS nº 268, de 2014, com a emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 382, de 2014.

Consulto os Senadores se querem discutir a matéria. Caso contrário, postegaremos a matéria para a próxima reunião, tendo em vista o quórum necessário. Como é terminativa a matéria, precisaremos de um quórum qualificado para votação nominal dos Senadores presentes.

Eu queria agradecer ao Senador pela gentileza. Já adiantamos. Ficamos apenas com o relatório do Senador Caiado e os dois que foram retirados.

Eu tenho dois requerimentos e vou fazer a leitura de um deles, que é do Senador Wellington Fagundes, para a defesa, e o votaremos na próxima reunião em função do mesmo motivo.

ITEM 8
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2016

Requeiro nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Voto de Aplauso em agradecimento e congratulações ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rondonópolis (MT), e em especial ao seu Presidente Francisco Olavo Pugliese de Castro, pela acolhida à CRA no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates para debater sobre Seguro Rural, durante a 44ª Exposição Industrial e Comercial de Mato Grosso, no dia 12 de agosto de 2016.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, que é o proponente do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, como eu pude já assistir, pois estava a caminho, V. Exª já fez o relato da nossa audiência pública ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Grande sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... lá em Rondonópolis.

Eu quero aqui agradecer a todos, a V. Exª, aos cinco Senadores que lá estiveram: Ao Senador Blairo como Ministro; ao Senador Cidinho; ao Senador José Medeiros e também ao Senador Elmano Férrer, eu falei lá Elmano Franco, mas ele é uma pessoa muito franca também. Ele é pessoa admirável. Além dos Deputados estaduais Adilton Sachetti, estava lá o Deputado Nininho, representando o Presidente da Assembleia que nos deu todo suporte, a Assembleia levou toda a estrutura, o UpLink e o caminhão com toda essa estrutura para fazer essa transmissão ao vivo.

É por isso que quero aqui fazer esse requerimento de agradecimento e enaltecendo também a figura do Francisco Olavo Pugliesi de Castro, que é o Chico da Pauliceia. O Chico da Pauliceia – cujo pai foi e é cliente meu, como médico veterinário e também na minha empresa de produtos agropecuários – teve o boi mais famoso do Brasil, a maior venda de sêmen do Brasil, um Panagpur. Ele é um grande produtor, um produtor de elite, mas também de produção na área de engorda e foi uma pessoa que fez todo o empenho não só para o sucesso da exposição agropecuária. Infelizmente não tivemos oportunidade de tempo para que vocês conhecessem aquele parque, um parque totalmente estruturado.

Quero registrar também a minha felicidade de poder participar daquela história. A Exposição Agropecuária de Rondonópolis estava há mais de dez anos paralisada. Logo que me formei, aos 22 anos, assumi a responsabilidade junto ao Prefeito Carlos Bezerra, que é Deputado Federal, foi Governador e, mesmo sendo adversário, me fez o desafio para que a gente pudesse soerguer a exposição e assim fizemos ainda num parque de exposição na antiga Vila Operária. Dois anos depois, o José Antônio de Ávila, que foi presidente da Famato, a Federação da Agricultura, trabalhou junto aos produtores, o ex-Governador Wilmar Peres de Farias conseguiu um recurso. E, depois, com outros tantos trabalhos, com a venda do prédio antigo conseguimos construir um dos parques mais modernos do Brasil nos espelhando em Esteio. Enfim, o arquiteto saiu viajando e conhecendo todos os parques de exposição do Brasil para construir, para fazer um projeto que representa essa modernidade do Estado de Mato Grosso dado principalmente o momento da agricultura.

Em nome aqui de toda a diretoria da Exposição Agropecuária, eu quero agradecer mais uma vez ao Francisco Olavo Pugliesi de Castro, o Chico da Pauliceia e espero que a gente possa ter esse requerimento aprovado. Espero que V. Exª tenha gostado da nossa cidade, Presidente, apesar de não dar tempo para conhecer muito, mas, pelo menos, o calor humano a senhora pôde sentir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes pela oportunidade que deu à Comissão e aos Senadores de lá prestigiarmos. Foi a primeira audiência pública em que estavam presentes cinco Senadores.

É claro que um deles Ministro, o Ministro Blairo Maggi, mas, além do Ministro, cinco Senadores. Quer dizer, os três Senadores do Mato Grosso, dos quais, incluindo o Ministro, o senhor e José Medeiros são de Rondonópolis, a base é Rondonópolis. O Senador Cidinho Santos é de outra região, mas é do Mato Grosso e o Senador Elmano Férrer e eu do Rio Grande. Então, era o Piauí, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso reunidos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu acho que na conta são seis, não é Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É seis, ministro, são seis com o Ministro Blairo Maggi e estava também a Deputada também de Goiás que foi lá também, estava presente sua convidada.

Eu penso que foi um evento muito importante, eu lamentei muito de não podido estar, mas, como eu lhe disse lá, aqueles Senadores voltaram compromissados com Rondonópolis em relação ao aeroporto, com a pista do aeroporto para facilitar um movimento maior lá de cargas e passageiros também. Então, conte conosco, com a Comissão, Senador, vamos deixar para votar na próxima semana em função do quórum, mas sem problemas, Senador, voltaremos na próxima semana...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, Presidente, eu gostaria apenas de agradecer também à equipe que lá foi nos acompanhando, o Secretário da Comissão Marcello Varella, que foi um dia antes para organizar tudo aquilo; também à assistente da Comissão Leomar Diniz; ao consultor Marcus Peixoto; e ainda ao analista legislativo Cleber Fernandes, que é da Liderança do meu Partido; à jornalista Karine Arcoverde e ao técnico da TV Senado também Newton Moraes.

Então, eu gostaria de agradecer, porque ninguém faz nada sozinho, se a gente teve condições de fazer um bom trabalho, se a senhora está sempre aqui fazendo essas excelentes audiências e as nossas reuniões é porque há aí toda uma estrutura. Em nome, então, do Marcello, eu quero agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O outro requerimento é de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 32, de 2016, para incluir como convidado na Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25/08/2016, destinada a discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, o Sr. Alberto Ercílio Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Então, com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria anunciar a presença aqui do nobre Deputado Estadual da Bahia Eduardo Salles, que foi Secretário de Agricultura do Estado, trabalhamos juntos, ele era meu chefe de gabinete, quando fui Secretário da Agricultura. É um ativista do setor. É uma pessoa que tem uma história muito grande na agricultura do Estado da Bahia, então, eu queria registrar sua presença e dizer da felicidade de tê-lo em nosso Partido, Partido Progressista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Eu queria agradecer, porque me encontrei com o Secretário, Deputado, nas audiências públicas lá em Ilhéus, quando estivemos e depois em Petrolina, estivemos juntos lá, não me esqueço disso. Ia fazer o registro, mas agradeço ao Senador.

Queria agradecer ao Senador Roberto Muniz pela leitura do relatório, Senador Flexa Ribeiro, Senador Acir Gurgacz pela relatoria dos dois projetos, Senador Wellington Fagundes e ao Senador Moka, que é o nosso companheiro aqui, que chega sempre cedo, é o que chega mais cedo. Nós rivalizamos para ver quem chega primeiro, ele ou eu. Às vezes, brincamos, mas ele só não está aqui porque está acompanhando uma visita oficial do Ministro Blairo Maggi e ele está na comitiva do Ministro Blairo Maggi, nosso colega Senador, ao Mato Grosso do Sul. Então, há razão justificada para isso.

Eu queria agradecer à assessoria do Ministério das Relações Exteriores, através do nosso grande Diplomata Braz, aqui presente; a todos os conselheiros da Consultoria Legislativa pela assessoria e ao trabalho daqui da Secretaria com o Marcello Varella.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE OUTUBRO DE 2016.

Às oito horas do dia seis de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e Antônio Anastasia. Deixam de comparecer os Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o encaminhamento de expedientes, em razão do compromisso assumido no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinado a discutir questões relativas à Cadeia Produtiva da Maçã, realizado na cidade de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, em 9 de setembro de 2016: Ofício nº 247/2016-SACRA, subscrito pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, encaminhando o Pleito da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM) ao Senhor Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ofício nº 248/2016-SACRA, subscrito pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, encaminhando o Pleito da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina (AMAP) ao Senhor Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ofício nº 249/2016-SACRA, subscrito pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, encaminhando o Pleito da Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã (AGAPOMI) ao Senhor Ronaldo Nogueira, Ministro de Estado do Trabalho. A Senhora Presidente comunica ainda o recebimento do Ofício nº 050/2016, de 19 de setembro deste ano, subscrito pelo Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), Sr. Júlio Augusto Kampf, solicitando o empenho desta Comissão, no sentido de promover gestões junto ao Ministério da Saúde, sobre estudos e pesquisa para avaliação e ajustamento de técnicas de aplicação aérea para combate ao mosquito transmissor da dengue e demais doenças que se tornaram epidêmicas em nosso País. Em resposta, a Senhora Presidente comunica que a Comissão apreciará o Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde, de sua iniciativa, sobre o andamento dos estudos em desenvolvimento para a utilização do uso da aviação agrícola no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika. Após as comunicações, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 32, de 2016, de sua autoria, destinada a discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, com a participação do Sr. Paulo Rabello de Castro - Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após a exposição do senhor convidado, os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, a Senadora Ana Amélia, e o Senador Antônio Anastasia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente, por sugestão do Senador Waldemir Moka, submete aos senadores membros da Comissão, em especial ao Senador Roberto Muniz, Relator das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Orçamento 2017, a destinação de 50% à emenda para a realização do Censo Agropecuário em 2017, e, ainda, a Senhora Presidente comunica que a Comissão solicitará ao Excelentíssimo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhor Eliseu Padilha, encontro para mostrar a gravidade da situação, com a participação do Excelentíssimo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Blairo Maggi. A Senhora Presidente anuncia a apreciação extrapauta do seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 46, DE 2016 – EMENTA: Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 7 de outubro de 2016, às 14 horas, para tratar de questões relativas à cadeia produtiva de laticínios e derivados no Brasil. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico que, tendo em vista a realização da reunião do ciclo de debates e palestras desta Comissão, em São Joaquim, Santa Catarina, no dia 9 de setembro do corrente, que teve a finalidade de debater a cadeia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

produtiva da maçã e, conforme ficou acertado naquela oportunidade, esta Presidência encaminhou os seguintes expedientes:

Ofício nº 247, datado de 19 de setembro deste ano, é destinado ao Exmo Sr. Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, encaminhando o pleito da Associação Brasileira de Produtores de Maçã sobre risco climático: programa de subvenção ao prêmio do seguro agrícola, programa de estímulo à cobertura dos pomares, aspectos fitossanitários, custeio e financiamento especial do estoque.

Também foi feito o Ofício nº 248, da mesma data, ao Ministro da Agricultura, encaminhando a demanda da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina sobre a erradicação e controle do cancro europeu, seguro agrícola, ampliação dos programas de habitação rural e urbana e a manutenção do impedimento da importação de maçã e pera da China, em função de riscos fitossanitários.

Ofício nº 249, da mesma data, encaminhado ao Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, Deputado, encaminhando o pleito da Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã (Agapomi) sobre normas de pagamento do abono salarial do PIS.

Comunico o recebimento do Ofício nº 050, de 2016, de 19 de setembro deste ano, subscrito pelo Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – Sindag, solicitando o empenho desta Comissão, no sentido de promover gestões junto ao Ministério da Saúde, sobre estudos e pesquisa para avaliação e ajustamento de técnicas de aplicação aérea para combate ao mosquito transmissor da dengue e demais doenças que se tornaram epidêmicas em nosso País.

Informo que, no dia 9 de junho deste ano, esta Comissão promoveu uma audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nº 12 e 16, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, sobre esse mesmo tema. Assim, estou apresentando, para posterior apreciação desta Comissão, o requerimento de informações, destinado ao Ministério da Saúde, para sabermos o andamento dos estudos em desenvolvimento para a utilização do uso da aviação agrícola no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika.

A presente audiência pública tem a finalidade de discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário 2017, com a presença, com muita honra para esta Comissão, do economista, Dr. Paulo Rabello de Castro, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por que nós fizemos essa proposta de audiência pública? Foi em função dos riscos da não realização deste censo, que é fundamental para que o País, que hoje é um dos mais importantes *players* no agronegócio, na produção agropecuária, não só no mercado interno, garantindo o abastecimento da produção alimentar, nutricional, mas especialmente no comércio internacional. E termos estatísticas confiáveis, dados confiáveis é extremamente importante. E essa responsabilidade cabe a uma fundação pública, que é o IBGE, para promover esse relevante trabalho de conhecimento e também de informação para a Casa Legislativa.

Por isso, eu agradeço antecipadamente a presença do Dr. Paulo Rabello de Castro e queria, de antemão, Dr. Paulo, explicar-lhe que nós – e eu quero agradecer muito ao Senador Moka – estamos ainda insones, porque a sessão do Congresso Nacional, pelas normas regimentais, de, eu diria, direitos da minoria de fazer uso da obstrução, que é legítima... Mas isso compromete o andamento dos trabalhos, e não é justo, eu penso, que a maioria seja submetida a um sacrifício, porque, como bem destacou o Senador Moka ontem, no plenário da Câmara, onde se realiza a sessão do Congresso, que nós, Senadores, mesmo estando lá durante horas e horas a fio, aguardando a nossa vez chegar...

Porque o telespectador, o ouvinte que está acompanhando não entende aqueles procedimentos que são regimentais. Então, depois que se apreciam a série de vetos em exame na Câmara dos Deputados, se algum dos vetos é derrubado, ele tem que ser submetido à apreciação na Casa seguinte, que é o Senado Federal. Mantidos os vetos todos pela Câmara, o Senado não vota, mas a presença dos Senadores é exigida ali, no plenário. Foi o que aconteceu conosco.

Então nós, ontem, praticamente perdemos, eu acho que umas 10 horas lá, que ficamos naquilo, ou um pouco mais, porque à tarde também tivemos sessão. Então, foi inútil a nossa presença lá.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Voo internacional e inútil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, um voo internacional inútil.

E dá um desgaste isso, porque a gente cumpre a missão e sequer da presença no painel é dado o conhecimento, porque a sessão é apenas de uma parte das Casas do Congresso Nacional. Então, percebemos também, claro, existem falhas no comando de um processo desses: marca-se uma hora, começa-se depois; marcou-se às 14h, depois começou às 19h, e assim por diante.

Mas eu queria só lhe dizer isso, em função de que alguns Senadores ontem me manifestaram: "Ah, a sua reunião..." E alguns disseram: "Eu nunca quero participar dessa sua Comissão, porque você começa muito cedo." Quer dizer, às 3h, nós chegamos em casa, 3h dessa madrugada, e estamos aqui cumprindo, em homenagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

e respeito ao senhor também, porque havíamos já marcado; não seria de bom tom que, àquela hora da noite, cancelássemos esta audiência pública, que eu considero extremamente relevante. Então, eu quero agradecer ao Senador Moka e dizer-lhe que, por esse motivo, outros Senadores que manifestaram o desejo de vir estão exatamente também com o estresse das dificuldades.

Eu queria também agradecer a presença do Dr. Castilho, o Cel. Castilho, que é o braço direito do Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi. Sua presença aqui muito nos honra, com a equipe também do Ministério, para dar prestigiamento à exposição que o Dr. Paulo Rabello de Castro fará. Agradeço também à equipe técnica do Senado, que vai também compartilhar das informações com o Presidente do IBGE.

Então, dito isso, eu passo a palavra ao Presidente do IBGE.

Senador Moka, por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vou ser muito objetivo, mas eu queria registrar que para mim, pessoalmente, é importante. Hoje, Dr. Ulysses Guimarães, se fosse vivo, estaria completando cem anos de idade. Então, para nós, do antigo MDB, de que eu me orgulho muito de pertencer lá, no Estado, ainda na Liderança do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... ex-Governador, ex-Senador Wilson Barbosa Martins, Plínio Barbosa Martins e tantos outros, lideranças do partido... Estou citando as pessoas que me inspiraram a fazer parte do antigo MDB.

Então, registro que tudo aconteceu em outubro, não é? A Constituição...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ontem, 28 anos!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vinte e oito anos, e o falecimento também, depois, aquela tragédia do acidente aéreo. Morreu com a esposa e também com o ex-Senador Severo Gomes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Severo Gomes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, tudo no mês de outubro.

Eu queria apenas fazer esse registro, ao tempo em que também digo ao Dr. Paulo Rabello de Castro, que os outros Senadores não estão aqui. Eu e a Ana Amélia, talvez pela idade. Gente com essa idade dorme pouco mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é o meu caso, Senador. Eu gosto de... Eu durmo bem. Não adianta provocar, porque ele é meu amigo, viu, Senador?

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – E dorme bem porque é jovem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente isso aí! Obrigada, Dr. Paulo. Vamos fazer outra audiência novamente.

Eu queria também informar, aproveitar aqui. Eu penso que os telespectadores que costumam, no Brasil inteiro, acompanhar os trabalhos da nossa Comissão. Esta é uma audiência pública transmitida ao vivo, evidentemente, pela TV Senado, e os ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV podem participar do debate, fazendo perguntas ou sugestões nos seguintes contatos eletrônicos. Pela internet: www.senado.leg.br/ecidadania – tudo junto.

Pelo telefone, as perguntas podem ser encaminhadas por uma ligação gratuita, por telefone fixo, celular ou público. O telefone é 0800-612211. Então, estamos também à disposição.

O Dr. Paulo Rabello de Castro está com a palavra para sua exposição.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas! Bom dia Brasil! Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, a quem cumprimento carinhosamente e também consoladamente, pelo caráter insone desta audiência – para os dois Senadores presentes. No entanto, já ressalvo e ressalto que, apesar de serem dois, representam seletivamente o que há de mais importante, mais destacado nesta Casa, que é o Senado Federal.

Portanto, agradeço ao Senador Moka e à senhora pelo esforço de comparecerem e realizarem esta audiência, que é vista e assistida por todo o Brasil.

Então, eu considero que... Eu cumprimento os consultores legislativos aqui presentes e o Dr. Castilho, que aqui representa o Sr. Ministro da Agricultura, com quem estivemos ontem, juntamente com o próprio Castilho e o Presidente da OCB, o Deputado Osmar Serraglio e outras autoridades, que nos acompanharam, inclusive o ex-Ministro da Agricultura Francisco Turra. Todos unidos, Senador Moka, dentro de um único pensamento: o de resgatar as verbas necessárias à realização do Censo Agropecuário 2017.

Eu estou aqui como Presidente do IBGE, recém-chegado àquela casa, que tem sede no Rio de Janeiro. Portanto, estou aqui deslocado, com muito prazer e gosto. Acho que 8 horas da manhã é um horário adequado para uma comissão de agricultura, diga-se de passagem, porque é um horário bem matutino – o produtor rural acorda cedo, e nós acordamos cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E é um pouco disso que o Brasil tem que fazer: acordar cedo para discutir o que é mais importante, deliberar o que é mais necessário para a recuperação da sua economia e para a projeção internacional de um país que merece estar melhor do que está neste momento.

Falar do censo agropecuário não é só falar da agricultura brasileira. É muito importante que a gente diga que... Estou aqui como o Presidente do IBGE, como ressaltei, não para falar de um levantamento, de uma coleta de dados, que será útil para o planejamento da agricultura – isso é bem verdade que o será.

Eu venho aqui, Senadora, e faço uma homenagem emocionada ao Parlamentar, ao grande estadista e ao grande brasileiro que foi Ulysses Guimarães, porque ele representava e representa ainda, para nós, a presença da democracia e, portanto, a presença do caráter civilizatório do nosso esforço de preservar os direitos políticos do cidadão e a prosperidade para todos, em um ambiente de democracia efetiva, de cidadania efetiva. Isso tudo foi Ulysses Guimarães.

Hoje, ao falar de Censo Agropecuário, nós não estamos falando, como disse, apenas em coletas para um planejamento agrícola, nós estamos falando de civilização, nós estamos falando de muito mais do que simplesmente planejar para um determinado setor.

O censo agropecuário, assim como todos os outros censos, e gostaria de começar mostrando exatamente o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, ele não é uma jabuticaba. Não é uma invenção brasileira e que, portanto, pode ser adiada por uma decisão monocrática. Como o foi, e registro aqui, porque o próprio Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, por quem tenho imensa consideração, inclusive sou servidor dele, porque o Ministério é que subordina o IBGE, me disse, me confidenciou que fazia aquele corte naquele momento no PLOA, no Projeto de Lei Orçamentária deste ano, que ainda está em tramitação, com muito desgaste pessoal, porque ele acreditava, e ainda acredita, que será possível a colocação de uma emenda – e para isso estamos aqui, para discutir como seria: se uma emenda da própria Comissão de Agricultura, se uma emenda de bancada, se uma mensagem presidencial – para resgatar essa verba e a realização do censo.

E, como eu disse, este não é um censo inventado pelo Brasil e colocado numa legislação brasileira qualquer. Ele tem fulcro num trabalho que os Estados Unidos realizam, e ali estou projetando todas as realizações de censo agropecuário. Para além disso, existe o enorme e importante censo demográfico norte-americano e os demais censos econômicos, inclusive o industrial, que também realizamos aqui. E vejam que o censo é realizado nos Estados Unidos a cada cinco anos. E não é outra a legislação brasileira, que ordena, que comanda a realização de um censo a cada cinco anos para os setores econômicos.

No caso da indústria, comércio e serviços, devido a um cadastramento muito pormenorizado que o IBGE conseguiu fazer nos últimos anos, Senadora Ana Amélia, nós conseguimos realizar, por assim dizer, um censo contínuo para os demais segmentos que não o do agronegócio. E neste momento estamos justamente preparados para, nesta realização do censo agrícola brasileiro, dessa próxima que ainda quero dizer que será em 2017, recuperarmos a informação final do cadastro das cinco milhões de propriedades rurais brasileiras, de forma que, a partir de agora, tenhamos informações não só quinquenais, não só decenais de atualização, mas possamos ir a campo de modo amostral, fazendo atualizações censitárias anuais e, portanto, entramos num novo momento, numa nova época. Este investimento ainda tem este elemento de modernização.

Portanto, o censo agropecuário brasileiro não é jabuticaba, ele segue as recomendações da FAO, que é a Organização para a Agricultura da ONU, ele segue os mesmos princípios adotados no Canadá, na Austrália, em outros grandes países de vocação agrícola como o nosso, e, portanto, além de ser uma atitude *contra legem*, por assim dizer, contra a lei, não realizar o censo – e por isso advertimos até o Senado e a Câmara de que estariam incursos, por assim dizer, numa omissão legal, que deveria ser a todo custo evitada –, para além disso, nós deveríamos dizer que, como eu disse, é civilizatório fazer um censo. Assim fazem os grandes países.

Não custa imitar os grandes exemplos, e há de haver uma razão por que os grandes países e as grandes democracias se informam e mantêm a sua sociedade altamente informada de tudo o que ocorre.

E também devemos nos perguntar, e aí criticamente, Senador Moka, por que é que a administração federal anterior teria pedalado o censo em 2011, porque, se quinquenal, e o último foi realizado em 2007, por que a administração anterior, sem nenhuma justificativa, que hoje existe, de fato, que é um aperto fiscal extraordinário e, portanto, a realização vai se dar, se ocorrer, e espero que ocorra, com um grande sacrifício de outras contas orçamentárias, isso não resta a menor dúvida, porque não cabe tudo ao mesmo tempo no orçamento, e essa é a única razão pela qual o Ministro, como disse, de forma doída, e eu acho que equivocadamente, cortou a linha, a alínea, a rubrica do censo naquele momento, com o superávit primário, com uma relativa folga fiscal, inclusive cacarejando que havia uma brilhante execução fiscal em 2011 e 2012, Senadora Ana Amélia. A administração federal anterior simplesmente omitiu o censo, e o IBGE teve que se resignar a esperar pelo novo quinquênio, por assim dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mas devo aqui, inclusive, anotar, embora não seja pauta nossa, que foi pedalada também a contagem da população. Porque, para além do censo demográfico – o último foi realizado apenas em 2010, o próximo será realizado em 2020 –, mas para que todo o Brasil não fique sem uma contagem populacional, para todos aqui presentes e principalmente os consultores legislativos saberem da importância dessa contagem, os Municípios brasileiros recebem as suas cotas-partes de Fundo de Participação, o FPM, olhando todo dia para os dados do IBGE, enviando cartas para o presidente do IBGE pedindo recontagem de população, porque, principalmente aqueles que têm Municípios mais dinâmicos, que têm Municípios onde a população está aumentando mais do que proporcionalmente da média, por mais que o IBGE procure ajustar estimativas desse crescimento populacional, muitos prefeitos se acham lesados pelo fato... E possivelmente o estarão, porque têm informações, por assim dizer, sintomáticas de que a população não é exatamente, sei lá, 19 mil, mas já passou de 20 mil e, portanto, teriam direito a um aumento da sua receita fiscal, que lhe é tão útil.

Não realizar a contagem da população é apagar as luzes do aeroporto esperando que o avião aterrisse no escuro. Por que teria a administração federal anterior lesado o País de uma informação agropecuária em 2011 e lesado o País de uma contagem populacional em 2015? Por que motivo, Senador? Me diga! Que tipo de informação estariam eles obliterando, ofuscando, reprimindo e suprimindo de todos nós? Será que seria preciso isso? Daí a importância de recuperarmos essa verba e realizarmos esse censo, que esta administração não pode repetir, exatamente, o erro de outras.

Como diria o nobre e ex-participante desta Casa, Senador Roberto Campos, nós, quando queremos cometer erros, devemos pelo menos tentar escolher erros novos, não repetir erros antigos. E suprimir o censo agropecuário neste momento, esta administração, é repetir um erro gravíssimo, cometido pela administração da ex-Presidente.

Portanto, nós temos que, realmente, do ponto de vista político, recuperar aquilo que, de fato, não é uma jabuticaba, é uma tradição estatística.

O Brasil realizou o seu primeiro censo agropecuário – só para que todos os telespectadores, inclusive que nos acompanham, estejam sabendo disso –, em 1920. Os senhores imaginam – transportemo-nos por um minuto no mesmo vasto ermo territorial brasileiro, tentando fazer um levantamento, Senador Moka, lá pelos anos de 1920, a minha mãe, ainda viva, felizmente, a quem homenageio também, é de 1919 o nascimento dela, tem quase 98 anos, eu imagino, saído, inclusive, da chamada gripe espanhola, onde morriam pessoas pela rua afora – realizar um censo agropecuário?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De carroça.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – De carroça!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E no lombo de burro.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Correto, Senadora.

Então, não é desculpa o Brasil não realizar esse censo! Nada justifica a sua não realização! E o IBGE, que é fundado em 1936 pelo Presidente Getúlio Vargas, que acendeu as luzes do aeroporto, e nisso foi inspirado por um grande brasileiro, o Mário Teixeira de Freitas, que vinha insistindo junto a ele e recebeu o apoio de um principal secretário de Getúlio – e faço aqui uma homenagem a Luís Simões Lopes, que era gaúcho de Pelotas e um grande brasileiro, que depois veio a formar o que veio a ser a minha Fundação Getulio Vargas, onde me dediquei 20 anos como professor e como pesquisador, e como redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica* e onde eu publicava os dados do IBGE e publicava todos os dados do censo agropecuário.

O último censo, portanto, é de 2007, e agora vamos um pouco para os números: então vocês observem bem como que o nosso censo, ele tem um custo que beira R$1 bilhão, porque ele, de fato, utiliza o sistema que a gente chama de sistema amplo, um sistema de cobertura integral. Nos Estados Unidos, há um corte, portanto, o número de unidades visitadas é de apenas dois milhões de unidades, como está ali na primeira linha, porque eles não visitam as pequenas unidades de alto consumo, as unidades de agricultura familiar, que são tão importantes para a realização das políticas sociais para o campo.

Portanto é exatamente a atenção especial que tem que ser dada a esta agricultura de baixo nível de valor de produção, porque a regra mais ou menos 80-20, 20-80, funciona, Senador: mais ou menos 20% do número de agricultores e pecuaristas são responsáveis lá por uns 80% da produção brasileira, enquanto 80% dos agricultores, por serem pequenos, por praticarem uma agricultura de consumo próprio e com um pequeno saldo que vão para o mercado local de verduras ou de galinhas, seja lá de que for, mas são brasileiros, e que pagam impostos do mesmo jeito, eles são 80% desse número integral de brasileiros, são 16,5 milhões que estão ali nessas cinco milhões de propriedades, mas produzindo apenas 20% do valor de produção.

Portanto o censo agropecuário não é apenas um censo de valor da produção. Nós não estamos apenas correndo atrás dos grandes produtores do Mato Grosso, inclusive o nosso Ministro da Agricultura, a quem eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

homenageio muito, Blairo Maggi, o Scheffer e outros grandes e homenageados produtores brasileiros, a quem nós devemos, por exemplo, o grande saldo comercial brasileiro.

Além do mais, diga-se de passagem, a agricultura paga esse censo, sendo responsável por praticamente 100% do saldo comercial brasileiro dos últimos cinco anos. E, diga-se de passagem, Mato Grosso é responsável por uma boa parte desse saldo de 100%. E, portanto, a agricultura já pagou esse censo. O dinheiro é que sumiu nos cofres de Brasília.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No caixa único.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – No caixa único.

De forma que, quando a gente compara com o México, você veja que o México, sim, ele também tem uma vocação de análise social, porque ele visita 5,5 milhões de propriedades; portanto até um pouco mais do que nós, porque aí eles são muito minifundiários, acompanhando 8 milhões de pessoas.

E, obviamente, por outro lado, a gente pode também ficar feliz de não sermos como a China, que teria que visitar 200 milhões de propriedades, onde estão mais de 300 milhões de almas. Portanto há situações de censos um pouco mais econômicos, por assim dizer, mais baratos – o censo australiano, que visita apenas 157 mil propriedades, a maior parte delas grandes ranchos, grandes plantações de algodão, por exemplo, onde eles são fortes –, e obviamente cada situação é diferente.

O importante é que nós devemos considerar que a gente não deve ficar tergiversando muito entre se devemos ou não devemos. Eu acho que o Senado Federal e a Câmara Federal devem... Senador Flexa Ribeiro, muito bom dia. Nós devemos simplesmente nos ater a cumprir a lei. E a Lei nº 8.184, em vigor, no seu art. 1º, diz que:

> a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos [aí incluído o da agropecuária], realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...] será fixada por ato do Poder Executivo, [portanto envolvendo a figura do Presidente da República diretamente], não podendo exceder a dez anos [de prazo no caso dos] [...] Censos Demográficos e [não podendo exceder] a cinco anos [de prazo, no caso dos] Censos Econômicos.

Portanto, verifiquemos, Senadora, que a responsabilidade do Poder Executivo é direta. Esta lei não comina nenhum crime de responsabilidade, e só por isso não deveríamos ficar com receio de que amanhã possamos ter uma inquirição da mesma ordem que, de alguma forma, se bateu contra a administração federal anterior. Mas isso não deve ser para nós conforto de dizer: então, por causa de não haver uma coerção estabelecida...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... não vamos fazer censo.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ... então não vamos fazer censo, entendeu? Ou seja, eu acho que se impõe aqui pelo Senado e pela Câmara, em audiência com o Presidente da República – e aí gostaria de ouvir a posição das Srªs e dos Srs. Senadores – no sentido de saber se não seria útil que a Comissão, inclusive, visitasse o Ministro Eliseu Padilha, em companhia do Ministro da Agricultura Blairo Maggi e de demais autoridades, para que uma eventual mensagem do próprio Poder Executivo recompusesse isso. O censo não pode ser esquecido. Ele foi esquecido e pedalado em 2011, como eu disse; ele foi pedalado de novo, aliás, devo também registrar aqui, neste ano, em 2016: porque havia uma verba inicial para a compra dos dispositivos móveis, e, diga-se de passagem, o censo agropecuário brasileiro vai se realizar desta feita, Senador, com uma alta tecnologia de dispositivos móveis, os tais *tablets*, com os quais nós já vamos acompanhando a realidade agrícola de cada visita, de cada entrevista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – *On-line*?

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – *On-line*.

Esses dispositivos móveis serão depois utilizados no Censo Demográfico. Portanto, é um investimento que estava para ser feito agora em 2016. É um investimento caro porque, no caso do Censo Demográfico, são cerca de 200 mil recenseadores. Nós vamos comprar dispositivos para 85 mil entrevistadores do Censo Agrícola. Portanto, é um exército de pessoas que são treinadas e, durante 5 meses, se tornam funcionários, celetistas obviamente, *pro tempore*, e realizam esse trabalho patriótico, mas são remunerados. Não são remunerados regiamente, mas são remunerados de modo que, durante esses 4 ou 5 meses, entre o treinamento e as entrevistas, visitem 5 milhões de propriedades e enviem informações *on-line*. Pois bem, para isso precisávamos comprar os dispositivos, pois são muito antiquados os atuais que nós estamos usando. Obviamente, essa tecnologia muda muito rapidamente. Os atuais dispositivos do IBGE nem mais conversam eletronicamente com as nossas...

Senador Anastasia, muito bom dia!

Então, portanto, nós teríamos de ter comprado isso. Curiosa e paradoxalmente, Senadora Ana Amélia, as verbas que constavam para a compra desses dispositivos neste ano, no mês de março, transitaram para a Presidência da República. Foram parar na Presidência da República estranhamente. O IBGE recebeu uma carta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

dizendo que o Censo está suspenso *sine die*. Então, gostaria que os Srs. Senadores meditassem que quando uma administração cai não cai só pelos pecados oficiais que foram avaliados, ela cai por muito mais. Quando ela pedala, ela não pedala só pelo que foi verificado oficialmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na contabilidade.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Pela contabilidade, por um determinado tribunal. Ela cai porque pedalou moralmente, ela pedalou o básico, ela pedalou a civilização, ela pedalou as luzes do aeroporto que foram apagadas.

O Brasil tem de aprender a fazer aquilo que precisa ser feito. Não precisaria o Presidente do IBGE estar aqui suplicante a dizer que a República cumpra a lei. E quando nós começarmos a fazer o que precisa ser feito no momento certo, o Brasil há de recuperar o PIB e o IBGE vai começar a calcular PIBs positivos, porque há 3 anos nós só calculamos PIBs rabo de cavalo, que só crescem para baixo. Nenhum planejamento existe para PIB negativo, para crescimentos que não são crescimento, que são decréscimos, que são desempregamentos, como os 12 milhões de desempregados. Toda essa realidade é um apagar de luzes da civilização brasileira, que nós precisamos recuperar neste momento.

Portanto, entrando numa parte técnica, como dizia, haveremos, ano que vem, de fazer essa verdadeira frente de trabalho, empregando quase 100 mil brasileiros, temporariamente, para realizar o Censo. Quase 100 mil pessoas multiplicadas por um salário mínimo necessário à remuneração desses colaboradores vezes 5 meses dão esses 850 milhões, ao qual se somam as despesas de locomoção, as despesas de combustível. Obviamente, o Brasil vai ser palmilhado, porta a porta, e é longe, rio por rio, rincão por rincão, para fazer esse retratamento da realidade não só agropecuária, mas rural.

E o custo por estabelecimento é de cerca de R$260. Ou seja, se fosse possível, diria que praticamente qualquer agricultor, ele mesmo, pagaria pelo seu autorrecenseamento. Mas a questão não é essa, a questão é a que ele já pagou, já pagou através dos tributos que arrecada e que constituem uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

Verifiquem o interessante que é o Brasil. Hoje ele é dividido em 370 mil setores censitários, Senador Moka. Nós, na PNAD, que é uma outra importante pesquisa, a PNAD Contínua, que dá todos os dados da situação social e de emprego dos brasileiros, fazemos cerca de 70 mil entrevistas por mês. É o que o IBGE faz, Senador Anastasia. Portanto, é muito diferente de uma pesquisa do Ibope, da Datafolha. São pesquisas amostralmente relevantes que, em geral, têm um coeficiente de acerto muito bom, mas são pesquisas cujas amostras são muito mais, vamos dizer, econômicas, parcimoniosas. São 800 entrevistados. Agora mesmo passamos o período eleitoral. Pela televisão, a gente ouvia, até de modo maçante, 800 entrevistados, pesquisa com 1.500 entrevistados, mas não com 70 mil. O IBGE faz com 70 mil. Só aqui, em Brasília, são feitas 1.500 visitas/mês. Portanto, é com alto nível de precisão, para o Brasil inteiro, que nós fazemos esse acompanhamento. O Censo não é muito caro.

Queria já encerrar falando, talvez, da parte mais interessante para além do fato de nós sermos, como disse, uma frente de trabalho no próximo ano. Quero lembrar, Senador Moka, que no ano que vem ainda teremos mais de 10 milhões de desempregados, seguramente. Hoje estamos em um ponto de 12 milhões de desempregados, Senador Anastasia, mas no dia 13 estaremos ampliando a verificação com os subocupados. Aliás, um outro grande Senador da Casa, o Senador Ataídes Oliveira, que tem acompanhado a questão do emprego, está muito curioso para saber das novas informações do Censo. Para além desse cálculo clássico do desemprego que registra essas 12 milhões de pessoas que gostariam de estar empregadas e estão procurando trabalho – porque essa é a definição da OIT –, ampliaremos essa definição para também colecionar aquelas pessoas que não estão naquela semana procurando ativamente emprego, mas gostariam de estar empregadas ou que estão empregadas parcialmente, subocupadas. Portanto, obviamente, esse nível de desempregamento vai aparecer nas novas definições da OIT, ao lado da atual, num nível muito mais elevado. Portanto, nós temos de estar preparados, no ano que vem, para tentar reprimir e suprimir uma parte dessa chaga do desemprego. Ocupar 100 mil pessoas talvez seja a frente de trabalho mais importante que o Presidente Temer vá fazer em 2017, ainda ressaltando o fato de que essas pessoas vão estar gastando os seus salários, Senadora Ana Amélia, por todo o interior do Brasil, botando gasolina nas suas 4x4. Portanto, irrigando uma sociedade brasileira que hoje está ressecada de crédito e ressecada de renda.

Ressalto a qualidade final desse Censo Agropecuário porque ele não é só agropecuário.

É, antes de mais nada, um censo ambiental e territorial. O Brasil acabou de ratificar – e esta Casa ajudou – o Acordo do Clima, Senador Anastasia. Para 2030, nós temos um compromisso de recuperar alguns milhões de hectares em termos de reflorestamento e outros tantos milhões de hectares em termos de recuperação de pastagens degradadas. Mas aí pergunto: recuperar "x" milhões de hectares em relação a que ponto zero? Não sabemos. Aliás, até pelo compromisso do Acordo do Clima, nós temos de ter um marco zero dessa situação atual que será registrada no ano que vem, Senadora, para que a gente possa estar, em 2030, em Paris, entre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

gando a obra realizada da recuperação ambiental brasileira, tal como nós nos prontificamos a fazer. Se nós não tivermos o marco zero do Censo Agropecuário, não teremos o registro de por onde começarmos e do que de fato fizemos.

Nós não temos, hoje, uma verificação pormenorizada de quanto é que a agricultura e a pecuária, de fato, utilizam do território nacional. O próprio Ministro da Agricultura, ontem, nos dizia: "Bom, são 8%." Mas não temos o número da segunda vírgula, da segunda decimal. Nós precisamos dizer, inclusive para os órgãos multilaterais – e o que sabemos intuitivamente é verdade –, que o Brasil é muito mais conservacionista do que parece. A agricultura brasileira é muito mais verde e muito mais amiga do meio ambiente do que parece à primeira vista. Só não temos é o registro detalhado disso. É, portanto, importante detalhar.

E sobre os conflitos eventuais ou não em áreas indígenas. Esse apanhado também será importante para a gente registrar as áreas de eventuais conflitos, para termos um mapeamento para o planejamento futuro das áreas de conservação, das áreas indígenas. Ou seja, o Brasil vai ter, pelo IBGE, o seu território completamente fechado, mapeado e zoneado no sentido de termos a exata noção, em termos da segunda vírgula, do que é que se utiliza como área urbana, como área verde para o agronegócio e como área conservada ou como área a se conservar. Portanto isso é importante.

O Censo Agropecuário percorre um sem número de interesses que vão desde a pesquisa, desde a Embrapa, desde as universidades, como a de Piracicaba, a de Viçosa, e de tantas outras, até os mercados, que ficam ávidos por informações. Para os bancos, por que hoje não se faz seguro de crédito, Senador Anastasia? Porque não se tem uma visão atualizada de quais as efetivas produtividades nas diversas microrregiões e os cadastros adequados desses agricultores. Imagine se nós, tento o cadastro atualizado, possamos dar, inclusive, um índice de profissionalização para cada produtor rural, de forma que a gente possa aperfeiçoar o seguro de crédito e a concessão de crédito rural.

Portanto, é múltipla a utilização dessas informações que não vão só inventariar a receita agrícola, mas vão oferecer soluções para um Brasil que quer voltar a crescer e que quer voltar a prosperar.

Entendo, portanto, que me fiz absolutamente claro sobre a necessidade legal, sobre a necessidade moral e sobre a necessidade prática, em termos de planejamento, de encontrarmos meios para voltarmos a fazer o que as grandes nações fazem com regularidade. E tenho certeza de que a inteligência desta Casa, com os consultores aqui reunidos, vai colaborar nesse sentido, em consórcio com o Ministro do Planejamento Dyogo de Oliveira, que é um excelente profissional e que já me manifestou o seu desconforto com o fato de ter tido de acomodar, por supressão, a verba do Censo, e se prontifica, tenho certeza, junto com o Ministro Eliseu Padilha e com o próprio Presidente da República, a rapidamente, ainda neste mês de outubro, tomar as decisões que são necessárias para que voltemos a ser civilizados. Que não nos desculpemos por falta de verbas para a não realização de tão importante atividade – como disse, civilizatória –, que é a coleta, o processamento e a utilização, pelos brasileiros, das informações do Censo Agropecuário.

Muito obrigado, Senadora, pela importante oportunidade de estar aqui, como disse, em tão seleta companhia. Isso muito me orgulha como brasileiro, como professor, como consultor e, agora, também, como Presidente de uma das Casas mais importantes e de uma das agências de Estado mais importantes do Brasil, que é o IBGE. Ele é responsável pela coordenação técnica não só do sistema estatístico nacional, mas também do sistema geográfico.

Aliás, eu mesmo me surpreendi com a imensa responsabilidade na área geográfica e cartográfica que tem o IBGE. Essa responsabilidade é reforçada quando vemos o William Bonner repetidamente falar "segundo o IBGE" isso ou aquilo, ele está sempre se referindo – e os demais jornalistas – à parte estatística que, por si só, já justificaria as verbas despendidas pelo nosso IBGE. Mas não, o IBGE também controla todas as altitudes no Brasil. Um avião não levanta voo sem o IBGE, uma barragem não é construída sem as informações topográficas controladas pelos marcos geodésicos do IBGE, as marés são controladas pelo IBGE. Portanto, o Presidente do IBGE, na realidade, controla, acompanha e registra muito mais coisas, Senadora, do que parece à primeira vista.

E estou fazendo questão de imprimir este tipo de avaliação no IBGE, que está sendo ultimada, não só de contas abertas. Haveremos de publicar, Senador Anastasia, a partir do ano que vem, a realização das contas do IBGE mensalmente para mostrar que todas as agências brasileiras deveriam ser capazes de abrir as suas contas, que já são abertas, mas de modo, vamos dizer, muito difícil de ser analisado. Nós fazemos questão de fazer uma publicação simplificada de todas as contas abertas do IBGE e uma análise da rentabilidade econômica e social de todos os seus projetos, ou seja, uma análise de desempenho. Acho que todo o setor público brasileiro deveria ser capaz de saber se as coisas que faz se justificam do ponto de vista de uma análise de custo/benefício.

Nós também queremos nos submeter a uma avaliação de desempenho, que vai ser autoimposta, de forma que saibamos se somos caros ou baratos, se fazemos as coisas em respeito aos impostos pagos pelo cidadão brasileiro, se nós estamos sendo caros ou não para o Brasil. Acho que o IBGE é barato, mas fazemos questão –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

já que fazemos contas de tudo – de fazermos contas também de nós mesmos e de nos acompanhar, de forma que tenhamos contas prestadas a todos os brasileiros.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Paulo Rabello de Castro. Quero dizer-lhe que o seu entusiasmo e a completa exposição feita, com a clareza de sempre, não deixam dúvidas a respeito da relevância do que nós tratamos aqui.

Temos a presença dos Senadores Moka, Flexa Ribeiro e Anastasia. Aqui está uma parte do Brasil central, do Sudeste, do Norte do Brasil e do Sul do Brasil, que esta Presidente representa com muita honra.

Vejam só como a sociedade tem noção sensível disso – a Comissão havia informado sobre a realização desta audiência pública, que é transmitida ao vivo. Vou apresentar duas perguntas, perguntas muito curtas, ponderações até.

A primeira é de Eduardo Aparecido Pereira Souto, que diz o seguinte: "Como já é sabido, para o sucesso de qualquer atividade, o planejamento estratégico se faz necessário e, para tal desempenho, as informações devem ser coletadas e apuradas para melhor destinação dos recursos. Então, sem o censo, como enxergar a necessidade de investimentos para o setor?" – isso pode ser visto não só do ponto de vista econômico, mas também social.

A outra, relacionada ao mesmo ponto de vista, vem de Juliano Andre Terhorst, de Santa Catarina: "O censo é fundamental para melhorar a distribuição e/ou alterar as linhas de crédito do agronegócio brasileiro."

Há mais duas. Esta é de Rodrigo Pinto da Silva, do meu Estado. "As informações obtidas no último Censo Agropecuário, tais como a contagem da população, a produção rural e captura de coordenadas geográficas feitas pelo recenseador, de que forma elas contribuíram no Censo 2010? E, sem a realização da pesquisa, como ficará o próximo Censo 2020?" Olha só que grau de relevância tem o tema!

Por fim, Welton Agostinho Dias: "Como sabemos, o Censo Agropecuário é importante para a coleta de dados para transformar as estatísticas do IBGE em planejamento para a agropecuária. Com o cancelamento das atividades de preparação, quais dados estatísticos o governo deve utilizar para o planejamento? De 2007?" É a pergunta de Welton Agostinho Dias, a quem agradeço de antemão – já agradeci ao Dr. Paulo.

Agora passo a palavra ao Senador Waldemir Moka. Em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Antonio Anastasia. Depois teremos a participação do nosso Consultor Legislativo Marcos Peixoto, que fez um estudo sobre as questões legais nesses aspectos. Então, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente Senadora Ana Amélia, Dr. Paulo Rabello de Castro, professor e Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, primeiro quero agradecer a presença de V. Sª e dizer-lhe como foram importantes as colocações feitas aqui, mesmo para nós, que não somos tão leigos, temos já algum tipo de informação.

Gostaria apenas e tão somente de dizer que acho fundamental, para não ser repetitivo, que, depois dessas colocações, esta Comissão, Senadora Ana Amélia, possa realmente ter uma audiência – acompanhando o Ministro da Agricultura, nosso colega Senador Blairo Maggi, hoje Ministro da Agricultura, e junto mesmo ao Dr. Padilha – com o Presidente Michel Temer, porque a área econômica sempre enxerga números...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É da tesoura.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...e, às vezes, é preciso fazer escolhas e, muitas vezes, esses cortes podem estar, na verdade, tirando do País – no caso do setor da agricultura e da pecuária, que são as responsáveis pelo superávit da balança comercial. Sem esse censo, daqui a pouco nós vamos começar a ser questionados – "Baseados em que vocês estão falando isso?"

Aqui uma coisa importante. Por exemplo, quando se faz... Penso que se vá fazer também o levantamento de florestas plantadas, que é uma riqueza enorme e muito pouca gente sabe disso. O quanto essas florestas plantadas no meu Estado, no maciço nosso lá, próximo à região de Três Lagoas, toda aquela região ali, Ribas do Rio Pardo, por exemplo, que é um maciço florestal importante... Até porque ali, em Três Lagoas, estão duas indústrias de papel, de celulose, que são as maiores do mundo. Então, isso tudo é importante, sem falar que essas florestas plantadas diminuem – e muito – a poluição gerada pelas indústrias de chaminés que temos em nosso País.

Isso é importante para os prefeitos, pois o chamado FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é uma estatística, e as prefeituras recebem em função disso. Nessa atualização, um Município mais pujante, mais rápido, que está em desenvolvimento, pode estar sendo lesado por esses índices – esses índices definem a destinação de recursos que são de direito.

Então, quero que a minha participação seja no sentido de apoiar o Presidente e apoiar – tenho certeza disso – técnicos da maior qualidade, pessoas que dedicaram muitas vezes uma vida inteira a fazer essa estatís-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

tica e que, ao se deixar passar cinco anos sem fazê-las, sentem muito, porque são apaixonadas pelo trabalho e conhecem a importância da realização desse censo.

Então, Dr. Paulo, sugiro que esta Comissão, sob a liderança da extraordinária Senadora Ana Amélia, possa realmente, junto com o Ministro da Agricultura, conversar com a área econômica e também, de uma forma definitiva, com o Presidente da República e o Chefe da Casa Civil sobre a importância de incluir, ainda este ano, recursos orçamentários para que esse censo seja realmente realizado no ano que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço demais ao Senador Moka, que dá um encaminhamento prático a respeito do desdobramento dessa exposição, que na verdade é uma exortação e uma provocação que faz o Presidente do IBGE à nossa responsabilidade. Essa é uma responsabilidade nossa também.

Queria dizer que estamos no momento da preparação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o Orçamento de 2017 – o Senador Roberto Muniz é quem está encarregado. Quero submeter à apreciação dos demais Senadores a possibilidade de uma alteração. Temos nos concentrado muito, sempre, numa área também vital, que é a Embrapa, que é a pesquisa. Penso que, dada a urgência e a emergência – já diria nesses termos –, pelo menos 50% do que fizermos sejam destinados à emenda para a realização do censo, porque ele tem valor sob todos os aspectos, mas tem um valor social relevante, como destacou o Dr. Paulo Rabello. Oitenta por cento das propriedades são de pequena produção. Temos que ver essa radiografia social da população, suas carências, porque esse é o nosso compromisso. Então, ao agradecer ao Senador Moka, me dirijo ao Senador Roberto Muniz, que está para apresentar o relatório dando esse encaminhamento.

Da mesma forma, do ponto de vista político, a Comissão vai solicitar ao Ministro Eliseu Padilha eventualmente até um encontro com próprio Presidente da República, para que a Comissão... Que possa também participar desse encontro para mostrar a gravidade da situação o Ministro da Agricultura, o Senador Blairo Maggi, nosso colega membro desta Comissão, ativo membro desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Cumprimento a Srª Presidente Senadora Ana Amélia.

Dr. Paulo Rabello de Castro, Presidente do IBGE, é uma alegria e uma honra tê-lo aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela sua competência, seu conhecimento e admiração de todos nós à sua pessoa.

Srs. Senadores, Presidente Ana Amélia, ontem encontrei o Dr. Paulo Rabello nos corredores do Senado e ele estava panfletando a audiência de hoje, estava distribuindo um convite, e eu disse a ele que não perderia a sua exposição. Lamentavelmente, Dr. Paulo, saímos daqui depois das três horas da manhã.

O Senador Moka, quando cheguei, fez um comentário com o qual não concordo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No convite que o Dr. Paulo Rabello de Castro distribuía ontem, Presidente Ana Amélia, há um parágrafo importante: "O Censo Agropecuário é de extrema importância para a definição e elaboração de políticas públicas." Como você vai promover políticas públicas sem saber, sem ter conhecimento do que existe? Ou seja, como atuar sem saber qual o caminho a trilhar e como trilhar isso? Quer dizer, para o planejamento público e privado, é fundamental o mapeamento das produções e a prospecção de investimentos relacionados aos setores agrário, pecuário e de gestão ambiental.

Quer dizer, por si só esse parágrafo já diz tudo acerca da importância do censo.

Eu concordo, e quero assinar embaixo, com a proposta da Presidente. Acho que todos nós, membros da Comissão, concordamos que uma das nossas emendas seja direcionada ao IBGE para que ele tenha os recursos para fazer o censo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Flexa, só uma observação.

Acho que a emenda é importante, vai dar a condição, mas insisto em dizer uma coisa. Essas emendas, sobretudo emendas de comissões, não são impositivas. Então, independentemente de fazermos emenda, temos que conversar com a área econômica. Aprovada a emenda, a área econômica tem que ter o compromisso de honrá-la. Senão vamos produzir emenda, mas aquilo vai ficar como uma ficção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, é mais ou menos como loteria: se você não aposta, não vai ser sorteado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, se você não coloca na provisão orçamentária... Temos que colocar. O Orçamento – todo ele, não apenas as nossas emendas – não é impositivo, mas autorizativo, autoriza o Governo a gastar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O que nos cabe são dois trabalhos. Um é esse primeiro de colocar a proposta como emenda da Comissão no Orçamento. A segunda tarefa é ir ao Governo e dizer "Isto aqui tem que ser cumprido" – agir politicamente. São duas coisas, e o Senador Moka, atentamente, como ativo membro da Frente Parlamentar da Agricultura e desta Comissão, já nos dá dois caminhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, Senador Moka, que, lamentavelmente, as emendas, em regra, não são cumpridas. Mas, como disse a Senadora Ana Amélia, nós vamos cumprir a nossa parte, vamos colocar a emenda e vamos buscar a sua liberação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O empenho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o caso daquele cristão que estava reclamando com Deus porque nunca tinha ganhado na loteria. Deus disse: "Pelo menos compre o bilhete, senão não vai ganhar mesmo." Não tem como ganhar na loteria sem comprar o bilhete. É o nosso caso: temos que fazer a emenda para depois não ficarmos reclamando que não conseguimos os recursos.

O IBGE é um órgão da maior importância para o Brasil. O Dr. Paulo já mostrou, já foi além daquilo que a sociedade acha que o IBGE faz. Há muita coisa que o IBGE faz que não é do conhecimento da sociedade, mas que é importante para o País. São dados estatísticos, o Brasil precisa ter esses números.

O Deputado Júlio César, do Piauí, é um estudioso dos números e tem levantamento estatístico de tudo. A cada ano ele edita livro renovando os números, e eu, como fã, todos os anos peço a ele que me mande um exemplar, porque ele vem trazendo estatisticamente todos os índices que se buscam nos Municípios e nos Estados sobre gastos na saúde, segurança, educação, em tudo. É um trabalho de acompanhamento para termos dados concretos...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Esses dados são do IBGE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com certeza.

Esses dados são fundamentais para que você possa formar a sua opinião e, como o Dr. Paulo colocou aqui, ter condições de elaborar as políticas públicas.

Estou vendo aqui na exposição do Dr. Paulo que o censo brasileiro é muito mais rigoroso do que o dos Estados Unidos.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Completo também, muito mais completo.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Verificamos isso há duas semanas. É exatamente essa a realidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou vendo aqui que, nos Estados Unidos, só são recenseados os estabelecimentos com mais de US$1 mil de produção por ano e, no Brasil, são todos. Daí a diferença de nos Estados Unidos se ter 2,2 milhões e, no Brasil, 5,3 milhões.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – No entanto, lá sai mais caro do que aqui recensear tudo. Por isso é que eu digo que o censo é barato. Lá eles gastam mais dinheiro do que nós aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estão fazendo uma cobertura menor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O conceito de barato é muito mais em função do custo- benefício. Então, ele se torna barato, Apesar de o número ser expressivo, o País ganha quando tem as informações necessárias para direcionar suas políticas. Aí fica barato.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Além disso, Senador, como hoje em dia, realisticamente, ele se realiza de modo decenal, é preciso pegar este valor que está sendo requerido na emenda e dividir por 10, porque são 10 anos. Era como se nós realizássemos uma décima parte. Aliás, é o que será feito para acabar com essa lenga-lenga de nós pedirmos uma verba muito expressiva que é facilmente cortável a cada 10 anos ou a cada 5 anos.

Com o Cadastro Geral, como disse, vamos poder, a partir de agora, fazer a renovação e a atualização da informação no campo a cada ano, o que muito melhorará os levantamentos de safras. Hoje, a partir de 9 horas, exatamente neste momento, a Conab, em consórcio com o IBGE, está apresentando o primeiro levantamento para a safra 16/17 – neste minuto, às 9 horas da manhã. Portanto, enquanto nós estamos aqui falando, o IBGE e a Conab estão trabalhando, mas estão trabalhando com a luz semiapagada, porque essas informações a respeito da safra ficam, de certa forma, prejudicadas por não termos a informação básica, cadastral, que seria extremamente útil, para essa atualização permanente.

Portanto, é preciso dividir por 10 esse valor para termos uma ideia de quanto é o custo anual disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É importante ter esse dado, porque senão ficamos fazendo um chute técnico necessário. Quer dizer, imaginamos uma produção de tantos milhões de toneladas, mas é apenas estimativa sem rigor matemático.

Não tenho nenhum questionamento, só quero parabenizá-lo pelo trabalho no IBGE.

Aliás, gostaria de saber se o IBGE tem alguma fonte de receita ou se só tem transferências do...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Exatamente. É um dos capítulos que gostaria, em outra oportunidade, de discutir, inclusive com o senhor, Senador, porque o nosso objetivo, de alguma forma, é realizar também um planejamento estratégico para o próprio IBGE.

E já antecipo que será realizada, entre os dias 5 e 9 de dezembro próximo... E faço ao senhor, Senador, e à Senadora Ana Amélia os primeiros convites, estou fazendo agora neste momento os primeiros convites aos senhores para que não deixem de estar nesta 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais – o nome é meio grande, mas vamos chamar de Conferência Nacional.

Essa Conferência Nacional reúne todos os que produzem estatísticas. Por exemplo, o Banco Central é um produtor de registros administrativos; o TSE também tem registros, que são os eleitorais; os cartórios – olho para o Senador Anastasia, que é da área jurídica – produzem os registros civis, os nascimentos, os óbitos, os casamentos, as separações; o comércio exterior, o nosso MDIC, registra as transações, as exportações, as importações. Tudo isso é que constitui o sistema estatístico nacional.

E aí, depois, a gente contabiliza se choveu ou não choveu, se a maré esteve nesse nível ou naquele, se a elevação isso ou aquilo, há outro conjunto enorme de informações. E, modernamente, quando a gente sai trafegando com o nosso telefone celular, nós estamos sendo registrados como estando aqui, acolá, no supermercado etc. e tal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – GPS, GPS.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ...o que constitui o chamado *Big Data*, a grande massa de informações a respeito de tudo o que acontece.

E hoje, quando os satélites tiram fotos de toda a situação geográfica, de todo o Território esquadrinhado, já se sabe se os supermercados estão vendendo mais ou menos pela quantidade de automóveis nos estacionamentos. Esse é o mundo do futuro.

E a pergunta que eu faço é: será que o IBGE está preparado para ser o principal coordenador técnico desse mundo do futuro, que é um sistema estatístico e geográfico com essa grandeza do georreferenciamento, da geolocalização de praticamente tudo?

Esse é o desafio para o qual nós estamos nos preparando nessa 3ª Conferência Nacional, que vai reunir não só os que produzem esses registros administrativos, sejam registros civis, eleitorais, fiscais – chamar a Receita Federal... Os grandes países se organizam desta forma: eles utilizam essas informações todas e colocam uma figura como coordenador principal – aqui, no caso, já é legalmente o IBGE.

Cito em particular Portugal, Senador Anastasia, onde eles estabeleceram uma lei que eu acho que deveria ser imitada em uma futura lei de estatística e geografia do Brasil, que é: você só pergunta ao informante, ao cidadão brasileiro no caso, uma única vez a mesma pergunta. Parece uma coisa de português, uma piada de português, mas é a coisa mais sensata que já foi dita. Você não pergunta uma vez a uma empresa no eSocial e depois, outra vez, faz a mesma pergunta no Imposto de Renda. Isso é um desrespeito ao cidadão, que, pacientemente, fica preenchendo formulários – são as chamadas obrigações acessórias –que se acumulam e burocratizam, infernizam a vida do brasileiro.

O IBGE é o órgão que poderia simplificar isso sendo o coordenador dessas estatísticas, elas seriam coletadas por apenas um. Se, por exemplo, é o Fisco, então o Fisco pergunta tudo, aquilo é criptografado, o sigilo é observado, e o IBGE não precisa ir lá perguntar de novo, ele já usa as informações fiscais. Se um pai foi fazer um registro civil da criança, ela já sai com uma informação, qual é o CPF daquela criança. Aquele registro único passa a ser um registro desburocratizado, cada um tem o seu número, um único número, e nós começamos a ter um Brasil simplificado e desburocratizado. Esse é o IBGE do futuro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só concluindo, Presidente.

Dr. Paulo Rabello de Castro, eu gostaria de ver acontecer o que o senhor colocou aí, gostaria de ver o momento em que houvesse uma concentração, uma organização, de tal forma que todas as informações convergissem e que você pudesse ter, no futuro, um cartão com toda a sua vida, toda a vida do cidadão.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Com certeza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Inclusive a questão da saúde.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Você apresenta o cartão, e estão lá os exames, os dados todos. Então indo ao médico aqui ou no Rio de Janeiro, por exemplo, o cartão vai dar todas as informações de que ele precisa. Acho que o Brasil já deveria estar caminhando nesse sentido, tecnologia há para isso.

Só concluindo: a dificuldade de recursos para o Censo Demográfico é a mesma que há para o Censo Agropecuário?

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Vai ser seu outra batalha campal, Senador!

Num país que tem que churrasquear o seu gado porque o povo está passando fome, no dia seguinte, quando ele acabou de churrasquear a vaca leiteira, ele já não tem mais leite para os seus filhos, porque ele comeu a vaca. Nós somos um País que está comendo a vaca leiteira, portanto não teremos o leite no dia seguinte. Nós temos que ser um país parcimonioso do ponto de vista fiscal para não temos essas batalhas campais.

Só que o IBGE, como eu disse, está se organizando para realizar esses censos de forma continuada, de forma a diluirmos o custo disso – quer dizer, um bilhão dividido por 10 anos passa a ser 100 milhões anualmente. Como a França faz um censo demográfico continuo, ela já faz atualizações de uma parte da população a cada ano, de forma que ela cumpre o censo ao longo de um período. Outros países, obviamente em situação territorial muito menor e com muito menos população, principalmente os países nórdicos, já nem fazem o censo de porta em porta. Por quê? Porque já usam registros administrativos confiáveis, os de nascimentos, os de óbitos, os de migrações, e esses registros administrativos já cumprem a tarefa censitária.

O Brasil pode chegar a esse ponto? Claro, nós não estamos muito longe disso. O nosso Judiciário está organizando os registros dos cartórios cada vez melhor, os nossos tribunais de Justiça estão cada vez mais preparados, de forma que eu acho que, em alguns poucos anos, o IBGE pode ser justamente esse coordenador dos registros administrativos e coordenador das chamadas informações oficiais. Aí ele poderá também, quem sabe no futuro, ser um coordenador da distribuição de um grande imposto sobre o valor adicionado, o ICMS nacional compartilhado – eu imagino assim. O IBGE poderia fazer a conta da repartição do FPE e do FPM, de um novo FPE e FPM que compartilhasse todos os tributos que hoje são circulatórios.

Se o IBGE receber, como produto desse trabalho, x porcento dessa arrecadação, mínimo que seja, ele já terá, como no seu eventual planejamento estratégico para o IBGE, uma verba dedicada para que ele realize todos os seus demais trabalhos, apenas com a provisão de um trabalho. Seria uma coisa parecida com o que faz hoje a Cetip, que organiza e estabelece a materialização de todas as transações financeiras com títulos públicos e privados.

O IBGE tem essa característica de ser um órgão, ao mesmo tempo, neutro, independente, republicano e com todas as características de sigilo, confidencialidade e precisão para a prestação desse serviço de organizar o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Paulo.

Queria apenas aproveitar a presença aqui...

Antes, Senador, eu vou abrir parênteses, por conta de vista regimental, para pedir o apoio dos Senadores para a aprovação de um requerimento de minha autoria para realizar amanhã um ciclo de palestras para debater a cadeia produtiva de laticínios e derivados no Brasil. Está havendo um problema grave com a importação maciça de leite numa hora em que o setor da produção leiteira em Minas Gerais... O Senador Anastasia, que vai falar agora, conhece bem...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Eu falava de matar a vaca, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveitei o ensejo, a deixa.

Então, é amanhã, às duas horas da tarde, nesta Comissão. Estarei aqui presidindo nossos trabalhos para tratar, especialmente, de um acordo bilateral com o Uruguai, que é de onde está vindo a maior parte do leite. Temos a preocupação também de que possa haver a famosa *circumvention* – nós temos um tratamento tarifário especial no Mercosul –, que esteja vindo leite da Europa e entrando no Uruguai como se uruguaio fosse – não sabemos o selo desse leite.

Então, é para discutir esses temas que afetam 850 mil famílias em todo o País.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agradeço ao Senador.

Passo agora a palavra, com muita alegria, para o Senador Antonio Anastasia, que nos dá a honra de sua presença nesta manhã da exposição do Dr. Paulo Rabello de Castro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Senadora Ana Amélia, primeiro agradeço a sua generosidade – eu não sou membro da Comissão – de me conceder a palavra. Eu não poderia deixar de vir, apesar dos distúrbios e da demora da sessão de ontem à noite, não poderia deixar de estar aqui, em primeiro lugar, em razão da relevância do tema.

Mas, antes de adentrar no tema especificamente, quero fazer aqui uma manifestação sobre essa audiência que V. Exª convocou para a data de amanhã. A questão a ser abordada realmente preocupa muito todo o Brasil e, em especial, o meu Estado de Minas Gerais, que produz cerca de um terço do leite de todo o Brasil, assim como de seus derivados. Então, receba todo o nosso apoio e adesão a esse importante debate.

Srª Presidente, em primeiro lugar eu quero dizer que é uma honra e um orgulho para o Brasil ter o Prof. Paulo Rabello na presidência do IBGE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele é uma das maiores autoridades brasileiras em responsabilidade fiscal, em planejamento, em gestão fiscal, é um economista reconhecido e aplaudido internacionalmente na presidência de uma das principais agências governamentais do Brasil. Isso, de fato, é um orgulho. Foi um grande acerto do Sr. Presidente da República convidar V. Exª, e ressalto, em especial, a aquiescência de V. Exª. Nós sabemos como é difícil hoje as pessoas terem disponibilidade e vontade – em nosso, caso até mesmo coragem – para exercer determinados cargos públicos. Por isso, quero cumprimentá-lo.

Em segundo lugar, Srª Presidente, destaco a relevância do tema.

Nós observamos hoje que o que vem sustentando o Brasil nesta crise é a agricultura. E se nós não fizermos esse censo, que é o *minimum minimorum* para que a agricultura continue a florescer literalmente e sustentar, como âncora verde, a economia brasileira, nós vamos soçobrar mais adiante – pior do que já estamos hoje, quando estamos naufragando.

Portanto, a realização do censo é inafastável e imprescindível. E quando essa solicitação vem ancorada e amparada no dizer abalizado do Prof. Paulo Rabello, que nos últimos anos tem dedicado a sua vida profissional ao tema da qualidade do gasto público e da gestão fiscal, nós observamos, de fato, que esse é um gasto bem gasto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um gasto necessário, indispensável.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ou seja, é uma despesa fundamental e indispensável diante de um elenco de outras que eventualmente podem ser compensadas, que não têm a prioridade e a urgência hemorrágica que tem a realização do censo.

A minha vinda aqui foi para dizer isso e, é claro, ainda que não seja membro da Comissão, para me colocar à disposição da eminente Presidente Senadora Ana Amélia, da Frente Parlamentar da Agropecuária – V. Exª, se não me engano, é a Vice-Presidente, era Presidente recentemente – que é presidida pelo Deputado Federal Marcos Montes, do meu Estado, para levarmos de fato ao Presidente Temer a imprescindibilidade desses recursos para a realização do Censo Agropecuário. Terá todo o nosso apoio.

Concluindo – tenho uma audiência agora também –, eu gostaria de mencionar que disse muito bem o Presidente Paulo Rabello sobre a questão dos cadastros, dos bancos de dados. Nós temos, Presidente, no Brasil – e eu sofri muito com isso no Governo do Estado e mesmo quando trabalhei no Governo Federal – o ciúme corporativo. Cada corporação guarda os seus dados – é natural – como se fossem o seu filho querido e não quer que ele visite a casa alheia. O resultado é que há esse retrabalho, esse desperdício.

Eu apresentei há pouco um projeto de lei aqui no Senado na área de segurança, onde isso é mais grave.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Segurança pública?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente, porque os arquivos não se comunicam. Os arquivos da Polícia Federal não falam com as polícias civis e militares. E pior: dentro dos Estados, a Polícia Civil não fala com a Polícia Militar, o que é inacreditável. Isso só favorece a impunidade. Esse é um exemplo claro de que o IBGE, pelo patrimônio intelectual que tem, pela capacidade de articulação que tem, poderá ajudar, e ajudar muito.

O meu objetivo, Srª Presidente, era saudar, cumprimentar o Prof. Paulo Rabello e dizer que estamos inteiramente à disposição para ajudar que esse censo se realize. Certamente ele será feito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vejam a valiosa manifestação do Senador Antonio Anastasia, que conhece profundamente o funcionamento do setor público. S. Exª nos dá uma visão clara também de que não podemos aceitar esse tipo de interesse corporativo, que prejudica o interesse maior, que é o interesse da sociedade brasileira.

Eu queria também comunicar – e queria lhe dizer também – que começa na Câmara dos Deputados, no plenário da Câmara, uma sessão de homenagem ao centenário de nascimento do Dr. Ulysses Guimarães,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Deputado que presidiu a Constituinte – era Presidente da Câmara e Presidente do PMDB à época – em 1988. Ontem foram celebrados os 28 anos da Constituição Cidadã, como ele a chamava. Hoje, então, esta celebração convocada pelo jovem Presidente Rodrigo Maia na Câmara dos Deputados. Está acontecendo agora.

Mas eu queria também, a propósito do tema que nós centramos nesta audiência pública, comunicar ao Dr. Paulo Rabello de Castro que esta Comissão realizará, no dia 20 de outubro, quinta-feira próxima, a segunda audiência pública com a finalidade...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Na outra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, exatamente, na outra semana.

A finalidade é discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017 e contará com a presença do Sr. Antônio Carlos Simões Florido, Gerente do Censo Agropecuário no IBGE; do Sr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea; do Sr. Zander Soares de Navarro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; do Sr. Marcelo José Braga, Professor da Universidade Federal de Viçosa e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Sober; e do Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Contag – porque, como se viu, 80% das áreas estão nas pequenas propriedades. Soma-se o esforço desta sua presença aqui.

Queria comunicar a todos que as informações prestadas pelo Dr. Paulo Rabello de Castro – Censo Agropecuário 2017, por que, quanto e como – estão no *site* da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, disponível a todos os interessados.

Queria agradecer também ao nosso Marcos Peixoto – Presidente, queria lhe informar –, que integra a nossa equipe de zelosos, dedicados e competentes consultores legislativos e fez um estudo técnico detalhado sobre a questão do IBGE.

Dada a circunstância de termos essa sessão lá na Câmara dos Deputados e de termos logo em seguida uma reunião da Comissão de Relações Exteriores também, eu queria dizer ao Marcos que, na nossa audiência pública, o seu trabalho será realizado. E creio que o Dr. Paulo Rabello de Castro terá imenso prazer também de ver essa valiosa contribuição que o Marcos nos estará dando a respeito da inadiável realização do Censo Agropecuário.

Então eu queria renovar os agradecimentos e informar também, antes de me despedir do Dr. Paulo Rabello de Castro, como já conseguimos a aprovação do Requerimento, que amanhã, sexta-feira, 7 de outubro, às 14 horas, neste plenário, será realizado o 8º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão com o objetivo de tratar de questões relativas à cadeia produtiva de laticínios e derivados no Brasil, bem como o debate a respeito da pertinência de se estabelecer acordo bilateral entre Brasil e Uruguai para ampliar as exportações da agroindústria nacional de laticínios e derivados, responsável pelo emprego de 850 mil famílias em todo País – e este número certamente vem de acordo com o Censo Agropecuário.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito a todos e quero dizer ao Dr. Paulo Rabello de Castro que fica o compromisso desta Presidente e da Comissão, primeiro, de incluir na emenda da Comissão, prioritariamente, recursos para isso. O segundo compromisso é de uma ação política da Comissão junto ao Gabinete Civil da Presidência da República para ponderar sobre a relevância e a inadiável necessidade do País, com respeito à própria população brasileira, de que esse trabalho seja realizado.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Senadora, eu queria, antes de suas palavras finais, passar-lhe duas publicações do IBGE. Uma comemora os seus 80 anos, que é o *Desafio de retratar o Brasil*, com depoimentos de todos os presidentes que passaram por lá, grandes brasileiros e brasileiras, e que registra as agruras, mas também os desafios e as conquistas, de cada uma dessas presidências anteriores, situando as dificuldades, mas também as contribuições, que essa grande organização que é o IBGE tem enfrentado no Brasil nas últimas décadas.

Além dessa, o *Brasil em números*, ainda da série 2015 – 2016 está chegando –, com o meu compromisso de não deixar apenas o Deputado Júlio Cesar, dedicadíssimo à causa estatística, realizando estatísticas para o uso dos Parlamentares brasileiros.

O IBGE faz questão, e está preparando uma documentação, inclusive, eventualmente, com acesso eletrônico, de que todos os Deputados e Senadores passem a ter um tipo de aplicativo, que obviamente será disponibilizado aos nobres consultores da Câmara e do Senado, para que tenham o acesso que já têm nas páginas do IBGE, mas que o tenham também de forma mais amigável e mais organizada para utilizar em seus pronunciamentos, em seus depoimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Agradeço-lhe muitíssimo, agradeço ao Eduardo, ao Rodrigo, ao Welton, ao Juliano e a todos os cidadãos brasileiros que hoje nos acompanham e que possibilitaram que fosse mais rica esta reunião desta Comissão, com todo o sacrifício que a senhora fez de estar aqui e presidi-la. Termos chegado a uma conclusão tão objetiva certamente vai resultar na realização do censo no próximo ano e na recuperação desse estágio civilizatório, como eu disse, de um País que busca retomar o seu equilíbrio e a sua prosperidade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o nosso objetivo.

Renovo o agradecimento pela presença do Dr. Paulo Rabello de Castro, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, que nos deu a honra de mostrar a necessidade de estamos envolvidos também na luta pela realização do Censo Agropecuário Brasileiro. País sério precisa cumprir o seu dever.

Está encerrada a presente sessão.

Agradeço a participação de todos os convidados que nos deram a honra de suas presenças nesta manhã.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 8 horas e 00 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Telmário Mota, Valdir Raupp, Hélio José, Edison Lobão, Flexa Ribeiro e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2011,** de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei . 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para estimular a inovação no Brasil." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 619, de 2011,** de caráter terminativo que: "Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Requerimento para realização de Audiência Pública, de autoria dos Senadores José Medeiros e Hélio José, extrapauta, Item 37. A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 763, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCT e 2-CCT. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 31, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 2/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Sociedade Ubaense Ltda, no município de Ubá - MG." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 42, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2015, de que trata o PDC 650/2003, que comu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

nica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., no município de Capão da Canoa - RS." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 408, de 2010,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal até o recebimento de informações solicitadas à Polícia Civil do Estado do Amazonas e à Justiça Estadual do Estado do Amazonas, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Justiça. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal até o recebimento de informações solicitadas à Polícia Civil do Estado do Amazonas e à Justiça Estadual do Estado do Amazonas, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado de Justiça. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 319, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "... nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, e do art. 38, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, combinados com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) todos os documentos relacionados a inspeções, auditorias, fiscalizações, prestações e tomadas de contas, deliberações e julgamentos relacionados às políticas públicas de incentivo à inovação tecnológica, notadamente aqueles relacionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), e, em especial, os a seguir elencados, destacando que as respostas devem ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais: a) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 3.081, de 2008, do Plenário do TCU, inclusive: a.1) íntegra do relatório elaborado pela equipe de auditoria parcialmente transcrito no relatório do acórdão; a.2) documentação que serviu de base à elaboração das tabelas do relatório do acórdão; a.3) íntegra da documentação relacionada a todos os monitoramentos das deliberações; b) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 1.088, de 2010, do Plenário do TCU, inclusive: b.1) eventual resposta relacionada à deliberação 9.2.1, que trata de determinação ao Conselho Gestor do Funttel para que realize estudos com vistas a verificar a razoabilidade da fixação do limite de 28% para os custos com infraestrutura de P&D da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPqD) apresentados em seus Planos de Trabalho; b.2) íntegra da documentação relacionada a todos os monitoramentos das deliberações; c) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 2.000, de 2012, do Plenário do TCU, inclusive: c.1) relatório elaborado pela equipe de auditoria (peças nos 24 e 25); d) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 3.440, de 2013, do Plenário do TCU, inclusive: d.1) relatórios de avaliações dos fundos setoriais elaborados no âmbito do Convênio 01.09.0409.00 Finep/Fundep/UFMG/Ipea (peças nos31 e 32, relativas ao CT-Petro e CT-Energ, e demais relatórios); d.2) relatório da pesquisa amostral (peça nº 33); d.3) relatório de avaliação da chamada pública MCT/Finep/CT-INFRA (peça nº 38); d.4) relatório de avaliação de resultados dos editais e chamadas públicas lançadas entre 2001 e 2005 (peça 39); d.5) relatórios de avaliação do programa de subvenção econômica dos anos de 2010 e 2011 (peças nos 40 e 41); d.6) íntegra da documentação relacionada a todos os monitoramentos das deliberações; e) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 1.232 de 2014, do Plenário do TCU, inclusive: e.1) relatório de levantamento (peça nº 17); e.2) trabalhos de fiscalização realizados sobre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ou sobre suas unidades vinculadas (peça nº 3); e.3) relatório de produção de conhecimento relativo à função C&T (peça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

nº 6); e.4) artigo elaborado pelo presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Carlos Eduardo Calmanovici, abordando o tema da substituição de fontes (peça nº 8); e.5) nota "Evolução dos Recursos Discricionários do MCTI", elaborada no âmbito do MCTI (peça nº 9); e.6) documentos relacionados com o CT-Infra, incluindo estudo sobre a avaliação de projetos do fundo e apresentações acerca da infraestrutura de pesquisa no país (peças nos 10 a 14); e.7) íntegra da documentação relacionada a todos as fiscalizações, monitoramentos e outras ações relacionadas; f) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 65 de 2015, do Plenário do TCU, inclusive: f.1) plano de ação para atendimento ao acórdão TCU nº 3440/2013, datado de 13-3-2014, elaborado pela Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (peça nº 77); f.2) instrução da SecexDesen (peça nº 79); f.3) Ofício nº 553/2014/Secex/MCTI, datado de 23-10-2014, (peça nº 82); f.4) Ofício nº 13.901, do Chefe de Gabinete da Presidência da Finep, datado de 28-11-2014 (peça nº 84); f.5) Ofício nº 635/2014/Secex/MCTI, datado de 12-12-2014 (peças nºs 85 e 86); f.6) monitoramentos realizados para acompanhamento do cumprimento dos itens 9.1, 9.4, 9.5 e 9.7; f.7) resposta do MCTI ou do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) relacionada à definição das prioridades e das metas a serem alcançadas com os investimentos do FNDCT; g) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 500 de 2015, do Plenário do TCU, inclusive: g.1) relatório da SecexDesenvolvimento (peça nº 12); g.2) contrato de gestão firmado entre o MCTI e o CGEE (peça nº 10); g.3) resposta do MCTI ou do MCTIC relacionada à definição das modalidades de bolsas de estudo que poderão ser financiadas com os investimentos do FNDCT; h) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 2.151 de 2015, do Plenário do TCU, inclusive: h.1) relatório elaborado pela SeinfraAeroTelecom (peça nº 15), incluindo apêndices; i) íntegra da documentação relacionada ao Acórdão nº 858 de 2016, do Plenário do TCU, inclusive: i.1) Ofício 877/2015-SE-MT (peça nº 15); documentos relacionados à eventual conclusão dos trabalhos, conforme prorrogação autorizada." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "... nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão todos os estudos, análises, avaliações, textos e outros documentos e publicações relativos às políticas de incentivo à inovação tecnológica, notadamente aqueles relacionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados, e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "...nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações as seguintes informações relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aos fundos setoriais vinculados, referentes aos últimos seis anos (2011–2016): a) valores arrecadados, por natureza da receita, indicando o fundo setorial a que se destinam, e discriminando: a.1) percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica; a.2) percentual dos recursos decorrentes de contratos de cessão de direitos de uso da infraestrutura rodoviária para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações; a.3) percentual das receitas definidas nos incisos do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000, destinadas ao fomento de atividade de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor espacial; a.4) percentual sobre a parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); a.5) outras receitas relativas a percentual sobre receita ou lucro de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos; a.6) parcela sobre o valor de royalties sobre a produção de petróleo ou gás natural; a.7) percentual dos recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; a.8) recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, nos termos do art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; a.9) outras receitas relativas a compensações financeiras sobre o uso de recursos naturais; a.10) percentual do faturamento bruto de empresas que desenvolvam ou produzam bens e serviços de informática e automação; a.11) receitas da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; a.12) outras receitas relativas a contribuições de intervenção no domínio econômico; a.13) outras receitas relativas a contratos firmados pela União, suas autarquias e fundações; a.14) rendimento de aplicações em programas e projetos, bem como nos fundos de investimentos referidos no § 1º do art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007; a.15) recursos provenientes de incentivos fiscais; a.16) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; a.17) contribuições e doações de entidades públicas e privadas; a.18) retorno dos empréstimos concedidos à Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); a.19) recursos recebidos para o financiamento de projetos de implantação e recuperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969; a.20) outras receitas; b) execução orçamentária das Unidades Orçamentárias referentes ao FNDCT demonstrando valores autorizados, liquidados, pagos, Restos a Pagar (RP) inscritos e RP pagos, classificados por programa, ação, categoria econômica e plano orçamentário, discriminados por fundo setorial e ações transversais; c) saldo de recursos financeiros não utilizados até o final de cada exercício; d) aplicações, discriminando: d.1) recursos destinados por lei em programação específica e geridos por Comitês Gestores; d.2) aplicações não reembolsáveis, especificando: d.2.1) projetos e instituições contempladas; d.2.2) subvenções econômicas, indicando empresas contempladas; d.2.3) equalizações de encargos financeiros; d.3) aplicações reembolsáveis, especificando projetos e empresas contempladas; d.4) aportes de capital; d.5) aplicações em ações transversais; d.6) despesas operacionais; e) outras destinações, discriminando: e.1) recursos destinados à cobertura de despesas primárias obrigatórias ou pagamento do serviço da dívida, indicando a data das transferências e os respectivos instrumentos legais autorizativos; e.2) recursos desvinculados com base na Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011; e.3) outras desvinculações; e.4) demais destinações; f) normas, decisões e manifestações expedidas pelo Conselho Diretor do FNDCT relacionadas a: f.1) definições de políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos; f.2) manifestações do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) relativos ao assessoramento prestado ao Conselho Diretor; f.3) programações orçamentárias e financeiras dos recursos do Fundo aprovadas; f.4) análises de prestações de contas, balanços e demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo; f.5) avaliações relativas à execução orçamentária e financeira do Fundo; f.6) com relação aos recursos destinados por lei em programação específica e geridos por Comitês Gestores: f.6.1) acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos; f.6.2) medidas recomendadas aos Comitês Gestores; f.7) avaliações dos resultados das operações financiadas com recursos do Fundo; f.8) documentos de diretrizes gerais e planos anuais de investimentos do Fundo; f.9) estudos e pesquisas realizados com o objetivo de subsidiar a definição de estratégias e políticas de alocação dos recursos do Fundo; g) documentos, informações e relatórios elaborados pela Finep relacionadas a: g.1) prestações de contas da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos do FNDCT; g.2) acompanhamento e controle da aplicação dos recursos pelos beneficiários finais; g.3) registros de suspensão ou cancelamento de repasses de recursos e de recuperação de recursos aplicados, acrescidos das penalidades contratuais; g.4) relatórios anuais de avaliação dos resultados dos recursos aplicados pelo FNDCT; g.5) informações de impacto e efetividade das políticas empreendidas. h) desempenho do FNDCT e dos fundos setoriais, tendo em perspectiva: h.1) políticas e diretrizes para as ações financiadas com recursos dos fundos; h.2) as metas e indicadores para a avaliação dos resultados e impactos dos programas beneficiados; correlação entre os valores arrecadados pelos fundos setoriais e aqueles efetivamente aplicados em ações desses fundos." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 35 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "... de acordo o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, a ser realizado no dia 29 de setembro próximo, destinado a homenagear o professor e economista Werner Baer. Os convidados serão informados oportunamente à Secretaria desta Comissão." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015,** de caráter terminativo que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015,** de caráter terminativo que: "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **EXTRAPAUTA ITEM 37 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 36 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, que altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Gilberto Kassab; Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Representante do Ministério de Minas e Energia; Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Energia Elétrica - ABRADEE; Guilherme Jorge Velho – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE; Presidente da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente - ABEAMA. " **Autoria:** Senador José Medeiros e outros. **Resultado:** O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 6 DE JULHO DE 2016, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às dez horas e dezoito minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Ricardo Franco, José Medeiros, Gleisi Hoffmann, Garibaldi Alves Filho e Edison Lobão. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Lúcia Vânia e Sérgio Petecão. O Presidente declarou aberta a reunião destinada e discutir e votar emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2016, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências". Antes de iniciar os trabalhos, o Plenário dispensou a leitura e aprovou as atas das reuniões anteriores. Assumiu a presidência o Senador Ricardo Franco. O Senador Wellington Fagundes fez a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunicou o recebimento de 45 (quarenta e cinco) propostas de emenda, sendo 39 (trinta e nove) destinadas a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 6 (seis) emendas ao texto do projeto. Encerrada a discussão, foi aprovado o relatório, que passou a constituir parecer favorável às nove emendas seguintes: EMENDAS DE META: Nº 1 | AÇÃO: 14UF | DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO, REFORMA, EQUIPAGEM E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES | META: 1.000; Nº 2 | AÇÃO: 0509 | DESCRIÇÃO: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | META: 3.000; Nº 3 | AÇÃO: 210U | DESCRIÇÃO: ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA | META: 70.000; EMENDAS AO TEXTO: Nº 4 | REFERÊNCIA: ARTIGO 36 | TIPO: ADITIVA; Nº 5 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; Nº 6 | REFERÊNCIA: ARTIGO 60 INCISO VI | TIPO: ADITIVA; Nº 7 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; Nº 8 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; Nº 9 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA. Reassumiu a presidência o Senador Wellington Fagundes, fazendo comunicados aos membros. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

Senador RICARDO FRANCO
Presidente eventual da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Pauta:

Emendas da Comissão Senado do Futuro ao PLDO/2017

Finalidade: discussão e votação das emendas da Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2016 (PLDO/2017), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Wellington Fagundes

Foram apresentadas 45 emendas a esta Comissão, sendo 39 emendas referentes aos Anexos de Metas e Prioridades e 6 emendas ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero, então, transferir a Presidência ao Senador Ricardo Franco, para que eu possa ler o relatório.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra o Coordenador das emendas, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero agradecer, de antemão, ao Senador Ricardo Franco, por possibilitar que a gente pudesse fazer esta leitura e aprovar, ainda nesta reunião, este relatório.

O parecer dispõe sobre as emendas da Comissão Senado do Futuro, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Relatório.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão Senado do Futuro reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PLN n.º 02/2016-CN).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Foram apresentadas 45 emendas, sendo 6 relativas ao Texto do Projeto de Lei e 39 referentes ao Anexo de Metas e Prioridades. As emendas estão listadas em dois quadros anexos, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no respectivo quadro.

Voto.

Aspectos normativos.

Segundo o parecer preliminar aprovado pela CMO, cabem a esta Comissão até 3 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, detalhadas até o nível da ação orçamentária, seguida dos respectivos produto, unidade de medida e meta física, e que sejam afetas às competências regimentais da Comissão (limitadas ainda a despesas de competência da União, tal como estabelecidas na Constituição Federal). Não há limite de número de emendas de texto.

Pelos arts. 87 a 91 da Resolução nº 1/2006-CN, aplicam-se às emendas ao PLDO as exigências relativas às emendas à Lei Orçamentária constantes dos arts. 43 a 45 do mesmo normativo. São, portanto, vedadas emendas incluindo ações não contempladas no Plano Plurianual (art. 90), e os órgãos cuja programação é passível de emendas da comissão incluem ainda aqueles na estrutura da administração federal cujas competências estejam direta e materialmente relacionadas à área de atuação da Comissão (art. 43, *caput*). Por fim, as emendas devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional.

Critérios de caráter geral na apreciação das emendas.

Inicialmente, é preciso observar os critérios de "caráter institucional" e "interesse nacional" previstos no art. 44, inciso II, da Resolução nº 1/2006-CN. Nesse contexto, ressalto a dificuldade de identificá-los com precisão, dada a abrangência das atribuições regimentais desta Comissão, a saber, promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões.

Portanto, este Relator assumiu a contingência de fazer essa avaliação caso a caso, em vista das circunstâncias do objeto da emenda e suas justificativas, sempre levando em conta ações cujo impacto estenda-se a mais de uma unidade da Federação.

Nesse diapasão, pude constatar que as 39 emendas apresentadas por membros desta Comissão, com o intuito de incluir ações ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2017, encontram respaldo regimental e atendem aos requisitos de "caráter institucional" e "interesse nacional" definidos na Resolução nº 1/2006-CN, dificultando sobremaneira a escolha de três emendas, conforme determina o parecer preliminar.

Sendo assim, procurei contemplar todos os Senadores que apresentaram emendas de inclusão ao mencionado anexo. Verifiquei, também, que algumas ações foram propostas por mais de um Senador, o que abriu a possibilidade de atendimento de todos os propositores.

As Emendas nºs 2 e 3, que propõem a inclusão da Ação "14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes" ao Anexo de Metas e Prioridades, foram apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque e Lúcia Vânia; portanto, sua aprovação atende a ambos os Parlamentares. A escolha entre as duas emendas recaiu exclusivamente sobre aquela de maior meta física, a saber, a de número 2.

O mesmo tratamento reservei às Emendas nºs 26 e 30, dos Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata, que propõem a inclusão da Ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", ao mencionado anexo. Novamente, a escolha reincidiu sobre a emenda com a maior meta física, a de número 30.

Por fim, selecionei, com a vênia de meus nobres pares, a Emenda nº 39, de minha autoria, que inclui a Ação "210U – Organização da Estrutura Fundiária", ao citado anexo.

Sendo assim, o quadro abaixo resume as emendas que proponho acolhidas, a saber: 1) Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; 2) Educação de qualidade para todos; 3) Reforma Agrária e Governança Fundiária.

Emendas de texto.

Foram apresentadas 6 emendas de texto ao PLDO 2017.

A Emenda nº 1 procura estabelecer diretrizes para a política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de um salário mínimo.

A Emenda nº 2, bem como as de números 4, 5 e 6, busca incluir despesas ao Anexo III do PLDO 2017, que trata dos gastos que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, por constituírem obrigações constitucionais e legais da União. As citadas emendas procuram preservar as seguintes despesas: Programas de Interesse Social – PIPs (Lei n.º 10.735/2003); Despesas com as ações de segurança da sanidade da agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Despesas com a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (Lei n.º 10.823, de 2003); e Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Já a Emenda nº 3 tem por objetivo permitir a utilização de recursos da União para execução de construção, reforma, ampliação e modernização de APAES no Brasil.

Nesse sentido, tendo em vista o mérito inegável das proposições apresentadas, sou pela aprovação das Emendas nºs 1 a 6 ao texto do projeto.

Conclusão.

Procurei distribuir as emendas aprovadas, levando em conta a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões e funções de governo, segundo o interesse dos Parlamentares da Comissão, evidenciado pelo número de emendas apresentadas, razão pela qual voto pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados:

I) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas de Texto nºs 1 a 6;
II) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, de números 2, 30 e 39; e
III) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais emendas apresentadas.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 2016.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Franco. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Wellington Fagundes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Devolvo a Presidência ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Ricardo, nós estamos aqui, na Comissão Senado do Futuro, já programando para o início do mês de dezembro um grande congresso, no qual discutiremos vários temas aqui. "O Congresso do Futuro" será realizado aqui, no Interlegis. Já estamos em tratativas com vários convidados que confirmaram a presença nesse Congresso, com a aprovação da Casa.

O Presidente Renan já definiu todo o apoio estrutural para realizarmos esse evento, ao modelo do que aconteceu no Chile no ano passado, onde lá estivemos, com quase 70 palestrantes de nível internacional. Estiveram presentes lá 4 prêmios Nobel. Portanto, aquilo foi um exemplo de organização, com o envolvimento de muitos países, com uma audiência muito grande. Claro, a Comissão Senado do Futuro do Chile é um modelo no mundo, porque é a única comissão que tem orçamento próprio do Congresso Nacional.

Esta Comissão é uma comissão nova, criada há três anos, idealizada pelo Senador Cristovam Buarque, que trouxe essa ideia para o Brasil. O primeiro Presidente foi Luiz Henrique.

Estamos agora trabalhando, neste ano, no sentido de fortalecer esta Comissão. Vários eventos já foram promovidos. Creio que este final de ano culminaria com esse grande evento que poderemos mostrar para o Brasil, principalmente porque a preocupação da Comissão Senado do Futuro não é tratar do futuro do Senado e, sim, do que Senado pode fazer para as futuras gerações.

Então, eu acho que podemos contribuir muito, não só no sentido da integração do nosso trabalho legislativo, como é o projeto e-Cidadania, que hoje permite que, ao mesmo tempo em que estamos aqui, tratando de assuntos os mais diversos possíveis na Casa, o cidadão, de casa, pode participar, fazer a sua sugestão, pode exercer verdadeiramente a cidadania.

Como V. Exª tem toda a experiência do seu pai, eu tenho certeza de que V. Exª também, com a experiência de vida que tem – é um dos Parlamentares mais preparados da Casa –, com a energia da juventude, eu tenho certeza de que V. Exª pode também estar aqui participando. Quero convidá-lo, para que também possamos, nesse trabalho conjunto, fortalecer o trabalho da Comissão Senado do Futuro, principalmente nesse evento com o que, tenho certeza, V. Exª poderá contribuir e muito.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero aqui propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada.

Nada mais havendo a tratar, queremos dar por encerrada a reunião, agradecendo mais uma vez a presença do Senador Ricardo, que me substituiu aqui, na Presidência.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 13 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, Lídice da Mata e Cidinho Santos. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão e José Medeiros. A presidência declarou aberta a reunião destinada à apreciação de proposta de plano de trabalho, apresentada pelo Relator, Senador Cidinho Santos, para avaliação da política pública referente a "assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição", constante do Requerimento nº 4 de 2016-CSF. Em seguida, a presidência propôs a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 10ª reunião. A ata foi aprovada. Após a leitura, discussão e votação da proposta do Senador Cidinho Santos, a Comissão aprovou o plano de trabalho para avaliação da política pública referente a "assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição", constante do Requerimento nº 4 de 2016-CSF. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta: apreciação de plano de trabalho.

Apreciação de proposta de plano de trabalho, apresentada pelo Relator, Senador Cidinho Santos, para avaliação da política pública referente a "assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição", constante do Requerimento nº 4 de 2016-CSF.

Com a palavra, com muita satisfação, passo ao Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou apresentar o nosso plano de trabalho.

A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada de 25 a 27 de setembro de 2015, possibilitou a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS devem representar parâmetros para a implementação das políticas nacionais e das atividades de cooperação internacional até 2030.

O Brasil teve participação decisiva na implementação dos ODM. O capital político acumulado – ao sediar a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), bem como a Conferência Rio +20, em 2012 –, e a vanguarda na execução de políticas inovadores de desenvolvimento social e combate à fome conferem ao País legitimidade para apresentar participação protagonista, também, na promoção dos ODS ao longo dos próximos anos.

A diplomacia brasileira participou de todas as sessões da negociação intergovernamental dos ODS, realizada entre a Rio+20 e a Cúpula da ONU. Ao final desse processo, chegou-se a um acordo que contempla 17 objetivos (e 169 metas), a seguir apresentados:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Dentre esses objetivos, a Comissão Senado do Futuro propõe-se, com base na Resolução nº 44, de 2013, a avaliar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional para cumprimento dos ODS, sobretudo para assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição. Tais atividades relacionam-se com o objetivo 2 supracitado, o qual apresenta as seguintes metas:

2.1 – até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

2.2 – até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

2.3 – até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, e a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;

2.4 – até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 – até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;

2.6 – aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e serviços de extensão agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;

2.7 – Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.8 – Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de *commodities* de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

2 Atividades e Propostas

Diante da responsabilidade de avaliar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional para cumprimento dos ODS, sobretudo para assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição, sugere-se que a Comissão Senado do Futuro realize as seguintes atividades:

1. Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

2. Análise da legislação correlata;

3. Realização de seminário;

4. Realização de audiências públicas;

5. Pesquisa e revisão bibliográfica sobre o assunto;

6. Ações pelo e-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do DataSenado).

Após os primeiros meses dos trabalhos, deverá ser apresentado à Comissão Senado do Futuro relatório preliminar, a ser votado em outubro de 2016, ao passo que o relatório final deverá ser apresentado e votado pela Comissão até novembro deste ano.

3. Cronograma

Propomos a seguinte programação para o trabalho de atividade da políticas nacionais e atividades de cooperação internacional para o cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo para assegurar alimentação sustentável para todos.

Datas:

Agosto, reuniões técnicas em Brasília, Senadores e assessorias. Reunião interna, detalhamento do plano de trabalho, definição de datas e audiência, estabelecimento de temas para o debate;

Em setembro, audiências públicas também aqui no Distrito Federal, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e o Instituto Brasileiro de Análises. Temas: Análise das atividades de cooperação internacional para cumprimento dos ODS, sobretudo para assegurar alimentação sustentável para todos com segurança alimentar e melhoria da nutrição.

Em setembro ainda: audiência pública em Brasília – Ministério das Relações Exteriores (MRE); Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Programa: Análise das atividades de cooperação internacional para cumprimento dos ODS, sobretudo para assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da Nutrição.

Outubro: Reuniões técnicas em Brasília – Senadores e assessorias. Reuniões internas para avaliação dos trabalhos e análise dos dados e informações coletados.

Em outubro ainda: seminário aqui no Congresso Nacional com Parlamentares e agentes, visando à apresentação dos principais achados do trabalho; discussão e aprimoramento do trabalho.

Este é o Plano de Trabalho apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, apresentado o Plano de Trabalho pelo Senador Cidinho, vamos submeter à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos submeter à votação.

Aqueles que concordam com a proposta do Plano de Trabalho do Senador Cidinho Santos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Plano de Trabalho com vistas a aprovar a política pública referente assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição, constante do Requerimento nº 4, de 2016, CSF.

Só para ficar registrado aqui também, aproveito para convidar não só o Senador Cidinho, mas a todos, para participar, no mês de dezembro, do Congresso Senado do Futuro, que já está programado. É importante começarmos a divulgar. Já está previsto para os dias 8 e 9 de dezembro aqui no auditório do Senado, Interlegis e também aqui no próprio Senado, de 9h às 12h. O tema é Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável.

A própria Comissão está aberta ainda, inclusive, a sugestões por qualquer internauta, enfim, alguém que queira participar antecipadamente com críticas e sugestões. Repetindo: Congresso do Futuro, Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável. Datas: 8 e 9 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Telmário Mota, Waldemir Moka, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Fernando Collor. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2016** que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." **Autoria:** CPI do Assassinato de Jovens (CPIADJ). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RTG 4/2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e RTG 9/2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes. **Finalidade:** Debater o papel e os instrumentos de participação social sob o enfoque da sociedade civil. **Participantes:** Sr. Manoel Galdino Pereira Neto, Diretor-Executivo da Transparência Brasil; Sra. Carmela Morena Zigoni Pereira, Pesquisadora do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc; Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimentando os Srs. Senadores presentes e inscritos na lista de presença desta Comissão, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Havendo, portanto, quórum regimental, informo que a presente reunião seria realizada em duas partes. A primeira, para deliberar sobre o PLS 241/2016, e a segunda, para realizar audiência pública. Recebemos, no entanto, pedido do Senador Cristovam Buarque, Relator do PLS 241/2016, para retirá-lo de pauta para reexame. Dessa forma, fica adiada a apreciação do projeto.

A finalidade da audiência pública que devemos realizar é debater o papel e os instrumentos de participação social sob o enfoque da sociedade civil, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2016, do Senador Wellington Fagundes, que relata, nos termos do art. 96, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a política pública sugerida pelo Senador Cristovam Buarque no Requerimento nº 4, de 2016.

Nós temos como convidados para esta audiência pública o Sr. Manoel Galdino Pereira Neto, Diretor Executivo da Transparência Brasil, que convido a integrar a Mesa.

Também temos como convidada a Srª Carmela Morena Zigoni Pereira, Pesquisadora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a quem também convido para tomar assento à mesa.

Também convidamos para integrar a Mesa o Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília, a quem também damos boas-vindas.

Nós temos também como convidada a representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que até o momento não chegou a esta Comissão.

Informo que a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Já se encontrando à mesa os nossos convidados, informo que, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará as suas exposições por dez minutos, e a Presidência poderá dar uma tolerância de mais cinco, se for necessário, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por três minutos pelos Senadores e Senadoras inscritos previamente.

As participações dos cidadãos serão trazidas à mesa pela Secretaria da Comissão, para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelos convidados ou Senadores presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Concedo a palavra para o Sr. Manoel Galdino Pereira Neto, para fazer a sua exposição, inicialmente por até dez minutos. V. Sª tem a palavra.

O SR. MANOEL GALDINO PEREIRA NETO – Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer o convite do Senado, para, representando a Transparência Brasil, participar desta audiência pública; cumprimento também os colegas representantes da sociedade civil presentes aqui, na mesa, e os Senadores que estão aqui na Comissão, para discutir esse tema tão importante.

Eu havia preparado...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu poderia, Sr. Presidente, como é regimental, já fazer aqui a minha fala como Relator, porque há algumas perguntas que acho que eles podem colocar, inclusive, já no contexto da fala deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senador, eu compreendo a sua intenção, entretanto, como nós tínhamos a incumbência de a sua relatoria ser apresentada e o senhor requereu que nós fizéssemos a audiência pública, a gente pressupõe que a audiência pública é para enriquecer o seu relatório. Agora, não sei se temos que inverter as coisas, ouvindo primeiro o seu relatório, porque aí...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não é o relatório?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Desculpe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Minha posição como Relator apenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – As suas perguntas então?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pois não.

Se os nossos palestrantes não se...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Porque eu acho que aí eles já irão em cima disso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu penso que não há nenhum problema, aí cada um já poderá responder, na sua hora, ao questionamento de V. Exª.

Perdoe-me, eu entendi que era o relatório, então são as perguntas. V. Exª pode formalizá-las, e eu peço que o Sr. Manoel aguarde mais um minuto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, Sr. Presidente, como Relator, eu quero dizer que o foco principal da avaliação que nos compete avaliar é o ciclo de gestão do Plano Plurianual 2016-2019, cuja formulação inicial foi aprovada na Lei nº 13.249, de 2006.

Dado que o referido plano se encontra em fase inicial de implementação, cabe-nos realizar a avaliação das condições dos processos e dos canais previstos para ancorar o ciclo de gestão do plano e, particularmente, ancorar a participação dos segmentos diversos da sociedade civil nesse ciclo.

A história é um mestre que nos ensina a não repetir erros e que nos aponta os bons caminhos. Pretendemos agregar a essa abordagem também conteúdos da evolução de nossas práticas de planejamento e gestão democrática das políticas públicas em nosso passado recente.

Neste contexto, solicitamos aos ilustres convidados desta audiência que, em suas contribuições, nos auxiliem na retomada dessa trajetória histórica e nos enriqueçam com as experiências passadas que julgarem convenientemente abordar, seja para apontar riscos a serem mitigados, seja para apontar oportunidades a serem aproveitadas.

Permitam-me, também, convidá-los a abordar dois temas de reflexão, que pretendemos sejam estruturantes do relatório que iremos apresentar. O primeiro tema se reporta à constituição das condições necessárias ao exercício da participação pela sociedade. Que condições são essas? Estão essas condições presentes em nosso arcabouço institucional? Em que medida estão presentes? Que processos de construção de capacidade deveriam ser desencadeados para constituí-las?

Eu queria até pedir, se houver cópia disso também aqui, para que seja repassado aos nossos Parlamentares.

No caso particular do processo de formulação do Plano Plurianual 2016-2019, qual foi a amplitude de participação da sociedade civil na proposição de conteúdos para o plano? De que recursos os cidadãos e as entidades organizadas dispuseram para tornar viáveis sua participação?

Observem que me reporto aqui mais ao conjunto de pré-requisitos à efetiva apropriação dos canais de participação ofertados pelo Governo do que propriamente à oferta desses canais, de que tratarei no segundo tema, a seguir. Ou seja, preocupo-me, neste momento, com os aspectos de compreensão dos documentos e informações pelos cidadãos, da pedagogia dos métodos e dos procedimentos de construção dos planos e programas, da linguagem utilizada pelo Governo em sua interação com os cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Qual é a qualidade da comunicação democrática verificada nessa participação? Temos, nesses aspectos, espaço para aperfeiçoamentos no marco regulatório ou na oferta de recursos e de subsídios para apoiar a participação?

O segundo tema se reporta ao chamado problema da efetividade tanto nos momentos de discussão e deliberação, quanto nas fases mais avançadas do ciclo de gestão. Refiro-me aqui à disponibilidade de canais ofertados pelo Governo para captação da voz, das demandas e das visões da sociedade sobre as políticas públicas. Que canais são esses?

Qual a acessibilidade desses canais para os cidadãos, sua capilaridade em Território nacional, sua publicidade e seu custo?

Captar as demandas e propostas da sociedade, o processo de planejamento governamental está estruturado de modo a promover a efetiva consideração e incorporação dessas visões nos planos produzidos?

Sabemos que a participação social pode ser uma forma de meramente legitimar decisões autocráticas, e não é isso que queremos. Como nos encontramos nesse momento em relação a esse aspecto?

Existem mecanismos já adotados ou previstos para se garantir que os cidadãos tenham retorno sobre suas propostas?

Para as fases de implementação e monitoramento do novo PPA, em que medida a participação social é entendida como ator relevante do processo?

Esses dois conjuntos de questões convergem para uma pergunta orientadora do debate, que deixo como provocação nesta minha fala inicial: temos, no Governo Federal, uma política pública de participação democrática que lastreie o ciclo de todas as demais políticas públicas?

Para nos ajudar a refletir neste importante desafio institucional, quero, então, devolver a fala, Sr. Presidente, que, consequentemente, já deveria estar sendo conduzida aos palestrantes.

Eu agradeço e tenho a certeza de que isso será relevante para dar consistência àquilo que vamos produzir aqui neste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu agradeço a V. Exª.

Agora vamos ouvir o Sr. Manoel Galdino Pereira Neto, Diretor Executivo da Transparência Brasil, que certamente já vai abordar os pontos que V. Exª colocou.

O SR. MANOEL GALDINO PEREIRA NETO – Obrigado novamente.

Como eu disse, inicialmente eu havia preparado uma apresentação um pouco maior, mas já que temos aproximadamente dez minutos para falar, vou tentar focar no que é mais importante aqui, com especial atenção à fala e à provocação feita pelo Senador Wellington Fagundes.

Enquanto corrigimos alguns probleminhas na apresentação, eu acho que uma perspectiva útil que podemos trazer – e que eu trouxe um pouco também na apresentação – é a questão do governo aberto.

O Brasil é um dos signatários da Open Government Partnership. Portanto, tem vários compromissos assumidos no âmbito da OGP. A ideia de governo aberto – estou adiantando um pouquinho para ir para o essencial – é relativamente nova, mas traz valores muito antigos de participação democrática da população na produção de políticas públicas e na governança.

O governo aberto tem três pilares. O primeiro pilar é a transparência. Hoje, o Brasil avançou um pouco em relação a uma situação muito ruim que tínhamos antes, com a Lei de Acesso à Informação, que, por exemplo, regulamentou o direito de acesso à informação do cidadão e criou o princípio de que o sigilo é a exceção e a publicidade é a regra. Com o passar do tempo, o Estado brasileiro, nos seus vários níveis, nos seus vários poderes, está progredindo em termos de maior transparência. Embora ainda tenhamos muito a avançar nesse quesito, mas a transparência, ao permitir que o cidadão saiba o que está acontecendo, que ele se aproprie do que é produzido pelo governo, que tem como princípio ser algo para o público, para a população, ao ter acesso à informação, ao se apropriar dessa informação, ele vai poder participar melhor porque terá mais conhecimento e vai saber o que esperar do governo, vai saber quais são os processos, vai saber exatamente os gargalos, os problemas, e isso vai permitir que o Governo, o Legislativo e o Judiciário se aproximem do cidadão, permitindo que a participação fique menos custosa.

Então, a transparência é um pilar fundamental para garantir que tenhamos participação dos cidadãos. Sem transparência, não tem como o cidadão participar da produção de políticas públicas.

O segundo pilar do Governo aberto é a própria participação. Então, é a ideia de consultar o cidadão para que ele possa dar o seu *input* para o Governo e para a política pública, ouvir as suas críticas, ouvir o seu *feedback*. E o mecanismo clássico em que isso acontece são audiências como esta, consultas públicas em que o cidadão é instado a falar, o Governo se abre para ouvir o que o cidadão tem a dizer. Então, reforçar esses mecanismos de ouvir o cidadão na produção de políticas públicas, de *feedback* sobre o que o Governo faz é o segundo pilar do Governo aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

E o terceiro pilar é a colaboração, que pode parecer muito similar à participação, mas tem uma diferença de orientação fundamental: na colaboração, as coisas não partem do Governo para o cidadão, e aí o cidadão tem uma postura reativa; o Governo, ao ser aberto, ao ser transparente, permite que a sociedade civil, a iniciativa privada, as organizações não governamentais ajudem a produzir inclusive a própria política pública.

Mais para a frente vou dar outros exemplos, mas, apenas para frisar, um exemplo aqui: quando uma prefeitura abre os dados dos ônibus de transporte público, o GPS com os dados de onde esses ônibus estão se localizando, e aí empresas da iniciativa privada ou cidadãos fazem aplicativos de celular que monitoram por onde o ônibus está transitando, se ele está próximo de um ponto de ônibus ou não, se ele vai ter atraso ou não, quando você pode esperá-lo, vejam, são os cidadãos, a própria iniciativa privada melhorando a política pública de transporte da prefeitura.

Portanto, quando você tem a colaboração, você tem a própria produção de políticas públicas, você tem uma colaboração, uma interação entre Governo e sociedade civil para a produção da política pública. Para isso, é fundamental também a transparência e a participação. Então, a colaboração se diferencia nesse sentido, porque ela vai tentar trazer o cidadão para colaborar na geração de conhecimento, na geração de informação, na própria produção de política pública.

Então, os princípios do governo aberto – como eu falei, o Brasil é signatário da OGP – devem, na minha opinião, orientar essa discussão de participação da sociedade civil.

A Transparência Brasil tem um trabalho já antigo no pilar da transparência, o próprio nome da nossa instituição traz isso. Eu não vou entrar muito em detalhe aqui porque eu quero aproveitar o tempo para trazer as iniciativas que eu acho que são mais ilustrativas dos desafios que a gente tem e do que a gente pode trazer em termos de participação aqui.

Então, na apresentação, eu tinha trazido algumas experiências da Transparência Brasil, como o projeto Excelências, que é um projeto de gerar informação sobre os próprios Parlamentares. Somos muito consultados quanto aos processos judiciais, somos bastante utilizados pela imprensa para fazer suas reportagens, mas, como eu falei aqui, eu quero trazer essa ideia da colaboração, que acho que é a coisa mais nova que temos – precisamos entender melhor como isso funciona.

Então, a gente precisa mudar algumas coisas para que a colaboração melhore. A gente precisa fazer uma reforma institucional – a Lei de Acesso à Informação é um primeiro exemplo, mas a gente precisa de mais mudanças para que o cidadão se sinta empoderado para participar –; promover uma mudança cultural nas burocracias com exemplos das lideranças políticas; adotar tecnologias e soluções inovadoras; aprender com o que a sociedade civil e a iniciativa privada estão fazendo em termos de colaboração para que o Governo se aproprie disso.

Ali eu apresento um *link* para quem quiser posteriormente ver com mais detalhes de vários exemplos disso.

Alguns exemplos específicos que eu trouxe.

O executivo federal americano criou uma plataforma de petições *on line* que se chama We the People. Se os cidadãos conseguirem coletar 100 mil assinaturas para uma petição, a Casa Branca se compromete a responder essa petição, dizendo se vai encaminhá-la para o Legislativo, se vai promover uma mudança de política pública ou, caso não vá fazer nada, explicando por que não vai fazer nada. Esse é um exemplo de tentativa de aumentar a participação do cidadão na produção legislativa e de políticas públicas.

Existem outras iniciativas similares. No Reino Unido, por exemplo, há também o petition.parliament.uk.

Então, a gente teve alguns avanços com essas plataformas, mas elas ainda têm muitos desafios.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL GALDINO PEREIRA NETO – No caso americano, muito pouco de efetividade vem dessa plataforma. Então, ela é uma iniciativa que tem também as suas dificuldades.

Outra coisa que eu queria destacar é que, para a gente ter colaboração, a gente tem que responder um desafio muito grande, que é como agregar o conhecimento descentralizado que está na sociedade. O conhecimento é disperso e é muito difícil agregá-lo de forma eficiente. Como você promove as pessoas certas para participarem e produzirem conhecimento?

Eu trouxe três exemplos da iniciativa privada e da sociedade civil: Quora, StackOverflow e a Wikipedia, que são exemplos bem-sucedidos de colaboração e de produção de conhecimento utilizando as pessoas, com o seu conhecimento, para que as pessoas acessem e tenham um conteúdo de qualidade, o que é muito difícil.

Então, eles têm sistemas de reputação – quem contribui mais é mais bem avaliado –; eles evitam usuários anônimos; têm sistemas de moderação inteligentes; têm sistema inteligente para evitar redundância – às vezes as pessoas colocam conteúdos similares e é preciso fundir esses conteúdos –; e uma capacidade de atrair especialistas e usuários de muita qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Ver esses exemplos, copiar o que eles têm de bom, isso pode nos ajudar a pensar um pouco como o Governo pode, no seu Plano Plurianual, por exemplo, no PPA, trazer a participação da sociedade civil. Se você quer trazer a participação da sociedade civil, você precisa garantir que as pessoas se informem para darem contribuições relevantes; que quem tiver alguma especialidade se engaje nesse processo e dê contribuições; e que o conhecimento técnico mais relevante seja promovido no interior dessa plataforma; e que as pessoas possam perceber isso e utilizar esse conhecimento com o qual outros especialistas vão contribuir para que, aí sim, o *input* que venha da sociedade civil possa ser bem aproveitado pelo Governo.

Porque se vier conteúdo muito ruim – às vezes as pessoas não sabem nem as restrições institucionais, o procedimento que tem que seguir uma peça legislativa – e, ao não saberem disso, elas fazem coisas que não são viáveis. Aí, a contribuição dela, que tem um potencial transformador, se perde.

Então, olhar para essas iniciativas é ver formas muito inteligentes de como o setor privado ou a sociedade civil tentou resolver alguns desses problemas. E eles têm tido muito sucesso. A Wikipedia, a gente sabe que é uma construção coletiva do conhecimento, mas que tem uma qualidade mínima, que as pessoas utilizam isso no seu dia a dia.

Para terminar, pois meu tempo já estourou, trouxe só exemplos de plataformas que existem no âmbito mais municipal que tentam resolver esse problema.

O Colab é um aplicativo de celular, o Cidadeira e o Cidade Legal. Então, quem quiser depois olhe um pouquinho para ver como é que eles fazem isso, porque o desafio deles é similar: trazer as pessoas, engajá-las, mantê-las engajadas e colocar coisas relevantes que possam ser usadas pelos pelo Poder Público e, ao mesmo tempo, integrando com o Poder Público para que isso seja feito de forma eficiente.

A própria Transparência Brasil tem iniciativas novas nesse sentido, de que eu não vou ter tempo de falar aqui. Eventualmente, nas perguntas posso abordar um pouco mais.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Prof. Manoel.

Agora vamos conceder a palavra à Srª Carmela Morena Zigoni Pereira.

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Também gostaria de agradecer o convite da Comissão para estar aqui.

Vou começar... Além de parabenizar pela iniciativa de fazer uma avaliação do processo de participação do PPA, que é extremamente relevante, eu gostaria de fazer algumas ressalvas provocativas também, logo de início. A primeira é que, observando o calendário das audiências, haverá uma audiência também só com o Executivo. Talvez numa próxima experiência, mesclar o Executivo com a sociedade civil fosse interessante para que o debate ficasse mais consistente, dialogado.

Uma segunda questão é com relação à própria proposta de participação no PPA 2016-2019. No início desse processo, houve um avanço do Governo em tentar que a participação não ocorresse somente na construção do plano, mas que houvesse uma agenda de monitoramento da implementação desse plano, que seria uma agenda que estaria encerrando a primeira etapa agora, em agosto. Então, acredito que a avaliação, de uma certa forma, ficará comprometida porque que só vamos conseguir olhar para aquele momento da construção do PPA.

E, por fim, a partir da fala do Manoel, fiquei pensando quem participa. A gente ainda não tem um quadro no País de inclusão digital favorável, como gostaríamos, um plano nacional de banda larga, enfim, para efetivar essa participação. Então, vamos poder medir a participação nesta própria audiência a partir da participação *on-line*, que está aberta.

Só para contextualizar um pouco a minha fala, essas aqui eram as provocações que vieram da fala do colega e do Senador Wellington Fagundes, mas gostaria de contextualizar minha fala.

O Inesc, o Instituto de Estudos Socioeconômicos, que é a organização que estou representando aqui hoje, tem mais de 30 anos de existência monitorando o orçamento público e participando dos processos de construção da participação democrática no Brasil.

Para citar alguns exemplos a gente participa do OGP, já fomos inclusive do Steering Committee, fazemos a pesquisa internacional de transparência também que é o Open Budget Index e, além de monitorar as LDOs, as LOAs e o PPA, a gente tem uma parceria muito frutífera com o Siga Brasil que é o portal do Senado Federal de dados abertos.

Também gostaria de destacar que a gente atuou na construção do Decreto nº 8.243, de 2014, que instituía a Política Nacional de Participação Social, que, infelizmente, foi derrubado logo após as eleições de 2014. Foi uma construção bastante participativa a desse decreto que viria a se tornar depois uma Política Nacional de Participação Social. Participamos também, com nossos parceiros, nossas redes, da construção do Marco Re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

gulatório das Organizações da Sociedade Civil que também é importante pois regula relação das ONGs com o Estado brasileiro, gerando mais transparência inclusive no acesso de recursos das ONGs aos recursos estatais.

E, por fim, ainda falando um pouquinho do Inesc, nós atualmente participamos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, só para dizer da importância que nós enxergamos na participação nesses espaços institucionalizados de participação como conselhos, conferências, audiências, como citou o colega, mas também acreditamos que precisamos construir outros espaços de participação. Nós temos vivido aí uma crise política desde 2013, em que as pessoas clamam por maior participação. Eu acho que é uma reflexão importante para os agentes de Estado, seja do Legislativo, do Executivo ou mesmo do Judiciário, de como fazer um diálogo mais direto com essa sociedade que está se organizando, que está nas ruas e que tem as suas pautas, independentemente da posição política em que estejam, enfim.

Feita essa introdução, no que se refere ao PPA 2016-2019, o Inesc tem acompanhado através do Fórum Interconselhos que foi uma instância construída nas últimas duas décadas de Governo e que, embora não esteja institucionalizada – que é uma das demandas que nós temos, que é a institucionalização do Fórum Interconselhos –, é um espaço importante de participação, onde estão presentes os Conselhos Nacionais.

Nós produzimos diversas notas sobre cada encontro desse que foi feito para a construção do último PPA, não dá tempo de expor aqui todo esse conteúdo, mas no nosso *site* vocês podem acessar: www.inesc.org.br. Lembrando que não há obrigatoriedade legal para participação social. Então, o decreto infelizmente não foi adiante e a sociedade civil fica dependendo da boa vontade do Executivo e do Legislativo para participação na construção dos PPAs, das LDOs e das LOAs. Com relação à LDO e à LOA, até há uma regulamentação de que seja feita uma audiência pública, mas o PPA não tem. Até 2003 não existia nenhum mecanismo de participação social na formulação de planos plurianuais, um cenário que mudou na discussão do PPA de 2004-2007.

Naquele momento, o Inesc participou inclusive juntamente com a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) e outros parceiros – o próprio CFEMEA, que estaria aqui hoje –, dessa construção, por meio de 27 fóruns estaduais, dos quais participaram cerca de 2.170 organizações.

É importante fazer essa recuperação histórica, porque há uma construção e um aperfeiçoamento nesse processo. Erros e acertos que vão sendo avaliados a cada plano plurianual.

Os canais de participação social foram mantidos nos planos subsequentes, mas com processos bem tímidos. Para o PPA de 2008-2011 foi formado um grupo de trabalho, feitas algumas consultas, alguns seminários regionais. No de 2012-2014, não houve muitas discussões amplas, mas começou-se a fazer um experimento com o Fórum Interconselhos, que foi bastante reconhecido inclusive internacionalmente. E agora, no 2016-2019, à época, o órgão responsável juntamente com o Ministério do Planejamento era a Secretaria-Geral da Presidência, que agora é Secretaria de Governo, e prometeu radicalizar a participação social. Para tanto, além das reuniões do fórum, foi proposta uma agenda de monitoramento desse PPA – como falei no início –, que, infelizmente, nesse momento, está parada; e esperamos que depois de superada essa fase de crise política, possamos retomar o monitoramento do PPA junto à sociedade, até porque o PPA também se tem aperfeiçoado nos últimos anos.

Agora, nós temos um plano que prevê a entrega de metas para a sociedade. Então, que a sociedade tenha acesso à informação sobre essas metas e monitore se estão de fato sendo cumpridas.

É importante ressaltar que a redação desse plano ocorreu num cenário complexo de ajuste fiscal, retração da economia; e no Congresso, votação de pautas de cerceamento de direitos sociais, culturais e socioambientais, que são as agendas que acompanhamos lá no Inesc.

Nós temos, inclusive, feito a discussão da reforma tributária e da justiça fiscal, e de como temos de discutir a composição das receitas para pensar o gasto público e a própria participação, porque sem investimento na participação não há participação. É preciso formar a sociedade civil para compreender esses termos na linguagem dela, nas formas culturais que há, para que possa de fato opinar sobre essas pautas públicas. E isso tem um custo para o Estado brasileiro.

Então, foram três reuniões do Fórum Interconselhos. No primeiro encontro, que foi o Dialoga Brasil, ao final o resultado foram 28 diretrizes, 54 programas temáticos e 306 objetivos.

(Soa a campainha.)

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Um avanço que gostaríamos de destacar é esse processo de consultas regionais. Então, para fins de avaliação do processo, nós acreditamos que:

1 - As reuniões do Fórum Interconselhos são extremamente positivas, porque ali estão os representantes de todos os conselhos, que são os mesmos que participam nas conferências juntamente com a sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

2 - As consultas regionais, porque o Brasil é um País muito grande, então só a participação digital não contempla e também só com os conselheiros nacionais se tem uma perda de representatividade.

Então, isso fica como sugestão, já respondendo às questões aqui.

Um outro processo a que nós fizemos uma crítica no Fórum Interconselhos, que também é bom avaliar para aperfeiçoar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com licença, a senhora ainda terá mais os cinco minutos de tolerância, que eu já informei que seriam concedidos, mas eu pediria a gentileza do Senador João Capiberibe de assumir a Presidência dos trabalhos, uma vez que eu tenho um outro compromisso agendado para agora, meio-dia.

Agradeço a presença de todos, dos Senadores. Nós nos veremos daqui a pouco nas outras atividades da Casa.

Muito obrigado.

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Parabéns pela sua exposição.

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero também justificar a todos palestrantes. Por exemplo, tenho uma audiência agora no Ministério do Planejamento, já estão me ligando de forma bem insistente. Sou o Relator da LDO e tenho que estar lá tratando com o Ministro esse assunto.

Mas quero trazer tranquilidade para vocês de que tudo aqui está sendo gravado e a assessoria também está acompanhando, isso é fundamental. Por isso eu quis fazer as colocações antes. Não se sintam desprestigiados porque temos aqui outros Parlamentares que estarão conosco e os próprios técnicos que aqui ficarão.

Quero pedir licença, Presidente, e dizer que estarei atento a tudo que aqui estará acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador. Quero parabenizá-lo pelo requerimento. É uma oportunidade importante para entendermos minimamente, nós Senadores, como está se dando o processo de controle social dos orçamentos públicos.

Eu devolvo a palavra à Srª Carmela.

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Obrigada.

Vou tentar usar os meus cinco minutos da melhor forma que eu conseguir.

Retomando, nós acreditamos que o espaço do Fórum Interconselhos é importante, mas ele não deve ser único, é preciso haver consultas regionais. Também é preciso discutir o modelo de consulta. Essa cultura de consultas de audiências públicas sem informação da sociedade civil para de fato opinar de forma qualificada pode gerar um desvio do próprio processo de consulta, de ela ser uma consulta apenas *pro forma*.

Então, por fim, vou ressaltar os pontos que nós da Inesc entendemos como fundamentais para esse processo de aperfeiçoamento da participação social no PPA. Que seja institucionalizada a participação social por um lado, ou seja, que você tenha um Fórum Interconselhos institucionalizado, que possa deliberar, que possa discutir e tomar decisões, são os conselheiros nacionais que estão ali representados, mas que também sejam construídos outros espaços, que, se forem digitais, também venham acompanhados de uma política de inclusão digital e de uma política de acesso aos dados, porque hoje os dados estão abertos, mas a sociedade civil também não está dando conta de processar essa quantidade de dados – isso é importante para o nosso debate. A iniciativa privada está dando conta, por outro lado. Então, há um desnível que deveria ser sanado pelo Poder Executivo, inclusive com uma política de reúso de dados.

Ampliação e regionalização da participação social, como já falei; incorporação de demandas sociais nas metas, não somente no discurso do Plano Plurianual. Então, tem-se refletido nas introduções, nos aspectos mais gerais como os objetivos, aquilo que foi definido nas conferências nacionais, estaduais e locais, principalmente nas nacionais, que são o produto desse debate, mas, nas metas, nem sempre está refletido.

E pior ainda, nem sempre a LOA reflete o que está lá no PPA, então você vai ter muita meta sem recurso. E sem recurso é bastante complicado levar uma política pública à frente.

Eu acho que consegui fazer uma síntese. É isto, o diálogo do PPA com as outras políticas de planos elaborados.

Eu vou finalizar dizendo que a iniciativa da avaliação é muito positiva. Nós queremos acompanhar isso até o fim, porque temos acompanhado desde 2003 esse processo. E acreditamos que há diversos pontos a serem aperfeiçoados pelo Executivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Srª Carmela.

Vamos dar sequência. O Brasil está em transe. Às vezes me dá vontade de chamar uns psicanalistas para tentar nos ajudar a sair do transe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Mas, enfim, o próximo convidado é o Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, ao qual eu passo a palavra.

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – Obrigado. Assim como os colegas, eu também agradeço este convite. E considero que esta é uma oportunidade muito relevante para que a gente possa discutir este tema e compartilhar algumas informações que talvez de outra maneira a gente não tivesse como fazer circular.

Eu vou situar um pouquinho a minha fala. O Ipea, há algum tempo, montou uma rede de pesquisadores sobre o tema da participação social, envolvendo vários professores de universidades federais, agentes governamentais, agentes de institutos de pesquisa. Nessa plataforma Participação em Foco, neste endereço, muitos dos resultados dessas pesquisas podem ser encontrados. Algumas das referências que vou fazer aqui ao longo da minha fala podem ser encontradas nesse repositório, que está ativo.

Para a gente falar sobre participação social, eu queria recordar a vocês que a gente retira esse termo participação exatamente da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo art. 21 estabelece que toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país. Essa redação foi repetida, com muito pouca diferença, no parágrafo único, art. 1º, da nossa Constituição.

Quando eu trago esse debate então para o âmbito de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, eu queria reforçar para vocês que a participação política é um direito fundamental, é um direito humano. Isso é importante ter em mente, para mostrar que qualquer tipo de atitude que gere embaraço ou que gere dificuldade do exercício desse direito pode ser considerado violação de direitos humanos, com todo aquele arsenal de proteção internacional que existe ativo hoje.

O segundo ponto é que, considerando isso como um direito humano, implica também a incidência da regra da vedação do retrocesso. Em matéria de direitos humanos, é internacionalmente proibido que a gente retroceda em nível de direitos já adquiridos ou direitos já garantidos pela população. Por isso, é importante a gente saber qual é o nosso ponto atual, qual é o nosso momento, em termos de participação, justamente para evitar esse tipo de retrocesso e pensar quais são as necessidades para que a gente faça esses aperfeiçoamentos.

Eu vou passar aqui muito rapidamente esses eslaides, para a gente aproveitar melhor o nosso tempo.

Resumindo, quando a gente fala de democracia participativa – e vários pesquisadores usam outros nomes –, a gente está mostrando uma disposição complementar àquela de democracia representativa, assim como àquela de democracia direta, já previstas na nossa Constituição, que outros países utilizam com muito mais frequência do que nós.

A própria Constituição Federal, que é o nosso ponto de partida, já estabelece a previsão de vários instrumentos de participação social ao longo dos seus artigos. Então, não é uma novidade, nem é uma criação do legislador ordinário. Além disso, ela estabelece regras que determinam como essa participação deve acontecer em determinadas áreas de políticas públicas. Não são poucas. Além dessas regras constitucionais, um conjunto de leis foram editadas de 1988 para cá, ratificando essa participação como um direito do cidadão. Eu vou passar rapidamente por elas, para parar aqui em uma que eu considero a mais importante para este debate sobre a participação no PPA, que é exatamente a Lei Complementar nº 101, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

No parágrafo único do art. 48, desde a sua redação original – hoje ela está com uma redação modificada –, já havia esse estabelecimento de que a participação popular era necessária durante o processo de elaboração e discussão dos planos – e aqui incluímos, então, o PPA –, das leis de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos. Percebam que esse comando da lei não está direcionado ao Poder Executivo: está direcionado a todos os Poderes e de todos os níveis da Federação. Então, a participação social, inclusive no PPA, é obrigatória e vamos analisar como ela vem sendo cumprida ao longo do tempo.

O quadro da participação social no Brasil, hoje, é muito vasto e muito diverso. Vários instrumentos de participação foram criados por todos os Poderes, por todos os níveis da Federação, para que o cidadão e a cidadã tivessem acesso às decisões públicas. Isso é o extrato de uma pesquisa feita pelo Ipea, publicada pelo Ipea em 2012, é uma série histórica de 2002 até 2010, que traz para nós, em síntese, a seguinte informação: de maneira crescente, em 2010, observamos que 92% dos programas federais tinham algum tipo de interação com a sociedade e 89,3% dos órgãos públicos federais do Poder Executivo, no caso, tinham algum tipo de interação com a sociedade. Então, quando falamos de participação da sociedade, não estamos falando da exceção, estamos falando da regra. E essa participação acontece de formas muito variadas e muito diversas, que talvez não tenhamos ainda a sensibilidade de captar.

Esse mesmo estudo fez um comparativo entre formas de participação e áreas de políticas públicas. Ele evidenciou que existe uma certa preferência: determinadas áreas de políticas públicas têm preferências por determinados tipos de participação social. Só para dar um exemplo, na área de proteção social, predominam as formas como conselhos e conferências nacionais. Na área de infraestrutura, em que existe participação social, os instrumentos mais utilizados costumam ser audiências e consultas públicas, mas, em todas essas áreas, os instrumentos estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Aqui um estudo publicado em 2011 pelo Prof. Avritzer, com base numa pesquisa do Vox Populi, mostrando quanto da população brasileira já participou de determinadas formas de participação política em geral, ativismo em geral. Aqui vemos que instituições participativas já mobilizaram cerca de 4,3% da população brasileira. É um número significante, mas isso não se compara a outras formas de ativismo, como a religiosa, a escolar, estudantil, associativismo em geral.

Respondendo a uma das perguntas do Exmo Senador, que foi comentada também pela colega Carmela, essa mesma pesquisa de 2011 trouxe para nós alguns dados importantes sobre quem é o participante típico, e o participante típico é mulher, negra, em geral, até quatro anos de escolaridade, com renda de um a quatro salários mínimos.

E é pensando nesse participante típico que a gente tem que levar em consideração essas formas de participação social.

A quantidade de conferências realizadas, crescente.

Orçamento participativo, que é uma referência importante para que nós tenhamos em mente, ao discutir a participação no Orçamento e também no planejamento. Uma experiência naturalmente brasileira, que se expandiu pelo mundo com uma frequência, como vocês podem ver, extremamente relevante. Uma sequência de ações de participação no planejamento e no Orçamento federal já foi realizada.

A colega Carmela já citou algumas, mas eu queria ressaltar e fazer uma homenagem específica ao Inesc sobre as críticas e as demandas que o Inesc fez, principalmente nas suas cartas abertas que geraram, a partir de 2012, também instrumentos de participação na elaboração da LDO e na elaboração da LOA. Hoje, no Governo Federal, a LDO é submetida à consulta pública antes de ser enviada ao Congresso Nacional desde 2013. A mesma coisa acontece com a LOA, só que sob a forma de audiências públicas.

Bom, aqui falando especificamente de conselhos nacionais, só para mostrar para vocês com aqueles percentuais, são uma realidade da gestão pública difundida em praticamente 100% dos Municípios brasileiros. As áreas de saúde, assistência social e de criança e adolescente, que são as que mais se destacam.

Bom, sobre quantos conselhos existem, é um tema que ainda está em discussão. O Ipea está fazendo uma pesquisa sobre isso.

Aqui é um mosaico para a gente ver, com base num levantamento feito pela Presidência da República, a quantidade de conselhos que a gente tem em funcionamento no Poder Executivo Federal. E esses aqui a gente sabe que não esgotam a realidade. Temos muito mais conselhos do que esses.

Uma curiosidade que pouca gente também coloca: os conselhos também estão difundidos no Poder Judiciário, como é o caso dos conselhos da comunidade. Inclusive aqui, no Poder Legislativo, fazem uso dos conselhos como forma de envolvimento da sociedade, como é o caso do Conselho de Comunicação Social, ligado ao Congresso Nacional.

Bom, sobre a tentativa de sistematização disso em uma política de participação social, que está em debate aqui no Senado Federal.

E, só fechando, o contexto internacional mostra que o Brasil se destaca nesse tipo de envolvimento da sociedade. O orçamento participativo, considerado caso exemplar a ser replicado em outros países, algumas normas internacionais. O colega Manoel já falou aqui da parceria para o Governo Aberto.

Vou passar.

Aqui são alguns indicadores internacionais de democracia. É importante a gente perceber isso para saber como está o Brasil em comparação com os outros países...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – No tema da participação.

Segundo o Índice de Democracia de 2015, o Brasil está na 51ª posição. Como isso aqui envolve cerca de 170 países, o Brasil está no terço superior dos países mais democráticos do mundo. E aqui envolve tudo, inclusive democracia eleitoral, atuação dos partidos políticos.

Um outro indicador importante é o Índice de Dados Abertos do Brasil. Nós estamos na 12ª posição. Já estivemos, em anos anteriores, na 24ª posição mundial, mas mostra que nós estamos avançando em termos de transparência.

E, aqui, sobre o que Carmela fez referência, o Índice de Orçamento Aberto do Brasil, o Inesc é um dos avaliadores internacionais. Na avaliação de 2015, a mais recente que a gente tem, o Brasil ocupa uma relevante 6ª posição mundial.

O Orçamento brasileiro, e aqui estamos incluindo o PPA, é um dos mais abertos do mundo. E, como vocês podem ver pelos nomes que eu coloquei ali embaixo, melhor inclusive do que muitos países europeus e muitos países desenvolvidos em termos de divulgação dessas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Concluindo, Carmela já citou aqui o Fórum Interconselhos como um dos instrumentos de participação no Plano Plurianual. Essa iniciativa foi criada em 2011. Não foi até hoje institucionalizada. Ressalto aqui a crítica que já foi feita.

E foi uma alternativa, uma estratégia pensada pelo Governo Federal para dar conta, de um lado, da necessidade de participação, mas necessidade de participação em um contexto em que vários outros organismos de participação já existiam.

Então o Fórum Interconselhos viveu este dilema no momento da sua criação: como estabelecer um canal de participação diferenciado para o PPA, mas levando em consideração que a gente já tinha dezenas, centenas de outros conselhos, de conferências, de audiências públicas criados e em funcionamento? A solução adotada dentro do Fórum Interconselhos foi a criação de uma participação de segundo nível, ou seja, bebendo da fonte de todas aquelas instâncias já criadas, considerando, fortalecendo, ressaltando a relevância delas, criando uma espécie de assembleia em que se reuniam representantes desses espaços, juntamente com representantes de movimentos sociais não institucionalizados.

Recomendo, se tiverem a oportunidade, aos Senadores que fazem parte desta Comissão procurarem depois discutir o detalhamento desse Fórum Interconselhos e algumas de suas características especiais em relação à resposta específica, não sobreposição de funções, igualdade de manifestações dentro das assembleias e outras regras de funcionamento, porque foram características como essas do Fórum Interconselhos que levaram à sua premiação, em 2014, pelas Nações Unidas, dentro do âmbito do Prêmio de Serviço Público das Nações Unidas.

O que eu queria ressaltar aqui para vocês, já concluindo, é que esse é o prêmio mais importante do mundo na área de gestão pública. Em 2014, foi conquistado pelo Brasil, pelo Fórum Interconselhos, como experiência inovadora de promoção da participação social. Então não somos nós que estamos dizendo que essa experiência é válida ou que merece ser pesquisada; é o mundo que está tendo contato com isso e considerando que a experiência brasileira é uma das mais relevantes – no caso do ano de 2014, a mais relevante do mundo.

Aqui a mensagem do Subsecretário e, concluindo, essa ideia de que a gente não perca de vista que, para promover e manter o diálogo, tem que partir da premissa de que a gente precisa da pessoa com quem está dialogando. E a ideia de autossuficiência é sempre incompatível com o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado pelas informações relevantes, importantes, pessoalmente importantes.

Eu vou aqui me dirigir à Carmela, ao Manoel e ao Daniel para falar um pouco do que imaginam que este País poderia ser. Porque nós acabamos de ver os dados, que são, como acabei de falar, importantíssimos, mas contraditórios. Nós somos um País de grandes contradições. É algo impressionante.

Eu tive a oportunidade, me convidaram, de ir à Alemanha, em 2013, final de 2013, exatamente para falar sobre transparência. Havia uma plateia grande. E eu, para falar sobre transparência, disse: olhem, vou mostrar-lhes o que nós praticamos hoje em temos de orçamento público. E abri a página da transparência da CGU, nossa velha querida CGU – mudaram o nome, mas eu sou meio conservador, então continuo dizendo CGU. Abri as páginas da CGU e peguei alguns exemplos bem curiosos.

Eu me lembro de que mostrei um deles. Entrei no Ministério da Educação, nas universidades, entrei na Universidade de Santa Catarina. Analisei o material de consumo e levantei o preço do pano de chão. Sabe aquele pano de chão? Custa R$1 cada um. Eles ficaram encantados com aquilo. Eu disse: vamos fazer o maior sucesso nessa palestra. Quando encerrei, a primeira frase que disseram foi: "Senador, aqui na Alemanha, não existe isso. O grau de transparência que acaba de demonstrar, do Orçamento do Governo Federal do Brasil, não deve existir em nenhum canto do mundo." Não deve existir, imagino. Não sei, porque conheço pouco os outros Estados. Mas realmente o Brasil chegou a um nível de detalhamento de despesas orçamentárias surpreendente.

E a primeira pergunta que ele coloca para a plateia toda é a seguinte: "Muito bem. Agora, como vocês não conseguem controlar a corrupção?" Essa é uma pergunta pertinente. Bom, eu dei minha resposta lá, mas não vou reproduzi-la aqui, porque é uma longa resposta. Mas começa por um Judiciário leniente, omisso, que patrocina a impunidade, e por aí vai. Se nós tivéssemos uma Justiça eficaz, nós já teríamos resolvido boa parte disso.

Eu acho que, para exercermos de fato o controle da corrupção, do desvio da contribuição do cidadão, dos impostos que nós todos pagamos, vai ser necessário construir uma inteligência coletiva, orçamentária, começando pela aplicação do recurso.

Eu entendo que os conselhos, que todo o trabalho que nós contemplamos hoje na legislação parte do princípio institucional. O que está institucionalizado sofre uma predação permanente de comportamentos que estão muito arraigados na cultura política brasileira, que é a do patrimonialismo, que termina desvirtuando a intenção de institucionalizar os conselhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Muito bem. Eu acho que nós demos um salto importante. Nós criamos mecanismos capazes de expor as informações à sociedade. Isso é uma realidade no Brasil, não só na União, mas também nos Estados; nos Municípios, menos, até porque, no Brasil, vocês sabem que a exigência do cumprimento da lei ainda não é uma cultura do cidadão. Eu falo isso porque construí uma experiência de cobrança, mas não a adquiri no Parlamento. Vou falar em voz baixa – não espalhem –, mas uma das nossas funções aqui, que não é usual, é a da fiscalização. O Parlamento é feito para legislar e fiscalizar. Não fale nesse assunto de fiscalizar para Parlamentar, porque ele não gosta muito. Fiscalizar é uma coisa muito chata. Se alguém fura a fila na sua frente, você fica calado. Não há essa cultura de contemporizar. É da nossa idiossincrasia. O brasileiro não é de criar o conflito na hora. Ele guarda o negócio para mais tarde. Enfim, nós, com base nas experiências...

Eu trabalho com essa questão da transparência e acredito que é necessária a construção da inteligência coletiva orçamentária. E, a partir disso – venho há mais de 20, 30 anos trabalhando em cima disso –, primeiro, nós temos que informar à coletividade, aquela que é diretamente beneficiada pela ação pública, ou seja, aquela comunidade que recebe um retorno, muitas vezes, mínimo dos seus impostos. Aqui no Brasil há isso. Os impostos são coletados de todos, mas são aplicados para beneficiar poucos. Nas nossas cidades, por exemplo, há aquele miolo conectado e há uma enorme periferia completamente excluída. Ou seja, os impostos não chegam para atender a todos. Todos pagam impostos, mas não recebem o retorno devido. Eu fui Prefeito da minha cidade.

Nós estamos aqui diante de três instituições fantásticas que constroem conhecimento: o Inesc, o Ipea e a Transparência Brasil. Aliás, depois vou convidar vocês para fazermos uma reunião em particular. Vou dizer logo do que se trata: nós estamos evoluindo na construção de experiência de transparência da execução orçamentária.

Ainda há pouco, antes de vir para cá, eu me atrasei exatamente em função da discussão: como vamos transitar dos conselhos presenciais para os conselhos virtuais? Porque as relações da sociedade mudaram completamente. A nossa relação se dá mais no plano virtual do que no plano real. Acho que todos já assistiram a esta cena: em um restaurante, há um casal, e cada um com seu celular. Eles estão conversando sabe lá Deus com quem. Os dois não estão ali presentes. Eles estão ausentes. Essa é a grande questão. Como vamos transitar do plano real para os conselhos virtuais? Porque já é uma necessidade. Nós temos algumas experiências com as emendas parlamentares. Por que surgem? A cada Senador é atribuído um valor x anualmente – pode ser R$15 milhões, R$16 milhões. É muito dinheiro. É um dinheiro aplicado sabe Deus como. Deus deve saber, porque Ele é onipresente, mas nós aqui na Terra temos a maior dificuldade. Nós brasileiros temos dificuldade de entender como esse dinheiro é aplicado.

Então, construí com o nosso mandato uma experiência de acompanhamento, de controle social e participação efetiva das comunidades beneficiadas pelos recursos liberados, aprovados no orçamento. Eu tenho uma emenda concretamente, uma emenda que eu destinei à Prefeitura de Macapá, da capital. Ela é destinada para pavimentar um bairro chamado Conjunto Embrapa. Muito bem, quando foi aprovado o orçamento, a emenda foi aprovada, a minha assessoria foi lá com os moradores e disse: "Olha, foi contemplada uma emenda para pavimentar aqui o bairro de vocês." E os convidou para organizar o acompanhamento. E, com eles, os poucos que foram à reunião, organizaram um grupo de WhatsApp. "Pelo grupo do WhatsApp vocês vão receber, nós vamos nos encarregar" – o assessor foi lá e explicou os procedimentos todos – "de passar essa informação para vocês, todas as informações pertinentes a esse valor, as informações vão chegar até vocês por este grupo." A emenda foi aprovada, eles informaram que estava lá no orçamento, emenda número tal, todos os detalhes da emenda.

Quando a União, através do projeto Calha Norte, liberou o financeiro, eles receberam essa informação e também receberam a informação sobre os próximos passos que a prefeitura teria que dar, inclusive, a prefeitura já havia mandado o projeto, tudo inscrito no Siconv. Aliás, o Siconv é uma das mais belas invenções que a União já fez. E ali, então, nós explicamos como era, fizemos um passo a passo para os moradores poderem entrar no Siconv, para eles enxergarem o projeto deles. "Está lá no Siconv. Olha, vai ser assim". Fizemos uma simulação por computação de como está e, depois, de como o projeto vai ficar.

No começo, eles não acreditavam. "Isso é conversa de político." E olha que político tem conversa mesmo. Disse: vamos ver, vamos devagar. Eu também participo do grupo, recebo todas as críticas. Vocês sabem que as críticas que fazem à política não são críticas maneiras, são coisas, às vezes, muito pesadas. Quando são pesadas demais a gente... Quando são ofensivas, eu excluo do grupo, tiro, porque ninguém está ali para isso.

Quando o dinheiro caiu na conta, já houve uma mudança de humor. Com dinheiro na conta da prefeitura... Mas, aí, desde que o dinheiro chegou à conta até fazer a licitação, eu acho que foram uns seis meses. Aquela demora, aquela coisa da licitação não é porque seja tão complexo fazer uma licitação pública, é porque tem muita malandragem no processo de licitação. É esse o problema. Não é o caso da prefeitura, não estou falando especificamente, estou falando no geral. Quando você possui uma boa equipe, você faz uma licitação rápida, não tem nenhum segredo fazer com uma equipe competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Bom, o dia da licitação eles marcaram. Finalmente saiu o edital no *Diário Oficial da União* de que tal dia haveria a licitação. Eu peguei, mandei minha equipe, liguei para o prefeito e disse: "Prefeito, você me permite transmitir ao vivo a licitação?" E o prefeito permitiu – meu amigo, adversário, mas amigo, foi meu secretário de educação quando eu tinha 25 anos, então, não podia me negar. Fizemos a transmissão ao vivo, transmitimos a licitação, ninguém entendeu nada, porque, para poder entender de licitação, tem que fazer um curso de Contabilidade, essas coisas.

Tudo é feito de uma maneira tal que o povo não entenda. As leis também. Nós fazemos leis aqui que se prestam a várias interpretações, então a Justiça se vira para interpretar. As leis são muito malfeitas, dão margem a todo tipo de interpretação equivocada. São feitas para o povo não entender. Poderíamos fazer uma lei com uma linguagem muito mais simples. Colocamos os nossos especialistas para estudar anos na universidade, para poderem chegar aqui e fazer umas leis muito intrincadas, com linguajar excessivamente complicado.

Fizemos a transmissão da licitação. A empresa que ganhou... Eram três ou quatro empresas, uma ganhou a licitação. Isso tudo eles acompanhavam lá pelo WhatsApp, tudo direitinho. Aí descobrimos o seguinte: aumentou o número de pessoas; começou com dez ou doze, hoje tem sessenta e poucos moradores. Ainda é pouca gente, mas já é bem... E brigam muito entre eles, tem briga de vizinho no WhatsApp. Acho muito fácil acompanhar a briga dos vizinhos. Nunca imaginei isso. Em briga de vizinho, ninguém se mete, mas, no Whatsapp, se podem dar uns conselhos e tal.

Finalmente, ganhou a empresa, que foi lá e colocou a placa. Só que colocou na placa que a obra começaria no dia 6 de junho, agora. Deu 10 de junho, 15 de junho, 20 de junho, e nada! E voltou todo aquele desânimo do começo: "Não disse que era só placa, que isso nunca iria acontecer?" Pedi à prefeitura para colocar no grupo um representante da prefeitura, o fiscal da obra e um responsável pela empresa. Pronto! Resolveu o problema: ele colocou lá o secretário de obras da prefeitura, ele mesmo entrou no grupo, entrou o fiscal da obra e entrou o representante da empresa. Ele começou a explicar, deu todas as explicações por que a placa havia chegado antes da obra. Aí a obra começou. Chegaram as máquinas e o povo começou a animar, mais gente entrou. Só que os que entram têm aquela visão do começo, já entram xingando todo mundo. Os mais antigos aconselham, enfim...

Fiz um contato com o Calha Norte e pedi que indicasse um técnico para entrar no grupo para poder acompanhar, porque aí não precisa mais ir lá o responsável direto pelo Calha Norte. A comunidade vai lá, fotografa, dá o parecer dela se a obra está boa ou se está ruim, e a gente modifica todo o sistema que está posto. Aí, o coronel linha dura do Calha Norte disse: "Não, não vou pôr ninguém, porque senão vai dar uma informação errada e terá problema com o general." Eu disse: tudo bem! Estou colocando no papel para mandar para o Ministro da Defesa.

Ao mesmo tempo, estamos ensaiando uma legislação obrigatória de participação e acompanhamento, do mesmo jeito que nós fizemos a Lei Complementar nº 131. A Lei Complementar nº 131, que nós acabamos de ver, foi feita com base em experiências prévias. Então, não havia como dar errado. Nós pegamos a experiência que tínhamos desenvolvido lá na Prefeitura de Macapá, nos anos 90, final dos anos 80 – fui Prefeito até 1992 –, e depois a experiência de governo. Como Governador, nós colocamos todas... Nós pegamos o sistema interno, o nosso "siafinho", que era o Siafi (Sistema de Administração Financeira) do Estado, fizemos um *link* e colocamos direto na internet. Agora, ainda há 24 horas de prazo. Não; era direto. Porque é muito mais simples pegar o sistema interno e jogar na internet o empenhamento da despesa, a liquidação e a ordem bancária do que fazer outro processo. O trabalho que dá é construir um programa que faça esse *link* com a internet.

E, agora, nós estamos nesse passo adiante, que é exatamente essa tentativa de construir essa inteligência coletiva. Nós temos outro projeto, já com a participação da União, já com a participação do Ministério da Integração. O Ministério da Integração designou... Eu fui falar com o Ministro, e ele designou um técnico. E o sucesso desse projeto é de cem por cento. É cem por cento garantido. A qualidade da obra e dos serviços que serão prestados é absolutamente garantida. Então, nós estamos puxando o fio da meada da transparência para a construção dessa inteligência coletiva orçamentária.

O problema todo é como legislar. E, aí, eu queria pedir o apoio de vocês também. Por isso, fiz muita questão de vir participar – tive todos os atropelos, mas cheguei ainda em tempo – e coloco para vocês a palavra. Se alguém quiser dar alguma contribuição, nós estamos à disposição. Podem começar.

Só um minutinho. Há uma participação recebida, via Portal e-Cidadania. Comentário do Ricardo Vaz:

Programas de participação precisam de mais visibilidade para que o cidadão saiba que pode participar das decisões políticas. Várias ideias enviadas pelo e-Cidadania sendo debatidas em comissões. Essas ideias precisam sair dos debates e virar lei já que somos a força maior da democracia!

Valeu, Ricardo! É isso mesmo. Acho que tem que ser. Vou responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Há um grande problema: a transparência revela a fonte da informação; e, quando se revela a fonte da informação – há jornalistas aqui –, isso não interessa aos meios de comunicação. Claro! Eles vivem da informação; se você escancara a informação, ela perde o valor de mercado. Esse é o grande problema. Eu acompanho, muitas vezes, no Fantástico, aquelas investigações de que eles falam. Eles nunca revelam de onde tiraram a informação. Eles não revelam que tiraram do Portal da Transparência. Porque é lá que está a fonte de informação hoje. É isso. Mas você tem inteira razão.

Um tema que ainda temos dificuldade de divulgar é a transparência, mas, com as redes sociais, aos poucos, está surgindo. E eu recomendo a vocês, inclusive, Ricardo, entrar no Facebook, pois esse assunto sobre o qual acabei de falar está no Facebook, e, depois, no WhatsApp, para exercer o controle social, onde se tem uma participação efetiva, no WhatsApp da comunidade. Do WhatsApp foi para o Facebook. Então, se vocês entrarem e olharem a emenda, encontrarão vários projetos, todos eles devidamente acompanhados.

Com a palavra Carmela.

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Muito obrigada.

Eu queria apenas comentar algumas questões da fala do Senador que achei muito interessantes. O senhor contou um causo – lá em Minas a gente fala assim –, mostrando uma série de sinais do que a gente está tentando mudar nessa cultura de construção, como o senhor falou, de inteligência coletiva orçamentária, que a gente chama de cultura de transparência.

A primeira delas é quanto à sexta posição do Brasil no Índice Internacional de Transparência. Quando fui apresentar na CGU, os próprios servidores ficaram surpresos e não entendiam como o Brasil pode ser tão transparente. É um índice que compara o Brasil com mais de cem países. E eu respondi que, primeiro, precisamos ter autoestima e comemorar as coisas boas, porque no Brasil, muitas vezes, isso não é feito. Também é uma cultura da comunicação estar sempre nos colocando para baixo, os cidadãos e as cidadãs.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA – Segundo, havia um motivo técnico para isso na pesquisa. Como é um índice que compara países muito diferentes, tem 122 questões que são bastante abrangentes, avalia a existência do documento – é bem simples –, a disponibilidade do documento para o público e a participação social, que foi o nosso diferencial. Então, como é comparativo, aconteceram duas coisas: alguns países que pontuaram bem no índice dois anos antes caíram de posição, fazendo com que o Brasil subisse; e nosso mecanismo de participação social de que falamos, o Fórum Interconselhos, nos ajudou a subir ao lado dos dados abertos.

Fizemos um projeto na Inesc com a Holanda, projeto de monitoramento do orçamento. Fomos aplicar a nossa metodologia, do Inesc, de orçamento e direitos humanos lá. E os holandeses ficaram surpresos, porque, durante o processo de desenvolvimento do projeto, viram que a Holanda tinha muitos dados abertos em nível nacional, mas, em nível municipal, das cidades, quase nenhum. Então, para eles também foi uma surpresa. E, mais uma vez, o Brasil estava à frente.

Então, a falta de informação faz com que, muitas vezes, não saibamos que estamos, de fato, comparativamente, avançando em termos de transparência.

Depois o senhor falou sobre esse dilema da transparência *versus* corrupção. Eu sou Doutora em Antropologia, não sou economista, mas tenho uma interpretação sobre isso um pouco enviesada para minha área. Acredito que a corrupção se tornou um mecanismo estruturante hoje das relações políticas como estão. Não é só no Brasil. Vemos escândalos de corrupção em diversos países. E acredito que uma das causas disso, além da questão da Justiça, é a profunda desigualdade que nós estamos vivendo hoje.

O Thomas Piketty está analisando isso e outras pessoas também. Nunca se concentrou tanta renda no Planeta. Isso gera uma desigualdade em todos os sentidos, e a corrupção se alimenta disso também.

Tudo isso me leva para esse dado incrível que o Ipea trouxe acerca do participante típico: a mulher negra com quatro anos de escolaridade, que vai para as conferências defender seus direitos, saúde, educação, conferência de cultura, desenvolvimento agrário. É justamente essa que paga mais imposto no Brasil, porque, no Brasil, os impostos embutidos no consumo penalizam os pobres. Olhem que contradição: o grupo que mais paga proporcionalmente é o que mais participa, é o participante típico – a gente pode desenvolver talvez um artigo futuramente sobre isso –, ao passo que a classe média também é penalizada com imposto de renda de 27,5%, enquanto os ricos mesmo estão pagando 6% de imposto. Então, acho que esse é um debate importante para a gente discutir corrupção seriamente, de forma consistente, e não apenas com fogos de artifício e mídia. Isso não vai levar a gente para um futuro bacana.

Por fim, eu já vou passar a palavra para os colegas, gostei muito da experiência com o WhatsApp que o Senador relatou. Agora, eu vou querer atenção, porque a gente está lutando hoje, no Brasil, pela neutralidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

da rede. Essa experiência só foi possível porque a população que estava lá tinha acesso a internet livre, paga, podia usar uma banda boa para se comunicar com o vizinho, brigar com a tia etc. E há uma tentativa de alguns setores mais privatistas de restringir o uso da internet no Brasil. Então, conto com o senhor para ajudar a gente na neutralidade da rede.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Carmela.

Passo a palavra ao Manoel Galdino.

O SR. MANOEL GALDINO PEREIRA NETO – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu queria comentar: a Carmela falou, no comecinho, sobre quem participa das iniciativas digitais. Eu concordo plenamente que, ao mesmo tempo em que a gente precisa desenvolver e utilizar bem essas plataformas e essas tecnologias, a gente precisa se preocupar com a exclusão digital e mesmo com outros tipos de exclusão que acabam influenciando a exclusão digital. Se a participante típica é a mulher negra com quatro anos de escolaridade, qual é a educação que foi dada a essa mulher para permitir a ela se empoderar e se apropriar de tudo o que a gente tem disponível por meio da tecnologia? Então, mesmo que ela venha a ter acesso à internet, ao *smartphone*, etc., que é outra questão, plano pessoal de banda larga, garantia da neutralidade de rede, com o que estou também 100% de acordo, precisamos realmente nos preocupar em desenvolver soluções para incluir essas pessoas e também remediar para que no futuro não se repita esse padrão, a desigualdade. Enfim, é só para dizer que estou totalmente de acordo.

Comentando essa questão da participação e também o caso que o Senador trouxe aqui, do WhatsApp, queria lembrar um projeto que a Transparência Brasil está iniciando agora, que está totalmente alinhado com essa iniciativa e com esse caso, que é o projeto que estamos chamando de "Cadê Minha Escola?". Ele consiste no seguinte: hoje, o Governo Federal financia a construção de escolas e creches no País, nos Municípios, em geral, por meio do FNDE, mas também pelo PAC, enfim, e outras iniciativas. Então, o Governo Federal estabelece um convênio com o Município, repassa o dinheiro e o Município só tem a obrigação de executar, fazer a licitação, fiscalizar a obra e, eventualmente, garantir a infraestrutura necessária de água, eletricidade e do terreno, mas todo o financiamento da construção da obra é feito pelo Governo Federal.

Nós levantamos que aproximadamente 50% das construções enfrentaram atrasos ou chegaram a ficar paralisadas, abandonadas, ou seja, 50% das obras tinham atraso ou estavam paralisadas. Para tentar resolver isso, temos esse projeto "Cadê minha escola?", que vai consistir no seguinte: queremos criar um aplicativo por meio do qual a população vai poder saber quais são as obras que estão sendo construídas e que foram aprovadas em sua comunidade, para que ela vá à obra, tire foto e, de posse dessa informação, com parcerias com o Crea, com engenheiros, etc., possa fazer a avaliação técnica da execução da obra e dizer se estão cumprindo o cronograma ou não, se está tudo certo ou não. E, aí, devolver à prefeitura – já estamos com conversas iniciais com algumas prefeituras –, porque, às vezes, o problema dos atrasos nem é por corrupção. Eles não têm um técnico, um engenheiro para fiscalizar a obra ou têm uma pessoa que não têm condições de dar conta de todo o volume de obras da prefeitura.

Então, queremos, com a colaboração da população, produzindo a informação na comunidade sobre as coisas que afetam a vida deles, centralizar nisso, fazer essa interpretação, porque há uma questão técnica da avaliação da obra que é difícil para nós – eu não sou engenheiro, eu também não sei, por exemplo –, para que saibamos se estão cumprindo o cronograma ou não e devolver isso para que a prefeitura tente resolver o problema e os órgãos de controle atuem. A população vai saber para poder cobrar e fiscalizar, e também os órgãos de imprensa.

Também, quando disponibilizarmos os dados que coletarmos para todo mundo, é para também analisarmos e tentarmos entender os padrões que são encontrados. Então, quais são os principais gargalos? Já se percebe na licitação, de repente, como é feita? Já dá problema? O problema é que o Governo Federal atrasa pagamento? É a prefeitura que não faz...? É a empresa que não cumpre? É a falta de fiscalização? Vamos poder descobrir tudo isso.

Então, estamos iniciando o projeto agora, vai demorar um tempo para construirmos esse aplicativo, obviamente. Mas eu acho que, no primeiro semestre do ano que vem, deveremos lançar. Para que ele funcione, é fundamental que o Governo, nas suas várias esferas, se engaje, ouça o que o cidadão está falando, tenha essa cultura da transparência de tentar ver que isso é para contribuir com a população.

No final das contas, quando o atraso acontece, seja por ineficiência, seja por corrupção, seja por qualquer outro motivo, é a população que não tem a creche, é a mãe que não tem onde colocar o seu filho. Nós temos um déficit hoje de aproximadamente dez milhões de vagas em creches. É a mãe que vai sofrer. É o filho, é a criança, que não vai poder ter a escola correta, adequada, além de muitos outros problemas que temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Então, queremos iniciar esse projeto e esperamos, no futuro, com esse piloto da área da educação, expandir para outras áreas – saúde, construções –, para que a gente possa melhorar a transparência, a fiscalização, e melhorar a eficiência da política pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Perdi o começo. É sobre as creches?

O SR. MANOEL GALDINO PEREIRA NETO – Sobre a construção de escolas e creches com dinheiro do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Me contaram que o Governo tem um programa – não sei o nome – que, para poder liberar uma parcela, tem que receber a fotografia da obra. Lá pelas tantas, em um Município desses, as fotografias chegaram, com a creche já bem adiantada. Só que havia fotografias com o mesmo cachorro em três obras. Então, é uma fotografia... (*Risos.*)

Uma pessoa me contou isso. Aí eu digo: pois é, no nosso sistema não acontece, porque tem muita gente de olho.

Então, a contribuição fundamental que os governos têm que dar é informar com precisão. Se informar a comunidade, com os meios de comunicação que nós temos disponíveis, por mais que nós tenhamos 50% de gente excluída da conexão... Segredo entre duas pessoas já é difícil de guardar; entre mais de duas, é impossível. Então, com a comunicação e uma informação correta...

A minha experiência mostra – e eu estou muito convencido – que com a boa e correta informação e com uma boa comunicação, você consegue exercer o controle. Eu posso até estar enganado, porque eu tenho o pecado de ser demais otimista, excessivamente – meus filhos reclamam muito disso –, mas eu acho que essas obras nós vamos concluir e pôr para funcionar, e são obras complexas. Pavimentação é uma coisa simples, mas nós temos um programa de altíssima complexidade, envolvendo comunidades diferentes, com ações diferentes, e todas elas caminham. Claro, a comunidade fica um pouco atônita, porque, como você falou, não tem esse conhecimento técnico. Mas as pessoas, quando veem um prédio em construção, vão lá visitar, vão dar uma olhada, e sabem se o material é ruim. As comunidades têm sempre uma experiência e dão sempre uma contribuição.

Com a palavra, Daniel.

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – Muito obrigado.

Eu queria reforçar o que o Senador Capiberibe mencionou, que em relação à participação social, o Brasil, de fato, é referência mundial, mas que isso também decorre muito da maneira como foi estruturada nossa relação entre governantes e governados. Em alguns países, principalmente naqueles de formação mais liberal, em que o exercício político é visto muito mais como um exercício individual do cidadão e da cidadã, existem algumas formas de controlar o seu governante. Uma delas é o *recall*. Isso significa que, para esses países de matriz mais liberal, quando o governante ou a governante não agrada ou toma alguma decisão impopular, ele pode ser sacado da posição, com determinados requisitos e com a manifestação de determinado percentual do seu eleitorado. No Brasil, não existe o *recall*. Isso significa que as pessoas que alcançam o mandato público pela via eleitoral precisam cumprir aquele mandato. A nossa legislação não previu a possibilidade de, por insatisfação, por baixa popularidade, por discordância, sacar os nossos governantes do mandato.

Então, o nosso sistema político previa um compromisso de médio prazo entre governantes e governados. Em compensação, traz, para que essa relação entre governante e governado não seja também uma relação vazia, sem nenhum tipo de controle, a ideia da gestão participativa, como sendo a intervenção dos cidadãos e das cidadãs, ao longo do exercício do mandato, para conformar, orientar, direcionar aquilo que o governante faz. E trazendo a ideia – nesses outros países, talvez, soe estranho – de que os cidadãos e as cidadãs são corresponsáveis pelos resultados da política pública. Eles são tão responsáveis quanto os seus governantes pelos resultados bons ou pelos resultados ruins que aquela política pública traz. E os instrumentos de transparência e de participação são fundamentais para que esse tipo de cogestão e de corresponsabilização aconteçam.

Eu fiquei muito emocionado com essa história que o Senador Capiberibe contou sobre o reconhecimento internacional. Eu vou mostrar a mesma informação que ele trouxe, só que com menos colorido, de uma forma mais fria, de forma menos viva, mais numérica, mais quantitativa, que é aqui nesse índice de democracia que o *The Economist* traz em relação ao Brasil.

O Brasil está em uma posição satisfatória, está acima da média, está acima da curva de outros países. É o 51º entre mais de 170 países. Mas, se observarmos a decomposição desses índices em determinados elementos, vamos perceber que o Brasil tem notas muito altas em relação a processo eleitoral e pluralismo partidário; tem notas muito altas em relação a liberdades civis, mas temos notas muito baixas, por exemplo, em relação à cultura política. E não só muito baixas. Comparando ali com o mesmo índice de 2011, que eu trouxe para vocês, não é só muito baixa, ridiculamente baixa, como ainda está diminuindo. Em termos de cultura política, o Brasil tem uma das piores notas do mundo e ainda está baixando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

Eles fazem alguns tipos de questionários e consultas a especialistas. Têm metodologia própria, mas, supondo que isso aí reflita a realidade – há sempre um debate metodológico –, nós estamos caminhando para ser um país de instituições, leis, sistemas muito bons, muito sofisticados, mas que não dá conta de vencer as nossas dificuldades culturais.

Se me permite contar um caso que eu vivi, que foi também mais ou menos nessa linha, no final de 2012, fui chamado pelas Nações Unidas – mais ou menos como estamos conversando aqui, sobre o mesmo tema –, para falar, no Líbano, para alguns países, depois daqueles eventos da Primavera Árabe, sobre a possibilidade de implantação de mecanismos de participação social lá. E falei mais ou menos a mesma coisa que falei aqui para vocês, enfatizando os números: 5.500 conselhos municipais de saúde instalados, 3.000 pessoas participando de cada etapa nacional de conferência. Depois, recebi o *feedback* do pessoal que estava assistindo, e havia representantes do Oriente Médio e do norte da África.

O comentário que a organizadora do evento, uma italiana, fez, eu tive, realmente, que perguntar para minha companheira, que está até ali – porque ela tem um inglês muito melhor que o meu –, se foi aquilo mesmo que eu havia escutado. E ela disse mais ou menos essas palavras: "Daniel, muito obrigada por trazer a experiência brasileira. Os números do Brasil são impressionantes, mas nós já esperávamos isso. Convidando vocês, nós já sabíamos que o Brasil ia trazer coisas grandiosas. Eu só lamento que, talvez, não tenhamos como implementar isso nesses países aqui, porque, em termos de participação, querer comparar o Brasil com os outros países é como comparar uma Ferrari com um Cinquecento.

Confesso que fiquei travado por vários minutos, meu complexo de vira-lata me travou, tentando entender se ela realmente estava dizendo que eu era a Ferrari ali daquele encontro, se nós, brasileiros, éramos a Ferrari. Aquilo não entrou na minha cabeça de jeito nenhum.

Então, era isso que eu queria ressaltar. O Brasil tem muitas coisas boas para mostrar, tem também muitos problemas sérios, graves para superar, como esse de cultura política que é extremamente grave, como o Senador mencionou, de corrupção, clientelismo, isso não é algo que possa ser subestimado. E soluções que o Brasil já trouxe e apresentou para o mundo são extremamente reconhecidas e bem vistas, como esta, por exemplo, do Fórum Interconselhos, no qual tive o privilégio de representar o Brasil no recebimento dessa premiação, que mostra que o mundo está de olho em nós, e isso nos traz uma responsabilidade grande.

Cito também o caso não só do Poder Executivo, não é apenas o Poder Executivo que tem boas coisas para mostrar. Aqui mesmo, recordo-me que a Comissão Mista de Orçamento, em 2012, se não me engano, lançou uma iniciativa extremamente valiosa que foi a das emendas populares para o orçamento público da União, permitindo que Municípios com até 10 mil habitantes pudessem organizar processos participativos e trazer as emendas diretamente para cá.

Então, temos experiências aqui, também, no Congresso Nacional, no Senado, na Câmara dos Deputados, que merecem ser estudadas, revisitadas e, de repente, como nosso objetivo nesta audiência é buscar alternativas, desenhos de participação, possibilidades, fica aqui a provocação, talvez as respostas estejam muito mais perto do que podemos imaginar.

É essa a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Obrigado pela contribuição dos participantes.

Já caminhamos para o encerramento.

Acho que o Estado brasileiro precisa se dar conta de que é necessário aproveitar esta oportunidade criada pela tecnologia digital, pela tecnologia da informação. Ainda estamos apartados, parece-me que há um divórcio, temos coisas significativas importantes, mas, do ponto de vista político, da inclusão, da tecnologia a serviço da democracia, ainda estamos atrasados.

E você tocou em um ponto que é a questão da cultura política mesmo. Chegamos ao ponto em que a sociedade nos elege, manda-nos para cá e, depois, diz que não se sente representada, porque há este abismo, é verdade. Hoje, o problema que estamos vivendo é exatamente este da sensação de não representação do povo brasileiro. Falo com os meus pares aqui, digo: olha, o povo não se sente representado por nós aqui. Aqui, representamos bancos, agronegócio, o mínimo da sociedade brasileira, mas essa ideia de coletividade brasileira, não representamos, pelo menos não sinto isso. Estou lá dentro daquele plenário todos os dias e não vejo esta preocupação geopolítica com o nosso País. Tanto que, na questão da cultura política, e falo de cultura democrática também, que é outra coisa que se constrói com muitos anos de experiência, não temos cultura democrática, por quê? Lembro-me que, quando vim a eleger um Presidente da República, eu já estava velho, 1989, nasci em 1947, vim eleger o primeiro Presidente em 1989, ou seja, não temos este exercício, essa coisa é muito recente, dos últimos 30 anos, e isso não é tempo para se consolidar uma cultura de democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.172603/2016-50

A minha posição em relação à questão do *impeachment*. Eu nunca fui simpático ao governo da Presidente Dilma, mas concordo que, se a Constituição não permite que a gente tire um presidente, a não ser que haja um crime de responsabilidade comprovado, isso não pode acontecer. Então, inventa-se um crime de responsabilidade? É exatamente o que está acontecendo agora: se inventou um crime de responsabilidade, porque a Presidente é impopular. Ora, se fosse por isso, teriam que jogar o meu governador no Rio Amazonas, porque mais impopular do que ele! Ele está com 92% de rejeição. Agora, a sociedade lá não dá um pio. Por quê? Porque elegeu o governador sabendo quem ele era. Ele já tinha passagem pela prisão, responde a vários processos criminais, mas a população o elegeu. E aí cobram da gente, que é oposição. Mas eu digo: Não, não, não! Nós temos que construir assim, pois é pagando um preço alto que se constrói aquilo que você acaba de colocar, cultura política.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado

0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C55A181900150516.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.